ROSAE

Tânia Lobo
Zenaide Carneiro
Juliana Soledade
Ariadne Almeida
Silvana Ribeiro
Organizadoras

ROSAE

LINGUÍSTICA HISTÓRICA, HISTÓRIA DAS LÍNGUAS E OUTRAS HISTÓRIAS

Salvador
EDUFBA
2012

Projeto gráfico, editoração e capa
Josias Almeida Jr.

Revisão
As organizadoras

Normalização
As organizadoras

Sistema de Bibliotecas - UFBA

ROSAE : linguística histórica, história das línguas e outras histórias / Tânia Lobo ... [et al.], Organizadoras. - Salvador : EDUFBA, 2012.
728 p. il.

Textos apresentados no ROSAE - I Congresso Internacional de Linguística Histórica, realizado em Salvador, no período de 26 a 29 de julho de 2009.
Inclui 1 CD-ROM

ISBN 978-85-232-0844-8

1. Linguística histórica. 2. Língua portuguesa - História. 3. Linguagem e línguas - História. I. Lobo, Tânia.

CDD - 417.7

Editora filiada à

EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115 Salvador-Ba Brasil
Tel/fax: (71)3283-6160/3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

Apresentação

Saudação
Maria Helena MIRA MATEUS
13

Celebração de Rosa Virgínia Mattos e Silva
Ataliba Teixeira de CASTILHO
19

Rosae: desvelando um dativo
Rosa Virgínia MATTOS E SILVA
25

Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política
Carlos Alberto FARACO
31

A Galiza e o espaço linguístico-cultural de expressão portuguesa
Henrique MONTEAGUDO
51

Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio
Charlotte GALVES
65

Completivas com duplo-*que* no português arcaico
Ilza RIBEIRO
75

O português são dois... ou três?
Mary A. KATO
93

Variação PE-PB sem configuracionalidade discursiva: argumentos adicionais para a primazia da sintaxe
João COSTA
109

A representação dos sujeitos de "referência estendida":
um estudo diacrônico

Maria Eugenia DUARTE
123

Mudança sintática no português brasileiro:
a perda de predicados complexos

Sônia CYRINO
137

Sobre variação e mudança no português do Brasil:
aspectos morfossintáticos

Dinah CALLOU
161

Os caminhos trilhados por *você*...
em cartas cariocas (séculos XIX-XX)

Célia LOPES
Janaína de SOUZA
171

Aparente variação na concordância sujeito-verbo no português europeu:
ambiguidade quanto ao carácter singular ou plural do sujeito frásico

Ana Maria MARTINS
191

O desenvolvimento de regras de concordância variável em variedades de
português a partir de modelos-estímulos (*inputs*) diferentes

Alan N. BAXTER
Norma LOPES
221

Fluxos e contrafluxos:
movimentos sociolinguísticos da comunidade de fala brasileira

Anthony J. NARO
Marta SCHERRE
239

A deriva secular na formação do português brasileiro:
uma visão crítica

Dante LUCCHESI
249

A produtividade dos sufixos do ponto de vista diacrônico

Mário Eduardo VIARO
275

O passado presente em construções lexicais:
substantivos deverbais *X-ção* de origem latina no português do Brasil

Margarida BASILIO

293

Morfologia lexical no português médio:
variação nos padrões de nominalização

Graça Maria RIO-TORTO

305

A antroponímia no português arcaico:
aportes sobre a sufixação em nomes personativos

Juliana SOLEDADE

323

Mudanças na realização de /r#/, /r/ em português

Volker NOLL

337

Monotongação de ditongos crescentes: realidade linguística e social

Dermeval da HORA

349

Pistas de mudanças fonéticas na ortografia do português

Myrian Barbosa da SILVA

357

Efeitos da (nova) ortografia no léxico do português:
mecanismos gramaticais na grafia de algumas palavras e resultados no uso

Enilde FAULSTICH

363

Lexicografia histórica e questões de método

Américo Venâncio Lopes MACHADO FILHO

381

O léxico do português do Brasil em dicionários

Maria da Graça KRIEGER

391

Contacto de línguas em Moçambique:
algumas reflexões sobre o papel das línguas bantu
na formação de um novo léxico do português

Perpétua GONÇALVES

401

Lexicalização e gramaticalização:
processos independentes ou complementares?

Therezinha BARRETO
407

Adverbiais espaciais e temporais portugueses: trajetos léxico-semânticos

Sônia COSTA
417

Gramaticalização e semanticização das conjunções correlativas "sem cabeça":
o caso do *que* consecutivo

Marcelo MÓDOLO
441

La géolinguistique romane: de Gilliéron aux atlas multimedia

Michel CONTINI
453

Geolingüística, sustrato y contacto lingüistico:
español, portugués e italiano en Uruguay

Adolfo ELIZAINCÍN
481

ALiB – um atlas nacional com dimensões continentais:
problemas, soluções, resultados

Suzana CARDOSO
499

Dois momentos da geolinguística no Brasil: APFB e ALiB

Jacyra MOTA
509

Dados geolinguísticos diacrônicos e sincrônicos
do campo semântico do corpo humano

Vanderci AGUILERA
519

Linguística Histórica e Filologia

Clarinda MAIA
533

A edição semipaleográfica da versão portuguesa do *Vita Christi* (1495) usando as técnicas do Hispanic Seminary of Medieval Studies

Michael J. FERREIRA
543

A expressão do alocutário no *De re coquinaria*

Célia TELLES

555

Dos cancioneiros miscelâneos aos Liederbücher:
problemas de edição da lírica profana galego-portuguesa

Risonete de SOUZA

567

Tradição discursiva e gênero

Johannes KABATEK

579

Tradições discursivas e tratamento de *corpora* históricos:
desafios metodológicos para o estudo da formação do português brasileiro

Afranio BARBOSA

589

Cinco siglos de cartas:
notas sobre la comunicación epistolar en España (siglos XVI a XX)

Antonio CASTILLO GÓMEZ

607

O nome dela era Rosa:
epistolografia de uma ex-escrava no Brasil do século XVIII

Klebson OLIVEIRA
Tânia LOBO

623

A língua e a escola na Bahia no século XIX:
um olhar sobre materiais didáticos

Emília Helena de SOUZA

647

O conceito de língua em perspectiva histórica:
reflexos no ensino e na formação de professores de português

Edleise MENDES

667

Prescrição *versus* criatividade
no ensino da gramática do português

Maria Clara PAIXÃO DE SOUSA

679

Apresentação

Encontram-se aqui coligidos 47 textos escritos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros em homenagem a Rosa Virgínia Mattos e Silva e apresentados durante o *ROSAE – I Congresso Internacional de Linguística Histórica*, realizado em Salvador, no período de 26 a 29 de julho de 2009. Para além dos textos, abrem este livro duas "Saudações" à homenageada, uma feita por Maria Helena Mira Mateus (Universidade de Lisboa), e a outra, por Ataliba Teixeira de Castilho (Universidade de Campinas e Universidade de São Paulo), destacando a centralidade da obra de Rosa Virgínia Mattos e Silva nas investigações sobre o português arcaico e sobre o português brasileiro, respectivamente.

Apresentar a homenageada é tarefa fácil, porque dispensável. Na abertura da sua fala no *ROSAE*, afirmou Ataliba Teixeira de Castilho: "Estamos aqui reunidos para celebrar Rosa Virgínia Mattos e Silva, vale dizer, para celebrar a Linguística Histórica no Brasil". É, pois, em reconhecimento a uma linguista brasileira e baiana – ou, talvez melhor, a uma professora de português, como ela sempre se identificou – e a uma obra em que se distinguem profunda erudição e profunda sensibilidade que se oferece A ROSA este livro, com trabalhos que versam sobre temas que sempre lhe foram caros e que se integram a diversas áreas da investigação linguística, a saber: *Morfossintaxe do português arcaico, Morfossintaxe do português brasileiro*, *Morfologia*, *Fonologia*, *Léxico*, *Geolinguística românica*, *Geolinguística no Brasil*, *Gramaticalização*, *Filologia*, *História da cultura escrita*, *Tradições discursivas*, *O português em contato na atualidade*, *Contato linguístico na formação do português brasileiro*, *Ensino de língua portuguesa.*

***

Pelo apoio irrestrito recebido, agradece-se, primeiramente, às três universidades baianas promotoras do *ROSAE* – a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Destaca-se, em seguida, a atuação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e da Coordenação de Aperfeiçoamento Científico de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambas instituições também promotoras do evento, sendo ainda a

FAPESB responsável pelo financiamento da publicação deste livro. No âmbito do Instituto de Letras da UFBA, contou-se com a prestimosa colaboração do Núcleo de Extensão de Letras Germânicas (NELG), do Curso de Extensão em Língua Francesa (CELF) e do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão de Português (ProPEEP). À Professora Doutora Charlotte Galves (UNICAMP) e ao Professor Doutor Dermeval da Hora (UFPB), tem-se também o prazer de externar gratidão, por sua gentilíssima atuação "nos bastidores". Agradece-se, finalmente, a toda a Comissão Organizadora do *ROSAE* e, de forma muito especial, a Nilzete da Silva Rocha, pelo trabalho incansável.

As Organizadoras

Saudação

Maria Helena MIRA MATEUS
Universidade de Lisboa

À minha amiga Rosa Virgínia, ofereço um coração cheio de rosas.

(Epígrafe criada especialmente para este texto)

Introdução

A Rosa Virgínia escreveu um dia um texto que me era dirigido com o seguinte título: “Em 1967, um encontro para sempre (evocação de uma amizade que se fez no estudo da Linguística)”. Este título comove-me pelas lembranças que me traz, cheias de ternura. Não é uma epígrafe, de que a Rosa tanto gosta, mas é uma carta de amor.[1] E eu, que não tenho jeito para epígrafes, mas que gosto de aforismos, só posso dizer neste começo de conversa: amor com amor se paga. É por isso que aqui estou a falar dela e da sua postura séria e tranquila, e de um pedacinho da sua obra. A nossa combinação, para que não cantássemos os mesmos louvores, foi a de que eu ficaria incumbida do português arcaico e o Professor Ataliba se encarregaria do português brasileiro. Compreende-se, porque aqui sou eu a mais longeva – ainda que não propriamente medieval – e o Professor Ataliba, o especialista do falar culto do Brasil, que, portanto, fará jus às incursões da Rosa Virgínia no português brasileiro – e não só no culto, já que “o português são dois”.

Falar da majestosa obra da Rosa Virgínia sobre o português medieval não é fácil, sobretudo quando o tempo é curto e quando todos queremos mostrar como a apreciamos

1 NOTA DAS ORGANIZADORAS: Como anexo a seu texto, a Professora Maria Helena Mira Mateus compilou as seguintes epígrafes: 1) a MATTOS E SILVA (2002): “… das cousas naçem as palavras e não das palavras as cousas…” (Fernão de Oliveira, *Gramática da linguagem portuguesa*, cap. I, ls. 11-12); 2) a MATTOS E SILVA (2004): “Alghuns que escrevem livros acostumam fazer, nos princípios, prólogos de sua defensão, o que eu não fiz. E tenho esta razão: que me não quero queixar antes de ser ofendido.” (Fernão de Oliveira, *Gramática da linguagem portuguesa*); 3) a MATTOS E SILVA (2006b) “Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó" (Caetano Veloso. *Velô*/Língua) e 4) a MATTOS E SILVA (2008): “Os principais testemunhos para o passado linguístico mais remoto são os textos escritos: inscrições, manuscritos, livros impressos.” (Roger Lass, *Historical linguistics and language change*).

e como sabemos louvá-la. Além disso, e apesar da nossa combinação, não poderei falar da Rosa Virgínia sem referir uma característica que julgo que a distingue e singulariza: a relação estreita que tem estabelecido ao longo da vida entre a pesquisa linguística e um real espírito de cidadania. Quero, portanto, consagrar os minutos finais deste texto para pôr em relevo a excelência das suas posições quando argumenta e defende aquilo em que acredita – e várias foram as situações em que sentimos a força discreta desta mulher admirável. Mas primeiro olhemos para os segredos da história do português antigo que ela nos desvenda.

"Ouvir o inaudível" foi o caminho que a Rosa se propôs percorrer. E o inaudível da língua portuguesa começa bem lá atrás. Para a Rosa Virgínia, iniciou-se com o *Segundo livro dos diálogos de São Gregório* (séc. XIV, inícios do XV), um dos três mais antigos documentos medievais escritos em língua portuguesa existentes no Brasil. A edição crítica desse antigo documento constituiu a sua tese de Mestrado. Foi isso em 1965, no ano em que Rosa Virgínia e os seus colegas foram afastados da Universidade de Brasília pela ditadura sequente ao golpe militar de 64. Este abandono forçado destruiu um projecto de esperança e de seriedade científica construído por alguns espíritos para quem a utopia era possível. Para a Rosa, a esperança situava-se então na possibilidade de existência de uma universidade livre, e a seriedade científica, no estudo do antigo português.

Foi após esse desmembramento que a Rosa Virgínia passou dois anos em Portugal, e foi nessa época que tivemos a alegria de nos conhecermos. Ao lado de Luís Lindley Cintra, um maravilhoso mestre que transformava em poema qualquer edição crítica, um mestre a cujo encanto ninguém podia fugir (como eu própria não fugi), Rosa Virgínia voltou aos *Diálogos de São Gregório* – não já apenas o segundo, mas os quatro, na sua versão mais antiga – e dessa investigação emergiu uma tese de Doutoramento.

1 O estudo da antiga língua

Mas porquê estudar o nascimento de uma língua e os seus antigos passos? Vivendo nós numa época em que as opções exigem uma justificação prática, para quê remontar a uma escrita com mais de 600 anos e procurar nela fragmentos do português falado? No início da segunda edição de *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe* (2006a),[2] Rosa Virgínia faz a mesma pergunta e a ela responde, consolidando assim a sua opção diante de espíritos menos convictos da importância da história. Existem, sim, várias motivações para perscrutar os tempos antigos. Pegando nas suas próprias palavras, "os dados do passado das línguas podem fornecer argumentos para teorias que têm como objetivo explicações dos mecanismos cognitivos e psicológicos que estão na base de qualquer língua histórica" (2006a, p. 16).

2 NOTA DAS ORGANIZADORAS: Não se trata, de fato, de uma segunda edição, mas da reunião de dois livros antes publicados separadamnte, que são: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1991). *O português arcaico: fonologia.* São Paulo/Salvador: Contexto/EDUFBA e MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1993a). *O português arcaico: morfologia e sintaxe.* São Paulo/Salvador: Contexto/EDUFBA.

Mas não se trata apenas de motivações externas como esta. As hesitações e as dúvidas do tabelião medieval não são despiciendas para o estudo da língua actual nas suas variedades. Elas são indicações preciosas para compreender a variação de uma língua. Além disso, se olharmos os documentos considerados comummente como os primeiros escritos em português, notamos variações gráficas e morfológicas que não são arbitrárias nem pontuais. Essas variações constituem fragmentos do esforço do escriba para transmitir aspectos da língua falada que não se compaginavam com a escrita em latinorromance. São elas mesmas, ainda que indirectamente, a génese das variedades que o português foi deixando espalhadas em vários continentes à medida que navegava os mares desconhecidos.

2 A periodização

O estudo do passado de uma língua permite habitualmente estabelecer períodos. Rosa Virgínia trabalhou singularmente os períodos do português e comparou diversas propostas de outros linguistas. O primeiro problema que se põe nesta área, talvez o mais aliciante, consiste em determinar onde começa o português arcaico. Devemos considerar que se começou a desenhar o português no domínio do léxico, como sugere Joseph Piel, na época longínqua próxima do século VI, quando a língua falada no noroeste da Península Ibérica se foi distanciando do latim vulgar? Seguiremos ainda Piel que nos diz que "foi sobre os alicerces deste fundo primitivo [...] que se construiu, com a ajuda de sedimentos novos, […] o magno edifício do léxico comum Português e Galego"?[3] Ou devemos antes procurar um pouco mais do que o léxico, e partir para os factos fonéticos e morfológicos? De caminho podemos caracterizar não só as pequenas bolhas autonómicas surgidas nos escritos a partir do século XII e que permitem falar já de galaico-português, mas fixar também a separação dos gémeos unicelulares galego e português, separação que se foi dando paulatinamente entre os séculos XIII e XVI (segundo Clarinda Maia).

De todos estes aspectos, e ainda da contribuição dos dialectos moçárabes para a construção da língua, se tem ocupado Rosa Virgínia. Na segunda edição do seu *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe* (2006a), tem o cuidado de indicar que o estudo da periodização do passado da língua portuguesa – periodização já definida na primeira edição (1991)[4] e sempre presente nas suas preocupações – a levou a apresentar, em artigo recente, as propostas de doze especialistas, filólogos e/ou linguistas.

Mas se os textos considerados como marcando o limite inicial do período arcaico lhe têm merecido cuidadosa atenção, a investigação que procura caracterizar o seu limite final merece-lhe igualmente um estudo rigoroso. Para esta caracterização têm contribuído as pesquisas dos membros do PROHPOR, programa criado e coordenado pela Rosa Virgínia. Em suma, é porque reconhecemos a exemplaridade dessa investigação, sem limite, dos limites do nosso passado que, quando pretendemos conhecer o que de mais completo

3 Piel (1976, p. 389-390).

4 Ver nota 2.

e actual se diz sobre a periodização da história do português, recorremos à obra da Rosa Virgínia. Aí encontramos a selecção adequada das referências e a escolha pertinente dos argumentos.

Deixem-me que diga agora duas palavras sobre o PROHPOR. Este é um programa seminal criado pela Rosa como um estímulo para o estudo da história da língua portuguesa. Trata-se de uma proposta em curso, algo que se propõe para continuar nas mãos dos outros. Não é uma casa acabada, mas um edifício em construção. Por isso se chama *propor*. Por isso foi criado pela Rosa Virgínia. Por isso se integra na sua forma de estar na vida…

3 Ainda o português arcaico

Volto agora ao português trecentista, a que a Rosa dedicou amor, trabalho, rigor e criatividade. Um acúmulo de virtudes não podia deixar de criar uma constelação de obras de referência. Assim se passa com os vários livros sobre o português arcaico, com os inúmeros artigos sobre a língua portuguesa na mesma época, com as contribuições em congressos, com os cursos e, sobretudo, com aquela magnífica obra de 881 páginas que muitos de nós transportámos com amor através do Atlântico.

Não posso nem de longe aflorar o muito que diz a Rosa Virgínia sobre o português antigo. Lembro-me que, quando passei por estas épocas recuadas (numa época também recuada da minha vida), tinha como fontes de conhecimento os documentos escritos literários e não literários, as afirmações dos gramáticos, as variedades sempre em mudança da língua espalhada pelo mundo. A Rosa tem o mesmo acervo de fontes. O que existe então de especial nesta investigadora do passado da língua portuguesa? O que consegue extrair de singular nos "fragmentos que os percalços da história, do tempo que passa, legaram aos nossos dias", ou seja, o qualificador remanescente? A singularidade está na frase com que Labov interpretou os estudos diacrónicos ao longo dos séculos: "a arte de fazer o melhor uso de maus dados". E essa arte, tem-na a Rosa Virgínia.

Mais uma vez afirmo que não poderei ir longe na transmissão dos vários primores desta arte – o que permite, espero, criar nos ouvintes o desejo de atravessarem por si sós essa floresta de mistérios. Mas não consigo omitir uma referência a um dos aspectos mais populares da diferença entre o português europeu e o português brasileiro: a variação no sistema de vogais não acentuadas. Rosa Virgínia trabalhou longamente esta variação. Pode dizer-se mesmo que quem pretender informar-se sobre a proximidade ou distinção já referida pelos nossos primeiros gramáticos, encontra no seu *O português arcaico* um quadro completo. E se queremos perceber como Rosa Virgínia infere certos conhecimentos a partir de afirmações dos gramáticos quinhentistas, ouçamos este parágrafo:

> Quando afirma [Fernão de Oliveira] no capítulo VIII que 'temos oito vogais na nossa língua, mas não temos mais de cinco figuras' exemplifica todos os casos com vogais em sílaba acentuada, embora não destaque que está tratando de vogais numa determinada posição no vocábulo. Por aí se poderia inferir apenas que talvez não houvesse variação, decorrente da neutralização, na realização das vogais em outras distribuições, já que a percepção

> aguda do autor não fez destaque para isso. Em outro capítulo, entretanto, o XVIII, trata da 'comunicação que algumas [letras] têm' […] e apresenta logo como exemplo: 'Das vogais, entre *u* e *o* pequeno [não acentuado] há tanta vizinhança que quase nos confundimos, dizendo uns *somir* e outros *sumir* e *dormir* ou *durmir* e *bolir* ou *bulir*. E outro tanto entre *i* e *e* pequeno, como *memória* ou *memórea*, *glória* ou *glórea*' […]

E Rosa Virgínia conclui:

> Essas informações ilustram um facto claro: o de que, na metalinguagem de hoje, nos contextos dos exemplos destacados pelo gramático, a oposição /o/:/u/ e /e/:/i/ se neutralizava.

Então, afirmo eu, porque não continuaria em progresso esta neutralização que se faz no sentido da redução e que, no português europeu, leva até à supressão? Assim poderemos ambas inferir, passo a passo, algumas das diferenças entre as nossas variedades, vendo a génese dessas diferenças no gramático de que ambas somos fãs.

Diversamente de muitos estudiosos da história da língua, Rosa Virgínia descreve a morfologia e a sintaxe do Português Arcaico com a segurança que lhe advém da análise do *corpus* do século XIV tratado nas *Estruturas trecentistas*. A sua descrição é cuidadosa e extensa, com opções pessoais para a organização do tratamento das subáreas. O interesse que merece o comportamento da vogal temática no sistema verbal do Português leva-me a recomendar o estudo desta parte da morfologia da obra de Rosa Virgínia. Não esqueçamos que a presença da vogal temática e os seus efeitos na conjugação verbal do Português – evidenciada em pares como *devo/deve*, *durmo/dorme* – é um dos aspectos comuns a todas as variedades do Português, uma das marcas de pertença à língua portuguesa.

4 E, também, um forte sentido de cidadania

A presença de Rosa Virgínia na Universidade de Brasília não foi um acaso ou um momento isolado da sua vida. Os colegas com quem partilhou essa experiência queriam, como ela, um ensino livre e dirigido *para todos*. Rosa Virgínia manteve esta postura.

Todos, na sua terra de nascimento e de eleição, são os índios que lá estavam quando os portugueses aportaram. E foi por isso que surgiram os *Sete estudos sobre o português kamayurá*, um trabalho conjunto de um pequeno grupo de pessoas que, em 1969, desejava estender esse projecto "a outros grupos indígenas do Xingu e até [...] a outras áreas culturais". Isso afirma Rosa Virgínia no prefácio dos *Sete estudos*, em 1988.

Todos são, para a Rosa, os alunos que provêm de classes sociais profundamente diferentes entre si e que, por um lado, têm que ser respeitados no uso quotidiano da língua materna, mas, por outro, têm o direito de aprender a norma que lhes permite uma desejável ascensão social. Na realidade, "o português são dois", como dizia Carlos Drummond de Andrade, mas nunca o disse com tanto fundamento como o repetiu Rosa Virgínia.

E todos são, ainda, os autores e leitores de uma revista, a *Revista internacional de língua portuguesa* (RILP), que durante vários anos construímos em colaboração – a única

revista que regularmente integrava igual número de trabalhos provindos de Portugal e do Brasil, e aqui coligidos e enviados pela Rosa na convicção de que vale a pena espalhar junto de outros aquilo em que acreditamos.

Enfim, ficou quase tudo por dizer, mas o que disse abre um pouco as cortinas para uma sala repleta dos seus trabalhos sobre o Português. Um dia talvez me caiba falar do antes e do agora. Hoje é ao Professor Ataliba que compete esta segunda tarefa. E mesmo assim, não se dirá tudo o que desejaríamos a propósito da nossa amiga Rosa Virgínia. Porque, de tudo, o melhor é a amizade.

Referências

MAIA, Clarinda de Azevedo (1986). *História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência ao galego moderno)*. Coimbra: I.N.I.C.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos "Quatro livros dos diálogos de São Gregório"*. Edição crítica com Introdução e Índice geral das palavras lexicais. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 4 v.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; SILVA, Myrian Barbosa da; ALBÁN, Maria del Rosário S.; AGOSTINHO, Pedro (1988). *Sete estudos sobre o português kamayurá*. Salvador: CED/UFBA.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2002). Vitórias de *ter* sobre *haver* nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Org.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS. p. 119-142.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2003). Em 1967, um encontro para sempre (evocação de uma amizade que se fez no estudo da Linguística). In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (Org.). *Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Lisboa: IN-CM. v. 2. p. 403-414.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). *"O português são dois..."*: *novas fronteiras, velhos problemas.* São Paulo: Parábola.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006a). *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006b). Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. p. 219-254.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2008). *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial.

OLIVEIRA, Fernão de (2000 [1536]). *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugénio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências.

PIEL, Joseph (1976). Uma antiga latinidade vulgar galaica reflectida no léxico comum e toponímico de Entre Douro e Minho e Galiza. Sep. da *Revista portuguesa de filologia*, v. XVII.

Celebração de Rosa Virgínia Mattos e Silva

Ataliba Teixeira de CASTILHO
Universidade Estadual de Campinas
Universidade de São Paulo

Estamos aqui reunidos para celebrar Rosa Virgínia Mattos e Silva, vale dizer, para celebrar a Linguística Histórica no Brasil.

Durante o período de atuação mais forte do Estruturalismo e do Gerativismo, a Linguística Histórica tinha passado para o segundo plano, deslocada que foi por esses movimentos, basicamente a-históricos.

É verdade que mesmo no interior dessas teorias algumas vozes anunciavam a permanência da "velha senhora". Lembrem-se as pesquisas de André Martinet sobre a Fonologia Diacrônica, no quadro do Estruturalismo, e a Teoria dos Princípios e Parâmetros de Noam Chomsky, no quadro do Gerativismo. No Brasil, foi profética a voz de Fernando Tarallo (1984), que proclamou nos anos 80 o renascimento da "fênix", excelente metáfora para uma ciência que retorna sempre.

Aqueles anos 80 foram cruciais para a Linguística Histórica da língua portuguesa. Sem que tivesse havido uma combinação prévia, três respeitadas linguistas, presentes a este evento, todas senhoras, fizeram renascer essa ciência no domínio da língua portuguesa: Clarinda Maia, Rosa Virgínia Mattos e Silva e Mary Kato.

Clarinda Maia, na Universidade de Coimbra, com seus estudos sobre o galego-português, publicados em 1986. Rosa Virgínia Mattos e Silva, na Universidade Federal da Bahia, com seu estudo sobre o português trecentista, publicado em 1989. E Mary Kato, na Universidade Estadual de Campinas, juntamente com Fernando Tarallo, padrinhos do casamento da Sociolinguística com a Teoria dos Princípios e Parâmetros, que passou a procriar a partir de 1989.

Depois de sua (até aqui) obra maior, Rosa Virgínia deu continuidade às suas pesquisas sobre o português arcaico, e mesmo tive o prazer de incluir dois títulos seus na coleção "Repensando a Língua Portuguesa", da Editora Contexto: *O português arcaico: fonologia,* de 1991, e *O português arcaico: morfologia e sintaxe,* de 1993a. Esses trabalhos foram

refundidos e ampliados em *O português arcaico: uma aproximação. V. I – Léxico e morfologia. V. II - Sintaxe e fonologia* (2008).

Rosa Virgínia trabalha duro, tanto individual, quanto coletivamente. Desta sua segunda frente de trabalhos, resultou o lançamento, aqui na UFBA, do *Programa para a História da Língua Portuguesa*, o PROHPOR.

Li o texto constitutivo do PROHPOR e confesso que fiquei verde de inveja. Mas que excelente ideia! Tocado com muita energia, esse Programa aprofundou e alargou nosso conhecimento histórico sobre o português, lançando mão de um procedimento em que esta Universidade foi pioneira: o desenvolvimento de projetos coletivos de pesquisa, concebidos primeiramente por Nelson Rossi, professor da casa. Com uma agenda definida, o PROHPOR rapidamente se transformou num celeiro de estudiosos, influenciando diretamente a criação do *Projeto Para a História do Português Brasileiro*, o PHPB, em 1997, desenvolvido hoje por dez equipes regionais.

Rosa Virgínia esteve sempre presente nos seminários do PHPB, apresentando textos sobre história social e mudança gramatical, interagindo com os pesquisadores que iam engrossando as hostes da Linguística Histórica, que se revelou uma senhora prolífica.

Resenhar sua vasta produção seria impossível em tão pouco tempo. Pensei, então, em reler dois de seus textos, um publicado antes do PHPB, em 1993b, e outro publicado depois, em 2006, para identificar ali as questões que ela considerou relevantes na agenda dos estudos que nortearam sua vida científica.

Este exercício me mostrou pelo menos duas coisas: (1) sua permanente busca de atualização científica, e o envolvimento que sempre promoveu de seus orientandos nesse percurso; (2) as questões que ela levantou e que adiante sumarizo se tornaram recorrentes no atual debate científico brasileiro.

O texto de 1993b intitula-se *Linguística histórica: o estado da questão e reflexos sobre estudos históricos do português*, tendo sido apresentado ao *IX Congresso da Associação de Linguística e Filologia da América Latina*, realizado em Campinas. Nesse congresso, nossa homenageada tinha sido convidada a dirigir um Grupo de Trabalho sobre Linguística Histórica do Português, para o qual ela escreveu um rico texto de base, que vem norteando os debates ali iniciados.

O texto de 2006 intitula-se *Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados*, tendo sido publicado na obra coletiva *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*, mais uma iniciativa da UFBA.

Nesses dois textos, Rosa Virgínia destacou os seguintes aspectos:

(1) A Linguística Histórica moderna surgiu da confluência do historicismo neogramático com a Dialetologia e a Filologia, no séc. XIX, e pela confluência da Sociolinguística e do Gerativismo, no séc. XX. Trata-se, portanto, de uma severa disciplina, que exige muito de seus cultores. Destacando a importância do tratamento paleográfico-interpretativo das fontes escritas, ela mostra, com isto, que não se improvisa um linguista histórico da noite para o dia.

E num balanço sobre a contribuição dos "gramaticalizadores", expressão que cunhou, ela mostrou a permanência das ideias dos neogramáticos nesse tipo de pesquisas.

(2) Como uma ciência, a Linguística Histórica move-se num campo demarcado por princípios. Ela destaca aí o *princípio uniformitário*, e o *princípio da não direcionalidade da mudança linguística.*

2.1. O *princípio uniformitário* foi formulado por William Labov. Rosa Virgínia apresenta esse princípio com as seguintes palavras: "o conhecimento das realidades *in praesentia* abre caminho para a melhor compreensão de fenômenos passados, e o conhecimento de realidades passadas documentadas clareia a compreensão dos fenômenos da atualidade" (1993b, p. 181). Esse princípio mostrou que a mudança linguística é diretamente observável, abrindo caminho, ademais, para uma reinterpretação da dicotomia saussuriana sincronia *x* diacronia, de importância para o destravamento da agenda de pesquisas históricas.

2.2. O *princípio da não direcionalidade da mudança linguística* foi formulado por David Lightfoot. Rosa Virgínia endossa esse linguista quando reconhece que a "direção [da mudança] é indeterminada, condicionada por fatores de múltipla natureza, tanto intralinguísticos como externos à língua" (2006, p. 223). Ela prossegue afirmando que é difícil localizar as causas da mudança, sendo muitas vezes preciso admitir "o acaso como fator de mudança, reconhecendo, contudo, que mudanças podem ficar sem explicação" (1993b, p. 191). Estas constatações enterram de vez os sonhos da mudança teleológica, cultivados durante bom tempo em nossa ciência. Não adianta pensar que as línguas mudam para se tornar melhores, mais perfeitas, nem mesmo para re-equilibrar sua estrutura, ou sequer para resolver problemas suscitados pelos contactos linguísticos. Rosa Virgínia, aliás, nunca teve a menor dificuldade em enterrar os sonhos improváveis que surgiram no campo da reflexão histórica, mesmo aqueles cultivados pelos neogramáticos, em cuja escola, afinal de contas, nossa geração foi educada.

(3) Vindo agora para o campo das relações entre o Português Europeu (PE) e o Português Brasileiro (PB), ela mostra que durante muito tempo o padrão culto do PB correspondeu ao padrão culto do PE. Alterações na sociedade brasileira, de que resultou a ascensão das populações rurais, agora urbanizadas, neutralizam progressivamente o contraste "norma culta *x* norma vernácula", trazendo-se para a escola esta última, também denominada português popular brasileiro. Mais do que isso, é o professor ele mesmo que pratica a norma vernácula, deixando de lado a norma culta das gramáticas escolares, em que não reside sua identidade linguística. Dá para surpreender o ar divertido da Rosa Virgínia, agora que o português popular ameaça transformar-se na língua da

escola e, portanto, na língua do Estado. Indo por aqui, ela problematizou essa questão, concentrando-se na história dessa variedade dita não padrão do PB, a que denominou *português geral brasileiro*, "que será, no meu modo de interpretar, o antecedente histórico do hoje designado pela Sociolinguística como português popular brasileiro, ou vernáculo brasileiro, ou ainda normas vernáculas" (2006, p. 236). E agora, explicaremos esse português geral brasileiro como uma criação dos trópicos, influenciado talvez por momentos de crioulização, ou, ao contrário, vamos explicá-lo como uma deriva do português europeu arcaico, para cá trazido pelas caravelas dos comerciantes portugueses, e nele encaixado? Parafraseando Ivo Castro, a pergunta de Rosa Virgínia aqui é: que língua foi aquela que saiu das caravelas, primeiramente em São Vicente, e logo depois aqui, na Bahia? Dois cenários se caracterizam para a busca das respostas: de um lado, precisaremos de uma descrição minuciosa do português quatrocentista, adquirido como língua materna pelos descobridores; de outro, precisaremos desenvolver uma investigação minuciosa das sócio-histórias do português brasileiro. Rosa Virgínia embarcou decididamente nesta outra caravela, o que nos leva à quarta ideia-força que encontramos em seus escritos.

(4) Para desenhar nossas sócio-histórias – e o plural se justifica por terem sido tão diferentes as condições de implantação do português no Brasil –, Rosa Virgínia mergulha na demografia histórica, destacando o fato de que, por largo espaço de tempo, a etnia branca foi minoritária no país, encolhendo-se debaixo de seus escassos 30%, a que se contrapõem as etnias não brancas, vastamente majoritárias. Ela elabora então um grande programa de pesquisas, que consiste em descobrir as trilhas do português popular e do português culto do Brasil, como forma de explicar o passado através dessas perspectivas do presente. E nisto estamos. Basta observar a produção recente do PHPB para constatar que muitos outros passageiros se candidataram a companheiros seus nesta viagem.

Gostaria de finalizar esta breve homenagem com estas palavras, que Rosa Virgínia inscreveu na parte final de seu texto de 1993b:

> Talvez, imagino e proponho, já pudéssemos até esboçar trilhas para uma nova história da língua portuguesa, para onde confluiriam os estudos analíticos dispersos sobre as várias faces da língua enquanto fenômeno histórico (p. 197).

É um enorme prazer informar a esta audiência que precisamente durante este Congresso de celebração de sua obra, os pesquisadores do PHPB pretendem ultimar o desenho da HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO. Trata-se de uma vasta obra em cinco volumes, vários deles com vários tomos, a serem preparados por mais de cinquenta linguistas recrutados em várias universidades brasileiras, para publicação em 2012.

Um trabalho assim só poderia ser debatido na Universidade que nos ensinou a trabalhar coletivamente, e na presença da cientista que nos ensinou a fazer Linguística Histórica.

Referências

MAIA, Clarinda de Azevedo (1986). *História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência ao galego moderno)*. Coimbra: I.N.I.C.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1991). *O português arcaico: fonologia.* São Paulo/Salvador: Contexto/EDUFBA.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1993a). *O português arcaico: morfologia e sintaxe.* São Paulo/ Salvador: Contexto/EDUFBA.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1993b). Linguística histórica: o estado da questão e reflexos sobre estudos históricos do português. In: CASTILHO, Ataliba; ILARI, Rodolfo (Org.). *Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL).* Campinas. Universidade Estadual de Campinas / IEL, 1993, vol. II, p. 181-199.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006). In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. p. 219-256.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2008). *O português arcaico: uma aproximação. V I – Léxico e morfologia. V. II -- Sintaxe e fonologia.* Lisboa: IN-CM.

TARALLO, Fernando (1984). "A Fênix finalmente renascida". *Boletim da ABRALIN*, n. 6, p. 95-103.

Rosae: desvelando um dativo

Rosa Virgínia MATTOS E SILVA
Universidade Federal da Bahia /CNPq
PROHPOR

Que é um acto poético, perguntou o rei, Não se sabe, meu senhor, só damos por ele quando aconteceu.

José Saramago, *A viagem do elefante*

Introduzindo

Quando, em oito de dezembro de 1991, escrevia o texto que viria a ser a plataforma do *Programa para a História da Língua Portuguesa* (PROHPOR), a ser enviado ao CNPq, ouvia o ritmo baiano que, trazido pelo vento, vinha da festa da Conceição da Praia. Perguntei-me então: quem virá a ler o que se propunha no fim do século XX, a não ser os técnicos do CNPq? Porque, quando um poeta escreve um poema, saberá ele quem o lerá? Não escrevi o texto a ser enviado ao CNPq em forma de poesia – nem o saberia, nem o poderia. Contudo, o objetivo principal do PROHPOR era e é "a reconstrução do passado do português, das suas origens e, a partir do século XVI, voltar-se-ia para a história do português brasileiro ou do Brasil". Sem destinário definido, nasceu o Grupo de Pesquisa PROHPOR. E foi um parto fácil e agradável.

1 Por que *Rosae*?

Este breve excurso sobre a morfologia nominal do latim deve-se ao fato de ter havido alguma confusão quanto ao nome com que o Congresso foi batizado: "Congresso de Rosa..." Não: "Congresso para Rosa". Então, me pareceu necessário desvelar a flexão *-ae*: se o <a> é a vogal temática da 1ª declinação ou paradigma, o que está representado por <e>, com valor fonético da semivogal [y], representava tanto o genitivo, como o dativo singular, também o nominativo e o vocativo plural do primeiro paradigma ou declinação.

A língua latina apresentava uma morfologia forte, isto é, as funções sintáticas se expressavam pela flexão nominal, mas as suas descendentes românicas apresentam uma morfologia fraca, sendo representadas as funções sintáticas ou por preposições ou pela ordem das palavras ou sintagmas na sentença. Ficou elegante a escolha de *ROSAE* para denominar este Congresso, melhor do que "para Rosa".

Contudo, gostaria de deixar claro que o Congresso, que ora se inicia, não é "para Rosa", ou seja, eu própria. Este Congresso, a meu ver, homenageia o Grupo PROHPOR, que já está com cerca de vinte anos, jovem, persistente e produtivo.

No início de 1990, precisávamos ter projetos de pesquisa para a obtenção da Dedicação Exclusiva. Começava assim, sem que o soubéssemos, a gestação do PROHPOR. O embrião desse Grupo foram os projetos de Therezinha Barreto, de Sônia Bastos Borba Costa, de Maria do Socorro Netto e o meu. Em inícios de 1992, agregaram-se ao Grupo Tânia Lobo, Dante Lucchesi e Ilza Ribeiro, os três ainda professores da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Os sete professores enunciados acima, reunidos, decidiram que enviariam ao CNPq os seguintes projetos: o de Tânia Lobo, *Fontes para a sócio-história do português brasileiro*; o de Dante Lucchesi, *Banco informatizado de textos (BIT-PROHPOR)*; o de Ilza Ribeiro, *O efeito V2 no português arcaico* (tema de sua tese de doutoramento a ser defendida na UNICAMP); o meu, *A variação ser/estar e haver/ter no período arcaico do português*; o de Therezinha Barreto, *As conjunções no período arcaico do português* (tema de sua dissertação de Mestrado, então em andamento) e o de Sônia Bastos Borba Costa, *Os advérvios na história do português*. Com esses projetos, nos apresentamos ao CNPq, para solicitar um Auxílio Integrado. Concedido este, compramos o primeiro computador para pesquisa do Instituto de Letras da UFBA, uma impressora matricial e conseguimos duas bolsas de Aperfeiçoamento Científico. Não mais existem auxílios integrados, nem bolsistas de Aperfeiçoamento Científico no CNPq.

Por sugestão de Tânia Lobo, para afinar a orquestra, ou seja, o grupo original do PROHPOR, iniciamos um projeto coletivo sobre a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, que resultou em nossa primeira coletânea, *A carta de Caminha: testemunho linguístico de 1500*, publicada pela EDUFBA, UEFS, EGBA, em 1996.

2 A expansão progressiva do PROHPOR

A expansão se deu não só no que se refere ao número de pesquisadores, mas também em relação à titulação. No início, só eu tinha o famigerado título de Doutor (um parêntese: "famigerado", porque tal exigência levou a que surgissem Doutores e doutores, ou seja, a quantidade prejudicando a qualidade). Logo depois, Ilza Ribeiro doutorava-se pela UNICAMP, Tânia Lobo e Dante Lucchesi – ainda não professores concursados da UFBA – foram fazer seu Mestrado na Universidade de Lisboa, sob a orientação de Luís Filipe Lindley Cintra. Tendo falecido esse ilustre e respeitável romanista, voltaram os dois, também esgotada a bolsa, e concluíram suas dissertações em Salvador, sob minha supervisão, tendo defendido seus trabalhos na Universidade de Lisboa.

Se o Auxílio Integrado durara três anos, logo foi mudada essa sistemática, em 1995, e, daí por diante, de dois em dois anos, nos apresentamos ao CNPq, para relatórios e novos projetos, também para os Diretórios de Pesquisa.

Em 1996, dois acontecimentos favoreceram o PROHPOR: 1) A nova estruturação do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) e 2) O início do *Projeto Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), liderado por Ataliba de Castilho.

Explicitarei o porquê do favorecimento: a reestruturação do PPGLL permitiu a vinda de professores estrangeiros e brasileiros para os chamados Seminários Avançados III. Foi por isso que pudemos convidar Ian Roberts, Anthony Kroch, Ana Maria Martins, entre os estrangeiros, e Ataliba de Castilho, Maria Luíza Braga, Mary Kato, Martha Scherre, entre vários outros, e, no último semestre, Carlos Alberto Faraco. Esse fato permitiu que, sem sair daqui, ouvíssemos vozes diferentes, que renovavam, não só a Pós-Graduação, como também os membros do PROHPOR, que sempre assistiam aos Seminários, mesmo que não fossem a isso obrigados.

O início do PHPB reforçou uma das orientações do nosso grupo de pesquisa. Com seus seminários, em geral bianuais, estávamos amarrados a um rumo que nos fazia pensar e escrever sobre o português brasileiro, quer sobre a sua sócio-história, quer sobre mudanças que ocorreram em nosso passado e, sobretudo, a necessidade da construção de *corpora* de documentação do PB, para as necessárias análises linguísticas. Por outro lado, esse projeto nacional desviou o rumo do grupo da Bahia, que deixara de lado a história do português em nosso Estado, antes Capitania (século XVI), depois Província (século XIX).

O projeto coletivo que se seguiu ao da *Carta de Caminha* foi sobre o *Português quinhentista*, em que um dos objetivos foi delimitar a fronteira final do período arcaico, antigo ou medieval da língua portuguesa. Esse projeto constituiu uma nova coletânea – *O português quinhentista: estudos linguísticos* – publicada pela EDUFBA, em 2002. Essa coletânea foi organizada por mim e pelo então doutorando Américo Venâncio Lopes Machado Filho, que foi meu orientando de Mestrado e de Doutorado. Sua dissertação, já publicada, tratou da pontuação em manuscritos medievais e em seu Doutorado fez duas edições de um *Flos sanctorum* (Manuscrito Serafim da Silva Neto) e um circunstanciado glossário de mais de 500 páginas. Na coletânea quinhentista, já aparecem o nome e a contribuição de novos membros do PROHPOR, como sejam, as doutoras Rosauta Poggio e Anna Maria Nolasco de Macêdo, as mestres Sílvia Santos Gonçalves e Iraneide Costa, o referido Américo Machado Filho e a bolsista de Iniciação Científica Eliéte Oliveira.

A coletânea seguinte já demonstra a dispersão temática do PROHPOR. Não se baseou em um projeto coletivo, como as anteriores. Foi organizada pelos doutores Sônia Bastos Borba Costa e Américo Venâncio Lopes Machado Filho e publicada em 2004, pela EDUFBA. Novos autores aí aparecem – membros do nosso grupo de pesquisa –, tais como Lucas Santos Campos, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), ainda mestrando, hoje doutor, orientado pela doutora Therezinha Barretto, o doutorando Klebson Oliveira, hoje fazendo seu pós-doutoramento, Mariana Fagundes de Oliveira,

ainda mestranda, hoje quase doutora (no momento em Lisboa, com bolsa-sanduíche, sob orientação de Ana Maria Martins), Dilcélia Sampaio, doutoranda, Eliéte Oliveira, já mestranda, e a doutora Emília Helena Portella Monteiro de Souza. Se lermos o sumário da referida coletânea, veremos a dispersão temática e teórica a que me referi: trabalhos gerativistas, outros funcionalistas, outros sociofuncionalistas, que se centram ou no português arcaico, ou no brasileiro do século XIX e contemporâneo. Não foi sem razão que a referida coletânea se intitula *Do português arcaico ao português brasileiro*.

Nova coletânea está em curso, organizada pelos doutores Klebson Oliveira e Juliana Soledade e pelo mestrando Hirão Cunha e Souza. Juliana Soledade fez seu Mestrado e Doutorado sobre a sufixação no português arcaico. Outro projeto coletivo concluído, cujo livro será lançado neste Congresso, sob o título *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*, foi coordenado por Tânia Lobo e Klebson Oliveira, com base na documentação da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), editada por Klebson Oliveira, parte em seu Mestrado, parte em seu Doutorado, tendo como foco a morfossintaxe que essa documentação apresenta.

Hoje o PROHPOR tem os seguintes projetos: O BIT-PROHPOR, que vai devagar, mas não morreu, o *Projeto Gramaticalização na história do português*, coordenado pela Doutora Sônia Costa; o *Projeto Todos os nomes*, sob a coordenação da Doutoras Tânia Lobo, Juliana Soledade e Aurelina Ariadne Almeida e de que participam os bolsistas Permanecer, da CAPES, Ana Carolina Horta de Souza, Sônia Cristina Martins Ferreira e Letícia Laxon. Há, ainda, o *Projeto DEPARC (Dicionário etimológico do português arcaico)*, coordenado por Américo Machado Filho.

Quanto às orientações de doutorado, comigo estão Eliéte Oliveira, Antônia Vieira, Maria da Conceição Hélio Silva e Pedro Daniel Souza. Américo Machado Filho orienta o doutorado de Genésio Seixas Souza e os mestrados de Laurete Guimarães e Hirão Cunha e Souza; Tânia Lobo orienta os mestrandos Ana Sartori Gandra, Luciana Dias Moreira Ramos e Wagner Carvalho Argolo Nobre, tendo concluído, recentemente, Nilzete Rocha o Mestrado, sob sua orientação. Foi, ainda, co-orientadora de Luís Gomes, que teve como orientadora em seu Mestrado a doutora Sônia Bastos Borba Costa, que também orientou o Mestrado de Regina Bittencourt. Therezinha Barreto orienta as doutorandas Joalêde Bandeira e Eva Maria Nery.

Quando o PROHPOR começou, solicitávamos de dois em dois anos bolsas. Apenas dois bolsistas de cada vez, que juntos iam construindo o BIT-PROHPOR. Foram muitos; não mencionarei nenhum para não deixar outros de fora. Entretanto, surgiram as bolsas PIBIC, do CNPq, da CAPES ou da FAPESB e PERMANECER/CAPES. Hoje temos os já mencionados bolsistas PERMANECER e ainda Cristiane Santos Pereira, Catarina Rosa Soares, Lisana Rodrigues Trindade Sampaio, Hérvickton Israel de Oliveira Nascimento, além dos que estão na fila. Esses últimos trabalham com o português arcaico, sob orientação de Américo Machado Filho.

Para não deixar de fora o grupo da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), liderado pelas doutoras Zenaide Carneiro e Norma Lúcia Fernandes, que têm os seus bolsistas. Da mesma forma, na UESB, Lucas Santos Campos tem os seus.

Um preocupação minha atual é o fato de que não seguimos a nossa rota de reconstituição do português da Bahia, pelo menos no que se refere à sócio-história. Contudo, eu e a doutora Emília Helena Portella de Souza temos trabalhado nessa linha, aos poucos tratando da demografia, da escolarização e do contato linguístico, primeiro na Província da Bahia no século XIX, com trabalho apresentado no *VII Seminário do PHPB* de Londrina, e depois na Capitania de São Jorge dos Ilhéus, com trabalho apresentado na ALFAL de 2008, em Montevideu. Continuaremos com a Capitania de Porto Seguro. Do semiárido, Zenaide Carneiro e sua equipe já trataram do mesmo tema. Recentemente, contactei um professor da UESB, Jorge Augusto Alves da Silva, que se mostrou interessado em pesquisar nessa linha no sudoeste baiano.

Neste ano, solicitou bolsa ao CNPq Américo Machado Filho, com projeto individual, que trata de uma edição interpretativa e glossário da versão D dos *Diálogos de São Gregório* (Manuscrito da Livraria 522, hoje no IANTT), já que a edição diplomática a fez o pesquisador no seu Pós-Doutorado em Coimbra, a qual foi publicada pela EDUFBA, em 2008, com o título *Diálogos de São Gregório: edição e estudo de um manuscrito medieval português*. Contudo o CNPq, embora tenha considerado o mérito do projeto, não concedeu a pleiteada bolsa. Também solicitou bolsa ao CNPq a doutora Tânia Lobo, com o projeto individual *Reconstruindo a história da penetração das populações indígenas brasileiras no mundo da cultura escrita (1759 a 1834)*, tendo por base a documentação do Projeto Resgate. Seu pedido não foi deferido pelo CNPq.

O que considero muito importante em nosso Grupo de Pesquisa é que há uma inter-relação entre os que sabem mais e os que sabem menos. Como alguns bolsistas pretendem editar textos medievais, precisam de saber de filologia, além de linguística e de história da língua portuguesa, para interpretarem com adequação o que leem; fazem disciplinas sobre esses assuntos, leem o que se apresenta como necessário, pedem ajuda aos que sabem mais.

Não poderia deixar de destacar o interesse dos bolsistas em participar de congressos. Vão sempre às sua expensas e, como são na maioria pobres, esforçam-se por juntar dinheiro para alcançar o que pretendem. Até a congressos internacionais, como o da ALFAL em Montevideu, já foram eles, no caso elas: Ana Carolina Horta de Souza, Sônia Cristina Martins Ferreira, Irany Sacerdote de Souza Silva, Verônica de Souza Santos (agora mestranda). Considero isso admirável, porque não há como o PPGLL subsidiar tais viagens.

Para terminar

De fato tem sido prazeroso coordenar esse grande grupo de pesquisa. Trabalhoso não foi, nem é, porque o que se faz com prazer não dá trabalho. Comecei com o ritmo da Festa da Conceição em oito de dezembro de 1992. Parece que Nossa Senhora da Conceição protege o PROHPOR, veja-se que a Presidente deste Congresso é Tânia Conceição Freire Lobo, nascida no dia 8 de dezembro.

Agradeço a todos, especialmente ao querido e numeroso grupo que organizou este Congresso. Quando lhes digo que quem procura trabalho é trabalhador, respondem: "Mas é um prazer, Rosa". Se é "um prazer", ainda mais grata fico.

Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política[1]

Carlos Alberto FARACO
Universidade Federal do Paraná

A Professora Rosa Virgínia nos tem orientado a pensar a história da língua principalmente como uma sócio-história. Essa perspectiva me estimulou a propor o tema da LUSOFONIA para esta conferência.

Me interessa aqui discutir uma sócio-história política da língua – ou, mais especificamente, as perspectivas da língua portuguesa como língua internacional.

O estatuto da língua portuguesa como língua internacional costuma ser subsumido pelo polissêmico termo LUSOFONIA – termo que, como veremos, tem ampla circulação em Portugal e quase nenhuma no Brasil e é visto, em geral, sob suspeita nos demais países em que o português é língua oficial. Esse quadro por si só é certamente um sintoma de algo que nos pede interpretação.

---

1 Depois de apresentado, este texto chegou, por vias indiretas, e alheias à Comissão Organizadora do *ROSAE,* às mãos do eminente linguista português Ivo Castro, que nos deu a honra de lê-lo e criticá-lo. Suas críticas foram incluídas na fala que fez na mesa-redonda "Política linguística", realizada em 24/10/2009, durante o *XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística.* Em sua fala, aponta suas concordâncias com o que dizemos neste texto, mas faz a ele críticas severas. Começa por dizer que este nosso texto é um "forte ataque à ideia de Lusofonia". Nossa intenção não era atacar a ideia de LUSOFONIA. Ao contrário: tendo nos envolvido nos últimos anos, como participante da *Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa* (COLIP), com o tema da promoção internacional da língua portuguesa, nossa intenção aqui era observar e registrar aspectos desta complexa questão e refletir sobre os caminhos trilhados. Com isso, pretendíamos oferecer contribuições para os debates quanto ao interesse, necessidade e viabilidade da LUSOFONIA. Tentamos, por isso, resgatar posições portuguesas, brasileiras e africanas simpáticas, críticas e desfavoráveis à LUSOFONIA. Assim, não podemos concordar com a afirmação do eminente colega Ivo Castro de que ignoramos que "parte importante da classe pensadora portuguesa lhe é antagonista". Pensamos que o texto fala por si. Também não podemos concordar com a afirmação de que sugerimos ser a ideia de LUSOFONIA construção portuguesa. Tentamos trazer diferentes manifestações brasileiras sobre a questão justamente para mostrar que, se o termo é de baixa ocorrência no Brasil, não parece que o tema o seja. E, por fim, o Professor Ivo Castro diz que nosso texto foi, no fundo, apenas pretexto para condenar a ação do governo português de promoção da língua via Instituto Camões. Gostaríamos, sobre este ponto, de deixar claro que nossa intenção não é criticar ou condenar, mas apenas constatar e registrar as características da política portuguesa e brasileira. Pensamos que é fundamental, para fazermos avançar o debate e tomarmos decisões pertinentes, ter bem descritos os caminhos políticos trilhados pelos países envolvidos com a questão, em especial quando seus dirigentes, quando se reúnem em Conferências, declaram tão enfaticamente a necessidade de ações conjuntas nessa área. É preciso saber se estas declarações são apenas retóricas ou se vale a pena despender esforços na busca de sua concretização. Por fim, como o Professor Ivo Castro nos critica também por não termos citado nenhum linguista português sobre o tema, procuramos, nesta versão do texto, para não passarmos por ignorante da opinião dos colegas portugueses, incluir referências às suas ideias, considerando o lugar de destaque que ocupam não só na linguística portuguesa, como também na linguística de língua portuguesa. Trazemos também a opinião de outra eminente linguista portuguesa, a Professora Maria Helena Mira Mateus.

LUSOFONIA, como dissemos, é um termo polissêmico. Ora é usado para fazer referência ao conjunto dos falantes de português mundo afora – diz-se, portanto, da população lusófona. Um uso descritivo, que recorta uma determinada quantidade e, aparentemente, não carrega maiores implicações políticas ou valorativas.

Mas há usos bem marcados valorativa e politicamente.

LUSOFONIA ocorre, por exemplo, como o nome de uma idealizada irmandade de sentimentos e tradições. Diz-se LUSOFONIA com uma vibração especial das cordas do coração, com um senso de lírica pertença a uma indefinida comunidade transnacional e intercontinental unida pelo imaginário da mesma língua e de tudo que o acompanha.

Diz-se LUSOFONIA, neste caso, com o mesmo sentimento com que nosso poeta Mário de Andrade, sentado em sua casa em São Paulo, descobriu, numa noite, de supetão, que o seringueiro lá no norte era brasileiro que nem ele.

Diz-se, então, quase parodiando o poeta:

> De supetão senti um friúme por dentro.
> Fiquei trêmulo e muito comovido.
> Não vê que lembrei que lá na cidade da Praia, lá no calor equatorial de São Tomé e Príncipe, lá na friagem da Serra da Estrela, lá em Djili, lá nas barrancas do rio Kuanza e do rio Limpopo, lá na costa de Bissau,
> Um homem faz pouco se deitou, está dormindo.
> Este homem é lusófono que nem eu.

Mas LUSOFONIA é também o nome de diferentes projetos políticos, de diferentes planos estratégicos de geopolítica – convergentes alguns em certos momentos, mas, em geral, silenciosamente divergentes e até concorrentes. E, claro, os silêncios, os não ditos, os implícitos dificultam obviamente os debates.

Aqui, em tamanho menor, encaixa-se o entendimento de LUSOFONIA como o projeto de congregar todos os países de língua portuguesa, mais a Galiza e as diversas diásporas de fala portuguesa, na construção de políticas linguísticas que permitam uma gestão coletiva da língua com vistas à sua promoção, seja no interior do bloco (em que ela é, na maioria dos países, minoritária, embora oficial), seja globalmente.

É diante dessa complexidade de sentidos que nos pusemos a pergunta-título desta conferência – **LUSOFONIA: utopia ou quimera?**

As palavras compostas com *fonia* (e aqui vão nos interessar anglofonia, francofonia, hispanofonia e lusofonia) têm uma história de aproximadamente um século e algumas décadas. Parece que o primeiro composto da série foi *francofonia*, que teria sido construído pelo geógrafo francês Onésime Reclus no livro que publicou em 1880 e que tinha o sugestivo título "A França e suas colônias".

Vivia-se a grande década da consolidação do moderno colonialismo europeu. Em 1884, reuniam-se as potências coloniais europeias em Berlim para ajustarem entre si a partilha da África. A noção de francofonia emergiu, assim, nesse contexto em que se elaborava o discurso de justificação dos impérios coloniais modernos – as metrópoles como arautos da civilização e do progresso.

Nesse processo, paralelo ao exercício do poder "hard" (com o controle político, militar e econômico dos territórios submetidos), nasciam os primeiros delineamentos do chamado poder "soft", que se fundava justamente numa pretensa unidade cultural dada por uma língua comum portadora da civilização que vencia a barbárie.

Nessa mesma conjuntura, criava-se, em 1883, a *Aliança Francesa*, entidade que tinha como objetivo realizar a política do governo da França de difusão de seu poder "soft" por meio da promoção do ensino de francês e da cultura francesa.

Foi ela a instituição pioneira que serviu de modelo às tantas outras que depois a seguiram com intuitos semelhantes, dentre as quais merece especial destaque o *British Council*, fundado em 1934, no âmbito do Ministério do Exterior da Grã-Bretanha, para ser o agente principal da promoção, mundo afora, da língua inglesa e da cultura britânica, ou seja, do poder "soft" da Grã-Bretanha.

Se a criação da *Aliança Francesa* se deu no auge do colonialismo, a criação do *British Council* se deu já numa época em que o Império Britânico começava a prenunciar a descolonização e dava os primeiros passos para rearranjar sua estratégia de poder.

A progressiva autonomia política de suas maiores colônias – o Canadá (1867/1931), a Austrália (1909/1942), a Nova Zelândia (1907) e a África do Sul (1909) – levou o governo britânico a criar, em 1931, a *British Commonwealth*, a organização internacional que visava manter uma ação política internacional conjunta desses novos países sob coordenação da Grã-Bretanha.

Um organismo semelhante só foi criado, na órbita dos interesses estratégicos franceses, em 1970 – já, portanto, no período posterior à descolonização. Os entendimentos nessa direção se iniciaram logo depois de terminada a guerra da Argélia em 1962, momento final do Império Colonial Francês.

Em 1969, ocorre a primeira conferência reunindo a França e suas ex-colônias, criando-se no ano seguinte a *Agência de Cooperação Cultural e Técnica*, posteriormente denominada de *Agência Intergovernamental da Francofonia*, sendo hoje conhecida como *Organização Internacional da Francofonia* (OIF).

Se, no início desses empreendimentos, o interesse político das antigas metrópoles se deixava ver mais claramente, ele vai desaparecendo do discurso oficial a ponto de ser hoje imperceptível. Assim, a *British Commonwealth* já em 1949, depois da independência da Índia, perde o qualificativo *British* e se torna *Commonwealth of Nations*, hoje simplesmente *Commonwealth*. A entidade se apresenta nos nossos dias como "uma associação voluntária de 53 países que dão suporte uns aos outros e trabalham em conjunto para atingir objetivos compartilhados de democracia, paz, solidariedade, desenvolvimento sustentável e direitos humanos".

No *site* e nos documentos oficiais desta organização, não se faz qualquer menção ao fato de que praticamente todos os 53 países membros foram colônias britânicas; não se diz que o país que mais contribui para o orçamento da entidade é a Grã-Bretanha, que é também o principal centro de fomento das chamadas ações de cooperação e que, em

retorno, é o país que mais se beneficia dos laços que sustentam, livres de amarras, as relações comerciais entre os membros da entidade.

Venceu, portanto, o poder "soft" britânico.

Curiosamente, a *Commonwealth* não assume nenhuma ação de promoção da língua inglesa, que continua sob a responsabilidade do *British Council*. Este, por sua vez, procura hoje apagar seus compromissos com os interesses unilaterais britânicos. Diz-se fundado numa ampla definição do que é cultura, entendida, segundo se lê em seu *site,* como o espaço primordial para o reconhecimento da diversidade e para a mútua compreensão.

Se apresenta, então, como uma organização voltada para a oferta de oportunidades educacionais e para o estabelecimento do diálogo intercultural por meio de programas na área das artes, das ciências, dos esportes e, por último, do suporte ao ensino de inglês.

Furando essa rede discursiva tão bem amarrada, arrola, no entanto, entre seus objetivos, "vender as indústrias criativas britânicas".

No âmbito da francofonia, diferentemente da *Commonwealth*, a *Organização Internacional da Francofonia*, com seus 55 membros, dá amplo destaque à língua francesa como o cimento da Organização. No entanto, procura desvincular a língua francesa da França (faz, então, o discurso da copropriedade da língua) e procura apresentar a entidade como totalmente desvinculada dos interesses estratégicos da França.

Na "Carta da Francofonia" (publicada em 2005), lê-se que a OIF é uma instituição voltada para a construção de um mundo que respeite a diversidade cultural e linguística, no qual a língua francesa e os valores universais [quais sejam, a democracia, a paz, os direitos humanos, o diálogo intercultural, a promoção da educação, da cooperação econômica e do desenvolvimento sustentável] se desenvolvam e contribuam para uma ação multilateral original e para a formação de uma comunidade internacional solidária.

Tire-se, desse discurso, a referência à língua francesa e a missão da OIF coincide *ipsis litteris* com a missão da *Commonwealth*.

Em recente entrevista à revista *Courier – Revista das relações de cooperação entre África-Caraíbas-Pacífico e União Europeia* – edição de janeiro/fevereiro de 2009 (www.acp-eucourier.info), a Dra. Maria Nicolescu, chefe da delegação da OIF junto à União Europeia, diz enfaticamente:

> A Francofonia francesa é um episódio que se deve declarar encerrado. A Francofonia nunca foi uma instituição orientada apenas para a defesa do francês. A língua não é senão um meio para veicular ideias. As nossas missões são: defesa da diversidade cultural e linguística, democracia e direitos humanos, educação, desenvolvimento sustentável e solidariedade.

Venceu, novamente, o poder "soft". Agora o francês. Não se menciona que a França é o país que mais contribui para o orçamento da entidade, é o centro de fomento das ditas ações de cooperação, é a matriz das indústrias da língua francesa e grande beneficiária das relações comerciais intrabloco.

Também não se faz referência à declaração, que se pode ler no *site* do Ministério Francês dos Negócios Estrangeiros, de que a promoção da língua francesa é prioridade do governo daquele país, porque a disseminação da língua favorece a difusão dos valores e das posições da França no mundo, bem como – e muito pragmaticamente – favorece o comércio exterior e os investimentos franceses.

O movimento da hispanofonia, por sua vez, tem uma história e motivações diferentes das outras duas fonias. Quando ela começa a se delinear, o colonialismo espanhol já de há muito havia se desestruturado. Depois da perda, no fim do século 19, de Cuba e das Filipinas, suas últimas grandes colônias, sobravam alguns postos coloniais na África, mas sem maior relevância nos jogos geopolíticos de poder.

A Espanha era um país pobre e sem importância. Tinha, no entanto, uma forte tradição de gestão centralizada da língua, corporificada nas ações da *Real Academia Española* (RAE) – talvez a instituição mais patrimonialista, purista e normativista dentre as suas similares no mundo latino.

Em 1951, por iniciativa do presidente do México, cria-se a *Associação das Academias da Língua Espanhola*, congregando 22 instituições com o objetivo de trabalhar em união pela integridade e crescimento da língua espanhola.

Muito significativamente, a RAE não estava presente na conferência em que se criou aquela Associação. Só veio a se incorporar a ela alguns anos depois e só muito recentemente alterou, pelo menos no plano retórico, sua tradicional postura patrimonialista e purista.

A pressão de um projeto de expansão da presença da Espanha no mundo – agora transformada numa das principais economias da União Europeia e dispondo de condições de exportar capital – acabou por configurar uma agressiva política de transformação da língua numa preciosa mercadoria.

Esse processo, evidente desde meados da década de 1990, tem sido estudado em detalhes pelo Professor José del Valle, da CUNY. Num dos textos que del Valle coletou na imprensa espanhola, encontra-se uma expressão que sintetiza todo esse movimento estratégico da hispanofonia contemporânea: "O espanhol é o nosso petróleo".

Esse projeto articula uma rede de ações. Conta com o apoio financeiro das grandes corporações espanholas que atuam no exterior, como o Banco Santander e a Telefônica. O governo da Espanha, por sua vez, desenvolve ações políticas em diversas frentes. Valem aqui como exemplos o esforço diplomático que resultou na oferta obrigatória do espanhol como língua estrangeira no Ensino Médio do Brasil; e a criação, em 1991, do *Instituto Cervantes* como órgão de governo dedicado à promoção e ensino da língua espanhola, da cultura espanhola e – destaque-se – da cultura dos países de língua espanhola. O governo dá também grande estímulo à indústria editorial produtora de material didático e a todas as formas das chamadas indústrias da língua (em especial, as ferramentas para a internet).

Desse projeto resultou também uma significativa mudança das concepções e procedimentos de gestão da língua da RAE. Desenvolveu-se ali o discurso do pan-hispanismo,

ou seja, a ideia de copropriedade da língua por todos os 27 países em que o espanhol é a língua majoritária, da gestão coletiva e solidária das políticas de língua e, em consequência, da produção conjunta dos instrumentos normativos, sustentados agora não mais no pressuposto de uma norma única, mas de uma norma de caráter multicêntrico, uma concepção capaz de incorporar a diversidade das variedades cultas, quer as correlacionadas aos diferentes espaços geoculturais em que está a língua, quer as correlacionadas com os diferentes registros orais e escritos.

Nessa linha, foram publicados, numa ação conjunta da RAE e da *Associação das Academias de Língua Espanhola*, a nova edição da *Ortografia* (1999), as novas edições do *Dicionário da RAE* a partir da 22ª que veio à luz em 2001, o *Dicionário panhispánico de dudas* (2005) e, em 2009, a *Nueva gramática de la lengua española*.

Neste amplo e diversificado quadro das fonias, como podemos situar a LUSOFONIA?

Das quatro aqui analisadas, a LUSOFONIA, de certa forma, é a mais tardia e, talvez, a mais complicada e frágil de todas. Atrás dela não há, como na anglofonia e na francofonia, uma ex-metrópole colonial que tenha sido, no século 20, uma potência política, militar e econômica. Não há, portanto, um grande projeto estratégico de natureza política, econômica e cultural.

Também não há, como na hispanofonia, uma forte articulação convergente de ações políticas, econômicas e de gestão da língua. Bem ao contrário: os dois únicos países em que o português é a língua majoritária agem isoladamente e em direções divergentes.

Como mostram nossos colegas Gilvan Müller de Oliveira e Clara Dornelles (2007), têm sido escassos os momentos de convergência entre os dois países. O mais comum tem sido a ausência de planificação e diálogos conjuntos. No geral, predominam ainda políticas puramente nacionais, o que, em última instância, redunda em dificuldades para o português ocupar uma melhor posição internacional entre as línguas mais faladas.

Parece inegável que o Brasil, ao concentrar 85% dos falantes da língua portuguesa no mundo, tem um papel fundamental no futuro da língua e de sua difusão internacional. No entanto, o Brasil parece não querer assumir esse papel. É ainda tímida a ação do país na difusão da língua no exterior,[2] na cooperação linguístico-cultural sistemática com os demais países de língua oficial portuguesa e mesmo na indispensável promoção da língua no interior de suas próprias fronteiras.

O Brasil tem evitado até agora assumir papel de maior protagonismo na gestão da língua, optando antes por certo imobilismo: parece se contentar em assumir para si uma posição secundária e aguardar que as iniciativas venham sempre de Portugal. Gilvan

---

2 Usamos o adjetivo 'tímidas' para classificar a ação do Brasil nesta área para expressar um juízo bastante costumeiro quando se discute este assunto nos meios universitários. As ações governamentais de difusão internacional da língua portuguesa e da cultura brasileira são desenvolvidas pela *Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores*. Essa *Divisão* coordena as atividades dos 15 *Centros de Estudos Brasileiros* (9 no continente americano, 3 no continente europeu e 3 no continente africano) e dos 43 leitorados em universidades de 30 países, além de cooperar com *Institutos Culturais Binacionais* existentes em alguns países. Mais informações podem ser obtidas na página www.dc.mre.gov.br

Müller de Oliveira e Clara Dornelles (2007) veem nessa atitude política do Brasil uma espécie de "complexo de colônia" que o impede de se ver como coproprietário de uma língua que não pertence mais ao antigo colonizador.

Ora, esse imobilismo favorece as ações unilaterais de Portugal que não só costuma ignorar o Brasil em matéria de língua, como ainda procura embaraçar qualquer situação que se lhe afigure estar apontando para uma – ao que parece – sempre temida, entre os portugueses, "brasilianização" da língua.[3] Aqui, quando digo 'Portugal', não estou me referindo a um Portugal genérico ou abstrato, mas, especificamente, às estratégias políticas, às ações de governo daquele país.

Um exemplo: o *Instituto Camões*, quando assina convênios para abertura de suas sedes, estipula, como aconteceu recentemente em Nova York, uma proibição de se admitir brasileiros como professores.[4]

Nisso se distingue da política pan-hispânica do *Cervantes*, que não só define, como sua missão difundir as culturas de todos os países de língua espanhola, como estimula a presença, em seu quadro de professores, de pessoas oriundas desses diversos países.

Além, portanto, de estar altamente concentrada num só país, a língua portuguesa enfrenta também essa dissonância que tem impedido os dois únicos países em que ela é hegemônica de fazer convergir ações de gestão e difusão da língua.[5]

O *Instituto Internacional da Língua Portuguesa* (um dos órgãos da CPLP), que poderia preencher este vazio, não existe na prática. A ideia desse Instituto foi lançada em 1989, numa primeira reunião dos chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa realizada em São Luís do Maranhão, pelo então presidente brasileiro, José Sarney – que chegou, inclusive, a sugerir aquela cidade como sede do Instituto, considerando que ela, embora tenha sido fundada pelos franceses (em 1612), lusitanizou-se rapidamente, tão logo conquistada (em 1615) pelos luso-brasileiros, e reúne ainda hoje um impressionante conjunto arquitetônico colonial.

Sua criação, porém, só veio a se dar, de fato, em 2001 e – por pressão diplomática portuguesa (um tal Instituto, aos olhos portugueses, jamais poderia estar sediado no Brasil) – sua sede foi estabelecida na cidade da Praia, capital de Cabo Verde.

Embora se possa cultivar o romântico imaginário de que este país está a meio caminho entre os hemisférios Norte e Sul e é, em tese, ponto de intersecção das rotas que

3 Nesse sentido, o Professor Ivo Castro (CASTRO, 2007 e 2008) faz interessante análise da tensão existente entre o que ele chama de uma *pulsão unificadora* e uma *pulsão separativa* no espaço lusofalante.

4 Insistimos em dizer que não vai aqui nenhuma crítica às soberanas decisões políticas do governo português. Fazemos apenas o registro para poder dar destaque às claras diferenças que há, por exemplo, entre as políticas correntes no espaço da língua castelhana e as correntes no espaço da língua portuguesa. Pensamos que vale a pena fazer estes registros justamente para avaliarmos se a ideia de LUSOFONIA é interessante, necessária e viável.

5 Em vários de seus textos, Ivo Castro comenta o que ele chama de a separação estrutural entre a língua de Portugal, a do Brasil e a dos países africanos. E, por considerar inevitável a fragmentação futura do sistema linguístico da língua portuguesa (cf., por exemplo, CASTRO 2008, p. 80 ou 2007, p. 5-7), também não parece ver qualquer futuro para a ideia de lusofonia. A Professora Maria Helena Mira Mateus (2009, p. 4) expressa posição diferente e defende, na sua fala na mesma mesa-redonda a que nos referimos na nota 5, uma estreita cooperação entre Portugal e Brasil na promoção e difusão da língua

conectam os países de língua oficial portuguesa, a língua é ali minoritária, o país está distante dos principais centros que produzem um saber sobre ela (e podem, assim, subsidiar sua promoção internacional), não há nele sequer embaixadas de todos os países de língua oficial portuguesa e, em 1996, o país aderiu à *Organisation Internationale de la Francophonie* em razão de suas relações muito próximas com o Senegal e a Guiné (Conacri).

Diante desses fatos, fica-se com a impressão de que o Instituto foi criado apenas *pro forma*. Apesar dos esforços de seus dirigentes, estava já em 2004 em estado de falência técnica. Mesmo equilibradas suas finanças, sua ação tem sido pífia. Seu próprio espaço de atuação não está claramente definido, ou seja, não está claro o que exatamente lhe cabe e como evitar a sobreposição de ações com, por exemplo, o *Instituto Camões*.

O *Instituto Camões* foi criado pelo governo português em 1992 em substituição ao *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa* (ICALP). A ele cabe, sob a superintendência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, orientar, coordenar e executar a política cultural externa de Portugal, nomeadamente a difusão da língua portuguesa. É interessante destacar que, desse modo, Portugal – quando já havia sido lançada a ideia de um Instituto Internacional – deu clara prioridade política a um projeto nacional de difusão da língua.

Não faltam, claro, nos textos diplomáticos assinados conjuntamente por Brasil e Portugal, belas declarações de intenções de uma ação comum na difusão da língua, como se pode ler, por exemplo, no "Programa de cooperação entre o governo da República Portuguesa e o governo da República Federativa do Brasil no âmbito da subcomissão para as áreas da educação, cultura, comunicação social, ciência e tecnologia, juventude e desporto para 2006-2009", assinado em Lisboa em 23/11/2005, dentro do que dispõe o atual "Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta" entre os dois países, assinado em Porto Seguro, em 22 de Abril de 2000.

Na prática, porém, pouco ou nada se faz de concreto.

Vale observar, neste ponto, que, historicamente, Portugal nunca desenvolveu uma política aguerrida de gestão da língua (como fez a Espanha), com exceção, talvez, das ações do governo do Marquês de Pombal, no século 18, visando coibir o uso das línguas locais no Brasil e no chamado Estado da Índia.

Teve pouca repercussão, em termos de gestão da língua, a criação, em 1779, já no reinado de D. Maria I, da *Academia das Ciências de Lisboa*. Ela é hoje um órgão do Estado (no artigo 5º de seus Estatutos atuais se lê que ela é "o órgão consultivo do Governo Português em matéria linguística") e entre seus objetivos está o de estimular o enriquecimento e o estudo da língua (Estatutos, art. 4º, letra b), cabendo-lhe, no que respeita à unidade e expansão da língua portuguesa, procurar coordenar a sua ação com a *Academia Brasileira de Letras* e com as instituições culturais dos outros países de língua portuguesa e dos núcleos portugueses no exterior (Estatutos, art. 6º).

Apesar disso, a Academia não foi criada como uma instituição voltada exclusivamente a questões de língua[6]. Embora tenha uma Seção de Letras, seus objetivos são mais amplos, alcançando questões científicas em geral. Por isso, ela nunca teve papel político semelhante ao exercido pela *Academia Francesa* ou pela *Real Academia Española*. Basta lembrar, nesse sentido, que ela só conseguiu publicar seu Dicionário em 2001, depois de duas fracassadas tentativas, uma no século XVIII e outra no começo do XX.

Talvez essa situação toda se justifique, em boa parte (e esta é a hipótese que lanço aqui), porque Portugal nunca chegou a ter a língua como um problema nacional. A história de sua constituição como Estado independente não passou pela reunião de populações de línguas diferentes, como se deu no caso de Espanha e França. Em razão dessa relativa homogeneidade linguística do país, a língua nunca foi, de fato, uma questão de Estado em Portugal.

Mesmo a independência do Brasil, em 1822, não alterou esse quadro. De um lado, porque até 1974/75 o Brasil era o único outro país de língua portuguesa. E, de outro lado, porque a tradição intelectual que veio a predominar no Brasil pós-independência foi defensora de uma espécie de incondicional vassalagem linguística a Portugal.

A fundação da *Academia Brasileira de Letras* em 1897 não deu ao Brasil uma instituição voltada à gestão da língua. Primeiro, porque, como acabamos de ver, a intelectualidade brasileira mais conservadora defendia a vassalagem linguística a Portugal. E, segundo, porque as vicissitudes do momento histórico (fim da Monarquia e início da República) impediram que a ABL, tendo em seu grupo de idealizadores muitos intelectuais notoriamente ligados ao antigo regime, fosse instituída (apesar de alguns esforços nesse sentido) como um órgão do Estado (para detalhes dessa história, ver RODRIGUES, 2001).

Ela acabou sendo criada como uma instituição particular que pôde apenas atribuir a si o objetivo de cultuar a língua e a literatura nacional (conforme se lê no artigo 1º de seus Estatutos). Mais tarde, na década de 1930, o Estado brasileiro lhe delegou a tarefa de gerir a questão ortográfica no âmbito do Brasil.

A questão ortográfica, aliás, exemplifica bem a dispersão que historicamente caracteriza a gestão da língua portuguesa. Basta lembrar que o português precisou esperar quase 400 anos para fixar uma ortografia. E, quando o fez, com a chamada ortografia simplificada, foi por ato unilateral de Portugal, em 1911. E a confusão na gestão da ortografia nos últimos cem anos é de todos bem conhecida.

O termo LUSOFONIA começou a circular em Portugal anos depois da descolonização. Como sabemos, o colonialismo português foi o último a se desmantelar, o que só

6 Interessante observar que consta do Programa do *XVIII Governo Constitucional Português* (2009-2013) a meta de criação da *Academia da Língua Portuguesa*, à qual se referiu recentemente a atual Ministra da Cultura de Portugal (cf. www.publico.clix.pt – 10/12/2009). Sobre este assunto, pronunciou-se com bastante pertinência o Professor Ivo Castro em sua participação na mesa-redonda referida na nota 5 (CASTRO, 2009, p. 6): "O Ministério da Cultura desdobrou-se em declarações pouco inspiradas e prometeu iniciativas que, se se concretizassem, pouco benéficas seriam, como a criação de uma academia da língua, com desconhecimento de que o saber, em matéria de língua, está onde é feito, ou seja, nas universidades e nos institutos de investigação a elas associadas".

ocorreu em 1974/75, depois de 15 anos de guerras coloniais e de 20 anos da resistência salazarista à sistemática condenação internacional.

Nos primeiros anos do período pós-colonial, pouco ou nada se fez: Portugal lutava para se estabilizar política e economicamente; os sentimentos anticoloniais nos novos países eram ainda muito grandes; as guerras coloniais foram sucedidas por guerras civis em Moçambique (que só conheceu a paz em 1992) e Angola (cuja paz veio só em 2002); e o Timor-Leste foi alvo de ocupação militar da Indonésia desde 1975 até 1999.

Só por volta de meados da década de 1980 é que Portugal – integrado formalmente à Comunidade Europeia em 1986 – volta a se aproximar de suas ex-colônias africanas. Não certamente por acaso, é também o período em que se começa a falar por lá, com certa intensidade, de LUSOFONIA – tema que vai merecer muitas loas e também muitas críticas.

A primeira observação que deve ser feita é que o tema da LUSOFONIA parece ser fundamentalmente de interesse português. Raramente é mencionado e discutido no Brasil. Nesse sentido, tem razão a Professora (de origem são-tomense) Inocência Mata (2004, p. 225), quando diz:

> De cunho e causa portugueses, os africanos oscilam entre sua aceitação e a sua recusa, enquanto entre os brasileiros o termo [lusofonia] não tem história.

Para perceber isso, basta lembrar que a palavra aparece, na revista semanal mais lida do Brasil (*Veja)*, apenas uma vez em dez anos (de 1997 a 2007). Não há nenhum livro brasileiro que tenha a palavra em seu título, salvo *Os sabores da lusofonia* (HAMILTON, 2005) – não por acaso (como comentarei adiante) um livro de culinária.

No jornal de maior tiragem do país (*Folha de São Paulo)*, a palavra aparece, de janeiro de 2000 a dezembro de 2007, só em 7 artigos (5 em 2000, sendo um deles assinado pelo embaixador de Portugal; e 2 em 2004).

De todos, apenas um polemiza, de alguma forma, o tema (THOMAZ, 2000), apontando as relações – em geral não declaradas explicitamente – entre discursos da LUSOFONIA e as ideias do chamado luso-tropicalismo defendidas pelo sociólogo Gilberto Freyre nas décadas de 1940 e 1950.

Talvez não seja equívoco dizer, então, que esse tema, quando ocorre aqui no Brasil, está restrito ao meio acadêmico. A literatura portuguesa e as literaturas africanas de língua portuguesa têm seu lugar nas universidades brasileiras. É neste contexto que, eventualmente, o tema aparece. E a compreensão de LUSOFONIA que predomina, neste caso, é o de uma realidade fundamentalmente linguístico-cultural, ou seja, a LUSOFONIA é entendida como o eixo que agrega literaturas e culturas que se expressam em português.

Foi nessa direção que se manifestou Antônio Houaiss, um dos primeiros a usar o termo LUSOFONIA e escrever sobre ele no Brasil. Em *O português no Brasil* (1985), ele defendeu a necessidade de se cultivar o português como língua de cultura em todos os países em que ele é oficial, apontando criticamente as dificuldades que existem para se alcançar este objetivo.

No mesmo diapasão da LUSOFONIA como um conceito cultural, manifestava-se antes ainda Celso Cunha. Ele falava numa "República do Português" (reminiscência, talvez, do Quinto Império do Padre Antônio Vieira? Ou do sonho do império luso-brasileiro de D. Luiz da Cunha e D. Rodrigo de Souza Coutinho? Ou ainda da concepção de Fernando Pessoa da língua como pátria?). Assim dizia ele (CUNHA, 1975, p. 47):

> E essa República do Português não tem uma capital demarcada. Não está em Lisboa, nem em Coimbra; não está em Brasília, nem no Rio de Janeiro. A Capital da Língua Portuguesa está onde estiver o eixo da cultura.

Apesar dessa pequenez do tema no Brasil, não se pode deixar de notar que, quando se fala do chamado mundo da língua portuguesa, há, sobre ele, um discurso idealizado e de exaltação, como deixam ver claramente dois documentários feitos no país sobre a língua: *Além-mar* (1999) e *Língua: vidas em português* (2003).

Esta visão idealizada e de exaltação parece, porém, não ser exclusiva do Brasil. A Professora Maria Manuel Baptista (2006, p. 37), da Universidade de Aveiro, arrola, entre os mitos e estereótipos lusitanos sobre a LUSOFONIA ("por vezes claramente expressos, outras vezes dissimulados"), o de considerá-la um jardim – "desenvolvendo uma retórica discursiva e mediática que não assume o inevitável e necessário confronto de olhares e de interesses. Desta forma, pretende-se conferir à lusofonia (tal como outrora ao Império) uma lógica predominantemente afectiva e moral".

Subjaz a esse discurso a crença de que os países de língua portuguesa constituem uma irmandade de 7 Brasis e 1 Portugal. Por isso, quando se fala deles, é sempre em tom de exaltação lírico-romântica.

Embora não se faça referência a Gilberto Freyre e sua teoria do luso-tropicalismo, é, no fundo, uma vaga representação dela que está no substrato desse discurso de exaltação. Aceita-se a crença difundida por Freyre de que da ação colonial portuguesa resultou uma "civilização" diferenciada das demais (isto é, daquelas saídas do colonialismo inglês, espanhol, holandês e francês) – uma civilização "amorosa, miscigenada, tolerante, cheia de cores, sabores e musicalidades".

Nesse discurso de exaltação e celebração, não há, evidentemente, espaço para uma leitura crítica da exploração colonial. Ou do papel central que os luso-brasileiros exerceram no tráfico internacional de escravos africanos durante 300 anos; não há espaço para discutir o estado de imensa miséria social, econômica e cultural em que foram deixados, no momento da independência, os territórios africanos e asiáticos que estiveram sob o domínio português; não há espaço para deixar visíveis a ideologia e as práticas racistas do colonialismo português na África; não há também espaço para compreender a heterogeneidade dos diferentes países, salvo se ela puder ser reduzida ao exótico e devidamente

folclorizada (a culinária, por exemplo);[7] e, mais ainda, não há espaço para se reconhecer e discutir o fato de que a língua portuguesa funciona socialmente também como forte fator de discriminação e exclusão nas sociedades em que é falada.

Há, nesse discurso, uma ênfase ao papel que a língua exerce, em tese, como elemento aglutinador dos povos que a falam e daquilo que haveria de chão comum, dado pelo colonizador português, em suas respectivas culturas.[8] Não se dá, obviamente, ênfase à língua como indicadora de uma específica ordenação do mundo social, com suas divisões, delimitações de territórios e conflitos.

Desse modo, não há espaço, neste discurso, para referências críticas aos preconceitos e à exclusão social que afetam os falantes das variedades do chamado português popular no Brasil, ou os imigrantes pobres que falam variedades não europeias da língua em Portugal.

Não há também espaço para dar visibilidade aos ressentimentos e conflitos sociolinguísticos que refletem ainda a divisão social que o colonialismo impôs às sociedades africanas e que, no fundo, é sinalizada pelas diferentes formas como a língua funciona socialmente, ou seja, os estratos que a têm como língua materna, os que a falam como segunda língua e os que não a conhecem.

Por outro lado, além do senso comum e dos debates acadêmicos, temos ações governamentais brasileiras que passo a considerar.

A questão da LUSOFONIA, mesmo quando não tratada diretamente por este termo, está presente em iniciativas oficiais do governo brasileiro. Devemos lembrar, nesse sentido, que foi na segunda metade da década de 1980, durante o governo Sarney (1985-1990), que tomou forma, por iniciativa brasileira, a ideia de se construir um bloco internacional congregando os países de língua oficial portuguesa. Dela resultou a criação, em 1996, da CPLP – *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*.

O envolvimento direto do governo do Brasil nesta iniciativa diplomática – ao lado da criação, em 1991, do MERCOSUL – indicam um projeto estratégico da política externa brasileira no sentido de definir uma posição de relativo destaque geopolítico ao país no contexto internacional, criando alguns contrapontos aos blocos internacionais hegemônicos e garantindo certa autonomia no desequilibrado jogo internacional de poder.

7 Sobre essa questão da heterogeneidade, diz Mia Couto (no evento mencionado na nota 2): "Os lusófonos são pensados e falados do seguinte modo: Portugal, Brasil e os PALOPS [*Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*]. Surgimos como um triângulo com vértices um no Brasil, um em Portugal e um terceiro em África. Ora, os países africanos não são um bloco homogéneo que se possa tratar de modo tão redutor e simplificado. Não se pode conceber como uma única entidade os 5 países africanos que mantêm, entre si, diferenças culturais sensíveis. As nações lusófonas não são um triângulo, mas uma constelação em que cada um tem a sua própria individualidade".

8 É curioso observar que, no documentário *Além-Mar*, o que aparece recorrentemente em todos os países de língua oficial portuguesa como fenômeno cultural comum são os *rappers* – que, obviamente, não constituem elemento do chamado "legado português". Esse legado, muito mais mítico do que real (ele está ainda por ser empiricamente detalhado), costuma ser apresentado sempre em tom de exaltação, como é exemplo o seguinte texto de Cristóvão (2003): "muita coisa que une os oito países, na língua, nas tradições históricas e culturais, na religião, numa certa forma de relacionamento humano, afinidades que o passado nos legou, a língua comum facilita, e a vontade dos povos pode fazer avançar, marcando a diferença e o contraste com as características de outros povos de outras fonias".

Essa postura estratégica tem caracterizado, sem alterações substanciais, a política externa brasileira desde o início da década de 1960. Durante o curto governo do presidente Jânio Quadros (1961), o Itamaraty formulou, sob a direção do ministro San Tiago Dantas, a chamada "Política Externa Independente" (PEI) que tinha, como objetivo primordial, redirecionar a política externa, deslocando-a do eixo norte-americano para uma inserção mais internacional, por meio da universalização de contatos e da diminuição das possibilidades de pressão hegemônica.

A universalização dos contatos (ou, em outros termos, a redefinição das parcerias) começa justamente com a aproximação do Brasil com os chamados à época países não alinhados, saídos, em sua maioria, da descolonização da África e da Ásia.

Essa aproximação era estratégica, mas não era fácil, porque o Brasil continuava (paradoxalmente) apoiando a política colonialista portuguesa, o que redundava em desconfianças, quando não em recusas e conflitos na relação com países saídos havia pouco do jugo colonial. Esta ambiguidade brasileira só se rompe (e se rompe tardiamente) no governo do General Geisel.

Foi nele, na metade dos anos 1970, que a PEI atingiu sua maior capacidade de ação e implementação. Nesse período, aumentou significativamente a presença brasileira na África, em especial nos países africanos de língua oficial portuguesa (o Brasil reconheceu a República da Guiné-Bissau em 1974 antes de Portugal o fazer e foi o primeiro país a estabelecer relações com Angola).

Aumentou também a presença do Brasil no Oriente Médio (com o reconhecimento da *Organização da Libertação da Palestina* (OLP) como representante do povo palestino e com o apoio à presença de empresas brasileiras na execução de obras em países petrolíferos) e no Extremo Oriente (foi nesse período que o Brasil reconheceu a China, rompendo com Taiwan).

As diretrizes de universalização e autonomia da política externa brasileira vão continuar durante as décadas seguintes e permanecem ainda hoje. A própria criação da CPLP em 1996 se encaixa nessas coordenadas.

Ela se dá sobre três pilares: a concertação político-diplomática, a cooperação multiforme entre os Estados-Membros e a promoção e difusão da língua portuguesa. Foi, portanto, entendida por seus criadores como a organização política ordenadora da LUSOFONIA política, econômica e linguístico-cultural.

Na ótica diplomática brasileira, a CPLP representa basicamente uma opção estratégica para articular, com base na língua comum, uma cooperação Sul-Sul (Brasil – países africanos de língua oficial portuguesa – Timor) com a vantagem de ter um vértice na União Europeia (Portugal).

As relações Sul-Sul têm sido uma preocupação constante da política externa brasileira desde a criação da PEI. Assim é que o embaixador Celso Lafer (que viria a ser ministro das Relações Exteriores nos dois últimos anos do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, entre janeiro de 2001 e dezembro de 2002) apontava já em 1984

(p. 121-8) que este relacionamento com o Sul não está restrito à busca de novos mercados, mas representa uma vontade de mudança no jogo de poder no cenário internacional, com o Brasil ocupando, na expressão de Lafer (1987), o papel de uma *potência intermediária.*

Numa síntese, pode-se dizer, então, que LUSOFONIA, no Brasil, em sua versão de senso comum, se resume a um discurso romântico de exaltação (do qual se distancia pouco o discurso acadêmico); ou, em sua versão governamental, é parte de uma estratégia de projeção geopolítica do país. Neste caso, porém, a língua parece ser mero pretexto para facilitar a presença brasileira na África como um todo a partir de uma base de apoio nos países africanos de língua oficial portuguesa.

Já em Portugal, o tema da LUSOFONIA parece mais presente, motivando debates e polêmicas como não se veem no Brasil. Como diz a Professora Helena Sousa, da Universidade do Minho (2006, p. 167):

> Independentemente da eventual conotação negativa que uma reconstrução pós-colonial possa acarretar, o conceito de espaço lusófono ou de área cultural lusófona está profundamente enraizado na sociedade portuguesa e é usado correntemente por acadêmicos e elites culturais, económicas e políticas.

Para se ter uma percepção disso, basta lembrar, por exemplo, que, nos últimos dez anos, foram ali publicados pelo menos seis livros que incluem a palavra em seus títulos: Lourenço (1999), Margarido (2000), Fernando Neves (2000), Chacon (2003), Cristóvão (2005) e Martins et al. (2006).

Há também, naquele país, uma *Associação de Cultura Lusófona*, entidade não governamental criada em 2000 com o objetivo de promover a língua portuguesa e as culturas que se exprimem nela. Esta Associação publicou, em 2005, o *Dicionário temático da lusofonia*.

Analistas portugueses costumam apontar a questão da LUSOFONIA como sendo de interesse estratégico geopolítico para Portugal no sentido de que "seu peso real europeu depende essencialmente do facto de ser também extra-europeu" (NEVES, 2003). Essa afirmação contrasta, porém, com aquela feita pelo então presidente da República Portuguesa Jorge Sampaio, citada por Fernando Neves (2003), de que: "Portugal não tem futuro fora do quadro europeu".

O tema parece, então, estar afetado, nos debates portugueses, por um dilema de natureza geopolítica. Há os que entendem que pouca coisa interessa ao país para além de sua inserção na União Europeia. Desse modo, Portugal deve sim manter relações econômicas e culturais com os demais países de língua oficial portuguesa, mas sem se atrelar, salvo formalmente, a um bloco internacional que lhe possa trazer eventuais dificuldades no contexto da União Europeia (UE).

Sobre essas eventuais dificuldades, bastaria mencionar a questão da imigração de cidadãos de outros países de língua portuguesa e a dimensão que ela tomaria se o conceito de "cidadania lusófona" (algo que se vincula à própria ideia da congregação dos países lusófonos num bloco específico, a CPLP) avançasse, de fato, para além de um mero gesto

simbólico sem efeitos jurídicos concretos. Nesse caso, a questão básica é saber como ela seria equacionada frente às restrições, cada vez maiores, da UE à imigração.

Alfredo Margarido (2000), um dos críticos mais ácidos da ideia de LUSOFONIA, considera que as ligações e compromissos de Portugal com a UE são impeditivos de qualquer possibilidade de construir um espaço lusófono, de organizar uma efetiva LUSOFONIA.

Por outro lado, há aqueles que – tendo em conta o fato de Portugal não estar entre as grandes economias da UE e ter ali peso político relativamente pequeno – defendem o engajamento forte do país num bloco de países de língua portuguesa.

Os que assim se posicionam veem aí uma forma de dar cacife político e econômico ao país no interior da UE, na qual ele passaria a ser visto como o elo facilitador das relações da UE com o MERCOSUL e com a África e a Ásia. Define-se, por esta via, uma vertente conceitual e discursiva menos centrada no linguístico-cultural e mais no político-econômico.

Essa concepção, porém, é entendida por vários autores – entre outros Eduardo Lourenço (1999), Alfredo Margarido (2000) e José Manuel Pureza (2005) – como um esforço de Portugal para reconstituir o antigo império colonial em novas bases.

A LUSOFONIA seria, assim, um projeto pós-colonial/neocolonial, uma tentativa de instauração do poder "soft", uma estratégia de continuidade de dominação com outra roupagem, um espaço imaginário da nostalgia imperial. Nas palavras do Professor Pureza, da Universidade de Coimbra (2005):

> a lusofonia pode muito bem vir a ser – não o assumindo – um prolongamento, em outros moldes, da quimera de grandeza compensadora da nossa periferização, que animou o colonialismo português.

Nesse sentido, Portugal estaria se vendo como o centro da LUSOFONIA, muito embora os discursos oficiais não o digam. Ao contrário, eles dão destaque à cooperação, em igualdades de condições, entre todos os países lusófonos – o que, evidentemente, não passa de retórica, considerando os grandes desequilíbrios econômicos e sociais que há entre eles, como bem aponta Helena Sousa (2006, p. 167).

Apesar de ser pouco explícita nos discursos oficiais a ideia de centralidade de Portugal no espaço lusófono (para desse modo se cumprir o projeto estratégico do país), é possível captar, aqui e ali, traços dessa concepção. Assim, podemos citar aqui, como exemplo, as palavras com que o Ministro dos Negócios Estrangeiros encerrou sua intervenção na *Conferência da Lusofonia* "O papel estratégico da CPLP: da descolonização à construção do futuro", realizada na Assembléia da República em 23/11/2005 (o grifo em negrito é nosso):

> Nos últimos 30 anos do "Estado Novo" [o período da ditadura salazarista], Portugal aumentou significativamente a sua presença em África, mas quase voltou costas à Europa; nos 30 anos que decorreram após o 25 de Abril, Portugal apostou forte na Europa, mas

> quase voltou costas aos PALOP's; é chegado o momento, enfim, de Portugal compreender que **tem de se projectar simultaneamente nas duas direcções – europeia e lusófona –, porque é esse o rumo marcado pelo interesse nacional bem entendido,** sendo mais que certo que o nosso papel na Europa se reforçará se for mais dinâmica a nossa presença em África e Brasil, e que o nosso papel nestes continentes se ampliará se formos mais activos e bem sucedidos na Europa.

A maioria dos críticos, porém, não descarta totalmente a ideia de uma LUSOFONIA. No entanto, são coincidentes em dizer que ela está ainda por ser construída e só faz sentido se for constituída sem pressupostos neocoloniais. José Manuel Pureza (2005), por exemplo, depois de criticar discursos que têm, em seu substrato, um viés neocolonial, diz:

> Quer isso dizer que somos irrelevantes uns para os outros? De modo nenhum. Para o bem e para o mal, o laço colonial articulou portugueses com outras gentes e essa experiência foi (tem sido) suficientemente forte para que não seja ficção dizer que nos une efetivamente alguma coisa. Pelo meu lado, sugiro que essa coisa é uma diferenciada experiência de Sul e que são muitas as virtualidades a explorar a partir daí. Entre duas balizas: todas as que séculos de conhecimento mútuo permitirem potenciar; mas só aquelas que se afastarem de fantasmas de glória de um passado mal enterrado.

E Eduardo Lourenço (1999), depois de argumentar que nada há que realmente se possa designar, verdadeiramente, por cultura ou comunidade lusófona, termina por afirmar (p. 124):

> A pluralizada língua portuguesa tem o seu lugar entre as mais faladas do mundo. Isso não basta para que retiremos dessa constatação empírica um contentamento, no fundo, sem substância. Se contentamento é permitido, só pode ser o que resulta do imaginar que esse amplo manto de uma língua comum, referente de culturas afins ou diversas, é, apesar ou por causa da sua variedade, aquele espaço ideal onde se comunicam e se reconhecem na sua particularidade partilhada todos quantos os acasos da história aproximou. Não seria pequeno milagre num mundo que sonha com a unidade sem alcançar outra coisa senão o seu doloroso simulacro.

Por fim, Moisés de Lemos Martins, da Universidade do Minho (2006), retomando a vertente que conceitua LUSOFONIA como um espaço cultural (opondo-se, portanto, à ideia de Lourenço de que nada há que realmente se possa designar, verdadeiramente, por cultura ou comunidade lusófona), reelabora este que é talvez o discurso mais recorrente entre os ideólogos da LUSOFONIA: o da existência de uma base cultural comum (embora diversa), entendida pelo autor como um imaginário de paisagens, tradições e língua – "o território dos arquétipos culturais, um inconsciente colectivo lusófono, um fundo mítico de que se alimentam sonhos" (p. 89).

Não por acaso, propõe, então, uma releitura do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, buscando libertá-lo da apropriação que o regime salazarista fez dele e que o autor considera ter sido um equívoco colonialista.

Diz ele que se deve reler no discurso de Freyre

> a valorização dos diferentes contributos – africanos, ameríndios, orientais, europeus – para a civilização comum luso-tropical, e também a noção de que a 'unidade de sentimento e de cultura' deve sobrepor-se a questões de soberania" (p. 95).

A proposta é, certamente, polêmica, principalmente quando são chamados à cena do debate autores africanos. Apenas como exemplo, trazemos a resposta do escritor angolano Luís Kandjimbo quando perguntado que posição tem a respeito do luso-tropicalismo. Diz ele:

> Trata-se de um conceito-pária. O ilustre ensaísta Mário Pinto de Andrade começou por combatê-lo ainda nos anos 50, quando o luso-tropicalismo estava a ser recuperado pelo Estado Novo em Portugal, servindo para defender a hegemonia de Portugal, sua cultura e língua, em detrimento da cultura angolana, ignorando-se completamente a rica diversidade existente no território. De resto, sabe-se que para o luso-tropicalismo só contava um inexistente mundo que o português criou. Tendo em atenção a sua sobrevivência ainda hoje, na medida em que ainda encontra muitos seguidores, e pelo carácter nefasto da sua semântica, devemos rejeitar o seu uso e aplicação à cultura e à sociedade angolanas. O seu poder explicativo relativamente aos fenómenos sociais e culturais de Angola é nulo. O luso-tropicalismo é uma falácia. De invenção brasileira passou a doutrina do fascismo em Portugal. É por isso um anacronismo.

Assim, mesmo insistindo sobre a LUSOFONIA como um espaço de cultura, não faltam complexas e agudas polêmicas a serem enfrentadas por todos quanto defendem a possibilidade de uma LUSOFONIA construída "sem os fantasmas de um passado mal enterrado".

Mesmo supondo que uma tal LUSOFONIA seja possível (e desejável) e se possa delineá-la para além de generalidades, sobrará ainda um segundo grande dilema para Portugal – o da língua propriamente dita, ou seja, o que fazer com o Brasil numa comunidade de países lusófonos: como evitar que a língua, embora de nome portuguesa, fique identificada, de fato, com o país que congrega a maioria absoluta de seus falantes? Como evitar que a presença da indústria cultural brasileira nos meios de comunicação social de todos os países de língua oficial portuguesa termine por brasilianizar a língua?

A respeito dos demais países de língua oficial portuguesa, sabemos pouco de como ressoa ali o tema da LUSOFONIA. Se foi estratégica, ao tempo da independência, a opção por tornar a língua do colonizador língua oficial, de modo a se apropriar dela como recurso de facilitação das relações internacionais e, ao mesmo tempo, como língua veicular em contextos de grande diversidade linguística, persiste, em geral, sua pouca difusão interna para além dos espaços mais urbanizados e, aqui e ali, parece persistir um certo ressentimento em relação àqueles que tem, nesses países, o português como língua materna (estou me reportando aqui a uma recente entrevista do escritor angolano José Eduardo Agualusa, publicada no jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, no dia 18 de fevereiro de 2007, p. 8, em que aponta este problema).

De qualquer forma, permanece como um problema crucial em alguns desses países a questão das demais línguas maternas da população. Na política centralizadora dos

governos do período em que esses países estiveram sob o regime de partido único, essas línguas foram, em geral, deixadas de lado.

Com as mudanças políticas posteriores, elas voltaram a ser tema de debates que buscam a definição de políticas linguísticas (principalmente para a mídia e a escola fundamental) capazes de difundir o português sem que isso signifique a discriminação ou mesmo a eliminação das línguas africanas.

Certamente, os países africanos de língua oficial portuguesa e o Timor-Leste visualizam, na cooperação com Brasil e Portugal, possibilidades para enfrentar a superação de seus problemas econômicos, sociais e culturais. Pelo que se percebe, porém, parece que a preferência de todos eles é por relações bilaterais e não por relações propriamente comunitárias, haja vista a pouca expressão (para não dizer a inoperância) da CPLP em seus quase quinze anos de vida.

Ao encerrar, cabe levantar, diante do quadro que foi aqui delineado, as seguintes perguntas: na construção da LUSOFONIA, um projeto linguístico-cultural terá condições de se sobrepor a um projeto econômico-político? Os antigos sonhos de laços de congregação e solidariedade entre países de língua oficial portuguesa terão condições de se materializar diante dos interesses geopolíticos específicos (e divergentes) de Portugal e Brasil? Algum dia se resolverá o impasse posto pelo fato de a maioria dos falantes da língua estar concentrada no Brasil? E, por fim, há, de fato, perspectivas para a LUSOFONIA? Ela é uma utopia ou uma quimera?

Referências

Além-mar (1999). Documentário produzido por Belisário Franca e Hermano Vianna. Realizado pela TVE-Brasil, TV Escola, Múltipla Comunicação e Ministério da Cultura do Brasil.

BAPTISTA, Maria Manuel (2006). A lusofonia não é um jardim ou da necessidade de 'perder o medo às realidades e aos mosquitos'. In: MARTINS, Moisés de Lemos et al. (Ed.). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos* media. Porto: Campo das Letras. p. 23-44.

BOXER, Charles (1977). *Relações raciais no império colonial português. 1415-1825.* Porto: Edições Afrontamento.

CARVALHO FILHO, Sílvio de Almeida (1998). As relações étnicas em Angola: as minorias branca e mestiça (1961-1992). Disponível em: http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r_etnicas.htm.

CASTELO, Cláudia (1998). *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961).* Porto: Edições Afrontamento.

CASTELO, Cláudia (2007). *Passagem para África: povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole.* Lisboa: Edições Afrontamento.

CASTRO, Ivo (2007). Forças de união e separação no espaço da língua portuguesa. Conferência proferida no Institut d'Estudis Catalans, Barcelona. Disponível em: http://www2.iecat.net/gc/digitalAssets/15960CastroIConf.pdf. Acesso em: 10/01/2010.

CASTRO, Ivo (2008). Galiza no espaço cultural e simbólico da Lusofonia. *GRIAL – Revista Galega de Cultura,* Vigo, tomo XLVI, n. 180, p. 80-89.

CASTRO, Ivo (2009). As políticas linguísticas do português. XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Disponível em: http://www.apl.org.pt/docs/actas-25-encontro/05-Ivo%20Castro.pdf

CHACON, Wamireh (2002). *O futuro da lusofonia.* Lisboa: Verbo.

CONCEIÇÃO, Joaquim Paulo (2006). Angola – o português como veículo de inserção cultural e comunicacional no mundo globalizado. In: MARTINS, Moisés de Lemos et al. (Ed.). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos* media. Porto: Campo das Letras. p. 133-40.

CRISTÓVÃO, Fernando (2002). Os três círculos da lusofonia. Disponível em: http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php?rid=102

CRISTÓVÃO, Fernando et al. (2005). *Dicionário temático da lusofonia.* Lisboa: Associação de Cultura Lusófona/Texto Editores.

CUNHA, Celso (1975). *Uma política do idioma.* 3 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

FREYRE, Gilberto (1951). *O mundo que o português criou.* Lisboa: Livros do Brasil.

FREYRE, Gilberto (1954). *Aventura e rotina.* Lisboa: Livros do Brasil.

HAMILTON, Cheie (2005). *Os sabores da lusofonia.* São Paulo: SENAC/SP.

HOUAISS, Antônio (1985). *O português no Brasil.* Rio de Janeiro: Unibrade-UNESCO.

Língua: vidas em português (2003). Documentário dirigido por Victor Lopes. Ministério da Cultura do Brasil.

LOURENÇO, Eduardo (1999). *A nau de Ícaro seguido de Imagem e miragem da lusofonia.* Lisboa: Gradiva.

MARGARIDO, Alfredo (2000). *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses.* Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

MARTINS, Moisés de Lemos (2006). Lusofonia e luso-tropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. *Visages d'Amérique Latine*, Paris, n. 3, p. 89-96.

MARTINS, Moisés de Lemos et al. (2006). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos* media. Porto: Campo das Letras.

MATA, Inocência (2004). O espaço da lusofonia e literatura: para uma crítica da razão africana. In: ABUIN GONZALEZ, A.; TARRIO VARELA, A. (Ed.. *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas da Península Ibérica.* Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. p. 224-34.

MATEUS, Maria Helena Mira (2009). Uma política de língua para o português. XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Disponível em: http://www.apl.org.pt/docs/actas-25-encontro/06-Maria%20Helena%20Mateus.pdf.

MAXWELL, Kenneth (2006). *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal.* São Paulo: Companhia das Letras.

NAMBURETE, Eduardo (2006). Comunicação na globalização: que políticas linguísticas? In: MARTINS, Moisés de Lemos et al. (Ed.. *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos* media. Porto: Campo das Letras. p. 99-110

NEVES, Fernando dos Santos (2000). *Para uma crítica da razão lusófona: onze teses sobre a CPLP e a lusofonia.* Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

NEVES, Fernando dos Santos (2003). Onze teses sobre a lusofonia. Disponível em: http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php?rid=110.

OLIVEIRA, Henrique Altemani (2005). *Política externa brasileira.* São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; DORNELLES, Clara (2007). Políticas internacionales del portugués. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/ARI2007/ARI135-2007_Muller_Dornelles.pdf.

PUREZA, José Manuel (2005). Lusofonia, ou as perversões da nostalgia. Em *Rua Larga*, 7. Janeiro-Março. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/rualarga/.

RODRIGUES, José Paulo Coelho de Souza (2001). *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913).* Campinas: Editora da UNICAMP.

SOUSA, Helena (2006). A mobilização do conceito de lusofonia: o caso dos canais internacionais da RTP. In: MARTINS, Moisés de Lemos et al. (Ed.. *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos* media*.* Porto: Campo das Letras. p. 165-82.

THOMAZ, Omar Ribeiro (2000). Uma retórica luso-tropical. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 12 de março. Caderno Mais!

A Galiza e o espaço linguístico-cultural de expressão portuguesa

Henrique MONTEAGUDO
Instituto da Lingua Galega
Universidade de Santiago de Compostela

Introdução

Galiza está chamada a estreitar os vínculos de todo tipo com as culturas de expressão portuguesa. O relatório que segue oferece-se como uma reflexão sobre as razões deste fato, os caminhos seguidos no passado e as estratégias de futuro para consegui-lo. Essa reflexão se desenvolverá em três pontos, que me proponho tocar a seguir:

1. A comunidade de origem do galego e do português e a sua significação histórica.
2. A relevância do português no acordar da consciência lingüística galega na idade contemporânea.
3. As aspirações e as iniciativas para um estreitamento de contatos culturais, humanos e de todo tipo da Galiza com os países de expressão portuguesa.

1 A comunidade de origem do galego e do português e a sua significação histórica

Qualquer falante de português medianamente instruído tem ouvido falar no galego, ao menos como fazendo parte do termo *galego-português*, um vocábulo composto, que remete para o período das origens da língua e da literatura. Com efeito, as pessoas sabem (ainda que, se calhar, nunca o exprimem desse jeito) que a língua portuguesa não nasceu diretamente do latim: da *rustica romana língua*, por utilizar a conhecida expressão do Concílio de Tours, nasceu entre os séculos IX e XII o *romance galego-português*, do qual, mais tarde, contra o fim da Idade Média, se originou a língua portuguesa.[1]

1 Para o processo de individuação do português a respeito do galego, se veja Neto (1979, p. 390 e p. 495-96), Monteagudo (1988), Vázquez Corredoira (1998) e Monteagudo (1999, p. 122-23, p. 168-73 e particularmente p. 180-196).

Como é bem sabido, este romance galego-português foi o resultado da evolução natural do latim vulgar falado nas terras da velha província romana da *Gallaecia*, isto é, nas terras nordocidentais da Península a norte do rio Douro, uma área que a efeitos de clareza denominaremos *Gallaecia Magna*. A denominação compósita *galego-português* (consagrada, se não inventada, por dona Carolina Michaëlis de Vasconcellos)[2] remete com cada um dos seus dois termos para denominações mais tardias de duas partes do território onde se originou o romance: a norte do rio Minho, a Galiza estrita (que *grosso modo* corresponde com o território da atual Galícia), que tem como núcleo o antigo convento romano galaico lucense; a sul do Minho e a norte do Douro, o condado e depois reino de Portugal, que tem como núcleo originário o antigo convento romano galaico bracarense.[3]

Em realidade, pela razão que acabamos de sugerir, aquela denominação compósita é estritamente sinônima de *galego* no sentido antigo do vocábulo – um sentido que abrangia tanto a Galícia lucense, como a Galícia bracarense – e não o identifiquemos com o seu significado restrito atual. De fato, a mais antiga denominação do romance, até onde podemos saber, foi a de 'galego' (MONTEAGUDO, 1999, p. 117-21). Mas aqui não pretendemos baralhar com as palavras, mas salientar a noção de comunidade de origem do galego e do português, que confere uma posição determinada ao galego e à Galiza na história da língua portuguesa, uma posição que ainda não está corretamente refletida, ao nosso entender, no relato canônico dessa história (nem sequer nos âmbitos acadêmicos), e menos ainda no imaginário cultural dos povos de expressão portuguesa.[4]

Se tornarmos a olhada desde a história da língua para a parcela da história literária e cultural compartilhada entre a Galiza e os países de expressão portuguesa, bateremos com os cancioneiros *galego-portugueses*, que registram as mais antigas manifestações literárias no nosso idioma. Neste caso, o caráter compósito do vocábulo justifica-se não só por referência à língua utilizada pelos trovadores e jograis, mas também pela própria naturalidade da maior parte destes, pois, na sua esmagadora maioria, procedem – como sublinhou recentemente o professor Antônio Resende de Oliveira[5] – daqueles mesmos territórios que antes mencionamos, isto é, da velha *Gallaecia Magna*, a norte do Douro e ambas as ribeiras do Minho. Isto, naturalmente, sem restar importância à achega dos trovadores doutras proveniências peninsulares, nem ao papel fundamental das cortes literárias

2 Sobre a origem e primeira difusão deste termo, se veja García Turnes (2008, p. 254-63).

3 Especialmente relevantes para a questão do sentimento de identidade coletiva diferenciada entre galegos e portugueses na Idade Média são Mattoso (1985a) e especialmente Mattoso (1985b, p. 171-196): "A consciência nacional, constituída mais precocemente nos meios clericais de ambos os lados da fronteira [galego-portuguesa], em sentido obviamente divergente, tardou, pois, tudo parece indicá-lo, a penetrar nos nobres" (MATTOSO, 1985b, p. 191).

4 Uma simples visita a um lugar de merecido prestígio, como é o *Museu da Língua Portuguesa*, de São Paulo, serve para comprovar até que ponto isto é certo: na seção em que se oferece um relato da história da língua, apoiado em mapas e gráficos, não só o galego está ausente, como se assinala como território de origem da língua o do antigo Condado Portucalense (!). Mais uma vez, a identificação estritamente moderna entre estado, nação e língua é anacronicamente retro-projetada ao passado.

5 Muito expressivo neste aspeto é o mapa que se oferece em Oliveira (2001, p. 182), onde o estudioso resume graficamente as suas pesquisas quanto à naturalidade dos autores representados nos Cancioneiros: a esmagadora maioria deles procede da *Gallaecia Magna*.

dos reis de Portugal e de Castela-Leon, como Dom Denis e Afonso X, o Sábio. Mas não se pode negar que a relevância outorgada a estas cortes nas histórias literárias tende a obscurecer o fato de base de que o trovadorismo do século XIII é fundamentalmente um fenômeno *galego* (no amplo sentido da palavra que antes dissemos).

2 A relevância do português na afirmação da consciência linguística galega na idade contemporânea

Portanto, entre o galego e as diversas modalidades do português dos nossos dias (incluindo, naturalmente, o brasileiro), existe uma indiscutível comunidade de origem: a grande linguista Maria Helena Mira Mateus se tem referido a ambos os idiomas como *irmãos gêmeos*. Porém, a história conduziu cada um destes irmãos por caminhos bem diferentes, mais exatamente, por caminhos *divergentes*. Ao fim da Idade Média, o galego ficou satelizado na órbita do castelhano e praticamente desapareceu da escrita, da cultura letrada e da vida pública até o século XIX, quase reduzido a simples e humilde fala rústica. Entretanto, o português, meridionalizado por causa da fixação no centro-sul do país (na área entre Lisboa e Coimbra) dos centos políticos e culturais do Reino, experimentava um extraordinário florescimento literário e cultural, e difundia-se pelos quatro cantos do mundo.

A diferença de fortuna histórica fez com que a consciência da antiga comunidade de origem se fosse esvaindo. Ainda nos começos do século XVII, Duarte Nunes de Leão, na sua célebre obra *Origem da língua portugueza*, assinalava os fatores glotopolíticos determinantes dessa divergência, ao sentenciar numa célebre passagem que as línguas de Galiza e Portugal

> eraõ antigamente quase hũa mesma, nas palauras & nos diphtongos e na pronunciação que as outras partes da Hespanha não tem. Da qual lingoa Galega a Portuguesa se auentajou tanto, quãto na copia e na ellegãcia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis e corte que he a officina onde os vocábulos se forjão e pulem e onde manão pera os outros homẽs, o que nunqua houue em Galliza (*apud* MONTEAGUDO, 2002, p. 50).

Porém, nos últimos dois séculos e meio, assistiu-se a um processo de reivindicação do idioma galego, solidário com a construção duma identidade coletiva galega distintiva, se bem que a distintos ritmos, segundo o período histórico. Aliás, conforme se foi recuperando o conhecimento da história linguística da Galiza e Portugal, também se foi afirmando a consciência da comunidade de origem do galego e o português. Esta consciência, nas suas distintas formulações, influiu não só na visão do passado, mas também nas projeções do futuro, em particular sobre as ideias quanto à orientação que devia dar-se ao idioma galego em processo de recuperação como língua de cultura. Destarte, as distintas concepções quanto à relação entre o galego e o português e ao papel do segundo no cultivo do primeiro tiveram uma grande relevância no desenvolvimento do galeguismo contemporâneo.

A seguir, vamos revisar, de jeito muito breve, quatro momentos que permitem contemplar as diferentes maneiras de conceber essas relações (e os correspondentes projetos de futuro), no passado e no porvir, em quatro autores que tomamos como representantes das correspondentes épocas históricas: Martim Sarmiento (1696-1772), Manuel Murguía (1833-1923), Alfonso Rodríguez Castelao (1886-1950) e Ramón Piñeiro (1915-1990).

2.1 Martin Sarmiento (1696-1172), inventor do galego contemporâneo

Podemos afirmar, sem exagero, que Martim Sarmiento foi o 'inventor' do galego contemporâneo. O erudito realizou a 'invenção' do galego na sequência da obra do seu mestre, compatriota e grande amigo Benito J. Feijoo, um dos maiores representantes da primeira fase da 'ilustração' espanhola (MONTEAGUDO, 2002). Ora, é interessante termos em conta que essa invenção se realiza mediante um duplo movimento de afirmação, tanto a respeito do castelhano, quanto a respeito do português. Sarmiento deixa assentados três princípios básicos em que se esteia a identidade autônoma do idioma galego: (1) este não é um dialeto do castelhano, mas procede diretamente do latim; (2) galego e português têm uma origem comum, mas (3) o galego também não é dialeto do português, mas é continuador direto da raiz comum originária e permanece mais próximo a ela.

Martim Sarmiento 'descobriu' o galego por duas vias complementárias: (1) o estudo da documentação escrita nos séculos XIII ao XVI, e nomeadamente da literatura medieval (por caso, as *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X, o Sábio), e (2) a pesquisa sobre o galego falado no seu tempo, a partir de interessantíssimos inquéritos de campo. Duma parte, o conhecimento de fases anteriores da história da língua, em que esta gozava dum *status* social normalizado e possuía cultivo escrito, e, doutra, o seu interesse pelo falar popular levam Sarmiento a afirmar a linguicidade do galego, impugnar o seu desprestígio social e reivindicar a sua promoção, especialmente no âmbito educativo. Para tanto, também se apoiou no português, uma língua que conhecia razoavelmente bem, pois foi o mais relevante lusitanista espanhol do século XVIII.[6] A Sarmiento se deve um dos primeiros ensaios de cultivo escrito do galego depois da Idade Média: o *Colóquio em coplas galegas*. Como consequência da sua familiaridade com os textos medievais, declara-se convencido de que o galego dos séculos XIII ao XVI possuía uma ortografia própria (distinta da portuguesa), e que esta devia ser tomada como base para escrever o galego coevo. Destarte, também na escrita Sarmiento é fundador duma tradição autônoma para o galego moderno.

Quanto à sua aproximação ao galego falado, a sua atitude francamente inovadora não se pode entender senão no marco duma revalorização do registro oral e dos falares populares (o louvor da 'eloquência natural'), em deliberado distanciamento das modalidades cultivadas, as modalidades escritas e os falares cortesãos. Assim se entende a sua virulenta réplica a Duarte Nunes de Leão:

6 Para a obra e as ideias linguísticas de Sarmiento, se veja Pensado (1960) e Monteagudo (2002 e 2004).

> Dizer que a Corte é a oficina onde se forjam os vocábulos e se pulem, é manifesto erro... A elegância de vozes não se há de regular pela multidão das supérfluas, exóticas e sexquipedais, mas pelas mais próprias e expressivas, e sobre tudo as que forem nativas (*apud* MONTEAGUDO, 2002, p. 266-67).

2.2 Manuel Murguía (1833-1923) e o *Rexurdimento*

A obra galeguista de Sarmiento demorou em ser reconhecida. Só ao longo do século XIX reiniciou o galego a sua trajetória como língua de cultura, ao sabor das transformações políticas, ideológicas e culturais que enterraram o antigo regime e alumbraram a idade contemporânea. Durante esse lento e dificultoso acordar, o idioma da Galiza começou a ser reivindicado como sinal de identidade dum povo com personalidade própria, ao tempo em que ia ganhando terreno no cultivo literário. O momento culminante desse processo cultural que os galegos denominamos *Rexurdimento* ('Ressurgimento') foi atingido por volta de 1880, quando veio a lume a principal obra poética de Rosalia de Castro, *Follas novas* (o seu primeiro ensaio poético em galego, *Cantares gallegos*, fora dado ao prelo em 1863).

O esclarecimento das origens constituiu uma das preocupações mais prementes e mais características dos estudiosos do *Rexurdimento*. Preocupação em princípio puramente erudita, mas na qual latejam questões de grande relevância para a consciência metalinguística da *intelligentsia* proto-galeguista. Novamente, o ponto central era determinar se o galego e o castelhano tinham sido originariamente a mesma língua, língua originária de que o primeiro representaria uma modalidade 'estancada', ou 'deturpada', um dialeto arcaizante, enfim; ou se aquele se constituíra desde as suas origens de jeito independente ao segundo, se era, em definitivo, uma língua distinta.

Para esclarecer este ponto, resultou decisivo o redescobrimento da literatura medieval galego-portuguesa, que punha de vulto de maneira incontornável a comunidade de origem do galego e do português (de fato, como dissemos, foi nessa época que se forjou e difundiu o termo *galego-português*), no marco de intelecção oferecido pelo novo paradigma científico da Linguística histórico-comparada, ou mais precisamente, da sua rama especializada, a Linguística românica. Com efeito, foi nessa altura quando se produziu o redescobrimento dos cancioneiros trovadorescos e doutros testemunhos do cultivo literário do galego nos séculos finais da Idade Média, do XIII ao XV. Lembre-se que em 1878 aparece, em edição de Theófilo Braga, o *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, uma obra que difundirá a poesia trovadoresca em ambientes cultos.[7]

7 Como é sabido, ainda que se deva a Varnhagen a difusão dos textos do *Cancioneiro da Ajuda* (publicados em 1849 com o título de *Trovas e cantares de um Códice do XIV século ou antes muito provavelmente o Livro das Cantigas do Conde de Barcelos*), a peça fundamental foi a edição de *Il Canzoniere Portoghese della Biblioteca Vaticana*, de 1875, devida a Ernesto Monaci. A esta seguiu a publicação dos textos do cancioneiro colocciano que completam o da Vaticana: *Il Canzoniere Portoghese Colocci-Brancuti...*, aparecida em 1880 e devida a Enrico Molteni. Aliás, ao longo da década dos '80, publicam-se na Galiza outros textos galegos medievais, como a versão galega do século XV da *História de Carlos Mago e de Roldão* ou *Pseudo-Turpim* (1885) e a *Corónica de Santa Maria de Iria* (1888), texto galego do mesmo século, e, pouco depois, as *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X, o Sábio (1889). Sobre o impacto do redescobrimento da poesia medieval na cultura e a consciência idiomática da Galícia tardo-decimonônica, se veja López (1991) e Monteagudo (1999, p. 363-64).

O redescobrimento da literatura galega medieval (sobretudo, os prestigiosos cancioneiros trovadorescos) transformou profundamente a consciência linguística das elites letradas da Galiza em dois sentidos complementares, que nos interessa mencionar:

- A reivindicação da língua ganhou argumentos históricos: o galego já não era só uma língua popular de vida exclusivamente oral, mas tinha uma gloriosa tradição culta que o respaldava.
- A comunidade de origem do galego e do português ficava posta de vulto e com ela a irmandade entre os dois idiomas.

Destarte, os galegos viraram o seu olhar para Portugal e Brasil e comprovaram que a decadência do seu idioma não se podia imputar a nenhuma suposta deficiência intrínseca dele, mas a circunstâncias históricas muito concretas. Aliás, o português, como língua com um desenvolvimento histórico e uma utilização social e cultural normalizados, se erigia num exemplo a emular, e num apoio utilíssimo para a complexa operação de modernização do idioma galego, isto é, a sua habilitação para a expressão duma série de domínios da atividade, da experiência e do intelecto que lhe tinham sido vedados, e que a fins do século XIX começava a ganhar com grande empenho dos seus cultivadores, confrontando grandes dificuldades.

Foi assim que a velha comunidade de origem do galego e do português passou de ser uma noção puramente histórica e erudita, a se tornar um elemento atual e atuante no sentido duma reaproximação do primeiro para o segundo, tanto no plano da língua, quanto no da cultura (especialmente a literária). Ao tempo, começou a se debuxar um horizonte de futuro: o processo de recuperação da plena normalidade social e cultural para o galego devia se apoiar no português e devia se orientar no sentido duma progressiva integração da Galiza na ampla rede de comunidades culturais de expressão portuguesa.

Provavelmente, quem melhor expressou estas ideias foi o esposo da poetisa Rosalia de Castro, o historiador e líder intelectual do *Rexurdimento*, Manuel Murguía, fundador da *Real Academia Galega* (criada em 1906), e seu primeiro presidente. Murguía reiterou cada vez que teve oportunidade que o português é "o galego elevado à condição de idioma nacional", já que, "conservando-se e melhorando-se em Portugal, chegou aí a um alto degrau de perfeição" (se veja MONTEAGUDO, 2000a). Estas noções estão exprimidas com mais eloquência e fervor que nunca no emblemático discurso pronunciado em 1891 nos Jogos Florais de Tui (vila galega à beira do Minho, na fronteira com Portugal):

> ¡O nosso idioma! o formoso, o nobre idioma que do outro lado desse rio é língua oficial que serve a mais de vinte milhões de homens e tem uma literatura representada pelos nomes gloriosos de Camoens e Vieira, de Garret e de Herculano; o galego, em fim, que é o que nos dá direito à inteira posse da terra em que fomos nados, que nos diz que, pois somos um povo distinto, devemos sê-lo; que nos promete o porvir que procuramos... Em ele, como em copo sagrado em que se reúnem todos os perfumes, se acham os principais elementos da nossa nacionalidade, de novo negada e ainda mais, escarnecida... nunca, nunca, nunca, pagaremos aos nossos irmãos de Portugal que hajam feito do nosso galego, um idioma nacional.

Porém, ao tempo que afirmavam a identidade do galego e do português, os próprios intelectuais galeguistas impulsionavam a elaboração de uma escrita galega autônoma, não somente na ortografia (que eles, quase inevitavelmente, adaptaram do castelhano), mas também na morfossintaxe e no léxico; se bem que, neste caso, recorrendo cada vez mais abundantemente ao português. Em geral, a atitude predominante entre os cultivadores do galego foi a do apoiar-se no idioma irmão, quer para recuperar formas antigas que haviam sido marginalizadas na língua popular pela pressão do castelhano (*Deus, século, povo, estrada*), quer para modernizar o léxico galego e adaptá-lo aos novos gêneros de discurso (*ensino*, *jornal, prelo, inserir*), num esforço consciente de aproximação ao português. Mas, por via da regra, este esforço formava parte duma estratégia mais bem de afirmação da própria identidade do galego em relação ao castelhano do que de dissolução dessa identidade no português (mesmo se isto raramente se formulou em tais termos).

2.3 Alfonso Rodríguez Castelao (1886-1950): galeguismo e modernização do galego

O desenvolvimento do galego como língua de cultura, inseparável do surto da consciência nacional da Galiza, atingiu uma fase decisiva nas primeiras décadas do século XX, especialmente no período compreendido entre 1916 e 1936, durante o qual se inicia o cultivo do galego na oratória culta, na narrativa moderna e na prosa não ficcional (ensaio, imprensa, manuais didáticos). Paralelamente, o movimento galeguista consegue o reconhecimento do direito ao autogoverno da Galiza (*Estatuto de Autonomia*, aprovado em 1936), no marco democrático da IIª República espanhola (1931-36). Pela primeira vez na história recente, esse *Estatuto de Autonomia* (cuja entrada em vigor foi impedida pelo golpe militar de 1936 e as subsequentes guerra civil e ditadura) reconhecia a co-oficialidade do idioma galego e previa a sua utilização no sistema educativo e nas administrações públicas.

Uma das figuras mais representativas daquele período de elevação e modernização da língua e da cultura galegas é A. R. Castelao, intelectual, artista plástico, escritor e finalmente líder político, que acabou os seus dias no exílio argentino, após a guerra civil espanhola (1936-39). O ideário linguístico de Castelao está exprimido na sua obra mais importante, a coleção de ensaios publicada em Buenos Aires sob o título *Sempre em Galiza* (1944). Quanto ao ponto vertente, neste livro fica patente a comunidade substancial de ideias do autor com Manuel Murguía, incluindo a mesma ambivalência que se registra neste autor. Duma parte, afirma-se rotundamente a identidade do galego e do português; doutra parte, continua-se o processo de elaboração dum galego culto e escrito autônomo (de que a dita obra é, aliás, um dos exemplos mais acabados).[8] Ouçamos o próprio Castelao:

> A Galiza, como grupo étnico, tem direito a dignificar a língua que o seu próprio gênio criou, porque é uma língua capaz de ser veículo da cultura universal, porque lhe serve

8 Sobre o ideário linguístico de Castelao, se veja Monteagudo (2000b).

> para se comunicar com os povos de fala portuguesa, porque não tem outra melhor para expressar os seus sentimentos e porque se a perdesse já não lhe restaria nenhuma razão para existir... Arribamos às costas do Brasil, onde os seus habitantes falam um idioma nascido e criado na Galiza, ainda que todos teimem em lhe chamar *português*... O galego é um idioma extenso e útil, porque, com pequenas variantes, se fala no Brasil, em Portugal e nas colônias portuguesas.

Porém, se, na escrita, Castelao é um continuador da tradição de elaboração dum galego autônomo inaugurada no *Rexurdimento*, na sua época começa a tomar forma uma proposta de reorientação da ortografia galega dirigida a uma maior aproximação ao português. Mesmo certos autores propõem adotar este, com as adaptações imprescindíveis (nem sempre coincidentes para todos), como versão culta do galego. As primeiras formulações desta proposta, assim teóricas como práticas, são um tanto confusas, mas o caminho fica claramente indicado para o futuro.

3 Relações da Galiza com as culturas de expressão portuguesa e debates sobre o galego

A ditadura franquista (1936-75), que impôs uma política ferreamente centralista no político e uniformizadora no linguístico-cultural, perseguindo as manifestações cultas e a utilização pública da língua galega, não impediu que se retomassem, bem que limitadamente, os esforços pelo cultivo e modernização do galego, que tanta força tinham atingido nos anos prévios à guerra civil espanhola. Por volta dos anos 70, retomou-se o debate sobre a orientação da escrita galega, inicialmente por iniciativa do filólogo lusitano Manuel Rodrigues Lapa, que mantinha intensas relações com os galeguistas, datadas dos anos 30 e estreitadas durante a década dos 60.[9]

O professor português Manuel Rodrigues Lapa (1897-1989), um intelectual tão liberal, quanto nacionalista, foi em vida um dos maiores especialistas na literatura trovadoresca galego-portuguesa. Foi também um dos intelectuais portugueses do século XX que manteve uma relação mais estreita com a cultura galega. Ele próprio perseguido pela ditadura salazarista, que o expulsou da Universidade e o obrigou a exílio durante vários anos no Brasil, nos anos sessenta, reatou os antigos contatos com os círculos galeguistas, em particular com o grupo nucleado ao redor da Editorial Galaxia, um dos mais importantes grupos organizados de resistência cultural democrática contra o franquismo. Na altura da década de 70, nos anos finais das ditaduras espanhola e portuguesa, Lapa lança a sua proposta 'reintegracionista' em um artigo publicado na revista *Colóquio / Letras*, em que propõe que, "sendo o português atual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada numa salva de prata" (1973), pois, na sua opinião,

9 A sua obra mais importante, a monumental edição das *Cantigas d'escarnho e de maldizer dos cancioneiros medievais galego--portugueses* (1967 / 1970), veio a lume em Vigo, publicada pela Editorial Galaxia. A obra vem dedicada pelo autor à "Galiza de sempre, raiz antiga da nossa cultura". Não se pode esquecer o papel em certa maneira precursor da posição de Lapa que jogou o professor Ernesto Guerra da Cal, galego de nascimento, mas exilado nos Estados Unidos por causa da ditadura franquista, e um dos mais esclarecidos estudiosos da vida e obra de Eça de Queirós.

> a recuperação literária do galego, que ainda não está feita, nem sequer talvez esboçada, só poderá entender-se como um trabalho de aproximação das formas do português literário. [Parto] da premissa, suposta incontestável, de que o padrão literário do galego deverá ser necessariamente o português. E essa objectiva portuguesa repele o estado de configuração do galego actual como língua literária. Se não existisse o português, o caso era diferente; assim o galego, propriamente dialecto do português, terá de ajustar-se a essa realidade (1975, se veja LAPA, 1979, p. 74).

Tanto a ideia de que os esforços pelo cultivo do galego realizados desde a segunda metade do XIX estavam mal encaminhados até o ponto de considerar que a sua recuperação literária nem sequer podia considerar-se "esboçada", quanto a sua conceição do galego como "dialecto" do português, foram amplamente contestadas na Galiza. Quem mais pronta e argumentadamente deu réplica a Lapa foi o seu grande amigo, o intelectual galego Ramón Piñeiro, em artigo publicado na revista *Grial*. Em apurado resumo, este sustém:

> A mim me parece claro que há uma primeira etapa comum, a etapa medieval, a etapa do *galego-português*. Há uma segunda etapa, a etapa moderna, em que essa língua comum medieval se diferencia em duas línguas irmãs, o galego e o português. E há uma etapa que agora começa, uma terceira etapa, em que não são duas, mas três as línguas que surgiram do tronco comum galego-português: o galego, o português e o brasileiro. Se calhar, muitos portugueses refugarão, mesmo com escândalo, esta afirmação. Contudo, resultara-lhes mais fácil negar o fato do que impedi-lo... Não é o português moderno o herdeiro literário único do galego-português originário, mas há três herdeiros, três continuadores: o galego, o português e o brasileiro (PIÑEIRO, 1974, p. 278).

Ramón Piñeiro defende a posição tradicional do galeguismo contemporâneo de procurar o apoio no português para a modernização do galego e de fomentar uma aproximação decidida da cultura galega às culturas de expressão portuguesa:

> a política a seguir na fixação do galego culto deve se orientar decididamente à consolidação de tudo o que houver de comum no galego e no português, e na incorporação do vocabulário técnico também devemos tender à maior identidade das duas línguas irmãs. Devemos igualmente procurar um crescente e cada vez mais profundo intercâmbio cultural, de jeito que cheguemos a ter um conhecimento verdadeiramente familiar das três culturas. Nesta linha de achegamento, a atitude galega será sempre aberta e entusiasta (*idem*, p. 279).

Porém, adverte de jeito muito explícito: "Mas será achegamento desde o galego, *não renunciando ao galego*" (*ibidem*). O autor exprimia o consenso geral da intelectualidade galeguista coeva, manifestado em artigos de imprensa e diversas manifestações dos seus mais relevantes representantes (ALONSO PINTOS, 2002, p. 120-24). Mas, a partir do artigo de Rodrigues Lapa, se foi desenvolvendo uma corrente 'reintegracionista', que postula diversos degraus de assimilação do galego ao português, e que sobretudo insiste na necessidade duma radical reforma ortográfica, refundadora da tradição escrita do galego moderno. A figura mais relevante desse movimento foi o professor Ricardo Carballo Calero (1910-90), também ele, antes de se tornar o principal estandarte do reintegracionismo, um dos mais esclarecidos membros do citado grupo Galaxia.

O debate sobre o *status* linguístico do galego põe de vulto as dificuldades para integrar os idiomas com uma história e em uma situação sociocultural não normalizada no velho paradigma das filologias nacionais criadas no século XIX, com as suas dicotomias falsamente simplificadoras do tipo língua / dialeto, sustentadas, aliás, em uma conceição da língua como sistema homogêneo, com uma só variedade legítima, o *standard*. A posição de Ramón Piñeiro exprime a emergência dum novo paradigma, de orientação sociolinguística, que permite integrar e legitimar as variedades linguísticas em processo de emergência, no marco de uma conceição polissistêmica das línguas em que cabem noções como o pluricentrismo ou a polielaboração. Galego e português seriam exemplos de polielaboração dum diassistema histórico, e português europeu e brasileiro ilustrariam o fenômeno do pluricentrismo (FERNÁNDEZ SALGADO; MONTEAGUDO, 1995).

4 As aspirações e as iniciativas para um estreitamento de contatos da Galiza com os países de expressão portuguesa nas últimas décadas

E, com o dito, chegamos ao último ponto que pretendíamos tocar: as aspirações e as iniciativas para um estreitamento de contatos culturais, humanos e de todo tipo da Galiza com os países de expressão portuguesa, com referência particular à questão da língua. Devemos começar por lembrar que o processo de recuperação do galego na idade contemporânea chegou a um ponto de inflexão importantíssimo com o final da ditadura franquista, o estabelecimento da democracia na Espanha, e em particular, com um fato indissoluvelmente ligado a esta: a reorganização do Estado espanhol em sentido federalizante, com a fórmula das 'autonomias'. Com efeito, a Constituição democrática espanhola de 1978 reconhece o direito das nacionalidades históricas (entre elas, a Galiza) e das regiões da Espanha à sua autonomia, incluindo a possibilidade de consagração da cooficialidade dos seus idiomas próprios.

Assim, o *Estatuto de Autonomia da Galiza*, aprovado em 1980, estabelece as instituições de autogoverno da Galiza (o poder executivo ou Xunta de Galícia e o poder legislativo, isto é, Parlamento de Galícia), e declara o galego como idioma cooficial, em pé de igualdade com o castelhano, ao tempo em que o proclama como 'língua própria' da comunidade autônoma. A partir daí, empreendeu-se uma política linguística, que, com as suas dificuldades, complexidades e insuficiências que não procede analisar nesta ocasião, se dirige à promoção do galego nas administrações públicas, no sistema educativo, nos mídia, na produção cultural e noutros âmbitos da vida social.

Ao tempo, ao reconhecer a importância da língua e da cultura galegas na gênese, na preservação e na construção duma identidade diferenciada da Galiza, identidade que, pela sua vez, justifica o autogoverno, o *Estatuto de Autonomia* prevê a constituição dum organismo específico, que é o *Conselho da Cultura Galega*. Como consequência, o Parlamento de Galícia aprovou em 1983 uma Lei de criação deste Conselho, norma pela qual ainda

se rege na atualidade. Segundo esta, o *Conselho da Cultura Galega* é um organismo oficial mais plenamente autônomo, tanto do poder executivo, como do legislativo, que tem caráter representativo do mundo da cultura, com capacidade de investigação das necessidades e problemas deste, com funções de assessoramento e aconselhamento ao governo e ao parlamento da Galiza e outros poderes públicos, e com o objetivo de preservar e potenciar o nosso patrimônio e os nossos valores culturais específicos, de maneira particular a língua, assunto este que de fato está no centro das suas preocupações. O Conselho se reúne num Plenário, no qual estão representadas as instituições e entidades mais importantes, desde as Universidades e o *Instituto da Língua Galega* até a *Real Academia Galega* e as academias de artes e ciências, incluindo fundações privadas e museus.

A preocupação pelo estreitamento de laços com o mundo cultural de expressão portuguesa se manifestou desde as origens do próprio Conselho. Não é casualidade que o seu primeiro presidente fosse o ilustre intelectual Ramón Piñeiro, a quem antes nos referimos. Piñeiro e os galeguistas de entreguerras tiveram especial empenho em travar relação com as culturas de expressão portuguesa (como antes indicamos ao nos referirmos a Manuel Rodrigues Lapa), mas também tiveram contacto com figuras brasileiras, como o professor Celso Ferreira da Cunha (para mim, de saudosa lembrança, pois tive a honra de tratá-lo pessoalmente nas suas reiteradas visitas a Compostela), e o mesmo Piñeiro participou, representando a Galiza, em eventos como o *Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, celebrado em Harvard, em 1967, e o *Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas*, que teve lugar em Rio de Janeiro, em 1977.

Na atualidade, o *Conselho da Cultura Galega*, que acaba de solicitar a sua adesão à *Comunidade de Países de Língua Portuguesa*, em qualidade de entidade observadora externa, está estudando uma proposta, que deveria depois considerar o governo galego, de implantação do português como segunda língua estrangeira de forma generalizada em todos os liceus e centros de ensino secundário da Galiza, apoiando-se nos programas europeus que já existem a respeito, e que funcionam noutras regiões, como a Estremadura espanhola. Enfim, há uma diversidade de iniciativas da sociedade civil, dos profissionais e das empresas, nos terrenos da produção audiovisual, da indústria editorial, da música, do jornalismo, das novas tecnologias, que poderiam ver-se impulsionadas e respaldadas no plano institucional.

Uma perspectiva pluricêntrica e multicultural, como a que foi aqui sugerida anteriormente, que ponha o acento no respeito e valorização da diversidade linguística e cultural e nas iniciativas da base e da sociedade civil, e que caminhe no sentido duma certa desestatalização das culturas e das políticas culturais (se calhar, no marco dum paradigma post-nacional ou, melhor, post-estato-nacional), poderia ser de grande ajuda para situar a Galiza nos âmbitos culturais de expressão portuguesa. O contributo do Brasil, sublinhando a diversidade interna dos domínios de expressão portuguesa, e mesmo pela afinidade que apresentam o galego e o brasileiro (especialmente no plano fônico) em relação com o português europeu, pode ser decisivo.

No entanto, a língua galega deve prosseguir o seu próprio caminho, se apoiando no português para a sua adaptação e modernização, procurando um achegamento proveitoso, mas sobretudo procurando se assentar firmemente na sociedade galega, onde deve confrontar graves ameaças, derivadas duma situação histórica de subordinação ao castelhano e duma deriva sociolinguística favorável à expansão das grandes línguas de comunicação internacional. Em nossa opinião, não adianta nada forçar agora a trajetória do galego mediante uma reforma radical orientada ao português, que lhe pode alienar apoios sociais na própria Galiza. A aproximação do galego ao português deve ser gradual, e se apoiar no estreitamento dos intercursos e dos laços culturais, econômicos e humanos. Qual será a decisão que no futuro puder tomar a comunidade galegófona, uma vez que a sua língua estiver normalizada cultural, social e politicamente (se é que isto finalmente se consegue), é questão difícil de prever. As opções estão abertas, mas não há necessidade de fazer hoje papel de profeta.

Referências

ALONSO PINTOS, Serafín (2002). *Para unha historia do estándar galego: as propostas do período 1966-1980.* Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia.

FERNÁNDEZ SALGADO, Benigno; MONTEAGUDO, Henrique (1995). Do galego literario ao galego común: o proceso de estandarización na época contemporánea. In: MONTEAGUDO, H. (Ed.). *Estudios de sociolingüística galega: sobre a norma do galego culto*. Vigo: Galaxia. p. 99-176.

GARCÍA TURNES, Beatriz (2008). *Ideas sobre o galego e as orixes do português na lingüística lusa do século XIX.* Tese de Doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela.

LÓPEZ, Teresa (1991). *Névoas de antano*: *ecos dos cancioneiros galego-portugueses no século XIX.* A Coruña: Laiovento.

MATTOSO, José (1985a). *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325).* 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa.

MATTOSO, José (1985b). *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: IN-CM.

MONTEAGUDO, Henrique (1988). Portugués e galego nos gramáticos portugueses de quiñentos. In: KREMER, Dieter (Ed.). *Actes du XVIII[e] Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes (Trier, 1986).* Tübingen: Max Niemayer Verlag, vol. V, p. 144-158.

MONTEAGUDO, Henrique (1999). *Historia social da língua galega*. Vigo: Galaxia.

MONTEAGUDO, Henrique (2000a). Ideas de Manuel Murguía sobre o idioma galego. *Boletín da Real Academia Galega*, n. 361, p. 197-220.

MONTEAGUDO, Henrique (2000b). As ideas lingüísticas de Castelao. In: MONTEAGUDO, Henrique. *Castelao, defensa e ilustración da lingua galega*. Vigo: Galaxia. p. 57-124.

MONTEAGUDO, Henrique (2002). Antigüidade e nobreza, pureza e harmonia da língua galega. Estudo introdutório. In: MONTEAGUDO, Henrique (Org.). *Martin Sarmiento: sobre a língua galega. Antoloxía*. Vigo: Galaxia. p. 19-75.

MONTEAGUDO, Henrique (2004). Martín Sarmiento (1695-1772) perante a lingua e a filoloxía portuguesa. In: BRITO, Ana Maria; FIGUEIREDO, O.; BARROS, C. (Org.). *Linguística histórica e história da língua portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto: Faculdade de Letras (Universidade do Porto). p. 239-273.

NETO, Serafim da Silva (1979). *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença/Brasília: INL.

OLIVEIRA, António Resende de (2001). *O trovador galego-português e o seu mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.

PENSADO, José Luis (1960). *Fray Martín Sarmiento: sus ideas lingüísticas*. Oviedo: Universidad.

PIÑEIRO, Ramón (1974). *Olladas no futuro*. Vigo: Galaxia.

VAZQUEZ CORREROIRA, Fernando (1998). *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano: o galego como exemplo a contrario*. Santiago de Compostela: Laiovento.

Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio

Charlotte GALVES

Universidade Estadual de Campinas / CNPq

1 Para uma nova periodização do português

Com base na língua escrita, a periodização tradicional do português reconhece três grandes fases, ou períodos, na história da língua: o português arcaico, o português clássico e o português moderno. Mattos e Silva (1994, 2006) problematiza essa questão, apresentando o quadro a seguir:[1]

Figura 1: Quadro Mattos e Silva

Época	Leite de Vasconcelos	Silva Neto	Pilar V. Cuesta	Lindley Cintra
até s. IX (882)	pré-histórico	pré-histórico	pré-literário	pré-literário
até ± 1200 (1214-1216)	proto-histórico	proto-histórico		
até 1385/1420	português arcaico	trovadoresco	galego-português	português antigo
até 1536/1550		português comum	português pré-clássico	português médio
até s. XVIII	português moderno	português moderno	português clássico	português clássico
até s. XIX/XX			português moderno	português moderno

Nesse quadro, observa-se que os estudiosos variam em relação às subdivisões desses grandes períodos, bem como em relação à denominação que lhes atribuem. É interessante notar que, exceto Leite de Vasconcelos,[2] todos os autores considerados subdividem o português arcaico em duas partes. À primeira, Serafim da Silva Neto dá o nome de "português trovadoresco", Pilar Vásquez-Cuesta, de "galego-português" e Lindley Cintra, de

1 O quadro reproduzido aqui é o quadro de Mattos e Silva (2006).

2 No quadro apresentado no artigo de 1994, outros autores são citados como compartilhando esta concepção: Said Ali, Ismael Lima Coutinho, Mattoso Câmara e Fernando Tarallo.

"português antigo". Cada uma dessas denominações focaliza um aspecto diferente da língua. A primeira faz referência ao fato de que essa primeira língua documentada tem como veículo privilegiado a produção lírica das cantigas trovadorescas. A segunda ressalta o aspecto geográfico-político da identidade inicial com o galego. A terceira, enfim, mais neutra em relação a esses aspectos que podemos chamar de história externa, estabelece uma fronteira final para a 'antiguidade' do português bem anterior à tradição. Antes de voltar para a questão das datas, olhemos agora para o termo escolhido por cada um para definir a segunda parte da primeira fase. Serafim da Silva Neto a chama de "português comum", Pilar Vásquez-Cuesta, de "português pré-clássico" e Lindley Cintra, de "português médio". Essa última denominação será retomada, e popularizada, por Ivo Castro (2006) na sua *Introdução à história do português*. É interessante ressaltar o termo de "português pré-clássico" proposto por Pilar Vásquez-Cuesta. Nele, temos a ideia inovadora de que se trata de um período que, em lugar de terminar um ciclo, prenuncia o seguinte. É uma inversão de perspectiva, que deixa de dar ao séc. XVI o valor de limite forte que tem em autores como Leite de Vasconcelos e Serafim da Silva Neto, uma vez que, para eles, é o grande divisor de águas entre a língua antiga e a língua moderna.[3] Enfim, antes de prosseguir, gostaria de me deter um pouco na interessante noção de "língua comum" que Serafim da Silva Neto (1970) apresenta na sua *História da língua portuguesa*. Para ele, "ainda que ... cristalizado em Lisboa, o português comum não representa o tipo lingüístico de uma determinada região. Pelo contrario, ele é, realmente, uma média, a conseqüência de uma nivelação lingüística provocada pelos fatos históricos" (*op. cit.* p. 380). Ou seja, para Serafim da Silva Neto, a língua comum é o produto do contato entre diversos dialetos, que leva, na fonética e na morfologia, a um certo nivelamento. Nesse processo de nivelamento, as grandes cidades (em Portugal, essencialmente Coimbra e Lisboa) desempenham um papel essencial, não pelo fato de imporem seu próprio dialeto, mas por proporcionarem a grande mescla humana, fonte do contato linguístico. Pelo seu prestígio político e cultural, a *koiné* assim formada se torna a língua de prestígio, e constitui a base da língua padrão. Resta ainda a difícil tarefa de entender como esse fenômeno de nivelamento atuou sobre a sintaxe na elaboração de uma nova gramática que conhecerá seu apogeu nos chamado período clássico .

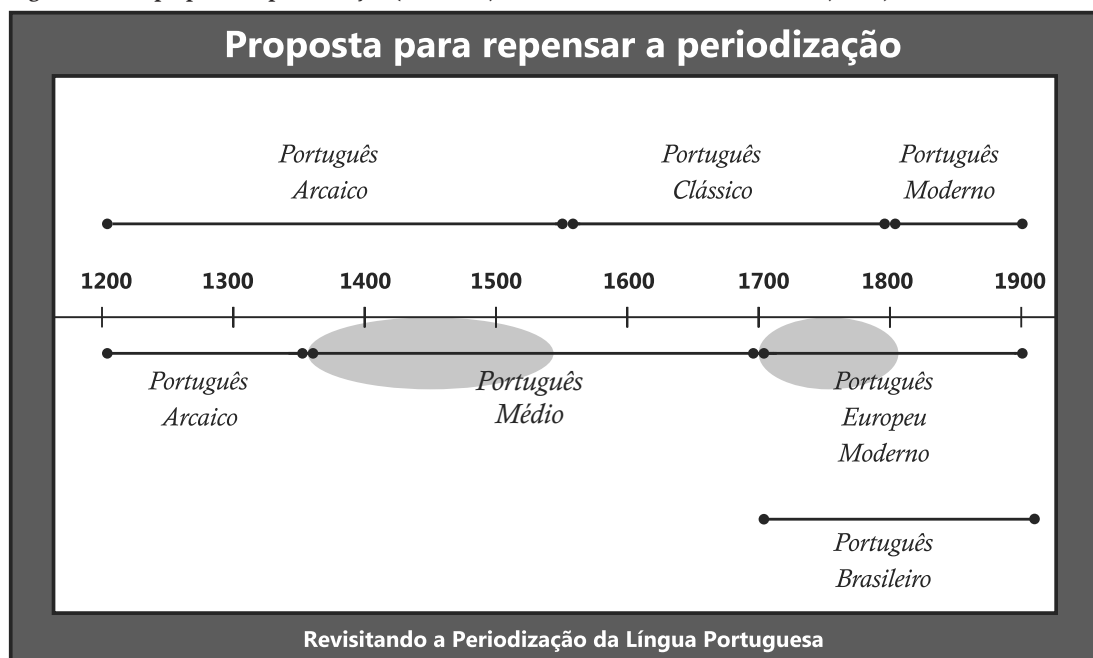
Neste texto, queria propor uma periodização alternativa, em que o séc. XVI deixa de ser a grande fronteira. A outra novidade é que se trata de uma periodização baseada na noção de *gramática*, entendida como a competência que os falantes têm da sua língua. Desse ponto de vista, os textos não são mais o objeto final da nossa investigação, mas o meio para distinguir as gramáticas dos falantes de português que os escrevem. Procuramos localizar neles a emergência de gramáticas novas, iniciando novos períodos. E, seguindo o caminho traçado por Anthony Kroch em vários artigos,[4] interpretamos os períodos em que se observa uma grande variação nos textos como períodos de "competição

3 Achamos uma ideia semelhante em Paul Teyssier (1980), na sua *Histoire de la langue portugaise*.

4 Cf. Kroch (1994, 2001).

de gramáticas". Tal competição se trava entre uma gramática inovadora e a gramática conservadora, que não deixa de ser expressa de um dia para o outro, como bem diz Carolina Michaëlis de Vasconcelos, citada por Rosa Virgínia Mattos e Silva no artigo referido acima.

Com base nessa concepção da evolução da língua portuguesa nos textos, Galves, Namiuti, Paixão de Sousa (2006) propõem o seguinte, gráfico em que a nova periodização é contraposta à periodização tradicional:

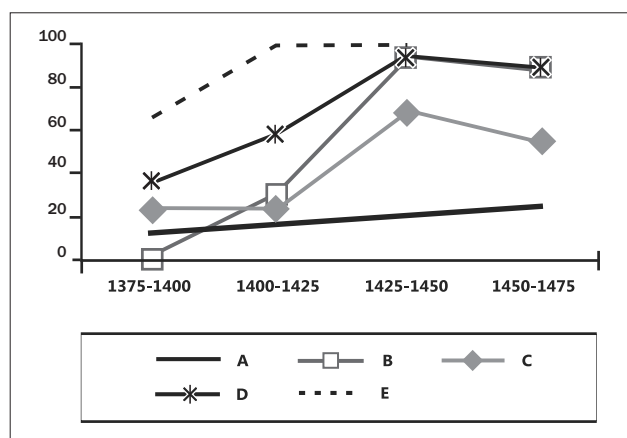
Figura 2: Nova proposta de periodização (GALVES, NAMIUTI e PAIXÃO DE SOUSA, 2006)

As linhas azuis representam a periodização tradicional, sem a subdivisão do português arcaico. Em vermelho, representamos uma outra versão da mesma história, levando em consideração as gramáticas que se sucedem na história do português. Nesta visão, o primeiro período é a primeira fase do português arcaico na periodização tradicional. O segundo período, ainda sem denominação – voltaremos a essa questão na seção 3 –, abrange a segunda fase do período arcaico tradicional, mais o português clássico. Aí reside a grande inovação dessa proposta, que procuraremos fundamentar empiricamente na próxima seção: a existência de uma fase, ou período, gramatical do português que vai da segunda metade do séc. XIV até o séc. XVIII. Essa fase engloba o português chamado por Lindley Cintra de "médio" (e por Pilar Vásquez-Cuesta, de "pré-classico") bem como o "português clássico". O primeiro, como veremos, se caracteriza por uma grande variação entre formas antigas e formas inovadoras, ou seja, uma forte competição de gramáticas. O segundo, que aparece nos textos no decorrer do séc. XVI, e dura até a primeira metade do séc. XVIII, corresponde à fase em que a gramática inovadora se impôs

definitivamente. Desse ponto de vista, o séc. XVI não se caracteriza como o início de um novo período, mas como o fim da fase de competição entre a gramática antiga e a nova, com a vitória da gramática inovadora.[5]

2 A base empírica da nova periodização

Queria agora dar um conteúdo empírico a esta proposta e voltar à questão da datação, olhando para dois conjuntos de dados. O primeiro conjunto é composto de fenômenos fonéticos e morfológicos, tirados do livro de Esperança Cardeira (2005). O segundo conjunto diz respeito a fenômenos sintáticos, tirados da tese de Cristiane Namiuti (2008).

Cardeira (2005) estuda a evolução da língua portuguesa num *corpus* de textos de gêneros variados escritos entre 1375 e 1475 (cf. a legenda da figura 3). No gráfico a seguir, ela mostra a substituição na morfologia de formas antigas por formas modernas: 1) na segunda pessoa do plural ("amades" substituído por "amais" – variável B); 2) nos particípios dos verbos da 3ª conjugação ("metudo" substituído por "metido"- variável C); 3) no sufixo adjetival ("–vil" substituído por "–vel" – variável D) e, enfim, 4) na expressão do pronome possessivo ("sa" substituído por "sua" – variável E).[6]

Figura 3: Evolução das formas arcaicas entre o português clássico e o português médio (CARDEIRA, 2005)

Frequência das variantes modernas nas variáveis A (terminações nasais com grafia não etimológica), B (formas sincopadas na 2ª pes. pl.), C (particípios em *-ido*), D (terminação paroxítona *-vel*) e E (pronome *sua* em contexto átono) no conjunto do *corpus* estudado (*Livro da Cartuxa, Vidas de Santos, Documentos notariais dos Mosteiros do Noroeste e da região de Lisboa, Livro Verde da Universidade de Coimbra, Documentos Históricos da Cidade de Évora, Actas das Vereações de Loulé* e *Capítulos de Cortes*).

Observamos que as formas modernas aparecem numa frequência de 0 a 60% em 1375, o que mostra que algumas delas já vinham se implementando desde tempos mais antigos. Notem-se, em particular, os 60% de "sua" em lugar de "sa". Em compensação, a forma sincopada da 2ª pessoa do plural não aparece no primeiro ponto da linha do tempo

5 Note-se que outro período de transição, ou competição, aparece no séc. XVIII. Tem sido o objeto de numerosos trabalhos baseados no *Corpus* Tycho Brahe (cf. http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html).

6 Não considerarei aqui a variável A, que diz respeito à variação de grafia, reveladora da mudança na pronúncia das nasais finais.

do gráfico. Encontramos, portanto, uma variação no início das mudanças, bem como seu fim (cf. o quadro final de Mattos e Silva (1994)). Mas fica claro para todas as formas em variação que o período maior de crescimento das novas formas se dá na primeira metade do séc. XV.

O quadro apresentado por Cardeira sustenta, portanto, empiricamente a hipótese de que, do ponto de vista da morfologia, é entre 1350 e 1450 que a língua escrita expressa a transição de um período para o outro, dentro do ponto de vista proposto aqui, da gramática arcaica para a gramática inovadora, que se expressará plenamente nos textos por volta de 1550 (cf. MATTOS E SILVA, 1994). O que o quadro de Cardeira nos mostra é que o português "médio" ou "pré-clássico" é um período marcado pela variação entre as formas antigas e as formas novas.

Infelizmente, não temos análises sintáticas realizadas no *corpus* de Cardeira. Mas podemos verificar, com base em outros textos, que a sintaxe também se transforma nesse mesmo período. Namiuti (2008) estuda o fenômeno da interpolação em um *corpus* de documentos notariais (elaborado por MARTINS, 1994) e de documentos administrativos e literários (*corpus* de PARCERO, 1999, e *Corpus* Tycho Brahe), abrangendo do séc. XIII ao séc. XVI. Ela mostra que se podem definir dois momentos gramaticais caracterizados por propriedades distintas da interpolação:

A. 1º período (Gramática I):
- Interpolação da negação e de outros constituintes do predicado.
- A interpolação é atestada em contextos de próclise obrigatória.
- O clítico é contíguo à conjunção (C).

O exemplo a seguir, tirado de Martins (1994), ilustra essa gramática. Observamos que o elemento interpolado entre o clítico e o verbo é um sintagma preposicional ("ao dicto Mosteiro"), que se trata de uma oração subordinada – contexto de próclise obrigatória –, e, enfim, que o clítico é contíguo à conjunção:

1. que **as** ao dicto Mosteiro deuiã Algũas pessoas (Lx, 1357)

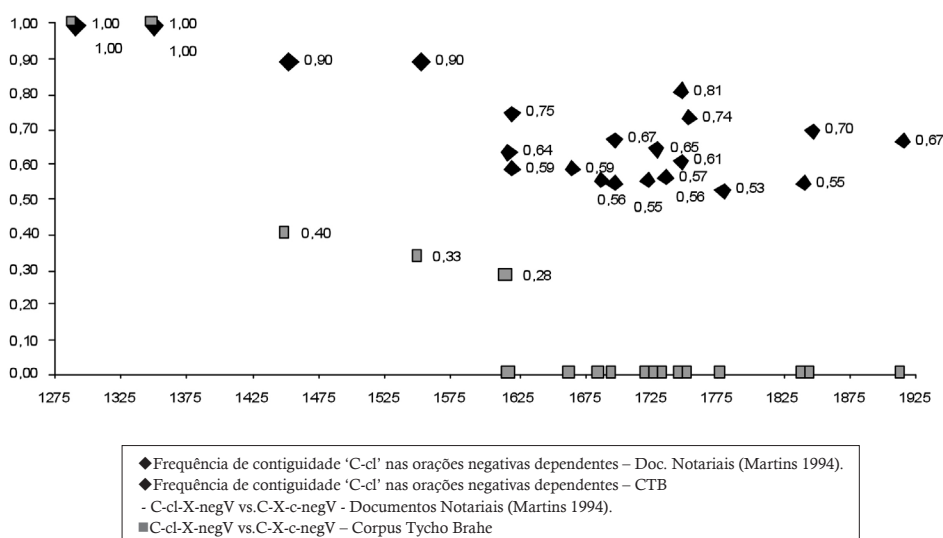
B. 2º período (Gramática II):
- Desaparece a interpolação de constituintes diferentes de "não".
- Surgem novos contextos para a interpolação do "não" – em orações raízes neutras, que não são contextos de próclise obrigatória.
- Surge uma nova ordem linear nas sentenças dependentes negativas, sem contiguidade C-cl.

Os dois exemplos a seguir ilustram essa nova gramática. Em (2), temos uma oração não dependente, que não constitui um contexto de próclise obrigatória. Em (3), encontramos a ordem conjunção–sujeito–clítico–verbo, em que não há contiguidade entre a conjunção e o clítico. Enfim, os dois exemplos trazem a interpolação de "não":

2. <u>Dom Manoel de Lima</u> **o** não quiz ouvir naquele negócio , dizendo-lhe, que era filho mais velho de seu pai, que se queria ir pera o Reino, e que quando lhe ElRei não desse de comer, que viveria com o que seu pai viveo (Couto - 1542, *Corpus* Tycho Brahe)

3. Êste conselho houvera Dom Christovão de tomar em princípio, tanto que se ajuntou com a Rainha, e segurar-se em parte, que <u>os inimigos</u> **o** não pudessem cercar, até se ajuntar com o Imperador, e da serra pudera sair a dar todos os assaltos que quizera (Couto - 1542, *Corpus* Tycho Brahe)

A figura 4 mostra a evolução da sintaxe da interpolação, mais especificamente o aparecimento de construções em que o clítico não está contíguo à conjunção em orações dependentes negativas. O losango preto mostra a frequência geral de C-cl-neg e o quadrado branco mostra a frequência de C-cl-X-neg (ex: *que* ***lhe*** *<u>ele</u>* ***não*** *quiz dar)* em relação a C-X-cl-neg (ex*: que <u>ele</u>* ***lhe não*** *quiz dar*.)

Figura 4: A dinâmica da evolução da interpolação (NAMIUTI, 2008)

Nos dois primeiros pontos do eixo do tempo, 1300 e 1350, os valores são 100% para as duas variáveis, o que mostra que a gramática instanciada nos textos é a gramática 1 (G1). Mas, em 1450, temos 90% de contiguidade e 40% somente de orações C-cl-X-neg-V. Os 10% de não contiguidade Ccl no conjunto das orações dependentes negativas e os 60% de orações C-X-cl-neg-V mostram a irrupção da gramática 2 (G2) nos textos posteriores a 1350. C-X-cl-neg-V chegará a 100% a partir do início do séc. XVII, quando elementos outros que a negação deixarão definitivamente de se interpolar entre o clítico e o verbo.

O ponto importante para os nossos propósitos é que a mudança sintática acompanha no tempo a mudança morfológica, as novas formas aparecendo nos textos entre 1350 e 1450. A periodização tradicional já estava expressando esse fato ao situar a subdivisão do primeiro grande período, conforme os autores, entre 1350 e 1420. Tal datação é para muitos decorrente de fatos externos à língua: fim da produção lírica trovadoresca, batalha

de Aljubarrota, início das grandes navegações, mas a análise propriamente linguística, como vimos, não desmente a existência de uma forte alteração, que começa em meados do séc. XIV e vai se consolidando até atingir sua plena expressão no decorrer do séc. XVI. Aqui, interpretamos essa dinâmica como a substituição de G1 por G2, que se traduz num longo tempo de competição, tanto na morfologia, quanto na sintaxe, entre as expressões produzidas por cada uma.

3 Entre o português antigo e o português moderno: o português hispânico

A figura 5 acrescenta ao quadro de Mattos e Silva (2006) duas colunas, relativas à proposta de Galves et al. (2006):

Figura 5: Quadro de periodização revisitado

<table>
<tr><th>Época (datação dos textos)</th><th>Serafim da Silva Neto</th><th>Pilar V. Cuesta</th><th>Lindley Cintra</th><th>Galves et al. revisto</th><th>Época (gerações)</th></tr>
<tr><td>até 1385 (1420)</td><td>trovadoresco</td><td>galego-português</td><td>português antigo</td><td>galego-português</td><td>até c. 1350</td></tr>
<tr><td>até 1536-1550</td><td>português comum</td><td>português pré-clássico</td><td>português médio</td><td rowspan="2">português hispânico</td><td rowspan="2">1350/ 1700</td></tr>
<tr><td>até XVIII</td><td rowspan="2">português moderno</td><td>português clássico</td><td>português clássico</td></tr>
<tr><td>até s. XIX/XX</td><td>português moderno</td><td>português moderno</td><td>português europeu moderno</td><td>1700-</td></tr>
</table>

A primeira gramática (G1) é instanciada nos textos até c. 1350. A segunda (G2), que aparece a partir dessa data, inicialmente de maneira limitada, vai se impondo no decorrer do séc. XVI e tem sua expressão máxima até a virada do séc. XVII para o XVIII, quando começa a aparecer uma nova competição, correspondendo à emergência do português moderno (G3).[7]

Voltemos agora à questão da denominação desses períodos gramaticais. Obviamente, trata-se de uma questão secundária. Contudo, a periodização costuma ser acompanhada de nomeação. Proponho aqui para G1 o nome de "galego-português", que realça a identidade inicial do português e do galego devido à sua origem comum no Noroeste da Península Ibérica. Para G3, precisamos distinguir português europeu e português brasileiro, uma distinção ligada de novo à geografia e à sua influência sobre a mudança linguística. Resta nomear G2, a gramática intermediária entre o português das origens e o português moderno. Galves et al. (2006), seguindo a proposta de Galves (2004), lhe dão o nome de "português médio". Mas essa denominação estabelece uma confusão com o mesmo termo, bastante consolidado em Portugal, para referir-se à língua de transição entre o galego-português e o português clássico. Assim, na proposta tradicional, o português médio é anterior ao clássico. Na proposta de Galves et al., o português clássico é parte do português médio. Isso de fato cria uma confusão na interpretação dos termos.

7 Cf. Galves et al. (2005).

Precisamos, portanto, de um outro nome. Aqui, com base no estudo realizado em Paixão de Sousa (2004) – e também pensando na noção de português comum de Silva Neto –, gostaria de propor o nome de "português hispânico".

Obviamente, com "hispânico", não se faz referência nem ao espanhol de hoje, o castelhano da época, nem ao Estado espanhol de hoje. A Espanha, entre os séc. XV e XVIII, não é uma unidade política, mas geográfica e cultural. Veja-se, por exemplo, o uso dos termos "Espanha" e "espanhol" para designar o Arcebispo de Braga na biografia redigida por Frei Luís de Sousa (grifos meus):

> Eles o receberam com grandes honras e com extraordinárias mostras de amor e alegria, afirmando lhe cada um por si que nenhuma nova podiam mandar a Sua Santidade de maior gosto que a de sua chegada àquele lugar, por ser o primeiro prelado espanhol que ali viam e ficarem cheios de esperanças que seu exemplo seria bastante pera dar calor a todos os mais se porem a caminho, cuja tardança tinha assaz desgostado a Sua Santidade. (*Corpus* Tycho Brahe, S_001,0.1658)

> Ora chegando eu subitamente, não esperado,e divulgando se que era chegado um arcebispo primaz dos fins de Espanha, foi grande alegria nos legados e bispos, e na cidade (a qual ganha muito em concílio). (*Corpus* Tycho Brahe, S_001,0.1673)

Paixão de Sousa (2004) dedica um capítulo da sua tese à complexa questão da língua em Portugal nos séculos XVI e XVII, tematizando e problematizando a noção de Espanha naquela época. Ela enfatiza dois aspectos. O primeiro é a percepção que gramáticos quinhentistas e seiscentistas, portugueses e castelhanos, têm da proximidade entre as duas línguas. Paixão de Sousa cita Mayans y Siscar, na obra *Origens de la lengua española*, de 1737, que assim se expressa:

> El portuguê, en el qual comprehendo el gallego, considerando aquél como principal porque tiene libros e domínio aparte, i dejando ahora de disputar qual viene de quál, el portugués, digo, aunque es dialecto distinto del castellano, es tan conforme a él que, si uno abre un libro portugués sin saber que lo es, suele suceder leer algunas cláusulas creyendo que es castellano." (*op.cit.*)

O segundo aspecto estudado por Paixão de Sousa é o bilinguismo literário, "termo mais corrente para se descrever o uso generalizado do idioma castelhano por escritores portugueses em um período compreendido entre os séculos XV e XVIII" (*op. cit*. p. 217). Segundo o *Catalogo razonado biografico e bibliografico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, 542 autores portugueses publicaram em castelhano entre os séc. XIV e XIX. Paixão de Sousa realça que nessa lista se encontram não só obras literárias, mas também obras de matemática, medicina, navegação e astronomia. Também mostra de maneira convincente que o uso do castelhano não pode ser confundido com uma submissão política à coroa castelhana, particularmente delicada no período de 1580 a 1640, em que o reino português lhe é anexado, uma vez que até mesmo panfletos autonomistas foram redigidos em castelhano, e o próprio rei restaurador escreveu em 1649 uma obra sobre música nessa língua (*op. cit*. p. 225). Como diz Teyssier, citado por Paixão de Sousa, "o

bilingüismo só desaparecerá com os últimos representantes da geração de escritores formada antes de 1640" (*ibid.* p. 227)

As duas línguas estão assim numa íntima relação, que toma o seu sentido no âmbito de uma unidade superior a cada uma das duas línguas, que é a noção de Espanha, que perdura por todo o período em foco.

A noção de português hispânico também se ajusta de maneira interessante à noção de português "comum" proposta por Silva Neto para caracterizar a evolução do galego-português quando levado para o Sul na Reconquista e com seu contato com os outros dialetos de Portugal . Com efeito, um ponto essencial na argumentação de Silva Neto é o fato de as línguas comuns se oporem aos dialetos regionais. O galego-português é a língua que se define pelo seu berço geográfico de origem. Se Silva Neto tem razão, a língua que se substitui a ele não é a de Lisboa, ou de Coimbra, mas uma *koiné* emergindo do contato entre todos os dialetos daqueles que participam da Reconquista das terras sobre os mouros, bem como da repovoação das cidades depois da expulsão dos seus antigos habitantes. Essa língua de contato, base do novo padrão, pode integrar sem problema também sua relação privilegiada com sua grande vizinha, que passará pelo mesmo processo, embora mais demorado na sua completude, uma vez que o reino de Granada só será tomado nas proximidades do séc. XVI. E podemos pensar que a mudança gramatical claramente detectável nos textos escritos pela geração nascida depois de 1700 (cf. GALVES et al., 2005; PAIXÃO DE SOUSA, 2004, entre outros[8]) nasce de uma reação a essa relação privilegiada, e de uma vontade de afirmar a diferença. Com efeito, o motor dessa mudança parece ser o aumento da ordem enclítica nas orações não dependentes com sujeito pré-verbal, associada a uma mudança prosódica que dá ao português europeu uma feição muito particular, não só no domínio ibérico, mas no domínio românico em geral, uma vez que seu ritmo se distancia do ritmo silábico, típico das línguas românicas, e passa a se aproximar do ritmo acentual, típico de outras famílias de línguas, como as germânicas ou as eslavas (cf. FROTA et al., 2008). Um dos correlatos fonéticos desse ritmo é a redução das sílabas pretônicas, cuja primeira referência se encontra numa *Petite grammaire portugaise*, publicada em Paris, em 1675 (cf. TEYSSIER, 1980). Não é, portanto, absurdo pensar que, no decorrer da segunda metade do séc. XVII, com o progressivo desaparecimento da "geração de escritores formada antes de 1640", foi se impondo paulatinamente um novo padrão prosódico, que marcava claramente a identidade do português falado em relação ao castelhano. Esse correlato linguístico da luta pela independência (que, como lembrado por PAIXÃO DE SOUSA, 2004, tem seu final feliz oficial em 1640, mas dura de fato até 1668) marcaria então o fim de um longo período de identificação máxima no âmbito da noção geográfico-cultural compartilhada de Espanha. Muito mais tem que ser feito para consolidar a interpretação proposta aqui, em particular uma comparação sistemática do português e do castelhano nos séc. XV a XVIII. Mas já temos elementos suficientes indicando que se trata de um caminho que vale a pena ser trilhado.

8 Ver os trabalhos realizados a partir do *Corpus* Tycho Brahe em www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/producao

Referências

CARDEIRA, Esperança (2005). *Entre o português antigo e o português clássico*. Lisboa: IN-CM.

CASTRO, Ivo (2006). *Introdução à história do português*. Lisboa: Edições Colibri.

FROTA, Sónia; GALVES, Charlotte; VIGÁRIO, Marina (2008). Ler a fonologia: do português clássico ao português europeu moderno. In: FROTA, Sónia; SANTOS, Ana Lúcia. (Org.). *XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Selecionados*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística/Edições Colibri. p. 193-206.

GALVES, Charlotte (2004). *Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança lingüística – Fase II*. Projeto de pesquisa submetido à FAPESP. Disponível em www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/prfpml/fase2/projeto_completo.html.

GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2005). The change in clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe *Corpus*. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, 1. HUALDE, José Ignacio (Org.). Special issue on variation and change in the Iberian Languages: the Peninsula and beyond.

GALVES, Charlotte; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; NAMIUTI, Cristiane (2006). Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R.; SCHAFER-PRIEβ, B. (Org.) *Grammatische Strukturen des Europaischen Portugiesisch*. Tubingen: Calepinus Verlag.

KROCH, Anthony (1994). Morphosyntactic variation. In: BEALS, K. (Ed.). *Proceedings of the 30th annual meeting of the Chicago Linguistics Society*, v. 2, p. 180-201.

KROCH, Anthony (2001). Syntactic change. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris (Org.). *Handbook of syntax*. Oxford: Blackwell.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1994). Para uma caracterização do período arcaico do português. *D.E.L.T.A*, v. 10, n. especial, p. 247-276.

NAMIUTI, Cristiane (2008). *Aspectos da história gramatical do português: interpolação, negação e mudança*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2004). *Língua barroca: sintaxe e história do português nos seiscentos*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

SILVA NETO, Serafim (1970). *História da língua portuguesa*. 2 ed. aumentada. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

TEYSSIER, Paul (1980). *Histoire de la langue portugaise*. Paris: PUF.

Completivas com duplo-*que* no português arcaico

Ilza RIBEIRO
Universidade Federal da Bahia/CNPq
PROHPOR

1 Mattos e Silva (1989)

Em *Estruturas trecentistas*, Mattos e Silva (1989, p. 747-749) apresenta exemplos de subordinadas completivas, da sua edição do documento trecentista *Os Diálogos de São Gregório*, em que o complementador **que** é duplamente realizado, como no exemplo a seguir:

(1) mandou-lhi dizer **que** [*el*] **que** o ia ver.

A autora também chama a atenção para o fato de que, entre as duas ocorrências do constituinte **que**, podem ocorrer sintagmas nominais simples, como em (1) acima, ou sintagmas nominais complexos, como em (2):

(2) Cuidas, padre Gregorio, **que** [*aqueste homen tan santo Libertino, de que tantas maravilhas e vertudes contasti*,] **que** leixou alguen antre tantos monges que o seguisse en fazer vertudes e maravilhas assi como el fazia?

Além disto, mostra a possibilidade de mais de um constituinte aparecer intercalado entre os dois **que**:

(3) Dixi eu primeiro, Pedro, **que** [este santo homen] [quando se partiu dos monges de que avia cura e en cujos feitos cuidava e veo-se pera o ermo morar na cela en que primeiramente fora] **que** vẽẽra a morar consigo...

O objetivo deste texto é o de apresentar uma análise estrutural deste tipo de construção, com base em dados de *Os Diálogos de São Gregório* e de outros documentos do português arcaico (PA),[1] seguindo a cartografia do domínio-C (RIZZI, 1997; BENINCÀ; POLETTO, 2004; BENINCÀ, 2004), delineada a partir de fenômenos da periferia à esquerda de diferentes línguas. O texto está organizado como segue. Para deixar clara a proposta de análise aqui feita, é necessário retomar as características das propriedades de uma língua V2, bem como os desenvolvimentos teóricos nos modelos da gramática gerativa sobre os tipos de projeções da periferia à esquerda da sentença, o que é feito na seção 2. Procuro mostrar que o português historicamente apresenta evidências para a divisão do CP em Força e Finitude, com constituintes topicalizados ou focalizados ocorrendo em construções V2, V>2 e em completivas de duplo-**que**[2] (RIBEIRO, 1995a/b, 2009; RIBEIRO; TORRES MORAIS, 2009). A seção 3 trata de três possibilidades de construções completivas no PA: (i) a completiva com duplo-**que**; (ii) a completiva V2/V>2 com próclise; (iii) a completiva aparentemente V1 com ênclise. Argumento que todas são epifenômenos de uma sintaxe que requer a realização fonológica do núcleo Fin. Na seção 4, mostro que o redobro do **que** também ocorre tanto em outras línguas românicas medievais (WANNER, 1998), como também em variedades românicas contemporâneas, como em dialetos italianos (PAOLI, 2004), em espanhol (DEMONTE; SORIANO, 2007), em galego (URIAGEREKA, 1995) e no português europeu (MASCARENHAS, 2007) e brasileiro (RIBEIRO, 2009; RIBEIRO; TORRES MORAIS, 2009) contemporâneos. O objetivo final é mostrar a relação entre a construção V2 e a de duplo-**que**, apontando para uma competição entre as duas estratégias, o que parece ter condicionado a perda da propriedade V2 no português.

2 Historiando a projeção CP e a propriedade V2

Descritivamente falando, o rótulo *língua V2* identifica as línguas que realizam as construções declarativas raízes com a ordem X V (S), em que a forma verbal flexionada (verbo pleno ou o auxiliar) está em segunda posição e é antecedida por um constituinte sintagmático qualquer. Nas sentenças subordinadas, o verbo flexionado pode ser final, como no alemão, ou medial, como no islandês. Essa assimetria raiz/subordinada, em relação ao posicionamento do verbo, é um dos aspectos da sintaxe V2 que têm sido mais explorados nas tentativas de explicação desse fenômeno.

1 A análise apresentada se baseia em um conjunto de dados coletados nos seguintes *corpora*:
(i) FERREIRA, J. de A. (1987). *Afonso X. Foro Real*. Lisboa: INIC. 2v. (FR)
(ii) MACCHI, G. (1966). *Crônica de D. Pedro*, de Fernão Lopes. Roma: Ateneo. (CDP)
(iii) MACHADO FILHO, A. V. L. (2003). *Um* Flos sanctorum *do século XIV: edições, glossário e estudo lingüístico*. Tese de Doutorado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. (FLOS)
(iv) MATTOS E SILVA, R. V. (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos "Quatro livros dos diálogos de São Gregório": edição crítica com introdução e índice geral das palavras lexicais*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. (DSG)
(v) PEREIRA, S. B. (1964). *Vocabulário da carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio: INL-MEC. (Caminha)

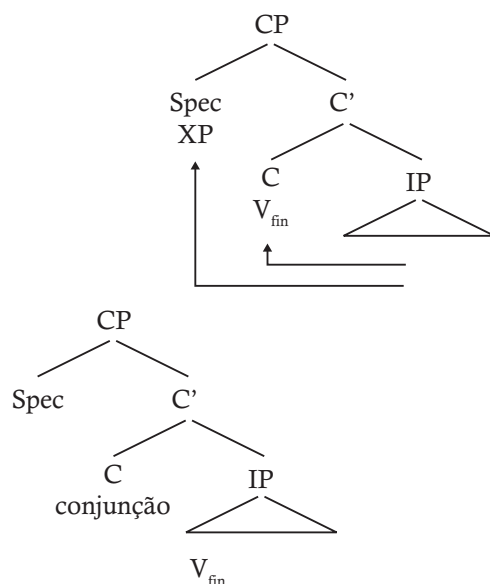
2 Deixo de abordar aqui os casos de interpolação nas completivas. Cf. RIBEIRO, 2010.

Na tradição das pesquisas que assumem uma única posição CP para hospedar o verbo flexionado na sentença raiz ou o complementador (do tipo *that*, *que*) na sentença subordinada, a solução para o problema descritivo do verbo em segunda posição nas sentenças raízes e da assimetria raiz/subordinada é a de que o verbo das sentenças raízes prototípicas ocupa a mesma posição do complementador das sentenças subordinadas. Os exemplos abaixo, do alemão, ilustram bem esta distribuição (exemplos de ROBERTS, 1992, p.5-6):

(4) a. Ich **las** schon letztes Jahr diesen Roman (S V O)
Eu li já no último ano este livro
b. Diesen Roman **las** ich schon letztes Jahr (O V S)
Este livro li eu já no último ano
c. Diesen Roman **habe**ich schon letztes Jahr **gelesen** (O Aux S ... V)
Este livro tinha eu já no último ano lido
(5) Du weisst wohl,
Você sabe bem,
a. daβ ich schon letztes Jahr diesen Roman **las** (que S ... V)
que eu já no último ano este livro li
b. daβ ich schon letztes Jahr diesen Roman **gelesen habe** (que S ... V Aux)
que eu já no último ano este livro lido tinha

Nos exemplos em (4), o sujeito (4a) ou o objeto (4b/c) precedem o verbo flexionado, pleno ou auxiliar; assim, são estruturas V2, apresentando uma ordenação de constituintes do tipo X V (S). O exemplo em (4c) ilustra ainda o fato de que é a forma verbal flexionada que aparece em segunda posição (neste caso, o auxiliar verbal), enquanto que o particípio aparece em posição final. Por outro lado, nas sentenças subordinadas em (5), todos os verbos aparecem em posição final, ficando o verbo/auxiliar flexionado em última posição.

Desse modo, os efeitos V2 do alemão têm sido derivados em termos de duas regras de movimento: uma regra desloca o verbo/auxiliar para o núcleo C e outra desloca um constituinte sintagmático qualquer para o especificador da projeção que hospeda o constituinte verbal, o especificador de CP. Em geral, a assimetria raiz/subordinada, ilustrada com os dados em (4) e em (5), tem motivado análises que propõem que o constituinte verbal nas sentenças raízes ocupa a mesma posição C que o complementador ocupa nas sentenças subordinadas, como representado em (6):

(6) a. oração matriz b. oração subordinada

Como o constituinte verbal e o complementador disputam por uma mesma posição, espera-se que esses constituintes ocorram em distribuição complementar, ou seja, nas construções subordinadas, o complementador é foneticamente realizado; assim, o verbo/auxiliar não pode ser movido para essa posição, por ela já estar ocupada pelo complementador (por *da*β nos exemplos em (5)).

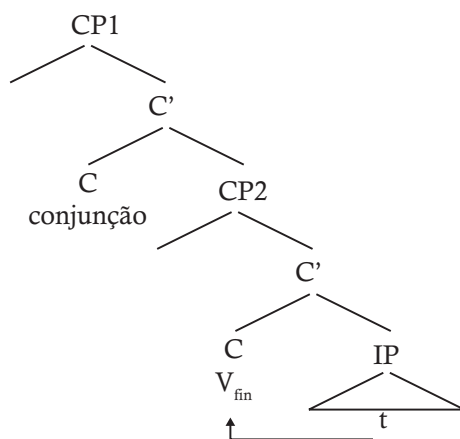
Em resumo, no quadro teórico pré-minimalista, desde den Besten (1983, 1986), seguindo Koster (1975), se tem assumido que o fenômeno V2 envolve o constituinte C, uma posição que nas sentenças subordinadas está sempre comprometida com os elementos introdutores de encaixamento de sentenças. Esta era a análise corrente na literatura linguística sobre V2, para diferentes línguas, como pode ser observado nos estudos de Platzack (1986), Taraldsen (1986), Tomaselli (1990), Vikner (1991), Adams (1987, 1988), Roberts (1992) e Ribeiro (2005), dentre outros.

No nível explicativo, os gerativistas preocupados com o fenômeno V2 tentavam explicar por que o movimento do verbo para o núcleo C é obrigatório em certas línguas (as línguas V2), e não em outras (as línguas não V2). O centro de interesse dos estudos do fenômeno V2 é a razão pela qual o verbo tem de ser movido para essa posição. A maior parte das explicações propostas são análises com base em conjecturas sobre a natureza do núcleo C (traços categoriais, caso, traços morfológicos etc).

Contudo, as impossibilidades de construções V2 em sentenças subordinadas não são homogêneas, como os dados do alemão podem levar a supor, pois várias línguas permitem estruturas V2 nas sentenças completivas. Dois traços essenciais distinguem as línguas germânicas quanto às possibilidades de realização de V2 nas sentenças subordinadas; tais diferenças podem ser vistas de duas perspectivas: quanto à realização do complementador na posição C e quanto aos tipos de subordinadas que admitem V2. No alemão

e no holandês, por exemplo, V2 é essencialmente um fenômeno raiz; nas sentenças subordinadas, V2 só ocorre em completivas de verbos denominados verbos-ponte (como *dizer*, *acreditar*, *afirmar* etc; em geral, verbos declarativos e epistêmicos). Mesmo nesse caso, é observada a condição de a posição C não estar preenchida pelo complementador.

Por outro lado, em islandês (e iídiche), V2 parece ser generalizado a todos os tipos de sentenças e o complementador está sempre foneticamente realizado. Embora o dinamarquês (assim como o norueguês, o sueco e o feroico) se comporte de forma semelhante ao alemão, só aceitando construções V2 subordinadas em completivas rde verbos-ponte, distingue-se do alemão por a posição C estar sempre preenchida pelo complementador *at*. Este é um problema que a teoria precisa resolver, pois uma única projeção de CP não dá conta do V2 nessas línguas. A partir dos fatos empíricos dessas línguas, derivou-se a proposta de recomplementação, ou seja, de uma estrutura com duplo CP:

(7) Duplo CP

Como se pode observar, a estrutura em (7) permite uma construção V2, mesmo que a conjunção introdutora da sentença subordinada esteja realizada.

Além disto, diversas pesquisas têm mostrado que V2 não é um fenômeno restrito às línguas germânicas e escandinavas. Tem-se constatado que algumas línguas românicas observavam a sintaxe V2 em sua fase arcaica, como o francês (cf. ADAMS, 1987, 1988; ROBERTS, 1992 e VANCE, 1988, 1989, entre outros) e o português arcaico (RIBEIRO, 1995a/b); ou que ainda a observam, como o reto-romano moderno (cf. ROBERTS, 1992). Outros estudos argumentam para uma sintaxe V2 em vários outros dialetos românicos medievais (cf., por exemplo, BENINCÀ, 1989, 2004; PAOLI, 2004; BENINCÀ; POLETTO, 2004; LEDGEWAY, 2008). As propostas de sintaxe V2 do romance medieval têm esbarrado em um fato empírico importante: o de que o efeito V2 não é categoricamente observado, já que podem ser realizadas construções V>2 (dois ou mais constituintes antecedem a forma verbal flexionada).[3]

3 Também ordens V1. Cf. Ribeiro (1995), quanto ao PA.

Quando se observa a gramática V2 do português arcaico, vê-se que as representações acima (em 6 e em 7) não são suficientes para dar conta de sua organização estrutural. Os dados abaixo ilustram a questão:

(8) Sentenças matrizes

a) E [$_{CP}$ **esto lhis fazia**] [$_{IP}$ ele pera lho agalardoar Deus (DSG-XIV)

b) [$_{CP}$ **Muito fezesti**] [$_{IP}$ pro boa demanda, Pedro, porque ... (DSG- XIV)

c) [$_{?P}$ *A verdade daquesta profecia*] [$_{CP}$ **mais claramente a veemos**] ... [$_{IP}$.....]
(DSG- XIV)

d) [$_{?P}$ *E quando chegaron ao rio,*] [$_{CP}$ **tan aginha o passaron**] .... [$_{IP}$.....]
(DSG- XIV)

e) [$_{?P}$ *e estas dobras que el-rrei dom Pedro mandava lavrar,]* [$_{CP}$ **cinquoenta d'ellas faziam**] [$_{IP}$ ... huu marco ...] (CDP- XV)

(9) Sentenças subordinadas

a) osmo [$_{CP}$ que [$_{CP}$ **ante$_i$ se acabaria**] [$_{IP}$ o dia [[t$_i$ que] eu leixasse de contar o que...]]] (DSG-XIV)

b) ...dizer [$_{CP}$ que [$_{CP}$ **mais$_i$ teendes**] [$_{IP}$ pro juntas [t$_i$ de vinte mil dobras]]]
(CDP-XV)

c) ca temia o santo bispo [$_{CP}$ que, [$_{?P}$ se os homens soubessen aquelo que acaecera,] **[$_{CP}$ tanta vãã gloria lhi creceria**] [$_{IP}$ t$_{tanta...}$ en seu coraçon]]
(DSG-XIV)

As construções em (8a-b) podem receber uma análise em termos da representação básica de sentença matriz em (6a); contudo, essa análise não é adequada para os dados em (8c-e), de construções V>2. Propor que os constituintes em itálico estão em adjunção a CP não consegue explicar por que a ordem é sempre Tópico (em itálico) + Foco (em negrito) e nunca Foco + Tópico; uma adjunção deveria permitir as duas possibilidades. A representação em (7), de duplo CP, foi pensada inicialmente para sentenças subordinadas; mesmo adotando a representação de duplo CP para a matriz, continua a questão de estabelecer as diferentes propriedades semântico-discursivas de cada um dos CPs.

Em relação às sentenças subordinas, pode-se pensar que a ordem V2 em (9a-b) instancia a realização fonológica de **que** no núcleo C mais alto e do V flexionado no segundo núcleo C, como representado em (7). Contudo, o exemplo em (9c) mostra que a representação em (7) não é suficiente ou adequada para as subordinadas V>2, em que um tópico e um foco coocorrem, nesta ordem. O mesmo pode ser dito em relação aos exemplos de duplo-**que** apresentados em (1-3) e retomados a seguir:

(10) mandou-lhi dizer **que** [*el*] **que** o ia ver.

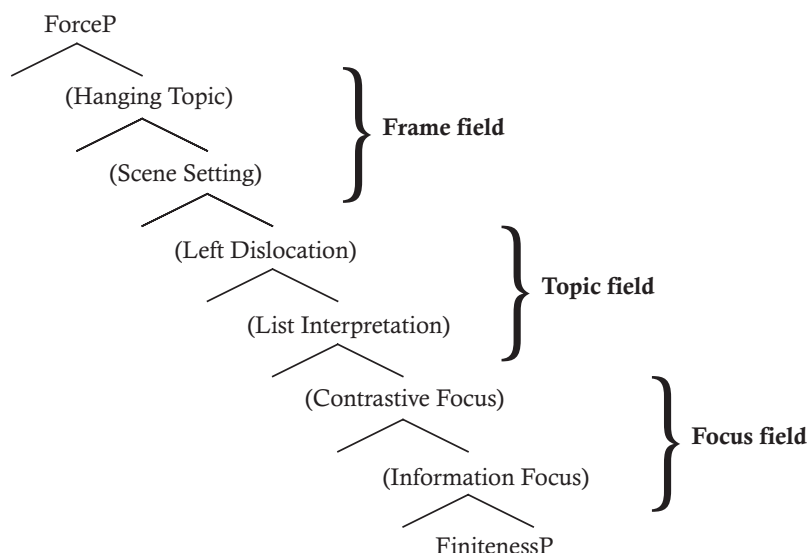
(11) Cuidas, padre Gregorio, **que** [*aqueste homen tan santo Libertino, de que tantas maravilhas e vertudes contasti*,] **que** leixou alguen antre tantos monges que o seguisse en fazer vertudes e maravilhas assi como el fazia?

(12) Dixi eu primeiro, Pedro, **que** [este santo homen] [quando se partiu dos monges de que avia cura e en cujos feitos cuidava e veo-se pera o ermo morar na cela en que primeiramente fora] **que** vẽẽra a morar consigo ....

Para os exemplos em (10-11), a representação em (7) poderia ser adequada, indicando uma competição entre o movimento do verbo e a concatenação de um **que** no núcleo C mais encaixado; em (12), no entanto, há dois constituintes intercalados entre os dois **que**, ambos com leitura de tópico, mas só uma posição para hospedá-los. Mesmo pensando em adjunção dos dois tópicos (embora adjunção a CP não seja teoricamente bem vista), resta explicar por que só constituintes com valor de tópico, nunca com valor de foco, aparecem intercalados entre os dois **que**.

2.1 Desenvolvendo a periferia à esquerda

As questões sobre V2 e V>2 têm ganhado um novo espaço de discussão, bastante produtivo, a partir dos estudos do projeto *The cartography of syntactic structures* (cf. Referências). De um lado, ampliou-se o interesse em projeções funcionais e nas propriedades sintáticas e semânticas de seus núcleos; de outro, passou-se a reconhecer uma estrutura mais complexa para CP do que simplesmente demarcar os limites das sentenças. Na continuação da discussão da estrutura do CP dividido, proposta por Rizzi (1997), os estudos de Benincà (2004) e Benincà e Poletto (2004) têm argumentado empírica e teoricamente para um CP ampliado da seguinte forma:

(13) Projeto cartográfico - CP expandido (BENINCÀ; POLETTO, 2004)

O CP ampliado está limitado na parte superior pela projeção ForçaP, que expressa se a sentença é declarativa, interrogativa, exclamativa, relativa, adverbial etc e realiza a interface entre uma proposição e o discurso (e a sentença raiz); na parte inferior, está limitado por FinitudeP (FinP), que realiza a interface com a parte interna da sentença, relacionada com tempo, modo, o tipo de complementador; contém uma especificação de tempo que concorda com o do domínio TP. Entre essas duas projeções, estão as de realização sintática de constituintes que têm valores pragmáticos. Tópico e Foco são domínios (um conjunto de projeções), sendo *Frame Field* e *Topic Field* os domínios mais altos, que hospedam não operadores, ou seja, hospedam elementos de ancoragem discursiva, (tópico pendente (HT), marcadores circunstanciais de cena (*scene setting*), deslocados à esquerda (LD) e tópicos com interpretação de lista (*list interpretation*). Foco é o domínio mais baixo, que expressa informação nova, não pressuposta, e hospeda elementos tipo operador (Foco contrastivo e Foco informacional e interrogativa-QU). A questão a ser respondida é: qual/quais dos núcleos funcionais em (13) está/estão envolvido(s) com a restrição V2, V>2 e com o fenômeno do duplo-**que**.

Considero ser relevante, para a análise de V2 e das completivas com duplo-**que**, a proposta de Roberts (2004) de que o fenômeno V2 resulta do requerimento de realização fonológica de Fin (Fin* na representação de ROBERTS, 2004). Como tenho proposto (RIBEIRO, 1995a/b), o PA é um sistema V2; portanto, o movimento de V para Fin é operativo no PA, com movimento adicional de Fin para Foco, se FocoP é ativado; os campos *Frame* e *Topic* não são V-relacionados, o que implica dizer que não são atratores de movimento de verbo para seus núcleos funcionais (RIBEIRO 2009; RIBEIRO; TORRES MORAIS, 2009).

2.2 A periferia à esquerda no PA: sentenças raízes

É com base em dados como os apresentados em (14) que Ribeiro (1995a/b) identifica o PA como um sistema V2, no sentido técnico do termo, ou seja, como um sistema que aciona CP em sentenças raízes. Dentro do modelo de periferia esquematizado em (13), a propriedade V2 pode ser identificada com a ativação dos campos de FocoP ou de FinP, atraindo um constituinte para seu especificador e exigindo o movimento do verbo flexionado para seu núcleo.

(14) a. E $[_{FinP}$ *esto* **lhis** fazia] ... $[_{IP}$ ele $t_{lhis+fazia}$ t_{esto} pera lho agalardoar Deus (DSG-XIV)

b. $[_{FocoP}$ **Muito** fezesti] ... $[_{IP}$ pro $t_{fezesti}$ t_{muito} boa demanda, Pedro, porque ... (DSG--XIV)

c. $[_{FinP}$ **Ora** ponho] ... $[_{IP}$ eu t_{ponho} as mhas paravoas na ta boca t_{ora}] (DSG-XIV)

d. $[_{TopP}$ *A verdade daquesta profecia*] $[_{FocoP}$ **mais claramente a** veemos] ... $[_{IP}$.....] (DSG-XIV)

e. [$_{FrameP}$ *E quando chegaron ao rio,*] [$_{FocoP}$ **tan aginha** o passaron] .... [$_{IP}$.....] (DSG-XIV)

f. [$_{FrameP}$ *e estas dobras que el-rrei dom Pedro mandava lavrar,*] [$_{FocoP}$ **cinquoenta d' ellas** faziam] .... [$_{IP}$ ... hũu marco ...] (CDP-XV)

g. [$_{TopP}$ *Aqueste homen*][$_{FocoP}$ **muito alonjado** he] ... [$_{IP}$ .....daquestes que nós ora veemos...] (DSG-XIV)

h. [$_{FocoP}$ **En que** soon] ..... [$_{IP}$ **....** eu culpado?] (DSG-XIV)

i. [$_{FocoP}$ **Limpho** és] .... [$_{IP}$ ..... desta razom ante Deus] (FLOS-XIV)

j. [$_{TopP}$ *Este pan*] [$_{FocoP}$ **santo** he] .... [$_{IP}$ ....] (DSG-XIV)

A propriedade V2 do PA pode ser satisfeita em FocoP, quando há constituintes discursivamente enfatizados recebendo acento de foco contrastivo ou informacional, como nos exemplos em (14b/d-j); ou em FinP, quando o constituinte fronteado para a periferia à esquerda é um encadeador discursivo, em geral um demonstrativo anafórico (14a) ou um adverbial (14c). Os exemplos de (14d-g/j) mostram que FrameP e TopP podem ser ativados (ver constituintes em itálico), sem interferir com a propriedade V2, pois estes constituintes não são V-relacionados, quer dizer, seus núcleos não requerem verificação de traços pelo núcleo verbal; estas construções terminam por ser realizadas com ordem superficial V>2. Contudo, os núcleos que são relevantes para a propriedade V2 são os núcleos de FinP e de FocoP, ambos V-relacionados. Esta é a análise que mantenho neste texto (Cf. RIBEIRO, 2009; RIBEIRO; TORRES MORAIS, 2009; como também em RIBEIRO, 1995a/b, embora sem contar com uma estrutura elaborada da periferia à esquerda).

O esquema em (15) resume a proposta acima, em termos dos núcleos da periferia à esquerda que atraem ou não o verbo flexionado, denominados aqui de núcleos +/-V relacionados:

(15) ForceP	FrameP	TopicP	FocusP	FinP	IP
	-V	-V	+V	+V	....

Os núcleos de *Frame* e *Topic* não atraem o V; o V flexionado sempre se move para Fin, para satisfazer Fin* (ROBERTS, 2004); o núcleo de Foco sempre atrai o V flexionado (V para Fin para Foco).

3 O duplo-*que* no português arcaico

O fenômeno do duplo-**que** se refere à possibilidade de sequência de complementadores, como nos exemplos abaixo, em que o elemento introdutor das sentenças completivas **que** se superficializa duas vezes. Vários tipos de constituintes podem estar intercalados entre os dois **que**:

I – Sujeitos deslocados à esquerda (LD)

(16) a. mandou-lhi dizer **que** [el] **que** o ia ver (DSG-XIV)
c. e o abade San Bento dizendo o contrairo **que** [Deus] **que** o fezera por el (DSG-XIV)
d. Cuidas, padre Gregorio, **que** [aqueste homen tan santo Libertino, de que tantas maravilhas e vertudes contasti,] **que** leixou alguen antre tantos monges que o seguisse en fazer vertudes e maravilhas assi como el fazia? (DSG-XIV)

II – Objetos deslocados à esquerda (CLLD)

(17) a. E pero non he pera creer – diz San Gregorio – **que** [o bõõ logar a que o ja levaron] **que** o perdesse (DSG-XIV)
b. e rrogamos-vos **que** [essas joyas que ella leixou] **que** as mandees dar ao dito Joham Fernandez (CDP-XV)

III – Expressões adverbiais temporais

(18) deffendemus firmemẽte **que** [daqui adeante] **que** nenhũũ seya ousado de coller ...]] (FR-XIII)

IV – Sentenças adverbiais

(19) a. rogo-te **que** [se te nembras d'alguus] **que** mh'os digas (DSG-XIV)
b. E disse a seu filho **que**, [pois el tan aginha gaanhava de Nosso Senhor as cousas que lhi demandava] **que**, des aqui en deante, desse aos pobres do seu quanto el quisesse dar. (DSG-XIV)
c. Ebem creo **que** [se vosa alteza aquy mandar quem mais antreles de vagar ande,] **que** todos seram tornados ao desejo de vosa alteza (Caminha-XV)
d. mandou ocapitam aos nauios pequenos que fosem mais chegados aatrra e **que** [se achassem pouso seguro peraas naaos] **que** amaynasem (Caminha-XV)

Assim, as propriedades deste tipo de construção são as de apresentarem dois complementadores, de haver diferentes tipos de constituintes topicalizados intercalados entre as duas realizações de **que** e de serem encontradas em sentenças subordinadas, sobretudo em completivas, mas sem estar ausente das adverbiais. Alguns exemplos, apresentados abaixo, mostram completivas com duplo-**se**, além de adverbiais com duplo-**que**:

(20) a. Queria, padre, que mi provassen mais abertamente **se** [a ordinhaçon que Deus feze dos feitos que se fazen no mundo, ou a sabença que ouve desses

feitos ante que o mundo fosse feito,] **se** se pode ajudar per orações dos santos homens (DSG-XIV)

b. de guysa **que** [o temporal e o spirital que uen todo de Deus] **que** se acordẽ todos en huu (FR-XIII)

c. en guysa **que** [os maoos que per sa maldade e por sa natura son dessauijdoos e denodados,] **que** pellas leyx seyã desarraygados (FR-XIII)

d. E ali, per sas encantações, trabalharon **que** [o enmiigo que en ela entrara] **que** saisse dela (DSG-XIV)

e. pareçeme jemte de tal jnoçencia **que** [se os homẽ emtendese e eles anos.] **que** seriam logo xpaãos (Caminha-XV)

No exemplo em (20a), ocorre uma completiva do verbo *provar* introduzida por **se**; nos exemplos em (20b-d), as sentenças são adverbiais, aceitam reduplicação do **que**, apresentando como constituintes intercalados os DPs sujeitos; em (20e), exemplo de uma construção adverbial consecutiva, o constituinte intercalado é uma sentença adverbial.

3.1 A periferia à esquerda no PA: sentenças completivas

A proposta de Ribeiro (1995a/b) é mantida neste texto, no sentido de que construções V2 são possíveis nas sentenças completivas do PA, embora atualizadas com a periferia à esquerda delineada em (13) e (15). Observam-se dois padrões de posicionamento dos clíticos nas completivas, dependentes da realização das posições +/-V relacionadas. Considero que o clítico não é um clítico verbal no PA, como os casos de interpolação deixam evidente (cf. também MARTINS, 1994); em relação à posição do clítico, adoto aqui uma versão modificada da proposta de Ribeiro (1995a), no sentido de que o clítico ocupa a posição ClP na periferia do CP dividido (…FinP ClP TP), como já tem sido proposto por vários autores (cf., entre outros, FERNANDEZ-RUBIERA, 2009).

Na análise aqui proposta (também baseada amplamente em RIBEIRO, 1995a/b), o movimento do verbo para C (Fin/Foco) é independente do movimento do clítico, no sentido de que V não tem de passar por ClP no seu caminho para Fin/Foco, o que resulta em ênclise. Próclise tem origem do movimento independente do núcleo que hospeda o clítico para Fin/Foco, quando o especificador de Fin/Foco está lexicalmente preenchido. O núcleo Cl se move para o núcleo Fin para verificar algum traço relacionado com especificidade do constituinte realizado em seu especificador; o movimento para o núcleo de foco resulta de o clítico + o verbo já estarem amalgamados em Fin.

3.1.1 Sentenças completivas V2 com próclise

Quando algum constituinte tematizado ou focalizado ocupa o especificador de FinP ou FocoP, respectivamente, a próclise é obrigatória. A estrutura para as completivas com próclise está esboçada em (21) e exemplos são apresentados em (22):

(21) ForceP	FrameP	TopicP	FocusP	FinP	ClP	IP
que	-V	-V	+V	+V	.... (próclise)	

(22) a. ca temia o santo bispo [$_{ForçaP}$ **que**, [$_{TopP}$ se os homens soubessen aquelo que acaecera,] [$_{FocP}$ **tanta vãã gloria lhi creceria]** [$_{FinP}$ t_{cl+v} **[**$_{ClP}$ t_{cl} **[**$_{IP}$ t_{Foco} t_v en seu coraçon]]]] (DSG-XIV)

b. osmo [$_{ForceP}$ **que** [$_{FocoP}$ **ante$_i$ se acabaria**] [$_{FinP}$ t_i t_{cl+v} **[**$_{ClP}$ t_{cl} [$_{IP}$ *o dia* t_v [[t_i que] eu leixasse de contar o que...]]]]] (DSG-XIV)

c. ...dizer [$_{ForceP}$ **que** [$_{FocoP}$ **mais$_i$ teendes**] [$_{FinP}$ t_i t_v] [$_{IP}$ pro t_v juntas [t_i de vinte mil dobras]]] (CDP-XV)

d. deves a entender, Pedro, [$_{ForceP}$ **que** [$_{FinP}$ **alguus feitos**$_i$ contarei [$_{IP}$ *eu*t_v t_i ....]]] (DSG-XIV)

e. disse-lhis [$_{ForceP}$ **que** [$_{FinP}$ **taaes custumes**$_i$ aviam [$_{IP}$ *eles* t_v t_i que non poderian convĩir con os seus]]] (DSG-XIV)

3.1.2 Sentenças completivas com ênclise

Nas sentenças com ênclise, a posição de foco nunca é ativada e não há qualquer constituinte foneticamente realizado na posição de especificador de FinP. A forma verbal flexionada vai para o núcleo Fin, cujo especificador contém um operador nulo, que reflete sempre a propriedade de coesão do tema, evitando sua redundância ou repetição. Frame e Tópico podem ser preenchidos, sem alterar a posição do clítico.[4]

(23) ForceP FrameP TopicP ~~FocusP~~ FinP ClP IP
que OP +V CL.....(ênclise)

(24) a. Ja ora podes entender, Pedro, [$_{ForçaP}$ **que** [$_{LD}$ aquelas cousas que Deus ordiou e soube ante que o mundo fosse feito,] [$_{FinP}$ OP compriron [$_{ClP/IP}$ **se** t_V pelas orações dos santos homens]]] (DSG-XIV)

b. Diz [$_{ForçaP}$ **que** [$_{LD}$ todos aqueles que Jesu Cristo receberon e creeron que era filho de Deus,] [$_{FinP}$ OP deu [$_{ClP/IP}$ **-lhis** el t_V poderio]]] (DSG-XIV)

c. e parece [$_{ForçaP}$ **que** [$_{scene}$ nembrando-lhes a criaçom que em elles fezera e como os queria mandar matar,] [$_{FinP}$ OP viinham [$_{ClP/IP}$ **-lhe** as lagrimas t_V aos olhos per vezes]]] (CDP-XV)

3.1.3 Sentenças completivas com duplo-*que*

As construções com duplo-**que** resultam de uma estrutura como esboçada em (25).[5]

(25) V_{matriz}...[$_{ForçaP}$ **que** [$_{FinP}$ [Frame / Topic] **que**] [$_{ClP/IP}$ CL .... V ...]]]

4 Para uma análise mais ampla da ênclise nas sentenças subordinadas, cf. Ribeiro, 1993, 2009 e Lopes, 2010.

5 Para as construções em que mais de um constituinte aparece intercalado entre os dois **que**, é possível propor uma análise em que o primeiro é conectado em *Frame/ Topic* e o segundo no especificador de FinP.

O primeiro **que** se realiza em Força, núcleo relacionado com o tipo de sentença; o segundo **que** é um constituinte de Fin. Neste tipo de estrutura, um tópico é inserido no especificador de Fin; como tópicos não são V-relacionados, o verbo não se move para o núcleo de Fin. A estratégia de último recurso resulta na inserção de **que** no núcleo Fin, pois, neste período da língua, Fin requeria realização morfofonológica. Completivas com duplo-**que** já foram apresentadas nos exemplos acima; retomo quatro deles abaixo, de *Os Diálogos de São Gregório*:

(26) a. E pero non he pera creer – diz San Gregorio – **que** [o bõõ logar a que o ja levaron] **que** o perdesse
b. mandou-lhi dizer **que** [el] **que** o ia ver
c. e o abade San Bento dizendo o contrairo **que** [Deus] **que** o fezera por el
d. rogo-te **que** [se te nembras d'alguus] **que** mh'os digas

Este tipo de construção mostra a competição entre movimento do verbo para Fin e inserção de **que** em Fin. Tal competição pode estar na origem da perda da propriedade V2 do PA.

4 Duplo-*que* em outras línguas românicas

A possibilidade de completivas com duplo-**que** parece ser uma característica do romance medieval, pois é atestada em outras línguas românicas, como apontado por Wanner (1998), de onde o exemplo abaixo foi retirado, de uma completiva com duplo-**que** no francês antigo:

(27) Sire, je te adjure par le vray Dieu **que** ***ta fille Tarsienne*, que** tu ne la donnes a mariage a autre que a moy (*Apollonius de Tyr* f48b)
(Senhor, eu te peço pelo verdadeiro Deus **que** tua filha Tarsiana **que** não a dês em casamento a outro que não a mim)

Embora tenha desaparecido da norma escrita das línguas românicas, a partir do século XVI, segundo Wanner (1998), completiva com duplo-**que** ainda é bastante frequente na língua falada, ao menos em espanhol moderno (DEMONTE; SORIANO, 2007), dialetos modernos do italiano (PAOLI, 2004), no português brasileiro (RIBEIRO, 2009; RIBEIRO; TORRES MORAIS, 2009) e no português europeu (MASCARENHAS, 2007). Os dados a seguir são exemplos ilustrativos, citados pelos autores acima:

(28) a. Dijo **que** [a ese tío] **que** no podía ni verlo. (esp. mod.)
b. Me dijo **que** [ese paquete] **que** no sabia quién lo había traído.

(29) a. A Teeja a credda **che** a Maria **ch'a** parta. (da Ligúria)
A Teresa SCL acredita **que** a Maria **que** SCL parta.
b. Gioanin a spera **che** Ghitin **ch**' as në vada. (de Turim)
João SCL espera **que** Margarida **que** SCL+REFL parta / se vá.

(30) a. Acho **que** este livro **que** a Ana não gostou dele. (PE)
b. Disseram-me **que** ao João **que** o professor (lhe) deu um dezoito.
c. Acho **que** se lhe ligasses **que** tudo se resolveria.

(31) a. Acho **que** este livro **que** a Ana não gostou dele. (PB)
b. Disseram-me **que** ao/pro João **que** o professor (lhe) deu dez.
c. Acho **que** se você telefonasse pra ele **que** tudo se resolveria.

Os dados de duplo-**que** do PA podem ser gramaticais no PB contemporâneo, com as devidas adaptações lexicais e morfológicas, como ilustram os exemplos a seguir, cunhados com base nos dados do PA apresentados acima:

(32) a. E por isso não devemos acreditar **que** [o bom lugar a que o levaron] **que** ele o perdesse.
b. Mandou-lhi dizer **que** [ele] (é) **que** o ia ver.
c. Você acha **que** [aquele homem tão santo, de quem você me contou tantas maravilhas e vertudes] **que** ele deixou alguém que continuasse seu trabalho de fazer vertudes?
d. Pedimos **que** [estas jóias que ela deixou] **que** você mande entregá-las aos filhos.
e. Defendemos firmemente **que** [de hoje em diante] **que** ninguém deixe de pagar os impostos da limpeza pública.
f. Peço **que** [se você se lembra de algum caso] **que** você me conte.
g. O capitão mandou que os navios pequenos se aproximassem da terra e **que** [se achasse um porto seguro para os navios] **que** amainassem (colhessem as velas).

Além dos dados de fala, Ribeiro (2009) e Ribeiro e Torres Morais (2009) apresentam dados de atas escritas por afro-descendentes, no século XIX, em que as completivas com duplo-**que** se fazem presentes:

(33) a. disse a o prizidente **que** quando hovesse um trabalho como este **que** mandasse lhe chamar (Gregório - Seção do dia 17 de Agosto de 1862)
b. o dispois o Prezidente disse **que** o sunsuro que ocorese **que** elle não tinha curpa (Gregório - Sessão do dia 5 de Outubro de 1862)

c. (disse) **que** elle p*ar*a não trastonar **q*ue*** não queria fallar (Gregório - Sessão do dia 26 de *Outu*bro de 1862)

Estes dados revelam que a periferia à esquerda da sentença, como delineada em (13), é uma propriedade universal, sempre disponível para as línguas. A mudança que se observa entre o português antigo e o português moderno resulta somente das diferentes formas de realização do núcleo Fin (e também de Foco). No PA, um sistema V2, o verbo flexionado se move para Fin/Foco, para realizar morfologicamente seus traços gramaticais; a estratégia de inserção de **que** em Fin é marginal, acontecendo somente quando um tópico ocupa a posição de especificador de Fin. No PB contemporâneo, que não é mais um sistema V2, os traços gramaticais de Fin são satisfeitos por inserção do morfema **que** (como também acontece nas construções com foco, tipo *João (é)* ***que*** *fez isto*). A ausência de completivas com duplo-**que** na escrita resulta de uma terceira estratégia disponível para as línguas, a de realização do morfema **que** nulo, como nos seguintes exemplos, paráfrases dos exemplos em (33):

(34) a. Ele disse ao presidente **que**, quando houvesse um trabalho como este **ø,** mandasse chamá-lo.
b. Depois, o presidente disse **que**, o sussurro que ocorresse **ø,** ele não teria culpa sobre isto.
c. Ele disse **que**, para não transtornar a reunião **ø,** ele não queria falar sobre o assunto.

Conclusão

a) as construções com duplo-**que** estão presentes nas línguas românicas, em diferentes períodos de sua história;
b) a estrutura complexa da periferia à esquerda, proposta por Rizzi (1997) e Benincà e Poletto (2004), permite entender as possibilidades de organização dos constituintes no PA, como também a possibilidade de completivas sem/com duplo-**que**;
c) no português arcaico, as sentenças completivas podem apresentar qualquer uma das ordenações abaixo, a depender da sua organização discursivo-informacional:

1) **que (XP) Foco V S** – quando ocorre um constituinte focalizado, seja foco informacional, seja foco identificacional (contrastivo ou não); XP é opcionalmente realizado por constituintes discursivamente marcados, servindo de ancoragem discursiva: tópicos pendentes de sujeito ou de objeto, advérbios circunstanciais. Cf. exemplos em (22a-c).

2) **que (XP) Tema V S** – constituintes tematizados, que permitem manter uma coesão discursiva, podem ocupar a posição que antecede o verbo, Spec/FinP; quase sempre são objetos ou sujeitos dêiticos. Geralmente indicam continuidade do tema, coesão textual. Como ocorre para a generalização em (1), a realização de XP é opcional. Cf. exemplos em (22d-e).

3) **que (XP) OP V S** – o operador nulo é um tipo de conector discursivo nulo; se realiza sempre que o tema discursivo se mantém entre duas sentenças, ou em um parágrafo, uma forma de evitar redundância. Assim, mantém uma forte coesão discursiva. XP é opcional. Cf. exemplos em (24).

4) **que XP que SVO** – esta é a construção com duplo-**que**; só se realiza quando não há focos nem constituintes tematizados na construção. Neste caso, os constituintes XPs se realizam em Spec/FinP. Cf exemplos de (1-3)-(16-20).

d) no PB contemporâneo, estão excluídas três dessas possibilidades, pois não há movimento do verbo para Fin/Foco, como nas generalizações de (1) a (3). Restam assim: (i) a possibilidade em (4), mas podendo ser realizada com focos ou tópicos como XP (cf. exemplos em (31-32)); (ii) a em (5) abaixo:

5) **que XP ø SVO** – que também é uma construção com duplo-**que**, sem realização fonológica do **que**. Cf. exemplos em (34).[6]

Assim, assumimos, seguindo Cinque (1999) e Benincà (2004), que nenhuma variação é permitida pela Gramática Universal no que diz respeito ao número e aos tipos de projeções funcionais, bem como sua ordem relativa nas línguas naturais; determinar a provável hierarquia dos constituintes que ocupam as posições de especificador e de núcleo das categorias funcionais é uma questão de investigação empírica e de desenvolvimento da teoria/compreensão da estrutura do fenômeno em estudo; a variação entre as línguas se restringe aos diferentes valores dos traços dos núcleos funcionais.

Referências

ADAMS, M. (1987). *Old French, null subjects, and verb second phenomena*. PhD Dissertation. University of California.

ADAMS, M. (1988). Les effets du verb second en ancien et en moyen français. In: HIRSCHBÜHLER, P.; ROCHETTE, A. (Ed.) *Revue québécoise de linguistique théorique et appliquée*, n. 7, p. 13-40.

BENINCÀ, P.; POLETTO, C. (2004). Topic, focus and V2: defining the CP sublayers. In: RIZZI, L. (Ed.) *The structure of CP and IP* (The Cartography of Syntactic Structures, vol. 2). Oxford: Oxford University Press. p. 52-75.

BENINCÀ, Paola (2004). *The left periphery of Medieval Romance.* Disponível em: www.humnet.unipi.it/slifo/2004vol2 /*Beninca2004.pdf*

6 Evidentemente, para as duas fases do português (PA e PB contemporâneo), sempre houve a possibilidade de completivas sem ativar a periferia à esquerda, ou seja, sem tópicos, focos ou tematizações deslocados à esquerda.

CINQUE, G. (1999). *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. New York: Oxford University Press.

DEMONTE, V.; SORIANO, O. F. (2007). Force and finiteness in the Spanish complementizer system. *Probus*.

den BESTEN, Hans (1983). On the interaction of root transformations and lexical deletive rules. In: ABRAHAM, W. *On the formal syntax of the Westgermania*. Amsterdam: John Benjamins.

den BESTEN, Hans; MOED-VAN WALRAVEN, Corretje (1986). The syntax of verbs in Yiddish. In: HAIDER, Hubert; PRINZHORN, Martin (Org.). *Verb second phenomena in Germanic languages*. Dordrecht: Foris. p. 111-135.

FERNANDEZ-RUBIERA, F. (2009) *Clitics at the edge: clitic placement in Western Iberian romance languages*. PhD Dissertation. Georgetown University.

HAIDER, H.; PRINZHORN, M. (Ed.) (1986). *Verb second phenomena in Germanic languages*. Dordrecht: Foris.

KOSTER, J. (1975). Dutch as an SOV language. *Linguistic analysis*, n. 1, p. 111-36.

LEDGEWAY, A. (2008). Satisfying V2 in early Romance: Merge vs. Move. *Journal of linguistics*, n. 44, p. 437-470. United Kingdom: Cambridge University Press.

LOPES, A. L. A. (2010). *A ênclise em orações dependentes na história do Português Europeu*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

MARTINS, A. M. (1994). *Clíticos na história do português*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

MASCARENHAS, S. (2007). *Complementizer doubling in European Portuguese*. Homepages.nyu.edu.

MATTOS E SILVA, R. V. (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico.* Lisboa: IN-CM.

PAOLI, S. (2004). The 'double CHE constructions': a comparative perspective. *Current Studies in Comparative Romance Linguistics*, Universiteit Antwerpen.

PLATZACK, C. (1986b). The position of the finite verb in Swedish. In: HAIDER, H; PRINZHORN, M. (Ed.) *Verb second phenomena in Germanic languages*. Dordrecht: Foris.

RIBEIRO, I.; TORRES MORAIS, M. A. (2009). Doubling-*que* embedded constructions in Old Portuguese: a diachronic perspective. *The XI Diachronic Generative Syntax Conference*. Universidade de Campinas, Brasil, julho, 22-24, 2009.

RIBEIRO, I. (1995a). *A sintaxe do português arcaico: o efeito V2*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

RIBEIRO, I. (1995b). Evidence for a V2 phase in Old Portuguese. In: BATTYE, Adrian; ROBERTS, Ian. (Ed.). *Clause structure and language change*. New York: Oxford. p. 110- 139.

RIBEIRO, I. (1993). Um estudo da ênclise nas estruturas completivas do português arcaico. *ABRALIN*, n. 14, p. 369-380.

RIBEIRO, I. (2009). Sobre os usos de ênclise nas estruturas subordinadas no português arcaico. *VI Congresso Internacional da ABRALIN*. 04 a 07/03/09 - João Pessoa.

RIZZI, L. (1997). The fine structure of the left periphery. In HAEGEMAN, L. (Ed.) *Elements of grammar*. Dordrecht: Kluwer. p. 281-337.

ROBERTS, I. (2004). The C-System in Brythonic Celtic languages, V2, and the EPP. In: RIZZI, L. (Ed.) *The structure of CP and IP* (The Cartography of Syntactic Structures, vol. 2). Oxford: Oxford University Press. p. 297-328.

ROBERTS, I. (1992a). *Verbs and diachronic syntax*. Dordrecht: Kluwer.

TOMASELLI, A. (1990). COMP as licensing head: an argument based on cliticization. In: MASCARÓ, J.; NESPOR, M. (Ed.). *Grammar in progress*. GLOW Essays for Henk van Riemsdijk. Dordrecht: Foris. p. 433-445.

URIAGEREKA, Juan (1995). A F position in Western Romance. In: KISS, K. É. (Org.). *Discourse configurational language.* Oxford: Oxford University Press. p. 153-175.

VANCE, B. S (1989). *Null subjects and syntactic change in Medieval French*. PhD Dissertation. University of Cornell.

VANCE, B. S. (1988). L'évolution de pro-drop en français médiéval. In: HIRSCHBÜHLER, P.; ROCHETTE, A. (Ed.) *Revue québécoise de linguistique théorique et appliquée*, n. 7.

VIKNER, S. (1991). *Verb movement and the licensing of NP-positions in the germanic languages*. PhD Dissertation. Universität Struttgart.

WANNER, D. (1998). Les subordonnées à double complémentateur en roman médiéval. In: RUFFINO, G. (Ed.). *Atti del XXI Congresso Internacionale di Linguistica* (Communicazioni di lavori della Sezione I), p. 1.421-433. Tübingen: Niemeyer.

O português são dois... ou três?[1]

Mary A. KATO
Universidade Estadual de Campinas/ CNPq

Introdução

A partir do último verso do poema de Drummond "Aula de Português" – *O português são dois: o outro, mistério* –, Rosa Virgínia (2004, p. 129) concorda que o letrado tem que desaprender "a linguagem na ponta da língua tão fácil de falar e entender" para adquirir o "outro" e misterioso português, que vem das ''gramáticas normativas".

Meu objetivo aqui é discutir um problema gramatical que nos leva a considerar que o português são três, se levarmos em conta o Português Europeu (PE), e não apenas o Português Brasileiro (PB). O problema gramatical a ser discutido diz respeito à natureza do sujeito nulo em duas etapas da aquisição/aprendizagem do PB e em relação à variedade europeia do português.

O trabalho está organizado nas seguintes seções: na seção 1, discutiremos alguns trabalhos anteriores que atestam mudanças no PB; na seção 2, discutiremos, em mais detalhe, a mudança relativa ao sujeito nulo, os contextos de resistência à mudança e a interpretação dada ao sujeito nulo licenciado no PB; na seção 3, mostraremos dados de aquisição que revelam a natureza da gramática nuclear do PB e sua distinção em relação à gramática adquirida via escolarização. Na conclusão, compararemos o nulo adquirido sem instrução, o nulo adquirido via instrução no PB e o nulo da gramática nuclear do PE, mostrando que, com respeito ao sujeito nulo, o português são "três".

1 Mudanças atestadas no Português Brasileiro (PB)

O PB vem sofrendo uma série de mudanças desde o século XIX, a saber, perda do sujeito nulo referencial, perda da inversão livre (VOS) e perda de subida longa do clítico, o que vem sendo interpretado como uma mudança de ordem paramétrica, ou mudança

1 O trabalho contou com o suporte da bolsa de produtividade CNPq (3101219/2008-7) e do Projeto Temático FAPESP (2006/00965-2. Ideias semelhantes foram defendidas em Kato (no prelo). Agradeço a Telma Magalhães pela leitura cuidadosa da versão anterior.

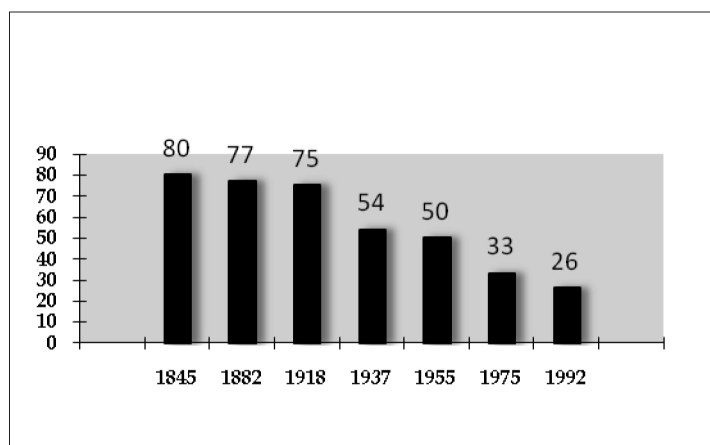
no valor do Parâmetro do Sujeito Nulo (TARALLO, 1993; DUARTE, 1995; KATO et alii, 2006, entre outros).

Assim, durante todo o século XIX, os sujeitos referenciais de primeira, segunda e terceira pessoas eram preferencialmente nulos (cf. DUARTE, 1993, 1995), como ilustram os sujeitos no exemplo em (1), estando seu preenchimento condicionado por ênfase ou contraste e pela existência de um referente não acessível sintaticamente, um procedimento comum nas línguas de sujeito nulo, por razões funcionais, como se vê em (2). A este tipo de língua, subjaz um princípio a que Chomsky (1981) se refere como "Evite Pronome".

(1) Quando $( )_i$ te **vi** pela primeira vez, $( )_i$ não **sabia** que $( )_j$ **eras** viúva e rica. (1845)

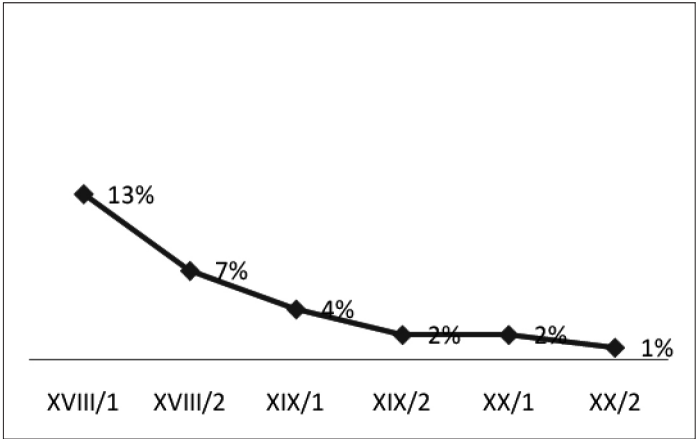
(2) $( )_i$ Falei ontem com seu **tenente-coroné**$_i$ e **ele**$_i$ disse-me que $( )_i$ havia de vir com sinhá Dona Perpétua e com sinhá moça Rosinha. (1882)

Duarte mostra, em seus trabalhos quantitativos, que os sujeitos nulos são da ordem de 80% na primeira metade do século XIX , caindo para 26% no final do século XX (cf. Figura 1):

Figura 1: Sujeitos pronominais definidos nulos (vs expressos) ao longo de sete períodos (%) (*apud* Duarte 1993)

Além da mudança quantitativamente significativa dessa propriedade, o que é surpreendente são as mudanças correlacionadas, tais como a ordem sintática.

Assim, Berlinck (1995, 2000) e Kato et alii (2006) mostraram que o PB vem perdendo a inversão livre no mesmo período, com verbos transitivos exibindo uma perda quase categórica (cf. Figura 2):

(3) a. Moram comigo dois dos   meus filhos.   (século XIX)
b. Dois dos meus filhos moram comigo.   (século XX)

Figura 2: VOS in declarative sentences with transitive verbs (*apud* Kato, Duarte, Cyrino, Berlinck, 2006)

Outra propriedade também atribuída ao Parâmetro do Sujeito Nulo (cf. KAYNE, 1989) é a subida longa do clítico, que também mostra mudança, segundo Pagotto (1993) e Cyrino (1993):

(4) a. João não **me** tinha cumprimentado. (século XIX)
b. João não tinha **me** cumprimentado. (século XX)

Tabela 1: Posição do clítico na presença de Neg (adaptada de CYRINO, 1993, p. 169)

	NEG/CP **cl** « AUX » V	NEG/CP « AUX » **cl** V
1ª metade do séc. XVIII	100%	0%
1ª metade do séc. XIX	87,5%	12,5%
2ª metade do séc. XIX	90%	10%
2ª metade do séc. XXa	20%	80%
2ª metade do séc. XXb	0%	100%

Comparando as mudanças, verifica-se que elas ocorrem paralelamente, sugerindo uma mudança de ordem paramétrica:

Tabela 2: Mudanças paralelas desde o século XIX

PB	+Sujeito Nulo	VOS	+Subida do clítico
2ª metade do séc. XIX	80%	13%	100%
2ª metade do séc. XX	16%	1%	Ø%

Verifica-se que, enquanto a perda com relação à subida dos clíticos é categórica e a perda da ordem VOS é quase categórica, a perda do sujeito nulo revela contextos de resistência à mudança. Na seção seguinte, veremos quais são esses contextos.

2 Contextos de resistência do sujeito nulo no PB

A) Sujeitos nulos em sentenças raízes

Sujeitos nulos são ainda licenciados em forma de expletivo nulo em sentenças impessoais, embora haja uma variante com o locativo alçado para a posição inicial (cf. DUARTE; KATO, 2009):

(5) a.. Ø chove em S.Paulo, Ø faz sol no Rio.
b. São Paulo chove, Rio faz sol.

Enquanto o sujeito nulo referencial no PB foi se perdendo, começa a aparecer um tipo diferente de nulo com interpretação de referência indeterminada sem o clítico *se* (GALVES, 1987; NUNES, 1990):

(6) a. Não Ø usa mais saia na universidade. (*vs* "Não se usa mais saia...")
b. Conserta sapato. (*vs* "Consertam-se sapatos.")

As respostas mínimas são muitas vezes analisadas como sentenças com sujeito nulo (KATO; TARALLO, 1992), ou com tópico nulo, mas são, na verdade, instâncias de elipse de IP, depois que o verbo é movido para foco (cf. CYRINO; KATO, 2010):[2]

(7) A: *(**Você**) comprou esse livro novo?
B: Comprei.
(100% nulo)
B'. [$_{FP}$ comprei$_{I}$ [$_{IP}$ ~~Eu t$_{I}$ [$_{VP}$ esse livro novo~~]]]

(8) A: *(**Você**) tinha comprado esse livro novo?
B: Tinha.
B' [$_{FP}$ Tinha [$_{IP}$ ~~Eu t$_{I}$ [$_{VP}$ comprado esse livro novo~~]]]

B) Contextos de resistência em sentenças encaixadas

Sujeitos são opcionalmente nulos em sentenças encaixadas quando correferentes ao sujeito da matriz (FIGUEIREDO SILVA, 2000; MODESTO, 2000); FERREIRA, 2000; RODRIGUES, 2004). Assim, enquanto o sujeito nulo na raiz não é possível em

2 A mesma ideia é sustentada por Holmberg (2001) para o finlandês, mas com uma análise derivacional distinta.

(9a), ele se torna possível se a sentença é encaixada com um sujeito correferente na matriz (ex. (9b e c)):

(9) a. *Ø tá doente. (Ela tá doente)
b. A Ana_i disse que ela/$Ø_i$ tá doente.
c. $Você_i$ disse que cê/$Ø_i$ tá doente.

Segundo aqueles autores, não basta que o sujeito nulo tenha um antecedente na matriz. É necessário que este antecedente c-comande o nulo:

(10) a. [O tio do $[João_k]_i$ disse que $Ø_{i/*k}$ tá doente.
b. [O tio do $[João_k]_i$ disse que $ele_{i/k}$ tá doente.

Dadas essas restrições, o nulo das encaixadas no PB tem merecido inúmeras análises, tais como: (i) a de que é uma anáfora; (ii) a de que é uma variável; e, ainda, (iii) a de que é um vestígio de movimento.[3] O problema dessas análises é que a restrição assumida é muito forte: a de que o antecedente tem que estar em posição de c-comando. Mas os dados empíricos mostram que o antecedente pode ser o objeto indireto da sentença matriz (ex. (11a e b):

(11) a. João perguntou à $Maria_i$ se $Ø_i$ queria café.
b. A Maria pediu ao $Pedro_i$ que $Ø_i$ casasse com ele.

2.1 Pronomes plenos de uma língua de sujeito não nulo como o inglês (ING)

Se o PB está mudando de uma língua de sujeito nulo para uma língua de sujeito não nulo (-SN), o exame dos contextos em que o PB preenche o sujeito com pronome pode nos dizer se ele é efetivamente semelhante a uma língua de sujeito não nulo ou se ainda se assemelha ao PE, língua prototípica de sujeito nulo (+SN):

(12) $John_i$ told $Bill_k$ that $he_{i/k/j}$ he was sick. Ing: -SN

(13) a. O $João_i$ disse ao $José_k$ que $Ø_{i/k/j}$ estava doente PE: +SN
b. O $João_i$ disse ao $José_k$ que **ele_j** está doente. PE : +SN

(14) a. O J_i disse ao $José_j$ que **$ele_{i/j/k}$** está doente. PB =ING
b. O J_i disse ao José que $Ø_{i/*j/*K}$ está doente. PB≠PE

3 Figueiredo e Silva atribui ao nulo o estatuto de anáfora, Modesto propõe que o nulo é uma variável com o sujeito em posição A' no PB, e Ferreira e Rodrigues propõem que o nulo é um vestígio de movimento-A.

Utilizando-se apenas a distribuição/interpretação dos pronomes plenos, vê-se que o PB é igual ao inglês, uma língua [-SN].

No PB, os sujeitos nulos cobrem apenas um subconjunto dos nulos de uma língua de sujeito nulo.

2.2 Uma análise baseada em controle "generalizado"

Uma sentença com sujeito nulo na raiz, como em (15a), a seguir, é possível quando o sujeito é indefinido, mas que, ao ser encaixado, como em (15b ou c), o nulo passa a ser referencial, tendo por base o antecedente na matriz:[4]

(15) a. Ø Conserta sapato.
b. O João$_i$ disse que Ø$_i$ conserta sapato.
c. O Pedro$_i$ está perguntando ao João$_k$ se Ø$_k$ conserta sapato.

A leitura referencial correferente ao sujeito ou objeto da matriz é o que chamamos uma interpretação "controlada", no caso de (15b), pelo sujeito e, no caso de (15c), pelo objeto.

A categoria PRO foi sempre associada a orações infinitivas e à noção de controle. Na teoria de controle generalizado (HUANG, 1998), estende-se PRO para orações finitas. É o que faremos aqui, seguindo a proposta de Kato (2000).

-Nulo arbitrário/genérico:

(16) a. Conserta sapato.
b. [PRO$_i$ [Ø$_i$ conserta sapato]]

-Nulo controlado:

(17) a. O Pedro$_i$ prometeu que [PRO$_i$ [Ø$_i$ consertaria os sapatos]].
b. O Pedro$_i$ está perguntando ao João$_k$ [se [PRO$_k$ [Ø$_k$ conserta sapato]]

A teoria do controle generalizado não exclui, além disso, certas orações adjuntas com sujeito nulo, desde que haja uma relação de "controle":

(18) Eu$_i$ encontrei o João quando PRO$_i$ saía de casa.

4 A interpretação arbitrária só pode ser obtida se acrescentarmos um locativo à sentença encaixada:
(i)João$_i$ disse que Ø$_j$ conserta sapato lá na esquina$_j$.

2.3 Pronomes controlados como pronomes logofóricos

Uma noção importante e associada à noção de controle generalizado é a noção de pronomes "logofóricos", usada aqui no sentido de Kuno (1972). Para este autor, o pronome sujeito de orações no **discurso indireto** é um pronome logofórico, porque, embora na terceira pessoa, ele se refere ao falante (*eu*) ou ouvinte (*você*) de um discurso direto, exceto quando o referente do discurso direto é uma terceira pessoa:

(19) a. Pedro disse: " (**Eu)** quero café."
b. Pedro disse que **ele/Ø** queria café.

(20) a. $Pedro_i$ perguntou pro $João_k$: **"(Você)** quer café?"
b. Pedro perguntou ao João se **ele/ Ø** queria café

(21) a. Pedro disse: " *(**Ele)** quer café"
b. Pedro disse que ***(ele)** queria café.

Usando a teoria de Kuno, Kato (1976) propõe que o nulo no PB só pode ser nulo se o pronome sujeito do discurso direto puder ser nulo. Note-se que, no discurso direto, o sujeito da primeira ou segunda pessoa podem ser opcionalmente nulos. Da mesma forma, o que Kato propõe é que o pronome da encaixada no discurso indireto pode ser opcionalmente nulo. Já se o sujeito é uma terceira pessoa no discurso direto, o pronome referencial não pode ser nulo, donde também, no discurso indireto, o sujeito será obrigatoriamente expresso.

Sintaticamente, podemos dizer que pronome em situação de controle generalizado é um pronome logofórico, e, portanto, pode ser opcionalmente nulo no PB.

2.4 O reflexivo *jibun* do japonês é também um pronome logofórico

O reflexivo *jibun* do japonês vem intrigando linguistas por ser um item anafórico e por poder, todavia, ligar um antecedente além da sentença simples, ao contrário de outras línguas, em que o reflexivo tem que se ligar ao sujeito da própria oração. Minha proposta é que, além de ser um reflexivo, *jibun* é também um pronome logofórico:

(22) a. Jun-wa **jibun-wo** kenashita.
Jun-top reflexivo-acus criticou
' O Jun se criticou".
b. Jun-wa [**jibu-ga** warui to] yuta
Jun-top reflexive-nomin culpado que falou
'O Jun_i disse que ele_i era o culpado.'

O nulo do PB teria a mesma função do *jibun* em contexto logofórico:

(23) a. O Pedro$_i$ disse [que [**Ø**$_i$ conserta sapato]].
b. Peta-wa [**jibun-**ga kutso-o naosu] to yuta]

(24) a. [O Pedro$_i$ está perguntando ao João$_k$ [se **Ø**$_{\mathbf{k}}$ conserta sapato]]
b. [Peta$_i$-wa Jun$_k$ –ni [[[**jibun**$_{\mathbf{k}}$-ga kutsu-o naosu] ka] to kiite-iru]

2.5 Parâmetros como uma função de itens lexicais

Usando o fenômeno do *jibun* no japonês, Sportiche (1986) propõe que a variação paramétrica no domínio da teoria da ligação tem a ver com a lexicalização dos itens pronominais e anafóricos. Nem toda língua tem um item lexical para cada célula de lexicalização, havendo possibilidade de um item ocupar mais de uma célula, constituindo-se em um fenômeno de homonímia. Assim, enquanto o inglês tem homonímia entre o pronome referencial de terceira pessoa e a variável, que aqui estou substituindo por pronome logofórico,[5] o japonês tem homonímia entre o item anafórico e o logofórico. O que para ele é sempre possível é homonímia entre itens horizontais ou verticais, sendo impossível, nas línguas universais, a homonímia na diagonal.

Tabela 3
(adaptada de SPORTICHE, 1986)

	c-command required	c-command not-required
+locality	*Anaphors* **himself/jibun**	
-locality	*Logophoric pronouns* **he/ jibun**	*Referential pronouns* **he/ kare**

Aplicando a teoria de Sportiche ao PE e ao PB, temos:

A) Português Europeu

(25) João$_i$ disse que **Ø**$_{\mathbf{i/k}}$ está cansado.

Se o nulo é coindexado a *João*, ele é logofórico; mas, se o nulo se refere a outra pessoa, é um pronome referencial. Logo, no PE, temos homonímia entre o logofórico e o referencial.

Uma vez que não há distinção entre a gramática da criança portuguesa antes e depois da escolarização, suponho que a tabela abaixo mostre não só a língua-I do português, mas também sua gramática nuclear.

5 Na verdade, Sportiche analisa os exemplos do *jibun* com anteceente quantificado, mas parece que o que ele diz para pronomes variáveis é também verdadeiro para pronome logofóricos.

Tabela 4: Gramática nuclear da criança portuguesa e a língua-I do adulto português

	c-command required	c-command not-required
+locality	*Anaphors* **se**	
-locality	*Logophoric pronouns* **Ø**	*Referential pronouns* **Ø**

B) Português Brasileiro

(26) a. João$_i$ disse que **ele$_k$** está cansado.
b. João$_i$ disse que **Ø$_i$ /ele$_i$** está cansado.

Tabela 5: língua-I do adulto brasileiro

	c-command required	c-command not-required
+locality	*Anaphors* **Se**	
-locality	*Logophoric pronouns* **Ø/ele**	*Referential pronouns* **ele**

Vemos que, no caso do PB, o logofórico pode ser um pronome pleno ou nulo. Todavia, embora Sportiche preveja homonímia em sua teoria, ele não prevê "doublets". Quem estuda esse tipo de fenômeno é Kroch (1994), analisando a variação encontrada na língua-I de adultos. O que veremos abaixo é como a criança brasileira chega a essa matriz ilustrada na Tabela 5.

3 Como a criança adquire uma língua como o PB com um "doublet" em uma das células?

3.1 Hipóteses

Para Radford (1990), a criança começa com pronomes fortes através dos quais ela aprende a semântica e a pragmática dos pronomes em geral, antes de adquirir os pronomes fracos, onde há parametrização.[6] Em Kato (2001), mostrou-se que os pronomes

6 Veja-se que, no inglês e no francês, os pronomes fortes são os que aparecem primeiro na linguagem da criança (exemplos de Radford):
Him gone.
Vider la terre **moi.**
No PB, é mais difícil detectar o que é fraco ou forte, dada a homonímia entre fracos e fortes.

fracos são aprendidos junto com as flexões de pessoa, analisadas pela autora como um tipo de pronome fraco. Para ela, línguas com flexão pessoal (pronomes fracos afixais) são as chamadas línguas de sujeito nulo (cf. KATO, 1999). O chamado sujeito nulo nada mais seria do que sujeito afixal, não existindo a entidade do *pro*.[7] A mudança que se operou no PB foi, dentro dessa concepção, a introdução de um novo paradigma de pronomes fracos, não afixais, em consequência do enfraquecimento do sistema flexional (GALVES, 1987, 1993)

Para Kato (1999), a definição do parâmetro do sujeito nulo depende da descoberta do tipo de pronome fraco de que a língua dispõe: livre ou preso. A criança de fala inglesa percebe que os pronomes fracos de sua língua são do tipo livre, enquanto a criança portuguesa percebe que nenhum pronome fraco é do tipo livre. Para os dois tipos de criança, atingir a gramática-meta não é tarefa difícil.

E a criança brasileira?

Para propormos uma resposta, partimos de algumas hipóteses teóricas:

- gramáticas nucleares não contêm "doublets"; isso significa que a gramática atingida sob seleção não deve exibir variação ou opcionalidade;
- se Lightfoot (1991) estiver certo, quem faz a mudança é a criança. Logo, a gramática nuclear deve conter uma única forma, a forma inovadora;
- se a gramática nuclear é obtida por seleção, ela é obtida antes da escolarização;
- a língua-I do adulto pode exibir variação (opcionalidade) se ele for exposto a uma segunda gramática.[8]

Segundo as nossas hipóteses, a gramática nuclear da criança brasileira seria, pois, o que está na Tabela 6:

Tabela 6: Gramática nuclear da criança brasileira

	c-command required	**c-command not-required**
+locality	***Anaphors*** **se**[9]	
-locality	*Logophoric pronouns* **ele**	*Referential pronouns* **ele**

7 A postulação de Chomsky (1995) de que sujeitos carregam traços-F interpretáveis e não o INFL tornou a concepção de *pro* identificado via INFL contraditória com a concepção geral de sujeitos.

8 Aqui entra, porém, a idade crítica em que tal aprendizagem se dá. Quase nunca um aprendiz de uma gramática como L2 consegue aprendê-la com a mesma fluência de um falante que a aprende como primeira gramática.

9 Na verdade, a anáfora também está passando por uma mudança, tornando-se nula em muitos casos, mas este fenômeno fica para um próximo estudo.
(i) Eu machuquei. (ii) Ele suicidou.

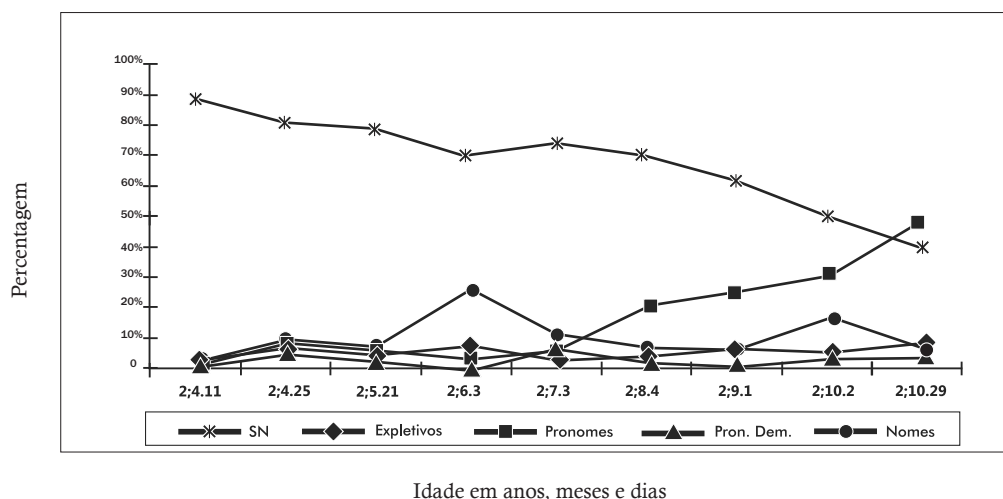
3.2 Evidências

As evidências para a minha análise encontram-se em dois estudos de Magalhães:

(a) Magalhães (2006), no qual ela estuda a aquisição antes da escolarização e
(b) Magalhães (2000), no qual ela estuda a aquisição durante a escola fundamental.

Do estudo de Magalhães (2006), selecionamos uma criança Ana,[10] de 2;4.11 a 2;10.29, cujos sujeitos nulos se encontram na Figura 3:

Figura 3: Tipos de sujeitos de Ana (BRA)

Idade em anos, meses e dias

A Figura 3 mostra que o sujeito nulo, o mais frequente no início, vai de 88,4% para menos de 39,7%, enquanto o sujeito pronominal aumenta de 2,9% para 46,6%. Isso mostra que, com exceção de respostas curtas, imperativos e sujeitos indefinidos, a criança está a caminho de fixar a distribuição dos pronomes plenos de uma língua como o inglês, de sujeito não nulo:

(27) a. Adulto: Chega. Já <u>limpou</u>?
Criança: <u>Pô</u>.
b. Criança: Pega!
Criança: Pode comê banana?

Os resultados de Magalhães (2000) mostram maior evidência de que o nulo na encaixada, isto é, o logofórico, quase não existe nas crianças pré-escolares, enquanto ele cresce com a escolarização, passando a ser uma variante de quase igual frequência do pronome:

10 O outro sujeito é *Raquel,* cujos dados foram gravados há mais de 30 anos. *Ana* apresenta dados muito mais recentes da mudança, razão por que optamos por ela.

Tabela 7: Sujeitos pronominais e nulos em orações complementos (*apud* MAGALHÃES, 2000)

	Pré-escola	3ª e 4ª séries	7ª/8ª séries
pronominal	97.89%	78.0%	50.38%
nulo	2.11%	22.0%	49.62%

Resumindo, a gramática nuclear do PB não contém nulos logofóricos, sendo eles adquiridos pelo indivíduo letrado através da escolarização.

Conclusão: as três gramáticas do português

A lingual-I do adulto consiste de uma gramática nuclear e uma "periferia marcada" (CHOMSKY, 1988)), onde aspectos aprendidos por instrução são armazenados. No caso do brasileiro escolarizado, enquanto o logofórico é um pronome na gramática nuclear, existe essa periferia marcada onde o nulo logofórico é licenciado.

O adulto escolarizado é, portanto, um tipo de bilíngue sequencial, no sentido de Meisel (2007), mas na sua própria língua, cuja competência lhe possibilita fazer alternância de códigos (*code-switching*) na sua própria língua entre a gramática 1 e a gramática 2, como no exemplo:

(28) O Pedro$_i$ disse que **ele$_i$** conserta sapatos, mas ele$_i$ disse que **Ø$_i$** não conserta botas.

Embora ele exista apenas na periferia do PB, o nulo logofórico é um objeto da GU, semelhante ao *jibun* do japonês, uma anáfora de longa distância. Pode-se dizer ainda que o nulo logofórico é um subconjunto dos nulos de uma língua de sujeito nulo prototípico como o PE.

Voltando à questão de Rosa Virgínia Mattos e Silva, podemos dizer que o português são três, se considerarmos o PE:

a) o PE que tem o nulo logofórico e o nulo referencial (Ø-Ø**);**
b) a gramática nuclear do PB, isto é, antes da escolarização, que tem o pronome logofórico e o pronome referencial (**ele-ele***);*
c) a língua-I do adulto brasileiro escolarizado, que tem um "doublet" para o logofórico e um pronome referencial (**ele/Ø - ele).**

A todos esses objetos chamamos "português". Logo, o português são três, no que diz respeito a itens de ligação.

Referências

BERLINCK, R. de A. (1995). *La position du sujet en Portugais: étude diachronique des variétés brésilienne et européenne.* Doctoral Dissertation. Katholieke Universiteit Leuven, Leuven.

BERLINCK, R. de A. (2000). Brazilian Portuguese VS order: a diachronic analysis. In: KATO, Mary A.; NEGRÃO, Esmeralda V. (Ed.) *Brazilian Portuguese and the null subject parameter.* Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana. p. 175-194.

CARDINALETTI, A.; STARKE, M. (1999). The typology of structural deficiency: on the three grammatical classes. In: van RIEMSDIJK, Henk (Ed.). *Clitics in the languages of Europe.* Berlin/ New York: Walter de Gruyter. p. 145-290.

CHOMSKY, Noam (1986). *Knowledge of language: its nature, origin and use.* New York: Praeger.

CHOMSKY, Noam (1988). *Language and problems of knowledge: the Managua lectures.* Cambridge, Mass: The MIT Press.

CHOMSKY, Noam (1995). *The minimalist program.* Cambridge, Mass: The MIT Press.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini (1993). Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 163-184.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1993). Do pronome nulo ao sujeito pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 107-128.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (2000). The loss of the "avoid pronoun" principle in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary A.; NEGRÃO, Esmeralda V (Ed.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter.* Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana. p. 17-36.

FERREIRA, M. B. (2000). *Argumentos nulos em português brasileiro.* Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina (2000). Main and embedded null subjects in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary A.; NEGRÃO, Esmeralda V (Ed.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter.* Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana. p. 75-104.

GALVES, Charlotte (1987). A sintaxe do português brasileiro. *Ensaios linguísticos,* v. 13, p. 31-50.

HOLMBERG, Anders (2001). The syntax of *yes* and *no* in Finnish. *Studia Linguistica*, v. 55, p. 141-175.

HUANG, C. T. J. (1989). Pro-drop in Chinese: a generalized control theory. In: JAEGGLI, O.; SAFIR, K. J. (Ed.) (1989). *The null subject parameter.* Dordrecht: Kluwer. p. 185-214.

KATO, Mary A. (1976). A elisão do pronome sujeito em português e a hipótese do discurso direto de Kuno. In: *Atas do II Encontro Nacional de Linguística,* PUC, Rio de Janeiro.

KATO, Mary A. (1994). A theory of null objects and the development of a Brazilian child grammar. In: TRACY, R.; LATTEY, E. (Ed.). *How tolerant is universal grammar?* Tübingen: Max Niemeyer Verlag. p. 125-153.

KATO, Mary A. (1995). Gramática infantil: competência plena ou uma gramática sem categorias funcionais? *Anais da 47a. Reunião da SBPC.Vol I: Conferências, simpósios e mesas-redondas*. São Luís: UFM. p. 177-184.

KATO, Mary A. (1999). Strong pronouns and weak pronominals in the null subject parameter. *PROBUS*, (11)1, p. 1-37. Berlin: Mouton de Gruyter.

KATO, Mary A. (2000). The partial prōdrop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary A.; NEGRÃO, Esmeralda V (Ed.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter.* Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana. p. 223-258.

KATO, Mary A. (2001). Nomes e pronomes na aquisição. *Letras de hoje* (125), Porto Alegre, v. 36/3, p. 101-112.

KATO, Mary A. (2005) A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S. (Org.). *Ciências da linguagem: 30 anos de investigação e ensino.* Braga: Centro de Estudos Humanísticos (Universidade do Minho). p. 131-145.

KATO, Mary A. (no prelo). Acquisition in the context of language change: the case of Brazilian Portuguese. In: RINKE, Esther; KUPISCH, Tanja (Ed.). *The development of grammar: language acquisition and diachronic change*, volume in honour of Jürgen M. Meisel, Hamburg Series on Multilingualism (HSM 11). Amsterdam: John Benjamins.

KATO, Mary A.; TARALLO, Fernando (1992). Sim: respondendo afirmativamente em português. In: PASCHOAL, M. S. Z. de; CELANI, M. A. A. (Ed.). *Linguística aplicada: da aplicação da linguística para uma linguística transdisciplinar*. São Paulo: EDUC. p. 259-278.

KATO, Mary A.; NEGRÃO, Esmeralda V. (Ed.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter.* Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana.

KATO, Mary A.; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CYRINO, Sônia Maria L.; BERLINCK, Rosane de A. (2006). Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. p. 413-438.

KATO, Mary A.; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (2009). Indefinite subjects in Brazilian Portuguese, a topic and subject-prominent language. Trabalho apresentado no *Workshop de Gramática Formal*, Curitiba.

KAYNE, R. (1989). Null subjects and clitic climbing. In: JAEGGLI, O.; SAFIR, K. (Ed.). *The null subject parameter.* Dordrecht: Kluwer. p. 239-261.

KROCH, Anthony (1994). Morphosyntactic variation. In: BEALS, K. et al. (Ed.). *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: parasession on Variation and Linguistic Theory*, p. 180-201.

KUNO, S. (1972). Pronominalization, reflexivization, and direct discourse. *Linguistic inquiry*, 3(2), p. 161-195.

LIGHTFOOT, David (1991). *The development of language: acquisition, change, and evolution.* Oxford: Blackwell.

MAGALHÃES, Telma Moreira Vianna (2003). Aprendendo o sujeito nulo na escola. *Letras de hoje,* Porto Alegre, 36:1, p. 189-202.

MAGALHÃES, Telma Moreira Vianna (2006). *O sistema pronominal sujeito e objeto na aquisição do português europeu e do português brasileiro*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

MEISEL, J. (2007). Successive acquisition of languages: child second language acquisition in early childhood. Talk given at the State University of Campinas in the *Workshop on L2 Acquisition.*

MODESTO, M. (2000). Null subjects without "rich" agreement. In: KATO, Mary A.; NEGRÃO, Esmeralda V. (Ed.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter.* Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana. p. 147-174.

NUNES, Jairo (1990). *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com* se *apassivador e indeterminador.* Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem*,* Universidade de Campinas.

PAGGOTTO, Emílio (1993). Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 185-206.

RADFORD, A. (1990). *Syntactic theory and the acquisition of English syntax.* Oxford: Blackwell.

RIZZI, Luiggi (1992). Early null subjects and root null subjects. *Geneva generative papers*, vol. 10, 1/2.

ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (1993). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo.* Campinas: Editora da UNICAMP.

RODRIGUES, C. (2004). *Impoverished morphology and A-movement out of case domains.* Ph.D. dissertation. University of Maryland.

SPORTICHE, D. (1986). Zibun. *Linguitic inquiry,* v. 17, p. 369-374.

Variação PE-PB sem configuracionalidade discursiva: argumentos adicionais para a primazia da sintaxe

João COSTA
Universidade Nova de Lisboa

Introdução

A compreensão da variação sintáctica entre a variedade brasileira e a variedade europeia do português abre uma janela sobre o entendimento do que pode ter acontecido em termos diacrónicos e das possibilidades e limites da mudança linguística. Propostas recentes sobre a variação entre o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB) (GALVES, 2001; DUARTE, 2004; DUARTE; KATO, 2008) sugerem que esta variedade do português sofreu uma mudança no sentido de se tornar uma língua de configuracionalidade discursiva e de orientação para tópico, no sentido de Li e Thompson (1976). Em Costa (2010b), apresentei vários argumentos empíricos contra esta proposta, mostrando que as diferenças existentes entre PE e PB não podem ser atribuídas ao estatuto de orientação para tópico desta variedade, uma vez que as possibilidades de promoção de tópicos não diferenciam as duas variedades de forma crucial. Propus, em alternativa, que a variação seja entendida em termos microparamétricos, estando circunscrita ao papel desempenhado pela categoria funcional I(nflection). Ainda em Costa (2010a,b), propus que este tipo de variação não seria expectável se se assumir que a componente sintáctica da gramática não codifica informação de natureza discursiva.

No presente artigo, revejo os argumentos então apresentados e exploro uma das propostas feitas: a de que a sintaxe não codifica informação de natureza discursiva. Esta hipótese encontra problemas óbvios quando se pensa em estruturas como a construção de objecto nulo ou as clivadas, que parecem ser estruturas sintácticas motivadas por questões discursivas. Defendo, neste artigo, que, apesar de, à primeira vista, assim parecer,

na verdade, mesmo estas construções não são evidência suficientemente robusta para se defender que a sintaxe codifica informação de natureza discursiva.

O artigo encontra-se organizado da seguinte forma:

Na secção 1, retomo a argumentação de Costa (2010b), em que se mostra que o PE e o PB não diferem fundamentalmente no que diz respeito a orientação para o discurso. Apresentam-se ainda alguns dos argumentos de Costa e Figueiredo Silva (2006) no mesmo sentido.

Na secção 2, apresentam-se as linhas gerais de uma hipótese sobre a relação entre sintaxe e discurso, segundo a qual a sintaxe não é sensível a informação de natureza discursiva, actuando a estrutura informacional pós-sintacticamente sobre os *outputs* da sintaxe. Nesta perspectiva, traços como *tópico* ou *foco* podem ser vistos como categorias que nunca actuam como desencadeadores sintácticos.

Na secção 3, mostra-se que, apesar de superficialmente parecer o contrário, as estruturas clivadas e as estruturas com objecto nulo não são evidência inequívoca a favor da integração de informação de natureza discursiva na componente sintáctica.

1 PE e PB: mais semelhanças do que diferenças

A proposta de que o PB, ao contrário do PE, terá sofrido uma mudança no sentido de se tornar uma língua de tópico deve-se a Pontes (1987) e a Galves (2001). Estas autoras observam que, em PB, ao contrário do que acontece em PE, são possíveis construções como (1), em que um tópico desencadeia concordância com o verbo:

(1) Essas casas batem sol.

De acordo com Li e Thompson (1976), uma língua de proeminência de tópico distingue-se de uma língua de proeminência de sujeito, porque naquela as funções discursivas (como tópico) actuam como desencadeadores de operações sintácticas. Espera-se, portanto, que, em línguas de proeminência de tópico, esta função discursiva possa controlar processos de concordância ou ser um *trigger* para movimento sintáctico.

Duarte (2004) e Duarte e Kato (2008) listam as seguintes construções como argumentos a favor da caracterização do PB como língua de tópico:

a) Construção 1: Ocorrência irrestrita de sujeitos duplos.

Como se pode observar em (2), o PB admite redobro de sujeitos por um pronome em construções reminiscentes da deslocação à esquerda existente em francês, descrita, por exemplo, em Rizzi (1986) e ilustrada em (3):

(2) a. [Essa competência]$_i$, *ela*$_i$ é de natureza mental.
b. [Mulher nenhuma]$_i$ ela$_i$ pode querer dominar o homem. [O homem]$_i$ *ele*$_i$ é livre por natureza. [A mulher]$_i$ *ela*$_i$ tem que aceitar isso.
c. [Toda criança]$_i$ *ela*$_i$ aprende rápido a gostar de coca-cola.
d. [O que é bom, o que é de qualidade]$_i$ *ele*$_i$ fica; [o que é ruim]$_i$ *ele*$_i$ se perde.

(3) Jean, il est lá.
Jean, ele está ali.
"Jean está ali."

Em Costa, Duarte e Silva (2006), defendemos que esta construção do PB não é um bom argumento para a proeminência de tópico, uma vez que os sujeitos duplos do PB também podem afectar constituintes que não são tópicos, como genéricos ou orações relativas livres.

b) Construção 2: Sujeitos lexicais locativos e deícticos (DUARTE, 2004).

Duarte (2004) observa que são frequentes os casos de preenchimento da posição de sujeito de verbos meteorológicos por sujeitos lexicais locativos ou deícticos, conforme ilustrado em (4). Que este preenchimento se faz na posição de sujeito torna-se evidente pelo facto de haver casos de concordância visível entre o sujeito lexical locativo e o verbo, como em (4c):

(4) a. Aqui 'tá quente.
b. São Paulo chove; o Rio faz sol.
c. Essas florestas chovem muito.
d. Petrópolis, aquilo chove demais.

De acordo com Duarte (2004), todos estes casos instanciam configurações em que um tópico é atraído para a posição de especificador mais alta, preenchendo, em alguns casos, a posição de sujeito.

Em Costa (2010b), mostrou-se que a realização destes sujeitos expletivos não é específica do PB, sendo também atestada em PE:

(5) a. "O Largo Camões, aquilo faz um frio"
http://forumusica.com/?showtopic=52164&st=360 (21/07/09)
b. "Podem-me chamar de parva, de burra, de tudo, por ter voltado a Idanha (sim porque aquilo faz um calor desgraçado)! "
www.fotolog.com (21/07/09)

A única construção que não se encontra atestada é a paralela à frase (4c), em que o elemento pré-verbal com valor locativo desencadeia concordância. Nesta medida, a possibilidade de anteposição de um tópico não distingue as duas gramáticas.

c) Construção 3: Construções existenciais personalizadas com a inserção de pronomes.

Kato e Tarallo (1986), Duarte (2004), Callou e Duarte (2005), entre outros, mostram que o verbo *ter* existencial pode ocorrer com pronomes pré-verbais:

(6) a. 'Cê *tem* prédios lindos em Londres.
b. Eu *tenho* uma papelaria ali na esquina que tira cópia baratinho.
c. A gente não *tem* mais comércio no centro da cidade.

De acordo com algumas interpretações, o pronome inserido preenche a posição do sujeito, mas é simultaneamente intepretado como um tópico discursivo. Em Costa (2010b), mostra-se que esta é uma possibilidade também em PE:

(7) a. A gente tem uma boa padaria no bairro.
b. Nós temos muita corrupção no país.
c. Tu tens muitos perigos em Setúbal.
d. Eu tenho um aeroporto perto de casa e não consigo dormir.

Em nenhum dos exemplos em (7) se encontra um valor de posse. Todos os sujeitos presentes têm valor indeterminado, conforme independentemente defendido em I. Duarte et al. (2002).

d) Construção 4: Hiperelevação do sujeito com "parecer" (FERREIRA, 2000, e.o.).

Conforme se mostra em (8), em PB, são possíveis construções em que um sujeito encaixado de uma completiva finita é elevado para a posição de sujeito matriz do verbo "parecer", o que não é esperado de acordo com a análise clássica de elevação, baseada em caso:

(8) a. Tem ocasiões que eu$_i$ nem pareço [que t_i sou brasileiro].
b. [Caso [as aulas]$_i$ pareçam [que t_i vão voltar]]eu mando eles pra escola de novo.
c. Quando eu brigo, eu pareço [que eu vou explodir de raiva].
d. Vocês parecem [que vocês não pensam na vida].

Também esta construção é interpretada, por exemplo em Duarte e Kato (2008), como derivando da configuração discursiva da gramática do PB e, mais precisamente, como reflexo de o PB se ter tornado uma língua de proeminência de tópico.

Em Costa e Rooryck (1995), são apresentados casos de hiper-elevação do sujeito em PE, como os seguintes:

(9) a. Eu pareço que estou cansado.
b. Tu pareces que estás parvo.
c. Nós parecemos que estamos doentes.

Em Costa (2010b), apresentam-se alguns exemplos retirados da *internet*:

(10) a. Não sei de que região és natural, mas pareces que estás numa pega.
www.foruns.clix.pt
b. As pessoas dizem que eu nem pareço que tenho 17 anos.
www.autohoje.pt
c. Escrever é bom, sobretudo quando não temos alguém em quem confiar, quando estamos sozinhos e ***parecemos que vamos*** rebentar e então explodimos
www.poetisasonhadora.blogs.sapo.pt
d. oh esquece eu às vezes até pareço que como palha com um garfo.
www.psp-news.org

Apesar de Costa e Rooryck (1995) não analisarem estes casos como instâncias de hiper-elevação, argumentando que o sujeito superior é gerado na domínio matriz, a verdade é que, superficialmente, as construções do PE e do PB são muito semelhantes, tornando-se necessário aprofundar estas parecenças para descobrir se não se trata da mesma construção.

e) Construção 5: Ergatização de verbos transitivos.

Outra construção geralmente apontada como evidência para analisar o PB como uma língua com proeminência de tópico é a ergatização de verbos transitivos, em que um complemento de um verbo transitivo é promovido, passando a realizar-se como sujeito de um verbo ergativo, como nas frases de (11):

(11) a. A revista tá xerocando.
b. Com a reforma, meu jardim destruiu inteirinho.

Também esta construção se encontra amplamente atestada em PE, conforme se mostra nos seguintes exemplos:

(12) a. O trabalho está a imprimir.
b. O bolo está a cozer.
c. Com o calor, a manteiga derreteu todinha.
d. A fábrica fechou com a crise.
e. A cadeira baloiçou com o vento.

f) Construção 6: Elevação de genitivos em construções inacusativas.

Das construções listadas como caracterizadoras do PB enquanto língua de tópico, a única em que se encontrou uma diferença de facto entre as duas variedades do português foi a elevação de genitivos em construções inacusativas, como se ilustra em (13):

(13) a. [Meu carro]$_i$ furou [o pneu t_i]
b. [Minhas pernas]$_i$ racharam [a pele t_i].

Em PE, são agramaticais frases como as apresentadas em (14):

(14) a. *Essas casas batem sol.
b. *Os meus vizinhos morreram a mãe.
c. *As minhas duas árvores apodreceram a raiz.

Costa (2010b) mostra, contudo, serem possíveis topicalizações selvagens em PE (I. DUARTE, 1987, 1996), como as ilustradas em (15):

(15) a. Essas casas, bate imenso sol.
b. Os meus vizinhos, morreu a mãe.
c. As minhas duas árvores, apodreceu a raiz.
d. O meu carro, furaram os pneus.
e. As minhas pernas, rachou a pele.

Assim, a diferença principal entre PE e PB não se encontra na estratégia de promoção de tópico, mas sim na possibilidade de se encontrar concordância com um tópico.

2 A relação sintaxe-discurso e possibilidades de variação interlinguística

A hipótese de que a variação sintáctica entre o PE e o PB não deriva de diferenças entre as duas línguas em termos de configuracionalidade discursiva ou da marcação sintáctica de funções discursivas é coerente com propostas que retiram da componente sintáctica as funções discursivas enquanto desencadeadores de operações como movimento ou concordância (e.g. COSTA, 2004; NIEWMEYER, 2007).

De acordo com estas propostas, categorias como *tópico*, *foco* ou *contraste* não são primitivos sintácticos, e, sendo assim, não actuam na componente sintáctica nem como categorias sintácticas (por exemplo, enquanto categorias funcionais), nem como traços sujeitos a verificação/validação. Por contraste, análises como as de Brody (1990), Rizzi (1997), entre outros, propõem que estas noções têm relevância sintáctica, actuando como núcleos de categorias funcionais autónomas. Horvath (1986) e Aboh (2008) sugerem que as categorias discursivas são traços sintácticos.

Dois desafios se colocam, de imediato, à ideia de que as categorias discursivas não têm importe sintáctico.

Por um lado, torna-se difícil explicar os casos em que constituintes focalizados ou topicalizados recebem marcação morfológica específica (ABOH, 2008). Em modelos como os de Halle e Marantz (1993), em que a inserção de morfemas reflecte uma determinada configuração sintáctica, não é previsível que ocorra marcação morfológica sem um correlato sintáctico. Esta dificuldade pode ser contornada se se assumir que os traços correspondentes a categorias discursivas são inseridos pré-sintacticamente, mas são invisíveis para a componente sintáctica (COSTA, 2010c).

Por outro lado, a existência de variação interlinguística explicável em termos de configuracionalidade discursiva será um argumento forte a favor da ideia de que a sintaxe codifica noções discursivas. É neste sentido que os resultados de Costa (2010b) relatados na secção anterior são relevantes. Em síntese, mostrou-se que as duas variedades do português não se distinguem por propriedades da topicalização, mas sim por propriedades da concordância, o que não é atribuível a uma orientação para o discurso apenas numa das línguas. Na verdade, de acordo com Costa e Figueiredo Silva (2006), ambas as variedades apresentam construções que poderiam ser tomadas como evidência para configuracionalidade discursiva. No entanto, conforme descrito em Costa e Figueiredo Silva (2006) e Costa (2010a), não parece haver vantagem em integrar noções discursivas como primitivos sintácticos, uma vez que a configuracionalidade discursiva é aparente, decorrendo primariamente da flexibilidade de ordem de palavras independentemente disponibilizada pela sintaxe. Nestes trabalhos, mostra-se, por exemplo, que a alternância entre SV e VS para efeitos de identificação de sujeitos focalizados decorre em primeira instância do valor do parâmetro do sujeito nulo e não de uma qualquer restrição sintáctica sobre a posição de foco.

Este tipo de posição favorece amplamente a visão clássica de que a sintaxe é uma componente autónoma e cega a noções de natureza discursiva (CHOMSKY, 1957). Mais do que os problemas levantados pela marcação morfológica de tópicos e focos, constitui um desafio para esta sintaxe limpa de informação discursiva a observação de que há construções sintácticas que afectam apenas determinadas funções discursivas. A confirmar-se esta observação, estará comprometida a ideia de que a sintaxe não é afectada por informação de natureza discursiva. Na próxima secção, tratarei duas dessas construções: a construção de objecto nulo e as clivadas, mostrando que, apesar do que parece ser evidência

robusta para uma sintaxe condicionada pelo discurso, há uma primazia da sintaxe sobre as condições de natureza discursiva.

3 Desafios para uma sintaxe sem discurso

3.1 Objecto nulo em PE e PB

É sabido que, em termos de acessibilidade, os pronominais são mais fracos quanto mais acessível estiver o seu antecedente. Assim, um pronome nulo é escolhido quando existe um tópico bastante acessível no discurso (ARIEL, 1990, entre outros). Esta condição para o uso de um objecto nulo é evidente em dados como os de (16) e (17) tem sido notada por todos os autores que trabalham esta construção (desde RAPOSO, 1986):

(16) A: E o teu carro?
B: Já não tenho Ø. Vendi Ø.

(17) A: A Maria gosta muito do teu carro.
B: Sabes que o Pedro comprou uma casa nova?
A: Não sabia.
B: #A propósito. Já não tenho Ø. Vendi Ø.

A estranheza da última frase em (17) decorre do facto de o antecedente para o objecto nulo "o teu carro" estar demasiado distante da categoria nula. Assim, à primeira vista, a construção de objecto nulo é um caso de uso de uma construção sintáctica condicionado por restrições de natureza discursiva.

Consideremos, contudo, uma distinção bem estabelecida entre o objecto nulo do PE e do PB (notada em MENUZZI 1994; KATO; RAPOSO, 1998; COSTA; DUARTE; 2001, entre outros). Enquanto em PE o objecto nulo é excluído em ilhas fortes (18a), em PB tal restrição não existe (18b):

(18) a. PE:
A: E a Maria?
B: O Zé ficou furioso porque o Pedro *(a) beijou.
b. PB:
A: E a Maria?
B: O Zé ficou furioso porque o Pedro beijou (ela).

Uma interpretação desta diferença relaciona-a com um diferente estatuto categorial para o objecto nulo em cada uma das variedades (BIANCHI; FIGUEIREDO SILVA, 1994; COSTA; DUARTE, 2001): conforme proposto em Raposo (1986), o objecto nulo é

uma variável em PE; já em PB, na esteira de Bianchi e Figueiredo Silva (1994), o objecto nulo seria pronominal. Esta diferença explicaria a diferença nos contextos de uso: a ligação da variável seria impossível através de fronteiras de ilha forte, no caso do PE, mas o estabelecimento de co-referência entre um pronominal e o seu antecedente, ao contrário da ligação, não estaria sujeito a este tipo de restrição.

De acordo com esta hipótese, a diferença fundamental entre as duas variedades não reside na orientação da construção para tópico. Tal decorre de um mapeamento (alegadamente) universal entre formas fortes e fracas e informações de natureza discursiva. A instanciação precisa desse mapeamento depende, em primeira instância, das possibilidades que o léxico oferece (no que concerne ao conjunto de formas nulas e pronominais disponíveis na língua), e das restrições sintácticas sobre ligação e co-referência.

Assim, observa-se que a disponibilidade da construção de objecto nulo é primariamente condicionada por princípios estritamente sintácticos.

3.2 Estruturas clivadas em variedades não *standard* do PE

As estruturas clivadas são um exemplo clássico de construção que afecta constituintes focalizados. Assim sendo, seriam um caso de sensibilidade da sintaxe a informação de natureza discursiva, porque se trataria de uma operação sintáctica a afectar apenas os constituintes portadores de informação sobre focalização (eventualmente, constituintes com um traço [foco]).

Costa e Lobo (2009) e Vercauteren (2010) descrevem vários tipos de estruturas clivadas com "é que", não existentes nas variedades standard do português europeu. Em particular, interessa a estes autores a possibilidade atestada em várias regiões do país de se encontrar clivadas com *é que* recursivo, como nos exemplos em (19):[1]

(19) a. E lá *é que é que* eu vi. (SRP21)
b. Só eu *é que é que* disse coisas a um veterinário. (CBV59)
c. lá na Caixa *é que é que* foi que me ensinaram aquela coisa. (AAL33)
d. É por causa disso *é que é que* lhe chamavam o ladrão. (AAL12)
e. Era com pão mole *é que é que* se fazia aquilo. (CBV38)

Em Costa e Lobo (2009), os dados que envolvem recursividade de *é que* são analisados como uma instância específica de recomplementação. A recomplementação existe nas variedades *standard* do PE, afectando tópicos explícitos, como ilustrado em (20):

(20) Eu disse que a Maria que chegou ontem.

1 As indicações à frente dos exemplos permitem a identificação das localidades de onde provêm os exemplos, de acordo com a notação do *corpus* Cordial-SIN. Para mais informações sobre o *corpus* e a selecção dos exemplos, consultem-se Costa e Lobo (2009) e Vercauteren (2010).

De acordo com a análise proposta em Costa e Lobo (2009), as estruturas clivadas com recursividade de *é que* envolvem clivagem de um tópico nulo, conforme representado em (21):

(21) [CP [C' é que [CP Ø [C' é que

A análise da recursividade de *é que* em termos de clivagem de um tópico nulo é sustentada pela existência de frases em que *é que* se encontra em posição inicial de frase, em contextos em que se esperaria que fosse precedido de um constituinte, facilmente recuperável pelo contexto. Por exemplo, nas frases de (22), a posição antes de *é que* poderia estar preenchida com um anafórico temporal como "então" ou "nessa altura":

(22) a. Primeiro fincavam os paus na parede e é que ficava mais altinho. (CLH20)
b. E eu, às vezes, era rapazote e é que ia a cavalo nela. (GIA19)
c. E depois deita-se coalho e é que se faz o queijo. (STE32)

O mais relevante para a discussão neste artigo é que, de acordo com a análise de Costa e Lobo (2009), a clivagem não é uma estrutura que afecta apenas constituintes focalizados. Pode afectar tópicos e, inclusive, tópicos nulos. Assim sendo, não se trata de uma construção reservada a uma função discursiva específica. De acordo com o tipo de relação entre sintaxe e discurso que aqui se propôs, as clivadas são uma configuração disponibilizada pela componente sintáctica, sendo o seu uso determinado pós-sintacticamente. Este tipo de análise para as clivadas explica que se encontrem quebras de isomorfia entre constituinte clivado e estrutura informacional, como as documentadas em Erades (1962), Santos (2006), Vercauteren (2010), entre outros, e ilustradas em (23):

(23) A: Chegaste atrasado. Houve um acidente?
B: Não. O meu carro é que teve uma avaria.

Em (23), o sujeito é clivado, mas toda a frase em B constitui informação nova e o foco que é contrastado com a situação descrita em A. Entendendo-se que as estruturas clivadas podem ser usadas em vários contextos, não sendo operações sintácticas que afectam um constituinte que é focalizado e, por isso, movido para uma posição específica, entende-se que seja possível encontrar casos como este em que não há um mapeamento perfeito entre o constituinte que é clivado e a parte da frase que é foco contrastivo.

Conclusão

Retomando a evidência de Costa (2010b) a favor da ideia de que a proeminência de tópico não é um factor de variação entre o PE e o PB, defendi, neste artigo, que a configuracionalidade discursiva não constituirá factor de variação, se se assumir que a sintaxe é cega a noções de natureza discursiva, uma vez que tópico e foco não são categorias sintácticas.

Algumas construções parecem colocar problemas a esta visão de uma sintaxe livre de discurso. Mostrei que, apesar das aparências, a disponibilidade da construção de objecto nulo em contextos específicos depende, em primeira instância, da natureza sintáctica da categoria nula envolvida. De igual modo, apoiando-me no comportamento das estruturas clivadas de variedades não standard do PE, defendi que as clivadas não afectam necessariamente constituintes focalizados, sendo antes um recurso sintáctico que diferentes variedades podem usar para diferentes fins discursivos. Quer num caso, quer no outro, estamos, assim, perante construções que são primariamente condicionadas pela sintaxe das línguas, sendo sustentável a ideia de que o discurso actua pós-sintacticamente, fazendo uso das construções que a sintaxe coloca ao seu dispor.

De acordo com a linha de argumentação aqui defendida, a configuracionalidade discursiva não é um factor de variação sintáctica. Deste modo, não se espera que constitua também um factor explicativo da mudança diacrónica. No caso específico da variação entre PE e PB, parece ser mais produtiva a linha de investigação que explora as propriedades da flexão, uma vez que, conforme defendido em Costa (2010b), as diferenças cruciais entre as duas variedades estão no comportamento da concordância e não nas estratégias disponíveis para a promoção de tópicos.

Referências

ABOH, Enoch (2008). *Information structure begins with the numeration.* Ms., University of Amsterdam.

ARIEL, Mira (1990). *Accessing noun phrase antecedents*. London: Routledge.

BIANCHI, Valentina; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina (1994). On some properties of agreement object in Italian and Brazilian Portuguese. In : MAZZOLA, Michael L. *Issues and Theory in Romance Linguistics. Selected papers from the Linguistic Symposium on Romance Languages XXIII*, a c. di Michael L. Mazzola, 181-197. Washington, D.C. : Georgetown University Press.

BRODY, Michael (1990). Some remarks on the focus field in Hungarian. *UCL Workıng papers in Linguistics 3*, London.

CALLOU, Dinah; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (2005). A fixação do verbo ter em contextos existenciais. In: DUARTE, Inês; FARIA, Isabel (Org.). *Actas do 20º Encontro da APL*, APL, Lisboa. p. 149-156.

CHOMSKY, Noam (1957). *Syntactic structures.* Berlin: Mouton de Gruyter.

COSTA, João (2004). *Subject positions and interfaces: the case of European Portuguese*. Berlin: Mouton de Gruyter.

COSTA, João (2010a). Prosodic proeminence: a syntactic matter? In: ERTESCHIK-SHIR, N.; ROCHMAN, L. (Ed.). *The sound pattern of syntax*. New York: Oxford University Press.

COSTA, João (2010b). PB e PE: orientação para o discurso importa? A publicar em *Revista de estudos da linguagem.*

COSTA, João (2010c). Discourse-free syntax. Conferência no *XX Colloquium on Generative Grammar*, Universidade Pompeu Fabra, Barcelona.

COSTA, João; DUARTE, Inês (2003). Objectos nulos em debate. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (Org.). *Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mateus*. v. 1. Lisboa: IN-CM. p. 249-260

COSTA, João; DUARTE, Inês; SILVA, Cláudia R. (2006). Construções de redobro em português brasileiro: sujeitos tópicos *vs* soletração do traço pessoa. *Revista leitura*, Maceió, n. 33, p. 135-145.

COSTA, João; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina (2006). On the (in)dependence relations between syntax and pragmatics. In: MOLNÁR, Valéria; WINKLER, Susanne (Ed.). *The architecture of focus*. Berlin: Walter de Gruyter. p. 83–104.

COSTA, João; LOBO, Maria (2009). Estruturas clivadas: evidência dos dados do português não *standard*. In: *Anais da ABRALIN 2009*. p. 3800-3806.

COSTA, João; ROORYCK, Johan (1995). On pseudo-raising in English and Portuguese. In: NASH, L. et al. (Org.). *Proceedings of Langue et Grammaire 2*, Paris VII. p. 48-58

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1993). Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 107-128.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (2004). On the embedding of a syntactic change. *Language variation in Europe: papers from ICLaVE2.* Uppsala, Sweden: Universitetstryckeriet. p. 145-155.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (2007). Sobre outros frutos de um projeto herético: o sujeito expletivo e as construções de alçamento. In: CASTILHO, Ataliba T. de; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; CYRINO, Sônia Maria Lazzarini; LOPES, Ruth E. Vasconcellos (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo/Campinas: Fapesp/Pontes. p. 35-48.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; KATO, Mary (2008). Mudança paramétrica e orientação para o discurso. Comunicação apresentada no *XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga.

DUARTE, Inês (1987). *A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições sobre movimento. Lisboa*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

DUARTE, Inês (1996). A topicalização em português europeu: uma análise comparativa. In: DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel (Org.). *Congresso Internacional sobre o Português, Actas*. Lisboa: Colibri. p. 327-360.

DUARTE, Inês; FREITAS, M. João; GONÇALVES, Anabela; MIGUEL, Matilde; RODRIGUES, Celeste (2002). Geometria de traços e distribuição de pronomes sujeito em PE e em PB. Paper presented at the *III Workshop do Projecto PE-PB*. Lisboa, September 23-25.

ERADES, P. (1962). Points of modern English syntax XLIII. *English studies*, v. 43, p. 136-141.

FERREIRA, Marcelo B. (2000). *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina (1996). *A posição do sujeito em português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas: Editora da UNICAMP.

GALVES, Charlotte (2001). *Ensaios sobre as gramáticas do português.* Campinas: Editora da UNICAMP.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec (1993). Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, J. (Ed.). *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press. p. 111-176.

HORVATH, Julia (1986). *Focus in the theory of grammar and the syntax of Hungarian*. Dordrecht: Foris.

KATO, Mary; TARALLO, Fernando (1986). Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGGLI, Osvaldo; SILVA-CORVALÁN, Carmen (Ed.). *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris. p. 343-58.

LI, C-N.; THOMPSON, S. (1976) Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C-N (Ed.). *Subject and topic*. New York: Academic Press. p. 457-489.

NEWMEYER, Frederick (2007). In defense of the autonomy of syntax. Handout of presentation at *Scandinavian Dialect Syntax Meeting*, University of Tromsoe.

PONTES, Eunice (1987). *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes.

RAPOSO, Eduardo (1986). On the null object construction in European Portuguese. In: JAEGGLI, Osvaldo; SILVA-CORVALÁN, Carmen (Org.). *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris. p. 373-390.

RIZZI, Luigi (1986). On the status of subject clitics in Romance. In: JAEGGLI, Osvaldo; SILVA-CORVALÁN, Carmen (Ed.). *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris. p. 391-419.

RIZZI, Luigi (1997) The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (Ed.). *Elements of grammar*. Kluwer: Dordrecht. p. 281-337

SANTOS, Ana Lúcia (2006). *Respostas mínimas: elipse, sintaxe e discurso na aquisição do português europeu*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

VERCAUTEREN, Aleksandra M. W. (2010). *Como é que é com o* é que? *Análise das construções com é que nas variedades não standard do português*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

A representação dos sujeitos de "referência estendida": um estudo diacrônico[1]

Maria Eugenia DUARTE
Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq/FAPERJ

Introdução

Os estudos da mudança na representação dos sujeitos pronominais do português brasileiro (PB), à luz da Teoria de Princípios e Parâmetros, têm privilegiado os sujeitos referenciais (definidos ou arbitrários) e os sujeitos não referenciais (não argumentais), aqueles preferencialmente plenos e estes representados por um expletivo nulo ou "preenchidos" através de operações de alçamento ou de inserção de constituintes lexicais, o que tem sido relacionado à orientação tipológica do PB para o sujeito e para o discurso (cf. PONTES, 1982; GALVES, 1987; KATO, 1989; DUARTE, 2007; KATO; DUARTE, 2008; NEGRÃO; VIOTTI, 2008).

Há, entretanto, entre os sujeitos referenciais e os não referenciais, aqueles que têm um antecedente representado por uma proposição (oração) ou uma porção maior do discurso e não podem ser retomados por um pronome pessoal. Em línguas que não aceitam um sujeito nulo, tais sujeitos só podem ser retomados por um demonstrativo, como mostra (1), ou uma expressão nominal como "tal fato", "essa situação", etc.); nas línguas de sujeito nulo, uma outra alternativa é uma categoria vazia, como ilustra o exemplo em (2):

(1) Holly: <u>Eu serei Verônica</u>!
Dona Irene: <u>Isso</u> é um sacrilégio. Faça o favor de tirar essa roupa. (*No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)
(**isso** = o fato de você (um travesti) representar Verônica)

1 * Participaram da realização da pesquisa aqui relatada as alunas de IC Jennifer Oliveira (CNPq-Balcão) e Jullie Maggessi (CNPq-Pibic).

(2) Júlia: Você esperou-o vestida de quê?
Cristina: De coelhinho da Playboy.
Júlia: Não sei se **Ø** foi uma boa idéia**.** (*A mulher integral*, Carlos Eduardo Novaes, 1975)
(**Ø** = esperá-lo vestida de coelhinho da Playboy)

Esse sujeitos, que devem seu nome a Halliday e Hasan (1979), que a eles se referiram como "extended reference subjects", têm merecido pouca atenção no que diz respeito à investigação da mudança em curso no PB, relacionada à remarcação do valor do Parâmetro do Sujeito Nulo. Devemos a Paredes Silva (1985), que traduziu o termo "sujeitos de referência estendida", uma investigação pioneira sobre esse tipo de estrutura no PB, com base em uma amostra de cartas pessoais escritas nos anos 80, estratificada for faixa etária, nível de escolaridade e gênero. Seu objetivo principal foi, numa perspectiva funcionalista, mostrar o papel coesivo que essas construções desempenham no discurso, esteja o demonstrativo expresso ou nulo, funcionando como elementos de costura do texto, seja como orações de *arremate*, que dão fecho a um tópico discursivo, seja de *gancho*, que dão continuidade ao tópico discursivo. Mais recentemente, Oliveira (2005a) retoma o tema, sob a orientação de Paredes Silva, analisando, dentro da mesma perspectiva teórica, a referência estendida, em textos jornalísticos, abrangendo diferentes funções e, posteriormente, apenas a função de sujeito Oliveira (2005b), com base em amostras do acervo do Projeto PEUL (*Programa de Estudos sobre o Uso da Língua*), recolhidas para o estudo da mudança em tempo real de curta duração (LABOV, 1994; PAIVA; DUARTE, 2003). Os resultados de Oliveira (2005b) permitem depreender um movimento em direção ao uso do demonstrativo, como veremos mais adiante.

O presente trabalho faz uma análise diacrônica dos sujeitos de "referência estendida" em tempo real de longa duração com base em uma amostra de peças de teatro escritas no Rio de Janeiro ao longo de cerca de duzentos anos. Esse conjunto de peças, analisado em Duarte (1993) para a investigação da realização dos sujeitos de referência definida, tem sido ampliado e utilizado em análises do sujeito de referência arbitrária (SANTANA, análise em curso), dos sujeitos não argumentais em construções com verbos de alçamento que selecionam um DP (SANTOS, 2008) ou uma oração (HENRIQUES, 2008) e em construções existenciais (MARINS, análise em curso). Espero, com esses resultados, acrescentar dados ao conjunto de possíveis efeitos "colaterais" da mudança já implementada no PB no que diz respeito à preferência por sujeitos de referência definida plenos.

1 Os sujeitos de "referência estendida" e a hierarquia referencial de Cyrino, Duarte e Kato (2000)

Com base nos resultados de Cyrino (1993, 1997) para a expansão do objeto nulo e os de Duarte (1993) para a expansão dos sujeitos pronominais expressos, Cyrino, Duarte

e Kato (2000) concluem que a referencialidade é altamente significativa interlinguistica-mente para a pronominalização e propõem uma hierarquia referencial ilustrada em (3):

(3). Hierarquia Referencial
[L5 [L4 [L3 [L2 [L1não argumento] **proposição**] [-humano] [[+humano]]
3 p. 2 p. 1 p.

[-ref] < --- > [+ref.]

Elementos com o traço [+humano] ocupariam o ponto mais alto da hierarquia, enquanto elementos não argumentais (como os sujeitos expletivos) ocupariam o ponto mais baixo. Assim, os pronomes de primeira e segunda pessoas, inerentemente humanos se encontram no ponto mais alto, enquanto a terceira pessoa, que pode exibir o traço [+/-animado], [+/-específico] estaria num ponto mais abaixo; uma proposição estaria ainda mais abaixo, enquanto um não argumento estaria no extremo oposto da hierarquia referencial.

No caso específico dos dois processos de mudança em curso observados no PB, embora estes pareçam ter motivações independentes, ambos parecem guiados pela mesma hierarquia de referencialidade. Enquanto os objetos **nulos** se implementaram a partir dos antecedentes com menor referencialidade, exatamente os que têm como antecedente uma proposição, para só mais tarde atingirem os antecedentes representados por um SN, particularmente aqueles com o traço [-animado], e resistirem mais com antecedentes com o traço [+ animado] (cf. CYRINO, 1993, 1997), os sujeitos pronominais **plenos** começaram a se implementar a partir dos itens mais referenciais – os pronomes de primeira e segunda pessoas (cf. DUARTE, 1993), atingem mais lentamente a terceira pessoa, a começar pelos antecedentes com o traço [+ humano], e progridem mais lentamente com antecedentes de menor referencialidade – os sujeitos com o traço [-animado]. O Gráfico 1 de Duarte (1993), com a representação de sujeitos plenos (*versus* nulos), com base em peças de teatro escritas no Rio de Janeiro ao longo dos séculos XIX e XX, permite observar a atuação dessa hierarquia:

Gráfico 1: Ocorrência de sujeitos de referência definida expressos ao longo de sete períodos (%) (Duarte 1993)

Observe-se que a primeira e a segunda pessoas, com 31% e 7%, respectivamente, de sujeitos expressos na primeira peça analisada, de 1845, atingem 82% e 78% na última, de 1992. A terceira pessoa, por outro lado, parte de 17% e atinge 45% no último período. Os resultados para a fala espontânea de uma amostra NURC-RJ, gravada nos anos 90, mostram igualmente a primeira e a segunda pessoas liderando o preenchimento, 79%, 89%, enquanto a terceira chega a 63% (cf. DUARTE, 1995).[2] Justifica-se, pois, o interesse em observar o comportamento dos sujeitos de "referência estendida" ou "proposicionais" sob uma perspectiva diacrônica.

A hipótese que orientou a pesquisa foi a de que o sujeito de referência estendida, situado num ponto intermediário da hierarquia referencial (entre os sujeitos referenciais definidos e os expletivos), mostraria uma tendência a acompanhar os sujeitos referenciais de terceira pessoa. Haveria então uma competição entre um sujeito nulo e o uso do demonstrativo, com uma tendência a aumentar, ainda que mais lentamente, a preferência pelo demonstrativo.

Nossa análise se insere na investigação sobre a mudança em curso na marcação do PSN verificada no PB e se sustenta na associação da teoria da mudança proposta por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e da teoria de Princípios e Parâmetros proposta por Chomsky (1981). Enquanto **o modelo de mudança** apresentado por W, L e H elenca os problemas que devem ser investigados no estudo da mudança – os condicionamentos, a implementação, a transição, o encaixamento e a avaliação – o quadro de P&P nos fornece **uma teoria da linguagem**, que nos permite levantar hipóteses e acompanhar o curso da mudança, tendo em mente exatamente a busca de resposta a esses "problemas". Esse diálogo é fundamental no sentido de permitir estabelecer os limites que a Gramática Universal impõe à variação linguística e buscar, a partir de evidências empíricas, generalizações, que, sem o suporte de uma teoria da gramática, poderiam ser perdidas ou passar

2 A análise da representação dos sujeitos definidos não leva em conta as coordenadas, a partir da segunda, com sujeitos correferentes, pelo fato de um sujeito nulo nessas estruturas não ser uma propriedade exclusiva das línguas positivamente marcadas em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo.

despercebidas. Por outro lado, essas respostas permitem rever as propriedades associadas ao PSN e os diferentes tipos de sujeito nulo que as línguas licenciam.[3]

2 A amostra utilizada

O quadro a seguir apresenta as peças distribuídas por sete períodos, numa tentativa de acompanhar os períodos considerados em Duarte (1993) para a análise da representação dos sujeitos pronominais definidos. Como os sujeitos de referência estendida ou proposicionais são menos frequentes, foi necessário ampliar a amostra, utilizando outras peças e procurando manter os mesmos critérios de seleção: utilizar peças produzidas no Rio de Janeiro por autores bastante populares em seu tempo. A última coluna traz informações sobre o ano de nascimento dos autores.

Quadro 1. Peças utilizadas na análise

ANO	PEÇA	AUTOR
Período II 1870/1889	• Direito por linhas tortas (1870) • Como se fazia um deputado (1882) • Caiu o ministério (1883) • As doutoras (1889)	② França Júnior (1838/1890)
Período IV 1937/1949	• O hospede do quarto N°2 (1937)	④ Armando Gonzaga (1884/1953)
	• Flagrantes do Rio (1945) • A *garçonnière* do meu marido (1949)	⑤ Silveira Sampaio (1914/1964)
Período VI 1975/1979	• A mulher integral (1975)	⑦ Carlos Eduardo Novaes (1940)
	• Os órfãos de Jânio (1979)	⑧ Millôr Fernandes (1923)

A periodização proposta na coluna 1 leva em conta **o ano em que a peça foi escrita**; daí termos autores, cuja data de nascimento é bem próxima, como Gastão

3 Kato e Duarte (2008) mostram que a orientação para o discurso manifestada pelo PB é a responsável pelo não desenvolvimento de um expletivo lexical na posição de sujeito das sentenças impessoais; línguas com tal orientação não têm expletivos foneticamente realizados (LI e THOMPSON, 1976); daí as operações de alçamento de constituintes para essa posição, observadas no PB, uma tentativa de "preencher" a posição do sujeito com itens referenciais.

Tojeiro e Armando Gonzaga, situados dentro de diferentes períodos. Sabemos que, dentro da perspectiva gerativista, a gramática de um indivíduo, entendida como Língua-I, se fixa na infância. Entretanto, quando se trabalha com a fala culta e com textos escritos, ainda que se trate de textos cuja preocupação é uma proximidade com a fala, como é o caso das peças aqui utilizadas, é necessário considerar a influência do processo de letramento na gramática da L1. Kato (2005) defende a hipótese de que, durante esse processo, o indivíduo tem acesso indireto à Gramática Universal, através de sua L1, que contém uma periferia marcada, na qual valores paramétricos diferentes daqueles que caracterizam a L1 podem estar presentes. Esses valores, dado o caráter conservador do modelo de língua apresentado pela escola, podem ser acionados e competir com os da gramática nuclear durante o processo de escolarização, "expandindo" de certa forma a Língua-I. Assim, o conhecimento que caracteriza essa segunda gramática, que pode ter traços da gramática de um falante do português brasileiro, europeu ou ainda de um falante de outros estágios da língua, é um subproduto da Gramática Universal. A fala monitorada de um indivíduo culto e sua escrita revelam, em maior ou menor grau, o que Kato chama "regras estilísticas", "selecionadas de gramáticas passadas ou emprestadas da gramática portuguesa" (*op. cit.* p. 143).

Assim, manteremos as peças agrupadas pela data de sua produção, sem deixar de controlar, em nossa codificação de dados, o ano de nascimento dos autores, para verificar sua influência no fenômeno em questão. Entre os fatores estruturais considerados estão o tipo de verbo, a função da oração (raiz ou encaixada) e sua força ilocucionária (declarativa, interrogativa) e a ordem SV/VS, no caso dos sujeitos expressos, alguns dos quais já testados por Paredes Silva (1985) e Oliveira (2005a,b), em suas análises sincrônicas, como veremos a seguir.

3 A análise

Foram levantados 717 dados (286 ou 40% com o sujeito foneticamente realizado pelo demonstrativo **isso** e 431, ou 60%, com o sujeito nulo), distribuídos no Gráfico 2, tomando como valor de aplicação a forma expresssa:[4]

---

4 Não foram levantadas as retomadas por SN, como "tal fato", "esse problema", uma estratégia que parece mais frequente nos textos jornalísticos (cf. OLIVEIRA, 2005a). Destaco, entretanto, um desses casos, atestado nas peças:

(i) Cristina: Alice devia ter nascido nos Estados Unidos ou na Suécia. Aqui tem muita coisa que precisa ser resolvida antes do feminismo.
Júlia: Venha. Sente-se aqui. Pare com esse discurso. **Isso** não interessa agora. (*A mulher integral,* Carlos Eduardo Novaes, 1975)

Agradeço a Vera Paredes Silva a leitura deste texto e o fato de ter apontado este exemplo, em que a porção grifada é retomada pelo SN "esse discurso" e só depois pelo pronome **isso**.

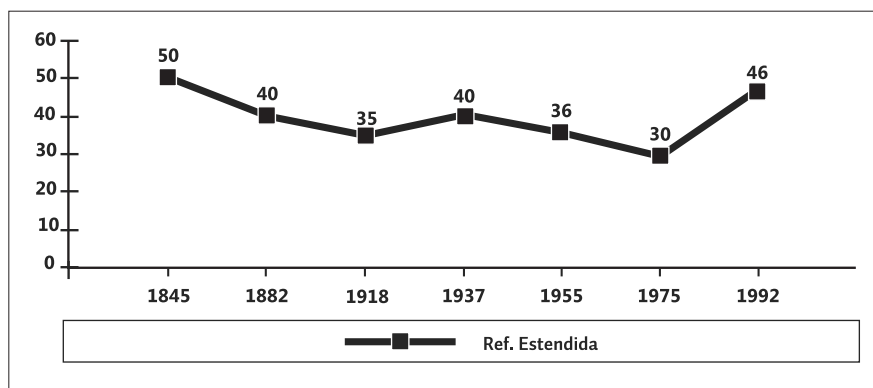
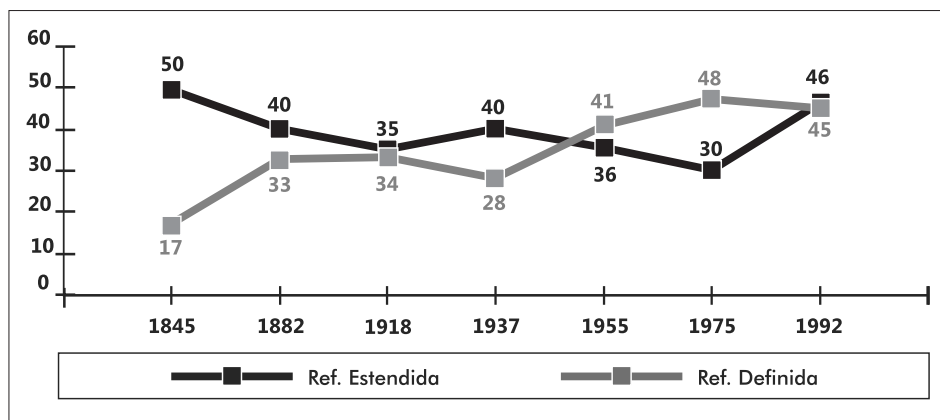
Gráfico 2: Sujeitos expressos (vs. nulos) de referência estendida ao longo de sete períodos (%).

Contrariamente à nossa hipótese inicial, não há indícios de aumento na taxa de sujeitos de referência estendida expressos. Ao contrário, o fenômeno sugere estabilidade nesse tipo de estrutura.[5] A comparação exibida a seguir no Gráfico 3, que compara o percurso dos sujeitos de terceira pessoa definidos, que aparecem no Gráfico 1, com os de referência estendida (retirados do Gráfico 2), revela que há, de fato, um crescimento no primeiro tipo (de 17% a 45%) e uma oscilação ou variação estável (de 50% a 46%), sem favorecimento de uma ou outra forma de realização, no segundo tipo:

Gráfico 3: Sujeitos expressos de referência estendida e definida de terceira pessoa ao longo de sete períodos (%).

Não surpreende, pois, que o programa de regra variável não tenha selecionado o **período de tempo** como relevante para a representação do sujeito. Este fator foi descartado pelo programa, que selecionou apenas dois grupos: **o tipo de verbo e o autor**.

5 Análises recentes, com base na fala espontânea gravada nos anos 90, revelam índices mais altos de preenchimento do que os encontrados nas peças de Miguel Falabella. Enquanto nos textos do autor o índice é de 46%, Oliveira (2005b) encontra tendência de aumento no preenchimento num estudo em tempo real de curta duração com base na fala popular (Amostra PEUL) – 38% para a década de 80 e 50% para o ano 2000; para a fala culta (NURC-RJ), Duarte, Guimarães e Oliveira (2010) encontram índices mais altos, mas nenhum indício de mudança em curso – 55% e 56% para as décadas de 70 e 90, respectivamente.

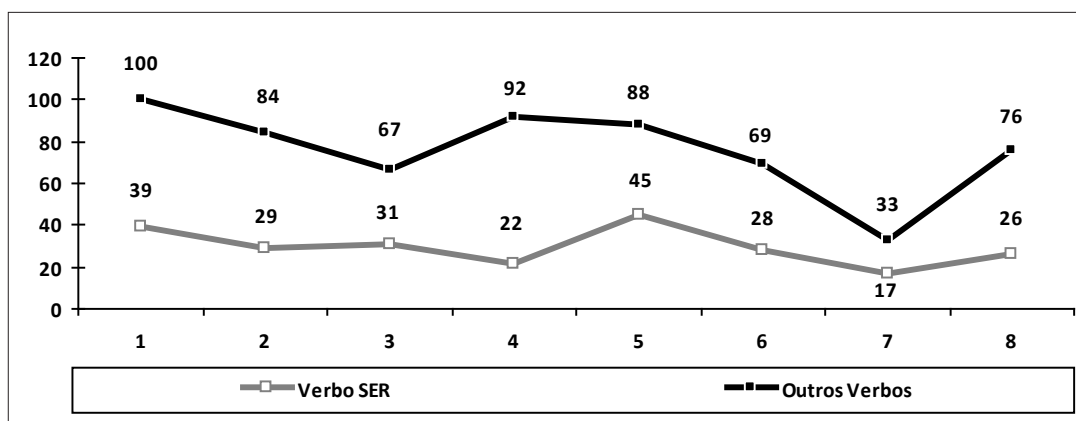
Tabela 1: Grupos de fatores selecionados (*Input*: .40 *Significance* .005)

GRUPO SELECIONADO	FATORES	N / T (%)	P.R.
Tipo de verbo	Ser Outros verbos	166/561 (30%) 120 / 156 (77%)	.39 .84
Autor	Martins Pena França Júnior Gastão Tojeiro Armando Gonzaga Silveira Sampaio Millôr Fernandes C. Eduardo Novaes Miguel Falabella	46/92 (50%) 51/129 (40%) 34/96 (35%) 30/99 (30%) 32/56 (57%) 47/126 (37%) 8/36 (22%) 38/83 (46%)	.66 .55 .53 .45 .65 .43 .18 .46

O verbo **ser**, prototípico nas sentenças com o sujeito de referência estendida é, nitidamente, o ponto de resistência do sujeito nulo, como já apontavam Paredes Silva (1985) e Oliveira (2005). Observe-se na tabela que, do total de dados, 561 exibem o verbo **ser**. Considerando que o valor de aplicação na análise é o sujeito preenchido, essa resistência do verbo **ser** fica evidenciada no peso relativo (P.R) de **.39** em relação a **outros verbos**, que apresentam um forte favorecimento ao uso do demonstrativo, com **.84**, ou seja, uma diferença de **.45** entre os dois fatores.

No que diz respeito aos autores, o que se observa é uma forte variação individual, muito distante de qualquer sinalização de mudança em curso. Martins Pena, da primeira metade do século XIX, e Silveira Sampaio, da primeira metade do século XX, lideram a realização fonética do sujeito, com **.66** e **.65** de peso relativo, valores muito significativos se observados como devem ser observados: em "relação" aos demais. Considerando que uma diferença superior a **.10** é significativa (cf. PAIVA; DUARTE, 2003), vemos o decréscimo desse favorecimento nas peças de todos os demais autores, entre **.55** e **.43**, chegando ao extremo oposto, com um autor nascido nos anos 40 do século XX, que apresenta o peso de **.18**, um desfavorecimento forte ao preenchimento (a leitura complementar do peso indica, para esse autor, Carlos Eduardo Novaes, **.82** de favorecimento ao sujeito nulo).

O cruzamento dos dois fatores indicados na tabela reforça a relevância do verbo **ser** *versus* **outros verbos** na escrita de cada autor. O gráfico a seguir exibe os percentuais de sujeitos preenchidos (*versus* nulos) segundo o **tipo de v**erbo. Cada autor é representado pelo número que precede seus nomes no Quadro 1:

Gráfico 4: Sujeitos expressos de referência estendida por tipo de verbo (%).

Observe-se que a curva de sujeitos expressos com o verbo **ser** oscila entre 39% e 26%, alcançando seu ponto mais alto na peça de Silveira Sampaio (autor 5), nascido em 1914, e o mais baixo na de Carlos Eduardo Novaes (autor 7), nascido em 1940. Com **outros verbos**, todos os autores, exceto Novaes, preferem o preenchimento do sujeito, situando-se todos os demais percentuais acima de 67% . Os verbos mais frequentes nesse grupo, em todos os períodos, são os inacusativos, ilustrados em (4a-b):

(4) a. Ventura: [...] Na sua qualidade de noivo da filha da dona da casa, a sua situação é toda especial.
Carlos: Vá lá que **Ø** seja assim. Mas **isso** agora não vem ao caso. (*O hóspede do quarto no. 2*, Armando Gonzaga, 1937)
(**Ø / isso =** o fato de minha situação ser especial por eu ser noivo da filha da dona da casa)

Um aspecto interessante a ser apontado é a ocorrência da ordem Verbo-Sujeito (VS) em 23 dos 286 sujeitos preenchidos. Confirmando a perda seletiva da ordem VS no PB (cf. KATO; DUARTE; CYRINO; BERLINCK, 2006), os dados revelam que, nas peças escritas até os anos 50, são encontradas estruturas de movimento de verbo, ilustrando tal ordem:

(5) a. Zélia: Com um grande sentimento. Mas que hei de fazer? O médico aconselhou-me uma série de banhos de mar; e, morando aqui em Santa Tereza, seria **isso** impossível. (*O hóspede do quarto nº 2,* Armado Gonzaga, 1937)
(**isso** = tomar banhos de mar morando em Santa Tereza)

Nos textos escritos a partir dos anos 70 do século XX (e aqui se inclui a peça mais recente de Millôr Fernandes, de 1979), a ordem VS fica restrita a um tipo de interrogativa qu- com ordem VS cristalizada, como se vê em (6):

(6) Regina: A Laurinha que a gente maquiava, que a gente dizia que ia ser miss, gosta de mulher.
Selma: E que importância tem **isso**? (*A Partilha,* Miguel Falabella, 1989)
(**isso** = o fato de Laurinha gostar de mulher)

ou a sentenças com verbos inacusativos, em que o sujeito é um argumento interno, como mostram os exemplos em (7):

(7) a. Gilda: Agora não sei até quando vai durar **isso**, mas estou demais contente com as pessoas, amando todo mundo, passou todo o medo.
(*Os órfãos de Jânio*, Millôr Fernandes, 1979)
(**isso** = a sensação de contentamento, amando todo o mundo e sem medo)

b. Dolores: Quando a gente começa a suar desse jeito, é porque não tem que ser. Amor que tem futuro não faz a gente vazar pelo ladrão.
Margareth: Já aconteceu **isso** com você? (*No coração do Brasil,* Miguel Falabella, 1992)
(**isso** = suar muito quando percebe que o amor não tem futuro)

A ordem Sujeito-Verbo em sentenças inacusativas (8a), entre as quais as passivas analíticas (8b), já é mais frequente nos textos da segunda metade do século XX:

(8) a. Paulo: O que prova justamente que isto já caiu do céu é que veio pelo Correio Nacional sem ser extraviado. Cada vez que **isso** acontece é um milagre. (*Um elefante no caos*, Millôr Fernandes, 1955)
(**isso** = o fato de alguma encomenda enviada pelo correio nacional não se extraviar)

b. Barman: O século XIX só acabou em 1918, no fim da primeira guerra mundial. **Isso** já foi muito dito. (*Os órfãos de Jânio*, Millôr Fernandes, 1979)
(**isso** = que o século XIX só acabou com o fim da primeira guerra mundial)

Conclusão

Se considerarmos os resultados em seu conjunto, podemos dizer que a representação dos sujeitos de referência estendida não acompanha o movimento em relação ao preenchimento do sujeito, uma vez que não se observa uma curva de mudança ao longo do tempo. Essa estabilidade pode ser sustentada pela menor referencialidade dos sujeitos proposicionais e uma resistência maior à mudança seria explicada pela hierarquia proposta por Cyrino, Duarte e Kato (2000). No entanto, a análise dessas estruturas por tipo de

verbo mostra que, mais do que o tipo de sujeito, situado num ponto mais baixo da hierarquia referencial, é o verbo **ser** o responsável pelos altos índices de sujeitos nulos (ou baixos índices de preenchimento, como mostram os gráficos). Duarte (1993) já apontava os verbos relacionais **ser** e **estar** como elementos favorecedores do sujeito nulo de referência definida, particularmente quando associados a um SN sujeito [-animado]. Assim, podemos dizer que a menor referencialidade do antecedente associada a verbos não nocionais constitui um contexto de maior resistência do sujeito nulo.

Quanto ao fator não estrutural selecionado como relevante, sobressaem as diferenças individuais, não relacionadas a idade ou a período de tempo: enquanto seis dos autores são consistentes na preferência por sujeitos nulos com **ser** e não nulos com outros verbos, dois autores subvertem esse comportamento. Silveira Sampaio e Carlos Eduardo Novaes, o primeiro, nascido em 1914, prefere o preenchimento, independentemente do tipo de verbo, e o segundo, nascido em 1940, década em que Sampaio produziu suas peças, prefere o sujeito nulo no texto produzido nos anos 70.

Uma última reflexão sobre a persistência do sujeito nulo no PB. Muito se tem enfatizado a tendência ao preenchimento dos sujeitos referenciais. Mas muitos autores têm insistido em mostrar os contextos de preservação do sujeito nulo. Como língua de proeminência de sujeito e de tópico, um traço tipológico do PB já defendido por Pontes (1987), Galves (1987), Kato (1989) e, mais recentemente, por Negrão e Viotti (2008) e Kato e Duarte (2008), não surpreende que no PB convivam sujeitos referencias nulos e plenos e sujeitos não referenciais (os das orações impessoais) nulos ou preenchidos através de operações de alçamento de constituintes ("Chove muito nessas florestas"; "Essas florestas chovem muito").

Referências

CHOMSKY, Noam. (1981) *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini (1993). Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 163-184.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini (1997). *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL.

CYRINO, Sônia; DUARTE, Maria Eugênia; KATO, Mary A. (2000). Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary A.; NEGRÃO, E. V. (Ed.) *Brazilian Portuguese and the null subject parameter.* Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana. p. 55-105.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1993) Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 107-128.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1995). *A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (2007). Sobre outros frutos de um projeto herético: o sujeito expletivo e as construções de alçamento. In: CASTILHO, Ataliba T. de; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; CYRINO, Sônia Maria Lazzarini; LOPES, Ruth E. Vasconcellos (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo/Campinas: Fapesp/Pontes. p 35-48.

DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia; OLIVEIRA, Jennifer (2008) A representação dos sujeitos de referência estendida na língua falada. Comunicação apresentada na JIC-UFRJ.

GALVES, Charlotte (1987). A sintaxe do português brasileiro. *Ensaios de linguística*, Campinas, v. 13, p. 31-49.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. (1979). *Cohesion in English*. London: Longman.

HENRIQUES, Fernando P. (2008) *Construções com verbos de alçamento: um estudo diacrônico.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

KATO, Mary A. (1989). Sujeito e tópico: duas categorias em sintaxe? *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, n. 17, p. 109-132.

KATO, Mary A. (2005) A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S. (Org.) *Ciências da linguagem: 30 anos de investigação e ensino.* Braga: Centro de Estudos Humanísticos (Universidade do Minho). p. 131-145.

KATO, Mary A.; DUARTE, M. E. L; CYRINO, S.; BERLICK, R. (2006) Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, J., Jacyra Mota; MATOS E SILVA, R. V (Org.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Funcultura/Governo da Bahia. p. 413-438.

KATO, Mary A.; DUARTE, M. E. L. (2008). Mudança paramétrica e orientação para o discurso. Comunicação apresentada no *XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga.

LABOV, William (1994). *Principles of linguistic change*: *internal factors*. Oxford: Blackwell.

LI, Charles-N.; THOMPSON, Sandra. (1976) Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C-N (Ed.) *Subject and topic.* New York: Academic Press. p. 457-489.

MARINS, Juliana E. (Em andamento) *As construções existencias com ter, haver e existir: uma análise diacrônica*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati; VIOTTI, Evani (2008). Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa.* São Paulo: Contexto. p. 179-203.

OLIVEIRA, Amanda B. (2005a). *A referência estendida em textos jornalísticos de natureza argumentativa*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Amanda B. (2005b). Variação em sujeitos de referência estendida na fala carioca. *Revista estudos da linguagem*. São Paulo. Meio digital.

PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (Org.). (2003). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa /FAPERJ.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia (1985). É isso aí: verbo *ser* e demonstrativos em função coesiva no português. PUCRJ e UFRJ. ms.

PONTES, Eunice (1987). *O tópico no português do Brasil.* Campinas: Pontes.

SANTANA, Amanda de (Em andamento). *A representação dos sujeitos de referência arbitrária: uma análise diacrônica*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Danielle de R. (2008). *A ordem VS/SV com verbos inacusativos: um estudo diacrônico.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin (2006 [1968]). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. (Tradução de Marcos Bagno do original: Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMAN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics.* Austin: University of Texas Press. p. 97-195.). São Paulo: Parábola.

FONTES DE DADOS

CAFEZEIRO, Edwaldo (Org.). (1980) *O teatro de França Júnior*, vol. II. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, Fundação de Arte.

FALABELLA, Miguel (2003). *A partilha*. Banco de peças teatrais da Biblioteca da UNIRIO. Modernização do acervo.

FALABELLA, Miguel. *No coração do Brasil*. Texto cedido pelo autor. ms.

FERNANDES, Millôr (1979). *Um elefante no caos*. Porto Alegre: L, P&M.

FERNANDES, Millôr (1979). *Os órfãos de Jânio*. Porto Alegre: L, P&M.

GONZAGA, Armando. *O hóspede do quarto n° 2*. Banco de peças teatrais da Biblioteca da UNIRIO. Publicação da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais – SBAT.

NOVAES, Carlos Eduardo. *A mulher integral*. Banco de peças teatrais da Biblioteca da UNIRIO. Ms.

SAMPAIO, Silveira. *A garçonnière de meu marido*. Banco de peças teatrais da Biblioteca da UNIRIO. Publicação da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais – SBAT.

SAMPAIO, Silveira. *Flagrantes do Rio*. Banco de peças teatrais da Biblioteca da UNIRIO. Publicação da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais – SBAT.

PENA, Luiz Carlos Martins (1996) *As melhores comédias de Martins Pena*. Apres. Guilhermino Cesar. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto.

Teatro de Millôr Fernandes (1957). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

TOJEIRO, Gastão. *O simpático Jeremias*. Revista de teatro, 1966. Banco de peças teatrais da Biblioteca da UNIRIO.

TOJEIRO, Gastão (2003). *Onde canta o sabiá*. Banco de peças teatrais da Biblioteca da UNIRIO. Modernização do acervo.

DADOS DE LÍNGUA ORAL

Acervo NURC-RJ: www.letras.ufrj.br/nurc-rj

Acervo PEUL: www.letras.ufrj.br/peul

Mudança sintática no português brasileiro: a perda de predicados complexos

Sônia CYRINO
Universidade Estadual de Campinas

Introdução

As línguas românicas apresentam o fenômeno denominado *subida de clítico*, em que, em uma estrutura com dois (ou mais) verbos, o clítico associado ao último verbo não aparece cliticizado a ele. O fenômeno é obrigatório nas seguintes estruturas:

a) Causativas (em que há um verbo causativo do tipo *faire* e um infinitivo, denominadas causativas *faire+infinitive*, FI):

(1) a. O João **mandou comer** a sopa ao Pedro. [Português Europeu, PE]
b. Maria **fece riparare** la macchina a Gianni. [Italiano]
Maria FAIRE reparar.INF o carro a Gianni.
'Maria fez o Gianni consertar o carro'
c. Jean fera laver la voiture à Pierre. [Francês]
Jean FAIRE lavar.INF o carro à Pierre
'Jean vai fazer Pierre lavar o carro'.

b) Estruturas de tempos compostos:

(2) a. O João não me tinha visto. [PE]
b. Gianni lo ha fatto. [Italiano]
Gianni it has done
'Gianni has done it'

c. Jean l´a lu. [Francês]
Jean it has read
Jean has read it.

Porém, a subida de clítico é opcional nas construções de reestruturação, isto é, naquelas em que temos verbos modais, aspectuais e de movimento selecionando infinitivos (cf. RIZZI, 1982):

(3) a. O João quis-me visitar. [PE]
b. O João quis visitar-me.
(4) a. Gianni vuole leggerlo. [Italiano]
Gianni quer ler.INF.o.CL
b. Gianni lo vuole leggere.
Gianni o.CL quer ler.INF
'Gianni o quer ler/quer lê-lo.'

O português brasileiro (PB) e o francês, porém, sofreram uma mudança sintática em que perderam a subida de clítico em casos como em (3)-(4). Porém, o PB, ao contrário do francês e de outras línguas românicas, também perdeu a subida de clítico em (1) e (2); o clítico de 1ª. e 2ª. pessoas é agora proclítico ao verbo não finito (cf. CYRINO, 1993; PAGOTTO, 1992; GALVES, RIBEIRO e TORRES MORAIS, 2005):

(5) a. João **tentou** te **ver**. [PB]
b. João **pode** te **ver**.
c. João **vai** te **ver**.
d. João **está** te **vendo**.
e. João **tinha** me **visto**.

O PB também aceita outras construções que não são encontradas em outras línguas românicas. Compare-se, por exemplo, com o português europeu (PE):

a) Perda de subida de clítico em passivas:

(6) a. A carta **foi** me **enviada** ontem. [PB]
b. A carta foi-me enviada ontem. [PE]

b) Duplicação de clíticos:

(7) a. João me **mandou** eu **comer** a sopa. [PB]
b. O João mandou-me comer a sopa. [PE]

c) Elementos intervenientes entre [aux+V] e entre [$V_{Reestruturação}$ + V]:

- Negação:

(8) a. Condenada recentemente por ter agredido duas manicures em 2004, Foxy Brown parece **ter** não **aprendido** sua lição. [PB]
b. Foxy Brown não parece ter aprendido a lição. [PE]

- Sujeito nominativo (focalizado):

(9) a. 'Roberto, eu **tentei** eu **enviar** meu convite a você.' [PB]
b. Roberto, tentei enviar eu mesma o convite a você. [PE]

- Marcação excepcional de caso (ECM) com verbos causativos/perceptivos:

(10) a. João **mandou** eu **comer** a sopa. [PB]
b. O João mandou-me comer a sopa. [PE]

Neste trabalho, proponho uma análise para essas particularidades do português brasileiro. Proponho que o PB perdeu a possibilidade de formação de predicados complexos, e, portanto, temos, como efeito, a ocorrência dessas estruturas na língua.

1 Sobre a estrutura de predicados complexos

Assumo que *predicados complexos* são dois (ou mais) constituintes que atuam como se fossem um único predicado verbal (cf. BOWERN, 2006, entre outros). Nas línguas românicas, algumas estruturas podem ser consideradas predicados complexos, aquelas que apresentam um verbo "auxiliar" e um outro verbo em sua forma não finita: a) Construções de reestruturação; b) Tempos compostos; c) Construções causativas (especialmente as chamadas *faire+ infinitive*, FI).

Podemos realizar alguns testes para detectar a presença do predicado complexo:

a) Subida de clítico (*clitic climbing*): os clíticos associados ao verbo mais baixo ocorrem em adjacência ao verbo mais alto.
b) Movimento longo do objeto (*long object movement*): o objeto direto do verbo mais baixo é promovido a sujeito do verbo mais alto, especialmente em construções com *se* passivo.

Assumo uma estrutura biclausal para predicados complexos (cf. JULIEN, 2001, e também GIORGI; PIANESI, 1997), em que verbos na forma não finita são a realização de um segundo T na estrutura (T_2) , considerado como T_2/Asp. Além disso, proponho

que, em toda estrutura de predicado complexo, temos um movimento de XP, i.é, um movimento do sintagma verbal não finito mais baixo para o especificador do V mais alto. Esse movimento é desencadeado por um traço EPP (*Edge Feature, EF*) que o V herda da sua projeção estendida v, como proposto em Chomsky (2004, 2005). Em predicados complexos, o sintagma verbal não finito sobe, portanto, para o especificador do V "auxiliar", pois o T_2 é defectivo e, portanto, "transparente" para movimentos.

No entanto, proponho que o PB perdeu esse movimento de XP devido a mudanças nos traços de T não finito e, portanto, o PB não tem mais as estruturas de predicado complexo que propiciam a subida de clíticos[1].

Vejamos, primeiramente, a estrutura que assumo para os predicados complexos.

1.1 Construções causativas (faire+infinitive)

Construções causativas são possíveis com verbos ditos causativos (11a) e verbos de percepção (11b)[2]:

(11) a. Jean fera laver la voiture à Marie. [Francês]
Jean fazer-FUT lavar-INF o carro a *Marie*
'Jean vai fazer a Maria lavar o carro'
b. Maria viu sair o menino. [PE]

Podemos aplicar os testes para predicado complexo nessas construções, com o seguinte resultado:

a) Subida de clítico obrigatória com clítico acusativo (12a) ou dativo (12b):

(12) a. Jean la fera laver à Marie. [Francês]
Jean a-CL fazer *lavar*-INF a *Marie*
'Jean vai fazer Marie lavá-lo'
b. Maria gli fa riparare la macchina. [Italiano]

1 Assumo a proposta de Roberts (2008) para cliticização. De acordo com esse autor, os clíticos são feixes de traços-φ (isto é, clíticos são φPs, e não têm traços D nem traços de Caso), e, sendo tais elementos, são alvos defectivos em relação à sonda, *v** (que contém traços-φ e um traço-V): os traços formais do clítico estão apropriadamente incluídos no conjunto dos traços da sonda. O autor assume uma teoria cliticização e subida de clíticos em que o clítico se move de uma posição no vP mais baixo (dentro do vP em que é subcategorizado) para se incorporar ao verbo de reestruturação, como em (i), uma estrutura biclausal em que o verbo de reestruturação (V_R) seleciona um complemento TP (não fase):
(i) ... $v\ [_{VP}\ V_R\ [_{TP}\ T\ [_{vP}\ v\ [_{VP}\ V$ ...
A cliticização, nos termos de Roberts, é desencadeada por *Agree*, quando os traços do incorporado, como vimos, estão apropriadamente incluídos naqueles do hospedeiro da incorporação. Crucialmente, a sonda não tem traços EPP para atrair o alvo neste caso. Por exemplo, para contextos de reestruturação, Roberts propõe que a propriedade essencial nesses casos é que o v cujo complemento estrutural imediato é o verbo de reestruturação tem a propriedade de *Agree* com o v mais baixo. Por isso, as propriedades do v mais baixo, incluindo os traços-φ que atraem o clítico complemento, são manifestadas como propriedades do v mais alto. A subida do clítico, portanto, é um caso padrão de movimento de clítico – o clítico pode, e, portanto, deve se mover.

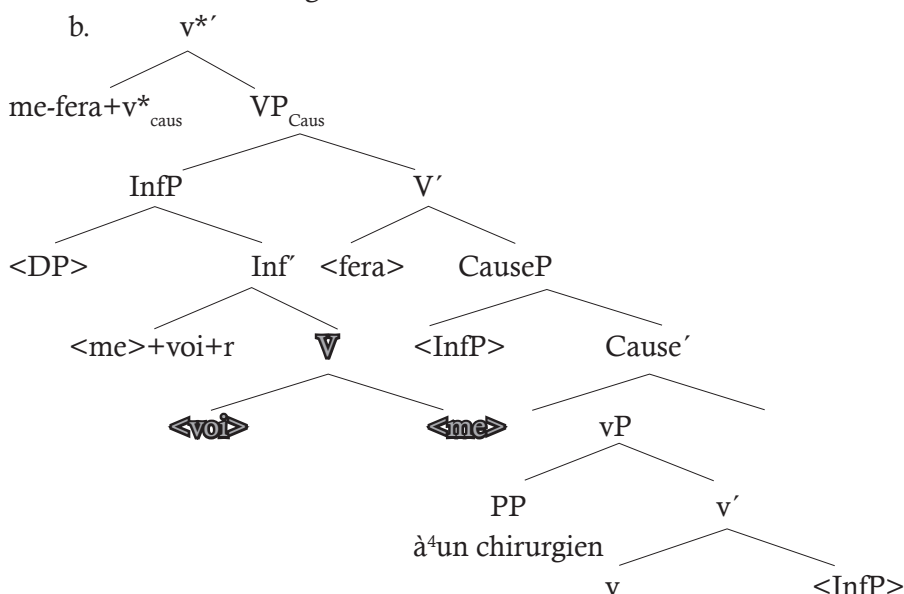
2 Há uma diferença (semântica e estrutural) entre essas duas classes de verbos (cf. GUASTI, 1993; FELSER, 1999), que não será abordada aqui.

Maria ele-CL *fazer consertar*-INF *o carror*
'Maria faz ele consertar o carro'.

b) Movimento longo do objeto obrigatório:

(13) As bandas <u>se</u> fizeram ouvir. [PE]

Proponho, portanto, que o sintagma de Infinitivo (*Infinitive Phrase, InfP*) se move para o [spec, VP] do verbo causativo, de modo que os dois predicados fiquem próximos o suficiente para permitir a formação de um predicado complexo (cf. também ROBERTS, 2008). A projeção funcional abaixo do verbo causativo é CauseP, e o movimento do InfP é desencadeado pelo traço de margem, *Edge Feature* (EF), que há no v* causativo, uma categoria funcional. CauseP e também V (como em CHOMSKY, 2005, 2006) atuam como "procurador" ou "substituto" (*proxy*), isto é, herdam os traços EF de v*, e concordam (*Agree*) com o InflP, que é uma categoria nominal/verbal. Daí, um predicado complexo é formado, $v^*\text{-}V_{\text{não finito}}$. Os traços EF podem ser considerados como uma 'necessidade nominal' da categoria funcional de natureza verbal[3] que irá "sondar" um nominal. O v mais baixo é defectivo (isto é, não tem traços-φ, cf. ROBERTS, 2008), e, portanto, não é uma fase, e o InfP pode subir.

(14) a. Jean <u>me</u> fera voir à un chirurgien. [Francês]
Jean me-CL *fazer*-FUT *ver*-INF *a um cirurgião*
`Jean fará um cirurgião me ver´
b.

3 Alboiu (2006) relaciona os traços EF aos traços *u*D. Assumo que, devido ao caráter da sonda aqui, o alvo deve ter um traço nominal/verbal, uma vez que a relação sonda/alvo forma um predicado complexo.

4 à é inserido como licenciador do Caso em [spec, vP] (cf. ROBERTS, 2008).

Em (14b), o verbo se move para o núcleo Inf (representado aqui como *-r*) e o clítico se move para a margem de Inf – o restante da fase é transferido, representado aqui em fonte *relevo*. A cliticização é obrigatória na fase v*, uma vez que temos EF em V herdados de v.

1.2 Tempos compostos

Assumo uma estrutura biclausal para tempos compostos, seguindo Julien (2001),[5] como mencionado acima. Nessas estruturas, também podemos fazer os testes para predicado complexo:

a) Subida de clítico:

(15) O João não me tinha visto. [PE]

b) Movimento longo do objeto:

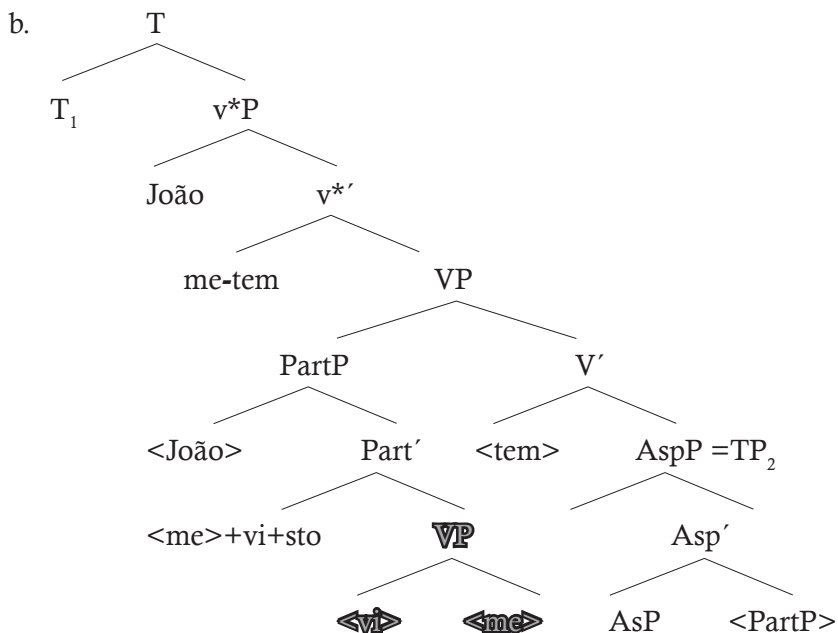
(16) Os documentos estão-se a entregar. [PE]

Nos tempos compostos das línguas românicas, a próclise ao auxiliar flexionado é obrigatória. A adjacência entre o auxiliar e o particípio não pode ser quebrada:

(17) a. Gianni m´ha baciato. [Italiano]
Gianni me-CL *tem beijado*
'Gianni me beijou.'
b. *Gianni ha baciatome.
c. *Gianni mi ha non baciato.

O movimento da Participle Phrase (PartP) para [spec, V] é também desencadeado pelos traços EF do verbo auxiliar (funcional), v* (uma "necessidade nominal", que procura um traço nominal/verbal), que é herdado de v e passado a $V_{auxiliar}$. O sujeito é alçado de sua posição em [spec, PartP] para o [spec, TP_1], atraído pelo traço EF de C-T, como usual.

5 Julien (2001, p. 132) diz: "the progressive is a nonfinite present, the perfect is a nonfinite past, and the prospective is a nonfinite future."

(18) a. João não <u>me</u> tem visto. [PE]

1.3 Construções de reestruturação

Assumo também uma estrutura biclausal para as construções de reestruturação, seguindo Julien (2001). Abaixo, seguem os testes para predicado complexo:

a) Subida de clítico:

(19) <u>La</u> volevo chiamare ieri. [Italiano]
CL eu-quis chamar-INF ontem
'Eu a quis chamar ontem'

b) Movimento longo do objeto:

(20) Na política, querem-<u>se</u> resolver os problemas. [PE]

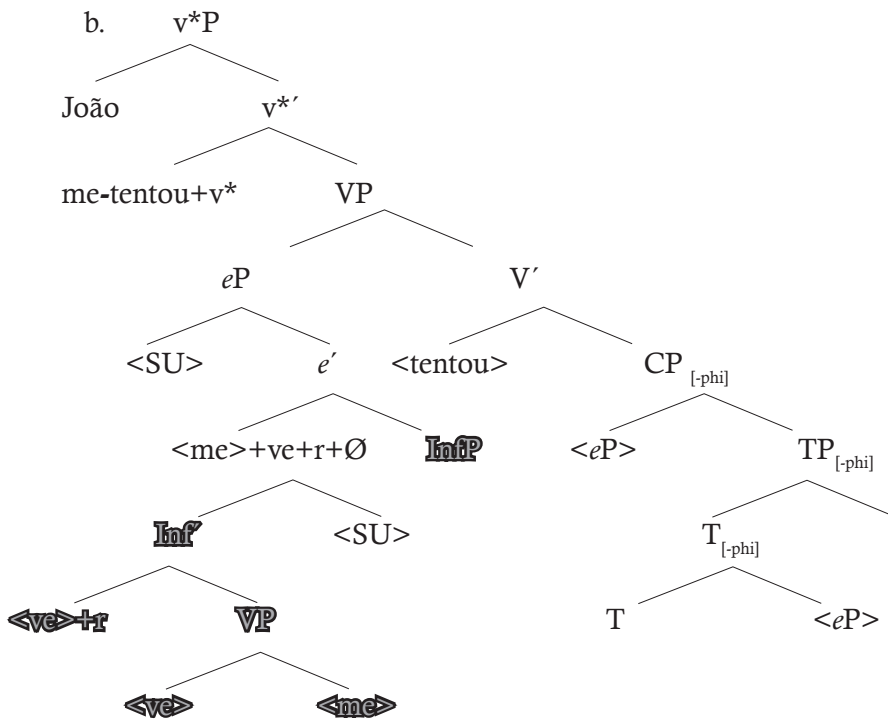
Chomsky (2001a) assume que Caso NOMINATIVO (NOM) é valorado em *agreement* com uma sonda que é φ-completa (i. é, não é defectiva) (cf. HORNSTEIN, 2003, entre outros). T_2 é **defectivo** e não pode valorar o Caso do sujeito:

(21) v [$_{VP}$ V [$_{TP2}$ (SUJ) $T_{2[defectivo]}$ [$_{vP}$ (SUJ) v [$_{VP}$ V

Proponho o movimento de InfP para uma posição de onde a sonda v* pode incorporar o alvo defectivo, o clítico.[6] Contrariamente a Roberts (2008) e seguindo Chomsky (2005, 2006) e Alboiu (2006), assumo que os complementos em construções de reestruturação são complexos **C-Ts defectivos**. Temos, portanto:

(i) O movimento do InfP será primeiramente para [spec, CP], desencadeado pelo EF de C-T.

(ii) Este movimento é possível devido ao caráter preposicional/complementizador do marcador de infinitivo (*to* em inglês, *e* em italiano, francês, ou *Ø* em português, espanhol).[7]

(iii) Assumo que esse elemento é um núcleo (aqui representado por ***e***) ao qual o infinitivo e os clíticos se incorporam:

6 Para Roberts (2008), há movimento de VP para T, uma vez que ele assume que os verbos de reestruturação selecionam TPs defectivos. O autor propõe a seguinte estrutura para reestruturação e subida de clítico:
(i) ... v* [$_{VP}$ V [$_{TP}$ T [$_{vP}$ v [$_{VP}$ V CL]]]]

7 Esta análise leva em conta o fato de que tem sido notado há algum tempo que esses elementos têm propriedades que os relacionam com C. Raposo (1986, 1989) trata o *–r* do infinitivo em português como um complementizador verdadeiro, deslocado e em distribuição complementar com *que*. Kayne (1999) também desenvolve uma análise que expressa a relação entre infinitivos e as preposições *de/di* (italiano, francês) via movimento. Essas preposições atraem o infinitive para o [spec, CP] em estruturas como *Jean a essayé de chanter* em francês. Cf. também os `prepositional complementizers´ em Rizzi (1982, ch. 3).

Em (22), temos: a) o movimento do infinitivo (= *to*-infinitive) *eP* desencadeado pelo EF em C; b) C-T não tem traços-ϕ, e, portanto, C não é uma fase,[8] o que permite o movimento subsequente de *e*P para [spec, V], desencadeado pelo traço EF em v*, a fase.

Sintagmas Infinitivos (*Infinitive Phrases*) em construções de reestruturação não são infinitivos nus (*bare infinitives*). Infinitivos nus são encontrados em FI (e também em estruturas ECM com verbos causativos/perceptivos).[9] Os Infinitivos na reestruturação estão abaixo de *e* (=*to*) e não são fases.[10]

Em português, esse elemento – agora nulo (*Ø*), uma vez que a vogal *-e* do morfema original foi perdida – é um elemento que constitui uma fase, uma projeção funcional (semelhante a um complementizador). O *–r* infinitivo, por outro lado, é o núcleo do InfP que está abaixo deste elemento funcional, e representa um traço nominal. O movimento para [spec, V] é desencadeado por um traço EF de v*, que o passa para o núcleo *proxy* abaixo, V, e para o outro núcleo funcional abaixo de v*. O domínio encaixado (C-T) não é uma fase quando não tem tempo independente. Esse será o caso ou quando não há C-T, como nas causativas FIs, ou quando há um C-T defectivo.

A configuração onde ou não temos C-T ou temos um C-T defectivo permite o movimento do XP (*PartP* ou *InfP*) para a formação do predicado complexo, uma vez que esse movimento vai ocorrer dentro de uma fase, o v* superior. O movimento de XP posiciona o sintagma não finito próximo o suficiente do verbo finito superior e permite, por exemplo, subida de clítico, sem violação de minimalidade.

Podemos resumir esta seção da seguinte forma:

a) Em FIs, não há C-T;
b) Em tempos compostos, não há C-T, embora haja T_2 (=Asp) (cf. JULIEN, 2001);
c) Em construções de reestruturação, há C-T, mas são categorias funcionais defectivas, pois são [-phi], e, portanto, não são fases;
d) O fato de que não há uma categoria que se constitui um fase intervindo entre os verbos faz com que o predicado complexo seja formado através do movimento de XP, i. é, ou o movimento do InfP (na forma de um *eP* em construções de

8 Ver Alboiu (2006) e as referências ali contidas, para quem C não finito não tem traços-ϕ, mas a única sonda A-relacionada que C passa a T é o EF (uma 'nominal deficiency', nos termos da autora).

9 Infinitivos nus (*bare infinitives*) são diferentes de *to-infinitives* como os descritos acima, uma vez que os primeiros são eventivos (cf. FELSER, 1999 para complementos verbais infinitivos). Eles derivam do *AcI* ('Acusativo com Infinitivo') do latim, como apontado por muitos autores (WANNER, 1987; LOS, 2005; FELSER, 1999), e, assim, é plausível que tenham uma estrutura diferente.

10 Para essa proposta, apoio-me no fato de que esses infinitivos vêm de um elemento mais 'nominal', o complemento de um elemento preposicional/complementizador, que expressa propósito (*purpos*e). De fato, Wanner (1987) mostra que os infinitivos em latim parecem ter sido usados para expressar propósito ou meta (como em inglês antigo, ver LOS, 2005), o que, por sua vez, se estende ao elemento verbal:
"The *–se/-re* ending derives from an old locative case form… from this situation of representing the goal in a goal oriented verbal meaning, the infinitive would have spread to the expression of pure verbal content due to its lack of person, number, case, tense, and voice marking in the form of an object to V_1." (WANNER, 1987, p. 302). Roberts (2008) também assume esta camada extra para infinitivos em configurações de reestruturação, de modo a explicar as possibilidades de ênclise e próclise. O autor segue Cardinaletti e Schlonsky (2006), e assume que os infinitivos em italiano têm um **-e** que ocorre em distribuição complementar com enclíticos.

reestruturação ou de um *bare infinitive* em FIs), ou o movimento de PartP em tempos compostos.

2 O português brasileiro

O PB não tem mais os predicados complexos sintáticos comuns em línguas românicas, evidenciados em: a) construções de reestruturação, b) tempos compostos, c) causativas FI. Podemos chegar a essa conclusão quando observamos que:

a) O PB não tem subida de clítico (como observado em CYRINO, 1993; PAGOTTO, 1992) ou movimento longo de objeto com verbos de "reestruturação" (modais, aspectuais, verbos de movimento):

(23) João pode/quer/vai possivelmente te ver. [PB]

b) O PB não tem subida de clítico ou movimento longo de objeto em tempos compostos:[11]

(24) a. João está provavelmente te telefonando. [PB]
b. João tinha possivelmente me visto. [PB]

c) O PB não tem construções causativas do tipo *faire+infinitive* (FI).

As sentenças abaixo são todas boas em PE, pois PE permite a formação de predicados complexos com verbos causativos e de percepção. Ao contrário, são agramaticais em PB:

(25) a. *O João mandou comer a sopa à Ana. [PB]
b. *O João mandou-lhe comer a sopa. [PB]
c. *O João viu sair a Maria. [PB]
d. *O João viu-a sair. [PB]
e. *O João mandou-a comer à Ana. [PB]

Proponho que o PB não tem predicados complexos, porque perdeu o movimento de XP que permitiria que esse predicado complexo fosse formado. Assim, o PB, embora seja considerado uma língua românica, não pode ter predicados complexos do tipo românico acima, pois não tem o contexto necessário para permiti-los, ou seja, o PB não tem um sistema C-T defectivo.

11 Galves (2002) e Galves, Torres-Morais e Ribeiro (2005) apontam que temos aí uma evidência de que os clíticos em PB são clíticos-V.

2.1 Ausência de C-T$_{[defectivo]}$

Minha proposta faz uma predição para C-T$_2$: elementos relacionados à presença de um sistema C-T não defectivo, tais como sujeitos nominativos, sujeitos focalizados e negação sentencial, poderão intervir entre dois predicados. De fato, o PB permite tais ocorrências:

a) Possibilidade de sujeitos (focalizados) nominativos na oração mais baixa:

- Em configurações de "restruturação":

(26) a. os capitalistas tentam eles moldar o sindicalismo para que seja flexível (www.bergmann.ppg.br/?m=200505)
b. Bom, como voce entrou no mérito de descencia, acho que voce deveria voce rever o conceito antes de anunciar um produto por quase 3 vezes... (produto.mercadolivre.com.br/MLB-67299273-monitores-ativos-de-audio dynaudio-bm5a-novos-na-caixa-_J)
c. Pára com essa coisa de deixar ser humilhada, pára de pedi-lo em casamento e pára de querer casar. O dia que você relaxar ele vai começar a ficar preocupado e vai ELE começar a querer casar, você vai ver só... (br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20070927171739AADt6MQ)

- Em configurações de tempos compostos:

(27) a. uma vez que o governo Lula está ele mesmo fazendo as suas privatizações. (www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=4251)
b. Desde já admito, posso perfeitamente ter eu percebido a conversa assim... (http://bp3.blogger.com/_2PH0Em0ew3A/...kimangola.blogspot.com/feeds/posts/default/311125885720052829)

Assumo que TP_2 está relacionado a um sistema CP_2, a posição para foco contrastivo e identificacional (MIOTO, 2003), portanto, a leitura de foco contrastivo dos sujeitos nominativos é possível:[12]

(28) a. $[_{TP}$tentei $[_{FP}$ eu $[_{TP}$ <eu> $[_{vP}$ <eu> enviar meu convite a você...]]]

b. o governo Lula $[_{TP}$ está $[_{FP}$ ele mesmo $[_{TP}$ <ele> $[_{vP}$ <ele> fazendo ...]]]

b) Presença de negação entre os verbos: podemos ter uma negação sentencial ocorrendo não somente antes do TP_1 (como nas línguas românicas), mas também antes do TP_2:

- Em configurações de "reestruturação":

(29) a. E EU VOU ESTAR DIZENDO QUE EU VOU NÃO ESTAR INDO (tonygoes.blogspot.com/2007/06/e-eu-vou-estar-dizendo-que-eu-vou-no.html)

b. Não só mais um blog, não só as mesmas coisas de sempre, não só... não só... não só. hoje eu vou não rimar nada com nada, e não estou nem ligando... (eunamultidao.blogspot.com/)

c. Ao contrário, as opiniões são super bem vindas a esse blog... só tenho a dizer que antes eu não via a tv aberta e agora vou não ver a tv digital aberta. (tvdigitalbr.wordpress.com/2007/11/30/de-zero-a-dez/)

- Em configuração de tempos compostos:

(30) a. Posso lhe dar mais informações e fazer o upload, mas só amanhã pois, pasme, minha conexão é discada e eu estou não trabalhando com meu servidor.. (xoops.eti.br/newbb+viewpost.uid+2077.htm)

---

12 Em PE, podemos ter uma estrutura focalizada com o *pronome+mesmo* ('he himself'):

(i) lá levou o Porsche direito até final, onde mais tarde **tentou ele mesmo** solucionar o problema. (www.velocidade.online.pt/noticias2002/montanha/24062002_1.htm)

Crucialmente, porém, a construção com foco é impossível se temos um predicado complexo, i. é, uma estrutura com subida de clíticos:

(ii) a. *O João quis-me ele visitar. [PE]
b. *O João pode-te ele dizer a verdade.
c. *O João vai-te ele dizer a verdade.

De acordo com Gonçalves (1999) e Gonçalves e Costa (2002), é possível ter um pronome focalizado somente com alguns verbos. Contudo, este pronome vem depois do verbo na oração mais baixa. Se a projeção de foco contrastivo é à esquerda de TP, vemos que todo o grupo verbal se move para [Spec FP] em PE:

(iii) a. Os jornalistas querem entrevistar eles o Ministro. (G&C, 2002, (39a), p. 25)
b. O João ousou fazer ele o trabalho da Marta. (G&C 2002, (173), p. 67)
c. *O João tinha comprado ele o jornal. (G&C 2002, (39b), p. 25)
d. *O João vai fazer ele o jantar. (G&C 2002, (174a), p. 67)
e. *O João pode fazer ele o jantar. (G&C 2002, (174b), p. 67)
f. *O João está a fazer ele o jantar. (G&C 2002, (174c), p. 67)

Note-se que *ousar*, em (iiib), é um dos verbos que não permite reestruturação em PE (cf. GONÇALVES, 1999).

b. E eu tenho não vivido todos esse anos, em que de forma sistemática fomos separados pelas circunstâncias... (ocioquasecriativo.zip.net/arch2006- 03-01_2006-03-15.html)
c. Condenada recentemente por ter agredido duas manicures em 2004, Foxy Brown parece ter não aprendido sua lição.
(http://territorio.terra.com.br/canais/canalpop/noticias/ultimas.asp?noticiaID=11967)
d. Você reza e não sabe onde está Jesus, e ainda mais porque parece que Jesus está não fazendo nada. Não temos resposta para este mistério. ... (www.cancaonova.com/.../cobertura.php?cod=58&pre=196&tit=)

c) Ausência de ECM: o PB não tem construções FI e, portanto, as construções causativas são sempre analíticas:

(31) a. João mandou a filha comer a sopa.
b. João viu a filha comer a sopa.

Ao contrário de outras línguas românicas que têm esse tipo de causativa (o PE, por exemplo) e ao contrário do inglês, o PB não apresenta ECM nessas construções:[13]

(32) a. Naquela corrida que a equipe mandou ele dar a posição, tinha que mandar(blog.estadao.com.br/.../?title=briga_que_vira_ate_comercial_de_televisa&more=1&c=1&tb=1)
b. Deixa eu te levar pra ver o mundo, Baby. Deixa eu te mostrar o melhor que eu posso ser ... (www.virtuasys.com.br/blog/index.php?cat=28 - 21k)
c. vcs não acreditam o que ela viu eu fazer e ta imitando igualzinho! ... (luanaminhavida.weblogger.terra.com.br/200406_luanaminhavida_arquivo.htm)

Não há, além disso, outras estruturas ECM:

(33) a. - E então Marcião? O que vc está achando daquela "discussão" no Orkut no tópico, sobre a divulgação da MATILDE?
- Então, ronaldo. Acredito ela ser contundente, mas o jeito que está sendo levada, eu desconfio...
(escolalivredeteatro.blogspot.com/2006/10/novos-autores-tm-leitura-na-elt.html)

13 Gonçalves (1999) afirma que verbos ECM não formam predicados complexos em PE. Mas o fato de que não temos construções ECM no PB deve ser explicado.

As construções causativas ECM no PE podem ocorrer com o infinitivo flexionado ou não flexionado. Em PB, embora construções causativas sejam possíveis com o infinitivo morfologicamente flexionado, temos também a ocorrência do infinitivo morfologicamente não flexionado, (34):

(34) Jesus perguntou: 'O que é que Moises mandou vocês fazer?'
(expressa.com.br/edicoes/2007/maio/230507/opiniao.php?=home.opino)

Parece, portanto, que T_2 em PB atua como se fosse um T do infinitivo flexionado. Este é um resultado surpreendente, mas justificado, se pensarmos que temos um sistema C-T em PB semelhante ao infinitivo flexionado do PE, ou seja, o T_2 não é defectivo em PB.

d) Estruturas de controle:

Estruturas de controle obrigatório e estruturas volitivas proíbem os infinitivos flexionados (cf. SITARIDOU, 2002, entre outros). Contudo, em PB, uma vez que o T_2 é de uma natureza diferente, podemos encontrar tanto estruturas de controle obrigatório quanto estruturas de controle não obrigatório com infinitivos flexionados (com propriedades distintas do infinitivo flexionado do PE, no entanto):

(35) a. E a gente fica tentando eles fazerem as pazes... (videolog.uol.com.br/video.php?id=116886)
b. ok eu sei que podem estar tentando você a forçar a comprar o de 3 anos, mais fica estranho ter a opção de 2 anos né ? (www.kadu.com.br/node/2760)

Como esperado, também encontramos infinitivos flexionados com verbos de controle obrigatório:

(36) a. O Brasil não é apenas futebol, Rio de Janeiro, e agora o mais novo tópico .... que compram almas, ou vidas, que tentam não serem vendidas por dinheiro. ... (lise.weblogger.com.br/)
b. Não há genéricos para o VIH, embora alguns países, como o Brasil e a Índia, ... não sabem do que falam devem pelo menos não comentarem pois só ficam mal, ...sociedade-civil. (blogspot.com/2007/10/podemos-mesmo-confiar-nos-genricos.html)

e) Outras possibilidades para infinitivos flexionados: estes fatos mostram que o Caso Nominativo está sendo atribuído/checado:[14]

14 Isso porque, embora não esteja presente uma "estrutura canônica de infinitivo flexionado", temos o T_2 não finito não defectivo do PB, que deve estar permitindo essas estruturas.

(37) a. pede para matarem os integrantes do MST e do PT e ateus e humanistas ..... não parecem verem problema na questão, eu repassarei essas "informações"... (br.groups.yahoo.com/group/ceticismoaberto/message/)
b. Para tal dizer que elas parecem gostarem de brigar mais por que questoes de amigas, o proprio namorado alguma coisa deixa a lado. (br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20070627034441AANeL3t)

f) Ausência de causativas FI: o PB perdeu as construções causativas FIs, provavelmente devido ao fato da existência de uma outra possibilidade de formação de causativas, aquela que é possível com o infinitivo flexionado, a causativa-*make*, como mostrarei abaixo – os infinitivos flexionados permitem os sujeitos nominativos nas causativas. Esta perda ocorreu em conjunto com outra mudança no PB, a redução do conjunto dos traços-φ em C-T em sentenças finitas.

Como argumentado por Galves 1993,[15] o PB perdeu o traço [pessoa] no T finito. Nunes (2007), baseado nos trabalhos de Ferreira (2000) e Rodrigues (2002), propõe que o T finito do PB tem agora somente [número].[16]

Contudo, o mesmo empobrecimento aconteceu ao infinitivo flexionado em PB, uma vez que a morfologia também ficou reduzida nesse paradigma – temos somente a forma flexionada para a 3ª. pessoa do plural, ou seja, a terminação *–rem* permaneceu. Proponho que não só o T finito e o T[17] do infinitivo flexionado no PB sofreram empobrecimento, mas a mudança também atingiu todos os Ts não finitos (ver também abaixo, sobre a mudança diacrônica). A evidência para essa proposta pode ser encontrada no fato de que o PB permite sujeitos nominativos para causativas:

(38) a. João me mandou eu comer sopa. (*clitic doubling*)
b. João mandou eu comer sopa. (ausência de ECM)

A não defectividade de T está restrita à presença de somente um traço, [número], como também proposto por Nunes (2007) para o T finito em PB.

Resumindo, o fato de não haver subida de clítico em PB é explicado pelos seguintes aspectos da língua:

15 Este empobrecimento morfológico é desencadeado, de acordo com Galves (1993), pela falta de contraste entre a 2ª. e a 3ª. pessoas no paradigma verbal. De acordo com Galves, [pessoa] é um traço formal, não semântico e tem somente dois valores: + e -. Em PB, a 3ª. pessoa singular é [-pessoa, -número], e a 3ª. pessoa do plural é [+número].

16 Nunes (2007) propõe dois possíveis Ts, vistos em (i), para o T finito em PB:
(i) T φ-completo finito a $T_{[\text{número, pessoa}]}$ (T em orações matrizes)
T φ-incompleto finito a $T_{[\text{número}]}$ (T mais baixo em estruturas de alçamento)
Este fato seria devido ao paradigma morfológico empobrecido do PB.

17 Ver Pires (2002) para uma observação semelhante em relação aos infinitivos flexionados em contextos de não ECM em PB.

(i) Não temos a formação de predicados complexos sintáticos românicos em PB, uma vez que o EF da fase v* não pode "sondar" através das categorias C-T $_{[+phi]}$, que determinam uma fase e tornam opaco o seu conteúdo interior.

(ii) O movimento de XP que forma predicados complexos não pode ocorrer em PB.

(iii) Com a ausência completa dessas causativas em PB, a única possibilidade para estruturas causativas é aquela do *tipo ECM*, embora não haja ECM também nesse caso, uma vez que o sujeito nominativo é possível devido à presença de um C-T$_{[+phi].}$

O PB teria, então, as seguintes estruturas:

a) Causativas:

(39) a. João me mandou comer sopa.
[$_{v*}$ me+mandou+v* [$_{VP}$ <mandou> <me> [$_{CP(+phi)}$ [$_{TP (+phi)}$ PRO [$_{T'}$ [$_{vP}$<PRO> [$_{VP}$ comer sopa]
b. João me mandou eu comer sopa.
[$_{v*}$me+mandou+v*[$_{VP}$<mandou><me>[$_{CP(+phi)}$[$_{TP (+phi)}$eu[$_{T'}$[$_{vP}$<eu>[$_{VP}$ comer sopa]
c. João mandou eu comer sopa.
[$_{VP}$ mandou [$_{CP(+phi)}$ [$_{TP (+phi)}$ eu [$_{T'}$ [$_{vP}$<eu> [$_{VP}$ comer sopa]

b) "Reestruturação" (i. é, ausência de reestruturação):

(40) João tentou me ver.
[$_{VP}$ tentou [$_{CP(+phi)}$ [$_{TP (+phi)}$ PRO [$_{T'}$ [$_{vP}$<PRO> [$_{v'}$ me+ver [$_{VP}$ <ve> <me>]

c) Tempos perifrásticos (ter+particípio):

(41) João tinha me visto.
[$_{T'}$ tinha [$_{TP(+phi)}$João [$_{vP}$ <João> [$_{v'}$ me+visto [$_{PartP}$ <vi+sto> [$_{VP}$ <vi> <me>]]]]

Se essa análise para o PB está correta, predizemos que o PB tem estruturas não finitas peculiares, em que infinitivos flexionados e não flexionados são semelhantes e particípios parecem ter a função de um verbo lexical flexionado. Essa proposta prediz também que, em um contexto de infinitivo não flexionado canônico nas línguas românicas, ou seja, nas construções de reestruturação e também de alçamento, poderemos encontrar infinitivos flexionados no PB. De fato, encontramos, abaixo, algumas sentenças extraídas de *blogs*:

(42) a. vidas, que tentam não serem vendidas por dinheiro...
b. não sabem do que falam devem pelo menos não comentarem

c. pessoas somente querem levarem vantagens e fazerem show para se aparecer

(43) a. muitos parecem amarem mais o demonio q Deus

b. Pareciam eles mesmos estarem dentro de uma, coisa estranha

Em resumo, minha proposta teórica para o PB sustenta que:

(i) Os predicados complexos são formados pelo movimento de um sintagma não finito, movimento de XP, para o especificador de um V flexionado superior.

(ii) Este movimento é desencadeado pelos traços EF desse V, herdados de uma categoria functional v* (CHOMSKY, 2005, 2006), e é possível quando o domínio encaixado a esse V (um TP_2) não tem tempo independente (i. é, ou não há um sistema C-T, ou há um T_2 defectivo).

(iii) A noção de fase é importante: uma fase é um CP ou vP, mas não um TP ou um sintagma verbal nucleado por H que não tenha traços-Φ: nem o TP finito nem o sintagma verbal passivo/inacusativo é uma fase (CHOMSKY, 200, p. 106-107).

(iv) C-T, i. é, o nível da fase define as condições para a dêixis temporal (i. é, o valor do tempo não anafórico) em T. A noção de finitude está ligada a essa noção (cf. NIKOLAEVA, 2007).

3 A mudança diacrônica

Por que o PB perdeu o movimento de XP que permitia a formação de predicados complexos? Apresento a hipótese de que:

(i) a perda de movimento de XP começa, em PB, com a perda das causativas FI;

(ii) a perda dessas causativas é possível devido a:

- causativas com estruturas ambíguas (possibilidade de $C\text{-}T_{2[\text{defectivo}]}$ ou $C\text{-}T_{2\,[\text{não defectivo}]}$

- evidências mais fortes para uma análise com $C\text{-}T_{[\text{não defectivo}]}$

O português, dentre as línguas românicas, é a única que permite causativas ECM. Essas construções ocorrem com verbos causativos e de percepção (65a, b), como em inglês (65c, d) (cf. GUASTI, 2006 e também GONÇALVES, 2000, entre outros) e não seriam predicados complexos:

(44) a. João mandou-me comer a sopa. [PE]

b. João viu-me comer a sopa. [PE]

c. John made me eat the soup. [Inglês]

d. John saw me eat the soup. [Inglês]

(45) a. *João acredita-me/me acredita ser inteligente. [PE]

b. John believes me to be intelligent. [Inglês]

É importante notar que os verbos causativos e de percepção também permitem infinitivos flexionados (cf. MARTINS, 2004; GUASTI, 2006), com nominativo no sujeito encaixado:

(46) a. O professor mandou os meninos apagarem o quadro. [PE]
b. João viu os policiais saírem. [PE]

Martins (2004) defende que no Português Antigo (PA) temos tanto as construções causativas FI quanto as construções causativas ECM. O infinitivo flexionado do português começa a aparecer em orações complemento de verbos ECM (i. é, causativos e de percepção) a partir do século XVI. O infinitivo flexionado com as causativas ECM ocorre devido à possibilidade de uma oração infinitiva flexionada obrigatória em construções de coordenação e elipse. No século XVI, as sentenças com verbos causativos e de percepção aparecem nos dados, mas algumas são FI e outras são ECM.

Por que o PB perdeu esse movimento de XP? A resposta pode ser:
- ou perdemos o gatilho para o movimento (i. é, os traços EF)
- ou o contexto que permitia o movimento foi perdido.

Uma vez que traços EF são inerentes às fases (CHOMSKY, 2005, 2006), assumo que não podem ser perdidos. O movimento de XP (do verbo não finito) somente é possível se o domínio encaixado (C-T_2) não tem tempo independente: ou não há C-T ou o C-T é defectivo. Houve no PB uma mudança na constituição de traços de T das sentenças finitas, como demonstram vários estudos sobre o enfraquecimento da concordância.

Minha hipótese é que essa perda afetou o T não finito, a partir da evidência positiva de que há uma estrutura ambígua para a constituição de traços de T não finito: a estrutura de causativas com infinitivo flexionado. A perda do movimento de XP em causativas (FI) é devido, portanto, à existência de uma outra alternativa sem movimento, em que temos T não finito e não defectivo.

A cronologia da mudança atesta a probabilidade de essa hipótese ser verdadeira. Olhando os dados de Davies e Ferreira (2006), observamos que, no PB, a partir do século XVI, as causativas FI são as primeiras construções de predicado complexo a desaparecer. Além disso, as causativas produtivas são aquelas cujos domínios encaixados têm um C-T.

Esse fato evidencia a probabilidade de a hipótese estar correta, i. é, as causativas sendo reanalisadas como contendo Ts não defectivos (proporcionando assim evidência para ausência de movimento XP).

As seguintes sentenças ocorrem nos dados: a) causativas ECM; b) causativas com infinitivo flexionado. Dado o empobrecimento geral da morfologia de concordância sujeito-verbo em PB, documentado em vários trabalhos, C-T veio a ter um conjunto reduzido de traços-Φ nas sentenças finitas no PB. O PB perdeu o traço [pessoa] (cf. GALVES, 1993) e tem agora somente o traço [número] (cf. NUNES, 2007), uma consequência (ou causa) da perda de sujeitos nulos referenciais (cf. DUARTE, 1995).

Sentenças causativas como (47), provavelmente abundantes, eram altamente ambíguas: T não finito poderia ser ou não ser defectivo:

(47) João mandou o menino sair.
$T_{[defectivo]}$ = infinitivo não flexionado
$T_{[não\ defectivo]}$ = infinitivo flexionado

Em uma sentença como (47), qual é o estatuto de *o menino sair*?
a. tenho um acusativo com um infinitivo não flexionado? Ou seja, $C\text{-}T_{[defectivo]}$?
b. tenho um nominativo com infinitivo flexionado? $C\text{-}T_{[não\ defectivo]}$?

Evidência proveniente de outros dados da língua mostrava a direção da opção (b), ou seja, sujeitos nominativos não nulos e morfologia de concordância empobrecida no verbo. Em outras palavras, os sujeitos nominativos não nulos ocorriam, afinal, e eram possíveis em outras sentenças da língua, desde que ocorressem na presença de um T empobrecido ($T_{[número]}$)...

Portanto proponho que no PB houve a seguinte mudança:

(48) Uma estrutura não finita que contém um $C\text{-}T_{[defectivo]}$ é perdida em favor de uma estrutura semelhante que contém um $C\text{-}T_{\mathbf{[não\ defectivo]}}$.

Esse fato pode ter feito a balança pesar para a opção (b) na sentença em (47).

Exemplos do *corpus* (DAVIES; FERREIRA, 2006-) mostram que:

a) Construções FI são raras em todo o *corpus*, mas são mais comuns com verbos de percepção. Aparecem do século XVI ao XIX, com subida de clítico:

(49) dissimulada, porém viva, ouvi, e percebi o que alguns disseram, **vendo me passar**. - Míope ou antes cego, como dantes! – Perdeu o. (18:Macedo:Luneta)

b) Quando há próclise ao verbo causativo, temos, na maioria das vezes uma causativo ECM com sujeito nulo. Essa estrutura ocorre dos séculos XVI ao XX:

(50) a. de mais importancia, e vigiavão-se toda a noite aos quartos. EI-rey **lhes mandou dizer** que se deffendessem, e que lhe pezava muito porque os não podia favorecer. (15:Frois:Japam1)
b. de nossas fazendas muitos mil cruzados; porque os vinte mil, que **nos mandou dar** Sua Magestade, claro está que naõ bastavaõ, nem para as despezas (16:Costa:Furtar)

c) Há muito poucos exemplos de subida de clítico (sujeito) com causativas ECM:

(51) a. fizesse suprimir as estampas e romper as chapas, e no mesmo tempo **me mandou escrever** a carta inclusa pelo Marquês de Torcy, ministro e secretário de Estado (17:Brochado:Cartas2)

d) Causativas ECM (com clíticos de objeto direto) estão presentes no *corpus* desde o século XVII, algumas vezes com sujeito nulo.

e) Pronomes nominativos em causativas aparecem no século XIX. Antes disso, o sujeito nominativo é raro:

(52) o quarto e cerra a porta. Eu mando ele procurá Sinhá. Aí **manda ele botá** sentido, e manda dinheiro e papé pra comprá mezinha na botica. (18:Rocha:Dusá)

f) Sujeitos nominativos em causativas com infinitivo (flexionado, mas empobrecido?) aparecem no século XX:

(53) Lutar pra dar uma vida melhor pros meus meninos. Quem sabe até poder **mandar eles estudar** numa escola em Marabá, ou em São Félix. (19:Fic:Br:Cabral:Xambioa)

g) A perda de subida de clítico com verbos de reestruturação não ocorre antes do século XIX:

(54) a. Ora vejam lá a figura de quem **quer me dar** regras.. quem te chamou aqui, intrometido? (18:Guimarães:Escrava)
b. Lembras-te de um dia **ter te falado** de uma viúva bonita, minha vizinha, por quem andava muito apaixonado (18:Azevedo:Contos)

Conclusão

Em PB, as FI são completamente perdidas. O movimento de XP em construções de reestruturação também não é mais possível, C-T não finito é realizado como $C\text{-}T_{[\text{não defectivo}]}$. O movimento de XP em tempos compostos tem o mesmo destino: T_2 (=Asp) é reanalisado como $T_{[\text{não defectivo}]}$ (e, se Foco Contrastivo está relacionado a C, temos em PB a possibilidade de um sistema C-T ativo nestas construções como apontado acima). A configuração necessária para a subida do clítico não se encontra presente, já que não há movimento de XP.

Em relação à mudança no PB, temos, portanto, os seguintes momentos:

Momento 1:

(i) a possibilidade de verbos causativos e de percepção ocorrerem em estruturas ECM (com *bare infinitives*, C-$T_{[defectivo]}$) no português do século XVI, tanto com sujeitos nulos quanto com sujeitos não nulos, como uma alternativa para a estrutura FI;

(ii) a possibilidade de infinitivos flexionados (ou seja, C-$T_{[defectivo]}$) ocorrerem como complementos de verbos causativos e de percepção;

Momento 2:

(i) perda da morfologia verbal que leva a um paradigma mais empobrecido;

(ii) perda da morfologia de flexão para o infinitivo flexionado, levando a um infinitivo flexionado com morfologia também empobrecida, a par do que ocorre com os verbos finitos;

(iii) reanálise de C-T em construções de reestruturação como se apresentasse um "infinitivo flexionado", com ($T_{[não\ defectivo]}$) e, portanto, impossibilidade do movimento do sintagma infinitivo, InfP;

Momento 3:

(i) perda de *Inf* (= *-r*) em infinitivos, e em construções de reestruturação;

(ii) reanálise T não finito em tempos compostos: perda de movimento de PartP nessas estruturas.

Referências

ALBOIU, Gabriele (2006). *Feature inheritance and case values in nominative-accusative systems.* Manuscrito.

BOWERN, Claire (2006). *Inter-theoretical approaches to complex verb constructions.* Manuscrito.

CARDINALETTI, Ana; SHLONSKY, Ur (2004). Clitic positions and restructuring in Italian. *Linguistic Inquiry*, 35, 4, p. 519-557.

CHOMSKY, Noam (2001). Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, Michael (Org.). *Ken Hale: a life in language*. Massachusetts: The MIT Press. p. 1-152.

CHOMSKY, Noam (2004). Beyond explanatory adequacy. In: BELLETTI, Adriana (Org.). *Structures and beyond: the cartography of syntactic structures*. New York: Oxford University Press. v. 3, p. 104-131.

CHOMSKY, Noam (2005). *On phases*. Manuscrito, MIT.

CHOMSKY, Noam (2006). *Approaching ug from below*. Manuscrito, MIT.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini (1993). Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 163-184.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael (2006). *Corpus* do Português (45 milhões de palavras, sécs. XIV-XX). Disponível em http://www.corpusdoportugues.org.

DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia (1995). *A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

FELSER, Claudia (1999). *Verbal complement clauses: a minimalist study of direct perception constructions*. Amsterdam: John Benjamins

GALVES, Charlotte (1993). O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 387-408.

GALVES, Charlotte (2002). Clitiques et accord en portugais du Brésil. In: SCHLIEBEN-LANGE, B.; KOCH, I.; JUNGBLUTH, K. (Ed.). *Der Dialog zwischen den Schulen. Soziolinguistische, konversationsanalytische und syntaktische Beitrge ausBrasilien*. Nodus-Verlag, Muenster. p. 131-154.

GALVES, Charlotte; RIBEIRO, Ilza; TORRES-MORAIS, Maria Aparecida (2005). Syntax and morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics,* n. 4(2), p. 143-177

GIORGI, Alessandra; PIANESI, Fabio (1997). *Tense and aspect: from semantics to morphosyntax*. Oxford: Oxford University Press.

GONÇALVES, Anabela (1999). *Predicados complexos verbais em contextos de infinitivo não preposicionado do Português Europeu*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

GONÇALVES, Ana; COSTA, T. (2002). *Auxiliar a compreender os verbos auxiliares.* Lisboa: Colibri.

GUASTI, Maria Tereza (1993). *Causative and perception verbs: a comparative study.* Turim: Rosenberg e Sellier.

JULIEN, Marit (2001). The syntax of complex tenses. *The Linguistic Review*, n. 8, p. 125-167.

HORNSTEIN, Norbert (2003). On control. In: HENDRICK, R. (Ed.). *Minimalist syntax.* Malden: Blackwell.

LOS, B. (2005). *The rise of the to-infinitive.* Oxford: Oxford University Press.

MARTINS, Ana Maria (1994). Enclisis, VP-deletion and the nature of Sigma. *Probus*, n. 6, p. 173-205.

MARTINS, Ana Maria (2004). Aspects of infinitival constructions in the history of Portuguese. In: GESS, R. S.; ARTEAGA, D. (Ed.). *Historical Romance Linguistics: retrospective and perspectives*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 327-355.

MIOTO, Carlos (2003). Focalização e quantificação. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, especial, p. 169-189.

NIKOLAEVA, Irina (Ed.) (2007). *Finiteness: theoretical and empirical foundations*. Oxford: Oxford University Press.

NUNES, Jairo (2007). A-over-A, inherent case, and relativized probing. Paper presented at the *Thirtieth Annual Colloquium of Generative Linguistics in the Old World* (GLOW XXX), University of Tromsø.

PAGOTTO, Emilio Gozze (1992). *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico.* Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

RAPOSO, Eduardo (1986). Romance infinitival clauses and case theory. In: NEIDLE, Carol; NUÑEZ CEDEÑO, Rafael A. (Ed.). *Studies in Romance languages*. Dordrechet: Foris.

RAPOSO, Eduardo (1989). Prepositional infinitival construction in European Portuguese. In: JAEGGLI, O.; SAFIR, K. (Ed.). *The null subject parameter*. Dordrecht: Kluwer.

RIZZI, Luigi (1982). *Issues in Italian syntax*. Dordrecht: Foris.

ROBERTS, Ian (2008). *Clitics, head movement and incorporation*. Manuscrito, University of Cambridge.

SITARIDOU, Ioanna (2002). *The synchrony and diachrony of Romance infinitives with nominative subjects*. University of Manchester.

WANNER, Dieter (1986). *The development of Romance clitic pronouns: from Latin to Old Romance*. Berlin: Mouton de Gruyter.

Sobre variação e mudança no português do Brasil: aspectos morfossintáticos

Dinah CALLOU
Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq

Introdução

Enfocam-se, nesta apresentação, quatro fenômenos morfossintáticos, na fala e na escrita, a fim de evidenciar que, na busca de explicações para fenômenos de variação e mudança no português brasileiro, é necessário levar em conta uma gama de condicionamentos linguísticos e extralinguísticos. Observa-se, mais especificamente, a trajetória de uso (i) de *ter* e *haver em estruturas existenciais* (exemplos 1 a 4)*; (ii)* da *expressão de tempo futuro (simples e perifrástico (*exemplo 5); (iii) de *nós* e *a gente*, na posição de sujeito (exemplo 6) e (iv) do *modo subjuntivo ou indicativo em estruturas subordinadas* (exemplos 7 a 12):

1. **Há/tem** *mulheres* que se comportam da mesma maneira que homens
2. **Há/tem** *diferença* em quantidade de passageiros que leva
3. **Havia/tinha** muita *banana*
4. **Há/tem** *as reuniões* também informais onde as pessoas vão
5. Ela ***cantará/vai cantar*** na festa
6. ***Nós/a gente*** nos/se divertimos/divertiu muito na festa
7. Embora o argentino **viva/vive** dizendo que está na miséria
8. A *mãe de Maria não* ***quer*** *que ela* ***vá/vai***
9. *Parece* que nenhuma influência ***tenha/tem***
10. Eu ***acho*** *que eu* ***esteja/estou*** *muito jovem*
11. Eu também acho que isso ***pode/possa*** *acontecer*
12. Confiei que efectivamente ***havia/houvesse***

Nosso ponto de partida é o trabalho de Callou e Almeida (2009), que já evidencia que as alternâncias registradas (i) não representem um conjunto uniforme, nem em relação ao uso atual nem à sua origem, (ii) estão sujeitas a condicionamentos diversos e (iii) nem sempre caminham na mesma direção.

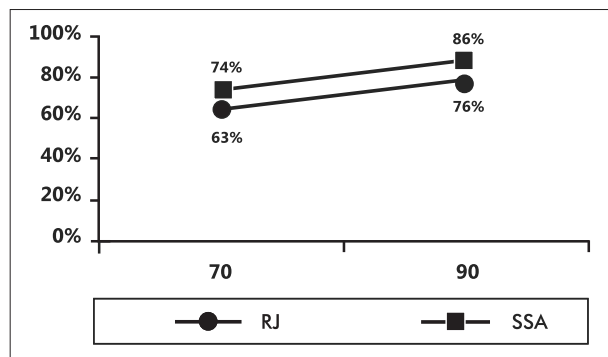
Foram utilizadas quatro amostras de fala culta, relativas a duas cidades brasileiras, Salvador (na região Nordeste – dados cedidos pela equipe local) e Rio de Janeiro (na região Sudeste – www.letras.ufrj.br/nurc-rj), registradas em dois períodos distintos de tempo, década de 70 e década de 90, do século XX, para o estudo da mudança em tempo real de curta duração. Para o PE falado, foram utilizadas amostras reunidas no Projeto VARPORT (www.letras.ufrj.br/varport), também referentes às duas décadas. Para a língua escrita (PB e PE), foram utilizados textos jornalísticos do mesmo período. A perspectiva de análise dos fenômenos é a da sociolinguística variacionista laboviana (LABOV, 1994).

Pretende-se discutir a hipótese de (i) a variação de cada fenômeno estar relacionada à "alimentação" da gramática periférica, no processo de escolarização, ou à gramática nuclear, construída no processo natural de aquisição da linguagem, nos termos de Kato (2005) e também de (ii) os padrões de distribuição de uso poderem ser explicados também por fatores externos, pela sócio-história das comunidades, suas características demográficas e o poder identificador do dialeto. De um lado, observa-se o comportamento linguístico variável dos dois centros urbanos, Rio de Janeiro e Salvador, e, de outro, o das duas variedades continentais da língua portuguesa, português brasileiro (PB) e português europeu (PE).

1 Ter/haver-existencial e futuro simples *versus* futuro perifrástico

Para exemplificar a aproximação ou afastamento das variedades, são abordadas, de início, as construções existenciais, que, no português europeu, são expressas até hoje através da forma padrão com *haver,* em oposição ao PB, que dá preferência ao *ter-existencial*, e, em seguida, a implementação de uso do futuro perifrástico, comum a PB e PE.

As análises revelam que as duas cidades brasileiras apresentam, no que se refere às construções existenciais, comportamentos semelhantes, embora a penetração de *ter* no campo de *haver* esteja em estágio um pouco mais avançado na cidade de Salvador que na do Rio de Janeiro (CALLOU; AVELAR, 2000). O confronto das duas décadas sugere uma mudança em progresso: o percentual de *ter* salta de 63%, em 70, para 76%, em 90, no Rio de Janeiro; e, na fala culta de Salvador, o percentual passa de 74%, em 70, para 86%, em 90 (Figura 1).

Figura 1: ***Ter-existencial*** **na fala culta do Rio de Janeiro e de Salvador (Dados de Martins e Callou, 2002)**

Pode-se verificar que, tanto na fala culta carioca, quanto na soteropolitana, quatro condicionamentos atuam – dois intralinguísticos e dois extralinguísticos – tanto em 70, quanto em 90: tempo verbal, especificidade semântica do argumento interno, faixa etária e gênero do locutor. A análise relativa à fala culta de Salvador deixa evidente que nas mulheres das faixas etárias de 25 a 35 anos e de 36 a 55 anos a mudança já foi efetivada, sendo o uso de *ter* categórico, embora, na faixa que se inicia aos 56 anos, o uso de *ter-existencial* seja ainda inibido. A penetração de *ter* no campo de *haver* tem encontrado maior resistência entre os homens da terceira faixa etária, com apenas 45% de casos de *ter*-existencial. Comprova-se, mais uma vez, que são as mulheres que tendem a liderar os processos não estigmatizados de mudança linguística e que, quanto mais jovem o falante, maior a frequência de uso de *ter*. Levanta-se a hipótese de, no português brasileiro atual, a criança só adquirir o verbo *haver*, nas estruturas existenciais, durante o seu processo de aprendizado na escola. Nesse caso, a gramática periférica equivale à do português europeu.

Com relação ao tipo de argumento interno, que também se apresenta como relevante para a ocorrência de *ter* ou *haver*, tomou-se como referência uma classificação que estabelece quatro especificidades: **animado** (exemplo 1), **abstrato** (exemplo 2), **material** (exemplo 3), **evento** (exemplo 4).

13. **Há** *mulheres* que se comportam da mesma maneira que homens (70/RJ)
14. **Há** *diferença* em quantidade de passageiros que leva (70/SSA)
15. **Havia** muita *banana* (70/RJ)
16. **Há** *as reuniões* também informais onde as pessoas vão (70/SSA)

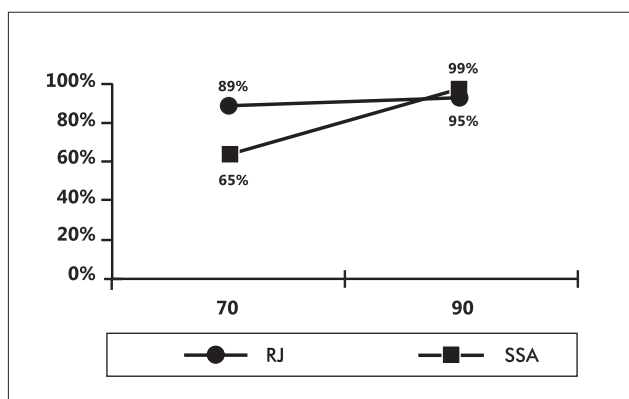
Nas duas cidades, os argumentos que apresentam o traço [+material], favorecem a ocorrência de *ter*, enquanto a de *haver* é favorecida pelos argumentos [+abstrato] e [+evento], ambos marcados pelo traço [-material]. A taxa de frequência, contudo, se amplia, de uma década para a outra, com qualquer tipo de argumento.

Ao contrário do que ocorre entre os falantes cultos do Rio de Janeiro, na cidade de Salvador, na década de 70, as formas do imperfeito do indicativo e do subjuntivo ocorrem

preferencialmente com *ter (*88%) e só eventualmente com *haver* (12%). Na década de 90, a distribuição já é semelhante à do Rio de Janeiro: 36% de *haver* no imperfeito.

Na escrita, o *haver-existencial* ainda prevalece, embora o percentual de uso varie, a depender do tipo e gênero de texto. Em textos jornalísticos, o uso do *haver* chega a 86% e o de *ter* apenas a 14%, situação inversa à da fala culta.

Em relação ao uso do futuro, Salvador apresenta uso mais restrito da forma de futuro perifrástico, na década de 70, que o Rio de Janeiro – que já se encontrava em estágio mais avançado –, mas evidencia aumento de índice percentual significativo, de uma década para a outra: 65% → 99%. No Rio de Janeiro, pode-se dizer que há relativa estabilidade, 89% → 95%, confirmando a hipótese de que um processo em estágio mais avançado de mudança progride mais lentamente em suas etapas finais (dados retirados de OLIVEIRA, 2006 - Figura 2).

Figura 2: Uso do *futuro perifrástico* nas duas cidades, nas duas décadas

De um ponto de vista estritamente linguístico, as formas inovadoras – *ter-existencial* e *forma perifrástica* de futuro – espraiam-se, na língua falada, na década de 90, por novos contextos (verbo não necessariamente no tempo passado, para o *ter-existencial*, e, futuro não necessariamente próximo, para a perífrase), embora, na escrita, predominem ainda as formas mais conservadoras, tanto numa comunidade, quanto na outra. Em Salvador, segundo Oliveira (2008), o uso do futuro simples em textos jornalísticos da década de 70 é de 91% e, na década de 90, de 75%, o que mostra um avanço da forma perifrástica, situação semelhante à da fala. Ainda segundo a mesma autora (2009), o uso da forma perifrástica em Revistas de Quadrinhos (*Turma da Mônica*), voltadas para o público infantil, já atingiu o percentual da fala: 92%. A forma do futuro simples se mantém em contextos com verbos irregulares, sujeitos inanimados e de futuro distante.

O confronto de todas as amostras (PB e PE) permitiu observar que nem sempre as duas variedades continentais da língua portuguesa seguem caminhos semelhantes, em relação a todos os fenômenos: ora PB se aproxima de PE, ora se afasta. Resumindo, em relação às existenciais, o PE mantém a forma padrão com *haver-existencial*, e, em relação

à implementação de uso do futuro perifrástico, em substituição à forma morfológica simples, a mudança no PE vai na mesma direção da do português brasileiro, talvez por vir de muito longe, já documentada no português antigo (MATTOS E SILVA, 2008).

2 *Nós/a gente* e subjuntivo/indicativo

Dois outros processos em curso no português brasileiro, como os da substituição (i) do pronome *nós* por *a gente* e (ii) das formas do modo subjuntivo pelas do indicativo, vêm mostrando também comportamentos diferenciados, em sua origem, mas semelhantes nas frequências de uso, no Brasil. Na década de 70, a frequência de *a gente* no Rio de Janeiro e em Salvador (Figura 3) é praticamente idêntica, uma diferença apenas de cinco pontos percentuais (dados retirados de LOPES, 1993).

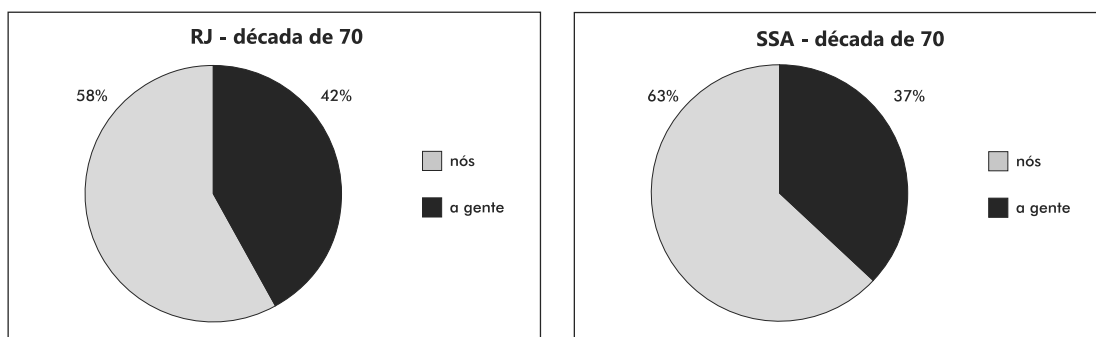
Figura 3: Uso de *nós* e *a gente* (década de 70), no Rio de Janeiro e em Salvador

Embora a forma predominante, no geral, na década de 70, seja *nós*, é digna de nota a preferência, entre os jovens, já nessa época, notadamente em Salvador, pela forma mais inovadora, *a gente*, como se pode observar na Figura 4, relativa à primeira faixa etária (25-35 anos).

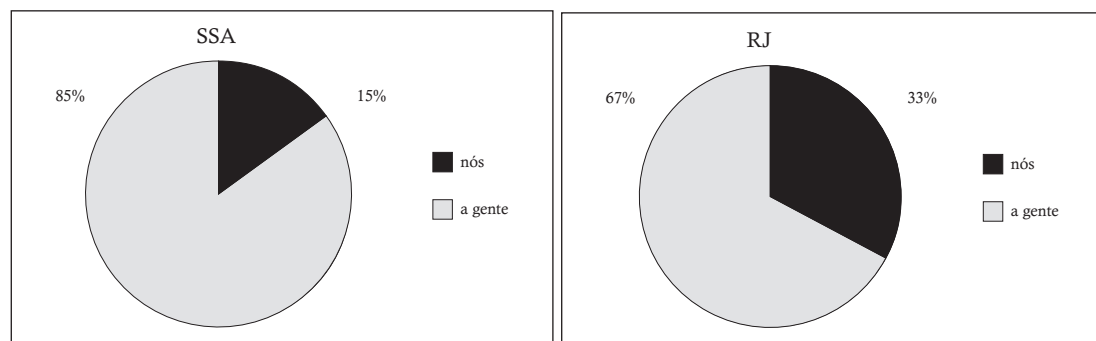
Figura 4: Uso de *a gente* na primeira faixa etária (25-35), em Salvador e no Rio de Janeiro (década de 70)

Na década de 90, o percentual de uso de *a gente* já atinge, nessa faixa etária, 97% em Salvador e 92% no Rio de Janeiro (Figura 5).

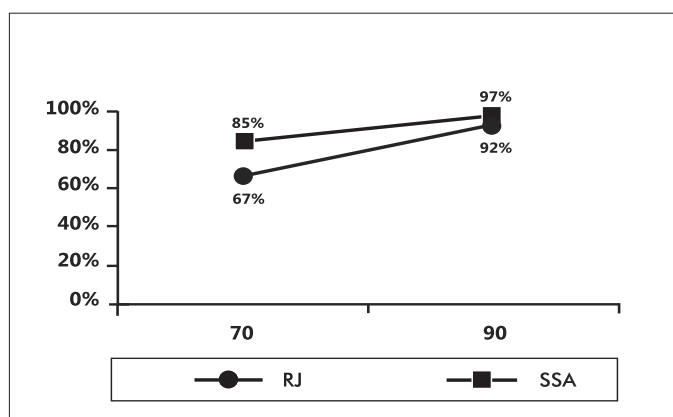
Figura 5: Uso de *a gente* na primeira faixa etária (25-35), no Rio de Janeiro e em Salvador, nas duas décadas (70 e 90)

Em termos absolutos, há um aumento significativo da frequência de uso nas duas cidades: no Rio de Janeiro, de 42% para 75% e, em Salvador, de 37% para 78%, como se pode verificar na Tabela 1, a seguir, comprovando a mudança, já evidenciada na preferência dos jovens pela forma *a gente* (Figuras 3 e 4):

Tabela 1: Percentual geral de uso de *a gente* nas duas cidades, nas duas décadas

Uso de *a gente*	**SSA**	**RJ**
Década de **70**	37%	42%
Década de **90**	78%	75%

Nos dados analisados, o português europeu apresenta percentual baixo de *a gente* (5%), na fala culta, com indício de retração da regra, em tempo aparente e em tempo real, já que os jovens são os que menos utilizam (2%) a forma. Constata-se redução não significativa de frequência de uso – 7% para 4% – no intervalo de 20 anos.

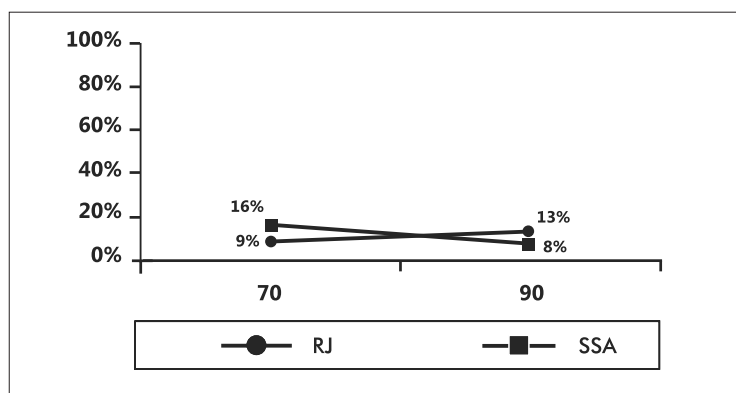
No *corpus* escrito, o percentual de uso de *a gente* é de 1%, tanto em PB, quanto em PE, o que parece indicar uma rejeição à forma inovadora, nas duas variedades continentais.

No que se refere ao *modo subjuntivo*, no PB, a ocorrência é mais ou menos frequente, a depender do tipo de subordinada. As *concessivas* (exemplo 17) apresentam o maior índice de uso (85%) e as *relativas*, o menor índice (9%). No caso das *completivas* (11% – exemplos 17 a 20), parece atuar o valor semântico-lexical do verbo da matriz:

17. Embora o argentino *viva/vive* dizendo que está na miséria...
18. A *mãe de Maria não* ***quer*** *que ela* ***vá/vai***
19. ***Parece*** que nenhuma influência *tenha/tem*
20. *Eu* ***acho*** *que eu esteja/estou muito jovem*

Se observarmos sua distribuição por cidade e década, levando em conta, a título de exemplificação, apenas as *completivas*, é possível concluir que Salvador e Rio de Janeiro seguem caminhos opostos.

Em Salvador, o uso do subjuntivo se reduz à metade, de uma década para a outra, mas, no Rio de Janeiro, aumenta quatro pontos percentuais (Figura 6), mesmo em contextos não previsíveis.

Figura 6: Uso do subjuntivo em *orações completivas*, nas décadas de 70 e 90, em Salvador e no Rio de Janeiro

No português europeu, o percentual de ocorrência do subjuntivo em orações completivas é um pouco maior que no português do Brasil (17%), mas existe a mesma tendência em reduzir seu uso de uma década (19%) para a outra (13%), a julgar pelos dados analisados (169 estruturas completivas – cf. exemplos 21 e 22), que mostram uma variação estável, com ápice de uso na faixa de 36 a 55 anos, que chega a 22%.

21. Eu também acho que isso *pode/possa* acontecer

22. Confiei que efectivamente *havia/houvesse*

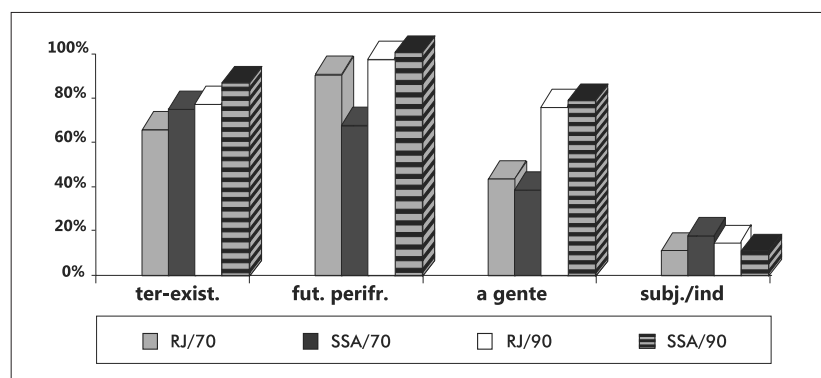
Conclusões

(i) Ao que parece, pode-se estabelecer uma correlação entre os padrões de distribuição dos fenômenos observados, nas duas décadas do século XX, e a sócio-história das comunidades, fato já referido em estudos anteriores (MOTA, 2002; OLIVEIRA, 2006; CALLOU; ALMEIDA, 2009).

Note-se que os indicadores sociais não são semelhantes. Na década de 70, a cidade de Salvador apresenta uma população alfabetizada estimada em 64%, chegando, na década de 90, a 70%. Além disso, nos últimos 30 anos do século XX, graças a uma constante migração interna e externa, a cidade duplicou sua população residente – de um milhão para dois milhões de habitantes – e quase triplicou a população migrante. No Rio de Janeiro, em virtude de o fenômeno da migração interna ser anterior à década de 70, os índices educacionais são mais altos. É necessário insistir no fato de que houve uma mudança no quadro percentual da população urbana e rural, mudança essa que não ocorreu

ao mesmo tempo em todo o país. O fenômeno teve início na Região Sudeste, na década de 50, e somente atingiu as outras regiões – e não da mesma forma – na década de 70.

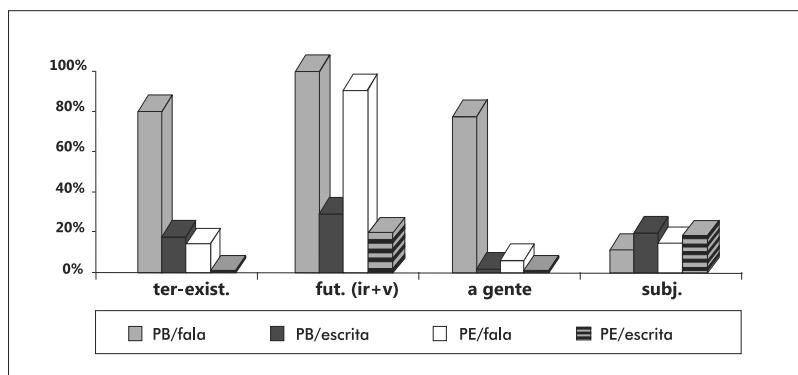
Compare-se, inicialmente, a distribuição de uso na fala culta dos quatro fenômenos enfocados, resumida a seguir:

Figura 7: Distribuição de uso por cidade e por década

O que a Figura 7 revela é que, na década de 90, os usos, nas duas cidades, referentes aos três primeiros fenômenos, convergem, ora sendo uma a que apresenta percentual maior da forma inovadora, na década de 70, ora outra: no que se refere ao *ter-existencial* e à forma *a gente*, os falantes de Salvador se mostram mais inovadores; em relação ao *futuro perifrástico*, são os falantes do Rio de Janeiro. O *uso do subjuntivo nas estruturas completivas* deve ser observado à parte, uma vez que está menos sujeito a fatores externos e é determinado, em geral, como já se disse, pelo componente léxico-semântico do verbo da matriz, sendo necessário analisar cada verbo isoladamente.

(ii) As diferenças anotadas entre as duas variedades continentais mostram uma situação mais complexa: em relação a dois fenômenos, *uso da forma perifrástica de futuro* e o *uso variável do subjuntivo nas completivas*, casos em que a variação tem um rastro milenar, as duas variedades continentais seguem caminhos semelhantes.

(iii) No que diz respeito à fala e escrita, a variação de *uso da forma de futuro* é significativa; no caso do *subjuntivo*, não. Lembre-se que, nesse último caso, como se disse, o uso é determinado, em geral, pelo componente léxico-semântico do verbo da matriz e apenas alguns verbos apresentam um uso variável.

Em relação a dois fenômenos, PB e PE se afastam: PB mostra uma implementação das formas inovadoras, *ter-existencial* e *a gente*, e há uma diferença significativa entre fala e escrita; PE dá preferência, ainda, ao uso de *haver* e de *nós*, independentemente de se tratar de linguagem falada ou escrita (Figura 8).

Figura 8: Quadro geral das alternâncias de uso em PB e PE, na fala e na escrita jornalística

Para finalizar, retomando as hipóteses, pode-se dizer que, em todos os casos, há uma diferença entre fala e escrita, tanto em PB, quanto em PE -- em grau maior ou menor, o que, na proposta de Kato (2005), equivale a afirmar que a variação observada não está relacionada à gramática nuclear do falante, e sim à gramática periférica, decorrente do processo de escolarização. No caso do uso do *futuro perifrástico*, é importante ainda ressaltar que PB e PE apresentam o mesmo padrão de distribuição, no oral e no escrito, o que poderia sugerir que a gramática nas duas variedades é a mesma.

No âmbito da gramática naturalmente internalizada, segundo Avelar (2006),[1] não existe variação real entre *ter* e *haver* no PB, mas entre um "padrão *default*" de sentenças existenciais, para o qual se recorre ao funcional *ter*, e outros padrões diferenciados que se valem de verbos não funcionais com valores semântico-pragmáticos diversos, entre os quais se inclui o verbo *haver*. O uso de *haver* como existencial canônico da língua escrita não consiste, dessa perspectiva, num reflexo de procedimentos internos à gramática nuclear, mas do provimento da gramática periférica por elementos de prestígio no processo de escolarização. Atentando para o fato de o aprendizado da língua escrita no Brasil ter como alvo estágios anteriores da língua ou a norma do português europeu – muito embora o resultado final não seja nem uma coisa nem outra, como destacado em Kato (2005) –, fica fácil entrever a razão da supremacia de *haver* e da tendência à supressão de *ter* na língua escrita.

Essa primeira comparação poderá ser estendida aos outros aspectos referidos. No que tange à variação *nós/a gente*, diversos estudos com amostras diversas do português do Brasil (OMENA, 2003; LOPES, 1993, 2003; MACHADO, 1997, entre outros) procuram demonstrar os fluxos e contrafluxos da implementação da forma inovadora *a gente* sobre a mais antiga *nós.* As duas estratégias coexistem no português falado do Brasil e, aparentemente, a forma inovadora vem ganhando terreno nos últimos 30 anos, pelo menos na fala.

No caso do *uso do futuro perifrástico*, já foi ressaltado que PB e PE apresentam o mesmo padrão de distribuição, tanto na fala, quanto na escrita, o que poderia sugerir, insistimos, que a gramática nas duas variedades é a mesma.

1 Cf. Avelar (2006) para uma discussão mais detalhada em torno desses possíveis valores.

Referências

AVELAR, Juanito (2006). De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de HAVER no português brasileiro. *Letras de hoje*, Porto Alegre, n. 143, p. 49-74.

CALLOU, Dinah; AVELAR, Juanito (2000). Sobre TER e HAVER em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Gragoatá*, Niteroi, n. 9, p. 85-114.

CALLOU, Dinah; ALMEIDA, E. (2009). Mudanças em curso no português brasileiro: contrastando duas comunidades. In: FROTA, Sônia e SANTOS, Ana Lúcia (Org.). *XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. *Textos seleccionados.* Lisboa: Colibri. p. 161-168.

CALLOU, Dinah; ALMEIDA, E. (2009). Sobre o uso variável do subjuntivo em português: um estudo de tendência. Comunicação ao *XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (APL). Universidade de Lisboa, 2009.

KATO, Mary A. (2005) A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S. (Org.) *Ciências da linguagem: 30 anos de investigação e ensino.* Braga: Centro de Estudos Humanísticos (Universidade do Minho). p. 131-145.

LABOV, William (1994). *Principles of linguistic change*: *internal factors*. Cambridge: Blackwell.

LOPES, Célia Regina dos Santos (1993). *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LOPES, Célia (2003). *A inserção de* a gente *no quadro pronominal do português.* Frankfurt am Main/ Madrid: Vervuert/Iberoamericana. vol. 18.

MACHADO, M. dos S. (1997). Sujeitos pronominais *nós* e *a gente* em dialetos populares. *Graphos*, Niterói, 2 (1), p. 5-22.

MARTINS, Luciene; CALLOU, Dinah (2002). *Variação e mudança na fala culta do Rio de Janeiro e de Salvador: ter e haver em construções existenciais*. CELSUL, Florianópolis.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2008). *O português arcaico*: *uma aproximação*. Lisboa: IN-CM.

MOTA, Jacyra (2002). *O /S/ em coda silábica na norma culta de Salvador*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Josane (2006). O *futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança.* Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Josane (2008). Qual o *futuro* da Bahia? Comunicação apresentada ao XV Congresso Internacional da ALFAL. Montevidéu, 18-21 de agosto. Publicação em CD.

OLIVEIRA, Josane (2009). O *futuro* da Turma da Mônica. Comunicação apresentada na ABRALIN. João Pessoa, 4-8 de março. Publicação em CD.

OMENA, Nelize Pires de (2003). A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (Org.) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa /FAPERJ. p. 63-80.

Fontes de dados:

Síntese de indicadores sociais 2003. (2004). Coordenação de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

www.letras.ufrj.br/nurc-rj

www.letras.ufrj.br/varport

Os caminhos trilhados por *você*... em cartas cariocas (séculos XIX-XX)

Célia LOPES
Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq/FAPERJ
Janaína de SOUZA
Universidade Federal do Rio de Janeiro/IC/PIBIC

Introdução

O objetivo do trabalho é discutir as consequências geradas pela inserção de *você* no quadro de pronomes do português brasileiro com base na análise de diferentes amostras de cartas pessoais de fins do século XIX e da primeira metade do século XX. O foco do estudo é delimitar como se configurava a disputa entre *você* e *tu* em cartas produzidas por pessoas que nasceram ou que circulavam na cidade do Rio de Janeiro da época. Estudos anteriores (cf. LOPES, 2005; DUARTE, 1995, etc.) têm demonstrado o avanço da gramaticalização do *você* em inícios do século XX, que suplanta o emprego de *tu* na posição de sujeito, principalmente nas cartas escritas por mulheres.

Trabalhos anteriores, feitos com base em cartas oitocentistas e novecentistas, mostraram que o emprego de *tu* se apresentava mais frequente que *você* principalmente nas relações simétricas e de maior intimidade. A hipótese norteadora é a de que a implementação da nova forma gramaticalizada ocorreu em alguns contextos morfossintáticos mais do que em outros, criando-se um paradigma pronominal supletivo. Os resultados mostram que os ambientes morfossintáticos que se firmarão mais tarde para *você* já aparecem delineados nos séculos XIX-XX. *Você* se instaura no quadro de pronomes como pronome sujeito preenchido (principalmente) e complemento preposicionado, além das formas do imperativo-subjuntivo. As formas relacionadas a *tu* não se perderam. O paradigma pronominal parece ter mantido o *te* complemento (acusativo "eu *te* vi" e dativo "eu *te* dei X") ao lado de outras possibilidades relacionadas a *você* que já eram pouquíssimo frequentes.

A proposta prevê a descrição desses contextos, além de procurar elucidar o fato de nas cartas femininas os índices da nova forma suplantarem quase sempre o emprego de

tu. O *tu* seria íntimo demais para ser empregado numa carta feminina na sociedade do período? Embora tenha perdido o caráter reverencial de *Vossa Mercê*, a forma gramaticalizada mantinha certo prestígio, era menos marcada, mais neutra e por isso foi adotada pelas mulheres?

Os dados serão analisados com base nos princípios da sociolinguística laboviana (LABOV, 1994), nos postulados teóricos funcionais que discutem o fenômeno da gramaticalização (HOPPER, 1991) e nos pressupostos da pragmática sociocultural discutida por Bravo e Briz (2004).

A estruturação do trabalho está assim organizada. Primeiramente faz-se uma breve revisão dos estudos feitos em diversas regiões do Brasil, com o objetivo de descrever a atual situação de emprego de *tu* e *você*. Partindo dessa descrição sincrônica, serão discutidos os fatores sociopragmáticos que poderiam explicar os valores assumidos pelo híbrido *você* (oriundo do tratamento *Vossa Mercê*) no processo de mudança de tratamento nominal a pronominal. Na sequência, apresenta-se a constituição da amostra utilizada neste trabalho e apresentam-se alguns resultados relativos ao emprego de *você* e *tu* em todos os contextos morfossintáticos de ocorrência nas cartas. Descrevem-se, em seguida, os contextos de resistência de formas relacionadas ao pronome original *tu* e os contextos estruturais favorecedores à entrada de *você*, tentando, no segundo caso, apontar algumas diferenças de uso quanto ao perfil social dos remetentes das cartas.

1 Do presente para o passado: situando brevemente a questão do tratamento no Brasil

As diferenças quanto ao uso de *você* e *tu* na posição de sujeito no Brasil já foram objeto de estudo de pesquisas variacionistas que procuram descrever o complexo sistema de tratamento em diferentes localidades/regiões do país.

Nas regiões Nordeste e Norte, Bezerra (1994) e Pedrosa (1999) identificaram, na Paraíba, maior uso de *tu* sem concordância em relações de maior intimidade, o que também foi identificado por Soares e Leal (1993) na cidade de Belém do Pará. Em Fortaleza, Soares (1980) identificou o uso de *tu* mais generalizado do que *você*, este último preferido em situações mais formais.

Os jovens brasilienses e da periferia, região centro-oeste, apresentaram, segundo Lucca (2005), altos índices de *tu* nas relações marcadas pela solidariedade entre os jovens, principalmente, os do gênero masculino. Dias (2007) também analisou a fala de Brasília e observou maior uso de *tu* entre os homens. Em relação às faixas etárias, constatou que informantes com idade inferior a 30 anos usam o *tu* com interlocutores da mesma idade, o que configura um traço de intimidade em diálogos cujo tom seja jocoso ou irônico. Os informantes mais velhos tendem a usar o *tu* em brincadeiras.

A região sudeste apresenta comportamento distinto. Para a cidade litorânea de Santos-SP, Modesto (2007) defende que o emprego de *tu,* menos frequente com 32%, é

motivado por situações de [+ envolvimento], [-monitoramento] e [+ expressividade], ao passo que o *você* é determinado por [+ monitoramento], [- expressividade].

Ramos (1997) investiga a variação entre *você/ocê/cê* em Belo Horizonte (MG). A autora observou o uso de *você* e *ocê* no nominativo e oblíquo e *cê* somente produtivo no nominativo nas 3 faixas etárias. As mulheres preferem *você* e *cê:* esta última variante não seria estigmatizada no dialeto de BH.

Mota (2008) observou que, no interior do município de São João da Ponte, localizado na região de Montes Claros (MG), *tu* é menos frequente que *você* na posição de sujeito, mas se mantém nas relações mais íntimas como resquícios do falar rural.

No Rio de Janeiro, o estudo de Paredes (2003), com base numa amostra de 1996, identificou 65% de *tu,* em oposição a *você,* sem a marca flexional de segunda pessoa, principalmente entre falantes do gênero masculino.

Lopes et al. (2009) analisam a fala urbana do carioca em situações interativas no centro da cidade (gravações feitas nas ruas). Apesar do predomínio de *você* na posição de sujeito (65%), como forma não marcada, principalmente entre as mulheres idosas, o uso de *tu* tem se mostrado produtivo no Rio de Janeiro do século XXI em atos diretivos de maior proximidade, quando se quer marcar intimidade e identidade social entre os jovens do gênero masculino.

Na região Sul do Brasil, Menon (1997) e Menon e Loregian-Penkal (2002) indicam a ausência de *tu* em Curitiba, sua concorrência com *você* em Florianópolis e Porto Alegre, com uma interessante particularidade: em Florianópolis, *tu* é menos frequente que *você*, mas tende a aparecer mais com a flexão verbal marcada, enquanto em Porto Alegre, *tu* é mais frequente, mas a flexão verbal é mais rara. O emprego do *tu* no sul do Brasil é favorecido, segundo Loregian-Penkal, nos discursos argumentativos quando o falante quer convencer o outro e impor sua opinião: "tratamento mais íntimo, usado para dar ordens e para impor sua vontade" (cf. LOREGIAN-PENKAL, 2004, p. 147). Em contextos [+determinados], o emprego do *tu* é favorecido, ao passo que o uso do *você* ocorre em contextos mais indeterminados. Para a autora, a entrada de tal forma no sistema pronominal se deu pela trilha da indeterminação na fala do sul do Brasil.

Amaral (2003) mostra que em Pelotas (RS) a presença da marca de concordância com *tu* atinge apenas 7%. O uso de *você* em Pelotas é bastante raro; ocorre apenas em delimitados papéis sociais, como, por exemplo, utilizado por vendedores em abordagens a clientes. Para o autor, *você* denota, em Pelotas, o desejo de 'não ser invasivo'.

Apesar das distinções tipicamente geográficas, sociolinguísticas e pragmáticas, os estudos convergem em alguns pontos que devem ser esclarecidos. Na maior parte dos estudos, se identifica o favorecimento de *tu* em atos diretivos, contexto determinado, situações mais solidárias e íntimas na fala de jovens do sexo masculino, principalmente os de menor escolaridade e/ou em áreas rurais ou do interior. A maior neutralidade, o caráter "menos invasivo" e o contexto indeterminado seriam os contextos favorecedores ao emprego da forma *você*, principalmente, entre as mulheres.

O que pode ter influenciado historicamente tal comportamento no português brasileiro? Qual a influência dos valores sociopragmáticos atribuídos à forma *você* ao longo do processo de sua implementação como pronome no português brasileiro? É possível estabelecer uma correlação entre o uso de *tu* e *você* e o papel social assumido por homens e mulheres na realidade sócio-histórica do Brasil na virada do século XIX para o XX?

Os estudos de Soto (2001, 2007), Lopes e Machado (2005), Rumeu (2008) e Lopes (2009) mostraram que o tratamento *você* no século XIX apresentava um comportamento híbrido e instável, pois aparecia tanto como uma estratégia de prestígio usada pela elite brasileira da época, quanto como um tratamento generalizado em cartas de cunho doméstico ao lado de *tu*.

A nossa hipótese é a de que, na medida em que *você* se tornou gradativamente divergente do tratamento-fonte (*Vossa Mercê*), tal forma passou a concorrer com o solidário *tu* nos mesmos contextos funcionais. Do "tratamento nominal abstrato" (*Vossa Mercê*), segundo Koch (2008, p. 59), teria herdado o caráter indireto e atenuante da estratégia nominal de tratamento, por isso seria menos invasivo, menos "ameaçante ao interlocutor". Talvez, por essa razão, a variante *você* tenha se tornado a estratégia preferida pelas mulheres na sociedade brasileira do século XIX, como mostram alguns trabalhos sobre o período (cf. SOTO, 2001; LOPES; MACHADO, 2005; RUMEU, 2008; LOPES, 2009). Empregar o tratamento direto *tu* poderia não ser "tão adequado" nas cartas produzidas pelas figuras femininas no contexto social de fins do século XIX e início do XX. Isso se deve ao fato de que se dirigir ao interlocutor de maneira direta com um pronome de segunda do singular pode ser considerado um ato de ameaça à face negativa do ouvinte (KOCH, 2008; BROWN; LEVINSON, 1987).

Além desses aspectos, é pertinente resgatar a influência da variável gênero (sexo) nos processos de variação e mudança linguísticas discutida por Labov (1994). Para o autor, "na maioria dos fenômenos de mudança linguística, são as mulheres que inovam usando formas "não padrão", ao passo que, numa estratificação sociolinguística estável, as mulheres tenderiam a usar, com uma frequência maior, as variantes socialmente prestigiadas". Embora não nos pareça pertinente considerar o tratamento *você* como uma variante "não padrão", por não haver estigma social no seu emprego, o fato é que, na produção escrita das mulheres na virada do século XIX para o XX, a forma *você* é mais produtiva que a variante *tu* em diferentes contextos sociopragmáticos. Nas missivas de fins do XIX, o inovador *você* transitava por espaços discursivo-pragmáticos distintos e típicos de formas híbridas em processo de mudança. Era um tratamento veiculado pela elite brasileira com algum traço de cerimônia que também circulava como variante pronominal do *tu* íntimo. Nesse sentido, a adoção de *você* pelas mulheres pode ter ocorrido pela manutenção da indiretividade do tratamento original *Vossa Mercê* ou ainda pela conservação de algum resquício de distanciamento, generalizando seu emprego em diversas situações de uso. Não era uma forma não padrão, nem estigmatizada.

2 Resultados gerais: *corpus* e análise dos dados

2.1 As peculiaridades das fontes: primeiras caracterizações sociais

Neste estudo, foram analisadas cartas de diferentes famílias brasileiras produzidas no período de 1870 a 1937 e editadas com um intuito específico: conhecer a sócio-história do português brasileiro em formação. É importante destacar que, com o avanço na organização de *corpora* diacrônicos do português brasileiro, já é possível iniciar um controle sociolinguístico maior do material editado. Embora só seja possível a análise de textos escritos quando se quer estudar os séculos XIX e início do XX, têm-se atualmente documentos produzidos por pessoas com perfis sociais bem distintos que tinham maior ou menor contato com os meios de educação e cultura de sua época.

A produção escrita de pessoas ilustres sempre foi mais facilmente localizada, uma vez que os acervos institucionais como os da Biblioteca Nacional ou do Arquivo Nacional reúnem documentos das pessoas socialmente reconhecidas em todas as épocas de nossa história. A elite política e cultural sempre esteve muito bem representada. Entretanto, os documentos de pessoas comuns que constituem a base da sociedade brasileira não são resgatados e localizados com tanta rapidez e facilidade. No nosso caso, tem-se garimpado bastante e conseguido documentação representativa de uma parcela importante na configuração do português brasileiro atual. Tal material está sendo disponibilizado para estudos de outros fenômenos.

Para este trabalho, tentaremos fazer uma primeira incursão por um controle que pode ser denominado de social ou de algum nível de "escolarização" para o período. Tem-se, de um lado, um conjunto de cartas das ditas pessoas ilustres ou com maior contato com o mundo da escrita. São as cartas produzidas pela elite da época. Por outro lado, há algumas cartas das pessoas menos ilustres e com menor contato com os modelos de escrita do período. Não se tem ainda um controle rigoroso desse material, mas será uma primeira tentativa de observar se há diferenças quanto ao emprego das formas de tratamento.

O conjunto de cartas das famílias ilustres é constituído pela produção das seguintes famílias: Cupertino, Affonso Pena, Land Avelar e Pedreira e Ferraz-Magalhães. A documentação das pessoas menos ilustres ainda é preliminar e se restringe a dois *corpora* menores: os bilhetes de Chinina de 1908 e as cartas de Maria para o noivo Jaime escritas em 1936-37. Seguem algumas informações sobre essas amostras parciais:

a) Famílias "ilustres":

A amostra Cupertino foi produzida em fins do século XIX (1870-1890). Trata-se de cartas da família Antônio Felizardo Cupertino do Amaral.[1] Filho do Comendador

1 As amostras da Família Cupertino do Amaral e da Família Afonso Penna estão sendo transcritas e editadas por Rachel Pereira, ex-bolsista IC/Balcão do CNPq e aluna de Mestrado na UFRJ. Participa da revisão das transcrições a bolsista de apoio-técnico do CNPq Maria Urânia Pacheco Marinho. Os *corpora* erstão sendo publicados no *site* do projeto: www.letras.ufrj.br/laborhistorico.

Antônio José Cupertino do Amaral e de Joana Cândida Melo do Amaral, nascido em 15/06/1852 no Rio de Janeiro, Antônio Cupertino teve importante vida política no fim do Império. Há cartas ativas escritas para sua esposa Elisa (1879-1886) e cartas passivas escritas por sua prima Ana Espinosa e de alguns amigos (1881-1882).

A documentação da Família Affonso Penna/AN-RJ envereda pelo início do século XX (1896-1926) e reúne cartas destinadas a Affonso Penna Júnior, escritas pelo tio Manuel, pelo pai, Affonso Penna e pela mãe, Maria Guilhermina. Filho do ex-presidente da República, Affonsinho, como era tratado pelos familiares, foi deputado estadual em 1902, nasceu em Minas Gerais, em 25.12.1879, e faleceu no Rio de Janeiro, onde viveu grande parte de sua vida. Tinha 19 anos quando recebeu a primeira carta e 47 anos, a última.

As cartas da Família Land Avellar foram produzidas entre 1907–1917. Trata-se da correspondência ativa e passiva de Alarico, filho do comerciante e proprietário da *Gazeta de Petrópolis*, Júlio César Ribeiro de Avellar e D. Helena Land Avellar. Nasceu em Vassouras, no Rio de Janeiro, em 04/11/1882 e tinha seis irmãos com quem se correspondia: Eurico, Maria Carolina, Waldemar, Tito, Edgar e Aluízio. Viveu na capital desde 1906.

As cartas da Família Pedreira Ferraz – Magalhães (1877-1933) foram editadas por Rumeu (2008). São cartas de uma família do Rio de Janeiro trocadas entre irmãos, pais, filhos, etc. A amostra constitui parte do *corpus* de Rumeu (2008).

b) Pessoas “não ilustres”:

A amostra “Chininha”, uma preciosidade, é constituída por 13 bilhetes amorosos, escritos no Rio de Janeiro, em 1908, por Robertina de Souza, que assinava seus bilhetes como Chininha. Esses bilhetes se encontram anexados a um processo judicial[2] que investigou o assassinato do amante de Robertina, Álvaro da Silva Mattos, cometido por Arthur Frederico de Noronha, com quem era amasiada há seis anos. Do total de bilhetes, 11 foram escritos para o amante e 02, ao companheiro.

Por fim, há um conjunto de cartas do final dos anos 30. É um material[3] ímpar, pois reúne cartas particulares escritas por um casal de namorados residentes no Rio de Janeiro. O noivo J. S. residia no subúrbio carioca de Ramos, trabalhava no centro da cidade da antiga capital federal. A noiva M. R. morava em Petrópolis.

A descrição dos resultados será feita em duas partes. Em primeiro lugar, serão apresentados os resultados globais reunindo a totalidade da amostra para o levantamento e descrição dos contextos mais favoráveis ao emprego de *tu* e *você.* A partir da análise desses contextos, será descrita separadamente a variação *tu* e *você* na posição de sujeito, tendo em vista o controle social da amostra.

2 Processo Arthur Frederico de Noronha, Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, nº 717, M. 883, gal. A, 8º PC, 1908.

3 Janaína Pereira e Érica do Nascimento, ambas ex-bolsistas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFRJ) e atuais alunas de Mestrado, são responsáveis pela transcrição e edição desse material, publicado em www.letras.ufrj.br/laborhistorico

2.2 Resultados gerais na totalidade da amostra: contextos morfossintáticos mais produtivos

A Tabela 1 reúne dados de toda a amostra descrita, apresentando um panorama geral do emprego das formas tratamentais no *corpus* a partir dos percentuais de frequência de uso. O intuito é descrever todas as formas de tratamento utilizadas nas cartas, tendo em vista as diferentes funções morfossintáticas assumidas. Nessa análise de cunho estrutural, leva-se em conta a presença ou não de mescla de tratamento em um mesmo documento, tentando observar os contextos em que mais se empregam, o que se denominou formas relacionadas a *tu*[4] (*tu/-s, imp. P2, teu/tua, te, contigo, por/a/de/para ti*) e a *você* (*você/Ø P3, imp. P3, seu/sua, o/a/lhe, com/por/a/de/para você*). Na análise, propõe-se observar em que contextos morfossintáticos prevalecem as formas relacionadas a *você* e *tu*, descrevendo seus usos nas cartas:

Tabela 1: Distribuição das formas de tratamento em função do contexto morfossintático de ocorrência

Cartas familiares 1870-1937	Formas encontradas		
Tipos pronomes/ Formas verbais	TU (P2)	VOCÊ (P3)	TOTAL
Pronome comp. sem preposição (*te/você*)	209/241 86%	32/241 14%	241
Verbo não imperativo (sujeito nulo)	247/315 78%	68/315 22%	315
Pronome Possessivo (*teu/seu*)	203/332 61%	129/332 39%	332
Verbo Imperativo (ex: Fala! Corre!)	52/206 25%	154/206 75%	206
Pronome Reto (*tu/você – sujeito pleno*)	49/174 28%	125/174 72%	174
Pronome comp. (com preposição) *Contigo/com você/para você*	29/73 40%	44/73 60%	73
Total	789/1344 59%	555/1344 41%	1344

Em termos dos resultados globais, nota-se que as formas relacionadas ao pronome *tu* são as mais produtivas nessas cartas de fins do século XIX e início do XX, com índices de frequência próximos de 60%. Observa-se ainda que os contextos favoráveis a formas relacionadas a *tu* são: (a) pronome-complemento sem preposição (*te*) com 86%, (b) verbo não imperativo (sujeito nulo com marca desinencial de segunda pessoa) com 78% e (c) determinante possessivo (*teu/tua*) com 61%. O exemplo (1) apresenta alguns desses contextos:

4 O imperativo de terceira pessoa (presente do subjuntivo) fica indicado como *imp. P3*, do mesmo modo que o imperativo de *tu* aparece como *imp. P2*. O símbolo *-Ø (P3)* indica que se trata de uma forma verbal sem o sujeito preenchido e *- s* refere-se à desinência verbal de segunda pessoa do singular (sujeito nulo).

(1) "Estimando que tudo Ø *encontres*$_{(b)}$ a *teu*$_{(c)}$ gosto, peço-*te*$_{(a)}$ que Ø *desculpes*$_{(b)}$ a demora" (Carta de Alberto – família Cupertino)

Os contextos favoráveis a formas relacionadas a *você* são, por sua vez, pronome complemento preposicionado (60%) como em (2), pronome-sujeito (72%) em (3) e imperativo (75%) exemplificado em (4):

(2) "eu tenho sonhado todas as noites *com você*" (1936, Carta de Maria a Jaime,)
(3) "*Você* já devia ter me escripto" (Carta de Elisa – família Cupertino)
(4) "*Diga* a Marieta que hei de escrever lhe outra carta, mas que ella responda." (*idem*)

Na sequência, serão analisados os principais contextos que favorecem uma ou outra forma. No caso do pronome *tu*, diversos trabalhos feitos com base em cartas produzidas nos séculos XIX-XX (cf. RUMEU, 2008; LOPES, 2009 entre tantos outros) já demonstraram que o clítico *te* é produtivo, correlacionando-se tanto no sistema tratamental em que predomina *tu*, quanto no que prevalece *você*. Interessa-nos observar, neste estudo, se tal uso se generaliza como pronome-acusativo ou dativo ao lado das formas alternantes *o/a(s), lhe* e *você*, no primeiro caso, e *lhe/a~para você*, no segundo, respectivamente. Na Tabela a seguir, apresenta-se apenas a distribuição desses contextos, tendo em vista os pronomes-complemento estarem funcionando como acusativo (*eu* ***te~lhe~o*** *vi/ eu vi* ***você***) ou dativo (*eu* ***te/lhe*** *dei* isso ***a~para você***):

Tabela 2: Distribuição do número de ocorrências de pronomes-complemento

Pronome complemento	Acusativo (*eu te vi*)	Dativo (*eu te dei X*)	TOTAL
Te	86/209 41%	123/209 59%	209
Lhe	1/29 4%*	28/29 96%	29
O, a	03/03 100%	---	03
(Prep.) você	02/15 13%	13/15 87%	15

Como descrito anteriormente, o emprego de *te* é majoritário (209 ocorrências). Na Tabela 2, nota-se que seu emprego é mais recorrente como dativo (59%), preferencialmente em cartas com mescla de tratamento. Em (5), tem-se um exemplo de *te* como dativo e em (6), como acusativo. Nos dois casos, tal forma aparece na carta, combinando-se com formas relacionadas a *você*, que estão sublinhadas:

(5) "Os juros que <u>você</u> fallou talvez nem pague a pharmacia [...] Desde já ***te*** peço ter paciencia com tantas amollações" (8/7/1917, Helena- Alarico)

(6) “Desejo que estas linhas ***te*** encontrem gosando saúde, nós passamos regularmente ... Veja o que achas e o que resolves ” (19/2/1913, Chuchinha-Alarico)

A forma *lhe*, com apenas 29 dados, ocorreu quase categoricamente como complemento dativo (96%). O único exemplo de *lhe*-acusativo está em negrito no exemplo (7):

(7) “Deos o abençoe e de-lhe calma para d’ahi, e para ti muitos abraços das irmasinhas e estar **lhe** atormentando” ´(Mãe-filho – família Penna)

Ao contrário do observado com o clítico *te*, o emprego majoritário de *lhe*-dativo, em referência à segunda pessoa, se deu principalmente em cartas com maior uniformidade no tratamento, como é o caso das cartas do século XIX da família Land Avelar e da família Penna. Em (8), há apenas formas relacionadas a *você* (*sua~seu*):

(8) “Foi com muito prazer que recebi sua carta de 3 de Janeiro pp principalmente por ela a noticia do seo restabelecimento.Nós não temos passado bem, pois eu é raro o dia que não tenho algum incommodo e assim as meninas e por esta razão é que tenho deixado de escrever-***lhe***, o que ja devia ter feito” (12/02/1873, Primo-Antônio)

Os raros dados de formas dos clíticos acusativos (*o, a*) correlacionadas a *você* ocorreram em frases cristalizadas típicas da seção de despedida do gênero carta, como se vê em (9):

(9) “Recebi os jornaes que voce me mandou, appreciei muito os discursos e a imponente posse que tivestes. Deos ***o*** conserve sempre honesto e cumpridor de seus deveres.” (Mãe-filho, 11/08/1919, família Penna)

No que se refere ao emprego da forma *você* como acusativo ou dativo, identificaram-se apenas dois dados de *você*-acusativo nas cartas mais inovadoras de fins dos anos 30, em que predomina, de maneira expressiva, a mescla de tratamento que se firmará mais tarde:

(10) “tu podes ter toda comfiansa no Antoninho. Jayme, espero ***voçe*** o tenpo que voçe quizer. não se esquesa desta pobrezinha que tanto te ama” (Maria-Jaime, 19/01/1937)

Como se viu na Tabela 1, o pronome *você* preposicionado é mais produtivo (44/73 - 60%) do que formas relacionadas a *tu* (como é o caso de *contigo, para ti,* etc). Desses 44 dados, apenas 13 são de *você-dativo* como em (11). Prevalece na amostra de cartas o

emprego de *você* preposicionado como complemento relativo e/ou circunstancial como se vê em (12):

(11) "Peço ***a voçe*** dar ao Tito a minha caderneta" (8/7/1917, Helena-Alarico,)
(12) "eu tenho sonhado todas as noites ***com você***" (1936, Maria-Jaime)

Em suma, observou-se que a forma oblíqua *te* é predominante, ocorrendo mais como dativo do que como acusativo e principalmente nas cartas em que não há uniformidade de tratamento. Praticamente todos os exemplos de *lhe* ocorreram como dativo nas cartas em que prevalece o *você* como tratamento único. Os casos dos clíticos acusativos *o, a* relacionados a *você* são raros e representam muito mais uma característica do texto, uma tradição discursiva, do que a norma de uso da época. O emprego de *você* como acusativo também é raro e só aparece nas cartas mais inovadores do final da década de 30. O uso majoritário de *te* evidencia alguns indícios do comportamento que se firmará no português brasileiro: *te* com forma predominante em todos os sistemas pronominais de segunda pessoa (sistema com *tu* exclusivo, com *você* exclusivo e sistema em que se empregam *você* e *tu*).

2.3 O preenchimento do sujeito com *você* e *tu*: distribuição geral dos dados

Outro contexto propício ao emprego de *você*, de acordo com os resultados da Tabela 1, é a posição de sujeito (72%). Diversos trabalhos anteriores mostraram que nesta mesma época a frequência de uso do preenchimento do sujeito começa a suplantar a sua realização não plena. No estudo realizado por Duarte (1993), com base em peças teatrais brasileiras, verificou-se que os índices percentuais de sujeito nulo são significativos até pelo menos os anos 50: 77% em 1882, 75% em 1918, 54% em 1937, 50% em 1955, 33% em 1975, 28% em 1992. Duarte destaca que, a partir da década de 30, há a primeira redução percentual correspondendo ao momento em que *você* tornou-se mais produtivo que *tu*. Nos estudos parciais feitos com base em cartas, o predomínio de *tu* sobre *você* mantém-se alto até pelo menos os anos 40 do século passado. O pronome *tu* apresenta, aproximadamente, 70% de frequência sobre *você* e a sua realização como sujeito nulo atinge patamares próximos de 100% no início do século XX. Em contrapartida, o emprego de *você* é preferencialmente pleno. Tais resultados mostram-se mais evidentes na produção escrita das mulheres no período, conforme discutido anteriormente.

A Tabela a seguir apresenta os resultados de *tu* e *você* na posição de sujeito, tendo em vista o preenchimento ou não desta posição na totalidade da amostra:

Tabela 3: Sujeito pronominal - distribuição geral

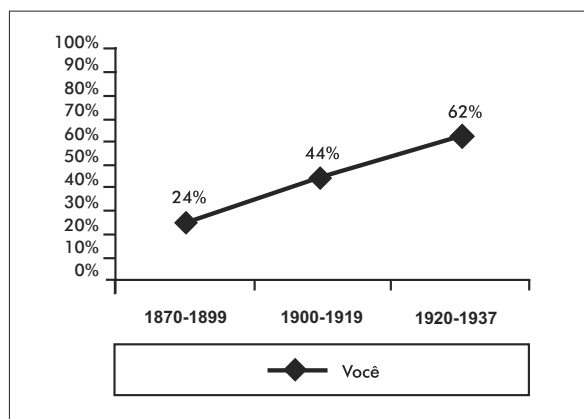
1870-1937	Tu	Você
Pleno	50/197 25%	**147/197** **75%**
Nulo	**340/432** **79%**	92/432 21%
Total	**390/629** **63%**	239/629 38%

Em termos dos resultados totais, nota-se que o emprego do pronome de segunda pessoa *tu* ainda é mais produtivo (63%) em relação ao *você* (38%). Cabe destacar que não se trata necessariamente da forma explícita do pronome *tu*, uma vez que, nesse período, a marca de segunda pessoa ocorria mais frequentemente expressa na desinência verbal com o pronome-sujeito não explícito. Como se observa na Tabela, *tu* ocorre preferencialmente nulo em relação a *você* (79% contra 21%). O pronome *você* se destaca como sujeito pleno com 75%, o que corrobora os resultados de estudos anteriores, como o de Duarte (1995), o de Lopes (2007), entre outros.

Para observar essa distribuição em termos cronológicos, na tentativa de acompanhar o processo gradual de inserção de *você*, optou-se por analisar separadamente a amostra global, tendo em vista o perfil sociolinguístico dos remetentes. De um lado, tem-se um conjunto de cartas de pessoas ilustres ou mais letradas, ou seja, de famílias mais abastadas e socialmente reconhecidas à época, como é o caso, por exemplo, da família do então Presidente da República Afonso Penna. De outro, tem-se uma documentação produzida por pessoas aqui denominadas de não ilustres, menos letradas e com pouco contato com o mundo da escrita. Trata-se de pessoas alfabetizadas, mas sem intensos contatos com os meios de educação e cultura de sua época.

2.3.1 O emprego de *você* e *tu* na posição de sujeito: cartas de famílias ilustres

O Gráfico a seguir apresenta os resultados do emprego de *você* na posição de sujeito em oposição a *tu*, na produção escrita das pessoas ilustres e em três períodos de tempo distintos: 1870-1899, 1900-1919 e 1920-1937:

Gráfico 1: Posição do sujeito nas cartas dos ilustres: *você x tu*

O Gráfico 1 se baseia nos dados de cartas das seguintes famílias de "ilustres": Cupertino, Land Avelar, Penna e Pedreira Ferraz. Nota-se, a partir da sua análise, o aumento gradativo e constante de *você* ao longo das três faixas controladas, principalmente a partir da década de 20. Na virada do século XIX para o XX, as taxas de *você* apresentam índices pouco representativos (em torno dos 20%), o que evidencia a supremacia de *tu*, que se mantém mais produtivo até os anos 20. É só a partir dos anos 30 que *você* supera o uso de *tu* na posição de sujeito com 62%, confirmando o que Duarte (1993-5) encontrou nas peças de teatro.

O Gráfico 2 contrapõe apenas resultados relativos ao preenchimento da posição de sujeito com *você* ou *tu* na amostra de famílias ilustres. Nele é possível perceber que quase não houve dados de *tu* como sujeito pleno: os índices percentuais se mantêm próximos de zero nos três períodos de tempo. O pronome *você*, ao contrário, apresenta maiores frequências como sujeito pleno, principalmente a partir da segunda década do século XX. As altas taxas de *tu* como sujeito nulo e o fato de *você* apresentar frequência menor como sujeito pleno (44%), na virada do século XIX para o XX, evidenciam um comportamento esperado numa língua ainda movida pelo parâmetro de sujeito nulo naquele momento, conforme Duarte (1995).

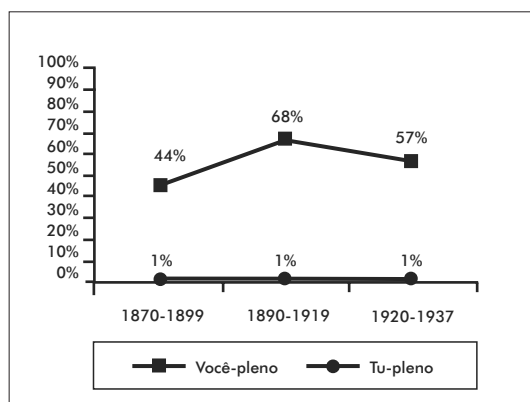
Gráfico 2: Preenchimento do sujeito nas famílias ilustres

Na Tabela 4, serão apresentados os resultados da variação *você* e *tu* na posição de sujeito em duas famílias ilustres específicas. A família Cupertino é representativa das últimas décadas do século XIX e a família Penna, das primeiras décadas do século seguinte:

Tabela 4: Preenchimento do sujeito nas famílias Cupertino e Pena

1870-1890 Cupertino	Tu	Você	1896-1926 A. Pena	Tu	Você
Pleno	0/0 0%	**08/14** **58%**	**Pleno**	0/0 0%	**19/26** **73%**
Nulo	**29/29** **100%**	06/14 42%	**Nulo**	**56/56** **100%**	07/26 27%
Total	**29/43** **67%**	14/43 33%	**Total**	**56/82** **66%**	26/82 32%

Em termos dos resultados totais, não se notam diferenças nas duas amostras: o emprego de *tu* na posição de sujeito era predominante no período analisado, com percentuais próximos de 70% (67% no XIX e 66% no início do XX). Nota-se uma diferença de comportamento quanto ao preenchimento do sujeito. Em ambas as amostras, não houve dados de *tu* como sujeito pleno, enquanto *você* é categórico nessa posição. É perceptível, entretanto, uma distinção entre as duas famílias. Na família Penna, tem-se uma polarização dos resultados com relação ao *você*, que ocorre muito mais como sujeito pleno (73%) do que como sujeito nulo (27%). Já na família Cupertino, localizada temporalmente no século XIX, ainda se tem uma proximidade de ocorrências entre o *você* nulo e o pleno: 42% e 58% respectivamente.

Com relação aos dados de *você-pleno*, alguns aspectos qualitativos devem ser mencionados. Nas cartas da família de Cupertino, século XIX, dos 08 dados de *você*, quatro fazem parte de fórmulas fixas para captação de benevolência e foram escritas pela mesma pessoa (de Antônio para sua esposa Elisa), como se vê de (13) a (16):

(13) "Desejo que ***você*** esteja bôa. Eu vou passando bem." (15/03/1879, Antônio -Elisa)

(14) "Desejo que ***você*** e Marieta estejam bôas. Eu vou sem novidade." (Antônio--Elisa)

(15) "Estimara que ***você*** e todos os nossos queridos filhinhos tenham passado bem." (12/02/1886, Antônio-Elisa)

(16) "Estimarei que ***você*** e todos os meus tambem continuando a passar bem." (20/02/1886, Antônio-Elisa)

Em (17), o tom é de lamentação e o emprego do pronome de tratamento dá-se em um ato indireto:

(17) "Minha querida Elisa, Hontem tive duas cartas suas de 6 e de 8, ficando aborrecido por saber que **"você"** continua a passar incomodada." (10/03/1886, Antônio-Elisa Cupertino)

O marido não emprega o *você* nesse caso para se dirigir à sua esposa, mas para se reportar a uma menção anterior, a algo que "soube" por intermédio de outra carta anteriormente enviada. Em (18), opta pelo tratamento *você* para atenuar um pedido, um tanto ameaçador (*você me espere*):

(18) "Assim, pois, *você* me espere quando digo que me espere não quero dizer que quando [...] porque jantarei na Barra." (12/03/1886, Antonio-Elisa Cupertino)

Tal ato linguístico no contexto da carta lhe pareceu demasiadamente imperativo/incisivo, a ponto de ser necessário justificá-lo com uma ressalva que minimiza o caráter imperativo da solicitação (*quando digo que espere, não quero dizer....*). Koch (2008, p. 64) defende que o risco de um ato ameaçador à "face negativa" (território) do interlocutor presente em ordens transfiguradas em pedidos costuma ser atenuado pelo emprego de um tratamento abstrato. Nesse sentido, o pronome *você*, nesse exemplo, ainda estaria mantendo o sema de cortesia da forma original.

Nas cartas da família Afonso Penna (séculos XIX-XX), por sua vez, as ocorrências de *você-pleno* não aparecem em construções fixas e se alternam numa mesma carta com *tu-nulo*, como se vê em (19) e (20). Dos 19 dados de *você* que aparecem preenchidos na posição de sujeito, 17 ocorreram nas missivas escritas pela mãe de Affonsinho e somente duas ocorrências foram identificadas nas cartas escritas por homens: 01 dado na carta escrita pelo pai em (21) e outro na enviada pelo tio de Afonso em (22):

(19) "Recebi os jornaes que *você* me mandou, appreciei muito os discursos e a imponente posse que tivestes." (11/08/1919, carta de Maria Guilhermina ao filho Affonsinho)

(20) "Tenho tido noticias suas, não tenho escrito porque sei que não Ø tens tempo para responder. Sinto bem *você* não ter mais calma para fazer o seu trabalho, não se alimentar bem e com socego. Agora você deve estar mais tranqüilo e mais contente com a presença de Marieta e filhinhos." (23/09/1919, M. Guilhermina ao filho Affonsinho)

(21) "Estou um pouco indefluxado, mas é causa que não vale a pena. Ahi vai uma carta de M. Dias para *você* providenciar. Respondi-lhe que confiara esse negocio a você." (21/08/1905, Affonso Penna ao filho Affonsinho)

(22) "Podia tambem escrever a seo Pae, e D João Pinheiro porem entendo não ve necessario só basta que *você* si enteressou. Como Ø sabes para a reorganização da Fabrica é necessaria a mia efficaz intervenção e o mais dificil é obter-se o

capital necessário para si montar filatorio e mais despezas (05/1906, Tio Neca a Affonsinho)

Em síntese, apesar do relativo equilíbrio entre os índices percentuais de *tu-nulo* e das frequências totais das formas variantes (*tu* ~ *você*) nas cartas relativas às duas famílias ilustres, nossos resultados elucidam que *você* já vinha adquirindo *status* de pronome pessoal. Isso se deve ao fato de aparecer, principalmente nas cartas femininas do início do século XX (Affonso Penna), nos mesmos contextos que favoreceriam o uso de *tu*, especializando-se como forma pronominal de segunda pessoa na posição de sujeito (HOPPER, 1991).

Com relação aos resultados relativos ao uso de *você* nas missivas escritas pela mãe de Affonso, confirma-se a hipótese levantada em outros estudos de natureza diacrônica (cf. SOTO, 2001; LOPES; MACHADO, 2005; RUMEU, 2008; entre outros) sobre o maior emprego da forma gramaticalizada/ pronominalizada *você* pelas mulheres. Vejamos, na sequência, a análise das cartas de pessoas não ilustres, especificamente cartas produzidas por figuras femininas.

2.3.2 O emprego de *você* e *tu* na posição de sujeito: cartas de famílias não ilustres

Diferentemente das amostras de pessoas ilustres e cultas, os bilhetes de Chininha escritos em 1908 e as cartas de Maria produzidas em 1936-37 foram confeccionadas por pessoas desconhecidas, de menor grau de instrução e de "cultura mediana" nos termos de Barbosa (2005, p. 38). Outro ponto convergente desse conjunto de documentos de pessoas "não ilustres" é o fato de, em ambos os casos, a documentação ser constituída por "cartas de amor" escritas por mulheres a seus amantes-maridos-noivos. O objetivo da análise em separado é o de verificar se o que foi observado nas cartas de famílias ilustres se confirma nessas cartas de pessoas com perfil social distinto:

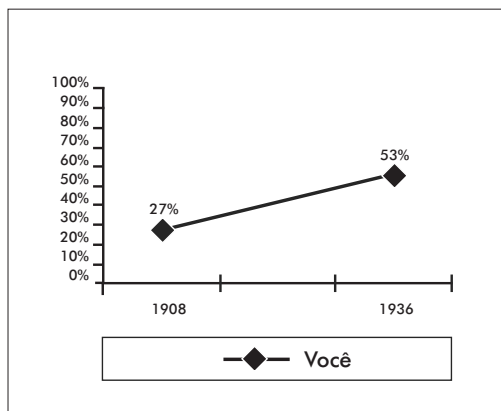
Gráfico 3: Posição do sujeito nas cartas de não ilustres: ***você x tu***

O Gráfico 3 ratifica os resultados observados na produção escrita de pessoas ilustres: o aumento gradativo de *você* a partir dos anos 20-30. Nota-se o desfavorecimento para a forma *você* nos bilhetes de 1908 (27%) e a sua supremacia nos anos 30 (53%).

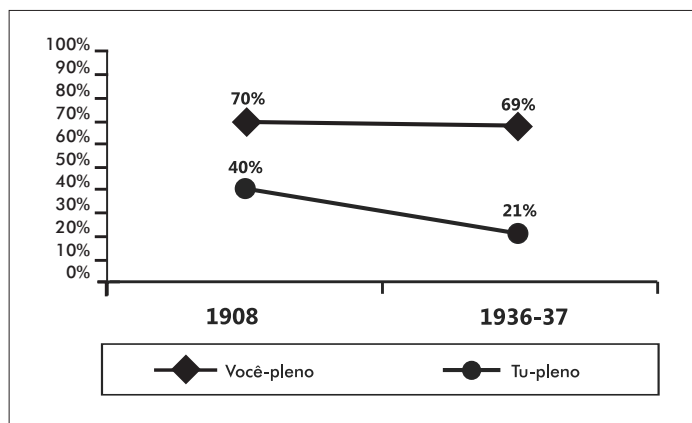
Gráfico 4: Preenchimento do sujeito nas mulheres não ilustres

Com relação ao preenchimento do sujeito com *você* nos dois períodos, observado no Gráfico 4, não houve mudança no comportamento de *você-pleno* de 1908 para 1936-37: de 70% para 69%. No que se refere ao emprego de *tu*, nota-se uma forte polarização dos valores: 40% de frequência como sujeito pleno no início do século XX e decréscimo de uso na década de 30. A Tabela a seguir contrapõe os resultados dos dois períodos:

Tabela 5: Preenchimento do sujeito nas cartas de mulheres não ilustres

1908 Chininha	Tu	Você	1936-37 Maria	Tu	Você
Pleno	11/27 40%	**7/10 70%**	**Pleno**	07/34 21%	**27/39 69%**
Nulo	**16/27 60%**	3/10 30%	**Nulo**	**27/34 79%**	12/39 31%
Total	**27/37 73%**	10/37 27%	**Total**	34/73 47%	**39/73 53%**

Como pode ser observado na Tabela 5, em termos dos resultados globais, não houve alterações significativas em relação às cartas de família ilustres. Os resultados identificados confirmam o que foi observado em outros trabalhos, ao mesmo tempo em que se verificam aspectos peculiares.

As cartas de amor produzidas por pessoas "não ilustres" apresentam índices de frequência equivalentes ao que observado anteriormente. Vê-se o predomínio de *tu* sobre *você* no início do século XX (73% contra 27%) e um relativo incremento de *você* na década de 30: 53% contra 47% em 1908. A polarização entre *tu-nulo* e *você-pleno* também se mantém, ou seja, o sujeito de referência à segunda pessoa (*tu*) é marcado preferencialmente na desinência verbal (60% em 1908 e 79% em 1936), ao passo que a forma de referência indireta (*você*) é mais produtiva como sujeito pleno (70% em 1908 e 69% em 1936).

Embora haja um equilíbrio entre o emprego de *você* e *tu* nas cartas de Maria (1936-37), com um ligeiro favorecimento do primeiro, ao preencher o sujeito, Maria opta por *você*, ao passo que, nos casos de sujeito nulo, a marca de segunda pessoa aparece apenas na desinência verbal. Novamente, a hipótese se confirma: as missivistas brasileiras empregavam mais *você* do que *tu* na sua correspondência pessoal no início do século XX. Em (23), tem-se um fragmento com as estratégias utilizadas por Maria (1936-37) para se dirigir ao noivo:

(23) "Eu a recebi a tua carta do dia 19 – no dia 20 que muito me alegrou foi unico remedio que me pois boa eu passei dois dias que eu nunca passei na minha vida graças a Deus agora vou indo mais ou menos. Eu não mezango com *você* nem presizavas pedir pela carta o meu amor e sego. Eeu sei perfeitamente que teis sofrido muito por minha causa mais tenha fé em Deus e na N. Senhora. *Você* não preçisa aranjar mais o lugar para eu mandar asminhas cartas, eu mando para a minha casa e o Antoninho te intrega que ele se ofereceu *você* dia sim, dia não telefona para elle o numero 22.33.031 22.33.03 de pois *você* vai buscar na hora do teu almoço que da tempo, pode ter toda comfiansa no Antoninho." (21/01/1937, Maria para Jaime)

Nessa documentação, entretanto, percebeu-se uma diferença de comportamento em relação aos resultados anteriores: o pronome *tu* passa a ocorrer também como sujeito pleno (40% de frequência em 1908 e 21% em 1936) e não mais categoricamente como sujeito nulo, como se viu nas cartas dos ilustres.

Nos dados do preenchimento do sujeito com o pronome *tu,* percebe-se um emprego funcionalmente motivado. É possível interpretar que, em alguns casos, o pronome pode indicar referência disjunta ao pronome anterior (LUJÁN, 1999, *apud* SILVA, 2007, p. 50), marcando contraste ou individualização, como em (24-25). No primeiro caso, opõe-se a primeira e a segunda pessoa (*__ sou tua* x *tu é meu*). No segundo caso, o sujeito da oração anterior também é o *eu* (*__fis*) e o preenchimento com *tu (tu sabes*) marca contraste (= *tu e não outra pessoa sabe que tudo isso é brincadeira*):

(24) "sou tua só e ***tu é*** meu" (1908, Chininha-Álvaro)

(25) "Perdoa-me tudo quanto te fis hoje de estar beijando aquelle retrato ***tu sabes*** que tudo isso é brincadeira" (1908, Chininha-Álvaro)

Em (26-27), também se mantém o jogo opositivo da relação amorosa estabelecido entre o *eu* e o *tu*. Tal uso é recorrente nos bilhetes de Chininha de 1908 e singulariza as cartas de amor:

(26) "eu sou tua e ***tu é*** meu" (1908, Chininha-Álvaro)

(27) ”***tu és*** meu me eu sou tua” (1908, Chininha-Álvaro)

É preciso considerar ainda outros indícios nesse conjunto de cartas que não são identificados em materiais do mesmo período. Dos 11 dados de *tu pleno* nos bilhetes de 1908, houve seis ocorrências de *tu* sem a presença da desinência verbal, como pode ser visto de (28) a (33). Nas cartas de 1936, também ocorre o mesmo fenômeno, como em (34):

(28) “sou tua só e ***tu é*** meu” (Bilhete 01 – 1908, Chininha-Álvaro)
(29) “eu sou tua e ***tu é*** meu” (Bilhete 03 – 1908, Chininha-Álvaro)
(30) “manda-me que eu guardo como ***tu guardou*** o meu” (Bilhete 03 – 1908, Chininha-Álvaro)
(31) “porque ***tu é*** a minha vida” (Bilhete 09 - 1908, Chininha-Álvaro)
(32) “que ***tu é*** meu coração que eu sou tua...” (Bilhete 06 – 1908, Chininha-Álvaro)
(33) “***tu é*** a minha vida, minh’alma” (Bilhete 10 – 1908, Chininha-Álvaro)
(34) “eu nunca peissei que *tu memandace* uma carta dessas” (19/01/1937, Maria-Jayme)

Diferentemente do observado em cartas de pessoas ilustres, essa documentação de pessoas de “cultura mediana” dá prenúncios da configuração do português brasileiro. Nota-se a presença de *tu* como sujeito preenchido coexistindo ao lado de *você* nos mesmos contextos funcionais. Percebe-se ainda que a maior parte das ocorrências de *tu pleno* foi empregada, nos bilhetes de 1908, com verbos na terceira pessoa (sem concordância verbal). Embora sejam poucos dados, observou-se que a falta da desinência verbal de segunda pessoa ocorria mais no presente do indicativo e com o verbo *ser*. Sem a marca desinencial, o pronome é funcionalmente relevante para indicar pessoa.

Considerações finais

Em fins do século XIX e início do XX, o emprego de *tu* era mais frequente que *você*, principalmente nas relações simétricas e de maior intimidade.

O pronome *tu* ocorria preferencialmente nulo, ao passo que *você* apresentava índices mais altos como sujeito pleno em fins do XIX e início do XX. Tal comportamento parece se alterar a partir da década de 30, quando os dados de *tu pleno* começam a salpicar numa carta ou outra. Os poucos dados de *tu* sem concordância também aparecem nesse período, mesmo com índices muito baixos e nas cartas de pessoas com cultura mediana.

Um dos contextos de resistência à entrada de *você* é a posição do complemento direto não preposicionado. Nesse caso, predomina a forma oblíqua *te*, ocorrendo mais como dativo do que como acusativo e principalmente nas cartas em que não há uniformidade de tratamento. Os exemplos com *lhe* são de dativo nas cartas em que prevalece o *você* como tratamento único. Os casos dos clíticos acusativos *o, a* relacionados a *você* são

raros e representam uma característica do texto, uma tradição discursiva, e não a norma de uso de então.

Outro aspecto a destacar refere-se às motivações sociopragmáticas para o preenchimento do sujeito com *você* numa língua ainda de sujeito nulo. *Você* é utilizado para destinatários e contextos específicos, podendo marcar contraste ou *individualização,* sendo empregado para atenuar pedidos e ordens e ocorrendo em estruturas fixas típicas do gênero carta, principalmente, em fins do século XIX. Nas cartas femininas, foi possível perceber que timidamente o pronome *você* ocupa os espaços funcionais de *tu*.

É possível que a generalização de *você,* a partir do século XX, tenha influenciado na perda da marca desinencial de segunda pessoa (recorrente até então), uma vez que, em grande parte das áreas em que ainda se emprega *tu,* a concordância se realiza cada vez menos: coube à presença das formas *tu* e *você* a indicação da pessoa, já que o verbo não traz mais tal informação.

Referências

AMARAL, Luís I. C. (2003). *A concordância verbal de segunda pessoa do singular em Pelotas e suas implicações linguísticas e sociais.* Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BARBOSA, Afranio Gonçalves (2005). Tratamento dos *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOPES, Célia Regina dos Santos (Org.) *A norma brasileira em construção*: *fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas/FAPERJ. p. 25-43.

BEZERRA, Maria Auxiliadora (1994). Uso de *tu/você* em interações infantis. *Letras*, Campinas, PUCCAMP, v. I, n. 13, p. 96-118.

BRAVO, Diana; BRIZ, Antonio (2004). *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Editorial Ariel.

BROWN, P.; LEVINSON, S. (1987). *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.

DIAS, Edilene Patrícia (2007). *O uso do* tu *no português brasiliense falado*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras, Universidade de Brasília.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1993). Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 107-128.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1995). *A perda do princípio 'evite pronome' no português brasileiro*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

KOCH, Peter (2008). Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In: KABATEK, Johannes (Ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Frankfurt am Main/ Madrid: Vervuert/Iberoamericana (Lingüística Iberoamericana 31). p. 53-88.

HOPPER, Paul John (1991). On somes principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. v. 1. p. 17-35.

LABOV, William (1994). *Principles of linguistic change: internal factors*. Cambridge: Blackwell. v. 1.

LUCCA, Nívia Neves Garcia (2005). *A variação* "tu"/"você" *na fala brasiliense*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.

LOPES, Célia Regina dos Santos Lopes; MARCOTULIO, Leonardo Lennertz; SANTOS, Viviane Maia; SILVA, Aline S. (2009). Quem está do outro lado do túnel? *Tu* ou *você* na cena urbana carioca. *Neue Romania,* Berlin, v. 39, p. 49-67.

LOPES, Célia Regina dos Santos; MACHADO, Ana Carolina Morito (2005). Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre a segunda e a terceira pessoas nas cartas dos avós. In: LOPES, Célia Regina dos Santos (Org.) *A norma brasileira em construção*: *fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas/ FAPERJ. p 45-66.

MENON, Odete da S. P. (1997). O sistema pronominal na região sul. *Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL*. p. 510-512.

MENON, Odete da S. P.; LOREGIAN-PENKAL, Loremi (2002). Variação no indivíduo e na comunidade: tu/você no sul do Brasil. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). *Variação e mudança no português falado da Região Sul*. Pelotas: Educat. p. 147-188.

MODESTO, Artarxerxes Tiago Tácito (2006). *Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância tu/você na cidade de Santos – SP*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MOTA, Maria Alice (2008). *A variação dos pronomes "tu" e "você" no português oral de São João da Ponte (MG).* Dissertação de Mestrado. FALE, Universidade Federal de Minas Gerais.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia (2003). O retorno do pronome *tu* à fala carioca. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras. p. 160–169.

PEDROSA, Juliene Lopes Ribeiro (1999). Concordância verbal como pronome 'tu' na fala pessoense. *In: Anais do Congresso da ABRALIN.*

RAMOS, Jânia (1997). O uso das formas *você, ocê* e *cê* no dialeto mineiro. In: HORA, Dermeval da (Org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia/UFPB. p. 43-60.

RUMEU, Marcia Cristina de Britto (2008). *A implementação do 'você' no português brasileiro oitocentista e novecentista: um estudo de painel.* Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, Humberto S (2007). O parâmetro do sujeito nulo no português e no espanhol. *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 45-62.

SOARES, Izabel Cristina R.; LEAL, Maria da Graça Ferreira (1993). Do *senhor* ao *tu*: uma conjugação em mudança. *Moara*. Revista do Curso de Mestrado (UFPA), Belém, n. 1, p. 27–64.

SOARES, Maria Elias (1980). *Formas de tratamento nas interações comunicativas: uma pesquisa sobre o português falado em Fortaleza*. Dissertação de Mestrado. Pontíficia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SOTO, Ucy (2001). *Variação/mudança do pronome de tratamento alocutivo: uma análise enunciativa em cartas brasileiras*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista.

SOTO, Ucy (2007). *Cartas através do tempo: o lugar do outro na correspondência brasileira*. Niterói: EdUFF.

Aparente variação na concordância sujeito-verbo no português europeu: ambiguidade quanto ao carácter singular ou plural do sujeito frásico

Ana Maria MARTINS
Universidade de Lisboa
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Este texto tem uma natureza descritiva e o seu objectivo central é identificar os contextos sintácticos em que a ambiguidade quanto ao carácter singular ou plural do sujeito frásico cria a ilusão de variação na concordância sujeito-verbo, pois o verbo ocorre ora na 3ª pessoa do singular, ora na 3ª pessoa do plural.

1 Quadro geral da concordância sujeito-verbo

A concordância entre o sujeito e o verbo envolve, em geral, a partilha de traços de número e pessoa entre a palavra ou sintagma com função de sujeito e o verbo. As formas finitas do verbo e as do infinitivo flexionado são as formas verbais que apresentam flexão de pessoa e número. É por isso em orações que incluem um verbo finito ou um infinitivo flexionado que tipicamente se observa a concordância sujeito-verbo. Uma frase como ***Nós ouvimos*** *sempre* ***os nossos vizinhos saírem*** *de casa de manhã* integra uma forma finita do verbo, i. e., *ouvimos*, e um infinitivo flexionado, i. e., *saírem*. A forma verbal de presente do indicativo *ouvimos* apresenta flexão de primeira pessoa do plural (expressa pela terminação *-mos*) concordando com o sujeito pronominal *nós*, que igualmente traduz a primeira pessoa do plural; por sua vez, a forma verbal infinitiva *saírem* apresenta flexão de terceira pessoa do plural (expressa pela terminação *-em*) partilhando estes traços flexionais com o sujeito *os nossos vizinhos*. Diferentemente dos pronomes pessoais, os nomes (como *vizinhos*) concordam invariavelmente com o verbo na terceira pessoa, mas podem ser, quanto à flexão de número, singulares (i. e., *vizinho*) ou plurais (i. e., *vizinhos*, estando aqui o traço 'plural' representado pela terminação *-s*). A maior parte das formas pronominais são

flexionalmente menos ricas que os pronomes pessoais, apresentando flexão de número, mas não de pessoa. Os pronomes que apenas têm flexão de número comportam-se, no que diz respeito à concordância, como os nomes, determinando que o verbo ocorra na terceira pessoa do singular ou do plural (*Algum cairá na esparrela / Alguns cairão na esparrela*).[1] Algumas formas pronominais são invariáveis, não apresentando flexão de número. Neste caso, o verbo ocorrerá sempre na terceira pessoa do singular (*Alguém caiu na esparrela*). Pode dizer-se que a terceira pessoa do singular traduz a concordância sujeito-verbo *por defeito*, por ser a forma verbal de terceira pessoa do singular que aparece sempre que o constituinte que representa o sujeito não manifesta traços de pessoa nem de número.

Exceptuado o infinitivo flexionado, as restantes formas não finitas do verbo ou não manifestam concordância sujeito-verbo ou manifestam concordância quanto aos traços de número e de género. A não concordância observa-se nas orações infinitivas simples (Vi **o miúdo/os miúdos cair** do baloiço) e nas gerundivas (***Chegando a Maria/o Pedro/os meus pais,*** *vamos jantar*). Nestas, o verbo apresenta uma forma invariável que não acompanha a possível variação de pessoa e número das formas que expressam o sujeito. A concordância de número e género está presente nas orações participiais (***Chegada a Maria,*** *fomos jantar;* ***chegado o Pedro,*** *fomos jantar;* ***chegados os meus pais,*** *fomos jantar;* ***chegadas as minhas irmãs,*** *fomos jantar*) e nas passivas (*Tanta era a fome que* ***o frango*** *foi* ***comido*** *num abrir e fechar de olhos /* ***a galinha*** *foi* ***comida*** *num abrir e fechar de olhos /* ***os rojões*** *foram* ***comidos*** *num abrir e fechar de olhos /* ***as migas*** *foram* ***comidas*** *num abrir e fechar de olhos*). A concordância entre o sujeito e uma forma verbal de particípio passado tem natureza nominal (pois inclui o traço de género) e não verbal (pois exclui o traço de pessoa).

Enunciaremos, em primeiro lugar (ainda neste ponto), as regras gerais da concordância sujeito-verbo, deixando para os pontos seguintes um conjunto de casos particulares, e menos simples, que será necessário considerar cada um por si.

• *Sujeitos nominais:*

Nas frases em que o sujeito é expresso por um sintagma nominal pleno (i. e., um SN tendo por núcleo um Nome), a concordância estabelecida entre o sujeito e o verbo determinará que o verbo apresente flexão de terceira pessoa. Se o sintagma nominal com a função de sujeito for singular, o verbo ocorrerá na terceira pessoa do singular:

(1) *O lobo andava com fome.*

---

1 A concordância na primeira pessoa do plural é possível se o pronome indefinido, de natureza quantificacional, for plural e estiver associado dentro do sintagma nominal sujeito ao pronome pessoal *nós* (explícita ou implicitamente), como mostra a frase (i) abaixo. Neste caso, é o valor do traço de pessoa do pronome pessoal que se transmite ao sintagma nominal, dado que o pronome indefinido não tem um valor especificado para o traço de pessoa. O mesmo mecanismo de 'expansão' do valor do traço de pessoa de um pronome pessoal pode observar-se quando o núcleo do sintagma nominal é um nome com valor quantificacional, tal como *restantes* ou *maioria* (veja-se a frase (ii)).

(i) *Alguns (de nós) saímos da sala como forma de protesto.*

(ii) *Os restantes (de nós) ficámos surpreendidos com o rumo dos acontecimentos.*

Se o sintagma nominal com a função de sujeito for plural, o verbo ocorrerá na terceira pessoa do plural:

(2) *Os lobos andavam com fome.*

Tanto a frase (1) como a frase (2) apresentam um *sujeito simples*, pois num e no outro caso o sujeito é expresso por um só sintagma nominal. Quando diferentes sintagmas nominais ligados entre si por uma conjunção coordenativa aditiva expressam em conjunto o sujeito frásico, temos um *sujeito composto* (cf. a secção 2.1. abaixo). Nesta situação, o sujeito é sempre plural, quer no plano interpretativo, quer no plano gramatical, pelo que o verbo apresentará flexão de terceira pessoa do plural:

(3) a. *O lobo e a raposa andavam com fome.*
b. *Tanto o lobo como a raposa andavam com fome.*
c. *Não só o lobo como/mas também a raposa andavam com fome.*
d. *Quer o lobo quer a raposa andavam com fome.*
e. *Nem o lobo nem a raposa andavam com fome.*
f. *O lobo bem/assim como a raposa andavam com fome.*

A concordância sujeito-verbo nos termos acima definidos manifesta-se quer o sujeito preceda o verbo, como nas frases (1) a (3), quer apareça em posição pós-verbal, como mostram as frases em (4):

(4) a. *No reino dos coelhos, andava o lobo com fome.*
b. *No reino dos coelhos, andavam os lobos com fome.*
c. *No reino dos coelhos, andavam o lobo e a raposa com fome.*

Mais adiante, veremos ser necessário caracterizar de forma mais precisa a distinção entre sujeito simples e sujeito composto. No que diz respeito a essa distinção, a posição do sujeito relativamente ao verbo (precedendo-o ou seguindo-o) é um factor a considerar (cf. 2.1.1). Nos pontos 2.2. a 2.5., mostrar-se-á, por outro lado, que, independentemente da distinção entre sujeito composto e sujeito simples, a determinação da natureza singular ou plural do sujeito não está livre de dificuldades.

• *Sujeitos pronominais:*

Só os pronomes pessoais apresentam flexão de pessoa e número, podendo assim partilhar com o verbo, de forma visível, os valores de um e outro traço, como veremos mais adiante.

Quanto aos restantes pronomes, aqueles que apresentam flexão de número ou que se associam a um elemento com flexão de número determinam que o verbo apresente flexão de terceira pessoa, singular ou plural, em concordância com o valor singular ou plural do traço de número do pronome sujeito. As frases em (5) integram pronomes com flexão de número; as frases em (6) mostram como pronomes invariáveis, mas que se associam a um nome (este com flexão de número), levam a que o verbo se apresente ora na terceira pessoa do singular, ora na terceira pessoa do plural (concordando sempre com o constituinte que expressa o sujeito).

(5) a. ***Este*** *não* ***pagou*** *a conta.* [pronome demonstrativo, singular]
b. ***Aqueles*** *não* ***pagaram*** *a conta.* [pronome demonstrativo, plural]
c. ***Nenhum*** *de vocês* ***pagou*** *a conta?* [pronome indefinido, singular]
d. ***Poucos pagaram*** *a conta.* [pronome indefinido, plural]
e. ***Qual*** *deles não* ***pagou*** *a conta?* [pronome interrogativo, singular]
f. ***Quais*** *deles não* ***pagaram*** *a conta?* [pronome interrogativo, plural]

(6) a. ***Que iguaria apareceu*** *na mesa!* [pronome exclamativo + nome singular]
b. ***Que iguarias apareceram*** *na mesa!* [pronome exclamativo + nome plural]
c. ***Que conta ficou*** *por pagar?* [pronome interrogativo + nome singular]
d. ***Que contas ficaram*** *por pagar?* [pronome interrogativo + nome plural]

Os pronomes que não têm flexão de número nem se associam a elementos com flexão de número, nomeadamente o pronome interrogativo e exclamativo *quem*, os pronomes demonstrativos neutros *isto, isso, aquilo*, os pronomes indefinidos *tudo, nada, alguém, ninguém, algo, cada*, ou as locuções pronominais indefinidas *cada um, cada qual, quem quer que, um ou outro*, etc., determinam concordância verbal (por defeito) na terceira pessoa do singular, conforme dissemos acima e se exemplifica em (7). (Sobre o pronome relativo *quem*, veja-se a secção 4. abaixo).

(7) a. ***Quem irá*** *ao passeio?*
b. ***Quem sabe*** *o que se terá passado!*
c. ***Aquilo deu****-nos que pensar.*
d. ***Ninguém sabe*** *o que aconteceu.*

Como dissemos acima, no conjunto das formas pronominais, os pronomes pessoais têm a particularidade de serem especificados não só para o traço de número, mas também para o traço de pessoa. Assim, quando na relação de concordância sujeito-verbo está envolvido um pronome pessoal, a flexão verbal não fica limitada às formas de terceira pessoa, ocorrendo igualmente as formas verbais de primeira e segunda pessoas (do singular ou plural). Para definirmos as regras da concordância entre o pronome pessoal sujeito e o verbo, volta a ser relevante a distinção entre sujeito simples e sujeito composto.

Em frases com sujeitos simples expressos por um pronome pessoal, o sujeito e o verbo apresentam idênticos traços de pessoa e número, como mostram os exemplos em (8):

(8) a. *Eu alimentaria o lobo.*
b. *Tu alimentarias o lobo.*
c. *Ele alimentaria o lobo.*
d. *Nós alimentaríamos o lobo.*
e. *Vocês/Eles alimentariam o lobo.*

Em frases com sujeitos compostos, se um dos sujeitos é de primeira pessoa, o verbo ocorre na a primeira pessoa do plural:

(9) a. *Tu e eu vamos alimentar o lobo.*
b. *Ele e eu vamos alimentar o lobo.*
c. *Tu, ele e nós vamos alimentar o lobo.*

Se não há um sujeito de primeira pessoa, o verbo apresenta-se na terceira pessoa do plural, esteja ou não presente um sujeito de segunda pessoa:

(10) a. *Tu e ele vão alimentar o lobo.*
b. *Tu e eles vão alimentar o lobo.*
c. *Vocês e ele vão alimentar o lobo.*
d. *Vocês e eles vão alimentar o lobo.*

O mesmo acontece quando o sujeito composto integra um pronome pessoal de segunda ou terceira pessoas coordenado com um sintagma nominal pleno:[2]

(11) a. *Tu e a Paula vão alimentar o lobo.*
b. *Eles e a filha vão alimentar o lobo.*

2 A concordância na terceira pessoa do plural nas frases em que o sujeito integra um pronome de 2ª pessoa é característica da variedade padrão do português bem como da generalidade dos dialectos portugueses centro-meridionais, pois nestas variedades do português o paradigma flexional do verbo deixou de integrar uma forma de segunda pessoa do plural. Por isso, nos casos em que a concordância sujeito-verbo levaria o verbo a manifestar flexão de 2ª pessoa do plural, não estando uma forma verbal com esta associação de traços (i. e., pessoa: 2ª; número: plural) disponível, a concordância passou a estabelecer-se (por defeito) na terceira pessoa (do plural). Em alguns dialectos portugueses setentrionais, as formas verbais de 2ª pessoa do plural continuam a fazer parte da morfologia verbal. Nestes dialectos, o pronome pessoal sujeito *vós* concorda com o verbo na 2ª pessoa do plural, ocorrendo também esta forma verbal quando um sujeito composto integra um pronome de 2ª pessoa. Assim, em contraste com o português padrão, dir-se-á nestes dialectos: *vós ides alimentar o lobo; tu e ele ides alimentar o lobo; tu e eles ides alimentar o lobo; vós e eles ides alimentar o lobo; tu e a Paula ides alimentar o lobo*.

• *Sujeito oracional:*

Nas frases em que o constituinte que expressa o sujeito é uma oração, como em (12a), com um sujeito oracional finito, e em (12b), com um sujeito oracional infinitivo, o verbo ocorre na terceira pessoa do singular:

(12) a. *Que ele não queira alimentar o lobo surpreende-me muito.*
b. *Não quereres alimentar o lobo nem parece teu.*

A concordância sujeito-verbo estabelece-se na terceira pessoa do singular ainda que o sujeito seja constituído por duas orações coordenadas entre si, como mostra a frase (13):

(13) *Que ele não queira alimentar o lobo e que tu não lhe digas nada espanta-me.*

2 Ambiguidade quanto ao carácter singular ou plural do sujeito

Como vimos acima, o carácter singular ou plural do sujeito frásico determina que o verbo manifeste, concordantemente, número singular ou plural. Ainda que na maior parte dos casos a identificação da natureza singular ou plural dos sujeitos frásicos não ofereça dúvidas, existem alguns casos menos claros a apontar.

No ponto 2.1., ocupar-nos-emos das situações em que um sujeito aparentemente composto é, de facto, um sujeito simples e, numa dimensão mais limitada, também observaremos a situação oposta. A ambiguidade quanto à identificação de um sujeito frásico como sujeito composto, ou não, pode resultar, como veremos, de diversos factores. Concretamente:

(i) A ambiguidade pode resultar da existência de estruturas que envolvem elipse de parte do constituinte que integra o verbo. Cf. 2.1.1 e os exemplos (14a)-(14b);

(14) a. *Correu-lhe mal a entrevista e a prova de geometria.* (2 sujeitos simples)
(i. e., "correu-lhe mal a entrevista e [correu-lhe mal] a prova de geometria")
b. *Correram-lhe mal a entrevista e a prova de geometria.* (sujeito composto)

(ii) A ambiguidade pode resultar da existência de estruturas que envolvem elipse de parte do constituinte que expressa o sujeito. Cf. 2.1.1 e os exemplos (15a)-(15b);

(15) a. *A poluição marítima e atmosférica já atingem áreas protegidas.*
(i. e., "a poluição marítima e [a poluição atmosférica] já atingem áreas protegidas")
(sujeito composto)

b. *A poluição marítima e atmosférica já atinge áreas protegidas.*
(sujeito simples)

(iii) A ambiguidade pode resultar da presença de um constituinte parentético intercalado entre o sujeito e o verbo, e representado ou não, na escrita, entre vírgulas, parêntesis ou travessões. Cf. 2.1.3 e exemplo (16);

(16) a. *D. João I (assim como os seus filhos) foi uma personalidade notável.*
(sujeito simples)
b. *D. João I assim como os seus filhos foram personalidades notáveis.*
(sujeito composto)

Como veremos em 2.1, é ainda necessário considerar que a existência de coordenação no interior do constituinte sujeito pode não ser suficiente para que o mesmo se constitua em sujeito composto e, portanto, plural. Veja-se o exemplo (17):

(17) a. *O teu sócio e meu inimigo de sempre excedeu-se desta vez.*
(sujeito simples)
b. *O teu sócio e o meu inimigo de sempre excederam-se desta vez.*
(sujeito composto)

Fora da distinção entre sujeito simples e sujeito composto, constituintes que representam claramente sujeitos simples podem, ainda assim, mostrar-se menos transparentes no que diz respeito ao valor (singular/plural) do traço de número que lhes está associado, como acontece nos casos enunciados a seguir.

(i) Geram ambiguidade quanto à distinção singular/plural os sujeitos pronominais que retomam um constituinte topicalizado (podendo ser distintos os valores do traço de número do sintagma nominal topicalizado, por um lado, e do pronome sujeito, por outro). É o pronome de retoma do tópico, com a função de sujeito, que fixa a concordância sujeito-verbo, quer seja fonologicamente realizado, quer seja um pronome nulo. Cf. 2.2 e as frases em (18);

(18) a. *Peras em vinho, isso é a minha sobremesa favorita.*
b. *Peras em vinho é a minha sobremesa favorita.*
(i. e., "peras em vinho, [pronome nulo] é a minha sobremesa favorita")
c. *Peras em vinho são a minha sobremesa favorita.*

(ii) Geram ambiguidade quanto à distinção singular/plural os sujeitos que integram expressões cardinais partitivas do tipo *a maioria de*. Cf. 2.3 e o exemplo (19);

(19) a. *A maioria dos meus amigos passa férias na praia.*
b. *A maioria dos meus amigos passam férias na praia.* [variante não padrão]

(iii) Geram ambiguidade quanto à distinção singular/plural os sujeitos nulos que ocorrem em certas configurações sintáctico-discursivas. Cf. 2.4 e as frases em (20);

(20) a. *A malta vende umas rifas e conseguimos o dinheiro.*
(i. e., "a malta vende umas rifas e [pronome nulo] conseguimos o dinheiro")
b. *A malta vende umas rifas e consegue o dinheiro.*
(i. e., "a malta vende umas rifas e [pronome nulo] consegue o dinheiro")
c. *O povo saiu para a serra e seguiram o lobo até o cercarem.*
(i. e., "o povo saiu para a serra e [pronome nulo] seguiram o lobo...")
d. *O povo saiu para a serra e seguiu o lobo até o cercarem.*
(i. e., "o povo saiu para a serra e [pronome nulo] seguiu o lobo...")

(iv) Geram ambiguidade quanto à distinção singular/plural os sujeitos que correspondem a títulos de obras literárias, científicas, áudio-visuais, etc., os que traduzem valores monetários ou numéricos, pesos e medidas, ou ainda os que são descrições de símbolos políticos, profissionais, etc. Cf. 2.5 e as frases em (21);

(21) a. *Os Maias é o meu romance favorito do Eça.*
b. *Os Maias são o meu romance favorito do Eça.*
c. *50 euros chega para pouco.*
d. *50 euros chegam para pouco.*
e. *A foice e o martelo representa a aliança entre os camponeses e os operários.*
f. *A foice e o martelo representam, conjuntamente, a aliança entre os camponeses e os operários.*

2.1 Sujeitos simples e sujeitos compostos

Como ficou dito na secção 1., quando diferentes sintagmas nominais ligados entre si por uma conjunção coordenativa aditiva expressam em conjunto o sujeito frásico, temos um *sujeito composto*. A coordenação aditiva pode construir-se assindeticamente (*O Pedro, o João, a Maria são os meus melhores amigos*) ou sindeticamente, com a conjunção copulativa simples *e*, as conjuncões copulativas complexas *assim como*, *bem como*, as conjunções copulativas correlativas *tanto ... como*, *quer ... quer*, a conjunção disjuntiva *ou* e a sua correspondente correlativa *ou ... ou*, a conjunção comitativa *com* (cf. adiante a secção 2.1.2).[3] Havendo coordenação aditiva entre dois ou mais sintagmas nominais, o sujeito composto resultante será sempre plural, determinando concordância verbal igualmente no plural.

3 A lista é exemplificativa e não exaustiva.

Relativamente à conjunção disjuntiva *ou/ou ... ou*, é necessário ter em conta que pode construir ou não estruturas de coordenação aditiva. Quando a conjunção traduz disjunção inclusiva, como no exemplo (22a), cria uma estrutura de coordenação aditiva. A interpretação da frase (22a) é a de que tanto o Pedro como o João costumam dar-me laranjas, embora o façam cada um por si e eventualmente em momentos diferentes. Quando a conjunção expressa disjunção exclusiva, como no exemplo (22b), com a interpretação aí indicada, não fica criada uma estrutura de coordenação aditiva. Só no primeiro caso se forma um sujeito composto. Quer dizer, o sujeito composto, com o valor 'plural' para o seu traço de número, é sempre o resultado de uma operação de coordenação aditiva. Assim, na frase (22a), o sujeito é composto e o verbo apresenta-se, por isso, na terceira pessoa do plural. Na frase (22b), pelo contrário, o verbo ocorre na terceira pessoa do singular, pois não há formação de um sujeito composto. O sujeito simples da frase (22b) partilha com o verbo o traço singular:

(22) a. *Ou o Pedro ou o João, ora um ora outro, dão-me laranjas das laranjeiras deles.*
[disjunção inclusiva = sujeito composto]
b. *Ou o Pedro ou o João compra-me hoje à tarde o bilhete para o espectáculo.*
(i. e., ou o Pedro me compra hoje à tarde o bilhete para o espectáculo ou o João me compra hoje à tarde o bilhete para o espectáculo)
[disjunção exclusiva = sujeito simples]

Além da natureza aditiva da coordenação, um segundo requisito é necessário para que se constitua um sujeito composto. A coordenação deve envolver ou formas pronominais ou sintagmas nominais *completos*. Se ocorrerem coordenados entre si Nomes ou sintagmas nominais incompletos, os quais dependam conjuntamente de um único determinante (nos exemplos em (23), o artigo definido), o constituinte resultante não será 'composto' e 'plural'. Assim, nas frases apresentadas em (23), a concordância sujeito-verbo estabelece-se no singular:

(23) a. *A tua preguiça e ineficácia surpreende-me.*
b. *O fluxo e refluxo das ondas encanta-me.* (*apud* BECHARA, 1999)
c. *A nossa colega e fornecedora de hortaliças vai abandonar-nos.*
d. *O meu pai e teu sogro ofereceu-nos um carro.*

e. *O meu companheiro e velho amigo está sempre disposto a ajudar-me.*
(*apud* MATOS, 2003, p. 586)[4]

Em contraste com o que se observa nas frases acima, a forma verbal ocorrerá obrigatoriamente no plural se o constituinte sujeito envolver a coordenação aditiva de dois sintagmas nominais completos, como se vê em (24). Note-se que o carácter *completo* dos sintagmas nominais coordenados entre si nas frases de (24) é assinalado pela presença de dois determinantes (i. e., dois artigos definidos), cada um deles associado a um dos sintagmas nominais.

(24) a. **A tua preguiça e a tua ineficácia surpreende-me.*
b. *A tua preguiça e a tua ineficácia surpreendem-me.*
c. **O fluxo (das ondas) e o refluxo das ondas encanta-me.*
d. *O fluxo (das ondas) e o refluxo das ondas encantam-me.*
e. **O meu pai e o teu sogro ofereceu-nos um carro.*
f. *O meu pai e o teu sogro ofereceram-nos um carro.*
g. **O meu companheiro e o meu velho amigo está sempre disposto a ajudar-me.*
h. *O meu companheiro e o meu velho amigo estão sempre dispostos a ajudar-me.*

As frases de (23) contrastam com as frases de (24) também no plano interpretativo. Enquanto os constituintes com a função de sujeito nas frases de (23) denotam uma única entidade, os constituintes com a mesma função nas frases de (24) referem duas entidades independentes. Esta diferença explica-se pelo facto de só os sintagmas nominais *completos*, normalmente "fechados" por um determinante, terem capacidade referencial, ou seja, poderem individualizar e nomear entidades do universo material ou conceptual.

Por fim, cabe notar que o determinante indefinido *cada* pode, opcionalmente, bloquear a atribuição do valor 'plural' ao traço de número do constituinte sujeito, mesmo quando existe coordenação aditiva entre sintagmas nominais completos, como nos exemplos de (25). Este efeito decorre da natureza de quantificador distributivo do pronome

4 De acordo com a gramática tradicional, as frases de (23) manifestariam concordância semântica e não concordância gramatical. O facto de nomes que designam uma entidade singular mas cujo traço morfológico de número tem o valor plural (como "óculos" ou "calças") desencadearem concordância verbal na terceira pessoa do plural mostra, contudo, que a concordância verbal é sempre gramatical e não semântica (cf. (i) e (ii) abaixo). Do mesmo modo, nomes que designam um conjunto de entidades e não uma entidade singular mas que, morfologicamente, têm o valor singular para o traço de número (como "malta", "pessoal", "cardume", "manada") desencadeiam concordância verbal gramatical e não semântica. Vejam-se as frases em (iii) e (iv), com concordância verbal na terceira pessoa do singular, ainda que o sujeito seja semanticamente plural.

(i) a. *Os óculos da Maria caíram ao chão e partiram-se.*
b. **Os óculos da Maria caiu ao chão e partiu-se.*
(ii) a. *Essas calças ficam-te bem.*
b. **Essas calças fica-te bem.*
(iii) a. *O pessoal está farto de esperar.*
b. **O pessoal estão fartos de esperar.*
(iv) a. *O cardume de sardinhas encheu-lhes o barco.*
b. **O cardume de sardinhas encheram-lhe o barco.*

indefinido *cada* e é aproximável do *modus operandi* da disjunção exclusiva. Nas frases com concordância sujeito-verbo na terceira pessoa do singular (isto é, (25a) e (25c)), acentua-se a interpretação disjuntiva/separativa relativamente ao conjunto de eventos descritos pelas frases. Assim, em (25a), por exemplo, cada uma das inspecções efectuadas pela equipa de veterinários é tomada como um evento particular, destacado pela sua singularidade.

(25) a. *Cada cão e cada gato foi inspeccionado pela equipa de veterinários.*
(i. e., cada um dos cães foi inspeccionado pela equipa de veterinários e cada um dos gatos foi igualmente inspeccionado pela mesma equipa de veterinários)
b. *Cada cão e cada gato foram inspeccionados pela equipa de veterinários.*
c. *Cada adulto com mais de 80 anos e cada criança com menos de 10 receberá uma oferta.*
d. *Cada adulto com mais de 80 anos e cada criança com menos de 10 receberão uma oferta.*

2.1.1 Coordenação e elipse: falsos sujeitos simples; falsos sujeitos compostos em posição pós-verbal

Nas frases apresentadas em (26) e (27), parece existir opcionalidade relativamente à forma como se manifesta a concordância verbal, já que o verbo se apresenta na terceira pessoa do plural em (26a) e (27a), mas na terceira pessoa do singular nas frases (26b) e (27b). Na realidade, não existe opcionalidade no domínio da concordância verbal, pois o verbo partilha sempre com o sintagma nominal sujeito o mesmo valor para os traços de pessoa e número, conforme dissemos na secção 1. acima. A variação observada nos exemplos abaixo indica que as frases (26a) e (27a) não têm a mesma estrutura que as frases (26b) e (27b), ainda que superficialmente sejam idênticas (por apresentarem a mesma sequência de itens lexicais).

(26) a. *A poluição marítima e atmosférica já atingem áreas protegidas.*
b. *A poluição marítima e atmosférica já atinge áreas protegidas.*
(27) a. *ainda quando a autoridade paterna e materna fossem delegadas...*
(*apud* BECHARA, 1999, p. 554)
b. *ainda quando a autoridade paterna e materna fosse delegada...*

Nas frases (26b) e (27b), o núcleo do sintagma nominal é um nome singular, respectivamente *poluição* e *autoridade*. É o valor singular do traço de número dos nomes *poluição* e *autoridade* que se transmite aos sintagmas nominais que se constituem a partir deles. Cada um dos sintagmas nominais presente nas frases (26b) e (27b) inclui ainda dois modificadores adjectivais coordenados entre si. A coordenação entre diferentes modificadores de um mesmo núcleo nominal é irrelevante para a determinação do valor singular ou plural do sintagma nominal sujeito. Ou seja, a coordenação entre diferentes modificadores do nome não leva à formação de um sujeito composto. Assim, em (26b) e (27b), temos

um sujeito simples, pois integra um só núcleo nominal, respectivamente, o nome singular *poluição* e o nome singular *autoridade*. A concordância verbal estabelece-se, portanto, na terceira pessoa do singular.

Em que diferem, então, as frases (26a) e (27a) das frases (26b) e (27b)? E porque se manifesta nas primeiras a concordância verbal na terceira pessoa do plural? Nas frases (26a) e (27a), ocorrem sujeitos compostos, os quais, como vimos, resultam da coordenação entre sintagmas nominais "completos". O que torna a estrutura destas frases menos óbvia é o facto de o núcleo nominal do segundo membro da estrutura coordenada se encontrar elidido. Se reconstituirmos o nome elidido, obteremos as frases em (28):

(28) a. *A poluição marítima e a poluição atmosférica já atingem áreas protegidas.*
b. *ainda quando a autoridade paterna e a autoridade materna fossem delegadas...*

A concordância verbal estabelece-se na terceira pessoa do plural tanto nas frases (30a)-(27a) como nas frases (28a)-(28b) porque umas e outras têm a mesma estrutura. É a elipse do nome nas primeiras que torna essa estrutura parcialmente invisível. Mas a concordância verbal na terceira pessoa do plural é um indicador seguro da existência de um sujeito composto nas frases (26a)-(27a) tal como nas frases de (28).[5]

Em frases com sujeitos pós-verbais que envolvem coordenação, volta a observar-se uma aparente opcionalidade quanto ao estabelecimento da concordância verbal na terceira pessoa do singular ou na terceira pessoa do plural, como mostra o exemplo (29):

(29) a. *Vivem aqui a tia Henriqueta e a cadela Milú.*
b. *Vive aqui a tia Henriqueta e a cadela Milú.*

De novo, a opcionalidade é uma ilusão decorrente do facto de a estrutura de uma das frases em (29) não ser completamente visível, pois um seu constituinte apresenta-se elidido. Na frase (29a), *a tia Henriqueta e a cadela Milú* é um sujeito composto, e, portanto, plural, que desencadeia concordância verbal no plural. Na frase (29b), não existe um sujeito composto e por isso a concordância estabelece-se no singular com o sujeito simples *a tia Henriqueta*. Ou seja, na frase (29b), não há coordenação entre dois sintagmas nominais (logo, não há formação de um sujeito composto), mas sim coordenação entre duas orações, encontrando-se o verbo elidido na segunda. A frase (29b) tem a mesma estrutura que a frase (30) abaixo, dela diferindo apenas por a frase (30) não envolver elipse verbal.

(30) *Vive aqui a tia Henriqueta e vive a cadela Milú.*

5 O comentário de Bechara (1999) a propósito da frase (27a) sugere uma excepção às regras da concordância verbal que, na verdade, não se verifica – "Quando o núcleo é singular e seguido de dois ou mais adjuntos, pode ocorrer o verbo no plural, como se se tratasse na realidade de sujeito composto". (BECHARA, 1999, p. 554). Conforme se esclareceu acima, o sujeito da frase (27a) é efectivamente um sujeito composto.

Sempre que um aparente sujeito composto pós-verbal não desencadeia concordância verbal no plural, estamos perante uma estrutura que coordena orações e não sintagmas nominais, mas em que apenas o verbo da primeira oração da estrutura coordenada se apresenta visível. Este verbo manifestará sempre concordância com o constituinte nominal ou pronominal que imediatamente o segue, como mostram os exemplos abaixo, por ser esse o sujeito da oração cujo verbo se apresenta visível.[6]

(31) a. *Chegaste tu e o Pedro e logo a seguir deu-se o acidente.*
(i. e., "Chegaste tu e [chegou] o Pedro...)
b. *Chegou o Pedro e tu e logo a seguir deu-se o acidente.*
(i. e., "Chegou o Pedro e [chegaste] tu...)
c. **Chegou tu e o Pedro e logo a seguir deu-se o acidente.*
d. **Chegaste o Pedro e tu e logo a seguir deu-se o acidente.*

Que nas frases (29b) e (31a-b) existe coordenação oracional e elipse verbal e não coordenação entre sintagmas nominais e formação de um sujeito composto foi mostrado por Colaço (1999), com base em diferentes argumentos. Consideremos aqui três desses argumentos. Os exemplos (32) a (35) são de Colaço (1999, p. 354-355).

Predicados verbais como *encontrar-se*, *reunir-se* exigem sujeitos semanticamente plurais. A frase (32a) abaixo é uma frase bem formada, pois o sujeito pós-verbal é um sujeito composto, logo, gramatical e semanticamente plural, satisfazendo os requisitos semânticos dos predicados *encontrar-se*, *reunir-se*. A agramaticalidade da frase (i-b) explica-se por nela não existir um sujeito composto, conforme indica a concordância na terceira pessoa do singular. O sujeito simples da frase (32b), i. e., *o Pedro*, o qual designa uma entidade singular, não se coaduna com as propriedades semânticas dos predicados *encontrar-se*, *reunir-se*. De igual modo se explica o contraste de gramaticalidade entre as frases (33a) e (33b), pois o modificador adverbial *em conjunto* cria, com o verbo ao qual se associa, predicados semanticamente afins de *encontrar-se*, *reunir-se*.

(32) a. *Encontraram-se/reuniram-se o Pedro e a Maria no átrio da Faculdade.*
b. **Encontrou-se/*reuniu-se o Pedro e a Maria no átrio da Faculdade.*
(33) a. Trabalharam o Pedro e a Maria em conjunto.
b. *Trabalhou o Pedro e a Maria em conjunto.

6 Em estruturas com orações participiais, observam-se factos semelhantes aos acima descritos, tendo em conta as formas finitas do verbo:
(i) a. *Comprados o frango e as batatas fritas, vim logo para casa.* (sujeito composto)
b. *Comprado o frango e as batatas fritas, vim logo para casa.* (sujeito simples)
(i. e., "Comprado o frango e [compradas] as batatas fritas...)
c. *Compradas as batatas fritas e o frango, vim logo para casa.* (sujeito simples)
(i. e., "Compradas as batatas fritas e [comprado] o frango...)
d. **Compradas o frango e as batatas fritas, vim logo para casa.*
e. **Comprado as batatas fritas e o frango, vim logo para casa.*

Não havendo coordenação entre sintagmas nominais e formação de um sujeito composto, mas antes coordenação entre orações, como no exemplo (34a), cada uma das orações pode integrar um modificador adverbial. A agramaticalidade de (34b), em contraste com a boa formação de (34a), explica-se por em (34b) existir apenas uma oração, construída com o predicado verbal *telefonar* e o sujeito composto *o Pedro e a Maria*. A existência de um único domínio oracional é incompatível com a presença simultânea dos advérbios *hoje* e *ontem*, pois o âmbito de modificação semântica de cada um desses advérbios é a oração. Nas frases com um sujeito pós-verbal composto e, portanto, com concordância verbal na terceira pessoa do plural, só há lugar para um dos advérbios temporais, como mostra a gramaticalidade de (34c), a confrontar com a agramaticalidade de (34b).

(34) a. *Telefonou hoje o Pedro e ontem a Maria.*
(i. e., "Telefonou hoje o Pedro e telefonou ontem a Maria")
b. **Telefonaram hoje o Pedro e ontem a Maria.*
c. *Telefonaram hoje/ontem o Pedro e a Maria.*

Havendo formação de um sujeito composto, o sintagma nominal sujeito (resultante da coordenação de dois ou mais sintgmas nominais) é, como dissemos, gramatical e semanticamente plural. Por isso, pode ser modificado por uma oração relativa que integre o pronome recíproco *se*, o qual exige um antecedente plural. A concordância verbal na terceira pessoa do plural da frase (35a) indica que a mesma frase integra um sujeito composto, daí a compatibilidade com a oração relativa *que se odeiam*. Na frase (35b), pelo contrário, a concordância na terceira pessoa do singular indica que não existe um sujeito composto, mas antes coordenação entre orações, cada uma das quais tem um sujeito simples, respectivamente o sintagma nominal singular *o rapaz* e o sintagma nominal singular *a rapariga*. Não existe, pois, em (35b) um antecedente apropriado para o pronome recíproco da oração relativa *que se odeiam*, o que explica a agramaticalidade de (35b).

(35) a. *Telefonaram o rapaz e a rapariga que se odeiam (um ao outro).*
b. **Telefonou o rapaz e a rapariga que se odeiam (um ao outro).*

Os argumentos avançados por Colaço (1999) para mostrar que não existe opcionalidade no que diz respeito ao modo como se manifesta a concordância entre o verbo e um sujeito pós-verbal podem ser usados para mostrar que também assim é quando está em causa um sintagma nominal sujeito com uma estrutura interna complexa, ocorrendo em posição pré-verbal. Vimos no início desta secção (2.1.1.) que frases como *A poluição marítima e atmosférica atingem já áreas protegidas* e *A poluição marítima e atmosférica atinge já áreas protegidas* têm diferentes estruturas. Por isso, em cada uma das frases, a concordância sujeito-verbo manifesta-se diferentemente. Os contrastes de gramaticalidade entre as frases (a) e as frases (b) nos exemplos (36) a (38) abaixo comprovam que existe um sujeito

composto sempre que e só se há concordância verbal na terceira pessoa do plural. Assim, (36a) e (37a) são frases bem formadas porque o sintagma nominal sujeito plural satisfaz os requisitos quer dos predicados *encontrar-se, reunir-se*, quer do pronome recíproco *se*. A frase (38a) é igualmente bem formada porque as expressões adverbiais *desde há muito, desde há pouco* podem modificar independentemente a relação estabelecida entre cada um dos constituintes que formam um sujeito composto e o predicado.

(36) a. *O chefe da mafia americana e italiana reuniram-se pela primeira vez em Paris.*
(i. e., "O chefe da mafia americana e o chefe da mafia italiana reuniram-se pela primeira vez em Paris")
b. **O chefe da mafia americana e italiana reuniu-se pela primeira vez em Paris.*
(37) a. *Chegaram o chefe da mafia americana e italiana, os quais se odeiam.*
(i. e., Chegaram o chefe da mafia americana e o chefe da mafia italiana, os quais se odeiam")
b. **Chegou o chefe da mafia americana e italiana, os quais se odeiam.*
(38) a. *A poluição marítima, desde há muito, e atmosférica, desde há pouco, já atingem áreas protegidas.*
("A poluição marítima, desde há muito, e a poluição atmosférica, desde há pouco, já atingem áreas protegidas"
b.**A poluição marítima, desde há muito, e atmosférica, desde há pouco, já atinge áreas protegidas.*

2.1.2 Frases que incluem constituintes parentéticos entre o sujeito e o verbo – relação com os diferentes tipos de coordenação (copulativa, disjuntiva, comitativa)

Na frase (39) abaixo, o constituinte com a função de sujeito inclui mais do que um sintagma nominal sem que, no entanto, se forme um sujeito composto. Por isso, a concordância sujeito-verbo estabelece-se na terceira pessoa do singular.

(39) *O rapaz, um citadino e um ingénuo, ficou sem resposta.*

Na frase (39), o sintagma nominal complexo *um citadino e um ingénuo* (que envolve coordenação copulativa) funciona como modificador apositivo do sintagma nominal *o rapaz*, traduzindo um comentário do locutor relativamente à entidade nomeada por *o rapaz*. A frase (39) acima é interpretativamente equivalente à frase (40) abaixo, que inclui uma oração relativa apositiva.

(40) *O rapaz, que era um citadino e um ingénuo, ficou sem resposta.*

Quer a oração relativa em (40), quer o sintagma nominal complexo em (39), que se designa por *aposto*, são constituintes parentéticos e não constituintes coordenados

assindeticamente com o nome que os precede. Os constituintes parentéticos (normalmente delimitados por vírgulas, por parêntesis, ou por travessões, na escrita) são irrelevantes no que diz respeito à determinação do valor do traço de número do sintagma nominal sujeito (ou seja, quando modificam um sujeito simples, não o transformam, por isso, em sujeito composto). Assim, na frase (39) acima, o sintagma nominal sujeito tem um só núcleo nominal (i. e., o nome singular *o rapaz*), o qual determina a forma da concordância sujeito-verbo, tanto no que diz respeito ao traço de número como ao traço de pessoa.[7]

Os apostos nominais[8] podem ser constituídos por uma série de epítetos expressos por sintagmas nominais coordenados assindeticamente, como na frase (40) abaixo. Também neste caso o aposto é um constituinte parentético, equivalente a uma oração relativa apositiva (cf. (41) abaixo), sendo, portanto, irrelevante relativamente à determinação do valor do traço de número partilhado pelo sintagma nominal sujeito e pelo verbo.[9]

(40) *O Rodrigo, aquele cretino, aquele sonso, aquele lambe-botas, não fez o que combinámos.*
(41) *O Rodrigo, que é um cretino, um sonso, um lambe-botas, não fez o que combinámos.*

Os apostos nominais podem ser ainda paráfrases explicativas (como nas frase (48a-c) abaixo), por vezes com um valor claramente identificacional (como nas frases (49a-b) abaixo), do sintagma nominal que modificam. Este tipo de constituinte parentético pode ser introduzido pela conjunção *ou* ou pela expressão conjuncional *ou seja*. Também nestes casos o aposto nominal pode alternar com uma relativa apositiva (cf. (44) abaixo) e, ainda que associado ao sintagma nominal sujeito, não contribui para a definição do valor dos traços manifestados pela relação de concordância entre o sujeito e o verbo.

(42) a. *A arritmia (as constracções irregulares dos ventrículos) não é uma doença grave.*
b. *A arritmia, ou constracções irregulares dos ventrículos, não é uma doença grave.*
c. *A arritmia, ou seja, as constracções irregulares dos ventrículos, não é uma doença grave.*
(43) a. *D. Leonor, a fundadora das Misericórdias portuguesas e a terceira mulher do rei D. Manuel, nascera em Castela.*

7 Se o núcleo do sintagma nominal for um pronome pessoal, o verbo manifestará, portanto, os traços de pessoa/número do pronome pessoal, como na frase (i) abaixo, em que o verbo e o pronome pessoal *nós* partilham os traços de segunda pessoa do plural. Na mesma frase, o constituinte *os ladrões*, que integra o sintagma nominal sujeito, é um aposto especificativo do pronome *nós*.
(i) *Nós os ladrões também temos princípios.*

8 Os apostos podem ser nominais, adjectivais ou oracionais. A aposição nominal pode ser *explicativa* (ou *bimembre*), como em *A lua, o satélite da terra, não gira à volta do sol*, *O rebanho, 300 ovelhas e 20 cabras, já não tinha como se alimentar*, ou antes *especificativa* (ou *unimembre*), como em *O livro 'As Pupilas do Senhor Reitor' continua a vender-se regularmente*, *O rio Tejo separa o centro do sul de Portugal*. Veja-se Martínez (1999) e Suñer Gratacós (1999).

9 Existindo uma sequência de epítetos, como na frase (i) abaixo, só o sintagma nominal que expressa o primeiro desses epítetos desencadeia a concordância verbal, tendo os seguintes o valor de apostos e comportando-se como a generalidade dos constituintes parentéticos quanto à ausência de interferência na concordância sujeito-verbo. Uma sequência de epítetos não forma, pois, um sujeito composto.
(i) Aquele cretino, aquele pedante, aquele grosseiro, saiu sem pagar.

b. *D. Leonor (ou seja, a fundadora das Misericórdias portuguesas e a terceira mulher do rei D. Manuel) nascera em Castela.*

(44) a. *A arritmia (que são as contracções irregulares dos ventrículos) não é uma doença grave.*

b. *D. Leonor, que foi a fundadora das Misericórdias portuguesas e a terceira mulher do rei D. Manuel, nascera em Castela.*

A presença de constituintes parentéticos ocorrendo entre o sintagma nominal sujeito (desencadeador da concordância sujeito-verbo) e o verbo vai para além das situacões em que esse constituinte parentético é um aposto. Na frase (45) abaixo, ocorre um constituinte parentético introduzido por uma conjunção coordenativa aditiva, o qual representa um complemento de informação relativamente à que se obteria a partir da frase correspondente que não o integrasse. Nas frases (46a) a (46c), ocorrem constituintes parentéticos introduzidos pela conjunção disjuntiva *ou*, os quais expressam uma rectificação ou esclarecimento relativamente ao conteúdo referencial do sintagma nominal sujeito, com implicações para a interpretação de toda a frase, pois modificam o modo como é avaliada a relação de predicação entre o sujeito e o sintagma verbal.

(45) *D. João I, bem como/assim como os seus filhos, foi uma personalidade notável.*[10]

(46) a. *Esse plano, ou (antes) os seus efeitos no equilíbrio ecológico, parece-me perigoso.*

b. *A falta de auto-estima, ou os medos a ela associados, pode não ser superável senão com tratamento médico.*

c. *Os olhos dele, ou (melhor) aquele olhar esgazeado, são assustadores.*

Como mostram as frases (45) e (46a-c), os constituintes parentéticos que corrigem, esclarecem ou adicionam informação estão, tal como os apostos, excluídos da relação de concordância entre o sujeito e o verbo. Por isso, a concordância estabelece-se na terceira pessoa do singular nas frases (45) e (46a-b) e na terceira pessoa do plural na frase (52c). Uma sequência de dois sintagmas nominais, o segundo dos quais é introduzido por uma conjunção coordenativa, não implica, pois, necessariamente, que estejamos perante uma estrutura de coordenação entre sintagmas nominais, com a consequente formação de um sujeito composto. O facto de os constituintes parentéticos (não apositivos)[11] iniciados por conjunção coordenativa poderem ocupar diferentes posições na frase, como atestam (47) e (48) abaixo, mostra que o âmbito da rectificação, do esclarecimento ou do complemento de informação introduzidos por esses constituinte parentéticos é a frase.

---

10 Note-se que a conjunção coordenativa aditiva *e* não pode introduzir constituintes parentéticos, daí a agramaticalidade de (i):
(i) *D. João I, e (também) os seus filhos, foi uma personalidade notável.

11 Note-se que, diferentemente dos apostos nominais, estes constituintes parentéticos não são substituíveis por relativas apositivas.

(47) a. *Esse plano, ou (antes) os seus efeitos no equilíbrio ecológico, parece-me perigoso.*
b. *Esse plano parece-me perigoso, ou (antes) os seus efeitos no equilíbrio ecológico.*

(48) a. *Bem como/assim como os seus filhos, D. João I foi uma personalidade notável.*
b. *D. João I, bem como/assim como os seus filhos, foi uma personalidade notável.*
b. *D. João I foi, bem como/assim como os seus filhos, uma personalidade notável.*
c. *D. João I foi uma personalidade notável, bem como/assim como os seus filhos.*

A variação quanto ao posicionamento na frase de um sintagma nominal introduzido por conjunção coordenativa é própria dos constituintes parentéticos (não apositivos) e encontra-se, portanto, vedada às estruturas coordenadas que constroem sujeitos compostos. Daí a agramaticalidade das frases (49b) a (49d) abaixo, nas quais a terceira pessoa do plural manifestada pela forma verbal indica ter-se constituído um sujeito composto. (As conjunções coordenativas *bem como*, *assim como* podem, pois, introduzir sintagmas nominais parentéticos ou não).

(49) a. *D.João I bem como/assim como os seus filhos foram personalidades notáveis.*
b. **Bem como/assim como os seus filhos, D. João I foram personalidades notáveis.*
c. **D. João I foram, bem como/assim como os seus filhos, personalidades notáveis.*
d. **D. João I foram personalidades notáveis, bem como/assim como os seus filhos.*

As frases em (50) e (51) abaixo parecem revelar um caso de opcionalidade no que diz respeito à concordância sujeito-verbo. A opcionalidade é, no entanto, ilusória porque só nas frase (50a) e (51a) existe uma estrutura de coordenação com a consequente formação de um sujeito composto. Ou seja, em (50a) e (51a), *com* é uma conjunção coordenativa, enquanto em (50b) e (51b) *com* é uma preposição, introduzindo um sintagma preposicional parentético.

(50) a. *O açúcar com os ovos misturam-se facilmente.*
(i. e., "O açúcar e os ovos misturam-se facilmente")
b. *O açúcar com os ovos mistura-se facilmente.*

(51) a. *Um gato com um cão não convivem facilmente.*
(i. e., "Um gato e um cão não convivem facilmente")
b. *Um gato com um cão não convive facilmente.*

A separação entre *com* coordenativo e *com* preposicional manifesta-se claramente de duas formas: enquanto o sintagma nominal introduzido pela conjunção coordenativa *com* ocorre necessariamente adjacente ao primeiro membro da estrutura de coordenação, o sintagma preposicional introduzido por *com* pode ocupar diferentes posições na frase (vejam-se os exemplos em (52) e (53) abaixo); por outro lado, enquanto a preposição *com* pode ocorrer associada a um pronome dativo (por exemplo, *-tigo* na forma contracta

contigo), tal associação é impossível quando ocorre a conjunção coordenativa *com* (vejam-se os exemplos em (54) e (55)).[12] Tenha-se presente que as frases em que o verbo ocorre na terceira pessoa do plural são aquelas em que *com* coordenativo cria (ou criaria se a frase fosse gramatical) um sujeito composto; pelo contrário, nas frases em que o verbo se apresenta na terceira pessoa do singular, *com* é preposicional, não altera a natureza do sujeito (i. e., não transforma um sujeito simples num sujeito composto) e não interfere, portanto, na concordância verbal.[13]

(52) a. *O açúcar com os ovos mistura-se facilmente.* (*com* preposicional)
b. *Com os ovos, o açúcar mistura-se facilmente.* (*idem*)
c. *O açúcar mistura-se com os ovos facilmente.* (*idem*)
d. *O açúcar mistura-se facilmente com os ovos.* (*idem*)
(53) a. *O açúcar com os ovos misturam-se facilmente.* (*com* conjuncional)
b. *Com os ovos, o açúcar misturam-se facilmente.* (*idem*)
c. *O açúcar misturam-se com os ovos facilmente.* (*idem*)
d. *O açúcar misturam-se facilmente com os ovos.* (*idem*)
(54) a. *Tu com a tua filha fazes de tudo uma festa.* (*com* preposicional)
b. *A tua filha contigo faz de tudo uma festa.* (*idem*)
(55) a. *Tu com a tua filha fazem de tudo uma festa.* (*com* conjuncional)
b. *A tua filha contigo fazem de tudo uma festa.* (*idem*)

2.2 Frases com um constituinte topicalizado retomado por um sujeito pronominal (expresso ou nulo)

Nas frases de (56) e (57), observamos que o verbo ocorre ora na terceira pessoa do singular, ora na terceira pessoa do plural, embora o constituinte sujeito pareça ser o mesmo nas frases (a), que apresentam o verbo no singular, e nas frases (b), estas com o verbo no plural.

(56) a. *Peras em vinho é a minha sobremesa favorita.*
b. *Peras em vinho são a minha sobremesa favorita.*
(57) a. *Um café e um pão com manteiga chega bem para o pequeno-almoço.*
b. *Um café e um pão com manteiga chegam bem para o pequeno-almoço.*

12 Informação adicional sobre este assunto pode encontrar-se em Colaço (2004). Note-se que, como revela o exemplo (57a), os *predicados simétricos* que tornam possível a coordenação com a conjunção *com* não envolvem, necessariamente, "no seu significado, uma ideia de fusão de duas entidades numa terceira". (COLAÇO, 2004, p. 394)

13 Quando há coordenação, estabelecida pela conjunção *com*, entre um pronome pessoal de primeira pessoa e um sintagma nominal, o verbo apresenta-se naturalmente na segunda pessoa do plural:
(i) *Eu com os meus amigos encontramo-nos todos os fins de semana.*

Esta variação é inesperada face às regras que definimos para a concordância sujeito-verbo na secção 1 acima. Veremos, no entanto, que, de facto, não é incompatível com as mesmas regras. Enquanto, nas frases (56b) e (57b), o verbo concorda com os sintagmas nominais plurais *peras em vinho* e *um café e um pão com manteiga* (respectivamente, um sujeito simples e um sujeito composto), nas frases (56a) e (57a), os mesmos sintagmas nominais encontram-se topicalizados e retomados por um pronome nulo, associado ao valor singular. Ou seja, as frases (56a) e (57a), repetidas abaixo, são equivalentes às frases (58b) e (59b), nas quais os sintagmas nominais topicalizados estão retomados por um pronome demonstrativo neutro, que corresponde à expressão gramatical do sujeito e que determina que a concordância verbal se estabeleça na terceira pessoa do singular.

(58) a. *Peras em vinho é a minha sobremesa favorita.*
(i. e., "Peras em vinho, [pronome nulo] é a minha sobremesa favorita")
b. *Peras em vinho, isso é a minha sobremesa favorita.*

(59) a. *Um café e um pão com manteiga chega bem para o pequeno-almoço.*
(i. e. "Um café e um pão com manteiga, [pronome nulo] chega bem para o pequeno almoço")
b. *Um café e um pão com manteiga, isso chega bem para o pequeno almoço.*

Nas línguas que não admitem sujeitos nulos, como é o caso do francês, não existe uma forma não visível (i. e., sem realização fonológica) correspondente ao pronome demonstrativo neutro (*ça*, *c'* no francês). Assim, em francês, no tipo de frases que estamos a observar, a presença do pronome demonstrativo neutro é obrigatória quando a concordância verbal se manifesta no singular e impossível quando a concordância verbal se manifesta no plural. Vejam-se os exemplos (60) e (61):

(60) a. *Les poires, c'est mon dessert favori.*
b. **Les poires est mon dessert favori.*
c. *Les poires sont mon dessert favori.*
d. **Les poires, ce sont mon dessert favori.*

(61) a. *Un café et un pain, ça me me suffit comme petit déjeuner.*
b. **Un café et un pain me suffit comme petit déjeuner.*
c. *Un café et un pain me suffisent comme petit déjeuner.*
d. **Un café et en pain, ça me suffisent comme petit déjeuner.*

Os dados do francês corroboram assim a análise apresentada para as frases do português. Se um sintagma nominal, pré-verbal, plural, aparentemente desempenhando a função de sujeito, não determina que o verbo ocorra no plural, então esse sintagma nominal encontra-se topicalizado. Nesse caso, será o pronome singular, com ou sem realização

fonológica, que retoma o constituinte topicalizado a desempenhar realmente a função de sujeito e a determinar a forma que assume a concordância sujeito-verbo.[14]

No português, os sintagmas nominais especificados por um determinante definido (por exemplo, o artigo definido *o*, *os*, *a*, *as*) não podem, em geral, ser topicalizados e retomados por um pronome sujeito (visível ou nulo) responsável pela concordância sujeito--verbo. Por isso as frases (b), em contraste com as frases (a), nos exemplos (62) a (64) abaixo são agramaticais:[15]

(62) a. *Chapéus não me fica bem.*
b. **Os chapéus não me fica bem.*
(63) a. *Sapatos é o adereço que o faz perder a cabeça.*
b. **Os sapatos é o adereço que o faz perder a cabeça.*
(64) a. *Criaturas tristonhas, aborrece-me mortalmente.*
b. **As criaturas tristonhas, aborrece-me mortalmente.*

2.3 Sujeitos que integram expressões partitivas do tipo *a maioria de*

Se o sujeito contém uma expressão partitiva, no singular, que introduz um sintagma nominal plural, a concordância estabelece-se com a expressão partitiva, como em (62a) abaixo, mas pode estabelecer-se igualmente com o sintagma nominal por ela introduzido,

14 Estruturas semelhantes às acima descritas são aquelas em que um sintagma nominal plural, topicalizado, é retomado pelo pronome indefinido *tudo* ou ainda por um dos pronomes indefinidos invariáveis *nada*, *ninguém*, *alguém, algo*. Também neste caso, de acordo com o que acima ficou dito, a concordância sujeito-verbo se estabelece na terceira pessoa do singular:
(i) a. *Os têxteis a preços imbatíveis, tudo (isso) vem da China.*
b. *Os têxteis a preços imbatíveis vem tudo da China.*
(ii) a. *As ruas, as casas, as árvores, as pessoas, nada parecia verdadeiro.*
b. *As ruas, as casas, as árvores, as pessoas, não parecia nada verdadeiro.*
(iii) a. *Familiares, amigos, colegas, alguém havia de responder ao seu apelo.*
b. *Familiares, amigos, colegas, ninguém respondeu ao meu apelo.*
c. *Uma açorda, uma omelete, um cachorro, algo jantaremos.*
(iv) a. *Estes restaurantes é/*são tudo uma decepção.* [topicalização de *estes restaurantes*]
b. *Estes restaurantes são/*é uma decepção.* [não topicalização de *estes restaurantes*]
Relativamente à agramaticalidade de **Estes restaurantes é uma decepção*, veja-se o que se diz a seguir (no corpo do texto) sobre a existência de restrições à topicalização de sintagmas nominais sujeito quando especificados por determinantes definidos (entre os quais se incluem os pronomes demonstrativos).

15 Não havendo topicalização e ocorrendo, portanto, o verbo na terceira pessoa do plural, o contraste desaparece:
(i) a. *Chapéus não me ficam bem.*
b. *Os chapéus não me ficam bem.*
(ii) a. *Sapatos são o adereço que o faz perder a cabeça.*
b. *Os sapatos são o adereço que o faz perder a cabeça.*
(iii) a. *Criaturas tristonhas aborrecem-me mortalmente.*
b. *As criaturas tristonhas aborrecem-me mortalmente.*

como em (65b),[16] ainda que esta segunda opção não seja consensualmente tida por normativa.[17]

(65) a. *A maioria dos passageiros preferiu permanecer a bordo.*
b. *A maioria dos passageiros preferiram permanecer a bordo.* [não padrão]

A variação relativa à concordância sujeito-verbo que as frases em (65) exemplificam observa-se quando o sintagma nominal sujeito integra expressões partitivas como: *a maioria de*; *uma parte de*; *uma grande/pequena parte de*; *uma boa parte de*; *um grande/pequeno número de*; *um certo número de*; *uma porção de*; *uma imensidade de*; *uma quantidade de*; *uma infinidade de*; *a totalidade de*; *uma dezena/vintena/... de*; *o resto de*; *a maior parte de*; *a maioria de*; *metade/uma terça parte/... de*; *o grosso de*... As expressões partitivas definem relações de parte/todo, ou seja, identificam quantidades avaliadas quanto à sua dimensão (pequena /média/grande) relativamente a um valor total estabelecido no discurso ou pragmaticamente pressuposto.[18] As expressões partitivas têm, portanto, uma natureza quantificacional e não devem ser confundidas com expressões como *um grupo de*, *um conjunto de*, *uma concentração de*, etc.[19] Ainda que as expressões do tipo *a maioria de* e as expressões do tipo *um grupo de* sejam linearmente semelhantes (por envolverem a sequência 'determinante + nome + sintagma preposicional introduzido por *de*'), só as primeiras expressam quantificação relativa e viabilizam, no que diz respeito à concordância sujeito-verbo, a variação ilustrada pelas frases em (65) acima. Observe-se como só a concordância na terceira

---

16 Por outro lado, se a expressão partitiva introduzir um pronome pessoal, a concordância verbal pode manifestar os traços de pessoa/número do pronome pessoal. Veja-se a nota 1, da secção 1, do presente sub-capítulo e os exemplos (i) e (ii) abaixo.

(i) a. *A maioria de nós voltámos a dar-nos bem.*
b. *A maioria de nós voltou a dar-se bem.*

(ii) a. *A maior parte de nós regressámos a casa (/às nossas casas) desolados.*
b. *A maior parte de nós voltou a casa (/à sua casa) desolado.*

17 A dupla opção quanto à forma da concordância verbal (na terceira pessoa do singular ou na terceira pessoa do plural) encontra-se também noutras línguas românicas, como, por exemplo, o italiano e o espanhol (cf. RENZI et al., (1995, p. 228-229) e Martínez (1999, p. 2766)).

18 Na maior parte dos casos, a quantidade (relativa) identificada pelas expressões cardinais partitivas corresponde a um valor numérico indeterminado. Exceptuam-se as expressões como *uma dezena/vintena de*.

19 A este segundo tipo pertencem ainda expressões como *uma comissão de* (trabalhadores), *uma equipa de* (futebolistas), *uma assembleia de* (docentes), *uma família de*, *uma quadrilha de*, *um bando de*, *uma turma de*, *uma unidade de* (marinheiros), *um batalhão de* (soldados), *uma comunidade de* (pescadores), *um rebanho de*, *um cardume de*, *uma réstea de* (alhos/cebolas), etc. Repare-se que nestas expressões o nome que precede a preposição *de* é um nome colectivo, o que não é o caso das palavras *maioria*, *parte*, *metade*, etc. que integram as expressões partitivas.

pessoa do singular é gramaticalmente possível quando estão em causa expressões do tipo *um grupo de* (independentemente da oposição entre variantes padrão e não padrão):[20]

(66) a. *Um grupo/um conjunto de passageiros preferiu permanecer a bordo.*
b. **Um grupo/um conjunto de passageiros preferiram permanecer a bordo.*

(67) a. *Uma concentração de asnos provocou o pânico entre os passageiros na estação do Cais do Sodré.*
b. **Uma concentração de asnos provocaram o pânico entre os passageiros na estação do cais do Sodré.*

A diferença entre as expressões partitivas, como *a maioria de*, e as expressões (não partitivas) como *um grupo de* pode estabelecer-se claramente observando como nas primeiras o nome de natureza quantificacional (por exemplo, *maioria*) e o nome introduzido pela preposição *de* designam diferentes conjuntos de entidades (não são, portanto, correferentes), enquanto nas segundas o nome colectivo (por exemplo, *grupo*) é correferente do nome introduzido pela preposição *de*.[21] Assim, na expressão *a maioria dos passageiros*, o nome *maioria* designa uma parte do conjunto (total) de indivíduos designado pelo nome *passageiros* (logo, *maioria* e *passageiros* não têm o mesmo referente), mas, na expressão *um grupo de passageiros*, os nomes *grupo* e *passageiros* designam o mesmo conjunto de indivíduos.[22]

Voltando à variação permitida, no domínio da concordância verbal, pelas expressões cardinais partitivas – de novo ilustrada em (68) abaixo –, cabe perguntar como explicá-la.

(68) a. *Uma boa parte dos pinheiros secou.*
b. *Uma boa parte dos pinheiros secaram.*

---

20 Note-se que, numa frase como (i) abaixo, o antecedente do pronome relativo é o nome plural *turistas*; por isso, o verbo que ocorre no interior da oração relativa apresenta-se na terceira pessoa do plural. A oração relativa de (i) tem preferencialmente uma interpretação restritiva, identificando um sub-conjunto de entidades entre as designadas pelo nome *turistas*.
(i) *Um grupo de turistas que se disponibilizaram para ajudar ficou isolado.*
Se a oração relativa modificar todo o sintagma nominal *um grupo de turistas* (e não só o nome *turistas*, encaixado no mesmo sintagma nominal), o antecedente do pronome relativo será o nome singular *grupo*, apresentando-se neste caso o verbo da oração relativa na terceira pessoa do singular, como mostra a frase (ii) abaixo. Neste caso, a oração relativa pode ter uma interpretação restritiva (identificando um grupo particular de turistas, entre outros possíveis grupos de turistas) ou apositiva.
(ii) *Um grupo de turistas que se disponibilizou para ajudar ficou isolado.*

21 Na expressão *um grupo de passageiros*, o nome *passageiros* especifica/esclarece a referência do nome *grupo* da mesma forma que há especificação da referência do nome *grupo* em expressões que não envolvem a preposição *de,* tais como: *o grupo "Os Amigos da Terra"*; *o grupo musical que o Rodrigo criou*, etc.

22 Na expressão *a totalidade dos passageiros*, a extensão do conjunto designado pelo nome *totalidade* coincide com a extensão do conjunto designado pelo nome *passageiros*. Ainda assim a expressão é partitiva, porque envolve a comparação (explícita) entre as extensões de dois conjuntos. Dado que o nome *totalidade* funciona como um quantificador universal, acontece neste caso haver coincidência entre a parte (designada pelo nome *totalidade*) e o todo (designado pelo nome *passageiros*).

Na frase (68a), o núcleo do sintagma nominal sujeito é o nome *parte*, o qual é modificado pelo sintagma preposicional *dos pinheiros*. Sendo singular a palavra nuclear do sintagma nominal, a concordância sujeito-verbo estabelece-se na terceira pessoa do singular. Na frase (68b), é o nome *pinheiros* que desencadeia a concordância verbal, aparecendo, portanto, como núcleo do sintagma nominal. A estrutura do sintagma nominal sujeito não é, pois, a mesma em (68a) e (68b). Na segunda frase, a expressão partitiva *uma boa parte dos* funciona como um determinante complexo do nome *pinheiros*, o qual é plural e desencadeia consequentemente a concordância verbal na terceira pessoa do plural. O que distingue a variedade do português que permite (68b) da variedade que apenas permite (68a) é a possibilidade de *gramaticalização* das expressões cardinais partitivas do tipo *a maioria de/dos/das*, as quais podem ser analisadas, na variedade mais inovadora, como determinantes complexos.

Deste processo de gramaticalização ficam excluídas as expressões quantificacionais partitivas *um(a) dos/das*, *algum(a) dos/das*, *nenhum(a) dos/das*, *qualquer dos/das*. Na verdade, nestes casos, a concordância verbal estabelece-se sempre com o pronome indefinido, manifestando-se, pois, na terceira pessoa do singular:

(66) a. *Um/nenhum/qualquer dos pinheiros secou.*
b. **Um/nenhum/qualquer dos pinheiros secaram.*

Por outro lado, o processo de gramaticalização de expressões partitivas, tornadas determinantes complexos, generalizou-se no que diz respeito às expressões cardinais partitivas de percentagem. Estas expressões são sempre interpretadas como determinantes complexos, sendo, por isso, o valor singular ou plural do nome que introduzem que estabelece a concordância verbal, respectivamente, na terceira pessoa do singular ou na terceira pessoa do plural. Observem-se os exemplos em (67):

(67) a. *Trinta por cento da floresta/do pinhal já ardeu.*
(cf.: *Trinta por cento da floresta/do pinhal já arderam)
b. *Trinta por cento dos pinheiros já arderam.*
(cf.: *Trinta por cento dos pinheiros já ardeu)

Quando o sintagma nominal sujeito é introduzido por *mais de*, é igualmente o nome (expresso ou elidido) que integra o mesmo sintagma nominal que determina a forma da concordância verbal:

(68) a. *Mais de um (passageiro) ficou em terra.*
b.*Mais de dez (passageiros) ficaram em terra.*

2.4 Sujeitos nulos e correferência

Na *Moderna gramática portuguesa* de Evanildo Bechara (1999, p. 555), tendo em conta a concordância entre um nome colectivo, com a função de sujeito, e o verbo, afirma-se:

> Se houver [...] distância suficiente entre o sujeito e o verbo e se quiser acentuar a idéia de plural do coletivo, não repugnam à sensibilidade do escritor exemplos como os seguintes: "Começou então *o povo* a alborotar-se, e pegando do desgraçado cético o *arrastaram* até o meio do rossio e ali o *assassinaram*, e *queimaram* com incrível presteza"

Desta afirmação se deduz que se considera ser o sintagma nominal elidido *o povo* o sujeito das orações que têm como núcleos verbais, respectivamente, *arrastaram*, *assassinaram*, *queimaram*. Esta análise não é, contudo, sustentável, dado que o nome colectivo *povo* não pode desencadear concordância na terceira pessoa do plural, como mostra claramente a agramaticalidade da frase (69):

(69) **O povo arrastaram o desgraçado.*

A impossibilidade da frase (68) está de acordo com o que sabemos sobre o mecanismo de concordância sujeito-verbo. Sendo o valor do traço (morfológico) de número do nome *povo* singular, a concordância verbal manifestar-se-á necessariamente na terceira pessoa do singular. Para entendermos como analisar sequências oracionais como a apontada por Bechara (1999), consideremos então o exemplo (70):

(70) *O pessoal estava esfomeado; devoraram as entradas num abrir e fechar de olhos.*

No exemplo (70), o sujeito da oração que tem por núcleo verbal *devoraram* é um pronome nulo de terceira pessoa do plural (não sendo a elipse nominal, do constituinte sujeito, legitimada neste contexto).[23] O pronome nulo que expressa o sujeito da segunda oração e o sintagma nominal que expressa o sujeito da primeira oração referem a mesma entidade. Mas sendo a relação de correferência distinta da relação de concordância, o sintagma nominal *o povo* e o pronome nulo não têm que coincidir quanto ao valor do traço (morfológico) de número. Na verdade, estando em causa uma relação de correferência, a partilha do traço semântico de pluralidade adquire relevância relativamente à boa formação das frases. Assim, a sequência oracional em (71) abaixo, na qual existe identidade morfológica, mas não semântica, no que diz respeito ao valor do traço de número dos constituintes nominais correferentes, é menos natural que a que se apresenta em (70):

---

23 As línguas como o inglês ou o francês, que não legitimam sujeitos nulos, permitem distinguir claramente os contextos de ocorrência de sujeitos nulos (sempre não nulos nessas línguas) dos possíveis contextos de ocorrência de elipse do constituinte sujeito (deixando de contrastar, neste último caso, as línguas que permitem sujeito nulo, como o português, e as que não o permitem, como o inglês ou o francês).

(71) *O pessoal estava esfomeado; devorou as entradas num abrir e fechar de olhos.*[24]

O exemplo (71) mostra que é possível interpretar marginalmente como correferentes um nome semanticamente plural (mas morfologicamente singular) e um pronome nulo morfologica e semanticamente singular. Ou seja, a identidade semântica relativamente ao traço de número é preferencial, mas não obrigatória, entre constituintes que correferem. Quando a par do traço de número está em causa o traço de pessoa, a identidade semântica entre constituintes sujeito que designam a mesma entidade torna-se, contudo, obrigatória. Assim, o exemplo (72a) abaixo representa uma sequência oracional mal formada, porque o pronome nulo de terceira pessoa do singular (i. e., o sujeito de *devorou*) não pode ser interpretado como correferente do sintagma nominal *a gente*, o qual expressa semanticamente a segunda pessoa do plural. Neste caso, a identidade semântica sobrepõe-se à identidade morfológica, pelo que o exemplo (72b) representa uma estrutura gramatical, em contraste com (72a):

(72) a. *A gente estava esfomeado; devorou as entradas num abrir e fechar de olhos.
b. A gente estava esfomeado; devorámos as entradas num abrir e fechar de olhos.

Deve manter-se presente em relação às estruturas discutidas nesta secção que a partilha de traços semânticos de pessoa e número é relevante no que diz respeito ao estabelecimento de relações de correferência, e não no que diz respeito ao mecanismo de concordância sujeito-verbo.[25] A concordância sujeito-verbo, como esclarecemos no início deste sub-capítulo da Gramática e temos vindo a confirmar ao longo do mesmo, é sempre gramatical, envolvendo os traços *morfológicos* de pessoa e número.

2.5 Títulos de obras literárias, audiovisuais, científicas. Expressões que traduzem valores monetários ou numéricos, pesos e medidas. Descrições de símbolos políticos, profissionais etc.

Nas frases que têm como sujeito o título de uma obra literária, audio-visual, científica, etc., representado por um sintagma nominal plural, a concordância sujeito-verbo pode, em geral, estabelecer-se quer na terceira pessoa do singular, quer na terceira pessoa do plural, como mostram os exemplos em (73). Devemos supor que, quando o verbo se apresenta na terceira pessoa do singular, o constituinte sujeito contém um nome

24 Ocorrendo na posição de sujeito da segunda oração o pronome pessoal (não nulo) *ele*, este pronome não pode ser interpretado como correferente do constituinte sujeito da primeira oração.

25 Além das estruturas acima observadas, também mostram que assim é as frases com topicalização de um nome colectivo (morfologicamente singular) retomado por um pronome nulo de terceira pessoa do plural que constitui o sujeito oracional:
(i) *A prole dele, enterravam-no já se pudessem.*
(ii) *Essa raça, são perigosíssimos. Para que queres um cão desses?*

referencialmente abrangente, elíptico, do tipo "obra", "filme", "programa", "livro", o qual, apesar de não expresso, desencadeia a concordância verbal.[26]

(73) a. *Os Maias continuam a ter muitos leitores.*
b. *Os Maias continua a ter muitos leitores.*
(i. e.: '[A obra] *Os Maias* continua a ter muitos leitores')
c. *Os Marretas tinham espectadores devotados.*
d. *Os Marretas tinha espectadores devotados.*
(i. e.: '[O programa] *Os Marretas* tinha espectadores devotados')
e. *Os Aspectos da Teoria da Sintaxe apareceram numa tradução de Meireles e Raposo.*
f. *Os Apectos da Teoria da Sintaxe apareceu numa tradução de Meireles e Raposo.*
(i. e.: '[O livro] *Aspectos da Teoria da Sintaxe* apareceu numa tradução de Meireles e Raposo')

A concordância na terceira pessoa do plural fica aliás bloqueada quando a interpretação pretendida implica a reconstituição do tipo de nome elíptico acima mencionado, como mostram os exemplos em (74) abaixo. Assim, uma frase como *Bosque e Demonte venderam milhões de exemplares* só é possível com a interpretação segundo a qual dois indivíduos, de apelido "Bosque" e "Demonte", venderam, cada um por si ou separadamente, milhões de exemplares de alguma coisa. Tendo a frase esta interpretação, o constituinte *Bosque e Demonte* traduz um sujeito composto, estabelecendo-se, portanto, a concordância sujeito-verbo na terceira pessoa do plural.

(74) a. *Bosque e Demonte vendeu/*venderam milhões de exemplares.*
(com a interpretação: '[A gramática] "Bosque e Demonte" vendeu milhões de exemplares')
b. *Corominas e Pascual inspira/*inspiram qualquer candidato a etimólogo.*
(com a interpretação: '[O dicionário] "Corominas e Pascual" inspira qualquer candidato a etimólogo)

Quando expressões que traduzem valores monetários ou numéricos, pesos e medidas ocorrem na posição de sujeito, pode ocorrer a variação previamente observada relativamente ao padrão de concordância sujeito-verbo, aparentemente com idêntica motivação.

---

26 As frases relevantes envolvem, portanto, aposição especificativa. Veja-se a secção 2.1.2 acima e, especificamente, a nota 8 da mesma secção.
O mesmo tipo de estrutura parece estar presente quando um nome próprio toponímico, plural, desencadeia concordância verbal no singular. No entanto, neste caso, em contraste com os que discutimos acima, a concordância no singular não é permitida quando o nome próprio toponímico está precedido de artigo definido (sendo, por outro lado, obrigatória na ausência de artigo definido):
(i) a. *Azenhas do Mar pertence/*pertencem ao concelho de Sintra.*
(i. e.: '[A vila] Azenhas do Mar pertence ao concelho de Sintra')
b. *As Azenhas do Mar *pertence/pertencem ao concelho de Sintra.*

(75) a. *50 euros chegam para muito pouco.*
b. *50 euros chega para muito pouco.*
(i. e.: '[O valor] 50 euros chega para muito pouco')
c. *50 quilómetros não são uma grande distância.*
d. *50 quilómetros não é uma grande distância.*
(i. e., '[O valor] 50 quilómetros não é uma grande distância')

Se as mesmas expressões integram, no entanto, uma descrição definida (introduzida pelo artigo definido ou por um determinante demonstrativo) só a concordância na terceira pessoa do plural é permitida, como se vê em (76a). Note-se que, neste caso, a reconstituição explícita do nome "valor", por forma a forçar a concordância na terceira pessoa do singular, produz igualmente um resultado agramatical, como mostra a frase (76b):

(76) a. *Os/esses 50 euros que me deste *chegou/chegaram para muito pouco.*
b. **O valor (d)os/(d)esses 50 euros que me deste chegou para muito pouco.*

Por fim, a possibilidade de a concordância sujeito-verbo se estabelecer ora na terceira pessoa do singular ora na terceira pessoa do plural atesta-se quando a descrição (definida) de um símbolo político, profissional, etc. ocorre na posição de sujeito, como mostram as frases em (77). Enquanto a frase (77a) tem um sujeito simples, por o sintagma nominal sujeito integrar o nome elíptico "símbolo", a frase (77b) tem um sujeito composto. Neste segundo caso, a presença do advérbio *conjuntamente* permite forçar a interpretação pretendida, ou seja, aquela em que *a foice e o martelo* reunidos, e não cada um por si, representam a aliança entre os camponeses e os operários.

(77) a. *A foice e o martelo representa a aliança entre os camponeses e os operários.*
(i. e.: '[O símbolo] a foice e o martelo representa a aliança entre os camponeses e os operários')
b. *A foice e o martelo representam, conjuntamente, a aliança entre os camponeses e os operários.*

Referências

COLAÇO, Madalena (1999). Concordância parcial em estruturas coordenadas em Português Europeu. In: LOPES, Ana Cristina Macário; MARTINS, Cristina (Ed.). *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Vol. 2. Braga: Associação Portuguesa de Linguística. p. 349-367.

COLAÇO, Madalena (2004). Coordenação comitativa em Português Europeu. In: FREITAS, Tiago; MENDES, Amélia. *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. p. 383-396.

BECHARA, Evanildo (1999). *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna.

MATOS, Gabriela (2003). Estruturas de coordenação. In: MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho. p. 549-592.

MARTÍNEZ, José Antonio (1999). La concordancia. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (Org.) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa. p. 2695-2786.

RENZI, Lorenzo; SALVI, Giampolo; CARDINALETTI, Anna (Ed.). (2001). *Grande grammatica italiana di consultazione*. Bologna: il Mulino.

SUÑER GRATACÓS, Avel.lina (1999). La aposición y otras relaciones de predicación en el sintagma nominal". In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (Org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa. p. 523-564.

O desenvolvimento de regras de concordância variável em variedades de português a partir de modelos-estímulos (*inputs*) diferentes

Alan N. BAXTER
Universidade Federal da Bahia
Norma LOPES
Universidade do Estado da Bahia

Introdução

O debate sobre as origens do português brasileiro (PB) – e especificamente sobre as origens das regras de concordância variável no SN e entre o SN-sujeito e o verbo – é temática de longo curso, com precedentes no trabalho de Coelho (1967 [1880-1886], p. 43), no século XIX, sucessivas contribuições ao longo do século XX, e uma considerável intensificação de atividades nos últimos 25 anos.

Em termos redondos, tal debate é caraterizado por duas posições, que podemos chamar de <contatista> e <derivista>, ambas com credenciais históricas no Brasil. A linha <contatista> atribui um papel fundamental aos contatos linguísticos históricos no Brasil e à atuação de potenciais processos de crioulização[1] no desenvolvimento do PB (GUY, 1981, 2005; HOLM, 1987; BAXTER, 1995; BAXTER; LUCCHESI, 1999; LUCCHESI, 2000; entre outros). Em contrapartida, a linha <derivista> aponta para a presença de padrões em variedades do Português Europeu (PE), arcaicos e recentes, que teriam fornecido modelos-gatilhos para o PB (CÂMARA JR., 1975; SILVA NETO, 1957 [1988]; NARO; SCHERRE, 1993, 2000, 2007, entre outros), ou atribui caraterísticas do PB a processos de desenvolvimento interno (GALVES, 1993). As históricas populações de falantes de português L2, indígenas e africanos, teriam exacerbado esse modelo europeu (p. ex., NARO; SCHERRE, 1993, 2007). A presença de um modelo inicial com concordâncias

1 Aprendizagem de L1 com variáveis graus de acesso limitado a dados de L2 parciais e de variável qualidade.

variáveis baseado no PE certamente teria dado um produto variável. Nesse sentido, concordamos plenamente com a perspectiva de Naro e Scherre (2007) de que os africanos e os seus descendentes exageraram bastante esse modelo original. Portanto, nesse ponto, não há polémica. Ao mesmo tempo, à luz do que se sabe hoje em dia sobre

(i) o papel dos processos de aquisição, transferência e reestruturação que operam durante o desenvolvimento da segunda língua (L2);
(ii) como caraterísticas de L2 podem permear o desenvolvimento de uma primeira língua (L1) quando essa recebe dados linguísticos primários de L2;
(iii) e o complexo panorama histórico-demográfico e social do Brasil,

parece pertinente perguntar se um sistema com concordâncias variáveis pode ser desenvolvido independentemente de um modelo-estímulo ou língua-alvo que contenha essa variação. Por outro lado, parece pertinente investigar o que acontece em variedades do português na África, sobretudo variedades de uma formação mais recente. Haverá alguma coisa em comum com o PB relativamente às concordâncias variáveis?

Essas são as nossas intenções.

1 Fundamentos teóricos e metodológicos

Serão contemplados dados do SN de cinco variedades do português:

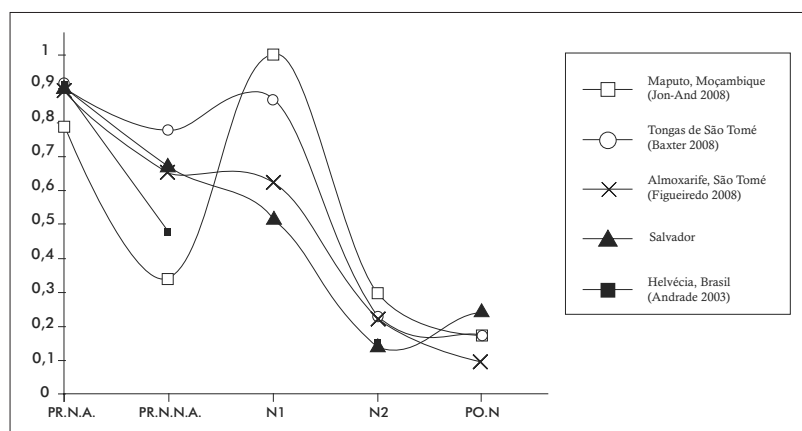
(i) o português da comunidade afrobrasileira de Helvécia (Bahia), descendente de uma população de escravos falantes de línguas kwa e banto (ANDRADE, 2003; BAXTER; LUCCHESI, 1999);
(ii) o português dos tongas de São Tomé, descendentes de trabalhadores africanos que adquiriram o português como L1 a partir do início do século XX, mantendo parcialmente a língua umbundo (BAXTER, 2002, 2004; ROUGÉ, 1992, 2009);
(iii) o português de Almoxarife, São Tomé, adquirido por falantes do crioulo sãotomense a partir do início do século XX, numa comunidade que é bilingue hoje em dia (FIGUEIREDO, 2008);
(iv) o português L2 de Maputo, Moçambique, adquirido por falantes de línguas banto em situação formal (JON-AND no prelo);
(v) o português popular de Salvador, cidade com fortes antecedentes africanos (LOPES, 2001).

As quatro variedades têm credenciais diacrônicas de presença de línguas banto e contingentes de falantes de português L2. As variedades (i) e (ii) foram adquiridas inicialmente pelo contato e envolveram ou envolvem situações de mudança de língua (= abandono da L1 original). A variedade (iii) envolve processos de aquisição pelo contato e via

situação formal, e a variedade (iv) envolve principalmente aquisição em situação formal (escola). A variedade (v), o português popular de Salvador, pertence a uma cidade com antecedentes de contato linguístico com línguas africanas e português L2. Os estudos referidos sobre as cinco variedades, todos utilizam a mesma matriz de análise variacionista, inspirada em Scherre (1988).

Na discussão dos motivos que estariam na base da variação PL nesses quatro dialetos do português, lançaremos mão das perspectivas teóricas atuais nos estudos de contatos entre línguas (*language contact*) e aquisição de L2 e de L1, além de perspectivas atuais sobre a aquisição morfológica. Como as duas comunidades têm em comum a presença de português L2 na sua história, cabe perguntar qual seria o contributo dos processos de aquisição de segunda língua para a constituição da variável em estudo. Nesse sentido, a discussão das análises é orientada pelas teorias sociolinguísticas que captam as situações de contato que envolvem mudança de língua via uma fase intermediária de SLA (*second language acquisition*), com fases de bilinguismo, e a aquisição de L1 com *input* de modelos de L2.[2]

Em situações de mudança de língua,[3] material de L2 pode ser incorporado na nova L1 da comunidade nas primeiras fases da sua constituição e transmitido por gerações posteriores (WINFORD, 2003, p. 245-247; CORNIPS; HULK, 2006; MONTRUL, 2006). Ao mesmo tempo, a presença de bilinguismo pode também facilitar a transferência de elementos das L1 originais para a segunda (e nova) L1 da comunidade (BAO, 2005), assim como convergências funcionais entre as duas línguas (MONTRUL, 2006).

Gráfico 1: Pesos relativos: posição em relação ao núcleo/posição linear comparada (JON-AND no prelo)

PR.N.A.: **elementos pré-nucleares adjacentes ao núcleo**
PR.N.N.A.: **elementos pré-nucleares não adjacentes ao núcleo**
N1: **núcleo na primeira posição**
N2: **núcleo nas demais posições**
PO.N.: **elementos pós-nucleares**

2 São situações captadas pela noção de <transmissão irregular>. Em realidade, essa noção vem ao encontro do conceito de <*group second language acquisition or shift*> 'aquisição de L2 por um grupo, ou mudança de língua' (WINFORD, 2003, p. 235-255), sendo essencialmente conceitos paralelos.

3 Quando uma comunidade muda de língua, abandonando uma língua A e adquirindo uma língua B.

Em português L2 e espanhol L2, a variação nas concordâncias é um fato. Regra geral, relativamente poucos aprendentes se aproximam da competência nativa nesse sentido (cf. HAWKINS; CHAN, 1997; FRANCESCHINA, 2003). Entre os fatores que influenciam a forma da L2 de aprendentes adultos, os seguintes são centrais em investigações atuais:

a. Simplificação: i.é, presença de formas reduzidas e regularizadas (KLEIN; PERDUE, 1997; MATHER, 2006; SIEGEL, 2004) – orientada pela natureza do *input* (p. ex., via frequências, saliências; transparência semântica e pragmática) e pela Gramática Universal (GU);
b. Transferência e relexificação:[4] formas estruturais da L1 do aprendente transferidas para a L2 incipiente (SIEGEL, 2006; SCHWARTZ; SPROUSE, 1994; SPROUSE, 2006);
c. SLA imperfeita: por exemplo, a *Failed Functional Features Hypothesis* (FFFH) (HAWKINS; CHAN, 1997; FRANCESCHINA, 2002, 2003), segundo a qual o aprendente adulto seria incapaz de adquirir traços das categorias funcionais parametrizadas, uma incapacidade condicionada pelo período crítico.

Além dessas noções, são pertinentes para a compreensão dos perfis de variação PL nos SN observados em estudos do português determinados aspectos de teorias morfológicas atuais e as observações de estudos sobre a aquisição L1 de PL no PB. Entre aqueles, se destacam o Modelo 4-M de Meyers-Scotton e Jake (2000), o modelo cognitivista de Pienemann (2000), baseado parcialmente na teoria morfológica de Booij (1995, 2003), e as perspectivas de Castro e Pratas (2006) e Costa e Figueiredo (2006) sobre a morfologia distributiva.

Myers-Scotton (1997, 2001), com base em dados provenientes de estudos de afasia bilingue, aquisição de L2 e alternância de códigos (*code-switching*) em falantes bilingues, explica como os lexemas de uma determinada língua podem ser inseridos nas estruturas sintáticas de uma outra língua. Nessas misturas, a estrutura sintática matriz pode conter morfemas *early system* – morfemas que são intrínsicos ao significado do quadro (*frame*) do lexema, e que são gerados junto com aquele quadro.

O Modelo 4-M (MYERS-SCOTTON; JAKE, 2000) propõe quatro classes de morfemas: morfemas de conteúdo e três tipos de morfemas de sistema; diferentes classes de morfemas de sistema são ativadas em diferentes fases da produção linguística. Os morfemas *early system* são ativados a nível do léxico mental como um tipo de satélite dos morfemas de conteúdo, e atribuem a eles determinados significados essenciais, como a definição, a referência e o número. Em contrapartida, os morfemas *late system* são atribuídos por meio de requisitos estruturais.

4 Segundo Siegel (2006, p. 31), a relexificação copia na L2 a entrada lexical da L1, concedendo-lhe uma forma nova, e mantém todas as propriedades da estrutura da L1; já a transferência envolve o uso de morfemas da L2 com somente algumas das propriedades dos morfemas correspondentes da L1.

A perspectiva de Myers-Scotton e Jake é especialmente pertinente para a presente discussão. Por um lado, o modelo estipula um mecanismo de mistura que poderia servir de plataforma para o desenvolvimento inicial do perfil estrutural da presença de PL no pré-núcleo, ou no núcleo em primeira posição. Por outro lado, a noção de que alguns morfemas de PL seriam mais <básicos> ou fulcrais, *early system*, em contraste com outros, *late system*, que seriam atribuídos pela estrutura sintática, vem ao encontro da recente Teoria de Processamento (*Processability Theory*) de Pienemann (2000), e das perspectivas atuais sobre a morfologia distributiva de Castro e Pratas (2006) e de Costa e Figueiredo (2006).

Pienemann (*op. cit.*), com fortes bases empíricas de dados de diversas L2, propõe fases de desenvolvimento de procedimentos de processamento cognitivo que correspondem a diferentes fases de aquisição morfológica e estrutural, que podem ser superimpostas. A uma fase inicial, sem morfologia, segue uma fase lexical, com flexão inerente. A flexão inerente é determinada pela escolha do falante e não é requerida pelo contexto sintático, mas pode ter relevância para a sintaxe (BOOIJ, 2007, p. 104). Corresponderia ao morfema *early system* de Meyers-Scotton e Jake (*op. cit.*). Em seguida, são implementados dois tipos de flexão contextual: uma flexão que envolve intercâmbio de informação intrassintagmática e uma outra que é intersintagmática. A flexão contextual, morfologia *late system* de Meyers-Scotton e Jake (*op. cit.*), envolve a representação das relações entre as palavras na estrutura sintática, a exemplo da concordância (BOOIJ, 2007, p. 104-112).

Castro e Pratas (2006), sobre a morfologia plural no crioulo de Cabo Verde e Costa e Figueiredo (2006), sobre o PL no PB, propõem diferentes realizações do morfema associado com a pluralidade, numa visão que parcialmente condiz com as referidas perspectivas psicolinguísticas cognitivistas. Assim, os morfemas são realizados de duas maneiras: como morfemas associados aos elementos que ancoram a informação sobre o número e a referência ou como morfemas dissociados, que são um reflexo de configurações sintáticas.

Finalmente, são relevantes os fatos aportados pelos recentes estudos da aquisição L1 da morfologia PL no PB, que atribuem um papel central às classes morfológicas fechadas (*closed class morphemes*) pré-nominais na orientação do desenvolvimento do sistema PL (CORRÊA; AUGUSTO; FERRARI-NETO, 2005).

2 Apresentação de alguns dados

Os diversos trabalhos já realizados sobre a variação na concordância de número no Sintagma Nominal (SN) em diversas variedades de português apontam para a existência de pelo menos uma condicionante linguística em comum: a posição relativa ao núcleo dos elementos não nucleares (SCHERRE, 1988; LUCCHESI, 2000).

Baxter (2004), estudando a concordância nominal de número no Sintagma Nominal (SN) nos Tongas; e Lopes (2001) e Lopes (2009), estudando o mesmo fenômeno em Salvador e a concordância de gênero nos Tongas, respectivamente, deixaram em evidência que não apenas a força da posição, mas também a da adjacência devem ser levadas

em conta ao se tratar do favorecimento da variação da concordância nominal de número no português.

Baxter (2004) e Lopes (2001) consideram que a variação da concordância nominal de número envolve dois tipos de morfemas gramaticais. O morfema de plural marcado seria aquele que é realizado à esquerda adjacente ao nome, que é adquirido conjuntamente a ele, cumprindo intenções do falante (definitude e outras), e o que está no nome em primeira posição; e são não marcados todos os outros no sintagma, já que a informação de plural já foi dada, e qualquer outro morfema que seja dado, inserido posteriormente, cumpre apenas informação simplesmente gramatical.

Começamos a discussão pelo estudo dos dados dos Tongas (BAXTER, 2004; 2009), precisamente porque esses estudos capturaram a linguagem das duas primeiras gerações de português L1, nascidas na comunidade, o que permite rastrear bem o desenvolvimento do PL. Baxter (2009), Quadro 1, estudando a concordância no sintagma nominal do português em quatro gerações de Tongas,[5] e do dialeto de Helvécia, registra pesos relativos de concordância diferentes entre as duas posições dos elementos à esquerda do núcleo: adjacente e não adjacente.

Nas faixas etárias 4 e 3 de falantes (que compreendem a primeira e a segunda gerações nascidas logo após o contato entre a língua africana e o português, e a formação da interlíngua L2), não há itens na posição à esquerda não adjacente, apenas na adjacente, com um peso relativo de concordância de .958, na faixa 3. Considera-se que a forma à esquerda adjacente é inserida primeiro por ser um morfema gramatical precoce. A segunda faixa etária já realiza sintagmas maiores e a marca de plural já ocorre na posição à esquerda não adjacente, sendo introduzida depois da inserção na posição adjacente. A posição adjacente, contudo, mantém-se mais influente, mas há uma diferença significativa entre as posições à esquerda: não adjacente, peso de .884, e adjacente, .913. Na primeira faixa etária, a posição à esquerda não adjacente tem um peso relativo de .770, e a adjacente, de .835. Considerando todos os informantes das quatro faixas etárias conjuntamente, sem separar por idade, registrou-se uma diferença de peso relativo de .12 entre os dois fatores: não adjacente, peso de .795, e adjacente, peso de .915, o núcleo em primeira posição registrando um peso quase igual a esse último.

Esses dados mostram um quadro que fortalece ainda mais um favorecimento da situação de adjacência ao núcleo, maior que a situação de não adjacência. A posição à esquerda em contiguidade com o núcleo é a primeira posição a ser marcada num processo aquisicional geracional nos Tongas, com um peso relativo de .97 (faixa 3) na fala dos informantes das últimas faixas.

5 Os Tongas são descendentes de africanos contratados nos séculos XIX e XX para trabalharem nas grandes roças de cacau e café. Em termos das origens dos africanos, das condições de trabalho na roça Monte Café, e do contexto para a aquisição do português, segundo Baxter (2002, 2004), existem vários paralelos com os emprendimentos agrícolas brasileiros de início do século XIX. Em Monte Café, a grande maioria dos africanos era do interior do continente e chegava sem conhecimentos do português. Na roça, mantiveram as suas próprias línguas e adquiriram o português como L2 através do contato. A presença das línguas africanas era sempre mantida e era sempre reformulado o português L2 pela renovação constante da população. O dialeto português dos Tongas divergiu bastante do português dos administradores. Foi só na década de 1950 que as crianças Tongas tiveram pleno acesso à educação, o que levou ao uso de modelos de português mais próximos do português europeu.

Quadro 1: Efeito de <posição e classe gramatical> - Faixas etárias e análise de conjunto: TONGAS e HELVÉCIA

(A) Dialeto de Helvécia	Faixa 1 (20 a 40 anos) *Significance = .010* *Log likelihood =-250.299*			Faixa 2 (41 a 60 anos) *Significance=.000* *Log likelihood =-175.023*			Faixa 3 (61 a 80 anos) *Significance = .007** *Log likelihood =-64.037*			Faixa *4* (85 a 103 anos) *Significance = .003* *Log likelihood =-54.849*			Análise global (as quatro faixas) *Significance = 0.048* *Log likelihood =-538.840*		
FATOR	**Nº PL**	**% PL**	***P.R.***	**Nº PL**	**% PL**	***P.R.***	**Nº PL**	**% PL**	***P.R.***	**Nº PL**	**% PL**	***P.R.***	**Nº PL**	**% PL**	***P.R.***
(2) 2ª posição à esquerda do núcleo, não adjacente	39/43	90.7%	**0.673-**	25/32	78.1%	**0.421**	8/8	100%	-	2/4	50%	-	74/87	85.1%	**0.479**
(3) Núcleo em 1ª posição	0/1	0%	-	0/0	100%	.	0/1	0%	-	0	0%	-	0/1	0%	-
(4) Núcleo em 2ª posição	127/550	23.1%	**0.153**	38/510	7.5%	**0.179**	9/241	3.7%	**0.111**	4/166	5%	**0.028**	121/1414	8.6%	**0.153**
(5) Núcleo em 3ª posição em diante	9/46	32.7%	**0.174**	2/42	4.8%	**0.001**	5/16	31.23%	**0.268**	3/10	30%	-	19/114	16.7%	**0.397**
(6) Itens à direita do núcleo	0/23	0%	-	0/26	0%	-	0/21	0%	-	0/20	0%	-	0/90	0%	-

(B) Dialeto dos Tongas	Faixa 1 20 a 40 anos) *Significance = .024* *Log likelihood =-573.605*			Faixa 2 (41 a 60 anos) *Significance=.005* *Log likelihood =-418.641*			Faixa 3 (>61 anos) *Significance = .036* *Log likelihood =-128.592*			Faixa 4 (>80 anos)**			Análise global (as quatro faixas) *Significance = .000* *Log likelihood =-1156.674*		
FATOR	**Nº PL**	**% PL**	***P.R.***	**Nº PL**	**% PL**	***P.R.***	**Nº PL**	**% PL**	***P.R.***	**Nº PL**	**% PL**	***P.R.***	**Nº PL**	**% PL**	***P.R.***
(2) 2ª posição à esquerda do núcleo, não adjacente	65/67	97%	**0.770**	26/27	96.3%	**0.884**	0/2	0%	.				91/96	94.8%	**0.795**
(3) Núcleo em 1ª posição	33/35	94.3%	**0.735**	6/6	100%	.	1/2	50%	.				40/43	93.0%	**0.798**
(4) Núcleo em 2ª posição	402/659	61%	**0.237**	158/597	26.5%	**0.243**	22/487	4.5%	**0.260**	0/71	0%	.	582/1805	32.2%	**0.223**
(5) Núcleo em 3ª posição em diante	61/96	63.5%	**0.273**	20/53	37.7%	**0.320**	0/13	0	.				81/162	50%	**0.267**
(6) Itens à direita do núcleo	30/76	39.5%	**0.144**	3/27	11.1%	**0.084**	1/15	6.7%	**0.024**	0/2	0%	.	34/120	28.3%	**0.112**

**** Não foi possível realizar uma análise VARBRUL da faixa 4. Contudo, uma rodada realizada com a inserção de um dado falso de marcação PL no fator (4) revela um P.R. de 0.999 para o fator (1) <1ª posição à esquerda, adjacente ao núcleo >**

etárias, que têm, no geral, uma taxa de concordância de 25% e um peso relativo de *input* de concordância de .11. Na aquisição da morfologia PL, o informante das faixas mais avançadas inicia a marcação de plural por essa posição. Depois, nas duas gerações sucessivas, o PL se desenvolve em outras posições para a esquerda do núcleo, no núcleo e, eventualmente, para a direita do núcleo. Este estudo sublinha o que aqui se defende: o morfema de plural do elemento à esquerda em contiguidade com o núcleo é um morfema sistêmico precoce – ele é, por isso, adquirido primeiro; os outros já são morfemas sistêmicos tardios, daí serem alvo de aprendizagem posterior – eles constituem um aparato puramente gramatical de concordância, conforme a aplicação que esta pesquisa faz da teoria de Myers-Scotton e Jake (2000a). Nos dados do dialeto de Helvécia, no mesmo quadro, a situação é, em termos gerais, muito semelhante àquela dos Tongas. São sintagmas registrados na faixa mais idosa dos Tongas os casos a seguir: "ISSOS coesa", "MUITOS criança aqui di Muçambique", "NAS costa. E panhare", "AS vez, brango sabia", "OS fujido e coria pruque", "ISSAS coesa.", "MEUS filho, eu", "BOAS coesa aqui eu nõ sei, "Tudo ISSOS coesa que ta vere aqui".

Nos dados dessa faixa etária (faixa etária 3), o SN é muito simplificado, apresentando, na maioria dos casos, apenas dois elementos: DET + N. Foram encontrados apenas dois registros de núcleo nominal em primeira posição. O núcleo quase sempre está precedido ou por numerais ou por elementos não nucleares (determinantes, adjetivos, possessivos). Mas, progessivamente, nas faixas de informantes mais novos, a estrutura do SN se desenvolve e já há concordância em núcleos nominais, o que demonstra que a inserção da marca de plural nos núcleos é posterior à inserção nos elementos pré-nominais (ou seja, elementos não nucleares à esquerda do núcleo, em adjacência a ele).

Quais seriam os motivos da configuração elementar do SN e da marcação de PL das faixas 3 e 4 dos Tongas? Baxter (2004, 2009) argumenta a favor do *input* de dados de L2 de falantes de línguas banto. Esse teria sido o modelo predominante de português disponível ao tonga criança, num contexto de isolamento na roça Monte Café, aonde a grande maioria africana chegava em ciclos constantes, a cada 3 a 5 anos. Dados demográficos da roça Monte Café de 1935 dão uma ideia da complexidade da situação: havia 685 africanos, 111 tongas adultos e 96 tongas crianças. Nesse período, havia menos de 50 portugueses presentes, espalhados pela sede e pelas várias dependências da roça.

É instrutivo a esta altura considerar os resultados em pesos relativos de estudos das cinco variedades listadas na seção 2: além de Helvécia e Tongas, também Almoxarife, Maputo e Salvador.

Tabela 1: Pesos relativos: posição em relação ao núcleo/posição linear comparada (derivado de JON-AND no prelo)

	MAPUTO **Moçambique** (Jon-And no prelo)	TONGAS **São Tomé** (Baxter 2009)	ALMOXARIFE **São Tomé** (Figueiredo 2008)	HELVÉCIA **Brasil** (Andrade 2003)	SALVADOR **Brasil** (Lopes 2001)
SUBSTRATE OR co-L1	BANTO L1	BANTO	CREOLE L1 (BANTO)	BANTO e KWA	Partial BANTO e KWA
Não adjacente, pré-núcleo	.34	.78	.65	.48	.67
Núcleo em 1ª	1.0	.87	.63	-	.52
Núcleo em 2ª	.3	.24	.23	.15	2ª .16 3ª .11 4ª .15
Pós-núcleo	.17	.17	.1	-	2ª .16 3ª .09 4ª .06 5ª 09

Aqui, apreciamos um paralelo muito forte em todas as variedades. Em realidade, o estudo de Lopes (2001) foi o primeiro a detectar o efeito da posição adjacente, tomando-se como objeto de observação os dados da fala popular e universitária de Salvador, Bahia. Nesse estudo, fica aparente que a estrutura do SN é muito mais complexa do que no português dos Tongas ou no dialeto de Helvécia, pois há uma estrutura pré-nuclear e pós-nuclear completa. Na mesma época, o perfil paralelo nos Tongas foi detectado em Baxter (2004, 2009). A aplicação da mesma matriz de análise revelou um fenômeno parecido em dados de Helvécia (ANDRADE, 2003; BAXTER, 2009), Almoxarife (FIGUEIREDO, 2008) e Maputo (JON-AND no prelo). Cabe acrescentar que, embora não haja espaço para apresentar pormenores, as comunidades que apresentam ligações mais diretas com o seu antecedente substratal e fases de L2 – Helvécia, Tongas, Almoxarife e Maputo –, todas manifestam mudança em direção à aquisição das marcas de PL.

3 Interpretação, explicação

Como interpretamos e explicamos esses perfis comuns? Por um lado, apontamos para a noção de um *input* de L2, nas credenciais diacrônicas ou sincrônicas dessas variedades. Apelando para as teorias sobre os motivos pelas falhas na L2 relativamente à aquisição completa de parâmetros da língua-alvo, pensamos que faz sentido postular uma convergência dos fatores simplificação (p. ex., o SN básico nas faixas 3 e 4 dos Tongas e Helvécia, na Tabela 1), transferência de traços de L1 e aquisição imperfeita. Contudo, dada a presença de substratos banto, consideramos de interesse especial a transferência estrutural. Ao mesmo tempo, apelamos para as teorias de aquisição morfológica formuladas com base na estruturação morfológica observada em dados empíricos da aquisição de L2, as noções de *early system* e *late system*, morfemas inerentes, locais, e morfemas

contextuais, sintáticos. E, finalmente, apelamos para a relevância das classes morfológicas fechadas (*closed class morphemes*) pré-nominais na orientação do desenvolvimento do sistema PL (CORRÊA; AUGUSTO; FERRARI-NETO, 2005).

Relativamente à transferência/relexificação, uma série de investigações recentes apontam para a importância desse fator em SLA (WINFORD, 2003), sobretudo em fases iniciais, e também na formação das línguas crioulas (MUFWENE, 1990; SIEGEL, 2006; SPROUSE, 2006). Também, em sociedades multilingues em que se tem desenvolvido uma segunda língua veícular e/ou oficial pós-colonial como L2 – por exemplo, o inglês da Singapura (WINFORD, 2003) ou o português de Moçambique (GONÇALVES, 2004) –, há amplas evidências nessas línguas da influência das línguas maternas originais dessas comunidades sobre as emergentes L2/L1 nacionais. Dadas as evidências da relevância dos processos de relexificação e transferência, é pertinente considerar a estrutura do SN e o tratamento do número nas principais línguas de substrato nas comunidades contempladas.

Para o português brasileiro popular, Guy (1981, p. 300-2) propõe a hipótese de que o perfil da marcação variável da morfologia PL no SN poderia ter as suas origens nos mecanismos de marcação de plural presentes nas línguas nígero-congolesas dos grupos kwa, por exemplo, iorubá, e banto, de Angola e da bacia do Congo. Aliás, ele aponta para o efeito que o contato entre essas línguas e o português teve no desenvolvimento do SN nas línguas crioulas de base portuguesa da África: no crioulo de Cabo Verde e no crioulo de São Tomé o marcador de plural tende a ocorrer no início do SN.

As línguas em questão têm em comum a característica de situarem um marcador de PL no início do SN, muitas vezes como um prefixo ou clítico, que é o caso das línguas banto, ou por meio de um marcador de plural ou um quantificador. Aliás, esses marcadores são comuns no início do SN, adjuntos ao classificador nominal. Este é o caso, por exemplo, das línguas balanta, papel e wolof, do grupo atlântico (WILLIAMSON; BLENCH, 2000), substratos do crioulo de Cabo Verde. Também é o caso das línguas da família kwa, entre os quais o iorubá e o fon, e as línguas da família banto (*op. cit.*), incluindo o kimbundo e o umbundo, todas línguas significativas na história do Brasil, e algumas delas relevantes ao caso de Monte Café (BAXTER, 2002). No iorubá, língua kwa, o pronome 3PL *awon* é colocado antes do nome, como marcador de PL, e o iorubá não tem concordância morfossintática no SN (WILLIAMSON; BLENCH, 2000). No crioulo de São Tomé, a indicação de PL é influenciada pelo substrato kwa (ALEXANDRE; HAGEMEIJER, 2007, p. 40), o plural é indicado em posição pré-nuclear pelo morfema *inen-* e não há outras indicações formais de plural no SN:

CRIOULO DE SÃO TOMÉ

(1) Inen funsiônariu
PL funcionário
'the inspectors'

No caso das línguas banto, a hipótese da transferência para o português é interessante. A língua umbundo, por exemplo, como as outras línguas banto, indica o plural no núcleo nominal por meio de um classificador nominal em forma de prefixo, que identifica a classe semântica do substantivo e pode também desempenhar funções dêiticas. Além disso, o umbundo tem um sistema de concordância por prefixos que se estende aos adjetivos, aos determinantes e a alguns elementos de enlace. A forma dos prefixos concordantes é determinada pelo classificador âncora do substantivo. Aliás, o morfema PL no classificador é a chave para a atribuição dos concordantes plurais aos outros itens no SN, pois a sua forma determina a forma dos concordantes subsequentes:

UMBUNDO

(2) a. u-kwenje u-wa
CLASSIFICADOR.SG- rapaz CONCORDANTE.SG-bom
'rapaz bom'
b. a-kwenje va-wa
CLASSIFICADOR.PL- rapaz CONCORDANTE.PL-bom
'rapazes bons'

É precisamente por isso que o adulto falante de uma língua banto que se encontra nas primeiras fases de aquisição do português poderia manifestar alguma sensibilidade para a indicação do PL numa posição à esquerda e adjacente ao núcleo do SN. Paralelamente, não esperaríamos que o falante de umbundo, por exemplo, manifestasse sensibilidade à marcação PL em posição de sufixo pós-nominal.

À luz das credenciais substratais das comunidades em estudo, é evidente que os aprendentes de português L2 (falantes de línguas da família nígero-congolesa, ou falantes de uma língua crioula que também marca o plural antes do núcleo) teriam bons motivos por desenvolver um SN com um forte perfil de marcação PL na periferia esquerda. Consideramos de especial interesse a variedade de Maputo, porque nesse caso a aprendizagem do português, apesar de ter como língua-alvo um português padrão na escola, ainda surge com variação. A variedade é de L2, e o seu perfil é muito parecido ao das variedades de português L1 contempladas neste trabalho, um fato que apontaria para a relevância de dados de L2 no desenvolvimento do perfil de PL naquelas variedades L1. Ainda mais, Jon-And (no prelo) contempla a idade do informante quando começou a aprender o português e atesta que os informantes que adquiriram o português antes de entrar na escola (= até os 6 anos) manifestam mais PL (pr. .86) do que os que só tiveram o seu primeiro contato com o português na escola (pr. <47, que diminui em proporção inversa à idade de aprendizagem). Isso, apesar de o português do professor e os materiais didáticos terem a concordância completa! Ou seja, a idade de aprendizagem afeta bastante a qualidade da L2.

4 E a variação na concordância de gênero?

Relativamente à variação na concordância de gênero (GEN), Lopes (2009) faz um estudo comparado de duas das variedades consideradas aqui: o português dos Tongas, em análise própria, e o dialeto de Helvécia, com base nas análises extensivas de Lucchesi (2000).

Em termos gerais, os fatos observados por Lopes sobre a configuração da variação em termos de ordem no SN e posição em relação ao núcleo, condizem com os pontos essenciais da nossa discussão do PL. As tabelas 2 e 3 apresentam, respetivamente, o perfil da variação GEN pelas faixas etárias e o perfil da variação na configuração estrutural do SN. Em primeiro lugar, a variação tem um perfil aquisicional em termos de estratificação etária:

Tabela 2: FAIXA ETÁRIA e GÊNERO no dialeto de Helvécia e nos Tongas

FAIXA ETÁRIA	HELVÉCIA Lucchesi (2000)	TONGAS Lopes (2008)
1. 20-30 anos	.63	.76
2. 40-60 anos	.59	.35
3. >61 anos	.28	.17

Também, o perfil do GEN na configuração do SN corresponde a fenômenos observados em estudos sobre a aquisição L2 do gênero em espanhol, que apontam para a expansão do fenômeno a nível sintático, começando no pré-núcleo, no primeiro item funcional. O modelo 4-M de Myers-Scotton e Jake (2001a), a teoria de Pienemann (2000) e a classificação morfológica de Booij (2007) dão conta desses passos, pois o processo passa de uma fase de morfologia inerente para uma fase de mofologia contextual (DET+N), mas não dão conta da direção da expansão, que é uma propriedade de padrões no *input* (veja-se abaixo). Contudo, há uma diferença de desenvolvimento no processo de expansão do GEN em comparação com o que se observou neste trabalho sobre o desenvolvimento do PL, porque o núcleo é o primeiro elemento a receber mais marcação de GEN (LUCCHESI, 2000). A ordem é: núcleo > determinante > adjetivo. Isso é evidente nos estudos de espanhol L2, e em um estudo que Mattos (2009) faz do gênero no português L2 de aprendentes chineses. Lucchesi (2000) também comenta a natureza dessa expansão.

Tabela 3: Efeito da posição relativa no SN sobre o GÊNERO no dialeto de Helvécia e nos Tongas

Posição Relativa no SN	HELVÉCIA Lucchesi (2000)	TONGAS Lopes (2008)
Esquerda não adjacente (A)	. 38	.38
Esquerda adjacente (B)	.54	.52
Direita adjacente (D)	.16	.15
Direita não adjacente (E)	.06	.04

5 Interpretação

No tocante à configuração do GEN na periferia esquerda do SN, haverá dois fatores em jogo, que já contemplamos em relação ao PL:

(i) Evidências no *input* relativamente à configuração do SN português. No estudo do português L2 de Mattos (2009), o determinante demonstrativo predomina no favorecimento do GEN. Lucchesi (2000, p. 254) observa uma preferência semelhante nos dados de Helvécia. A base dessa preferência pode estar no fato de o demonstrativo ser uma elemento frequentemente de duas sílabas e com mais tonicidade do que o artigo definido. Aliás, tem uma forte carga semântica: além da definitude, leva dêixis. Será mais perceptível.

(ii) Transferências em português L2 com substrato banto. Nas línguas banto, o classificador pré-nominal é um elemento fundamental no funcionamento da língua e esse classificador muda de qualidade fonológica conforme a classe semântica do nome. O falante de uma L-banto tem bastante sensibilidade em relação a essa parte do SN. Seria de esperar que houvesse alguma preferência pela marcação do GEN nessa posição em português L2. De fato, essa preferência é observada no estudo de Mattos (2009).

Resumindo, pode-se dizer que o perfil do GEN é bastante parecido com aquele do PL, e a explicação vai pelo mesmo caminho: processos de estruturação em aquisição de português L2, com possível reforço por parte do substrato. Por outra parte, também é interessante considerar os dois morfemas flexionais, PL e GEN, em sentido bilateral. Estudos aquisicionais sobre o espanhol e sobre o português (FRANCESCHINA, 2005; MATTOS, 2009; MONTRUL, 2004) apontam para o fato de o GEN se desenvolver antes do PL.[6] Baxter (1995) refere que a distribuição da variação PL e GEN em dialetos rurais brasileiros reflete uma relação implicacional: se um dialeto tem variação de PL, não tem necessariamente variação de GEN, mas, se um dialeto tem variação de GEN, tem variação de PL. Lucchesi (2000) sublinha esse fator relativamente ao dialeto de Helvécia. Ainda não dispomos de dados para fazer afirmações sobre esse fenômeno nos Tongas.

Conclusões

O presente trabalho relacionou, com os fatos discutidos, a variação da concordância à variável posição relativa, considerando a adjacência, e, com essa variável, também se fez um correlação com dados de aquisição segundo teorias atuais sobre a aquisição morfológica. Tomando por base a teoria dos 4-M, de Myers-Scotton e Jake (2001a), junto com as perspectivas de Pienemann (2000, 2002), a concordância nominal de gênero e número envolve dois tipos de morfemas: um morfema precoce, com relevância gramatical local (mas

6 Pode haver bons motivos por esses fatos, relativamente à configuração do número e gênero na gramática e ao processo de aquisição mesmo. Nas investigações sobre a aquisição da L1, alguns especialistas da área de processamento (*language processing*), que trabalham com o espanhol falado como L2, propõem que a atribuição do número decorre da construção da estrutura sintagmática, enquanto que o gênero já está presente na representação do lema (*lemma representation*) (FRANCESCHINA, 2005).

não concordante) e um gramatical tardio. O gramatical local precoce é aprendido muito mais cedo e sofre menos variação – os dados apontam para isso nos vários estudos feitos sobre o fenômeno ("AS manga ela tinha dado"); enquanto isso, os morfemas gramaticais tardios pontes são adquiridos depois e sofrem mais variação ("castigos HORRÍVEIS").

Relativamente aos motivos da variação, apelamos para as principais teorias aquisicionais atuais, sublinhando como causas a simplificação, a transferência e a impossibilidade de o aprendente da L2 reconfigurar parâmetros depois da aquisição da L1 ancestral. Atribuímos um papel especial à transferência a partir do substrato no reforço da posição adjacente à esquerda do núcleo como portadora dos morfemas gramaticais iniciais. No caso das variedades de português L1 contempladas, o forte perfil de PL (e de GEN) na periferia esquerda do SN no português L2 em épocas passadas terá passado para o português L1 em um período em que houve fortes contingentes de falantes da L2 que forneceram *input* para subsequentes gerações de falantes de português L1.

Nas variedades contempladas neste trabalho, se houve um modelo inicial não africano (ou não índio) no seu passado, oriundo do português europeu, este estudo concorda com as ideias de Naro e Scherre no sentido de que os africanos e os seus descendentes exageraram bastante essa tendência original. Ao mesmo tempo, à luz do que se sabe hoje em dia a respeito dos processos de aquisição, e de como caraterísticas de L2 podem influir no desenvolvimento de uma L1, parece lógico assumir que o africano teria influenciado o desenvolvimento do PL nas variedades consideradas, havendo ou não variação no modelo original.

Referências

ALEXANDRE, Nélia; HAGEMEIJER, Tjerk (2007). Bare nouns and the nominal domain in São Tomé. In: BAPTISTA, Marlyse (Org.). N*oun phrases in creole languages: a typological, semantic and structural study*. Amsterdam: John Benjamins. p. 37-59.

ANDRADE, Patrícia Ribeiro de (2003). *Um fragmento da constituição sócio-histórica do português do Brasi*l*: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

BAO, Zhiming (2005). The aspectual system of Singapore English and the systemic substratist explanation. *Journal of Linguistics*, n. 41, p. 237-267.

BAXTER, Alan N. (1995). Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro: divergências nas vertentes afro-brasileiras. *Revista internacional de língua portuguesa*, Lisboa, n. 14, p. 72-90.

BAXTER, Alan N. (2002). Semicreolization? The restructured portuguese of the tongas of São Tomé, a consequence of L1 acquisition in a special contact situation. *Journal of Portuguese Linguistics*, n. 1, p. 7-39.

BAXTER, Alan N. (2004). The development of variable NP plural agreement in a restructured African variety of Portuguese. In: ESCURE, Geneviève; SCHWEGLER, Armin (Org.). *Creoles, contact and language change: linguistics and social implications*. Amsterdam: John Benjamins. p. 97-126.

BAXTER, Alan N. (2009). A concordância nominal. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA. p. 269-264.

BAXTER, Alan N.; LUCCHESI, Dante. (1999) Un paso más hacia la definición del pasado criollo del dialecto afro-brasileño de Helvécia (Bahia). In: ZIMMERMAN, Klaus (Org.). *Actas del Congreso Internacional sobre Lenguas Criollas de Base Española y Portuguesa*. Berlin: Instituto Ibero-Americano, p. 119-141.

BOOIJ, Geert (1995). Inherent *vs*. contextual inflection and the split morphology hypothesis. In: BOOIJ, Geert; VAN MARLE, Jaap (Ed.). *Yearbook of morphology*, 1994. Dordrecht: Kluwer. p. 1-16.

BOOIJ, Geert (2007). *The grammar of words*. Oxford: Oxford University Press.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1975). *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.

CASTRO, Ana; PRATAS, Fernanda (2006). Capeverdean DP-internal number agreement: additional arguments for a distributed morphology approach. In: COSTA, João; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina (Org.). *Studies on agreement*. Amsterdam: John Benjamins. p. 11-24.

COELHO, Adolfo (1967 [1880-1886]). Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América. In: *Estudos linguísticos crioulos*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

CORNIPS, Leonie; HULK, Aaftke (2006). External and internal factors in bilingual and bidialectal language development: grammatical gender and the Dutch definite determiner. In: LEFEBVRE, Claire; WHITE, Lydia; JOURDAIN, Christine (Org.). *L2 acquisition and creole genesis*. Amsterdam: John Benjamins. p. 355-377.

CORRÊA, L. S., AUGUSTO, M.; FERRARI-NETO, J. (2005). *The early processing of number agreement in the DP*: *evidence from the acquisition of Brazilian Portuguese*. Trabalho apresentado no 30TH BOSTON UNIVERSITY CONFERENCE ON LANGUAGE DEVELOPMENT.

COSTA, João; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina (2006). Nominal and verbal agreement in portuguese: an argument for distributed morphology. In: COSTA, João; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina (Org.). *Studies on agreement.* Amsterdam: John Benjamins. p. 25-46.

FIGUEIREDO, Carlos Filipe Guimarães (2008). A concordância variável no sintagma nominal plural do português reestruturado de Almoxarife (São Tomé). *Papia*, Brasília, v. 18, p. 23-43.

FRANCESCHINA, Florencia (2002). Case and phi-feature agreement in advanced L2 Spanish grammars. In: *Eurosla Yearbook* 2. Amsterdam: John Benjamins. p. 71-86.

FRANCESCHINA, Florencia (2003). Parameterized functional features and SLA. In: LICERAS, Juana M. et al. (Org.). *Proceedings of the 6th generative approaches to second language acquisition conference* (GASLA). Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, p. 97-105.

GALVES, Charlotte (1993). O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 387-408.

GONÇALVES, Perpétua (2004). Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: arguments from the genesis of Moçambican African Portuguese. *Journal of pidgin and creole languages,* Amsterdam, n. 19(2), p. 225-259.

GUY, Gregory R. (1981). *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, sintax and language history*. University of Pennsylvania, PhD Dissertation. Ann Arbor: University Microfilms International.

GUY, Gregory R. (2005). A questão da crioulização no português do Brasil. In: STAHL, Ana Maria Zilles (Org.). *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 15-62.

HAWKINS, Roger; CHAN, Cecilia Yuet-hung (1997). The partial availability of Universal Grammar in Second Language Acquisition: The Failed Functional Features Hypothesis. *Second language research,* n. 13, p. 187-226.

HOLM, John (1987). Creole influence on Popular Brazilian Portuguese. In: GILBERT, G. G. (Ed.). *Pidgin and creole languages*: *essays in memory of John E. Reinecke*. Honolulu: University of Hawaii Press. p. 406-429.

JON-AND, Anna (*no prelo*). Concordância variável de número no SN no português L2 de Moçambique: algumas explicações sociais e linguísticas. *Revista de crioulos de base portuguesa e espanhola*.

KLEIN, Wolfgang; PERDUE, Clive (1997). The basic variety (or couldn't natural languages be much simpler?). *Second language research*, n. 13, p. 301-347.

LOPES, Norma da Silva (2001). *Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade*. Tese de Doutorado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

LOPES, Norma da Silva (2009). Um estudo do gênero nos Tongas e em Helvécia: uma comparação. *Papia*, Brasília, n. 19, p. 141–151.

LUCCHESI, Dante (2000). *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MATHER, Patrick-André (2006). Second language acquisition and creolization: same (i-) processes, different (e-) results. *Journal of pidgin and creole languages*, Amsterdam, n. 21(2), p. 231-274.

MATTOS, Isabel (2009). *The acquisition of NP gender inflection by Chinese learners of Portuguese as a foreign language*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Português, Universidade de Macau.

MONTRUL, Silvina (2006). Incomplete acquisition in bilingualism as an instance of language change. In: LEFEBVRE, Claire; WHITE, Lydia; JOURDAIN, Christine (Org.). *L2 acquisition and creole genesis*. Amsterdam: John Benjamins. p. 379-400.

MUFWENE, Salikoko S. (1990). Transfer and the substrate hypothesis in creolistics. *Studies in second language acquisition*, n. 12, p. 1-23.

MYERS-SCOTTON, Carol (1997). *Duelling languages: grammatical structure in codeswitching*. New York: Oxford University Press.

MYERS-SCOTTON, Carol; JAKE, Janice (2000a). Four types of morpheme: evidence from aphasia, code switching, and second-language acquisition. *Linguistics*, n. 38, p. 1053-1100.

MYERS-SCOTTON, Carol (2001). Implications of abstract grammatical structure: two targets in Creole formation. *Journal of pidgin and creole languages*, Amsterdam, n. 16, p. 217-273.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Marta. M. P. (1993). Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 9, número especial, p. 437-454.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Marta. M. P. (2000). Variable concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. In: McWHORTER, J. (Ed.). *Language change and language contact in pidgins and creoles*. Amsterdam: John Benjamins. p. 235-256.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Marta. M. P. (2007). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

PIENEMANN, Manfred (2000). Psycholinguistic mechanisms in the development of English as a second language. In: PLAG, Ingo; SCHNEIDER, Klaus P. (Org.). *Language use, language acquisition and language history*: *(mostly) empirical studies in honour of Rüdiger Zimmermann*. Trier: Wissenschaftlicher Verlag Trier. p. 99-118.

ROUGÉ, Jean-Louis (1992). Les langues des Tonga. In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (Org.). *Actas do Colóquio Internacional sobre Línguas Crioulas de Base Portuguesa*. Lisboa: Colibri. p. 171-175.

ROUGÉ, Jean-Louis (2008). A inexistência de crioulo no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Org.) *África no Brasil: a formação da língua portuguesa.* São Paulo: Contexto. p. 63-73.

SCHERRE, Martha. M. P. (1988*). Reanálise da concordância nominal em português*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SCHWARTZ, Bonnie D.; SPROUSE, Rex A. (1994). L2 cognitive states and the full transfer/ full access model. *Second language research*, n. 12, p. 40-72.

SIEGEL, Jeff (2003). Substrate influence in creoles and the role of transfer in second language acquisition. *Studies in second language acquisition*, n. 25(2), p. 185-209.

SIEGEL, Jeff. (2004). Morphological simplicity in pidgins and creoles. *Journal of pidgin and creole languages*, Amsterdam, n. 19(1) , p. 139-162.

SIEGEL, Jeff (2006). Links between SLA and creole studies. In: LEFEBVRE, Claire; WHITE, Lydia; JOURDAIN, Christine (Org.). *L2 Acquisition and creole genesis*. Amsterdam: John Benjamins. p. 15-46.

SPROUSE, R (2006). Full transfer and relexification: Second Language Acquisition and Creole Genesis. In: LEFEBVRE, Claire; WHITE, Lydia; JOURDAIN, Christine (Org.). *L2 acquisition and creole genesis*. Amsterdam: John Benjamins. p. 169-181.

WILLIAMSON, K.; BLENCH, R. (2000). Niger-Congo. In: HEINE, Berndt; NURSE, Derek (Org.). *African languages*: *an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 11-42.

WINFORD, D. (2003). *An introduction to contact linguistics*. Oxford: Blackwell.

Fluxos e contrafluxos: movimentos sociolinguísticos da comunidade de fala brasileira

Anthony J. NARO
Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq
Marta SCHERRE
Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq

Nosso objetivo na mesa "Contato linguístico na formação do português brasileiro" foi discutir o modelo de fluxos e contrafluxos, esboçado em Naro (1981) e retomado por Naro e Scherre (1991; 1993; 2002; 2003a; 2007), Scherre e Naro (2006) e Lucchesi (2006, p. 23).[1]

A primeira pesquisa quantitativa sobre a concordância verbo-sujeito variável no português do Brasil foi feita utilizando uma amostra da fala de vinte falantes analfabetos, matriculados no antigo MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) no Rio de Janeiro. Como esta amostra não foi escolhida aleatoriamente, ela não era, a rigor, representativa da fala do universo dos analfabetos do Rio de Janeiro, e muito menos ainda da comunidade como um todo. Apesar desta limitação, a análise do comportamento das faixas etárias na amostra sugeriu que o uso da concordância estaria a caminho da perda na comunidade, já que, de maneira geral, os falantes mais velhos eram mais propensos a usá-la do que os mais novos. Entretanto, havia algumas exceções: alguns poucos falantes com taxas altíssimas de uso das formas com concordância, embora estes falantes tivessem todas as características indicativas de desvantagens sociais e tivessem sido criados em comunidades tipicamente carentes onde o uso de língua padrão não era de se esperar. Estas circunstâncias levaram Naro (1981) a concluir que a concordância de número plural estaria em processo de perda na comunidade, em função da faixa etária; e em processo de aquisição por certos indivíduos, em função de características e tendências próprias destes indivíduos. Como estes falantes analfabetos não tinham contatos efetivos com os setores

1 Agradecemos à Comissão Organizadora do evento *ROSAE - I Congresso Internacional de Linguística Histórica*, na pessoa da professora Tânia Lobo, a oportunidade de publicar o texto que apresentamos nesta mesa-redonda, coordenada pela professora Norma da Silva Lopes. Uma versão levemente modificada e ampliada deste texto sairá também em um livro organizado pela professora Maria Cecília de Magalhães Mollica, a ser publicado pela Tempo Brasileiro.

da comunidade onde predomina o uso de formas padrão, Naro (1981) postulou a ação de um efeito de orientação cultural vicária, ou seja, a aquisição de valores dos grupos socialmente dominantes, entre os quais se inclui a presença de concordância plural. Este efeito vicário era medido através de contatos com a mídia dominante, especialmente as telenovelas.

Na amostra original, o aumento no uso da concordância era visivelmente observado no grupo vicário, constituindo um contrafluxo ao que parecia ser o fluxo principal em direção à sua perda. Entretanto, Naro (1981, p. 88) especula que, com o tempo, "o ressurgimento da concordância plural pode ocorrer nos grupos mais jovens, independentemente da orientação cultural." Pondera, à época, que "estudos futuros irão determinar se há alguma validade nesta especulação."

Tais estudos vieram de fato a ser feitos alguns anos depois no *Projeto PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua)*, do Rio de Janeiro, usando duas amostras aleatórias da comunidade de fala do Rio de Janeiro, constituídas nas décadas de 1980 e de 2000, separadas por um intervalo aproximado de 18 anos. Estas duas amostras aleatórias estratificadas em função da faixa etária, sexo e anos de escolarização são, estatisticamente, representativas do universo da comunidade da fala da qual foram extraídas. Portanto, desta vez, é, sem dúvida alguma, metodologicamente justificado comparar seus resultados numa tentativa de depreender tendências de mudança na comunidade.

A configuração das duas amostras do PEUL é a seguinte:

Amostra 1980 (cf. OLIVEIRA E SILVA; SCHERRE, 1996): 64 horas gravadas no início da década de 80 com 64 falantes da cidade do Rio de Janeiro, estratificados em função:

- do gênero: feminino e masculino;
- dos anos de escolarização: 1-4 anos, 5-8 anos, 9-11 anos de escolarização;
- da faixa etária: 7-14 anos; 15-25 anos; 26-49 anos; mais de 49 anos de idade.

Amostra 2000 (cf. PAIVA; DUARTE, 2003)**:** 32 horas gravadas em 1999/2000 com 32 falantes da mesma comunidade da amostra de 1980, com as mesmas características e subdivididos da mesma forma:

- do gênero: feminino e masculino;
- dos anos de escolarização: 1-4 anos, 5-8 anos, 9-11 anos de escolarização;
- da faixa etária: 7-14 anos; 15-25 anos; 26-49 anos; mais de 49 anos de idade.

Exemplos do fenômeno analisado são:

[1a] Cumé que eles **vivem** lá fora?

[1b] Eles **vive** dizeno isso...

[2a] **Vieram** os alunos, quatro...

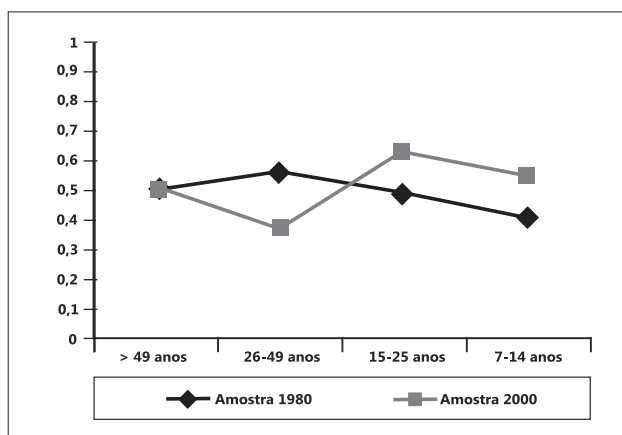
[2b] Aí **veio** aqueles cara correndo...

Da análise dos dados das duas amostras do PEUL, um fato é imediatamente óbvio: o uso de formas com concordância é mais alto na amostra de 2000, em aparente contradição com a conclusão anterior de Naro (1981) no sentido de que a concordância estaria a caminho da extinção na comunidade. As médias globais de concordância verbo/sujeito nas duas amostras, em dois pontos sucessivos no tempo, são:

Amostra 1980: 3425/4722=73%
Amostra 2000: 1724/2079=83%

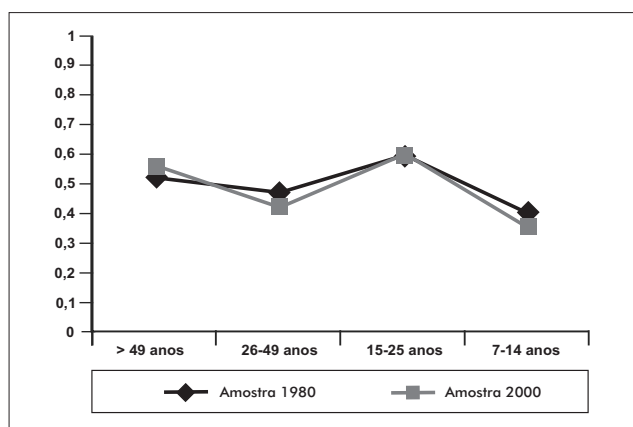
Há um aumento de 10 pontos percentuais, ou seja, de 13,7%, em um intervalo aproximado de 18 anos - uma geração. Trata-se de um dos movimentos do português brasileiro, neste caso, em direção a uma estrutura de maior prestígio nacional explícito (NARO; SCHERRE, 1991).

Além disso, os resultados de faixa etária nas duas amostras, no Gráfico 1, nos parecem instigantes. Na amostra de 1980, o efeito da faixa etária revela um padrão curvilinear para os todos os falantes, com a maior taxa de favorecimento da concordância na faixa de 26 a 49 anos, mas, na amostra de 2000, embora o padrão curvilienar se mantenha, inverte-se o efeito da faixa etária de 26-49 anos, que se evidencia como o grupo mais desfavorecedor. Os falantes da faixa etária de mais de 49 anos revelam os mesmos efeitos e os falantes mais jovens, de 7-14 anos e de 15-25, apresentam o mesmo padrão, mas com aumentos nos efeitos. A única tendência geral que se deixa entrever nos resultados da faixa etária é em direção à perda nos dois grupos mais jovens na década de 80, mas os dados de 00 não confirmam tal trajeto.

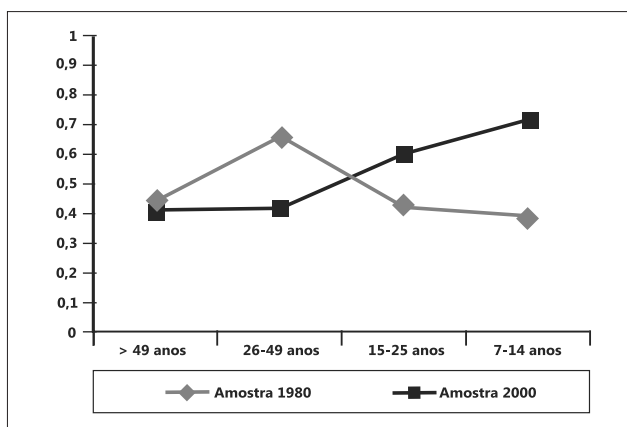
Gráfico 1: Efeito da faixa etária na presença da concordância verbal para todos os falantes: amostras de 1980 e 2000 de falantes da cidade do Rio de Janeiro (duas rodadas separadas)

A fim de melhor entender o papel da variável faixa etária, decidimos analisar separadamente os dados da fala dos homens e das mulheres das duas amostras (cf. SCHERRE; NARO, 2009). Nesse momento, queremos enfatizar que estamos efetuando uma separação

apenas analítica da fala dos dois sexos. Não se trata de camadas separadas da população, nem de grupos isolados um do outro. Pelo contrário, homens e mulheres estão em contato contínuo e íntimo na vida cotidiana, o que evidentemente não impede que cada sexo tenha padrões linguísticos próprios.

Como se pode observar no Gráfico 2a, os resultados dos dados dos homens mostram basicamente o mesmo padrão nas duas amostras:

Gráfico 2a: Efeito da faixa etária para os homens na presença da concordância verbal: amostras de 1980 e 2000 de falantes da cidade do Rio de Janeiro (duas rodadas separadas)

Naro e Scherre (2009) consideram que esta configuração pode ser devida à sobreposição de dois padrões etários: um padrão retilíneo mais antigo de perda de concordância na comunidade com um padrão curvilíneo indicativo de gradação etária ou de mudança no sistema do indivíduo ao longo de sua vida. O padrão retilíneo de perda pode ser visualizado nas taxas de concordância mais altas em falantes mais velhos e nas taxas mais baixas em falantes menos velhos, comparando o grupo de >49 anos de idade com o grupo de 26 a 49 anos. O padrão curvilíneo de gradação etária pode ser visualizado nas taxas mais altas no grupo etário intermediário de 15-25 anos, em comparação com os grupos de 26-49 anos e de 7-14. O padrão retilíneo dos dois grupos mais velhos constitui uma remanescência do movimento em direção à perda da concordância na comunidade.

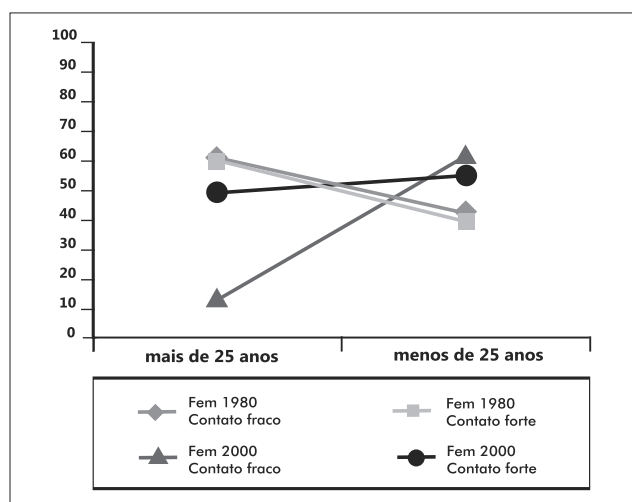
Como pode se observar na configuração do Gráfico 2b, os resultados dos dados das mulheres também revelam um padrão curvilinear na amostra de 1980, mas com um ápice mais tarde que os resultados dos homens, na faixa de 26 a 49 anos. Na amostra de 2000, diferentemente, as mulheres revelam um padrão claro de aquisição, com as falantes mais novas mostrando taxas consideravelmente mais altas de uso de concordância verbal.

Gráfico 2b: Efeito da faixa etária para as mulheres na presença da concordância verbal: amostras de 1980 e 2000 de falantes da cidade do Rio de Janeiro (duas rodadas separadas)

Em síntese, os resultados indicam que os homens, como um grupo, parecem não evidenciar mudança forte nas restrições sociais etárias que afetam seus padrões de uso no intervalo de 1980 a 2000. As mulheres, por sua vez, revelam estar em um processo etário de aquisição de formas de prestígio. O padrão etário curvilíneo do mercado de trabalho, mais característico dos falantes masculinos nas duas amostras de fala analisadas, não mais se manifesta nos dados da amostra de 2000 para as mulheres. Para elas, o uso das formas de prestígio se dá preferencialmente para os grupos com menos idade, inclusive a faixa de sete a 14 anos. Neste sentido, as mulheres jovens estão mudando em direção ao sistema avaliado pela comunidade de fala brasileira como padrão, um sistema com prestígio explícito, nitidamente percebido por meio de avaliações cotidianas dos brasileiros de diversas camadas sociais e profissionais, bem como por avaliações rotineiras e insistentes na mídia falada e escrita.

Convém agora voltar à especulação de Naro (1981), no sentido de que "o ressurgimento da concordância plural pode ocorrer nos grupos mais jovens, independentemente da orientação cultural". Como este ressurgimento parece ocorrer de fato apenas entre as mulheres, os dados dos homens neste momento não são relevantes à questão que aqui se coloca. Sendo assim, dividimos o grupo de mulheres em dois subgrupos de acordo com o contato com a mídia e testamos o efeito da idade em cada grupo nas duas amostras. Entretanto, como o tamanho das subamostras fica muito reduzido, vimo-nos obrigados a distinguir apenas dois níveis de contato com a mídia: fraco (pouco contato ou conteúdo não assimilado) e forte (conteúdo assimilado, possivelmente com visão crítica) e duas faixas etárias (mais de 25 anos e menos de 25 anos), nas amostras de 1980 e de 2000. Efetuamos, assim, quatro análises separadas para os dados das mulheres, cujos percentuais e pesos relativos em relação à presença de concordância verbal podem ser vistos na Tabela 1 e no Gráfico 3, a seguir.

Tabela 1: Efeito da faixa etária na presença da concordância verbal: amostras de 1980 e 2000 de falantes da cidade do Rio de Janeiro – dados das mulheres subdivididos em função do contato com a mídia (quatro rodadas separadas)

Amostra de 1980				
	Contato fraco		**Contato forte**	
	Frequências	pesos relativos	Frequências	pesos relativos
<25 anos	155/306=51%	**0,42**	350/530=66%	**0,39**
>25 anos	152/232=67%	**0,60**	513/582=88%	**0,60**
Range[2]		18		21
Amostra de 2000				
	Contato fraco		**Contato forte**	
	Frequências	pesos relativos	Frequências	pesos relativos
<25 anos	293/315=93%	**0,62**	100/124=81%	**(0,55)**
>25 anos	42/ 78=54%	**0,13**	597/695=86%	**(0,49)**
Range		49		06

Gráfico 3: Efeito da faixa etária na presença da concordância verbal: amostras de 1980 e 2000 de falantes da cidade do Rio de Janeiro – dados das mulheres subdivididos em função do contato com a mídia (quatro rodadas separadas)

Nos resultados da Tabela 1 e do Gráfico 3, a comunidade representada nas duas amostras é recortada de acordo com a orientação cultural das falantes, medida através de contato com a mídia, resultando em um grupo sem contato extensivo com a mídia (contato fraco) e outro, que costuma ler jornal e/ou outros veículos impressos, ver televisão (seja telenovelas, seriados, jornal etc.), ou manifestar outros tipos de contato (contato

2 Nos termos de Tagliamonte (2006, p. 242), a força de cada variável independente ou grupo de fatores "é medida pelo ´range` (diferença entre o peso relativo mais alto e o peso relativo mais baixo de fatores de uma mesma variável), que é então comparado com outros *ranges* de outras variáveis independentes.

forte). Como já dissemos, devido à escassez de dados em algumas células, os grupos etários são apenas dois, reunindo todas as falantes com mais de 25 anos, e as opondo às mulheres com menos de 25 anos. Com esse recorte, evidencia-se na década de 80 a tendência à perda da concordância vislumbrada por Naro (1981) nos dados dos mobralenses: tanto para o grupo com mais contato, como para o com menos contato, as falantes mais velhas apresentam efeitos que favorecem mais concordância do que as mais jovens. Os pesos para os dois grupos da década de 80 de contato são bastante semelhantes.

Na década de 00, o grupo com contato fraco mostra uma nítida inversão em relação ao padrão anterior, com as falantes mais novas exibindo taxas de uso da concordância consideravelmente mais altas que as falantes mais velhas, tanto nas frequências como nos pesos relativos. No grupo com contato forte, embora a tendência seja a mesma, a polarização é baixa e sem significância estatística. Como mostram Naro e Scherre (2009), o quase nivelamento nos falantes com mais contato com a mídia se deve ao fato de que não é mais a mídia que exerce o efeito maior. O que se instaura é o efeito da faixa etária, desvinculado do efeito da mídia, ao lado do forte efeito da escolarização. Novos *inputs* estão se instalado, via maior vivência com ambientes de letramento, em que se usam mais as variantes de prestígio explícito, a saber, a presença de concordância plural.

A comparação do comportamento das faixas etárias das duas amostras aponta precisamente para "o ressurgimento da concordância plural," que ocorre "nos grupos mais jovens, independentemente da orientação cultural," como previsto por Naro trinta anos atrás.

Reflexões

Nossos resultados sugerem que a grande comunidade de fala brasileira (cf. SCHERRE, 2006a; 2006b) contém grupos sociais que se movimentam por vias diacrônicas às vezes conflitantes, tais como a perda, a restauração, e a estabilidade, com ou sem mudança durante a vida do falante, como já vimos nas reflexões que fizemos em Naro e Scherre (1991 e 1993b) e que, embora com lupa diferente, Lucchesi (2006, p. 105) também vê. Como o falante forçosamente pertence a diversos grupos sociais, dão-se conflitos dentro da comunidade, dentro de subgrupos da população, e até mesmo dentro do indivíduo, especialmente quando traços de prestígio explícito estão envolvidos, como é o caso da concordância de número em português. Por exemplo, quando visto do ponto de vista do contato, no sentido mais amplo do termo (mídia, escola, ou seja, letramento de forma mais ampla), a tendência à reversão da perda da concordância aparece com certa nitidez em nossas análises com todos os dados da década de 2000 e com os dados das mulheres de 2000, em especial (e também em análises de outros estudiosos: ver, por exemplo, VIEIRA, 1997; LUCCHESI, 1998, 2006; RÚBIO, 2008). Isto, todavia, não acontece quando os mesmos dados são analisados por gênero, onde predomina o padrão etário curvilíneo do mercado de trabalho, para os dados dos homens das amostras de 80 e de 2000; e para

os dados das mulheres da década de 80. Esta circunstância decorre do fato de que, em qualquer recorte momentâneo da comunidade, podem existir realmente fluxos em uma direção predominante, acompanhados simultaneamente por contrafluxos por trilhas diferentes, e não necessariamente um único fluxo em determinada direção. A comunidade da fala é complexa, suas divisões sociais são sobrepostas, e seus componentes, ou seja, os falantes, podem ser impulsionados pelas diversas trajetórias, por vezes conflitantes, dos diferentes segmentos a que pertencem ou, pelo menos, se integram e, até, se entregam, nos diversos momentos da vida. Por isso, resultados do tipo "as mulheres são inovadoras" são, em verdade, apenas parciais. Toda mulher poderá ter também outras dimensões além do gênero feminino, por exemplo, identidade local, que podem empurrá-la em outra direção. Na realidade, não existem compartimentos sociais exclusivos. A realidade social é multidimensional e seu reflexo na variação linguística são os inevitáveis fluxos e contrafluxos (um dos exemplos clássicos é o trabalho de Labov (1972, p. 1-42; 2008, p. 19-62), a respeito da elevação da vogal base dos ditongos centralizados em Martha's Vineyard).

Nosso recorte momentâneo proporciona uma visão da dinâmica linguística em curtíssimo prazo e revela rotas de mudança por vezes conflitantes e outras vezes convergentes; uma visão mais abrangente, de prazo médio ou longo, revela o resultado do processo, normalmente uma evolução relativamente consistente em uma direção. Por exemplo, comparando o latim com as línguas românicas podemos constatar que o leque de categorias morfológicas contraiu notavelmente, tanto no sistema nominal como no sistema verbal. Naturalmente, durante os séculos de evolução devem ter existido fluxos e contrafluxos, com variação no uso desses sistemas, mas, com o passar do tempo, veio a predominar o fluxo na direção citada, ou seja, o fluxo de perda. As dimensões sociais que podem ter influenciado nesse processo ainda são desconhecidas, mas é uma hipótese plausível e sedutora o papel do afrouxamento da norma, no sentido natural do termo, em comunidades de fala dilaceradas e, aos poucos, reconstituídas, no meio de muita turbulência social.

Ao fluxo vitorioso, o linguista Edward Sapir (1949/1921) atribuiu o nome de 'deriva' (*drift*, em inglês). Esse conceito pode até parecer um pouco místico, mas na realidade trata-se apenas de um nome bonito atribuído a uma simples observação empírica: quando observadas a longo prazo, as línguas, e até famílias linguísticas, costumam exibir movimentações seculares consistentes. Por exemplo, o indo-europeu, com mais de 25 séculos de evolução, mostra, com poucas exceções, diminuição na quantidade total de categorias morfológicas, bem como na sua operacionalidade ao nível da fala.

Fluxos contínuos que atravessam as gerações são naturais, porque as gerações são contínuas. O construto teórico de 'geração *n*', em confronto com 'geração *n+1*', é uma abstração que nos leva a pensar em um quadro de descontinuidade inexistente no mundo real. À investigação sociolinguística cabe identificar as dimensões sociais que favorecem ou desfavorecem os fluxos e contrafluxos.

Nesta linha de raciocínio, vamos nos encontrar inevitavelmente com as ideias recentes de Lucchesi (1998; 2006) e Mattos e Silva (2001), que hoje, a nosso ver, voltam seus

olhos mais para a macrocomunidade linguística e os extremos do *continuum* da complexa comunidade de fala brasileira, virtude de todas as comunidades de fala conhecidas. Para nós, os fluxos e contrafluxos são características inerentes de qualquer comunidade de fala (cf. SCHERRE, 2006b) e/ou de comunidades de prática (cf. ECKERT, 2005) desde o micronível de um lar, passando por comunidades maiores, ainda com algum nível de contato como um bairro, até macrocomunidades como uma cidade, um estado, ou até uma nação. Em todos os níveis de comunidade, fluxos e contrafluxos podem predominar em qualquer momento sobre tendências de longo prazo em direções polarizadas porque os elementos que compõem a comunidade pertencem a diversas dimensões, que, por sua vez, determinam a própria existência da comunidade.

Referências

ECKERT, Penélope (2005). Variation, convention, and social meaning. Paper presented at the *Annual Meeting of the Linguistic Society of America*. Oakland CA. Jan. 7.

LUCCHESI, Dante (1998). A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais da mudança nas normas culta e popular. In: GROBE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (Ed.). *"Substandard" e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am Main: TFM. p. 73-99.

LABOV, William (1972). *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pensilvania.

LABOV, William (2008). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola.

LUCCHESI, Dante (2006). Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2001). De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro. V. II*: *primeiros estudos.* São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP: FAPESP. Tomo II. p. 275-301.

NARO, Anthony J. (1981). The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, n. 57, p. 63-98.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta Pereira (1991). Variação e mudança linguística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala. In: OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de; TARALLO, Fernando (Org.). *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, n. 20, p. 9-16.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta Pereira (1993). Flows and counterflows in variation and change. *XXII NEW WAYS OF ANALYZING VARIATION (NWAVE).* University of Ottawa: Ottawa.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta Pereira (2002). The individual and the community in real-time linguistic change: social dimensions. *New Ways of Analyzing Variation 31*, Stanford University. Inédito.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta Pereira (2003a). A trend study of number agreement in Brazilian Portuguese: social dimensions. *New Ways of Analyzing Variation 32.* Philadelphia: University of Pennsylvania. Inédito.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta Pereira (2003b). Estabilidade e mudança linguística em tempo real: a concordância de número. In: PAIVA, Maria da Conceição de;

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (Org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ. p. 47-62.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (2007). Acquisition of prestige forms: the changing role of gender and education. *New Ways of Analyzing Variation 36*. Philadelphia: University of Pennsylvania. Inédito.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta Pereira (2009). Aquisição de formas de prestígio: o papel do gênero em tempo real In: MEIRA, Vivian (Org.). *Português brasileiro: estudos funcionalistas e sociolinguísticos*. Salvador: EDUNEB. p. 65-91.

OLIVEIRA E SILVA, Gisele Machline; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.) (1996). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (2003). Introdução: a mudança linguística em curso. In: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (Org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ. p. 13-29.

RUBIO, Cássio Florêncio (2008). *A concordância verbal na língua falada na região noroeste do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

SAPIR, Edward (1949 [1921]). *Language: an introduction to the study of speech*. New York: Harcourt: Brace e World, Inc.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J. (2006). Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. *Sripta*, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 109-131.

SCHERRE, Maria Marta Pereira (2006a). Brazil/Brasilien. In: VON ULRICH AMMON, Herausgegeben; DITTMAR, Norbert; MATTHEIR, Klaus J.; TRUDGILL, Peter. (Org.). *Sociolinguistics/Soziolinguistik: an international handbook of the science of language and society*. 2 ed. Berlin/New York: Walter de Gruyter. v. 3, p. 2125-2131.

SCHERRE, Maria Marta Pereira (2006b). Speech community. *Encyclopedia of Language & Linguistics 2 (ELL2)*. Oxford: Elsevier. v. 11, p. 716-722.

TAGLIAMONTE, Sali. A. (2006). *Analyzing sociolinguistic variation*. Cambridge: University Cambridge Press.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues (1997). A não-concordância em dialetos populares: uma regra variável. *GRAPHOS. Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPB*, João Pessoa, ano II. v. 2, n. 1, p. 115-133.

A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica

Dante LUCCHESI
Universidade Federal da Bahia/CNPq

Introdução

A questão da relevância do contato entre línguas na formação histórica do português do Brasil voltou à cena na linguística brasileira na década de 1980, com a intervenção de dois linguistas norte-americanos. Gregory Guy (1981 e 1989), com base em análises variacionistas da fala de indivíduos não escolarizados do Rio de Janeiro, postulou que as condições sociais dos primeiros séculos da colonização do Brasil eram muito favoráveis à crioulização e que o português popular do Brasil seria o resultado de um acelerado processo de descrioulização de um crioulo português que se teria formado no século XVII. John Holm (1988 e 1992) resgatou o conceito de *semicrioulo*, utilizado por Serafim da Silva Neto na década de 1950, defendendo que o português teria passado no Brasil, devido ao contato linguístico, por um processo de *reestruturação parcial*, conceito que viria a sistematizar, de maneira mais abrangente, em 2004, ao traçar paralelos entre o que teria ocorrido no Brasil com o que ocorreu no sul dos Estados Unidos, no Caribe, na África do Sul e em colônias francesas no Oceano Índico.

No ano de 1992, Alan Baxter e Dante Lucchesi iniciam um trabalho de campo junto a comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia, algumas delas oriundas de antigos quilombos, para recolher evidências empíricas que comprovassem o efeito de mudanças induzidas pelo contato na formação das variedades populares do português brasileiro. Mais de quinze anos depois, essas pesquisas resultaram na publicação de um expressivo volume intitulado *O português afro-brasileiro* (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). O livro reúne os resultados de análises de dezesseis aspectos da morfossintaxe da fala de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas de diferentes regiões do interior do Estado da Bahia. Fundamentado teoricamente no conceito de transmissão linguística irregular (BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 2003 e

2008; LUCCHESI, BAXTER, 2009), o livro reúne uma expressiva quantidade de evidências empíricas de que o contato entre línguas desempenhou um papel central na formação das variedades populares do português brasileiro. Lucchesi (2000 e 2009) tem argumentado que as condições particulares da formação da sociedade brasileira não deram ensejo a um processo geral e duradouro de crioulização do português, apesar das similaridades entre o Brasil Colonial e algumas sociedades agro-exportadoras do Caribe onde vicejaram muitas das línguas crioulas hoje conhecidas. Porém, essas mesmas condições possibilitaram que as alterações produzidas pela aquisição defectiva do português como segunda língua por parte de milhões de índios aculturados e africanos escravizados se espraiassem na variedade de português que se formou entre os descendentes desses índios e africanos cuja resultante histórica na atualidade são as variedades populares do português do Brasil. Dessa forma, a formação do português popular brasileiro deve ser compreendida como um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, e não como um processo de transmissão linguística irregular radical, que está na origem das línguas pidgins e crioulas típicas. Diferentemente do processo radical, a transmissão linguística irregular de tipo leve se caracteriza não por uma reestruturação original da gramática, como ocorre na pidginização/crioulização, mas por uma erosão dos mecanismos gramaticais que não têm valor informacional. Assim, os efeitos mais notáveis do processo de transmissão linguística irregular no português brasileiro contemporâneo se concentrariam no maciço processo de variação no emprego das regras de concordância nominal e verbal.

Apesar dessa forte articulação entre fundamentação teórica, interpretação histórica e uma grande massa de dados empíricos, a pesquisa sobre a relevância do contato entre línguas na formação do português no Brasil teve de enfrentar muitas resistências e desconfianças, em grande parte devidas à forte tradição formalista que remonta ao nascimento da Linguística Moderna, quando Saussure decretou que a língua deveria ser analisada apenas em função de sua lógica interna. Porém, a maior resistência à essa pesquisa veio de onde menos se esperaria, de dois dos maiores nomes da Sociolinguística no Brasil. Já no início da década de 1990, Anthony Naro e Marta Scherre (1993) afirmaram que a crioulização do português no Brasil seria pouco provável e, invocando o conceito de *deriva* do linguista norte-americano Edward Sapir, afirmaram que o móvel dos processos de variação na concordância nominal e verbal que se observam hoje no português brasileiro seriam tendências seculares já presentes na língua portuguesa antes de se iniciar o processo de colonização do Brasil. Desde então, além de questionar os fundamentos teóricos do conceito de transmissão linguística irregular (NARO; SCHERRE, 2003), Naro e Scherre vêm se dedicando à recolha de evidências empíricas no português arcaico e em descrições de variedades populares do português europeu contemporâneo que refutem a hipótese da participação do contato entre línguas na formação do português brasileiro.

No mesmo evento em que lançou o livro *O português afro-brasileiro*, o *ROSAE*, *I Congresso Internacional de Linguística Histórica*, em Homenagem a Rosa Virgínia Mattos e Silva, Dante Lucchesi apresentou sua primeira crítica pública aos fundamentos lógicos, teóricos

e empíricos da hipótese da deriva secular como móvel inicial dos processos de variação que se observam hoje no português do Brasil, em uma mesa-redonda da qual também participaram Anthony Naro e Marta Scherre. Este texto é baseado nessa apresentação e é dividido em duas grandes seções.[1] Na primeira seção, é feito um panorama da pesquisa sobre o contato entre línguas no Brasil, levada adiante, desde 2002, no Projeto *Vertentes do Português Popular da Bahia*, sediado na UFBA e coordenado por Dante Lucchesi. A seção descreve, numa primeira subseção, os processos de mudança induzidos pelo contato que se observam no português popular do Brasil, com notáveis paralelos com os que se observam em línguas crioulas de base lexical portuguesa da África, e apresenta sumariamente o conceito de *transmissão linguística irregular*, numa segunda subseção. Em sua última seção, o texto trata da hipótese da deriva secular. Em sua primeira subseção, é feita uma apresentação da hipótese da deriva secular, que, segundo Naro, seria mais direta e simples, fazendo com que a hipótese do contato entre línguas constituísse uma excrescência teórica. Na segunda subseção, buscamos demonstrar que a hipótese da deriva entra em contradição com a própria visão histórica que Naro e Scherre apresentam para a formação do português brasileiro. Tal visão aponta para uma relação muito mais direta e simples entre simplificação morfológica e aquisição imperfeita de uma segunda língua por falantes adultos. Portanto, a hipótese da deriva é que constituiria um construto teórico abstrato desnecessário e oneroso. Na última seção, apresentamos uma série de fatos empíricos que não podem ser explicados pela hipótese da deriva ou a contrariam frontalmente. Por fim, na conclusão deste texto, falamos sobre as implicações deste debate para o desenvolvimento da pesquisa sobre a realidade sociolinguística do país.

1 A pesquisa sobre o contato entre línguas no Brasil

Há quase vinte anos, o Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia* tem desenvolvido uma ampla pesquisa de campo no interior do Brasil, particularmente no Estado da Bahia, buscando sistematizar evidências empíricas da relação historicamente motivada entre certas características morfossintáticas da norma popular brasileira e o maciço contato do português com as línguas indígenas e africanas ocorrido nos primeiros séculos da formação da sociedade brasileira.

O primeiro grande resultado dessa pesquisa é a publicação do livro *O Português afro-brasileiro*, que reúne um conjunto de análises de dezesseis aspectos da morfossintaxe da gramática de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia, algumas delas possivelmente oriundas de antigos quilombos. Esse livro contém reflexões teóricas e análises empíricas suficientes para estabelecer uma relação histórica empiricamente motivada entre o contato linguístico e algumas das características mais proeminentes do atual português popular do interior do país.

1 Esta versão contém novos conteúdos que não constaram da apresentação original, em função das óbvias limitações de uma sessão oral.

1.1 Processos de mudança induzidos pelo contato entre línguas na formação do português popular do Brasil

A hipótese reitora da pesquisa é a de que a aquisição precária do português como segunda língua por parte de milhões de índios brasileiros e africanos escravizados, bem como a socialização dessa variedade defectiva do português entre esses segmentos e a sua nativização entre os índios e afro-descendentes, desde o início da colonização do Brasil até meados do século XIX, desencadeou processos de variação e mudança nas variedades populares da língua portuguesa no Brasil, que se concentram na erosão de marcas morfológicas que não possuem valor informacional, tais como:

1. **A concordância nominal e verbal**

    (1) Meus filhoØ trabalhaØ na roça.

2. **Flexão de caso dos pronomes pessoais**

    (2) a. Ele viu **nós** na feira.

    b. Maria não gosta mais de **eu**.

    c. Num vô mais **tu**.

Esse tipo de simplificação morfológica é uma característica geral das situações de contato entre línguas massivo,[2] radical e abrupto, em que se formaram boa parte das variedades populares do português brasileiro e os crioulos de base lexical portuguesa da África. E os paralelos linguísticos entre essas variedades linguísticas são notáveis. O crioulo de base lexical portuguesa de Cabo Verde não possui concordância de número no SN, sendo o plural marcado muitas vezes apenas no determinante, como se pode ver no exemplo (3) abaixo. Já em (4), temos um exemplo da falta de concordância de gênero no Crioulo da Guiné-Bissau. Por fim, as frases apresentadas em (5) e (6) revelam a falta de flexão de caso do pronome *mi* da 1ª pessoa do singular e do pronome *bo* da 2ª pessoa do singular no crioulo caboverdiano, pois as diferenças fônicas que se observam em (5) b. e c. decorrem do processo de cliticização do pronome em relação ao verbo, tanto na posição de sujeito, em (5) a., quanto na posição de objeto, em (5) c.; o mesmo processo morfofonológico de cliticização do pronome ocorre com *bo*, na posição de objeto, em (6) b.

(3) kes mininu tá fla tcheo.

Aqueles meninos falam demais. (Português Padrão)

Aqueles menino fala muito. (Português Popular)

(4) I tene **un** *fiju femya* **bonitu**.

Tem uma filha bonita.

(lit. *Tem um filho fêmea bonito.*)

(5) a. **Mi** e fliz. 'eu sou feliz'

2 Empregamos conscientemente aqui o neologismo *massivo*, apesar de o vocábulo, de uso corrente na historiografia e na sociologia, não ser abonado pelos nossos melhores dicionários.

b. **N** tá faze izarsísi. 'eu estou fazendo exercício'

c. El dà-**m** un livr. 'ele me deu um livro'.

(6) a. **Bo** tá faze izarsísi. 'você está fazendo exercício'.

b. El dà-**b**' un livr. 'ele deu a você um livro'.

A morfologia de número e pessoa do verbo também é uma área da gramática em que se encontram paralelos notáveis entre o português popular brasileiro e os crioulos de base portuguesa da África, como se pode ver no seguinte Quadro:

Quadro 1: A flexão de número e pessoa do verbo no caboverdiano e no português brasileiro

Crioulo Caboverdiano	Português Popular Brasileiro	Português Padrão
n'tá fla	eu falo	eu falo
bu tá fla	você /tu fala	tu falas
e tá fla	ele(a) fala	ele fala
nu tá fla	nós / a gente fala(mo(s))	nós falamos
nhu tá fla	vocês fala(m)	vós falais
es tá fla	eles fala(m)	eles falam

Como se pode ver no quadro acima, o processo de crioulização do caboverdiano eliminou todas as marcas flexionais de número e pessoa do verbo, que, no português padrão, individualizam cada uma das seis pessoas do discurso. Já no português popular do Brasil, observa-se também um amplo quadro de variação que resulta do mesmo processo de simplificação que ocorreu na crioulização do caboverdiano, só que com menor intensidade. Nas variedades populares do português brasileiro, só o emprego do morfema da primeira pessoa do singular não é afetado por um processo estrutural e sistemático de variação. E o fato de se observar a variação até na 1ª pessoa do singular em algumas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas reforça essa hipótese da relação histórica entre a simplificação na flexão verbal e o contato entre línguas, pois é natural que essas comunidades de fala remanescentes de antigos quilombos sejam aquelas em que os reflexos do contato entre línguas sejam mais evidentes (cf. LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009).

Por outro lado, o contraste em relação ao grau de variação no emprego das regras de concordância nominal e verbal entre as chamadas norma culta e popular do português brasileiro também constitui uma evidência empírica em favor da relação histórica entre essas características da fala popular brasileira e o contato entre línguas. De acordo com a visão da polarização sociolinguística do Brasil (LUCCHESI, 1994, 2001, 2002 e 2006), só as variedades populares do português brasileiro foram afetadas mais diretamente pelo contato entre línguas, enquanto a norma linguística da elite socioeconômica do país sempre sofreu uma forte influência dos padrões linguísticos da antiga Metrópole, só sendo afetada indiretamente pelo contato entre línguas, em função das relações com os falantes da base social, como no caso das relações entre patrões/senhores e empregados/escravos domésticos. Essas duas vertentes na formação histórica da realidade sociolinguística brasileira se manifestam de forma contundente na diferença que hoje se observa

na frequência de aplicação da regra de concordância verbal com a 3ª pessoa do plural (e.g., *eles trabalham / eles trabalha*), que, entre os falantes com nível superior completo nas grandes cidades, é quase categórica (cf. GRACIOSA, 1991) e cai para menos de vinte por cento do total na fala das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas no interior do Estado da Bahia (cf. SILVA, 2003). Ou seja, o processo de simplificação morfológica induzido pelo contato afeta drasticamente a fala popular, ao passo que dele, na norma culta, só se vê um pálido reflexo.

Não é, portanto, sem razão que a falta de concordância verbal e nominal constitui um verdadeiro *estereótipo*[3] no universo da norma urbana culta. O desprezo das classes dominantes pela maioria da população do país, sedimentado em uma das maiores concentrações de renda do planeta, tem no preconceito linguístico um de seus mais eficazes mecanismos ideológicos de legitimação. O estigma social que se abate sobre os reflexos mais notáveis dos processos de mudança induzidos pelo contato na fala popular legitima na superestrutura a exploração e exclusão dos mestiços, afrodescendentes e indiodescendentes que se opera na infraestrutura das relações sociais de produção.

Assim, deslinda-se um processo histórico que relaciona a simplificação morfológica da fala popular brasileira com o contato linguístico massivo e radical engendrado pela estrutura social da colonização do Brasil. Essa origem comum aproxima o português popular brasileiro das línguas crioulas da África e do Caribe. Entretanto, os dados históricos disponíveis permitem afirmar que não houve processos de crioulização socialmente representativos e perenes do português no Brasil, o que não descarta a hipótese da ocorrência de processos localizados e efêmeros de pidginização/crioulização do português, sobretudo nas sociedade agro-exportadora do nordeste brasileiro, no século XVII (cf. LUCCHESI; BAXTER, 2006; e LUCCHESI, 2009). Portanto, para compreender como o contato afetou as variedades populares do português brasileiro, é preciso superar a estreita dicotomia pidginização/crioulização *versus* evolução interna. Ou seja, é preciso pensar que existe uma graduação na intensidade dos processos de contato entre línguas determinando um gradiente de variedades linguísticas que se formam nessas situações de contato.

1.2 A transmissão linguística irregular

A ideia de uma *crioulização leve* ou de uma *semicrioulização*, proposta inicialmente por Silva Neto (1963 [1951]) e retomada por Holm (1992), encontra a sua formalização teórica no conceito de *transmissão linguística irregular* (BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 2003 e 2008; e LUCCHESI; BAXTER, 2009).[4] A transmissão linguística irregular é um conceito mais amplo do que o de pidginização/crioulização, pois engloba, tanto os processos de mudança provenientes do contato entre línguas através dos quais uma determinada língua sofre alterações muito profundas na sua estrutura, do que resulta

3 Para definição do conceito de estereótipo, veja-se Labov (1972).

4 O conceito de *transmissão linguística irregular* guarda grandes similaridades e alguma complementariedade com o conceito de *reestruturação linguística parcial* de John Holm (2004).

o surgimento de uma outra entidade linguística denominada *pidgin* ou *crioulo*, quanto os processos nos quais uma língua sofre alterações decorrentes do contato com outras línguas, sem que essas alterações cheguem a configurar a emergência de uma nova entidade linguística qualitativamente distinta.

Os processos de contato massivo e radical entre línguas, como aqueles criados no bojo da expansão colonialista europeia, entre os séculos XVI e XIX, caracterizam-se, em linhas bem gerais, por um duplo movimento. Primeiramente, ocorre uma forte erosão gramatical da língua do grupo dominante (a *língua-alvo* ou *língua lexificadora*), no momento inicial do contato, quando se forma um código de comunicação emergencial, denominado na crioulística como *jargão* ou *pré-pidgin* e constituído basicamente por um vocabulário bastante restrito da língua do grupo dominante que os falantes dos grupos dominados adotam para desempenhar funções comunicativas básicas. O segundo movimento ocorre quando o pré-pidgin é adotado para a comunicação entre os falantes do grupo dominado, o que determina uma ampliação do seu espectro funcional. As novas demandas comunicativas que essa situação cria levam a um incremento da estrutura gramatical do pré-pidgin, que se vai convertendo na variedade linguística da comunidade de fala que se forma na situação de contato. As línguas pidgins e crioulas resultam desse processo de reestruturação gramatical, em situações em que o acesso aos modelos da língua-alvo é muito restrito. Assim, a estrutura gramatical das línguas pidgins e crioulas se forma a partir de dois processos possíveis nesse tipo de situação:

(i) a transferência de mecanismos gramaticais das línguas nativas dos falantes das outras línguas para o pré-pidgin, no processo de formação de um *pidgin estável* ou de um *pidgin expandido*;

(ii) a gramaticalização do pré-pidgin com base nos dispositivos universais da faculdade da linguagem que atuam na aquisição da língua materna, quando o pré-pidgin se converte em modelo para a aquisição linguística das crianças que nascem na situação de contato; ou seja, quando ocorre a *crioulização*.

Deve-se ter em conta também que nem todos os mecanismos gramaticais da língua lexificadora que se perdem no processo de estabelecimento do pré-pidgin são reconstituídos na pidginização/crioulização. Os mecanismos que geralmente são reconstituídos são, entre outros, o sistema de tempo, modo e aspecto dos verbos, os complementizadores e os marcadores de estruturas predicativas (esses dois últimos, não raro, por meio da gramaticalização de verbos no que se tem chamado de *serialização verbal*). Por outro lado, as regras de concordância nominal e verbal e outros mecanismos gramaticais sem valor informacional, ou que expressam categorias gramaticais mais abstratas, tendem a não ser reconstituídos, daí a ideia geral de que as línguas pidgins e crioulas são morfologicamente mais simples do que as suas línguas lexificadoras (MUYSKEN; SMITH, 1994; SIEGEL, 2008).

A primeira grande diferença entre as línguas pidgins e crioulas, de um lado, e as demais variedades linguísticas que se formam na situação de contato – as *variedades*

vernáculas parcialmente reestruturadas, na designação de Holm (2004) –, de outro, radica na reestruturação original da gramática e decorre do grau de acesso aos modelos da língua-alvo. A reestruturação original da gramática das línguas crioulas, seja pelas transferências do substrato, seja pela crioulização, está diretamente ligada ao acesso aos modelos da língua dominante, por conta da segregação social das comunidades crioulófonas. Porém, se os falantes das outras línguas, e sobretudo os seus descendentes – como no caso brasileiro dos *crioulos* (filhos dos escravos africanos nascidos no Brasil) – têm um maior acesso aos mecanismos gramaticais da língua-alvo, o mais plausível é que, por exemplo, ocorra a reinserção de um morfema flexional de tempo e modo da língua dominante, do que a criação de uma partícula pré-verbal via gramaticalização de uma auxiliar ou de um advérbio, para desempenhar a mesma função. Assim, os processos de reestruturação original da gramática em variedades parcialmente reestruturadas pelo contato são raros ou marginais.

A segunda diferença menos afasta do que aproxima as línguas pidgins e crioulas das variedades parcialmente reestruturadas. Trata-se da simplificação morfológica. Os mecanismos gramaticais sem valor informacional, que se podem denominar de *gramática aparente*, são universalmente afetados nas situações de contato massivo entre línguas. Entretanto, enquanto na pidginização/crioulização eles são geralmente eliminados, nos processos de transmissão linguística irregular menos intensos, ou mais leves, o resultado mais normal não é a eliminação desses mecanismos, mas um quadro de ampla variação no seu emprego. Portanto, as diferenças entre os crioulos portugueses da África e o português popular brasileiro, no que concerne às regras de concordância nominal e verbal e à flexão de caso dos pronomes pessoais, são meramente quantitativas, pois ambos os cenários derivam de um mesmo processo de mudança: a simplificação morfológica inerente às situações de contato massivo entre línguas. Portanto, a visão mais ampla, subjacente ao conceito de transmissão linguística irregular, permite definir o português popular do Brasil como uma variedade parcialmente reestruturada pelo contato entre línguas, tendo como resultados mais proeminentes a ampla variação no uso de mecanismos gramaticais sem valor informacional.

A teoria contida no conceito de transmissão linguística irregular permite articular as similitudes nas condições sócio-históricas em que se formaram as variedades populares do português (particularmente o português afro-brasileiro) e os crioulos portugueses da África com as notáveis correspondências linguísticas aqui apresentadas, de forma a descortinar um profícuo campo de pesquisa sobre a história sociolinguística do Brasil que contempla a diversidade étnica da sociedade brasileira e incorpora setores que sempre foram marginalizados pela história oficial da língua. Essa perspectiva também rompe com os limites de uma história única do português brasileiro das análises diacrônicas formalistas que se baseiam exclusivamente em registros históricos da língua das elites. Contudo, apesar de resgatar os contextos sócio-históricos da formação das diversas variedades do português brasileiro, esse programa de pesquisa, encampado decididamente pelo *Projeto*

Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, sediado na UFBA (www.vertentes.ufba.br), encontrou os seus maiores adversários não nas hostes do formalismo, mas no "fogo amigo" da sociolinguística.

2 A grande oposição: o surpreendente resgate da visão imanentista

A maior resistência à pesquisa sócio-histórica que busca precisar o papel do contato entre línguas na formação da realidade linguística brasileira tem sido levantada surpreendentemente por dois dos maiores sociolinguistas do Brasil: Anthony Naro e Marta Scherre. Desde o início da década de 1990,[5] esses dois pesquisadores têm publicado artigos que visam a negar a proeminência do contato entre línguas na formação do português brasileiro. O conjunto de trabalhos produzidos desde então por esses autores foi reunido em um volume significativamente intitulado *Origens do português brasileiro*, publicado em 2007. Ao contrário do que se espera de sociolinguistas, Naro e Scherre minimizam a ação dos chamados fatores externos, como o contato entre línguas, identificando como móvel para a formação do português brasileiro as tendências internas ao sistema linguístico e buscando sua fundamentação teórica no conceito de *deriva linguística* do estruturalismo norte-americano do início do século XX. Dessa forma, Naro e Scherre resgatam a visão imanentista, segundo a qual a história de uma língua é regida pela lógica de sua estrutura interna. A língua, assim concebida, desenvolve-se de forma autônoma em uma direção prefigurada, e os contextos históricos e sociais que determinam o seu uso apenas podem acelerar ou retardar essas tendências internas. Tal visão predominou na Linguística Moderna durante a hegemonia do modelo estruturalista, mas perdeu qualquer sustentação teórica, com a superação do Estruturalismo, sendo exatamente a fragilidade de suas formulações sobre a mudança uma das principais causas da crise e da superação desse modelo no desenvolvimento da Linguística Moderna (cf. LUCCHESI, 2004).

Apesar disso, Naro e Scherre apoiam-se centralmente na antiga visão dos primórdios do estruturalismo norte-americano, passando por cima de todo o contexto sócio-histórico da formação da realidade linguística brasileira e de sua estrutura sociolinguística atual. Para além da ausência de fundamentação teórica, as seções seguintes buscarão revelar as contradições internas do raciocínio desses autores, bem como a falta de sustentação empírica da sua visão.

2.1 A hipótese da deriva secular

Apesar de darem um grande destaque em sua argumentação à expressão *confluência de motivos*, chegando a afirmar que "forças de diversas origens [...], juntas, se reforçaram para produzir o português popular do Brasil", Naro e Scherre (2007, p. 25) concentram todos os seus esforços para tentar provar a prevalência das forças internas nesse processo.

5 Naro e Scherre (1993).

Para esses autores (2007, p. 50), as principais características do português popular brasileiro (PPB) resultam de uma deriva românica:

> [A concordância variável de número entre o sujeito e o verbo, entre os elementos do sintagma nominal e no sintagma predicativo nos dialetos não padrão do português do Brasil tem] origem unicamente na antiga deriva secular das línguas indo-européias em geral, e das línguas românicas em particular, em direção a uma gramática com menos flexão nos termos de Sapir (1949/1921: 145-170).

Dessa forma, sua posição é sumarizada da seguinte maneira:

> A língua portuguesa falada em Portugal antes da colonização do Brasil já possuía uma deriva secular que a impulsionava ao longo de um vetor de desenvolvimento.
> No Brasil, este vetor se encontrou com forças que reforçavam e expandiam a direção original. (NARO; SCHERRE, 2007, p. 47)

Portanto, toda a base a teórica da explicação de Naro e Scherre para o desenvolvimento do PB assenta no conceito de *deriva linguística* proposto pelo linguista norte-americano Edward Sapir, no início da década de 1920. Os autores retomam a formulação de Sapir, com base no seguinte trecho:

> "a língua se move ao longo do tempo num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva", [de modo que] "as mudanças dos próximos séculos estão em certo sentido prefiguradas em certas tendências não perceptíveis no presente". (SAPIR, 1949 [1921], p. 150-1, *apud* NARO; SCHERRE, 2007, p. 26, nota de rodapé 3)

Em consonância com esse princípio, Anthony Naro (2007, p. 182-3), chega à seguinte conclusão:

> Já que as estruturas relevantes existiam no próprio português, insistimos que não há necessidade de postular outras fontes, tais como interferência de línguas de configuração estrutural distinta (africanas, ameríndias ou quaisquer outras), efeitos de simplificação durante o processo de aprendizagem, ou quaisquer outras circunstâncias alheias à própria língua portuguesa.

Para Naro, sua conclusão está fundamentada em "um princípio heurístico geral da construção de teorias científicas" de autoria do egrégio frade franciscano do século XIV Guilherme de Ockham, que é apresentado da seguinte maneira:

> O princípio, em uma de suas formulações originais, determina [...] "é inútil fazer com mais o que se pode fazer com menos" ou, em outra, [...] "múltiplas entidades não devem ser postuladas sem necessidade". Conhecida como a Navalha de Ockham, esta doutrina ensina a cortar qualquer excrescência teórica que não contribua para explicar os dados relevantes. [...] entre duas ou mais teorias com as mesmas conseqüências empíricas, deve-se preferir a que for menos elaborada ou mais simples, i.e., com menos construtos e mecanismos teóricos.

Para ilustrar tal princípio, recorre à conhecida analogia com o caso de "um fazendeiro que, numa bela manhã, dá pela falta de alguns carneiros de seu rebanho":

> [O fazendeiro] conclui que os carneiros devem ter sido comidos pelos lobos que ele vira na floresta vizinha à sua propriedade no dia anterior. Mas ele poderia também pensar que ouvira dizer que há leões no zoológico que fica na capital. Talvez tenham escapado alguns leões e estes poderiam ter comido os carneiros. [...] Ou, então, poderia ter havido uma invasão despercebida de extraterrestres, casualmente famintos exatamente por carneiros. A Navalha de Ockham determina que a primeira teoria é a que deve ser preferida, por envolver menos construtos teóricos do que a teoria da fuga dos leões ou a da existência de extraterrestres.

Porém, invocando um outro princípio heurístico, o da *múltipla causalidade*, Naro (2007, p. 184) afirma, em relação "às origens do português brasileiro":

> poderíamos admitir que, embora todas as características da língua popular do Brasil sejam derivadas em primeira instância de variedades do português europeu da época, mesmo assim seriam relevantes TAMBÉM outras circunstâncias alheias à Europa, tal como interferência lingüística, simplificação, crioulização etc.[6]

E, então, faz o seguinte desafio (2007, p. 184-5):

> Dada a existência prévia comprovada dos traços ditos crioulizantes na língua transferida para o Brasil, cabe aos proponentes de uma teoria múltipla, tal como a origem crioula, ou semicrioula, declarar quais são as consequências empíricas não cobertas pela teoria da origem européia que a teoria crioula, mais complexa por ser múltipla, prevê. No que diz respeito às ORIGENS estruturais do português brasileiro, a hipótese da procedência estritamente portuguesa dos traços brasileiros supostamente típicos está confortavelmente fora do alcance da Navalha de Ockham, que nos parece estar fragilmente pendurada, pronta para cortar as excrescências da teoria crioulista, ou semicrioulista, criadas, em especial, para interpretar os traços lingüísticamente estigmatizados.[7]

Aceitamos aqui o desafio proposto por Naro, e vamos buscar demonstrar na próxima seção que a hipótese da origem europeia dos traços característicos do PPB entra em contradição com a própria visão de Naro e Scherre sobre a história sociolinguística do Brasil e que a deriva linguística deve ser descartada como uma *excrescência teórica*, já que é um construto teórico desnecessário em face da relação mais simples, direta e empiricamente motivada entre a aquisição precária de uma segunda língua por parte de falantes adultos em situações de aprendizado não sistemático e o processo de simplificação morfológica que caracteriza o PPB.

2.2 Uma forte contradição interna

No panorama histórico que apresentam para a formação linguística do Brasil, Naro e Scherre (2007) afirmam, entre outras coisas, que:

(i) "[...] a língua dos diversos grupos se influenciavam, principalmente através do aprendizado de segundas línguas por parte de falantes não nativos adultos." (p. 29)

6 Grifo do original.

7 *Idem*.

(ii) “[...] não podemos deixar de suspeitar que a pidginização em si, quase endêmica no Brasil desde o início da Colônia [...], tenha exercido influência no desenvolvimento do português brasileiro.” (p. 32)

Afirmam ainda (2007, p. 26) que esse pidgin já continha “um amplo leque de traços variantes pidginizantes, incluindo uso variável de flexões verbais e nominais”.

A referência a um pidgin no Brasil por parte de Naro e Scherre carece de precisão, tanto na sua definição teórica, quanto na definição das situações sociolinguísticas envolvidas. O que se denomina *pidgin* deve ser visto sempre como um processo, não como uma entidade linguística estática, com um perfil nítido (MÜHLHÄUSLER, 1986). A situação em que uma grande quantidade de falantes adultos de diversas línguas ininteligíveis entre si é forçada a se comunicar usando os recursos da língua de um grupo dominador minoritário, tal como se deve ter passado ao longo da colonização do Brasil, dá ensejo a um código de comunicação muito restrito denominado *jargão* ou *pré-pidgin*. Nesse estágio inicial, um conjunto muito reduzido de palavras referenciais (nomes, verbos, adjetivos, advérbios) é adquirido para o desempenho de funções comunicativas muito limitadas entre dominantes e dominados, sem qualquer suporte gramatical consistente. Com a consolidação da comunidade linguística heterogênea, as funções comunicativas do jargão, ou pré-pidgin, vão-se ampliando, sobretudo quando ele passa a ser utilizado na comunicação entre os membros do grupo dominado. E, com isso, vai ocorrendo a sua estruturação gramatical, que pode atingir um nível tal, como no caso do tok pisin, em Papua-Nova Guiné, que essa variedade linguística exibe uma estrutura gramatical similar à de qualquer língua humana.

A formação de um pidgin estável, ou expandido, não é um processo frequente, pois demanda condições históricas bem específicas, como as que se verificaram em Papua-Nova Guiné. Na história sociolinguística do Brasil, tais processos foram muito raros e localizados, se é que aconteceram de fato. Entretanto, a formação de *pidgins restritos* deve ter sido geral e muito recorrente. Siegel (2008, p. 26) define essa variedade linguística da seguinte maneira:

> Pidgins restritos são caracterizados sociolinguisticamente como variedades de contato estabilizadas que são usadas apenas para a comunicação básica entre pessoas que não compartilham a mesma língua. O que têm em comum linguisticamente é a simplicidade morfológica [...]: ausência de morfemas gramaticais de flexão e partículas gramaticais raras, quando não ausentes. Coisas que são expressas gramaticalmente em outras línguas não são explicitamente expressas (por exemplo, ausência de complementizadores para indicar subordinação), ou são expressas lexicalmente (por exemplo, advérbios, ao invés de qualquer tipo de morfema para indicar relações de tempo e aspecto). Além disso, em comparação com suas línguas lexificadoras, têm um menor número de pronomes e preposições e apenas um único marcador pré-verbal de negação.
> [...]
> Exceto pelo fato de não estarem estabilizados, pré-pidgins são geralmente similares aos pidgins restritos em termos de simplicidade morfológica.[8]

8 Traduzido do original inglês.

Há uma ampla pesquisa sobre pidgins restritos[9] que pode fornecer evidências cruciais para compreender como o contato entre línguas atuou na formação histórica das variedades populares do português no Brasil. Sobre os fatores que atuam na formação dos pidgins restritos, predominam as visões que focalizam as condições especiais em que ocorre essa aquisição de segunda língua, geralmente rotuladas *teorias de aquisição imperfeita de segunda língua* (MUYSKEN; SMITH, 1994, p. 10). Nessa linha, ganha destaque a abordagem construtivista (BAKER, 1997 e 2000), que revela que, em muitas dessas situações de contato, antes de apreender a língua do grupo dominante, os indivíduos querem desenvolver "um meio de comunicação interétnica", com os recursos disponíveis naquele meio. Além disso, em muitos casos, os falantes do grupo dominado não estão interessados em aproximar a sua variedade de segunda língua da língua do grupo dominante, até para conservar a sua identidade própria (RAMPTON, 1997).

Dessa forma, há uma estreita relação entre a aquisição de segunda língua por parte de falantes adultos em situações não sistemáticas e a formação de pré-pidgins ou pidgins restritos (WEKKER, 1996; FIELD, 2004; SIEGEL, 2008). No processo de aquisição de segunda língua em geral, o aprendiz vai construindo modelos aproximativos da língua-alvo denominados *interlíngua* (IL). Nos estágios iniciais, a IL se caracteriza pela ausência de dispositivos gramaticais. As abordagens que se fundamentam na teoria gerativa da gramática postulam que, inicialmente, os aprendizes só têm acesso aos modelos de projeções lexicais, não acessando os modelos das projeções funcionais (VAINIKKA; YOUNG-SCHOLTEN, 2006); ou seja, as gramáticas de segunda língua inicialmente só dispõem de categorias lexicais e não de funcionais (HAWKINS, 2001), o que explica a ausência de dispositivos gramaticais.

O que diferencia a pidginização da aquisição sistemática de segunda língua é que, enquanto, no segundo caso, o aprendiz avança para modelos de IL cada vez mais próximos da língua-alvo, os falantes das outras línguas estacionam nos estágios iniciais, no caso dos pidgins restritos. Com efeito, há uma série de estudos que estabelecem paralelos muito significativos entre as características gramaticais dos estágios iniciais de IL e pidgins que têm a mesma língua-alvo ou lexificadora. Esses estudos, realizados nas últimas décadas do século XX, têm como base empírica a fala de trabalhadores imigrantes na Europa e na América do Norte. Um estudo de Shummann (1978) mostra que, na fala de um trabalhador imigrante aprendiz do inglês, se encontram características típicas dos pidgins de base inglesa, tais como:

(i) *no* como partícula de negação pré-verbal
(ii) ausência de inversão nas perguntas
(iii) ausência de verbos auxiliares
(iv) ausência de flexão verbal de passado

9 Tal é o caso do pidgin inglês da China (BAKER, 1987), do pidgin da Groelândia (VAN DER VOOT, 1996), do pidgin inglês nauru (SIEGEL, 1990), do pidign ndyuka-trio (HUTTAR; VALENTIE, 1997), do pidgin Delaware (GODDARD, 1997), do pidgin francês do Vietnam (REINECKE, 1971), do pidgin inglês do Havaí (BICKERTON, 1981) e pidgin fijian (SIEGEL, 2008), entre outros.

Um amplo projeto de pesquisa da *European Science Foundation*, na década de 1980, promoveu o estudo de variedades de segunda língua empregadas por trabalhadores de diversas línguas nativas (árabe, finlandês, italiano, espanhol e turco) que tinham como língua-alvo o holandês, o inglês, o alemão, o francês e o sueco. Klein e Perdue (1997) apresentam resultados muito interessantes desse projeto, revelando que quase um terço dos indivíduos pesquisados permanecia nos estágios iniciais de IL, que eles denominaram *Variedade Básica* (VB). Assim como os pidgins restritos, a VB caracteriza-se pela quase ausência de morfemas flexionais e de complementizador, elenco muito reduzido de pronomes e preposições, partícula de negação única e pelo emprego de advérbios para expressar o tempo, modo e aspecto.

Portanto, as pesquisas desenvolvidas desde as últimas décadas do século XX dão suporte empírico e teórico mais do que suficiente para identificar a origem da variação na concordância nominal e verbal que se observa hoje nas variedades populares do português brasileiro na simplificação morfológica que ocorreu nas situações de aquisição de segunda língua não sistemática por parte de falantes adultos e na formação pré-pidgins e pidgins-restritos, que certamente surgiram entre os trabalhadores africanos nos engenhos de cana-de-açúcar, nas plantações de fumo, algodão e café, bem como nas minas, ou até mesmo em quilombos espalhados pelo interior, ou seja, nos contextos mais representativos da história sociolinguística do Brasil. Diante disso, não há o menor sentido em recorrer a uma categoria pré-teórica, abstrata e quase metafísica, intuída no início do século passado, a *deriva linguística*.

Em outras palavras, se Naro e Scherre assumem que processos históricos concretos como a pidginização e a aquisição precária de segunda língua por parte de falantes adultos foram decisivos na formação das variedades populares do português no Brasil, e esses processos empiricamente comprovados por si só já implicam simplificação morfológica, não é preciso invocar um construto teórico abstrato, desprovido de comprovação empírica, a *deriva secular românica*, para explicar essa simplificação morfológica. Assim, a própria visão histórica apresentada por Naro e Scherre para a formação das variedades populares do português brasileiro torna a *deriva secular* uma excrescência teórica: *se temos os lobos da vizinhança [do contato linguístico], não precisamos invocar os ETs [da deriva românica] para explicar o sumiço dos carneiros*.

Além de ser uma abstração teórica desnecessária – em face da relação teoricamente fundamentada e empiricamente comprovada entre aquisição imperfeita de segunda língua e simplificação morfológica –, a hipótese da deriva ou da origem europeia não dá conta de uma série de fatos empíricos da formação do português popular que não têm paralelo na variedade europeia do português, como reconhecido pelo próprio Naro.

2.3 Fatos empíricos não explicados pela teoria da deriva secular

Naro e Scherre (2007, p. 32-33) afirmam que a origem da variação na concordância verbal no português popular brasileiro se encontra em um processo de desnasalização, que já existia na língua de Portugal antes da colonização do Brasil:

> Existe evidência empírica a sugerir que, em etapas anteriores do desenvolvimento da concordância verbal variável, o tipo *comem/come*, em que atua a regra fonológica da desnasalização, liderava maciçamente a redução da concordância (Naro, 1981a: 93). Daí conclui-se que a redução morfológica da concordância é um desenvolvimento mais tardio, criado a partir da ampliação da redução fonológica. De fato, essa primeira etapa – a desnasalização – existe na fala popular de Portugal [...] a regra atua tanto em nomes (*virgem* como *birge*) como em verbos (*vertem* como *bérte*). Temos aí uma origem européia da redução da concordância verbal, sem qualquer influência exterior necessária, africana ou ameríndia. Essa regra é, aliás, bem antiga; a omissão da nasal final é frequente nos textos medievais portugueses e até em latim clássico a nasal final era fraca

Naro e Scherre defendem a existência de um processo prévio de nasalização variável, mas não apresentam evidências empíricas nem sustentação teórica para explicar a passagem da variação fônica (desnasalização) para a variação morfossintática (variação na concordância verbal). Há uma lacuna não explicada: como uma desnasalização rarefeita promoveu processos de simplificação morfológica tais como: *comeu/comeram*; *fiz/fizeram* e *é/são*? Invocar a analogia, tão cara à Filologia do século XIX, nesse caso, não é apenas um anacronismo, é um desatino teórico e epistemológico, até porque, assim, é possível explicar qualquer coisa (o que, frente a critérios rigorosos de aferição de explicação científica, equivale a não explicar coisa alguma), até um processo muito pouco plausível como esse, em que algo quase imperceptível se torna o móvel para alterações em contextos altamente sensíveis. Como argumentou Gregory Guy (1989, p. 236-7):

> Identifico vários problemas com a explicação de Naro, tal como essa mudança poderia ser transmitida de um falante para outro se ela começa, como afirma Naro, em contextos em que ela era teoricamente imperceptível.

Além disso, há evidências empíricas que contrariam a afirmação de que "a regra fonológica da desnasalização, liderava maciçamente a redução da concordância". Tais evidências podem ser encontradas na própria análise de Scherre e Naro (1997), bem como na de Monguilhott e Coelho (2002), sobre a variação na concordância verbal no que se tem chamado português popular urbano brasileiro. Se a variação tivesse início na desnasalização para depois se expandir para os outros contextos, atualmente o contexto em que os falantes menos aplicariam a regra de concordância verbal deveria ser o das formas do tipo *falam* e *comem*, que indicam o plural apenas com a marca da nasalização. Porém, as tabelas 1 e 2 abaixo revelam que os falantes fazem muito menos concordância no contexto do sujeito posposto – 26%, no Rio de Janeiro, e 52%, em Florianópolis (cf. tabela 2) – do que no contexto de simples desnasalização – 61%, no Rio de Janeiro, e 73%, em

Florianópolis (cf. tabela 1).[10] Esse cenário é muito mais compatível com o de um fenômeno de natureza puramente morfossintática, que sempre esteve condicionado fortemente por fatores sintáticos, e claramente contraditório a um fenômeno com supostas origens fônicas que se transubstanciou em fenômeno morfossintático.

Tabela 1: Realização da concordância verbal segundo o morfema de plural

MORFEMA	Rio de Janeiro (PEUL)			Florianópolis (VARSUL)		
	nº de oco.	freq.	P.R.	nº de oco.	freq.	P.R.
-m Ex.: *canta*(*m*), *come*(*m*)	1.361/2.229	61%	.27	663/903	73%	.24
alia Ex.: *fez/fizeram, é/são, etc.*	2.008/2.403	84%	.56	588/680	86%	.60
TOTAL	3.369/4.632	73%		1.251/1.583	79%	

Tabela 2: Realização da concordância verbal segundo a posição do sujeito

POSIÇÃO	PEUL-RJ			VARSUL		
	Oc.	Freq.	P.R.	Oc.	Freq.	P.R.
Posposição	50/194	26%	.08	132/255	52%	.13
Outras posições	2368/3017	78%	.49	1119/1328	84%	.58
TOTAL	3369/4632	73%		1251/1583	79%	

Além de não explicar a variação na concordância com a 3ª pessoa do plural, a hipótese da deriva nem sequer pode ser invocada para a explicar a variação que atinge todo o paradigma verbal no português brasileiro, particularmente a 2ª pessoa do singular e a 1ª do plural, pois não há qualquer paralelo com o que se observa no português europeu, fato admitido por Naro (2007, p. 180):

> [...] não encontramos na documentação portuguesa vista até o momento menção do uso da desinência verbal da 3ª pessoa do singular em contexto de 1ª pessoa do plural em frase do tipo *nós vai* [...]. Outro caso não documentado em Portugal é a *variação tu fala / tu falas*, caso que pode existir sem concordância quase categoricamente em diversas áreas dialetais brasileiras [...]. Uma hipótese sedutora é a de que a variação com *nós* e com *tu* entrou ou se implementou via inserção de *a gente* e de *você* no quadro pronominal

Tal hipótese, longe de ser sedutora, é insustentável, pois Lucchesi (2007) demonstrou que a simplificação do tipo *nós vai* se dá independentemente da inserção do *a gente* na pauta de pronomes pessoais. Nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, os mais velhos, que usam menos o *a gente*, são aqueles que mais usam a estrutura do tipo *nós vai.*

Assim, a simplificação da concordância verbal em formas do tipo *tu fala* e *nós vai* não tem paralelo no português europeu, não se podendo postular uma origem europeia do fenômeno, nem pode ser explicada no quadro teórico da deriva secular. Conforme argumentado na primeira seção deste capítulo, a hipótese da transmissão linguística irregular é mais simples, empiricamente fundamentada e teoricamente consistente, e dá

10 Os resultados dessas tabelas foram extraídos de Monguilhott e Coelho (2002), para a cidade de Florianópolis, e de Scherre e Naro (1997), para a cidade do Rio de Janeiro.

conta de todo o amplo quadro de variação na concordância verbal que atinge, em algumas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, todas as pessoas do discurso, inclusive a 1ª pessoa do singular (*eu trabalha*), como se pode ver esquematicamente no quadro abaixo:

PREMISSA	FATO	CONCLUSÃO
Uma tendência geral nas situações de contato massivo, abrupto e radical é a eliminação da morfologia verbal de pessoa e número	A maioria das variedades do português popular do Brasil se formou em situações de contato linguístico massivo	O quadro de variação encontrado atualmente nas variedades populares do português do Brasil é o resultado de processos de mudança desencadeados por situações de contato entre línguas
EVIDÊNCIA EMPÍRICA A morfologia verbal foi eliminada em todos os processos conhecidos de crioulização da língua portuguesa		

O valor explicativo dessa hipótese está na facilidade como ela pode ser submetida ao critério da *falseabilidade*, proposto por Karl Popper (1975[1934]) e altamente aceito, em várias áreas do conhecimento científico, como critério de aferição do valor de explicações científicas. O raciocínio aqui proposto pode ser falseado com apenas um contra-exemplo. Basta que seja apresentada uma situação empiricamente comprovada em que o contato massivo, radical e abrupto não produziu uma erosão na morfologia flexional de pessoa e número do verbo. Portanto, a hipótese da transmissão linguística irregular é mais simples, direta e empiricamente testável.

O mesmo não se aplica, de maneira alguma, à hipótese da deriva secular, como se pode ver, esquematicamente, no quadro abaixo:

Haveria uma tendência românica para a desnasalização	**Em que medida?** **Qual a fundamentação teórica?**
Essa desnasalização se concentrou nas formas verbais do tipo *come/comem*	**Por quê?**
A variação fonológica do tipo *come/comem* se transformou em variação morfológica, atingindo formas como *fez/fizeram*	**Como?**
O morfema de 2ª pessoa do singular é eliminado na fala popular de muitas regiões brasileiras, sendo categórica a estrutura *tu vai*, sem qualquer paralelo identificado no português europeu	**Sem explicação**
A variação *nós vai/vamos* ocorre na fala popular brasileira em níveis próximos ao da variação *eles trabalha/trabalham*, sem qualquer paralelo identificado no português europeu	**Sem explicação**

Se a hipótese da deriva é problemática no que concerne à explicação da variação na concordância verbal no português popular brasileiro, ela é ainda mais frágil quando se trata da variação na concordância nominal de número.

O raciocínio de Naro e Scherre (2007, p. 33) para explicar as origens da variação na concordância nominal de número no português popular do Brasil é análogo ao da explicação das origens da variação na concordância verbal. Se a variação na concordância verbal teve início em um processo de desnasalização já presente no português europeu (PE) em função de uma deriva românica, a variação na concordância nominal teve o seu

início na perda do *-s* final que já ocorreria no PE também por causa de uma deriva românica. Porém, Naro e Scherre admitem serem "raras as menções à ausência do *-s* final no PE" e que a queda desse segmento só ocorre "em circunstâncias especiais". Na verdade, os casos que os autores relatam devem ser vistos mais como assimilação aos segmentos seguintes do que propriamente como uma queda.

Porém, afirmam que, "na história das línguas românicas em geral, temos muitas evidências de queda ou enfraquecimento do -s final":

> Já nos dialetos itálicos pré-românicos, encontramos freqüente omissão do *-s* final e, nas inscrições latinas primitivas, encontra-se o *-s* omitido livremente. Na época clássica, porém, e continuando até o século II, o *-s* reaparece, para então desaparecer de novo (Grandgent, 1962: 190). Mesmo no latim clássico o *-s* era apagado sob certas circunstâncias, embora Cícero tachasse essa pronúncia de "subrusticum" (Sturtevant, 1940: 161). Desses fatos conclui-se que o *-s* final dificilmente era pronunciado na língua popular de qualquer fase da história do latim. Grandgent (1962: 91), entretanto, é de opinião que o *-s* deve ter sido reforçado na Gália, Espanha e outras regiões devido a "primitivos hábitos lingüísticos dos indígenas" e assim se salvou em certas regiões. (NARO; SCHERRE, 2007, p. 34)

Essa alegada tendência geral à supressão do *-s* final na România, e especificamente na România Ocidental, choca-se frontalmente com a visão corrente de que a redução da flexão de caso dos nomes nessa região se deu em função do caso acusativo exatamente por causa da força do *-s* final como marca de plural: *rosa*(*m*) – *rosas*; *civitate*(*m*) – *civitate***s** etc. Para dar conta disso, Naro e Scherre recorrem à afirmação de Grandgent de que o *-s* foi "salvo" pelos "primitivos hábitos lingüísticos dos indígenas". O que é absolutamente inusitado nessa passagem é que os defensores da deriva tenham de recorrer ao contato linguístico para sustentar a sua hipótese inicial! E, se a hipótese da deriva precisa de uma implausível mudança induzida pelo contato para se manter, é porque ela não tem a menor salvação. Essa alegada mudança induzida pelo contato com os povos dominados da România Ocidental contraria tudo o que se sabe sobre as mudanças fônicas que normalmente ocorrem em situações de contato massivo. Nesses casos, o que ocorre normalmente é a perda de consoantes implosivas (CVC > CV), e não a sua conservação, e muito menos a sua restauração!

O que fica ainda mais difícil de explicar é como a deriva secular românica é suplantada pelo contato linguístico menos intenso provocado pela expansão do Império Românico e, muitos séculos depois, se sobrepõe a um contato muito mais intenso e radical, como o ocorrido no continente americano, com o sequestro e a escravização de milhões de africanos, falantes de centenas de línguas mutuamente ininteligíveis, que foram retirados de seu ambiente cultural de origem e misturados para evitar possíveis motins.

Se os argumentos históricos que subjazem à hipótese da deriva secular são francamente insustentáveis, as evidências empíricas do presente também contrariam a hipótese de que a variação na concordância nominal de número no português brasileiro é, na sua origem, um fenômeno fônico. Lucchesi (2009) relata os resultados de uma análise quantitativa da variação na realização do *-s* implosivo entre indivíduos de um a doze

anos de escolaridade da cidade de Salvador, Bahia, numa amostra de fala que constitui o *corpus* do PEPP – Projeto de Estudo do Português Popular de Salvador.[11] Os resultados quantitativos do apagamento do *-s* revelaram que se trata de um fenômeno de natureza morfossintática, e não fônica:

> Em primeiro lugar, os resultados da variável posição do segmento no vocábulo [...] revelaram que o apagamento é irrelevante na posição medial, com apenas um por cento do total de ocorrências nessa posição. Portanto, o apagamento do <s> implosivo pode ter o seu escopo circunscrito à posição final de palavra.
> É exatamente nessa posição final de palavra que o <s> pode funcionar como morfema de número. Os resultados da análise quantitativa revelaram então que o apagamento só é significativo quando o <s> tem valor morfológico [...]. O percentual de apenas quatro por cento de apagamento do <s> sem valor morfológico se enquadra no processo geral enfraquecimento dos segmentos finais, não constituindo assim um fenômeno específico.
> E a caracterização do apagamento do <s> implosivo como um fenômeno morfossintático se confirma cabalmente, com os resultados de uma variável morfossintática também utilizada nesta análise.
> Todas as análises da variação na concordância nominal de número no português brasileiro têm observado o seguinte padrão de marcação do número no SN: marcação quase categórica do plural nos determinantes pré-verbais com queda significativa dessa marcação nas demais posições (ANDRADE, 2003). Foi exatamente esse o padrão observado nesta análise. O apagamento do <s> na primeira posição do SN é de apenas cinco por cento do total de ocorrências, correspondendo a 95% de marcação do plural nessa posição. Na segunda posição, o apagamento sobe para algo em torno de 56 e 57%, o que corresponde a uma marcação do plural na ordem de 43/44%. E na terceira posição, o apagamento sobe um pouco mais: 61%, o que equivale a 39% de marcação do plural nessa posição.

Portanto, assim como se deu com a concordância verbal, as evidências empíricas disponíveis sobre a variação na concordância nominal no português brasileiro atual contrariam frontalmente a hipótese da origem fônica do fenômeno. Ou seja, o <s> implosivo no PB e no PE é afetado sobretudo pelos processos de palatalização e aspiração, registrando-se também um rarefeito apagamento. Esses fenômenos fônicos nada têm a ver com o vigoroso processo de variação que afeta a concordância nominal de número (e.g., *os meninos / os menino*) nas variedades populares do PB, atingindo também a sua norma urbana culta em menor escala, em função do contato dialetal (LUCCHESI, 2009).

Ainda no âmbito de concordância nominal, um outro fenômeno variável mais restrito no universo das variedades do português brasileiro também escapa totalmente ao alcance da teoria da deriva secular. Trata-se da variação na concordância gênero no interior do sintagma nominal (e.g., *as vezes doece um pessoa, não tem um ambulança* [*pra socorrer*]), que só é observada em algumas poucas variedades do português popular do interior do Brasil, como as comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, muitas das quais remanescentes de antigos quilombos. Lucchesi (2000) argumentou que o fenômeno contraria qualquer hipótese de deriva linguística, na medida em que o que se observa na história da língua portuguesa é exatamente uma ampliação funcional do morfema de gênero, com um grande número de palavras (e.g., *senhor* e *espanhol*) que não se flexionavam em gênero na fase

11 Para uma visão geral do PEPP, veja-se Lopes, Souza e Souza (2009).

arcaica da língua e agora se flexionam.[12] Essa tendência geral só teria sido sobrepujada em algumas comunidades de fala brasileira que passaram, em sua formação histórica, por um processo mais intenso de transmissão linguística irregular, em função de contato linguístico mais massivo e radical.

Conclusão

Em face de todos esses problemas, pode-se perceber por que, após o artigo de 1993, Naro e Scherre concentraram todos os seus esforços, não para reunir evidências empíricas que apoiassem a hipótese da deriva, mas em coletar fatos que servissem como contra--exemplos da participação do contato linguístico na formação do português popular do Brasil. Naro e Scherre, então, concentraram-se em duas frentes de pesquisa empírica correlacionadas. De um lado, buscaram demonstrar que a variação na concordância verbal já existia no português arcaico, portanto não poderia ter sido desencadeada séculos depois, no processo de colonização do Brasil. Por outro lado, buscaram encontrar sinais de variação na concordância nominal e verbal em variedades populares do português europeu contemporâneo, o que garantiria a continuidade do fenômeno, via deriva linguística, independentemente do contato entre línguas.

Porém, até hoje, os fatos que Naro e Scherre conseguiram sistematizar não têm sido reconhecidos como evidências incontestes contra o papel que o contato entre línguas teria desempenhado na formação do português do Brasil.[13] Os dados do português arcaico têm recebido questionamentos de natureza filológica e os dados das variedades rurais e populares do português europeu contemporâneo vão de encontro à opinião corrente na comunidade de linguistas portugueses.[14]

De qualquer forma, uma **flutuação rarefeita** no emprego das regras de concordância nominal e verbal que Naro e Scherre alegam existir em todas as fases do português europeu até a atualidade constitui, evidentemente, um fenômeno qualitativamente distinto da **variação maciça** que se observa nas variedades populares do português brasileiro. Assim sendo, o processo de variação na formação das variedades populares do PB pode ter-se desenvolvido a partir das situações de contato independentemente de uma variação rarefeita que existiria potencialmente no comportamento linguístico dos colonizadores portugueses. Essa variação rarefeita, ademais, seria inerente a qualquer variedade linguística que tenha um sistema redundante de concordância, como o que existe em português,

12 Atualmente esse processo de ampliação da flexão de gênero ganhou um grande destaque, ao envolver a presidência da Repúblida do Brasil. Ao se eleger, Dilma Rousseff intitulou-se "President**a** do Brasil". O neologismo tornou-se mote da disputa política, com os oposicionistas rejeitando a flexão como imprópria, e os aliados a defendendo como um importante símbolo da luta feminista e da afirmação de gênero.

13 Por questão de espaço e de tempo, essa questão não será tratada em detalhe aqui, mas constituirá objeto de um trabalho mais amplo que pretendemos publicar futuramente.

14 Cf. Naro e Scherre (2007, p. 54): "Em uma viagem a Portugal [...], todos os linguistas e pesquisadores profissionais de dialetologia que encontramos afirmaram de forma clara que as regras de concordância são sempre usadas categoricamente em Portugal por falantes de todas as classes sociais e de todos os níveis de escolarização, incluindo os analfabetos."

e constitui um fenômeno típico da fala, uma flutuação que ocorre no plano do desempenho, sendo totalmente distinta de uma variação encaixada no sistema linguístico da comunidade, como a que ocorre no Brasil, independentemente de poder haver alguma coincidência nos fatores estruturais que as condicionam.

Além disso, e o que é mais importante, os fatos aduzidos por Naro e Scherre poderiam, na melhor das hipóteses, servir para refutar a hipótese do contato, não para afirmar a hipótese deriva. Apresentar evidências que neguem que a variação que se observa hoje no PB esteja relacionada historicamente ao contato entre línguas não significa demonstrar que essa variação tem a sua origem numa deriva secular. Tal relação não resulta automaticamente da refutação da hipótese do contato linguístico, ela carece igualmente de fundamentação teórica e sustentação empírica, o que, como procuramos demonstrar aqui, está longe de acontecer.

A referência de Naro à *Navalha de Ockham* é pertinente e muito adequada, pois constitui um critério muito geral nos esquemas de aferição das explicações científicas a opção por uma explicação mais simples e elegante em termos teóricos. Uma explicação com menos construtos teóricos abstratos é melhor, porque se baseia em relações empíricas mais diretas, que, por conseguinte, podem ser testadas de forma mais segura e controlada. A relação empiricamente motivada entre a aquisição precária do português em situações de contato massivo e a simplificação morfológica que desencadeou o processo maciço de variação no emprego das regras de concordância nominal e verbal que se observa no português popular do Brasil de hoje é mais simples e direta e pode ser testada por meio da observação controlada de situações análogas de aquisição de segunda língua por falantes adultos em situações de aprendizado não sistemático; ao contrário do que ocorre com a explicação que se apoia no construto teórico abstrato da deriva, que carece de qualquer evidência empírica ao seu favor, para além das mudanças que ela alegadamente teria desencadeado, o que consiste em outra falácia lógica, muitas vezes referidas através da expressão latina *post hoc ergo propter hoc*. Portanto, o golpe certeiro da *Navalha de Ockham*, ao contrário do que imaginou Naro, longe de atingir a hipótese do contato, extirpará a excrescência teórica da deriva secular, que carece de fundamentação teórica e sustentação empírica.

Contudo, vícios como esses acabam se reproduzindo, de modo que já tivemos a oportunidade de ver trabalhos que, não conseguindo demonstrar a relação entre o contato entre línguas e processos variáveis no português, chegam à conclusão de que tais processos resultam de uma deriva secular, como se a deriva fosse uma espécie de hipótese *default*, o que é um verdadeiro absurdo lógico. Portanto, não se pretendeu aqui, em nenhum momento, atacar ou por em causa a capacidade e o trabalho de pesquisadores como Anthony Naro e Marta Scherre, por quem temos o maior respeito. E nem poderia ser diferente, diante de sua inegável importância no desenvolvimento da pesquisa sociolinguística no Brasil.

O que buscamos aqui, em um debate franco e honesto, foi, em primeiro lugar, contribuir para o trabalho de pesquisa na ciência da linguagem. Uma investigação científica consistente e criteriosa não pode prescindir, para além de uma rigorosa verificação empírica, de uma sólida fundamentação teórica e de uma estrutura argumentativa coerente em termos lógicos. Infelizmente os linguistas não se destacam por uma grande consciência epistemológica, como podemos ver, por exemplo, nos vigorosos debates que se travam no âmbito da Física acerca dos pressupostos da investigação científica. O que vemos muitas vezes, na Linguística, é a proposição de relações de causalidade sem se colocar em questão um problema crucial: até que ponto se pode falar em causalidade, com o devido rigor, em um universo tão complexo como o da linguagem humana, sobretudo em sua dimensão sócio-histórica? Talvez essa situação tenha relação com a propalada fragilidade das ciências sociais frente às chamadas ciências duras. Mas, independentemente da validade de por em questão a ideia de que as ciências naturais devem ter como modelo para as ciências sociais, isso não pode dar azo à formação de um ambiente permissivo, em que falta o rigor nos procedimentos de verificação empírica, ou que argumentações se desenvolvam sem atentar para os esquemas lógicos comumente requeridos no trabalho científico; e o que é pior: que o linguista pense que dispõe de uma liberdade de arbítrio que lhe permita escolher uma determinada teoria ignorando tudo quanto foi feito em termos de pesquisa empírica e reflexão teórica nas últimas décadas.[15]

Por fim, o segundo e mesmo principal objetivo deste texto foi remover os entraves para o desenvolvimento do que julgamos ser um dos mais importantes campos de investigação empírica da linguística no Brasil atualmente: o papel do contato entre línguas na formação da realidade linguística brasileira. Para além de contribuir para o avanço do conhecimento sobre a formação da nação brasileira em toda a sua pluralidade étnica e cultural, tal pesquisa tem duas implicações cruciais. No plano interno da ciência da linguagem, pode contribuir decisivamente para o avanço da teoria sobre um dos seus mais fascinantes problemas: a mudança linguística. No plano externo, pode mobilizar a ciência para participar de um dos mais importantes embates ideológicos que se travam hoje na sociedade brasileira, e que diz respeito ao resgate e à afirmação de setores historicamente explorados e marginalizados, na teia das relações sociais, especificamente, os segmentos dos índios e afrodescendentes. E são esses objetivos maiores que nos animam a perseverar nos rigores da investigação empírica e no enfrentamento de ideias tão fortemente arraigadas na tradição do campo.

Referências

ANDRADE, P. Ribeiro de (2003). *Um fragmento da constituição sócio-histórica do português do Brasil*: *variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

15 Como foi dito na nota anterior, tais questões não serão detalhadas aqui em função dos limites /objetivos deste texto, devendo ser retomadas em texto a ser publicado futuramente.

BAKER, Philip (1987). The historical developments in Chinese Pidgin English and the nature of the relationships between the various pidgin Englishes of the Pacific region. *Journal of pidgin and creole languages*, Philadelphia; Amsterdam, n. 2, p. 163-207.

BAKER, Philip (1997). Directionality in pidginization and creolization. In: SPEARS, A.; WINFORD, D. (Ed.). *The structure and status of pidgins and creoles*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 91-109.

BAKER, Philip (1997). Theories of creolization and the degree and nature of restructuring. In: NEUMANN-HOLZSCHUH, I.; SCHNEIDER, E. (Ed.). *Degrees of restructuring in creole languages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 41-63.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante (1997). A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, n. 19, p. 65-83.

BICKERTON, Derek (1981). *Roots of language.* Ann Arbor: Karoma.

FIELD, Fred (1997). Second Language Acquisition in Creole Genesis. In: ESCURE, G.; SCHWEGLER, A. (Ed.). *Creoles, contact and language change: linguistic and social implications*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 127-160.

GODDARD, Ives (1997). Pidgin Delaware. In: THOMASON, S. G. (Ed.). *Contact languages: a wider perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 43-98.

GRACIOSA, Diva (1991). *Concordância verbal na fala culta carioca*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GUY, Gregory R. (1981a). *Linguistic variation in Brazilian Portuguese*: *aspects of phonology, sintax and language history*. Tese de Doutorado. University of Pennsylvania.

GUY, Gregory R (1989). On the nature and origins of vernacular Brazilian Portuguese. In: *Estudios sobre Español de América y Linguística Afroamericana.* Bogotá: Instituto Caro y Cuervo. p 226-244.

HAWKINS, Roger (2001). *Second language syntax*. Orford: Blackwel.

HOLM, J. (1987). Creole influence on Popular Brazilian Portuguese. In: GILBERT, G. G. (Ed.). *Pidgin and creole languages*: *essays in memory of John E. Reinecke*. Honolulu: University of Hawaii Press. p. 406-429.

HOLM, J. (1992). Popular Brazilian Portuguese; a semi-creole. In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (Org.). *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa: Colibri. p. 37-66.

HOLM, John (2004). *Languages in contact*: *the partial restructuring of vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press.

HUTTAR, George; VALENTIE, Frank (1997). Ndjuka-Trio Pidgin. In: THOMASON, S. G. (Ed.). *Contact languages: a wider perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 99-124.

KLEIN, Wolfgang; PERDUE, Clive (1997). The basic variety (or couldn't natural languages be much simpler?). *Second language research*, London, v. 13, n. 4, p. 301-347.

LABOV, William (1972). *Sociolinguistics patterns*. Oxford: Basil Blackwell.

LOPES, Norma; SOUZA, Constância; SOUZA, Emília Helena de (Org.) (2009). *Um estudo da fala popular de Salvador: PEPP*. Salvador: Quarteto.

LUCCHESI, Dante (1994). Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista internacional de língua portuguesa*, Lisboa, n. 12, p. 17-28.

LUCCHESI, Dante (2000). *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira*: *novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LUCCHESI, Dante (2001). As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-130.

LUCCHESI, Dante (2002). Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola. p. 63-92.

LUCCHESI, Dante (2003). O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras. p. 272-284.

LUCCHESI, Dante (2004). *Sistema, mudança e linguagem*: *um percurso na história da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola.

LUCCHESI, Dante (2006). Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112.

LUCCHESI, Dante (2007). Alterações no quadro dos pronomes pessoais e na aplicação da regra de concordância verbal nas normas culta e popular como evidências da polarização sociolingüística do Brasil e da relevância histórica do contato entre línguas. *Lingüística* (ALFAL), Santiago, v. 19, p. 52-87.

LUCCHESI, Dante (2008). Aspectos gramaticais do português brasileiro afetados pelo contato entre línguas: uma visão de conjunto. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro II: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF. p. 366-390.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan (2006). Processos de crioulização na história sociolingüística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. p. 163-218.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan (2009). A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba. p. 101-124.

LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.) (2009). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba. p. 101-124.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; SILVA, Jorge Augusto (2009). A concordância verbal. In: LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba. p. 331-371.

MONGUILHOTT, Isabel; COELHO, Izete (2002). Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). *Variação e mudança no português falado na Região Sul*. Pelotas: EDUCAT. p. 189-216.

MÜHLHÄUSLER, Peter (1986). *Pidgin & creole linguistics*. Londres: Basil Blackwell.

MUYSKEN, Pieter; SMITH, Norval (1994). The study of pidgin and creole languages. In: ARENDS, Jacques; MUYSKEN, Pieter; NORVAL, Smith (Ed.). *Pidgins and creoles*: *an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 3-14.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta (1993). Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 9, p. 437-454. Número especial.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta (2003). O conceito de transmissão linguística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, C.;

ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras. p. 285-302.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta (2007). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

POPPER, Karl (1975). *A lógica da investigação científica*. São Paulo: Abril.

RAMPTON, Bem (1997). A sociolinguistic perspective on L2 communication strategies. In: KASPER, G.; KELLERMAN, E. (Ed.). *Communication strategies: psycholinguistic and sociolinguistic perspectives*. Londres/Nova York: Longman. p. 279-303.

REINECKE, John. Pidgin French in Vietnam. In: HYMES, D. (Ed.) (1971). *Pidginization and creolization of language*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 47-56.

SCHERRE, Marta; NARO, Anthony (1997). A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermeval da (Org.). *Diversidade linguística no Brasil.* João Pessoa: Idéia. p. 93-114.

SHUMMANN, John (1978). *The pidginization process: a model for a second language acquisition*. Rowley: Newbury House.

SIEGEL, Jeff (1990). Pidgin English in Nauru. *Journal of pidgin and creole languages*, Philadelphia; Amsterdam, n. 5, p. 157-186.

SIEGEL, Jeff (2008). *The emergence of pidgin and creole languages*. Oxford: Oxford University Press.

SILVA, Jorge Augusto Alves da (2003). *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolingüístico de três comunidades rurais do Estado da Bahia*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

SILVA NETO, Serafim da (1963 [1951]). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: INL.

VAINIKKA, Anne; YOUNG-SCHOLTEN, Martha (2006). The roots of syntax and how they grow; organic grammar, the basic variety and processability theory. In: UNSWORTH, S. et al*ii* (Ed.). *Paths of development in L1 and L2 acquisition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 77-106.

VOORT, Hein van der (1996). Eskimo Pidgin in West Greenland. In: JAHR, E. H.; BROCH, I. (Ed.). *Language contact in Artic: Northern Pidgins and Contact Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter. p. 157-258.

WEKKER, Herman (1996). Creolization and the acquistion of English as a second language. In: WEKKER, Herman (Ed.). *Creole languages and language acquisition*. Berlin: Mouton de Gruyter. p. 139-149.

A produtividade dos sufixos do ponto de vista diacrônico[1]

Mário Eduardo VIARO
Universidade de São Paulo

Introdução

O conceito atual de *produtividade*, utilizado pela morfologia, é, ao mesmo tempo, consabido e paradoxal. Consabido, porque sua compreensão – dependente, na verdade, de alguns meandros teóricos que se ocultam em pressupostos nem sempre claramente declarados – se reveste de uma aparente simplicidade. Paradoxal, porque envolve os chamados eixos saussurianos, vistos, muitas vezes, como antagônicos. O assunto em epígrafe não poderia ser discutido sem mencionar o questionamento de Basilio (2002, p. 364-372) sobre a produtividade lexical:

> a dificuldade provém do fato de que a pesquisa de produtividade lexical se esteia fortemente em julgamentos de aceitabilidade e interpretação de formas não existentes; ora, não podemos testar um *corpus* e as ocorrências nele verificadas podem ser oriundas diretamente de uma lista de entradas lexicais. [...] as evidências com que podemos lidar são, portanto, de ordem indireta e de difícil obtenção. Por um lado, a eventual ocorrência de afixos deslocados de suas combinações costumeiras; por outro, ocorrências de construções não-dicionarizadas, tomada a não-dicionarização, na falta de critério mais adequado, como evidência do caráter neológico da formação.

Sendo a produtividade entendida como quer Aronoff (1976), ou seja, a possibilidade de uma regra de formação de palavras (RFP) produzir novos itens lexicais, conclui-se que uma regra improdutiva tem sua aplicação limitada a uma lista de bases em que ocorre. Na prática, contudo, segundo Basilio, há uma ambiguidade no uso do termo, uma vez que por *produtividade* também se entende a "frequência de aplicação, conforme refletida no número de produtos, abarcando, ao mesmo tempo, os níveis de competência

1 Agradeço a Sandra A. Ferreira (UNESP/Assis), pela leitura do manuscrito e sugestões, a Nelson Papavero (MZ-USP), pelas inúmeras informações e indicações bibliográficas, fornecidas em seus cursos e livros, assim como a Zwinglio O. Guimarães-Filho (IF-USP), pela confecção de gráficos e tabelas, bem como análises quantitativas utilizadas pelo *Grupo de Morfologia Histórica do Português* (GMHP-USP).

e desempenho". Urge, assim, atentar para uma distinção entre a produtividade e as condições de produção (que podem ser de ordem variada), separando os elementos produtivos/improdutivos dos elementos mais ou menos operantes. Uma *forma possível* ao mesmo tempo inclui formas não existentes no léxico e exclui *formas existentes*, dado que o léxico é um "depósito de produtos, heranças e empréstimos e, portanto, não reflete a situação sincrônica da produtividade dos processos lexicais" (BASILIO, 2002).

Além disso, o termo técnico *produtivo* contém uma incômoda polissemia, como observaram as análises do *Grupo de Morfologia Histórica do Português* (GMHP-USP, site: www.usp.br/gmhp). Nem todas as palavras criadas e usadas num século serão herdadas pelo século seguinte: algumas simplesmente são abandonadas. Conhecer o número dessas palavras abandonadas e sobreviventes é possível a partir de uma lista obtida em dicionários etimológicos nos quais podemos encontrar alguma informação com relação à sua primeira abonação. Os fatores que participam da integração da palavra ao léxico da língua são parcialmente compreendidos, de modo que a aceitação/abandono dos neologismos parece – no atual estado das pesquisas – mera obra do acaso. Como diacronicamente é preciso trabalhar com duas etapas no mínimo, só é possível, na prática, fazer uma avaliação de produtividade sufixal com a sincronia atual e uma sincronia pretérita ou com duas sincronias pretéritas. Uma diacronia que pretendesse estabelecer o seu *terminus a quo* no presente teria que, estranhamente, prever o futuro, o que é sabidamente impossível.

Alerte-se para o fato de que, em qualquer recorte sincrônico de qualquer época de qualquer língua, teremos o fenômeno da *convivência sincrônica* de dados formados em sincronias pretéritas. Por exemplo, sabemos que no português do século XXI estão disponíveis aos falantes algumas formas como *guerreiro* (já testemunhada no séc. XIII), *lisonjeiro* (séc. XV) e *hospedeiro* (séc. XVIII), todas convivendo na sincronia atual. Com isso, voltamos à situação heterogênea do léxico. Se pensarmos num número igual à quantidade de itens criados em cada sincronia, somado aos sobreviventes da sincronia anterior (ou seja, todos os itens, menos os que se tornaram arcaísmos), porém, não teremos, de fato, o que se chama *produtividade.* Essa quantidade deveria, portanto, ter um nome distinto, para evitar-se a confusão terminológica. Propusemos, para tal dado, o termo *prolificidade* (VIARO, 2006). Se, diacronicamente, o número de arcaísmos for constante, ao representarmos a prolificidade num gráfico composto apenas de palavras sincronicamente válidas, teremos *sempre* uma curva crescente. Isso, porém, é ilusório, pois não reflete a realidade do que ocorre na língua: as palavras não abonadas são perdidas para sempre e não podem entrar no cômputo para avaliarmos se existem quedas reais de prolificidade. Longe de ser pouco útil, o fenômeno da prolificidade, assim como a frequência de uso, é a peça-chave da neologia, uma vez que a capacidade gerativa da produtividade necessita dela, sem a qual não há razão para ser gerativa. A prolificidade, associada à frequência de uso, é o verdadeiro mecanismo paradigmogênico que promove a produtividade. Sob a ótica humboldtiana, a produtividade seria a *enérgeia,* enquanto a prolificidade seria o *érgon*, mas, em diacronia, mecanismos de fundo psicológico como a analogia mostram que esses elemen-

tos paradigmogênicos alavancam a *enérgeia.* Se pensarmos que produtividade é *a capacidade de ainda se gerarem novos elementos* e prolificidade, *a quantidade de elementos já gerados,* observaremos que a primeira aponta para o futuro, enquanto a segunda, para o passado. Nada impede, porém, que esses termos sejam discutidos conjuntamente. Assim, afirma-se que sufixos como *-engo, -isco* ou *-eba* são improdutivos (ou pouco produtivos) e ao mesmo tempo são pouco prolíficos. O mesmo se pode dizer do sufixo *-eiro* no seu sentido 'gentílico', que sofre a concorrência dos produtivos *-ense* e *-ano*. Um prefixo *cis-* é produtivo e prolífico apenas no jargão da química, assim como o sufixo *-ídeo* o é na zoologia. Isso pode fazer confundir os dois fenômenos, mas nem sempre elementos prolíficos são produtivos ou vice-versa. O *-eiro* para profissões atualmente tem alta prolificidade, mas não goza da mesma produtividade de séculos anteriores, pois foi suplantado por *-ista.* De fato, quando estudamos palavras portuguesas criadas no século XV, verificamos que o sufixo *-ista* era ainda pouquíssimo produtivo e que sua produtividade só aumentará, de fato, no século XIX. Já um sufixo como *-eiro,* que tem uma produtividade crescente ao longo do tempo, vem decrescendo sua produtividade geral desde o século XVIII. Os gráficos seguintes foram obtidos por meio dos dados constantes em Houaiss e Villar (2001):

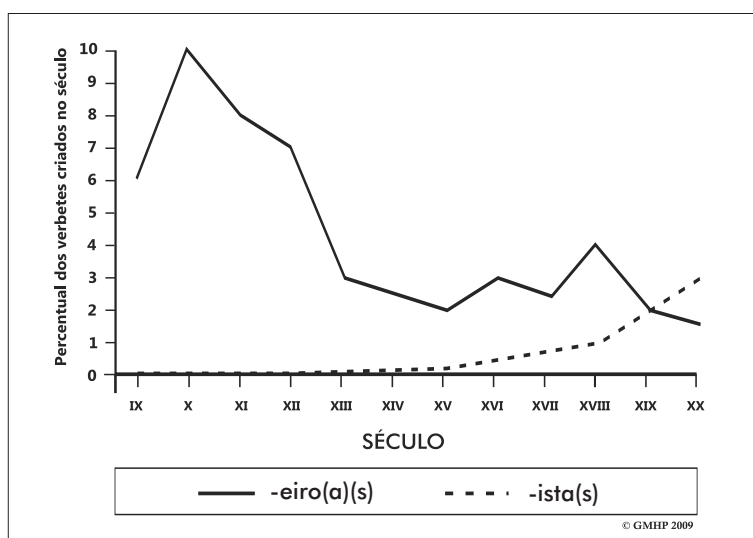
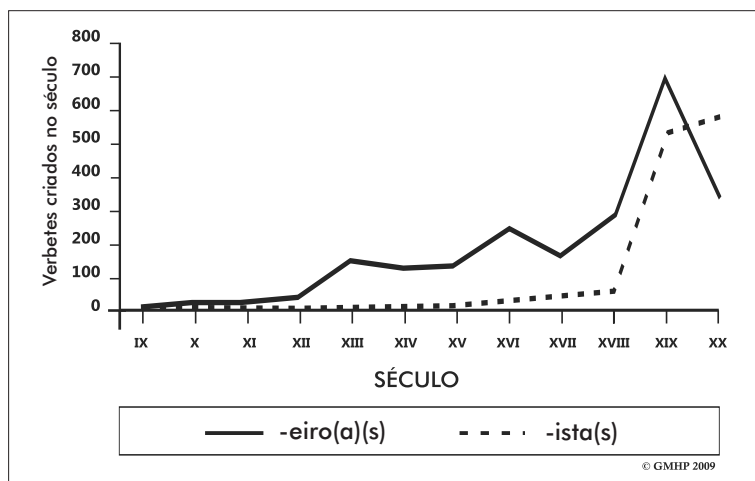
Gráfico 1: Produtividade relativa do sufixo *–eiro(a)(s)* x *–ista(s)*

O Gráfico 1 mostra a *produtividade relativa* do sufixo, dito de outra forma, sua representatividade ao longo dos séculos. Apresenta o percentual de palavras criadas com determinado sufixo em cada século, sobre o total de criações daquele século. No entanto, dado um sufixo qualquer e o total de criações (pancronicamente falando), pode-se obter a *produtividade absoluta* de cada sufixo em cada século, como no Gráfico 2 abaixo. Nesse caso, também se revela a queda de *-eiro* face à progressão de *-ista.*

Gráfico 2: Produtividade absoluta do sufixo *–eiro(a)(s)* **x** *–ista(s)*

Sufixos eventualmente usados em gírias de grupos muitas vezes têm alta produtividade, mas baixa prolificidade (como é o caso de *-érrimo*). Muitas vezes isso é um efeito de estilo, como podemos flagrar nos textos de Juó Bananére, que, por exemplo, usa com bastante frequência o pseudossufixo *-imo: animo,* por *ano*; *viaduttimo,* por *viaduto*; *mesimo,* por *mesmo*; *barrimo,* por *bairro* etc. Também pode haver elementos produtivos e prolíficos. Neste grupo talvez devêssemos colocar as terminações regulares da morfologia flexional. Alguns sufixos têm produtividade tão alta que tornam vaga a diferença entre flexão e derivação. Mesmo uma altíssima produtividade não garante uma alta prolificidade futura (como ocorreu com o sufixo latino *-iculus*). Na área da derivação, produtividades com capacidade gerativa de 100% só ocorrem quando não há concorrência semântica: é o caso do sufixo *-eiro* para nomes de árvores, que é um elemento derivacional. Desse modo, vê-se que o sentido 'profissão' para *-eiro* tem produtividade distinta do sentido 'nome de árvore', o que justifica que, à maneira de Aronoff (1976), o entendam como homônimos e não como o *mesmo* sufixo polissêmico.

1 Essência *versus* método

As afirmações anteriores acerca da produtividade escondem alguns paradoxos. É fácil demonstrar que a produtividade se pode conhecer introspectivamente, ou seja, pela intuição fornecida pela *competência* do falante. Dessa forma, é possível intuitivamente, como falantes do português, separarmos sufixos muito produtivos (*-eiro, -ista, -inho*), pouco produtivos (*-engo, -uço, -eba*) e improdutivos (*-ádego*). Essas afirmações têm comprovação de sua verdade, quando consubstanciadas por meio da ferramenta operacional dos *corpora*. Já a prolificidade não é depreensível intuitivamente, uma vez que depende mais de investigações e cômputos *a posteriori*.

Em ciência, sempre há a busca de amplos sistemas dedutivos baseados em formulações gerais, sobre as quais se criam regras particulares, obtidas por meio da introdução

de variáveis, de modo que os casos dissidentes se revelam subcasos do componente geral. Em qualquer construto com escopo universal, é relativamente fácil apontar exceções, uma vez criada alguma lei ou regra universal. No entanto, as exceções quase nunca demolem uma teoria dedutiva, pois essa é, normalmente, comprovável num número colossal de dados. No entanto, as exceções são alavancas para o desenvolvimento científico. Uma teoria, porém, pode tornar-se frágil devido à mudança dos pressupostos epistemológicos, ao acúmulo de exceções, a variáveis desnecessárias e ao excesso de explicações *ad hoc*; no entanto, só deixará de convencer quando for possível substituí-la por outra, totalmente distinta, com maior abrangência. Na história da ciência, uma simples evidência contrária, por mais forte que fosse, nunca derrubou nenhuma teoria. Observando neutramente seu objeto de estudo, um linguista veria que a língua estática é apenas uma miragem dos seus falantes e uma das heranças da perspectiva da gramática tradicional. Isso não quer dizer que não haja aquilo que o saussurianismo chamou de *sincronia.* A sincronia, enquanto conceito teórico é um procedimento científico extremamente válido, mas é, antes de tudo, um método e não um modelo (COSERIU, 1973). Já a história faz parte da própria *essência* da língua, sendo verificável tanto na ontogenia do falante – que fala diferentemente aos três e aos setenta anos –, quanto na filogenia do sistema, pois palavras e estruturas passam, por imitação de indivíduo para indivíduo, de geração para geração, propagando-se de forma lenta, porém mais parecida com os modelos epidemiológicos do que propriamente com árvores genéticas. Tudo que nos faz dizer que estamos perante o mesmo sistema, dados dois indivíduos ou mesmo em duas etapas de vida do mesmo indivíduo, é, na verdade, uma convenção, com base em abstrações de inúmeros fenômenos. Desse modo, não há paradoxo, nem desdouro ao articularem-se sincronia e diacronia: o recorte sincrônico é um método, já a descrição diacrônica flagra a essência de um *ser* específico, denominado língua, a qual, por sua vez, é um objeto unificado pela nossa abstração. Segundo Rio-Torto (1997, p. 215), "no estado actual de uma língua, há aspectos que não necessariamente se confinam ao conhecimento aduzido por uma análise exclusivamente sincrónica". O contrário também é verdade: quem estuda a diacronia não deve supor que o estudo sincrônico seja dispensável. Pelo contrário, da mesma forma que é preciso abstrair nosso objeto "língua" para começar a entendê-lo, seria preciso abstrair o tempo em que esse objeto ocorre, para estabelecer as etapas válidas em diacronia. No entanto, é necessário não perder de vista que nosso objeto de estudo é fruto dessas abstrações e não a própria realidade, como amiúde ocorre. Rechaçar o conhecimento histórico, como ocorre por vezes na linguística sincrônica, é uma postura isolada em ciência. Equivaleria a um zoólogo fingir desconhecer os resultados da evolução em questões, por exemplo, sobre a fisiologia dos animais. Visar à ignorância, simulando-a como se fosse um homem de Marte, não parece uma postura científica, antes não tem auxiliado o entendimento do fenômeno "língua". É inevitável observar que a língua real é um fenômeno essencialmente histórico, a menos que a entendamos no seu viés exclusivamente pragmático.

2 Polissemia *versus* homonímia

Outro aspecto que atrapalha sobremaneira o diálogo entre os linguistas que definem sua postura de maneira radicalmente sincrônica ou diacrônica é a diversidade de conceitualizações. A variação semântica nos termos técnicos é prejudicial em qualquer ciência. Citemos o caso da nomenclatura zoológica: para resolver o inextricável problema dos nomes científicos, estabeleceu-se o ICZN (*International Commission on Zoological Nomenclature,* disponível em http://www.iczn.org), órgão internacional que se diz "Responsible for providing and regulating the system that ensures every animal has a unique and universally accepted scientific name". Em vigor desde 1895, utiliza-se o *princípio da prioridade*, contado a partir de um marco-zero: a data arbitrária de primeiro de janeiro de 1758 (referente ao ano da publicação da 10ª edição do *Systema Naturae* de Carolus Linnæus e da obra *Aranei Svecici,* de Carl Alexander Clerk, artigo §1.3.1), definido e aceito universalmente. Toda uma legislação foi criada a partir das mais complexas situações que surgem. Questões como o país da publicação ou a língua em que foi escrita não contam na valoração de questões adjudicatórias, evitando-se, assim, correntes e modismos e concentrando-se no fato a ser estudado. As decisões em linguística estão muitíssimo longe de algo tão bem organizado, pois o que conta de fato é a corrente em voga, que é facilmente esquecida por outra, mais influente, que porventura surja. Algo semelhante a tal organização em linguística seria um excelente expediente que evitaria o estabelecimento de termos ou sua sinonímia (e consequente obscuridade) ao sabor do vaivém das correntes e das arbitrariedade das hegemonias. O que falta, porém, para implementar-se um órgão internacional de nomenclatura linguística é apenas um congresso internacional, se é possível fazê-lo, dado o cipoal de correntes e linhas desenvolvidas, sobretudo no século XX. O maior problema posto pela historiografia é determinar o ponto-zero da linguística: seria Chomsky? Saussure? Humboldt? Monboddo? ou algum autor da Antiguidade (a τέχνη γραμματική de Dionísio Trácio, a *Poética* de Aristóteles ou a obra de Pāṇini)? Uma análise historiográfica levada a cabo, segundo princípios semelhantes ao do ICZN, poderá confirmar que separar *polissemia* e *homonímia* com base numa perspectiva puramente sincrônica, a saber, valendo-se das classes de palavras, como em Câmara Jr. (1977, p. 140), não se tem revelado de grande aplicabilidade sem o auxílio de expedientes *ad hoc*. Tomemos, por exemplo, os sufixos e seu amplo leque de significados: trata-se de polissemia ou de homonímia? Para um observador que não leve em conta as sincronias pretéritas, a coexistência de sentidos gerados em outras épocas dá a impressão equivocada de caos. Por isso houve até os que, por causa disse, postulassem o assemantismo dos sufixos. Obviamente, o falante nativo não consegue reconstruir o passado do código que utiliza. Além disso, o complexo conjunto de sentidos veiculados pelo significado de um sufixo nem sempre é claramente depreensível pelo falante nativo. Dessa forma, não se pode dizer que haja homonímia patente na variação do significado dos sufixos (ARONOFF, p. 1976), uma vez que o conceito de polissemia – no sentido histórico originalmente

dado por Bréal (1897) – é mais aplicável. Perante dois ou mais fenômenos linguísticos homófonos, entendemos, à maneira dos linguistas do final do século XIX e começo do século XX, que há *homonímia* entre aqueles que não são possíveis de remontar a alguma origem comum, por não haver nenhum *terminus a quo* conhecido, detectável ou reconstruível; já na *polissemia* esse elemento comum no passado é defensável.

A distinção ainda é útil para resolver problema cujo papel da intuição do falante não tem grande utilidade. Por exemplo, sabe-se que *-ário* é a forma culta de *-arium,* sufixo latino representado também pela sua forma popular *-eiro.* Isso, porém, é uma simplificação da questão, uma vez que em *-arium* há um problema de convergência de formas, para além da polissemia do sufixo. Assim, palavras em *-ar*, *-are*; *-al*, *-ale* > *-arium*: no *corpus* fornecido pelo dicionário Gaffiot (1934), há sete casos de formas provenientes de *-ar* (*pulvinarium, lacunarium, gemellarium, lupanarium, boletarium, laquearium, ansarium*), dois de *-are* (*collarium, altarium*) e dois de *-ale* (*mulctrarium, ponderarium*). Outro elemento que contribuiu para o obscurecimento do significado de *-arium* foi a equivalência, motivada por semelhança fonética, de sufixos e terminações gregas. O mais importante de todos foi o sufixo -άριον. Uma palavra como γλωσσάριον foi transliterada como *glos(s)arium* "glossário"*,* a qual deu azo a outras formações e a um significado especial de *-arium*, a saber, o de "conjunto de x". Um sentido homônimo desse sufixo é o de diminutivo: *bolarium / volarium* (βωλάριον) e, provavelmente, *odarium* (ωδάριον) e *spongarium* (σπογγάριον). Também a terminação -άρος tornada neutra (*siparum*) convergiu para uma forma *siparium,* que tem, portanto, um pseudossufixo. Além disso, também uma forma em -αρεία, a saber, αγγαρεία, foi importada e entendida como *-aria* feminino (*angaria*) ou como plural, donde se deduziu um pseudossufixo *-arium* singular (*angarium*). Valores locativos de *-arium* podem convergir com de outro sufixo, *-orium,* de diferente origem, fato que se torna bastante evidente perante a (rara) oscilação dos dois, como ocorre em *unctorium/ unctuarium.* Dessa forma, é necessário, no caso de sobrevivência, ao longo de diacronia, separar o que é de fato homonímico (ou seja, com origens distintas) do que é polissêmico (com mesma origem). Algumas palavras são o que nos resta de alguns sentidos advindos dessas terminações convergentes. Por exemplo, o sentido diminutivo de *-arium* deve-se a um dos sufixos homônimos e não é derivável por polissemia do sufixo latino. Uma palavra como *stillarium* "gotinha"*,* porém, proveniente de *stilla* "gota" é demonstração de que o significado diminutivo do sufixo grego se encontra já produtivo no período clássico. O mesmo se passa com *corollarium* "pequena coroa"*, lardarium* "pedaço de toucinho", *olerarium* "legumezinho". Talvez também seja diminutivo o verbete *ovarium*, embora Gaffiot o considere sinônimo de *ovum.* Obviamente, sufixos homônimos têm, cada um, polissemias independentes: o fato de o diminutivo derivar, nas mais variadas línguas, um significado valorativo positivo (como em *filhinho*) ou negativo (como em *mulherzinha*) e, subsequentemente, esvaziar-se semanticamente de modo completo (como abonam vários étimos do *Appendix Probi* e palavras no português como *sozinho*), também é uma possibilidade em latim. Alguns casos de valorativos: *cibarium* "farinha grosseira"

(← *cibus* "alimento"), *pap(p)arium* "papinha", *velarium* "cortina do teatro" (← *velum* "vela do navio"), *cerotarium* "ceroto, cerol" (=*cerotum*), *thesaurarium* "tesouro", *diplomarium* "diploma" etc.

3 O problema das exceções

O outro lado da produtividade é o conhecido problema das exceções. Toda exceção a um modelo científico é uma contradição ao que se declara genericamente pelo modelo e, portanto, sua simples existência o deixa em suspenso e assim fica, até que uma variável seja encontrada, a qual, associada ao modelo, o torne mais refinado. A associação do modelo com a variável deve fortalecê-lo, de modo que deve passar a explicar não somente a exceção, mas também prever vários outros casos descobertos pela primeira generalização. Às vezes, para retirar o modelo da suspensão, em vez de uma variável, introduz-se algum elemento *ad hoc* até o aparecimento de melhor solução, o que, não raro, não ocorre, deixando-se o modelo remendado. No entanto, essa última postura, apesar de funcionar provisoriamente, tem pouco valor científico (HESSEN, 1926; HEGENBERG, 1969). Perante modelos com um número grande de exceções, a epistemologia mostra que inexoravelmente duas soluções se preveem: ou (1) mantém-se o modelo, que se sustenta, por apego ou tradição, por meio de regras *ad hoc*; ou (2) questionam-se os pressupostos, refazendo-os de maneira tão profunda que nada do modelo anterior é aproveitado. Nenhum modelo é perfeito, pois sempre haverá exceções, mas um modelo com número menor de exceções é preferível a um que só se sustente por meio de um número infinito de variáveis e regras *ad hoc,* dando-lhe aspecto de complexidade, como ocorria em muitas questões da escolástica medieval.

Aplicar modelos da sintaxe em morfologia nem sempre é tão adequado quanto se pode pensar. Em alguns pontos, a morfologia se distingue da sintaxe. A geratividade se depara, nos inúmeros modelos que a cercam, com a questão idiossincrática do léxico, que forma já na gramática tradicional as chamadas *lista de exceções* (cf. CHOMSKY, 1970). Dentro de uma sincronia, as exceções são parcialmente explicadas por meio da solução do *bloqueio*, que requer afixos idealmente monossêmicos. Dessa forma, uma vez que uma palavra já existe, bloqueia-se a produtividade do sufixo para aquele radical. Isso seria uma boa solução se a língua não fosse, como alertado pela sociolinguística moderna, um conjunto heterogêneo de sistemas e, portanto, não apresenta a invariabilidade neoplatônica dos modelos seiscentistas e setecentistas, presentes nas chamadas normas cultas, cujos princípios também estão presentes no gerativismo (CHOMSKY, 1959, 1965, 1966, 1975). O argumento a favor de uma produtividade total em morfologia, diferentemente do que ocorre na sintaxe, se restringe a casos específicos, sendo excepcional nas línguas flexivas. Desse modo, regras regularmente aplicáveis, sem concorrência e com poucas restrições, à maneira das que ocorrem, por exemplo, em turco, são raras em português. Por exemplo, para se formar nomes de árvore frutífera, um único sufixo, *-eiro,* é possível hoje e, para

diminutivos, *-inho* desbancou, no português brasileiro moderno, praticamente todos os demais concorrentes. Dessa forma, por causa de sua excepcional produtividade de 100%, é possível não só prever regras contextuais para a alomorfia *-zinho,* mas também a peculiar previsão, em substantivos que designam árvores em *-eiro,* do gênero gramatical, o qual é dependente do gênero do nome da fruta que serve como base. Mas situações como essas são raríssimas em português e o que reina é a longa lista de exceções à maneira tradicional, que é drasticamente reduzida ao se reintroduzirem abalizadores diacrônicos.

Nem todas as exceções têm as características acima detalhadas. Diacronicamente, a terminação *-eiro* de *primeiro* tem o mesmo étimo do sufixo *-eiro* em *abacateiro* ou em *caminhoneiro.* Comumente, porém, não se considera o primeiro caso e os dois últimos são considerados homônimos. Ou seja, casos excepcionais são simplesmente negados em nome de um *recorte sincrônico* pautado no julgamento do falante nativo. No entanto, não é negando-o que a situação se resolverá ou que o conhecimento acerca do sufixo se instaurará. Nenhum mastozoólogo negaria aos monotremados seu *status* de objeto de estudo, por serem excepcionalmente os únicos mamíferos ovíparos atuais. O linguista deve, portanto, introduzir tais casos dignos de investigação, auxiliado pela história, ainda que formem incômodas exceções a seus modelos. O primeiro passo, porém, deve ser necessariamente indutivo. Não só o sufixo *-eiro* de *primeiro* reassumiria, desse modo, sua posição dentro de uma classificação histórico-semântica, mas toda informação recuperável do sufixo latino *-arius* a despeito de participar de outro sistema (VIARO, 2006, 2007). Essa postura pode ser comparada ao comportamento distinto de outras ciências: em mais um paralelo com a metodologia biológica, é fácil perceber que não seria prudente desconsiderar o lobo-da-tasmânia do estudo taxonômico simplesmente pelo fato acidental de ele estar extinto, como se dele não tivéssemos absolutamente nenhuma informação. No entanto, é exatamente isso que se faz muitas vezes em discussões de universais linguísticos: ignoram-se descrições de línguas mortas se essas forem apenas descritas por autores considerados da longa fase "pré-científica". Desse modo, ignorando-se um dado importante como o sufixo *-eiro* de *primeiro*, colocamo-lo como entre os não existentes. No entanto, em nova contradição, dados realmente não existentes são importantes para a linguística: as criações virtuais de regras produtivas, por exemplo. Elementos de sincronias pretéritas não têm o mesmo *status* de formas agramaticais, portanto, não se justifica sua negação.

A questão da gerativividade é particularmente útil quando há grande produtividade de sufixos, mas se revela deficiente com sufixos de baixa produtividade. Seria, supomos, mais adequada se o conceito de *reconstrução do significado no momento da criação* substituísse o de *intuição do falante nativo ingênuo*. No caso dos sufixos, há de se distinguir claramente o significado do sufixo como distinto do significado do radical e ambos distintos dos significados da palavra derivada. Spencer (1991, p. 44) flagra esse fenômeno com outras palavras:

> the meaning of a phrase tends to be determined compositionally from the meaning of its component words. However, the meaning of words is not always determined compositionally. In some cases, it is the word as a whole which bears the meaning, and the

relationship between the meaning of the parts and the meaning of the whole word can be obscure.

Ou seja, parte-se do pressuposto já conhecido de que a soma das partes não é a soma do todo, que está em outro nível. Da mesma forma, oxigênio e hidrogênio têm propriedades distintas da água, que é a combinação dos dois. A admirável capacidade de nosso cérebro guardar formas idiossincráticas e o mistério de como isso é organizado é preocupação da linguística cognitiva, que busca novamente suas respostas na psicologia; no entanto, se o escopo da pesquisa é a própria língua e não seu efeito, tal como o taxonomista deve buscar nos fósseis explicações para o porquê de determinados objetos de estudo da morfologia e até da etologia, assim também o linguista deveria voltar-se à fenomenal quantidade de dados para buscar os porquês das idiossincrasias.

A palavra *chuveiro* é perfeitamente segmentável sob uma ótica sincrônica, mas há algo que incomoda na sua análise. Se é fácil ver claramente a base *chuv*(*a*) e um sufixo *-eiro,* qual seria a paráfrase a ser feita? Se alguém diz que é "objeto por onde sai a água de modo que lembra uma chuva", tal paráfrase *ad hoc* é demasiadamente longa e única. Em suma, seria um casuísmo indesejável incluir esta palavra juntamente com as de outros objetos como *chaleira, cafeteira* etc, que têm paráfrase "recipiente para se ferver chá/café", abstraindo "recipiente" como equivalente a "objeto" (Y) e "ferver" como equivalente a "parecer-se" (V), de modo a atribuir ao sufixo o significado "Y que V X", em que X é a base. Por outro lado, essa solução não condiz com uma verdade histórica, uma vez que as primeiras abonações de *chuveiro* remetem a uma chuva forte (sentido ainda verificável diatopicamente) e não a um aparelho. Em Frei Luís de Sousa (1631 Anais de Dom João III) se diz "Cessou aquele espanto e terror; mas logo sobrevêo outro, que foi um chuveiro de água tao grossa e tao extraordinária". Em suma, quando a palavra foi criada, *chuveiro* tinha o mesmo sentido do sufixo de *nevoeiro,* ou seja, "X intenso". Dessa forma deveria proceder um modelo linguístico que prezasse a explicação de seus valores semânticos, para evitar a solução *ad hoc,* ou seja, levando em conta o momento da criação e não um significado qualquer, obtido mediante introspecção. O fato de assim não ser feito se dá ou porque o analista não conhece esse significado (e assim respeita exclusivamente a sua intuição de falante) ou porque o considera anacrônico, por estar numa época que julga passada, a despeito de haver falantes (normalmente de menor prestígio social) que usem a palavra na sua primeira acepção.

Uma palavra sufixada, numa dada sincronia, com um *hápax* semântico não é prova do assemantismo ou de excesso de arbitrariedade semântica dos sufixos, mas um fato a ser investigado. Outras ciências, como a astronomia, não assumem um discurso de desistência pelo fato de seu objeto ser, em grande parte, inescrutável. Fizeram-se recortes incompreensíveis na investigação semântica ou histórica das línguas, pouco depois de uma época de admiráveis avanços da linguística, como o final do século XIX. Essa desistência tomou feições metodológicas e foi rapidamente assumida de maneira quase

universal, dada a maior facilidade com o manuseio dos dados. A paráfrase de cada elemento, com fins a uma relação de sentidos que revele a polissemia sufixal, deve ser feita, tendo-se por base exclusivamente o momento de sua criação. Muitas vezes, um sentido está presente num único testemunho, apesar de, na época de sua criação, ter havido certa produtividade. Há algum paralelo entre esse fenômeno e a mastozoologia: o *aardvark* é o único representante da ordem dos tubulidentados, embora tenha havido outras espécies em outros momentos da evolução. Em nenhum momento, esse animal é descartado das considerações sobre evolução.

4 O conceito de *competência*

Um método caro à linguística gerativa é a questão da competência do falante para julgar sobre sua própria língua. Ora, isso é perfeitamente possível dentro de uma perspectiva estritamente sincrônica, uma vez que o falante continuamente toma decisões na decodificação, pautado justamente nessa capacidade que tem, em última instância, suportes cognitivos. Chomsky (1965, p. 4-5) define *competência* como "the speaker-hearer´s knowledge of his language". Dessa premissa deriva a sua definição de *gramática*, a saber, "a description of the ideal speaker-hearer´s intrinsic competence". Em outra obra, após a mesma formulação, explica que "we may [...] think of the study of competence as the study of the potential performance of an idealized speaker-hearer who is unaffected by such grammatically irrelevant factors" (CHOMSKY; HALLE, 1968, p. 3). Nos anos seguintes, questionaram-se os ideais tradicionais presentes nos pressupostos chomskyanos e seu falante-ouvinte ideal: as comunidades não são homogêneas, os falantes não têm conhecimento integral da língua, a memória tem restrições, sem falar da importância para um modelo cognitivo da linguagem da atenção, dos lapsos e das crenças. Paralelamente, o conceito chomskyano de competência deu ao falante poderes inéditos, como o julgamento da *gramaticalidade,* nem sempre facilmente distinguível da *interpretabilidade* (CHOMSKY, 1957). A *gramaticalidade,* segundo o gerativismo, pertence ao estudo da competência, enquanto a *aceitabilidade* se restringe à *performance* (CHOMSKY, 1965). O julgamento da gramaticalidade instaurou uma nova metodologia, mas, apesar de ser útil para diversos fins, tornou-se um dos pressupostos incompatíveis com a perspectiva diacrônica. Da mesma forma que a experiência pessoal do biólogo com seus animais de estimação não é de grande utilidade para questões taxonômicas, o que o falante sabe sobre sua língua, na verdade, não importa, pois isso só mediria o seu grau de domínio do código ou talvez alguma dimensão de sua reflexão sobre a metalinguagem vigente. O linguista deveria ter um grau de distanciamento em relação ao seu objeto de estudo como qualquer outro cientista, sob pena de nele fazer transferências ou injunções. Nos anos que antecederam o gerativismo, tal postura era, até mesmo, posta sob suspeição: "the decision rests with the native speaker of the language, and to this extent the description of any language will be subjective" (NIDA, 1949, p. 56-57). De fato, o falante é apenas um observador de

sua língua, sem nenhum conhecimento para além da sua experiência e pode, involuntariamente, falsear muitas conclusões, como amiúde se vê nos testes de gramaticalidade ou em questões etimológicas. Rigor associado a método falho não gera aprimoramento, apenas mais evidências de sua limitação. Sob a ótica de quem quer flagrar a língua *per se*, a opinião do indivíduo falante deveria contar pouquíssimo, pois, para esse pesquisador, nem sempre a comunicação é que está em questão, mas as estruturas da língua e seu funcionamento, os quais não foram criados todos ao mesmo tempo. A *língua* enquanto "fenômeno complexo que funciona com a finalidade comunicativa intra- e intersubjetiva" e a *língua* enquanto "código herdado e transmitido com modificações imperceptíveis para seus usuários" podem ser, aliás, objetos de estudo distintos. Uma ciência que se dedicasse à primeira procuraria decifrar como se dá a comunicação e a cognição, poderia prescindir da diacronia e focaria a pragmática, ao passo que uma ciência voltada à segunda buscaria explicar o funcionamento e a estrutura do código linguístico e, para tal, não prescindiria jamais de dados históricos. Tais ciências seriam tão distintas como o são a Medicina e a Biologia, mas não coincidem com a visão saussuriana, antes se aproxima da humboldtiana. Mesmo que se fizesse uma separação radical das ciências, motivada por objetos de estudo tão distintos, não justificaria, porém, ignorância mútua, da mesma forma que química e física precisam dialogar em seus modelos. Se o entendimento do funcionamento da fotossíntese é interessante, mas inútil para um zoólogo, o mesmo não se pode falar de estudos comuns a plantas e animais, como a citologia. Por mais caro que seja o conceito de competência a questões sincrônicas, não se ajusta a questões diacrônicas e, em particular, para estudos sobre a produtividade. Forçar uma síntese, nesse caso, gera contradição, provocando, por vezes, a sensação de *non sequitur* nas argumentações.

5 A produtividade nos eixos saussurianos

Conceitos como nomes, verbos, derivação, sufixos e desinências foram herdados da gramática tradicional, reformulados e redefinidos pelas teorias exsurgentes. O instrumental, portanto, de boa parte da linguística sincrônica ou diacrônica deve-se à gramática tradicional. Na historiografia, portanto, se devem procurar os pressupostos sobre os quais se erigem teorias linguísticas e seus inúmeros modelos. Como vimos, há muitas formas de entender a produtividade, mas raramente as divergências epistemológicas são elucidadas e, por isso, não é difícil confrontar-se com paradoxos.

Se a língua, por definição, fosse um léxico com algumas regras, nenhum movimento na língua deveria ser perceptível, para além da geratividade sentencial. Dessa forma, a ideia de *derivação* em morfologia seria, por si só, paradoxal e discutir questões como a da produtividade nem ao menos faria sentido. Se, porém, nessa língua se admite a derivação, mas não a transformação diacrônica, o escopo de tal modelo aparentemente só satisfaz problemas de línguas mortas ou de línguas artificiais, pois a cada novo elemento lexical, sempre se aplicariam as mesmas regras. Ora, as línguas reais vivas alteram-se com

o tempo e acumulam, de modo estocástico, todo tipo de regra, produtiva ou não: além do léxico e das regras, é preciso acrescer o fenômeno da divergência, que é verificável sincronica- e diacronicamente, respectivamente pela sociolinguística e pela linguística diacrônica. É bastante conhecida a passagem dos modelos de *item e arranjo,* para os de *item e processo* e, por fim, os de *palavra e paradigma* (SPENCER, 1991, p. 49-56); no entanto, não deveria ver-se nessa sequência nenhum progresso (aliás, ela sequer é uma cronologia), o que pode fazer confundir a passagem do tempo com uma evolução do saber. À medida que se aceitavam as transformações, abandonava-se a visão diacrônica. Perante pares como *groom/bridegroom, sand/sandblind, fake/fakir, noise/noisome* etc, Nida (1949, p. 56-57) afirma que "such data are in conflict with the history of language, but are pertinent to a descriptive analysis". Nem sempre, entre os adeptos da sincronia exclusiva, contou-se com posturas tão assumidas: Nida, sem negar a história, não considerou a história apenas por finalidades práticas. A integração entre história e descrição é buscada hoje com empenho, mas sem muita revisão de conceitos, talvez por ainda haver poucos pesquisadores que transitem confortavelmente nos dois campos. A transformação, do ponto de vista diacrônico, só pode ser deduzida a partir de dados, tal como ocorre com a paleontologia. Qualquer outro tipo de transformação é puramente hipotética. Dito de outra forma, a transformação só faz sentido num modelo linguístico, se obtida por indução: não se confunde, portanto, com o método da reconstrução de etapas, que é obtido por dedução. O pressuposto da competência equivale à introdução de um elemento subjetivo altamente poderoso, como o bom-senso: algo inédito em qualquer ciência. É do bom-senso que seres com mesmo formato sejam classificados juntos, mas a biologia, contrariamente à nossa intuição, alicerçada pela teoria dedutiva da evolução, concluiu que focas, peixes-bois e baleias são mamíferos; que tubarões são condrícteos; que sardinhas são osteícteos; que pinguins são aves, para não citar diversos répteis marinhos pré-históricos (como o *Ichthyosaurus*). A verdade científica normalmente busca transpor o bom-senso. Insetos podem parecer semelhantes para um olhar não especializado, por causa de certas características pontuais, embora essas características revelem, muitas vezes, evoluções distintas. A similaridade, nesse caso, se deve a homoplasias por convergência. Desse modo, tais características podem aparecer em espécies distintas ou mesmo em famílias ou ordens distintas, pois é a evolução dos caracteres que conta e não os caracteres em si. Por exemplo, entre os insetos, os mantídeos, os mantispídeos e os efridídeos dos gêneros *Ochthera* e *Stenochthera* desenvolveram independentemente uma função raptorial do primeiro par de patas que lhes confere uma aparência similar, contudo, tais insetos pertencem a ordens totalmente distintas e não são aparentados. Numa postura científica, não se deve levar em consideração o epifenômeno da aparência, apesar de ele nortear a cognição humana, mas elementos mais significativos, muitas vezes semiocultos aos nossos sentidos e à nossa atenção (no caso da biologia, a estrutura interna, a ontogenia, a genitália). Dito de outra forma, o que conta é o *objeto* e não o *sujeito* percipiente. Da mesma forma, para verdades gerais, a língua deveria ser entendida, antes de tudo, em sua essência diacrônica. Para tal,

a opinião dos seus usuários tem pequena participação, uma vez que apenas as herdaram e raramente as alteram, sob a punição da incompreensibilidade. Para atingir tais verdades, é necessário investigar fontes ou fazer testes, não usar a introspecção.

Sabe-se que uma mudança estrutural não é alavancada por um único indivíduo, mas deve ser consensualmente considerada um elemento da competência para um conjunto de indivíduos. A difusão de novos elementos lexicais é completamente imprevisível, pois obedece a princípios pouco esclarecidos. Numa teoria da difusão, há de se levar em conta, por exemplo, a estilística e, nos fenômenos mais atuais, não se desconsidera o advento dos poderosos meios de comunicação contemporâneos. É misterioso saber por que um certo neologismo tem grande aceitação repentina e outro não. Se a geração nunca é *ex nihilo,* deverá haver sempre algum modelo prévio sobre o qual são gerados os termos novos. E o sucesso de uma palavra nova, sua expressividade e difusão, é quase sempre o indício de que não ficará isolada e que, por sua vez, servirá de *molde* para outras (VIARO, 2007).

Em morfologia, a produtividade, para ser entendida, necessita de uma aproximação com o fenômeno da diacronia. O falante nativo, pautando-se no seu falho julgamento baseado no bom-senso, tem direito de afirmar – erroneamente –, por exemplo, que uma palavra da linguagem coloquial é um neologismo (por exemplo, *legal* no sentido de "muito bom"), mas um linguista – enquanto cientista da linguagem – não deveria fazê-lo jamais, pois demonstraria incúria. Assim, dada a dificuldade de se lidar com a produtividade na sincronia atual, estabelece-se, por definição, que um neologismo é um elemento não dicionarizado ou com baixa frequência no *Google*, contudo, isso é pouco para revelar-nos o fenômeno.

Conclusão

Para ser justo com a pesquisa linguística e com seu desenvolvimento, dever-se-ia pensar em quanto realmente os novos modelos superam os anteriores, para verificar se, de fato, propaladas evoluções são procedentes ou parciais. Com respeito à questão da produtividade, há todo um trabalho por fazer nesse sentido. Todos sabemos que o trabalho feito pelos historiógrafos não é pequeno e que nos tem revelado nomes esquecidos e grandes surpresas. Na maior parte das vezes, porém, a figura do precursor é mera curiosidade. Forma-se, assim, um panteão de supostos pais da linguística ou marcos de cientificidade, cujas ideias invariavelmente organizariam o caos anterior. As ideias de tal modo estão ligadas a seus autores e esses a seus discípulos que, dificilmente, há espaço para novas revoluções. A hegemonia deste ou daquele país também tem sido fundamental para a aceitação das ideias, o que é epistemologicamente problemático. No entanto, a cada momento se declarava que a cientificidade estava mais em foco do que no momento anterior. Para piorar, muitas vezes, a crença na *evolução* das ideias é, ao mesmo tempo, desculpa e razão para essa atitude, endossada por manuais parciais de historiografia, precários,

quando não tendenciosos, sobretudo as do pós-guerra. O estabelecimento de semelhante ao ICZN, acima descrito, é extremamente necessário.

Algo parecido já foi tentado (BLOOMFIELD, 1926), mas a aceitação unânime de ferramentas imprescindíveis aparentemente só funcionou, até agora, com o IPA. Sem as definições, é impossível saber se os autores tratam do mesmo fenômeno ou não. É difícil também, sem elas, questionar a polissemia dos termos técnicos, tão prejudicial quanto a proliferação de termos novos desnecessários. O relativismo sempre é invocado nesses momentos, deixando-nos imunes a ver boas propostas. Também não é raro ouvir entre nós, informalmente, frases como "eu não acredito nessa teoria", como se teorias científicas fossem, de fato, uma questão de fé. Uma teoria é válida quando, a partir de pressupostos (epistemologicamente aceitos por muitos na época de sua criação), erige, por dedução, um sistema cuja aplicação é possível para um grande número de fatos. Nenhuma teoria é infalível, de modo que as exceções se explicam por meio de variáveis regularmente aplicáveis quando não acionadas por um mecanismo que as impulsione. Desse modo, parte-se, muitas vezes, de situações ideais evocadas pelos pressupostos e de modelos que só dão resultados a contento quando são aplicadas as variáveis de maneira previsível. Tudo isso impulsiona a ciência à procura de novos modelos, novas variáveis ou, mais raramente, novos pressupostos. Mesmo leis universais da física não seriam válidas se não fossem as variáveis. Mesmo assim, os modelos têm falhas e essas intrigantes exceções podem ficar sem respostas ou – o que é comum na nossa área – cria-se uma explicação *ad hoc,* que é, na verdade, uma variável exclusiva para aquela exceção que não se adapta ao modelo teórico, quando não a toda a teoria. O acúmulo de explicações *ad hoc* fragiliza o modelo, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, lhe dá ares transcendentais, se o ceticismo é evitado.

Nenhuma teoria é comprovável, pois se o fosse, seria um fato e não um construto. No século XVII, um grande problema era o de como Noé teria levado todos os animais do mundo numa arca com as dimensões apresentadas na Bíblia (aproximadamente 198m. de comprimento, 33m. de largura e 19,8m. de altura). A miríade de animais que povoavam os museus, advindos da América, África e Ásia contradiziam o dito bíblico. A explicação dada pelo jesuíta alemão Athanasius Kircher, na sua obra *Arca Noe in tres libros digesta* (Amsterdam: Joannis Janssonium à Waesberge, 1675), foi bem recebida. Sua argumentação: os animais aquáticos não precisavam obviamente ser levados na arca, tampouco os anfíbios e os invertebrados, por exemplo, eram grande problema, pois nasciam por geração espontânea, coerentemente com o que se acreditava na época, portanto, deveria haver uma explicação, sobretudo, para a diversidade de mamíferos e aves. Desses, muitos animais relatados pelos antigos hoje não existem mais. Noé teria, portanto, levado apenas esses arquétipos que, uma vez estacionada a arca, se cruzaram entre si, dando geração aos animais atuais. Por exemplo: a girafa proviria do cruzamento do camelo com o pardo (animal citado por Plínio), da mesma forma a marmota seria o cruzamento do esquilo com o texugo; o tatu, do ouriço com a tartaruga; o leopardo, do leão com o pardo etc. A lista total necessitava apenas de 196 espécies, as quais podiam perfeitamente ser levadas

por uma arca com as dimensões bíblicas (PAPAVERO et al., 1997). O modelo era perfeito para a época. Era elegante, ademais, pois não invalidava a Bíblia e a unificava com Plínio e outras autoridades pagãs. Posteriormente ao se verificar, contudo, a esterilidade dos híbridos e a falácia da geração espontânea, a hipótese de Kircher se tornou insustentável. Uma teoria provada como errada não consegue ser infinitamente remendada por argumentos *ad hoc.* Num determinado momento, todos seus pressupostos foram questionados e foi isso que ocorreu com o advento da teoria de Darwin-Wallace (1859), quando a própria existência da arca foi posta em xeque.

Não faltam pressupostos antagônicos em linguística, o que torna alguns modelos incompatíveis. Neles, há número demasiadamente grande de argumentos *ad hoc* que forçam a todo custo o funcionamento do modelo para explicar um caso dissentâneo, embora deixe descoberto um número muito grande de outros. É, por exemplo, o caso da consoante abstrata /x/ utilizada no modelo de Chomsky e Halle (1968) e discutida por Kiparsky (1973). Desse modo, é fácil entender por que se afirma não "acreditar" neste ou naquele modelo: isso só é possível de fato onde reina a fé. Contudo, teorias se erigem idealmente sobre uma lógica cujos elementos e regras são predefinidas, os quais se alicerçam em pressupostos implícitos, mas consensualmente aceitos. Pressupostos unanimemente assumidos pelas correntes necessitam ser questionados somente quando, ao lado das regras de ampla validade, há abuso de elementos *ad hoc,* normalmente introduzidos como uma espécie de *deus ex machina* para salvar a teoria.

Para uma morfologia histórica, é de relevância não só a história das classes, mas também a de cada unidade morfológica, a qual pode perpassar sistemas diacronica- ou diatopicamente. Por mera questão metodológica, é secundária qualquer compreensão de como ocorre a reunião desses elementos, numa sincronia qualquer, para os fins comunicativos do código a que serve. Desse modo, o papel da competência do falante-ouvinte ideal nem se apresenta entre seus pressupostos. A investigação semântica desses elementos, porém, necessita de descrições sincrônicas, que são *in fine* construtos ideais, mas não a língua *per se.* Essas descrições devem, porém, coincidir com reconstruções de sincronias pretéritas, se for o caso. Hoje vemos trabalhos em que as perspectivas sincrônica e diacrônica convivem, sem que, necessariamente, os modelos – chamados, algo abusivamente, de "teorias" – fundamentem convincentemente a morte do seu precursor. Isso se dá porque esses eixos não são apenas modos distintos de encarar um mesmo objeto de estudo. Pelo contrário, os eixos revelam *objetos* completamente distintos. Os modelos que prescindem da diacronia parecem mais adequados à comunicação e à compreensão da cognição, portanto, à pragmática. No entanto, para entender o funcionamento do código, para fazer acuradamente a descrição de sua estrutura, bem como para entender a neologia e a produtividade, o elemento diacrônico é imprescindível, sob pena de, não agindo assim, referir-se a um objeto ideal qualquer e não à língua *per se.* O salto da indução para um modelo dedutivo ainda não se efetivou. No entanto, uma nova linguística que focalize a essência do fenômeno chamado "língua" e não o que simplesmente pensamos sobre

ela, na qualidade de seus usuários, deverá surgir dialeticamente por entre as escolas, com metalinguagem e método próprio, questionando posturas dogmáticas, restaurando ideias perdidas e alertando para a ineficácia de alguns métodos correntes.

Referências

ARONOFF, Mark (1976). *Word formation in Generative Grammar.* Cambridge, MA: MIT.

BASILIO, Margarida (2002). O estudo da morfologia no português falado: condições de produtividade e condições de produção. In: CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). *Gramática do português falado. III: abordagens*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 364-372.

BLOOMFIELD, Leonard (1926). A set of postulates for the science of language. *Language*, *n.* 2, p. 153-164.

BRÉAL, Michel (1897). *Essai de sémantique* (*science des significations*). Paris: Hachette.

CÂMARA JR., Joaquim M. (1977). *Dicionário de lingüística e gramática referente à língua portuguesa.* Petrópolis: Vozes.

CHOMSKY, Noam (1957). *Syntactic structures.* La Haye: Mouton & Co.

CHOMSKY, Noam (1965). *Aspects of the theory of syntax.* Cambridge, MA: MIT.

CHOMSKY, Noam (1966). *Cartesian linguistics: a chapter in the history of Rationalism thought.* New York: Harper & Row.

CHOMSKY, Noam (1970). Remarks on nominalization. In: JACOBS, Roderick A.; ROSENBAUM, Peter S. (Ed.). *Readings in English transformational grammar.* Waltham/Toronto/London: Ginn and Company. p. 184-221.

CHOMSKY, Noam (1975). *Reflections on language.* New York: Pantheon.

CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris (1968). *The sound pattern of English.* New York: Harper & Row.

COSERIU, Eugenio (1973). *Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio lingüístico.* Madrid: Gredos.

GAFFIOT, Félix (1934). *Dictionnaire latin-français.* Paris: Hachette.

HEGENBERG, Leonidas (1969). *Explicações científicas.* São Paulo: Edusp/Herder.

HESSEN, Johannes (1926). *Erkenntnistheorie.* Bonn: Ferdinand Dümmler.

KIPARSKY, Paul (1973). 'Elsewhere' in Phonology. In: ANDERSON, S.; KIPARSKY, Paul (Ed.). *Festschrift for Morris Halle.* New York: Holt, Rinehart and Winston.

NIDA, Eugene A (1946[2]). *Morphology: the descriptive analysis of words.* Ann Arbor: The University of Michigan Press.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante M.; LLORENTE-BOUSQUETS, Jorge (1997). *História da biogeografia no período pré-evolutivo.* São Paulo: Plêiade/FAPESP.

RIO-TORTO, Graça M. O. S. (1993). *Formação de palavras em português: aspectos da construção de avaliativos.* Tese de Doutorado. CELGA, Universidade de Coimbra.

ROCHA, Luiz C. A. (1998). *Estruturas morfológicas do português.* Belo Horizonte: UFMG.

SAID ALI, Manoel (1921). *Lexeologia do portuguez historico.* São Paulo: Melhoramentos.

SPENCER, Andrew (1991). *Morphological theory: an introduction to word structure in generative grammar.* Cambridge: CUP.

VIARO, Mário Eduardo (2006). Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo *-eiro***.** *Estudos lingüísticos,* n. 35, p. 1443-1452.

VIARO, Mário Eduardo (2007). Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos *-eiro/-eira* na língua portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis et al. (Ed.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe.* São Paulo: Cultura Acadêmica. p. 45-84.

O passado presente em construções lexicais: substantivos deverbais *X-ção* de origem latina no português do Brasil

Margarida BASILIO
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/CNPq

Introdução

Neste trabalho,[1] pretendo encaminhar uma reflexão sobre a questão do presente e do passado nas construções lexicais, focalizando algumas construções ocorrentes no Latim Clássico e analisando sua presença e propriedades no léxico do Português. Tomo por base desta reflexão substantivos deverbais *X-ção* relacionados a verbos. Inicialmente, teço algumas considerações sobre a formação de substantivos a partir de verbos e coloco, em linhas gerais, a situação de produtividade do sufixo nominalizador *-ção* no Português do Brasil. Em seguida, analiso a situação de algumas formações latinas correspondentes a formações em *-ção* em Português que se aproximam, mas não se inserem totalmente no padrão geral mais produtivo de nominalização com o sufixo *-ção* no Português de nossos dias. Finalmente, discuto a questão da regularização ou não de formas de morfologia complexa de origem latina e sua situação de permanência (ou não) no léxico do português.

1 A formação de substantivos deverbais

A formação de substantivos a partir de verbos se constitui, provavelmente, no mais significativo processo de mudança de classe na Língua Portuguesa. Isto se deve à necessidade constante de referência à noção do verbo através de uma forma nominalizada, com o objetivo seja de fazer referência ao evento verbal genericamente, e não como predicador,

1 O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

seja de focalizar toda uma frase regida pelo verbo dentro de uma perspectiva nominal, seja de recuperar a informação anterior pelo uso da forma nominalizada do verbo, dentre outras possibilidades. Assim, a formação de substantivos deverbais é de fundamental importância para satisfazer requisitos de ordem sintática e estratégias textuais. Adicionalmente, podemos utilizar substantivos deverbais para denominar eventos, fatos, fenômenos ou situações; neste caso, o verbo se transforma no radical da formação e apresenta um significado relevante à denominação. As frases abaixo ilustram os diferentes usos mencionados:

1. a. Destruição e violência não resolvem nada.
   b. A destruição da cidade pelo inimigo era uma questão de tempo.
   c. O diretor decidiu impedir a entrada dos estudantes no salão principal. A decisão se revelou calamitosa.
   d. A depressão é uma crise econômica caracterizada pela significativa redução do consumo.

Dada a forte motivação de ordem semântica, textual e gramatical para a utilização da noção verbal em forma ou perspectiva nominal, a formação de substantivos a partir de verbos se constitui em um dos processos mais produtivos de formação de palavras, em oposição a outros processos de mudança de classe em que prevalece a função denotativa, tais como a formação de verbos ou de adjetivos denominais. Em consequência, instaura-se um padrão de relação lexical N/V, segundo o qual, para um dado verbo, espera-se a existência correlata, no léxico, de uma forma nominalizada (BASILIO, 1980).

2 O sufixo nominalizador *-ção*

A formação de substantivos a partir de verbos se dá por sufixação ou por derivação regressiva, sendo majoritária a derivação sufixal. Dentre os sufixos formadores de substantivos deverbais, o sufixo *-ção* é o mais utilizado. De fato, em trabalho realizado no âmbito do *Projeto Gramática do Português Falado*, foram encontradas três vezes mais ocorrências do sufixo *-ção* em formações regulares do que do sufixo *-mento,* o segundo sufixo mais usado, com cerca de 20% das ocorrências, tendo os demais sufixos (*-agem, -da,* etc.) apresentado percentagens mínimas de ocorrência, inferiores a 2% (BASILIO, 1996). Uma proporção análoga foi obtida em outro trabalho, realizado em *corpus* equivalente de língua escrita, organizado no início da década de noventa (ALBINO, 1993).

Assim, para além da produtividade do sufixo *-ção* na formação de substantivos deverbais no Português de hoje, temos também evidência do seu alto teor de produção, tanto em termos absolutos quanto em comparação com outros processos funcionalmente equivalentes, tais como a adição de outros sufixos.

3 Construções *x-ção* regulares e particulares

Quando pensamos em substantivos deverbais, é relativamente fácil listar dezenas de formações *X-ção* de semântica e fonologia regulares, tais como *declaração, realização, efetivação, comparação, participação, desintegração,* etc. Entretanto, o que nos interessa examinar, para os objetivos deste trabalho, são as formações *X-ção* que não se enquadram inteiramente no padrão geral. De fato, ao lado de construções regulares como as arroladas acima, encontramos em português um grande número de substantivos deverbais que se afastam, de um modo ou outro, do padrão geral sincrônico, embora ocorra fonologicamente a sequência *-ção* após o que poderia ser considerado como o radical do verbo correspondente.

Mais especificamente, vamos analisar a situação dos pares V/ N *optar / opção, imprimir / impressão, receber / recepção, fundir / fusão, fingir / ficção e corromper / corrupção.* Nestes exemplos, o substantivo de estrutura *X-ção,* embora possa ser funcionalmente equivalente às formações regulares, não segue o padrão geral de formação, como se constata pela ausência de vogal temática e por diferentes alterações fonológicas, no corpo do sufixo ou no radical.

3.1 Formas *x-ção* no latim clássico

Formas como as exemplificadas acima derivam de processos latinos de formação de substantivos; são produtos que nos vieram de herança. Começaremos nossa análise com alguns dados relativos a essas formações em latim, levantados sobretudo no *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine* , de A. Ernout e A. Meillet (doravante EM), no *Dictionnaire Illustré Latin-Français*, de Félix Gaffiot (doravante FG) e no *Novíssimo Diccionario Latino-Portuguez,* de F.R. Santos Saraiva (doravante SS).

De acordo com EM, o verbo básico correspondente a *optar* não existia em latim, havendo, no entanto, um fragmento que justificaria a proposição de existência prévia de um verbo *opio, de onde viria *optio,onis*; mas em latim o verbo *optare* e o substantivo *optio* têm significados compatíveis, de acordo com FG e SS. O fato de que a forma *optatio, onis,* que corresponderia ao padrão regular, é registrada apenas em Cícero, e como figura de retórica, em referência à faculdade do cidadão de optar, sugere que há um vínculo forte já no latim clássico entre o verbo *optare*, na forma que já incorpora o -t- do Supino, e *optio,onis*, o substantivo deverbal provavelmente derivado da forma do Supino de **opio*, de acordo com a proposta de EM.

Em relação a *pressio, onis,* EM registra a forma como rara e técnica, mas o termo é arrolado em FG com a acepção esperada de um deverbal, sendo referidos César e Vitrúvio; o verbo *premere* latino tem como significado básico fazer pressão sobre, apertar sobre, comprimir, embora haja inúmeras outras acepções, de relação semântica nem sempre óbvia. O verbo derivado *imprimere* mantém os significados básicos de aplicar, apoiar, apertar, fazer pressão, imprimir marca. O substantivo *impressio, onis* tem várias referências e o significado de "aplicação" (FG) ou "ação de apertar" (SS), configurando-se, portanto, uma relação direta com o significado básico de *imprimere*.

O verbo *recipere*, derivado de *capere* (tomar, pegar, conter e, por extensão, conceber no espírito, obter, escolher, etc.), tem os sentidos de recolher e retirar, segundo EM. FG arrola diferentes sentidos para este verbo, dependendo do valor do prefixo, tais como retirar, trazer de volta, retornar, em que *re-* denota movimento para trás; retomar, recuperar, em que *re-* corresponde ao retorno a uma situação anterior; e, com o sentido do prefixo esvaziado, os sentidos de receber, acolher, aceitar, tomar posse, encarregar-se, etc., também mencionados por SS, que acrescenta acepções mais detalhadas, tais como restabelecer-se, abrigar-se, prometer, consentir, etc.

O substantivo correspondente *receptio*, *onis* ocorre, segundo SS, com os significados de ocultamento (Plauto) e retirada (Isidoro), que são significados arrolados por EM em referência ao latim arcaico, mas também presentes como acepções de *recipere*. FG acrescenta o significado de ação de receber. Temos, portanto, algumas acepções correspondentes ao significado do verbo no substantivo deverbal.

Segundo EM, o verbo latino *fundere* apresenta basicamente as acepções de verter e expandir, e é usado especialmente em referência a líquidos, sobretudo metais em fusão; daí viria o sentido técnico de fundir, conservado nas línguas românicas.

Entretanto, várias outras acepções relacionadas a expandir e verter, arroladas em FG, normalmente não são associadas ao verbo *fundir* em português, embora presentes no derivado *difundir*; apenas a acepção mais particularizada de fundir e derreter em relação a metais é significativa no verbo em nossa língua, no sentido de mescla ou solução. Ambos os significados, de expansão e de solução, são registrados na forma latina *fusio, onis*, de acordo com FG e SS. Assim, temos a possibilidade atestada de utilização do substantivo deverbal com significado equivalente ao do verbo.

De acordo com EM, o verbo *fingere* significa basicamente modelar em argila, donde o significado geral de moldar em qualquer material plástico; e, por extensão, reproduzir os traços e representar; e imaginar, fingir, inventar. EM observam, ainda, que o termo não aparece antes do período imperial, aventando a hipótese de Quintiliano, usuário frequente do termo, tê-lo inventado. De acordo com FG, o verbo tem os significados de moldar a cera, modelar, fabricar; mas também modelar ou seguir um modelo no sentido figurado e abstrato; donde representar-se, imaginar; e, finalmente, inventar falsamente, forjar. SS acrescenta significados mais particularizados, tais como esculpir, compor uma obra literária, adaptar, ajustar, afagar, adestrar, dominar, preparar, meditar, etc., todos correlatos às ideias iniciais de fazer, amoldar e suas extensões, de criar, formar e inventar.

Já o substantivo *fictio, onis* apresenta, sobretudo, os significados de criação, formação, e, na linguagem retórica, ficção e suposição. SS registra em Quintiliano as acepções de formação em relação a palavras, pensamento disfarçado ou dissimulado e suposição ou hipótese. FG registra os significados de ato de formação, moldagem, criação, assim como as acepções atribuídas a Quintiliano. Podemos dizer, portanto, que *fictio, onis* em latim ocorre não propriamente nos mesmos termos do significado básico do verbo derivante, embora em termos compatíveis.

Finalmente, EM registram para *rumpere,* de que deriva *corrumpere,* os significados básicos de quebrar com força e romper, sobretudo com a noção de explosão; e *corrumpere* teria inicialmente a noção de fazer romper, e se teria estendido a tudo que se pudesse desgastar ou corromper, mas sem a ideia de quebrar. SS arrola inúmeras acepções, tais como destruir, estragar, deteriorar, prejudicar, alterar, perverter, falsificar, subornar; FG registra, adicionalmente, aniquilar, deteriorar física ou moralmente, corromper os costumes, seduzir; mas os sentidos registrados para *corruptio*, em Tácito e Cícero, são os de alteração, sedução e depravação.

Este quadro preliminar nos mostra que estamos longe de obter uma situação transparente nas formas nominalizadas, que garantisse a relação sistemática entre verbo e substantivo deverbal, com a funcionalidade que esta relação apresenta na língua portuguesa atual.

De certa maneira, o quadro que temos corresponde a uma situação usual de formas derivadas: existe uma relação entre o significado do verbo e o do substantivo deverbal, mas a margem de variação é grande, já que a forma derivada surge de diferentes necessidades de denominação a partir do significado da base, às quais se adicionam outras, decorrentes do uso. Em consequência, é relativamente comum a situação de formas derivadas que correspondem a apenas parte dos significados do verbo correspondente; ou a existência de substantivos deverbais diferentes para diferentes significados de um mesmo verbo.

Nos pares N/V mencionados, temos compatibilidade de significado entre *optare* e *optio,* apesar das irregularidades fonológicas; o par *imprimere/ impressio* apresenta coerência semântica no sentido inicial de calcar e aplicar, e em alguns sentidos mais abstratos, como a de gravar no espírito, a par com alterações fonológicas marcantes. Em *receptio,* como vimos, a forma nominalizada é compatível com apenas algumas das várias acepções do verbo; o mesmo ocorre com *fictio* e *corruptio*.

Não há, portanto, um quadro transparente de relações verbo-nome, mas também não podemos dizer que seja um quadro de opacidade. Assim, é razoável dizer que há condições de reconhecimento de uma relação lexical entre *optare* e *optio , imprimere* e *impressio, fundere* e *fusio, recipere* e *receptio*, *fundere* e *fusio e corrumpere* e *corruptio*; entretanto, são variadas as relações morfossintáticas e semânticas, de tal modo que é difícil a depreensão de um padrão, à exceção dos elementos *-io, ionis* ou *-tio, -tionis,* que se transforma em *-çom* e posteriormente em *-ção* no português atual. No caso das formas latinas, no entanto, o aspecto da alteração fonológica pode ser menos ou mais relevante, dependendo da relação que se poderia ter entre a forma nominalizada e a forma do Particípio Passado.

3.2 Formações *x-ção* no português

Veremos agora a situação destes substantivos deverbais no português. Abordo inicialmente a situação do elemento formador para, em seguida, expor algumas informações lexicográficas sobre o registro das formações exemplificadas.

Segundo Houaiss, o elemento formador de verbos em português é *-ação*, oriundo da junção da vogal temática *a-* ao sufixo *-ção*, o qual, por sua vez, resulta da incorporação do *t-* do radical do supino dos verbos da 1ª conjugação ao sufixo latino *-io, ionis*, formador de substantivos verbais de ação. Para o lexicógrafo, este sufixo é "...extremamente fecundo no latim clássico e continuando-o no latim vulgar sob a forma *-ione(m),* que dá o português arcaico *-om,* modernamente *-ão*, no caso vertente *-çom>-ção"* (HOUAISS, 2001, p. 41).

Ou seja, o sufixo nominalizador de produtividade maior no latim clássico é *-io, ionis,* mas o sufixo nominalizador nos verbos em português é *-ção*, oriundo do mesmo sufixo latino, mas na forma que incorpora tanto o *-t* do supino, transformado em *ç*, quanto a nasalização remanescente do tema em nasal latino. Na proposição de Houaiss, o elemento produtivo já teria incorporado a vogal temática; isto corresponde a afirmar que apenas nominalizações em *-ação* teriam sido formadas na língua portuguesa, quer oriundas de verbos de primeira conjugação, quer de segunda ou terceira conjugações. A alternativa de análise que adoto, que toma por base a situação sincrônica do sufixo e encontra respaldo em algumas das formações citadas, é considerar *-ção* como o elemento produtivo, sendo o *-a* a vogal temática. Mas, seja qual for a análise adotada, as formações com que estamos lidando não se enquadram no padrão produtivo atual, dada a ausência da vogal temática (em minha análise) ou do nominalizador *-ação* (na análise de Houaiss). Ou seja, embora tenha havido uma reestruturação morfológica com a junção do *-t-* do supino com o nominalizador *-io, -ionis*, formando o novo nominalizador *-ção*, o processo resultante inclui uma vogal, quer como marca do tema, quer como parte do sufixo, de modo que as formações, regulares em latim, deixam de ser regulares em português.

Apresentamos abaixo alguns dados sobre a entrada dessas palavras no léxico do português, levantados no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (doravante DH).

O verbo *optar* ocorre em português em 1858, com o sentido básico de decidir-se. Analogamente, registra-se *opção* no séc. XVII, com o sentido básico de ato, faculdade ou efeito de optar. É interessante observar o registro do adjetivo *optativo*, do lat. *optativus*, na acepção "relativo a ou em que há expressão de vontade ou desejo", datando de 1576. Não há registro da forma *optação, embora haja cognatos, como *cooptação*.

O verbo *imprimir* é registrado em português no séc. XIV, com o sentido de marcar por meio de pressão, gravar. Registram-se variantes como *empremir, imprimio, imprimir.* O substantivo *impressão* ocorre no séc. XV, com as formas *empressom e jmpressam, imprimissão.* A forma atual, *impressão,* aparece em 1522. O significado básico é o de ato ou efeito de imprimir, isto é, pressionar, apoiar algo sobre algo; e a marca deixada por este ato. Dentre as formas variantes, a ocorrência *imprimissão* sugere que o nominalizador *-ção* é produtivo já em português fora do contexto da vogal temática *-a.*

O verbo fundir ocorre em português já no séc. XIV, com a acepção de tornar (se) líquido ou derreter, especialmente em relação a elemento metálico, ou dissolver. Encontram-se no séc. XIV as variantes *fundir, f-udir, fondir, fonder.* Também no séc. XIV ocorre *fundição*, como ato, efeito ou arte de fundir metais e local, fábrica onde se fundem metais.

A grafia registrada é *fondiçõ*. Este é outro caso em que *-ção* ocorre no português arcaico sem a vogal *-a-*. Já *fusão* é de ocorrência tardia, em 1612, com o significado de ato ou efeito de fundir(-se). As variantes registradas são, em ordem cronológica, *fuzão, fuzam* e *fusão*.

O verbo *fingir* ocorre no séc. XIV, já com o sentido de ocultar sentimento ou intenção, dissimular, aparentar. São registradas as variantes *fingir* e *finger*. Também no séc. XIV é registrado *fingimento*, com o significado de ação ou efeito de fingir(-se), ou seja, dissimulação de sentimento, ideia, intenção. São registradas as variantes *fingim-eto* e *fingimento.* Já *ficção* ocorre mais tardiamente, em 1534, também com o significado de ato ou efeito de fingir, mas relacionado a construção, voluntária ou involuntária, da imaginação, quimera, construção subjetiva de um acontecimento, etc. Registram-se as variantes *fições, ficam, ficçõis fiçois.* Registra-se, também a ocorrência do fr. *fiction,* de cerca de 1233, com o significado de impostura.

O verbo *corromper* ocorre em português já em 1255, com o significado de deteriorar. Há várias grafias registradas: *coronper, cor-uper, cõrrõper, corromper, comrromper.* Já *corrupção* data de *1344,* como ato, processo ou efeito de corromper; deterrioração. As variantes registradas *são corrupçom, e corrupção.* Há também o registro de *corrompimento* no séc. XIV, com as variantes *corrompim-eto, corrompimento e comrrumpimento.*

O verbo *receber* ocorre em português em *1048,* com o sentido de entrar na posse de, receber, com inúmeras acepções. Algumas formas registradas são *recebi, receber, reçebir, rreçebya.* O substantivo *recebimento* é registrado no séc. XIII, como ato ou efeito de receber, relacionado ao acolhimento de pessoas, hospitalidade, além de entrada na posse de bens. Algumas variantes são *recebemento, recebimento, recebim-ento, rrercebemento, rreçibimento.* A forma *recepção,* no entanto, é do séc. XV, com as acepções de ato ou efeito de receber e modo de receber, acolhimento, aceitação, ato de receber alguém de acordo com cerimoniais, etc. Ocorrem, no séc. XV, as variantes *reçepçion,* e *reçepçom*.

Naturalmente, esses dados não registram as acepções que talvez pudéssemos deduzir dos contextos de ocorrência. Entretanto, algumas observações podem ser feitas mesmo a partir de dados levantados em dicionário.

Chama a atenção, por um lado, a ocorrência de formações em *-mento*, sufixo que também apresenta grande vitalidade no latim vulgar, como no caso de *fingimento,* ligado à ideia de dissimulação intencional, em oposição a *ficção*, de cunho criativo e imaginário. É interessante, em particular, o sentido intencional de engano em *fingimento*, ocorrendo no séc. XIV, em oposição ao sentido mais imaginário, que é o sentido mais básico latino, ocorrendo em 1540, o que sugere uma contraposição entre a criação da forma nominalizada em *-mento* a partir do final da cadeia de evolução semântica, com o retorno da forma latina do substantivo com o sentido anterior.

O verbo latino *fingere* parece ser bem mais ligado à ideia de criação: parte-se da ideia de moldar em argila, modelar, donde esculpir, conformar, representar, imaginar, criar e, daí, inventar falsamente e forjar. Assim, ficção é o ato de dar forma, criação, modelagem, ficção, suposição, hipótese. Em português, *fingir* é associado aos sentidos correspondentes

à extensão semântica, o que também acontece com *fingimento*, formação que não é registrada no latim clássico.

Observamos também *recebemento*, relacionado à ideia de entrar na posse, ocorrendo no séc. XIII, enquanto *recepção*, com significado ligado a cerimoniais, ocorre apenas no séc. XV; e *corrupção* e *corrompimento*, ambas no séc. XIV.

Outro registro relevante é a ocorrência de formas como *imprimissão,* que mostra que, ao lado do termo i*mpressão*, que se fixou, também ocorre a forma nominalizada correspondente a um padrão generalizado.

Estes dados, embora restritos e preliminares, são convergentes com nosso conhecimento da situação de impacto avassalador de formas latinas de formação erudita na língua portuguesa, mencionadas usualmente em compêndios de Gramática Histórica. Assim, muitas das formas que se fixaram e que usamos atualmente teriam sido retomadas diretamente de sua forma latina. Passo então a algumas questões que emergem destes dados.

4 Questões e proposições

Retomando a afirmação inicial do trabalho, o sufixo *-ção* é o mais produtivo na formação de substantivos deverbais em português, embora o conceito de produtividade constitua uma discussão ainda em curso entre os especialistas (BAUER, 2001). Entendo aqui por produtividade, segundo a formulação de HOCKETT (1958), a expectativa de utilização de um processo gramatical, ou, mais especificamente, no caso, a expectativa de utilização de um processo lexical. Assim, a produtividade de *-ção* corresponde à expectativa da adição de *-ção* a verbos para a formação de substantivos deverbais em português. E, dado que a utilização do padrão fica marcada em seus produtos (KASTOVSKY, 1986), é prática normal a utilização de dados quantitativos de formações lexicais como sinais de produção e também indutores de expectativas.

Tanto no português falado quanto no português escrito o sufixo *-ção* é, de longe, o elemento nominalizador mais produtivo. Mas, o que entendemos por elemento nominalizador? O termo é por demais abrangente, por determinar como produto um substantivo, o que inclui, entre outros, os chamados nomes de agente. Naturalmente, nosso tópico se restringe aos tradicionalmente chamados "nomes de ação", mas mesmo este termo ainda não é suficientemente restritivo. No caso em questão, é importante levar em conta, por um lado, a maioria esmagadora de substantivos deverbais formados pela necessidade textual de referência ao processo verbal, assim como a necessidade de referência da noção verbal em si, em oposição ao evento predicado de seres específicos, através da forma nominalizada do verbo. Ou seja, damos o nome de substantivo deverbal a quaisquer substantivos derivados de verbos; mas só podemos considerar substantivos correlatos a verbos, como padrão lexical, aqueles que podem fazer as vezes do verbo correspondente em situações

de estrutura nominal, requeridas por motivos de arquitetura textual; ou substituí-lo como elemento radical na formação de uma palavra que designe o evento.

No que tange às palavras recompostas que estamos analisando, é patente a possibilidade de utilização do substantivo em lugar do verbo em quase todas. Por exemplo, podemos formar frases como *"a opção pelo lucro fácil é perigosa", "a construção de castelos de areia não compensa", "a fusão de empresas é cada vez mais comum", "a corrupção de menores é um crime hediondo*", etc., a partir de seus correlatos verbais "*optar pelo lucro é perigoso*", "*construir castelos de areia não compensa"* etc., embora os substantivos *recepção* e i*mpressão* apresentem restrição de contextos de ocorrência no caso da interpretação verbal. Assim, em apenas um caso, o de *ficção,* constatamos que a forma de origem latina não corresponde à nominalização do verbo, havendo, neste caso, um desligamento tanto semântico (o verbo *fingir* em português não mantém os sentidos originais latinos) quanto fonológico (a ausência da nasalidade concomitante ao ensurdecimento da oclusiva velar, na forma nominalizada, juntamente com a palatalização da velar no verbo, dificultam o reconhecimento da relação entre *fingir* e *ficção*).

Constatamos, portanto, que a maioria das formações analisadas se enquadra funcionalmente no padrão lexical da relação nome/verbo do português atual, ainda que se trate de formas recompostas diretamente de fonte latina a partir do séc. XVI. Parece, então, que o que prevalece é o padrão da relação V/N, consubstanciado numa estrutura *X-ção* . Falta-nos então determinar a motivação para dois fatos: o primeiro, concernente ao não prevalecimento de formas como *imprimissão, corrompimento* etc.; o segundo, relativo ao comportamento dos pares analisados, em geral idêntico ao das formas regulares, tendo em vista que as formas foram incorporadas no séc. XVI.

É razoável propor que os dois fatos derivam do caráter paradigmático da relação nome/verbo; e da natureza da utilização dos nomes deverbais no texto escrito, o que se relaciona diretamente com o fato de se tratar da língua culta.

Quanto ao primeiro fato. Observamos ocorrências de formas como *imprimissão, recebemento, fingimento, corrompimento* no português arcaico; e sabemos que *-mento* já é produtivo no latim vulgar.

Destas formas, *fingimento* e *recebimento* apresentam especificações em sua utilização. Em *recebimento* temos o sentido de entrada de posse, o mais antigo do verbo correspondente, em oposição a *recepção,* de entrada mais tardia, e com o sentido ligado a acolhida e relacionado a cerimoniais. Em *fingimento* prevalece o significado de intenção de enganar, enquanto *ficção* se liga ao lado imaginário, mais relacionado ao sentido mais primitivo do verbo *fingere*. Neste caso, o verbo migrou de significado para a acepção do engano, assim restabelecendo o par *fingir/fingimento*, ficando *ficção,* conforme já referido*,* como um termo virtualmente autônomo.

No caso de *corrompimento*, é natural que tenha prevalecido *corrupção*, em relação ao significado menos concreto e mais nefasto, ligado ao de sedução, que já ocorre no latim clássico, dado que o significado ligado à destruição tem seu lugar em *rompimento,* de

rumpere, cuja forma nominal correspondente *ruptio* é de registro posterior ao latim clássico e de mínima utilização.

Quanto ao segundo ponto, a questão que se coloca é por que tais formas permaneceram, isto é, por que não foram regularizadas, substituídas por formas oriundas do padrão geral. Ou seja, por que não usamos, nos dias de hoje, as formas *imprimição, optação, corrompimento*, e assim por diante?

Parece haver, nesse caso, a influência conjugada de quatro fatores: a pressão social que define a fala culta, a frequência, a situação paradigmática dessas formas e a presença do elemento produtivo *-ção,* apesar da não regularidade das formações.

Como vimos, as formas latinas entraram para o português tanto por via erudita, maciçamente a partir do séc. XVI, como por evolução natural. No caso dos substantivos deverbais, temos uma situação mais favorável para a manutenção das formações eruditas, dado o papel do substantivo deverbal na arquitetura textual, sobretudo em textos formais e acadêmicos. Colocada a situação de competição de formas, sabemos que a forma estabelecida por uma elite culta prevalece sobre uma formação ditada pelos padrões gerais, usada em emissões ocasionais ou por parte de emissores não autorizados. De fato, podemos observar que o mesmo fenômeno se verifica ainda hoje: enquanto nós, professores universitários e leitores inveterados, sabemos quais são os substantivos deverbais correspondentes aos verbos que utilizamos, alunos em provas de vestibular frequentemente utilizam formações em *-ção,* e *-mento* para verbos cujas contrapartes nominais atestadas eventualmente desconhecem.

Podemos, então, dizer que a razão por que formas consoantes com padrões gerais, como ?*optação, ?optamento, ?imprimição, ?corrompição e ?corrompimento,* não foram construídas é agora a mesma de antes. Mais ainda, não se trata, propriamente, de formas não sendo construídas, mas de formas não sendo mantidas, ou consagradas; ou mesmo de formas sendo desautorizadas.

A consequência da repressão das formas se faz sentir com clareza na frequência. Normalmente, existem dois fatores regulando o léxico e facilitando a produção e aquisição: a regularidade e a frequência. A frequência é indispensável na ausência de regularidade, dadas as limitações de memória; a regularidade é fundamental para o conhecimento e manutenção automáticas de formas a partir de padrões gerais de fácil aquisição. Assim, a regularidade é fator fundamental no caso de formações novas ou possibilidades para as quais não haja uma forma consagrada, mas a frequência é fundamental para a aquisição de formas consagradas.

O outro ponto relevante a se considerar é que estas formas não são autônomas, isto é, elas constituem pares de uma relação lexical. Em consequência, não se trata apenas da possibilidade de se construir uma forma, mas de se utilizar a contraparte nominal de um verbo. Isto coloca uma situação mais complexa no que tange à frequência, dado que o que é mais relevante não é a utilização de uma formação, em geral, e, sim, a utilização desta formação como contraparte nominal de um verbo.

Mas esta relação não chega a ser uma relação de cunho flexional, como acontece no caso dos Particípios; isto explica por que, nestes mesmos verbos, as formas participiais foram regularizadas, isto é, reestruturadas de acordo com o padrão geral (*corrompido, optado, recebido, fingido,* etc.), mas não os substantivos deverbais. Nestes, prevalece a regularização funcional, na utilização do substantivo deverbal com as funções previstas, lado a lado com a forma herdada latina.

Vemos, portanto, que a produtividade e sua relação com a frequência, assim como a noção de substantivo deverbal e a relação de sufixos com processos de formação são bem mais complexas do que parecem à primeira vista. E um conhecimento mínimo do passado revela muito da nossa ignorância, tanto do passado quanto do presente.

Conclusão

Neste trabalho, tentei encaminhar uma reflexão sobre a relação presente/passado nas construções lexicais, através de uma análise da situação de formas em *-ção* herdadas do latim, em confronto com o padrão regular mais produtivo do Português, ambos envolvendo o sufixo nominalizador *-ção*.

Espero ter mostrado que, na constituição do léxico, a produção de processos atuantes de formação de palavras compartilha espaço e funções com produtos de processos produtivos em outros momentos da história; e que esses produtos históricos também se adaptam a funções determinadas por padrões gerais de relação lexical.

Tendo em vista, por outro lado, que a produtividade lexical é usualmente inferida pela presença quantificada de elementos formadores em construções lexicais, ficou clara a complexidade da situação de formações *X-ção* oriundas do padrão latino no léxico do português, na medida em que não há nenhuma expectativa de formações oriundas dos respectivos padrões de formação, quando, no entanto, existe o efeito da sequência *–ção* com a função nominalizadora, sendo esta frequência, em grande parte, oriunda da pressão conservadora das formas consagradas.

Em suma, na breve análise de formas como *opção*, *impressão, fusão, corrupção*, e outras, podemos constatar que o passado se incorpora e, portanto, se torna presente na constituição do léxico da Língua Portuguesa.

Referências

ALBINO, José Mauro (1993). As *condições de produção dos sufixos nominalizadores* -ção *e* -mento *no português escrito formal.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BASILIO, Margarida (1980). *Estruturas lexicais do português.* Petrópolis: Vozes.

BASILIO, Margarida (1996). Formação e uso da nominalização deverbal sufixal no português falado. In: CASTILHO, Ataliba; BASILIO, Margarida (Org.). *Gramática do português falado. IV: estudos descritivos.* Campinas: Editora UNICAMP/FAPESP. p. 223-233.

BAUER, Laurie (2001). *Morphological productivity*. Cambridge: Cambridge University Press.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine (1959). *Dictionnaire étymologique de la langue latine.* Paris: Klincksieck

GAFFIOT, Félix (1934). *Dictionnaire illustré latin-français.* Paris: Hachette.

HOCKETT, Charles (1958). *Course in modern linguistics.* New York: Macmillan.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

KASTOVSKY, Dieter (1986). The problem of productivity in word formation. *Linguistics*, n. 24, p. 585-600.

SARAIVA, F. R. Santos (s.d.). *Novíssimo diccionario latino-portuguez.* 3 ed. Paris/Rio: Garnier.

Morfologia lexical no português médio: variação nos padrões de nominalização[1]

Graça Maria RIO-TORTO
Universidade de Coimbra

Introdução

Um período alto de grandes mudanças na história da língua portuguesa é o que se materializa no chamado português médio, ou português arcaico da segunda fase, que coincide com as mudanças operadas na língua e na sociedade portuguesas nos anos de apogeu da dinastia de Avis.

Trata-se de um período que recobre a centúria de 1375-1475 e que estabelece a transição entre o galego-português e o português moderno (com início em 1500) e a que, pelo facto, Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1930, p. 31) chama de "transição".

Segundo Cardeira (2005, p. 286-287), nesta fase decisiva para a nova face do português, há um intervalo temporal crucial de inversões de tendências, que se situa entre 1425-1475**.** Também Castro considera que "o período que medeia entre o reinado de D. Fernando [1345-1383] e o reinado de D. Afonso V [1438-1481] foi, do ponto de vista linguístico, aquele em que a língua portuguesa mais rápida e essencialmente se transformou" (CASTRO, 1993, p. 97).

Neste período da história do português, destacam-se os cronistas Fernão Lopes e G. Eanes de Zurara, e bem assim os príncipes de Avis (D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I e D. Pedro, Duque de Coimbra). Estes desempenharam um papel do maior alcance na modernização do Portugal de então. As marcas desta geração são indeléveis na renovação da sociedade, da cultura e da língua portuguesas (MATTOS E SILVA, 2002, p. 38).

---

1 Este estudo inscreve-se nas actividades de investigação desenvolvidas no CELGA (Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada), Unidade de Investigação e Desenvolvimento (nº 17/287) financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, e tem como instituição de acolhimento a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. http://www.uc.pt/uid/celga/

Em paralelo com as mudanças na grafia e na fonologia já amplamante estudadas, ocorreram então mudanças no âmbito da morfologia derivacional que tiveram repercussões de então para cá ainda não totalmente escrutinadas no léxico.

São algumas dessas mudanças que aqui me proponho evidenciar. Tomarei como referência as alterações verificadas no paradigma de nominalização deverbal sufixado em *-mento*, *-ção* e *–nça*. Estes sufixos são dos mais ilustrativos dessas alterações, e as vicissitudes que sofreram nesta época contribuíram de forma decisiva para a nova configuração do paradigma genolexical do português moderno. Os sufixos em causa, porque servem a expressão de nomes de processos, estados e conceitos correlatos, são os mais propícios à codificação das representações e das realidades conceptuais e especulativas que a reflexão da época fez proliferar. Subsidiariamente, analisam-se também alguns aspectos da formação de nomes de estado deadjectivais.

1 O português médio: alguns traços

Como assinala Galves (2006, p. 48), "Na periodização da história da língua portuguesa [...] há dois pontos de inflexão que correspondem ao surgimento de novas gramáticas: a fronteira entre os séculos 14-15, e o início do século 18".

São alguns dos traços marcantes da transformação que caracteriza o português médio (CASTRO, 2006; MAIA [1986] 1997, 1994, 1995, MATTOS E SILVA, 1989, 1994, 2002, 2008) que se elencam de seguida:

(i) a síncope de *-d-* intervocálico no morfema número-pessoal da 5ª pessoa dos verbos e a resolução ditongada do encontro vocálico subsequente;
(ii) a eliminação de uma grande parte dos encontros vocálicos decorrentes da síncope de *-l-* e de *-n-* intervocálicos (ainda que nem todos os hiatos estivessem eliminados no início do século XV);
(iii) a unificação em *-ão* das terminações nasais de nomes e de verbos;
(iv) a grafia *-vel* adquire a configuração <vil> entre 1440-1450 (CARDEIRA, 2005, p. 229);
(v) a crescente redução do sistema de quatro sibilantes a dois fonemas predorsodentais;
(vi) a bimorfização do género dos nomes terminados em *-or* e em *-ês* (MAIA, 1994, p. 43)
(vii) a substituição, no sistema de possessivos, das formas átonas pelas tónicas.

A obra de D. Duarte é ilustrativa do período sob escopo e das mudanças que o caracterizam. Trata-se de um conjunto de textos linguisticamente marcantes e inovadores, de que se destacam o *Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte*, conhecido por *Livro da Cartuxa* (cf. DIAS, 1982), o *Livro da ensinança de bem cavalgar* e o *Leal Conselheiro* (cf. PIEL, 1942), composto entre 1428-1438, cuja relevância Oliveira Martins sintetiza da seguinte forma:

> *O Leal Conselheiro*, sendo um dos diplomas iniciais para a história da língua portuguesa, é ao mesmo tempo um monumento considerável para a história paralela da secularização do pensamento iniciada no século XV. Do mesmo modo que a *linguagem*, como se dizia do falar vernáculo, ia servindo para mais do que os usos familiares, invadindo a esfera da ciência e das letras: do mesmo modo esses produtos superiores do pensamento iam deixando de ser o apanágio exclusivo da clerezia, que tinha no latim uma das causas das suas regalias sociais (OLIVEIRA MARTINS, 1993 [1891], p.135).

Com efeito, no que diz respeito à síncope de *-d-* intervocálico no morfema número-pessoal (quinta pessoa), D. Duarte usa formas verbais sincopadas (V+ees, e já não V+edes), de acordo com o padrão mais avançado da corte e da escrita, onde as formas sincopadas predominam claramente sobre as plenas, com /d/ intervocálico. O grande salto (de 20% para 100%) na síncope de *-d-* na segunda pessoa do plural tem lugar precisamente entre 1410-1438 (CARDEIRA, 2005, p. 180), e é visível na obra *Livro da ensinança de bem cavalgar* de D. Duarte. Como assinala Leite de Vasconcelos (1928), no *Leal Conselheiro* coexistem ainda formas sincopadas (*dizee, fazes, queiraes*), as preferidas por D. Duarte, com as não sincopadas (*fazede, arredade, convertede*), que o rei usa quando transcreve textos mais antigos.

Outra mudança marcante deste período consiste na substituição dos particípos em *-udo* dos verbos da 2ª conjugação pela configuração *-ido.* Dos dois momentos altos dessa mudança – 1300-1330 e 1410-1438 –, este está representado na obra *Livro da ensinança de bem cavalgar* (CARDEIRA, 2005, p. 216) de D. Duarte.

Observemos agora as inovações registadas no *Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte*, no que diz respeito à convergência em *-ão* de sequências nasalizadas (verbais e nominais) em contexto final. De acordo com Cardeira (2005, p. 163), nesta obra *D. Duarte* utiliza 39,6% de grafias não etimológicas nos nomes em -ONE, face aos 33,7% registados nos textos não literários analisados pela autora.

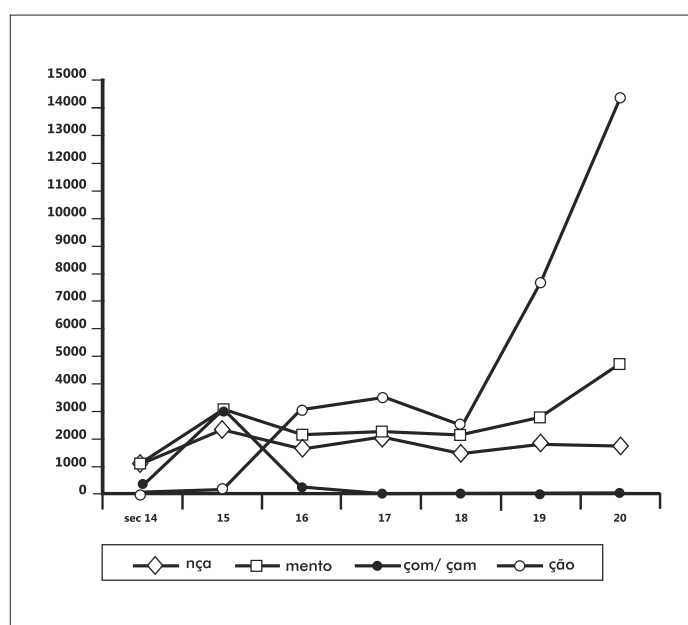
A grafia não etimológica de *-ão* (no que respeita a -TIONEM: *-çõ, -çom* > *-çam* > *-ção*) é crescente na segunda metade do século XIV, e acentua-se a partir de 1400-1424 até 1475, com grandes picos em 1375 e em 1450-1475 (CARDEIRA, 2005, p. 152).

Pelo exposto, verifica-se que o português literário da geração de Avis e, de alguma forma também o português dos séculos XIV e XV, já se distanciou significativamente da língua dos cancioneiros, apresentando uma face renovada que reflecte todas as mudanças da sociedade em que era usado e produzido: a deslocação dos centros decisores culturais, políticos e militares do norte para o centro-sul; as transformações sociais decorrentes da crise de 1385, com a crescente influência da burguesia e da classe alta renovada que emergia da crise da independência.

2 Os sufixos no /www.corpusdoportugues.org/

A consulta do vasto /www.corpusdoportuguês.org/,[2] com os seus milhões de dados extraídos de fontes textuais diversas, pode dar-nos uma panorâmica da evolução em termos de representatividade de cada um dos operadores derivacionais que nos propomos analisar.

Para tal, procedemos a uma busca das ocorrências (apenas no singular) dos nomes portadores dos sufixos *-mento*, *-ção*, *-nça*, e das variantes *-çom* e *-çam*, por forma a obtermos uma imagem do número de ocorrências por milhão de cada sufixo, em cada século. Os resultados dessa pesquisa estão plasmados na figura que se segue.

Figura 1: Número de ocorrências de nomes em -*mento*, -*ção* (-*çom*, -*çam*) e -*nça*, por século e por milhão (www.corpusdoportugues.org)

A representatividade dum sufixo não pode ser aferida apenas quantitativamente, mas deve também ter em conta o seu peso no interior do sistema derivacional, o qual decorre da informação semântica que carreia, das áreas conceptuais em que é usado e das combinatórias em que entra. Com todas as limitações que estas generalizações implicam, um gráfico como o que acima se reproduz mostra que:

(i) O intervalo entre os séculos XV e XVI corresponde a uma fase de profundas alterações no paradigma de representatividade dos sufixos *-mento*, *-ção /-çom, -çam*, e *-nça*.

(ii) Em termos absolutos, *-ção* é o sufixo mais representado ao longo dos séculos (sobretudo depois do séc. XVI, e para tal muito contribuindo também o séc. XX), sendo seguido por *-mento* e só depois por *-nça*.

2 Consulta realizada em 19 de Junho e em 21 de Dezembro de 2009.

(iii) A baixa representatividade de *-ção* nos séculos XIV e XV é correlata do facto de neles ainda se registar grande ocorrência das variantes *-çom* e *-çam*. O declínio das variantes *-çom* e *-çam*, consumado no século XVI, é contrabalançado com a maior representatividade que *-ção* acusa neste mesmo período: o número de ocorrências de *-ção* decuplicou do século XIV para o sec XVI. O incremento abissal de ocorrências no século XX está certamente relacionado com o facto de ser o sufixo compatível com os sufixos verbalizadores *-iz-* (*legalização, idealização*) e *-ific-* (*falsificação, santificação*), abundantemente usados na actualidade.

(iv) O sufixo *-mento* acusa um ligeiro declínio de representatividade a partir do século XV, justamente quando *-ção* lhe ganha terreno no mesmo paradigma derivacional. Em 1536, na sua *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Fernão de Oliveira (2000, cap. XLII, p. 140) é sensível a nomes deverbais em *-mento* já considerados antigos e caídos em desuso.

(v) *-nça* sempre foi um sufixo singular, sendo aquele que se apresenta mais monotónico em termos de representatividade a partir do século XVI. No século XIV dominava ligeiramente, sob o ponto de vista numérico, sobre os demais. O século XV foi o seu momento de apogeu, mas mesmo assim regista uma taxa de ocorrência inferior à de *-ção* ou à de *-mento*. A este período áureo, a que não é alheia a prosa doutrinária, eloquente e as traduções de Avis, sucede um progressivo declínio: do século XV para XVI as ocorrrências do sufixo sofreram uma quebra significativa, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, pois passou a ser o sufixo menos representado dos três.

Para Maia (1995, p. 27-28), o período que vai da segunda metade do século XV e o princípio do XVI corresponde às fases finais de todo o processo de mudança: a de selecção, em que ocorre o uso alternado de formas concorrentes, e a de mutação, em que uma das formas se eleva à categoria de constante.

Como veremos, a coexistência de algumas formas corradicais diversamente sufixadas no mesmo recorte sincrónico da língua leva a crer que as alterações registadas terão certamente sido desencadeadas de forma gradual; a adopção na norma da indisponibilidade de *-nça* como sufixo nominalizador, e a concomitante reconstrução do sistema, deve coincidir com o termo do português médio.

Nas secções seguintes observaremos de que modo se manifestam estas mudanças em alguns textos concretos desta fase da história de língua.

Os dados históricos relativos ao funcionamento de cada um destes sufixos em latim não são suficientemente elucidativos sobre as motivações que possam explicar o percurso de cada operador no português arcaico.

A observação do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, levada a cabo por Olcott (1898), revela que o sufixo -TĬO (ADMIRATIO, COMMEMORATIO) é o mais numerosamente atestado (1450 derivados) em todos os períodos e níveis do latim considerados.

Já -NT-ĬA deve ter sido prevalente em *Sermo Vulgaris*, havendo sido registados 343 derivados (ABUNDANTIA, ABSTINENTIA, OBSERVANTIA). Quanto a -MENTUM, de que se recolheram apenas 55 abonações (v.g. ADORNAMENTUM, INCREMENTUM), são muitas as dúvidas quanto à sua real produtividade em latim: como afirma Olcott (1898, p. 123),

> If there was any significant choice of suffix in the later period [6th and 7th cent.], all that can be said is that *-men* tended to be used form concrete substantives, and *-mentum* to become abstract; and this gradual differentiation unquestionably arose out of the earlier *sermo vulgaris*.

3 Os sufixos no *corpus* de Juliana Coelho (2004)

Juliana Coelho (2004) estuda um amplo conjunto de operadores sufixais em fontes textuais diversas do português medieval nas suas primeira e segunda fases.

As taxas de abonação de cada sufixo variam seguramente em função dos tipos de textos em que ocorrem. Não obstante, os dados numéricos que se podem extrair de uma análise deste tipo reflectem o peso relativo de cada sufixo no paradigma de que faz parte. Posto isto, observemos os dados coligidos pela autora.

Quadro 1: Número de ocorrências de nomes portadores dos sufixos mencionados (COELHO, 2004)

Sufixos	Ocorrências e % na 1ª fase do português	Ocorrências e % na 2ª fase do português (1440-1533)	Ocorrências e % de cada sufixo relativamente ao *corpus* total dos nomes portadores destes sufixos
-mento	79 [32,5%]	144 [41%]	223 [37,5%]
-ção [3]	87 [35,8 %]	110 [31,4%]	197 [31,2%]
-nça	77 [31,7 %]	97 [27,6%]	174 [29,3%]
Total	243 [100%]	351 [100%]	594 [100%]

Na primeia fase a taxa de representatividade de cada sufixo é bastante similar, sendo *-ção* (e *-çom*) o sufixo ligeiramente mais abonado. Na segunda fase, *-mento* ganha terreno, distanciando-se de *-ção* em cerca de 10%. O sufixo *-nça* é o menos representado em ambas as fases.

Todavia, na medida em que o número de ocorrências está indexado a um dado *corpus* textual, podendo variar em função da natureza tipológica das fontes,[4] optámos por proceder a uma análise das ocorrências por lemas (e por obra, na segunda fase), comparando à luz deste parâmetro a primeira com a segunda fase.

Os resultados plasmados no quadro seguinte apontam para uma ligeira prevalência de *-mento* sobre *-ção*, maior na primeira fase que na segunda, e um lugar mais modesto reservado a *-nça*.

3 Em Coelho (2004), as tabelas de *-ção* incluem as grafias *-ção* e *-çom*.

4 As fontes em jogo são de autores diversos (Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Garcia de Resende) e de tipologia textual diversa — VFJCésar 1466 é uma tradução e os demais textos são originais e escritos em português —, o que, constituindo uma fonte de riqueza, pode também determinar diferenças de representatividade de cada sufixo.

Quadro 2: Número de lemas de nomes portadores dos sufixos *-mento*, *-ção* e *-nça* no português médio (extraídos com base nos dados de COELHO, 2004)

Sufixos	CDPedro 1440-1450	CDPMenezes 1463	VFJ César 1466	VFD João II 1533	**Total: 2ª fase** secs 15 e 16	**Total:1ª fase** secs 13 e 14
-mento	24	36	29	34	123 (47,1%)	70 (39,1%)
-ção	18	19	11	32	80 (30,7%)	64 (35,8%)
-nça	16	17	12	13	58 (22,2%)	45 (25,1%)
Total					**261**	**179**

Poderíamos extrair conclusões porventura mais arrojadas deste materiais se soubéssemos qual o universo numérico de lemas das cem páginas de cada uma das obras compulsadas; assim não sendo, não é possível estabelecer correlações quantificadas (percentuais) dos dados presentes no quadro acima com o total de lemas compilado.

Em todo o caso, os dados apurados com base na quantificação das ocorrências e com base na quantificação dos lemas são convergentes, para cada um dos sufixos, quer em termos absolutos, quer em termos relativos.

É possível observar que dos três sufixos, *-nça* é o menos representado, seja em qualquer uma das obras (12 a 17 lemas), seja em qualquer um dos momentos temporais em causa (total de 58 lemas na segunda fase e de 45 na primeira).

O sufixo sempre mais representado é *-mento* (123 lemas na segunda fase e 70 na primeira), subindo a sua representatividade de 39,1%, na primeira fase, para 47%,1 na segunda fase. O sufixo *-ção* acusa uma descida da primeira fase (64 lemas: 35,8%) para a segunda fase (80 lemas: 30,7%). Todavia, na VFD João II (1533), os valores de *-ção* (32 lemas) estão muito próximos dos de *-mento* (34 lemas), distanciando-se significativamente dos de *-nça* (13 lemas).

Cruzando os dados extraídos do /www.corpusdoportugues.org/ com os de Juliana Coelho, verifica-se uma acentuada coincidência nos resultados obtidos e nas respectivas perdas e ganhos da primeira para a segunda fase do português. Em ambas as bases de dados, e se tivermos em conta apenas os recolhidos até ao século XVIII (excluem-se os séculos XIX e XX, de grande expansão editorial), a representatividade dos sufixos em análise é idêntica: *-mento* ocupa o primeiro lugar em termos de representatividade, *-ção* o segundo e *-nça* o terceiro.

O sufixo *-mento* vê a sua produtividade subir da primeira para a segunda fase, estando maximamente representado no século XV. As grafias *-çom* e *-çam* são praticamente inexistentes na segunda fase e, a partir do século XVI, *-ção* estabiliza a sua posição na escala sufixal traçada. O sufixo *-nça*, que registara um momento de apogeu no século XV, não mais cessará de ver a sua representatividade a declinar.

Lapidares nos materiais explorados por Juliana Coelho são

(i). os casos de coexistência de variantes corradicais, como *governação* e *governança*, com uso praticamente equivalente que se propagará até à actualidade,[5]

(ii). os casos marcados por † que representam palavras ausentes do português moderno.

Algumas deixaram de fazer parte do léxico mental dos falantes, como os nomes elencados em (1):

(1) *contradizimento, departimento, desfazimento, desnaturamento, empeecimento, encedimento, exalçamento*.

Outras foram substituídas por palavras corradicais, mas com nova estrutura morfológica (2):

(2) †*cuydações* por *cuidados*, †*defemsão* por *defesa*, †*começamento* por *começo*, †*fallamento* por *fala,* †*fornymemto* por *fornecimento*, †*difendimento* por *defesa*, †*mudamento* por *mudança*, †*rrecompensamento* por *recompensa*, †*saymento* por *saída*.

Pelo contrário, poucos são os nomes em *-ção* que não se perpetuam até ao presente, assim acontecendo com *cuydações*, *departições*, *soplicaçom*. Este sufixo é, com efeito, o que menos perdas regista do portugês médio até ao presente. Continuamos a usar, com configurações gráficas naturalmente diferentes (3):

(3) *comgregação, comparações, confirmação, comsollação, contradiçam, conversaçom, criaçom, declaração, diffinçoões, doaçom, execuçom, imposiçam, invençom, negoceações, rremdyção, rrepreensom, rrepresemtação, traiçom, trelladaçom*, entre muitos outros.

No caso de *-mento*, os nomes marcados por † representam cerca de dezena e meia, num universo de 123 lemas, ou seja, cerca de 14,6%. São eles:

(4) *começamento*, *contradizimento, departimento, desfazimento, desnaturamento, desperçebimento, difendimento, empeecimento, encedimento, exalçamento*, *fallamento*, *fornymemto*, *mudamento*, *rrecompensamento*, *saymento*.

5 De acordo com fontes documentais disponíveis, *governança* continua a ser muito atestado no Brasil. Em pesquisa realizada em 28.02.2010 na *Folha de São Paulo* (http://www1.folha.uol.com.br/), foram registadas 928 ocorrências, de que se reproduzem dois exemplos: (1) Folha Online - Dinheiro - Governo conclui MP que pretende reestruturar e aumentar receita dos Correios - 08/02/2010 "... O terceiro ponto do plano é a modernização da **governança** corporativa da empresa, que deve inclusive mudar de nome... "; (2) Folha Online - Mundo - Zelaya sai asilado ou se entrega à Justiça, diz governo interino - 10/12/2009 ... que seus advogados, e ele tem bons advogados, façam as defesas pertinentes", disse o ministro de **Governança** do governo interino, Oscar Matute". Num sector tão importante como o da hotelaria, a *governança* pode denominar quer a gestão do hotel, quer, mais restritamente, o serviço (e a equipa) da governanta e das camareiras que se ocupam da logística, limpeza e arrumação dos quartos.

No cômputo geral das palavras coligidas, ressalta o facto de serem em *-nça* as palavras que mais abundantemente deixaram de fazer parte do léxico moderno ou sofreram concorrência com outros nomes isofuncionais:

(5) *avondança* foi substituído por *abundância*; *comtenemças* foi substituído por *continência*; *conhecenças* foi substituído por *conhecimento; husança*, já então com abonações residuais, foi praticamente substituído por *uso*; *mostrança* foi substituído por *mostra; peendença* foi substituído por *pendência*; e *prellomgamça* foi substituído por *prolongamento*.

Trata-se de sete palavras a que correspondem 10 ocorrências, num universo de 58 abonações em *-nça*. As perdas deste sufixo cifram-se, pois, em cerca de 17,2%, pelo que se trata do operador que mais usura acusa até ao presente.

Para analisarmos cabalmente os movimentos de cada um dos sufixos e dos derivados em que ocorrem, teríamos de possuir dados criteriosos sobre o percurso de cada palavra ao longo dos tempos. Um tal conhecimento traria mais luz sobre as condições de uso de cada sufixo e sobre as motivações das vicissitudes que *-mento*, *-ção* e *-nça* sofreram. Em todo o caso, deve ter-se em conta que o paradigma em que estes sufixos se inscrevem abunda em formas concorrenciais, pelo que não admira a pressão que sobre estas se fez sentir em ordem a uma sua reordenação mais optimizada.

4 Léxico e padrões de derivação

O léxico e os padrões de derivação de uma língua não são imunes às mudanças desta. Sabemos que os afixos ganham e perdem peso funcional, e que este é alterado em função de factores diversos. Sabemos que alguns sufixos se desgastam, uns se encontram mais na moda que outros, alguns ganham traços de expressividade e/ou de subjectividade. Por isso o léxico, como codificador da cosmovisão dos falantes, é simultaneamente promotor de mudança e objecto desta.

Os padrões de nominalização derivacional acusaram no período em apreço uma significativa convulsão, que se traduz não pela eliminação de paradigmas genolexicais, mas pela reordenação de alguns dos seus operadores. Essa convulsão é certamente devida a factores intraparadigmáticos mas também a factores de ordenamento do próprio léxico que, à época, regista um enorme acréscimo de novas unidades, mormente das de semântica mais abstracta denotadoras de propriedades, estados, processos, em consonância com o teor filosófico e especulativo dos textos então produzidos.

O imperativo de ampliar o léxico vernáculo para satisfazer as necessidades de codificação de novos conceitos, viria a traduzir-se por uma intensa criação de cultismos portugueses (MAIA, 1999, p. 89ss) que enriqueceram notoriamente o património hereditário de origem greco-latina do léxico português de então.

O surgimento de novas palavras, quando convoca mecanismos de derivação, interfere com os recursos afixais disponíveis, obrigando a uma reorganização dos mesmos, privilegiando uns e postergando outros.

Mas de que constam as alterações afixais? Há alterações na selecção preferencial de um ou de outro sufixo? Uns deixam de ser usados ou preferidos e passam a preteridos? E devido a que factores? Há modificação das propriedades de coocorrência e/ou das restrições de selecção dos sufixos? Há combinatórias morfolexicais — pontuais ou não — que não ocorrem mais? Pode dizer-se que as mudanças afectam os paradigmas, não na sua essência, mas nas condições de coindexação e de ocorrência de alguns do seus sufixos?

Para tentar dar resposta a estas questões, vamos observar dados extraídos de *O Leal conselheiro* sobre a formação de nomes heterocategoriais de estado e/ou de evento, por serem aqueles que melhor sinalizam a inflexão derivacional que consideramos caracterizadora do portugês médio.

4.1 Nomes deadjectivais e o nomes de evento/estado deverbais

Algumas das mudanças então registadas são sensíveis no âmbito da selecção preferencial de alguns sufixos de dois paradigmas que se intersectam (cf. Quadro 3): o dos nomes abstractos deadjectivais e o dos nomes de evento/estado deverbais. Tendo ambos os paradigmas grande cópia de afixos, era natural que a língua, num período de acentuado reordenamento, se disciplinasse também no sector derivacional.

Quadro 3: Distribuição dos sentidos de Evento e/ou de Estado pelos nomes deverbais e deadjectivais (sinal +: presença; sinal -: ausência)

Sentidos	Nomes deverbais	Nomes deadjectivais
EVENTO	+	-
ESTADO	+	+

Os sufixos nominalizadores deverbais *-ção* e *-mento* formam nomes de evento e/ou de estado e os nominalizadores deadjectivais *-idade*, *-eza*, *-ia*, *-ura* formam nomes de propriedade e/ou de estado. O sufixo *-nça*, sendo essencialmente deverbal, forma nomes de estado e/ou de evento (RIO-TORTO 2002, p. 457ss).

Observemos as alterações registadas no *Leal Conselheiro* no âmbito dos nomes sufixados em *-eza* e em *-nça*. Curiosamente, estes dois sufixos têm em comum o facto de remontarem a formas etimológicas portadoras de /i/ breve (respectivamente -ĬTĬA e -NTĬA), mas está por demonstrar que tal circunstância tenha influído no seu percurso dentro do português.

Até então o sufixo *-eza* dispunha de relativa força funcional, estando atestado em muitos nomes que perduram até aos nossos dias (*avareza, firmeza, fraqueza, grandeza, largueza, limpeza, riqueza, tristeza*).

Mas este sufixo, que se combina essencialmente com bases morfologicamente simples (cf. *crueza, fineza, pobreza, rudeza, curteza*, sem substituto posterior), perdeu terreno face a *-idade*, que se afirma como mais disponível, até porque tem um leque de possibilidades combinatórias mais acentuado, unindo-se a bases diversamente sufixadas, como em *-al* (*territorialidade*), *-ar* (*familiaridade*), *-ic-* (*periodicidade*), *-iv-* (*produtividade*), *-os-* (*porosidade*), *-bil[vel]* (*adaptabilidade*). Muitos dos nomes em *-eza* registados no *Leal Conselheiro* foram substituídos por nomes portadores de outros sufixos, tais como *-ez* (3 em 9: *escacesa: escassez; madureza: madurez; pequeneza: pequenez*), *-ura* (1 em 9: *blandeza: brandura*) e *-idade* (4 em 9: *graveza: gravidade; igualleza: igualdade; madureza: maturidade; simpleza: simplicidade*). Este sufixo viria a tornar-se o mais disponível de então para cá, como se observa pela preservação de muitos dos nomes já então averbados.[6]

O declínio de *-eza*, que deixou de estar disponível para novas denominações, inscreve-se, pois, na linha de afirmação de *-idade* como sufixo dominante do paradigma de formação de nomes deadjectivais. Mas porque a língua não é um fenómeno exacto, curiosamente *levydade* viria a ser substituído por *leveza.* Paralelamente, a preferência por *-ez* (*aridez, fecundez, morbidez*) inscreve-se na linha de relatinização da língua, que se contrapõe ao carácter popular e tradicional dos nomes em que *-eza* ocorre (*braveza, certeza, pobreza, rudeza*).

Também muitos nomes em *-nça* deixariam de ser usados, sendo substituídos por outros que viriam a colher a preferência dos falantes de épocas posteriores.

Numa fase de relatinização da língua, é natural que alguns dos nomes em *-nça* (*avondança, concordança*) tenham sido substituídos pelos corradicais em *-ncia* (*abundância, concordância*). Outros deixaram de ser usados (*estremança*) ou foram substituídos por post-verbais (*desesperança > desespero; desgovernança > desgoverno; desvairança > desvairo; mostrança > mostra* (coexistente com *mostramento*); *mudança > muda* (coxistente com *mudamento*)). O peso crescente de *-idade* faz-se sentir na substituição de *desiguallança* por *desigualdade*, *igual(d)ança* por *igualdade*.

Sendo *-nça* uma forma sentida como arcaica, é o correlato *-ncia* que lhe viria a suceder em nomes que perduram até aos nossos dias, como *alternância, discordância, implicância, traficância, vivência*. O sufixo *-nça*, uma vez limitado na sua disponibilidade para formar nomes de estado, como *bonança*, *maridança, semelhança*, viria a adquirir valores expressivos e/ou de intensidade (*comilança*, *festança, papança),* tendo actualmente um peso residual no sistema derivacional. Para o declínio deste sufixo deve também ter contribuído o facto de muitos dos nomes em que ocorre desde cedo terem sido objecto de cristalizações de sentido (v.g. *crença*(s), *criança*, *doença*, [estar de] *esperança*(s), *lembrança*(s), *poupança(s)*), que obliteram de algum modo a especificidade da informação semântica do sufixo.

Em nosso entender, verifica-se na época em análise uma distribuição mais clarificada entre os sufixos (i) que passaram a estar adstritos dominantemente à formação de

6 Dos nomes em *-idade* registados no *Leal Conselheiro* (*averssydade, castidade, contrariedade, enfirmydade, famylarydade, frieldade, graciosidade, humildade, liberallidade, lealdade, occiosidade, purydade*), apenas *cujidade* não tem continuidade posteriormente; *infieldade* veio a ser substituído por in*fidel*idade.

nomes de estado e/ou de propriedade deadjectivais, com *-idade* à cabeça, e os que (ii) passaram a estar associados prevalentemente ao paradigma de formação de nomes deverbais de evento: *-ção* e *-mento*. Os nomes deverbais são dominantemente (mas não exclusivamente) denotadores de eventos, pois codificam também estados e/ou resultados e produtos. Nesta medida, o sufixo *-nça* que, sendo deverbal, forma mais nomes de estado que de evento (RIO-TORTO; ANASTÁCIO, 2004), tem uma identidade mais difusa, que viria a revelar-se pouco consentânea com a estabilidade funcional requerida pela organização gramatical que ocorre neste período. Tal não quer dizer que, aquando da coexistência de nomes corradicais, o que era portador do sufixo *-nça* tenha deixado de ser liminarmente usado. A análise dos roteiros de alguns derivados corradicais (3.3.) portadores de *-nça*, *-mento* e *-ção* mostra que são heterogéneas as soluções encontradas.

Como os sufixos *-nça*, *-mento* e *-ção* são operadores de nominalização deverbal, importa analisar as suas propriedades de natureza aspectual, em ordem a uma clarificação da importância destas para a explicação das mudanças registadas.

4.2 Propriedades aspectuais dos sufixos

De acordo com o estudo realizado por Rodrigues (2008), as propriedades aspectuais dos sufixos *-ção*, *mento* e *-nça* são bem diferenciadas no português contemporâneo. O sufixo *-ção* é caracterizado por uma marca aspectual eventiva e resultativa; os nomes em que ocorre (*helenização, parasitação*) podem denotar eventos, objectos, propriedades, estados e são marcados pelo traço [efectuação]. O sufixo *-mento* é um nominalizador eventivo estrito, pelo que os derivados em que ocorre (*internamento*) são marcados pelo traço [processo]. Os nomes portadores deste sufixo codificam o evento no seu decurso processual, e não na obtenção imediata do evento, como acontece com os deverbais em *-ção.* Por seu turno, o sufixo *-nça* é definido pelo traço [constância], [estado, capacidade, característica, aptidão, qualidade intrínseca], o que faz com que muitos dos seus produtos apresentem prevalentemente uma significação de estado *vs* de evento (61% contra 16%). A tendência que os nomes em *-nça* têm para denotar a moldagem estativa do evento ou o próprio estado justifica-se pelo predomínio de bases inacusativas (*avondança, nascença, perlongança, trigança*) e inergativas (*andança*), para recorrer a derivados já atestados no português medieval.

Admitindo-se que as necessidades denotativas que os nomes em *-ção*, *mento* e *-nça* satisfazem actualmente e que as condições de combinatória dos sufixos não se terão alterado do português médio para cá, não poderá estar nas marcas aspectuais destes a chave explicativa das mudanças registadas. Mas não sabemos se a actual organização aspectual é comum ao português médio, e se as propriedades argumentais dos verbos eram, ou não, diferentes das do português contemporâneo. Por outro lado, os valores aspectuais assinalados são valores prototípicos, que não excluem outros colaterais e mais periféricos.

Assim, e porque a substituição sufixal não deve ter sido imotivada, é de admitir que ela tenha obedecido a um desiderato de optimização do sistema.

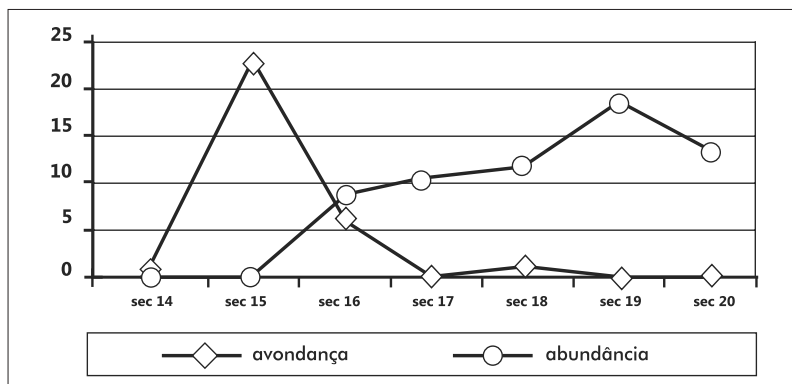
Uma hipótese explicativa pode estar relacionada com a natureza intransitiva das bases. Como já antes observámos em relação a *-eza*, as condições de combinatória mais restritas propiciam o declínio de representatividade. Ora, estando *-nça* associado, ainda que de modo não exclusivo, a bases intransitivas, que constituem um segmento bastante restrito da esfera verbal, o espaço funcional deste sufixo foi ocupado por outros recursos derivacionais, sejam *-ção* e *-mento*, seja a formação post-verbal. Mas esta é uma reflexão a levar a cabo, em outro momento.

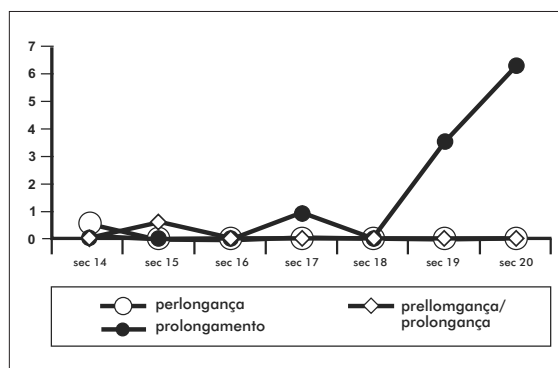
4.3 Roteiros de alguns conjuntos de nomes corradicais

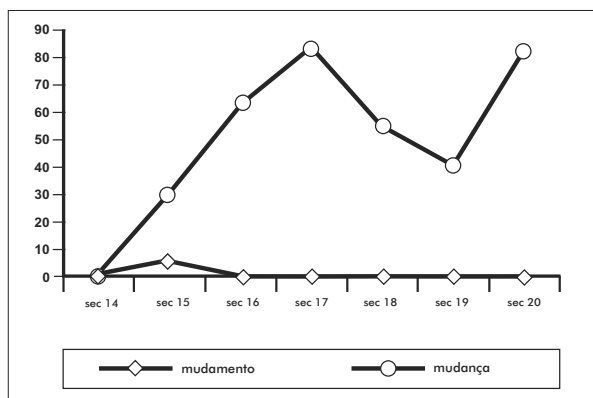
A análise das mudanças sufixais verificadas em conjuntos corradicais pode trazer alguma luz sobre algumas das eventuais razões que as motivam. As mudanças podem traduzir-se (i) em desaparecimento de uma forma sufixada, que entretanto terá sido substituída por outra (ii) e/ou em coexistência com outras isofuncionais. Com efeito, quando no léxico há coexistência de duas formatações sufixais corradicais, estas podem ser formas concorrenciais que, sendo equivalentes, ocorrem em alternativa, como poderá terá sido o caso de *ensinança* e *ensinamento*, ou podem ser formas semanticamente diferenciadas, como *radiância* e *radiação*.

Observemos então de perto as movimentações de produtos corradicais sufixados em *-nça*, *-ncia*, *-mento*, *-ção.* São essencialmente de quatro tipos as soluções encontradas.

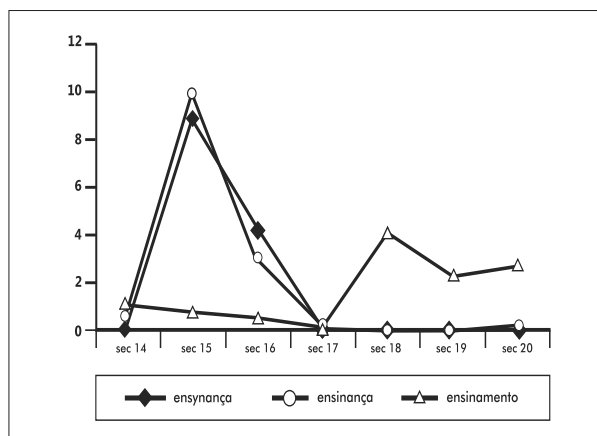
(I) **Descoincidência parcial no tempo** entre *-nça* e *-ncia*, com eliminação do derivado em *-nça*: verifica-se em *avondança* e *abundância*, pois não há registo deste nos sécs. XIV e XV; a coexistência só tem lugar no séc. XVI.

Avondança* e *abundância
(ocorrências por milhão e por século no /www.corpusdoportugues.org/)

(II) Uma solução de **descoincidência absoluta no tempo**, com eliminação do derivado em *-nça*, é a que envolve *perlongança, prellomgamça, prolongança* e *prolongamento*, pois *perlongança* (uma só ocorrência, no séc. XIV), *prellomgamça* (CDPMenezes 1463) e *prolongança* (D. Pedro, *Benfeitoria*, séc. XV), foram substituídos por *prolongamento* (sec. XVII), nome não abonado anteriormente.

Prellomgamça, prolongança e prolongamento
(ocorrências por milhão e por século no /www.corpusdoportugues.org/)

(III) <u>**Descoincidência parcial no tempo**</u>, com manutenção do derivado em *-nça*: em *começamento* e *começo, cuydações* e *cuidado, mudamento* e *mudança* houve coexistência de produtos corradicais na época em apreço, sendo que um dos produtos (*começamento, cuydações, mudamento*) desaparece posteriormente. Representa uma situação rara o facto de o nome preservado ser portador de *-nça*.

Mudamento* e *mudança
(ocorrências por milhão e por século no /www.corpusdoportugues.org/)

(IV) Uma solução de <u>**coexistência em todos os séculos**</u>, ainda que com graus diferentes de utilização, é a dos pares *governança* e *governação*, *emsinança* e *ensinamento* e *(h)usança* e *uso*. Nestes casos pode haver paridade de uso entre os derivados, o que parece acontecer com *governança* e *governação,* ou um dos derivados ser sentido como mais arcaico e/ou residual que outro, o que ocorre com *emsinança* e *(h)usança* face a *ensinamento* ou *ensino* e face a *uso*, respectivamente. Esta coexistência pode dar origem a uma especialização de sentido de cada um dos nomes corradicais (v.g. *ensinamento* e *ensino*),[7] rentabilizando assim os recursos lexicais.

7 Pelo que nos foi dado observar, *ensinança* e *ensinamento* funcionaram no português médio como sensivelmente equivalentes, ainda que, em função do cotexto, a sua interpretação possa oscilar entre 'lição, processo e/ou resultado de ensino, de conhecimento, experiência, doutrina'.

Ensynança, ensinança, ensinamento
(ocorrências por milhão e por século no /www.corpusdoportugues.org/)

O percurso destas unidades lexicais corradicais diversamente sufixadas revela que, ao contrário do que se espera de sistemas económicos e optimizados, a língua convive bem com unidades corradicais coocorrentes, que não são necessariamente concorrentes/competitivas ou complementares entre si.[8]

No que diz respeito aos recursos afixais, houve efectivamente mudanças de preferência ou de prevalência sufixal entre *-nça*, *-mento* e *-ção*. Independentemente das motivações que estão na base da emergência de novos derivados deverbais portadores de sufixos diferentes dos antes seleccionados, verifica-se que em alguns casos há coexistência de derivados corradicais (*governação, governança*), e em outros uma forma se terá sobreposto em absoluto à outra (*perlongança* e *prolongamento*). Na primeira circunstância, terá havido distinção e especialização das formas coexistentes. Na segunda, os nomes corradicais não deveriam ser complementares, mas equivalentes, tendo assim o léxico prescindido de uma forma sufixada.

Conclusões

O período da história da língua a que se convenciona chamar o português médio (séculos 14-15) corporiza um período de mudanças que se fazem sentir também aos níveis derivacional e lexical. Dois paradigmas derivacionais em que essas mudanças avultam são os que envolvem formação de nomes deadjectivais e de nomes deverbais. No primeiro, o sufixo *-eza* é relegado em muitos nomes por outros sufixos, nomeadamente *-ez*, *-ura* e sobretudo *-idade*. No segundo, o sufixo *-nça* é substituído por *-ncia*, por *-mento*, por *-ção* e/ou, em alguns casos, o nome em que ocorre desaparece do léxico disponível.

Por conseguinte, no português médio, e face aos textos do português arcaico em sua primeira fase, as formas corradicais diversamente sufixadas deixaram de estar tão representadas ou uma delas foi eliminada, o que significa que a língua se estava progressiva-

8 Como observa Hamawand (2008), assim acontece também em inglês.

mente a disciplinar, optando por soluções mais inovadoras e certamente mais prestigiadas socialmente.

Na época em causa, teve lugar uma efectiva reorganização do sistema afixal, pois *-eza* e *-nça* tornam-se indisponíveis para a formação de nomes deadjectivais e de evento/estado, respectivamente. As perdas e ganhos sufixais podem ter a ver com preferências e marcas de arcaicidade e/ou de desnivelação que afectam certos operadores. Mas a um diminuto grau de rentabilidade e a condições de combinatória mais restritas corresponde geralmente perda de disponibilidade e, logo também, de produtividade. Ora, uma vez que os paradigmas tendem a optimizar-se reduzindo o número de operadores aos mais actuantes, aos mais rentáveis, e aos dotados de um espectro combinatório mais alargado, a competição entre sufixos que poderiam ser mutuamente excluintes entre si só pode diminuir, em nome da coesão acrescida do sistema.

Os dados numéricos mostram que houve alterações sensíveis na ocorrência e na representatividade de alguns sufixos, mormente na segunda fase do português arcaico. Sejam quais forem as motivações das mudanças registadas, a cronologia destas revela que nesta fase a língua incorporou um processo de mudança indelével, que a afasta definitivamente do português arcaico. O abandono de unidades lexicais e afixais mais antigas reflecte a dinâmica de emancipação e de legitimação da língua e da sociedade portuguesas de então.

Assim, aos traços elencados em 1. como característicos das mudanças operadas no português médio, há-de acrescentar-se o que envolve a indisponibilização de *-nça* como operador de nominalização deverbal. A inflexão morfo-lexical que este facto consubstancia sinaliza a emergência de uma nova gramática derivacional, que perdura até aos nossos dias.

Um derradeiro aspecto deve ser salientado: neste caso, foram os afixos os instrumentos de mudança; todavia, esta reflecte-se não apenas na organização dos paradigmas derivacionais, mas sobretudo ao nível do léxico, e mais especificamente no seu conjunto de unidades derivadas. Esta realidade explica o aparente paradoxo da usura e indisponibilização de certas formas sufixais (vg. *-nça*), e a sua pervivência até à actualidade em alguns nomes (*governança*), que continuam a coexistir com outros produtos corradicais, mas diversamente sufixados.

Referências

CARDEIRA, Esperança (2005). *Entre o potuguês antigo e o português clássico*. Lisboa: IN-CM.

CASTRO, Ivo de (1993). A elaboração da língua portuguesa no tempo do infante D. Pedro, *Biblos*, Coimbra, v. LXIX, p. 97-106.

CASTRO, Ivo de (2006). *Introdução à história do português*. 2ª edição revista e muito ampliada. Lisboa: Edições Colibri.

COELHO, Juliana Soledade Barbosa (2004). *Semântica morfolexical: contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. Tese de Doutorado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael (2006-). *Corpus do português* (45 milhões de palavras, sécs. XIV-XX). Disponível em http://www.corpusdoportugues.org.

DIAS, João José Alves (1982). *Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte*. Edição diplomática. Transcrição de João José Alves Dias. Introdução de A. Oliveira Marques e João José Alves Dias. Lisboa: Editorial Estampa.

GALVES, Charlotte et al. (2006). Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, Annette; KEMMLER, Rolf; SCHAFER-PRIET, Barbara (Org.). *Grammatische Strukturen des Europaischen Portugiesich*. Tubingen: Calepinus Verlag, p. 45-75.

HAMAWAND, Zeki (2008). *Morpho-lexical alternation in noun formation*. New York: Palgrave Macmillan.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1986). *História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência ao galego moderno)*. Coimbra: I.N.I.C. Reimpressão 1997.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1994). Tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do séc. XV. *Biblos,* Coimbra*,* v. 70, p. 33-91.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1995). Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a diferença entre português arcaico e português moderno. *Diacrítica,* Braga, n. 10, p. 3-30.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1999). A herança latina na língua portuguesa. In: *Actas do I Congresso da APEC. Raízes greco-latinas da cultura portuguesa*. Coimbra: Faculdade de Letras. p. 85-98.

MARTINS, Oliveira (1993 [1891]). *Os filhos de D. João I*. Lisboa: Guimarães Editores.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1994). *O português arcaico: morfologia e sintaxe.* São Paulo/ Salvador: Contexto/EDUFBA.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2002). Reconfigurações socioculturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio (Org.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA, UEFS. p. 27-41.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2008). *O português arcaico: uma aproximação. Vol. I. Léxico e morfologia.* Lisboa: IN-CM.

OLCOTT, George N. (1898). *Studies in word formation of the Latin inscripations substantives and adjectives. With special reference to the Latin Sermo Vulgaris*. PhD Faculty of Philosophy Columbia University. Rome: Salustinan Tipography.

OLIVEIRA, Fernão de (2000 [1536]). *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

PIEL, Joseph-Maria (1942). *Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta*. Edição crítica e anotada organizada por. Lisboa: Bertrand.

RIO-TORTO, Graça (2002). Morfossintaxe e semântica dos nominais derivados. In: MATEUS, Maria Helena Mira; CORREIA, Clara Nunes (Org.). *Saberes no tempo: homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Colibri. p. 457-470.

RIO-TORTO, Graça*;* ANASTÁCIO, Conceição (2004). Estrutura e interpretação dos nomes depredicativos em português. In: RIO-TORTO, Graça (Coord.). *Verbos e nomes em português*. Coimbra: Livraria Almedina. p. 187-220.

RODRIGUES, Alexandra Soares (2008). *Formação de substantivos deverbais sufixados em português*. München: Lincom. (Studies in Romance Linguistics 57).

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1930). Inéditos de D. Carolina Michaëlis. *Revista Lusitana,* 28 (1-4), p. 16-41.

VASCONCELOS, José Leite de (1928). *Opúsculos* I, parte I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Fonte electrónica

Folha de São Paulo (on-line): http://www.folha.uol.com.br/

A antroponímia no português arcaico: aportes sobre a sufixação em nomes personativos

Juliana SOLEDADE
Universidade Federal da Bahia
PROHPOR

Introdução

As línguas se organizam em subsistemas dinâmicos, que estão em constante processo de reestruturação. Ao estudar o subsistema lexical de uma língua, observamos que existem padrões gerais de organização de suas estruturas, revelados, sobretudo, através dos processos de formação de palavras, que permitiram (e permitem) a produção e a interpretação de itens lexicais. Sendo a antroponímia uma parte relevante do léxico das línguas, e sendo o léxico um nível sistêmico sobre o qual incidem padrões gerais de estruturação, podem-se identificar padrões estruturais para os nomes personativos? Ou estes em nada se relacionam com o sistema da língua? Bosque e Demonte (2003, p. 79) afirmam que a RAE (Real Academia Española) reconhece a dificuldade de estabelecer, com critérios objetivos, a distinção entre nomes próprios e nomes apelativos (ou comuns) e prefere assumir uma posição extrema, ao dizer que os nomes próprios, provavelmente, nada têm a ver com a gramática. E, ainda, se os antropônimos fazem parte do sistema lexical, os processos de formação de palavras atuam sobre eles de forma significativa? Essas questões se colocam como pontos basilares de motivação para os estudos antroponímicos.

Em 2007, iniciou-se, no Instituto de Letras da UFBA, um projeto de pesquisa sobre a antroponímia na Bahia,[1] intitulado *Todos os nomes: análise sócio-histórica, etimológica e mórfica da antroponímia baiana*, tendo por objetivo principal e final a elaboração de um

1 Este projeto, que se integra ao *Programa para a história da língua portuguesa* (PROHPOR), vem sendo coordenado pelas professoras doutoras Ariadne Almeida, Juliana Soledade e Tânia Lobo, e conta, atualmente com a participação de seis estudantes de graduação, sendo quatros deles bolsistas (PIBIC/CNPq e PERMANECER) e dois voluntários.

dicionário etimológico de antropônimos.[2] Questões relativas à etimologia e à configuração mórfica dos nomes personativos, quer daqueles que nos chegaram via herança lusitana, quer daqueles que são fruto da criatividade linguística brasileira, têm suscitado inquietações quanto ao caráter sistêmico (ou não) dos processos genolexicais dos antropônimos.

Em face dessas inquietações, pretende-se, neste breve estudo, voltar os olhos para a antroponímia em seu percurso histórico, a partir de um quadro representativo dos nomes personativos do português arcaico, no período que se estende entre os séculos XIII e XVI. Ao se investigar as origens da antroponímia portuguesa, intenta-se perscrutar, relativamente aos processos de formação de palavras, indícios de padrões gerais de estruturação, mais especificamente, quanto à sufixação. E, ainda, buscar nesses indícios algumas pistas para compreender o quadro geral dos antropônimos no Brasil hoje.

1 Sobre a constituição do quadro antroponímico do português arcaico: o que os dados nos revelam

O patrimônio lexical do português se constituiu a partir de origens diversificadas, tendo, como lastro essencial, as palavras advindas do latim e do grego via latim, com contribuições, mais ou menos significativas, das línguas com as quais, primeiro o latim vulgar, depois o romance galego-português e, por fim, a língua portuguesa entraram em contato no seu processo histórico. No caso do léxico antroponímico, espera-se que o fundo patrimonial, a que chamamos de léxico antroponímico tradicional, se comporte em grande medida como o léxico comum no que se refere a sua origem.

A configuração do sistema antroponímico português vincula-se ao sistema latino, que, em princípio, refletia a estrutura familiar inserida na organização social do patriciado romano. Mas, na língua do Lácio, a antroponímia foi sendo, paulatinamente, reformulada pelos seus falantes, devido, entre outros fatores, à ascensão política e social da plebe, à integração dos chamados bárbaros e à promoção do Cristianismo.

Piel, em *Antroponímia germánica na Península Ibérica* (1989[1960], p. 129-147), afirma que o onomástico pessoal antigo e moderno recebeu uma considerável contribuição do superstrato germânico. Contudo, na história da formação da antroponímia portuguesa, segundo o mesmo autor, há ainda que se considerar que, a partir do século XII, são densamente incorporados nomes latino-cristãos referentes a santos, relegando os germanismos a uma posição secundária. Outro aspecto relevante é a considerável contribuição germânica para o léxico antroponímico, em confronto com sua pequena parcela de contribuição para o léxico comum, quadro que é diametralmente oposto à influência lexical árabe. Piel associa essa configuração dos empréstimos germânicos na antroponímia à solidariedade hispanogoda-cristã, em função da presença islâmica, o que, em contraposição, justificaria a escassez do elemento árabe no rol dos nomes personativos.

2 Em sua primeira fase, o projeto vem trabalhando a partir de um *corpus* constituído por 3.986 prenomes, correspondentes ao total de candidatos aprovados no processo seletivo para ingresso na Universidade Federal da Bahia (UFBA) no ano de 2005.

Os dados coletados para esse estudo vêm confirmar o quadro retratado por Piel, uma vez que se observa a predominância de nomes greco-latinos relacionadas a uma tradição cristã, seguida de nomes germânicos, com ausência de nomes de origem árabe. As demais etimologias apresentam-se de forma esporádica.[3]

O *corpus* constituído para este estudo é formado por 1.337 ocorrências de prenomes coletadas em 162 documentos notariais editados por Ana Maria Martins[4] - sendo 50 documentos do século XIII, 50 do século XIV, 43 do século XV e 19 do século XVI.[5]

Nesses dados, verificou-se um grande número de homonímias,[6] redundando apenas em 103 nomes distintos, dos quais 25 nomes foram identificados como de origem germânica (dentre eles: *Aldonça, Bernaldo, Elvira, Fernam, Giraldo, Guilhem, Reinaldo, Rodrigo*) e 60 nomes de origem greco-latina e cristã (dentre eles: *Clara, Clemente, Fillipe, Francisco, Johannes, Marcos, Maria, Matheus, Miguel, Pedro, Sebastiam, Simão, Tereza, Tomé)*. Vale ressaltar que a predominância dos nomes latino-cristãos é ainda mais significativa se considerarmos o número de ocorrências com as homonímias; por exemplo, foram encontradas 189 ocorrências de *João*, 237 de *Pedro ~ Pero* e 45 ocorrências de *Maria*[7]

2 Nomes personativos: palavras sem sentido?

Os antropônimos tradicionais, em geral, são considerados formas fossilizadas ou opacas. Isso quer dizer que estes sofreram ao longo da história da língua um esvaziamento semântico. Não só os antropônimos, mas também palavras do léxico comum podem sofrer esvaziamento semântico, em função do caráter dinâmico que as línguas assumem, através, entre outros fatores, da tensão conservadorismo/mudança. Para os antropônimos, essa erosão semântica advém da própria natureza da nomeação da pessoa. Os nomes apelativos, ao serem empregados para designar indivíduos, perdem, parcial ou totalmente, o valor semântico que carregavam, quando eram empregados como parte do léxico comum. Tal concepção é calcada em estudos desenvolvidos por Stuart Mill (*apud* ULLMANN, 1987, p. 21), que afirma:

> Proper names are not connotative; they denote the individuals who are called by them; but they do not indicate or imply any attributes as belonging to those individuals. When we name a child by the name Mary, or a dog by the name Caesar, these names are simply

3 Foram identificadas 8 ocorrências de prenomes de etimologias diversas (celta, basca, castelhana, hebraica) e 10 ocorrências sem étimo estabelecido.

4 Os documentos notariais editados por Martins foram consultados em meio digital, através do *Corpus informatizado do português medieval (CIPM),* hospedado no endereço:http://cipm.fcsh.unl.pt/.

5 A configuração dos documentos notariais permitiu uma sistematicidade na recolha dos dados: os nomes em geral foram localizados no *caput* do documento, onde se registram os nomes dos litigantes e a motivação do litígio e, na parte final, onde se registram os nomes das testemunhas. Os testamentos foram os únicos documentos a serem integralmente analisados, uma vez que nomes de beneficiários iam sendo citados, para além dos que constavam no *caput* e na partae final..

6 Os conceitos de homonímia e de morfema não podem ser aplicados literalmente aos antropônimos, em função do esvaziamento semântico que os nomes personativos sofrem.

7 O número de ocorrências de 'Maria' pode parecer pouco significativo se comparado ao número total de prenomes coletados, mas, considerando que o número total de nomes femininos no *corpus* corresponde a apenas 196, tal recorrência passa a ser bastante significativa, cerca de 24%.

> marks used to enable those individuals to be made subject of discourse. It may be said, indeed, that we must have had some reason for giving them those names rather than any others: and this is true; but the name, once given, becomes independent of the reason. A man may have been named John because that was the name of his father; a town may have been named Dartmouth, because it is situated at the mouth of the Dart.[8]

Assim sendo, para Mill, os nomes personativos não possuem conotação, ou seja, não são providos de conteúdo sêmico. Contudo, essa concepção pode ser modalizada, uma vez que, em inúmeras situações,[9] o sentido do nome apelativo que deu origem ao nome próprio é retomado, ainda que a denotação do indivíduo e a sua inserção no discurso sejam de fato as funções primeiras dos nomes personativos.

Quando um nome comum passa a nome próprio, o referencial físico que elucidaria o significado não mais existe. O antropônimo guarda, sob um invólucro aparentemente sem sentido – associação de fonemas pertencentes à língua, que formam uma cadeia sonora eventualmente desconhecida no momento da decodificação –, morfemas que permitem a reconstrução etimológica. É, algumas vezes, essa significação, resgatada do étimo do vocábulo, que motiva a nomeação dos indivíduos.[10]

Quando se trata da análise dos elementos formativos dos vocábulos, ou seja, dos componentes morfolexicais, esbarra-se sempre na questão da significação, afinal, se tradicionalizou a concepção de morfema como unidade mínima da língua portadora de significado. Considerar o morfema como unidade mínima de significação acarreta problemas de descrição linguística, uma vez que, com alguma frequência, não é possível identificar claramente um significado ou função para uma forma mínima recorrente que não seja um fonema. Tais dificuldades se aprofundam quando se analisam os componentes morfolexicais dos antropônimos, uma vez que os significados dos nomes personativos ou de seus elementos formativos só podem ser recuperados observando o percurso histórico gerativo desse nome.

Dessa forma, ao investigar a sufixação em antropônimos tradicionais no período arcaico, só é possível se valer de uma análise calcada em informações acerca do étimo desses elementos, diferentemente do que se tem proposto para a segmentação e análise dos nomes neológicos no português brasileiro contemporâneo, cuja critério para a

8 "Nomes próprios não são conotativos; eles denotam o indivíduo que nomeiam; mas eles não indicam ou implicam quaisquer atributos relativos a esses indivíduos. Quando nomeamos uma criança com o nome de Maria, ou um cachorro com o nome de César, esse nomes são simplesmente marcas utilizadas para possibilitar que esses indivíduos possam ser sujeitos do discurso. Pode-se afirmar, de fato, que podemos ter tido motivos para lhes atribuir tais nomes e não outros quaisquer, e isso é verdade; contudo, o nome, uma vez atribuído a um indivíduo, torna-se independente das razões que motivaram a nomeação. Um homem pode ter sido nomeado de João porque este era o nome de seu pai e uma cidade pode ter sido nomeada Dartmouth, porque está situada na foz do rio Dart." [Tradução livre]

9 Não são raras as ocasiões em que o falante associa o nome personativo ao nome apelativo que lhe deu origem; casos como "uma rosa para Rosa", "apareceu Aparecida" são indícios de que alguma associação ao significado do nome comum pode ser estabelecida.

10 Haja vista o grande interesse de futuros pais por listas de nomes para bebês e seus significados. Há, contudo, que se considerar a abundante existência de listagens com etimologias fantasiosas ou reinterpretadas pelos autores. Para a língua portuguesa, temos dois dicionários de nomes próprios elaborados por linguistas (NASCENTES, 1952 e MACHADO, 1981), contudo, é pouco provável que o público leigo se utilize desses dicionários para a escolha dos nomes que atribuirão a seus filhos.

identificação de morfemas tem sido a recorrência sistemática em posições, mais ou menos, predeterminadas, como se pode observar nos quadros[11] a seguir:

Quadro 1: Segmentação de nomes personativos neológicos formados por sufixação (*corpus* do projeto *Todos os nomes*)

Derivação

Nome	Posição 1 – inicial	Posição 2 – medial	Posição 3 – final
Adnete	Ad-	-	-nete
Adilson	Ad-	-il-	-son
Adilton	Ad-	-il-	-ton
Adilvan	Ad-	-il-	-van

Quadro 2: Segmentação de nomes personativos neológicos formados por composição (*corpus* do projeto *Todos os nomes*)

Composição

Nome	Posição 1 – inicial	Posição 2 - medial	Posição 3 – final
Marinalva	Mari-	-	-nalva
Marinês	Mar(i)-	-	-inês
Marissol	Mari-	-	-sol
Marivaldo	Mari-	-	-valdo

Esses exemplos fornecem algumas pistas sobre os processos de formação dos nomes neológicos. Assim, observa-se que o formativo *Ad-,* que pode ser uma forma reduzida remanescente do germânico *Adal-* 'nobre', é recorrente na posição inicial de nomes neológicos; por sua vez, na posição medial, observa-se com frequência a presença do formativo *-il*, que, contudo, pode também aparecer como elemento em posição final, quando a formação requer apenas dois elementos (*Adil, Edil, Janil,*[12] entre outros). De outra parte, os elementos formativos que ocupam posição final nesses exemplos parecem recorrer sempre nessa posição, contudo não necessariamente exigem a presença do segundo formativo, havendo casos como: *Advan, Adson, Adnete, Adton.*[13]

Quanto às formas compostas, destaque-se que em todos os casos pode-se observar os elementos formativos ocorrendo como formas livres na língua: *Mari*, *Nalva*, *Inês*, *Sol*, *Valdo*. Assim como se pode observar a ocorrência dos segundo formativo em posição 1: *Valdomiro, Nalvalice, Inesalva*, também se pode observar a ocorrência de *Mari* em posição final, como em *Admari*.

3 A sufixação em nomes personativos no português arcaico e alguns reflexos sobre o português do Brasil

Como dito anteriormente, os nomes tradicionais recolhidos na documentação notarial do período arcaico não forneceram um número de ocorrências diversificadas, o que não permitiu a utilização do método de comutação para a segmentação morfêmica,

11 Os dados que compõem os Quadros 1 e 2 foram extraídos do *corpus* analisado pela estudante-pesquisadora Priscila Posidônio, que vem levantando e segmentando os nomes neológicos no *corpus* do projeto *Todos os nomes*.

12 Esses exemplos foram verificados no Google em páginas hospedadas no Brasil, designando indivíduos brasileiros.

13 *Idem*.

direcionando, portanto, a análise mórfica a partir da investigação etimológica realizada nos dicionários de Nascente (1952) e Machado (1981), fundamentalmente.

O estudo da morfologia dos nomes próprios é ainda incipiente, revelando-se, portanto, um desafio partir do que se conhece da morfologia dos nomes comuns para se tentar estabelecer as bases linguísticas que entram nos processos morfolexicais de formação de antropônimos.

Segundo Bosque e Demonte (2003, p. 79), a tentativa de delimitação do nome próprio, em bases estritamente linguísticas, como uma categoria diferenciada do nome comum se relaciona ao estabelecimento de uma série de propriedades, que, embora não sejam por si só definitórias, servem, em conjunto, ao propósito de caracterizar os nomes próprios; tais propriedades seriam: introdução por inicial maiúscula; flexão fixa; unidade referencial; ausência de significado léxico; ausência de determinantes – quando empregados em sua função prototípica; incompatibilidade com elementos restritivos ou especificativos – quando empregados em sua função prototípica; e impossibilidade de tradução.

Quando se trata da análise dos processos de formação dos nomes próprios e dos operadores que atuam nesse processo, as bases linguísticas se apóiam e, em geral, se encerram em parâmetros aplicáveis a nomes comuns, não tendo sido ainda identificados estudos que apontem para uma definição das peculiaridades dos processos morfolexicais de formação do léxico antroponímico.

No período arcaico, com base nos dados coletados, pode-se identificar que, à semelhança do que ocorre com os nomes apelativos, dois processos genolexicais atuam na formação de antropônimos: a sufixação e a composição.[14]

Sobre a composição, vale destacar que foram encontradas, em todo o *corpus*, 22 ocorrências de prenomes formados por esse processo, sendo 1 de origem grega (*Fillipe*, do gr. *Philippos* 'que gosta de cavalos', *filós* 'gosta' e *hippos* 'cavalo') e 21 de origem germânica, o que vem corroborar a afirmação de Piel (1989 [1960], p. 129-147), quando diz que, como no grego e nas línguas indo-europeias, em geral, os prenomes germânicos são formados de dois elementos do léxico comum, como em: *Afonso*, do germ. *Adal* 'nobre' e *funs* 'rápido, pronto, apto'. Sobre os compostos germânicos, vale ainda ressaltar o formativo *-aldo* presente em *Bernaldo, Giraldo e Reinaldo,* que advém do germ. *hard* 'duro, forte' e que se mantém extremamente produtivo como formativo de nomes neológicos no português brasileiro, como em, por exemplo: *Deraldo, Ederaldo, Edinaldo, Edvaldo, Elivaldo, Erivaldo, Francinaldo, Givaldo, Jocevaldo, Marivaldo, Nivaldo, Rosinaldo, Serivaldo e Zenaldo* (dados coletados no *corpus* do Projeto *Todos os Nomes*).

A sufixação revelou-se mais produtiva que a composição, similarmente ao que ocorre nos nomes comuns de origem greco-latina.[15] Foram identificadas 40 ocorrências de nomes personativos formados pelo processo de sufixação, dentre as quais 26 são deri-

14 Dos 103 nomes coletados nos documentos notariais, 42 foram identificados como nomes simples (ex: *Adam*, *Ayras*, *Brás*, *Gil*) ou não obtiveram identificação quanto ao processo de formação (*Durancil*, *Egeas*, *Goyam*, *Myçia*).

15 Maurer Jr., em sua *Gramática do latim vulgar*, ao abordar os processos de formação de palavras, afirma que a língua vulgar continuou, como o latim, tendo a sufixação como processo genolexical mais produtivo.

vações feitas já no latim ou no grego; 6 são derivações feitas em outras línguas românicas e 8 são derivações que se deram, aparentemente, durante o processo de formação da língua portuguesa, ou seja, em algum momento, no período que se instaura entre a queda do Império Romano (séc. V) e o início do período arcaico (séc. XIII), tendo sido, portanto, posteriormente interpretadas como portuguesas.

As ocorrências identificadas demandam uma apreciação acurada de cada um dos casos, contudo, pela brevidade desta exposição, nos ateremos a mencionar as ocorrências e suas etimologias e a fazer observações de aspectos mais evidentes.

3.1 O sufixo -*a* e o sufixo -*o*

Tradicionalmente, o morfema marcador de gênero feminino -*a* tem sido tratado como morfema flexional de gênero; contudo a revisão desse posicionamento teórico já vem sendo apontada por autores mais contemporâneos, como Sandmann (1991), Rocha (1998) e Bosque e Demonte (2003). Estes últimos parecem retratar uma postura mais recorrente de aceitação do -*a* como morfema derivacional na tradição linguística espanhola. Considerando a assitematicidade e irregularidade dos processos de marcação do gênero em português, assumimos o morfema -*a*, que atribui valor semântico 'feminino' aos vocábulos aos quais se agrega, como morfema derivacional e, portanto, sufixo.

Foram identificadas as seguintes ocorrências com o sufixo -*a* em processos constitutivos de prenomes do período arcaico:

Quadro 3

-a	Béé̃ỹta	de *Beento* **+** -*a* (sufixo formador de feminino) < do lat. *benedictus*, part. presente de *benedicere*
-a	Branca	de *branco* + -*a* (sufixo formador de feminino) < do lat. *barncus*
-a	Domingas	de *Domingos* + -a (sufixo formador de feminino) < do lat. *Domenicus*
-a	Giralda	de *Giraldo* + -*a* (sufixo formador de feminino) < do germ. *Girard; gari- ger-* ´lança' + *hard* 'duro'
-a	Johana	do lat. bíblico *Joanna*, fem. de Jo(h)annes + a (sufixo formador de feminino)
-a	Loiza	de *Luís* + -*a* (sufixo formador de feminino)
-a	Sancha	de *Sancho* + -*a* (sufixo formador de feminino) < do lat. S*anctus*

Excetuando-se o caso de *Johana*, cuja forma feminina já se aponta como sendo latina, as demais formas parecem ter sido produzidas no devir histórico da língua portuguesa, tanto é que as formações femininas afetam não só palavras de origem latina, mas também germânicas, como os femininos *Loiza* e *Giralda*, produzidos a partir dos masculinos *Luís* (do germ. *Hloudwig*) e *Giraldo (*do germ. *Girard*). Tal processo parece encontrar bastante repercussão e produtividade no português brasileiro atual, como podem demonstrar os neológicos sincrônicos (*Ariela < Ariel; Brena < Breno; Danila < Danilo; Edvalda < Edvaldo; *Hélita < Héliton; *Valmira < Valmiro*).

O elemento morfêmico -*o,* que serve sobretudo para atualização, no léxico, de nomes em sua maioria masculinos, é tradicionalmente identificado como vogal temática, contudo é possível identificar o morfema -*o* como portador de significação 'masculino',

na formação de antropônimos, como *em Alziro < Alzira, Janilzo < Janilza; Manuelo < Manuela*. No português arcaico, foi encontrada a forma *Raposo*.

Quadro 4

-o	Raposo	de *raposa* + -o (sufixo marcador de masculino); de origem obscura, talvez de *rabo*

Observe-se, contudo, que, no caso de *Raposo*, temos a formação diretamente do nome apelativo, uma vez que não se identifica a forma *Raposa* como antropônimo. Nesse caso, questiona-se o valor derivacional do morfema *-o*, contudo, ao compor um nome personativo exclusivamente masculino, não teria o morfema *-o* a mesma função e significado que nos exemplos anteriores?

3.2 Os sufixos -am1 e -am2

Quadro 5

-am1	Tristam	do fr. *Tristan* < do celta *Drystan*, der. de *drust* 'estrondo, ruído, tumulto'
-am2	Sebastiam	do lat. *Sebastianus* < do gr. *Sebastianós*, der. de *Sebastós* 'augusto, digno de veneração'

Em *Tristam*, Machado aponta a ocorrência de uma derivação a partir do celta *Drust*, donde se infere a existência de um sufixo *-an*, talvez formador de adjetivo equivalente semanticamente a *-oso (ruidoso)*, ou *-nte (estrondeante),* ou ainda *-ado (tumultuado),* haja vista a natureza adjetival do nomes personativos em sua origem.

Por sua vez, o sufixo *-am2*, forma popular do sufixo gentílico latino *-anu, -ana,* embora só tenha sido registrado no *corpus* notarial do português arcaico nessa singular ocorrência, possui uma produtividade bastante significativa na formação da antroponímia portuguesa, tanto entre nomes tradicionais (*Adriano, Adriana, Juliana, Juliano, Mariana, Mariano*), quanto entre os nomes neológicos, em que se verifica a grande ocorrência das variantes *-ana ~-ane,* esta por influência do francês (*Adriane, Aliane, Alziane, Clesbeane, Deijeane, Dorleane, Ediana, Fabiane, Franciane, Gleisiane, Ilana, Jariana, Joseane, Jozana, Juniana, Luana, Luziana, Luziane, Maiana, Milana, Naiana, Naraiana, Rosane, Roseane, Taiana, Uiliane).* O sufixo *-anu,* que deu origem a alguns antropônimos masculinos tradicionais, não foi identificado entre os neológicos do *corpus* do projeto *Todos os nomes*.

3.3 O sufixo -eiro ~ -eira

O sufixo *-eiro ~-eiro,* originário do sufixo latino *-arius*, é de particular importância no estudo do período arcaico da língua portuguesa, isso porque ele assume sua autonomia não só fônica, conforme as seguintes etapas: *-ariu-* > *-airo* > *-eiro*, mas também sua autonomia funcional, apresentando uma tal vitalidade, que *-ario*, o descendente direto do sufixo latino, não conseguiu alcançar.

O registro desse sufixo entre os nomes personativos nos parece bastante restrito. Entre prenomes, não se identificou nenhuma ocorrência no *corpus* do português contemporâneo, enquanto que, entre sobrenomes, sua frequência se revelou um pouco mais significativa. No período arcaico, foram identificadas duas ocorrências com esse sufixo:

Quadro 6

-eira	Brigueyra	de *Briga-* + *-eira* (*briga* do céltico 'rochedo, fortaleza, cidade')
-eiro	Soeyro	de origem obscura; talvez do lat. **Suarius. Sus* 'porco'; 'porqueiro'

Pela ausência de registro da forma latina **Brigarius* e pelo étimo celta da base *briga-*, infere-se que esta seja uma formação ibérica.

3.4 Os sufixos -el1 e -el2

Os sufixos *-el1* e *-el2* possuem significativa relevância para formação da antroponímia portuguesa e brasileira. Sendo *-el1* advindo do hebraico, com valor semântico 'relativo, pertencente a Deus', apresenta-se recorrente entre nomes das tradições bíblica e cristã, como se observa nas ocorrências do PA.

Quadro 7

-el1	Graujell	do fran. *Gabriel* < do lat. ecles. *Gabriel* ´homem de Deus'
-el1	Michael ~ Miguel	do gr. *Michael* < do hebr. *Michael* 'que é como deus'

No português atual, esses nomes tradicionais continuam frequentes entre as escolhas de nomeação, além de *Gabriel, Miguel* e *Michel*, encontramos ainda *Ariel, Daniel, Manuel, Rafael, Uriel*, entre outros. Porém, a atuação do sufixo se revela mais significativa quando observamos nomes neológicos do português brasileiro contemporâneo, como *Carliel, Josiel, Naldiael, Orliel, Roniel, Valniel*. Além da participação em posição medial, em formações com sufixo *-son* ~ *-ton*, como: *Adielson, Adelson, Adelton, Aelton, Delson, Josielson, Marielson, Nielson*.

Quadro 8

-el2	Isabel	do fr. *Isabelle* < do fr. *Elizabeth* < do hebr. *Elisheba*, cujo uso deve ter se generalizado por influência do adjetivo *bela*

O sufixo francês *-elle,* importado para o português já no período arcaico, designa simultaneamente 'feminino' e 'diminutivo' – similarmente ao que ocorre com o sufixo *-ina* latino. Esse sufixo possui duas atualizações em português: *-el,* presente no nome tradicional *Isabel*, e *-ele*, que se revela significativamente produtivo entre os personativos neológicos do *corpus* analisado pelo projeto *Todos os nome*, como se verifica em: *Ariele, Aniele, Diele, Eniele, Francielle, Manuele, Rosele*.

3.5 O sufixo -es

O sufixo latino *-ici,*[16] no galego-português, mostra-se grandemente representado na produção dos chamados patronímicos,[17] que funcionam gramaticalmente como complementos determinativos, identificados morfologicamente pelo sufixo *-ez*. No *corpus* do português arcaico consultado, encontraram-se formas que foram reinterpretados como prenomes:

Quadro 9

-es	Eanes	do lat. *Iohannici* < de *Iohannis* com sufixo *–ici*
-es	Giraldeanes	do fr. *Gerard* < do germ. girard – gari- ger- ´lança' + hard 'duro' + *Iohannici* de *Iohannis* com sufixo *–ici* patronímico
-es	Gomez	do lat. *Gomici*, patron. de *Goma* ou *Guma* + *-ici*
-es	Roriz	de *Roderici* patron. < do germ. *Roderico* + *-ici*

Pela presença do prenome *Roriz,* forma proclítica de *Roderici*, percebe-se que esse sufixo atuava como genitivo (morfologicamente marcado), independente da etimologia da base. No português baiano atual, podem-se identificar algumas ocorrências em que a terminação em *-es* pode estar relacionada ao sufixo em questão, como em: *Ceudes, Damires, Edmildes, Edwardes, Nildes, Roquildes*, sendo pouquíssimo provável que esse sufixo mantenha nas novas formações o seu caráter patronímico, sendo, por exemplo, *Ceudes,* 'filha de Ceudo', ou *Roquildes,* 'filha de Roquildo'.

3.6 O sufixo -ia

O sufixo *-ia* vem do latim eclesiástico *-ia*, originado do sufixo grego *-ía.* Maurer Jr. (1959, p. 252) afirmou que *-ia* é frequentemente incluído entre os sufixos do latim vulgar, o que, para ele, não tem razão de ser, pois o sufixo em questão parece ser recorrente apenas nas línguas românicas ocidentais, não aparecendo no romeno. Para esse autor, *- ia* foi introduzido do grego no latim eclesiástico e, por essa via, teria chegado ao português.

Na formação de antropônimos, esse sufixo se verifica em nomes advindos do grego:

Quadro 10

-ia	Stavania	do gr. tard. *Stephanos* 'o que envolve' pelo lat. *Stephanus* + *-ia*
-ia	Sufia	do gr. *Sophia* 'ciência, sabedoria' / *sophos* 'hábil, sábio' + *-ía*

Em prenomes tradicionais greco-latinos, esse sufixo encontra alguma representatividade, como em *Cecília, Eugênia, Hercília, Marília*. Em nomes neológicos, foram identificadas como possíveis ocorrências de *-ia*: *Avilânia, Cíndia, Davínia, Dejiaria, Edvânia, Elízia,*

16 Sobre a questão da origem, latina ou ibérica, do sufixo patronímico, veja-se Boullón Agrello (1999, p. 40).

17 "O patronímico representa um genitivo derivado do nome do pai, o qual na Idade Média indicava filiação. Assim, Vaz é o patronímico que designava alguém como "o filho do Vasco"; Lopez era o "filho de Lopo" e Perez/Pirez "o filho de Pedro ou Pero". Analogamente, há muitos outros casos de patronímicos que sobrevivem até hoje, embora consolidados como apelidos de família e esvaziados do sentido primeiro, expressar filiação." (CARVALHINHOS, 2007, p. 6)

Gardênia. Machado (1981) aponta como brasileirismo: *Islânia, Josélia, Marúzia, Noélia, Sidineia, Valdélia*.

3.7 Os sufixos -ino ~ -inho1 / -ina ~ -inha e -inho2

O sufixo latino *–inu, -ina*, que nos deu *–inho ~ -ino; -inha ~ -ina* no português arcaico e no português contemporâneo, segundo Coutinho (1962, p. 265), servia para formar adjetivos latinos, como *caninus*, e só posteriormente adquiriu o valor diminutivo.

Porém, conforme A. G. Cunha (1998), já no latim, esse sufixo assumiu a função diminutiva, que, segundo ele, decorre da noção de origem, descendência, que expressava em certos vocábulos latinos. Essa questão se reflete na identificação de dois sufixos homomórficos no português arcaico: 1) uma forma com denotação 'diminutivo' e 2) outra forma com denotação 'relativo a':

Quadro 11

-ina1	Catarina ~ Katerina	do lat. *Catharina* do greg. *kathara* 'pura, casta'
-ina1	Senhorina	do lat. *seniorina* < fem. de *seniorinu-* dimin. de *sênior*
-inho1	Antonjnho	do lat. *Antoninu-* deriv. de *Antonius*, com sufixo *–inho*

-ino2	Agustino	do lat. *augustinus* < de *ausgustus* + *-inu* 'relativo a'
-inha2	Marinha	do lat. *marina* 'do mar'; *mar* + *–ina* adj. 'relativo a'
-inho2	Martinho	do lat. *Martinu-*
-inho2	Sadorninho	Form. pop. do lat. *Saturninu-* < *saturnu-* + *-inu* 'relativo a'

É interessante destacar a produtividade desse sufixo na formação de prenomes tradicionais, como *Carolina, Celina, Clementina, Cristina, Gasparino, Geraldino, Marina*, e de prenomes neológicos no português contemporâneo, como em: *Carlina, Gersino, Josinha, Josina, Jovelino, Julianina, Valdino*.

3.8 O sufixo -nte

O sufixo *-nte* tem sua origem no sufixo de particípio presente latino *-ens, -entis*, que, como forma verbal, segundo Maurer Jr. (1959, p. 131), estava em decadência desde a língua latina arcaica. Segundo o autor, o uso adjetival desse sufixo nas línguas românicas tem sua origem no latim literário, que conseguiu lhe dar vitalidade.

Portanto, a relativa produtividade desse sufixo na formação de nomes personativos no português arcaico não se deve ao latim vulgar, mas sim à influência erudita, sendo a maioria das formas já derivadas no latim, formando nomes apelativos que foram reinterpretados como prenomes, como:

Quadro 12

-nte	Clemente	do lat. *clemens – entis*
-nte	naçẽte	do lat. *nascentis –nte*; part. pres. de *nascere*
-nte	Vicẽte	do lat. *Vicente-* de *vincens*, part. pres. de *vincere*
-nte	Violante	do lat. *viola* 'tipo de flor – violeta' + –nte 'agente'

Não se verifica a produtividade desse sufixo na formação de prenomes em português, marcado apenas pela presença desses nomes tradicionais advindos de apelativos reinterpretados.

3.9 Sufixos com ocorrências singulares

Alguns sufixos se limitaram a ocorrências singulares, a saber:

Quadro 13

-ada	Amada	do lat. adj. *amatus*, -a
-asco	Vaasco	**de *Velascu* < do basco *belasco* 'pequeno corvo' bele- 'corvo' + *-asco ´diminutivo'
-dor	Saluador	do lat. *Saluator – oris*
-estre	Siluest(re)	do lat. *Silvestre* – de *silva* 'selva' + *-estre* 'relativo a'
-isco	Frãcisco	do it. *Francesco* < do lat. *Franciscus* < *franco* (frança) + *-isco Frankisch (frank + isk)*
-nça	Constança	do lat. *constantia* < fem. de *constatius*, deriva de *constants* + *-ia*
-ndo	Fagũdo	do lat. *facundus* 'que fala com facilidade'
-triz	Beat(ri)z	do it. *Beatrice* < do lat. *Beatrice*, de *beare* 'aquela que faz feliz' + *-triz* (sufixo formador de feminino)

Vale destacar nesse grupo o sufixo *-triz*, que já apresenta baixa produtividade na constituição de nomes apelativos derivados, com valor semântico 'feminino' *(embaixatriz; imperatriz*) e cuja produtividade entre os nomes personativos parece estar restrita a essa única ocorrência. Além disso, pode-se também destacar que os sufixos *-ada, -dor, -estre* e *-ndo*, de origem latina, embora apresentem produtividade como constituintes de nomes comuns, entre os nomes próprios não parecem ter assumido papel relevante, uma vez que não foi encontrada, entre os nomes neológicos do português contemporâneo (*corpus* do Projeto *Todos os nomes*), nenhuma ocorrência com esses sufixos, e, mesmo os nomes próprios tradicionais que os apresentam referem-se a recategorizações de nomes apelativos que passaram a personativos. Por fim, sobre *-asco* e *-isco*, ressalte-se, sobre o primeiro, a origem duvidosa e uma baixa produtividade, inclusive entre nomes apelativos; sobre o segundo, a provável origem grega do sufixo *-iskós*, que tenha sido tomado de empréstimo pelos germânicos, dando origem a nomes gentílicos, como *mourisco* e *francisco*, este substituído pelo gentílico *francês,* com sufixo *-es* de alta produtividade na língua.

Do passado ao presente: considerações finais

No que se refere aos aspectos mórficos de constituição dos antropônimos no português arcaico, chegou-se à conclusão de que, muito embora se possam inferir semelhanças com os processos tradicionais de formação de palavras comuns, ressalta o fato de que não se pode afirmar a permanência de significados para os morfemas antroponímicos, que podem ser encarados como elementos formativos pela análise do processo histórico que lhes deu origem.

Assim, a segmentação mórfica dos elementos de formação antroponímica pode ser realizada a partir de um possível morfema, portador de significado, recuperável apenas na diacronia ou na história dos contatos linguísticos entre o português e línguas estrangeiras diversas. Admite-se a pouca probabilidade de que os sufixos emprestados mantenham a sua carga significativa no português, ainda que a sua feição estrangeira se mantenha. Isso pode ser marcado tanto no português arcaico – em sufixos como *-elle*, do francês, e também como *-am2* e *-asco*, pré-romanos, completamente opacos de significação –, quanto no português contemporâneo – com o sufixo *-son* do inglês, altamente produtivo entre nomes neológicos do português brasileiro atual, que, contudo, não chega a conservar a carga semântica 'filho de'.

Neste trânsito entre o passado e o presente dos nomes personativos, pode-se perceber nitidamente que, embora alguns sufixos se mantenham como elementos produtivos na formação de nomes novos, a sua carga semântica parece ter sido completamente esvaziada, como se observa com o sufixo *-es*, cujo valor patronímico não é recuperável nos nomes neológicos.

Outro aspecto relevante acerca da estrutura mórfica dos antropônimos, quando se confrontam o português arcaico e o português brasileiro contemporâneo, é que, enquanto, no português arcaico, as formas parecem ter uma ligação concreta com nomes apelativos, revelando assim uma constituição mórfica similar e sempre apresentando uma ou mais bases lexicais na formação dos personativos; no português brasileiro contemporâneo, os nomes neológicos apresentam uma possibilidade recorrente de formações com ausência de base lexical, uma vez que se verificam casos frequentes em que não se pode encontrar uma forma livre que sirva de base para a derivação (*Advan, Aílton, Dílson, Deivan, Daiara, Edilla, Edvan*, entre outros).

Vale também ressaltar a ausência, no português arcaico, de alguns sufixos que se mostraram produtivos no português brasileiro contemporâneo, como *-ara, -ete, -ita, -ito, -lane, -van, -val.* E, ainda, é importante questionar o estatuto de sufixo dessas formas no português brasileiro contemporâneo, uma vez que, em formações de prenomes neológicos, algumas delas podem ocorrer em posição medial e até inicial.

Por fim, vale salientar que a comparação entre esses dois momentos históricos permitiu inferir que o sistema morfolexical que atuava sobre os nomes personativos no português arcaico está intimamente relacionado ao sistema morfolexical dos nomes apelativos. Contudo, essa realidade não se mantém, tendo o português brasileiro assumindo

novos processos de formação, que, embora, à primeira vista, nos pareçam assistemáticos, podem, a partir de estudos mais aprofundados, revelar como a língua permite a criação lexical em um nível mais complexo.

Referências

BASÍLIO, Margarida (2004). *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto.

BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (1999). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. As origens dos nomes de pessoas. *DOMÍNIOS DE LINGU@GEM - Revista Eletrônica de Lingüística*, ano 1, nº 1 – 1º Semestre de 2007 – ISSN 1980-5799.

CASTRO, Ivo (2004). A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro: dados paulistas. In: AGRELO, Ana Isabel Boullón (Ed.). *Novi te ex nomine: estudos filolóxicos ofrecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*. A Corunha: Fundación Pedro Barrié de la Maza. p. 245-256.

CID, Xosé Feixó (2003). *Diccionario galego dos nomes*. Santiago de Compostela: Edicións Xerais de Galicia.

COUTINHO, Ismael de Lima (1962). *Gramática histórica*. 5. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Acadêmica.

CUNHA, A. Geraldo da (1982). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral (1998). O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e freqüência. In: ISQUERDO, Maria Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: UFMS. p. 77-88.

MACHADO, José Pedro (2003 [1981]). *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. 3 v. Lisboa: Horizonte/Confluência.

MARTINS, Ana Maria (Ed.) (2000). *Documentos notariais dos séculos XII a XVI.* Disponível em: http://cipm.fcsh.unl.ptq. Acesso em: 03 abr. 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Germanismos e arabismos no período formativo da língua portuguesa.* Disponível em: http://www.prohpor.ufba.br/germanismos.html. Acesso em: 15 jun. 2009.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

MAURER JR., T. Henrique (1959). *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

NASCENTES, Antenor (1952). *Dicionário etimológico da língua portuguesa: nomes próprios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

PIEL, Joseph-Maria (1976). *Origens e estruturação histórica do léxico português*. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/origens_lex_port.pdf. Acesso em 02 mar. 2009

RIO-TORTO, Graça Maria (1998). *Morfologia derivacional*: *teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis (1998). *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

SANDMANN, Antônio José (1991). *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto.

SANDMANN, Antônio José (1992). *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto.

ULLMANN, Stephen (1987). *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 5 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Mudanças na realização de /r̄/, /r/ em português

Volker NOLL
Universidade de Münster

Introdução

A realização de /r/ como vibrante apicoalveolar é genuína nas línguas do mundo e típica das românicas. Contudo, a evolução fonética conduz, às vezes, a um deslocamento do ponto de articulação em direção ao lado velar, o que se torna particularmente óbvio em várias línguas europeias. Em alemão, a mudança para a pronúncia uvular começou no século XVI. Na língua francesa do século XVII, ela esteve manifesta na variedade de Paris, enquanto o inglês desenvolveu a sua variante pré-palatal retroflexa [ɹ] no século XVIII. No final dessas evoluções sucessivas, mas certamente independentes em cada língua, a pronúncia uvular se apresentou como peculiaridade da pronúncia lisboeta no século XIX.[1] Essa variante livre, que, irradiando a partir de Lisboa, com grande difusão, é realizada sobretudo como vibrante uvular [ʀ] e, em parte, como fricativa velar [x] (TEYSSIER, 2007, p. 80).

Originalmente, na língua portuguesa, o fonema /r/ é realizado antes de vogal e na posição implosiva como apicoalveolar (*arame*, *artigo*, *mar* [r]). Em posição inicial, como após /l/, /s/, após vogal nasal e após prefixo terminado em consoante sonora, /r/ aparece como vibrante apicoalveolar múltipla (*melro*, *desramar*, *enriquecer*, *sub-rogar* [r̄]).[2] Além disso, o português dispõe do fonema /r̄/, que, na posição intervocálica, faz uma oposição a /r/ (*carro* vs. *caro*) e, em distribuição regional análoga ao /r/ inicial, conhece a mesma

1 A pronúncia velar/uvular da vibrante concerne também ao danês assim como a variedades do holandês, do norueguês, do sueco, do italiano e do espanhol americano (Porto Rico; isoladamente, Venezuela, Colômbia, Panamá). O desenvolvimento em Porto Rico é datado por de Granda, como sendo do século XIX (1978, p. 23-24). Cf. também Rohlfs (1949, §§ 164, 224, 263, 307), Wolff (1958), Göschel (1971), Chambers e Trudgill (1980, p. 186-189), Wollock (1982).

2 Para a articulação de /r/ em português, cf. Barbosa (1962), Angenot e Vandresen (1981), Reighard e Almeida (1983). Contrariamente ao Alfabeto Fonético Internacional (IPA), que, para a transcrição do *r* simples e do múltiplo, se vale respectivamente dos símbolos [ɾ] e [r], utilizamos, com vistas a uma melhor diferenciação visual, os símbolos [r] e [r̄] da Romanística.

variante livre uvular [ʀ]. No Brasil, o processo de velarização está mais avançado. A realização posterior do /r/ inicialmente alveolar não ocorre apenas no início de palavra, em contraposição à norma europeia, mas em vastas regiões do Brasil, de maneira geral, também em posição implosiva. No presente artigo, propomo-nos descrever a variação na realização de /r/, /r̄/ como consequência de um processo de mudança linguística em Portugal e no Brasil.

1 A evolução histórica em Portugal

Conforme a literatura especializada, a posteriorização da vibrante múltipla (/r-/, /r̄/) foi mencionada pela primeira vez em Portugal pelo foneticista Gonçalves Viana em 1883. No início do século XX, foi caracterizada como pronúncia viciosa, que estava se espalhando cada vez mais nas cidades.[3] Contudo, a partir de um testemunho despercebido de Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, pode-se pressupor que a mudança na pronúncia provavelmente já estava ocorrendo no primeiro quartel do século XIX.

Nessa altura, o Visconde de Pedra Branca, diplomata e homem de letras brasileiro, foi mandado a Paris a fim de obter o reconhecimento da Independência do Brasil. Na capital francesa, o geógrafo Adrien Balbi estava preparando a *Introduction à l'atlas ethnographique du globe* (BALBI, 1826), um tratado sobre o benefício do ensino de línguas e sobre a sua classificação. Balbi se comunicou com Pedra Branca e obteve dele informações sobre as diferenças entre o português europeu e o brasileiro que foram incluídas na *Introdução*. Esse material é considerado como a primeira descrição do português brasileiro, apresentada sem intenção de querer corrigir supostos erros da língua. As observações de Pedra Branca se referem à mudança semântica em comparação com o português europeu, aos neologismos brasileiros, bem como a empréstimos das línguas indígenas e africanas. Em relação a isso, apresenta, em duas listas, um contraste lexical entre o português europeu e o brasileiro.

Quanto à pronúncia uvular de /r/, o indício decisivo se encontra na primeira lista no lexema "Cecia" (*sécia*) (*apud* BALBI, 1826, p. 173). O significado atual 'mulher elegante, mas afetada, presumida' se desenvolveu a partir de uma pronúncia amaneirada da sibilante /s/ no século XVIII, às vezes africada [ts] por certas pessoas, o que Madureira Feijó, em 1739, qualificava de afetado.[4] Enquanto o significado brasileiro da palavra "Cecia" corresponde, na tradução francesa ("Minaudière" 'mulher afetada'), ao uso atual, o

3 "On trouvera individuellement des *r* vibrantes [sic] uvulaires, même parmi des gens qui prononcent *r* simple comme une linguale" (GONÇALVES VIANA, 1883, p. 48). Em 1903, ele observou: "La prononciation uvulaire de *rr*, mais non pas de *-r-*, comme ʀ, se répand de plus en plus dans les villes. Cependant, on la regarde encore comme vicieuse" (1903, p. 19).

4 "Pelo contrario escrevamos, pronunciamos *Sá* [...] e naõ C,*a* [...] porque esta pronunciaçaõ naõ he naturalmente nossa, mas só affectada, ou de mulheres açucaradas, ou de homens ceciosos" (MADUREIRA FEIJÓ, 1739, p. 36). Cf. Bluteau (1789): *cecioso*, adj., 'o que não pode pronunciar a consoante *z*, e diz *quiſſera* por *quizera*'. Morais Silva (1813): *ceciòso*, adj., 'o que não póde pronunciar a consoante *z*, e diz *quissera* por *quizera*, tocando talvez com a lingua nos dentes superiores'.

significado atribuído ao português europeu da época é, contudo, surpreendente. Conforme a explicação em francês é “Action de grasseyer”, referindo-se claramente à pronúncia uvular da vibrante (‘pronunciar o r de maneira uvular’).

Um século depois da edição francesa, a lista de Pedra Branca foi reproduzida por João Ribeiro, acompanhada de um comentário. Contudo, Ribeiro não percebeu o significado que tinha a palavra fr. *grasseyer* no âmbito da fonética do português (1921, p. 31). A reprodução recente de Wanke e Simas Filho (1991, p. 20) tampouco soube explicar o caso, mas os autores constataram a contradição evidente entre *r* e *s* que eles pensavam corrigir com uma referência ao significado original: “*cecia* — em Portugal, defeito de pronúncia de «r» (*sic*, conforme o Visconde — na verdade, é do som «ss»)”. Como se refere, de fato, à pronúncia da vibrante, o testemunho de Pedra Branca (1824/25) é de uma importância particular na história da língua portuguesa. Parece que a denominação “cecia”, que se originou da pronúncia afetada de /s/ no século XVIII, ampliou seu significado em Portugal quando surgiu outro maneirismo na pronúncia, a saber, o do [ʀ] uvular. Os dois significados linguísticos da palavra *sécia*, contudo, desapareceram, quando, por um lado, desapareceu o maneirismo da pronúncia afetada da sibilante, e, por outro lado, quando a pronúncia uvular andava estabelecendo-se em Portugal.

É notável que a mesma transposição semântica de cecear se observa na língua francesa. Assim, no século XVII, os verbos *grassier* e *grassayer* são traduzidos no dicionário francês-inglês de Cotgrave (1611, *s.v.*) por “*To lispe*” ‘cecear’. No final daquele século, na primeira edição do *Dictionnaire de l’Académie Française* (1694), no entanto, *grasseier* modificou seu significado, referindo-se então a problemas de pronúncia, e especialmente a respeito de /r/: “Parler gras, prononcer certaines consonnes, e principalement l’R avec difficulté.” (Académie 1694, *s.v.*).[5] Isso reflete a mudança geral na articulação do /r/, /r̄/ francês que se anunciou no século XVI[6] e que se completou no decorrer do século XVII. O paralelismo entre o francês e o português na evolução semântica da palavra cecear sublinha o significado do testemunho de Pedra Branca no precesso de posteriorização de /r-/, /r̄/ em Portugal no primeiro quartel do século XIX.

Na variedade de Setúbal, ao sul de Lisboa, Leite de Vasconcellos notou a difusão excepcional do fenômeno a todas as posições da vibrante no início do século XX ([1901] 1987, p. 98). Pode-se dizer que, na atualidade, a posteriorização da [r̄] múltipla se espalha cada vez mais em Portugal. Trata-se do um fenômeno claramente urbano, enquanto a pronúncia apical é ainda típica do Norte do país. Um estudo de Malvar Fernández (2005) demonstra que, em Coimbra, a pronúncia apical está sendo deslocada. Sobretudo os jovens realizam a variante uvular, dando preferência à pronúncia surda frente à sonora.

5 Achamos uma definição quase idêntica no *Dictionnaire universel* de Furetière: “Parler gras, ne pouvoir pas bien prononcer certaines lettres, & entre autres l’*r*” (1690, *s.v.*).

6 “Nous arrivons donc à la conclusion que deux r s’opposaient au 16e siècle, l’un étant apical et l’autre vélaire. Vu dans une perspective diachronique cela veut dire que la vélarisation comme changement historique s’était produite d’abord dans l’ancien rr double, mais qu’á l’époque qui nous concerne ici, elle ne s’était pas encore généralisée à l’r faible” (REIGHARD, 1985, p. 316).

2 A evolução histórica no Brasil

2.1 O avanço da velarização

No português brasileiro, a variante apicoalveolar de /r/ [r] se limita principalmente à posição intervocálica. Isso se deve à velarização avançada que, em vastas regiões do Brasil, não se restringe ao /r-/ inicial e ao fonema /r̄/ em posição intervocálica (> [x] > [h]). Na maior parte do Brasil, entre o Rio de Janeiro e o sudeste de Minas Gerais até o Norte do país, a velarização se estendeu ao /r/ implosivo (*forte* [ˈfɔxtʃi], *honrar* [õˈɣaˣ], [õˈxaˣ]).[7] Por isso, admira que Callou e Leite e Moraes considerem a posteriorização do /r/ uma pronúncia "regional" (2002, p. 537). Embora esse fenômeno não abranja o Brasil inteiro, o *flap* alveolar [r] em posição pré-consonantal, típico da cidade de São Paulo, por exemplo, não é mais majoritário no Brasil quanto à extensão do fenômeno e, portanto, ele mereceria ser chamado de regional em primeiro lugar.

Callou e Moraes e Leite, apresentando um panorama geral da realização de /r/ em posição pré-consonantal, baseado nos inquéritos do projeto NURC, obtiveram por volta de 60% de realizações velares e aspiradas, enquanto a realização alveolar atingiu cerca de 35% (2002, p. 466). Na transcrição do português brasileiro, a velarização e a aspiração, via de regra, não são levadas em consideração. Contudo, o novo *Dicionário Larousse Português / Espanhol* (LAROUSSE, 2006), que parece apoiar-se na pronúncia do Rio de Janeiro, indica essa pronúncia na forma seguinte: *aspirar* [aʃpiˈra⁽ˣ⁾], *divergir* [dʒivexˈʒi⁽ˣ⁾].

Em comparação com a uvular sonora [ʀ] do português europeu, que é realizada com fricção mais intensa do que o /r/ francês,[8] a pressão articulatória na formação do /r/ velar do português brasileiro [xC, -Vˣ#] é bem mais fraca. No início de palavras, na maior parte das vezes, se reduz para [h] (*rio* [ˈhiu̯]). Nesse caso, a realização dos fonemas /r/ e /r̄/ se manifesta preponderantemente na oposição de *caro* [r] : *carro* [h].

---

7 Por isso, adotamos o /r/ velar ([x]) para representar o /r/ pré-consonantal nos exemplos gerais. Como, na posição final, alteram a fricativa, a aspiração e a queda, convencionamos usar um sobrescrito (*amar* [aˈmaˣ]).

8 A pronúncia de um português costuma chamar a atenção dos brasileiros, entre outras coisas, pela realização intensa do [ʀ]: referem-se a ela como uma pronúncia que "puxa no *r*".

Figura 1:

No interior de São Paulo e na região Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), o /r/ velar não é difundido de maneira autóctone, mas ocorre como variante em início de palavra. A variante aspirada [h-] é lá quase inexistente. O *Atlas linguístico-etnográfico da região Sul do Brasil* (ALERS, mapa 44), ao menos, nunca o anota. Em posição implosiva, domina o /r/ alveolar.

Além da tendência ao enfraquecimento do /r-/ e do /r̄/ para [h], que não costuma ocorrer em São Paulo (interior) e na região Sul, existem variantes regionais e idioletais. O enfraquecimento desaparece na fala enfática. Devido ao ensurdecimento do /r/ ([x], [h]), acaba não ocorrendo, em português brasileiro, a assimilação regressiva sintagmática do *-s* do plural (PE [u(ʒ)‿ʀiu̯ʃ] vs. PB [us xiu̯s], [us hiu̯s]). Em São Paulo (interior) e na região Sul, há, para /r-/ e /r̄/, as variantes [r̄ ɣ x r] (cf. ALPar, mapas 99, 186).

Quanto aos primeiros testemunhos da posteriorização, o citado Gonçalves Viana comentou sobre a realização velar do /r/ inicial no final do século XIX:

> "Ce *r* fricatif sonore est cependant assez fréquent dans la prononciation des Brésiliens, et remplace chez eux le *r* vibrant; je ne saurais dire, toutefois, jusqu'à quel point cette prononciation est individuelle ou dialectale; je l'ai surtout remarquée chez des naturels de Pernambuco et de São Paulo" (GONÇALVES VIANA, 1883, p. 48).[9]

Não conhecemos testemunhos diretos que comprovem o começo da extensão da velarização à posição pré-consonantal no português brasileiro. Contudo, existe um depoi-

9 O que surpreende é a indicação de Gonçalves Viana para São Paulo, pois, conforme este testemunho, a realização velar, em posição inicial, aparece relativamente cedo numa área que, até hoje, desenvolveu menos a velarização.

mento quanto à posição final que, sendo implosiva, equivale foneticamente à posição pré-consonantal na palavra. Explicando seu sistema de notação fonética, Gonçalves Viana deu como exemplo do símbolo "ح" a pronúncia velar do /r/ final em muitas variedades brasileiras no final do século XIX:

> "ح *:* êste mesmo, ciciado, como o *r* final de muitos dialectos brasileiros, entre elles o do Rio de Janeiro, por ex. em *maح*, *seح*" (GONÇALVES VIANA, 1892, p. 40).

Resulta que, no final do século XIX, o processo de velarização era mais desenvolvido no português brasileiro do que no português europeu. Considerando, ademais, que o primeiro testemunho da posteriorização menos progressiva no português europeu remonta a 1824/25, pode-se partir do fato de que a mudança no português brasileiro tivesse começado também no início do século XIX. Nesse contexto, convém observar que a manutenção do /r/ apical na posição implosiva, típica de São Paulo e do Sul, corresponde, do ponto de vista areal, à conservação de um arcaísmo numa zona linguística marginal.

O /r/ inicial, descrito como uma fricativa velar sonora por Gonçalves Viana em 1883 (v. acima), passou, desde então, por um processo de dessonorização e de relaxamento. Na maior parte do Brasil, transformou-se em uma fricativa glotal, citada por Stavrou para o Rio de Janeiro, no fim da década de 40 do século XX. Para ilustrar essa pronúncia, Stavrou recorreu aos exemplos ingleses *how* e *Harry* (1947, p. 30).

2.2 A queda de /r/

Na posição final, /r/ sofre um enfraquecimento especial e tende a cair na língua coloquial. Isso é notável sobretudo no infinitivo (*amar* [aˈma^x], [aˈma]). Na língua popular, esse /r/ final também não se realiza nem quando seguido de vogal (*quero saber uma coisa* [ˈkɛru saˈbe uma ˈkoi̯za]) e pode, por assim dizer, ser considerado como medidor da coloquialidade. Callou e Moraes e Leite (2002, p. 468) encontraram, comparando as cinco metrópoles brasileiras do projeto NURC, a maior queda do /r/ com 62% em Salvador e 50% em Recife, enquanto São Paulo atingia 49%, Rio de Janeiro, 47% e Porto Alegre, 37%. No total, obtiveram, em posição final, 50% de queda, por volta de 10% de realizações velares e aspiradas respectivamente, 30% de realizações alveolares e poucos casos de retroflexão (CALLOU; LEITE; MORAES, 2002, p. 466). Além disso, observa-se uma diferença nítida entre verbos e substantivos, os últimos mantendo o /r/ final em 83% das ocorrências, enquanto são apenas 35% em verbos (2002, p. 479). No entanto, sufixando o morfema de plural, a realização alveolar do /r/ é obrigatória também no português brasileiro (*elevador - elevadores* [elevaˈdo^x] vs. [elevaˈdoris]).

Para São Paulo e a região Sul, onde o /r/ velar e o aspirado ocorrem relativamente pouco, a queda do /r/ apresenta uma mudança mais radical do que no Nordeste, onde essas formas intermediárias são usuais. Na área do /r/ velarizado, o desaparecimento da consoante se observa também em posição implosiva antes de fricativa surda (*Márcia* →

[ˈmasja]). Em substantivos monossílabos, há basicamente a tendência para evitar a queda do /r/.

A queda do /r/ final da língua coloquial brasileira encontra paralelos regionais no português europeu. Leite de Vasconcellos ([1901] 1987, p. 98) apresenta a apócope do /r/ especialmente no Norte e no centro de Portugal (*comprá' caro*), mas aparece também no Sul. Leite de Vasconcellos acrescenta que a perda da vibrante em posição final de palavra, diante de uma palavra iniciada por consoante, é bastante comum.[10] No contexto românico, a queda ocorre, entre outros casos, com o espanhol meridional (sobretudo da Andaluzia ocidental), o espanhol americano (Caribe), no italiano meridional e em variedades do italiano setentrional, sobretudo no infinitivo (cf. ROHLFS, 1949, § 307). Quanto ao padrão, corresponde ao infinitivo do catalão e do francês (verbos em *-er*). Essas circunstâncias do mundo românico descredenciam, no português brasileiro, um desenvolvimento influenciado, principalmente pelas línguas africanas, como o que, por exemplo, é apresentado por de Granda (1978). Deve-se observar, nesse contexto, que, no espanhol argentino, que teve um contato superficial com populações africanas, também ocorre parcialmente a queda do /r/ final.[11]

No português brasileiro, a forma *sinhazinha* (RODRIGUES MAIA, c1800, p. 322v) < *sinhá*, *sinhô* deixa implícito a queda do /r/ final na língua popular por volta de 1800. Essa queda é definitivamente comprovada em 1842 por Lopes Gama, que criticava formas respectivas em seu jornal *O Carapuceiro*:

> Muitos declarão guerra aos *rr* finaes, e dizem sempre *mandà*, *buscà*, *comê*, *dormí*, *singulà*, &c. &c. (fac-símile *apud* M. Pessoa, 1994, p. 78).

O *Dicionário da língua portuguesa*, da Academia Brasileira de Letras, elaborado de 1940 a 1943, transcreve o /r/ final como fricativa.[12] Contudo, a queda do /r/ final não é decorrência necessariamente associada a um intermediário velar e aspirado (*amar* [aˈma^{x}], [aˈma^{h}]). Isso é sabido pelas circunstâncias da cidade de São Paulo, onde o /r/ em posição final, às vezes, é realizado de maneira alveolar (41%) e, às vezes, cai (49%). Variantes velares ou aspiradas não ocorrem como prováveis etapas intermediárias nesse contexto (cf. CALLOU; LEITE; MORAES, 2002, p. 484).

2.3 O r-caipira

No Sul do Brasil (no Paraná, muito menos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul; cf. ALERS, mapa 49), em São Paulo, no sul de Minas Gerais, no Mato Grosso do

10 "Une [sic] *r* devant la consonne initiale du mot suivant disparaît facilement dans le langage courant: *trabalhá' todo o dia*" (LEITE DE VASCONCELLOS, [1901] 1987, p. 77).

11 "La *r* final de los infinitivos se debilita en diversos grados y hasta llega a caer en el habla vulgar y campesina de algunas regiones del país" (VIDAL DE BATTINI, 1966, p. 111).

12 Cf. *adoecer* "[adueˈseɹ]" (NASCENTES, 1961-67, *s.v.*). Nesse contexto, o símbolo [ɹ] é caracterizado como "fricativo" na introdução do dicionário.

Sul, em Mato Grosso, em Rondônia[13] e em Goiás, ocorre, sobretudo nas áreas rurais e em posição implosiva, uma variante retroflexa do /r/, que é conhecida como *r*-caipira.[14]

Trata-se de uma aproximante, que, como o /r/ em geral, tem uma gama articulatória, isto é, varia em grau de retroflexão ([ɹ ɽ ɻ]). Para representá-la, adotamos o símbolo [ɹ]. Ela se parece com o /r/ do inglês americano e é bastante comum no interior de São Paulo (*quarto* [ˈkwaɹtu]). Rector (1975, p. 20) limitava o aparecimento do *r*-caipira ao sul do Estado de São Paulo, contudo, por meio da significativa migração populacional para os centros urbanos, também é observável uma ampliação do fenômeno para a cidade de São Paulo. Além da posição implosiva, o *r*-caipira pode ocorrer na posição intervocálica e em *clusters*[15]. Dessa forma, o *Atlas Linguístico do Paraná* nota, para *baixeiro*, a variante [baˈʃeɹu] (ALPar, mapa 117). Além disso, o *r*-caipira aparece de forma esporádica em outros estados brasileiros. Os atlas da Bahia (APFB, cf. HEAD, 1978), de Sergipe (ALS) e da Paraíba (ALP) registram testemunhos análogos. Na zona rural do Ceará e do Maranhão, o *r*-caipira também é ouvido esporadicamente.

A variante retroflexa do /r/ [ɹ] é uma inovação do português brasileiro. Ao contrário do que pensava Amaral (1982, p. 48), não pode ser associada com o substrato indígena, visto que o tupi-guarani apenas conhece o /r/ apical. Uma variante retroflexa [ɹ] do vibrante aparece também no espanhol do centro da Costa Rica, em áreas rurais da Guatemala, na região mexicana de Veracruz e no chabacano, língua crioula de base espanhola nas Filipinas (cf. NOLL, 2009, p. 33) Foneticamente, trata-se de um bloqueio da articulação vibrante que ocorre sobretudo na posição implosiva. O desvio da tensão articulatória pode resultar numa velarização (PB *carta* [ˈkaxta]), numa assibilação (esp. andino *carro* [ˈkaʒo]) ou na pronúncia retroflexa. A primeira aparição da pronúncia retroflexa no português brasileiro não é documentada.

2.4 A realização polimorfa de /r/

A caracterização do /r/ se mostra muito complexa, no português brasileiro. São observáveis inúmeras variantes regionais e idioletais ([χ ʁ ʁ˖ ɣ x h]; cf. PARKINSON, 1990, p. 138) que nosso mapa não contempla em detalhe. Thomas se expressa sobre a difusão da variação do /r/: "In the single town of Belo Horizonte, nine pronunciations were heard [...]" (1966, p. 273). Milton Azevedo observa, com respeito às variantes: "[...] some are found in free variation in the same dialect or even in the speech of the same individual" (1981, p. 37).

---

13 Informação de Wolf Dietrich, Münster.

14 Sob o termo *dialeto caipira* entende-se, *stricto sensu*, um grupo de dialetos rurais em São Paulo e no sul de Minas Gerais (cf. AMARAL, 1982). O termo *caipira* descreve geralmente, no português brasileiro, uma pessoa do interior, que se apresenta como provinciana (do ponto de vista da educação, do vestuário, dos comportamentos). A respeito do *r*-caipira, cf. Head (1978), (1987).

15 Ferreira Netto (2001, p. 100) cita *praça* [ˈpɹasa] em Taubaté (SP).

Também nos atlas linguísticos brasileiros, existem problemas com a notação do /r/. O /r/ pré-consonantal velarizado aparece, conforme a descrição do *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB), como fricativa uvular surda → "[*p*]"; no *Atlas linguístico de Sergipe* (ALS), numa notação quase igual, como fricativa velar surda → "[p]" e no *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais* como "vibrante velar sonora" → "[R]" (EALMG, 35). Como vibrante, um /r/ não pode, contudo, ser velar. Trata-se ou de uma fricativa velar ou de uma vibrante uvular.[16] No que tange à sonorização registrada no EALMG, surgem algumas dúvidas, uma vez que se deve partir do fato de que o /r/ seja surdo diante de [k], por exemplo, em *arco-íris*, não devendo ser, portanto, caracterizado como sonoro, como ocorre no EALMG (mapa 2). A sonorização de um /r/ velar (antigamente múltiplo), em português brasileiro, ocorre somente antecipado por uma nasal: *tenro* [ˈtẽɣu] ao lado de [ˈte (i̯)xu], [ˈtẽhu]. Também é digno de nota, como já dissemos, que a velar /r/ em início de palavra, no português brasileiro, não sonoriza um *-s* plural que venha antes, como é o caso do português europeu. Desse modo, o /r/ velarizado deveria ser apresentado, em português brasileiro, predominantemente como uma fricativa velar surda [x], desde que não sofra qualquer enfraquecimento para [h] (ou esteja após nasal).

A realização complexa do /r/ implosivo no Sul do Brasil se expressa no mapa 187 do *Atlas linguístico do Paraná* (ALPar). No norte, no centro-oeste e no leste do Estado, predomina, em posição implosiva, o *r*-caipira [ɹ]; no extremo-oeste, mantém-se como [r]; no sudoeste, o /r/ implosivo é realizado até mesmo como múltiplo ([r̄]). Nas demais regiões, as realizações se entrecruzam. Fora isso, deve-se levar em conta o fato de que não se deduz do ALPar que, devido a uma certa estigmatização do *r*-caipira ([ɹ]), a variante [r] em São Paulo e na região Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) valha como padrão regional, enquanto [x], em posição implosiva, é típico do português brasileiro a partir do Rio de Janeiro e o sudeste de Minas Gerais até o Norte do país. Ambas as realizações ocorrem em certos falantes instruídos da região Sul (*normal* [norˈmau̯], [noxˈmau̯]), talvez como reflexo da interferência com uma norma supra-regional. Além disso, o /r/ implosivo velar só aparece em Florianópolis (SC) e na área continental situada em frente (cf. ALERS, mapa 50).

Conclusão

Das características mencionadas, evidencia-se que a posteriorização do /r/ apresenta uma inovação no sistema fonológico das variedades portuguesas. Sobretudo no português brasileiro, faz parte de uma tendência manifesta e sistemática de eliminar a consoante em final de sílaba. A realização hoje preponderantemente dessonorizada [x] do /r/ implosivo, a realização de [h] em início de palavra e a queda no final de palavra são sinais de um enfraquecimento geral do /r/ no português brasileiro. Esse enfraquecimento é explicado por uma perda na tensão articulatória que ocorre sobretudo em /r-/ e /r̄/.

16 Devido à difusão variacional do /r/, o termo *uvular* em parte é utilizado para o /r/ velar e o uvular (Wollock, 1982, p. 188).

Na posição pré-consonantal, que corresponde ao /r/ em final de sílaba, essa tendência do esforço diminuído, do ponto de vista articulatório, se mostra mais forte do que o princípio da lei de contato silábico (cf. VENNEMANN, 1988, p. 40). Conforme essa lei, a realização alveolar [r] em final de sílaba estabelece, basicamente, uma distância sonora maior e, portanto, mais propícia ao fortalecimento requerido da consoante inicial da sílaba seguinte. Contudo, é a fricativa [x] que ocorre hoje majoritariamente no português brasileiro. No desenvolvimento subsequente – e isso se refere, no português brasileiro, sobretudo à posição final –, pode acontecer a queda da consoante ([aˈma]). Nesse caso, cria-se novamente um encontro silábico ótimo do tipo CV. Pode-se partir do fato de que, num futuro próximo, o /r/ final no português brasileiro, pelo menos nos infinitivos, cairá completamente.[17]

Referências

ACADÉMIE (1694). *Le dictionnaire de l'Académie Française*, em: *Les 8 éditions du Dictionnaire de l'Académie française en diachronie*. Version 1.0. Marsanne: Redon.

ALERS: KOCH, Walter; KLASSMANN, Mário Silfredo; ALTENHOFEN, Cléo Vilson (2002). *ALERS. Atlas linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil*. 2 vol. Porto Alegre: UFRGS - Florianópolis, UFSC - Curitiba, UFPR.

ALP: ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de (1984). *Atlas linguístico da Paraíba*. 2 vol. Brasília: UFPB / CNPq.

ALPar: AGUILERA, Vanderci de Andrade (1994). *Atlas linguístico do Paraná*. Curitiba.

ALS: FERREIRA, Carlota da Silveira et al. (1987). *Atlas linguístico de Sergipe*. Salvador.

APFB: ROSSI, Nelson (1963). *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro.

AMARAL, Amadeu (^{4}1982, ^{1}1920). *O dialeto caipira. Gramática – Vocabulário*. São Paulo: HUCITEC.

ANGENOT, Jean-Pierre; VANDRESEN, Paulino (1981). The Portuguese [R]'s revisited. In: ANGENOT et al. (Org.). *Studies in pure natural phonology and related topics*. Florianópolis: UFSC. p. 82-102.

AZEVEDO, Milton M. (1981). *A contrastive phonology of Portuguese and English.* Washington: Georgetown Univ. Press.

BALBI, Adrien (1826). *Introduction à l'atlas ethnographique du globe, contenant un discours sur l'utilité et l'importance de l'étude des langues appliquée à plusieurs branches des connaissances humaines; un aperçu sur les moyens graphiques employés par les différens peuples de la terre; des observation sur la classification des idiomes décrits dans l'atlas; un coup-d'œil sur l'histoire de la langue slave et sur la marche progressive de la civilisation et de la littérature en Russie*, dédié à S. M. l'Empereur Alexandre, par Adrien Balbi [...] I. Paris: Rey et Gravier.

BARBOSA, Jorge Morais (1962). Sur le /R/ portugais. In: CATALÁN, Diego (Org.). *Miscelánea homenaje a André Martinet "Estructuralismo e historia"*. III. La Laguna, Universidad de La Laguna, p. 211-226.

17 Callou, Leite e Moraes (2003, p. 96, 99) atestaram no Rio de Janeiro, entre os anos 70 e 90 do século XX, um aumento geral da queda da consoante de cerca de 65% para 75%; com os verbos, o aumento passou de 73% para 82%.

BLUTEAU, Rafael (1789). *Diccionario da lingua portugueza* composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. 2 vol., Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne; MORAES, João (2002). Processo(s) de enfraquecimento consonantal no português do Brasil. In: ABAURRE, Maria B. M.; RODRIGUES, Angela C. S. (Org.). *Gramática do português falado. VIII: novos estudos descritivos*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 537-555.

CALLOU, Dinah; MORAES, Marcelo M.; LEITE, Yonne (2002). Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /ʎ/ no português do Brasil. In: KOCH, Ingedore G. Villaça (Org.). *Gramática do português falado. VI: desenvolvimentos*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 463-489.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter (1980). *Dialectology*. Cambridge: CUP.

COTGRAVE, Randle (1611). *A dictionarie of the French and English tongues*. London: Islip.

EALMG: RIBEIRO, José et al. (1977). *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*. I. Juiz de Fora.

FEIJÓ, João de Morais de Madureira (1739). *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*. Coimbra: Ferreyra.

FURETIÈRE, Antoine (1690). *Dictionnaire universel*, em: *Le Grand Atelier historique de la langue française*. Version 1.0. Marsanne: Redon.

GÖSCHEL, Joachim (1971). Artikulation und Distribution der sogenannten Liquida r in den europäischen Sprachen, em: *Indogermanische Forschungen* 76, p. 84-126.

GRANDA, Germán de (1978). Velarización de R̄ en el español de Puerto Rico, *Estudios lingüísticos hispánicos, afrohispánicos y criollos*, Madrid, p. 11-68.

HEAD, Brian F. (1978). Subsídios do *Altas prévio dos falares baianos* para o estudo de uma variante dialetal controvertida. *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, n. 1, p. 21-34.

HEAD, Brian F. (1987). Propriedades fonéticas e generalidades de processos fonológicos: o caso do «r-caipira». *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, n. 13, p. 5-39.

LAROUSSE (2006). *Dicionário Larousse espanhol / português • português / espanhol avançado*. São Paulo: Larousse.

MAIA, Manuel Rodrigues (c1800). *O Periquito ao Ar, ou O Velho Uzurário*. Farça que se reppresentou no Theatro Nacional do Salitre com geral acceitação, composta pelo profeçor Manoel Rodrigues Maia, ampliada por por Alexandre Jozé Victor da Costa Sequeira, copiada aos 19 de Janeiro de 1818.

MALVAR FERNÁNDEZ, Paulo (2005). Distribuição diastrática e diafásica do /R/ na região de Coimbra. *Agália*, n. 81-82, p. 143-170.

NASCENTES, Antenor (1961-67). *Dicionário da língua portuguesa*. 3 vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. [[2]1988: Rio de Janeiro: Bloch]

NETTO, Waldemar Ferreira (2001). *Introdução à fonologia da língua portuguesa*. São Paulo: Hedra.

NOLL, Volker ([2]2009). *Das amerikanische Spanisch. Ein regionaler und historischer Überblick*. Tübingen: Niemeyer.

NOLL, Volker (2008). *O português brasileiro: formação e contrastes*. São Paulo: Globo.

PARKINSON, Stephen (1990). Portuguese. In: HARRIS, Martin; VINCENT, Nigel (Org.). *The Romance Languages*. London: Routledge. p. 131-169.

PESSOA, Marlos (1994). "A lingoagem bordalenga de muita gente": o conteúdo linguístico de importante fonte para o conhecimento do português brasileiro do século XIX. *Lusorama*, n. 25, p. 70-80.

RECTOR, Mônica (1975). *A linguagem da juventude: uma pesquisa geo-sociolinguística*. Petrópolis: Vozes.

REIGHARD, John (1985). La vélarisation de l'r en français et en portugais, em: *Actes du XVII^{ème} Congrès international de linguistique et philologie romanes (Aix-en-Provence, 29 août - 3 septembre 1983)*. II. Aix-en-Provence: Université de Provence, p. 311-321.

REIGHARD, John ; ALMEIDA, A. de (1983). /R/ en début et en fin syllabiques dans les dialectes portugais. *Revue de l'Association Québécoise de Linguistique*, n. 3, p. 177-186.

RIBEIRO, João (1921). *A língua nacional: notas aproveitáveis*. São Paulo: Monteiro Lobato.

ROHLFS, Gerhard (1949). *Historische Grammatik der italienischen Sprache und ihrer Mundarten. I. Lautlehre*. Bern: Francke.

SILVA, Antônio de Morais (1813). *Diccionario da lingua portugueza* recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado. 2 vol. Lisboa: Lacerdina.

STAVROU, Christopher (1947). *Brazilian-Portuguese pronunciation including word list with indicated pronunciation*. New York: McKay.

TEYSSIER, Paul (2007, ^{1}1975). *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.

THOMAS, Earl W. (1966). Emerging patterns of the Brazilian language. In: BAKLANOFF, Eric N. (Org.). *New perspectives of Brazil*. Nashville: Vanderbilt Univ. Press. p. 264-297.

VASCONCELLOS, José Leite de (^{3}1987, ^{1}1901). *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

VENNEMANN, Theo (1988). *Preference laws for syllable structure and explanation of sound change with special reference to German, Germanic, Italian, and Latin*. Berlin/New York/Amsterdam: Mouton de Gruyter.

VIANA, Aniceto R. Gonçalves (1883). Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne. *Romania*, n. 12, p. 29-98. [*Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne*. Lisboa: Fernandes, ^{2}1941]

VIANA, Aniceto R. Gonçalves (1892). *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*. Lisboa.

VIANA, Aniceto R. Gonçalves (1903). *Portugais. Phonétique et phonologie, morphologie, textes*. Leipzig: Teubner.

VIDAL DE BATTINI, Berta Elena (^{2}1966). *El español de la Argentina: estudios destinados a los maestros de las escuelas primarias*. Buenos Aires: Casa Nacional de Educación.

WANKE, Eno T.; SIMAS FILHO, Roldão (1991). *Dicionário lusitano-brasileiro (Expressões, palavras e acepções comuns em Portugal, porém desconhecidas ou pouco utilizadas no Brasil)*. Rio de Janeiro: Tecnoprint.

WOLFF, Gladys (1958). *French R: a study in historical phonetics and phonemics*. Diss. Columbia Univ.

WOLLOCK, Jeffrey (1982). Views on the decline of apical R in Europe: historical study. *Folia Linguistica Historica*, n. 3, p. 185-238.

Monotongação de ditongos crescentes: realidade linguística e social

Dermeval da HORA
Universidade Federal da Paraíba /CNPq

Introdução

Os estudos sincrônicos com base na fonologia do Português Brasileiro têm dominado o conjunto de trabalhos que se tem realizado nos diferentes centros de estudo de todo o Brasil. A dificuldade em se fazer uma fonologia diacrônica talvez seja o grande obstáculo para que tais estudos sejam mais produtivos. Essa realidade, acredita-se, pode ser mudada a partir de agora, principalmente com a edição de vários *corpora* a partir de manuscritos, uma iniciativa do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), que reúne pesquisadores de diferentes instituições de todo o Brasil.

Em se tratando de processos fonológicos presentes no Português Brasileiro, será objeto de análise, neste texto, aquele que envolve o uso de ditongos. Em relação a esses segmentos, temos, de um lado, sua redução, quase categórica, quando são considerados os ditongos decrescentes, a exemplo de "cadeira x cadera" , "touro x toro", "caixa x caxa", e nesse caso, os aspectos sociais já nem são mais levados em consideração. Trabalhos já realizados, de norte a sul do Brasil (PAIVA, 1986; SILVA, 1997), ratificam a quase categoricidade quanto à realidade desse processo. Por outro lado, em se tratando dos ditongos crescentes, observa-se que, em vocábulos paroxítonos, a exemplo de "ciência", "edifício", "espécie", "árduo", quando monotongados, podem estar associados, dependendo das vogais envolvidas, ao nível de escolaridade do falante. Aqueles com mais anos de escolarização terão maior probabilidade de aplicar a regra de monotongação, quando a saliência entre as vogais envolvidas for menos perceptível, como em "espécie" e "árduo", ao contrário daqueles com menos anos de escolarização, que podem aplicá-la independentemente do grau de saliência entre as vogais. Entre estes, é possível encontrar também formas como "paciença", "edifiço", avaliadas como sendo de menor prestígio. O interessante dessa variação é que ela associa a um processo muito comum no Português

Brasileiro, o de monotongação, a perfeita correlação entre o linguístico e o social. O linguístico representado pela saliência fônica que norteia as vogais envolvidas; o social, presente no uso da língua por falantes com anos distintos de escolarização.

Neste texto, o objetivo é avaliar o registro escrito desses ditongos crescentes em documentos dos séculos XVIII, XIX (FONSECA, 2003; OLIVEIRA, 2006) de diferentes comunidades, buscando o contraponto entre a realidade sincrônica e diacrônica e avaliando seu comportamento no contexto do Português Brasileiro.

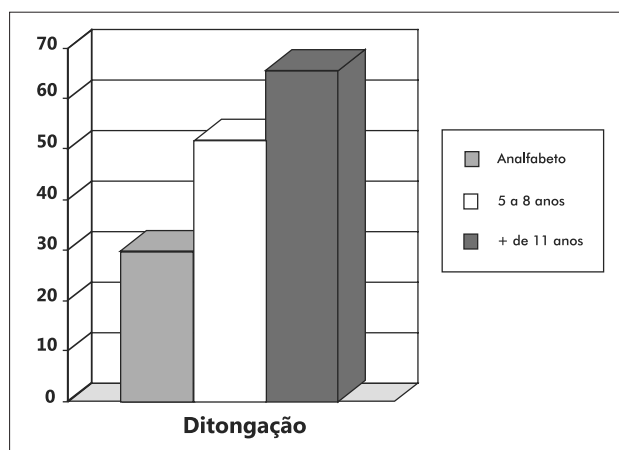
1 Sobre os ditongos crescentes: uma visão sincrônica

O processo fonológico a ser aqui discutido, sob a perspectiva sincrônica, diz respeito à monotongação. Não a monotongação dos ditongos decrescentes, aqueles considerados os verdadeiros ditongos, como os presentes em itens do tipo "cadeira", "touro", "caixa", que, variavelmente, resultam em "cad[e]ra", 't[o]ro", "c[a]xa". Esse tipo de ocorrência, no PB atual, de norte a sul, é quase categórico, como demonstram alguns estudos já realizados (MENEGHINI, 1983; BISOL, 1989; CABRERA, 1996; PAIVA, 1996; SILVA, 1997). As restrições sociais, nesse caso, já não têm influência. O sexo, a faixa etária, os anos de escolarização, com certeza, não mais serão selecionados como significativos.

O foco, aqui, serão os ditongos crescentes em palavras paroxítonas, a exemplo de "ciência", "edifício", "espécie", "árduo", que, variavelmente, podem resultar em "cienç[a]", "edifíç[u]", "espec[i]", "ard[u]", respectivamente. Os dados utilizados fazem parte do *corpus* do Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba – VALPB (HORA, 1993), estratificados de acordo com o sexo, a faixa etária e os anos de escolarização dos informantes, todos eles nascidos em João Pessoa.

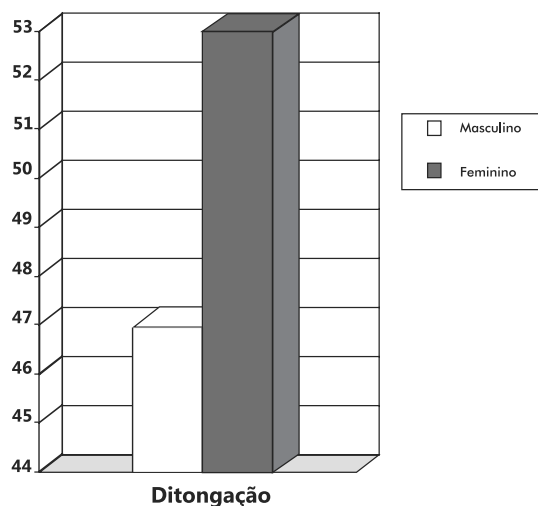
Diferente do processo de monotongação que envolve os ditongos decrescentes, considerando seu estado quase categórico, conforme demonstram os estudos citados anteriormente, e que já não selecionam mais as variáveis sociais, com os ditongos crescentes, todas as variáveis sociais analisadas foram selecionadas como significativas.

Tais monotongações podem estar associadas, por exemplo, dependendo das vogais envolvidas, ao nível de escolaridade do falante, como demonstra o Gráfico 1:

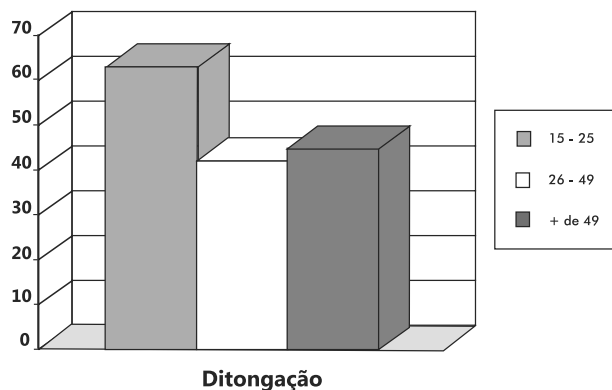
Gráfico 1: Anos de Escolarização

Falantes com mais anos de escolarização terão maior probabilidade de aplicar a regra de monotongação, quando a saliência entre as vogais envolvidas for menos perceptível, como em "espécie" e "árduo", ao contrário daqueles com menos anos de escolarização, que podem aplicá-la independente do grau de saliência entre as vogais. Entre estes, é possível encontrar também formas como "paciença", "edifiço". Nos dois primeiros casos, a redução é plenamente aceita, uma vez que o processo desencadeado com a elevação do 'e' e do 'o', respectivamente, é natural para o PB; nos dois últimos, a redução do ditongo com a manutenção apenas da vogal é fortemente saliente, considerando as distinções fonéticas existentes entre as duas vogais em jogo.

O interessante dessa variação é que ela associa a um processo muito produtivo no PB, o de monotongação, a perfeita correlação entre o linguístico e o social. O linguístico representado pela saliência fônica que norteia as vogais envolvidas; o social presente no uso da língua por falantes com anos distintos de escolarização.

Quando se leva em consideração a variável Sexo, os resultados obtidos ratificam a preferência da mulher pelas formas mais padrão, como demonstra o Gráfico 2, abaixo:

Gráfico 2: Variável Sexo

Os resultados mostram que a forma ditongada, a exemplo de 'paciência, edifício, série, árduo', é preferencialmente utilizada pelas mulheres, enquanto os homens preferem as formas monotongadas.

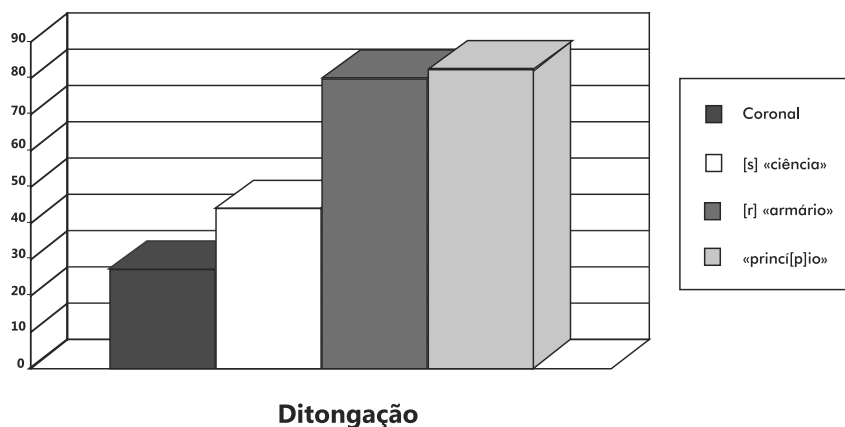
No que concerne à variável Faixa Etária, constata-se que a distribuição de uso da forma ditongada é preferencialmente utilizada por jovens (15 a 25 anos) e idosos (acima de 49 anos), como demonstra o Gráfico 3:

Gráfico 3: Variável Faixa Etária

Considerando o previsto na literatura acerca da faixa etária, pode-se inferir que o processo de monotongação dos ditongos crescentes revela indícios de uma variação estável.

Das variáveis estruturais selecionadas pelo GoldVarb, o contexto fonológico precedente foi a mais significativa, por isso mesmo ela será a única discutida.

As coronais /s/ e /r/, preenchendo o contexto fonológico precedente, são fortes condicionadoras do processo de monotongação, o mesmo acontecendo com a labial /p/, como demonstra o Gráfico 4. Neste mesmo contexto, as coronais /l/ e /n/ são

fortes favorecedoras ao processo de monotongação, tendo em vista que a presença do *glide* coronal desencadeia um outro processo, o de palatalização, como demonstram os exemplos "exí[lju] > exi[ʎu]" e "hér[nja] > hér[ɲa]". Vale observar que o mesmo não acontece com as coronais /t,d/. Apesar de fortes candidatas ao processo de palatalização quando seguidas de [i, j] em boa parte do território brasileiro, como em "hós[tja] > hós[tʃa]", "paró[dja] > paro[dʒa]", o uso por parte do falante paraibano restringe-se à forma ditongada, visto que nessa comunidade o processo de palatalização das coronais /t,d/ é inibido diante de [i, j].

Gráfico 4: Contexto Fonológico Precedente

O que se depreende do apresentado é que as variáveis sociais, quando se trata do processo de montongação dos ditongos crescentes, determinam em muito o uso por parte do falante paraibano. Aliada às variáveis sociais, há também a presença de uma variável estrutural que contribui com resultados bem significativos. Isto demonstra como um processo fonológico tem relevância para os estudos sociolinguísticos na perspectiva variacionista, que busca correlacionar aspectos sociais a aspectos estruturais.

Essas considerações tiveram como base dados sincrônicos relativos ao Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba. Na seção a seguir, serão observados os dados sobre a monotongação relativos à diacronia.

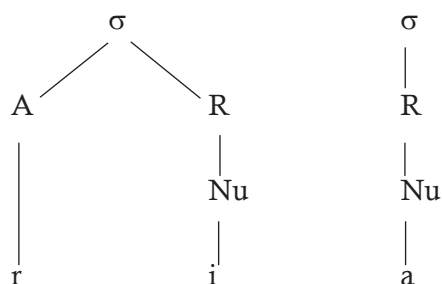
2 Sobre os ditongos crescentes: uma visão diacrônica

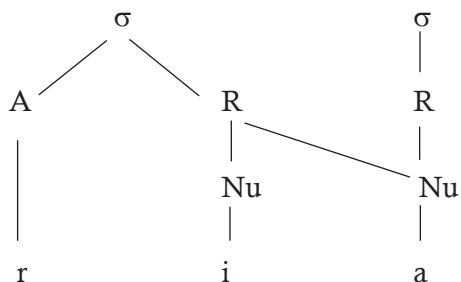
Como mencionado na seção anterior, no Português Brasileiro (PB), além dos ditongos decrescentes [ej], [ew], [ɛj], [ɛw], [aj], [aw], [oj], [ow], há os denominados de crescentes [ja], [jo], [je], [wa], [wo], [we]. Para Câmara Jr. (1970), estes últimos são restritos ao contexto em que aparece uma consoante oclusiva velar surda ou sonora, respectivamente, [q], [g]. Aqui, entretanto, serão levados em consideração outros casos, como indicam os exemplos em (1).

(1)

sandá.lja	princí.pjo	sé.rie	hós.tia
mobí.lja	maté.rja	espé.cje	á.gwa
cór.nea	lá.bju	contí.uo	ó.djo
hós.tja	ofí.cju	ofí.djo	vár.zea

Segundo Bisol (1999, p. 739), os ditongos crescentes, em nível lexical, não existem; eles constituem, na verdade, um hiato, podendo ter a representação (2).

(2)

Neste caso, as vogais /i/ e /a/ constituem núcleo de sílabas diferentes. No nível pós-lexical é que os ditongos crescentes são derivados por ressilabação, como demonstra a representação (3).

(3)

A vogal /a/, núcleo da segunda sílaba, por ressilabação, passa a constituir o núcelo da primeira sílaba; e a vogal /i/, por sua vez, deixa de ser o núcleo da sílaba, e assume o *status* de vogal assilábica ou *glide*.

O processo de redução de ditongos crescentes não está restrito apenas à língua falada, como demonstraram os dados anteriormente discutidos. A consulta de manuscritos de séculos passados revela a sua presença. Há, porém, uma observação que deve ser feita: tal processo não aparece em todos os tipos de documentos.

Uma consulta aos manuscritos editados por Fonseca (2003), correspondentes a documentos oficiais dos séculos XVIII e XIX, revela que este processo não se faz presente,

ao contrário do que se observa quando da consulta aos manuscritos editados por Oliveira (2005), com dados relativos a textos escritos por negros. Os exemplos abaixo ratificam essa observação:

- commissaõ de syndicança composto
- i por is Crutino secreto
- Está Bom ho Relatoro poren
- Foi Lido o Relatorio do Prisidente (mesmo documento)
- para 1º. Secretaro Manoel Leonarde
- Ezabel 1º. Sec*retári*o
- para entiligença do Sosios (outro documento)
- para entiligença do Soçios
- saõ direitos judiciaro q*ue*
- Manoel Claudo
- osocio M*anu*el Cláudio

Nos dados levantados, são encontradas reduções de ditongos que apresentam saliência fônica acentuada entre o *glide* e a vogal, do tipo:

-ja (syndicança, entiligença)

-jo (is Crutino, relatoro, secretaro, judiciaro, Claudo)

Interessante observar que não foram encontrados casos de redução de ditongos em que a saliência fônica era menos acentuada, como naqueles ditongos que reúnem um *glide* anterior com uma vogal também anterior [je], ou também glide posterior com vogal também posterior [wo].

A análise dos dois conjuntos de manuscritos mencionados leva a inferir que, assim como na fala, a redução de ditongos crescentes em contextos de alta saliência está restrita a pessoas com pouca escolaridade. No caso dos manuscritos, especificamente, há evidências de que a escrita espelha a forma falada.

3 Considerações finais

O que se pode concluir do que foi apresentado é que a definição entre duas ou mais formas de dizer pode relacionar-se tanto a restrições de caráter social como de caráter linguístico, independentemente de se a análise é sincrônica ou diacrônica.

No caso dos ditongos crescentes, o comportamento do falante em relação às diferentes formas de dizer diz respeito, principalmente, ao que lhe é mais saliente. Isto é refletido tanto em dados de fala quanto em dados de escrita.

Referências

BISOL, Leda (1989). O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *D.E.L.T.A.*, v. 5, n.2, p. 185-224.

BISOL, Leda (1999). A sílaba e seus constituintes. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Gramática do português falado. VII: novos estudos*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 701-742.

CABRERA, S. H (1996). *A monotongação dos ditongos orais decrescentes em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

CÂMARA JR., Joaquim M (1970). *Estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes.

FONSECA, Maria Cristina de A. P. (2003). *Caracterização linguística de cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado. Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco.

HORA, Dermeval da (1993). *Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba*. João Pessoa, cd-rom.

OLIVEIRA, Klebson (2005). *Negros e escrita no Brasil do séc. XIX*: *sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. Tese de Doutorado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

PAIVA, M. C. A. (1996). Supressão das semivogais nos ditongos decrescentes. In: OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (Org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis no português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. p. 217-236.

SILVA, Fabiana de Souza. O processo de monotongação em João Pessoa (2004). In: HORA, Dermeval da (Org.). *Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade.* Santa Maria: Pallotti. p. 29-43.

Pistas de mudanças fonéticas na ortografia do português

Myrian Barbosa da SILVA
Universidade Federal da Bahia

A ortografia é um aspecto secundário na produção textual, mas – concordemos ou não – tem o poder de conferir prestígio social ou de estigmatizar quem a obedece ou não. É tida no julgamento da sociedade como índice de informação e de formação do autor. Daí a importância de nos ocuparmos dela neste momento.

Acabamos de ver aprovada uma mudança ortográfica que pretende nos aproximar dos outros países lusófonos, com a bênção de uns e a crítica de outros. Sua motivação se fundamenta principalmente na política da língua, na necessidade de uma norma negociada pelos diversos países lusófonos.

Indiscutivelmente, a reforma ortográfica se relaciona com interesses políticos e editoriais, que veem na unificação da ortografia a possibilidade de expansão de mercado nos três continentes. Não nos interessa aqui discutir o mérito desta reforma, nem dessa nem das anteriores.

Na verdade, pouco pesam as diferenças entre as normas. Irrelevantes são as dificuldade de comunicação entre os povos lusófonos quando se trata da língua escrita. Divergimos mais na fonética. É na língua falada que reside o nosso – só relativo! – embaraço. Conta-se que um brasileiro tomou um táxi em Lisboa e, tentando manter com o motorista um diálogo, ouviu dele a seguinte resposta: *Mas que diabo é essa língua que estás a falar e que eu entendo tudo, mas não sei qual é?* O espanto, no entanto, não interferiu no entendimento mútuo.

É natural, porém, que uma mudança ortográfica seja indesejada por uma parte dos falantes. Ao mexer no já estabelecido, no conhecimento já firmado, ela gera perplexidade, insegurança, desconforto, principalmente para a população menos informada.

No entanto alguns movimentos já almejaram uma reforma ortográfica radical rumo a uma representação fonética da fala, movimentos que não prosperaram pelo absurdo da proposta e pelo esclarecimento cada vez maior que a proliferação de cursos de Letras no país vem promovendo. Esses movimentos atendiam a frequentes queixas de usuários e

de alfabetizadores contra a "complicação" da ortografia, que, ironicamente, depois de aprendida, todos temem modificar. Esse, aliás, era o argumento mais constante para o pleito de uma ortografia mais simples: a dificuldade no letramento, que se atribuía, quase sempre, a discrepâncias entre o sistema ortográfico da língua e sua realização fonética.

Todavia, o problema de usar bem a ortografia oficial se relaciona menos com as dificuldades advindas do sistema, do que com as características da sociedade contemporânea, centrada na comunicação visual. No caso do Brasil, relaciona-se principalmente com a qualidade da escola, incluindo aí a formação do professor e suas condições de trabalho, com a situação social da maior parte dos alunos, com os gigantescos problemas nacionais. As dificuldades provenientes do sistema ortográfico são menores, contornáveis, possíveis de dominar, se a escola for capaz de desenvolver o hábito de leitura, e se o professor as compreender melhor, se estiver consciente da importância pragmática e documental da grafia, se o professor souber, enfim, mais do que regras ortográficas.

Boa parte das incongruências entre sistema ortográfico e sistema fonológico, das redundâncias e das ambivalências de símbolos advém da necessidade de permanência, da durabilidade da escrita, da sua função comunicativa de unir falantes de uma mesma língua, separados no espaço e, principalmente, no tempo.

Pela escrita, consentimos que, à distância, o outro penetre no nosso pensamento e podemos conhecer o dele também. É possível desvendarmos o que diziam – e como diziam – as gerações que nos precederam, e, mais importante: podemos repassar de uma geração a outra as suas descobertas científicas e a sua produção artística. Surge, então, dessa necessidade de garantir a comunicação entre grupos distintos, o imperativo que tem a ortografia de representar as diversas normas de uma língua: as normas regionais, etárias, sincrônicas e diacrônicas. Para isso, o sistema de representação precisa minimizar na escrita os efeitos de operações fonológicas sincrônicas e de mudanças fonéticas acumuladas ao longo dos séculos.

As operações fonológicas sincrônicas podem ocorrer entre dialetos ou mesmo dentro de um dialeto.

No primeiro caso – de variação entre dialetos –, está o **/R/** final da palavra **amor**, que, conforme cada região, pode ser pronunciado como uma fricativa **amo**[**h**], uma vibrante simples **amo[r]**, uma retroflexa **amo**[ɽ] ou mesmo um zero fonético **amo[0]**. A letra **r** representa, portanto, para cada um dos falantes, a variante da sua região, do seu estrato social ou do estilo.

No segundo caso – de operações fonológicas dentro do mesmo dialeto –, serve de ilustração o plural de **amor,** ou seja, **amores**. O segmento final desse vocábulo, isto é, o fonema **/R/**, se modifica ao receber o sufixo de plural. Nesse contexto, todas as pronúncias regionais são neutralizadas automaticamente pelo falante em uma só: a vibrante simples. A letra **r** de **amor** nesse contexto passa, então, a ser lida, em qualquer região, da mesma forma (**amo[r]es**). Ainda que isso tenha um custo, pois ela acumula, na maioria dos dialetos, dois valores – um na posição final e outro na posição intervocálica –, isso

não parece demandar muito esforço de aprendizagem. Observe-se que nesse exemplo as alterações fonológicas se realizam sem a consciência do falante, a ortografia as ignora, e, como resultado, **uma letra representa dois sons.**

Se a ortografia representasse cada diferente som por uma única letra, situação tida como ideal pelos usuários que não a dominam, o fonema **/r/** de **amor** no singular seria escrito de várias maneiras, de acordo com a região, e diferentemente do plural, o que provavelmente constituiria uma "complicação" na aprendizagem da escrita. Na verdade, foram razões naturais e históricas que determinaram a escolha da escrita dessas palavras, como se verá depois.

As mudanças fonológicas produzem, dentro de uma mesma sincronia, diferenças dialetais que, ignoradas pela ortografia, garantem a comunicação entre leitores de variedades distintas. O falante realiza essas operações sem consciência delas. Ignorar essas diferenças também na escrita facilita a comunicação entre nativos de diversas variedades da língua.

Mas a ortografia ignora também diferenças dialetais percebidas pelo falante. No português contemporâneo, as vogais ilustram bem esse caso.

No fim de uma palavra, por exemplo, as vogais **/I/** e **/U/** não acentuadas se modificam, constituindo uma marca dialetal percebida pelo falante. Conforme a região do Brasil, elas terão duas diferentes realizações identificadas por todos. Tome-se como exemplo a palavra **fale**. Na posição final, há uma vogal anterior, que pode ser ou **[e]** (**fal[e]**) ou **[i]** (**fal[i]**) conforme o dialeto do falante, mas que é grafada com a letra **e**. O mesmo ocorre com o **o** final do vocábulo **dedo,** que admite duas realizações fonéticas. Desse modo, no final da palavra, a ortografia também adota **uma letra para duas pronúncias**: a letra **e** representa **[e]** ou **[i]**; a letra **o** representa **[o]** e **[u]**.

As crianças aprendem essa regra desde cedo. Para o grupo de brasileiros da região que pronuncia **fal[i]** e **ded[u]**, resultaria em menor esforço de aprendizagem a representação com as letras **i** e **u,** mas aqueles da região em que se pronunciam **fal[e]** e **ded[o]** certamente exigiriam que elas fossem grafadas com **e** e **o**, como realmente o são. Admitir as duas grafias para a mesma palavra, ou melhor, admitir uma escrita regionalizada criaria um problema para as editoras, e talvez uma dificuldade para a leitura de todos.

Essa preferência por grafar com a mesma letra pronúncias diferentes tem, na verdade, custo baixo para a aprendizagem da escrita. Nos exemplos acima, cabe ao professor da área dialetal em que se pronunciam **fal[i]** e **ded[u]** induzir o aluno a descobrir a regra que vincula as letras **e** e **o** a essa pronúncia no final átono de palavra.

As falhas de ortografia nesse contexto, quando persistem em fases avançadas da aprendizagem, devem-se somente, na maioria dos casos, a um trabalho de alfabetização mal realizado ou a uma questão clínica envolvendo o alfabetizando. Por outro lado, essa ambiguidade ortográfica traz um ganho considerável, permitindo, sem muito esforço, a comunicação escrita por falantes de dialetos diferentes.

A ortografia, também não registra as variantes sociais, aquelas que representam um traço rejeitado na comunidade, como a variação entre **/r/** e **/l/** nos exemplos **f[r]ô** ~ **f[l]or**, **c[r]aro** ~ **c[l]aro**, **se[r]viço** ~ **se[w]/viço**. Nesses casos, também há apenas uma grafia aceitável e a sociedade é especialmente intolerante com a infração à norma, que revela a origem social do falante.

A atitude da sociedade em relação ao "erro" ortográfico é excessivamente rígida. Em qualquer dos casos, a desobediência à norma ortográfica é tomada como índice de grau de informação e até de inteligência. A ortografia, portanto, pode tornar-se meio de exclusão social.

O imperativo de um sistema ortográfico estável, duradouro se relaciona também com a necessidade de permitir, pela leitura de textos antigos, a comunicação entre gerações distantes.

Nosso sistema ortográfico é latino, como o de vários países, cujas línguas têm origem no poder de Roma antes e depois de Cristo. Ele reflete, pois, as mudanças sofridas pela língua romana na gestação das neolatinas.

As mudanças históricas responsáveis pelo surgimento das novas línguas, que ocorreram tanto no latim falado pelos estrangeiros durante as invasões romanas, quanto na fase arcaica do português e nas seguintes, se refletiram em boa parte das representações duplas e cruzadas da ortografia do português. Mudam os sons, mas permanecem as letras na escrita. *Verba volant, scripta mantenet*. Compreender isso, acredito, mudaria a atitude diante das pequenas dificuldades da aprendizagem da escrita por parte de professores e, por reflexo, tornaria a sociedade mais tolerante com os desvios ortográficos da comunidade letrada.

Veja-se, como exemplo dessa herança daquele passado, o caso da representação dupla do fonema **/ž/**. Quando esse segmento precede vogais anteriores, é grafado ora com **g**, ora com **j** (**gelo, juiz**), porque tem origens diferentes.

Como sabemos, no latim clássico, não havia palavras com o fonema **/ž/**. A letra **g** era lida como **[g]**, mesmo estando antes de **e** ou **i** . As sequências **gi** e **ge** eram lidas como **[gi]** e **[ge]**, tal como nas palavras latinas **[g]ymnasium (ginásio), [g]elum** (**gelo)**. Essa pronúncia de **ge** e **gi**, no entanto, mudou no latim falado, por interferência das vogais palatais, i. é., de **[e]** e **[i]**, do mesmo modo como aconteceu com outras consoantes nesse contexto. O **g** de **[g]ymnasium** e **[g]elum** passou a ser pronunciado primeiramente como **[dž]**, (**[dž]ymnasium**, **[dž]elum)**, e só depois como **[ž]**, (**[ž]inásio**, **[ž]elo),** tal como se fala hoje.

Por sua vez, vocábulos iniciados com **j** em português, como **juiz, já, julho e Jesus**, que, respectivamente, têm origem em **judicis, jam, julius e Jesus,** no latim clássico, tinham uma semivogal e não uma consoante na posição inicial**: [y]udicis** (**juiz**)**, [y]am** (**já**)**, [y]ulius** (**julho**) e **[y]esus** (**Jesus**). Essa semivogal **[y]** inicial, representada na escrita do latim pela letra **i,** sofreu uma mudança e se converteu na consoante palatal, isto é, passou a ter a pronúncia que conhecemos no português moderno: **[ž]uiz, [ž]ulio, [ž]á** e

[ž]esus. Essa transformação da semivogal **[y]** na consoante **[ž]** coincidiu com o fonema resultante da mudança, descrita acima, que se operou com o **[g]**, ou seja, ambas, a consoante **[g]** e a semivogal **[y]**, resultaram em **[ž]**. Como consequência, restou na escrita do português a dupla representação ortográfica desse novo segmento fônico: uma com **g** e outra com a letra **j**, introduzida no século XVI pelas primeiras gramáticas da nossa língua.[1]

Mudanças históricas, como essa, explicam uma parte da mais complexa das representações ortográficas do nosso sistema: a representação do fonema **/s/**, sempre considerado o maior vilão da escrita do português.

Ficou demonstrado acima o caráter documental da ortografia. Nela, estão fixados estados sucessivos do sistema fonológico, logo, a sua história. Porém, onde a importância desse documento se revela mais é no desvio do padrão obrigatório, ou seja, nos "erros" de quem escreve.

A não observância das regras da ortografia oficial denuncia operações fonológicas estáveis, variações dialetais e mudanças em curso na língua, pela tendência que tem o falante de transcrever a sua própria pronúncia. Os "erros" ortográficos dos copistas medievais – ao lado da produção literária e de registros de gramáticos da época – têm-se constituído uma fonte preciosa para a formulação de hipóteses para a reconstituição dos segmentos fônicos em fases passadas do português e de explicação do português brasileiro**.** No português moderno, relembro o conhecido artigo *Erros escolares como sintomas de tendências linguísticas no português do Rio de Janeiro*[2] do saudoso mestre Mattoso Câmara Jr., que nos chama a atenção para várias operações fonológicas presentes na fala dos cariocas, observadas nas desobediências à ortografia em trabalhos dos seus alunos do Colégio Pedro II.

Os sistemas linguísticos comportam um grau de instabilidade, de variabilidade, pois convivem com operações fonológicas estáveis e outras que redundam em mudanças linguísticas. Por outro lado, as ortografias, pelo seu caráter de meio de comunicação duradouro, não podem retratar fielmente essa instabilidade. Assim os "erros" ortográficos são inevitáveis. Eles devem ser compreendidos e aceitos como naturais, especialmente na escrita de pessoas em formação e de baixa escolaridade. O que diminuirá a sua incidência na escrita será a melhoria da qualidade da escolarização, e da alfabetização em particular, o convívio maior da sociedade brasileira com a palavra escrita através do acesso a jornais, revistas e livros, o que dependerá da solução dos graves problemas sociais que nos afligem.

1 A letra **j** não fazia parte do alfabeto latino. Foi introduzida na escrita do português a partir das gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros, primeiras da nossa língua. (BUESCO, Maria Leonor Carvalhão (1983). *Babel ou a ruptura do signo: a gramática e os gramáticos do século XVI*. Lisboa: IN-CM. p. 96)

2 MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim (1975). Erros escolares como sintomas de tendências lingüísticas no português do Rio de Janeiro. In: MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *Dispersos de Joaquim Mattoso Câmara Jr*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas.

A ortografia não é imutável, mas uma reforma não resolverá todos os entraves da aprendizagem. Qualquer alteração no sistema gráfico deve ser cautelosa e discreta como a que se fez recentemente. Mudanças na ortografia não são perfeitas e sempre desagradarão a alguns. Serão ajustes necessários, se servirem à comunidade linguística, ampliando a comunicabilidade, unindo os povos.

Efeitos da (nova) ortografia no léxico do português: mecanismos gramaticais na grafia de algumas palavras e resultados no uso

Enilde FAULSTICH
Universidade de Brasília

Introdução

Este trabalho objetiva apresentar algumas reflexões de natureza linguística, subjacentes à nova ortografia da Língua Portuguesa. O princípio e a motivação para o estudo centram-se no fato de que consideramos que as operações da mudança linguística se dão em um lugar em que novas regras podem ser geradas, para que a língua funcione com propriedade. Este lugar é o *fundo lexical*, que, para os fins deste estudo, adaptamos da teoria funcionalista de S. Dik, primordialmente, da Gramática Funcional (GF), de 1978.

A justificação para o estudo é o interesse pelos estudos da ortografia de Língua Portuguesa, desenvolvidos na linha de pesquisa em Léxico e Terminologia, que coordenamos no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos da UnB, especialmente no projeto *Política linguística em correlação com a história da língua portuguesa.*

Para compor o conteúdo aplicado, decidimos estudar somente alguns casos de emprego do hífen, em vista da extensão do assunto no texto do (novo) *Acordo* e da extensão deste artigo.

Sob essa perspectiva, na seção 1, apresentaremos um pouco da história do português; na seção 2, exporemos a metodologia que serve de base ao estudo desenvolvido; na seção 3, apresentaremos alguns casos, com o fim de ilustrar regras do fundo lexical e, na seção 4, discutiremos a funcionalidade do hífen mediante o fundo lexical.

1 Entre a pronúncia e a grafia: um pouco de história

No decorrer da história, atos legislativos sobre a língua do Brasil pontuam a feição que a Língua Portuguesa recebeu do lado de cá do Atlântico. Uma das curiosidades, nas distintas sincronias do português do Brasil que vale a pena aqui retomar, diz respeito às diversas denominações, que, registradas nos documentos, a língua recebeu, tais como língua nacional, idioma nacional, língua pátria, língua vernácula, títulos que vão aparecer, principalmente, nos manuais escolares. É a carta Constitucional de 1988, a nova Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro, que declara, no Título II, Capítulo III, Art. 13: "A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil". O termo "oficial" denota certo avanço político-linguístico dos legisladores, pois, se o termo não abarca toda a diversidade linguística do país, ao menos demonstra sensibilidade, ao acabar com a impressão de que a língua nacional é o português sem variação, uma mesma língua em todo o território nacional, como se não houvesse uma realidade multilíngue e multidialetal no país. Por outro lado, a fixação do nome língua portuguesa atenuou os eufemismos denominativos.

O Brasil, federação composta, atualmente, de 26 Estados e um Distrito Federal, com uma população estimada, em 2008, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 193 milhões de habitantes, se firmou como uma comunidade linguística bastante representativa, separada política e geograficamente de Portugal desde 1822. Por essa época, o falar ibérico, aqui na América, já deixava marcas de que duas variedades do português, a europeia e a sul-americana, caminhavam em sentidos diferentes. Essa diversidade encontra justificação nos procedimentos de implantação e de difusão da língua no Brasil e está descrita em muitas obras que, na contemporaneidade, reconhecem as duas normas. Um dos focos dessa bifurcação é a ortografia.

Até o século XVIII, o falar brasileiro se manteve fiel à mesma pronúncia de Portugal, porém, em decorrência do contato, a língua, aqui, assimilou influências das línguas indígenas e africanas. Mais tarde, a imigração europeia maciça, instalada principalmente no Centro-Sul, também contribuiu para os fatores de diversificação do português, no Brasil. Mas é no século seguinte, com o movimento modernista, que se instaura o espírito nacionalista nas artes e na língua.

Em 1922, a Semana de Arte Moderna teve por objetivo, entre outros, romper com os modelos tradicionais de Portugal e privilegiar as singularidades do falar brasileiro, com ênfase ao tom coloquial da linguagem. A propósito, Edith Pimentel Pinto, em seu livro *O português do Brasil*, esclarece que:

> O nacionalismo característico dos anos 20-45 manifesta-se, em assuntos lingüísticos, não só diretamente, pela campanha em favor da autonomia da variante brasileira, mas também obliquamente, em várias frentes de atuação, pelo esforço de firmar e comprovar essa autonomia. Nessas condições, dar-lhe uma forma gráfica mais ajustada à prosódia brasileira era uma necessidade básica; e outra a emergência de uma expressão literária sui generis –

> mais evidente no campo do léxico, quer pelo recurso ao regional, quer pela experimentação neológica. (PINTO, 1981, p. XLII-III)

No percurso de construção da identidade nacional, em 1958, nasceu o projeto da Nomenclatura Gramatical Brasileira-NGB, resultado dos trabalhos de uma comissão formada por filólogos e linguistas brasileiros. Em Portaria ministerial n° 36, de 28 janeiro de 1959, o Ministro da Educação e da Cultura recomenda, no Art. 1°:

> "a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira no ensino programático da língua portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino". E no Art. 2° aconselha que entre em vigor: "a) para o ensino programático e atividades dele decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1959; b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art. 91, a partir dos que se realizarem em primeira época para o período letivo de 1960." (GUÉRIOS, 1960)

Nos entremeios da fixação de uma norma escrita brasileira, foi publicada, em 1975, a primeira edição do *Novo dicionário AURÉLIO da língua portuguesa*, um marco de tecnologização linguística do português no mundo. O professor Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira e uma equipe de colaboradores escreveram a grande obra lexicográfica da língua portuguesa corrente. O dicionário *Aurélio*, na terceira edição, apresenta um *corpus* atualizado, revisto e ampliado, com 435 mil verbetes, locuções e definições. Esta edição de 2004, disponível também em CD-ROM, permite-nos fazer buscas cruzadas de itens lexicais e de formantes, de maneira acelerada.

Em 2001, apareceu o *Dicionário HOUAISS da língua portuguesa*, elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa, no Rio de Janeiro. Pouco mais de um ano antes de ser publicado o dicionário, o lexicógrafo Houaiss faleceu, e os trabalhos foram concluídos pela equipe encabeçada por Mauro de Salles Villar. É notório que, em 2009, saiu a primeira edição "com a nova ortografia da língua portuguesa", em formato impresso e em CD-ROM, resultante das mudanças indicadas no texto do *Novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Nessa edição de 2009, o *Dicionário eletrônico HOUAISS* possibilita, como condição de consulta, selecionar o dicionário desejado, se o *Dicionário da língua portuguesa*, se o *Dicionário de elementos mórficos*, sendo que este último organiza as entradas pelas partes, denominadas de desinência, elemento de composição, prefixo e sufixo.

As mudanças na ortografia da língua portuguesa passaram a valer, no Brasil, a partir de 1 de janeiro de 2009. Há, contudo, um histórico de tentativas de unificação ortográfica, que pode ser resumido na sequência seguinte.

Em 1911, foi adotada em Portugal a primeira grande reforma ortográfica, que não fora extensiva ao Brasil; por sua vez, em 1912, a Academia Brasileira de Letras aprovou uma lei que privilegiava a escrita baseada na pronúncia, a chamada escrita fonética.

Em 1931, foi aprovado o primeiro acordo ortográfico entre Portugal e Brasil, mas, como não produziu o efeito desejado – o da unificação –, provocou uma *Convenção ortográfica*, que se realizou em 1943. Antes disso, em 1934, a Nova Constituição brasileira

revogou leis e decretos anteriores e retornou à ortografia que vigia em 1891. Mais tarde, em 1938, o Brasil recuperou o acordo de 1931, com ligeiras alterações.

Em 1943, a *Convenção ortográfica* procurou sanar as divergências entre Brasil e Portugal. Mas a Convenção não surtiu o efeito desejado. Em 1945, Getúlio Vargas nomeou uma Comissão para realizar uma reforma ortográfica, porém, com a queda de Vargas, desencadeou-se uma série de ofensivas contra o referido Acordo. Mesmo sem acordo, em 1947, saiu, nos dois países, a publicação do *Vocabulário ortográfico resumido.*

Em 1971, no Brasil, a Lei nº 5675, de 18 de dezembro de 1971 "aprova alterações na ortografia da língua portuguesa e dá outras providências", sob o governo de Emílio G. Médici. Por sua vez, em 1973, por meio do Decreto-Lei n.º 32/73, de 6 de fevereiro, em Portugal, foram suprimidos os acentos que marcavam a sílaba subtônica nos vocábulos derivados com o sufixo *-mente* ou iniciados por *-z-*, como já havia sido feito no Brasil. Em 1975, animaram-se novamente os dois países, e, assim, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa elaboraram um projeto de acordo, o qual não foi aprovado oficialmente.

Em 1986, as *Bases analíticas da ortografia simplificada da língua portuguesa, de 1945, renegociadas em 1975 e consolidadas em 1986*, foram discutidas, no Rio de Janeiro, pelos representantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mas nunca foram implementadas.

Em 1990, as delegações da CPLP, reunidas em Lisboa, deliberaram sobre um novo *Acordo ortográfico da língua portuguesa*, com a previsão de entrada em vigor em 1 de janeiro de 1994. Mas no Brasil, somente em 1995, precisamente em abril, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Senado Federal aprovou o texto do *Acordo ortográfico da língua portuguesa*, pelo Decreto Legislativo nº 54 do mesmo ano. Em 1998, um *Protocolo modificativo ao acordo ortográfico da língua portuguesa* foi elaborado e assinado, na cidade de Praia, Cabo Verde; esse primeiro Protocolo retirou do texto original a data de entrada em vigor do [novo] *Acordo ortográfico*, aprovado em 1990.

Em julho de 2004, um *Segundo protocolo modificativo ao acordo ortográfico* foi aprovado em São Tomé e Príncipe, com a meta de que o *Acordo ortográfico* de 1990 fosse ratificado por três países membros, para que entrasse em vigor nesses países, e não por todos os países. Em 2008, o Brasil ratificou o *Protocolo modificativo* e, em decorrência, em 29 de setembro de 2008, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou as mudanças da ortografia da língua portuguesa usada no Brasil, que passaram a valer a partir de 1 de janeiro de 2009.

A adoção da NGB, a publicação de obras que a adotaram, principalmente, gramáticas, e a publicação de dicionários elaborados por equipes brasileiras fixaram a utilização de uma norma própria do português do Brasil. É o *standard* do português sul-americano que passou a prevalecer na produção da escrita brasileira. Esses passos foram definitivos para a normalização da língua portuguesa *do* e *no* Brasil (FAULSTICH, 2001, p. 112-113).

Antes de prosseguir, ressaltamos que a síntese apresentada serve para reavivar momentos em que a ortografia, sob a interpretação de documentos históricos, é um divisor

de variedades da língua portuguesa, como se somente a forma de grafar palavras determinasse uma língua de cá e uma língua de lá. Observemos, então, pontos que merecem reflexão, como i) a escrita de uma língua natural segue regras de acordo com sua origem, ii) a forma de ortografar pode ser alterada por legisladores que veem o código como um registro extralinguístico, iii) as regras de ortografia não são, necessariamente, regras que decorrem do sistema de uma língua, mas que só funcionam se forem sistêmicas. Visto desse modo, a redação deste artigo é motivada pelo desejo de experimentar a aplicação de regras funcionais a questões de ortografia, para tentar explicar por que a escrita de algumas palavras deve ser de uma ou de outra forma. Com a intenção de estudar o assunto, passaremos à seção seguinte.

2 A metodologia

A fim de desenvolver o argumento que sustenta nossa compreensão de que, de fato, alguns aspectos da mudança na ortografia do português seguem princípios de análise teórica e prática que nos permitem interpretar os fenômenos linguísticos, de acordo com os fatos da língua portuguesa escrita, adotamos os procedimentos metodológicos registrados nesta seção 2.

2.1 Os dados

Para o desenvolvimento do tema, extraímos dados significativos de documentos e de obras, a saber:

i) do texto do *Acordo ortográfico da língua portuguesa* de 1990, ratificado no Brasil, em 29 de setembro de 2008, e em vigor desde 1 de janeiro de 2009. Serviram a nossos propósitos alguns exemplos e algumas informações de natureza explicativa.

ii) do *Dicionário HOUAISS da língua portuguesa*, com nova ortografia, Rio de Janeiro, Objetiva, 2009, 1ª edição, do qual retiramos palavras escritas com hífen e os respectivos significados contidos na definição.

2.2 A teoria

A fundamentação teórica que subsidia nossas reflexões está centrada no funcionalismo de S. Dik (1978) – no paradigma funcional – , de onde extraímos as ideias básicas sobre fundo lexical e dali ampliamos em vista da aplicação. A interpretação de fundo lexical tem sido uma constante nos estudos desenvolvidos no Centro Lexterm, primordialmente em dissertações de Mestrado e em teses de Doutorado.

Como base teórica para a composição do pensamento desta exposição, faremos uma breve discussão sobre FUNDO LEXICAL, na seção 3.

3 O fundo lexical

Toda língua possui um fundo lexical, que constitui um dos fundamentos da expressão linguística e que representa o "dicionário mental" do indivíduo. O fundo lexical é, por conseguinte, um componente no qual se acumulam todos os elementos léxicos de uma língua – predicados e palavras –, assim como as regras, por meio das quais é possível criar novas entidades de um modo produtivo. Na figura a seguir, apresentamos uma imagem "vazia" do esquema criado por Dik (1978); aparecem na imagem dois focos de representação da gramática funcional, o fundo lexical e o *lexicon*, que emolduram o desempenho das entidades que aparecerão na imagem "cheia", adiante.

Figura 1: A organização da Gramática Funcional

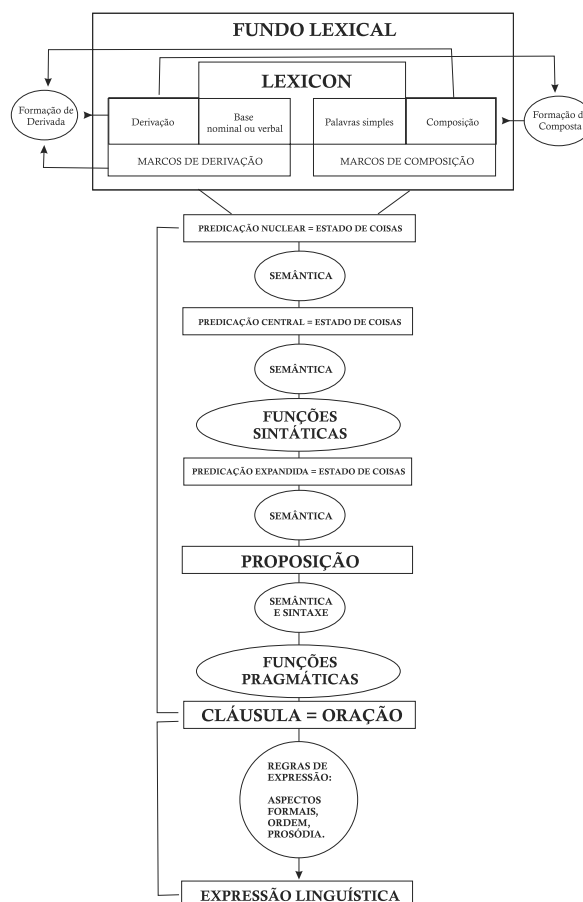
Nesta breve exposição, dizemos que, na organização geral da Gramática Funcional (GF), as representações de FUNDO estabelecem a correspondência entre ontologia e estrutura, como postula a GF dikiana. Na composição do *fundo*, ontologia refere o estudo

das propriedades gerais, ao mesmo em tempo que as propriedades particulares do ser, e, na nossa visão, dos seres em movimento funcional, em que os estados temporais formam "uma série sistêmica de fases associadas", de "eventos", "de ações interconectadas". Séries dessa natureza comportam processos, os quais podem ser biológicos, mentais e históricos, além de entrelaçarem-se com os momentos políticos e estratégicos (cf. CASTRO, 47-48), enquanto, por sua vez, a estrutura contempla a gramática de uma língua, observada por meio da descrição e da análise, do ponto de vista de sua função, no ato da comunicação.

As bases, em seu conjunto, estruturam o subcomponente do *fundo*, denominado **Lexicon.** O *lexicon* é formado por regras abstratas, que, segundo nosso entendimento, estão de acordo com a origem da língua. No caso do português, essas regras de fundo são estruturadas desde o latim. Para Neves (2002, p. 79-80), a organização da gramática tradicional baseia-se na tradição grega e latina, na qual as classes de palavras foram instauradas como partes do discurso e vistas, basicamente, no funcionamento sintagmático. É esse o ponto principal das reflexões teóricas que nos motiva a descrever como funcionam os mecanismos gramaticais na grafia de algumas palavras e que efeitos semânticos, no uso, resultam dessa aproximação. Veremos a aplicação mais adiante, na seção 4.

Dando continuidade à exposição da figura 1, na imagem "cheia" (ver Figura 2), o *fundo lexical*, que é alimentado pelo *lexicon*, contém as bases que estruturam uma língua. A organização hierárquica das entidades serve para demonstrar como uma língua funciona, por meio de cálculos operacionais semânticos, sintáticos e pragmáticos.

Destacam-se, na Figura 2, a seguir, as funções de estrutura ontológica e gramatical, que emolduram a compreensão do 'estado de coisas', como as vemos no mundo. Na figura, aparecem duas funções: as sintáticas e as pragmáticas. No entanto, mesmo não sendo denominada como tal, a função semântica é um domínio com papel fundamental na FG, em vista de ser, de fato, uma função de relação, no escopo representacional. No conjunto, as funções sintáticas, as pragmáticas e as semânticas produzem as regras do cenário para a expressão linguística, que, é por fim, o componente de saída, no evento discursivo.

Figura 2: Adaptação da organização geral do Fundo Lexical [1]

Vistas separadamente, as **funções semânticas** especificam o papel que desempenha uma entidade no evento ou situação. Existe correspondência entre estas funções e o Estado de Coisas e entre este e as funções sintáticas e pragmáticas. É esta relação de dependência que cria as condições para o ato de fala realizar-se na cláusula e ser expresso na língua. Ressalvemos que o **estado de coisas** é uma entidade que se define como "a concepção de algo que pode ser entendido em algum mundo"(DIK, 1978, p. 105)

As **funções sintáticas** especificam a perspectiva de apresentação de um evento ou estado e as **funções pragmáticas** especificam o caráter informativo que recebem os constituintes que organizam uma expressão linguística.

Como já referido, vale lembrar que os princípios metodológicos que organizam a GF de Dik se dividem em três componentes fundamentais, a saber: *fundo*; *expressão da cláusula*; *expressão linguística*.

O *fundo* contém as estruturas linguísticas que satisfazem a duas funções comunicativas básicas, que são **predicar** e **referir**. Predicar é indicar propriedades ou estabelecer relações entre entidades. Referir é guiar o interlocutor no processo de identificação de uma entidade específica. Todas as línguas possuem fundo lexical. O f*undo*, por ter como papel

1 Esta figura é uma adaptação feita por nós para os fins de nossas pesquisas. Traduzimos e adaptamos do inglês para o português as expressões que a preenchem. Veja a figura original no final deste artigo.

representar o “dicionário mental” do indivíduo, acumula todos os elementos léxicos de uma língua, que são predicados e palavras, assim como as regras por meio das quais é possível criar novos elementos de um modo produtivo. A cláusula é a oração em que a expressão é usada, e a expressão linguística é a denominação da forma final das palavras (lexemas) e dos elementos gramaticais até o momento em que seja necessário expressá-los.

3.1 Algumas ilustrações do funcionamento das regras

Na tentativa de mostrar como funcionam os mecanismos gramaticais na escrita, apresentaremos ilustrações, com o movimento de regras, no português. O ponto de partida é o de que no *fundo* e no *lexicon* se armazenam as regras léxicas, por meio das quais se podem derivar e compor novos elementos de uma maneira produtiva. As bases nominais e as verbais da língua estão no *fundo* e são apreendidas pelo indivíduo durante o processo de aquisição de sua língua. Ora, derivam-se palavras acrescentando à base ou um prefixo, ou um sufixo, ou os dois ao mesmo tempo, formando, assim, uma palavra derivada. Por sua vez, para compor palavras, compõem-se palavras ao adicionar bases primitivas ou derivadas a outras bases primitivas ou derivadas, no processo, cujo resultado é a criação de novas palavras. Como derivação e composição seguem regras de atuação da gramática no léxico, consideramos que derivação e composição são processos lexicais regidos por **marcos.** Marco é padrão básico ou *input* de processos morfossintáticos derivativos e composicionais. Vejamos algumas ilustrações nas seções a seguir relacionadas.

3.1.1 Estudo de caso 1: ‘carrinho’

No aprendizado de línguas, *input* é o conjunto de dados que o indivíduo recebe ao ouvir a língua sendo usada ao seu redor. Na pronúncia da palavra **[caiNnho**] (carrinho), uma criança de 2 anos e meio tem como marco de derivação a base primitiva **carro** mais o derivacional **-inho.** A operação lexical se faz com o apagamento da vogal temática **-o** da base primitiva [carr0]; dá-se o acréscimo do sufixo **inh-** [carrinh-], mais a reposição da vogal temática **-o** [carrinho]**.** O estado de coisas está pronto**.** No entanto, uma regra de expressão, de natureza da prosódia**,** atua na fonética, porque, no uso da linguagem infantil, a regra produz restrição ao uso do /R/ múltiplo, apagando-o da fala, por ainda não estar finalizado no *input* fonológico infantil. O efeito desse *input* aparecerá, logo depois, na fala mais amadurecida e deverá ser treinado na escrita. Esta é uma tarefa que é muito mais de registro de código do que, efetivamente, de uso na língua.

Nesse processo de morfologia derivativa, o acréscimo de um sufixo a uma base disparou regras léxicas, proporcionou a formação de nova palavra, própria da faixa etária do usuário, e efetuou a comunicação de maneira produtiva.

3.1.2 Estudo de caso 2 : ‘veto consensualizado’

O uso da palavra **veto,** por um adulto que usa linguagem técnica, numa situação de fala como ‘**veto consensualizado’** se estrutura no marco da derivação deverbal. Na base primitiva **vetar,** opera-se o apagamento do flexional de infinitivo **-r [veta0-],** e, depois,

da vogal temática **-a [vet0-]**; dá-se o acréscimo da vogal temática **-o [veto].** Nos marcos dessa derivação, há restrições à regra pragmática: o uso de 'veto' segue as mesmas regras impostas por 'vetar', um verbo de ação com agente concreto e complementado por nome, como em "O presidente vetou a Lei ..." Sendo 'veto' um nome abstrato de ação, é predicado ou pela preposição de+nome, como em "O veto do presidente...;" ou pela preposição a+nome abstrato, como em "X sustentou seu veto à entrada de menores..."

Mas, como entender a composição de **veto consensualizado**? Nos marcos da composição de **veto consensualizado,** verificamos que, no uso da palavra criada ***consensualizar**, a operação se inicia na derivada **consensual,** por meio do acréscimo do sufixo **-izar**; dá-se a supressão do flexional de infinitivo **-r [consensualiza0]** e, depois, o acréscimo da forma derivacional -**d(o)/(a) [consensualizad/o/a]**, de particípio ou adjetivo. A restrição semântica que atua na regra de composição de **veto consensualizado** pode ser interpretada como: a palavra simples 'veto' existe no fundo lexical, por regras naturais da LP; a derivada **consensualizado** entra no *lexicon*, por regras de morfologia derivacional que a LP permite por ter no fundo regras com marcas existentes. A restrição à regra se dá na operação derivacional, em que ao adjetivo 'consensual' acrescenta-se o derivativo **-iz [consensualiz-]**, mais a vogal temática **-a [consensualiza-]**, mais a marca de infinitivo **-r [consensualizar]**. Assim, a terminação **-izar** em consensualizar/consensualizado segue uma regra que deriva verbo e nominalização, com a semântica de qualificador de 'consenso', que é um nome abstrato. Nos marcos de composição, podemos observar que o princípio aplicado seguiu mecanismos de seleção da morfologia derivativa e de combinação sintagmática. A aplicação dessas regras léxicas proporcionou a criação de nova palavra, de maneira produtiva, segundo a necessidade de expressão.

Neste ensaio de regras, procuramos encontrar subsídios gramaticais e semânticos que comprovem que há casos que, nas chamadas 'Bases do Acordo', onde estão registradas as mudanças ortográficas de uso ou de não uso do hífen, não são apenas um jogo de imposições extralinguísticas, mas têm fundamentos linguísticos para o registro das palavras da forma como se apresenta. Com essa percepção, passaremos a interpretar algumas 'bases' do (novo) *Acordo ortográfico da língua portuguesa*, principalmente as 'Bases XV, XVI, XVII – uso do hífen'.

4 A funcionalidade do hífen mediante o fundo lexical

Mudanças propostas no texto do *Acordo ortográfico* em vigor nos motivam, neste estudo, a refletir sobre a atuação de algumas decisões, que se encontram nas 'Bases do Acordo' e sobre o resultado dessas decisões no léxico português, numa dimensão contínua, que vai da sílaba ao lexema e às junturas morfossintáticas, tendo como cenário o fundo lexical, primordialmente o ponto de criação de unidades lexicais. Nossa atenção se volta para as terminologias científicas e técnicas, como expressão linguística. As terminologias, constituídas pelo conjunto de termos, são expressões linguísticas, que refletem ontologias.

Por sua vez, as ontologias estão contidas em algum estado de coisas, que revela os constituintes semânticos e sintáticos num evento discursivo. Observamos, por conseguinte, que os termos científicos e técnicos são expressões linguísticas usadas em áreas do conhecimento, em eventos discursivos que referenciam especificações. Uma pista para esse reconhecimento é a forma como são apresentadas nos dicionários de língua, com as marca de especialidade, como *Fís.* (física), *Mat.* (matemática), *Cul.* (culinária), *Med.* (medicina), entre outras. Os dicionários de língua, que relacionam, em ordem alfabética, os termos, cumprem o papel de denotar as terminologias como quaisquer outras palavras, no entanto é preciso reconhecer que um termo científico ou técnico é entidade do discurso desde que esteja em uma cláusula e obedeça às regras de expressão.

O que acabamos de dizer vem ao encontro de um dos legados do *Acordo ortográfico* quando declara que "os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas." Este declarado interesse dos subscritores do *Acordo* nos motiva, à luz dos estudos linguísticos, a observar a oscilação na grafia de termos derivados e compostos com prefixos e pseudoprefixos em que o hífen ora é usado, ora não é usado, fato que nos induz a questionar que mecanismos serão aplicados na intenção de o vocabulário resultar "tão normalizador quanto possível".

4.1 Interpretação de alguns dados sob a perspectiva do fundo

A oscilação na grafia de palavras derivadas e compostas está refletida, no *Acordo*, no emprego de estruturas formais, como prefixos e pseudoprefixos. Se prefixo é um conjunto de poucas letras, ou estrutura com uma ou duas sílabas, afixado à esquerda de uma forma pronta, com função semântica autônoma, como em '**in**feliz', '**re**começar', um pseudoprefixo deve ser entendido como um 'falso' prefixo, mas que segue a mesma ordem e tem a mesma função que um prefixo. Serve de ilustração 'auto-', que ora aparece registrado nas gramáticas e nos dicionários como prefixo, ora não, mas que, conforme nossa interpretação, desempenha, no estado de coisas, papel de prefixo e tem função semântica autônoma. Entendemos que prefixos e pseudos- são, de fato, lexemas, uma vez que têm lugar no "estado de coisas", com predicações plenas, respaldados pela entrada autônoma nos dicionários e pela possibilidade de serem ou de não serem hifenizados, na forma da expressão linguística.

O hífen, como é sabido, aparece na palavra escrita e, por isso, torna-se difícil descrever o estatuto teórico desse traço de união, como entidade linguística. No entanto, o uso do hífen pode ser observado no escopo morfológico em que palavras, formadas por derivação ou por composição, estabelecem entre si marcas lexicais que estão mais de acordo com os aspectos formais, de ordem ou de prosódia, segundo a vizinhança do lexema, do que com as exigências da estrutura da língua. A esse respeito, encontramos em Marquilhas (1987, p. 108) a seguinte observação:

> ... o hífen no interior das formas compostas [...] nunca foi muito interrogado na sua forma e função próprias, e lá foi aparecendo e desaparecendo conforme os hábitos tipográficos de cada época.

E mais adiante registra que só em 1739, na *Orthographia* de Madureira Feijó, há o testemunho de o hífen ter sido morfologicamente assimilado à linha de seguimento que, desde os copistas medievais, se traçava no fim da regra (-) (MARQUILHAS,1987, p. 113)

Em seguida, chama atenção para a regra criada por Barbosa Leão, em 1875, nas *Considerações sobre a ortographia portugueza*, em que o autor afirma, à página 66:

> [Há] palavras compostas que se devem escrever de modo que a sua composição fique patente, não só para que isso influa na maneira de dividir algumas, mas também para evitar equivoco no modo de pronuncial-as todas. Ao que podem servir d'exemplo *bemfeito*, *comtudo* e *bemaventurado* [...] Por isso n'estes e análogos casos entendemos que a composição deve ser marcada na orthographia, escrevendo-se *bem-feito*, *bem-aventurado*, etc. (MARQUILHAS, 1987, p. 114)

Em continuidade à interpretação do emprego do hífen, diz a autora, à pagina 114, que:

> E onze anos depois já estava formada uma teoria sobre o assunto, em tudo semelhante à do Acordo de 1986: dois autores, numa *Orthographia Portugueza* de 1886 sugeriram, em relação às palavras compostas, a união "n'uma só sem precisão de hyphen, quando a primeira é invariável" – *guardaroupa, guardalouça, paraquedas, bemvindo*; e a manutenção do sinal em "guarda-marinha, ferro-velho, gentil-homem, etc., em que as primeiras são variáveis, pois no plural se diz ferros-velhos, guardas-marinhas, gentis-homens.[2]

Podemos ver, nas citações anteriores, que o emprego do hífen na formação e na criação de palavras se mantém instável. Advertimos que nosso propósito neste estudo não é o de descrever uma regra que seja palavra final, mas é interpretar o emprego do hífen, em algumas situações de uso, à luz da função que tenha ou não na extensão sintagmática. Para isso, passamos a alguns comentários pontuais.

4.2 A forma auto-

Dividimos o lexema **auto-** em grupos, de acordo com o significado que apresenta na estrutura sintagmática. Uma estrutura formada por auto- +base é considerada, na tradição, derivação prefixal. No nosso modo de interpretar, o escopo de auto- é composicional, uma vez que é um lexema prefixo que acompanha outro lexema verbal ou nominal.

Apresentaremos, a partir de então, 4 grupos em que auto- se divide por propriedade e por função, como está registrado, atualmente, no *Dicionário HOUAISS*, com a nova ortografia, mas o arranjo é nosso.

2 Os dois autores citados por Marquilhas e relacionados na bibliografia da autora são VALENTE/ALMEIDA, Santos / Francisco de, *Orthographia portugueza*, Lisboa 1886. (*sic*)

4.2.1 Auto- com propriedade 'si mesmo' e como agente reflexivo:

(i) autorretrato 'retrato feito por si e de si'

4.2.2 Auto- com propriedade 'próprio', como agente:

(ii) autosserviço 'serviço executado pelo próprio'

4.2.3 Auto- com propriedade 'próprio', como paciente:

(iii) auto-hemoterapia 'tratamento de si com sangue de si retirado e injetado por outra pessoa'

4.2.4 Auto- com propriedade 'mesmo', como agente recíproco:

(iv) automóvel ´movimento de si produzido por mecanismo de si'

Os termos de (i), (ii), (iii) e (iv) estão no léxico da língua portuguesa e seguem marcos de composição de lexema prefixo+palavra simples. No âmbito da predicação nuclear, a lexicalização de auto+palavra vai ser decidida pela semântica, porque auto- modifica o significado mediante o estado de coisas em que passa a habitar. As propriedades sintáticas e semânticas atuam nas bases, de tal forma que o lexema ganha o significado preciso no estado de coisas pelas funções comunicativas de predicar e referir. Dessa ordenação, qualquer proposição de uso é regulada pela semântica e pela sintaxe, para que, no dicionário mental e, por consequência, na cláusula se complete, e a expressão linguística detenha as propriedades funcionais de serem comunicadas e compreendidas no ato de fala.

Na ordem sintagmática de palavras compostas, o emprego de auto-, ou de outro prefixo lexical, terminado pela mesma vogal com que se inicia o lexema seguinte – como em 'micro-ondas' e 'arqui-inimigo' – passa a ser, pelo (novo) *Acordo ortográfico*, hifenizado; entendemos que esse papel do hífen tem por finalidade evitar, na escrita, a crase dos sons contíguos idênticos, sem que perturbe o significado que temos das expressões.

Interessa-nos, então, verificar em que lugar do fundo lexical a regra do hífen é exigida pela expressão linguística. Poderemos, para isso, elaborar algumas hipóteses.

Primeira hipótese. Se a inserção do hífen for estruturada no âmbito das funções sintáticas, então o foco de referencialidade, de ordem linguística, é o prefixo lexical, que passa à categoria de adjetivo e deixa de ser pseudoprefixo; passa a nome com semântica própria. Significa dizer que com hífen ou sem hífen a semântica do adjetivo se mantém, portanto, em autosserviço ou auto-serviço, tanto quanto em micro-ondas ou microondas a referência do objeto se mantém, em qualquer estado de coisas, em qualquer ato de fala, sem qualquer restrição de regras, apenas com a exigência gráfica de incluir o -s- no lugar do traço de união para atender a uma regra de expressão de natureza prosódica; pronuncia-se o /s/ surdo no lugar do sonoro e, para isso, o registro gráfico tem de ser feito com -ss-. O resultado é acréscimo de letra, que mal pode ser considerado epêntese, a não ser pela exigência fonética. Em micro-ondas, apesar de a interpretação ser semelhante com relação à autonomia referencial do objeto, o hífen prevê a invidução dos sons contíguos

próximos, em vista de manter a pronúncia de "o-o". No caso, a regra de expressão de natureza prosódica é fraca, porque a tendência é o grupo de força, na pronúncia, atenuar um dos sons idênticos e até mesmo reduzir a composta micro-ondas para 'micro', com tem sido chamado o objeto, que nem por isso perde o significado e a referência, já que a cláusula dá conta do evento de fala, e "micro" se mantém no estado de coisas como "forno de micro-ondas" ou "forno de microondas" ou, quem sabe, "forno de microndas".

Segunda hipótese. Se a inserção do hífen for estruturada no âmbito das funções pragmáticas, então o foco é de natureza extralinguística, quer dizer que alguém, em algum momento, decidiu que registrar "auto-hemoterapia" é melhor que 'autohemoterapia' ou 'autoemoterapia', mesmo que a função semântica se mantenha intata. Com hífen ou sem, a referencialidade de 'auto-hemoterapia' se resolve no estado de coisas, uma vez que o termo é técnico e é usado somente em ato de fala em que os interlocutores sabem o que estão dizendo, para quem, quando e onde. No caso, o usuário de linguagem técnica, fixou o conceito operacional de que **X** retira o sangue de **Y** e **X** injeta o sangue de **Y** em **Y**. Eis que a proposição pronta fornece os procedimentos para a estruturação da cláusula. Como o hífen não tem amparo na prosódia, então esse traço de união se torna desnecessário.

Terceira hipótese. Se a inserção do hífen estiver fora dos padrões estruturais da língua e tiver o uso determinado por regras que determinam fatos gramaticais, então a representação desse traço, na grafia das palavras compostas, responde aos anseios de uma política de língua, que pode ser ou não atendida pelos usuários. Essa hipótese bloqueia todas as regras do fenômeno de criação de palavras porque não tem lugar no fundo lexical e não é, por conseguinte, funcional. É o caso de 'auto-hemoterapia',[3] que se resolve fora da estrutura, e de 'auto-ônibus' cujo sentido de 'auto-' está fora do paradigma da semântica de 'próprio', que contempla, por regra de fundo, o significado genérico de 'si mesmo'.

No *Dicionário HOUAISS* (2009), os autores incluíram o texto completo do *Acordo ortográfico da língua portuguesa* de 1990, na versão impressa, e, na versão eletrônica, há o *Dicionário de elementos mórficos*, do qual extraímos as entradas que seguem:

> **aut(o)-**
> elemento de composição
> antepositivo do gr. *autós,ê,ó* '(eu) mesmo, (tu) mesmo, (ele) mesmo, (si) mesmo' (representado em lat. por um reduzido número de helenismos em que *auto-* ocorre como pref.); nessa qualidade, depreendido prov. de *autômato*, começa a aparecer em umas poucas form. mais ou menos internacionais datadas do Renascimento, expandindo-se a partir do sXIX na terminologia científica, de tal modo que hoje tende quase a autonomizar-se como voc.; o V.O. registra, entre *autarcia* e *autozincografia*, cerca de 650 palavras com este pref.; ver ***auto***, por sua autonomização vocabular e subsequente função de el.comp. antepositivo
> **auto-**
> elemento de composição
> antepositivo, com o valor de 'automóvel' (1866, no fr. *automobile* 'que se move por si mesmo'), oriundo de ***aut(o)-***, ver, por braq. mais ou menos internacional, como o nosso *auto*; com esse sentido particular aparece em um número expressivo de pal. ger. do sXX: *autobomba*, *autobonde*, *autobus*, *autocaminhão/autocamião*, *autocanhão*, *autocarga*, *autocarro*,

3 Tratamento de certas doenças pela retirada e nova injeção do sangue do próprio paciente (HOUAISS, 2009).

autódromo, *autoescola*, *autoestrada*, *autogasogênio*, *autogasógeno*, *autolotação*, *automobilismo*, *automobilista*, *automobilístico*, *automobilização*, *automobilizar*, *automotor*, *automotriz*, *automóvel*, *auto-ônibus*, *autopeça*, *autopipa*, *autoplano*, *autorama*, *autosserviço*, *autotanque*, *autotransporte*, *autotrém*, *autoveículo*, *autovia*, *autoviação*.

O verbete auto- 'elemento de composição' mostra que grande parte das palavras listadas é termo, e que, por isso, esses termos são usados em discursos especializados; em menor número, aparecem termos usados no dia a dia e, ainda, outros que não são usados, no Brasil, em nenhum evento de fala, como, 'autobonde', 'autocanhão', 'autotrém' e que, sequer, aparecem relacionados, como entradas, no *Dicionário HOUAISS* (2009).

Ao rever a Base XV do *Acordo – Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares*, encontramos o exemplo 'paraquedas', escrito da mesma forma como já decidido por Valente/Almeida, em 1886, conforme citamos anteriormente. No texto do *Acordo*, em Base XV, 1º, Obs., a justificação para a escrita de 'paraquedas', paraquedista', 'mandachuva' é que "certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente". Por sua vez, Valente/Almeida defendem "a união n'uma só sem precisão de hyphen, quando a primeira é invariável, como 'guardalouça'" (cf. MARQUILHAS, 1987, p. 114). No paradigma 'guardalouça' poderemos incluir 'guardachuva', da mesma forma como 'mandachuva', que já parece com essa escrita na Base XV do (novo) *Acordo*. Porém 'guarda-chuva' e guarda-louça aparecem hifenizados, enquanto o registro recomendado de 'manda-chuva' é sem hífen, como demonstramos anteriormente.

Do ponto de vista da lexicologia funcionalista, a expressão 'guarda-chuva' está alocada no mesmo marco composicional de 'mandachuva', 'paraquedas' e 'guardalouça', em que base+base, ou palavra simples+palavra simples, formam uma expressão linguística autônoma, pois as regras semânticas são modificadas pelo estado de coisas, no âmbito da predicação nuclear. Quer dizer que 'manda' [manda-r], 'para' [para-r] e guarda [guarda-r] passam por derivação deverbal e sofrem nominalização, entrando no léxico por meio de regras sintáticas que possibilitam as estruturas 'o manda X', 'o para X', 'o guarda X' em que as bases ativas, por combinação sintagmática, predicam argumentos exigidos pela primeira base. Perdem, no entanto, o vigor semântico, à medida que 'mandachuva' é, por metáfora com 'ordenar', "indivíduo com influência", 'paraquedas' é, por antonímia com 'tombar', "artefato de pano ou de náilon" e 'guarda-louça' é, por identidade com 'acondicionar', "armário". Esses novos significados são frutos de terminologização, que, por consequência, criam unidades terminológicas complexas (UTCs). As UTCs resultam do movimento das funções pragmáticas, em conformidade com as regras de expressão, tais como, 'valvuloplastia aórtica percutânea com balão' (cirurgia), 'bactéria de vida livre' (biologia) e 'aguoa de frol cõ almísquer' (culinária arcaica), 'clorofluorcarboneto' (química), entre outras, são termos regidos por regras sintáticas, semânticas e pragmáticas cujos formativos predicam e referem conceitos e organizam uma gramática própria das

linguagens de especialidade e mais distante da tradição da língua comum (FAULSTICH, 2003, p. 12 e ss.).

Nessas composições, a ordem é responsável pela expressão linguística, na cláusula pragmática. O evento de fala denota que os significados implicados se expandiram no fundo lexical e, pela nova estrutura, passaram a ocupar outro lugar na ontologia.

Conclusão

A análise dos dados, com o suporte de uma interpretação de regras funcionalistas, demonstrou que

1 – o hífen é um elemento gráfico, com repercussão na escrita das palavras compostas ou derivadas, mas não é responsável pela lexicalização ou pela terminologização de palavras;

2 – a lexicalização é um processo que resulta de operação de regras, nos marcos derivacionais e composicionais de dois ou mais lexemas, no escopo da lexicologia funcionalista;

3 – a terminologização, do mesmo modo, resulta de operações no escopo do léxico especializado ou terminologia funcionalista;

4 – as unidades terminológicas complexas (UTCs) prescindem de hífen porque as funções semânticas e sintáticas seguem as exigências das regras de expressão - como forma, ordem e prosódia – comandadas pelas funções pragmáticas da cláusula;

5 – o hífen não faz parte do fundo lexical de qualquer língua, porque desempenha o papel de notação ou traço, e para esse papel não há regra de estrutura consistente;

6 – o hífen é uma representação gráfica de superfície, por isso, na escrita da palavra, pode estar presente ou não;

7 – o hífen, na representação gráfica, zela mais pelos aspectos visuais do que estruturais da palavra, como, por exemplo, 'contra-almirante' e 'micro-onda'.

Referências

CASTRO, Suzana de (2008) *Ontologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

DIK, Simon C. (1978) *Functional grammar*. Amsterdam: North-Holland.

FAULSTICH, Enilde (2001). CPLP: um lugar de falas múltiplas. In: SARAIVA, José Flávio S. (Org.). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*. Brasília: IBRI. p. 105-143.

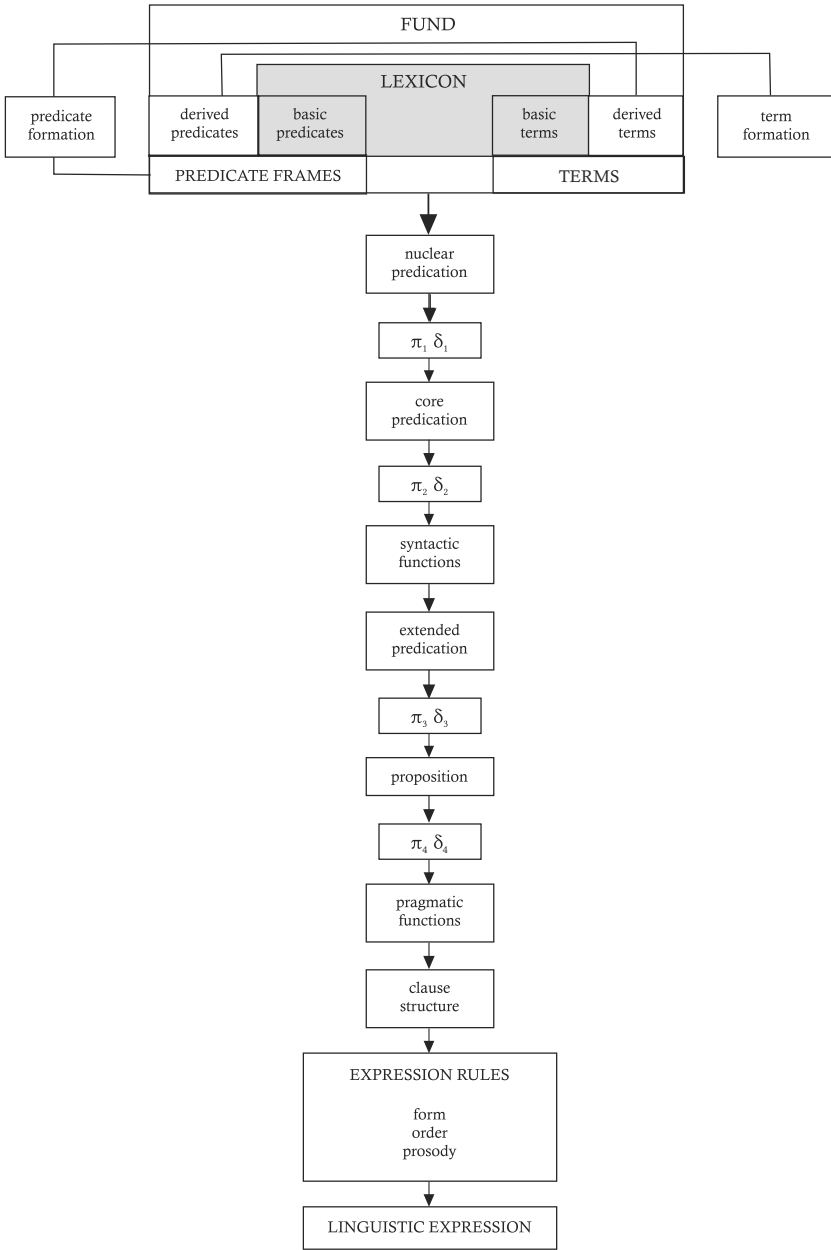
FAULSTICH, Enilde (2003). Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas. In: FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina Pereira de (Org.). *Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia*. Porto Alegre: UFRGS/IL/NEC. p. 11-31.

GUÉRIOS, R. F. Mansur (1960). *A nomenclatura gramatical brasileira definida e exemplificada*. São Paulo: Saraiva.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles (2009). *Dicionário HOUAISS da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

MARQUILHAS, Rita (1987). O acento, o hífen e as consoantes mudas nas Ortografias antigas portuguesas. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel (Org.). *A demanda da ortografia portuguesa*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. p. 103-116.

PINTO, Edith Pimentel (1981). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 2: 1920/1945: fontes para a teoria e a história.* Seleção e apresentação. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

Figura 3: Overall model of FG

Lexicografia histórica e questões de método

Américo Venâncio Lopes MACHADO FILHO
Universidade Federal da Bahia
PROHPOR

> *como os vocabulos ſão moedas, que na officina da bocca, com ar ſe cunhão; podem ſer roubadas ſem eſcrupulo, por terem todos de caſa, no ar, o metal, & na lingoa, o artifice, com que ſe formão.*
>
> Raphael Bluteau (1712, fragmento fac-similar)

Preambulando

Segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva (2006, p. 17), é o período arcaico do português um momento histórico da língua em que "ainda não se explicitara a norma, os padrões de uso prestigiado, estabelecidos pelos gramáticos". Àquela época, sobretudo nos três séculos que antecederam as grandes conquistas ultramarinas portuguesas, o vernáculo era provavelmente considerado, no mercado linguístico em que se inseria, simplesmente "linguagem", "fala chã" de uma nação que se formava.

Como se sabe, a nova tendência, que progressivamente seria engendrada pelas sociedades neolatinas – que passariam a reconhecer no romanço um quê de prestígio linguístico em face do latim –, só viria a se manifestar mais explicitamente, a partir do século XVI e de forma ainda incipiente, se comparada aos padrões normalizadores modernos, com a publicação dos primeiros estudos metalinguísticos de cariz sistemático em vernáculo, a *Gramática da linguagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira, e a *Gramática da língua portuguesa* (1540), de João de Barros. A língua que estreara sua escrita nos pergaminhos, precoce e arrojadamente ainda no século XIII, exibiu, em sua grafia, por um longo tempo ainda, um grau de variação inconcebível para as mentalidades letradas dos dias de hoje.

A falta, nesse período, de uma ortografia balizadora, que, como se sabe, só viria efetivamente a conhecer a língua portuguesa nos inícios do século XX, com Gonçalves Vianna – não obstante os esforços dos primeiros ortógrafos desde os anos de quinhentos –, faz do trabalho lexicográfico histórico um campo de pesquisa deveras idiossincrático, já que, diferentemente da lexicografia contemporânea, a conservação da diversidade de usos da escrita, isto é, o pleno registro da variação gráfica, é muito mais requerido naquela do que nesta, passando essa ideia a se configurar como uma das linhas metodológicas norteadoras do trabalho de pesquisa diacrônico do léxico, nomeadamente no que se refere à construção de dicionários históricos da língua, em especial daqueles que objetivem registrar o período que antecede as novas posturas sociais, comportamentais e linguísticas do período renascentista em Portugal.

Em detrimento ao difundido princípio linguístico hodierno de seleção baseado em frequências de uso, o processo de lematização de unidades lexicais deve, no trabalho de viés histórico, desviar-se dos preceitos de canonização dos signos lemáticos, com que lidam os lexicógrafos contemporâneos. Na lexicografia histórica, a conformação dicionarística dos lemas deve ganhar contornos, não exclusivamente pela sua "face neutra", isto é, não apenas pela forma flexionalmente vazia do lexema, como é hoje feito, mas pela variedade das formas gráficas, quer simples, quer compostas ou complexas, ainda textuais, que possam ocorrer nos *corpora*, mesmo se não lhe for atestado um correspondente morfológico canônico.

Isso vale dizer que, se um item lexical ocorrer apenas uma vez no feminino plural, o lema deveria corresponder a essa mesma forma atestada, em prol da manutenção do real espólio linguístico da época que se investiga, sem qualquer prejuízo para o método. São uma exceção, obviamente, os verbos, que, por normalmente exibirem um comportamento flexional bastante prolífico e produtivo na história da escrita, podem e devem conformar-se aos ditames tradicionais de lematização.

O desenho da macroestrutura de um dicionário histórico do português, notadamente de seu período arcaico, deve, então, privilegiar, para além desse procedimento antes sugerido de lematização, um sistema de remissão, de alguma forma perdulário, que possa arcar com grande parte da exuberânca gráfica existente, evitando com isso que não se deixe de permitir ao público-alvo uma consulta rápida e eficaz às unidades léxicas de seu interesse. Essa estratégia possibilitaria, ainda, que o provável desconhecimento, por parte do consulente, da forma ou das formas gráficas que pudesse exibir uma lexia de um período distante, não lhe obliterasse uma resposta adequada do dicionário à sua curiosidade, mesmo quando de alguma maneira pudessem essas formas linguísticas ter sido alteradas substancialmente com o tempo, a ponto de não mais serem identificadas por ele no presente.

Exemplo disso são os casos, em português, do verbo *ser* < *seer* < (lat. *sedere*) e da palavra *çapato* (talvez do turco *čapata*): *sapato* (grafia moderna). Para um curioso pelo passado da língua que eventualmente desejasse conhecer detalhes desses vocábulos, uma consulta estritamente alfabética a um dicionário histórico seria improducente, já que

"*le mot vedette*" – para se abusar aqui um pouco do galicismo terminológico – se situaria indiligentemente no esquema de alfabetação consultado.

Assim, a nomenclatura deveria idealmente comportar não apenas toda a variação detectada nos *corpora*, mas, também, fomentar uma estratégia de "falsas entradas" em português moderno – somente quando estritamente necessárias – devidamente sinalizadas, contudo, com indicadores estruturais, tipográficos e não tipográficos, como elementos facilitadores de consulta, isto é, nos casos especiais em que a alfabetação pudesse ser comprometida. A ideia de "falsa entrada" será, na sequência deste trabalho, melhor apresentada.

No tocante à questão da codificação semântica, isto é, da definição, que, para a grande maioria dos metalexicógrafos – a exemplo de Guilbert (1969, p. 29) –, é o elemento primordial, basilar e indissociável de qualquer dicionário, em concordância com o elegante raciocínio de Greimas (1966, p. 5) de que:

> Le monde humain nous paraît se définir essentiellement comme le monde de la signification. Le monde ne peut être dit 'humain' que dans la mesure où il signifie quelque chose [...].[1]

embora fosse desejável que se pudesse obedecer ao que prega a lexicografia moderna, para que, entre os vários tipos de definição, a lógica se apresentaria como a idealizada (cf. BIDERMAN, 1993, p. 29) – isto é, aquela que, com base na lexicologia estrutural, se compusesse a partir da equação inconteste do *genus proximum* e das *differentiae* de todo o contínuo de oposição do conteúdo lexical –, a distância temporal que se interpõe entre o linguista histórico e o léxico que este perscruta pulveriza, de certa forma, o quadro sêmico que se poderia construir em sua mais plausível completude, assim como inviabiliza, por vezes, até a codificação da informação semântica numa definição de compromisso, chamada de lexicográfica, em que figurariam apenas o *genus* e as *differentiae* estritamente caracterizadoras de cada unidade.

Considerando o que afirma ainda Greimas (1966, p. 36) que

> la comumunication est un acte, et, de ce fait même, elle est surtou choix [et que] a l'interieur de l'univers signifiant à partir duquell elle opère, ele choisit chaque fois certaines significations et en exclut d'autres,[2]

recuperar a organização do conteúdo lexical total de um dado item no uso sociolinguístico, em um momento específico da história, tem se traduzido como improvável,

> se se considerar o nível de imprecisão a que se poderia chegar em relação ao próprio nível de conhecimento fragmentário que se tem da sincronia que se pretende [...] caracterizar (MACHADO FILHO, 2003, p. 21).

1 Tradução livre: "O mundo humano nos parece se definir essencialmente como o mundo da significação. O mundo não pode ser chamado de 'humano', senão na medida em que signifique alguma coisa".

2 Tradução livre: "a comunicação é um ato e, por isso mesmo, é sobretudo escolha [e que] no interior de um universo significante a partir do qual opera, escolhe cada vez certas significações e exclui outras".

Por isso, se poderia optar por recorrer, por vezes, quando necessário e quiçá sem remorso, à estratégia da – com razão, tão combatida pela lexicografia moderna, porém por esta utilizadíssima – definição sinonímica, a partir da observação das acepções contextuais, valendo-se, todavia, de paráfrases lexicográficas, quando possível, já que como recentemente demonstrou Medeiros (inédito) em uma apresentação oral a um seminário estudantil de pesquisa, que, embora seja muitas vezes difícil se chegar a paráfrases perfeitas para a substituição de definições sinonímicas,

> o resultado obtido provou que com um pouco mais de esforço é possível se evitarem soluções fáceis e apressadas para o problema da definição lexicográfica.

Com base nesse ponto de vista, então, na impossibilidade de uma solução mais adequada para a codificação da informação semântica no sentido estritamente lexicográfico, caberia aos dicionários modernos, nesse caso, providenciar os subsídios sêmicos complementares ou correspondentes para a satisfação da informação semântica desejada por seu leitor, que porventura não possa ser explicitada no dicionário histórico, senão sinonimicamente, conquanto não se possa perder de vista a seguinte afirmação de Baldinger (1959, p. 243):

> Chaque mot fait partie de différents systèmes, sur le plan de la forme, sur le plan de la signification, sur le plan de la désignation, sur le plan de la notion,[3]

a que se pode acrescentar "no plano da história", prasefaseando-o.

Por se estar aqui a tratar de questões de métodos a serem adotados na elaboração de um dicionário histórico, especialmente se este contempla a etimologia, a estrutura dos sentidos ou acepções adotada deve ser, preferencialmente, linear (*flat structure*), em ordenação eminentemente histórica, em que se obedeça à trajetória semântica do item definido, em face da sua ocorrência temporal nos *corpora*. Essa atitude pode permitir em alguma dimensão a revisão do que se tem afirmado quanto à datação de elementos lexicais em língua portuguesa, em prol do que chamaria Baldinger (1959, p. 239) da mais adequada "*biographie du mot*",[4] afinal, "aujourd'hui le linguiste veut connaître encore la voie qu'a parcourue le mot, et les différents chagements qu'il a subis"[5] (WARTBURG, *apud* BALDINGER, 1959, p. 241).

1 Revendo o preâmbulo com exemplos

Embora acreditem alguns teóricos, a exemplo de Barbosa (*apud* WELKER, 2004, p. 107) – certamente apoiado na ideias de REY-DEBOVE (1971, p. 151) –, que a

3 Tradução livre: "Cada palavra faz parte de diferentes sistemas, no plano da forma, no plano da significação, no plano da designação, no plano da noção".

4 Tradução livre: "biografia da palavra".

5 Tradução livre: "hoje, o linguista quer conhecer ainda o caminho que a palavra percorreu e as diferentes mudanças a que se submeteu".

microestrutura de um dicionário de língua deva corresponder a um "programa e a um código de informações aplicáveis a qualquer entrada", para o desenvolvimento de um dicionário histórico nos moldes do ora proposto, esse posicionamento se torna contraproducente, no sentido em que, em diversos momentos, a entrada deve ser composta, unicamente, de um lema com indicação remissiva. Ademais, verbos, assim como outros elementos gramaticais, a exemplo de formas dependentes, não devem ter o mesmo tratamento, já que, em relação aos primeiros, interessa à história da língua identificar e registrar as manifestações flexionais diacrônicas que se salvaguardaram nos textos antigos e, no que concerne às formas dependentes – esvaziadas de conteúdo extralinguístico –, o enunciado definitório se dá por inferência à sua categoria gramatical.

Com base no exposto, a microestrutura básica de um verbete nominal ótima poderia obedecer à conformação do diagrama abaixo:

<**lema**/> <**lema**\>(<**lema secund**./> ~ – <**lema secund**.\>)<clas./> .<clas.\><*etim*./> ( ) <*etim*.\> <fonte etim./> [x.] <fonte etim.\>

(<remis./> → . <remis.\><def./> ' '<def.\>(; <def./> ' '. <def.\>) <data/tx/loc/> [ ]<data/tx/loc\><abon.\> <abon.\>(<data/tx/loc/> [ ] <data/tx/loc\><abon.\> (...) **x** (...) <abon.\>).,

em que o lema, deslocado em 1 cm à esquerda, é, em caso de variação gráfica, seguido dos lemas secundários, indicados pelo sinal do til; pela classificação gramatical abreviada por ponto; pela etimologia entre parênteses, a que se apõe a fonte de pesquisa abreviada e em sobrescrito; pela remissão, quando se justifique, indicada por seta e fechada por ponto; pela definição ou definições entre apóstrofos, separadas por ponto-e-vírgula e fechadas por ponto; pela datação, pela indicação do texto de que se extrai a abonação e localização da página, linha ou coluna no original, entre colchetes; e por cada abonação correspondente, com o item em negrito, fechada por ponto final. Em decorrência desse posicionamento, os verbos mereceriam no planejamento uma estrutura diferenciada dos outros itens lexicais.

Na sequência, exemplificam-se os formatos dos verbetes de elementos nominais, formas verbais, de formas meramente remissivas e das "falsas entradas" antes referidas, através de alguns fragmentos da nomenclatura de um dicionário do português arcaico:

....

a[1] – prep. (< lat. *ăd*)[g.] [1214/tasl/8]: exetes aq(ue)stas dezimas q(ue) mãdo dar por mia alma e as out(ra)s q(ue) tenio en uoontade por dar por mia alma e non'as uiier **a** dar [xiii/frax/98r]: Ovtrosy mandam(os) q(ue) se algũa cousa for fortada e for asconduda non se possa deffender p(er) tempo que nõ respõda **a** seu dono por ella q(ua)ndo quer que lha demandarẽ. [xiv/flos/13rc1]: e o mercador nõ quis tardar e mandou do seu **a** seus homeens o que teve por bem. [xiv/flos/21vc2]: e fez sa oraçõ **a** deus que lha fezesse viir.

....

a[2]**(s) ~ la(s) ~ lla** – art. def. fem. (< lat. *ĭlla*)[g.] → o[1](s). [1214/tasl/5] E ssi eu e **a** raina formos mortos, rogoli e pregoli q(ue) os me(us) filios e o reino segiã en sa comẽda. [xiii/

frax/71v]: E esta é **a** nossa fe catholica que firmemente teemos e cremos. [xiii/frax/80r]: Este que a nõ quiser teer por **lla** (a) uintena da demanda, non tenha uoz a nenguu en todo aquel ano ena uilla, se nõ for sua uoz p*ropri*a. [xiv/flos/13rc2]: e poi*s* esto disse, deo **a** alma a deus [xiv/flos/68rc1]: e começ*ou*-o a catar de **la** cabeça ata os pees e dizer. [xiii/frax/86v]: Todas **las** cousas que o alcayde mande faz*er* ⟨a⟩ alguu ome, assy como penhorar ou asseentar ou entregar ou outras cousas q*ue* cõuenhã ao offyzyo do alcayd*e*, e aquel a que o mandar, *con*p*r*ir a mandamento do alcayde, e alguu daquelles *contra* que for o mandamento demandar aaquel que o faz algũa pẽa porque o fez. [xiv/flos/21vc2]: e **as** cousas que os teus servos obram per ti tuas som, que é isto por que nos pesa que as bestas feras sentem o teu poder e os homens nõ.

....

a[3](s) ~ la(s) – pron. fem. (< lat. *ĭlla*)[g.] → o[2](s). [xiii/frax/71v]: E qu(er)emos e demãdamos que todo crischão|s| tenha esta fe e **a** guarde e q(uẽ) quer q(ue) (contra) ella ueer enalgũa cousa es erege e receba a pẽa que é posta (contra) os h(er)eges. [xiii/frax/120v]: E se iurar ca se queymou cono seu enaquella casa ou q(ue) **la** fortarõ cũ outras sas cousas, nõno peyte a seu dono. [xiv/flos/22vc2]: filha esta vara e chanta-**a** em aquel curral. [xiv/flos/46rc2]: que nõ desse fiador pera governá-**la** daquelo que mester houvesse. [xiv/flos/61vc1]: e de diia fazia sas obras e vendia-**as** e quando se queria poer o sol comia hũa dĩ eyrada d'antemorços e todo o al que gaanhava guardava-o. [xiv/flos/51rc1]: estas ovelhas que nós havemos, havemo-**las** de nossos padres e de nossas madres.

....

aa(s)– contração da prep. *a*. com o art. def. fem. *a*. [xiv/flos/13rc2]: e **aa** porta siia huũ velho de grande ydade que a guardava. [xiv/flos/18rc2]: mas de todo esto fazia el bem maenfestar todos seus frades quando haviam d'entrar **aa** missa. [xiii/frax/101v]: Pero se o alcayd(e) nõ quiser poer o prazo, segundo o que uijr que é guisado assy como é ia dito, poys que for demandado, mandamos que aya en pea qual teuer por ben o que á de juygar o alçamẽto. Poys que o alcayde poser prazo **aas** partes q(ue) aparescã ant'el rey ou ante aquel que á de iuigar o alçamento. [xiv/flos/77rc2]: ata que veesse o emperador que fora **aas** outras cidades pera atormentar aqueles que os ydolos nõ quisessem sacrificar.

....

abade ~ **abbade** – sm. (< lat. *abbātem*)[h.] 'prelado hierarquicamente superior, responsável por uma abadia'. [1214/tasl/7] E mãdo q(ue) o **abade** d'Alcobaza lis de aq(ue)sta dezima q(ue) el ten ou teiuer. [xiii/frax/96v] [T]oda carta q(ue) seya feyta ante alguus e seya y posto seello del rey ou de arçabispo ou de bispo ou d(e) **abade** ou d(e) prior ou d(e) concello ou de pessoa conhoçuda por testimonho, esta ualla, fora se aquel (contra) quẽ for feyta |a|a carta a poder desfaz(er) cũ dereyto. [xiii/frax/145r] E possao o monge q(ue)rellar a sseu **abbade** ou a seu mayor so cuyo poder é. [xiv/flos/13vc1] estes lavravam e gaanhavam e colhiam seu pam e envyavam ende a muy mayor parte a este **abade** que a metesse em prol dos pobres.

....

abbade → abade.

....

abrir – v. inf. (< lat. *apĕrīre*)[g.] 'descerrar'; 'destrancar'; 'separar partes'. ‖ INF [xiii/frax/143r]: Se alguu omẽ abrir ou mãdar **ab(ri)r** moymẽto ou coua d(e) morto e lhy tomar as uestiduras ou daq(ue)lhas cousas que lhy metẽ por onrra, moyra porẽ. [xiv/flos/32rc1]: e porque nõ era tempo de lhi **abrir** nẽgũũ a porta. ‖ IPP1 [xiv/flos/2vc1]: e aos tres dias cheguey-me e **abri** a feestra e quando catey vi que era morto. IPP3 [xiv/flos/2vc1]: e tanto que chamey **abrio**-mi e logo tanto que me vyo, conhoceu-me. IPP6 [xiv/flos/42rc1]: e quando feri aa porta hu eles moravam, **abrirom**-mi. ‖ IPI3 [xiv/flos/42rc2]: e outrossi o mayor cada que **abria** sa boca pera cantar saya dela come corda de fogo. ‖ IP+3 [xiv/flos/42rc2]: e semelhou-mi logo que se **abrira** o teyto da cela e entrou per hi hũa luz. ‖CPI3 [xiv/flos/44rc2]: pediu-lhi por deus que lhi **abrisse** a porta. CPI6 [xiv/flos/69rc1]: e eles ferindo aa porta que lhis **abrissem** ‖ CF3 [xiii/frax/143r]: Se alguu omẽ **abrir** ou mãdar

ab(ri)r moymẽto ou coua d(e) morto e lhy tomar as uestiduras ou daq(ue)lhas cousas que lhy metẽ por onrra, moyra porẽ. [xiiifrax abrirẽ ‖ IA2. [xiv/flos/5rc1]: **abri**-a e os soldos que achares que teu companhõ ti havia furtados tom*a*-os. IA5 [xiv/flos/49rc1]: **abride**-lhi a porta do parayso e leixade-o entrar. | | PPfp [xiii/frax/95v]: Pero manda a ley que nenhuu nõ possa aduz(er) testemõias nenhuas depoys que as parauoas forẽ **abertas** das que ante dera, ben mandam(os) que se c(ar)tas algũas teu(er) q(ue) façã p(er)a seu preyto, q(ue) as possa aduz(er) e prouar per ellas.

....

çapatos – sm. pl. (< origem obscura, talvez do turco *čapata*)[g.] 'calçado, em geral de sola dura, que cobre o pé, parcial ou completamente'. [xiv/flos/62rc2] na terra d'ouriente hu os clerigos sõ sem pecado casados, forom dous clerigos e viviam per fazer **çapatos** e eram vezinhos huus doutros.

....

espedir-se ~ espidir-se – v. (< lat. *expetĕre*)[m.] 'despedir-se'; 'ir embora'; 'dispensar'. ‖ INF [xiii/frax/120r] E mãdam*os* que o senh*ur* d*e* que alguu fidalgo **se** quis*er* **espedir** nõ lhy faça por en outro mal, senõ que lhy d*e*mãd*e* seu dereyto se quis*er* e nõno deoste nẽ uilte por en. [xiii/frax/120r] Todo vassallo despoys que **se espidir** de seu senor e non lhy quis*er* tornar as armas nen os caualos q*ue* del ouue, possao ⟨o⟩ senor retar polhas lorigas. [xiii/frax/119v]: E quando quis*er* **espedirse** del beygelhy a mão [...] ao senhor de que se espede e digalhy: foan tal caualeyro uos mãda beygar a maao e **espedirse** de uos p*er* mi. ‖ IP3 [xiii/frax/119v] E quando quis*er* espedirse del beygelhy a mão [...] ao senhor de que **se espede** e digalhy: foan tal caualeyro uos mãda beygar a maao e espedirse de uos p*er* mi. [xiv/flos/13vc1] mais quando ha de morrer conhoce sa morte e dize-o a todolos frades e **espede-se** deles e morre e dá sa alma a deus. ‖ IPP3 [xiv/flos/32rc2] ele pois que se maenfestou e orđiou seu testamento e **espediu-se** a seus amigos, e a primeira noyte que veo sayu-lhi a alma do corpo. ‖ IPP6 [xiv/flos/37vc2] e pois aqueles maaos conselheiros virom que rem nõ podiam acabar daquelo por que veerom, **espidirom-se** do sancto bispo e do governador e forom-se muyto amaros e muyto tristes pera sa casa.

....

espidir-se → espedir-se.

....

[sapatos] → çapatos.

....

Como se pode perceber na análise dos exemplos acima, extraídos do *Dicionário etimológico do português arcaico* (MACHADO FILHO, inédito), o sistema de abonação dos verbos obedece a uma dinâmica própria, que procura apresentar ao consulente todas as possibilidades de flexão verbal detectadas no *corpus*, a partir de uma hierarquia racional, em que modo, tempo e pessoa (obviamente apenas as formas detectadas) são indicados pelas abreviaturas correspondentes, após barras verticais.

As chamadas "falsas entradas" remissivas, acima representadas pelo verbete *[sapatos] → çapatos*, indicam que, embora a lexia pesquisada não esteja atestada na forma gráfica que se encontra patente entre indicadores estruturais, especificamente pelos colchetes, a sua correspondente histórica estaria devidamente lematizada no dicionário, conquanto em forma morfológica de plural, não-canônica, portanto, já que esse item só teria ocorrido com essa configuração linguística no *corpus*.

Esse posicionamento busca colocar a consulta "ao alcance de um público relativamente vasto e não preparado filologicamente para enfrentar os textos medievais à vista

desarmada", como diria Castro (1973, p. 5), evitando que itens lexicais como *hymno (hino), erdeyro (herdeiro)*, *sagramento (sacramento)*, entre muitos outros, cujas formas se distanciam bastante do padrão ortográfico moderno, sejam ignorados no processo de pesquisa, em função da ordenação alfabética linear.

Quanto à delicada questão da definição, observe-se que, enquanto as formas dependentes são apresentadas sem esse item estrutural, ou seja, a inferência do conteúdo semântico se faz pela sua categorização gramatical ou por seu processo de formação, exclusivamente, como parece próprio nesses casos, a paráfrase lexicográfica definitória é de alguma forma alcançada nos itens mais lexicais ou referenciais, como *abade ~ abbade* ou *çapatos*, mas menos desenvolvida nos verbos, para que se recorre à sinonímia, que se diga imperfeita.

Concluindo

É a lexicografia histórica – malgrado algum esforço que já se empreendeu na elaboração de glossários e vocabulários – uma área relativamente nova entre as ciências do léxico e, por isso mesmo, demanda que se estabeleçam metodologia e fundamentação teórica que, mesmo que por vezes possam parecer antagônicas às praticadas pela lexicografia moderna, sobretudo na composição de *corpora*, no aproveitamento dos dados e no seu adequado tratamento, representem um avanço no desenvolvimento dessa área do conhecimento.

Considerando, ainda, que o trabalho de investigação etimológica tem se revelado, por seu turno, como "um terreno relativamente novo e suscetível a aperfeiçoamentos", como afirma Brucker (1988, p. 115), o desenvolvimento de dicionários histórico-etimológicos é uma frente a ser melhor desenvolvida nos centros de pesquisa sobre o léxico no país.

Pretendeu-se com este trabalho apresentar uma reflexão sobre os métodos e adequações teóricas com que se tem trabalhado na composição de um dicionário etimológico do português arcaico, com vistas a permitir qualquer contribuição para o avanço de pesquisas nesse campo do conhecimento.

Fica a homenagem ao trabalho de Rosa Virgínia Mattos e Silva para o conhecimento da história linguística do português como um todo.

Referências

BALDINGER, Kurt (1959). L´étymologie hier et aujourd´hui. *Langue française*, Paris, vol. 11, n. 1, p. 233-264.

BIDERMAN, Maria Tereza (1993). A definição lexicográfica. *Terminologia*, Porto Alegre, n. 10, p. 23-43.

BRUCKER, Charles (1988). *L'étymologie*. Paris: Presses Universitaires de France.

CASTRO, Maria Helena et al. (1973). Normas de transcrição para textos medievais portugueses. *Boletim de Filologia*, Lisboa, n. 12, p. 417-425.

GREIMAS, A. (1966). *Sémantique structurale: recherche de méthode*. Paris: Larousse.

GUILBERT, Louis (1969). Dictionnaires et linguistique: essai de typologie des dictionaires monolingues français contemporains. *Langue française*, n. 2, p. 04-29.

MACHADO FILHO, Américo (2003). Breve incursão pelo léxico medieval do português: o testemunho de um manuscrito trecentista. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, n. 29-30, p. 15-29.

MACHADO FILHO, Américo (inédito). *Dicionário etimológico do português arcaico* [Projeto de pesquisa em desenvolvimento].

MACHADO FILHO, Américo (2008). *Diálogos de São Gregório: edição e estudo de um manuscrito medieval português*. Salvador: Edufba.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006). *O português arcaico: fonolgia, morfologia e sintaxe.* São Paulo: Contexto.

MEDEIROS, Carmen Lúcia de (inédito). Verbos de punição em um *flos sanctorum* e o problema da definição na lexicografia histórica**.** [A sair nas *Atas* do Seminário de Pesquisa Estudantil em Letras 2009, Universidade Federal da Bahia].

REY-DEBOVE, Jacqueline (1971). *Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains.* La Haye/Paris: Mouton.

WELKER, Herbert (2004). *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Thesaurus.

O léxico do português do Brasil em dicionários

Maria da Graça KRIEGER
UNISINOS-RS

Dos pressupostos

O léxico é um componente de muitas faces e que ocupa um lugar central nas línguas. Torna-se, em consequência, um ponto de cruzamento de distintos estudos linguísticos. As várias possibilidades de abordagens, relacionadas à feição multifacetada da palavra, seja no plano de sua constituição morfológica, seja no de seu papel na articulação do discurso, seja ainda na interligação com o mundo exterior, justificam a diversidade de campos gramaticais, históricos, linguísticos e discursivos que ao léxico se voltam ou que com ele se interconectam.

Nesse amplo universo investigativo, alguns campos privilegiam a descrição de partes constitutivas das unidades lexicais ou de seu funcionamento, conforme o objetivo perseguido. Outras áreas estudam as unidades lexicais com fins aplicados, como a identificação e estabelecimento das unidades lexicais das línguas para registrá-las em dicionários. Define-se aí a tarefa que toma a si a lexicografia, evidenciando que o estabelecimento do componente léxico de um idioma e sua correspondente produção dicionarística possuem destinos cruzados. Tal pensamento justifica-se, tendo em vista que o registro sistematizado do léxico confere ao dicionário o estatuto de instância de legitimação das palavras de uma língua. Essa condição o torna uma espécie de "cartório de palavras", porquanto fornece a "certidão de nascimento" das unidades lexicais praticadas por uma comunidade linguística. Ao mesmo tempo, essa legitimação é também uma das razões pelas quais o dicionário monolíngue, a mais prototípica das obras lexicográficas, é considerado o paradigma linguístico basilar dos usos e sentidos das palavras e expressões de um idioma. Dessa forma, é neste quadro das funções linguísticas e sociais desempenhadas pelos dicionários de língua, que se alinha aquela que o constitui em espelho e testemunho da memória social da língua.

Considerando esse conjunto de papéis da obra dicionarística, desenvolvemos uma pesquisa que reúne lexicografia e história da língua, fundamentada no pressuposto de que as investigações lexicográficas podem oferecer uma significativa contribuição aos estudos sobre a identidade e a história do português, em particular, do léxico do português do Brasil (PB). Intitulada *A lexicografia brasileira do século XX: parâmetros constitutivos e relações com a identidade linguística do português do Brasil*, essa pesquisa visa, entre seus objetivos:

- Traçar um panorama histórico da lexicografia brasileira do século XX sob o prisma dos dicionários de língua mais representativos;
- Identificar os princípios lexicográficos, bem como os fundamentos linguísticos e ideológicos que regem o estabelecimento formal do léxico do português do Brasil;
- Definir parâmetros para avaliar criticamente a produção lexicográfica brasileira.

Antes de apresentarmos alguns de seus principais resultados, vale lembrar que esse tipo de estudo atualiza a problemática das igualdades e diferenças entre o português europeu e o brasileiro, que, além de antiga, é complexa, estando presente em muitas discussões sobre a identidade do português do Brasil. É nessa mesma direção de pensamento que Rosa Virgínia se manifesta ao dizer que:

> A escola brasileira, desde que começou a expandir-se, no século XIX, se pauta, no ensino de português, por uma norma padrão de tradição lusitanizante [...], desconhecendo as mudanças ocorridas no interior do português brasileiro ao longo do tempo (SILVA, 2006, p. 227).

Mesmo sem desconsiderar essa ordem de problemas e o aprofundamento teórico que a envolve, nela não adentramos; diferentemente, optamos por descrever os dados relacionados ao delineamento do português do Brasil com base na produção lexicográfica nacional, cuja carência de estudos sistemáticos é ainda grande.

As bases cronológicas do estudo fixam-se no século XX, porque só nesse período é que o Brasil passou a contar com uma produção lexicográfica de certa regularidade. Mais especificamente, a escolha de tal período justifica-se na medida em que os dicionários de língua portuguesa que passaram a contemplar, de modo sistemático, o léxico do PB só se tornaram realidade no último século. Desse modo, o reconhecimento formal do léxico criado e falado no Brasil é relativamente recente na história da nossa lexicografia, que antes dessa época se confundia com a produção portuguesa. Anteriormente, surgiram apenas algumas obras esparsas e que não alcançaram a repercussão social daquelas que adiante citaremos. Como bem esclarece Nunes (2006), falar da história dos dicionários brasileiros leva a considerar a passagem da lexicografia portuguesa à lexicografia brasileira e a explicitar a especificidade de cada uma dessas tradições, assim como mostrar seus entrecruzamentos, suas continuidades e descontinuidades, suas concomitâncias e defasagens.

Nesse contexto histórico, vale lembrar que a lexicografia monolíngue é uma proposição europeia do século XVII. Países fora da Europa, como os da América Latina, só começam a ter sua própria produção dicionarística em períodos muito posteriores. O retardo deve-se a fatores de natureza política e linguística. O primeiro aspecto refere-se à condição política de colônias da Espanha e de Portugal em sua maioria, e consequentemente às interdições de publicação. O segundo aspecto relaciona-se a dificuldades na determinação de suas identidades linguísticas, já que se trata de línguas transplantadas – o espanhol e o português –, mas que vão assumindo configurações próprias, em especial, no campo do léxico. Por tudo isso, podemos afirmar que a história da lexicografia de um país reflete também a história da construção de sua identidade linguística.

1 Dicionários fundadores

O reconhecimento formal do léxico criado e falado no Brasil por meio da lexicografia se deu a partir de um conjunto de seis títulos, a que chamamos de dicionários fundadores. Para o estudo visado, tais obras foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios:

- Proposta formal de registrar o léxico do Brasil, independente da frequência maior ou menor;
- Extensão da nomenclatura de forma a caracterizar-se como dicionário de língua tipo padrão;
- Dados de publicação que incluem o Brasil.

Este último aspecto – inclusão do Brasil – explica-se na medida em que os primeiros dicionários das obras selecionadas para o estudo compreendem dois grandes blocos de dicionários: aqueles que são originalmente portugueses, mas que passaram a ser simultaneamente publicados nos dois países sob a forma de coedição, e aqueles somente brasileiros. Todos esses critérios formaram um conjunto de indicadores sempre necessários. Entretanto, definiram-se também critérios complementares, tais como: importância do nome do autor, prestígio da casa editorial e número de edições. Esses indicativos não foram considerados obrigatórios no seu todo, podendo valer apenas um deles.

Os critérios nos levaram então a pesquisar os dicionários que consideramos fundadores de nossa história lexicográfica, os quais, como antes mencionado, se dividem em dois conjuntos. No primeiro bloco, em que as publicações são conjuntas – Portugal/Brasil –, encontram-se duas obras maiores com a mesma situação editorial, ou seja, a quarta edição portuguesa é também a primeira brasileira:

- *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Cândido de Figueiredo. Sua primeira edição ocorre em Portugal no ano de 1899. A partir da quarta edição (1926), foi publicado em coedição no Brasil;

- *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, de Caldas Aulete, cuja quarta edição, 1958, em Portugal, é também a primeira edição brasileira.

No segundo bloco, encontram-se as publicações exclusivamente nacionais:

- *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, de Hildebrando Barroso e outros colaboradores. A primeira edição desse dicionário data de 1938, tendo chegado ao ano de 1980, por força de suas 13 edições.

- *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*, de Laudelino Freire, cuja íntegra da publicação em cinco volumes se deu ao longo de cinco anos (1939-1944).

- *Dicionário da língua portuguesa*, de Antenor Nascentes. Foi a primeira obra publicada por um acadêmico, filólogo que assumiu o projeto lexicográfico da Academia Brasileira de Letras. Seu nome salienta-se na autoria da obra que recebeu a chancela da Academia na publicação. A edição compreende seis volumes, cobrindo um período de seis anos: 1961-1967.

- *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. A primeira edição data de 1975, tendo havido duas edições posteriores.

Para o estudo sobre os brasileirismos na perspectiva da lexicografia do século XX, observamos o registro de um considerável número de entradas, escolhidas aleatoriamente por letras do alfabeto, privilegiando as letras *A*, *AR*, *L*, *M*, *T*, *U*, as quais recobrem a totalidade de extensão dos dicionários. Foram examinadas as marcas formais de "*bras*", tanto na parte inicial dos verbetes, quanto no nível das acepções.

2 A problemática dos brasileirismos

O reconhecimento dos chamados brasileirismos, embora pareça uma simples questão lexicológica, expressa a existência de uma grande heterogeneidade conceitual que acaba por transparecer em nossa produção lexicográfica inaugural. Tanto assim é que:

> Tratar de brasileirismos na língua do Brasil é penetrar em um universo de ambigüidades conceituais em que se misturam pontos de vista bastante diferenciados, no que diz respeito à formação de tais expressões nos subsistemas da Língua. (FAULSTICH; STREHLER, s.d., p. 1)

O reflexo da importância desse registro na nomenclatura dos dicionários gerais de língua portuguesa pode ser exemplificado através de passagens de alguns prefácios, logo apresentadas.

Na quarta edição da obra de Cândido Figueiredo, *Novo diccionário da língua portuguesa*, publicada em coedição, Portugal–Brasil, o tema já transparece:

> A propósito de linguagem regionalista, verifica-se, sem vaidade, que nenhum diccionário além do meu registrou coisa que se parecesse com mais de dez mil brasileirismos, a que se deu cabida em o Novo Dicionário da Língua Portuguesa. (FIGUEIREDO, 1926, p. VI)

O autor ainda diz:

> De facto, entre os próprios pontífices das letras brasileiras ainda se não estabeleceu acôrdo sobre o que deva se entender por brasileirismos, sendo portanto naturaes e legitimas, em tal assumpto, quaisquer hesitações de quem não é pontífice nem ao menos propheta menor. Succede até que, sem sombra de dúvida, numerosos vocábulos, que se registram como brasileirismos, são meras expressões da linguagem geral, conhecidíssimos do povo português. (FIGUEIREDO, 1926, p. VI)

No *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*, de Laudelino Freire, lê-se sua decisão de não abordar a problemática dos brasileirismos por razões assim explicitadas:

> Feito principalmente para Brasileiros, este dicionário não precisa de indicação de brasileirismo para conhecimento da linguagem falada no país. Além disso, não é fácil definir o que seja brasileirismos. Muitos deles são expressões do português falado pelos antigos colonizadores; outros são termos da linguagem comum, os quais, por não terem sido averbados em dicionários lusitanos, foram considerados brasileirismos. (FREIRE, 1940, p.VIII)

No *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, de Caldas Aulete, cujo prefácio é assinado por Hamílcar de Garcia, há a seguinte referência ao registro dos brasileirismos:

> Todos os vocábulos de uso exclusiva ou preferentemente brasileiros, já dicionarizados ou novamente colhidos em nossos autores, ou ainda diretamente entre o povo, estão não só registrados, mas referidos às regiões onde ocorrem com maior freqüência. (GARCIA, 1958, p. XXVII)

No *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, em sua 13ª edição, cujo prefácio é assinado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, encontramos o seguinte posicionamento:

> Não vendo, como alguns, na expressão *brasileirismo* uma limitação, alguma coisa humilhante, julgo de todo o ponto necessário designar com ela as palavras ou acepções criadas em nosso país ou que, de uso geral antigo na língua, modernamente só aqui se empregam – brasileirismos natos ou naturalizados. Mostra-se, deste jeito, a nossa contribuição, de um modo ou de outro, para o vocabulário do idioma comum. Não me interessa que certos filólogos portugueses emprestem a *brasileirismo* sentido pejorativo: uso o termo como título honroso, e sem desdém chamo *lusitanismos* aos lusitanismos. (FERREIRA, 1980, p. XIV)

As passagens anteriormente destacadas confirmam a diversidade de posições sobre a identidade do léxico típico do Brasil. Não obstante, há uma tendência de registrá-lo e identificá-lo como tal nas nossas obras pioneiras mais significativas. Entretanto, essa heterogeneidade conceitual está traduzida em inúmeros registros lexicográficos, como logo exemplificaremos.

3 Brasileirismos nos dicionários

Conforme antes observamos, há uma tendência de marcação nos nossos dicionários, como a seguir destacamos, a iniciar pelo verbete *macela.*

Quadro 1: Exemplo dos verbetes - ***Macela***

Exemplos de verbetes – MACELA
Com marcação de brasileirismo
Pequeno Dicionário da LP, 4ª ed. Macela, s. f. (V. Camomila); **(Bras.)** planta medicinal da família das Compostas (Achyrocline satureoides D.C.), também chamada de macela do campo e marcela; - do campo **(Bras.)**; (V. Macela); - do mato **(Bras.)**: planta da família das Aramarantaceas (Telanthera ramosissima Mart.) também chamada de marcela, marcela do mato e perpetua do mato.
Pequeno Dicionário da LP, 13ª ed. Macela, s.f. Camomila; **(Bras)** planta medicinal da família das Compostas (Achyrocline satureoides D.C.). Var.: marcela Sinôn.: macela-do-campo.
Aurélio, 1ª ed. Macela. [De maça + -ela.] *S.f.* **1.** Camomila. **2. Bras.** Erva da família das compostas (Achyrocline satureoides), alvacenta, de capítulos amarelos, cujo talo, folhas e capítulos recendem agradavelmente, e que é usada para chás medicamentosos e para encher travesseiros. [Var.; marcela.]
Sem marcação de brasileirismo
Antenor Nascentes, 1ª ed. Macela (ma'sela) S.f. Planta da família das Compostas (Anthemis nobilis). Palnta da família das Amarantáceas (Mogiphanes ramosissima). (De q.v., e suf. -ela).
Cândido de Figueiredo, 4ª ed. Macela, f. Planta e flor medicinal, amargosa e aromática. Camomila. (De maça).

Em outro exemplo, a seguir apresentado, podemos observar que apenas dois dicionários, mais contemporâneos, fazem o mesmo registro. Este vocábulo não está presente nos dicionários de Cândido de Figueiredo e o Pequeno (4ª e 13ª ed.) e Antenor Nascentes registra a entrada, mas não marca como brasileirismo.

Quadro 2: Exemplo dos verbetes - ***Araçari-Banana***

Exemplos de verbetes - ARAÇARI-BANANA
Aurélio, 1ª ed. Araçari-banana. S. m. **Bras.** Ave piciforme da família dos ranfastídeos, [...], do **S.E. do Brasil.** Dorso ocre com tonalidade oliva; parte ventral amarela; bico verde na ponta e azulado na parte alta, com malha cor de sangue guranecendo-lhe a parte posterior, e rebadilha vermelha. [Sin.: Araçar-branco. Pl.: Araçaris-bananas e araçaris-banana.]
Caldas Aulete, 4ª ed. Araçari-banana, s.m. **(Bras.)** Variedade de araçari.

O Quadro seguinte traduz a tendência de marcações díspares em relação ao mesmo vocábulo. Todos os dicionários registram a entrada, mas nem todos marcam como brasileirismo, como podemos visualizar No Quadro.

Quadro 3: Exemplo dos verbetes - ***Tacacá***

Exemplos de verbetes – TACACÁ	
Com marcação de brasileirismo	Sem marcação de brasileirismo
Aurélio, 1ª ed. Tacacá [Do caribe taka'ká] S. m. **Bras**., **AM e PA**. Mingau quase líquido de goma de tapioca temperado com tucupi, jambus, camarão e pimenta.	**Antenor Nascentes, 1ª ed.** Tacacá. (taka'ká) S. m. Mingau de tapioca com tucupi **(Pará)**. (Do **tupi** (Taka'ká).
Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, 13ª ed. Tacacá s. m. (**Bras. Amazonas e Pará)** Mingau de tapioca temperado com tucupi, camarão e pimenta.	**Cândido, 4ª ed.** Tacacá, m. Iguaria picante **do norte do Brasil**, espécie de caldo grosso de mandioca.

Além disso, o dicionário de Cândido de Figueiredo e o de Antenor Nascentes definem TACACÁ como uma iguaria brasileira, mas não registram como brasileirismo. O dicionário de Antenor Nascentes registra também a etimologia do vocábulo, o Tupi.

No próximo exemplo, podemos perceber que a etimologia do Tupi é uma marca que evidencia o léxico pertencente ao PB. Entretanto, o dicionário de Antenor Nascentes registra a etimologia do Tupi, mas não marca como brasileirismo.

Quadro 4: Exemplo dos verbetes - ***Araguirá*** **ou** ***Araguari***

Exemplos de verbetes - ARAGUIRÁ ou ARAGUARI
Aurélio, 1ª ed. Araguirá. [Do **Tupi** arawi´rá, 'pássaro da aurora'.] S.m. **Bras.** V. tico-tico-rei.
Cândido, 4ª ed. Araguari, m. **Bras.** Espécie de arara.
Antenor, 1ª ed. Araguirá (aragwi'ra) S.m. Pássaro da família Fringílidas, também conhecido por tico-tico-rei. (Do **tupi** arawi'ra, pássaro do dia, da aurora).

Além da diferença em relação à marcação dos brasileirismos nos dicionários, é comum também a diferença de níveis e tipos de registros. Como exemplos, salientamos a acepção de *macacão* do dicionário de Caldas Aulete, que marca como figurativo (Fig.) "*sujeito feio e grotesco*", e a do dicionário Aurélio, que marca como um brasileirismo (Bras.) "*Indivíduo grotesco*":

Quadro 5: Exemplo dos verbetes - ***Macacão***

Exemplos de verbetes – MACACÃO
Caldas Aulete, 4ª ed. Macacão, s.m. homem solerte, manhoso; intrujão finório. | **Bras.** Vestimenta de mecânico, geralmente de mescla azul, composta de blusa e calças em uma só peça; macaco, macaco-fato (Port.). Macaco grande. | **(Fig.)** Sujeito feio e grotesco.
Aurélio, 1ª ed. Macacão (aum. de macaco) S.m. **1.** Sujeito finório, astuto, manhoso. **2. Bras.** Indivíduo grotesco. **3. Bras.** Vestimenta inteiriça, folgada feita de tecido consistente, usada por operários, mecânicos e outros trabalhadores braçais. **4. Bras.** Vestimenta esportiva, semelhante a essa, para homem e mulheres.
Confirmação de brasileirismo
Academia das Ciências de Lisboa, 2001 Macacão. s. m. (De macaco + suf. –ão). **1.** Aum. De macaco. **2.** Pop. Homem sabido, astuto, manhoso. **3. Bras.** Homem feio e grotesco. **4.** Peça de vestuário que cobre o tronco e os membros, usada por alguns trabalhadores como proteção ≈ FATO-MACACO. **5.** Peça do vestuário sem mangas, que cobre o tronco e os membros inferiores. *A grávida trazia vestido um macacão.*

Algumas breves conclusões

Os resultados do estudo comprovam que existem muitas disparidades de registro. Há, contudo, uma regularidade interessante, que aparece, quando se observam os itens lexicais e suas correspondentes temáticas. Entre elas, são predominantes: flora, fauna, nomes de tribos indígenas e alimentação, conforme observamos no quadro a seguir:

Quadro 6: Temáticas predominantes

TEMÁTICAS PREDOMINANTES			
FLORA	FAUNA	NOMES INDÍGENAS	ALIMENTAÇÃO
Abacate Araçá Aranhagato Macela	Arabóia Aracu Aracanguira Tabarana	Ababás Aracaju Mabiús Tabajaras	Arabu Araçazada Macarronada Tacacá

As temáticas predominantes merecem duas observações:

a) a etimologia dos brasileirismos: o predomínio do Tupi, a língua mais comum da população indígena; em menor escala, encontram-se as palavras das línguas africanas, trazidas pelos escravos;
b) as próprias temáticas são representativas de palavras relacionadas à natureza física do país e de suas culturas mais típicas ou exóticas, e, como tal, distintas do mundo europeu. Este, certamente, é o critério maior de demarcação de fronteiras entre o PE e a variante brasileira.

Todos esses dados comprovam que os estudos lexicográficos de caráter histórico oferecem importantes subsídios para recuperar os passos do percurso constitutivo de um idioma que é transplantado, caso do PB em relação ao de Portugal. Nesse tipo de transplante, a identidade linguística não é da ordem da fala, apenas da língua, representada por um léxico novo, de acordo com os registros dos dicionários. O recorte lexical operado, conforme mencionado no campo das temáticas, é o princípio de identificação comum a todos eles. Tal recorte traduz, portanto, as bases lexicográficas de identificação dos itens léxicos do português do Brasil a despeito da não uniformidade conceitual e metodológica que perpassa a organização de nossos dicionários fundadores.

Referências

FAULSTICH, E.; STREHLER, R. [S.I] *A propósito de brasileirismos*. Disponível em: http://www.unb.br/il/liv/enilde/documentos/Brasileirismos.pdf. Acesso em: 21 out. 2009.

NUNES, J. H. (2006). *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes.

Dicionários:

AULETE, C. (1958). *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Delta. 5 v.

FERREIRA, A. B. H. (1975). *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FERREIRA, A. B. H. (1980). *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 13 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Civilização Brasileira.

FIGUEIREDO, C. (1926). *Novo dicionário da língua portuguesa*. 4 ed. Lisboa: Editora Arthur Brandão e C.ª.

FREIRE, L. (1939–1944). *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa.* 2 ed. Rio de Janeiro: Editora A Noite.

INSTITUTO de Lexicologia e Lexicografia da Academia das Ciências de Lisboa (2001). *Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Verbo. 2 v.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006). Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia.

NASCENTES, A. (1961-1967). *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Bloch Editores.

PEQUENO Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, de Hildebrando Barroso e outros colaboradores (1938). Rio de Janeiro/São Paulo: Civilização Brasileira.

Contacto de línguas em Moçambique: algumas reflexões sobre o papel das línguas bantu na formação de um novo léxico do português

Perpétua GONÇALVES
Universidade Eduardo Mondlane

Apresentação

A variedade moçambicana do Português está a emergir num contexto multilingue, em que as línguas maternas (L1) da grande maioria da população pertencem à família bantu. De acordo com dados do Censo de 1997, o Português é uma língua segunda (L2) para 33 % dos seus falantes, sendo a L1 para apenas 6.5 % da população. As línguas bantu, num total aproximado de vinte, são usadas em geral nos chamados domínios funcionais "baixos" (comunicação entre pessoas da mesma família ou origem étnica), sendo também faladas em alguns domínios "altos", como é o caso das actividades religiosas, das transmissões radiofónicas, da alfabetização e das campanhas de mobilização política.

Vários estudos mostraram já que a influência das línguas bantu no Português de Moçambique (PM) se manifesta em várias componentes da sua gramática e do seu léxico. Nesta comunicação, toma-se como alvo o papel desempenhado por estas línguas na formação do novo léxico da variedade moçambicana do Português.

1 O novo léxico do português de Moçambique

1.1 – Sabendo que o léxico é uma componente do conhecimento linguístico constituída pelas palavras de uma língua, incluindo os seus traços de subcategorização, é esperável que a influência das línguas bantu na formação do novo léxico do PM se manifeste através da introdução de novas palavras, assim como do estabelecimento de novos traços de subcategorização de palavras já existentes em Português Europeu (PE), a norma de

referência em Moçambique. Na impossibilidade de apresentar o conjunto destas inovações, nesta comunicação dá-se particular atenção a questões relacionadas com a introdução de empréstimos das línguas bantu nesta variedade do Português. Note-se, contudo, que as alterações que atingem os traços de subcategorização de palavras do PE constituem uma área de relevo do novo léxico do PM. De acordo com os estudos já disponíveis, as alterações mais sistemáticas que parecem ocorrer por influência das línguas bantu atingem os argumentos [+ humano] que, em PE, têm a função de objecto directo (exemplos (1a e b)) ou indirecto (exemplos (1c e d)), assim como os argumentos 'tema' de verbos agentivos (exemplos (2)) e os argumentos direccionais de verbos de movimento (exemplos (3)).[1] Exemplos:

(1) a. Este mesmo casal sempre aconselha **aos filhos** para que não o faça. (PE: os filhos)
b. A natureza não pode dominar **ao homem**. (PE: o homem)
c. Não conseguiu explicar **o seu amigo** o que é certo ou errado. (PE: ao seu amigo)
d. Fizeram cerimónias para pedir **os mortos** para que ajudem os vivos (PE: aos mortos)

(2) a. Suspeitava **a movimentação de homens**. (PE: da movimentação de homens)
b. Ele abusou **a colega**. (PE: da colega)
c. Ninguém protestou **a iniciativa**. (PE: contra a iniciativa)

(3) a. Ele já não queria voltar **no seu país**. (PE: ao seu país)
b. Transferimo-nos outra vez **na nossa zona**. (PE: para a nossa zona)
c. Os intelectuais nem sempre saem **nos bancos universitários**. (PE: dos bancos universitários)

1.2 – Os empréstimos das línguas bantu fazem parte de um conjunto mais amplo de inovações lexicais que distinguem o PM de outras variedades do Português. Entre as inovações que não parecem decorrer da influência das línguas bantu, destacam-se os neologismos semânticos (exemplos (4)) e os neologismos formais resultantes da aplicação produtiva de regras de formação de palavras existentes em PE (exemplos (5)).[2] Embora menos frequente, também se observa a formação de novas palavras por composição (exemplos (6)).

(4) a. *assistir* (televisão/filme) (PE: ver)
b. *negar* (PE: recusar)

1 Para análises aprofundadas destes fenómenos, veja-se Gonçalves (2004) e Gonçalves e Chimbutane (2004).

2 Em alguns casos raros, há alteração das regras de formação de palavras do PE. Por exemplo, o adjectivo (*cão*) *ladr**oso*** resultou da aplicação a uma base verbal do sufixo *-oso*, que, em PE, apenas permite derivar adjectivos de nomes (cf. $\textit{veneno}_{N} \rightarrow \textit{vene}\textbf{\textit{noso}}_{ADJ}$ versus $\textit{ladr(ar)}_{V} \rightarrow \textit{ladr}\textbf{\textit{oso}}_{ADJ}$).

c. *dar parto* (PE: dar à luz)
d. *dialecto* (PE: língua bantu)

(5) a. -**ção** (V → N): emprestar$_V$ → *empresta**ção***$_N$ (PE: empréstimo)
b. -**ista** (N → N): comboio$_N$ → *combo**ista***$_N$ (PE: maquinista)
c. -**oso** (N → ADJ): problema$_N$ → *problem**oso***$_{ADJ}$ (PE: problemático)
d. -**idade** (ADJ → N): caro$_{ADJ}$ → *car**idade***$_N$ (PE: carestia)
e. **in-**: êxito → ***in**êxito* (PE: falta de êxito)
f. **des-**: isolar → ***des**isolar* (PE: aproximar)

(6) a. *hora de tempo* (PE: hora)
b. *ar-condicionado*(*s*) (PE: aparelho(s) de ar condicionado)

1.3 – No que se refere mais especificamente aos empréstimos de origem bantu, é importante destacar que a sua introdução no léxico do PM se insere no âmbito de um conjunto de estratégias discursivas a que os falantes moçambicanos recorrem na comunicação corrente, nomeadamente a alternância e a mistura de códigos.

Quanto ao uso de palavras das línguas bantu na comunicação em Português, estas podem ocorrer com carácter acidental como um fenómeno de 'interferência lexical' (VAN HOUT; MUYSKEN, 1994, p. 40), ou podem ter um carácter mais estável e sistemático, anunciando assim a sua futura integração, como empréstimos, no novo léxico do PM. A fronteira entre estes dois tipos de utilização de palavras das línguas bantu nem sempre é fácil de estabelecer, já que são de natureza muito diversa os factores que motivam o recurso a estas línguas na comunicação em Português (cf. DIAS, 1993).

Neste estudo, tomam-se como alvo as palavras das línguas bantu que já têm ou parecem vir a ter o estatuto de empréstimos em PM. Como é natural, a maior parte destas palavras surge da necessidade de fazer referência à realidade local, a nível da fauna e da flora, assim como de diversos aspectos da vida cultural (culinária e bebidas tradicionais, jogos e danças, rituais religiosos). Neste caso, pode dizer-se que os empréstimos desempenham uma função denotativa, permitindo preencher lacunas do léxico do PE.

Os empréstimos das línguas bantu são também usados para fazer referência a fenómenos socioeconómicos e a grupos sociais típicos da sociedade moçambicana.[3] Exemplos:

(7) a. *dumbanengue* (do Changana, 'confia nas pernas'):[4] mercado informal
b. *madjermane* (do Changana, 'alemães'): trabalhadores moçambicanos na ex-República Democrática Alemã

3 Note-se que muitos destes empréstimos constituem neologismos nas próprias línguas bantu.

4 Esta expressão tem como ideia subjacente 'confiar nas pernas para fugir da polícia municipal', que pune este tipo de comércio ilegal.

Diferentemente do que acontece com as palavras importadas das línguas bantu, destinadas a preencher lacunas do léxico do PE, nesta área socioeconómica, é possível encontrar termos equivalentes em PE. Assim, parece mais correcto interpretar a sua utilização em PM como uma estratégia comunicativa, que visa reforçar a identidade étnica ou a despertar solidariedade entre os interlocutores. Note-se que este emprego 'não referencial' de palavras das línguas bantu não se regista apenas no domínio socioeconómico. Manuel (1998) regista um conjunto de cerca de 20 verbos de várias áreas semânticas, recolhidos em diversas fontes (discurso oral e meios de comunicação oral e escrita), que, segundo o autor, parecem decorrer da necessidade de os falantes se afirmarem como membros da mesma comunidade linguística.[5] Exemplos:

(8) a. *guadjissar* (do Changana, 'ku guadjissa'): extorquir
b. *navelar* (do Changana, 'ku navela'): cobiçar

A finalizar esta breve apresentação dos empréstimos das línguas bantu, refira-se ainda que, devido ao contexto multilingue em que o léxico do PM está a emergir, pode acontecer que uma palavra tenha sido importada de diferentes línguas. Por exemplo, a palavra *cabanga* ('bebida caseira normalmente feita a partir de farelo de milho') pode ter como línguas fonte Chwabo, Ndau, Nyungwe ou Sena. Por outro lado, também devido ao facto de os falantes do PM terem diferentes línguas bantu como L1s, verifica-se a existência de diferentes empréstimos para designar o mesmo conceito ou referente. Por exemplo, na comunicação em Português, os mercados informais são designados *dumbanengue* por falantes de Changana (cf. exemplo (7a)) e *tchungamoyo* por falantes de Sena.

2 Pesquisa sobre empréstimos das línguas bantu: breve balanço e perspectivas

A pesquisa sistemática sobre o léxico do PM está ainda numa fase inicial, sendo em número muito reduzido os estudos abrangentes sobre esta componente da variedade moçambicana do Português (cf. MACHUNGO, 2000; MENDES, 2000; 2009). No que se refere mais particularmente aos empréstimos, são quase inexistentes os estudos orientados nesta perspectiva. Por seu lado, nas recolhas de moçambicanismos já disponíveis, registam-se frequentemente divergências quer no estabelecimento da etimologia dos empréstimos, quer na descrição do seu significado, quer ainda na grafia de sons das línguas bantu inexistentes em Português (cf. LOPES et al., 2002; DIAS, 2002). Dado este panorama, seria importante desenhar um projecto de recolha dos empréstimos que incluísse o conjunto das línguas bantu faladas em Moçambique e que estipulasse os critérios para uma descrição uniforme.

5 Note-se que, em alguns casos, não é possível encontrar um termo equivalente em PE. Está neste caso, por exemplo, o verbo *bacelar* (do Changana, 'basela'), que significa 'oferecer ao cliente uma pequena quantidade extra do produto vendido'.

Para além dos aspectos lexicográficos propriamente ditos, verifica-se que são quase inexistentes os estudos sobre as atitudes e motivações dos falantes face ao processo de importação de palavras das línguas bantu em PM (cf. DIAS, 1993; MANUEL, 1998). Dada a complexidade de aspectos envolvidos na comunicação em Português e em línguas bantu em Moçambique, seria de todo o interesse desenvolver pesquisa que envolvesse não só o uso de empréstimos, como também os processos já aqui mencionados, de alternância e de mistura de códigos, que podem dar informação de relevo sobre as dinâmicas de uso destas línguas pelos falantes moçambicanos.

Referências

DIAS, H. (1993). Língua e mudanças sociais: algumas reflexões sobre o caso de Moçambique. *Revista internacional de língua portuguesa*, Lisboa, n. 8, p. 96-100.

DIAS, H. (2002). *Minidicionário de moçambicanismos*. Maputo: Edição da Autora.

GONÇALVES, P. (2004). Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: arguments from the genesis of Mozambican African Portuguese. *Journal of pidgin and creole languages*, Amsterdão, n. 19 (2), p. 225-259.

GONÇALVES, P.; CHIMBUTANE, F. (2004). O papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique: O comportamento sintáctico de constituintes locativos e direccionais. *Papia*, Brasília, n. 14, p. 7-30.

VAN HOUT, R.; MUYSKEN, P. (1994). Modelling lexical borrowability. *Language variation and change*, Cambridge, n. 6, p. 39-62.

LOPES, A.; SITOE, S.; NHAMUENDE, P. (2002). *Moçambicanismos: para um léxico de usos do Português moçambicano.* Maputo: Livraria Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.

MACHUNGO, I. (2000). *Neologisms in Mozambican Portuguese: a morphosemantic study*. Tese de Doutorado. University of Ghana.

MANUEL, I. (1998). *O fenómeno de empréstimos bantu para a formação de palavras (verbos) no Português de Moçambique: uma atitude linguística?* Tese de Licenciatura. Universidade Eduardo Mondlane.

MENDES, I. (2000). *O léxico no português de Moçambique: aspectos neológicos e terminológicos*. Maputo: Promédia.

MENDES, I. (2009). *Da neologia ao dicionário: o caso do português de Moçambique*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa.

Lexicalização e gramaticalização: processos independentes ou complementares?

Therezinha BARRETO
Universidade Federal da Bahia
PROHPOR

Encontra-se, na literatura linguística, uma considerável discordância a respeito da linha divisória entre os processos de gramaticalização e lexicalização.

A lexicalização, em alguns casos, é considerada um estágio final da gramaticalização. Muitas vezes, porém, é confundida com ela, e fenômenos idênticos são explicados por autores diversos, como casos de lexicalização ou gramaticalização. Na verdade, o interesse em expandir o processo de gramaticalização, responsabilizando-o por diferentes tipos de mudanças em línguas diversas determinou o surgimento de dúvidas a respeito dos limites do referido processo, da necessidade de definir até que ponto se pode considerar um determinado processo de mudança como gramaticalização e de ressaltar que traços podem ser apontados como realmente peculiares ao processo.

Como salientam Brinton e Traugott (2005, p. 2), nos últimos anos, a relação entre lexicalização e gramaticalização vem sendo frequentemente questionada. Os dois termos vêm sendo empregados com referência a fenômenos analisados do ponto de vista sincrônico ou diacrônico, a processos ou resultado de processos ou ainda a construtos teóricos que modelam os fenômenos.

Lehmann (1995 [1982], p. 6) aponta Jakobson como o primeiro a formular uma oposição entre os processos de lexicalização e gramaticalização, caracterizando a lexicalização como um processo opcional e a gramaticalização como um processo obrigatório. Desde então, os dois processos vêm sendo explicados como totalmente independentes ou como atuando em conjunto.

O autor restringe a lexicalização ao processo segundo o qual uma forma linguística se torna lexical, isto é, passa a pertencer ao inventário de uma língua, tornando-se holística.

Contudo, considera impossível entender a lexicalização ou a gramaticalização sem levantar hipóteses, não só acerca da gramática e da sua relação com o léxico, mas também acerca da dinâmica da mudança linguística. Define a gramática como constituída por signos formados regularmente que podem ser tratados analiticamente e o léxico como constituído de signos que são formados irregularmente e tratados holisticamente. Como componente sincrônico da faculdade da linguagem, o léxico abrange uma lista finita de formas (itens lexicais), e as várias possibilidades de combinação dessas formas, as quais, pertencendo ao acervo linguístico do falante, podem ser usadas em qualquer oportunidade. O léxico contém irregularidades e distingue-se da gramática, que obedece a um conjunto de regras fonológicas, morfológicas e sintáticas.

Lehmann observa que **lexical** significa: 1) ter um sentido concreto específico; e 2) pertencer ao inventário de palavras de uma língua, enquanto **gramatical** pode referir-se a 1) estar em conformidade com as regras da gramática e 2) ter um sentido abstrato e funcional.

A lexicalização refere-se à adoção de um determinado termo pelo léxico de uma língua, como uma formação usual, constitucionalizada. Nesse sentido, o léxico é entendido como o inventário de formas lexicais e gramaticais, uma vez que, como explicam Brinton e Traugott (2005), a adoção pode ser do léxico, da morfologia ou da sintaxe. Assim, todas as mudanças no inventário de formas da língua — tanto as provenientes de um processo de lexicalização, como as que se originam de um processo de gramaticalização — são formas adotadas pelo léxico.

Se a lexicalização se refere à adoção de termos pelo léxico de uma língua, então todos os empréstimos e processos de formação de itens lexicais poderiam ser considerados processos de lexicalização: a composição, a derivação, a elipse, e outros processos. Brinton e Traugott (2005, p. 33) citam ainda o processo de conversão, definindo-o como a mudança funcional de uma categoria para outra:

N > Adj V>N

o que ocorre quase sempre por um processo metonímico. Como explicam os autores, questiona-se se tais conversões são realmente exemplos de lexicalização, embora Blank (2001) considere que sim, afirmando serem processos comuns em línguas crioulas.

Também alguns autores consideram exemplos de lexicalização transferências do sentido convencional, etimológico das palavras para outros sentidos, por um processo metafórico, o que gera a polissemia. Essa alteração de sentido, entretanto, é denominada por Hopper e Traugott de semanticização.

Entendida desse modo, a lexicalização englobaria o processo através do qual novas entidades linguísticas – quer sejam simples ou complexas, ou simplesmente novos sentidos para palavras já existentes – são convencionalizados no nível do léxico.

A gramaticalização, por sua vez, é definida como o processo segundo o qual itens lexicais com referências extralinguísticas desenvolvem significados gramaticais ou itens já gramaticais se tornam ainda mais gramaticais. A gramaticalização parte do léxico em direção à gramática, abrangendo mudanças fonológicas, morfológicas e sintáticas.

Do ponto de vista semântico, os processos de gramaticalização, na sua maioria, envolvem uma metaforização, isto é, a passagem de um conteúdo concreto para outro mais abstrato, o que é explicado a partir da hierarquia estabelecida por Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991, p. 157):

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

Assim, itens lexicais que denotam o domínio conceptual de **pessoa** podem desenvolver, por abstração metafórica, um novo sentido em um dos demais domínios à direita do *continuum*, o mesmo ocorrendo com qualquer outro domínio da hierarquia.

Segundo Cabrera (1998, p. 211), lexicalização e gramaticalização são dois aspectos complementares de um único tipo de mudança para itens lexicais ou gramaticais; são processos semanticamente caracterizados, utilizando-se um único conceito de hierarquia, o da abstração metafórica, proposto por Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), anteriormente exposto:

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

Enquanto a gramaticalização se processa seguindo esse contínuo em direção a uma abstração cada vez mais acentuada, a lexicalização se processa, como explica o autor, em sentido contrário, refletindo processos concretos, metonímicos. O autor afirma que os processos de gramaticalização podem alimentar os processos de lexicalização. E cita, como exemplo, o particípio presente latino que, passando às línguas românicas, se gramaticalizou como adjetivo, tornando-se uma qualidade e não mais um processo. Passando a ser empregado como um substantivo, experimentou o movimento inverso, de qualidade > pessoa e, consequentemente, uma lexicalização.

A hipótese da unidirecionalidade apontada como um dos maiores axiomas da teoria da gramaticalização, segundo o autor, ocorre também na lexicalização, pois a evolução da língua é bidirecional, englobando gramaticalização e lexicalização.

Assim, como explica o autor, o conceito de "adoção no léxico" é útil para referir-se ao resultado sincrônico da mudança; contudo, levando-se em consideração que o léxico não é homogêneo, contendo formas produtivas ou não, torna-se necessário distinguir a lexicalização no sentido restrito e a gramaticalização, o que impõe a distinção entre **léxico** e **inventário**. Os tipos de adoção no inventário de uma língua podem ser frutos de lexicalização ou gramaticalização, dependendo da função do item adotado. Quanto aos processos produtivos de formação de palavras, operam fora do léxico, sendo independentes da

lexicalização, que se refere a formações semiprodutivas, isto é, que atuam mais ou menos regularmente. Os autores excluem da lexicalização os processos regulares de formação de palavras, afirmando que ela se refere:

1. à fusão de frases acompanhadas de idiomatização;
2. à fusão de compostos;
3. ao resultado de um processo de fonogênese;
4. à criação de afixos semânticos que não produzem a recategorização.

Meillet (1912, p. 131) chama atenção para o fato de que todos os itens gramaticais têm origem em itens lexicais, o que significa dizer que o léxico alimenta a gramática, enquanto os elementos gramaticais, nos seus últimos estágios, podem desaparecer ou sobreviver como elementos fonológicos.

Ao mesmo tempo, o resultado de um processo de gramaticalização pode ser um novo lexema, uma nova unidade forma/sentido e não uma sequência fonológica desprovida de conteúdo semântico.

São, assim, propriedades da gramaticalização:

a) partir de itens lexicais, em direção à gramática;
b) obedecer a uma hierarquia de abstração metafórica;
c) alimentar a sintaxe da língua e afetar o léxico.

A gramaticalização e a lexicalização são, pois, dois processos de mudança linguística considerados distintos por alguns autores, entretanto, como se pode observar, entre os dois processos, há traços comuns.

Meillet cita, por exemplo, *heute*, 'hoje' < *hiu tagu* como um exemplo de gramaticalização. Essa análise é, contudo, rejeitada por Hopper e Traugott (1993, p. 23), que veem a unificação de *hiu tagu* como exemplo da emergência de um novo item lexical, assim como Ramat (1998, p. 121-2), que afirma ser um processo de lexicalização que, entretanto, ocorre após a gramaticalização. Tem-se, então, o movimento:

$$\text{léxico} \rightarrow \text{gramática} \rightarrow \text{léxico}$$

O autor vê, nesses casos, exemplos de gramaticalização e lexicalização, afirmando não serem nítidos os limites entre unidades lexicais e gramaticais.

No que concerne aos sufixos, a divergência de análise é evidente. Hopper e Traugott (1993, p. 23) citam os sufixos *-by*, *-hood*, *-dom* como exemplos de reanálises que deram origem a sufixos produtivos. Citam o sufixo *–ment*, do francês, como um caso de gramaticalização, isto é, de um sufixo proveniente de um item lexical independente. Lehmann (1995) aborda casos do tipo *-ly*, *-ment*, como casos de gramaticalização de nomes, enquanto

Hopper e Traugott propõem um "*cline* de lexicalidade", o que permite a hipótese de que consideram essas mudanças como processos de lexicalização.

Para Lehmann, a lexicalização envolve unificação; desse modo, a coalescência de dois morfemas gramaticais deve também ser considerada lexicalização. Assim, uma preposição essencial de é um item gramatical, enquanto **desde** <*des* + *de* é um item lexical. Tal item, uma vez lexicalizado, pode, então, experimentar a gramaticalização.

Enquanto Lehmann admite que a lexicalização precede a gramaticalização, Ramat (1992, p. 553-4) sugere que as preposições complexas são formadas por um processo de gramaticalização e, posteriormente, introduzidas no acervo lexical de uma língua.

A possibilidade de descrever os mesmos fenômenos como lexicalização ou gramaticalização deixa bem clara a semelhança entre os dois processos.

Brinton e Traugott (2005) afirmam que, além do fato de ambos os processos constituírem uma parte importante da capacidade linguística do falante para a construção da língua, a fusão e a desmotivação são fatores importantes, tanto na criação de itens gramaticais, quanto no enriquecimento do acervo lexical.

Devido a essas semelhanças, a lexicalização e a gramaticalização são consideradas, por vezes, como processos paralelos que operam em diferentes níveis da língua. Ambos os processos envolvem redução fonética, reanálise sintática, desmotivação, fossilização, convencionalização.

Castilho (2004), num artigo apresentado no Kolloquium, in Münster, 2003, assume que a língua é um multissistema dinâmico, que pode ser graficamente representado de uma forma radial, tendo ao centro o Léxico e à sua volta o Discurso, a Semântica e a Gramática.

O autor define o Léxico como um conjunto de propriedades abstratas, potenciais, prévias à enunciação, com base nas quais são construídos os traços semânticos inerentes. O Discurso, como o conjunto de usos linguísticos concretos, uma espécie de contrato social estabelecido linguisticamente. A Semântica, como a criação de significados, baseada em estratégias cognitivas, tais como o emolduramento da cena, a hierarquização de seus participantes, a organização do campo visual, a movimentação real ou fictícia dos participantes, sua reconstrução através da metáfora e da metonímia etc. A Gramática, como o conjunto de estruturas razoavelmente cristalizadas, ordenadas nos subconjuntos da Fonologia, da Morfologia e da Sintaxe, e governadas por regras de determinação interna.

A partir dessa concepção da língua, Castilho admite quatro processos de mudança linguística: a lexicalização, a discursivização, a semanticização e a gramaticalização.

No artigo "An approach to language as a complexe system" (2009), Castilho admite os quatro módulos independentes e não mais um módulo central, o Léxico, do qual derivariam os demais, e explica que a lexicalização se refere à constituição do léxico, descartando a possibilidade de uma categoria ser proveniente de outra, como, por exemplo: N > Adv, Prep > Conj etc, como comumente sugerido nos estudos de gramaticalização.

A lexicalização, segundo o autor, abrange a etimologia, a derivação e o empréstimo lexical e caracteriza-se por:

a) afetar unidades sintaticamente determinadas;
b) ser proveniente de uma metonímia;
c) alimentar o léxico.

A gramaticalização é compreendida como o processo em que o item lexical:

1) modifica seus traços fonológicos, morfológicos e sintáticos;
2) muda de classe gramatical;
3) torna-se uma forma presa;
4) pode desaparecer em função de uma cristalização extrema.

Uma vez que no processo de gramaticalização há não só a recategorização, a morfologização e a sintaticização, mas a aquisição de um novo conteúdo semântico e de uma nova função gramatical, o item gramaticalizado passa a ocupar um lugar no acervo lexical da língua.

Desse modo, a gramaticalização parece contribuir para a lexicalização.

Um outro ponto que merece consideração é o fato de se considerar a gramaticalização como um processo essencialmente metafórico e a lexicalização, um processo metonímico.

Na análise dos processos de gramaticalização empreendidos por 136 itens conjuncionais detectados em textos do século XIII ao século XX, puderam-se constatar algumas conjunções oriundas de processos metafóricos e outras provenientes de processos metonímicos, o que permite afirmar que, tanto na gramaticalização, quanto na lexicalização, ocorrem processos metafóricos e metonímicos, o que aliás já havia sido demonstrado por Heine, Claudi e Hunnemeyer (1991, p. 70-78). Os autores afirmam que, uma vez que a gramaticalização e a lexicalização são dois processos complementares da mudança linguística, esses dois processos podem ocorrer mediante duas estratégias cognitivas: a metáfora e a metonímia, embora uma dessas estratégias possa se sobressair num determinado processo.

A análise de certas expressões fixas revela também a presença de processos metafóricos e metonímicos.

Nesse sentido, para testar o limite entre os processos semânticos de gramaticalização e lexicalização, foram analisadas 12 lexias, dentre as 34 detectadas em exemplares do Jornal do Brasil e recolhidas por Isabella Fortunato, para a elaboração da dissertação de Mestrado intitulada *Expressões verbais semifixas no português contemporâneo*, defendida na Universidade Federal da Bahia. São as expressões: **abrir mão**, **lavar roupa suja**, **abrir espaço**, **escorrer pelo ralo**, **dar as cartas**, **chamar a atenção**, **colocar à margem**, **comprar briga**, **tomar conta**, **tomar decisão**, **dar conta do recado**, **dizer cobras e lagartos**.

Na expressão **abrir mão**, percebe-se claramente a transferência metafórica ocorrida na sua formação, pois, do sentido inicial de ‘abrir a mão’, num ato de relaxamento, permitindo deixar cair o que ela contém, passa-se a um sentido mais abstrato, o de ‘dar

dinheiro' (abrir a mão), e, com a elipse do artigo, ao sentido de 'desistir', que nada mais é do que assumir a posição relaxada, tornando-se inerte diante de um determinado fato.

O mesmo ocorre com as expressões 'lavar roupa suja', 'abrir espaço', 'escorrer pelo ralo', 'dar as cartas' e outras.

— lavar roupa suja > lavar roupa suja

— abrir espaço > abrir o espaço > abrir espaço

— escorrer pelo ralo > escorrer pelo ralo

— dar as cartas > dar as cartas

Em todas elas, as palavras se reúnem, inicialmente, conservando cada uma o seu conteúdo semântico de origem e, por um processo metafórico, assumem um novo conteúdo semântico, mais abstrato. Tornam-se cristalizadas e passam a pertencer ao léxico da língua. Vê-se, pois, a atuação do processo metafórico, considerado típico da gramaticalização, na constituição de itens lexicais.

Em outras expressões, como: **colocar à margem**, **comprar briga(s)**, **tomar conta**, **tomar decisão**, percebe-se que o novo conteúdo semântico de 'marginalizar', 'brigar', 'cuidar', 'decidir', respectivamente, é adquirido não pela transferência de um domínio A para um domínio B, mas por influência do conteúdo semântico do segundo termo, isto é, por um processo metonímico.

Há ainda expressões cujos termos ainda não estão devidamente cristalizados, permitindo entre eles a inserção de outros itens gramaticais ou lexicais. Além disso, os traços semânticos dos elementos componentes se conservam numa maior ou menor proporção.

Podem-se, com base na análise das lexias constituídas por V + SN, estabelecer quatro grupos, de acordo com o seu conteúdo semântico.

O grupo I, em que os elementos mantêm o conteúdo semântico de origem: 'abrir espaço', 'abrir as portas', 'dar espaço', 'encerrar a carreira';

O grupo II, em que, por um processo metonímico, o verbo perde o seu significado e assimila o conteúdo semântico do substantivo, seu complemento: 'comprar briga', 'chamar a atenção', 'tomar decisão';

O grupo III, em o verbo conserva o seu significado e a parte nominal se abstratiza: 'dar conta do recado', 'dizer cobras e lagartos';

O grupo IV, em que os termos perdem o significado, assumindo um novo sentido abstrato: 'pé-de-moleque'.

Nesses dois últimos grupos, percebe-se a metaforização.

O que, então, caracteriza a lexicalização?

Como explica Lehmann, até bem pouco tempo, lexicalização e gramaticalização vinham sendo considerados processos alternativos experimentados pelos itens linguísticos. Contudo, como se pode verificar, os dois processos se complementam. As diferenças entre os dois processos se resumem, segundo o autor, a dois aspectos:

1) na gramaticalização, há um constituinte de Z, por exemplo Y, foco do processo, o qual se transforma num item gramatical; a lexicalização envolve o todo, a unidade complexa;
2) na gramaticalização, as relações internas se tornam mais restritas; na lexicalização, as relações internas se tornam irregulares e perdem-se. Daí porque a coalescência de dois morfemas gramaticais deve ser chamada de lexicalização.

A partir do que foi exposto, acredita-se que o que realmente parece distinguir os dois processos são o *input* e *output* de cada um deles, uma vez que os dois podem envolver mudanças fonológicas, morfológicas e sintáticas. Nos dois, podem estar presentes processos semânticos metafóricos ou metonímicos; as formas resultantes da gramaticalização ou da lexicalização passam a pertencer ao inventário da língua e até mesmo a recategorização apontada como característica da gramaticalização ocorre com as formas lexicalizadas, uma vez que nas lexias complexas as palavras perdem a classe gramatical, passando a constituir um todo, um determinado item lexical. Quanto à pressão pragmático-discursiva ou à reinterpretação induzida pelo contexto que, segundo Heine, Claudi e Hünnemeyer, caracteriza a gramaticalização, permitindo também a extensão do sentido, ocorre na lexicalização em maior ou menor grau.

Assim, a lexicalização e a gramaticalização parecem constituir processos independentes que compartilham muitas características comuns.

Referências

AWERA, Johan van der. More thoughts on degrammaticalization. In: WESCHER, Ilse; DIEWALD, Gabriele (Ed.). (2002) *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 19-29.

BARRETO, Therezinha Maria de Mello (1999). *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Tese de Doutorado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

BRINTON, Laurel J.; TRAUGOTT, Elizabeth C. (2005). *Lexicalization and language change*. Cambridge: Cambridge University Press.

CABRERA, Juan C. M. (1998). On the relationships between grammaticalization and lexicalization. In: RAMAT, Anna G; HOPPER, Paul. *The limits of grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 211-228.

CASTILHO, Ataliba T. de (2004). Reflexões sobre a teoria da gramaticalização. Contribuição ao debate sobre gramaticalização no contexto do PHPB. In: DIETRICH, Wolf; NOLL, Volker (Org. 2004). *O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual.* Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana. p. 203-230.

CASTILHO, Ataliba T. de (2009). An approach to language as a complex system. In: CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). *História do português paulista.* Série Estudos, vol. 1. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. p. 119-136.

COSTA, Sônia B. B. (2006). Cadeias de gramaticalização e lexicalização. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Org.). *Para a história do português brasileiro. VI: novos dados, novas análises*. Tomo I. Salvador: EDUFBA. p. 297-311

FORTUNATO, Isabella V. (2008). *Expressões verbais (mais ou menos) fixas no português contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

HEINE, B.; CLAUDI, V.; HÜNNEMEYER, F. (1991). *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/London: The University of Chicago Press.

HOPPER, Paul (1998). The paradigm at the end of the universe. In: RAMAT, Anna G.; HOPPER, Paul. *The limits of grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 147-158

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth (2003). *Grammaticalization*. 2 ed rev. Cambridge: Cambridge University Press.

LEHMANN, Christian (1982). Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch. Arbeiten des Kölmer Universalien – Projekts 48. Cologne: Universitat zu Köln, Institut für Sprachwissenchaft.

LEHMANN, Christian (2002). New reflections on grammaticalization and lexicalization. In: WESCHER, Ilse; DIEWALD, Gabriele (Ed.). *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 01-29.

RAMAT, Anna G. (1998). Testing the boundaries of grammaticalization. In: RAMAT, Anna G.; HOPPER, Paul. *The limits of grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Adverbiais espaciais e temporais portugueses: trajetos léxico-semânticos[1]

Sônia COSTA
Universidade Federal da Bahia
PROHPOR

> "Seria interessante a observação sistemática das fontes lexicais dos adverbiais que você encontrou".
> (Reprodução livre de sugestão de Rosa Virgínia Mattos e Silva, em sessão de orientação, quando da elaboração de Tese de Doutorado, não contemplada inteiramente quando daquela ocasião)

I. Este trabalho parte da compreensão, concebida pela Teoria da Gramaticalização, do fenômeno das línguas, vistas como um devir do *uso* para a *gramática*, o que torna a gramática de uma língua, ou, pelo menos, os meios pelos quais a gramática de uma língua se manifesta, sempre emergentes, no sentido de Hopper (1991) e sempre incluindo variações, que podem ou não levar à mudança, como querem os sociolinguistas. Assim, embora o arcabouço abstrato das gramáticas das línguas seja, *grosso modo*, predizível, como querem os gerativistas, as formas pelas quais ele se manifesta (incluindo estruturas ou construções gramaticais) se organizam paulatinamente seguindo um fluir que parte do mais casual, mais esporádico, em direção ao mais estruturado, mais predizível, mais compacto, mais econômico, submetidas à hipótese–mor, qual seja, a admissão de que existe um *continuum* **discurso → gramática**, de que a gramática de uma língua é um contínuo fazer-se, o que implica não só a inclusão de termos ditos lexicais para expressar relações gramaticais, como também de estruturas gramaticais novas que possam vir a dar conta das relações de sentido necessárias, segundo a admissão da existência de competição de motivações no jogo da linguagem; e que normalmente, estruturas mais extensas, ou frouxamente conectadas, se transformam progressivamente em estruturas mais compactas, mais interconectadas, mais interdependentes, assim como termos integrantes de classes lexicais mais

1 Este trabalho retoma, atualiza e complementa texto publicado em OLIVEIRA, K; SOUZA, H.; SOLEDADE, J. (2009).

ligadas à denominação podem vir a integrar classes lexicais mais afetas às inter-relações, que afinal são a matéria em que consiste a gramática de uma língua.

O principal foco deste trabalho é a manifestação do *continuum* do tipo **a,** segundo denominação expressa em Costa (2003, p. 61) ou seja, a face semântica dos estudos de gramaticalização, a saber**, pessoa → objeto → atividade → espaço → tempo → qualidade,** para o qual é sugerida a substituição do último elemento, **qualidade**, por **noções mais abastratas**. A análise desse *continuum* se concentrará na constituição histórica de adverbiais portugueses de conteúdo semântico espacial e temporal, tratando outras classes de palavras, como juntivos sintagmáticos ou sentenciais, apenas na medida em que digam respeito ao trajeto anterior ou posterior dos adverbiais referidos. Será abordada, então, a questão das fontes lexicais que vêm a constituir o núcleo semântico dos adverbiais tratados**,** tentando uma abordagem dos processos metafóricos ou metonímicos que envolvem o seu percurso semântico, com o intuito, inclusive, de avaliar a continuidade, o desuso ou a emergência de novos adverbiais, a partir dos mesmos núcleos ou da introdução de outros, e também com o intuito de averiguar possíveis registros de adverbiais de formação já portuguesa e, particularmente, brasileira. Em outra oportunidade (COSTA, 2009), foi listada a maior parte das fontes que aqui se examinam, mas para este trabalho os c*orpora* foram ampliados, o que veio a resultar em acréscimo de fontes e em outras observações.

II. Para o elenco dos adverbiais aqui tratados, foram tomadas as formas encontradas em 9 textos do século XVI; em 39 cartas do Pe. Antônio Vieira, escritas no período em que o jesuíta se incumbiu da missão da Companhia de Jesus para a catequese indígena, na região que à época se identificava como Província do Grão-Pará e Maranhão e hoje corresponde a grande parte do norte do Brasil, entre junho de 1651 e junho de 1661, conhecidas e aqui identificadas como *Cartas do Maranhão*; em 126 cartas de juízes da Bahia e um registro de Devassa, aqui identificadas como *Cartas setecentistas*, escritas entre os anos 1764-1799, e em 41 cartas pessoais do século XIX, aqui identificadas como *Cartas pessoais do século XIX*, escritas no Rio de Janeiro, Brasil, entre os anos 1879-1889.

Os processos de formação dos adverbiais, simples e locucionais, dos *corpora* analisados, confirmam a postulação de que seus núcleos são provindos, quer ainda no latim, quer já no português, de elementos linguísticos normalmente considerados lexicais: substantivos (33), adjetivos (23), verbos (6). Alguns já eram adverbiais no latim (27). Outros, poucos, têm seus núcleos provindos de preposições (3), além das preposições coadjuvantes, que compõem massivamente as locuções adverbiais em português (*a, até, de, em, para, por*). Muitos deles, produziram também conjunções ou nexos discursivos vários.

Foram localizadas, assim, 86 fontes lexicais latinas, 1 francesa, 1 grega e 4 portuguesas dos adverbiais em tela, que são exibidas no quadro 1, separadas por classe de palavras de partida, acompanhadas pelas formas de adverbiais recolhidas nos *corpora* dos quatro séculos. Também se apresenta um quadro que tenta cobrir os trajetos semânticos (quadro 2), no qual se pode perceber a forte produtividade do deslizamento semântico **espaço → tempo**. Adverte-se que o deslizamento semântico observável no Quadro 2 é

por vezes acompanhado de recategorização morfossintática, passando o núcleo lexical a compor adverbial de outra classe semântica (que não a espacial e a temporal) ou item conjuncional.

Quadro 1: Fontes lexicais e formas dos adverbiais encontrados nos *corpora* dos quatro séculos pesquisados

FONTES DOS ADVERBIAIS – SUBSTANTIVOS			
FONTES	SENTIDO NO ORIGINAL	NÚCLEO LEXICAL EM PORT	ADVERBIAIS ENCONTRADOS
ăgīnă,-æ	buraco em que se move o travessão da balança	asinha	asinha
annŭs,-ii	ano	ano	aquele ano, cada ano, este ano, (n)o ano passado, por tantos anos, alguns anos, àquele ano, de ano em ano, em todo o ano, naquele ano, nesses anos, os anos passados, por alguns anos, (por) muitos anos, há bastantes anos, há mais dos anos, neste ano, (n) o ano passado, nos anos futuros, por delatados anos, anualmente, daqui a um ano, no ano seguinte
cāsŭs, -us	queda, fim, termo	caso	em qualquer caso, neste caso, casualmente, acaso
cōstă, -æ	costela, flanco	costas	às costas
cymă, -æ	broto, renovo de planta	cima	acima, de cima, de fundo acima, em cima, para cima, por cima
ďīēs, - ei	dia	dia	um dia, o outro dia, em outro dia, ao outro dia, no outro dia, cada dia, de dia, este dia, um dia, neste dia, messe dia, nestes dias, hoje em dia, naquele(s) dia(s), algum dia, ao dia seguinte, no dia seguinte, cada dia, cada dia mais, muitos dias, muitos dias depois, no dia, no dia antes, no mesmo dia, os dias passados, todo dia, todo o dia, todos os dias, há poucos dias, diariamente, no dia de ontem, nos primeiros dias, pelo dia adiante, por dia
ďistānťiă,ae	distância	distância	em distância
finǐs, -is	fronteira, limite	fim	finalmente, alfim, enfim, por fim, a final
flèche (fr.)	flecha	flecha	de frecha
frons, -tis	testa, rosto, cara, frente	frente	defronte
fūnďŭs, -i	fundo, base	fundo	de fundo acima, no fundo, ao fundo, pelos fundos
hōră, -æ	hora	hora	agora, até agora, dagora, ora, por agora, até ora, à última hora, àquelas hora, cada hora, em qualquer hora, a esta hora, por ora, poucas horas antes
latus, - eris	ilharga, lado do corpo; lado; uma das partes de um contrato; parente	lado	ao lado
lŏcŭs, -i	lugar	logo	logo
mănŭs, -us	mão	mão	de uma mão para a outra, entre mãos
mĕďiŭm, -ii	meio; intervalo de tempo	meio	no meio, pelo meio
mēns,ťis	mente, espírito	mente	antigamente, brevemente, continuamente, continuadamente, eternalmente, finalmente, novamente, perpetuamente, juntamente, pontualmente, casualmente, diariamente, anualmente, presentemente, proximamente primeiramente, ultimamente, imediatamente, atualmente, antecedentemente, constantemente, perpetuamente
momēntŭm, -i	impulso, mudança, o que faz pender a balança, motivo; parcela, coisa insignificante; pequeno espaço de tempo, circunstância, importância	momento	a cada momento
mensis, -is	mês	mês	há dois meses
nōx, -ctis	noite	noite, ontem	ontem, ant(e)ontem, de noite, de ontem, esta noite, à noite, no dia de ontem, desde ontem,
ōccāsǐo, -onis	ocaso, queda, ocasião	ocasião	naquela ocasião, (n)esta ocasião, em uma ocasião, em outra ocasião, em qualeure ocasião, na primeira ocasião, nesta mesma occasião
pārs, -tis	parte, quinhão, porção; região; facção	parte	à parte, da outra parte, de parte a parte, em toda a parte, em qualquer parte, por toda parte, de uma parte para outra, nesta parte, em outra parte, em umas partes, por diversas partes

pāssŭs, -us	espaço compreendido entre as pernas; passo	passo	a cada passo, ao mesmo passo
pĭttăcĭŭm, -ii (gr.)	emplastro; rótulo; pequeno escrito	pedaço	um pedaço
prĭncĭpĭŭm,-ii	princípio	princípio	no princípio, ao princípio, por princípio
pūnctă, -æ	golpe com a ponta; estocada	ponta	de ponta a ponta
pūnctŭm, -i	picadura, pequeno orifício, ponto (no texto)	ponto, pontual	neste ponto, no mesmo ponto, pontualmente
rŏta, -ae	roda	roda	em roda
sēptĭmānă, -æ	semana	semana	semanariamente, esta semana
spatĭum, ĭi	espaço livre, extensão, época, intervalo	espaço	por espaço de uma hora, por espaço de vinte anos, em todo este espaço
tarde (port.)	tarde	tarde	à tarde, às tardes, de tarde, esta tarde, pela tarde, toda a tarde
tēmpŭs, -ŏris	tempo	tempo	naquele tempo, neste tempo, (por) muito tempo, até aquele tempo, ao mesmo tempo, no mesmo tempo, mais tempo, muito tempo, em muito tempo, em pouco tempo, em todo o tempo, em todo esse tempo, em todos os tempos, há tempos, há muitos tempos, há tanto tempo, há mais tempo, nesse tempo, neste tempo, nestes últimos tempos, em outro tempo, no outro tempo, no seu tempo, por breve tempo, por este tempo, a esse tempo, a seu tempo, a tempo, no presente tempo,
vix, -cĭs	vez, sucessão, alternativa	vez	algumas vezes, às vezes, as mais (das) vezes, muitas vezes, outra vez, outras vezes, por esta vez,por algumas vezes, por poucas vezes, à primeira vez, à última vez, algumas vezes, cada vez mais, daquela vez, de uma vez, desta vez, esta vez, por muitas vezes, por vezes, poucas vezes, tantas vezes, várias vezes, repetidas vezes, de cada vez, mais vezes, mais uma vez, uma vez, cada vez melhor, todas as vezes (que), em vez (de)

FONTES DOS ADVERBIAIS – ADJETIVOS			
FONTES	SENTIDO NO ORIGINAL	NÚCLEO LEXICAL EM PORT.	ADVERBIAIS ENCONTRADOS
āctŭālĭs, -e	ativo, prático	atual	atualmente
āltŭs, -a, -um	nutrido, elevado	alto	de alto a baixo
antiqŭus, -a, -um	antigo	antigo	antigamente
bāssŭs, -a, -um	gordo, baixo	baixo	abaixo, até baixo, debaixo, embaixo, para baixo, por baixo, de alto a baixo
brĕvĭs, - e	que tem pouco espaço; curto; que tem pouca duração	breve	breve, brevemente, em breve, com brevidade
cōntĭnŭŭs, -a, -um	contínuo, continuado	contínuo	continuamente
cōntĭnŭātŭs, -a, -um	continuado; junto, reunido	continuado	continuadamente
deretrariŭs, -a, -um	que fica atrás; que se move para trás	derradeiro	por derradeiro
ætērnālĭs, -e	eterno	eterno	eternalmente
grāndĭs, -e	grande; idoso; sublime	grande	a grande
junctŭs, -a, -um	junto, unido	junto	junto, juntamente
longŭs, -a, -um-	longo, comprido	longo	ao longo, de longo
Manĕāna	(hora) matinal	manhã	amanhã, de manhã, pela manhã, todas as manhãs, depois de amanhã
mediātŭs, -a, -um	dividido ao meio	imediato	imediatamente
nŏvŭs, -a, -um	novo, recente; outro	novo	de novo, novamente
paucŭs, -a –um	pouco numeroso	pouco	dhi a pouco
perpĕtŭŭs, -a, um	não interrompido; inteiro	perpétuo	perpetuamente
pressŭs, -a, -um	apertado, calcado, oprimido	pressa	depresssa
prĭmarĭŭs, -a, -um	primeiro; principal	primeiro	à primeira vista, à primeira, da primeira, primeiramente, primeiro

proxĭmŭs, -a, -um	vizinho; próximo	próximo	próximo, de próximo, proximamente
sŭbĭtŭs, -a, -um	repentino, sorrateiro	súbito	de súbito
tāntŭs, -a, -um	muito grande, muito numeroso	tanto	entretanto
ulťĭmŭs, -a, um	o mais afastado; o mais remoto	último	por último, ultimamente

FONTES DOS ADVERBIAIS – VERBOS			
FONTES	SENTIDO NO ORIGINAL	NÚCLEO LEXICAL EM PORT.	ADVERBIAIS ENCONTRADOS
constāns, -tis	que permanece, que não muda, perseverante	constante	constantemente
đistāns, -tis	afastado	distante	distante
ĭnstāns, -tis	que persegue; ameaçador; próximo; presente	instante	num instante, neste instante
prāesēns, -ťis	que assiste; que está à vista; atual	presente	ao presente, de presente, até o presente, presentemente
vacāre	estar vazio, ter tempo	vagar	devagar
vista (port.)	vista	vista	à primeira vista

FONTES DOS ADVERBIAIS – ADVÉRBIOS			
FONTES	SENTIDO NO ORIGINAL	NÚCLEO LEXICAL EM PORT.	ADVERBIAIS ENCONTRADOS
accu illāc	naquele lugar	acolá	acolá
ad ĭllĭnc	além	além	além, d'além
accu ĭnde	aquém	aquém	para aquém
alĭcŭbĭ	em algum lugar	algures	algures
antĕ	diante, antes, anteriormente	antes	antes, diante, adiante, ao diante, avante, dali por diante, dantes, daqui por diante, em diante, per aqui adiante, avante, por davante, por diante, daí por diante, para diante
cĭtō	depressa, brevemente, prontamente	cedo	cedo
fŏrās	para fora, ir embora	fora	afora, de fora, fora, para fora, por fora
hŏđīē	hoje	hoje	hoje, até hoje, hoje em dia, de hoje em diante, de hoje por diante, de hoje a diante
hāc	por este lugar	cá	cá, de cá, para cá, até á,por cá, de então para cá
hĭc	neste lugar	aqui	aqui, até aqui, daqui, daqui em diante, daqui por diante, per aqui adiante, por aqui
ĭbĭ	nesse lugar	i	i, desi , dhi, dhi a pouco, per i
i (port.)	nesse lugar	aí	aí, daí, daí por diante, daí em diante
illāc	naquele lugar	lá	lá, até la, de lá, para lá
ĭllĭc	naquele lugar	ali	ali, dali, dali por diante, por ali, até ali
indĕ	desse lugar	ainda	inda, ainda, ainda não, ainda mais
intrō	para dentro	dentro	dentro, de dentro, por dentro, para dentro
jām	imediatamente, agora, até agora	já	já, já não, jamais, desde já
longē	de longe, há muito tempo, longamente	longe	longe, de longe
măğis	mais	mais	não mais, jamais
minutē	com pequenos acessos de tosse; aos pedacinhos	amiúde	amiúde
nelhures	em nenhum lugar	nelhures	nelhures
nūnquăm	nunca	nunca	nunca, nunca mais

*prēttŭ	apertado; perseguido de perto	perto	perto, de perto, ao perto, para perto
rĕpēntē	repentinamente	repente	de repente
sēmpĕr	sempre	sempre	sempre, para sempre
tārdē	lentamente, tardiamente	tarde	tarde
tūnc	então, naquele tempo, depois disso, sendo assim	então	entonces, por entonces, então, até então, de então, por então, de então para cá

FONTES DOS ADVERBIAIS – PREPOSIÇÕES			
FONTES	SENTIDO NO ORIGINAL	NÚCLEO LEXICAL EM PORT.	ADVERBIAIS ENCONTRADOS
antĕ	antes de	ante	antontem, antecedentemente
pōst (adv.)	atrás	depois	depois, ao depois, depois de amanhã
trāns (prep. e prefixo)	além de, para trás da cabeça	atrás	atrás, detrás, para trás, para detrás

Quadro 2: Noções semânticas expressas por palavras gramaticais (adverbiais e conjuncionais) das fontes levantadas nos *corpora* dos quatro séculos pesquisados

TRAJETO SEMÂNTICO A PARTIR DE SUBSTANTIVOS-FONTES																	
FONTES	LATIM/OUTRA					SÉC. XVI			SÉC. XVII			SÉC. XVIII			SÉC. XIX		
	COR	OBJ	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS
ăgĭnă,-æ	-	x	-	x	modo	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ānnŭs, -ii	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
cāsŭs, -us	-	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	probabilidade
cōstă, -æ	x	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
cymă, -æ	-	x	-	-	-	x	-	texto	x	-	texto	-	-	texto	x	-	-
đĭēs, - ei	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
đĭstānťĭă,ae	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-
fīnĭs, -is	-	-	x	-	qualidade	-	x	-	-	x	conclusão	-	x	conclusão	-	-	-
flèche (fr.)	-	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
frōns, -tis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-
fūndŭs, -i	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-	-
hōră, -æ	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	alternância
lătus, - ĕris	x	-	x	-	parentesco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-
lŏcŭs, -i	-	-	x	-	-	-	x	conclusão	-	x	conclusão	-	x	conclusão	-	x	conclusão
mănŭs, -us	x	-	-	-	-	-	x	modo	x	-	posse	-	-	-	-	-	-
mĕđĭŭm, -ii	-	-	x	x	instrumento	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
mēns,tis[2]	x	-	-	-	espírito, razão	-	-	modo	-	-	modo	-	-	modo	-	-	-
momēntum, -i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-
mensis, -is	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-
nōx, -ctis	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
ōccāsĭŏ, -onis	-	-	-	x	favorabilidade	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
pārs, -tis	-	-	x	x	fim	-	-	-	x	-	modo	x	-	-	-	-	-
pāssŭs, -us	-	-	x	-	gesto	-	-	-	-	-	-	x	x	-	-	-	-
pĭttăcĭŭm,-ii (gr.)	-	-	x	-	-	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
prĭncĭpĭŭm,-ii	-	-	x	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
pūnctă, -æ	-	-	-	-	gesto	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
pūnctŭm, -i	x	-	x	x	texto	-	-	-	-	x	modo	-	-	-	-	x	modo
rŏta, -ae	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	modo
sēptĭmānă, -æ	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-
spătĭŭm, -ii	-	-	x	x	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
tarde (port.)	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
tēmpŭs	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
vīx,-cĭs	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	intensificação, explicação

2 O caso de *mēns* merece registro à parte, considerando que deslizou de forma livre para forma presa, vindo, nesse emprego, a ser muitíssimo produtiva nas quatro épocas pesquisadas.

TRAJETOS SEMÂNTICOS A PARTIR DE ADJETIVOS-FONTES																	
FONTES	LATIM/OUTRA					SÉC. XVI			SÉC. XVII			SÉC. XVIII			SÉC. XIX		
	COR	0BJ	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS
āctŭālĭs, -e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
āltŭs, -a, -um	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
antiqŭus, -a, -um	-	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
bāssŭs, -a, -um	x	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-	gradação
brĕvī, -e	-	-	-	x	modo	-	x	modo	-	x	-	-	x	-	-	x	-
cōntĭnŭŭs, -a, -um	-	-	x	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
cōntĭnŭātŭs,-a, -um	-	-	x	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dērĕtrārĭŭs, -a, -um	-	-	x	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ætērnālĭs, -e	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
grāndĭs, -e	-	-	x	x	qualidade	-	-	-	-	-	-	-	-	modo	-	-	-
jūnctŭs, -a, -um	-	-	x	x	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-
lōngŭs, -a, -um	-	-	x	x	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mānĕāna	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-
mĕdĭātŭs, -a, -um	-	-	x	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
nŏvŭs, -a, -um	-	-	-	-	qualidade	-	x	qualidade	-	x	qualidade	-	x	-	-	-	-
paucŭs, -a -um	-	-	x	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
pērpĕtŭŭs, -a, um	-	-	x	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
pressus, -a, -um	-	-	x	-	modo	-	-	-	-	x	modo	-	-	-	-	x	modo
prīmārĭŭs, -a, -um	-	-	x	-	qualidade	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
prōxĭmŭs, -a, -um	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	-	-	-	-
sŭbĭtŭs, -a, -um	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
tāntŭs, -a, -um	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-
ūltĭmŭs, -a, um	-	-	x	x	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-

TRAJETOS SEMÂNTICO A PARTIR DE VERBOS-FONTES																	
FONTES	LATIM/OUTRA					SÉC. XVI			SÉC. XVII			SÉC. XVIII			SÉC. XIX		
	COR	OBJ	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS
constans, -tis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-
dīstāns, -tis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-
īnstāns, -tis	x	-	x	x	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
prāesēns, -tĭs	-	-	x	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
vacāre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	modo	-	-	-	-	x	modo
vista (port.)	X	-	-	-	-	x	-	modo	-	-	-	-	-	-	-	-	-

TRAJETOS SEMÂNTICOS A PARTIR DE ADVÉRBIOS-FONTES																		
FONTES	LATIM/OUTRA					SÉC. XVI			SÉC. XVII			SÉC. XVIII			SÉC. XIX		
	COR	OBJ	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS
accu illāc	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ad īllīnc	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
accu ĭnde	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ălĭcŭbĭ	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
alhures (port.)	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
āntĕ	-	-	x	X	-	x	x	preferência	x	x	preferência	x	x	preferência	-	x	-
cĭtō	-	-	-	X	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-
fŏrās	-	-	x	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
hāc	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	x	-	x	-	-
hīc	-	-	x	X	-	x	-	texto	x	x	texto	x	x	texto	x	-	texto
hŏdĭē	-	-	-	X	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
ībī	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
i (port.)	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	texto
īllāc	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-
īllīc	-	-	x	-	-	x	x	texto	x	-	texto	x	-	texto	-	x	texto
īndĕ	-	-	x	X	-	-	x	acréscimo	-	x	acréscimo	-	x	acréscimo	-	x	acréscimo, inclusão, ratificação
īntrō	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-
jăm	-	-	-	X	inclusão	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
lōngē	-	-	x	X	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-
măgĭs	-	-	-	-	quantidade intensidade	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
mĭnŭtē	-	-	x	-	modo	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nūnquăm	-	-	-	X	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
*prēttŭ	-	-	x	X	-	x	x	-	x	-	quantidade	x	-	-	-	-	-
rĕpēntē	-	-	-	X	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
sēmpĕr	-	-	-	X	-	-	x	confirmação	-	x	-	-	x	-	-	x	-
tārdē	-	-	-	X	modo	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-
tūnc	-	-	-	X	conclusão	-	x	conclusão	-	x	conlusão	-	x	conclusão	-	-	conclusão destaque

TRAJETOS SEMÂNTICOS A PARTIR DE PREPOSIÇÕES-FONTES																		
FONTES	LATIM/OUTRA					SÉC. XVI			SÉC. XVII			SÉC. XVIII			SÉC. XIX		
	COR	OBJ	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS	E	T	OUTRAS
pōst (adv.)	-	-	x	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-
trāns	-	-	x	-	mudança de estado	x	x	-	x	-	-	-	-	-	x	-	-

III. Da apreciação desses quadros, destacam-se aqui algumas observações, algumas retomadas de Costa (2009) e outras complementares àquelas:

1. Algumas fontes latinas e uma portuguesa advêm de denominações ligadas a:
1.1. Partes, faculdades ou atividades do corpo, inclusive gestos:
bāssŭs, 'gordo, baixo';
cōstā, 'costas';
mănŭs, 'mão';
mēns, 'mente';
mĭnutē, 'com pequenos acessos de tosse';
præsēns, 'que assiste, que está à vista';
pūnctă, 'golpe com a ponta, estocada'
punctum, 'picadura, pequeno orifício, ponto';
vista, forma feminina de *vistus, -a, -um*, particípio do verbo latino *vidĕre*.

1.2. Objetos ou partes de objetos (incluídas também partes de vegetais):
ăgīnă, 'buraco em que se move o travessão da balança';
cyma, ' broto, renovo de planta.
Isso atesta a alegada previsível passagem, no *continuum* do tipo **a**, de **pessoa → espaço** ou de **objeto → espaço**;

2. Algumas fontes percorreram todo ou quase todo o *continuum*. Por limitação de espaço, serão detalhados quatro casos (para as fontes *cyma*, *agina* e *tarde*, cf. COSTA, 2009).

2.1. ***mănŭs*** (corpo → tempo → posse), como se vê dos exemplos:
(1) *manu* capere urbes, 'tomar de assalto as cidades' (trecho de Sallustius Crispus, historiador latino (Saraiva, s.d., s.v. *man*us). – neste exemplo, o adverbial tem sentido de instantaneidade.
(2) abasta que ataaquy como quer que se eles em alguũa parte amansasem logo *dh*u*a mañao peraaout*[a] se esqujuauam coma pardaes deceuadoiro... (Carta de Pero Vaz Caminha, fl. 7v-8, ls. 33-1) – aqui também o adverbial tem sentido temporal de instantaneidade, equivalente ao atual adverbial *de uma hora para a outra*, atestando a passagem metafórica do núcleo lexical, de elemento referente a corpo humano para referência a tempo.
(3) As almas que temos *entre mãos*, só na empresa dos Nhengaíbas, não nos contentamos com que sejam cem mil (Cartas do Maranhão, c. LXXXIV, l. 1-2) – neste exemplo, a expresão 'ter entre mãos' refere posse, domínio.

Na atualidade, a expressão *de mão em mão*, essencialmente espacial, parece-nos passível de temporalização, se concebermos o tempo decorrido na passagem de um objeto *de mão em mão.*

2.2. ***mĕdĭŭm*** (espaço → tempo → instrumento), trajeto percorrido ainda no latim, como se pode constatar dos verbetes de dicionários (cf. SARAIVA, s.d., s.v. ***mĕdĭŭm***). Embora haja menção a valor temporal, ainda no latim, não ocorre assim nos *corpura* analisados, em que os adverbiais *no meio* e *pello meyo* expressam, geralmente, espacialização horizontal, ocorrendo a espacialização vertical em um só caso (ex.7):

(4) ...foy dar em hũ rio a entrada do qual em hũa coroa q̄ se fazia *no meyo*, virã jazer tanta multidam de lobos marinhos... (Primeira Década da Ásia, p. 25, ls. 3-5).
(5) Verdade e q̄ despois de .g. quãdo logo vẽ .e. ou .i. escreuemos *no meyo* .u. porq̄ não façamos voz d'.i. cõsõate... (Gramática de Fernão de Oliveira, p. 20, ls. 22-24).
(6) Também pertence este estado no espiritual ao bispo do Brasil, o qual reside na Baía, que é distância de quinhentas léguas, com os holandeses *no meio*, e sem recurso senão por via do Reino (Cartas do Maranhão, c. LXII, ls. 28-30).
(7) A figura do .ɛ. grãde pareçe hũa boca bẽ aberta com sua língua *no meyo* e tão pouco não bẽ outra diferẽça da força de .e. peq̄no. (Gramática de Fernão de Oliveira, p. 16, ls. 13-15).

Contudo é muito provável que na história do português esse núcleo lexical tenha assumido o sentido temporal, já que perfeitamente reconhecível na atualidade, em frases como:

(8) A avenida ficava de um lado, o rio do outro e a praça ficava *no meio*.

Já o sentido de meio/instrumento também é reconhecível em locução prepositiva na atualidade, em sentenças como:

(9) Conseguiu isso *por meio de* seu próprio esforço.

2.3. ***īndĕ*** (espaço → tempo → acréscimo/inclusão → ratificação). Partindo do sentido latino de 'deste lugar' (ponto de partida), nos *corpora* pesquisados, apresenta os seguintes valores semânticos:

(10) ...com cruçifiços que lhe ficarom *ajnda* daoutra vijnda... (Carta de Pero Vaz de Caminha, fl. 12v, l. 20-21). – sentido temporal de duração indeterminada de estado.

(11) As velas se largaram, e eu fiquei dentro nela e fora de mim, como *ainda* agora estou e estarei, até saber que S. M. e V. A. têm conhecido a verdade e sinceridade do meu ânimo. (Cartas do Maranhão, c. LVI, l. 29-30) – sentido temporal de duração indeterminada de estado.

(12) eoutro sim para mais pronta | expedição, e extracção das Madeiras necessá- | rias para os Reáes Arsenáes: no que se | tem oSuplicante empregádo com zello, honra, e *ainda* | perda conciderável da Sua Fazenda. (Cartas Setecentistas, c. 12, ls. 13-15) – sentido de acréscimo/inclusão.

(13) o resto da viajem ha de ter sido bom e melhor *ainda* a estada em Paris (Cartas pessoais do século XIX, c. 14. ls. 31-32) – sentido de ratificação.

2.4. ***pĭttăcìŭm*** (espaço → tempo → modo). Considerando a acepção referente a espaço, constante dos dicionários etimológicos, tem-se o deslizamento semântico para o sentido temporal, em exemplos como:

(14) ...e comecaram asaltar e dançar *huũ pedaço*. (Carta de Pero Vaz de Caminha, fl.5, ls. 29-30).

(15) *aly* jouuemos *huũ pedaço* bebendo e folgamdo... (Carta de Pero Vaz de Caminha, fl. 11, l. 10-1)

(16) Estivemos *hũ pedaço* a hua sombra... (Cartas da Corte de D. João III, c. 47, l. 56)

O sentido modal se faz presente no atual adverbial de modo *aos pedaços*:

(17) Sentia-se *aos pedaços* com a partida dos amigos.

3. Algumas fontes desapareceram ou têm atualmente uso restrito como núcleo de adverbiais espaciais, temporais ou de outra classe semântica.

3.1. ***ăgīnā*** – representada por *asinha*, adverbial temporal (mas observe-se a classificação apresentada por João de Barros – ex. 22), presente apenas nos *corpora* do século XVI, com sete ocorrências:

(18) Minha dor de cabeça me nam deixou Responder mays *assinha*... (Cartas da Corte de D. João III, c. 85 l. 6-7).

(19) ...e mais *assinha* louvã os erros que as virtudes. (Cartas da Corte de D. João III, c. 86, l. 302-3).

(20) ...e porem ha *hi* muitos q̄ não são tirados como .antes. despois . *asinha*. logo. çedo. tarde... (Gramática de Fernão de Oliveira, p. 61, l. 13-5)

(21) ...e mais porq̄ alghũ tanto me fiz nestes principios breue reprenderão mui *asinha* o que dixe... (Gramática de Fernão de Oliveira, p.75, l. 8-10)

(22) De despertar: eia, sus, *asinha*. (Gramática de João de Barros, p. 347, l. 4)

3.2. ***flèche*** – representada por exemplo único da locução *de frecha*, adverbial temporal/modal, expressando extrema rapidez, instantaneidade:

(23) fomos asy *de frecha* djrtos aa praya. (Carta de Pero Vaz de Caminha, fl. 3v, ls. 20-21).

3.3**. *ălīcŭbī*** – representada por *algures*, adverbial espacial, com 3 ocorrências no século XVI, em contextos metalinguísticos, que apenas permitem a depreensão dos traços semânticos *espacial* (no sentido estrito, de espaço propriamente dito) e *área indeterminada*:

(24) De lugar: aqui, aí, ali, cá, lá, acolá, *algures*. (Gramática de João de Barros, p. 346, l. 10).

(25) ...se se achar alghua dição junta cujas partes apartadas nenhũa dellas por si sinifique como. desde tambe. e então. e nelhures. e *algures*. e tamalaues. (Gramática de Fernão de Oliveira, p. 46, ls. 13-15).

(26) ...como nelhures q̄ pareçe ser composto de nenhũ e mais lugar: e *algures* outro tãto... (Gramática de Fernão de Oliveira, p. 48, ls. 7-8).

(27) De lugar: aqui, aí, ali, cá, lá, acolá, *algures*.(Gramática de João de Barros, p. 346, l. 10)

3.4. ***alhures*** – foram encontradas 2 ocorrências deste adverbial, apenas no século XVI, em contextos metalinguísticos, já apresentados no item anterior (exemplos 26 e 27). Ao que se pode inferir, apresenta conteúdo semântico espacial, referindo a negação de qualquer área.

3.5. ***ībī*** – no *corpus* do século XVI, com um total de 57 ocorrências, o adverbial *i* apresenta sempre valor semântico espacial. Este adverbial desparece durante o século XVI, paulatinamente substituído sobretudo pelo *aí*:

(28) ...e acenauam peraa trra como que os avia *hy*. (Carta de Pero Vaz de Caminha, fl. 3, ls. 10-11).

(29) ...porque soube daquelles captiuos q̄ na outra jlha que *hy* estáua perto a que chamáuã Tider podia fazer outra tal presa... (Primeira Década da Ásia, p. 33, ls. 32-34).

(30) ...mandou a térra hu recádo per Diogo Fernãdez Piteira que ya por mestre da náo Cirne Dafonso Dalbaquerque e fora já *hy* em companhia de Antonio de Saldanha... (Segunda Década da Ásia, p. 15, ls. 31-33).

3.6. ***dērĕtrāriŭs*** – presente nos *corpora* apenas para o século XVI, com doze ocorrências de sentido temporal de ordenação, como nos exemplos:

(31) Depois ôs lévam aos nomes que se compõe[m] délas e, *per derradeiro*, à variaçám de todalas outras pártes... (Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem, p. 408, ls. 16-18).

(32)...e *por derradeiro* diremos hu pouco do conçerto q̄ tẽ as partes da oração hũas cõ outras. (Gramática de Fernão de Oliveira, p.39, l. 7-8)

3.7. ***accu illăc*** – nos *corpora* analisados, está representada apenas pela forma *acolá*, citada por João de Barros, em trecho em que lista os advérbios de lugar (cf. ex. 24, acima).

4. Algumas fontes continuam sob forma de outras classes de adverbiais ou de palavras:

dērĕtrāriŭs (*derradeiro*, adjetivo, pouco usado);

flèche (*flecha*, substantivo).

5. Algumas fontes só começam a ocorrer como núcleo de adverbiais espaciais e temporais mais tarde:

5.1. No *corpus* do século XVII, ocorrem adverbiais formados a partir das fontes:

5.1.1. ***casus*** – é núcleo lexical de locuções de valor semântico temporal:

(33) Não sei, senhor, que diga *neste caso*, senão ou que Deus não quis que eu tivesse merecimento nesta missão, ou que se conheça que toda ela é obra sua. (Cartas do Maranhão, c. LVI, ls. 33-34)

(34) ou dure the depois dePascoa, tempo emque devefa= | zerse aextracção dos Mastros, *nesse caso* o participarei a = | Vossa Excelencia pedindolhe alguas providencias, que hajão desuprir | aminha falta. |(Cartas Setecentistas, c. 65, l. 8-11)

Nos *corpora* do século XVII, XVIII e XIX, há ocorrências dos adverbiais *acaso* e *casualmente*, de expressão de possibilidade e eventualidade, também formados por essa fonte lexical:

(35) São tais as invejas que têm uns dos outros nesta parte que, se *acaso* formos a uma aldeia, e nos detivermos nelas mais um dia ou uma manhã, logo nos vêm pôr demanda sobre esta desigualdade. (Cartas do Maranhão, c. LXVI, l. 130-132)

(36) Este homem Excellentissimo Senhor hé taõ in=| cLinado a impiedade, que naõ vacilla senaõ namaldade, etan-| to assim, que saindo *cazualmente* huũ seu

primo de nome Jozé| Francisco Lima por Juiz Ordinario nesta Villa noanno| de94, (Cartas Setecentistas, c. 99, l. 12-14)

(37) imaginei logo que seria uma criança muito viva e galante. Se *acaso* a encontrar, recomendo que... (Cartas pessoais do século XIX, c. 14, l. 63-66)

5.1.2. ***ōccāsĭŏ*** – forma também locuções adverbiais temporais:

(38) assim por não ser hora de outra pessoa falar com V. A., como porque todo o outro recado, que fosse direito ao Paço, seria muito suspeitoso *naquela ocasião*, em que todos os incrédulos andavam espreitando minhas acções e esperando o sucesso.(Cartas do Maranhão, c. LVI, l. 19-22).

(39) Não devo expor aVossa Excelencia os trabalhos, | que tenho sofrido para expedir as Madeiras, que | n'esta ocazião condus a Barca. (Cartas Setecentistas, c. 52, l. 1-2)

(40) de todos os nossos que estão em Paris a mais assídua a escrever-nos, o que muito lhe agradecemos: não podia fasel-o nesta occasião (Cartas pessoais do século XIX, c. 25, l. 6-9).

5.1.3. ***pārs*** – forma locuções adverbiais de sentido espacial e modal:

(41) que | se não satis fazem de expressar o que | *nesta parte* obrou este tão honrádo | Capitam, aquem mandei entreegar o referido prezo. (Cartas Setecentistas, c. 17, l. 6-7)

(42) não há saia de malha tão forte, nem tão dobrada, que lhes resista, e, se são tiradas de boa mão, passam uma porta de madeira rija *de parte a parte*. (Cartas do Maranhão, c.LXV, p. 72, L. 12-14)

(43) entre os quais também entrou um principal dos Tucujus,[3] que é província *à parte* na terra firme do rio das Amazonas (Cartas do Maranhão, c. LXXXVI, p. 211, l. 6-7).

5.1.4. ***pāssŭs*** – forma adverbiais de valor semântico temporal:

(44) hé a mais | capos de se empregar no novo Estabelecimen- | to, pela fortaleza do seo temperamento, | epela sua Vida sempre laborióza, eagres- | te; *ao mesmo passo* se conceguirá o fim | de os civilizar. (Cartas setecentistas, c. 80, l. 18-20).

(45) Porque setem feito taõ commuũ | ouzo de armas prohibidas offensivas nestes | Certoens, q*ue* acada passo se vé andarem | com estas (Cartas setecentistas, c. 125, l. 27-29).

3 *Tricujus* no impresso: certamente por má leitura.

5.1.5. ***spătĭŭm*** – forma locuções de sentido temporal:

(46) Aqui deu lugar o rio a que se remasse *um bom espaço*, até que demos a uma ladeira de pedra e água muito comprida (Cartas do Maranhão, c. LXV, p. 76, l. 1-2)

(47) Nos sábados há maior detença, porque se prega do púlpito um exemplo do Rosário *por espaço de meia hora*, ao qual é tanto o concurso que, não cabendo na igreja a muita gente, fica da parte de fora (Cartas do Maranhão, c. LXIV, p. 56-57, l. 30-1)

(48) O tenente-Coronel | Francisco Félix d'Oliveira, *no espaÇo de Seis para Sete annos*, que | rezido n'esta ComárCa (Cartas setecentistas, c. 34, l. 14-5)

5.1.6. ***āctŭalīs*** – forma adverbiais de sentido temporal:

(49) e agora *actualmente* está outra no rio das Amazonas, em que morreu o Padre Manuel de Sousa (Cartas do Maranhão, c. XCI, l. 51-52)

(50) oque| naõ pode suprir o outro Tabelliaõ, por estar *actualmente* exercendo o Cargo| de Procurador da mesma Camara. (Cartas setecentistas, c. 1, l. 17-18).

5.1.7. ***īnstāns*** – forma adverbiais de sentido temporal:

(51) Vir-lhe-ão novas *num instante* Daquelas terras prezadas (Cartas do Maranhão, c. LXXXIII, l. 111-112) – ressalte-se que se trata de citação de Bandarra, portanto de texto do século XV.[4]

(52) *Neste instante* pellas novehoras danou|te recebo as Cartas. (Cartas setecentistas, c. 102, l. 1).

5.1.8. ***pūnctŭm*** – partindo do latim como fonte referente a corpo, espaço, tempo e texto, ocorre nos *corpora* dos séculos XVII e XIX, expressando tempo/modo:

(53) Vinha o padre muito sentido com esta arribada dos padres; mas ela me animou de maneira que, *no mesmo ponto*, se me assentou no coração que eu havia de ir com eles; (Cartas do Maranhão, c. LV, l. 190-1)

(54) Recebi hontem a noite a tua carta de 19, e cumpro *pontualmente* a promessa que fiz (Cartas pessoais do século XIX, c. 12. l. 1-2).

5.2. Nos *corpora* do século XVIII, ocorrem adverbiais formados a partir das fontes:

4 Gonçalo Anes Bandarra, sapateiro, que viveu em Trancoso, na primeira metade do século XVI; famoso pelas *Trovas* que compôs, de sentido profético, cuja interpretação deu origem à crença dos sebastianistas (*apud* AZEVEDO, 1971, p. 153, nota 170)

5.2.1. ***dĭstāntĭă*** – forma adverbial de valor semântico espacial:

(55) O Capitam- Mór de Jequiriçá re-| zide *em distancia*, epouco, ou nenhum Co-| nhecimento tem d'estes Moradores (Cartas setecentistas, c. 20, l. 10-1)

5.2.2. ***sēptĭmānă*** – forma adverbial de sentido temporal:

(56) CartadaCamarada Villa de Jaguaripe em| RespostadaqueSua Excelencia lhedirigio, para que| fizessem Remeter *Semanariamente* aLista| daCargadasLanxas que conduzemfarinhas (Cartas setecentistas, c. 9, anotação final).

5.3. Nos *corpora* do século XIX, ocorrem adverbiais formados a partir das fontes:

5.3.1. ***frōns*** – forma adverbial de conteúdo semântico espacial:

(57) La, mudamos para *defronte* as duas camas (Cartas pessoais do século XIX, c. 16, l. 25).

5.3.2. ***lătus*** – forma adverbial de conteúdo semântico espacial:

(58) *Do outro lado* a nossa amostra de pomar, que estava tão fechado (Cartas pessoais do século XIX, c. 19, l. 54-5).

5.3.3. ***momēntum*** – forma adverbial de sentido temporal:

(59) Nossa casa da rua Farani e esta, ambas estão muito tristes, e *a cada momento* alguma circunstancia nos aviva as saudades. (Cartas pessoais do século XIX, c. 16, l.22-4).

5.3.4. ***rŏta*** – forma adverbial de valor semântico espacial/modal:

(60) e um dia la entrou Medor, e cheirava *em roda* as camas, olhava em cima e em baixo, granhindo que fasia dó (Cartas pessoais do século XIX, c. 16, l. 26-29).

5.3.4. ***mensis*** – forma adverbiais de sentido temporal:

(61) Estava acostumado a communicaçoes mais expansivas e *ha dous meses* cessarão elas. (Cartas pessoais do século XIX, c. 23, l. 2-6).
(62) para não faltar ao senado, tomei passagem *por mês*. (Cartas pessoais do século XIX, c. 13, l.6-8).

5.3.5. ***vacāre*** – forma adverbial de conteúdo semântico temporal/modal:

(63) para melhorar, basta que escrevas *de vagar* e caprichando (Cartas pessoais do século XIX, c. 27, l. 7-8).

5.3.4. ***constāns*** – forma adverbial de sentido temporal:

(64) e falem portugues *constantemente* para não esquecer a lingoa patria (Cartas pessoais do século XIX, c. 17, 14-16).

6. Algumas fontes, embora não documentadas nos *corpora* dos séculos mais recentes, são identificáveis na atualidade:

6.1. ***lōngŭs*** (longamente)

6.2. ***pērpĕtŭŭs*** (perpetuamente)

7. As fontes mais produtivas, quanto ao número de adverbias que vieram a formar (*types*), não com relação à frequência de uso (*tokens*) são: *ānnŭs*, *āntĕ*, *dĭ̄ēs*, *hōră*, *pars*, *præsēns*, *tēmpŭs*, *vĭ̄cĭ̄s*.

8. Observa-se que os deslizamentos metafóricos ou metonímicos podem ter-se dado:

- quer no uso da fonte em sua classe de palavra básica, quer já como adverbial;
- quer na passagem do grego para o latim (*cyma*, *pittacìum*);
- quer no âmbito temporal do latim (ă*gĭ̄nā, cāsŭs, fĭ̄nĭ̄s, lŏcŭs, mĕdĭ̄m, mēns, ōccāsĭ̄ŏ, pārs, pāssŭs*, *pūnctă, pūnctŭm, spătĭ̄ŭm, bāssŭs, brĕvĭ̄s, cōntĭ̄nūătŭs, cōntĭ̄nŭŭs, grāndĭ̄s, jūnctŭs, lōngŭs, pērpĕtŭŭs, prĭ̄mārĭ̄ŭs, ūltĭ̄mŭs, , ī̆nstāns, præsēns, āntĕ, hĭ̄c, ī̆ndĕ, jăm, mĭ̄nŭtē, prēttŭ, tārdē, tūnc, pōst, trāns*);
- quer na passagem do latim ao português (*fĭ̄nĭ̄s, mănŭs, pāssŭs, pūnctă, mēns, āctŭālĭ̄s, bāssŭs, dērĕtrārĭŭs, vīstă*);
- quer já no português (*cima, fim, fundo, logo, mão, grande, novo, próximo, antes, este, ali, ainda, perto, sempre, trás*).

IV. A seguir, são destacados, para ilustração, trajetos de algumas fontes que podem representar maior dificuldade de acompanhamento apenas pelos quadros ou que apresentem particularidades que os quadros não podem captar. Em outros momentos (COSTA, 2003), algumas delas já foram tratados com mais vagar.

- A fonte lexical *maneana*

Trata-se de caso interessante de um tipo de metonímia, aquela que enseja a "contaminação semântica" de itens próximos numa sequência discursiva. A forma adjetival latina *maneana* é cognata da forma *mane* (do adjetivo latino *manis*), usada adverbialmente, com o sentido de 'pela manhã'. (CUNHA, 1998, s.v. *manhã*; COROMINAS; PASCUAL,1980-1991, s.v. *mañana*). *Maneana*, como adjetivo latino, acompanhava o nome *hora* na expressão *hora maneana*, significando 'em hora matinal' e, posteriormente, ao que tudo indica, também acompanhou o advérbio *cras, 'amanhã'*, na expressão *cras manhãa*, em que a forma *maneana* aparece fonicamente simplificada. Segundo Machado (1965, s.v. *amanhã*), a forma atual parece ser resultante da locução *cras manhãa*.

Foi o adjetivo *maneana~manhãa* que veio a assumir, isolado, o sentido do substantivo português '*manhã*', parte do dia. Por sua vez, esse substantivo, em português, constituiu o adverbial português *amanhã*, por composição com a preposição *a*. Para Nascentes (1932, s.v. *amanhã*), a forma portuguesa *amanhã* provém do latim vulgar *ad *maneana*, ou seja, ele admite a presença da preposição desde o latim vulgar. Segundo Machado, no sentido atual, o advérbio *amanhã* não é documentado antes do século XVI (para ele, em Garcia de Resende).

Segundo Mattos e Silva (1989, p. 266-268), nos *Diálogos de São Gregório*, "não ocorre nem uma vez *amanhã* (<lat. *ad *maniana*) que substituiu *cras*, ao longo da história do português". Registra duas ocorrências de *cras* e alerta (em nota à p. 268) que, "embora não ocorra *amanhã* no *corpus*, o substantivo *manhãã* 'parte do dia' ocorre doze vezes."

De fato, não foi documentada a ocorrência do adverbial *amanhã* na *Lenda do Rei Rodrigo* ou na *Crônica de D. Pedro*, textos dos séculos XIV e XV, respectivamente, utilizados para controle, quando da análise do *corpus* do século XVI.

Na *Carta de Pero Vaz de Caminha*, texto do limiar do século XVI, não ocorre nem *cras*, o que lhe atestaria algum cunho arcaizante, nem *amanhã*, o que lhe outorgaria traços de modernidade. Nesse texto, o sentido atual do adverbial *amanhã* está preenchido pela forma *demanhã*, que ocorre 2 vezes:

(65) ... disse ocapitã que serja bõo hirmos dereitos aacruz q̄ estava emcostada ahuua aruore junto cõ orrio perase poer *de manhaã* que he sesta feira e que... (Carta de Pero Vaz de Caminha, fl. 11, ls. 16-18).

(66) ... creo Sñor que com estes dous degradados que aquy ficam. ficam mais dous grometes que esta noute se sairam desta naao no esqujfe em trra fogidos. os quaaes nõ vierã majs e creemos que ficaram aquy por que *demanhaã* prazendo ads fazemos daquy nosa partida. (Carta de Pero Vaz de Caminha, fl. 13, ls. 28-34).

O sentido atual do adverbial locucional *de manhã* está preenchido apenas pelo adverbial locucional *pola manhaã*:

(67) ...ao domingo de pascoela *pola manhaã* detremjnou ocapitam... (Carta de Pero Vaz de Caminha, p. 5, l. 1-2)

(68) ...aaquinta feira deraꝺ̄ra dabril comemos logo casy *pola manhaã*... (Carta de Pero Vaz de Caminha, p. 10v, l. 7-8).

Houaiss (2001) indica como datação histórica desse adverbial o século XIV e o *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval* (2006) apresenta dois exemplos do séc. XV:

(69) [...] himos a Antiochia polla alma de huum fraire de vosa Hordem, a qual sairá *amanhãa* do corpo do dito fraire açerca da ora de terça [...]. FRAD

(70) De sy defende os penssamẽtos das cousas de *amanhaã* e que ajnda som por vijnr [...]. VITA

Nos *corpora* analisados para este trabalho, o adverbial *amanhã* ocorre, pela primeira vez, nas *Cartas da Corte de D. João III*, com sentido temporal, exofórico, referindo o futuro, sendo essa a única ocorrência no *corpus* do século XVI:

(71) ...e cõ me dezerem que se parte *amanhã* de Vyana... (Cartas da Corte de D. João III, c. 22, ls. 2-3).

Não há registro da forma *amanhã* nas *Cartas do Maranhão* de Pe. Antônio Vieira – o que talvez se justifique pelo caráter de relatório de que se revestem as suas cartas – nem nas *Cartas setecentistas*. Em Vieira, há exemplo único de *de manhã*, em que *manhã* aparece com o sentido de 'parte do dia':

(72) Pediram-me quisesse tornar a propor o que *de manhã* dissera. (Cartas do Maranhão, c. LXIV, l. 519)

E 8 exemplos de *pela manhã*, também com o mesmo sentido:

(73) *Pela manhã* desembarcámos todos para dizer missa (Cartas do Maranhão, c. LXIV, l. 132).

- A fonte lexical *lŏcŭs*

A forma *logo* apresenta trajetória morfossintática e semântica bastante rica na história da língua portuguesa. É adverbial português proveniente de *(in) lŏcō*, adverbial latino, 'a tempo, oportunamente', que se formara pela junção da preposição *in* à forma de ablati-

vo singular do nome latino. Concorreu, ainda em latim, com *īllĭcŏ*, “ali mesmo, no mesmo lugar, imediatamente”, adverbial também derivado de *lōcŭs*, *-ī*.

Alguns autores (CUNHA, 1998:s.v. *logo*; NASCENTES, 1932:s.v. *logo*; MACHADO, 1965: s.v. *logo*) propõem como étimo o ablativo do nome latino. Em Costa (2003), foi acatada a proposta de Corominas e Pascual (1980-1991: s.v *luego*), mantida neste trabalho. Os autores propõem o étimo *lŏcō*, advérbio, para o adverbial castelhano *luego*, o português *logo* e o francês antigo *lues*. Assim, o adverbial português provém do adverbial latino, embora nos quadros apareça incluído nas fontes substantivas, origem latina que se pôde alcançar. Essa opção também se justifica pela existência de *logo*, nome substantivo português, atestado seguramente até o século XV.

No trajeto do latim ao português do século XVI, o adverbial *logo* concorreu com a forma *tam toste*, ‘tão cedo’, a que parece equivaler àquela época. Há contextos em que os adverbiais vêm juntos, o que sugere uma transposição semântica por metonímia linguística. Há também ocorrências de *logo* na *Lenda do Rei Rodrigo*, texto do século XIV, com valor temporal de ordenação, expressando posterioridade combinada com imediatidade, anafórico. Nesse texto, há inclusive exemplo da sequência *logo toste*, e também da locução conjuncional temporal *logo que*. Na *Crônica de D. Pedro,* foram registradas 88 ocorrências da forma *logo* como adverbial, todas com sentido temporal de ordenação, expressando posterioridade, anafórico, combinado com noção de imediatidade. Há dois exemplos de *logo*, acompanhado, imediata ou proximamente, de *tostemente.* Observam-se, também, exemplos em que o adverbial é fronteiriço de conjunção conclusiva.

Nos *corpora* analisados para o século XVI, foram encontrados 152 ocorrências desse adverbial, sendo a segunda forma em número de ocorrências nos *corpora* relativos àquele século. Em todas as ocorrências, é temporal de ordenação, indicando posterioridade em 150 delas, anterioridade em um caso e simultaneidade em um outro. Em todas as vezes, exceto no sentido de simultaneidade, expressa também imediatidade. É anafórico em ampla maioria, com uso exofórico em 15 contextos.

Há também muitas ocorrências em que o adverbial *logo* é fronteiriço de uso conjuncional. Em outros, *logo* é nitidamente uma conjunção conclusiva.

Portanto, o português *logo* e o castelhano *luego* possuíram formas nominais advindas do nome latino e formas adverbiais advindas do adverbial latino que se tornaram homônimas, o que propiciou um mecanismo de seleção: selecionou-se a forma *logo* para o uso adverbial e substituíram-se as formas nominais homônimas por outras, advindas de outro nominal latino, *localis* (> port. *lugar*), também derivado de *locus, ī*. Segundo Corominas e Pascual (*id.*, *ibid.*), “a substituição de *luego* ou *logo* pelo derivado *lugar* se aplica, porque frases como ‘em outro luego’, ‘em aquel luego’ podiam tornar-se ambíguas, sobretudo quando *luego* significava ‘entonces’”.

Assim, o português desfez a homonímia representada pelo significante *logo*, selecionando-o para a função adverbial e selecionando a forma *lugar*, para a função nominal. Ressalte-se ainda que a forma *localis* também produziu o nome português *local*.

Para o português, apresenta-se abaixo uma tentativa de esquematização do processo diacrônico:

a)lat. *locus* (subst.)	a) port. *logo* (subst.)
b) lat. *īllĭco* (adv.)	b) port. ➔
c) lat. *in lŏcō* (adv.) d) lat. *localis* (adj.)	c) port. *logo* (adv.) d) port. *lugar* (subst.) d) port. *local* (subst.)

Lida o português atual, portanto, com essas duas possibilidades nominais, *lugar* e *local*, carregadas de ambiguidade.

Em suma, a forma adverbial portuguesa *logo* provém de adverbial latino (*in*) *lŏco*, que, por sua vez, era resultante da forma nominal *lŏcus, -ī*. O adverbial latino, de sentido temporal, é, portanto, resultante de processo de gramaticalização, que fez deslizar o nome latino de sentido espacial, tanto no *cline* intralinguístico (N→ADV), quanto no *cline* conceitual (ESPAÇO→TEMPO). A forma adverbial portuguesa herdou o traço funcional e o traço semântico, visto que *logo* não ocupou função de adverbial espacial em português. É adverbial temporal de ordenação, expressando majoritariamente posterioridade, a que se acresce o traço de imediatidade, reconhecíveis ambos até os dias atuais. Lembrem-se, por exemplo, as expressões atuais: *logo mais* (~*mais logo*); *logo*, *logo* (~*já*, *já*) e a fórmula de despedida *até logo.*

Na atualidade, o adverbial *logo* pode até funcionar exclusivamente com o traço semântico de imediatidade (fronteiriço de proximidade), coocorrendo com elemento não temporal, como se vê do exemplo:

(74) Minha casa fica *logo* ali.

Pode expressar, ainda, um tipo de inclusão, também, fronteiriço de proximidade:

(75) Isto tinha de acontecer *logo* comigo!

Não se pode esquecer, também, o valor de juntivo oracional que expressa tempo ou conclusão, atestados, o primeiro desde o século XIV e o segundo desde o século XV. Barreto (1999, p. 82) refere as conjunções *logo* e *logo que*, a primeira, conclusiva, documentada nos séculos XV, XVI, XVII e XX, neste último apenas para a modalidade escrita, não tendo sido, portanto, documentada nos textos de modalidade oral que analisou; a segunda, *logo que*, temporal, ocorre nos séculos XIII, XIV, XV, XVII e XX, e concorreu, até o século XVII, com a conjunção *tanto que*, sendo "bastante empregada no português contemporâneo, quer na língua falada, quer na língua escrita."

Quanto às formas *lugar* e *local*, ambas formas divergentes do latim *localis*, não apresentaram formas adverbiais nos *corpora* analisados, embora se reconheça a forma *localmente*, adverbial espacial. A forma *lugar* produziu também a locução prepositiva *em lugar*

de. São também casos interessantes de serem abordados pela Teoria da Gramaticalização, porque são substantivos provindos de adjetivo latino.

Referências

AZEVEDO, João Lúcio de (Ed.) (1971). *Cartas do Padre António Vieira*. Lisboa: Imprensa Nacional.

BAIÃO, A. (Ed.) (1932). *Ásia: primeira década.* Lisboa: IN-CM. p. 1-36. Edição crítica.

BAIÃO, A. (Ed.) (1932). *Ásia: segunda década*. Lisboa: IN-CM. p.1-47. Edição crítica, completada por Luís F. Lindley Cintra (1974).

BARRETO, Therezinha Maria de Mello (1999) *Gamaticalização das conjunções na história do português*. Tese de Doutorado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

BUESCU, M.L.C. (Ed.) (1971). *Gramática da língua portuguesa*: Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha, de João de Barros. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 482p. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (Ed.) (1964). *A lenda do Rei Rodrigo*. Lisboa: Editorial Verbo.

COROMINAS, J.; PASCUAL, J. A. (1980-1991). *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos.

COSTA, Sônia Bastos Borba (2003). *Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização*. UFBA: Tese de Doutorado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: Acesso em: www.prohpor.ufba.br.

COSTA, Sônia Bastos Borba (2009). Fontes lexicais de adverbiais espaciais e temporais portugueses. In: OLIVEIRA, Klebson; SOUZA, Hirão.; SOLEDADE, Juliana. *Do português arcaico ao português brasileiro:* outras histórias. Salvador: EDUFBA. p. 77-99.

CUNHA, A. G. (1998). *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. 10ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CUNHA, A. G. (2006). *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*. Rio de Janeiro: Casa Fundação Rui Barbosa.

FORD, J. D. M. (Ed.) (1931). *Letters of John III, king of Portugal*: 1521-1557. Cambridge: Harvard University Press. p. xi-47.

FORD, J. D. M.; MOFFAT, L. G. (Ed.) (1933). *Letters of the court of John III, king of Portugal*. Cambridge: Harvard University Press.

HOPPER, P. (1991). On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization: focus on types of grammatical markers*. Amsterdam: John Benjamins.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

LOBO, Tânia (Coord.) FERREIRA, Permínio; OLIVEIRA, Klebson; GONÇALVES, Uílton (Org.) (2001). *Cartas baianas setecentistas*. São Paulo: Humanitas.

LOPES, Célia Regina dos Santos (Org.) (2005). *A norma brasileira em constituição: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas/ FAPERJ.

MACCHI, G. (Ed.) (1966). *Crônica de D. Pedro*, de Fernão Lopes. Roma: Edizione dell'Ateneo. p. 87-282. Ed. crítica con introduzione e glossario.

MACHADO, J. P. (1965). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência.

MATTOS E SILVA, R. V. (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN–CM.

NASCENTES, A. (1932). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

PEREIRA, S. B. (1964). *Vocabulário da carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: INL/MEC.

SARAIVA, F. R. dos Santos. (s/d.). *Novissimo diccionario latino-portuguez*. 5 ed. Rio de Janeiro: Garnier.

TORRES, Amadeu; ASSUNÇÃO, Carlos (Ed.) (2000). *Gramática da linguagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira. Lisboa: Academia de Ciência de Lisboa. p. 163-237 [1-76]. Edição semidiplomática.

Gramaticalização e semanticização das conjunções correlativas "sem cabeça": o caso do *que* consecutivo

Marcelo MÓDOLO
Universidade de São Paulo

Introdução

Este trabalho propõe analisar a gramaticalização e a semanticização das conjunções correlativas "sem cabeça", em especial o *que* consecutivo. Levam-se aqui em consideração dois planos de análise, ou seja, a alteração da prosódia nos verbos CHOROU e TRABALHA, conforme os exemplos abaixo, com a conjunção consecutiva *que*, formalmente expressa, assim em:

(1) [Chorou tanto] [que ficou com os olhos inchados].
(2) [CHOROU] [que ficou com os olhos inchados].
(3) [Trabalha tanto] [que se mata].
(4) [TRABALHA] [que se mata].

Analisando (1), vemos que a primeira sentença encerra o intensificador *tanto*, que exige, obrigatoriamente, na segunda, a conjunção *que*; o mesmo processo sintático acontece em (3). Já as sentenças (2) e (4) provavelmente seriam gramaticais na fala, por causa de uma prosódia distinta que seria possível imprimir a esse enunciado, particularmente aos verbos CHORAR e TRABALHAR.

A proposta desse trabalho é, portanto, analisar a correlação conjuncional como imbricamento de propriedades dos sistemas lexical, discursivo, gramatical e semântico, restringindo-me, aqui, à formação do par correlativo consecutivo *tanto... que* > *que*, conforme Castilho (2008) e Módolo (2005).

Passo, em seguida, para a explicação da Teoria Multissistêmica, que norteará nossa pesquisa.

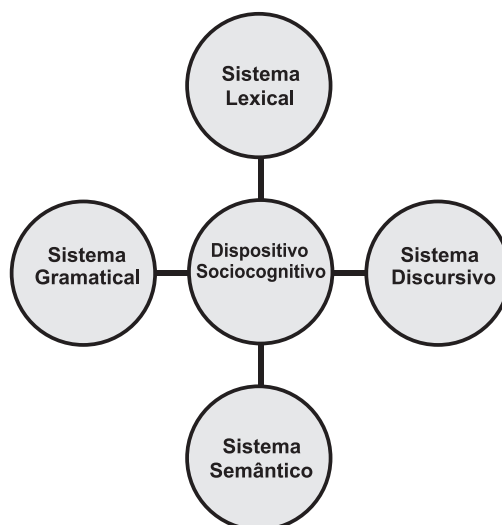
1 "Teoria multissistêmica da língua", segundo Castilho (2008)

De acordo com Castilho (2008), encontramos em todo enunciado linguístico simultaneamente quatro formas de estruturação, que equivalem a quatro subsistemas: lexical, discursivo, semântico e gramatical.

Esses subsistemas não aparecem hierarquizados, mas há entre eles uma articulação, garantida por um dispositivo sociocognitivo. O autor postula ainda que esses subsistemas sejam independentes uns de outros, caracterizando-se como um feixe de categorias próprias. Cada expressão linguística exemplifica simultaneamente todas essas categorias, por vezes, com maior ou menor visibilidade. A língua, por sua vez, é vista como um multissistema complexo e multifacetado, passível de ser compreendido somente como um conjunto de propriedades linguísticas.

Desse modo, o sistema lexical caracteriza-se pelos processos de criação de itens lexicais, por etimologia (lexicalização ocorrida já na língua-fonte), neologia (lexicalização ocorrida na língua-alvo), derivação (lexicalização ocorrida na língua-alvo, por meio de desdobramentos de itens pré-existentes), ou por empréstimo (lexicalização por contacto linguístico). Por sua vez, o sistema discursivo abriga as negociações intersubjetivas que se desencadeiam no momento da enunciação: a constituição do locutor e do interlocutor, a seleção e elaboração de um tópico conversacional e as rotinas da conversação — o texto é o resultado dessas negociações. Já o sistema semântico é responsável pelos diferentes processos de criação dos sentidos lexicais (como a denotação, conotação, sinonímia, antonímia, hiperonímia, por exemplo); dos significados componenciais (referenciação, predicação, dêixis, foricidade, etc.); e das significações interacionais (como inferências e pressuposições). Finalmente, o sistema gramatical se ocupa das relações que se estabelecem entre as classes gramaticais, e das funções que essas classes desempenham no enunciado. Esse sistema compreende a fonologia, a morfologia e a sintaxe. Como unidades de cada um desses subsistemas, o fonema, o morfema, o sintagma e a sentença, dispõem cada um de propriedades descritivas.

Para Castilho (2008), nesse modo de ver a linguagem, não há prioridade de um sistema sobre o outro, os quatro agiriam concomitantemente — em forma radial —, acionados pelo dispositivo sociocognitivo central. Assim, teríamos a representação seguinte em forma de diagrama:

Figura 1

Partindo do sistema semântico e gramatical das correlatas, poderíamos destacar algumas propriedades da correlativa consecutiva *tanto... que*, fonte, segundo minha hipótese, da conjunção consecutiva *que*.

A seguir, definirei o que entendo por correlação conjuncional, para a boa análise dessa conjunção.

2 Amostragem das estruturas correlativas conjuncionais

Abaixo estão exemplares dos tipos de correlação retirados de Barbosa e Lopes (2004):

(05) Correlação aditiva: "Findos que foram os discursos, foram franqueadas as portas das modestas salas da exposição, *não só* aos convidados da festa, *mas tambem* a todo o povo que alli se achava agglomerado, [...]" [PE/RE DP 19/2]

(06) Correlação alternativa: "*Seja* sua queda dada entre as mãos dos alliados, *seja* dada entre os assomos d'essa heroica loucura que se chama suicidio; ella se realisará, [...]" [PE/RE DP 19 2];

(07) Correlação comparativa: "Não lhe retribuimos na mesma moeda; nem transcrevemos taes escriptos, porque desejamos *mais* felicidade do Brasil *do que* elles; [...]" [RJ/RJ OBI 19 1];

(08) Correlação consecutiva: "*Tanto* tem o contracto toda a força, como si houvesse escriptura publica, *que* o governo incluiu na concessão que nos foi feita a linha de que se trata; [...]" [BA/SA JN 19 2].

O exemplo (05) apresenta uma correlação aditiva, que é dada pelas expressões *não só* e *mas também*. Notamos que há soma de dois complementos nominais para o partící-

pio passado: *franqueadas aos convidados da festa* e *franqueadas a todo o povo que alli se achava agglomerado*. Essa correlação é dada pelas expressões *não só* (o advérbio *só* age como uma focalização "quebrada" pelo *não*) e *mas também* (uma inclusão, operada pela locução *mas*[1] *também*).

Na correlação alternativa (06), estabelecida pelas conjunções *seja... seja,*[2] observamos duas sentenças de estruturas iguais, paralelas, que preservam sua integridade semântica, mas que, embora interligadas pelas conjunções, não são autônomas.

Em (07), o intensificador *mais* funciona como o primeiro termo da comparação e exige seu correlato, *do que*. Tal correlato deveria figurar no SV de uma segunda sentença, mas a omissão desse SV é fato comumente descrito pelas análises sintáticas do português.

Já Abreu (1997, p. 34) afirma que as elisões do SV na segunda sentença são para evitar redundância discursiva, ou seja, os falantes preferem deixar elípticos elementos do predicado dessas sentenças. Ora, esse tipo de elipse também seria encontrado em sentenças coordenadas como:

(09) Fernando saiu de casa às dez horas e eu, às onze.
(10) Marta comprou dois vestidos e Carla, três.
(11) Mário está apaixonado pela Valéria e Telmo também.

O que ocorre com essas sentenças é que o falante manifesta nelas também uma intenção comparativa. A frase (11) poderia, por exemplo, ser dita como: "Mário e Telmo estão apaixonados pela Valéria".

A diferença é que a primeira versão reflete a atitude do falante em comparar a paixão de duas pessoas, o que não acontece nesta última. Em (09) e (10), também se comparam, pragmaticamente, horários de saída e compras de vestido. Vejo, por aí, que um fator pragmático (a intenção comparativa) acrescenta a uma oração coordenada a possibilidade de redução, neste caso, por elipse.

Finalmente em (08), a primeira sentença encerra o intensificador *tanto*, que exige a conjunção *que* na terceira sentença, obrigatoriamente. Essa restrição pode ser comprovada pela agramaticalidade de (08a), devido à omissão de *tanto*; bem como pela omissão de *que* em (08b):

1 O *mas*, nesse contexto, conserva nítido valor etimológico de inclusão. Relembro que *mas* deriva do advérbio latino *magis*, cujo valor semântico de base era estabelecer comparações de quantidades e de qualidades, identificando-se nele, ainda, valores secundários de inclusão de indíviduos/objetos em um conjunto, conforme os exemplos: *(a) Contrataremos mais trabalhadores para a indústria, (b) Ele tem mais bugigangas do que seu pai.*

2 Cumpre lembrar que o par *seja... seja* não está de todo gramaticalizado, tanto que, em certas construções, aparece flexionado, por manter o seu valor verbal: a) *Sempre discordam de tudo,* sejam *as discordâncias ligeiras,* sejam *de peso;* b) *Sempre discordam de tudo,* fossem *as discordâncias ligeiras,* fossem *de peso.* A natureza verbal de *seja... seja* ainda é visível na possibilidade de ser flexionado em tempo, pessoa e número, e de — principalmente — co-ocorrer com a conjunção *ou*, como em c) Sejas *tu ou* seja *eu, alguém tem de encontrar a solução do problema*; d) Fossem *amoras* ou fossem *pêssegos, alguém tem de encontrar a solução do problema*. Embora também de origem verbal, *quer... quer*, ao contrário, já está inteiramente gramaticalizado, e permanece sempre invariável.

(08a) * *TEM* o contracto toda a força, como si houvesse escriptura publica, *que* o governo incluiu na concessão que nos foi feita a linha de que se trata...

Como já frisamos, provavelmente essa sentença seria gramatical na fala,[3] por conta de uma prosódia distinta que seria possível imprimir a esse enunciado.

(08b) * *Tanto* tem o contracto toda a força, como si houvesse escriptura publica, o governo incluiu na concessão que nos foi feita a linha de que se trata...

É possível verificar que as expressões t*anto* e *que* estabelecem um encadeamento, do qual derivou em (08) a noção de consequência.[4]

Essa amostra de frases correlativas ilustra uma relação de interdependência, ou seja, a estrutura frásica de duas sentenças que se correlacionam parece estar estreitamente vinculada por expressões conectivas que, no caso, são as conjunções *não só... mas também*, *seja...seja*, *tanto...que* e *mais...do que*.

De fato, essa interdependência tem sido destacada na literatura como o traço característico da correlação, como salientou Blanche Benveniste (1997, p. 100):

> Dans une corrélation, deux parties sont mutuellent dépendantes: Tantôt il pleure, tantôt il rit. Dire l´une sans l´autre fait l´effect d´un énoncé interrompu, Tantôt il rit..., éventuellement utilisé comme tel.

No Brasil, quando descrevera a correlação comparativa, Melo (1954, p. 121) parece ter ido nessa direção:

---

3 Barreto (1914, p. 116-117) questiona essa posição, ao dizer que a elipse do primeiro elemento da correlação consecutiva é frequente:
"Mas o que consecutivo emprega-se muitas vezes sem ser precedido de um antecedente como tal, de tal modo, de tal sorte, de maneira, etc. É elipse freqüente:
Fala <u>que</u> parece um papagaio;
Almocei <u>que</u> foi uma delícia;
"Escura mesmo ao meio-dia, sempre alcatifada de lodo, onde os pés se atolavam até ao artelho, e estreita <u>que</u> dois vizinhos, estendendo o braço, podiam quase apertar as mãos de um lado a outro, a famosa rua..." (Reb. da Silva. De noite todos os gatos são pardos, p. 8);
O pai de Álvaro foi hoje a nossa casa, atribulado <u>que</u> fazia dó!" (Camilo, Lágrimas abençoadas, liv. III, cap. 28, p. 168);
"Nisto a menina que estava ali a ouvir-me, rompeu a chorar <u>que</u> cortava o coração, e a clamar que queria ver seu pai." (O mesmo, O Regicida, cap. 19, p. 177);
"Os olhos brilham, o prazer arregaça-lhe o focinho, e as pernas voam <u>que</u> parecem asas." (Machado de Assis, Quincas Borba, cap. 28, p. 44);
"Palha falou da defunta com muitos encarecimentos; depois contou a dor de Maria Benedita; estava <u>que</u> metia pena." ("ID, ib., cap. 83, p. 159)"

4 Poderíamos pensar em outra interpretação para o par *tanto...que*, tendo como base a sentença: *Ele comeu <u>tanto</u> <u>que</u> estourou.*
Segundo comunicação pessoal feita pelo Prof. Dr. Mário Alberto Perini, em *Ele comeu <u>tanto que</u> estourou*, temos o elemento *tanto*, que é objeto direto de *comeu*, e que faz parte da expressão *tanto que*, que está justamente ligando as duas sentenças. Ou seja, embora *(que) estourou* não seja termo da sentença matriz, ainda assim não está somente colocado ao lado dela, como as coordenadas. Na verdade, o quantificador *tanto* estaria predicando um SN elidido, que serviria de objeto direto a *comeu*. Assim, teríamos algo como: *Ele comeu <u>tanto</u> (macarrão) <u>que</u> estourou.*
A análise como objeto direto resolveria o problema para o caso dos verbos transitivos. Mas o que fazer quando o verbo é intransitivo (como correr, caminhar, dormir)? Teríamos nesse caso, necessariamente, aquilo que a gramática latina chamava "acusativo do objeto interno", isto é *somniare somnium*, *prandere prandium*, etc?

> Correlação é um processo mais complexo em que há, de certo modo, interdependência. Dá-se, neste processo, a intensificação de um dos membros da frase, intensificação que pede um termo.

Assim, a correlação conjuncional pode ser caracterizada como um tipo de conexão de uso relativamente frequente, particularmente útil para emprestar vigor a um raciocínio, estabelecendo uma coesão entre sentenças ou sintagmas, e aparecendo principalmente nos textos apologéticos e enfáticos. A correlação exerce aí um papel importante, pois concorre para que se destaquem as opiniões expressas, a defesa de posições, a busca de apoio, mais do que apenas informar com objetividade os acontecimentos.

Ao adaptar a proposta de Braga (2001, p. 28), que, por sua vez, se baseou em Foley & Van Valin Jr. (1984), posso assim distinguir correlação ou cossubordinação em oposição à coordenação e à subordinação:

a) Correlação (ou cossubordinação): [-encaixamento] [+dependência]. Os dois conectores não estão em uma relação de encaixamento, embora se encontrem em uma relação de dependência no que diz respeito à força ilocucionária e tempo absoluto;

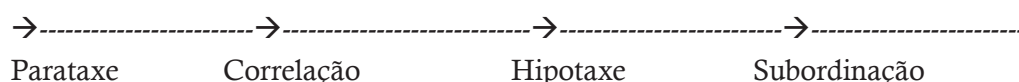
b) Coordenação: [-encaixamento] [-dependência]. Os dois conectores são independentes, a relação entre eles é todo-todo. Daí o fato de cada um poder ter sua própria força ilocucionária e ser especificado, independentemente, quanto a outros operadores como evidenciais, tempo, etc;

c) Subordinação: [+encaixamento] [+dependência]. Um dos conectores está encaixado no outro e a relação entre eles é parte-todo. O junto subordinado codifica informação de "fundo" e não pode ser especificado, independentemente, quanto à força ilocucionária.

Assim, poderíamos dizer que a correlação é uma categoria intermediária, que se dispõe no intervalo de duas categorias tidas como prototípicas, ou seja, a coordenação e a subordinação. A correlação possui traços tanto da coordenação, como da subordinação.

Sem fazer referências explícitas às correlatas, os estudos de Hopper e Traugott (1993), que consideram o processo sintático de combinação de cláusulas de acordo com a perspectiva da gramaticalização, propõem uma redefinição da relação intersentencial por meio do *continuum*: parataxe > hipotaxe > subordinação. As categorias presentes nesse *continuum* seriam descritas tendo em vista os parâmetros dependência e encaixamento. A parataxe se caracterizaria por uma independência relativa, consequentemente, seu vínculo semântico seria inferido pela relevância e pelo sentido que emerge da conjunção das duas, ou mais, cláusulas; não havendo encaixamento de uma cláusula dentro de outra. Esse grupo é formado por orações coordenadas e justapostas, e, segundo os autores, a relação semântica entre elas se dá somente por inferência. Na hipotaxe, haveria uma interdependência entre as cláusulas, que são definidas como núcleo e margem; integrando esse grupo, estariam as orações adverbiais e as relativas apositivas. Por fim, na subordinação, observar-se-ia uma total dependência entre as cláusulas matriz e encaixada. Supomos que as correlatas, nesse modelo, ficariam classificadas entre a parataxe e a hipotaxe.

Somando-se a esses dois quadros teóricos, recuperamos o trabalho clássico de Lehmann (1988) sobre combinação de orações. Nesse texto, o autor estabelece um outro *continuum*, que parte de um pólo de máxima elaboração a outro de máxima compressão (ou condensação) de informação lexical ou gramatical. Nesse *continuum*, coordenação e subordinação ocupariam as extremidades opostas. Lehmann prevê que, entre os dois extremos do *continuum*, possam ocorrer tipos intermediários, como orações correlatas, cláusulas nominais fraca ou fortemente dessentencializadas, cláusulas adverbiais fortemente nominalizadas, serialização verbal, etc.

Imaginando um *continuum* na hierarquia de integração de sentenças, o que negaria uma fronteira rígida entre coordenação e subordinação, teríamos um quadro assim representativo para os quatro tipos de correlatas:

Passando para o par correlativo *tanto...que*, poderemos esclarecer o seguinte:

3 O para correlativo *tanto... que* ou *que*

3.1 Gramaticalização (sintaticização)

Francis (1958, p. 366) analisa as estruturas correlativas como *split structures* (estruturas divididas), não empregando o termo "descontínuas". Igualmente Dik (1972, p. 45-46) é cauteloso ao empregar o termo "descontínuas" para esse tipo de estruturas:

> It is not advisable to treat correlative coordinators as parts of single discontinuous constituents. In a case like both…and, though it is true that both requires a following and, the reverse does not hold: and can occur without both. Moreover, if both…and were a single constituent, the same would apply to both…and…and, to both…and…and…and, and so on ad infinitum.

Também Said Ali (1931, p. 255):

> Feita esta distinção, observaremos que as conjunções pertencem em geral às proposições seqüentes; a algumas porem respondem outras partículas correlativas nas proposições iniciais. Servem elas às vezes de um mero reforço, como no caso de ou...ou..., onde a partícula só é imprescindível na alternativa seqüente.

Ainda Dik põe por terra a hipótese de que esses elementos conjuntivos correlativos pudessem ser analisados como constituintes descontínuos, pois ele mostra que o segundo elemento pode funcionar i) sozinho ou ii) combinado com o primeiro. Isso comprova nossa hipótese de que são dois elementos que se correlacionam e não uma "unidade que se descontinua". Se fosse uma única conjunção, seria presumivelmente impossível dar o significado descritivo de cada uma das partes, ou de um dos pares apenas. Igualmente,

em português, podemos fazer alguns testes formais para comprovar a interdependência dos dois elementos e sua autonomia, como elementos conjuntivos, mormente o segundo elemento do par conjuntivo. Ex.:

(12) [...] "sectario dos inimigos da Nação, por cujos interesses elle tanto pugnou, e antes nos inclinamos a crer, que aceitou a pasta na persuasão de ser util á sua Pátria;" [...] [PE/RE DP 19/1]

(12a)* sectario dos inimigos da Nação, por cujos interesses elle tanto pugnou, e antes nos inclinamos a crer, aceitou a pasta na persuasão de ser util á sua Pátria [...]

(12b) sectario dos inimigos da Nação, por cujos interesses elle PUGNOU, e antes nos inclinamos a crer, que aceitou a pasta na persuasão de ser util á sua Pátria [...]

Igualmente (12a)* é uma sentença agramatical. Já (12b) será sentença aceitável, se alteramos o seu padrão prosódico, enfatizando PUGNOU, objetivo central da nossa exposição. Sem a ênfase, o conjunto de sentenças não teria sentido, pois o *que* introduziria uma subordinada objetiva direta regida pelo verbo *crer*.

3.2 Semanticização

Tendo, por exemplo, a sentença abaixo:

(13) [...] por cujos | interesses elle *tanto* pugnou, e antes nos in- | clinamos a crer, *que* aceitou a pasta na per- | suasão de ser util á sua Patria; [...] [PE/RE DP 19/1]

a terceira sentença "que aceitou a pasta na persuasão de ser util á sua Patria" exprime a consequência de outro fato dado como causa; mas a consequência resulta de uma ênfase referida ao fato causador. Essa ênfase é representada por meio do intensificador *tanto.* Esse intensificador constitui o primeiro termo da correlação. Sem ele, não há como prender a segunda sentença à primeira.

O intensificador, além disso, pode ligar-se ao verbo, como no exemplo acima, mas também a adjetivo, substantivo ou advérbio. Exs.:

(14) [...] por isso que ninguem se pode jactar de ter um passado tão puro, que a maledicencia não possa n'elle descortinar uma falta occulta para traze-la á luz da publicidade. [PE/RE OH 19/2]

(15) [...] e lhe pedimos desculpa de tanta | demora, que não he filha de maldade nossa. || *O Redactor*. [RJ/RJ SL 19/1]

(16) S*enho*r presidente, só quem não tem pratica, só quem não tem | lido as obras de cirurgia, pode afirmar tão cathegoricamente que | as feridas contusas não se reunem por 1a. intensão. [RJ/RJ GM 19/1]

Intensidade é um dos 55 *universal semantics primitives* descritos por Wierzbicka (1996, p. 67-68; p. 141), dentro da categoria que a autora denomina de *very*. É curioso notar que, para o português, quantidade e intensidade são categorias imbricadas. Porque, quando há uma quantificação, que aumenta a extensão de uma classe, concomitantemente haverá uma intensificação, seja positiva, seja negativa, que corroborará para a mudança de limites dessa classe. Assim em:

(17) Comeu <u>tanto</u> cuscuz que teve uma indisposição estomacal.

Como intensificador/quantificador, *tanto* age sobre o SV *comeu.* A segunda sentença "que teve uma indisposição estomacal" exprime a consequência de outro fato dado como causa; mas a consequência resulta de uma ênfase referida ao fato causador, "comer tanto". Essa ênfase é representada por meio do intensificador/quantificador *tanto.* Esse intensificador/quantificador constitui o primeiro termo da correlação. Sem ele, não há como prender a segunda sentença à primeira.

(18) COMEU cuscuz que teve uma indisposição estomacal.

Já em (18), a correlação é mantida. Não se trata de uma supressão da primeira sentença correlata, mas sim da substituição de *tanto* por um outro procedimento linguístico que, apesar da natureza diferente, assegura igualmente a expressão do conteúdo consecutivo. Estamos, pois, diante de procedimentos formalmente diferenciados — um de natureza sintática e outro de caráter prosódico, mas semanticamente equivalentes. O *que* correlativo e o tom de suspensão na palavra COMEU atuam, em definitivo, como requisitos alternativos exigidos para a instância consecutiva, que, como vimos, não pode garantir por si mesma os conteúdos léxicos dos quantificadores intensivos (suprimidos).

Caso contrário, analisarei (18b) "que teve uma indisposição estomacal" como uma sentença subordinada adjetiva, ligada à palavra *cuscuz*. Aí entraríamos em uma problemática maior, talvez produtiva nesses casos, que seria um estudo sobre as sentenças relativas no português.

Considerações finais

A sentença com o *que* consecutivo não só se limita a completar o significado de *tanto,* mas também constitui a garantia de seu valor intensivo. Dessa forma, fica garantida não só sua viabilidade gramatical, mas também semântica: esta particularidade do

significado consecutivo, ao contrário do comparativo, não depende somente do conteúdo léxico do antecedente, mas da construção considerada em seu conjunto. A intensidade consecutiva não corresponde ao conteúdo de nenhum radical em particular, senão o que vem expresso pela relação entre os dois termos da estrutura, o intensificador/quantificador intensivo *tanto* e a oração iniciada por *que*.

A partir do momento em que o intensificador/quantificador *tanto* é suprimido, a correlação continua existindo agora em dois planos de análise, o prosódico e o sintático. A correlação se faz com a palavra que o intensificador/quantificador escopava, agora destacada prosodicamente, com a conjunção da sentença subsequente, formalmente expressa.

Referências

ABREU, Antonio Suarez (1997). Coordenação e subordinação — uma proposta de descrição gramatical. *Alfa*, São Paulo, n. 41, p. 13-37.

BARBOSA, Afrânio; LOPES, Célia (Org.) (2004) *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do séc. XIX: cartas de leitores e cartas de redatores*. Rio de Janeiro, UFRJ. Versão digitalizada.

BARRETO, Mário (1914). *Novíssimos estudos da língua portuguesa: coleção de artigos.* Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BLANCHE-BENVENISTE, Claire (1997). *Approches de la langue parlée en français*. Paris: Ophrys (Collection L´Essentiel Français)

BRAGA, Maria Luiza (2001). Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, 2º. semestre, p. 23-34.

CASTILHO, Ataliba T. de (2007). Abordagem da língua como um sistema complexo: contribuições para uma nova lingüística histórica. In: CASTILHO, Ataliba T. de; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; CYRINO, Sônia Maria Lazzarini; LOPES, Ruth E. Vasconcellos (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo/Campinas: Fapesp/Pontes.

DIK, Simon C. (1972). Repetitive, correlative, and heterogeneous coordinators. In: DIK, Simon C. *Coordination: its implications for the theory of general linguistics*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company. p. 45-47.

FOLEY, W. A.; VAN VALIN Jr., Robert D. (1984). *Functional syntax and universal grammar*. Nova York: Cambridge University Press.

FRANCIS, W. Nelson (1958). *The structure of American English.* New York: The Ronald Press Company.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth. C. (1993). *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

LEHMANN, C. (1988). Towards a typology of clause linkage. In.: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra (Ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Philadelphia: John Benjamins. p. 181-225.

MELO, Gladstone Chaves de (1954). *Novo manual de análise sintática*. Rio de Janeiro: Organização Simões. p. 121-129.

MÓDOLO, Marcelo (2005). *Categorias de 'foco', 'inclusão', 'quantidade', 'intensidade' e a gramaticalização dos pares conjuncionais correlativos*. Projeto de Pós-Doutorado. São Paulo: FAPESP, inédito.

MOURA NEVES, Maria Helena (2008). A difusa zona adverbial. O caso da combinação de orações. *Lingüística*, Santiago do Chile, ALFAL, v. 20, p. 25-47.

SAID ALI, Manuel (1931). *Gramática histórica da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Comp. Melhoramentos de São Paulo.

WIERZBICKA, Anna (1996). *Semantics: primes and universals*. Oxford/New York: Oxford University Press.

La géolinguistique romane: de Gilliéron aux atlas multimedia

Michel CONTINI
Université de Grenoble (France)

Le XXe siècle a été le siècle d'or de la géolinguistique, marqué par la publication d'un très grand nombre d'Atlas couvrant la plupart des aires linguistiques du domaine roman: la réalisation atlantographique a toujours été l'objectif dominant de la discipline. Inspirés par l'ALF de Gilliéron et Edmont, considéré comme le point de départ de la géolinguistique moderne dont on a célébré le centenaire, en ce début de siècle, un grand nombre d'Atlas ont vu le jour, consacrés soit à la totalité de domaines linguistiques, comme l'AIS, l'ALI ou les Atlas nationaux de la Roumanie, soit à de vastes régions de différents Pays, comme la France, la Roumanie ou l'Espagne, soit à des territoires géographiquement moins étendus. A l'aube du nouveau millénaire, tout en prenant conscience du travail considérable accompli et de l'apport scientifique considérable des Atlas pour la connaissance des variétés romanes, la question s'est posée de l'avenir de la discipline. Etait-elle sur le déclin, avait-elle épuisé son rôle ou, au contraire, montrait-elle des capacités d'innovation par l'adoption d'approches scientifiques originales ouvrant la voie à de nouveaux champs de recherche? Au cours des deux dernières décades, ces questions ont fait l'objet d'un grand nombre de Congrès, Colloques, Tables rondes ainsi que d'ouvrages collectifs, réunissant les meilleurs spécialistes de la géolinguistique romane, qui ont permis, à la fois, de faire un bilan des grandes entreprises achevées ou encore en cours et d'exposer ses nouvelles orientations. Il serait long, dans le cadre de cet exposé, d'en donner une liste exhaustive: je me bornerai ainsi à citer, entre autres, Alinei (1990); Ruffino (1992); García Mouton (1994); Alinei et al. (1997); Raimondi, Revelli (2007). De cette réflexion se dégage un constat tout à fait positif à savoir que la problématique de l'espace demeure plus que jamais l'une des préoccupations principales des Sciences du Langage et des Sciences Humaines en général. La situation actuelle en est une confirmation, comme j'essaierai de le montrer, d'une façon très succincte, en regrettant d'avance les inévitables lacunes dans les références bibliographiques, l'espace accordé à mon intervention imposant un choix limité de titres parmi les innombrables travaux consacrés aux différents axes

de recherche de la discipline, des deux côtés de l'Atlantique. Je commencerai donc par faire le point sur la réalisation atlantographique qui se poursuit toujours, entre continuité et innovation. Continuité d'abord, comme le montrent la poursuite de plusieurs grands programmes d'Atlas de première génération, mis en chantier dans la deuxième moitié du siècle précédent, et le lancement de projets nouveaux. Si l'on prend en considération l'ensemble de l'espace roman, on constate que la plupart de ses domaines européens sont aujourd'hui couverts par un, parfois deux Atlas nationaux et/ou par un nombre variable d'Atlas régionaux.

Le domaine portugais constitue une exception.[1] Nous savons cependant que, depuis une dizaine d'années, les enquêtes du futur ALEPG, conduites par l'équipe du *Centro de Linguística da Universidade de Lisboa*, sont terminées. En attendant l'édition globale de l'Atlas, les responsables du projet ont pris l'initiative de commencer la publication des données relatives à l'Archipel des Açores et de donner ainsi la naissance au premier Atlas régional du domaine lusophone européen: l'ALEAç.

Le domaine espagnol ne possède pas non plus d'Atlas national. Un projet d'Atlas couvrant la totalité des domaines linguistiques de la Péninsule Ibérique (ALPI) avait été envisagé avant la première guerre mondiale. Mais c'est au début des années 20 qu'on annonçait le début des enquêtes, sous la double responsabilité d'Amado Alonso et de Navarro Tomás: elles ne devaient commencer, cependant, qu'en 1931. Interrompues par la guerre civile et par le deuxième conflit mondial, puis complétées après ce dernier, elles devaient aboutir, en 1962, à la publication d'un seul volume de cartes d'intérêt phonétique, la majeure partie des données demeurant inédites. Fort heureusement, faisant suite à une première initiative de David Heap de l'Université de l'Ontario occidental (Canada) de numériser et installer sur Internet une partie des matériaux, le CSIC, en 2009, a pris la décision d'entreprendre l'édition globale des données des enquêtes, numérisées, sous la responsabilité de Pilar García Mouton.[2] Après l'entreprise inachevée de l'ALPI, les dialectologues, sous l'impulsion de M. Alvar, se sont orientés, en suivant l'exemple de la France, vers la réalisation d'Atlas régionaux. Les 'chantiers' aujourd'hui achevés (Andalousie (ALEA), Canaries (ALEICan), Aragón-Navarra-Rioja (ALEANR), Cantabria (ALECANT), Castilla-León (ALELe), Castilla-La Mancha (ALeCMan), Estremadura (GONZÁLEZ SALGADO, 2000) couvrent la quasi totalité du domaine hispanique. Le domaine galego a mis en chantier son propre Atlas (ALGa) dont les 5 premiers volumes, sur les 10 prévus, ont déjà publiés depuis 1990.

Déjà couvert par l'ALC de Griera, le domaine catalan, connaît un nouveau projet (ALDC), en cours de réalisation: 3 des 9 volumes programmés ont paru à ce jour. Par ailleurs, un *Petit Atles Lingüistic del Domini Català* (PALDC), sous la direction de J. Veny,

1 Dans l'ALPI, couvrant la totalité de la Péninsule Ibérique, le domaine portugais était représenté par 89 points; les autres 400 points couvraient les domaines espagnol, galego et catalan.

2 Dans ce but, a été constituée une équipe, coordonnée par Pilar García Mouton, qui en est le principal animateur, à laquelle sont rattachés Inés Fernández Ordóñez, David Heap, Maria Pilar Perea, João Saramago et Xulio Susa (GARCÍA MOUTON, 2009). Voir le *site* www.alpi.ca

vient d'être mis en chantier et comportera le même nombre de volumes que son aîné: comme le montrent les deux volumes déjà publiés, les cartes en plusieurs couleurs sont accompagnées, chacune, d'un bref commentaire linguistique.

Concernant le domaine gallo-roman, l'entreprise de l'Atlas Linguistique de la France par Régions soutenue par le CNRS (plus de 70 volumes parus à ce jour), prolongeant et approfondissant l'ALF, est en phase d'achèvement. Grace à une récente initiative, avec le soutien du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques (CTHS), ont été publiés les derniers volumes de deux Atlas, prévus par le programme éditorial: quatre autres sont en préparation. Par ailleurs, toujours avec le concours de ce dernier organisme, ont été saisies informatiquement les données de sept Atlas régionaux et, pour trois d'entre eux, un volume supplémentaire de données inédites; pour deux autres, la saisie est en cours.[3] Dans le même espace linguistique, mais en dehors de la France, l'Atlas Linguistique de la Wallonie (ALW) poursuit son programme éditorial, tout comme l'ALEPO consacré aux parlers gallo-romans du Piémont occidental, dont les trois premiers volumes ont déjà paru, précédés par des publications préliminaires. On attend aussi la parution de l'Atlas des variétés francoprovençales de la Vallée d'Aoste (ALVA). Je n'oublierai pas de mentionner un autre projet, en cours de réalisation, consacré au domaine créolophone et francophone: l'Atlas des Petites Antilles, placé sous la direction de Jean Le Dû (LE DÛ, 2009).[4] Le projet fait suite à un Atlas de la collection des Atlas régionaux de la France qui étudie les parlers de l'île de la Réunion (ALERé).

Le domaine italo-roman est couvert par deux Atlas nationaux: l'AIS, publié dans les années 20, et l'ALI, en cours d'édition. Sept volumes de ce dernier ont déjà été publiés et deux autres sont en préparation: l'entreprise, qui se poursuivra pendant de nombreuses années dans le siècle en cours, devrait comporter vingt volumes regroupant plus de 2000 cartes. En même temps, des projets d'Atlas Régionaux sont en chantier: dans ce domaine, l'Italie a pris du retard par rapport à la France, l'Espagne ou la Roumanie, retard dû probablement à l'existence de deux atlas nationaux, le deuxième présentant un réseau de points particulièrement dense (1000 points d'enquête). Après les Atlas du Frioulan (ASLEF), du Ladin des Dolomites (ALD) et de Toscane (ALT), de nouveaux projets sont consacrés aux variétés dialectales d'autres régions: Sicile (ALS), Campanie (ALCam), Calabre (ALECal), sans oublier le Nouvel Atlas de la Corse (NALC) qui, tout en appartenant au programme des Atlas régionaux de la France, couvre une région linguistiquement italo-romane.[5]

Le domaine roumain, enfin, riche de deux Atlas nationaux (ALR, ALRM), est représenté aussi par un ensemble d'Atlas régionaux couvrant toutes les aires dialectales de la Roumanie, de la République Moldova, ainsi que les variétés sud-danubiennes

3 Pour plus d'informations, voir le *site*: www.cths.fr

4 En dehors des 10 îles de l'archipel, l'Atlas comporte un point au Venezuela et un autre au Brésil (Oiapoque). Il faut signaler aussi que, dans les grandes Antilles, le créole d'Haïti, a déjà fait l'objet d'un Atlas (FATTIER, 2000).

5 Aux parlers de la Corse avaient été déjà consacré deux autres Atlas: l'ALF-Corse, complément de l'ALF, et l'ALEIC de Bottiglioni.

(aroumaines, meglénoroumaine, istroroumaines) de Grèce, d'Albanie, de Macédoine et de Croatie. Les derniers tomes ont été publiés en ce début de siècle, qui a vu naître aussi une nouvelle entreprise, sous la direction de N. Saramandu (ARR Sinteză), avec des volumes de cartes de synthèse réunissant, pour chaque référent, les données relevées par tous les Atlas précédents.

En même temps, d'autres Atlas, publiés ou en cours de publication, parfois dans le cadre de thèses doctorales, ont été consacrés à des aires moins étendues ou à des champs sémantiques particuliers. Il serait difficile d'en donner une liste exhaustive: je mentionnerai, à titre d'exemple, les Atlas du Bierzo, en Espagne (ALBI), de deux aires d'Italie, l'une dans les Abruzes (ALEICA) et l'autre en Toscane (CARPITELLI, 2007), d'une aire sarde méridionale (COSSU, 2000), ou encore l'Atlas linguistique des Lacs italiens (ALLI) ou celui du littoral portugais (VITORINO, 1987).

Et, bien entendu, surtout dans le cadre de ce Congrès, je n'oublierai pas de rappeler les recherches entreprises dans la Romania Nova avec les domaines hispanophones et lusophones et francophones du Continent américain.[6] À la suite des Atlas déjà publiés de la Colombie (ALEC), de l'Uruguay (ADDU), du Mexique (ALMEx), du Canada francophone (PPQ) ou de l'Atlas Guaraní-Roman (ALGR), d'autres sont actuellement en cours de réalisation: je pense en particulier au vaste chantier de l'Atlas du Brésil (ALiB),[7] à ceux du Chili (ALECh), de l'Equador (ALEcu), du Nicaragua (ALN), du Salvador (ALPES) ou aux Atlas supranationaux, comme ceux de l'Amérique Centrale (ALAC), d'Hispano-América (ALH).

Ce rapide tour d'horizon laisse apparaître, à l'évidence, un bilan tout à fait positif: le travail que des générations de géolinguistes ont réalisé jusqu'à nos jours, dans tous les Pays romans, est scientifiquement remarquable. Outre la connaissance des milliers parlers de tradition orale que sont les dialectes, il a permis de constituer d'immenses bases de données qui fourniront matière aux recherches des futures générations. Mais la tâche est loin d'être épuisée. Sans doute, de nouveaux Atlas seront mis en chantier au cours du nouveau siècle, exigeant même des efforts accrus car les dialectes sont partout menacés. Le travail de collectage n'est pas épuisé, loin s'en faut: nous savons qu'un très grand nombre de localités n'ont jamais fait l'objet d'enquêtes dialectales, et cela dans tous les Pays. La sauvegarde du patrimoine culturel que représentent ces langues en péril présente un caractère d'urgence absolue.

Parallèlement aux enquêtes dialectales, dans plusieurs Pays, on a constaté un intérêt croissant pour l'étude des variétés régionales des langues nationales que Telmon (1989) considérait comme les nouveaux dialectes. Les études des régionalismes, surtout lexicaux,

6 Une publication du Centre de Dialectologie de Grenoble a fait le point sur les recherches en géolinguistique en Amérique Latine (CONTINI, 2002). Je renvoie à cet ouvrage pour une bibliographie sur la question.

7 À côté de ce grand projet national, plusieurs Atlas régionaux sont déjà publiés, comme l'APFB (1963), l'ALP (1984), l'ALPa (1994), l'ALS (1987, 2002), l'EALMG (1977), l'ALERS (2002), l'ALISPA (2004), l'ALMA (2004) ou encore, pour prendre un exemple parmi les atlas de régions plus limitées, celui du Grand ABC (CRISTIANINI, 2007). D'autres Atlas sont en cours de réalisation (Acre, Ceará, Maranhão, Mato Groso, Mato Groso do Sul, Pará, Rio Grande do Norte, Estado de São Paulo, Paraná II).

de leur origine, de leur emploi dans les différentes couches de la société, de leur répartition géographique comparée à celle des formes correspondantes employées dans les variétés dialectales, a fait l'objet de nombreuses publications. C'est sans doute en France qu'elle a connu un développement précoce, faisant suite à l'achèvement annoncé du chantier des Atlas régionaux, et motivée aussi par le recul plus marqué des dialectes: je pense, entre autres, aux régionalismes relatifs à l'aire francoprovençale caractérisée, en territoire français, par un nombre très faible de dialectophones et qui ont fourni la matière à plusieurs ouvrages à la suite de celui que Tuaillon (1983) a consacré à une localité du Dauphiné. Il est possible que ces recherches se développent dans les prochaines années tout comme les recherches géotoponymiques.

Expressions d'une langue figée, les microtoponymes peuvent révéler, entre autres, l'extension primitive de types lexicaux, survivant seulement dans certaines aires dialectales, et fournir des renseignements précieux sur leurs motivations primaires. Etant donnée leur origine dialectale, dans la majorité des cas, tout comme les régionalismes, ils constituent, pour les dialectologues-géolinguistes, des axes de recherche privilégiés, complémentaires à la réalisation des Atlas. J'ajouterai que la sauvegarde de la mémoire toponymique présente aussi un caractère d'urgence car la disparition des dialectophones se traduira forcément par l'oubli d'un grand nombre de lieux-dits que, seuls les patoisants, peuvent encore connaître. Cela est démontré par différents travaux, parmi lesquels je mentionnerai les ouvrages consacrés aux noms du paysage alpin (BESSAT; GERMI, 2001) ou encore le chantier de l'*Atlante Toponomastico del Piemonte Montano* (ATPM). Devraient être mentionnés, enfin, des projets d'intérêt géolinguistique consacrés à d'autres aspects de la langue comme la parémiologie: à titre d'exemple je signalerai, un projet concernant le domaine italo-roman (FRANCESCHI et al., 2000), et le projet BADARE, sous forme d'une Base de Données, piloté par J. E. Gargallo Gil de l'Université de Barcelone et consacré à l'ensemble de l'espace roman.

Pour la représentation cartographique, la plupart des Atlas mentionnés, dits 'classiques', utilisaient – et certains continuent à le faire – la transcription phonétique des données brutes, placée à côté de chaque point d'enquête. D'autres ont rompu avec cette tradition en adoptant de nouveaux moyens de présentation et d'exploitation des matériaux. Certains, ont opté pour des cartes à symboles, chaque symbole renvoyant à un même type lexical ou à un même trait phonétique ou morphologique ou encore pour des cartes à isoglosses (ou isophones) délimitant des aires aux caractéristiques homogènes qui peuvent aussi être mises en évidence par l'utilisation de la polychromie. D'autres, comme l'Atlas de la Wallonie ou le Petit Atlas Linguistique du domaine catalan, déjà mentionnés, ont adopté, outre la première et la dernière présentation, respectivement, une analyse linguistique des données de chaque carte, ce qui en fait, dans une certaine mesure, des Atlas interprétatifs, dont il sera question ci-après. Mais, depuis la dernière décennie du XXe siècle, une nouvelle génération d'Atlas connaît un grand développement, rendu possible par celui de l'informatique: abandonnant la représentation cartographique

sur support papier, la géolinguistique s'oriente désormais vers des Atlas ou des Bases de Données Multimédia, avec des accès audio et vidéo, consultables sur CD-ROM ou sur réseau. Pour chaque localité explorée, ces nouveaux Atlas permettent l'écoute des données enregistrées, par simple cliquage sur les localités enquêtées figurant sur un fond de carte affiché sur écran. En sélectionnant préalablement un référent dans un menu, donné on peut entendre la prononciation de la désignation correspondante, dans chacun des points d'enquête: en cliquant successivement sur des points différents on peut ainsi percevoir soit la variation phonétique d'un même type lexical, soit le changement de désignation. Les programmes permettent aussi la visualisation simultanée des informateurs, filmés pendant l'enquête, avec la possibilité d'observer des paramètres importants du processus de communication comme la gestualité ou la mimique faciale. On peut par ailleurs visualiser les données en transcription phonétique et/ou, orthographique, et réaliser une cartographie automatique pour mettre en évidence la répartition géographique des différents traits (lexicaux, phonétique ou morphosyntaxiques) pris en considération. Dans le domaine roman c'est H. Goebl (1992) qui, le premier, envisagea la création d'un Atlas Linguistique Parlant qui allait constituer une partie de l'Atlas ladin déjà mentionné, avec 3 CD-ROM. Quelques années plus tard, s'inspirant des travaux de Goebl, un projet d'Atlas consacré à une micro-aire située à cheval entre le sud du domaine francoprovençal et le nord du domaine provençal alpina été réalisé auprès du Centre de Dialectologie de Grenoble (MARQUET, 1995) : il allait être suivi par le projet ALMURA, en phase d'achèvement, portant sur l'ensemble du domaine francoprovençal. A ce même domaine linguistique est consacré l'ALAVAL (KRISTOL, 1997; KRISTOL et al., 2000) sans doute le meilleur exemple de cette nouvelle génération d'Atlas auquel s'inspire aussi le projet d'Atlas Multimédia de la Sardaigne (ALIMUS) qui vient d'être mis en chantier. Une autre entreprise à dimension nationale – elle concerne l'ensemble du domaine italo-roman – est née à l'initiative de l'Université Humboldt de Berlin: il s'agit du projet VIVALDI, qui se propose de publier sur CD-ROM et d'installer sur réseau les données sonores et visuelles relevées au cours de nouvelles enquêtes réalisées dans toutes les régions de l'Italie (KATTENBUSCH, 1995, 2004).[8] D'autres Atlas sont aujourd'hui numérisés, comme l'Atlas de la Toscane ou l'Atlas de Castilla-La Mancha, premier Atlas régional espagnol implanté sur réseau ou encore, en Amérique latine, l'Atlas Linguistique Sonore du Pará (RAZKY, 2008). La même orientation est aussi envisagée, en Italie, pour les Atlas de la Campanie et de la Calabre. Celui de la Sicile, en cours de réalisation, prévoit la constitution d'une BD informatisée, mais aussi l'édition de volumes de cartes permettant l'analyse de la variation diatopique et diastratique et de cartes, d'intérêt ethnolinguistique, sur des champs sémantiques particuliers (jeux, culture alimentaire, métiers traditionnels), sur le modèle de celui qui a été consacré aux désignations de la toupie (RUFFINO, 1997). Le projet THESOC (Thesaurus occitan) dirigé par J.-Ph. Dalbera, implanté à Nice, constitue une Base de

8 À l'heure actuelle (2009) ont été réalisées des enquêtes en Sicile, Sardaigne, Molise, Ombrie, Ligurie, Vallée d'Aoste, Piémont, Trentino-Alto Adige et Friuli-Venezia Giulia. Voir: www.geolectos.com/atlas.htm

Données Multimédia, recensant la totalité des données des Atlas du domaine occitan, publiées ou inédites: il permet la cartographie automatique des données et constitue un outil de travail très performant pour l'analyse géolinguistique (BRUN-TRIGAUD; OLIVIÉRI, 2009).[9] La nouvelle génération de dialectologues-géolinguistes s'orientera sans doute vers ce type de réalisations, permettant à la communauté scientifique de disposer plus facilement de la très vaste documentation linguistique consultable, jusqu'à présent, dans des ouvrages peu accessibles, enrichie par l'accès à la base audio.

S'il est vrai que la production atlantographique ou de nouvelles réalisations informatisées représente déjà une somme de travail considérable, et incontournable, mobilisant, parfois pendant des décennies, des équipes de chercheurs, il est non moins vrai que cela représente seulement un premier stade de la recherche. La démarche scientifique exige que ce premier stade soit suivi par l'interprétation linguistique des données collectées qui est loin d'être achevée, et cela pour l'ensemble des domaines dialectaux, romans ou non romans. C'est pour répondre à cette exigence que, dans les années 70, a été lancé le projet supranational et multilingual *Atlas Linguarum Europae* (ALE), parrainé par l'UNESCO, engageant un grand nombre de dialectologues de tous les pays d'Europe dans une entreprise novatrice de géolinguistique ayant comme objectif l'analyse lexicale comparée des variétés dialectales de tout un Continent, représentées par un réseau de plus de 2600 points d'enquête (ALINEI, 1997). Même si des précurseurs ont existé avant sa mise en chantier – je pense, entre autres, au SAGGIO de Terracini et Franceschi (1964) ou encore à l'Atlas de la Wallonie –, l'ALE inaugure véritablement une nouvelle génération d'Atlas, celle des Atlas interprétatifs. Matériellement, chaque volume de cet Atlas comporte deux tomes: l'un rassemble les cartes et l'autre les commentaires linguistiques relatifs à chacune d'entre elles. Mais la principale innovation de l'Atlas de l'Europe se trouve dans la démarche d'analyse linguistique de l'immense Base de Données que constituent les enquêtes à l'échelle d'un Continent, démarche qui privilégie les recherches sur la motivation sémantique à l'origine des désignations actuelles. Elle dépasse ainsi le cadre habituel de l'interprétation prenant en compte la variation sémasiologique ou phonétique et la référence aux bases étymologiques connues, quand cela est possible, ou du moins supposées. D'une part cela s'avère inefficace pour expliquer des désignations comme « *pain et fromage* » pour la belette, « *arc de la vieille* » pour l'arc-en-ciel, ou encore « *petite vache du Bon Dieu* » pour la coccinelle. D'autre part, elle laisse dans l'ombre un élément du plus grand intérêt: à savoir que, par delà la grande variabilité des désignations, on peut retrouver, pour un même référent, une même motivations dans des variétés dialectales d'un espace multilingual, aujourd'hui très éloignées. Cette approche sémantique révèle, sinon des parentés génétiques entre ces dernières, du moins des démarches semblables dans le processus de création lexicale. C'est que montre l'analyse de nombreuses cartes de l'Atlas européen, mais aussi de l'ALiR (voir ci-après), ouvrant la voie à une typologie motivationnelle (CONTINI, 2005). Certes le problème de la motivation a été abordé, par

9 Je rappellerai aussi l'informatisation des données d'un certain nombre d'Atlas régionaux de la France (note 2).

plusieurs linguistes en dehors de l'ALE: je pense, entre autres, à Guiraud (1982). Dans le cadre de cet Atlas, cependant, l'analyse motivationnelle devient une approche globale, reposant sur une réflexion théorique approfondie, présentée par Alinei dans de nombreuses publications (1983, 1984, 1986, 1995, 1996a, 1996b). En opposition à la théorie saussurienne sur le caractère arbitraire du signe linguistique, est affirmé le principe qu'à l'origine toutes les désignations sont motivées par des traits qui peuvent être de nature différente. Une fois acceptée et adoptée par la communauté, chaque nouvelle désignation évolue par la suite dans le cadre de la langue dont elle subit toutes les contraintes: à ce stade, et surtout avec la perte de la motivation initiale, elle peut devenir arbitraire et donner naissance à des phénomènes de remotivation, les création nouvelles à leur tour, entreprenant un nouveau cycle motivation > arbitraire > remotivation (DALBERA, 2006). La motivation étant souvent un reflet des structures socioculturelles dominantes, au cours de l'évolution des sociétés humaines, et cela depuis les temps les plus reculés, les recherches, ouvrent la voie, comme le souligne Alinei, à une nouvelle géolinguistique, voire à une nouvelle linguistique historique reposant sur la chronologie relative des motivations. Elles impliquent aussi, nécessairement, une ouverture de la dialectologie et de la géolinguistique à la collaboration interdisciplinaire, en particulier avec d'autres disciplines des Sciences Humaines comme l'ethnologie, l'archéologie (RENFREW, 1990), l'histoire, l'histoire des religions ou encore avec la génétique qui révèle l'existence d'une correspondance entre les aires linguistiques et l'évolution des traits génétiques de leurs populations (CAVALLI SFORZA et al., 1988; PIAZZA, 1988, 1995; CONTINI et al., 1994). Cette ouverture vers une collaboration pluridisciplinaire ressort des analyses des zoonymes, des phytonymes ou des désignations des phénomènes naturels parues dans les volumes de l'ALE déjà publiés:[10] elle est remarquablement exposée dans l'ouvrage majeur de Mario Alinei sur l'origine des langues d'Europe (ALINEI, 1996b-2000). L'expérience de l'Atlas européen a montré, par ailleurs, que c'est à travers l'analyse des formes dialectales, expressions de l'oralité, plus conservatrices, et qui constituent un patrimoine lexical d'une très grande richesse, et non pas sur les langues nationales, normalisées, standardisées, que les recherches sur la motivation sémantique sont appelées à se développer. Ce qui ouvre à la dialectologie et à la géolinguistique des vastes perspectives de recherche.

La même orientation se retrouve dans le projet *Atlas Linguistique Roman*/AliR, qui constitue une filiation de l'ALE, lancé en 1987 à l'initiative du Centre de Dialectologie de Grenoble (CONTINI; TUAILLON, 1995). Ses sources sont constituées par l'ensemble des données collectées dans le cadre des Atlas nationaux et régionaux déjà publiés, mais aussi par des données encore inédites relatives à des Atlas en cours d'édition ou de réalisation. Faute d'entreprises de géolinguistique correspondantes dans l'ensemble du Continent latino-américain, à de rares exceptions près, il n'était pas envisageable d'inclure ses

10 Voir en particulier les contributions d'Alinei (1983, 1986), de Barros Ferreira et Alinei (1990), de Caprini et Alinei (2008).

nombreux Pays dans le réseau de l'ALiR, déjà très dense:[11] ont été inclus, en revanche, les archipels des Canaries, des Açores et de Madère ayant fait l'objet d'enquêtes dans le cadre d'Atlas nationaux ou régionaux des domaines portugais et hispanique, qui ne figuraient pas dans l'Atlas européen. Huit Pays européens sont engagés dans le projet (Portugal, Espagne, France, Belgique, Suisse, Italie, Roumanie, République Moldova), représentés par les meilleurs spécialistes de tous les domaines linguistiques romans, dont les auteurs et les responsables des différents Atlas, constituant des Comités nationaux ou de domaines linguistiques (catalan, galego), chacun étant représenté au sein du Comité International de Rédaction. Comme son aîné, l'ALiR est un Atlas interprétatif consacré prioritairement – mais non exclusivement – à l'analyse lexicale de toutes les variétés dialectales de cet espace linguistique, privilégiant l'approche motivationnelle: les cartes sont donc pour la plupart, des cartes de motivations. Parallèlement à l'édition sur support-papier,[12] a été élaboré récemment un programme pour la constitution d'une BD informatisée de l'ALiR, implantée à l'Université de Santiago de Compostela, sous la responsabilité de Manuel González González, permettant à la communauté scientifique d'accéder, sur réseau, à l'ensemble des données brutes qui, par l'orientation de l'Atlas, ne figurent pas intégralement sur les cartes. Les chantiers des deux Atlas supranationaux sont destinés à se poursuivre encore pendant de nombreuses années et les recherches sur la motivation constitueront sans doute l'un des thèmes de recherche majeurs de la géolinguistique romane.[13]

Dans la même perspective d'une interprétation des données s'inscrivent les recherches dialectométriques dont l'analyse quantitative, permettant une mesure objective de la variabilité ou de la proximité linguistique, connaît un intérêt croissant. S'il est vrai, comme je le rappelais, que certains dialectologues se sont confrontés aux approches de la phonétique instrumentale pour mesurer les paramètres physiques des réalisations phonétiques, quantifier leur variabilité en fonction de leur entourage, mais aussi la variabilité intra- et interlocuteur, ou intergénérationnelle, il est vrai aussi que la majorité d'entre eux ont montré souvent une certaine méfiance à l'égard des approches quantitatives. Malgré tout, des dialectologues ont entrepris, en analysant les données des Atlas et leur variabilité dans l'espace, d'évaluer la distance linguistique entre les différents points d'un réseau, en prenant en compte, à la fois, les traits communs et les traits différenciateurs, de nature phonétique, morpho-syntaxique ou lexicale. La méthode, développée pour la première fois par Séguy dans le cadre de l'Atlas de la Gascogne mais aussi par Guiter pour l'Atlas des Pyrénées orientales, a été reprise, avec le support d'une réflexion théorique, par Goebl (1976, 1981, 1983, 2002), qui l'a appliquée, en particulier, à plusieurs aires linguistiques des domaines italo-romans et gallo-romans en utilisant les données des Atlas respectifs.

11 Il comporte 1037 points ou micro-aires: ces dernières concernent les domaines gallo-roman, italo-roman, galego et rhéto-roman. Le réseau de l'AliR est beaucoup plus dense que celui de l'espace correspondant de l'ALE.

12 Comme l'ALE, chaque volume de l'Atlas Roman comporte deux tomes: un tome Atlas et un tome avec les commentaires linguistiques de chaque carte.

13 Dans ligne des Atlas interprétatifs se situe l'ouvrage de Brun-Trigaud et al. (2005) ainsi que le Petit Atlas Linguistique du Domaine Catalan, déjà mentionné.

Inspirées par les travaux de Goebl, de nouvelles recherches ont été consacrées à d'autres domaines linguistiques: je signalerai, parmi d'autres, celles de Saramago (1986, 1992), Vitorino (1987), Saramago et Bettencourt Gonçalves (2003), pour le domaine portugais; d'Álvarez Blanco et al. (2006), pour le domaine galicien; de Clua (2004), pour le domaine catalan; de Cossu (1995), pour le sarde. Sans doute des analyses plus approfondies devront être réalisées, portant sur tous les aspects de la langue. Pour ce qui concerne la prosodie, j'ai rappelé que l'objectif majeur d'AMPER consiste à définir l'identité intonative des différentes variétés en mettant en évidence les traits pertinents qui les caractérisent les unes par rapport aux autres, pour aboutir à une typologie prosodique des parlers romans. Pour l'atteindre, le développement d'une approche de 'dialectométrie prosodique' permettant d'évaluer, automatiquement, la distance intonative entre ces dernières, apparaît incontournable. Des travaux préliminaires ont déjà été réalisés dès la fin des années 90 (HERMES, 1998; ROMANO, 1999*2001) et plus récemment par Romano et Miotti (2008) et par Rilliard et Lai (2008): ils ouvrent sans doute un axe de recherche fructueux.

La géophonétique dialectale du domaine roman connaît aussi un regain d'intérêt. On sait que les dialectologues ont toujours prêté une grande attention à la structure phonétique des parlers qu'ils étaient censés décrire et l'apport fondamental de la géolinguistique à la phonétique historique est bien connu. Je rappellerai, en passant, que le premier Atlas Linguistique publié, le *Petit Atlas phonétique du Valais roman* de Gilliéron, servit d'essai au même auteur pour l'immense projet que fut, quelques années plus tard, l'ALF. Nombreux sont les Atlas qui consacrent un nombre variable de cartes comme le Nouvel Atlas de la Corse, voire un volume entier, comme l'Atlas Galego, à la répartition géographique des traits phonétiques qui peut être observée, par ailleurs, à partir d'un choix de cartes lexicales comme dans l'Atlas de la Péninsule Ibérique ou dans l'Atlas d'Aragon, Navarra et Rioja. On sait aussi que la phonétique instrumentale, depuis ses origines au XIXe siècle, a souvent été associée aux recherches dialectales et que des dialectologues-phonéticiens se sont très tôt familiarisés avec le kimographe et la palatographie (MILLARDET, 1933) et, plus tard, avec la phonétique acoustique (entre autres, ROSSI, 1976; CONTINI, 1983-1987; SEGURA DA CRUZ, 1987; SARAMAGO, 1992; ROLÃO BERNARDO, 1999; CALAMAI, 2002). Aujourd'hui, les Bases de Données que constituent les innombrables enquêtes au cours du dernier siècle, et surtout leurs enregistrements sonores, lorsqu'ils existent, devraient fournir la matière à des analyses approfondies du phonétisme des différentes variétés dialectales, avec des réalisations parfois assez exceptionnelles ou, en tout cas, insuffisamment décrites, en vue de la constitution de typologies phonétiques .

Beaucoup reste à faire pour une géophonologie des variétés romanes: il faut reconnaître que les dialectologues ont tardé à s'intéresser à cette branche de la linguistique.[14] Pourtant, un ouvrage comme celui de Martinet (1956), consacré au parler francoprovençal d'Hauteville, s'inspirant de la démarche pragoise classique, avait démontré que les variétés

14 Des exceptions existent cependant. Je pense, entre autres, à l'ALG qui consacre à la phonologie une partie du vol. 6 ou au NALC.

dialectales pouvaient constituer un excellent terrain d'expérimentation pour une analyse phonologique. Dans les années qui suivirent, il servit de modèle à de nombreux travaux. Plus tard, d'autres dialectologues ont adopté les approches du binarisme de Jakobson et sa référence à la structure acoustique, la démarche générativiste standard (CHOMSKY e HALLE) ou, plus récemment, celles de la phonologie générative non linéaire ou de la phonologie autosegmentale, centrées sur la syllabe. Peu de travaux, cependant, ont été consacrés à la variation dans la dimension diatopique. Les recherches des dialectologues en vue d'une typologie phonologique des variétés de l'espace roman sont appelées à se développer (SCHMID, 1999). Si l'on se réfère au classement phonologique des langues du monde proposé par Maddieson (1983),[15] le domaine roman, dont on connaît la très grande variété dialectale, est représenté, en tout et pour tout, par trois langues nationales, normatives, à savoir l'espagnol, le français et le roumain, dont on connaît, par ailleurs, la variabilité des descriptions. C'est la raison pour laquelle l'AliR prévoit dans son programme éditorial la publication de deux volumes consacrés l'un au phonétisme des parlers romans, dans une double perspective synchronique et diachronique, et l'autre à leurs structures phonologiques.[16] Dans cette perspective, des travaux préliminaires (CONTINI, et al., 1986; CONTINI, 1996) avaient montré qu'une telle entreprise était tout à fait réalisable: l'informatisation de l'ensemble des données des Atlas, plus que jamais souhaitable, devrait faciliter la tache.

Une autre lacune, beaucoup plus sérieuse, mérite d'être comblée: il s'agit de la prosodie, le parent pauvre des recherches dialectales et géolinguistiques. On sait que, dans ce domaine, les recherches ne peuvent pas être envisagées en dehors d'une approche instrumentale, analysant des *corpus* semblables et donc comparables: ce qui nécessite la réalisation d'enquêtes spécifiques. Il y a encore peu de temps, tout, ou presque tout, restait à faire: la situation a connu une évolution importante en ce début de siècle et la géoprosodie a trouvé aujourd'hui sa place dans la géolinguistique romane. Dès son lancement, le projet ALiR avait renoncé à prendre en considération la dimension prosodique, et notamment l'intonation, dont l'importance, pour la caractérisation des variétés dialectales, avait été perçue par nombre de dialectologues. Á l'occasion d'un Congrès International de Dialectologie qui se déroulait à Bilbao, j'avais eu l'occasion d'expliquer les raisons de ce choix dû à plusieurs facteurs. La complexité de l'analyse prosodique d'abord, l'intonation constituant une réalité fortement conditionnée par des données subjectives, émotionnelles et situationnelles, réalisée et perçue par le biais de nombreux paramètres physiques. Deuxièmement, l'absence d'un support théorique solide et les difficultés inhérentes à une approche méthodologique, souple et fiable, permettant une analyse contrastive du

15 L´ouvrage présente les systèmes de 317 langues représentant les principales familles de langues: dans des travaux ultérieurs (MADDIESON; PREKODA, 1989), leur nombre a dépassé les 500. Ces travaux ont inspiré de nouvelles recherches sur la typologie des systèmes phonologiques conduites à l'ICP de Grenoble (VALLEE et al., 2002): elles se poursuivent actuellement, à Grenoble, au sein du laboratoire GIPSA-lab (UMR 5216 du CNRS).

16 Dans cette optique, le récent Atlas consacré à la structure phonétique et phonologique de l'anglais de l'Amérique du Nord constitue un excellent exemple (LABOV et al., 2006).

phénomène (CONTINI, 1992).[17] J'ajouterai aussi, le faible nombre de dialectologues motivés par des recherches dans ce domaine, possédant une formation solide en phonétique acoustique et maîtrisant une approche instrumentale, ce qui expliquait (et explique encore) le nombre relativement réduit des travaux sur la prosodie dialectale. Et enfin, le petit nombre de laboratoires de phonétique convenablement équipés pour ce type de recherche, et cela jusqu'aux années 80. Malgré ces difficultés, dans la même communication, je préconisais la réalisation d'une géoprosodie romane qui paraissait tout à fait envisageable même si, à ce moment-là, sur le plan pratique, les problèmes de la représentation et surtout des moyens permettant une comparaison multilinguale des structures prosodiques, n'étaient pas résolus. Il a fallu cependant attendre encore quelques années pour que le projet devienne réalité. Il faut dire que l'informatique offrait des possibilités nouvelles d'analyse et de représentation des données et les mettait à la disposition du plus grand nombre: plus besoin de disposer de laboratoires équipés d'appareillages coûteux et difficiles d'accès. Le développement des réseaux (type Internet) permettait d'envisager un autre type d'Atlas, à partir d'une Base de Données intonatives (ROMANO; CONTINI, 2001; CONTINI et al., 2003). C'est dans ce contexte favorable que, vers la fin des années 90, un nouveau projet appelé AMPER (Atlas Multimedia Prosodique de l'Espace Roman) a vu le jour à l'initiative du Centre de Dialectologie de Grenoble: son l'objectif était, et demeure, la réalisation d'un Atlas prosodique permettant de connaître et de comparer les structures intonatives des principales modalités des variétés dialectales romanes. Le projet, complémentaire de l'Atlas roman, bénéficiait de l'expérience acquise par l'équipe grenobloise dans le cadre de nombreux travaux préliminaires consacrés à l'intonation de différentes variétés romanes,[18] qui avaient permis, en particulier, l'élaboration d'une approche méthodologique commune, de stratégies concernant la constitution du *corpus*, son enregistrement, l'analyse instrumentale et l'interprétation de données, tenant compte de la nature multiparamétrique de l'intonation. Contrairement à ALiR, dont les sources étaient déjà en grande partie disponibles, pour le nouveau projet tout restait à faire, à commencer par les enquêtes et l'analyse instrumentale, incontournable cette dernière pour l'étude de la prosodie. Par ailleurs, un Atlas intonatif pouvait difficilement être envisagé comme un Atlas traditionnel, sur support papier.[19] La Base de Données sur laquelle il repose permet l'écoute des phrases du *corpus* par la vive voix des dialectophones interrogés, la visualisation, sur l'écran, des tracés de la variation de Fo et de l'Intensité et des histogrammes avec la variation de la Durée, obtenus par l'analyse instrumentale. L'affichage simultané des tracés du même type de phrase dans différentes variétés facilité par ailleurs la

17 Certes, en dehors du domaine dialectal, de nombreux travaux étaient consacrés à l'intonation. Cependant ils se caractérisaient, et se caractérisent toujours, par des approches très différentes, qu'il s'agisse du support théorique, de la constitution du *corpus*, du contenu et de l'étendue de ce dernier, de la démarche instrumentale choisie ou des objectifs à atteindre. Cette hétérogénéité rend impossible leur utilisation en vue d'une analyse contrastive.

18 Je rappellerai, en particulier, Contini, Profili (1989); Cabrera (1994); Rhardisse (1995); Contini et al. (1995); Lai et al. (1997); Roulet (1999); Romano (1999).

19 Cela a été envisagé, cependant, pour représenter la variabilité dans l'espace des structures accentuelles (BRUCE; GÅRDING, 1978 ; GÅRDING, 1982).

comparaison interdialectale (CONTINI, 2007). Le lancement officiel du projet, a eu lieu au début de l'année 2001, à l'occasion d'un premier Séminaire International d'AMPER organisé par le Centre de Dialectologie de Grenoble[20] qui a permis: 1) de faire le point sur les recherches déjà existantes, ou en cours, sur la prosodie dialectale en domaine roman; 2) de préciser ses objectifs; 3) de mettre au point les approches méthodologiques; 4) de définir des règles permettant de constituer un *corpus* des phrases ayant des structures comparables. Dans un premier temps, le choix a porté sur des phrases simples du type SN+SV, avec différentes expansions de chacun des syntagmes, et à deux modalités fondamentales : déclarative et interrogative. Cela peut paraître insuffisant: mais, pour ceux qui connaissent la complexité des analyses prosodique, nécessitant, entre autres, des traitements statistique et donc plusieurs répétitions d'une même phrase ainsi que l'utilisation de plusieurs informateurs, cela représente déjà un travail très important. Un développement ultérieur des recherches comportera la prise en compte de structures de phrase plus complexes et d'autres modalités. Lorsque cela est possible, les schémas prosodiques des variétés dialectales sont comparés avec ceux de la langue nationale, dans la prononciation d'un même locuteur dialectophone, en utilisant, pour cette dernière des phrases de structure semblable. Les résultats déjà obtenus (ROMANO, 1999; ROULLET, 1999; LAI, 2002) montrent que l'intonation dialectale se retrouve dans la prononciation de l'italien régional employé par leurs informateurs respectifs. Le projet AMPER, contrairement à l'ALiR, a étendu son réseau aux pays d'Amérique Latine, puisque les enquêtes sur l'intonation restent à faire. A ce jour, elles sont en cours au Brésil, parallèlement au grand chantier de l'Atlas Linguistique du Brésil, au Chili, au Vénézuela, en Argentine et à Cuba (CONTINI et al., 2008). Actuellement, 30 Universités ou organismes nationaux de recherche sont impliqués dans le projet qui suscite, sur le plan international, un intérêt croissant. Preuve en est, tout d'abord, l'importance des publications (plus de 200, dont deux volumes monographiques: LAI, 2005; DE CASTRO MOUTINHO; COIMBRA, 2008) qui lui ont déjà été consacrées; preuve en est aussi le fait que les Congrès de Phonétique Expérimentale de Santiago de Compostela (2005) et de Granada (2008) aient accordé à la présentation des communications relatives au chantier, une journée entière sur les trois prévues. La Base de Données, installée auprès de l'Université Stendhal de Grenoble (GIPSA-lab UMR 5216 du CNRS), été réalisé par A. Rilliard (Paris/Orsay LIMSI) qui assume la responsabilité de la gestion, entouré d'une équipe comprenant un membre de chaque Comité: elle rassemble les enquêtes au fur et à mesure de leur réalisation. Elle est actuellement

20 Le projet est placé sous la double responsabilité de M. Contini (Université Stendhal de Grenoble) et A. Romano (Università degli Studi di Torino), qui en assurent la Coordination Internationale, le Secrétariat scientifique étant confié à J.P. Lai (Université de Grenoble). Il s'est doté d'un *Comité scientifique* comprenant les responsables de différents Comités nationaux, ou de domaines linguistiques, de l'espace roman. Le programme d'acquisition et d'analyse de la Base de Données informatique, aujourd'hui opérationnelle, a été réalisé par A. Rilliard (LIMSI d'Orsay), qui assume la responsabilité de la gestion, entouré d'une équipe comprenant un membre de chaque Comité: elle est installée auprès de l'Université Stendhal de Grenoble (GIPSA-lab UMR 5216 du CNRS), et rassemble les enquêtes au fur et à mesure de leur réalisation.

opérationnelle et contient déjà des enquêtes relatives aux principaux domaines dialectaux de l'espace roman européen.[21]

L'analyse de la morphologie et de la syntaxe a été souvent négligée par la géolinguistique, la plupart des Atlas réservant peu de place à ces aspects de la langue. Il existe cependant des exceptions. Je pense, entre autres, pour le domaine gallo-roman, à l'ALW qui consacre une partie du deuxième volume aux aspects morphologiques, à l'ALG avec les volumes 5 et 6 consacrés, respectivement, au verbe et, en partie, à la morphosyntaxe,[22] ou, plus récemment, à l'Atlas du Mexique dont le vol. 2 étudie la morphologie ou encore à l'Atlas de la Galice avec les deux premiers volumes qui analysent la Morphologie Verbale et non verbale. Plus récemment, d'autres projets ont été mis en chantier: je pense, entre autres, au projet CORDIAL-SIN du Centre de Linguistique de l'Université de Lisbonne qui envisage l'étude de la syntaxe des dialectes portugais européens, ou encore au programme ASIS de l'Université de Padoue analysant les structures syntaxiques des variétés linguistiques du nord de l'Italie. Il serait souhaitable que des projets semblables soient consacrés à d'autres domaines dialectaux disposant déjà de sources comparables et que, pour les aires dialectales moins bien loties, des enquêtes spécifiques soient entreprises, comme c'est le cas pour la prosodie: l'étude de la variation des traits morpho-syntaxiques, réserve sans doute des informations précieuses sur l'identité linguistique des variétés romanes et peut apporter à la géolinguistique un éclairage nouveau. Je rappellerai, en passant, que l'AliR prévoit de publier un volume entier sur la morphologie romane, avec une quarantaine de cartes, à partir des sources disponibles pour l'ensemble des aires dialectales.

La géolinguistique a dû tenir compte, par ailleurs, de l'évolution du paysage dialectal. D'une part, les déplacements de populations dus, à des contraintes socio-économiques, et le développement des moyens de communication ont multiplié les contacts entre variétés dialectales de différentes origines, surtout dans les zones urbaines; d'autre part, la progression du niveau d'instruction, se traduit par une influence grandissante des langues nationales et par l'affaiblissement général de l'usage du dialecte, surtout chez les nouvelles générations.[23] Dans ce contexte, de nouvelles orientations apparaissent dans les recherches géolinguistiques qui, dans le passé, en privilégiant le monde rural, avaient visé, prioritairement, à relever les données dialectales les plus 'pures' ou le moins 'contaminées' par les contacts linguistiques extérieurs, à fin de mieux caractériser les parlers les uns par rapport aux autres, à mettre en évidence l'archaïsme plutôt que l'innovation ou les phénomènes d'interférence linguistique. Le fait nouveau est aujourd'hui la convergence, annoncée, de la géolinguistique et de la sociolinguistique, traditionnellement opposées dans le passé,

---

21 Elle peut être consultée à l'adresse suivante: http://www.limsi.fr/Individu/rilliard/amper/.

22 Dans le domaine gallo-roman, d'autres Atlas régionaux de la France consacrent à cet aspect soit un volume entier (ALEC et ALEFC), soit une partie d'un volume (ALJA, ALPic, ALLy). Je mentionnerai aussi le volet du THESOC étudiant la variation morphologique et syntaxique des parlers occitans, variation qu'analyse aussi l'ALAVAL dans l'aire francoprovençale de sa compétence. (KRISTOL; DIÉMOZ, 2007).

23 Cela apparaît, entre autres, dans de récentes enquêtes sociolinguistiques réalisées dans des régions où les dialectes sont encore très vivants, comme la Sardaigne (OPPO, 2005) ou la Vallée d´Aoste (JOSSERAND, 2003), en Italie.

les sociolinguistes considérant la première comme une filiation de la seconde, les dialectologues, au contraire, tendant, à considérer la sociolinguistique comme une branche de leur discipline. S'il est vrai que la sociolinguistique est en germe depuis longtemps dans les travaux des dialectologues/géolinguistes – la variation diachronique et diastratique est notamment une préoccupation des deux disciplines – il n'est pas moins vrai que leurs objectifs communs et leurs approches méthodologiques ont divergé par la suite. Il me plaît de retenir, à ce propos, l'opinion de Thun pour qui la dialectologie, mono dimensionnelle par tradition, mais non pas par nécessité intrinsèque, serait une sociolinguistique limitée, tandis que la sociolinguistique, multi dimensionnelle par tradition (par réaction) serait une dialectologie limitée. Par delà les polémiques stériles, les réflexions et les orientations actuelles montrent que les deux disciplines ont tendance à se rencontrer, à faire un pas l'une vers l'autre. La géolinguistique ouvre à la sociolinguistique (GRASSI et al., 1997), dont elle intègre les orientations vers des recherches variationnelles: il faut rappeler cependant que la géolinguistique n'avait pas tout à fait négligé cet aspect, comme le montrent, déjà, les orientations de l'AIS dont les enquêtes étaient étendues – contrairement à celles de l'ALF de Gilliéron – aux principaux centres urbains avec, pour certains d'entre eux, l'utilisation d'informateurs de différentes tranches d'âge et appartenant à différents classes sociales, ainsi que les enquêtes de l'ALI avec de nombreuses indications sur les variations intergénérationnelles. De son côté, la sociolinguistique se rapproche de la géolinguistique en prenant en considération l'espace, qu'elle avait eu tendance à négliger en abordant, en priorité, les problèmes de la variation 'verticale', diastratique, diasexuelle et diagénérationnelle. Plusieurs projets, déjà achevés ou en cours, laissent apparaître une nouvelle orientation dans laquelle géolinguistique et sociolinguistique trouvent un terrain d'entente, se croisent, interfèrent et apparaissent comme deux branches complémentaires (MARI D'AGOSTINO, 1997). À partir de la dernière décade du XX siècle, plusieurs Atlas ont adopté cette double approche et ont montré la possibilité d'une convergence des objectifs des deux disciplines. Parmi les Atlas précurseurs, ayant fait une large place à l'analyse sociolinguistique, je mentionnerai ceux du Mexique et de l'Uruguay: l'orientation choisie par ce dernier, aboutissant à une géolinguistique pluridimensionnelle, a fortement inspiré plusieurs des plus récents chantiers latino-américains, comme ceux du Nicaragua, du Salvador ou d'Amérique Centrale. Dans l'Europe romane, la dimension sociolinguistique trouve toute sa place dans l'Atlas de Castilla-La Mancha et, en Italie, dans des projets comme l'Atlas de la Sicile, qui comporte une partie variationnelle, avec une attention particulière aux différents stades observables dans les dialectes, des niveaux chronologiquement les plus anciens aux niveaux les plus récents caractérisés par une majeure intrusion de la langue nationale, et aux dynamiques régionales et sociales. Elle est présente aussi dans l'Atlas de la Campanie, qui envisage une 'sociolinguistisation' de la dialectologie et l'analyse de la variabilité pluridimensionnelle, et dans l'Atlas de la Calabre.

À partir des années 90 du siècle dernier, on remarque, enfin, un intérêt croissant pour une nouvelle dialectologie, perceptive dans laquelle l'attention se porte sur les sujet

parlants, sur la conscience qu'ils ont de leur propre idiome, de son identité par rapport aux parlers environnants. Certes l'intérêt pour une dialectologie subjective n'était pas nouveau et, dans les années précédentes, plusieurs travaux avaient été consacrés à cette approche (PAIVA BOLÉO, 1971; LEONARD, 1987; GOEMAN, 1989). Mais ce sont surtout les recherches de Preston e de son école (PRESTON, 1989, 1999; LONG; PRESTON, 2002), avec le développement d'une géolinguistique et d'une cartographie perceptive des données linguistiques, qui ont inspiré un grand nombre de publications dans ce domaine (CANOBBIO; IANNACCARO, 2000). La démarche permet d'évaluer, sous un angle nouveau, les traits que les dialectologues, dans leur interprétation objective, considèrent comme différenciateurs et ceux qui, au contraire, ne semblent pas jouer ce rôle. Au cours de mes enquêtes personnelles en domaine sarde, j'ai constaté souvent que les informateurs ont une évaluation subjective de la variation linguistique: ils peuvent ainsi accorder à une caractéristique phonétique classée, par les spécialistes, comme identitaire de leur parler ou des parlers voisins, moins d'importance que ces derniers ne leur accordent; ou, au contraire, considérer d'autres traits, non retenus par les mêmes, comme des éléments de différenciation plus marqués. Apparaît ainsi une nouvelle représentation de l'espace linguistique dans lequel l'extension subjective d'une aire dialectale peut ne pas coïncider avec celle que délimitent les données objectives des enquêtes sur le terrain: plus concrètement, une carte subjective a des chances de se différencier d'une carte objective. Des travaux récents consacrés à des aires romanes (GOEBL, 1993; IANNACCARO, 1995, 2003; IANNACCARO; DELL'AQUILA, 2001; CINI; REGIS, 2002) ont montré l'intérêt de cette nouvelle géolinguistique qui ne doit pas apparaître comme concurrentielle mais complémentaire de la géolinguistique objective.

Il apparaît, en conclusion, qu'en ce début de siècle les recherches géolinguistiques, plaçant la problématique de l'espace au centre des préoccupations des Sciences du Langage, témoignent d'une grande vitalité de la discipline. Elle a évolué dans la présentation et l'exploitation des immenses *corpus* constitués par les dialectologues au cours d'un siècle d'enquêtes, en adoptant notamment de nouvelles représentations cartographiques, accompagnées d'une interprétation linguistique. Elle a fait preuve de capacités d'innovation associées à la maîtrise des nouvelles avancées techniques et du développement de l'outil informatique en particulier. Elle a élargi son champ de recherche à la géoprosodie, à la géomorpho-syntaxe et à la géolinguistique perceptive. Elle a montré sa capacité à assimiler des approches novatrice, comme l'analyse motivationnelle, ouvrant de nouveaux horizons à la recherche lexicale et la linguistique historique. La discipline a manifesté aussi une volonté de rapprochement vers une sociolinguistique de l'espace, les approches variationnelles et les méthodes d'analyse quantitative faisant largement appel au traitement statistique. Elle a affirmé, enfin, une volonté d'ouverture vers une interdisciplinarité de la recherche et, en même temps, d'élargissement à la collaboration internationale, en développant des réseaux indispensables à la réalisation de projets nationaux ou supranationaux, ces derniers pouvant intéresser une famille linguistique dans sa totalité (les

parlers romans) voire même un espace multilingual à l'échelle d'un Continent, comme l'Atlas Linguistique de l'Europe. Nous pouvons donc prédire encore de beaux jours à la dialectologie et à la géolinguistique au cours du XXI siècle en sachant qu'elles devront surmonter, malgré tout, les problèmes inhérents à l'objet de leurs recherches, à savoir les langues de tradition orale que sont les variétés dialectales, et qui auront des difficultés à survivre. Les dialectologues savent bien que la poursuite du travail d'enquête, de collectage des données dialectales est loin d'être épuisé. Le facteur temps n'étant pas favorable, il faudra développer une action soutenue et efficace pour la sauvegarde et l'étude de toutes les variétés linguistiques de l'espace roman dont nous avons l'héritage. Les dialectologues – mais aussi les spécialistes d'autres disciplines des Sciences Humaines – devront aussi se battre contre une dérive culturelle de nos sociétés dominées par le seul critère de rentabilité de la recherche. Les dialectes constituent une partie intégrante du patrimoine culturel de nos pays, ils sont une partie de notre mémoire collective: les recherches qui leur sont consacrées, dans nos sociétés menacées plus que jamais de perte d'identité, demeurent culturellement rentables.

Références

ADDU – THUN, Harald; ELIZAINCÍN, Adolfo (2000). *Atlas lingüiistico, diatópico y diastrático del Uruguay (ADDU)*, I, 1-2. Kiel: Westensee-Verlag.

AIS – JABERG, Karl; JUD, Jakob (1928-1940). *Sprach-und Sachatlas Italiens und der Südschweiz*, I-VIII. Zofingen: Rieger & Co.

ALAC – QUESADO PACHECO, Miguel Ángel. *Atlas lingüístico de América Central* (en cours).

ALAM – CRUZ-CARDOSO, Maria Luísa (2004). *Atlas lingüístico do Amazonas*. Tese de doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Rio de Janeiro.

ALAVAL – KRISTOL, Andres (Dir.). *Atlas linguistique audiovisuel du Valais Romand,* Université de Neuchâtel, Centre de Dialectologie et d'Étude du Français Régional.

ALBI – GUTIÉRREZ TUÑÓN, Manuel (Dir.). FONTEBOA, Alicia (Coord.). *Atlas lingüístico de El Bierzo (ALBI),* I (1996); MALMIERCA, José (Coord.), II (2002). Ponferrada: Instituto de Estúdios Bercianos.

ALC – GRIERA, Antoni. *Atlas lingüístic de Catalunya*, vol. I-V (1923-1939); vol. 6-10 (1962-1964). Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/La Polígrafa.

ALCam – RADTKE, Edgar. *Atlante Linguistico Campano* (en cours).

ALCE – DUBUISSON, Pierrette (1971-1982). *Atlas linguistique et ethnographique du Centre.* Paris: CNRS.

ALD – GOEBL, Hans (1998-2000). *Atlante linguistico del ladino dolomitico e dei dialetti limitrofi,* 4 vol. de cartes, 1 vol. d'index alphabétique, 1 vol. d'index alphabétique inverse, 3 CD-ROM. Wiesbaden: Dr Ludwig Reichert Verlag.

ALDC – VENY, Joan; PONS I GRIERA, Lídia. *Atles lingüístic del domini català.* Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. 1 (2001); 2 (2003), 3 (2006).

ALE – *Atlas Linguarum Europae* (1983 *et s.*), I, 1-4, Assen-Maastricht, Van Gorcum; I, 5-7, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato.

ALEA – ALVAR, Manuel, con la collaboración de LLORENTE, Antonio y SALVADOR, Gregorio (1961-1963). *Atlas lingüístico y etnográfico de Andalucía,* I-IV. Granada: Universidad de Granada.

ALEAç – BARROS FERREIRA, Manuela; SARAMAGO, João; SEGURA, Luísa; VITORINO, Gabriela avec la collaboration de CARRILHO, Ernestina et LOBO, Maria (2001). *Atlas linguístico-etnográfico dos Açores,* vol. 1, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Direcção Regional da Cultura, Lisboa/Angra do Eroismo.

ALEANR: ALVAR, Manuel avec la collaboration de Tomás Buesa, Antonio Llorente y Elena Alvar. *Atlas lingüístico y etnográfico de Aragón*. Navarra y Rioja, 12 tomos, Madrid-Zaragoza, CSIC-Institución «Fernando el Católico», 1979-1983.

ALERé – CARAYOL, Michel; CHAUDENSON, Robert; BARAT, Christian (1984-1995). *Atlas linguistique et ethnographique de la Réunión*. Paris: CNRS.

ALVAR, Elena (1979-1983). *Atlas lingüístico y etnográfico de Aragón, Navarra y Rioja*, I-XII. Madrid: Departamento de Geografía Lingüística- Institución Fernando El Católico de la Exema Diputación Provincial de Saragoza/CSIC

ALEC – FLÓREZ, Luis (1982). *Atlas lingüístico-etnográfico de Colombia*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo. 6 vol.

ALECAL – TRUMPER, John; MADDALÓN, Marta; ROMITO, Luciano (2003). *Atlante linguistico della Calabria*. Cosenza: Università della Calabria. 1 CD ROM.

ALECANT – ALVAR, Manuel, avec la collaboration de ALVAR C. et de MAYORAL J. A. (1995). *Atlas lingüistico y etnogràfico de Cantabria*, I-II. Madrid: Arco Libros.

ALECh – WAGNER, Claudio (1998). *El Atlas lingüístico y etnográfico de Chile por regiones*. *EFil*, n. 33, p. 119-129.

ALeCMan – GARCÍA MOUTON, Pilar; MORENO FERNÁNDEZ, Francisco (2003-2007). *Atlas lingüístico y etnográfico de Castilla - La Manch.* Disponível em: http://www.linguas.net/alecman/

ALEcu – QUILIS, Antonio; CASADO-FRESNILLO, Celia. Les travaux de l'*Atlas lingüístico nacional del Ecuador*. CONTINI, Michel (Coord.) (2002). *La géolinguistique en Amérique Latine*, 103-113.

ALECLe – ALVAR, Manuel (1999). *Atlas lingüístico de Castilla y León*. Salamanca: Junta de Castilla y Leon.

ALF – GILLIERON, Jules; EDMONT, Edmond (1902-1910). *Atlas linguistique de la France*, 35 fascicules. Paris: Honoré Champion.

ALFCorse – GILLIERON, Jules; EDMONT, Edmond (1914-1915). *Atlas linguistique de la France. Corse,* 4 fascicules. Paris: Honoré Champion.

ALFC – DONDAINE, Colette (1972-1991). *Atlas linguistique et ethnographique de la Franche-Comté*. Paris: CNRS.

ALEIC – BOTTIGLIONI, Gino (1933-1942). *Atlante linguistico etnografico italiano della Corsica,* I-IX. Pisa.

ALEICA – AVOLIO, Francesco. *Atlante linguistico e etnografico informatizzato della Conca Aquilana*, Università de L'Aquila(en cours).

ALEICan – ALVAR, Manuel (1975-1978). *Atlas lingüístico y etnográfico de las Islas Canarias,* I-III. Las Palmas: Ediciones del Excmo Cabildo Insular de Gran Canaria.

ALEPG – *Atlas linguístico-etnográfico de Portugal e da Galiza.* Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (en cours).

ALEPO – CANOBBIO, Sabina; TELMON Tullio. *Atlante linguistico ed etnografico del Piemonte occidentale,* Pavone Canavese (Torino), Priuli e Verlucca Editori, I-3 (2004), I-1 (2005), I-2 (2007).

ALERé – CARAYOL, Michel ; CHAUDENSON, Robert ; BARAT, Christian (1984-1995). *Atlas linguistique et ethnographique de la Réunion*. Paris: CNRS.

ALERS – KOCH, Walter; KLASSMANN, Màrio Silfredo; HALTENHOFEN VILSON, Cléo (2002). *Atlas linguístico-etnográfico da região Sul do Brasil.* Porto Alegre: UFRGS/UFSC/UFPR. 2 vol.

ALG – SÉGUY, Jean (1973). *Atlas linguistique de la Gascogne*. Paris: CNRS.

ALGa – GARCÍA, Costantino; SANTAMARINA, Antón (Dirs). *Atlas lingüístico galego*, I (1990) *Morfoloxía verbal* (Fernàndez Rei Francisco (Coord.); II (1995), *Morfoloxía non verbal* (ÁLVAREZ BLANCO, Rosario (Coord.); III (1999), *Fonética* (GONZALEZ GONZALEZ, Manuel (Coord.); IV (2003), Léxico (FERNÁNDEZ REI, Francisco (Coord.); V (2005), *Léxico* (ÁLVAREZ BLANCO, Rosario ; DUBERT GARCIA, Francisco ; SOUZA FERNANDEZ, Xulio (Coords.). A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Masa.

ALGR-S – THUN, Harald et al. (2002). *Atlas lingüístico Guaraní-Románico. Sociología (ALGR-S),* I, Commentarios; II, Mapas. Kiel: Westense-Verlag.

ALH – ALVAR, Manuel; QUILIS, Antonio. *Atlas lingüístico de Hispanoamérica* (en cours).

ALI – BARTOLI, Matteo; TERRACINI, Benvenuto; VIDOSSI, Giuseppe; GRASSI, Corrado; GENRE, Arturo; MASSOBRIO, Lorenzo (1995 et s.). *Atlante linguistico italiano*, Università di Torino, Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato (6 vol. publiés).

ALIB – CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (2006). O projeto ALIB e sua trajetória. MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). *Projeto Atlas linguístico do Brasil*, Documentos 2, p. 27-34.

ALIFO – SIMONI-AUREMBOU, Marie-Rose (1973-1978). *Atlas linguistique et ethnographique de l'Ïle-de-France et de l'Orléanais*. Paris: CNRS.

ALINEI, Mario (1983). Arc-en-ciel, *ALE*, I, 1, cartes 6-9, commentaire, p. 47-80.

ALINEI, Mario (1984). *Dal totemismo al cristianesimo popolare*. Alessandria: Edizioni dell'Orso.

ALINEI, Mario (1986). Belette, *ALE*. I, 2, carte 28, commentaire, 145-22.

ALINEI, Mario (Org.) (1991-1992). *Dove va la dialettologia?* Colloquio di *Quaderni di Semantica*, Firenze 1990, QSem, XII (1991), 207-333; XIII (1992), p. 93-140.

ALINEI, Mario (1995). Principi di teoria motivazionale (iconimia) e di lessicologia motivazionale (iconomastica), *Atti del XXo Convegno della SIG*, Chieti-Pescara, p. 9-36.

ALINEI, Mario (1996a). Aspetti teorici della motivazione, *QSem*, XVII / 1, p. 7-17.

ALINEI, Mario (1996b). *Origini delle lingue d'Europa,* vol. I, *La teoria della Continuità*, vol. II (2000), *Continuità dal Mesolitico all'età del ferro nelle principali aree etnolinguistiche*. Bologna: Il Mulino.

ALINEI, Mario et al. (1997). *Perspectives nouvelles en géolinguistique*, ALE. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato.

ALINEI, Mario (1997). The *Atlas Linguarum Europae* after a quarter Century: a new presentation, Alinei et al., *Perspectives nouvelles en géolinguistique*, ALE. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, p. 1-40.

ALIR - *Atlas linguistique roman*, Grenoble, Université Stendhal / Centre de Dialectologie, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1 (1996), 3 t.; IIa (2001), 2 t.; IIb (2008), 2t.

ALISPA – RAZKY, Abdelhak (2008). *Atlas linguístico sonoro do Estado do Pará (ALiSPA 1.1),* Belém, Capes/UFPa/UTM.

ALJA – TUAILLON, Gaston; MARTIN, Jean-Baptiste (1971-1978). *Atlas linguistique et ethnographique du Jura et des Alpes du Nord*. Paris: CNRS.

ALLI – BATINTI, Antonio (dir.). *Atlante linguistico dei Laghi Italiani*, Università degli Studi di Perugia (en cours).

ALLy – GARDETTE, Pierre (1950-1976). *Atlas linguistique et ethnographique du Lyonnais*. Paris: CNRS / Lyon: Institut de Linguistique Romane des Facultés Catholiques de Lyon.

ALMex – LOPE BLANCH, Juan M. (Dir.) (1990-1998). *Atlas lingüístico de México*. México: El Collegio de México/Universidad Autónoma de México.

ALMURA – MÉDÉLICE, Jeanine Elisa (2007). *Atlas linguistique multimédia de Rhône-Alpes.* http://www.u-grenoble3.fr/almura

ALN – ROSALES, Maria Auxiliadora. *Atlas lingüístico pluridimensional de Nicaragua* (en cours).

ALPB - ARAGÃO SILVA, Maria do Soccorro; MENEZES, Cleusa P.B. de (1984). *Atlas linguístico da Paraïba,*UFPB/CNPq, 2 vol.

ALPES – AZCÚNAGO, Raul Ernesto. *Atlas lingüístico pluridimensional de El Salvador* (en cours).

ALPI – TOMÁS NAVARRO, Tomás (1962). *Atlas lingüístico de la Península Ibérica*, I, Fonética. Madrid: CSIC.

ALPic – CARTON Fernand; LEBEGUE, Maurice (1989-1998). *Atlas linguistique de la Picardie.* Paris: CNRS.

ALPO – GUITER, Henry (1966). *Atlas linguistique et ethnographique des Pyrénées orientales*. Paris: CNRS.

ALPR – AGUILERA, Vanderci de Andrade (1994). *Atlas linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná. 1 vol.

ALR – *Atlasul linguistic Român*, Sever Pop, partea I : Cluj-Sibiu-Leipzig, 1938-1942); Emil Petrovici, partea II:, Sibiu-Leipzig, 1940-1942; Emil Petrovici (1956-1972), ALR II, Serie noua. București: Editura Academiei Române.

ALRM – POP, Sever; PETROVICI, Emil (1938-1942). *Micul Atlas Linguistic Român*, I-III, Cluj-Sibiu-Leipzig, Museul Limbii Române; Serie noua: I-IV (1956-1981), București, Institutul de Lingüística AL Filialei din Cluj a Academiei Române.

ALRR Synteza – SARAMANDU, Nicolae (Coord.) (2005). *Atlasul Linguistic Român pe Regiuni, Sinteză*, I. București: Editura Academiei Române.

ALS – FERREIRA, Carlota; FREITAS, Judith; MOTA, Jacyra; ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera; ROSSI, Nelson (1987). *Atlas linguístico do Sergipe*. Salvador: UFBA/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe.

ALS II – CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (2002). *Atlas linguístico do Sergipe II.* Thèse de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Rio de Janeiro.

ALS – RUFFINO, Giovanni. *Atlante linguistico della Sicilia*. Palermo: Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani (en cours).

ALT – *Atlante Lessicale Toscano*, Roma, Lexis Progetti Editoriali. D http://serverdb.ilc.it/altweb

ALVAR, Manuel (1986-1989). *Léxico de los marineros peninsulares*, I-IV. Madrid: Arco Libros.

ÁLVAREZ BLANCO, Rosario; DUBERT GARCÍA, Francisco; SOUSA FERNÁNDEZ, Xulio (Édits.) (2006). *Lingua e territorio.* Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega/Consello da Lingua Galega.

ÁLVAREZ BLANCO, Rosario; DUBERT GARCÍA, Francisco; SOUSA FERNÁNDEZ, Xulio (2006). Aplicación da análise dialectométrica aos datos do Atlas Lingüístico Galego. *Lingua e territorio*, p. 461-493.

ALW – *Atlas linguistique de Wallonie*, I-II (par Louis Remacle), III (par Elisée Legros), IV-V (par Jean Lechanteur), IX (par Elisée Legros et Marie-Thérèse Counet). Liège: Imp. H. Vaillant Carmanne S.A., I953-1987; VIII et XV (par Marie-Guy Boutier), Liège, Université de Liège, 1994-1997.

AMPER – CONTINI, Michel; ROMANO, Antonio (Coord.). *Atlas multimédia prosodique de l'Espace Roman*, GIPSA-lab, UMR 5216 du CNRS, Grenoble, http://www.limsi.fr/Individu/rilliard/amper/

APFB – ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah (1963). *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: MEC/INL. 1 vol.

APV – BETEMPS, Alexis; FAVRE, Saverio. *Atlas des patois Valdôtains*. Aoste: BREL (en cours).

ASIS – BENINCÁ, Paola; KAYNA, Richard; POLETTO, Cecilia; VANELLI, Laura (Resp.). *Progetto ASIS (Atlante sintattico dell'Italia Settentrionale)*, Università di Padova, Istituto di Scienze e Tecnologie della Cognizione. Banche dati (en cours).

ASLEF – PELLEGRINI, Giovan Battista (Édit.) (1972-1986). *Atlante storico-linguistico etnografico friulano,* I-VI. Padova/Udine: Istituto di Glottologia e Fonetica dell'Università di Padova/ Istituto di Filologia Romanza della Facoltà di Lingue e Letterature Straniere dell'Università di Udine.

ATPM – MASSOBRIO, Lorenzo (Dir.). *Atlante toponomastico del Piemonte Montano*. Università di Torino (26 vol. publiés).

BADARE – GARGALLO GIL, José Enrique (investigador principal). *Base de datos sobre refranes del calendario y meteorológicos en la Romania*. Universitat de Barcelona (en cours).

BARROS FERREIRA; Manuela; ALINEI, Mario (1990). Coccinelle, *ALE*, I-4, cartes 42-44, commentaire, p. 99-199.

BAUER, R.; GOEBL, Hainz (2000). Utilisation nouvelle de l'informatique dans les atlas linguistiques. In: CARTON, F. (Coord.). *Géolinguistique en Europe*, Verbum, Nancy. p. 169-185.

BDLC – DALBERA-STEFANAGGI, Marie-José (Dir.). *Banque de Données Langue Corse*, 2 CD réalisés (Dalbera Stefanaggi Marie José, Miniconi Roger, Nesi Annalisa, Bertelli Crista (2000), *Mare e pesca*. Banque de données de la langue corse, Editions Alain Piazzolla).

BESSAT, Huber; GERMI, Claudette (2001). *Les noms du paysage alpin. Savoie, Vallée d'Aoste, Dauphiné, Provence.* Grenoble: ELLUG.

BRUCE, G.; GÅRDING, Eva (1978). A prosodic typology for Swedish dialects, *Nordic prosody, Travaux de l'Institute de Linguistique de Lund*, p. 219-228.

BRUN-TRIGAUD, Guylaine; LE BERRE, Yves; LE DÛ, Jean (2005). *Lecture de l'Atlas linguistique de la France de Gilliéron et Edmont. Du temps dans l'espace*. Paris: CTHS, Éditions du Comité des travaux historiques et scientifiques.

BRUN-TRIGAUD, Guylaine; OLIVIÉRI, Michèle (2009). Le logiciel multimédial THESAURUS OCCITAN (THESOC). In: Horiot Brigitte (Édit.). *La dialectologie hier et aujourd'hui (1906-2006).* Actes du Colloque International, Lyon, Université de Lyon III (2006), Centre d'Études Linguistiques Jacques Goudet. p. 61-101.

CABRERA-FRACHON, Claudine (1994). *Accent et intonation en castillan: phrase affirmative et interrogative*. Thèse de Doctorat. Centre de Dialectologie, Université Stendhal.

CALAMAI, Silvia (2002). Vocali d'Italia: una prima rassegna. In: COSI Piero; MAGNO CALDOGNETTO, Manuela; ZAMBONI, Alberto (Édits). *Scritti in onore di Franco Ferrero*. Padova: UNIPRESS. p. 83-94.

CANOBBIO, Sabina; IANNACCARO, Gabriele (a cura di) (2000). *Contributo per una bibliografia sulla dialettologia percettiva*. Alessandria: Edizioni dell'Orso.

CAPRINI, Rita; ALINEI, Mario (2008). Sorcière*, ALE*, I-7; carte I-79. p. 169- 226.

CARPITELLI, Elisabetta (2007). *Frontières et espaces linguistiques. Le cas d'une « aire de transition »: la Lunigiana toscane*, HDR, Grenoble, Université Stendhal.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. (Org.) (1996). *Seminario Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, Salvador, UFBA/Instituto de Letras.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (2002). La dialectologie au Brésil: aperçu historique et bilan actuel. In: CONTINI Michel (Coord.) (2002). *La géolinguistique en Amérique Latine*, p. 197-229.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. (2010). *Atlas linguístico do Brasil* (ALIB), *Introdução*, Vol. I. Universidade Federal da Bahia.

CAVALLI SFORZA, Luigi Luca; PIAZZA, Alberto; MENOZZI, Paolo; MOUNTAIN, Joanna (1988). Reconstruction of human evolution: bringing together genetic, archaeological, and linguistic data, *Proceedings of the National Academy of Sciences of the USA*, 85, 6002-6006.

CINI, Monica; REGIS, Riccardo (a cura di) (2002). *Che cosa ne pensa oggi Chiaffredo Roux? Percorsi della dialettologia percezionale all'alba del nuovo millennio* (Convegno Internazionale, Bardonecchia, 2000), Atti, Alessandria, Edizioni dell'Orso.

CLUA, Esteve (2005). El mètode dialectomètric: aplicació de l'anàlisi multivariant à la classificació de les varietats del català. In: PEREA Maria Pilar (Éd.). *Dialectologia i recursos informátics*. Barcelona: PPU. p. 59-87.

CONTINI, Michel (1983). *Étude de géographie phonétique et de phonétique instrumentale du sarde*, Thèse de Doctorat. Université de Strasbourg.

CONTINI, Michel (1992). Vers une géoprosodie, *Nazioarteko Dialektologia Biltzarra/ Congrès International de Dialectologie,* Bilbao 1991), Actes: Bilbo/Bilbao, Publ. Euskalttzaindia / Real Academia de la Lengua Vasca, p. 83-109.

CONTINI, Michel (1991). Où va la dialectologie? *Quaderni di Semantica*, 2, p. 227-238.

CONTINI, Michel (1996). La palatalisation de L + Yod dans l'espace roman, *Atlas linguistique roman*, Rome, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1, fasc. 2 , p. 141-151; fasc. 3, 1 Carte.

CONTINI, Michel (Coord.) (2002). *La géolinguistique en Amérique Latine*, Hors série 2 de *Géolinguistique*, Grenoble, Université Stendhal/Centre de Dialectologie.

CONTINI, Michel (2005). Zoonyms of phonosymbolical origin: classifyng and interpretation matters, *International Conference Animal Names*, Venise, Istituto veneto di Scienze, Lettere e Arti (Actes, 2003, 269-291).

CONTINI, Michel (2007). Comparación de las estructuras entonativas de las hablas romànicas o la apuesta de AMPER, *III Congreso de Fonética Experimental*, Santiago de Compostela (Espagne), 2005, Actes, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, p. 59-75

CONTINI, Michel (2007). La motivation sémantique: un axe de recherche productif en dialectologie européenne (I Jornadas Internacionales de Dilalectología, La Laguna de Tenerife,

2006), Actes: J. Dorta (Ed.), *Temas de Dialectología*, La Laguna de Tenerife, Instituto de Estudios Canarios, Capítulo 2, p. 43-79.

CONTINI, Michel; CAPPELLO, N.; GRIFFO, R.; RENDINE, S.; PIAZZA, Alberto (1988-1089). Géolinguistique et géogénétique, *Geolinguistique*, IV, p. 129-197.

CONTINI, Michel; FRANCHON CABRERA, Claudine; RHARDISSE, Amina (1995). Analyse comparée de l'intonation en castillan et en aragonais, *Actes du XXI Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Palerme, 1995, p. 143-157.

CONTINI, Michel; LAI, Jean-Pierre; ROMANO, Antonio; ROULLET, Stefania (2003). Vers un Atlas prosodique des variétés romanes. In: BOUVIER, Jean Claude; GOURC, Jacques; PIC, François (Coord.). *Sempre los camps auràn segadas resurgantas: mélanges offerts à Xavier Ravier*. Toulouse: CNRS/ Université de Toulouse-Le Mirail. p. 73-84.

CONTINI, Michel; MARTINS, Ana Maria; PROFILI, Olga; SARAMAGO, João; VITORINO, Gabriela (1986). L'analyse phonologique des parlers romans dans le cadre de l'ALiR, *Géolinguistique*, 3, p. 51-88.

CONTINI, Michel; PROFILI, Olga (1989). L'intonation de l'Italien régional. Un modèle de description par traits. In: *Mélanges de phonétique générale et expérimentale offerts à Péla Simon*. Strasbourg: Publications de l'Institut de Phonétique de Strasbourg. p. 855-870.

CONTINI, Michel; ROMANO, Antonio; MOUTINHO DE CASTRO, Lourdes; FERNANDEZ REI, Elisa (2008). L'avancement des recherches en géoprosodie et le projet AMPER, Colloque « *30 anys del Laboratori de Fonética de la Universitat de Barcelona* » (2008), Actes : vol. XVII et XVIII de *Estudios de Fonética Expérimental*, Université de Barcelone, vol XVIII, p. 109-122.

CONTINI, Michel; TUAILLON, Gaston (1995). *Introduction à l'Atlas linguistique Roman*, *ALiR*, vol. I, Présentation, p. 1-18.

CORBELLA, Dolores; DORTA, Josefa (Ed.) (2009). *La investigación dialectológica en la actualidad.* Santa Cruz de Tenerife: Agencia Canaria de Investigación, Innovación, y Sociedad de la Información.

CORDIAL-SIN – MARTINS, Ana Maria (Coord.). *Corpus dialectal para o estudo da sintaxe*, CLUL, Université de Lisbonne (en cours).

COSSU, Maria G. (1995). Une démarche d'analyse quantitative en dialectologie. Les parlers de la Sardaigne du centre-ouest. Etude dialectométrique, *Géolinguistique*, 6, p. 75-88.

COSSU, Maria G. (2000). *Unité et variabilité phonétique des parlers sardes méridionaux*. Thèse de Doctorat. Centre de Dialectologie, Université Stendhal.

CRISTIANINI, Adriana Cristina (2007). *Atlas semântico-lexical da Região do Grande ABC*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

D'AGOSTINO, Mari; PENNISI, Antonio (1995). *Per una sociolinguistica spaziale: modelli e rappresentazioni della variabilità linguistica nell'esperienza dell'ALS*. Palermo: Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani.

DALBERA, Jean-Philippe (2006). *Des dialectes au langage*. Paris: Honoré Champion.

DAUZAT, A. (1942). *Le nouvel Atlas Linguistique de la France par régions: avec trois cartes linguistique.* Luçon: Imprimerie S. Pacteau.

De CASTRO MOUTINHO, Lurdes; COIMBRA, Rosa Lidia (Édits.) (2008). *I Jornadas Cientificas/ AMPER-Port* (Aveiro 2007), Actas, Universidad de Aveiro.

DORTA, Josefa (Éd.) (2007). *La prosodia en el ámbito lingüístico románico*. Santa Cruz de Tenerife: La Página Ediciones.

EALMG - LOBUGLIO ZAGARI, Mário Roberto; RIBEIRO, José; PASSINI, José; PEREIRA GAIO, Antônio (1977). *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais.* Rio de Janeiro: Ministério da Educaçao e Cultura, Fundação Rui Barbosa, Universidad Federal de Juiz de Fora.

FATTIER, Dominique (2000). *Contribution à l'étude de la genèse d'un créole: l'Atlas linguistique d'Haïti, cartes et commentaires*. Lille: Presse Universitaire du Septentrion. 6 vol.

FRANCESCHI, Temistocle; CERVINI, C.; GUARINO AMATO, M.; MAZO, M.; MELIS, L. (2000). *Atlante paremiologico italiano: questionario. Ventimila detti proverbiali raccolti in ogni regione d'Italia.* 2 ed. Alessandria: Edizioni dell'Orso.

GARCÍA MOUTON, Pilar (Éd.) (1994). *Geolingüística: trabajos europeos*. Madrid: CSIC.

GARCÍA MOUTON, Pilar (2009). La investigación geolingüística española en la actualidad. In: CORBELLA, Dolores; DORTA, Josefa (Ed.) (2009). *La investigacion dialectologica en la actualidad,* p. 333-346.

GARCÍA MOUTON, Pilar; MORENO FERNANDEZ, Francisco (1993). *Atlas lingüístico y etnográfico de Castilla-La Mancha* (AleCMan). Disponível em: www.uah/.es/otrosweb/alecman

GÅRDING, Eva (1982). Swedish prosody, summary of a project. *Phonetica*, n. 39, p. 288-301.

GILLLIÉRON, Jules (1890). *Petit atlas phonétique du Valais Roman*. Paris: Honoré Champion.

GOEBL, Hans (1976). La dialectométrie appliquée à l'ALF (Normandie), *XIV Congrès International de Linguistique et Philologie romanes*, Naples 1974, Actes, II, p. 165-195.

GOEBL, Hans (1981). Eléments d'analyse dialectométrique (avec application à l'AIS). *RLiR*, n. 45, p. 349-420.

GOEBL, Hans (1983). Parquet polygonal et treillis triangulaire: les deux versants de la dialectométrie interponctuelle. *RLiR*, v. XLVII, p. 353-412.

GOEBL, Hans (2002). Analyse dialectométrique des structures de profondeur de l'ALF. *RLiR*, n. 66, p. 5-63.

GONZÁLEZ SALGADO, J. A. (2000). *Cartografia lingüística de Extremadura: origen y distribución del lessico extremeño.* Tese de Doutorado. Universidad Complutense. Disponível em: www.geolectos.com/atlas.htm

GRASSI, Corrado; SOBRERO, Alberto; TELMON, Tullio (1997). *Fondamenti di dialettologia italiana*. Roma: Laterza.

GUIRAUD, Pierre (1982). *Dictionnaire des étymologies obscures*. Paris: Payot.

HERMES, DJ. (1998). Measuring the perceptual similarity of pitch contours. *Journal of speech, language, and hearing research*, 41, 1, p. 73-82.

IANNACCARO, Gabriele (2003). *Il dialetto percepito: sulla reazione di parlanti di fronte al cambio linguistico.* Alessandria: Edizioni dell'Orso.

IANNACCARO, Gabriele; DELL'AQUILA, Vittorio (2001). Elementi per lo studio delle frontiere linguistiche in Val di Fassa. *Géolinguistique,* n. 8, p. 5-49.

JAKOBSON, Roman (1963). *Essais de linguistique générale*. Paris: Les Éditions de Minuit.

JAKOBSON, Roman; FANT, Gunnar.; HALLE, Morris (1952). *Preliminaries to speech analysis.* Cambridge: MIT Press.

JOSSERAND, Jérôme-Frédéric (2003). *Conquête, survie et disparition: italien, français et francoprovençal en Vallée d'Aoste*. Uppsala, Uppsala Universitet.

KATTENBUSCH, Dieter (1995). Atlas parlant de l'Italie par régions: VIVALDI. *Estudis de lingüística i filologia oferts a Antoni M. Badia i Margarit*. Barcelona: Departament de Filologia Catalana(Universitat de Barcelona)/Publicacions de l´Abadia de Montserrat. p. 443-455.

KATTENBUSCH, Dieter (2004). Akustischer Sprachtlas Siziliens, Dahmen Wolfgang et al., *Romanistik und neue Medien. Romanistisches Kolloquium* XVI, Tübingen, 243-248.

KRISTOL, Andres (1997). Un nouveau type d'Atlas linguistique: l'Atlas linguistique audiovisuel des dialectes francoprovençaux valaisans (ALAVAL). *Cahiers du Centre d'Études Linguistiques Jacques Goudet* (Université Lyon III), n. 1, p. 141-151.

KRISTOL, Andres; DIÉMOZ, Federica (2007). L'Atlas linguistique audiovisuel du francoprovençal valaisan (ALAVAL): une analyse morphosyntaxique des systèmes linguistiques dialectaux. In: RAIMONDI, Gianmario; REVELLI, Luisa, *La dialectologie aujourd'hui*, p. 211-225.

KRISTOL, Andres, avec DIÉMOZ, Federica et MAÎTRE, Raphaël (2000). L'Atlas linguistique audiovisuel du Valais romand (ALAVAL). État des travaux. *Nouvelles du Centre d'Études Francoprovençales René Willien*, Saint-Nicolas (Aoste), n. 41, p. 50-65.

LABOV, William; ASH, Sharon; BOBERG, Charles (2006). *The Atlas of North American English: a multimedia reference tool*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. 1 vol. + CD.

LAI, Jean Pierre (2002). *L'intonation du parler sarde de Nuoro*. Thèse de Doctorat. Centre de Dialectologie, Université Stendhal.

LAI, Jean Pierre (Coord.) (2005). *Projet AMPER, Atlas multimédial prosodique de l'Espace Roman*, Actes du 2. Séminaire International du projet AMPER (Grenoble, 2004), Hors Série 3 de *Géolinguistique*, Centre de Dialectologie de Grenoble.

LAI, Jean Pierre; ROMANO, Antonio; ROULLET, Stefania (1997). Analisi dei sistemi prosodici di alcune varietà parlate in Italia: problemi metodologici e teorici. *Bollettino dell'Atlante Linguistico Italiano*, n. 21, p. 23-70.

LE DÛ, Jean; BRUN-TRIGAUD, Guylaine (2009). L'Atlas linguistique des Petites Antilles (ALPA). *Géolinguistique*, n. 11, p. 203-221.

LONG, Daniel; PRESTON, Dennis Richard (2002). *Handbook of perceptual dialectology*. Ottawa: John Benjamins. vol. 2.

LOPE BLANCH, Juan M. (1974). Dialectología mexicana y sociolingüística. *Nueva Revista de Filología Hispánica*, n. 23, p. 1-34.

MADDIESON, Ian (1984). *Pattern sounds*. Cambridge: Cambridge University Press.

MADDIESON, Ian; PREKODA, K. (1989). Updating UPSID, *UCLA Working Papers in Phonetics*, 74, p. 104-111.

MARQUET, Isabelle (1995). *Atlas linguistique parlant des Alpes centrales: étude de variabilité phonétique.* Thèse de Doctorat. Centre de Dialectologie, Université Stendhal.

MARTINET, André (1956). *La description phonologique avec application au parler de Hauteville* (Savoie). Genève: Droz.

MILLARDET, Gaston (1933). Sur un ancien substrat commun à la Sicile, la Corse et la Sardaigne. *RLiR*, n. IX, p. 346-369.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco (2009). El estudio sociolingüístico de las hablas hispánicas: noticias de PRESEEA. In: CORBELLA DÍAZ, Dolores; DORTA LUIS, Josefa (Ed.) (2009). *La investigación dialectológica en la actualidad*. Santa Cruz de Tenerife: Agencia Canaria de Investigación y Sociedad de la Información del Gobierno de Canarias. p. 103-117.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). *Projeto Atlas linguístico do Brasil*, Documentos 2. Salvador: Quarteto Editora. p. 27-34.

NALC – DALBERA-STEFANAGGI, Marie-José. *Nouvel atlas linguistique et ethnographique de la Corse*. Paris: CNRS. I (1995); II (1999).

OPPO, Anna (a cura di) (2007). *Le lingue dei Sardi: una ricerca sociolinguistica*, Cagliari, Regione Autonoma della Sardegna.

PALDC – VENY, Joan (2007). *Petit Atlas lingüístic del domini catalá*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. vol. 1.

PIAZZA, Alberto (1988). Evoluzione biologica e cultura. *Scientia. L'immagine e il mondo*, Milano, p. 237-248.

PIAZZA, Alberto (1995). L'origine des langues. *Géolinguistique*, n. 6, p. 5-32.

PPQ – DULONG, Gaston; BERGERON, Gaston (1980). *Le parler populaire du Québec et de ses régions voisines. Atlas linguistique de l'Est du Canada*. Québec: Ministère des Communications. Office de la Langue Fraçaise, "Études et Dossiers".

PRESEEA – MORENO FERNÁNDEZ, Francisco (Coord.). *Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de Espana y de América.* Alcalá de Henares/Madrid: Universidad de Alcalá de Henares/Instituto Cervantes.

PRESTON, Dennis Richard (1989). *Perceptual dialectology: nonlinguist's view of areal linguistic*, Dodrecht-Holland/Providence RI-USA, Fodris.

PRESTON, Dennis Richard (Édit.) (1999). *Handbook of perceptual dialectology*. Philadelphia/ Amsterdam: John Benjamins. vol. 1.

QUILIS, Antonio; CASADO-FRESNILLO, Celia (2002). Les travaux de l'Atlas Lingüístico Nacional del Equador. In: CONTINI, Michel (Coord.) (2002). *La géolinguistique en Amérique Latine*, p. 103-113.

RADTKE, Edgar (2002). La dinamica variazionale nella Campania linguistica. I fondamenti dell'Atlante Linguistico della Campania (ALCam). *Bollettino Linguistico Campano*, n. 1, p. 1-39.

RADTKE, Edgar; THUN Harald (Coord.) (1996). Neue Wege der romanischen Geolinguistik, *Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*, Heidelberg/Mainz, 1991, Kiel, Westensee.

RAIMONDI, Gianmario; REVELLI, Luisa (a cura di) (2007). La dialectologie aujourd'hui. Atti del Convegno Internazionale *Dove va la dialettologia*? (Saint-Vincent, Aosta, Cogne, 2006). Alessandria: Edizioni dell'Orso.

RAZKY, Abdelhak (2009). Nouvelles perspectives pour l'organisation de *corpus* géolinguistiques au Brésil . *Géolinguistique*, n. 10, p. 5-17.

RENFREW, Colin (1990). *L'énigme indo-européenne: archéologie et langage* (trad.de l'anglais). Paris: Fammarion.

RHARDISSE, Amina (1995). *L'accent et l'intonation du parler de Bielsa (Aragon, Espagne)*. Thèse de Doctorat. Centre de Dialectologie, Université Stendhal.

RILLIARD, Albert; LAI, Jean-Pierre (2008). Outils pour le calcul et la comparaison prosodique dans le cadre du projet AMPER. L'exemple des variétés occitanes et sarde, *Simposium International de Prosodie*, Iasi / Roumanie (actes sous presse).

ROLÃO BERNARDO, Maria Clara (1999). *Aspectos da variação fonética do vocalismo micaelense*. Tese de Doutorado. Universidade dos Açores.

ROMANO, Antonio (1999/2001). *Analyse des structures prosodiques des dialectes et de l'italien régional parlés dans le Salento (Italie): approche linguistique et instrumentale*. Thèse de Doctorat. Centre de Dialectologie, Université Stendhal.

ROMANO, Antonio; CONTINI, Michel (2000). Un progetto di Atlante Prosodico Multimediale delle varietà linguistiche romanze. In: MAGNO, Caldognetto E. ; COSI, P. (a cura di). *Multimodalità e multimedialità nella comunicazione* (Atti delle XI Giornate di Studio del « Gruppo di Fonetica Sperimentale » dell'Associazione Italiana di Acustica, Padova, 2000). Padova: Unipress. p. 121-126.

ROMANO, Antonio; MIOTTI, Renzo (2008). Distancias prosodicas entre variedades romanicas, *Simposium International de Prosodie*, Iasi, 2008 (Actes sous presse).

ROSSI, Mario (1976). *Contribution à la méthodologie de l'analyse linguistique avec application à la description phonétique et phonologique du parler de Rossano*. Paris: Honoré Champion.

ROULLET, Stefania (1999). *Accent et intonation dans deux parlers francoprovençaux de la Vallée d'Aoste (Sarre et Cogne).* Thèse de Doctorat. Centre de Dialectologie, Université Stendhal.

RUFFINO, Giovanni (a cura di) (1991). *Dialettologia urbana e analisi geolinguistica* (Tavola rotonda, Palermo, 1990). Palermo: Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani.

RUFFINO, Giovanni (a cura di) (1992). *Atlanti linguistici italiani e romanzi. Esperienze a confronto* (Congresso Internazionale, Palermo 1990). Palermo: Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani.

RUFFINO, Giovanni (a cura di) (1997). *I nomi della trottola e la memoria del gioco*. Palermo: Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani (avec un CD-ROM réalisé par A. Pennisi).

RUFFINO, Giovanni; D'AGOSTINO, Mari (1994). L'ALS: un programma geolinguistico per la Sicilia dei nostri giorni. In: GARCÍA MOUTON, Pilar (Édit.). *Geolingüística: trabajos europeos*. p. 199-224.

SAGGIO – TERRACINI, Benvenuto; FRANCESCHI, Temistocle (1964). *Saggio di un Atlante linguistico della Sardegna*. Torino: Istituto dell'Atlante Linguistico Italiano.

SARAMAGO, João (1986). Différenciation lexicale: un essai dialectométrique appliqué aux matériaux portugais de l'ALE. *Géolinguistique*, n. 2, p. 1-31.

SARAMAGO, João (1992). *Le parler de l'île de Corvo (Açores).* Grenoble: Université Stendhal/ Centre de Dialectologie; Lisbonne: INIC/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

SARAMAGO, João (2002). Diferenciação lexical interpontual nos territórios galego e português (estudo dialectométrico aplicado a materiais portugueses do ALPI e a materiais galegos do ALGa. In: ÁLVAREZ, Rosario; DUBERT GARCÍA, Francisco; SOUZA FERNÁNDEZ, Xulio (Édits.) (2002). *Dialectoloxía e léxico*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/ Instituto da Lingua Galega. p. 41-68.

SARAMAGO, João; BETTENCOURT, Gonçalves José (2003). Diferenciação lexical interpontual nos Açores (estudo dialectométrico aplicado em materiais do ALEAç). In: CAPRINI, Rita (a cura di). *Parole romanze: scritti per Michel Contini*. Alessandria: Edizioni dell'Orso. p. 421-440.

SCHMID, Stephan (1999). Per un'analisi del vocalismo italo-romanzo in chiave tipológica. In: BENINCÁ, Paola; MIONI, Alberto; VANELLI, Laura (Éds.). *Fonologia e morfologia dell'italiano e dei dialetti d'Italia*. Atti del XXXI Congresso della Società di linguistica italiana (Padova 1997), Rome, Bulzoni, p. 249-268.

SEGURA DA CRUZ, Maria Luísa (1987). *A fronteira dialectal do Barlavento do Algarve*. Lisboa: INIC/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

SÉGUY, Jean (1973). La dialectométrie dans l'Atlas Linguistique de la Gascogne. *RLiR,* n. 37, p. 1-24.

TELMON, Tullio (1989). Dialetto-lingua-dialetto. *Espaces romans*: *études de dialectologie et de géolinguistique offertes à Gaston Tuaillon*. Grenoble: ELLUG. vol. 2, p. 587-591.

THESOC – DALBERA, Jean-Philippe (dir.). THESOC (Thesaurus occitan), Université de Nice (France) (en cours). Disponível em: http://thesaurus.unice.fr

THUN, Harald (1998). La geolingüística como lingüística variational general (con ejemplos del Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay), Ruffino Giovanni (Édit.), *Actes du XXI Congresso internazionale di linguistica e filologia romanza* (Palerme1995), Tübingen, Niemeyer, 5, p. 701-729.

TUAILLON, Gaston (1983). *Les regionalismes du français parlé à Vourey, village dauphinois*. Paris: Klincksieck.

VALLÉE, Nathalie; BOË, Louis-Jean; SCHWARTZ, Jean-Luc; BADIN, Pierre; ABRY, Christian (2002). The weight of substance in phonological structure tendencies of the word's languages, *ZAS Papers in Linguistics*, 28, Berlin, p. 145-168.

VITORINO, Gabriela (1987). *Atlas liguístico do litoral português. Fauna e flora (introdução, dialectometria e índices).* Lisboa: INIC/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

VIVALDI – BAUER, Roland; KATTENBUSCH, Dieter; KÖHLER, Carola; MÜLLER, Marcel Lucas. *Vivaio acustico delle lingue e dei dialetti d'Italia* (VIVALDI), Berlin, Humbold –Universität / Institut für Romanistik (en cours de réalisation). Disponível em: http:/www2.hu-berlin.de/vivaldi

Geolingüística, sustrato y contacto lingüistico: español, portugués e italiano en Uruguay

Adolfo ELIZAINCÍN
Universidad de la República
Academia Nacional de Letras

He tratado de enseñar en mis clases y de aplicar en mi investigación el concepto de que en nuestra ciencia (aunque creo que se aplica a todas) es mejor, mucho mejor, integrar que dispersar. Ello no refiere únicamente al hecho bien conocido de la cotidianeidad del hacer en el sentido de "integrar esfuerzos", por ejemplo, sino en el de buscar y encontrar los puntos comunes, las visiones y quehaceres compartidos de las disciplinas que se ocupan de fenómenos iguales o parecidos de los objetos científicos. Porque de lo contrario estaríamos ante una visión casi suicida de la investigación, donde ningún enfoque se relaciona con ningún otro, y donde las nuevas corrientes de pensamiento e investigación corren el riesgo de olvidarse del pasado.

No me cabe duda de que el contacto lingüístico (entendido en sentido amplio) es uno de los motores fundamentales del cambio lingüístico. Es decir que, para detectar el origen de un cambio cualquiera, es necesario observar los contactos que pudieran haber intervenido en algún momento de la forma o estructura que se encuentra en proceso de cambio. Ello da a la disciplina que se ocupa del estudio de los contactos un protagonismo muy especial. Y precisamente en este enfoque que estoy proponiendo, es necesario integrar a los actuales estudios de contacto los aportes de, fundamentalmente, dos líneas de investigación de alrededor de 100 años de antigüedad, y otra más moderna. Con las primeras me refiero a la geografía lingüística nacida hacia fines del siglo XIX y reformulada (rejuvenecida) hoy como Geolingüística, por un lado, y la teoría del sustrato de las primeras décadas del siglo XX (con los conceptos complementarios de superstrato y adstrato). Ambas corrientes se ocuparon del problema del contacto, aunque sin hablar del fenómeno como sucede hoy en los estudios sobre ese problema (a veces identificado con

la Criollística). La disciplina actual referida es la Sociolingüística, también relacionada inevitablemente con el problema del cambio.

Desde esta perspectiva integradora, es interesante observar los posibles contactos y sus correspondientes consecuencias en los fenómenos de cambio en la zona fronteriza Uruguay/Brasil en la convivencia, muy diferente por cierto, de tres lenguas románicas: español, portugués, italiano.

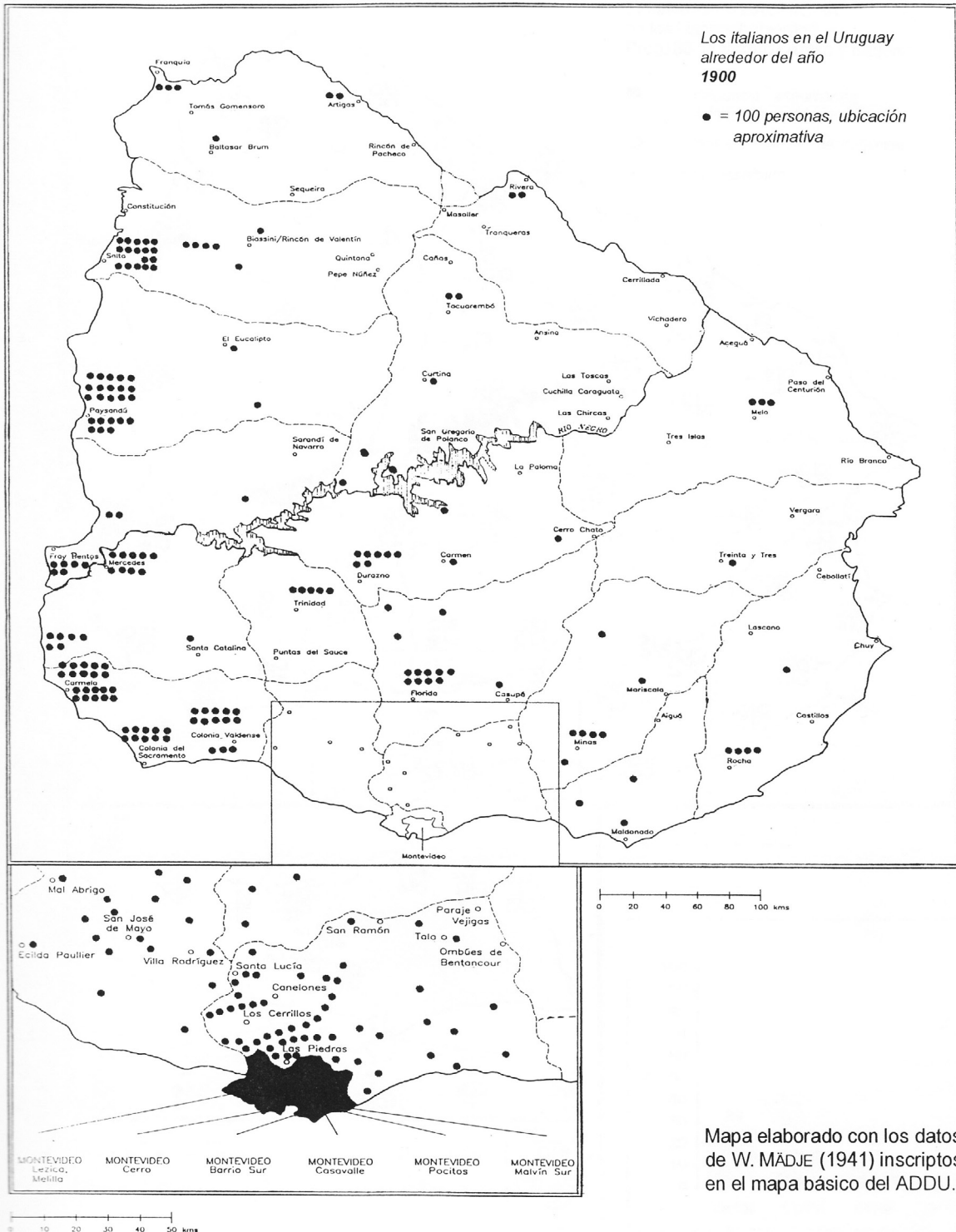
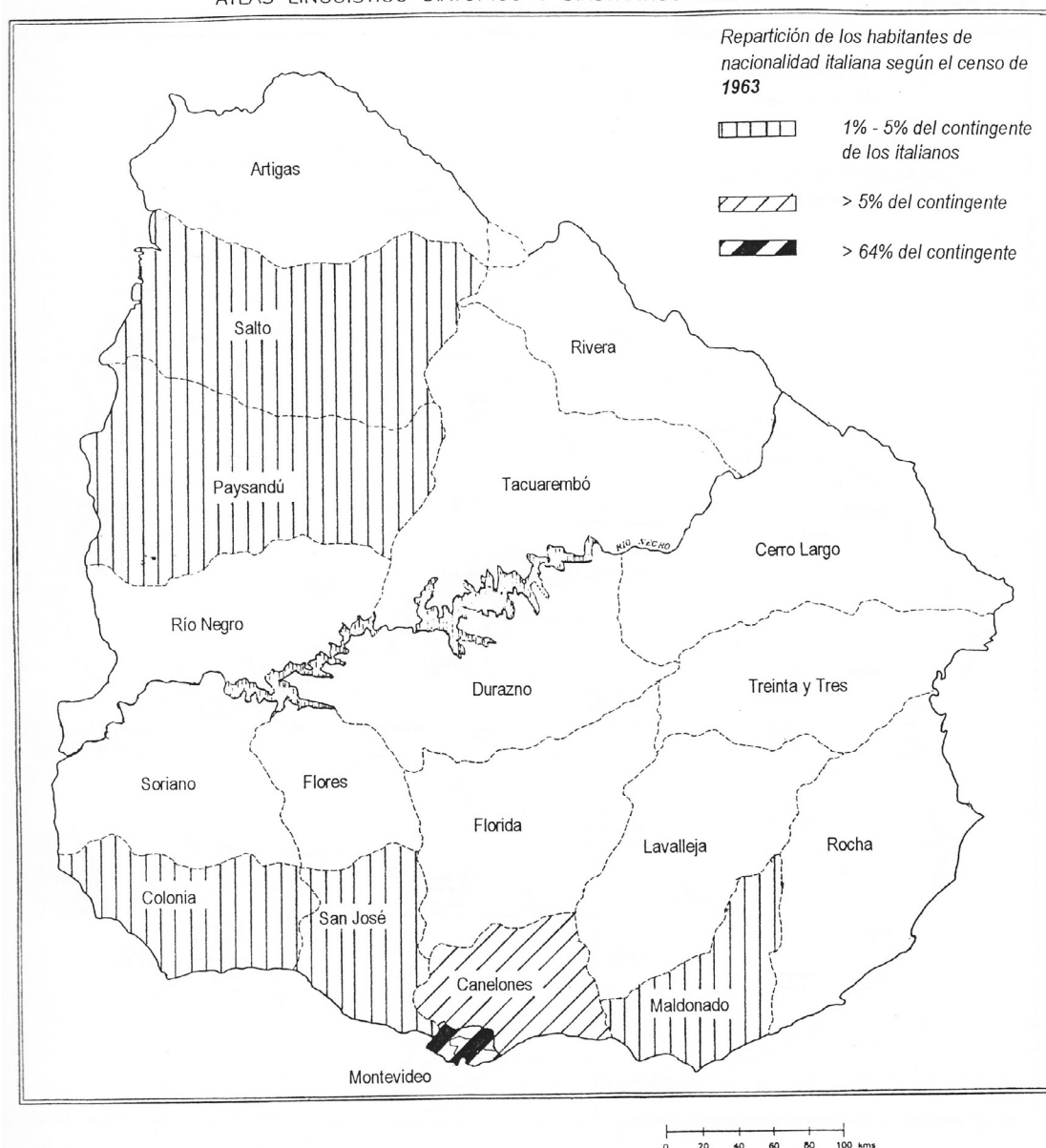
La proximidad del español con el portugués en la zona data de muy antiguo, ya desde la época colonial. Aun cuando estas zonas no fueron pobladas por los europeos inmediatamente, sino bastante más avanzada la etapa colonial y de conquista, seguramente lo fueron en primer lugar, y casi mayoritariamente, por población lusohablante, pero siempre en forma esporádica, casual, nunca en asentamientos definitivos y durables. Hubo que esperar hasta el siglo XIX (es decir, la época del surgimiento de los estados

independientes) para que una política poblacional definida estableciera los asentamientos que, en su mayoría, subsisten aun hoy. Pero, como digo, si bien era escasa la población de la zona que hoy ocupa la frontera Uruguay/Brasil, seguramente la mayoría de esos pocos hablaban portugués. Es decir que, luego, al superponerse el español llegado desde el polo hispánico, al Sur (Montevideo, fundamentalmente), el contacto comenzó a funcionar, produciéndose los conocidos procesos internos a que estas situaciones dan origen (ELIZAINCÍN, 1992, 2008).

El caso del italiano es diferente. Su llegada al país se produce como consecuencia de las grandes oleadas migratorias de la segunda mitad del siglo XIX, que, en el caso concreto, tuvieron como destino inicial la ciudad de Buenos Aires y, en menor escala, la de Montevideo. Se trata de movimientos migratorios de gran densidad y muy extendidos en el tiempo (dura prácticamente un siglo) aunque en ese lapso pueden identificarse momentos de mayor o menor intensidad.

Desde Montevideo el italiano se difunde hacia el interior del país, pero no en forma equilibrada: hay zonas que reciben población italiana en un alto grado y otras en forma muy escasa. Véanse los mapas que siguen:

MAPA 4

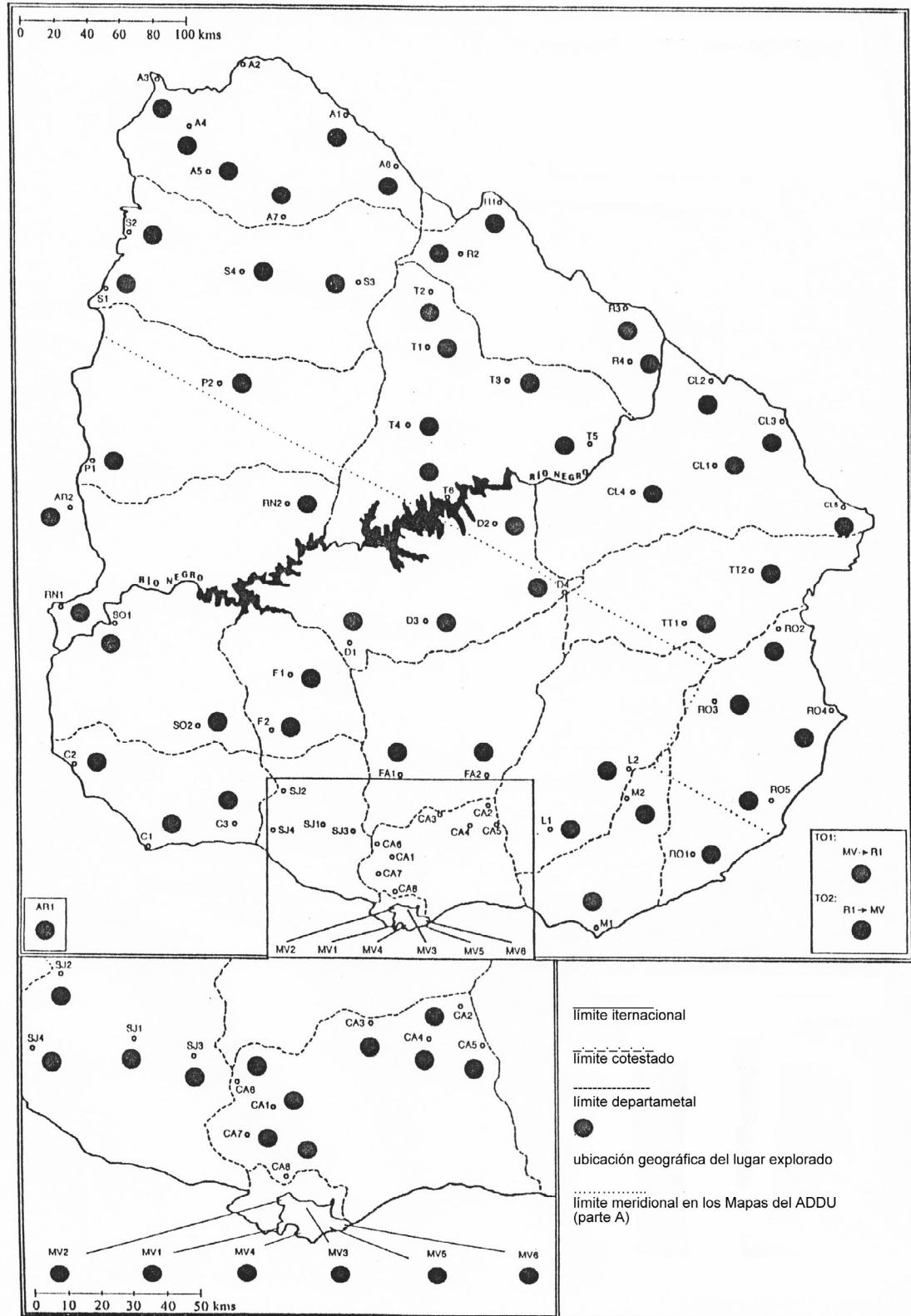
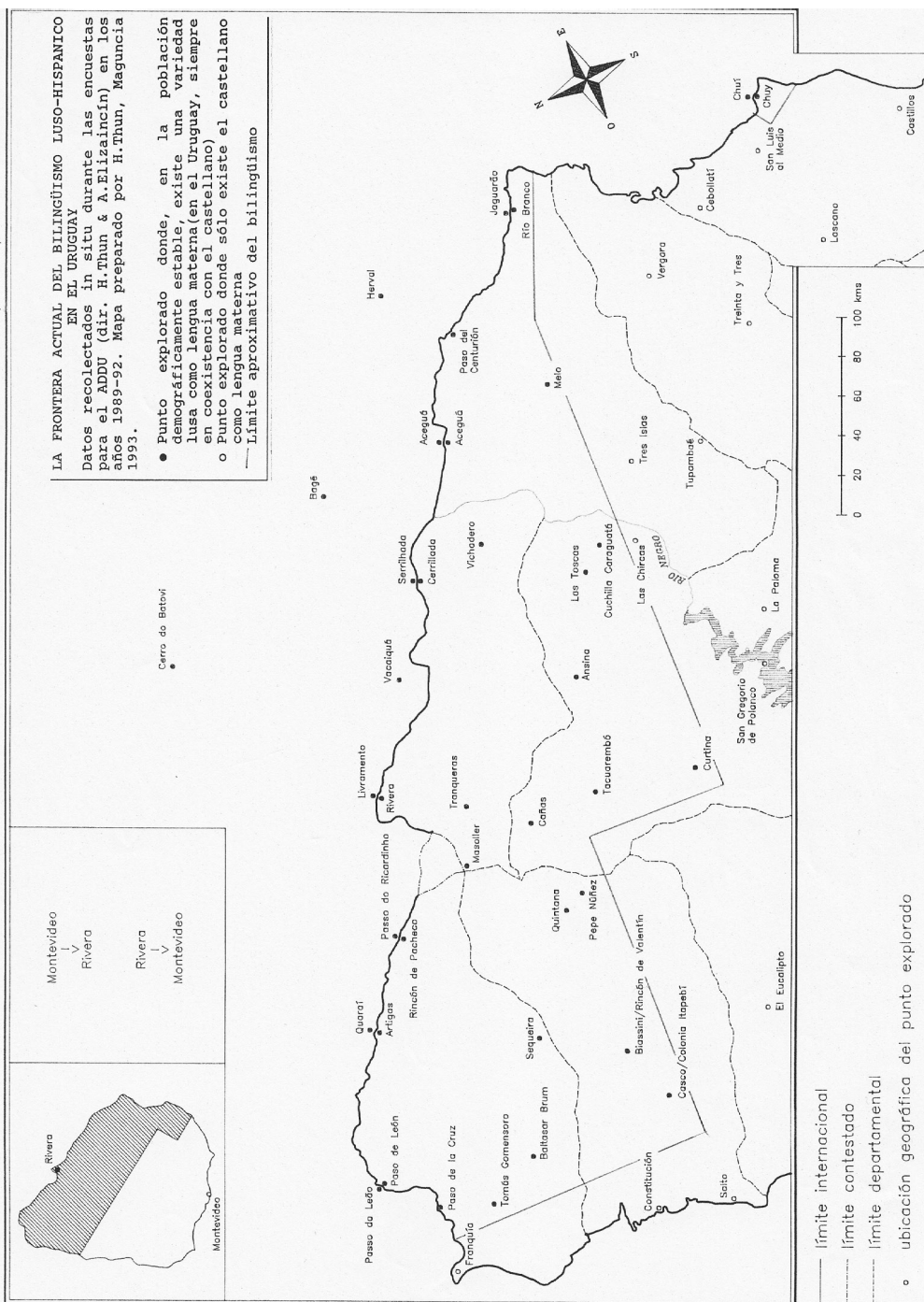
Mapa elaborado con los datos de W. MÄDJE (1941) inscriptos en el mapa básico del ADDU.

Como se ve, la zona fronteriza Uruguay/Brasil no fue una de las más afectadas por la inmigración italiana, aunque tampoco fue desconocida en esa zona el influjo de estos pobladores.

Surge la interesante cuestión relacionada con el comportamiento lingüístico de la zona en estudio, con habitantes usuarios de español, otros usuarios de portugués local, otros bilingües en estas lenguas, y todos con mayor o menor conocimiento e integración de préstamos léxicos desde el italiano.

A diferencia del portugués, no hay en la zona comunidades que hablen italiano, ni alguna variedad dialectal o criolla de esa lengua. En todo el Uruguay, el italiano se pierde rápidamente ya en la segunda generación de inmigrantes (ELIZAINCÍN et al*ii*, 1987); ello no impide sin embargo, que el contacto haya producido una fuerte incorporación de léxico italiano referido a los más variados ámbitos de la vida cotidiana y a veces hasta de la vida profesional hasta el punto que muchos de estos italianismos suelen incorporarse tanto al español común que los hablantes ni siquiera sospechan su origen extrahispánico. Por cierto sucede lo mismo con el léxico portugués en hablantes monolingües de español.

Por lo que se ve, es muy diferente la presencia de una y otra lengua en Uruguay. El portugués estuvo desde siempre en el territorio uruguayo y luego, en contacto con el español, produce variedades mezcladas con mayor o menor acercamiento al portugués brasileño del Sur. Hay hablantes nativos de estas variedades, con unas gramáticas de base esencialmente portuguesa. Hoy están en peligro de extinción. En cuanto al italiano, no hay comunidades que lo utilicen; quedan, sin embargo, abundantes testimonios léxicos del contacto (ALVAREZ DE LASOWSKI, 2004; ELIZAINCÍN et al*ii*, 1987; BARRIOS, 2008; GRILLO, 1999).

La zona lusohispánica corresponde básicamente a la región Noreste del país; se trata de una extensa zona de fronteras abiertas, sin grandes accidentes geográficos (ríos, montañas) que con ella coincidan. Tan es así que son muy comunes en la zona las ciudades gemelas, mitad uruguayas, mitad brasileñas, siendo el caso más típico, por su volumen poblacional, y más conocido para la lingüística, por la gran cantidad de trabajos científicos que sobre esa zona se han escrito, el de Rivera/Santa Ana do Livramento. Véanse los dos mapas siguientes:

ATLAS LINGUISTICO DIATÓPICO Y DIASTRÁTICO DEL URUGUAY
MAPA 1
0 20 40 60 80 100 kms
RIO NEGRO
TO1: MV → R1
TO2: R1 → MV
AR1
0 10 20 30 40 50 kms
límite iternacional
límite cotestado
límite departametal
ubicación geográfica del lugar explorado
límite meridional en los Mapas del ADDU (parte A)

La zona italiana, por el contrario, corresponde al Sur del país (Montevideo, en primer lugar) y luego toda la región Noroeste, la fronteriza con Argentina. En este caso, el río Uruguay coincide con la frontera política.

Parecería que es relativamente fácil hipotetizar que, para el caso del léxico (y sobre ello estamos hablando fundamentalmente), habrá más lusismos en el español en contacto con el portugués de la región NE que en el resto del país; mientras que los italianismos

se concentrarán con más fuerza en el Sur y en el Noroeste del territorio nacional. Debe suponerse, además, que esta regularidad no se cumpla para casos de los préstamos completamente integrados al español, casos en los que el hablante ha perdido por completo la conciencia del origen no hispánico de la forma en cuestión.

Por otra parte, la consideración de los ejemplos que siguen, ilustran el concepto teórico básico que fundamentan estas consideraciones, a saber, el tratamiento conjunto y no aislado de los conceptos de Contacto (Co), Variación (Va) y Cambio (Ca), relacionados causal y temporalmente de esta manera:

$$Co \rightarrow Va \rightarrow Ca$$

en el sentido de que, fundamentalmente, es el contacto el fenómeno más general y abarcativo, que produce variación la que, a su vez, anuncia el cambio.

Ejemplificaré estas cuestiones con el caso del lusismo **caprichoso** [kapri'ʃoso) (ELIZAINCÍN, 1995).

El origen de la forma está en el italiano **capriccio,** de oscura etimología hasta el día de hoy. Desde el italiano se difunde a casi todas las lenguas europeas, de manera que está también en el portugués. No me refiero aquí, aunque también esté relacionado, al uso técnico del término en el campo artístico, tanto en la pintura, cuanto en la música.

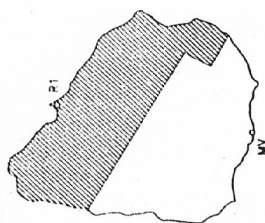
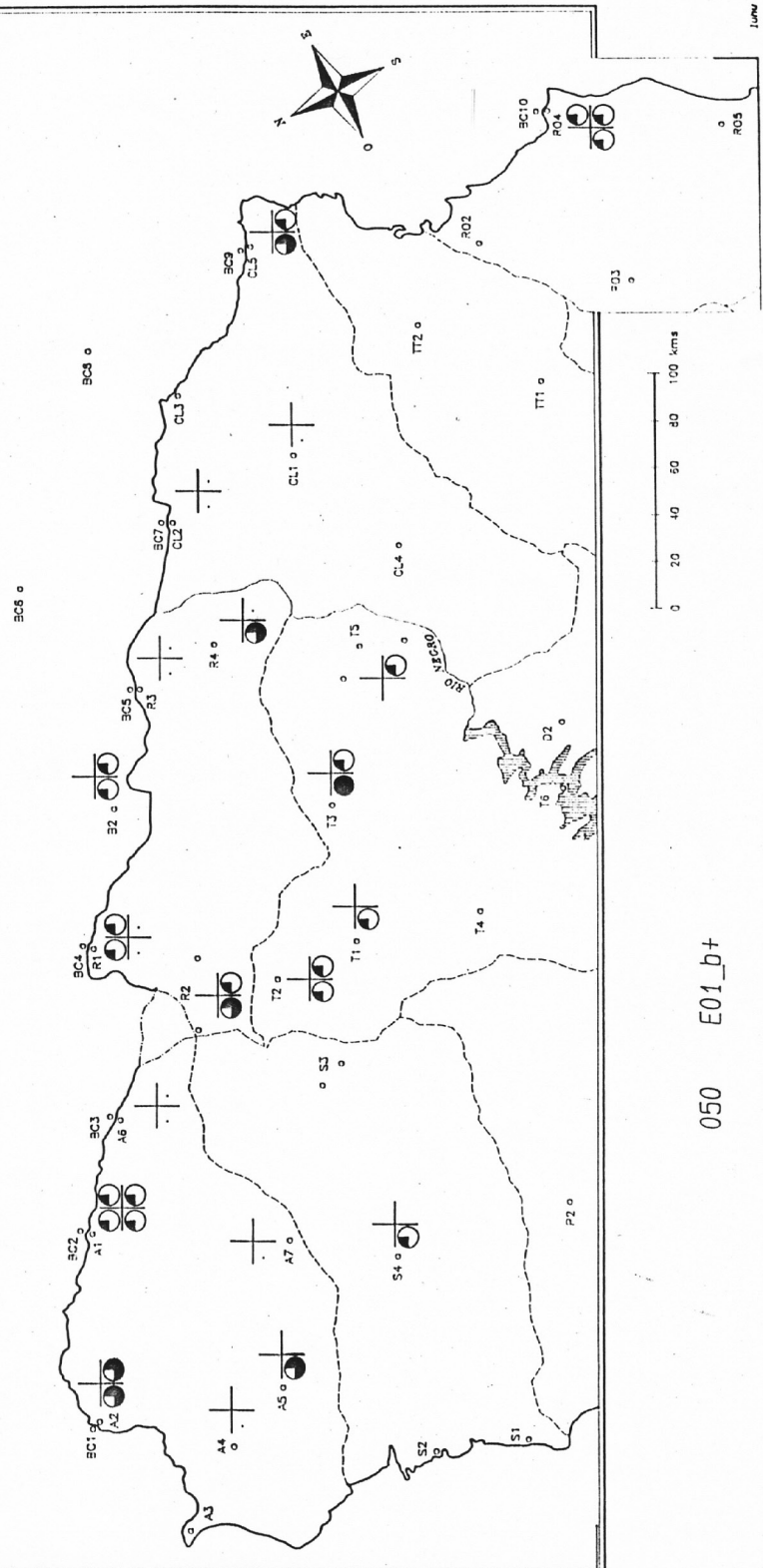
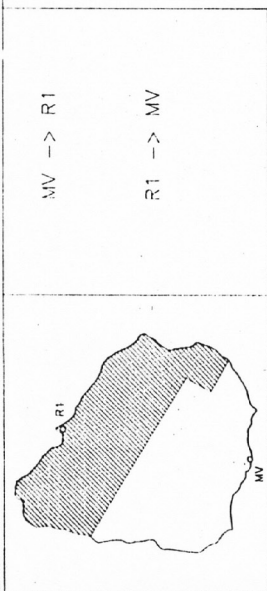
Veamos una muestra de dos diccionarios, el *Grande dizionario illustrato della lingua italiana* (1989) de A. Gabrielli, que, bajo **capríccio**, consigna "Lo stesso che caporíccio, cioè ribrezzo, raccapriccio, vivido [...] 2. [...] idea, voglia bizarra, nuova, improvvisa, per lo piú non durevole", y el *Novo dicionário da língua portuguesa* (1986), de Aurélio Buarque de Hollanda, el que, a su vez, bajo **caprichar**, anota "1. Ter capricho, obstinarse [...] 2. Esforçar-se, esmerar-se [...]" y, bajo **capricho,** en la acepción 6. "Aplicação, apuro, esmero: 'É de ver o capricho com que faz as menores coisas'".

Es precisamente la acepción 2 en el verbo y la 6 en el sustantivo del portugués donde reside la innovación románica, de manos del portugués. Lo consignado por el diccionario italiano es la forma inicial, primitiva, del significado de la forma, la que aparece también en español.

Seguramente, forma tan parecida, aceptada como préstamo (ya integrado) tanto en el español, como en el portugués, pero, a su vez, con diferencias en su significación tan importantes, al punto que la primera acepción, la original, es a veces hasta peyorativa cuando se aplica, como adjetivo, a personas, mientras que la segunda, la del portugués, no solo no es peyorativa, sino que, en algunos casos, puede ser hasta meliorativa, debe experimentar alguna desnivelación cuando español y portugués entran en contacto.

En el trabajo de campo para el ADDU, la pregunta a los informantes fue planteada de esta manera, en español "Nombre que se da a una persona muy ducha en algún oficio", y en portugués "Nome que se dá a uma pessoa muito hábil em algum serviço".

Los resultados de las encuestas pueden verse en los siguientes mapas:

ATLAS LINGÜÍSTICO DIATÓPICO Y DIASTRÁTICO DEL URUGUAY (Norte
Cuest. port. pregunta No. 216.
Caprichoso "esmerado" en lusohablantes
primera respuesta espontánea
respuesta espontánea, no primera
sugerencia aceptada
sugerencia no aceptada
sin resultado
MV -> R1
R1 -> MV
RIO NEGRO
0 20 40 60 80 100 kms
050 E01_b+

Un círculo negro corresponde a la respuesta inmediata y espontánea "caprichoso", los otros círculos gradúan el grado de espontaneidad menor en las respuestas y a veces marcan la aceptación de la palabra hecha por el encuestador. Un punto corresponde a respuesta no conseguida, o pregunta no hecha, u otro tipo de circunstancias. La más interesante es la respuesta que dan los informantes hispanohablantes, que asocian "caprichoso", con fonética del español, al significado del portugués. Para mayor comprensión de las cartas, cada cruz corresponde a un punto geográfico, los campos por encima de la raya horizontal corresponden a la clase alta, o instruida, y los que están por debajo a la clase baja, o no instruida, y, a su vez, los campos a la izquierda de la raya vertical corresponden a la generación mayor, y los que están a la derecha, a la generación joven.

Es baja la frecuencia de no aceptación del significado portugués (círculos blancos) si se compara con los círculos negros (respuesta espontánea) o con los restantes sombreados negros en los círculos que muestran respuesta espontánea, pero no primera, o simplemente conocimiento pasivo de la forma sugerida por el encuestador. Es más usado/conocido en la clase baja, y entre los mayores que entre los jóvenes. Pero no cabe duda de que el uso se encuentra incorporado al español de la zona. En ese sentido, puede decirse que hay variación ya que estos hablantes también conocen, seguramente, el significado "obcecación" ("obcecado" para el adjetivo) junto al de "esmero" ("esmerado" para el adjetivo). Entiéndase bien, variación en los significados, ya que las formas con las mismas.

Podría resultar ilustrativo recordar algunos comentarios metalingüísticos recogidos en el momento de la encuesta. Una persona de nivel alto, edad II, nativo de Rivera, comentando su uso del portugués (es uruguayo), pero no en relación a la pregunta que me ocupa, dice:

> Em Porto Alegre, inclusive, sabem que eu sou da fronteira, não tem jeito, embora o... eu **capriche** no português não adianta, eles se dão conta em seguida[1].

Una persona mayor, de clase baja, comenta, ahora sí en relación directa a la pregunta:

> Se le llama a una persona caprichoso en su trabajo, por ejemplo, que lo hace bien, que presta toda atención para que el trabajo le salga bien o aquello que está haciendo, como también está el otro caprichoso de... que no da el brazo a torcer cuando... Un niño caprichoso.

Un joven de la misma clase:

> [...] el que se capricha, que le salen bien las cosas.

Un joven de la clase alta:

> Tesonero, empeñoso, muy caprichoso, que se pone a hacer algo y lo hace bien hasta que lo termina.

1 Agradezco este ejemplo a la Dra. Jutta Blaser de la Universität Mainz.

Una persona mayor de esa misma clase:

> Es el que hace todo con delicadeza, perfecto.

Todos estos testimonios (hay otros igualmente ilustrativos al respecto) provienen de localidades que caen dentro de la zona fronteriza, a saber, de poblados de los departamentos de Cerro Largo, Durazno, Treinta y Tres y Tacuarembó.

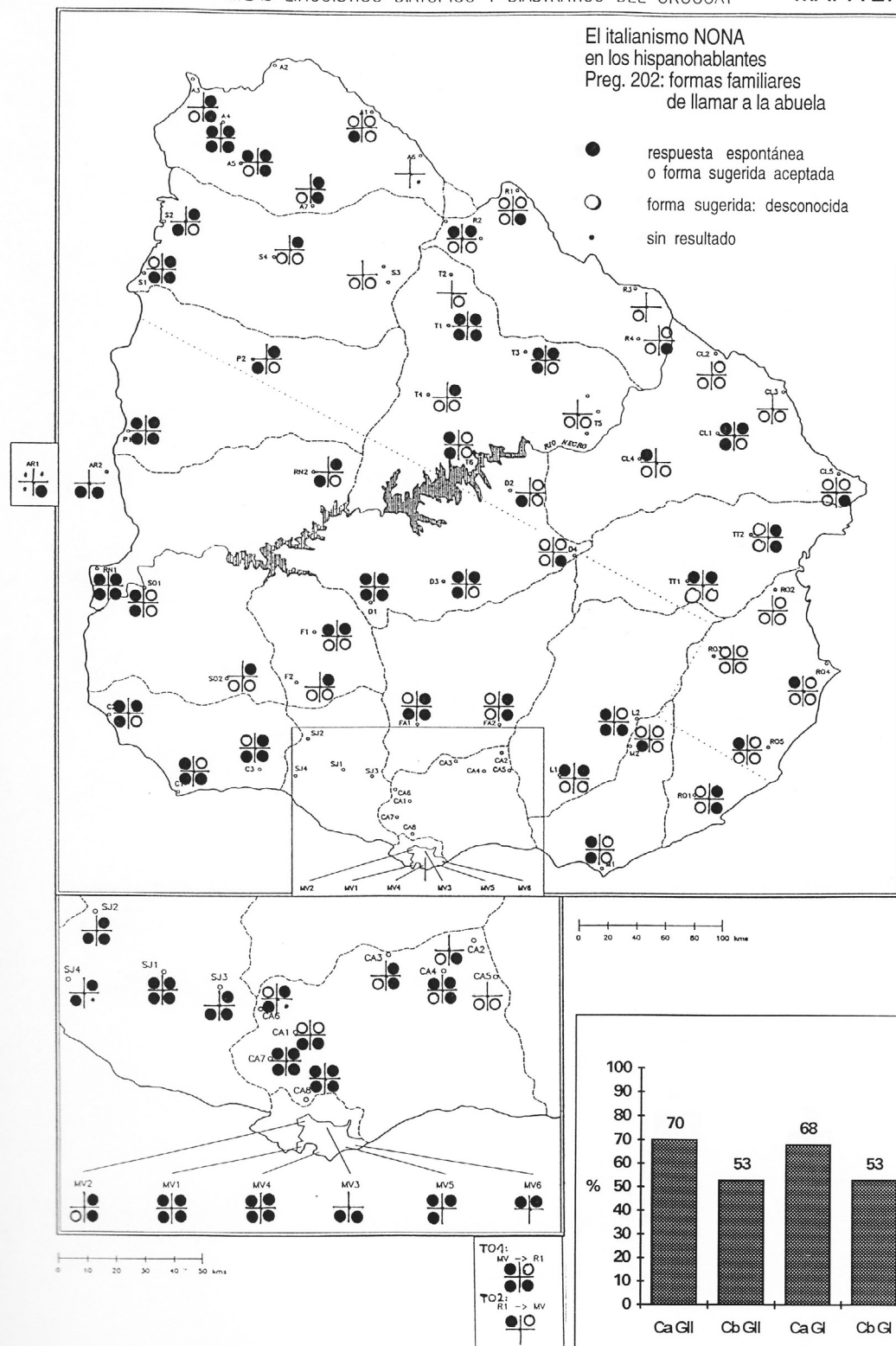
En el ADDU general (es decir, el que cubre todo el país; las muestras que hemos estado viendo corresponden al ADDU Norte, es decir, el que cubre solamente la zona fronteriza con Brasil), no aparece el significado de "esmerado". Ante la pregunta en cuestión aparecen multitud de otros formas, pero nunca la que estamos investigando, por ejemplo: *sabio, inteligente, habilidoso, baqueano, conocedor, crack, as, práctico, entendido, capo, campero, trabajador, experto, especialista, etc.*

Resumiendo esta cuestión, y en relación con el esquema Co→Va→Ca, documentadas las etapas de contacto e inferidas las de la variación, se abre la interrogante sobre el posible cambio, por lo menos, en el español regional. De ahí a su paso al español general, hay, seguramente, un largo camino, pero no por no cumplirse podríamos desechar la interpretación de que el cambio se cumplió en el español.

Mi segundo ejemplo, tiene que ver con italianismos ingresados vía la inmigración masiva de fines del siglo XIX hasta bien entrado el XX, a la que me referí más arriba. Para este caso, tomo todos los datos de la tesis de la Universidad de Kiel, de Michael Kaspar (1996), realizada en base a los datos del ADDU.

Me referiré a dos préstamos prácticamente integrados ya al español usado en Uruguay: las formas *nona* y *jeta* ('ʃeta). *Nona* (y *nono*) provienen, claro, del it. *nonna* y *nonno*, la designación normal, neutra, en esa lengua para la abuela y el abuelo. Tratándose de formas mayoritariamente usadas en el ámbito familiar alo- y delocutivamente (fuera del ámbito familiar es parcialmente posible el uso delocutivo), no tienen usos formales y alejados. Precisamente el ámbito familiar y el tono de afecto usualmente utilizado para dirigirse a los padres de los padres explica que, en las comunidades migrantes, los nombres utilizados para esta relación de parentesco sean muy frecuentemente mantenidos en la lengua migrante, aun cuando esta se haya perdido o esté en vías de extinción. Sucede lo propio con nombres de la culinaria, con los saludos ritualizados y en algunos otros casos. Por ejemplo, en la tradición migrante judío alemana, es común *oma* y *opa* y, en la zona de frontera con Brasil, *avo̜* y *avo* (o *vovo̜* y *vovo*), para la abuela y el abuelo, respectivamente.

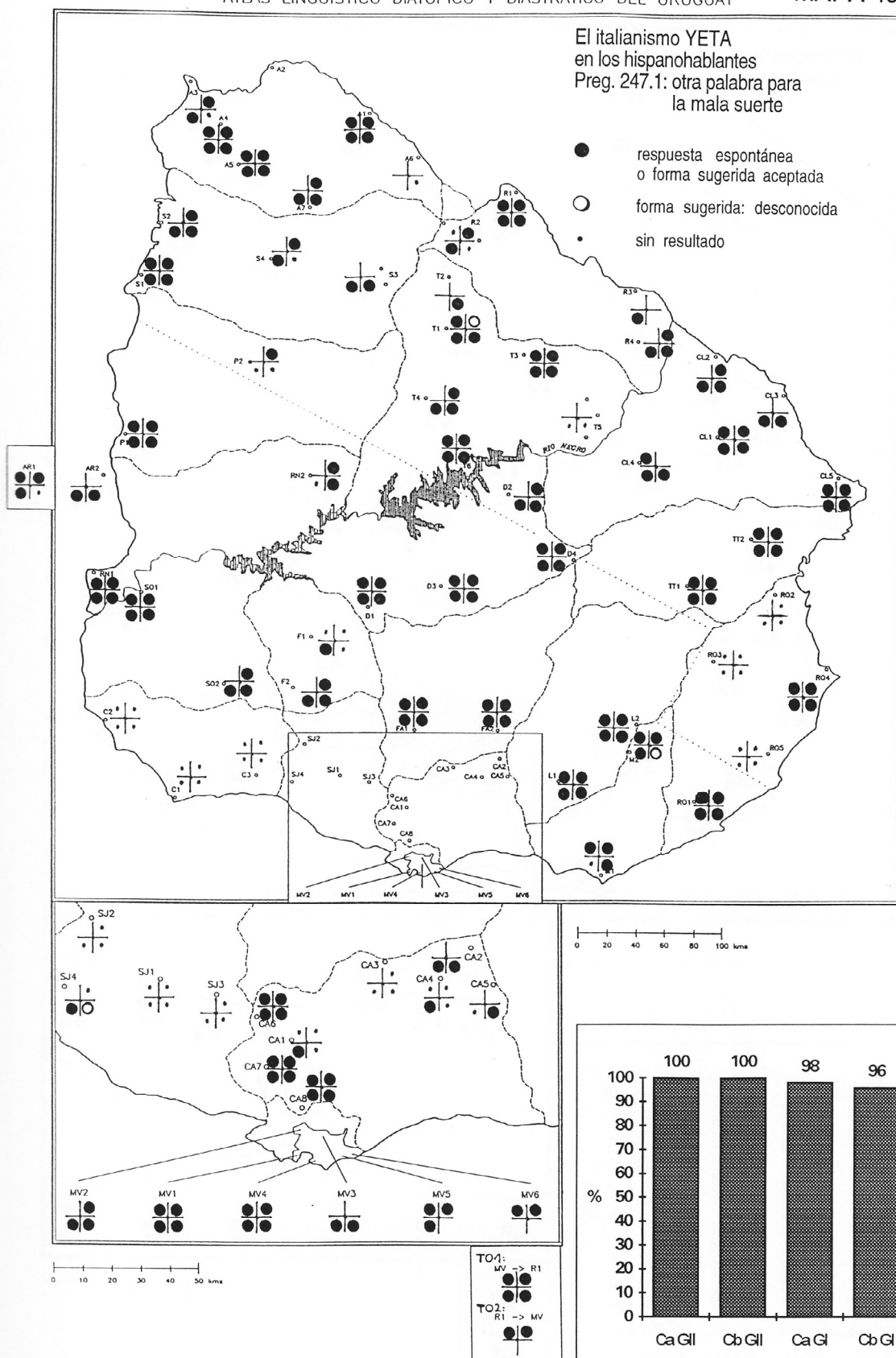
En opinión de Meo Zilio (*apud* KASPAR, 1996, p. 48), su uso está, en Argentina (por lo tanto puede extenderse el juicio a los usos del Uruguay), limitado a familias migrantes italianas o de origen italiano. Esta afirmación no se sostiene a la vista del cartografiado de los resultados donde salta a la vista que, en aquellas zonas donde la población italiana se ha concentrado mayoritariamente (Sur, centro y Oeste del país), su uso es generalizado. La gran mayoría de las respuestas a la pregunta correspondiente ("formas familiares de llamar al abuelo") son espontáneas, se producen sin la más mínima duda

por parte del informante e inmediatamente de la formulación de la pregunta. Véase el mapa siguiente:

El desconocimiento de la forma predomina (círculos en blanco, el informante afirma no conocer la forma una vez que esta ha sido sugerida por el encuestador) en la zona Este del Uruguay, precisamente la zona de contacto con el portugués, pero tampoco ahí podría decirse que es desconocida. La zona del Sur y, sobre todo, Montevideo y alrededores muestran un uso prácticamente unánime de la forma en cuestión. Como puede verse, predominan, en el uso, los hablantes de clase alta (jóvenes y mayores) sobre los de la clase baja, pero en ambas clases aparece un uso de más del 50% en cualquiera de las dos generaciones.

La cuestión de su menor frecuencia en la zona de la frontera con Brasil tiene que ver, entonces, con la escasez (comparativamente hablando) de población de origen italiano en la zona y, en no menor medida, con la competencia a que la forma puede estar sometida por la presencia de las formas del portugués, las del español, y, todavía, la forma *tata* para el "padre del padre o de la madre", común en el ambiente rural.

El último caso tiene que ver con la forma *jeta* ['ʃeta], "mala suerte". Proviene del italiano (KASPAR, 1996, p. 51) que tiene un verbo *gettare* "echar", "arrojar", por ejemplo en *gettare nella miseria* "caer en la miseria". En variedades napolitanas y sicilianas, el *jettatore* es el que trae desgracia y mala suerte. No existe en italiano un sustantivo de esta raíz para designar a la "mala suerte". Sí en el italiano de los inmigrantes y de ahí al español en la palabra en cuestión para referir a esa circunstancia.

Como puede apreciarse (véase el mapa siguiente), la forma es de uso y conocimiento extendido por todo el Uruguay. Las diferencias entre las dos clases y las dos generaciones son mínimas. Aquí la forma es vital aun en la zona fronteriza con Brasil, precisamente zona en la que, para el caso anterior de *nona,* la forma disminuía en su frecuencia en forma notoria. Esta situación habla de una integración mucho mayor al español de esta forma que en el caso de la anterior.

El italianismo YETA
en los hispanohablantes
Preg. 247.1: otra palabra para
la mala suerte
respuesta espontánea
o forma sugerida aceptada
forma sugerida: desconocida
sin resultado
RIO NEGRO
TO1:
MV -> R1
TO2:
R1 -> MV
100
100
98
96
%
Ca GII
Cb GII
Ca GI
Cb GI

He pretendido en este trabajo aportar algunos datos concretos, con ejemplos bien delimitados y claramente estudiados, para la tesis que sostengo y a la que he hecho referencia antes (esquema Co→Va→Ca).

No dudo de que en todos los casos presentados se trata de ejemplos de contacto, como hemos visto, de muy diferente índole tanto desde el punto de vista histórico, cuanto de su distribución sociolingüística y demográfica. La "lusitanización o portuguesización" de la zona NE del país tiene su contrapartida en la "italianización" del SW. El portugués como base sobre la que se superpone el español en la frontera con Brasil, el español como base a la que se superpone el italiano en el sur y resto del territorio. La difusión posterior de ambas lenguas y los fenómenos de contacto que produjeron en su relación con el español también admiten, dentro de la semejanza, algunas diferencias. El italiano como lengua de comunicación pervivió fugazmente en la generación de los propios inmigrantes y muy parcialmente en la primera generación criolla hasta su desaparición en esta función, no sin haber dado lugar antes a variedades mezcladas tipo *cocoliche* y de haber impactado fuertemente en algunos ámbitos de la vida cotidiana, dejando restos de léxico parcial o totalmente integrados al español, caso *nona* y *yeta*. El portugués, por su lado, establecido desde siempre en la zona subsiste en forma de variedades mezcladas con el español, sin tradición escrita importante, de uso familiar y cotidiano, transmitido de generación en generación (es decir, con hablantes nativos), entra en contacto, a su vez, y en segunda instancia, con el español regional. Ese portugués de que hablo está hoy, debido a los procesos de urbanización característicos de la zona, en peligro de extinción. Por cierto, desde ese portugués hacia el español se pueden reconocer varios préstamos, transferencias, etc.

Quiero decir que la etapa de **contacto**, seguramente, se ha cumplido. Si ello ha dado origen a la **variación** sociolingüística es cuestión que a primera vista también parece evidente, aunque ello pueda depender del concepto de variación que estemos manejando. Finalmente, la etapa del **cambio**, aunque también esté supeditada al concepto teórico que se maneje, es perceptible en estos ejemplos que acabo de ofrecer.

Referências

AAVV. (2003). *Aspectos de la cultura italiana en el Uruguay.* Montevideo.

ALVAREZ DE LASOWSKI, S. (Comp.). (1994). *Presencia italiana en la cultura uruguaya*. Montevideo: Universidad de la República/Centro de Estudios Italianos.

BARRIOS, G. (2008). *Etnicidad y lenguaje: la aculturación sociolingüística de los inmigrantes italianos en Montevideo*. Montevideo: Universidad de la República.

ELIZAINCÍN, A. (1992). *Dialectos en contacto: español y portugués en España y América*. Montevideo: Arca.

ELIZAINCÍN, A. (1995). Sobre la semántica del léxico bilingüe: el caso del esp. port. *caprichoso*. In: HOINKES, U. (Hrsg.). *Panorama der lexikalischen Semantik. Thematische Festschrift auss Anlass des 60. Geburtstags von Horst Geckeler*. Tübingen: Gunter Narr. p. 169-175.

ELIZAINCÍN, A. (2008). Uruguay. In: PALACIOS, A. (Coord.). *El español en América: contactos lingüísticos en Hispanoamérica.* Barcelona: Ariel. p. 301-317.

ELIZAINCÍN, A.; ZANNIER, G.; BARRIOS, G.; MAZZOLINI, S. (1987). Mantenimiento y cambio del italiano en Montevideo. In: LO CASCIO, V. (Ed.). *L'italiano in America Latina*. Firenze: Le Monnier. p. 194-204.

GRILLO, R. M. (a cura di). (1999). *Italia-Uruguay: culture in contatto*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.

KASPAR, M. (1996). *Arealität und Sozialität lexikalischer Italianismen. Eine Untersuchugung auf der Grundlage des Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay.* Tesis de M. A, Universität Kiel.

ALiB – um atlas nacional com dimensões continentais: problemas, soluções, resultados

Suzana CARDOSO
Universidade Federal da Bahia/CNPq

Introdução

Uma das questões com que a Dialectologia e, particularmente, a Geolinguística se defrontam, diz respeito aos espaços a serem considerados, às distâncias a serem vencidas, sobretudo quando o objeto da descrição é um país de ampla extensão ou uma região que se caracteriza por área de largas proporções. O espaço se coloca, pois, como um elemento a ser levado em conta com bastante acuidade, porque a aplicação do método dialetal da geografia linguística requer o conhecimento e domínio da região, para que se possam equacionar os demais elementos da pesquisa, em especial a seleção dos pontos que constituirão a rede, o perfil dos informantes e a natureza dos questionários a serem aplicados, atendendo-se ao que mais convenha aos objetivos a que se visa alcançar do ponto de vista geolinguístico. Tais questões se põem *urbe et orbe*, ainda que com intensidade diferenciada e com ênfases distintas, independentemente do tempo cronológico, do continente onde situa a investigação e da própria qualificação dos pesquisadores.

Nesta comunicação em que se apresenta o Projeto *Atlas Linguístico do Brasil*, examinam-se as dificuldades que um empreendimento dessa natureza oferece, considerando-se a amplitude territorial a ser recoberta e o tempo que, por vezes, a execução de tarefas de campo passa a exigir; apontam-se soluções encontradas para vencer os obstáculos, e traz-se uma breve amostragem de resultados já passíveis de serem delineados.

1 Uma preliminar à guisa de introdução: breve histórico do projeto ALiB

O Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (Projeto ALiB) se propõe realizar um atlas linguístico geral do Brasil, no tocante à língua portuguesa, atendendo, assim, a uma antiga aspiração de linguistas e dialectólogos brasileiros que, em meados do século XX, já se empenharam na sua realização. Tal aspiração, porém, por razões diversas, não se concretiza. Dessa forma, só em 1996, por iniciativa do Grupo de Pesquisadores em Dialectologia da Universidade Federal da Bahia, efetivamente tem início.

Trata-se de um projeto de caráter nacional e de natureza interinstitucional, congregando, atualmente, 17 instituições que, por iniciativa da Universidade Federal da Bahia, firmaram entre si um convênio de apoio ao Projeto ALiB. Pela sua amplitude, pode, e deve, ser entendido, na verdade, como um conjunto de subprojetos integrados e vencíveis cada um a seu tempo. Assim, podem ser identificadas as seguintes etapas que, de fato, se constituem em subprojetos:

Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* - 1ª etapa: A concepção do Projeto e a definição da metodologia (1996-2002)

O Projeto ALiB inicia-se em novembro de 1996, quando se realiza, no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, o *Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*. A partir desse momento, criado um Comitê Nacional para coordená-lo, o trabalho ganha corpo com (i) a elaboração de um detalhado projeto, contendo um breve histórico da Geolinguística no Brasil e a justificativa para a empreitada; (ii) a definição dos princípios metodológicos a serem seguidos e (iii) o estabelecimento de um cronograma de trabalho. Fixaram-se, assim, a rede de pontos, o perfil e número de informantes e o instrumento básico de trabalho – os questionários –, trabalho que exigiu uma interface com outras áreas do conhecimento organizado, como a história, a demografia, a geografia e os estudos sociais, em geral. Os questionários, em três versões sucessivas – todas elas publicadas sob os auspícios da Universidade Estadual de Londrina (UEL) –, foram testados, cada versão a seu tempo e em diferentes regiões do país, o que permitiu o aprimoramento desse instrumento, fundamental à coleta de dados, e a preparação da versão final, publicada em 2001, também pela UEL, e utilizada nacionalmente, versão esta que tem sido alvo de consulta e de uso por pesquisadores da área e em diferentes projetos, particularmente de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado.

Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* - 2ª etapa: A constituição do *corpus* e a transcrição dos dados (2001-2010)

A segunda etapa constitui-se, na verdade, de duas ações distintas: a primeira, que vai compreender o registro de dados de todas as capitais brasileiras de Estado — à exceção de Palmas e Brasília que, por serem cidades recém-criadas, não preenchem os requisitos

estabelecidos pela metodologia do projeto; a segunda diz respeito à constituição do *corpus* resultante dos demais pontos da rede.

Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* - 3ª etapa: A transcrição e a análise dos dados (2004-2012)

Etapa que, pela sua própria natureza, se superpõe à anterior, vem-se desenvolvendo numa tríplice direção: (i) a transcrição grafemática dos registros, cuja definição de princípios a serem observados demandou ampla e duradoura discussão; (ii) a definição da transcrição fonética a ser observada e (iii) a continuada análise dos dados.

Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* - 4ª etapa: A editoração dos dados e a publicação dos resultados (2005-2012)

A 4ª etapa tem por objetivo a divulgação dos resultados, com a apresentação de um mapeamento linguístico do Brasil, acompanhado de comentários às cartas e da possibilidade de se ouvirem os informantes.

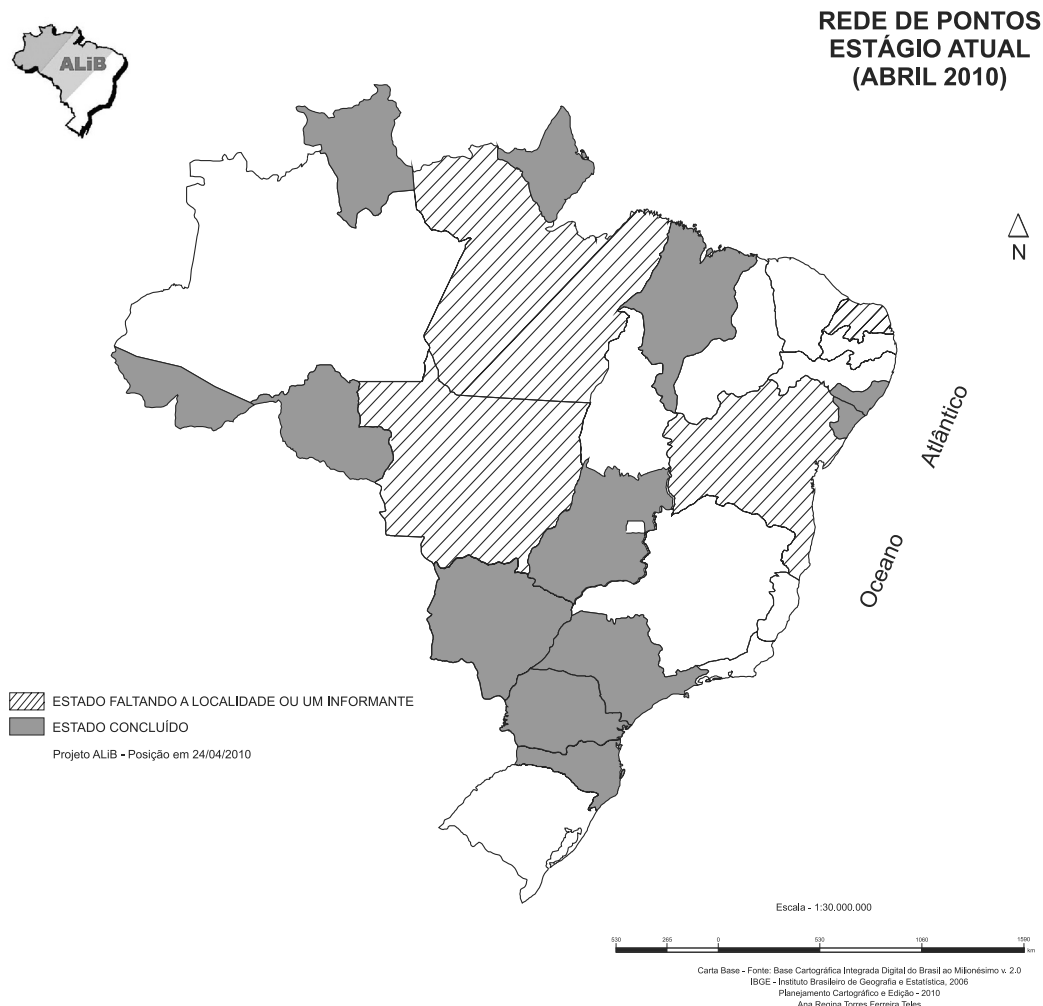
O Projeto ALiB vem caminhando solidamente e afirmou-se como um projeto estruturado, definido na letra de sua formulação, mas, principalmente, acolhido e respeitado pela comunidade científica. Dessa forma:

- Definiu a sua metodologia. Criaram-se os parâmetros de seu funcionamento: os critérios para estabelecimento da rede de pontos, o perfil dos informantes, os questionários a serem aplicados.
- Estruturou-se como trabalho de caráter nacional, dirigido por um comitê constituído com a representação de dez universidades brasileiras, e tem alargado o comprometimento de instituições com a sua realização, com a assinatura de um convênio inter-universidades.
- Tem mantido coordenado o trabalho desenvolvido com a realização de reuniões nacionais do Comitê Nacional que o dirige.
- Tem assegurado a formação do seu corpo de inquiridores e auxiliares de pesquisa de campo com a realização de *workshops*, encontros que têm cumprido, além da função para a qual prioritariamente são programados, uma outra de relevância para os estudos dialetais no Brasil: têm estimulado equipes estaduais e regionais a desenvolverem pesquisas no campo da Geolinguística.

O Projeto ALiB responde, pois, a uma necessidade inadiável de descrição do Português do Brasil, de reconhecimento de áreas dialetais brasileiras e se apresenta como instrumento auxiliar no entendimento da história linguística do Brasil e no processo de ensino-aprendizagem da língua materna. Propondo-se documentar os diferentes usos do português em todo o território nacional, o Projeto ALiB recobre uma rede de 250 localidades (Mapa Rede de Pontos), com um total de 1.100 informantes, pessoas integrantes

dos dois gêneros, distribuídas por diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. Cumprindo esses objetivos, o projeto tem documentadas 79.6% das localidades que integram a rede, ou seja, 199 dos 250 pontos estabelecidos, e já tem concluído o levantamento dos dados em doze estados – Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Sergipe, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Maranhão (Mapa Rede de Pontos – Estágio atual). Encontram-se em fase de preparação os Volumes 1 e 2 que contemplam as informações gerais e fornecem resultados das capitais de estado.

As características geográficas do Brasil e o fato de se apresentar, na realidade, como um país-continente acarretam peculiaridades na execução do trabalho e o fazem dotado de certa singularidade: a construção de um atlas nacional com problemas, efetivamente, de natureza continental. E esses problemas vividos pelo Projeto ALib, bem como as soluções encontradas e os resultados a que já se tem chegado, se constituem no objeto das considerações que se propõe apresentar nesta comunicação.

2 Rede de pontos

3 Problemas

Na linha do tempo e do espaço, algumas questões vêm, de imediato, à tona: Como é fazer-se um atlas de um país continental? Como é lidar com as distâncias numa terra de tamanha amplitude, tendo-se de enfrentar os percalços de locomoção em decorrência do sistema viário? Como se pode, enfim, estabelecer um tempo para fazer-se um atlas dessas proporções sem a segurança da continuidade de verbas provindas de um sistema de fomento à pesquisa preocupado em, reconhecendo a validade da atividade de investigação, assegurar-lhe a continuidade e a conclusão? Sobre elas refletiremos com base no que se tem passado com o ALiB.

Assim, e para começar-se pelo espaço, tomando-se apenas os doze estados onde as pesquisas de campo já foram integralmente concluídas – Roraima, Rondônia, Amapá, Acre, Alagoas, Sergipe, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Santa Catarina, São Paulo e Paraná –, deixando-se, pois, de lado os dados referentes a inquéritos realizados

em estados com a investigação ainda não concluída, verifica-se que o *corpus* constituído, e referente a esses doze estados, representa 41.2 % do total das localidades que compõem a rede de pontos e corresponde a uma área de 2.371.594 km², ou seja, aproximadamente 27% do território nacional, números estes bastante significativos. Se se estabelece uma relação, por exemplo, com o continente europeu, verifica-se que a área global dos estados com documentação concluída equivale, do ponto de vista areal, aproximadamente, à Itália, Espanha, França, Portugal, Suíça, Alemanha, Áustria e Bélgica, reunidos. Esta singela comparação mostra, do ponto de vista espacial, como se põe a questão de vencer as distâncias para um trabalho em território brasileiro. O pesquisador se desloca do seu ponto-sede e, para a realização de inquéritos, pode ultrapassar, com muita facilidade, a casa dos mil quilômetros. Para comprovar a veracidade da informação, vejam-se dados da pesquisa em começos de 2009: a Equipe do Paraná percorreu 4.200 km para realizar inquéritos em Minas Gerais; a Equipe da Bahia teve de vencer 3.700 km de estrada para fazer as gravações de cidades do Sul da Bahia e do Norte de Minas Gerais; e a Equipe de Mato Grosso do Sul, para concluir a documentação do Estado de Goiás, atingiu a casa dos 5.000 km. Se se somam esses quilômetros mencionados, com eles se podem atingir 32% da circunferência da terra, na sua parte mais ampla, ou seja, na linha do Equador (40.070km)!

Outra, dentre as dificuldades que se interpõem na construção de um atlas linguístico, diz respeito ao tempo despendido na execução da obra. O tempo que demanda a programação, o tempo que requer a coleta de dados, o tempo de que se precisa para exegese e análise dos materiais e, por fim, o tempo, muitas vezes longo e indefinido, que se tem a esperar para que se viabilize a publicação.

Desses "tempos" de espera, necessário se faz destacar o que se despende na identificação de informantes que preencham os requisitos estabelecidos e, assim, venham a integrar o conjunto a ser selecionado. Pode parecer a alguns menos familiarizados na lida com a pesquisa linguística que, numa cidade, seja de pequeno ou grande porte, não seria difícil encontrarem-se dois, quatro, seis ou mais informantes rigorosamente dentro dos padrões requeridos pela pesquisa. A realidade tem mostrado, porém, que essa não é tarefa fácil. Se se tenta, por exemplo, manter sob controle naturalidade do informante, naturalidade dos seus pais, tempo e local de residência, natureza de viagens e respectiva duração, grau de escolaridade, a que se juntam idade e gênero, depara-se o pesquisador com dificuldades e imprevistos que, muitas vezes, ultrapassam a sua expectativa ou se apresentam, de forma surpreendente, no curso da coleta de dados.

O que se quer, enfim, com essa ênfase dada ao "tempo"? Primeiramente, salientar que a realização de um atlas linguístico requer **tempo**, pela sua especificidade e pelas variáveis que deve, por razões científicas, manter sob controle. Em segundo lugar, porque todo trabalho de pesquisa se insere num contexto social, histórico e político, cujos desdobramentos, **no tempo e no espaço**, nem sempre são previsíveis, fogem, por outro lado, do controle dos cidadãos, e apresentam reflexos, inevitavelmente, no andamento e no sucesso do trabalho científico em realização.

Se o espaço exige esforço para ser desbravado, o tempo conspira, sempre, contra o pesquisador, sobretudo se entre trabalho e publicação de resultados se interpõem diferentes tipos de dificuldades a serem vencidas, desde as próprias à análise dos dados àquelas que dizem respeito ao financiamento da publicação.

Junte-se às dificuldades de lidar com os percalços do tempo e do espaço a ausência de um financiamento global a dar sustentabilidade financeira, particularmente, à pesquisa de campo, como se verifica no caso do ALiB, que vem contando apenas com financiamentos dirigidos a áreas específicas e na medida em que as solicitações dos nossos diretores regionais se fazem atendidas.

4 Soluções

Estratégias de superação de tais dificuldades, espírito de criatividade e aproveitamento de oportunidades – tais como participação em bancas examinadoras, ministração de cursos de curta duração, aceite a convites para fazer palestras, entre outras –, que a atividade docente universitária oferece e implicam o deslocamento de professores/pesquisadores, vêm servindo de elemento de superação de problemas na execução da pesquisa, mas não se podem constituir em meios regulares de execução da investigação científica no país.

No caso específico do ALiB, o Comitê Nacional esteve, e está, sempre atento às possibilidades de solicitação de um financiamento global que teria trazido – teria, porque nos falta relativamente pouco a cumprir na coleta de dados – a vantagem principal de se estreitar o tempo entre o início e a finalização da realização dos inquéritos de campo, aspecto de interesse para a pesquisa por contribuir para a preservação da homogeneidade da coleta, sem que se interponham longas distâncias entre o primeiro e o último dos inquéritos de campo. Na impossibilidade de conseguir-se o ideal, empenharam-se os membros do Comitê Nacional na busca de meios que assegurassem a execução da pesquisa em suas respectivas áreas.

Nesse contexto – espaço geográfico, tempo despendido e dificuldades de financiamento –, tem avançado o Projeto ALiB, atingindo, nesta segunda metade de 2009, um percentual de 79.6% dos pontos da rede documentados. Isso significa 199 localidades – das 250 que compõem a rede de pontos – documentadas, 896 informantes – dos 1.100 previstos – registrados, e doze estados da Federação com a pesquisa concluída.

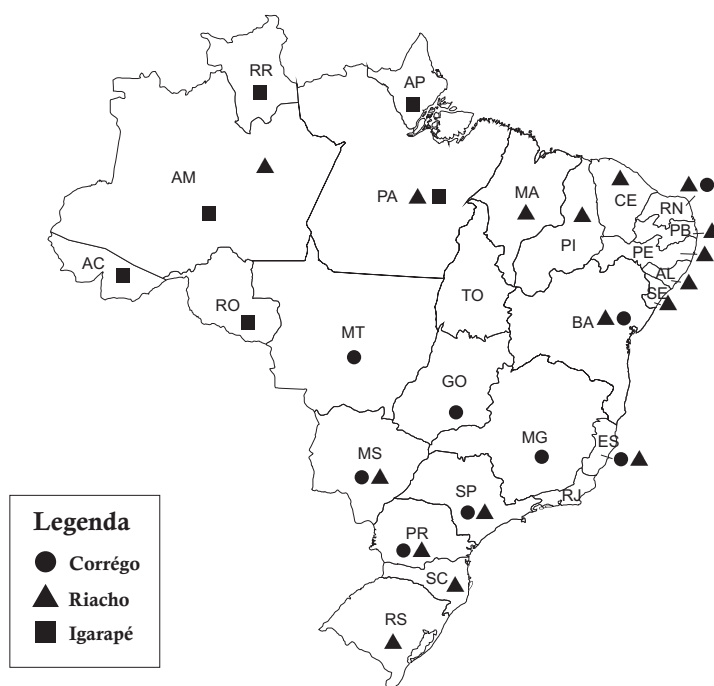
5 Resultados

Iniciada a coleta de dados, em 2001, uma posição foi, quase de imediato, tomada: priorizar-se a documentação das capitais de estado, com o objetivo de finalizá-la o quanto antes, mas sem prejuízo do avanço da realização de inquéritos nos demais pontos da rede. Tal decisão, examinada, hoje, quando já se prepara a publicação dos primeiros resultados com dados das capitais, afigura-se como acertada. O fato de já dispormos de uma visão

do português brasileiro, de Norte a Sul, com o delineamento do perfil do falante, pelo controle de variáveis diageracionais, diagenéricas e diastráticas, garantida com os inquéritos das capitais, permite-nos um primeiro traçado de isoglossas, reflexo da viva voz dos 200 informantes que enfeixam esse grupo, e assegura a reflexão sobre as implicações sociolinguísticas na língua, resultante de uma posição metodológica de cunho pluridimensional que o tratamento moderno da Geolinguística está a exigir e que demanda do pesquisador acuidade na utilização e implementação dos dados, pois, como assinalam Radtke e Thun (1996, p. 30), "la geolingüística moderna se encuentra en vias de transformarse en una verdadera ciencia de la variación en el sentido del término griego *diálektos*".

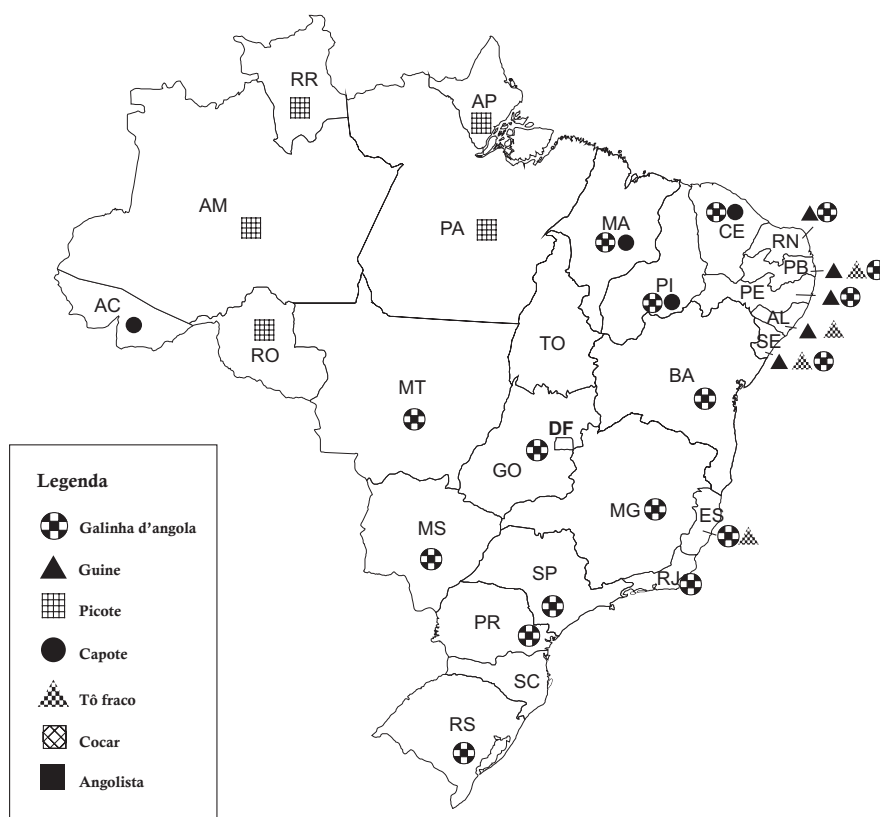
Dos resultados alcançados, apresentam-se, a título de ilustração, aspectos da realidade da língua portuguesa no Brasil nos campos do Léxico, com base em estudos já efetivados por pesquisadores que integram a Equipe ALiB no Brasil, a partir de dados coletados nas capitais brasileiras de estado.

Aguilera (2009), em recente trabalho apresentado no *VI Congresso Internacional da ABRALIN*, traz uma representativa exemplificação da variação semântico-lexical no português brasileiro. Dos casos apresentados, tomo dois exemplos para esta apresentação: as cartas CÓRREGO/ RIACHO (Pergunta 1 – Questionário semântico-lexical) e GALINHA D'ANGOLA/GUINÉ/COCAR (Pergunta 67 – Questionário semântico-lexical).

QSL 001 - Córrego/Riacho

FONTE: AGUILERA, Vanderci de Andrade. Léxico e áreas dialetais: o que podem demonstrar os dados do ALiB. In: HORA, Dermeval da (Org.), *ABRALIN 40 anos. VI Congresso Internacional da ABRALIN Anais...*
ISBN 978-85-7539-446-5. CD, vol 2, p. 4219-4233.
Mapa adaptado do original em cores preparado *ad hoc* pelas alunas Juliana Franco e Vanessa Yida (UEL: 2009)

Os resultados cartografados por Aguilera (2009) para CÓRREGO/RIACHO apresentam, para este conceito, três denominações dominantes no território brasileiro: *riacho*, *córrego* e *igarapé*, com áreas de distribuição bem delineadas. Há uma denominação que se especifica na parte Norte/Noroeste – *igarapé* –, recobrindo os estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará e Amapá. *Riacho* documenta-se no Nordeste e se expande pelo Sul e Centro-Oeste – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul –, aparecendo, também, ao Norte, no Pará, e no Centro-Sul, no Espírito Santo. Distribui-se pelo Centro na direção Sul, deixando de ocorrer, porém, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. Registra-se, no entanto, no Rio Grande do Norte.

Para GALINHA D'ANGOLA/GUINÉ/COCAR, a carta traçada por Aguilera (2009) traz um amplo rol de denominações das quais, como se vê, as três com maior índice de ocorrência – *galinha d'angola*, *guiné* e *picote* – apresentam uma distribuição bem delineada.

QSL 067 - Galinha d'Angola/Guiné/Cocar

FONTE: AGUILERA, Vanderci de Andrade. Léxico e áreas dialetais: o que podem demonstrar os dados do ALiB. In: HORA, Dermeval da (Org.), *ABRALIN 40 anos. VI Congresso Internacional da ABRALIN Anais...* ISBN 978-85-7539-446-5. CD, vol 2, p. 4219-4233. Mapa adaptado do original em cores

Nada obstante a riqueza de informação que as cartas apresentam, a começar da própria natureza da seleção dos itens lexicais, atenho-me a uma consideração de ordem exclusivamente diatópica. É significativa a particular característica que as duas cartas apresentam com relação à Região Norte: área de *igarapé* e área de *picote*. Destaque-se, nesta última, a presença de *capote*, apenas no Acre, cujo registro pode encontrar diferentes explicações, entre as quais se inclui a reinterpretação fonética de *picote*, conduzindo à introdução da denominação *capote.*

Para concluir

Estas duas cartas apresentam um dado que merece destaque: a presença particular das formas *igarapé* (CÓRREGO) e *picote* (GALINHA D'ANGOLA). Do ponto de vista areal, não se pode, com base no resultado de duas únicas cartas, fazer afirmação sobre a definição de isoglossas, mas deve-se repetir que é significativa a identificação areal revelada por CÓRREGO e GALINHA D'ANGOLA.

Referências

ADTKE, Edgar; THUN, Harald (1996). Nuevos caminos de la geolingüística románica: un balance. Tradução de Norma Díaz. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald (Hrsg.). NEUE WEGE DER ROMANISCHEN GEOLINGUISTIK. *Akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie*. (Heidelberg/Mainz, 21-24.10.1991). Kiel: Westensee-Verlag. p. 25-49.

AGUILERA, Vanderci de Andrade (ano). Léxico e áreas dialetais: o que podem demonstrar os dados do ALiB. In: HORA, Dermeval da (Org.). ABRALIN 40 ANOS. VI CONGRESSO INTERNACIONAL DA *ABRALIN. Anais...* vol. 2, CD, ISBN 978-85-7539-446-5. p. 4219-4233.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB (2001). *Atlas Linguístico do Brasil.* Questionários 2001. Londrina: EDUEL.

Dois momentos da geolinguística no Brasil: APFB e ALiB

Jacyra MOTA
Universidade Federal da Bahia / CNPq

Introdução

A Geolinguística no Brasil inicia-se, oficialmente, através do conhecido Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952, que fixa como um dos principais objetivos da Comissão de Filologia da então criada Casa de Rui Barbosa a elaboração de um atlas linguístico do Brasil, de modo a colocar o país entre aqueles que, àquela época, já dispunham de um Atlas nacional, como se lê no 3º. parágrafo:

> A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa-fonologia, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de Autoria, de influências, sendo sua finalidade principal a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil.

A prioridade de elaboração do Atlas Linguístico do Brasil é retomada pela Portaria n.° 536, de 26 de maio do mesmo ano, que regulamenta o citado Decreto.

Ao lado desse Decreto, a Geolinguística brasileira conta, durante a década de 50 do século passado, com uma série de esforços empreendidos por diversos pesquisadores, quer na elaboração de obras que servirão de base a trabalhos futuros, quer em ações diretamente dirigidas à criação de uma mentalidade dialectológica, tal como preconizava Silva Neto, como a participação em congressos nacionais e internacionais e a organização de cursos de Dialectologia, em diversas universidades brasileiras.

Chega-se, assim, ao ano de 1961, um dos momentos aqui destacados, data de publicação do *Atlas brévio dos falares baianos* (*APFB*), primeiro atlas linguístico brasileiro, que tem como autores, além de Nelson Rossi, seu idealizador, as então recém-graduadas

Dinah Isensee[1] e Carlota Ferreira e, entre as colaboradoras, Rosa Virgínia Mattos e Silva,[2] a homenageada neste Congresso.

1 O *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB)

Ao iniciar no Brasil os projetos de natureza geolinguística, o *Atlas prévio dos falares baianos* também inaugura, na área de Letras da UFBA, a participação de estudantes em trabalhos de pesquisa, como observa Nadja Andrade, em comunicação ao *I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia*, realizado em Porto Alegre, em 1958:

> O marco inicial das pesquisas dialetais que se vêm fazendo na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia foi um exercício de campo realizado em Portão, no dia 1º de novembro de 1957.
> Tratava-se da primeira aplicação de um questionário linguístico experimental constante de 2.965 (duas mil novecentas e sessenta e cinco) perguntas, elaborado com a colaboração dos alunos, num desdobramento a um outro apresentado que apenas enumerava as áreas semânticas a abordar.

Em 1958, são realizados os inquéritos linguísticos preliminares em Bom Despacho e, em 1959, em São José das Itapororocas, Tanquinho e São Vicente, contando sempre com a participação de estudantes, alguns dos quais se integrariam definitivamente à equipe para a elaboração do *APFB*.[3] A análise dos dados obtidos nesses inquéritos (com a utilização de um questionário amplo, com mais de 3.000 questões), juntamente com a discussão dos "Aspectos do léxico regional da Bahia", apresentado no *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, realizado em Salvador, em 1959, irão fornecer os subsídios necessários à elaboração do Extrato de Questionário que será aplicado nas 50 localidades baianas que constituem a rede de pontos do *APFB*. Esse Extrato de Questionário consta de 182 questões, dirigidas, em sua maioria, à depreensão da variação semântico-lexical.

Como obra pioneira no Brasil, o *APFB* é um atlas monodimensional, perspectiva metodológica seguida na época pela Geolinguística, embora se tenha procurado inquirir mais de um informante por ponto, como observa Rossi (1965, p. 35), no volume de Introdução:

> Inquirir dois informantes em uma localidade pode em muitos casos atenuar os riscos de tomar como geral o que é individual. Sobretudo para nós, que intentávamos verificar bàsicamente (e prèviamente), a existência ou inexistência, o conhecimento ou desconhecimento, de um número limitado de formas que nos pareceram dotadas de interêsse – puramente lexical, semântico ou fonético – dialetal.

1 Atualmente Dinah Callou, professora da UFRJ.

2 Citam-se, à pág. 4 do APFB, como colaboradoras "na execução final das cartas", além de Rosa Virgínia Barreto de Mattos Oliveira (hoje, Mattos e Silva), Nadja Maria Cruz de Andrade e Vera Lúcia Reis Moreira Sampaio.

3 São eles, além de Carlota Ferreira e Dinah Isensee, já citadas: Ana Maria Garcia, Cyva Leite, Edelweiss Nunes, Josefina Barletta, Judith Freitas e Tânia Pedrosa.

Os informantes deveriam ser, preferentemente, "de sexo, idade e outras características individuais diferentes", como se lê à p. 36 da mesma obra.

Em 44 das 50 localidades, foi possível a inclusão de mais de um informante, e, em duas delas – Rio Fundo (ponto nº. 03) e Velha Boipeba (ponto nº. 06), – foram interrogados 3 informantes que se distribuíram, como programado, por três faixas etárias: a primeira, com menos de 40 anos, a segunda, até 50 anos e a terceira, à volta de 60 anos. Em Vila de Abrantes (ponto nº. 05), que, como observa Ferreira (1998, p.19), "funcionou como ponto teste", foram ouvidos 6 informantes, 3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino.

Dificuldades de acesso a algumas localidades, assim como a decisão de não prolongar muito a fase de levantamento do *corpus* – ocorrida entre 31 de outubro de 1960 e 7 de abril de 1961 – fizeram com que, em 6 pontos, apenas um informante fosse entrevistado e a distribuição diagenérica e diageracional não se estendesse a toda a rede. No total, foram inquiridos 43 homens e 57 mulheres, com idades entre 25 anos (4 informantes) e 84 (1 informante), situando-se a maioria em uma faixa entre 39 e 69 anos.

Quanto à escolaridade, "os informantes eram, na sua maioria, analfabetos (75) e a identificação de alguns como semialfabetizados praticamente não os opõe aos outros. Dizer-se semialfabetizado significa quase sempre assinar seu próprio nome e haver passado, precariamente, pela escola" (FERREIRA, 1998, p. 20).

O adjetivo *prévio*, colocado em seu título, documenta a preocupação com os resultados apresentados, como explicita Rossi (1965, p. 50), no trecho:

> Queremos ser os primeiros a proclamar a relatividade da documentação contida nas cartas e a recomendar tôdas as precauções no seu aproveitamento. Mas lembramos que não nos propusemos realizar o Atlas da Bahia, e sim *um* Atlas a que lealmente denominamos *prévio*, e ainda que não poupamos esforços para fornecer ao leitor todos os elementos, ao alcance de nossas previsões, que lhe permitissem controlar os resultados oferecidos, dosando pela medida de suas próprias exigências, posição teórica ou interêsse específico, a confiança que entenda pôr na informação que transmitimos.

O *APFB* ressente-se, também, da ausência, no Brasil do início da década de 1960, dos recursos técnicos necessários ao registro dos dados *in loco* (aparelhos gravadores, portáteis, possíveis de serem levados ao campo), valendo-se, então, da transcrição direta, feita manualmente no momento do inquérito.

Quanto à preparação dos originais, após a transcrição, a mão livre e a lápis, de cada carta linguística, o elenco de formas transcritas foi passado a desenhistas que, com o auxílio de normógrafos, puderam prepará-lo para ser, posteriormente, fotografado e colado, também manualmente, nas cartas a serem impressas.

Sobre as dificuldades dessa fase, diz Rossi (1965, p. 39):

> Não é fácil, contando assim, dar uma idéia do que custava descobrir como utilizar os normógrafos disponíveis para chegar a um desenho aceitável dos sinais de transcrição que êles não continham. Foi necessário, muitas vezes, conjugar duas e até três réguas 25 AB, 35 AB e 45 AB (Rosenhain), como se pode ver dos exemplos que se seguem:
>
> α sinal de *etc* da régua 25_{AB}, parte de baixo, ligeiro retoque.

ɛ   sinal de *etc* da régua 25_{AB}.
ɔ   *o* da régua 35_{AB} sem fechar.
ʃ   *j* da régua 35_{AB}, completando.
ʎ   *k* (invertido) da régua 45_{AB}, deixando a parte de cima do lado esquerdo, ligeiro retoque.
ʒ   *z* da régua 35_{AB}, completando com o *y*.
No começo, o processo era lento e difícil. Depois de algum tempo tornou-se menos penoso. Mas nem sempre foi possível conseguir a pena exata que se utilizou inicialmente e, o que é pior, fomos forçados a substituir o primeiro desenhista por dois outros, de modo que nem assim se evitou de todo a irregularidade no desenho dos sinais.

O *APFB* contém 11 cartas introdutórias e 198 cartas linguísticas, 44 das quais são resumos de cartas anteriores. As cartas se apresentam, em sua maioria, em transcrição fonética e algumas delas trazem notas onde se encontram, em transcrição grafemática, trechos da fala do informante, com dados socioculturais, como, por exemplo, a propósito do vocábulo *reimosa* para *comida, fruta nociva* (carta 42): "quando a pessoa está suada, não deve comer nenhuma fruta porque é *reimosa*" (ponto 2, informante masculino); "lima é *reimosa* para gripe" (ponto 48, informante masculino); ou com relação a *lambedor* para *xarope caseiro* (carta 96): " feito em casa, com mel e fôlhas ou raízes" (ponto 7, informante masculino) e "junta de tudo e põe rapadura, gengibre, cravo" (ponto 25, informante feminina).

Destaca-se a importância do *APFB*, não só por haver possibilitado um maior conhecimento da área, especialmente de grande parte do chamado falar baiano, na conhecida proposta de Nascentes (1953), fornecendo dados empíricos sistematicamente recolhidos e analisados, mas também pelo incentivo ao desenvolvimento da área de estudos dialectológicos e, especialmente, geolinguísticos no Brasil. Comprova essa importância o surgimento de diversos projetos de atlas regionais, muitos dos quais se encontram hoje publicados, ao lado de artigos, dissertações, teses e comunicações a congressos.

Os atlas publicados aí referidos são: o *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais* (*EALMG*), em 1977; o *Atlas linguístico da Paraíba* (*ALPb*), em 1984; o *Atlas linguístico de Sergipe* (*ALS*), em 1987;[4] o *Atlas linguístico de Sergipe* II (*ALS II*), que, apresentado como tese de Doutorado, em 2002, e publicado em 2005, retoma parte do *corpus* registrado em Sergipe, em 1967 e 1968, à época da elaboração do 1º. volume do *ALS*; o *Atlas linguístico do Paraná* (*ALPr*), em 1996; e o *Atlas linguístico-etnográfico da região Sul do Brasil* (*ALERS*), em 2002.

A perspectiva bidimensional nos estudos geolinguísticos, possibilitando análises da variação diagenérica, vai se iniciar com o primeiro *Atlas linguístico de Sergipe*, que, embora siga muito de perto a metodologia do *APFB*, inclui informantes masculinos e femininos, em todos os pontos. Entre os demais atlas acima citados, configuram-se, também, como bidimensionais o *Atlas linguístico do Paraná*, de autoria de Vanderci Aguilera, apresentado como tese de Doutorado, em 1990 e o *Atlas linguístico de Sergipe II*. Quanto ao *ALERS*,

4 Apesar de ter seus originais prontos em 1973, o *ALS* só será publicado 14 anos mais tarde.

primeiro atlas a se estender por toda uma região, os inquéritos realizados na área urbana dos três Estados que o integram, preveem a bidimensionalidade, com a introdução de informantes de diferentes graus de escolaridade (analfabeto, com o 1º. grau completo e com o 2º grau), o que não se apresenta, ainda, no 1º. volume de cartas publicado.

2 O projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)

O *Projeto Atlas Linguístico do Brasil* (*ALiB*), implantado em novembro de 1996, pode ser considerado como o marco inicial de uma nova fase na Dialectologia Brasileira, como propõem Cardoso e Mota (2006), considerando, como pontos definidores da mudança observada na Geolinguística Brasileira em fins do século passado e início do século XXI:

> a) a retomada do projeto de realizar-se um atlas nacional, levando em conta a existência, entre fins do século XX e início do XXI, das condições que Silva Neto, Nascentes, Celso Cunha, Nelson Rossi, entre outros, não vislumbravam em meados do século passado;
>
> b) a introdução da perspectiva pluridimensional nos estudos geolinguísticos, superando a verdadeira ou suposta crise da geolinguística românica contemporânea, a que se referem Radtke e Thun, em simpósio realizado em Heidelberg, em outubro de 1991;
>
> c) a contribuição para o desenvolvimento da Geolinguística no Brasil, com a formação de novas equipes e o aumento do número de publicações – inclusive de atlas regionais – e de projetos na área, alguns como trabalhos de pós-graduação.

O projeto *ALiB* é coordenado por um Comitê Nacional, que reúne, atualmente, pesquisadores de dez universidades brasileiras – Suzana Alice Cardoso (UFBA), diretor presidente; Jacyra Mota (UFBA), diretor executivo, e os diretores científicos Abdelhak Razky (UFPA), Ana Paula Rocha (UFOP), Aparecida Isquerdo (UFMS), Cléo Altenhofen (UFRGS),[5] Felício Wessling Margotti (UFSC), Maria do Socorro Aragão (UFPB/UFC), Mário Roberto Zágari (UFJF) e Vanderci Aguilera (UEL).

Do ponto de vista metodológico, introduzem-se outras dimensões, além da diatópica, como a diageracional, a diastrática e a diafásica, selecionando-se informantes de perfil diferente daquele que Chambers e Trudgill (1994, p. 57) identificam como NORM (*nonmobile*, *older*, *rural*, *males*), denominados HARAS (*homem*, *adulto*, *rural*, *analfabeto*, *sedentário*) por Zágari (1998). E, para a coleta de dados empíricos, aplicam-se tipos distintos de questionários, de modo a registrar-se também a variação diafásica ou estilística: questionários especificamente dirigidos à apuração da variação fonético-fonológica, inclusive prosódica (QFF), morfossintática (QMS), semântico-lexical (QSL), questões destinadas ao registro de elocuções espontâneas e leitura de texto que compõem o *Atlas linguístico do Brasil*: Questionários 2001 (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001).

Com relação à variação diarreferencial, preveem-se, nos questionários do *ALiB*, questões de natureza metalinguística, de modo a saber a opinião do informante sobre as variantes linguísticas características de sua área, de outras áreas ou de outras épocas,

5 Participava também do Comitê Nacional o Prof. Walter Koch (UFRGS), falecido em 2008.

conhecer preconceitos linguísticos e avaliar a coincidência ou não entre as variantes que ele utiliza e as que considera de maior prestigio ou mais estigmatizadas.

Análises preliminares vêm revelando o interesse do maior número de informantes e de sua estratificação quanto ao gênero, faixa etária e escolaridade, possibilitando que se verifiquem mudanças em curso no português do Brasil, como observa, por exemplo, Mota (2008), a propósito das realizações palatalizadas diante da vogal palatal alta (/i/), em vocábulos como *tio*, *noite*, *dia*, *tarde*, e da preferência pelas oclusivas dento-alveolares (em lugar das variantes identificadas como "africadas baianas") depois da semivogal palatal (/j/), em vocábulos como *muito*, *doido*, em capitais do Nordeste:

> Como resultados, destacam-se: [...] Indícios de mudança em curso, principalmente em Aracaju, em direção às variantes de maior prestígio: realizações palatalizadas diante da vogal palatal alta (/i/), e preferência pelas dento-alveolares depois da semivogal palatal (/j/), sobretudo em informantes mais jovens e de escolaridade universitária.

Também com referência às localidades, o *Projeto ALiB* se afasta da Geolinguística hoje considerada tradicional ao incluir cidades de médio e grande porte, inclusive todas as capitais de Estado, à exceção de Palmas e Brasília, em vista da data de formação dessas cidades.

A constituição do *corpus*, etapa ainda em andamento, já atinge 79,6% do total de 250 localidades e 81.4% dos 1.100 informantes previstos, incluindo-se nesse percentual os oito inquéritos de cada uma das 25 capitais que integram a sua rede de pontos. Conta-se ainda com a integralização de todos os inquéritos em 12 estados – Acre, Alagoas, Amapá, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Paraná, Roraima, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe –, encontrando-se os demais em diferentes estágios quanto ao levantamento de dados.

Tendo-se priorizado, no desenvolvimento do projeto, os dados das capitais, com vistas à elaboração do 1º. volume, encontra-se em andamento a fase de análises e de elaboração das cartas linguísticas, uma das quais se apresenta, a título de exemplificação, em anexo. Essa carta de natureza fonético-fonológica, ainda elaborada em caráter preliminar, refere-se à variação entre consoantes fricativas alveolares e palatais em coda silábica, nas 25 capitais. Para a sua elaboração, foram consideradas 15.459 ocorrências, distribuídas pela posição medial de vocábulo (9.232) e final diante de pausa (6.227), a partir das respostas válidas ao questionário fonético-fonológico e ao questionário semântico-lexical, que continham o segmento em causa, como, por exemplo: *fósforo*, *casca*, *estrada*, *rasgar*, *mesma*; *luz*, *arroz*, *dez*, *giz*, no QFF, e *arco-íris*, *espiga*, *vesgo*, *prostituta*, *estilingue*, *ônibus*, no QSL.[6] Desprezaram-se as ocorrências em final de vocábulo diante de consoante, como em *patas dianteiras*, *ônibus de viagem*, pouco representadas, face à estrutura do questionário do ALiB, que prevê, em geral, respostas monovocabulares.

6 Temas, respectivamente, das questões 031, 067, 088, 156, 009, 021 e 064 do QFF e das questões 017, 031, 045, 092, 142, 157. 200 do QSL.

As ocorrências foram transcritas, codificadas e submetidas ao programa para análise estatística dos dados GOLDVARB 2001,[7] embora, na versão aqui apresentada, sejam considerados os resultados em percentuais. A carta foi elaborada por Ana Regina Teles, professora da UFBA, membro da equipe *ALiB*-Bahia, que integra a Comissão de Informática e Cartografia dos Dados do *ALiB*.

Quanto à apresentação dos dados, pretende o *ALiB* figurar também entre os atlas ditos de 3ª. geração, introduzindo comentários às cartas linguísticas e fornecendo dados sonoros que possibilitem o acesso à própria voz do informante, como nos chamados "atlas falantes". Nesse sentido, encontra-se em andamento a organização de um Banco de Dados, sob a responsabilidade de Daniela Barreiro Claro, professora do Departamento de Ciência da Computação da UFBA (Laboratório de Sistemas Distribuídos - LaSiD). A informatização de dados é também um dos objetivos de Convênio Interinstitucional firmado em 2009 entre a Universidade Federal da Bahia e a Université Paris XIII, coordenado pelos professores Jacyra Mota (UFBA) e Salah Mejri (Université Paris XIII), contando com a participação de pesquisadores das duas Universidades.

Considerações finais

Os dois momentos da geolinguistica brasileira aqui destacados, sem esquecer muitos outros que se interpõem, mostram, certamente, a contribuição de cada um deles para a formação, no Brasil, da "mentalidade dialectológica" que se buscava em meados do século passado. E se a soma de esforços de muitos pesquisadores, alguns autores de atlas regionais, possibilitou o surgimento do *Projeto ALiB* e o seu desenvolvimento até hoje, esse Projeto deu um impulso considerável à consolidação dos estudos dialetais no Brasil.

O desenvolvimento do *Projeto ALiB*, a partir de 1996, vai propiciar a formação de equipes de pesquisadores em várias universidades brasileiras, trazendo grande contribuição ao desenvolvimento dos trabalhos de cunho geolinguístico, no início do século XXI, entre os quais se destacam a elaboração de atlas regionais, alguns já publicados, como o *Atlas linguístico sonoro do Pará (*ALISPA*), em 2004, e o Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul* (*ALMS*), em 2007; outros apresentados como teses de Doutorado, como o *Atlas linguístico do Amazonas* (*ALAM*), em 2004; o *Atlas linguístico do litoral potiguar* (*ALLP*), em 2007, o *Atlas fonético do entorno da Baía de Guanabara* (*AFeBG*), em 2006, o *Micro-atlas fonético do Estado do Rio de Janeiro*: *uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses*, em 2008, todas essas defendidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o *Atlas linguístico do Paraná II* (*ALPR II*), em 2007, tese defendida na Universidade Estadual de Londrina. Acrescentam-se vários projetos de atlas linguísticos em desenvolvimento, muitos orientados por pesquisadores ligados ao *Projeto ALiB*, com aproveitamento da metodologia que vem sendo utilizada nesse Projeto, além de dissertações, artigos e comunicações a reuniões científicas.

7 Os dados foram transcritos, codificados e quantificados pelas então bolsistas Dijanice de Almeida Bessa (PIBIC), Grace Kelly Souza Evangelista (PIBIC) e Cláudia Santos de Jesus (PIBIC, AT/CNPq).

Referências

AGUILERA, Vanderci de Andrade (1996). *Atlas linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado.

ALMEIDA, Fabiana da Silva Campos (2008). *Micro-atlas fonético do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ALTINO, Fabiane Cristina (2007). *Atlas linguístico do Paraná II* (*ALPR II*). Tese de Doutorado. Universidade de Londrina.

ANDRADE, Nadja (1958). Pesquisas dialetais na Universidade da Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIALECTOLOGIA E ETNOGRAFIA, 1., Porto Alegre. Salvador, Universidade Federal da Bahia.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; MENEZES, Cleuza Palmeira Bezerra de (1984). *Atlas linguístico da Paraíba*. Brasília: Universidade Federal da Paraíba; CNPq. 2 v.

BRASIL. Decreto n.° 30.643, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento.

CARDOSO, Suzana. (2005). *Atlas linguístico de Sergipe – II*. Salvador: EDUFBA.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter (1994). *La dialectología*. Tradução de Carmen Morán González. Madrid: Visor Libros.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB (2001). *Atlas linguístico do Brasil*: Questionários 2001. Londrina: Ed. UEL.

CRUZ, Maria Luíza de Carvalho (2004). *Atlas linguístico do Amazonas* (*ALAM*). Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FERREIRA, Carlota (1998). Atlas prévio dos falares baianos: alguns aspectos. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A geolinguística no Brasil:* caminhos e perspectivas. Londrina: Ed. UEL. p. 15-29.

FERREIRA, Carlota; FREITAS, Judith; MOTA, Jacyra; ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera; ROSSI, Nelson (1987). *Atlas linguístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação Estadual de Cultura de Sergipe.

KOCH, Walter; KLASSMAN, Mário; ALTENHOFEN, Cleo (2002). *Atlas linguístico-etnográfico da região Sul do Brasil*. v. I – Introdução, v. II – cartas fonético-fonológicas. Porto Alegre/ Florianópolis/Curitiba: UFRGS/UFSC/UFPR.

LIMA, Luciana Gomes de (2006). *Atlas fonético do entorno da Baía de Guanabara* (*AFEBG*). Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MOTA, Jacyra Andrade (2008). Como fala o nordestino: a variação fônica nos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELETTI, Guaraciaba; MARTIN, Vilma Lia de Rossi (Org.). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP. v. 1.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (2006). Sobre a Dialectologia no Brasil: para uma nova divisão dos estudos dialetais. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). *Documentos 2*: Projeto do Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto.

NASCENTES, Antenor (1953). *O linguajar carioca*. 2 ed. Rio de Janeiro: Simões.

OLIVEIRA, Dercir Pedro (Org.) (2007). *Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Ed. UFMS.

PEREIRA, Maria das Neves (2007). *Atlas geolinguístico do litoral potiguar* (*ALLP*). Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RADTKE, Edgar; THUN, Harald (1996). Nuevos caminos de la geolingüística románica: un balance. Tradução de Norma Díaz. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald (Hrsg.). NEUE WEGE DER ROMANISCHEN GEOLINGUISTIK, *Akten des Symposiums...* Heidelberg/Mainz, 1991. Kiel: Westensee. p. 25-49.

RAZKY, Abdelhak (2004). *Atlas linguístico sonoro do Pará*. v. 1.1. Belém: CAPES / UFPa / UTM.

RIBEIRO, José; ZÁGARI, Mário Roberto L.; PASSINI, José; GAIO, Antônio Pereira (1977). *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais.* v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa / Universidade Federal de Juiz de Fora.

ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah (1963). *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura - Instituto Nacional do Livro.

ROSSI, Nelson (1965). *Atlas prévio dos falares baianos*. *Introdução. Questionário comentado. Elenco das respostas transcritas.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura - Instituto Nacional do Livro.

ZÁGARI, Mário Roberto L. (1998). Os falares mineiros: esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A geolinguística no Brasil*: *caminhos e perspectivas*. Londrina: Editora da UEL. p. 31-77.

Dados geolinguísticos diacrônicos e sincrônicos do campo semântico do corpo humano

Vanderci AGUILERA
Universidade Estadual de Londrina/CNPq

Apresentação

Os atlas linguísticos estaduais publicados ou concluídos entre os anos de 1963 (APFB - *Atlas prévio dos falares baianos*) e 2008 (ALMS - *Atlas linguístico do Mato Grosso do Sul*) incluíram sistematicamente nos respectivos instrumentos de coleta de dados uma série de questões voltadas para o campo semântico do Corpo humano, privilegiando tanto as partes do corpo propriamente ditas, como as doenças, sintomas de doenças, más-formações, deficiências, secreções, roupas e acessórios, entre outros, relacionados a cada uma delas. Assim é que, entre outros, o APFB e o ALS trazem 42 cartas, o ALS II apresenta 47, o ALPR, 14 e o ALPR II, 24 cartas sobre este campo. O ALiB, por sua vez, incluiu trinta e duas perguntas específicas sobre as partes do Corpo humano, que vão das Questões 89 a 120 do Questionário Semântico Lexical – QSL. Por questões metodológicas vigentes à época, os atlas estaduais publicados ou concluídos sob a forma de dissertações ou teses, em sua grande maioria, optaram por investigar falantes rurais em cada um dos pontos definidos para a coleta de dados, ao contrário do ALiB, que optou por falantes urbanos. Assim, o projeto ALiB busca um atlas predominantemente urbano, como proposta de atlas de 3ª geração, por contemplar aspectos não apenas diatópicos, mas também diastráticos. Este artigo tem, pois, como objetivo verificar, no campo semântico do Corpo Humano, a manutenção ou perda de variantes léxicas, consideradas nas perspectivas (i) **diatópica**, isto é, a variação lexical que ocorre entre um estado e outro, em dois *corpora* distintos: o *corpus* dos atlas estaduais, e o do ALiB, nos estados correspondentes aos atlas estaduais; (ii) **diacrônica**, isto é, no espaço de tempo que medeia cada atlas estadual em estudo e o registro dos dados para o ALiB em três estados (Sergipe, Bahia e Paraná) e respectivas capitais; (iii) **distrática**, na observação de fatores que possam definir

a vitalidade das formas ou seu enfraquecimento, quando analisadas sob variáveis sociais, como sexo/gênero, faixa etária, escolaridade e a oposição rural x urbano; e (iv) **léxico--semântica**, na busca da lexicalização de cada uma das variantes e seu *status* como forma neológica, arcaica, regional, brasileira, entre outros. Para isso, foi necessário fazer um recorte para compor o *corpus* desta pesquisa, selecionando três conceitos intercomparáveis: *secreção nasal ressequida*, *dentes terceiros molares* e *patela.* Os atlas estaduais que apresentam em comum essas cartas são: o APFB,[1] cartas 55 (dente do siso) e 62 (rótula do joelho); ALSE, cartas 55 (dente do siso) e 63 (rótula do joelho); ALSE II, carta 15 (*secreção nasal ressequida)*; ALPR, cartas 66 (dente do siso) e 75 (rótula), e ALPR II, carta 257 (*secreção nasal ressequida*).

1 Análise e discussão dos dados referentes à *secreção nasal ressequida* sob as perspectivas diatópica, diacrônica, diastrática e lexicológica

1.1 Nomes para *secreção nasal ressequida* - perspectiva diatópica

O Brasil conta hoje com dez atlas estaduais e um regional publicados ou concluídos: *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB: ROSSI, 1963), *Esboço de um atlas de Minas Gerais* (EALMG: RIBEIRO et al*ii*, 1977), *Atlas linguístico de Sergipe* (ALSE: FERREIRA et al*ii*, 1987), *Atlas linguístico da Paraíba* (ALPB: MENEZES e ARAGÃO, 1984), *Atlas linguístico do Paraná* (ALPR: AGUILERA, 1994), *Atlas linguístico sonoro do Pará* (ALISPA: RAZKY, 2004), *Atlas linguístico de Sergipe II* (ALSE II: CARDOSO, 2005), *Atlas linguístico do Paraná II* (ALPR II: ALTINO, 2005), *Atlas linguístico do Amazonas* (CRUZ, 2005), *Atlas linguístico de Mato Grosso do Sul* (ALMS: OLIVEIRA (Org.), 2008) e o ALERS: *Atlas linguístico e etnográfico da Região Sul* (KOCH et al*ii,* 2002).

Os dados para o APFB (ROSSI, 1963) foram coletados há mais de 45 anos junto a informantes rurais. Embora tenha investigado mais de 40 conceitos relativos ao corpo humano, não traz a carta correspondente a *secreção nasal ressequida.*[2] O mesmo ocorre com o *Esboço de um atlas de Minas Gerais*[3] (EALMG: RIBEIRO, 1977), o *Atlas linguístico da Paraíba* (ALPB: MENEZES e ARAGÃO, 1984), o *Atlas linguístico de Sergipe* (ALSE: FERREIRA et al*ii*, 1987), e o *Atlas linguístico do Paraná* (ALPR: AGUILERA, 1994). Os segundos volumes dos atlas de Sergipe (ALSE II: CARDOSO, 2005), e do Paraná, (ALPR II: ALTINO, 2005), oriundos de teses desenvolvidas com os dados coletados para o ALSE e para o ALPR, encarregaram-se dessa cartografação. Assim, procedemos à análise das variantes

1 Exceto a carta sobre a *secreção nasal enrijecida.*

2 Acreditamos que a questão faça parte do Questionário uma vez que o ALSE II, realizado com base na metodologia do APFB, embora não indique o nº. da pergunta, traz a Carta 15 com os dados correspondentes a esse conceito.

3 O EALMG (1977) traz as cartas correspondentes a apenas dois campos semânticos: fenômenos atmosféricos e brincadeiras infantis.

para *secreção nasal ressequida* registradas apenas no ALSE II e ALPR II e, para facilitar a visualização, apresentamos os quadros com os respectivos dados.

Quadro 1: Nomes mais produtivos para a *secreção nasal ressequida* no ALSE II – carta 15

Variantes	Ocorrências	%[4]
Cacaraca	10	33%
Cataraca	9	29%
Caraça	5	17%
Careca	2	7%
Cacareca	2	7%
outras formas	2	7%
Total	30	100%

Fonte: Carta 15 do ALSE II (CARDOSO, 2005)

Como *hápax legómenon*ocorreram *quereca* e *catarata.*

Dentre as variantes sergipanas, *cataraca* e *caraca* estão dicionarizadas em Ferreira (2004) na acepção de secreção nasal ressequida; *catarata* consta com outros significados e as demais não estão lexicalizadas, mas podemos entendê-las como variantes fonéticas de *caraca*, oriundas de acréscimos de fonemas (prótese em *cacaraca*), mudanças de fonemas (dissimilação vocálica em *cacareca*, *careca* e *quereca* e consonantal em *catarata*). Dessa forma, podemos afirmar que o ALSE II não apresenta variantes lexicais, apenas fonéticas para esse referente.

Quadro 2: Nomes mais produtivos para *secreção nasal ressequida* no ALPR II – carta 257

Variantes	Ocorrências	%
Tatu	73	53%
Cera	15	10.9%
Sujeira	10	7.2%
Casca	8	5.8%
ranho seco	8	5.8%
Tutano	6	4.3%
Craca	5	3.6%
outras formas	13	9.4%
Total	138	100%

Fonte: Carta 257 do ALPR II (ALTINO, 2005)

Em *outras formas*, incluímos, com duas ocorrências, *cateto* e *narótia* e como *hápax legómenon: cacaca, catarro seco, ichica, tataraca, jararacaca, moco, picumi, retanho e careca.*

Dentre as variantes paranaenses registradas, a forma mais produtiva, *tatu*, não está dicionarizada em Ferreira (2004) com esta acepção, assim como *cera, sujeira, casca, tutano, craca, cateto* e *careca*. *Moco, picumi, retanho* parecem corresponder às formas *muco, picumã* e *retanha*, respectivamente, lexicalizadas com outros significados As demais: *narótia* (italianismo), *ichica*, *tataraca, jararacaca* não constam dos dicionários consultados.

Os dados indicam que, com base nas variantes mais produtivas em um e outro atlas, não há convergência no uso das denominações populares para *secreção nasal ressequida* em Sergipe e no Paraná. Enquanto no primeiro predominam variantes fonéticas de duas formas lexicalizadas: *cacaraca* e *cataraca*, no segundo ocorrem variantes lexicais não dicionarizadas com esta acepção, mas com extensões de significado.

4 Os percentuais são todos aproximados.

1.2 nomes para *secreção nasal ressequida* nas cartas do ALiB – perspectiva diacrônica

Sabendo-se que os dados do ALSE foram coletados entre 1966 e 1967 e os do ALPR, entre 1987 e 1990, comparamos o elenco das variantes cartografadas nesses dois atlas com os dados levantados pelo ALiB, em ambos os estados, entre 2002 e 2006.

A rede de pontos de Sergipe no ALiB é composta pela capital e duas localidades do interior: Estância e Propriá; a do Paraná-ALiB compõe-se da capital e dezesseis pontos no interior: Nova Londrina, Terra Boa, Londrina, Tomazina, Piraí do Sul, Campo Mourão, Umuarama, São Miguel do Iguaçu, Imbituva, Cândido de Abreu, Guarapuava, Adrianópolis, Morretes, Lapa, Toledo e Barracão.

QUADRO 3: Nomes mais produtivos para a *secreção nasal ressequida* no ALiB-SE (Capital e interior - Estância e Propriá)

Variantes	Interior		Capital	
	ocorrências	%	ocorrências	%
Meleca	-	-	6	60%
Catarata/catará	2	50%	1	10%
Catareca/o	1	25%	1	10%
outras formas	1	25%	1	20%
Total	4	100%	10	100%

Fonte: Banco de dados ALiB

Em *outras formas*, incluímos, como *hápax legómenon, cacaraca* e *catota.*

Decorridos quarenta anos entre ambas as recolhas, ALSE e ALiB-SE, observamos que a variante inovadora *meleca* é hegemônica na capital, não tendo se difundido pelo interior, onde ainda prevalecem as variantes mais conservadoras *catarata/catará e catareca/o*, as quais, por sua vez, resistem na fala de alguns informantes da capital.

Embora a questão não tenha sido cartografada no APFB, apresentamos no Quadro IV as variantes registradas para o ALiB-BA em Salvador e em seis (Alagoinhas, Santo Amaro, Vitória da Conquista, Jeremoabo, Juazeiro e Jacobina) das vinte e uma localidades do interior baiano, junto a quatro informantes em cada uma delas.

Quadro 4: Nomes mais produtivos para *secreção nasal ressequida* no ALiB-BA (Capital e interior – 6 localidades)

Variantes	Interior		Capital	
	ocorrências	%	ocorrências	%
Meleca	12	47%	6	86%
Sujeira	3	11%	-	-
Catarro	5	19%	-	-
Catarata	5	19%	-	-
outras formas	1	4%	1	14%
Total	26	100%	7	100%

Fonte: Banco de dados ALiB

Em *outras formas*, incluímos, como *hápax legómenon, cataraca*, no interior, e *catota* na capital.

O Quadro 4 também indica a prevalência da forma inovadora *meleca* no interior e na capital baiana, e a inserção de formas polissêmicas de sentido mais genérico, como *sujeira* e *catarro*, tal qual ocorre em Sergipe, no Quadro 3. Além disso, pouco mais de 20% dos dados representam formas mais conservadoras, como *cataraca e catarata.*

O APFB serviu de base para a cartografação dos dados do ALSE, de tal sorte que este último traz em suas cartas a remissão à carta correspondente no APFB, buscando confirmar a assertiva de Nascentes (1953) sobre a inclusão de Sergipe na área do falar baiano.

Sobre os dados do Paraná, decorridos mais de quinze de anos entre ambas as coletas, as variantes para a secreção nasal ressequida não apresentam muita diferença em relação à quantidade de formas elencadas: são 18 variantes no ALPR e 14 nos dados do ALiB-Paraná. Apresentam, porém, significativa mudança do ponto de vista do polimorfismo registrado nos dados atuais. Por outro lado, comparando-se o elenco das variantes mais produtivas dos 3 atlas estaduais examinados, o Paraná apresenta um quadro mais estável tanto no interior como na capital, quando comprados com o acervo lexical da década de 80. O Quadro 5 ilustra mais claramente essa assertiva.

Quadro 5: Nomes mais produtivos para *secreção nasal ressequida* no ALiB-PR

Variantes	Interior		Capital	
	ocorrências	%	ocorrências	%
Tatu	41	53%	8	67%
Ranho	10	13%	1	9%
Meleca	6	8%	2	15%
Catarro	6	8%		-
outras formas	14	18%	1	9%
Total	77	100%	12	100%

Fonte: Banco de dados ALiB

Em *outras formas*, incluímos, no interior, com duas ocorrências, *cera, caca* e *sujeira* e como *hápax legómenon, cascão, casquinha, castanha, cateto, crota* (de crosta)*, cocô, moco* (de *muco*) *e quereta.* De forma jocosa, o informante 5 da capital, referiu-se a *tarzã* (que fica pendurado).

Em ambos os *corpora*, ALPR e ALiB-PR, *tatu* é a forma mais produtiva tanto no interior como na capital. A variante inovadora *meleca* insere-se pouco a pouco no cenário linguístico paranaense, ao lado de outras formas polissêmicas – *ranho* e *catarro.* O mesmo se pode afirmar a respeito dos registros menos produtivos, sintetizados sob a nomenclatura *outras formas,* cujos significados, sistematicamente, podem ser atribuídos a outros referentes.

1.3 Nomes para a *secreção nasal ressequida* na perspectiva diastrática

Os dados para o ALiB-PR foram coletados, no interior, junto a quatro informantes com o nível de escolaridade fundamental: dois homens e duas mulheres, dois jovens e dois idosos e, na capital, foram incluídos mais quatro informantes de nível de escolaridade superior, igualmente estratificados pelas variáveis sexo e faixa etária. Computando-se

apenas as duas variantes *meleca* e *tatu,* juntas perfazem o total de 51 registros, dos quais 88% são para *tatu* e 12% para *meleca*. Desses, 47% da forma *tatu* foram registrados na fala masculina e 41% na fala feminina; quanto a *meleca,* está presente em 4% da fala masculina e 8% na feminina.

Considerando-se *meleca* como forma inovadora, verifica-se que é mais frequente entre as mulheres, os jovens e os de nível superior, ao passo que *tatu* é mais frequente entre os homens, os idosos e os de nível fundamental. Comparando-se as variáveis capital x interior, *tatu* é forma hegemônica nos dois contextos, com inserção discreta de *meleca* na fala da capital, dada, normalmente, como segunda resposta.

1.4 Nomes para a *secreção nasal ressequida* na perspectiva da lexicalização

Dentre as questões analisadas neste artigo, a *secreção nasal ressequida* apresenta o maior plimorfismo em ambos os *corpora,* pois o conjunto de variantes coletadas nos três estados totaliza 34 formas diferentes. Dentre elas, apenas quatro estão lexicalizadas com a acepção pertinente: *meleca*, *catota, caraca, cataraca.* Em Ferreira, cada uma delas consta como brasileirismo popular; *catota*, um brasileirismo popular do Nordeste; e *caraca,* forma sincopada de *cataraca*. Não constam de Ferreira *cacaca, cacaraca, cacareca, catará, catareca, catareco, crota, ichica, jaracacaca*, *moco,*[5] *narótia*, *picumi*, *querecа*, *quereta*. As demais estão dicionarizadas com outras acepções e podem ser consideradas como extensão do significado, por conterem alguns semas comuns, como secreção, excremento, estado físico (ressequido, sujo, grudado, pendurado), localização (nariz, buraco), em: *sujeira*, *caca*, *craca*, *cocô, moco* (por *muco*)*, tatu, picumi* (por *picumã*)*, casca, casquinha, cascão, castanha, ranho, catarro.*

2 Análise e discussão dos dados referentes aos *terceiros dentes molares* sob as perspectivas diatópica, diacrônica, diastrática e lexicológica

2.1 Nomes para os *terceiros dentes molares* nas cartas dos atlas estaduais - perspectiva diatópica

Consultando as cartas 55 do APFB e 55 do ALSE, verificamos que apresentam em todos os pontos uma única variante: *dente queiro.* O ALPR, por sua vez, registra duas variantes concorrentes e outras com menor produtividade, conforme demonstra o Quadro VI.

5 Monco, em Portugal, segundo Ferreira (2004).

Quadro 6: Nomes mais produtivos para os *terceiros dentes molares* no ALPR – carta 66.

Variantes	Ocorrências	%
Siso	70	55%
Juízo	40	32%
Leite	7	7%
Queiro	4	3%
outras formas	4	3%
Total	125	100%

Fonte: Carta 66 do ALPR (AGUILERA, 1994)

Como *outras formas*, ocorreram 2 registros de *colmilho* e 2 de *queixal.*

Na perspectiva diatópica, os atlas estaduais indicam uma divisão bem marcada: *queiro* nos dois estados nordestinos e *siso* e *juízo* no estado sulista.

2.2 Nomes mais produtivos para os *terceiros dentes molares* nos dados do ALiB – perspectiva diacrônica

Analisando os dados registrados nos três atlas estaduais e comparando-os aos dados coletados para o ALiB, verificamos que, no interior de Sergipe, não ocorreu mudança ou variação e no interior baiano, considerando seis das vinte uma localidades da rede de pontos, a variação se apresenta tímida, com a predominância de *queiro*. Na capital sergipana, a forma conservadora, *queixal*, atribuída, normalmente, aos outros molares, começa a despontar ao lado da variante inovadora *siso.* Em Salvador, *queiro* ainda é hegemônica em relação às denominações de aplicação mais genérica. No Paraná, a variação se concentra basicamente nas duas formas concorrentes *siso* e *juízo*, reforçando a tendência delineada na década de 80. Os Quadros 7 e 8 ilustram nossa assertiva.

Quadro 7: Nomes mais produtivos para os *terceiros dentes molares* no ALiB-SE (Capital e interior - Estância e Propriá)

Variantes	Interior		Capital	
	Ocorrências	%	ocorrências	%
Queiro	8	100%	5	50%
Queixal	-	-	2	20%
Siso	-	-	2	20%
outra forma	-	-	1	10%
Total	8	100%	10	100%

Fonte: Banco de dados ALiB

A *outra forma*, como *hápax legómenon,* é *dente do juízo.*

Quadro 8: Nomes mais produtivos para os *terceiros dentes molares* no ALiB-BA (Capital e interior – 6 localidades)

Variantes	Interior		Capital	
	ocorrências	%	Ocorrências	%
Queiro	18	86%	4	86%
outras formas	3	14%	3	14%
Total	21	100%	7	100%

Fonte: Banco de dados ALiB

Outras formas ocorrem como *hápax legómenon*: *dente da raiz, do canto* e *siso*, na capital; e, no interior, *dente de trás, queixal* e *presa.*

Comparando os dados do ALPR, coletados na década de 80, verificamos que, no Paraná, as duas formas concorrentes permanecem estáveis. As variantes *dente de leite* e *queiro* que, juntas, somavam 10% do total das ocorrências, no cenário atual estão ausentes, conforme ilustra o Quadro 9.

Quadro 9: Nomes mais produtivos para os *terceiros dentes molares* no ALiB-PR

Variantes	Interior		Capital	
	ocorrências	%	ocorrências	%
Siso	30	56%	3	60%
Juízo	21	40%	2	40%
outra forma	2	4%	-	
Total	53	100%	5	100%

Fonte: Banco de dados ALiB

A *outra forma* registrada refere-se a *dente de leite.*

A análise dos dados na perspectiva diacrônica indica que, tanto nos estados nordestinos de Sergipe e da Bahia como no Paraná, ainda é muito forte a presença das formas dialetais *queiro* e *siso e juízo.* Em nenhum dos contextos a variante científica *terceiros molares* foi registrada e há uma queda sensível no número de variantes lexicais e fonéticas.

2.3 Nomes para os *terceiros dentes molares* na perspectiva diastrática

Lembramos que, ao contrário dos atlas estaduais que são ou monodimensionais (APFB) ou bidimensionais (ALSE e ALPR), o ALiB se propõe como atlas pluridimensional. Dessa forma, passamos a verificar a influência das variáveis sociais sobre a variação lexical em torno dos nomes dos *terceiros dentes molares.* Entendendo as variantes *queiro* e *queixal* como formas mais antigas ou conservadoras e *siso,* como inovadora, verificamos que, em Sergipe, do total de 18 registros, *queiro* representa 72% (13 ocorrências) do total, e *siso* e *juízo* inserem-se timidamente com 16% (3 ocorrências), principalmente na fala dos jovens de nível superior. Na Bahia, de 30 registros, *queiro* representa 76% (23 ocorrências) e *queixal* 10% (3 ocorrências). A variante *siso* ocorre apenas na fala do homem jovem de nível superior, morador da capital, e o maior número de abstenções verificamos entre os homens jovens de baixa escolaridade.

2.4 Os nomes para os *terceiros dentes molares* na perspectiva da lexicalização

Tanto a variante comum à Bahia, Sergipe e Paraná – *queiro* – como as paranaenses – *siso* e *juízo* – estão dicionarizadas com esta acepção. Excetuam-se as formas *dente-de-leite, colmilho* e *queixal* que, embora pertençam ao mesmo campo semântico, estão lexicalizadas, respectivamente, como *primeiros dentes, canino* e *molar*.

3 Análise e discussão dos dados referentes a *patela* sob as perspectivas diatópica, diacrônica, diastrática e lexicológica

3.1 Nomes mais produtivos para *patela* nas cartas dos atlas estaduais – perspectiva diatópica

As respostas à questão *Como se chama o osso redondo que fica na frente do joelho?* também apresenta um interessante polimorfismo em ambos os *corpora*: o sincrônico (ALiB) e o diacrônico (atlas estaduais). No APFB, registram-se onze variantes, conforme ilustramos no Quadro 10 e comentários. O ALSE, por sua vez, traz variantes comuns às cartografadas no APFB: *bolacha*, *bola/bolinha*, *carapuça*, *patinho*, *rótula*, *cotovelo*, *pratinho*, além de *catoca*.

Quadro 10: Nomes mais produtivos para *patela* no APFB e no ALSE– cartas 62 e 63

Variantes/atlas	APFB		ALSE	
	ocorrências	%	ocorrências	%
Bolacha/inha	53	54%	18	56%
Patinho	11	11%	1	3%
Rodela	10	10%	-	-
Pataca	8	8%	-	-
Rótula	8	8%	2	6%
Cabeça	4	4%	2	6%
Bola/inha	-	-	4	13%
Carapuça/inha	-	-	2	6%
Outras formas	5	5%	3	10%
Total	99	100%	32	100%

Fonte: Carta 55 do APFB (ROSSI, 1963)

Em *outras formas*, registramos no APFB, como *hápax legómenon, roleta, pratinho, carapuça, bolinha* e *cotovelo*; no ALSE, como ocorrências únicas, *catoca*, *cotovelo*, *patinho* e *pratinho*. Dentre essas variantes, com a mesma acepção, estão dicionarizadas em Ferreira (2004) *rótula* e *rodela*, esta última como forma popular. As demais são criações metafóricas inspiradas no formato redondo do osso, como: *bolacha/inha, pataca, roleta, pratinho e bola/inha;* outras são criadas a partir do sema cobertura, como *carapuça/inha*; ou parte superior, como *cabeça*, ou articulação, como *cotovelo*.

Da mesma forma, o ALPR também traz mais de uma dezena de variantes para recobrir o conceito *osso redondo do joelho*, conforme demonstram os dados do Quadro 11 e comentários abaixo.

Quadro 11: Nomes mais produtivos para *patela* no ALPR – carta 66

Variantes	Ocorrências	%
Pataca	56	45%
Patacão	37	30%
Tramela	9	8%
Bolacha	7	5%
Batata	5	4%
Rótula	4	3%
outras formas	7	5%
Total	125	100%

Fonte: Carta 66 do ALPR (AGUILERA, 1994)

Como *outras formas*, ocorreram como *hápax legómenon*: *roda, rodela, osso, bacia, carretel, capa* e *vintém.*

Do ponto de vista das diferenças diatópicas, a variante mais produtiva *bolacha/bolachinha* representa a forma regional nordestina (baiana e sergipana). No ALPR, duas variantes morfofonêmicas têm uma distribuição diatópica regular: *pataca*, que ocupa uma zona de isoléxica na região norte denominada Paraná Moderno, enquanto *patacão* se distribui pelo sul, na região denominada Paraná Tradicional. A variante dicionarizada na acepção de osso do joelho, *rótula*, representa apenas 3% do *corpus* e a forma majoritária nordestina, *bolacha*, somente 5%.

3.2 Nomes mais produtivos para *patela* nos dados do ALiB – perspectiva diacrônica

Quadro 12: Nomes para *patela* no ALiB-SE (Capital e interior - Estância e Propriá)

Variantes	Interior		Capital	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Rótula	4	57%	5	49%
Bolacha	1	14%	5	49%
outras formas	2	29%	1	2%
Total	7	100%	11	100%

Fonte: Banco de dados ALiB

As *outras formas* ocorreram como *hápax legómenon: osso* (interior) e *patela* e *batata* (capital).

Quadro 13: Nomes mais produtivos para *patela* no ALiB-BA (Capital e interior – 6 localidades)

Variantes	Interior		Capital	
	ocorrências	%	Ocorrências	%
Rótula	10	50%	5	63%
Bolacha	7	35%	1	13%
outras formas	3	15%	2	24%
Total	20	100%	8	100%

Fonte: Banco de dados ALiB

Em outras formas, ocorrem, como *hápax legómenon,* no interior: *rodela, batata* e *bola;* e na capital: *patela* e *joelho.*

Em ambos os estados, a forma dicionarizada *rótula*, que há 45 anos estava em quarto lugar na fala nordestina (baiana e sergipana), com ocorrências abaixo de 10%, agora está presente em mais de 50% do *corpus.* A forma mais produtiva na década de 60, *bolacha,* embora perdendo espaço, ainda concorre com *rótula* tanto no interior como na capital.

Quadro 14: Nomes mais produtivos, para *patela* no ALiB-PR

Variantes	Interior		Capital	
	ocorrências	%	Ocorrências	%
Rótula	12	24%	4	56%
Patacão	11	22%	1	11%
Joelho	12	24%	-	-
Pataca	10	20%	-	-
Patela	-	-	2	22%
Tampa	1		1	11%
outras formas	4	10%	-	-
Total	50	100%	8	100%

Fonte: Banco de dados ALiB

Em *outras formas*, ocorrem, como *hápax legómenon,* no interior: *roldana, tramela, bolinha* e *bolacha.*

No interior do Paraná, quatro variantes estão em luta: a forma dicionarizada, *rótula*; as respectivas variantes regionais do sul e do norte paranaenses, *patacão* e *pataca*; e a forma genérica *joelho*. Na capital, porém, predomina *rótula*, e se insere gradativamente o termo científico *patela*.

3.3 Variação lexical para *patela* e as variáveis sociais

Os dados referentes às variantes de *patela* coletados em Sergipe e Salvador, para o ALiB e submetidos às variáveis sociais, apontam para o seguinte quadro: (i) a variante dicionarizada *rótula* ocorre em igual proporção entre homens e mulheres, mas é mais recorrente entre os idosos e na fala dos informantes de nível superior. (ii) a variante mais conservadora *bolacha* não seleciona nenhuma das variáveis aplicadas, em Sergipe, ocorrendo com produtividade semelhante entre homens, mulheres, jovens e idosos. Na Bahia, porém, é mais produtiva na fala masculina e entre os jovens. Quando opomos o interior *versus* capital, a forma dicionarizada *rótula* é mais recorrente nas capitais.

Quanto aos registros do ALiB-Paraná, considerando-se a concorrência de quatro variantes: *rótula*, *patacão, pataca* e *joelho,* verificamos que não há uniformidade na atuação das variáveis sobre cada variante em particular, pois *rótula* e *patacão* são mais frequentes entre os homens e os idosos. *Pataca* é mais recorrente entre as mulheres e os idosos; e a variante *joelho* foi citada sobretudo pelas mulheres e pelos jovens. *Patela,* como termo específico da Anatomia, está despontando timidamente nas capitais. É importante observar que um número maior de informantes, cerca de 20%, nos três estados, declarou não atribuir ou não conhecer um nome específico para este osso.

3.4 Variação lexical para *patela* e a lexicalização

Como vimos, a 'Questão para o osso do joelho' suscitou uma grande variedade de formas, mas apenas *rótula, patela* e *rodela* estão lexicalizadas em Ferreira (2004). Esta última com a indicação de forma popular. As demais estão dicionarizadas com outras acepções, mas recobrindo conceitos que guardam alguns semas comuns, como a forma (redonda) em *pataca* e *patacão* (moeda antiga maior que as outras), *vintém, bolacha*, *bola*,

pratinho, *roda*, *batata, tampa*, *cabeça*, *carapuça;* a função do osso (articulação ou cobertura), em *cotovelo, carretel, roldana, cabeça*, *carapuça, tramela*.

Conclusões

Ao fazermos o cotejo das variantes lexicais de três conceitos referentes ao campo semântico do corpo humano: *secreção ressequida do nariz*, *terceiros dentes molares* e *osso do joelho*, sob os pontos de vista diatópico, diastrático, diacrônico e lexicológico, os dados apontaram para as seguintes tendências:

(i) Do ponto de vista diatópico, com base na divisão dialetal do Brasil proposta por Nascentes (1953, p. 18), é nítida a oposição entre o subfalar baiano x subfalar sulista (paranaense), uma vez que tanto nos atlas regionais APFB, ALSE, ALSE II, ALPR e ALPR II e nos dados do ALiB-BA, ALiB-SE e ALiB-PR as variantes lexicais apresentam uma distribuição singular. No caso dos atlas regionais, verificamos a predominância de: *cacaraca, cataraca; dente queiro; bolacha, patinho e bola* no subfalar baiano e *tatu, cera; siso* e *juízo; pataca* e *patacão* no subfalar sulista (paranaense). Quanto aos dados do ALiB, verificamos: *meleca, catarata, catarro; queiro; rótula, bolacha* no subfalar baiano e *tatu, ranho e meleca; siso, juízo; rótula, pataca, patacão, joelho*, no sulista.

(ii) Do ponto de vista diacrônico, analisando-se os dados da década de 60 com os atuais, há indícios de mudanças mais sensíveis no subfalar baiano, tendo em vista que formas regionais, rurais e não dicionarizadas se enfraquecem em favor de formas mais urbanas e lexicalizadas, como *meleca* e *rótula*.

(iii) Quanto às variáveis diastráticas, a origem do informante, isto é, ser da capital ou do interior, e a escolaridade são as que parecem exercer uma influência maior na variação e na mudança do uso do léxico. A faixa etária vem na sequência.

(iv) Considerando-se a lexicalização, verifica-se um número muito baixo de lexias dicionarizadas na acepção buscada: *meleca, catota, cacaraca, craca; queiro, siso* e *juízo; rótula, patela* e *rodela.*

(v) Os dados também apontam para o incremento na inclusão de formas padrão, dicionarizadas, na fala tanto do norte como do sul.

(vi) Indícios de que a Língua Portuguesa falada no Brasil está cada vez mais se urbanizando, ou seja, se distanciando da linguagem rural.

Este estudo corrobora, pois, as palavras de Lenz, citadas por Nascentes (1953, p.18):

Estas variaciones non serán em todas las comarcas unas mismas, sino las unas se producirán aquí, las otras allá, í, en jeneral, la diferencia de lenguaje entre dos lugares será tanto más grande cuanto mayor la distancia jeográfica [...]

Referências

AGUILERA, Vanderci de Andrade (1994). *Atlas linguístico do Paraná.* Curitiba: Imprensa Oficial do Estado.

ALTINO, Fabiane Cristina (2007). *Atlas linguístico do Paraná II.* 2 v. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Londrina.

ARAGÃO, Maria do Socorro; MENEZES, Cleuza Bezerra de (1984). *Atlas linguístico da Paraíba.* 2 v. João Pessoa/Brasília: UFPB/CNPq.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (2005). *Atlas linguístico de Sergipe* II . Salvador: EDUFBA.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB (2001). *Atlas linguístico do Brasil:* questionários 2001. Londrina: Ed. UEL.

CRUZ, Maria Luiza (2004). *Atlas linguístico do Amazonas.* 2 v. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (2004). *Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa.* 3 ed. ver. e atual. Curitiba: Positivo.

FERREIRA, Carlota et al. (1987). *Atlas linguístico de Sergipe.* Salvador: UFBA/FUNDESC.

NASCENTES, Antenor (1953). *O linguajar carioca.* 2 ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões.

KOCH, Walter; KLASSMANN, Mário Silfredo; ALTENHOFEN, Cléo Vílson (2002). *Atlas linguístico-etnográfico da região Sul.* 2 v. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: Ed.UFRGS/ Ed.UFSC/ Ed.UFPR.

RAZKY, Abdelhak (2004). *Atlas linguístico sonoro do Pará.* (ALISPA). Belém: CAPES/UFPA/ UTM.

RIBEIRO, José et al. (1977). *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa/Universidade Federal de Juiz de Fora.

ROSSI, Nelson. *Atlas prévio dos falares baianos* (1963). Rio de Janeiro: MEC/INL.

Linguística Histórica e Filologia

Clarinda MAIA
Universidade de Coimbra

Introdução

Quem analisa o percurso da Linguística Histórica desde a sua criação no século XIX, que coincide com o próprio nascimento da Linguística como disciplina científica, pode facilmente concluir que, até à década de 1970 ou de 1980, ela se manteve à margem das grandes orientações teóricas da Linguística, alheia ao desenvolvimento das principais aquisições no âmbito da Linguística Geral.

Se evocarmos os trabalhos de carácter linguístico produzidos no século XX, desde a formulação das dicotomias saussureanas "língua/fala" e "sincronia/diacronia"até há cerca de vinte e cinco ou trinta anos, tanto no âmbito europeu como americano, verificamos o predomínio quase exclusivo das investigações sincrónicas e o quase total abandono dos estudos históricos.

A cisão praticamente absoluta entre sincronia e diacronia estabelecida por Saussure, apesar das tentativas de superação operadas no interior do próprio estruturalismo, assim como a maioria dos postulados estruturalistas explicam a estaticidade que dominou os estudos linguísticos e o escasso progresso dos estudos diacrónicos durante grande parte do século XX. Por outro lado, a radical separação entre sincronia e diacronia inviabilizou a consideração da situação de coexistência, muitas vezes com carácter plurissecular, de formas novas, resultantes da inovação linguística individual do falante, e de formas antigas, conservadoras.

A concepção estruturalista de que o objecto de estudo da Linguística é a língua, o sistema, e, por outro lado, a convicção de que a mudança se opera na fala repercutiram-se no próprio modo de encarar a Linguística Histórica, que apenas podia estudar factos linguísticos particulares, continuando, durante muito tempo, a explicar as mudanças linguísticas (em geral, as mudanças fónicas) de acordo com os postulados neogramáticos.

Ao conceber e aceitar que a mudança se opera na fala, escapava à perspectiva estruturalista a possibilidade de distinguir entre a origem e a difusão da mudança, ou seja,

a sua propagação na comunidade – dimensão que é de tipo social –, e, ainda, de compreender que, sejam quais forem as motivações de cada fenómeno singular de mudança, é o sistema que condiciona, restringe ou determina a sua direcção.

Ressalte-se, ainda, que a autonomia dos vários níveis linguísticos proclamada pelo estruturalismo contribuiu para acentuar o isolamento da Linguística diacrónica no âmbito da Ciência da Linguagem.

Ao valorizar a sincronia, a Linguística pós-saussureana caracteriza-se pelo predomínio de um sincronicismo descritivista que se contrapõe à Linguística Histórica "tradicional", histórico-comparativa ou de feição neogramática. Ao concentrar-se sobre o sistema funcional da língua correspondente à dimensão da homogeneidade, deixa de lado outras importantes dimensões do fenómeno linguístico, nomeadamente a sua dimensão histórica e o seu carácter social.

A história da Linguística nas últimas décadas não só tem vindo a incidir no estudo dessas outras dimensões, como tem caminhado no sentido de uma consideração cada vez mais unitária e integrada da Ciência da Linguagem.

Na presente comunicação, tratar-se-á da actual revalorização da Linguística Histórica e pôr-se-á em relevo de que modo ela beneficiou com a integração dos quadros teóricos e com os instrumentos metodológicos de outras disciplinas linguísticas.

1 A renovação da Linguística Histórica

Após muitos anos de hegemonia dos estudos sincrónicos, assiste-se, a partir das últimas décadas do século XX, à renovação da Linguística Histórica, em grande parte em virtude das alterações operadas na Linguística Geral acerca do modo de perspectivar a mudança linguística. Verifica-se um importante desenvolvimento de disciplinas que se ocupam deste fenómeno que domina grande parte da recente reflexão teórica sobre a linguagem e, a partir da década de 1970, algumas das aquisições nelas verificadas contribuem para o ressurgimento e revitalização da Linguística Histórica. Refiro-me aos estudos de Sociolinguística, de Análise do Discurso e Pragmática, que conduziram, por um lado, à incorporação nas análises diacrónicas da variação linguística e, por outro, à consideração da interacção entre a língua e o contexto pragmático.

A integração do princípio da variação linguística sincrónica nas análises diacrónicas significou a ruptura da dicotomia saussureana «sincronia/diacronia» e permitiu compreender a dinâmica social e contextual da mudança linguística e afirmar a relação de implicação entre a variação e a mudança linguística. Incorporou-se o tratamento quantitativo dos materiais e as frequências relativas das formas coexistentes num determinado momento histórico como parte essencial das análises diacrónicas, inclusive das que tomam como objecto de estudo os dados contidos em textos de fases pretéritas (MAIA, 1995, p. 19-21). Se, em relação à época em que vive o investigador, foi possível compreender a co-variação entre as variantes linguísticas e os factores extralinguísticos e, inclusive,

analisar processos de mudança em curso, a aplicação a épocas anteriores dos quadros teóricos e da metodologia da Sociolinguística coloca algumas questões que tentaremos equacionar criticamente, ainda que de forma sintética.

Os estudos que visam a reconstrução da língua do passado dentro do seu contexto social põem alguns problemas, nomeadamente a dificuldade de obtenção de dados relativos às condições sociais de cada processo de mudança: a determinação da variação em cada momento histórico exige o estabelecimento da co-variação entre dados linguísticos e factores extralinguísticos (sociais, contextuais, etc.) que o investigador tem dificuldade em captar e analisar. Por outro lado, a aplicação de técnicas de análise quantitativa manuseadas em trabalhos de Sociolinguística que analisam comunidades vivas a materiais de um *corpus* escrito levanta um conjunto de questões: mesmo que, em relação a um determinado estado passado da língua, se analise todo o *corpus* subsistente, o alcance sociolinguístico dos dados nele registados não é comparável ao dos materiais recolhidos em estudos sincrónicos actuais. Em períodos como a Idade Média, em que apenas uma minoria tinha acesso à escrita, os materiais registados nos textos escritos desse período histórico não são, sob o ponto de vista sociolinguístico, comparáveis aos que o investigador de uma sincronia actual recolhe de falantes vivos previamente seleccionados de acordo com determinados parâmetros sociais e geracionais. Tendo, porém, em consideração que, relativamente a épocas anteriores àquelas em que se situa o investigador, só é possível dispor de textos escritos, deve valorizar-se de maneira positiva o que a sua análise permite compreender em relação à língua de épocas anteriores, nomeadamente no que diz respeito à variação (social e situacional) da língua em sincronias pretéritas e à sua relação com processos históricos de mudança.

Afinal, algumas das questões colocadas dependem essencialmente da própria natureza dos dados com que trabalha a Linguística diacrónica: neles reside grande parte das limitações e também dos desafios que o estudo da mudança linguística de sincronias pretéritas coloca ao investigador (MAIA, 2002, p. 234-235).

Apesar dos limites dos materiais que, naturalmente, condicionam a aplicação da metodologia usada em estudos de Sociolinguística actual a sincronias históricas, foram já dados passos fundamentais através dos trabalhos de vários autores que permitiram obter conhecimentos, até então não disponíveis, sobre a língua de épocas anteriores. Que a Sociolinguística histórica abriu novas possibilidades para o estudo da variação em textos correspondentes a épocas passadas da língua, afirmou-o recentemente Humberto López Morales (2006, p. 2400), depois de uma reflexão sobre as aportações da Sociolinguística para a compreensão e explicação dos mecanismos da mudança linguística e sobre o seu contributo para a revitalização do interesse por este fenómeno. Tomando com ponto de partida o estudo decisivo de U. Weinreich, W. Labov e Marvin I. Herzog (1968), que teve grandes repercussões mesmo fora do âmbito da Sociolinguística, passa em revista alguns dos trabalhos mais significativos sobre a mudança linguística em tempo real e em tempo aparente e procede a uma reflexão sobre o estudo sociolinguístico de sincronias pretéritas.

Depois de analisar criticamente alguns trabalhos consagrados ao estudo de textos históricos de algumas línguas (de modo particular, ROMAINE, 1982, 1988 e GIMENO MENÉNDEZ, nomeadamente, 1983a, 1983b, 1984, 1995), afirma:

> La sociolingüística histórica ha abierto nuevas avenidas para lograr obtener conocimientos más detallados sobre la lengua en épocas anteriores y, sobre todo, ha colocado en primer lugar del escenario la importancia de la dinámica social y contextual en los procesos históricos del cambio lingüístico. Aunque estos estudios no han hecho más que empezar, ya han dado buenas pruebas de la bondad de la concepción. [...].

Tendo-se, além disso, verificado a fecundidade da descrição da interacção entre a língua e o contexto pragmático, tentou aplicar-se aos usos linguísticos escritos registados em textos de estados pretéritos da língua os elementos teóricos e os instrumentos metodológicos que se inscrevem na Pragmática Linguística, estabelecendo-se frequentemente relações com a Análise do Discurso e a Linguística do Texto. A Pragmática histórica oferece actualmente novas perspectivas de ampliação das vias metodológicas de análise de textos antigos, nomeadamente de textos medievais (BARROS, 2002), apesar de, tal como a Sociolinguística histórica, se debater com o problema dos dados.

Com base na análise de um *corpus* constituído pelos textos do *Foro Real,* da *Primeyra Partida* e das *Flores de Dereito,* que constituem versões portuguesas de obras legislativas de Afonso X, foi empreendido um estudo do discurso jurídico medieval, que representa, provavelmente, a primeira tentativa de análise do discurso jurídico medieval no quadro teórico-metodológico da Pragmática histórica (BARROS, 2007)[1]

2 Filologia e Linguística Histórica

Em virtude da aplicação de novos "olhares" a uma velha disciplina, que levaram a analisar os materiais escritos de fases pretéritas de acordo com novas e diferenciadas ópticas, a Linguística Histórica atingiu de novo um lugar proeminente, uma posição cimeira nos estudos linguísticos.

No âmbito desta mesa-redonda subordinada ao tema "Filologia", faz sentido analisar as relações entre a Linguística Histórica e a Filologia e ponderar qual a relevância desta última disciplina para os estudos diacrónicos. É pertinente desenvolver uma reflexão sobre o contributo da Filologia para a Linguística Histórica, tanto mais que, em apreciações críticas à Linguística Histórica tradicional, foi muitas vezes feita a censura de ter ficado inserida numa perspectiva filológica, alheia ao próprio progresso da Linguística Geral.

O desenvolvimento que acima evocámos de disciplinas que valorizam o uso linguístico e que tiveram influência na compreensão e explicação da mudança e na renovação da Linguística Histórica contribuiu para a superação do abismo entre a Filologia e a

1 O estudo a que acima se faz referência constituiu uma dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2007 com o título *Estrutura discursiva e orientação argumentativa em textos de versões portuguesas da legislação de Afonso X: contributos para o estudo do discurso jurídico medieval* e encontra-se, neste momento, em publicação.

Linguística, afinal duas disciplinas interpretativas, a primeira centrada na investigação dos textos escritos, e a segunda no estudo da linguagem e das línguas, enquanto formas particulares daquela. Mais íntima, ainda, é a relação entre Filologia e Linguística Histórica, que, para obter conhecimentos sobre a língua de épocas anteriores e para explicar processos históricos de mudança, carece de dados registados nos textos escritos: para a investigação em perspectiva diacrónica, é absolutamente necessária uma consistente infra-estrutura filológica e uma sólida preparação por parte do investigador que lhe permita uma interpretação dos textos escritos que constituem o seu *corpus* de análise adequada à «nova sensibilidade para com o documento histórico» (TEJADA CALLER, 1999, p. 65), a qual conduz, no plano linguístico, ao questionar de critérios aplicados em determinados tipos de edições. Salientemos, antes de mais, que todas as pesquisas linguísticas de base empírica, tanto em matéria de "oralidade" como de "escripturalidade (KOCH; ÖSTERREICHER, 2001) têm que apoiar-se necessariamente em *corpora*. Embora essenciais a esse tipo de investigação centrada no uso linguístico – para cujo desenvolvimento eles representam um fundamento imprescindível –, os *corpora* não constituem um fim em si próprios: identificamo-nos com o ponto de vista dos autores acima mencionados (KOCH; ÖSTERREICHER, 2001, p. 614), que, ao referir-se à problemática dos mesmos e situando-se no nível do discurso individual e actual, afirmam:

> les corpus ne constituent qu'un moyen d'accès au véritable objet de la linguistique: la connaissance des normes, des règles et des structures qui appartiennent aux autres niveaux du langage (stratégies communicatives universelles, traditions discursives, langues historiques et leurs variétés.

Num e noutro tipo de pesquisas, a qualidade dos resultados a obter está dependente, em primeira instância, da qualidade dos *corpora* que fornecem os materiais a analisar: tanto na investigação sobre a língua falada e sobre as variedades diatópicas e sociais actuais, como nas investigações centradas sobre os usos linguísticos escritos de fase passadas, o investigador, quer seja ele próprio a constituir o seu *corpus*, quer se baseie num *corpus* já disponível, deve estar em condições de avaliar a sua qualidade. No que se refere às pesquisas de carácter diacrónico, estas estão dependentes de alguns requisitos, nomeadamente da sua autenticidade, garante da sua fiabilidade, da sua extensão, adequada aos objectivos da pesquisa, da diversidade de tipologia dos textos reunidos que devem reflectir a variação concepcional da língua e, necessariamente, da sua elaboração.

Uma vez que consideramos que a história da língua deve depreender-se dos textos que nela se escreveram e do conhecimento da história dos mesmos e, portanto, que a sua construção deve ter o imprescindível apoio das fontes textuais, a constituição de *corpora* é uma exigência da pesquisa diacrónica. Essa necessidade foi sempre tida em consideração nas pesquisas que realizou e orientou a Professora neste Congresso homenageada, a Professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, quer no âmbito do PROHPOR (Programa para a História da Língua Portuguesa), quer no PHPB (Projecto Para a História do Português Brasileiro). Ainda recentemente, no Colóquio Internacional realizado na Universidade

do Porto, numa conferência intitulada "Teoria(s) da mudança e a sua relação com a(s) história(s) da(s) língua(s)", sublinhou "a importância da Filologia, no sentido estrito, de edições de textos confiáveis para estudos linguísticos do passado" (MATTOS E SILVA, 2008, p. 40), pondo em relevo, nas observações finais, que, "para a reconstituição do passado de qualquer língua, se faz necessária a utilização de *corpora* representativos, que documentem o passado em todas as sincronias possíveis" (MATTOS E SILVA, 2008, p. 51).

Uma vez que as análises linguísticas conduzidas tendo em vista a elaboração de estudos diacrónicos devem apoiar-se em *corpora* que satisfaçam as exigências que acima formulámos, analisemos cada uma dos requisitos e façamos alguns comentários pertinentes.

Sob o ponto de vista qualitativo, a autenticidade é uma exigência decisiva: se se pretende utilizar os materiais para o estudo de história da língua, as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica empírica e, por esse motivo, devem reflectir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se reflectem as marcas da variação da língua da época. As edições elaboradas com outro tipo de motivações e destinadas a outro tipo de público levaram frequentemente os editores a regularizar e a "corrigir" os textos que transcrevem, ferindo a sua autenticidade e inviabilizando a reconstrução de fenómenos de mudança linguística nos diferentes níveis de análise.

Directamente relacionada com a questão da autenticidade está a valorização dos "originais", no sentido paleográfico-diplomático do termo, isto é, textos em que houve a intervenção de uma única mão textual, aos quais deve ser concedida prioridade metodológica em relação às cópias. Para uma abordagem rigorosa da grafia e da língua da Idade Média, constitui uma exigência imprescindível a autenticidade filológica dos textos. No entanto, sempre que um editor elabora a edição de um texto resultante de um processo mais ou menos complexo de transmissão manuscrita ou impressa, deve fornecer todos os dados sobre a respectiva tradição textual, uma vez que ela implica muitas vezes transformações no plano grafemático, transformações linguísticas (nos vários níveis linguísticos) e transformações discursivas.

A avaliação linguística que qualquer editor de um texto deve fazer, quer ela seja apresentada ao leitor ou não, deve ser empreendida em paralelo com a consideração da sua génese e transmissão, uma vez que

> las variantes de lengua de la tradición se revelan así como un material utilísimo, por históricamente clasificado, para el conocimiento del proceso evolutivo del idioma (SÁNCHEZ-PRIETO, 1998, p. 82).

Sempre que o investigador pretenda tirar conclusões sobre a língua de uma determinada sincronia pretérita ou sobre a história de um determinado fenómeno de mudança ao longo da trajectória temporal da língua, deve basear-se num "*corpus*" textual rico, não só quanto à sua amplitude como à diversidade de tipologia das fontes escritas abrangidas, uma vez que os textos correspondentes às diferentes constelações comunicativas oferecem uma distinta natureza concepcional.

A base documental de uma pesquisa diacrónica do tipo acima referido deve abranger um amplo leque de géneros textuais e, portanto, de estilos e estruturas discursivas. Em determinados períodos, nomeadamente na Idade Média, a história da língua tem que apoiar-se apenas em textos de estatuto e elaboração formal, uma vez que à escrita apenas tinha acesso um escasso número de letrados. Apesar disso, os textos disponíveis revelam uma considerável margem de variação, de acordo com os géneros e tipos textuais envolvidos na pesquisa.

Embora com escassa frequência, são conhecidos documentos notariais, representantes da linguagem jurídico-administrativa, nos quais estão inseridos textos em discurso directo, próximos (ou pretensamente próximos) da linguagem falada. Na colecção de documentos relativos ao mosteiro conimbricense de Santa Maria de Celas, há alguns ligados ao contencioso do Mosteiro que apresentam fragmentos textuais em discurso directo inseridos nos respectivos documentos e que procuram reproduzir declarações de intervenientes nas polémicas e conflitos relacionados com a defesa do património em que a Instituição esteve envolvida (MORUJÃO, 2001, p. 125-137 e documentos 153, 155, 157, etc.).

Entendida a actividade filológica como análise crítica de textos que visa a sua reconstrução e edição, a Filologia está intimamente associada à Linguística: ela possui um conjunto de recursos interpretativos e explicativos que a Linguística Histórica não pode e não deve desprezar.

Em último lugar, gostaria de defender a relação de complementaridade entre o trabalho da Filologia e o labor da Linguística que "ha recorrido junto a ella un largo y tortuoso camino, lleno de encuentros y rechazos" (CANO AGUILAR, 2000, p. 14).

3 Língua e edição. O contributo da Linguística (Histórica) para a Filologia

No momento de elaborar uma edição, sobretudo se se trata de um texto medieval, o filólogo tem que tomar um conjunto de decisões práticas, para cuja resolução muito contribui o conhecimento da língua e da sua história. Se pretende apresentar o texto na sua "especificidade histórica", isto é, tal como foi concebido, deve o filólogo conhecer até que ponto e como deve intervir: o filólogo tem que possuir formação linguística, a fim de poder solucionar questões relativas a vários aspectos da transcrição, uma vez que as soluções a tomar têm implicações a vários níveis. Refiro-me a questões relativas aos critérios a pôr em prática nas edições de textos quanto à acentuação, à pontuação e quanto ao problema chamado da "união e separação de palavras". Esta última questão coloca ao editor de textos medievais algumas dúvidas e problemas, tendo as soluções a adoptar repercussões ao nível da prosódia, e, conforme os casos, da morfologia, da sintaxe e da lexicologia. A este propósito são áreas difíceis aquelas relativamente às quais estavam em curso processos de gramaticalização e onde nem sempre, no período mais antigo, parece haver total coincidência entre os aspectos rítmicos e semânticos. Pensemos, a título de

exemplo, na gramaticalização ocorrida nos advérbios em *–mente:* este elemento procede do substantivo latino MENS, MENTIS, que, junto a um adjectivo também no ablativo, constitui um sintagma adverbial. Ao deslexicalizar-se, esse elemento originariamente nominal, forma-se o advérbio: no entanto, há um período durante o qual, ora os dois elementos surgem graficamente separados, ora unidos, formando uma sequência ligada. Nessa mesma época, ao lado de formas com valor unitário, há exemplos de usos em que *–mente* mantém o seu valor léxico ou em que parece estar em curso a deslexicalização.

Há outras formas que colocam dificuldades ao editor, uma vez que os textos medievais manifestam a coexistência de formas com fusão dos dois elementos constitutivos e formas com os dois elementos graficamente separados. Referimo-nos às formas *toda via* e *todavia*, que apresentam nos textos medievais ora usos adverbiais, ora usos adversativos. Além da dupla grafia, os valores das formas coexistentes nos diferentes usos parecem revelar que a mudança não estava ainda consumada, mas em curso. A análise das ocorrências de "todavia" nos textos jurídicos de Afonso X revelou que no século XIII se encontrava já em fase avançada o processo de gramaticalização do uso adversativo da referida forma (BARROS, 2007, p. 494-496). No entanto, em documentos notariais do domínio galego-português, é ainda possível encontrar na primeira metade do século XV a forma (quer surja grafada *toda bia,* quer se apresente como *todavya*) com valor primitivo, adverbial, "embora se pressinta já um valor aproximado do actual", como adversativo (MAIA, 1986, p. 882). Os dados cronológicos evocados revelam o carácter multissecular do referido processo de mudança.

Referirei, ainda, os casos em que ocorreu a gramaticalização da sequência constituída por uma forma gramatical e por uma forma verbal: *qual quer e quaes quer.* Durante o período medieval, os dois elementos podem aparecer nos textos registados separadamente, por vezes com tmese, ou unidos. São conhecidos alguns exemplos com intercalação de um nome entre os dois elementos do quantificador indefinido, de que se citam apenas os seguintes, a título ilustrativo: "en *qual* maneyra *quer* a mĵ perteesçe" (MAIA, 1986, p. 708); "os feitos maravilhosos de Deus en *qual* terra *quer* que acaescan" (MATTOS E SILVA, 2006, p. 113).

Por outro lado, o filólogo que pretenda estabelecer uma edição deve possuir boa formação linguística e sólidos conhecimentos da língua e da sua história, a fim de saber tratar as variantes linguísticas oferecidas pelo texto. Se a língua é variável em qualquer momento da sua trajectória no tempo, o editor não pode, na sua transcrição, desprezar a variação manifestada no texto, devendo, também na questão do desdobramento de abreviaturas, ter presente a variação que a língua da época podia apresentar em qualquer nível linguístico. Para que esse texto possa vir a servir de fonte para o estudo e conhecimento da história da língua, a edição deve reflectir fielmente a variação linguística presente no manuscrito, uma vez que actualmente no estudo histórico da língua não é possível deixar de considerar os seus efeitos.

Se se trata de uma edição crítica, a consideração das variantes nos diferentes testemunhos disponíveis contribui muitas vezes para a datação de manuscritos, para estabelecimento de relações de filiação entre os vários testemunhos e, enfim, para a fixação do texto crítico.

Conclusão

A profunda transformação que, nos últimos decénios, tem sofrido a Linguística, tanto no que se refere ao objecto de estudo que se deslocou para a fala, contribuindo para a valorização do uso linguístico, como na vertente metodológica em que se desenvolveram novas possibilidades de abordagem, teve enormes repercussões na Linguística Histórica, que volta a colocar-se no centro da investigação linguística contemporânea.

O ressurgir dos estudos históricos, associado ao desenvolvimento de novas ferramentas analíticas para investigar e explicar a mudança linguística, nomeadamente o estudo da variação tal como se reflecte nos textos escritos, em articulação com o progresso da Linguística computacional, que permite tratar grandes quantidades de dados, veio superar a ruptura consolidada no século XIX entre a Filologia a Linguística.

A Linguística Histórica consagrada ao estudo das mudanças que a língua sofreu no seu devir temporal precisa dos textos escritos, eles constituem a base documental que sustenta a reconstrução dos processos evolutivos sofridos pela língua na sua trajectória ao longo do tempo. Mas, numa atitude de reciprocidade e de complementaridade, a Linguística e, principalmente, a Linguística Histórica proporciona os conhecimentos necessários a uma adequada análise crítica e reconstrutiva de textos de sincronias pretéritas.

Referências

BARROS, Clara (2002). Pragmática histórica: perspectivas de alargamento da metodologia de análise de textos medievais. In: DUARTE, Isabel Margarida; BARBOSA, Joaquim; MATOS, Sérgio; HÜSGEN, Thomas (Org.). *ENCONTRO COMEMORATIVO DOS 25 ANOS DO CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO.* Porto, 2001. *Actas*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto. p. 72-82.

BARROS, Clara (2007). *Estrutura discursiva e orientação argumentativa em textos de versões portuguesas da legislação de Afonso X: contributos para o estudo do discurso jurídico medieval.* Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

CANO AGUILAR, Rafael (2000). *Introducción al análisis filológico.* Madrid: Castalia.

GIMENO MENÉNDEZ, Francisco (1983a). Hacia una sociolingüística histórica. *Estudios de Lingüística de la Universidad de Alicante*, Alicante, n. 1, 1983, p. 181-226.

GIMENO MENÉNDEZ, Francisco (1983b). De sociolingüística histórica: tradición grafemática y variable fonológica. *Boletín de la Academia Puertorriqueña de la Lengua Española*, v. 112, p. 71-86.

GIMENO MENÉNDEZ, Francisco (1984). Estudio sociolingüístico histórico. In: ESTAL, Juan Manuel; CABANES, María Luísa; GIMENO MENÉNDEZ, Francisco (Ed.). *El libro de los primitivos privilegios de Alicante de Alfonso X, el Sabio: estudios histórico-críticos y transcripción*. Madrid: Edilán.

GIMENO MENÉNDEZ, Francisco (1995). *Sociolingüística histórica.* (Siglos X-XII). Madrid: Visor Libros.

KOCH, Peter; ÖSTERREICHER, Wulf (2001). Gesprochene Sprache und geschriebene Sprache / Langage parlé et langage écrit. In: HOLTUS, Günther; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian (Ed.). *Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL).* Tübingen: Max Niemeyer Verlag. v. I / 2, cap. 62, p. 584-627.

LÓPEZ MORALES, Humberto (2006). Sociolingüística histórica. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 6., Madrid, 29 de septiembre-3 de octubre de 2003. *Actas.* Madrid: Arco/Libros, S.L., v. III, p. 2385-2402.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1986). *História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno).* Coimbra: I.N.I.C.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1995). Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre *português arcaico* e *português moderno. Diacrítica*, Braga, v. 10, p. 3-30.

MAIA, Clarinda de Azevedo (2002). Dos textos escritos à história da língua. In: HEAD, Brian F.; TEIXEIRA, José; LEMOS, Aida Sampaio; BARROS, Anabela Leal de; PEREIRA, António (Org.), ENCONTRO DE HISTÓRIA DA LÍNGUA E HISTÓRIA DA GRAMÁTICA. Braga, 2000. *Actas.* Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, p. 231-249.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006). *O português arcaico. Fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2008). Teoria(s) da mudança e a sua relação com a(s) história(s) da(s) língua(s). *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Porto, v. 3, n.1, p. 39-53.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (2001). *Um mosteiro cisterciense feminino. Santa Maria de Celas (século XIII a XV).* Coimbra: Por ordem da Universidade.

ROMAINE, Suzanne (1982). *Socio-historical linguistics: its status and methodology.* Cambridge: Cambridge University Press.

ROMAINE, Suzanne (1988). Historical sociolinguistics: problems and methodology. In: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K. J. (Ed.). *Sociolinguistics*. Vol. II, Berlin, New York: Walter de Gruyter. p. 1452-1469.

SÁNCHEZ-PRIETO BORJA, Pedro (1998). *Cómo editar los textos medievales*. *Criterios para su presentación gráfica*. Madrid: Arco/Libros, S.L.

TEJADA CALLER, Paloma (1999). *El cambio lingüístico. Claves para interpretar la lengua inglesa*. Madrid: Alianza Editorial.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. (1968). Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Yakov (Ed.). *Directions for Historical Linguistics. A Symposium.* Austin & London: University of Texas Press. p. 95-188.

A edição semipaleográfica da versão portuguesa do *Vita Christi* (1495) usando as técnicas do Hispanic Seminary of Medieval Studies

Michael J. FERREIRA
Universidade de Georgetown

Durante o ano acadêmico de 2008, um seminário intensivo de paleografia, edição textual e linguística de *corpus*, que contou com um grupo de trinta alunos de linguística da Universidade Federal da Bahia, se dedicou à transcrição e preparação eletrônica dos quatro livros de *Vita Christi* de Ludolfo da Saxônia[1] impressos em português por Valentim Fernandes e Nicolau da Saxônia em Lisboa, em 1495. A edição semipaleográfica foi preparada com base nos incunábulos que se encontram na Biblioteca Nacional de Lisboa (Inc. 566 e 567). São quatro livros, um total de 600 fólios (ou 1200 páginas) e aproximadamente 800 mil palavras. Ao fim do curso, duas participantes – Carmen Medeiros e Clara Crepaldi – se prontificaram a trabalhar no processo de revisão das transcrições. Este texto tratará da história da edição e da preparação da primeira edição completa desde a versão encomendada pelo Rei Dom João II e a Rainha Dona Leonor.

Valentim Fernandes, oriundo da Morávia, foi treinado na nobre arte da impressão em Nuremberga, onde se publicaram a primeira edição do *Livro de Marco Polo* (1477), versão em alemão, e duas edições do *Livro de Vita Christi* (1478 e 1483), ambas em quatro tomos em latim. Sabe-se que chegou a Lisboa na última década do século XV acompanhando o médico alemão Jerônimo Monetário, também conhecido como Jerome Münzer, como seu intérprete durante uma visita à corte portuguesa. Antes da visita de Monetário, não havia uma versão peninsular do livro e, coincidência ou não, hoje existe um exemplar da edição alemã de 1483 na Biblioteca Nacional de Lisboa.[2]

1 Nascimento (1999, 2001) resume os detalhes biográficos do autor e proporciona referências adicionais.

2 Anselmo (1981) e Dias (1995) proporcionam informação sobre a viagem de Fernandes e a edição de 1495.

Quanto às edições, foram publicadas no ano de 1495 duas de *A quarta parte do livro de Vita Christi*, a primeira em fevereiro, na cidade de Valência, Espanha, e a segunda em Lisboa, em maio, impressa por Valentim Fernandes e Nicolau da Saxônia, este sendo o único impressor estabelecido nesta cidade na época. As outras três partes portuguesas do livro foram publicadas ainda no mesmo ano: a primeira em agosto, a segunda em setembro e a terceira em novembro. Vários exemplares de cada parte desta edição sobrevivem espalhados por quatro países (ver Apêndices I-IV).

Até a presente data, a única tentativa de edição desta obra foi feita por Augusto Magne (1887-1966). Em sua época, este incunábulo era considerado o primeiro impresso em língua portuguesa. Em 1957, o ilustre filólogo logrou trazer à luz o primeiro de sete volumes previstos de *O livro de Vita Christi em lingoagem português*, que incluía um fac-símile acompanhado de uma edição crítica parcialmente modernizada, cotejada com os códices de Alcobaça e Lorvão,[3] e um glossário para inaugurar a série "Coleção de Textos da Língua Portuguesa Arcaica", publicada pela Casa Rui Barbosa. Devido ao seu falecimento em 1966, o segundo volume foi publicado em 1968 e o projeto foi interrompido, faltando clareza sobre quem daria continuidade aos trabalhos do prolífico romanista. Quanto ao prosseguimento da edição, Silva afirmou, primeiro em comunicação oral publicada depois na *Revista Philologus* (1999) e mais tarde em atas da ABREM (2001), que:

> Com o falecimento do Pe. Augusto Magne, o Prof. Evanildo Bechara ficou encarregado de dar prosseguimento aos estudos lexicais do documento, que constituiriam o V volume da obra, ficando por publicar os três volumes finais, prometidos pelo então diretor da Casa de Rui Barbosa. [...] Retomando os trabalhos de Augusto Magne, o Prof. Heitor Megale recomeçou este trabalho e já deve ter terminado de publicá-lo. Não conheço o plano da edição, nem a conclusão dos trabalhos, cujo primeiro volume saiu com 538 p. il. em 1988, pela Editora da USP. Como a edição de 1495 tinha 581 folhas ou 1162 páginas, há muito o que estudar nesse documento. (SILVA, 2001, p. 594)

A acertada observação de Silva sobre o valor desta edição para futuros estudos veio acompanhada de uma confusão quanto ao trabalho do distinguido filólogo Heitor Megale, que publicou, com 538 páginas, em 1988, pela Editora da USP, a sua edição modernizada de *A Demanda do Santo Graal*, com base no manuscrito do século XV e nas edições de Augusto Magne (1944, 1955-70) do mesmo texto da tradição arturiana. Até a presente data, desconhece-se uma continuação do trabalho iniciado há mais de sessenta anos pelo erudito jesuíta. Tendo em conta a necessidade de uma edição fiável deste texto que conta com um rico vocabulário do fim do século XV, nos propusemos a preparar uma edição semipaleográfica baseada nos critérios do *Hispanic Seminary of Medieval Studies* (HSMS) adaptados às necessidades do português da época em questão.

O HSMS tem uma longa história de paleografia, edição textual e métodos inovadores no processamento de texto para fins lexicográficos. Tem sua origem no *Seminário de Estudos Medivais Hispânicos* da Universidade de Wisconsin, em Madison, EUA, que foi

3 Como se indica em BITAGAP (ASKINS et al., 1997-), os códices residem na Biblioteca Nacional de Lisboa, ALC. 451, ALC. 452, ALC. 453, ALC. 219, e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa Forte 33.

fundado em 1931 pelo filólogo espanhol Antonio García Solalinde, cuja monumental edição da primeira parte da *General Estoria*, de Afonso X, o Sábio, serviu de fonte de inspiração para um grupo de estudantes wisconsinianos dedicados à filologia.

Em 1935, com o apoio do *American Council of Learned Societies* e do *Centro de Estudos Históricos de Madri*, se iniciou a composição de um arquivo lexicográfico com citações das obras afonsinas, baseado não só nos manuscritos cronísticos; incluíam-se também os científicos, como o *Lapidário*, e os destinados a diversão, como a primeira tradução europeia de um tratado de xadrez.

A partir de 1936, depois da morte prematura do Professor Solalinde, a direção do Seminário ficou nas mãos do Professor Lloyd Kasten, que continuou o trabalho de Solalinde. Paralelamente, o Professor James Homer Herriot começou a transcrição e estudo das obras produzidas sob os auspícios de Juan Fernández Heredia na prestigiosa língua aragonesa do século XIV.

Em 1936, numa reunião da *Modern Language Association*, um grupo de medievalistas, entre eles Hayward Keniston, H. B. Richardson e Ralph Boggs, considerou a possibilidade de desenvolver um dicionário do espanhol medieval. Os participantes decidiram reunir todos os vocábulos do espanhol antigo que tinham à mão com a intenção de criar um dicionário preliminar do espanhol antigo que servisse provisionalmente aos pesquisadores da área. O resultado foi a publicação do *Dicionário preliminar do espanhol medieval* (*Tentative Dictionary of Medieval Spanish*), em 2 volumes. Com isso, o Seminário de Wisconsin se estabeleceu como centro de trabalho lexicográfico em 1946.

Em 1971, já com a presença do Dr. John J. Nitti no conjunto do Seminário, falava-se de uma segunda edição do *Tentative*, o *Tentative 2*, que, naquele então, já era 16 vezes maior do que a primeira edição. Na reunião, consideraram-se vários defeitos de desenho e de metodologia utilizados no *Tentative*, entre eles um problema que tem origens num costume muito comum entre os que praticam lexicografia histórica: usar como matéria-prima edições posteriores de textos medievais que se baseiam em critérios editoriais variados e que são, em muitos casos, pouco fidedignos. Como se sabe, tais edições com frequência diferem radicalmente das correspondentes leituras apresentadas pelos textos originais.

Criou-se o seguinte dilema: impunha-se uma ilusão de regularidade editorial, o que requereria um enorme gasto de tempo e energia, ou permitir-se-ia que essas inconsistências se incorporassem ao dicionário, o que significaria que o seu uso se limitaria a propósitos que não exigissem uma precisão formal. Ou seja, não seria útil aos estudos linguísticos que tivessem como requisito precisão grafêmica.

Hoje, o arquivo do *Tentative 2* contém mais de oitenta textos, de conteúdo e tamanho diferentes, e representa, apesar das limitações mencionadas, um verdadeiro tesouro léxico do espanhol medieval. Editado por Florian Joseph Cody e Lloyd Kasten, a versão definitiva do *Tentative 2* foi publicada em 2001.

Dado o antecipado uso limitado deste dicionário, houve, em 1971, uma reformulação completa da metodologia, incorporando meios informáticos à elaboração de uma

base de dados, ou um arquivo eletrônico com abonações que representassem exaustiva e estatisticamente o espanhol antigo. Tal base poderia servir de arquivo de acesso imediato para pesquisas rigorosas e, ao mesmo tempo, satisfaria às necessidades de linguistas e de outros estudiosos que precisassem de uma base sólida para a formulação de teorias sobre problemas diacrônicos e sincrônicos de língua espanhola. Quase meio século de experiência em lexicografia, uma excelente biblioteca e o maior arquivo léxico no mundo do castelhano e do aragonês medieval, tanto em formato eletrônico, como em papel, e de uma equipe treinada para a empresa, faziam do Seminário em Wisconsin o lugar idôneo para estabelecer o arquivo léxico e textual do espanhol medieval. Só que desta vez seria um arquivo eletrônico, que permitiria consultas imediatas de informação léxica, morfológica, sintática e inclusive de dados cronológicos ou de distribuição geográfica das palavras.

Um arquivo eletrônico como o que se considerava só poderia ser realizado dentro de um prazo razoável recorrendo-se à informática. Tendo como objetivo a transcrição de todos os textos medievais partindo do original, e não duma edição, como se fez com o *Tentative*, era necessário a criação de uma bibliografia fiável e completa que indicasse onde encontrar os textos a serem transcritos, e um sistema para a sua transcrição. O primeiro passo era sistematizar a bibliografia e o manual de transcrição e publicaram-se, pela primeira vez, o *Bibliography of old Spanish texts*, também conhecido como *BOOST* (CÁRDENAS; NITTI; GILKISON, 1975), e o *Manual of manuscript transcription for the 'Dictionary of the Old Spanish Language'* (MACKENZIE; BUELOW, 1977).

O *BOOST* se encarregou de localizar os textos e criar o sistema de referência bibliográfica. Houve três edições posteriores da bibliografia, que, sob a direção de Charles Faulhaber, se transformou na *Bibliografía española de textos antiguos* (*BETA*), que faz parte do projeto *PhiloBiblon* na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Para garantir a representação fiel dos manuscritos e impressos a serem incluídos no dicionário, transcreve-se cada texto usando um sistema quasi-algebraico. O *Manual de transcrição de manuscritos para o 'Dicionário do espanhol antigo'* (MACKENZIE; HARRIS--NORTHALL, 1997) já se encontra em sua quinta edição (a segunda e a quarta foram traduzidas ao espanhol na Argentina e na Espanha) e é usado em cursos de paleografia em várias universidades dos Estados Unidos. A próxima edição deve sair em breve, em versão Acrobat, o que facilitará a aprendizagem do sistema de transcrição. Só desta maneira se pode garantir que as transcrições de centenas de textos de épocas e regiões diferentes possam ser fidedignas e ao mesmo tempo solucionar problemas específicos da ecdótica, ou seja, todos os aspectos da edição sistemática de textos antigos, não apenas os linguísticos. Com a criação do manual de transcrição, pôde-se divulgar a descrição prática das técnicas e procedimentos utilizados pelo Seminário, com o fim de que outros interessados participassem, apesar de não pertencerem ao grupo imediato de Wisconsin. Assim, se manteve uma rede internacional muito ativa de colaboradores, professores e estudantes, que ainda hoje estão a contribuir de maneira concreta para a realização da

meta do projeto. É importante lembrar que isto foi na década de setenta, muito antes da existência de correio eletrônico e *internet*.

O sistema criado por Kasten e Nitti permitia que o lexicógrafo contribuísse para o projeto trabalhando em suas edições eletrônicas onde quer que estivesse e publicando-as em microficha pelo HSMS. Ademais, havia a liberdade de trabalhar com sistemas operacionais diferentes, desde o OS9 da Macintosh ao Windows XP, Linux, ou inclusive o DOS, usado inicialmente no processamento. Este corte do cordão umbilical foi importantíssimo tanto para o editor da transcrição, como para o crescimento do projeto. Os principais frutos iniciais do projeto foram as edições dos textos castelhanos do *Scriptorium* de Afonso, o Sábio (KASTEN; NITTI, 1978), e dos textos arangoneses de Juan Fernández de Heredia (NITTI; KASTEN, 1982).

As vantagens do sistema de transcrição ideado por Kasten e Nitti são várias. Os caracteres básicos ASCII, que servem de alicerce ao método, proporcionam mais uma forma de preservação do texto além de permitirem a independência dos contribuidores em termos de sistemas operacionais. O cotejo com o original, ou versão fac-símile, é facilitado pela divisão de fólios, colunas e linhas. Os vários códigos mnemônicos desenvolvidos para o sistema facilitam a descrição física do manuscrito ou impresso desde a sua identificação, foliação, cabeçalhos, reclames e numeração de cadernos aos elementos mais gráficos, como miniaturas, iluminuras, iniciais, diagramas e glosas. Incluímos abaixo um trecho do início da edição de *A primeira parte do livro de Vita Christi* de Augusto Magne para fins de comparação com a nossa transcrição.

Começa se o liuro da vida de jhesu
christo nom aquelle que se chama da
miniçe do saluador o qual he apocrifo
xv.di. mas este que compos ho vene
rable meestre Ludolfo prior do moe
steyro muy honrrado de Argentina.
da ordem muy excellente da Cartuxa
Foe tyrado e ordenado segundo ha
ordem da estoria euangelical e enten
çam dos sanctos doutores.
Primeyramente da geeraçã diui
nal e eternal de christo. Capitollo .j.
O coplimento
do vinho euan
gelical.s.boõ o
qual xpo ataa
este tempo da
graça nos gar
dou:cobiçãdo
tiraralgũas go
tas tomem⁹co

Biblioteca Nacional de Lisboa, Inc. 566, 8r1-21

65 Começa-se o livro da Vida de Jesu Cristo, nom aquêle que se chama da mininice do Salvador, o qual é apócrifo, mas êste que compôs o venerable meestre Ludolfo, prior do moesteiro muito honrado de Argentina, da ordem mui excelente da Cartuxa. Foe tirado e ordenado segundo a ordem da estória evangelical e entençam dos santos doutores.

CAPÍTULO I
Primeiramente, da geeraçom
divinal e eternal
de Cristo

66 Do comprimento do vinho evangelical, scil., boõ, o qual Cristo ataa êste tempo da graça nos gardou, cobiiçando tirar algũas gotas, tomemos [...]

Magne (1950: 31)

Como se vê, houve intervenção com o objetivo de regularização e modernização parcial do texto reproduzido. Por um lado, nota-se o uso de hífen, acentos (circunflexo e agudo), regularização de maiúsculas e separação de palavras, enquanto que, por outro, se observam intervenções ortográficas em *mui/muito,* no desdobramento do til em caso de nasais (*geera**çã*** > *geera**çom***), no grupo latino PL (*cõ**pl**imento* > *com**pr**imento*)[4] e em práticas comuns da época (***jh**esu **ch**risto* > ***J**esu **Cr**isto*; *aque**ll**e* > *aqu**ê**le*; *hon**rr**ado* > *hon**r**ado*; *sa**nct**os* > *sa**nt**os*). Verifica-se, também, a regularização dos grupos *b/u/v* e *i/j/y* e a eliminação do *h* não etimológico (***h**e* > *é*; ***h**a* > *a*). Na sequência, a versão transcrita com caracteres básicos ASCII:

Começa se o liuro da vida de jhesu
christo nom aquelle que se chama da
minjçe do saluador o qual he apocrifo
xv. di. mas este que compos ho vene-
rable meestre Ludolfo prior do moe
steyro muy honrrado de Argentina.
da ordem muy excellente da Cartuxa
Foe tyrado ⁊ ordenado segundo ha
ordem da estoria euangelical ⁊ enten
çam dos sanctos doutores.
Primeyramente da geeraçã diui-
nal ⁊ eternal de christo. Capitollo .j.
D cõplimento
do vinho euan
gelical. s. boõ o
qual xpõ ataa
este tempo da
graça nos gar
dou: cobiçãdo
tirar algũas go
tas tomem⁹co

Biblioteca Nacional de Lisboa, Inc. 566, 8r1-21

{RUB. % Comec'ase o[ ]liuro da vida de jhe-
su
christo nom aquelle que se chama da
minjc'e do[ ]saluador o[ ]qual he apocrifo
xv. di<as> mas este que compos o vene-
rable meestre Ludolfo prior do moe-
steyro muy honrrado de Argentina.
da ordem muy excellente da Cartuxa
Foe tyrado & ordenado segundo ha
ordem da estoria euangelical & enten-
c'am dos sanctos doutores.}
{RUB. % Primeyramente da geerac'a~ diui-
nal & eternal de christo. Capitollo .j.}
{IN9.} DO co~plimento
do[ ]vinho euan-
gelical s<cilicet> boo~ o
qual xp<ist>o ataa
este tempo da
grac'a nos gar-
dou: cobic'a~do
tirar[ ] algu~as go-
tas tomem<<os>> [...]

Ferreira, Medeiros, Crepaldi (Inédito: 8r1-21)

O sistema do HSMS é conservador em seu método, mantendo práticas da época e indicando qualquer intervenção do editor. Inserções feitas pelo editor são indicadas por colchetes; elementos extraídos, por parênteses e desdobramentos, pelo chevron ou parêntese angular. A pontuação é mantida, a divisão de linha é respeitada e chaves são utilizadas para fólios e colunas.[5] Neste mesmo trecho do *Vita Christi*, vemos também a indicação de elementos gráficos do incunábulo, como o tamanho da inicial, que é medido pelo número de linhas, a rubrica do início do livro e a do capítulo, o caldeirão e o sinal tironiano, representados, respectivamente, por % e *e*. Como já se mencionou, a utilização

4 Neste caso, ambas as formas *complimento* e *comprimento* aparecem no glossário com o significado de *plenitude* (MAGNE, 1950, p. 442).

5 Para as normas do HSMS, veja-se Mackenzie e Harris-Northall (1997).

de caracteres ASCII permite que os textos possam ser lidos em qualquer sistema operacional, já que o método se baseia no alfabeto básico do computador.

Graças a um subsídio da *National Endowment for the Humanities*, *software*[6] especial foi desenvolvido para o processamento e a correção semiautomática dos textos eletrônicos, bem como para a criação de fichas lexicográficas para a preparação de um dicionário. Uma vez terminadas, revistas e corrigidas, as transcrições são submetidas a programas que geram uma concordância e três índices (alfabético, reverso e de frequência) para estudos linguísticos. A *CD-ROM Series* da *Hispanic Seminary of Medieval Studies* foi criada especificamente para este tipo de publicação. O diretor da editora, Dr. John O'Neill, certifica que os CDs contêm uma transcrição semipaleográfica do texto acompanhada da concordância, dos três índices e de uma introdução, todos em formato eletrônico, para facilitar o manuseio dos dados. Com um programa criado recentemente por Jason R. Robinson, a leitura de textos transcritos com a codificação do HSMS ficou mais simples. O programa[7] transforma a transcrição feita em ASCII em uma versão em HTML, que inclui elementos de formatação e pode incluir imagens, como miniaturas ou diagramas. Abaixo, incluímos um exemplo do mesmo trecho acima gerado diretamente da transcrição. Observam-se o tamanho da inicial, o destaque para os títulos, que em HTML aparecem em vermelho, a composição dos caracteres complexos com diacríticos e cedilha, e os elementos desdobrados em itálicos.

¶ Começase o liuro da vida de jhesu christo nom aquelle que se chama da minjçe do saluador o qual he apocrifo xv. di*as* mas este que compos o venerable meestre Ludolfo prior do moesteyro muy honrrado de Argentina. da ordem muy excellente da Cartuxa Foe tyrado & ordenado segundo ha ordem da estoria euangelical & entençam dos sanctos doutores.

¶ Primeyramente da geeraçã diuinal & eternal de christo. Capitollo .j.

O cõplimento do vinho euangelical s*cilicet* boõ o qual xp*ist*o ataa este tempo da graça nos gardou: cobiçãdo tirar algũas gotas tomem*os*[...]

Ferreira, Medeiros, Crepaldi (Inédito: 8r1-21)

6 Os programas, PROOFER para revisão da transcrição e CONCORD para concordâncias e índices, foram criados por Jean Lentz, encarregada do desenvolvimento de *software* para os projetos do HSMS.

7 A versão beta do programa se chama HSMS2HTML Converter.

Os objetivos inicialmente ideados por Kasten e Nitti (NITTI, 1978) no início da era da informática nas humanidades continuam a ter relevância e importância mais de trinta anos depois. Com uma nova geração treinada nos métodos lexicográficos do HSMS e dedicada a dar continuidade à incorporação de novos meios informáticos ao trabalho filológico, esperamos contribuir de maneira significativa para o futuro da edição textual eletrônica e de seu tratamento lexicográfico.

Referências

ANSELMO, Artur (1981). *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: IN-CM.

ASKINS, Arthur L-F. (Ed.); Harvey L. SHARRER; Aida Fernanda DIAS; Martha E. SCHAFFER; (Comps). (1997-). *Bibliografia de textos antigos galegos e portugueses (BITAGAP)*. Volume 2008, Número 3. In: PhiloBiblon. http://sunsite.berkeley.edu/PhiloBiblon.

CÁRDENAS, Anthony; NITTI, John J.; GILKISON, Jean (1975). *Bibliography of old Spanish texts*. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies.

DIAS, João José Alves (1995). *No quinto centenário da Vita Christi: os primeiros impressores alemães em Portugal*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

FAULHABER, Charles B.; GÓMEZ MORENO, Ángel; MACKENZIE, David; NITTI, John J.; DUTTON, Brian (Org.) (1984). *Bibliography of old Spanish texts*. 3rd edition. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies.

FAULHABER, Charles B.; GÓMEZ MORENO, Ángel; MOLL DEXEUS, Angela; CORTIJO OCAÑA, Antonio. (Ed.) (1997). *Bibliografía española de textos antigos (BETA)*. In: PhiloBiblon. http://sunsite.berkeley.edu/PhiloBiblon.

FERREIRA, Michael J.; MEDEIROS, Carmen Lúcia de; CREPALDI, Clara (Ed.). No prelo. *Texts and concordances of Books 1 and 2 of the 1495* Livro de Vita Christi *Inc. 566 housed at the Biblioteca Nacional de Lisboa*. New York: Hispanic Seminary of Medieval Studies.

KASTEN, Lloyd; BOGGS, R. S.; KENISTON, Hayward; RICHARDSON, H. B. (Ed.) (1946). *Tentative Dictionary of Medieval Spanish*. Chapel Hill: University of North Carolina.

KASTEN, Lloyd A.; CODY, Florian Joseph (Ed.) (2001). *Tentative Dictionary of Medieval Spanish*. 2nd edition. New York: Hispanic Seminary of Medieval Studies.

KASTEN, Lloyd; NITTI, John J. (Ed.) (1978). *Concordances and texts of the Royal Scriptorium Manuscripts of Alfonso X, el Sabio*. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies.

MACKENZIE, David; HARRIS-NORTHALL, Ray (Ed.) (1997). *A manual of manuscript transcription for the* '*Dictionary of the Old Spanish Language*'. 5th edition. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies.

MACKENZIE, David; BUELOW, Kenneth (1977). *A Manual of manuscript transcription for the 'Dictionary of the Old Spanish language'* . Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies.

MEGALE, Heitor (Ed.) (1988). *A Demanda do Santo Graal: manuscrito do século XIII*. São Paulo: USP.

MAGNE, Augusto (Ed.) (1955-1970). *A Demanda do Santo Graal: reprodução fac-similar e transcrição crítica do códice 2594 da Biblioteca Nacional de Viena*. 2 vols. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

MAGNE, Augusto (Ed.) (1950-1967). *O livro de Vita Christi em lingoagem português. Edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495 cotejado com os apógrafos*. 2 vols. Rio de Janeiro: MEC/Casa Rui Barbosa.

MAGNE, Augusto (Ed.) (1944). *A Demanda do Santo Graal*. 3 vols. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

NASCIMENTO, Aires Augusto (2001). A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável. *Euphrosyne*, n. 29, p. 125-42.

NASCIMENTO, Aires Augusto (1999). A tradução portuguesa da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia: obra de príncipes em `serviço de Nosso Senhor e proveito comum. *Didaskalia*, n. 29, p. 563-87.

NITTI, John J. (1978). Computers and the Old Spanish Dictionary. *Computers and the Humanities*, n. 12, p. 43-52.

NITTI, John J.; KASTEN, Lloyd (Ed.) (1982). *Concordances and texts of the fourteenth-century Aragonese manuscripts of Juan Fernández de Heredia*. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies.

SAXÔNIA, Ludolfo da (1495). *A primeira parte do liuro de uita xp*ist*i*. Lisboa: Valentim Fernandes e Nicolau de Saxônia. [Lisboa. Biblioteca Nacional: 566 (1)].

SILVA, José Pereira da (2001). Edição e exegese de textos arcaicos da língua portuguesa. In: MALEVAL, Maria do Amparo (Org.). *Atas do III Encontro Internacional de Estudos Medievais. Realizado na UERJ de 07 a 09 de julho de 1999*. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha. p. 590-595.

SILVA, José Pereira da (1999). Lição dos editores e intérpretes de textos arcaicos da língua portuguesa. Disponível em: http://www.filologia.org.br/revista/artigo/5(14)58-64.html

Apêndice I:[8]

EXEMPLARES EXISTENTES DE *A PRIMEIRA PARTE DO LIURO DE VITA XP*IST*I*

Bélgica

1. Desconhecido: Coleccionador Particular [Bélgica].

Inglaterra

2. Londres: British Library. IC. 56659.

E.U.A.

3. Berkeley: UCB [Bancroft Library]. f IP6 L4 F3 1495L VAULT (1).
4. Cambridge: Harvard University (Houghton Library). Inc. 9838. 50 F*.
5. Nova Iorque: Pierpont Morgan. ChL 1850A
6. San Marino: Henry Huntington Library. 82958 (1).

Portugal

7. Braga: Arquivo Distrital e Biblioteca Pública. Inc. 40. Nota: Fragmentos. Só as f. xxxi, xxxiii-xxxvi e xxxviii.
8. Braga: Arquivo Distrital e Biblioteca Pública. Inc. 41. Nota: Fragmentos. Só as f. xxxiii e xxxvi.
9. Coimbra: UdC Biblioteca Geral. R-67-1.
10. Évora: Biblioteca Pública. Inc. 182 (1).
11. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 553 (1).

8 A informação dos exemplares e sua localização contida nos apêndices foi extraída de *BITAGAP*, Askins et al. (1997-).

12. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 555 (1).
13. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 557.
14. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 561.
15. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 565 (1).
16. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 566 (1).
17. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 568.
18. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 1541.
19. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 1545.
20. Lisboa: Faculdade de Letras (Biblioteca). Res. 120 [ULFL0368361].
21. Porto: Biblioteca Pública Municipal. Inc. 145 (1).
22. Vila Viçosa: Paço Ducal. 8.
23. Viseu: Biblioteca Municipal. INC 26-II-13 (1).

Apêndice II:

EXEMPLARES EXISTENTES DE *A SEGUNDA PARTE DO LIURO DE VITA XP*IST*I*

Bélgica

1. Desconhecido: Coleccionador Particular [Bélgica].

Inglaterra

2. Londres: British Library. IC. 56659.

E.U.A.

3. Berkeley: UCB [Bancroft Library]. f IP6 L4 F3 1495L VAULT (2).
4. Cambridge: Harvard University (Houghton Library). Inc. 9838. 50 F*.
5. Nova Iorque: Pierpont Morgan. ChL 1850A.
6. San Marino: Henry Huntington Library. 82958 (2).

Portugal

7. Coimbra: UdC Biblioteca Geral. R-67-1.
8. Évora: Biblioteca Pública. Inc. 182 (2).
9. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 553 (2).
10. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 555 (2).
11. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 558.
12. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 561 (2).
13. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 566 (2).
14. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 569.
15. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 1542.
16. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 1546.

17. Lisboa: Faculdade de Letras (Biblioteca). Res. 121 (1) [ULFL036837].
18. Porto: Biblioteca Pública Municipal. Inc. 145 (2).
19. Vila Viçosa: Paço Ducal. 9.
20. Viseu: Biblioteca Municipal. INC 26-II-13 (2).

Apêndice III:

EXEMPLARES EXISTENTES DE *A TERCEIRA PARTE DO LIURO DE VITA XPISTI*

Inglaterra

1. Londres: British Library. IC. 56659.
2. Oxford: Lyell James P.R.

E.U.A.

3. Cambridge: Harvard University (Houghton Library). Inc. 9838. 50 F*.
4. Nova Iorque: Pierpont Morgan. ChL 1850A.
5. San Marino: Henry Huntington Library. 82958 (3).

Portugal

6. Braga: Arquivo Distrital e Biblioteca Pública. Inc. 40 (2). Nota**:** Fragmentos. Só as ff. lx e lxi.
7. Coimbra: UdC Biblioteca Geral. R-67-2.
8. Évora: Biblioteca Pública. Inc. 183 (1).
9. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 554 (1).
10. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 556.
11. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 559.
12. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 563.
13. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 565 (2).
14. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 567 (1).
15. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 570.
16. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 1543.
17. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 1547.
18. Lisboa: Faculdade de Letras (Biblioteca). Res. 121 (2) [ULFL036837].
19. Porto: Biblioteca Pública Municipal. Inc. 145 (3).
20. Vila Viçosa: Paço Ducal. 10.

Apêndice IV:

EXEMPLARES EXISTENTES DE *A QUARTA PARTE DO LIURO DE VITA XP*ISTI

Inglaterra

1. Londres: British Library. IC. 56659.
2. Oxford: Lyell James P.R.

E.U.A.

3. Nova Iorque: Pierpont Morgan. ChL 1850A
4. San Marino: Henry Huntington Library. 82958 (4).

Portugal

5. Arouca: Museu de Arte Sacra. Inc. 3. Nota: Faltam vários cadernos.
6. Coimbra: UdC Biblioteca Geral. R-67-2.
7. Coimbra: UdC Biblioteca Geral. R-67-3.
8. Évora: Biblioteca Pública. Inc. 183 (2).
9. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 554 (2).
10. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 560. Nota: Falta o f. AA1; aparece agora em manuscrito.
11. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 564.
12. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 565 (3). Nota: Só os ff. AA^4 e SS^4, soltos e colocados ao final.
13. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 1544.
14. Lisboa: Biblioteca Nacional. Inc. 1548.
15. Lisboa: Faculdade de Letras (Biblioteca). Res. 122 [ULFL036838].
16. Porto: Biblioteca Pública Municipal. Inc. 145 (4).
17. Vila Viçosa: Paço Ducal. 11.

A expressão do alocutário no *De re coquinaria*

Célia TELLES
Universidade Federal da Bahia/CNPq

Introdução

Ao buscar explicações para a dêixis documentada no *Livro de cozinha da Infanta D. Maria*, o recuo à língua latina do primeiro período da Idade Média – na direção do proposto por Hilário Franco Júnior (2005) – foi inevitável e, evidentemente, a escolha incidiu no primeiro receituário em língua latina, o *De re coquinaria* de Apício (APICIUS, 2002; APICIO, 1987; CASTRO, 1997), conhecido através de manuscrito datado do séc. IX d.C (TELLES, 2009; 2007).

Os textos dos receituários descrevem a experiência, organizam o conhecimento, informam os acontecimentos, ensinam ou advertem sobre novas experiências. Acham–se escritos pela mão que escreve para um destinatário, a quem o texto é dirigido. A esse propósito, vale lembrar a advertência de Odile Redon, Françoise Sabban e Silvano Serventi (1998), em *The Medieval kitchen*, de que a "literatura dos livros de cozinha" é, em primeiro lugar e antes de qualquer coisa, uma literatura técnica. Assim, em relação a outros gêneros do discurso, o receituário caracteriza-se pela importância da sucessão cronológica tanto para a narrativa como para a indicação do procedimento (LONGACRE, 1974, p. 358). Desse modo, o discurso do procedimento e o exortatório são mais prescritivos enquanto prescrevem, isto é, dizem como fazer ou como executar alguma coisa – discurso de procedimento – ou o que fazer ou o que não deve ser feito – discurso exortatório (LONGACRE, 1974, p. 358).

Propõe-se, assim, o exame de fatos linguísticos de um texto da chamada Primeira Idade Média (FRANCO JR., 2005, p. 28), um tratado técnico de culinária: o *De re coquinaria* de Apicius. M. Gavius Apicius, romano que viveu de finais do séc. I a. C. até a época de Tibério (ANDRÉ, 2002b, p. vii-viii) – c. 25 a. C. até o final do reinado de Tibério –, é conhecido por ter sido o primeiro romano a escrever um tratado de cozinha.

1 O *De re coquinaria* de Apício

É o *De re coquinaria* um texto cuja importância para a história da civilização reside sobretudo na língua, como assinala um dos seus editores críticos, Jacques André (2002b, p. xx). O tratado *De re coquinaria*, atribuído a Apício, é conhecido através de testemunhos que datam do século IX, e que documentam a língua do século IV, apresentando os textos características que são comuns àqueles datados do século IV d. C. (como a *Mulomedicina Chironis* e a *Peregrinatio Aetheriae* (ANDRÉ, 2002b, p. xii), acrescentado de um excerto datado do século VI (os *Excerpta a Vinidario*).

Da tradição manuscrita, Jacques André toma como texto de base os manuscritos ***V*** *– Codex Vaticanus Vrbinas latinus* 1146, s. IX – e ***E*** *– Codex New York Academy of Medecine 1* (olim Cheltenhamensis bibl. Philips 275), s. IX – e, fundamentado no estudo de M. E. Milham sobre a tradição manuscrita do *De re coquinaria,*[1] justifica a sua escolha: de ***V*** descendem oito dos códices apógrafos do século XV, exceto ***M*** e ***N*** (ANDRÉ, 2002b, p. xxii; 2002c, xxxi).

Quanto ao *Excerpta a Vinidario*, Jacques André (2002b, p. xvi) informa tratar-se de um manuscrito dos séculos VII a VIII, o manuscrito *Parisinus latinus* 10318 (dito de Saumaize), cuja língua é posterior àquela do século IV, sendo datada por E. Brandt de fins do século V ou do VI (ANDRÉ, 2002b, p. xvi). Traz o manuscrito uma lista de especiarias e trinta e uma receitas com o título *Extraits d'Apicius faits par Vinidarius*, podendo o seu autor, de nome germânico, ter feito a cópia na Itália do Norte (ANDRÉ, 2002b, p. xvi).

Segundo Jacques André (2002b, p. x), M. G. Apício parece ter escrito dois trabalhos. O primeiro livro é dedicado aos molhos e "[...] donnait simplement pour chacune d'elles une liste de condiments, comme on en peut juger par nos recettes des §§ 434-468, [...][2]", conteúdo do Livro X *Alievs* (O Pescador), que compreende três partes: *In piscibus diuersis*, *In morena, In angvilla* (ANDRÉ, 2002b, p. x):

---

1 A saber, o artigo, *Toward a stemma and fortuna of Apicius* (publicado em *Italia Medioevale e Umanistica*, 10, 1967, p. 259-320), citado por Jacques André (2002b, p. xxii).

2 Traduzindo: "[...] dava simplesmente para cada uma delas uma lista de condimentos, como se pode julgar pelas nossas receitas dos §§ 434-468 [...]". Para as traduções, além da edição da Belles Lettres, preparada por Jacques André (APICIUS, 2002 [séc. IV d.C.] e do *Novíssimo dicionário latino português* de F. R. dos Santos Saraiva (2000), foram usadas a edição espanhola de Bárbara Pastor Artigues (APICIO, 1987 [séc. IV d.C.]) e a portuguesa de Inês de Ornellas e Castro (1997).

	In piscibus diuersis	*Para peixes diversos*
434	Ivs diabotanon in pisce frixo	Molho de ervas para peixe frito
435	Ivs in pisce elixo	Molho para peixe ensopado
436	Aliter in pisce elixo	Outro molho para peixe ensopado
437	Aliter ivs in pisce elixo	Outro molho para peixe ensopado
438	Aliter ivs in pisce elixo	Outro molho para peixe ensopado
439	Ivs alexandrinum in pisce asso	Molho alexandrino para peixe assado
440	Aliter ivs alexandrinum in pisce asso	Outro molho alexandrino para peixe assado
441	Aliter ivs alexandrinum in pisce asso	Outro molho alexandrino para peixe assado
442	Ivs in grongo asso	Molho para congro assado
443	Ivs in cornutam	Molho para raia[3]
444	Ivs in mvllos assos	Molho para salmonetes assados
445	Aliter ivs in mvllos assos	Outro molho para salmonetes assados
446	Ivs in pelamide assa	Molho para atum novo assado
447	Ivs in percam	Molho para perca
448	Ivs in pisce rvbellione	Molho para peixe vermelho
	In morena	*Para moréia*
449	Ivs in morena assa	Molho para moreia assada
450	Aliter ivs in morena assa	Outro molho para moreia assada
451	Aliter ivs in morena assa	Outro molho para moreia assada
452	Aliter ivs in morena elixa	Outro molho para moreia ensopada
453	Aliter ivs in morena elixa	Outro molho para moreia ensopada
454	Aliter ivs in morena elixa	Outro molho para moreia ensopada
455	Ivs in lacertos elixos	Molho para cavalas ensopadas
456	Ivs in pisce elixo	Molho para peixe ensopado
457	Ivs in pisce asso	Molho para peixe assado
458	Ivs in tinno	Molho para atum
459	Ivs in tinno asso	Molho para atum assado
460	Ivs in dentice asso	Molho para dentão assado
461	In dentice elixo	Para dentão ensopado
462	Ivs in pisce avrata	Molho para dourada
463	Ivs in pisce avrata assa	Molho para dourada assada
464	Ivs in scorpione elixo	Molho para rocaz ensopado
465	In pisce oenogarvm	Garum de vinho para peixe
466	In pisce oenogarvm	Garum de vinho para peixe
	In angvilla	*Para enguia*
467	Ivs in angvilla	Molho para enguia
468	Ivs in angvilla	Molho para enguia

O segundo livro traz receitas de pratos completos ornados com figuras "comme l'indique une remarque du § 141 [*Patinam apicianam sic facies*], *Patellam aeneam qualem debes habere infra ostenditur*[4] (ANDRÉ, 2002b, p. x).

> **Patinam Apicianam sic facies**: Frustra suminis cocti, pulpas piscium, pulpas pulli, ficetulas uel pectora turdorum cocta et quaecumque optima fuerint, haec omnia concides diligenter

3 Na nota à receita 443, Jacques André assinala a identificação da *cornuta* à *raia*, por J. Cotte e, mais tarde, por E. de Saint Denis (ANDRÉ, 2002a, p. 208). Esta acepção é também aceita por Inês de Ornellas e Castro (1997, p. 228).

4 Traduzindo: "como o indica uma observação do § 141 [*Patinam apicianam sic facies*], *Patellam aeneam qualem debes habere infra ostenditur*" (isto é: "Ver abaixo qual panela de bronze se deve utilizar").

praeter ficetulas. Oua uero cruda cum oleo dissoluis. Teres piper, ligusticum, suffundes liquamen, uinum, passum, et in caccabum mittis ut calefiat, et amulo obligas. Antea tamen pulpas concisas uniuersas illuc mittes, et sic bulliat. At, ubi coctum fuerit, leuabis cum iure suo et in patella alternis de trulla refundes cum piperis grana integra et nucleis pineis ita ut per singula coria substernas diploidem, dein laganum similiter, Quotquot lagana posueris, tot trullas impe*nsae* desuper adicies. Vnum uero laganum fistula percuties et super impones. Piper asparges. Ante tamen illas pulpas ouis confractris obligabis et sic in caccabum mittes cum impensam. *Patellam aeneam qualem debes habere infra ostenditur* (Apicius, Liber IV, II, 14, § 141).

Tigelada à moda de Apício: Tomarás tetas de porca cozida e cortadas em pedaços, lascas de peixe, iscas de frango, papa-figos ou peitos de tordo cozidos e tudo o que houver de melhor, cortarás tudo isso cuidadosamente, exceto os papa-figos. Misturas os ovos crus com azeite. Moerás pimenta, ligústico, acrescenterás garum, vinho, vinho de passas, e colocas numa panela para que aqueça, e ligas com fécula. Antes, entretanto, colocarás todas as carnes cortadas, e então ferva. Quando estiver cozido, retirarás do fogo com o seu molho e colocarás em uma caçarola, com uma escumadeira pequena, em camadas, com pimenta em grão e pinhões, de modo a ficar por cima de cada camada uma folha de massa e, de igual modo, uma folhinha de massa fina. Para cada camada colocada acrescentarás tantas escumadeiras de recheio quantas folhas de massa fina. Cobrirás com uma folha de massa atravessada por uma caninha. Polvilharás com pimenta. Antes, porém, ligarás as carnes com ovos e porás na panela com o recheio. *Ver abaixo qual panela de bronze se deve utilizar*.

Em todas as trinta e cinco receitas do primeiro livro, com exceção da 434 *Ivs diabotanon in pisce frixo*, o texto obedece a esquemas estruturais muito simples:

1. a enumeração dos ingredientes, quase sempre seguida de um verbo de ação, correspondendo a 74.28% dos casos:

Ivs alexandrinvm is pisce asso: Piper, cepam siccam, ligusticum, cuminum, origanum, apii semen, pruna damascena enucleata, mu*lsum*, acetum, liquamen, defritum, oleum, et *coques* (Apicius, Liber X, I, 6, § 439).

Molho alexandrino para peixe assado: Pimenta, cebola seca, ligústico, cominho, orégano, semente de aipo, ameixa de Damasco sem caroço, vinho com mel, vinagre, garum, mosto cozido, e *cozerás*.

Ivs in pisce asso: Piper, ligusticum, timum, coriandrum uiridem, mel, acetum, liquamen, uinum, oleum, defritum. *Calefacies* et *agitabis* rutae surculo et *obligabis* amulo (Apicius, Liber X, III, 3, § 457).

Molho para peixe assado: Pimenta, ligústico, tomilho, coentro verde, mel, vinagre, garum, vinho, óleo, mosto cozido. *Aquecerás*, *mexerás* com um ramo de arruda e *ligarás* com fécula.

Ivs diabotanon in pisce frixo: Piscem quemlibet *curas*, *lauas*, *friges*. *Teres* piper, cuminum, coriandri semen, laseris radicem, origanum, rutam, *fricabis*, *suffundes* acetum, *adicies* careotam, mel, defritum, oleum, liquamen, *temperabis*, *refundes* in caccabum, *facies* ut ferueat. Cum ferbuerit, piscem frictum *perfundes*, piper *asperges* et *inferes* (Apicius, Liber X, I, 1, § 434).

Molho de ervas para peixe frito: *Limpas*, *lavas* e *fritas* o peixe que te aprouver. *Moerás* pimenta, cominho, semente de coentro, raiz de laserpício, orégano, arruda, *triturarás*, *espalharás* vinagre, *acrescentarás* tâmaras, mel, mosto cozido, óleo, garum, *temperarás*, *colocarás* num

tacho, *farás* com que ferva. Quando ferver, *lançarás* o peixe frito, *salpicarás* com pimenta e *servirás*.

2. apenas os ingredientes (correspondendo a 25.71% dos casos), como em:

Ivs in pisce elixo: Piper, ligusticum, cuminum, cepulam, origanum, nucleos, careotam, mel, acetum, liquamen, sinapi, oleum modice, ivs calidum si uelis, uuam passam (Apicius, Liber X, I, 2, § 435).

Molho para o peixe ensopado: Pimenta, ligústico, cominho, cebolinha, orégano, pinhões, tâmaras de Cárias, mel, vinagre, garum, um pouco de óleo, molho quente se desejar, uva passa.

Aliter ivs in mvllos assos: Rutam, mentam, coriandrum, feniculum, omnia viridia, piper, ligusticum, mel, liquamen et oleum modice (Apicius, Liber X, I, 12, § 445).

Outro molho para salmonetes assados: Arruda, hortelã, coentro, funcho, tudo verde, pimenta, ligústico, mel, garum e um pouco de óleo.

As formas verbais frequentes, exprimindo a ação, se acham na segunda pessoa do singular:

- no futuro do *infectum* – *coques*, *asperges*, *inferes*, *calefacies*, *perfundes*, *addes*, *obligabis*
- no presente do indicativo – *obligas*, *uteris.*

Como todo livro de receitas, o *De re coquinaria* é uma compilação, que tem como base a coletânea de Apício, acrescentada ou extirpada de algumas receitas. Jacques André assinala a complexidade "dissimulada" pelos manuscritos (ANDRÉ, 2002b, p. x), explicando a composição do *De re coquinaria* em quatro partes:

1) d'un ouvrage de recettes de plats, qui en forme l'essentiel. Mais celui-ci a subi des pertes. Il manque, par exemple, la recette de quenelles à la Terentius annoncée au § 166. Le livre 6 a perdu plu- / [p. xi] sieurs chapitres annoncés dans son index, ce que confirme d'autre part la comparaison avec les *excerpta* recueillis par une autre tradition. Les figures, comme on l'a vu, en ont disparu. Inversement, il a subi des additions, dont quelques-unes sont datables. [...] La date la plus basse fournie par les recettes serait ainsi la fin du II^{e} siècle p. C.
2) d'une partie du *De condituris* d'Apicius. [sic] E. Brandt, p. 101, a compté 138 recettes unique- [p. xii] ment de sauces, et le livre 10 est entièrement constitué de sauces pour les poissons, alors que les recettes de plats de poissons figurent au livre 4 (*patina* et *minutal*).
3) de prescriptions empruntés à un écrit médical. Ce sont les recettes 29, *sales conditos*; 39, *oxigarum digestibilem*; 53, *ad uentrem soluendum*; 67-69 et 71, *pulmentarium ad uendrem*; 108, *aduersus aegritudinem sumes*; 111, *ad digestionem*, 432, *hoc aegrum stomachum ualde reficit*; et très certainement trois autres recettes (§§ 55 [*Esicia amvlata a balneo sic facies*], 410 [*Sepias elixas a balneo*] et 419 [*[In echino salso] aliter*]) où l'on prescrit de prendre un plat après le bain, *a balneo*. Mais il faut écarter les recettes des §§ 17 [*Mel corruptum vt probes*] et 82 [*Cvcvmeres rasos*], où la remarque d'ordre diététique parait accessoire.
4) de recettes traduites du grec, qui, outre le vocabulaire, se dénoncent parfois par des formules comme *absintium romanum* (§ 3) ou *quod Romani colorem uocant* (§ 56). E. Brandt, [op. cit.] p. 38-39, a voulu les réunir en deux groupes qu'il a nommé "groupe

du *conditum*"(§§ 1-3 [*Conditi paradoxi compositio; Conditvm melizonvm perpetvvm qvod svbministratvr per viam peregrinanti; Absintivm romanvm sic facies*], 56 [*[Esicia] Amvlvm aliter*] et 58 [*Apotermvm sic facies*]) et "groupe du *thermospodium*" (d'après l'instrument utilisé, §§ 131 [*Aliter patina fvsilis*], 135 [*Aliter patina de sabvco calida et frigida*], 160 [*Patina de sorbis calida et frigida*], 417 [*Aliter in echino*]). Mais rien ne prouve qu'elles aient été introduites en bloc, provenant les premières d'un traité d'agriculture, comme il affirme, les autres d'un livre de cuisine diététique (ANDRÉ, 2002b, p. x-xii).[5]

Giulia Passarelli, em *Dalla frugalitas alla luxuria*, resume claramente o conteúdo do livro (PASSARELLI, 2000):

> Alcune, ad esempio quelle nelle quali si fa riferimento alla conservazione degli alimenti (frutta, carni), quelle relative alla preparazione del vino o alla manipolazione del miele, possono interessare più un agricoltore che un cuoco. Non dimentichiamo che il famoso garum romano (di cui parleremo abbondantemente più avanti), era preparato secondo ricette tratte dalle Geoponiche, frammenti di un trattato greco sull'agricoltura[6] (PASSARELLI, 2000, p. 35).

Esclarece ainda a sua função, explicando, por exemplo, que o fato de ser indicada nas receitas uma quantidade de especiarias e de ingredientes fundamentais, sem qualquer informação da quantidade ou o modo correto de usar, sem falar no tempo de cozimento, "[...] ci fa pensare che tali 'ricette' fossero 'memorie' ad uso esclusivo di cuochi esperti ma di un periodo più tardo"[7] (PASARELLI, 2000, p. 36). Por outro lado, lembra ainda que

> "[...] la cucina non si inventa ma si tramanda ed è lo specchio della situazione sociale ed economica di un periodo storico, i cibi della Roma imperiale riflettono il momento di mas-

5 Traduzindo: "1) de uma obra de receitas de pratos, que formam o seu conteúdo essencial. Mas este sofreu perdas. Falta, por exemplo, a receita de almôndegas à moda de Terêncio anunciada no § 166. O livro 6 perdeu vá / [p. xi] rios capítulos anunciados no seu índice, o que confirma por outro lado a comparação com os *excerpta* recolhidos por uma outra tradição. As figuras, como se viu, desapareceram dele. Inversamente, ele sofreu adições, das quais algumas são datáveis. [...] A data mais baixa fornecida pelas receitas seria assim o fim do século II d. C. // 2) de uma parte do *De condituris* de Apicius, E. Brandt [na "Untersuchungen zum römischen Kochbuche", *Philologus*, Suppl. band XIX, Heft III, 1927], p. 101, contou 138 receitas unica- [p. xii] mente de molhos, e o livro 10 constitui-se inteiramente de molhos para os peixes, enquanto as receitas de pratos de peixes figuram no livro 4 (*patina* e *minutal*). // 3) de prescrições tiradas de um escrito médico. São as receitas 29, *sales conditos*; 39, *oxigarum digestibilem*; 53, *ad uentrem soluendum*; 67-69 e 71, *pulmentarium ad uendrem*; 108, *aduersus aegritudinem sumes*; 111, *ad digestionem*, 432, *hoc aegrum stomachum ualde reficit*; e muito certamente três outras receitas (§§ 55 [*Esicia amvlata a balneo sic facies*], 410 [*Sepias elixas a balneo*] e 419 [*[In echino salso] aliter*]) onde se prescreve tomar um prato depois do banho, *a balneo*. Mas é necessário descartar as receitas dos §§ 17 [*Mel corruptum vt probes*] e 82 [*Cvcvmeres rasos*], nas quais a observação de ordem dietética parece acessória. // 4) de receitas traduzidas do grego, que, além do vocabulário, se denunciam às vezes por fórmulas como *absintium romanum* (§ 3) ou *quod Romani colorem uocant* (§ 56). E. Brandt, p. 38-39, as reuniu em dois grupos que nomeou "grupo do *conditum*") §§ 1-3 [*Conditi paradoxi compositio; Conditvm melizonvm perpetvvm qvod svbministratvr per viam peregrinanti; Absintivm romanvm sic facies*], 56 [*[Esicia] Amvlvm aliter*] et 58 [*Apotermvm sic facies*]) e "grupo do *thermospodium*" (segundo o instrumento utilizado, §§ 131 [*Aliter patina fvsilis*], 135 [*Aliter patina de sabvco calida et frigida*], 160 [*Patina de sorbis calida et frigida*], 417 [*Aliter in echino*]). Mas nada prova que elas tenham sido introduzidas em bloco, provindo as primeiras de um tratado de agricultura, como afirma, as outras de um livro de cozinha dietética."

6 Traduzindo: "Algumas, por exemplo, aquelas nas quais se faz referência à conservação dos alimentos (fruta, carnes), aquelas relativas à preparação do vinho ou à manipulação do mel, podem interessar mais a um agricultor do que a um cozinheiro. Não nos esqueçamos de que o famoso garum romano (de que falaremos abundantemente mais adiante), era preparado segundo receitas usadas pelos Geopônicos, fragmentos de um tratado grego sobre a agricultura".

7 Traduzindo: "[...] nos faz pensar que tais 'receitas' fossem 'memórias' para uso exclusivo de cozinheiros especializados, mas de um período mais tardio".

simo fulgore di quella civiltà, influenzata, anche sotto questo aspetto, da quella orientale[8] (PASSARELLI, 2000, p. 36).

Na análise do conteúdo, Jacques André aponta algumas das características da coletânea:

Certaines denrées figurant dans les *excerpta* sont absentes de l'ouvrage principal: *addena* (?), *cariofilum*, *cerifolium*, *granata*, *papauer*, *saluia*, *samsucus*, et les formes diffèrent: *laser*, *sesamum* dans Apicius, mais *lasar*, *sisama* dans les *excerpta*. De même, les noms peuvent changer, ainsi celui du souchet, *ciperus* (Apicius), *iuncus* (*exc*.). La liste d'ingrédients donnée au début est vraisemblablement une addition tardive. Ces extraits comprennent un certain nombre de recettes qui figurent aussi dans le premier recueil: *exc*. 2 [*caccabina fvsile*] = § 131 [*Aliter patina fvsilis*]; *exc*. 4 [*Ofellas assas*] = § 266 [*Aliter ofellas*]; *exc*. 8 [*Pisces frixos cvivscvmqve generis sic facies*] = § 434 [*Ivs diabotanon in pisce frixo*]; *exc*. 13 [*Pisces inotegano*] = § 154 [*Patina zomoteganon*]; *exc*. 18 [*In piscibus elixis*] = § 435 [*Ivs in pisce elixo*]; *exc*. 19 [*Patina soliarvm ex obis*] = § 155 [*Patina solearum*], bien que les titres aient été / [p. xvii] modifiés ou rajeunis: ce qui, un siècle plus tôt, était *patina fusilis* (§ 131) est devenu *caccabina fusilis* (*exc*. 2). Mais beaucoup de recettes sont inconnues du corpus, et on remarque ici la fréquence et la précision des doses. On peut penser que Vinidarius a travaillé sur un Apicius distinct du nôtre et remontant à une tradition indépendante[9] (ANDRÉ, 2002b, p. xvi).

2 A língua do texto

Além da sua contribuição para a história da civilização, o *De re coquinaria* é importante pela língua aí documentada (como já foi dito), que é a do século IV d.C. (ANDRÉ, 2002b, p. xx). Jacques André (2002b) aponta claramente essas características:

Le recueil composite dont nous disposons parait dater, d'après la langue, qui est celle de la *Mulo-* [p.xiii] *medicina Chironis* et de la *Peregrinatio Aetheriae*, des environs de l'an 400. Peut-être la mention de l'ouvrage dans une lettre de saint Jérôme, qu'on peut avec la plus grande vraisemblance dater de 385, est-elle une allusion à une récente publication. E. Brandt, p. 130, pense qu'à cette époque fut réalisée une compilation réunissant les divers éléments que nous venons d'énumérer, par un auteur qui connaissait assez mal la cuisine, puisqu'il a confondu des huîtres et des cardons, mais beaucoup mieux les prescriptions médicales, et qui était peu-être un médecin. Il faut d'abord considérer qu'il a disposé d'une édition assez récente qui groupait déjà l'ouvrage principal et le *De condituris* pour former ce que Brandt appelle la *Hauptquelle*. Peu importe la qualité de cet auteur et qu'il fût "nicht literarisch gebildet". Son latin était bon pour les cuisiniers de son temps et c'était là l'essentiel, de

8 Traduzindo: "[...] a cozinha não se inventa, mas se transmite e é o espelho da situação social e econômica de um período histórico, os alimentos da Roma imperial refletem o momento de máximo fulgor daquela civilização, influenciada, também sob este aspecto, pela civilização oriental".

9 Traduzindo: "Alguns dos gêneros que figuram nos *excerpta* estão ausentes da obra principal: *addena* (?), *cariofilum*, *cerifolium*, *granata*, *papauer*, *saluia*, *samsucus*, e as formas diferem: *laser*, *sesamum* em Apicius, mas *lasar*, *sisama* nos *excerpta*. Do mesmo modo, os nomes podem mudar, como aquele do junco, *ciperus* (Apicius), *iuncus* (*exc*.). A lista de ingredientes dada no início é na verdade uma adição tardia. Esses extratos compreendem certo número de receitas que figuram também na primeira coletânea: *exc*. 2 [*caccabina fvsile*] = § 131 [*Aliter patina fvsilis*]; *exc*. 4 [*Ofellas assas*] = § 266 [*Aliter ofellas*]; *exc*. 8 [*Pisces frixos cvivscvmqve generis sic facies*] = § 434 [*Ivs diabotanon in pisce frixo*]; *exc*. 13 [*Pisces inotegano*] = § 154 [*Patina zomoteganon*]; *exc*. 18 [*In piscbus elixis*] = § 435 [*Ivs in pisce elixo*]; *exc*. 19 [*Patina soliarvm ex obis*] = § 155 [*Patina solearum*], ainda que os tiítulos tenham sido/ [p. xvii] modificados ou modernizados: o que, um século antes, era *patina fusilis* (§ 131) tornou-se *caccabina fusilis* (*exc*. 2). Mas muitas receitas são desconhecidas do *corpus*, e se observa aqui a frequência e a precisão das doses. Pode pensar-se que Vinidarius trabalhou sobre um Apicius distinto do nosso e que remontava a uma tradição independente".

même de la *Mulomedicina Chironis* valait pour les vétérinaires de son époque. Um recueil de recettes comme celui-ci ne s'est sans doute pas constitué en un jour. C'est le type d'ouvrage d'usage courant – quel intérêt de le posséder seulement dans les casiers d'une bibliothèque? – auquel s'ajoutent constamment dans les marges de nouvelles recettes. Il est peu de livres modernes de cuisine où une maitresse de maison n'ait glissé entre les pages des recettes découpées dans les jounaux ou transcrit dans les marges celles que lui ont données ses amies. C'est peu à peu, par des éditions successives, que s'est constitué notre corpus, chaque fois mis à jour quant à la langue (celle des / [p, xiv] *excerpta*, postérieurs d'un siècle, n'est plus la même) et modifié quant au contenu par des additions, des exclusions et des pertes involontaires. Le vocabulaire laisse entrevoir des traces de ces éditions successives: le livre 8 (sur les quadrupèdes) présente les seuls exemples de *colluere* (pour *perfundere*, *suffundere*) et de *sumere* (remplaçant *inferre*). Une statistique des emplois des voix et des modes (recettes au passif ou à l'actif, au futur ou à l'impératif) conduirait à des résultats intéressants par la constitution des séries: les impératifs du livre 1, tous groupés dans le chapitre sur les conserves de fruits (§§ 18 [*Vvae vt div serventvr*], 21-24 [*Ficvm recentem, mala, prvna, pira, cerasia vt div serves; Citria vt div dvrent; Mora vt div dvrent; Olera vt div serventvr*]), trahissent une unité de redaction; de même, la série de notices sans verbes des §§ 107-116 [*Herbae rvsticae; Intvbae [et lactvcae]; Lactvcas; Cardvos; Aliter cardvos elixos; Sfondili fricti; Aliter, sfondili elixi*] (sauf 108 [*Vrticae*], 111 [*Ad digestionem et inflationem et ne lactvcae laedant*] et 113 [*Aliter cardvos*]), ou encore certaines séries de notices au passif (e. g. §§ 203-205 [*Fabaciae virides; Aliter; Aliter*]). Il aurait ainsi existé plusieurs états successifs de l'édition primitive d'Apicius, dont nous possedons l'un. Mais certains de ces états ont pu donner lieu à une tradition indépendante, constituée différemment et dont un aspect nous est présenté par les *excerpta* que nous étudiérons plus loin. Or, quel est l'état représenté par notre corpus?[10] (ANDRÉ, 2002b, p. xii-xiv).

Assinala Jacques André que Giarratano e Vollmer,[11] dois dos editores do texto que o antecederam, procederam a correções sistemáticas no texto em favor da construção

10 Traduzindo: "A coletânea compósita de que dispomos parece datar, de acordo com a língua, que é aquela da *Mulo-* [p.xiii] *medicina Chironis* e da *Peregrinatio Aetheriae*, de cerca do ano 400. Talvez a menção da obra em uma carta de São Jerônimo, que se pode com a maior verossimilhança datar de 385, seja uma alusão a uma recente publicação. E. Brandt, [op. cit.] p. 130, pensa que nessa época foi feita uma compilação reunindo os diversos elementos que acabamos de enumerar, por um autor que conhecia muito mal a cozinha, porque confundiu ostras e cardos, mas muito melhor as prescrições médicas, e que talvez fosse um médico. É necessário considerar antes que ele dispôs de uma edição bem recente que já agrupava a obra principal e o *De condituris* para formar o que Brandt chama a *Hauptquelle* ['fonte principal']. Pouco importa a qualidade desse autor e que ele fosse "nicht literarisch gebildet" ["sem formação literária"]. Seu latim era bom para os cozinheiros de seu tempo e isso era o essencial, do mesmo modo a *Mulomedicina Chironis* valia para os veterinários da sua época. Uma coletânea de receitas como essa, sem dúvida, não é feita em um dia. É o tipo de obra de uso corrente – qual o interesse de possuí-lo somente nas estantes de uma biblioteca? – ao qual se acrescentam constantemente às margens novas receitas. Existem poucos livros modernos de cozinha nos quais uma dona de casa não tenha inserido entre as páginas receitas extraídas dos jornais ou transcrito às margens aquelas que lhe foram dadas pelas suas amigas. Foi assim, pouco a pouco, por edições sucessivas, que se constituiu nosso *corpus*, cada vez atualizado quanto à língua (aquela dos / [p, xiv] *excerpta*, posteriores um século, não é mais a mesma) e modificada quanto ao conteúdo pelas adições, pelas exclusões e pelas perdas involuntárias. O vocabulário deixa entrever traços dessas edições sucessivas: o livro 8 (sobre os quadrúpedes) apresenta os únicos exemplos de *colluere* (por *perfundere*, *suffundere*) e de *sumere* (substituindo *inferre*). Uma estatística dos empregos das vozes e dos modos (receitas na voz passiva ou na ativa, no futuro ou no imperativo) conduziria a resultados interessantes para a constituição das séries: os imperativos do livro 1, todos agrupados no capítulo sobre as conservas de frutas (§§ 18 [*Vvae vt div serventvr*], 21-24 [*Ficvm recentem, mala, prvna, pira, cerasia vt div serves; Citria vt div dvrent; Mora vt div dvrent; Olera vt div serventvr*]), revelam uma unidade de redação; do mesmo modo, a série de notícias sem verbos dos §§ 107-116 [*Herbae rvsticae; Intvbae [et lactvcae]; Lactvcas; Cardvos; Aliter cardvos elixos; Sfondili fricti; Aliter. sfondili elixi*] (exceto 108 [*Vrticae*], 111 [*Ad digestionem et inflationem et ne lactvcae laedant*] et 113 [*Aliter cardvos*]), ou ainda algumas séries de notícias na voz passiva (e. g. §§ 203-205 [*Fabaciae virides; Aliter; Aliter*]). Teriam, assim, existido vários estados sucessivos da edição primitiva de Apicius, de que possuímos apenas um. Mas alguns desses estados puderam gerar uma tradição independente, constituída diferentemente e de que um aspecto nos é apresentada pelos *excerpta* que estudaremos mais adiante. Ora, qual é o estado representado pelo nosso *corpus*?".

11 Na edição teubneriana, publicada em Leipzig em 1922.

clássica, procedimento não adotado por André na sua edição (ANDRÉ, 2002b, p. xxi). A seguir, lista essas correções:

> 1) Les listes de produits, généralement à l'accu- / [p. xxi] satif, peuvent comprendre des nominatifs et des génitifs partitifs figés (*silfi*).
> 2) La dose peut être indiquée par une apposition: e. g. *acetum ciatos II*.
> 3) Certains verbes sont construits avec deux compléments à l'accusatif; ce sont ceux qui signifient "remplir, arroser, mouiller", *replere*, *suffundere*, *temperare*, *aspargere*, etc.
> 4) Certaines formes casuelles sont figées: ainsi *piper* en fonction d'ablatif dans des formules constantes: *cum piper*, *ex piper*, *piper asperso* ou *piper aspersum*; ou *pusillum* (373, *cum olei pusillum*) et *modicum* (374 et 375, *cum olei modicum*).
> Le phonétisme des *Excerpta*, que nous avons maintenu, révèle en outre la profonde dégradation subie par le système latin au vi[e] siècle: 1) dans le consonantisme, chute de *-m* final; voisement des sourdes (*ruda*, *adque*, *uaborare*, *ciba*); confusion de *u* et de *b* (futur *temperauis*; *labas*, *malbas*); assimilation *ct>tt* (*datilus*, *cottorum*); chute de *n* dans le groupe médian *ns* (*inpesa* = *inpensa*); 2) dans le vocalisme, confusion de *o* et de *u* (*porcello coriandratu*, *porcellu oxizomo*), de *i* et de *e* (*cipam*, / [p. xxii] et le gén. *lactes*). Cet état de langue est rigoureseument identique à celui des traductions latines contemporaines d'Oribase[12] (ANDRÉ, 2002b, p. xxi-xxii).

Resumindo, o *De re coquinaria* é uma compilação de receitas variadas, com base na coletânea de Apício (séc. I d.C.), reescrita sucessivas vezes, cuja redação, transmitida por cópias do século IX, reflete a língua latina do séc. IV d.C., para o texto de Apício, e do séc. VI, para os *excerpta*. O autor da redação no séc. IV. d. C. – pouco conhecedor da arte da cozinha, mas provavelmente conhecedor de medicina – usou na sua escrita a variante latina popular, que facilmente poderia ser lida pelos cozinheiros da sua época.

3 Os fatos de língua: a dêixis pessoal

O estudo da dêixis pessoal no discurso dos livros de cozinha levou ao exame dos textos dos receituários de cozinha escritos em latim dos séculos IV e de fins do V d.C. ou do VI d.C., verificando-se que, como afirmam Ernout e Thomas (1953, p. 144-145), a expressão do alocutário na segunda pessoa tem um caráter indefinido, que pode também vir expresso pela passiva impessoal e pela terceira pessoa do singular.

Dentre os fatos linguísticos apontados por Jacques André (2002b, p. xiv), encontram-se as receitas com:

- verbo na voz ativa
- verbo na passiva

12 Traduzindo: "1) As listas de produtos, geralmente no acu- / [p. xxi] sativo, podem compreender nominativos e genitivos partitivos fixos (*silfi*). 2) A dosagem pode ser indicada por uma aposição: e. g. *acetum ciatos II*. 3) Alguns verbos são construídos com dois complementos em acusativo; são os que significam "encher, regar, molhar", *replere*, *suffundere*, *temperare*, *aspargere*, etc. 4) Algumas formas casuais são fixas: assim *piper* em função de ablativo nas fórmulas constantes: *cum piper*, *ex piper*, *piper asperso* ou *piper aspersum*; ou *pusillum* (373, *cum olei pusillum*) e *modicum* (374 et 375, *cum olei modicum*).
O fonetismo dos *Excerpta*, que mantivemos, revela além disso a profunda degradacão sofrida pelo sistema latino no século VI: 1) no consonantismo, queda de *-m* final; sonorização das surdas (*ruda*, *adque*, *uaborare*, *ciba*); confusão de *u* et de *b* (futuro *temperauis*; *labas*, *malbas*); assimilação *ct>tt* (*datilus*, *cottorum*); queda de *n* no grupo medial *ns* (*inpesa* = *inpensa*); 2) no vocalismo, confusão de *o* e de *u* (*porcello coriandratu*, *porcellu oxizomo*), de *i* e de *e* (*cipam*, / [p. xxii] e o gen. *lactes*). Esse estado de língua é rigorosamente idêntico àquele das traduções latinas contemporâneas de Oribásio".

- verbo no futuro
- verbo no imperativo.

A análise inicial do tratado de Apício mostra que, além das construções com a segunda pessoa, com verbo na voz ativa e no modo imperativo:

> **Ut mala et mala granata div dvrent**: In calidam feruentem *merge*, et statim ***leua*** et ***suspende***" (Apicius, Liber I, XII, 2, § 19).
>
> **Para conservar maçãs e romãs**: *Mergulha* na água fervendo, *levanta* de imediato e *suspende*.

podem ser encontrados os demais tipos de construção.

- Com o verbo no futuro e na segunda pessoa do singular

> **Esicivm**: *Adicies* in mortarium piper, ligusticum, origanum, *fricabis*, *suffundes* liquamen, *adicies* cerebella cocta, *teres* diligenter, ne astulas habeat. *Adicies* oua quinque et *dissolues* diligenter, ut unum corpus *efficias*. Liquamine temperas et in patella aenea *exinanies*, *coques*. Cum coctum fuerit, *uersas* in tabula munda, tessellas *concides*. *Adicies* in mortarium piper, ligusticum, origanum, *fricabis*, in se commisces, <*mittes*> in caccabum, *facies* ut ferueat. Cum ferbuerit, tractum *confringes*, obligas, *coagitabis* et *exinanies* in boletari. Piper *asperges* et *appones* (Apicius, Liber II, I, 2, § 46).
> **Almôndega**: *Colocarás* num almofariz pimenta, ligústica, orégano, *triturarás*, *molharás* com garum, *acrescentarás* miolos cozidos, *moerás* cuidadosamente, para que não tenha grãos. *Acrescentarás* cinco ovos e *dissolverás* cuidadosamente para fazer uma massa homogênea. Temperas com garum, *despejarás* no vaso de bronze, *cozerás*. Quando estiver cozido, despejas num tabuleiro limpo, *farás* em pedaços. *Colocarás* num almofariz pimenta, ligústica, orégano, *triturarás*, misturas bem, <*lançarás*> numa panela, *farás* com que ferva. Quando estiver fervendo, *esmigalharás* a massa, ligas, *baterás* e *despejarás* no prato. *Salpicarás* pimenta e *servirás*.

- Com o verbo na ativa e na terceira pessoa (singular ou plural):

> **Aliter cvcvmeres**: Piper, puleium, mel uel passum, liquamen et acetum. Interdum et silfi ***accedit*** (Apicius, Liber III, VI, 3, § 84).
> **Outro modo de preparar pepinos**: Pimenta, poejo, mel ou passa, garum e vinagre. *Acrescenta-se*, às vezes, assa-fétida.
> **Boletos aliter**: Caliculos eorum liquamine uel sale aspersos ***inferunt*** (Apicius, Liber VII, XV, 5, § 315).
> **Outro modo de preparar cogumelos**: *Sirvam* os chapeus dos cogumelos regados com garum ou polvilhados com sal.

- Com o verbo na passiva e na terceira pessoa (singular ou plural):

> **In sardis**. **Sardam farsilem sic facere oportet:** Sardam *exossatur*, et *teritur* puleium, cominum, piperis grana, mentam, nuces, mel. *Impletur* et *consuitur*, *inuoluitur* in carta et sic supra uaporem ignis in operculo *componitur*. *Conditur* ex oleo, careno, allece (Apicius, Liber IX, X, 1, § 421).
> **Para sardinha. Assim deve fazer-se sardinha recheada**: *Tirem-se* as espinhas da sardinha, e *moam-se* poejo, cominho, pimenta em grão, hortelã, nozes, mel. *Recheia-se* e *coza-se*, *envolva-se* em papel e *coloque-se*, então, no fogo para cozer no vapor, numa terrina fechada. *Tempera-se* com azeite, vinho doce e salmoura de peixe.

À guisa de conclusão

Os dados preliminares mostram duas estruturas discursivas: a enumeração dos ingredientes seguida de um verbo de ação (74,28%) ou apenas a relação dos ingredientes (25,71%). As formas verbais se acham no *infectum*, presente (indicativo ou imperativo) e futuro. Por seu lado, a dêixis pessoal é marcada pelo uso da segunda pessoa do singular. No entanto, esse uso alterna com formas da terceira pessoa, na voz ativa ou na passiva, o que levou à questão relativa ao alocutário. Ter-se-ia aí um alocutário (expresso na segunda pessoa) ou essa segunda pessoa não seria apenas uma construção de sujeito indefinido, como assinalam A. Ernout e F. Thomas (1953, p. 144-146)?

Além desse questionamento, que encontra correspondência de uso em textos exortatórios nas línguas românicas, a partir da estrutura da coletânea, faz-se necessário, na sequência, verificar até que ponto os diferentes empregos estão relacionados à parte principal do livro, ou às alterações sofridas pelo texto original, focalizando, entre outros fatos, o uso do imperativo nas receitas do *Livro I*, as receitas sem presença do verbo e o uso da passiva.

Referências

ANDRÉ, Jacques (2002a). Commentaire. In: APICIUS. *L'art culinaire*. Texte établi, traduit et annoté par Jacques André. 2. tir. Paris: Les Belles Lettres. p. 133-214.

ANDRÉ, Jacques (2002b). Introduction. In: APICIUS. *L'art culinaire*. Texte établi, traduit et annoté par Jacques André. 2. tir. Paris: Les Belles Lettres. p. vii-xxiii.

ANDRÉ, Jacques (2002c). Testimonia. In: APICIUS. *L'art culinaire*. Texte établi, traduit et annoté par Jacques André. 2. tir. Paris: Les Belles Lettres. p. xxv-xxix.

APICIO (1987 [séc. IV d.C.]). *Cocina romana: de re coquinaria*. 3. ed. Madrid: Coloquio. Ed. de Bárbara Pastor Artigues.

APICIUS (2002 [séc. IV d.C.]). *L'art culinaire*. Texte établi, traduit et annoté par Jacques André. 2. tir. Paris: Les Belles Lettres.

CASTRO, Inês de Ornellas e (1997). *O livro de cozinha de Apício: um breviário do gosto imperial romano*. Sintra: Colares.

ERNOUT, Alfred; THOMAS, François (1953). *Syntaxe latine*. 2. éd. rev. et augm. Paris: Klincksieck.

FRANCO JR., Hilário (2005). Por uma outra Alta Idade Média. In: ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira (Org.). *Relações de poder, educação e cultura na antigüidade e idade média: estudos em homenagem ao Professor Daniel Valle Ribeiro*. Santana de Parnaíba (SP): Solis. p. 27-36.

LONGACRE, R. E. (1974). Narrative versus other discourse genres. In: BREND, Ruth. M. (Edit.). (1974). *Advances in tagmemics*. Amsterdam: North Holland. p. 357-376.

PASSARELLI, Giulia (2000). *Dalla* frugalitas *alla* luxuria*: i cibi di Catone e le ricette di Apicio.* Roma: ACSRA "Il Bucranio".

REDON, Odile; SABBAN, Françoise; SERVENTI, Silvano (1998). *The medieval kitchen: recipes from France and Italy*. Transl. Edward Schneider. Chicago; London: The Univ. of Chicago Press.

SARAIVA, F. R. dos Santos (2000). *Novíssimo dicionário latino-português: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc.* 11. ed. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Garnier.

TELLES, Célia Marques (2009). Ainda o discurso do *De re coquinaria* de Apício. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 6. João Pessoa: UFPB. Comunicação não publicada.

TELLES, Célia Marques (2007). Um texto exortatório da Primeira Idade Média. *Scripta philologica*, Feira de Santana (BA), n. 3, p. 77-88.

Dos cancioneiros miscelâneos aos Liederbűcher: problemas de edição da lírica profana galego-portuguesa

Risonete de SOUZA
Universidade Federal da Bahia

Introdução

Ao contrário da lírica occitânica, conservada em muitos testemunhos, as cantigas profanas compostas em galego-português foram legadas à posteridade por um número escasso de manuscritos ou não raro por um único códice. Por essa razão, os editores têm dificuldade de recuperar os textos lacunosos, incompletos, mutilados, bem como corrigir os erros de cópia. A despeito da propagada "pobreza" e "esterilidade" dessa tradição (TAVANI, 1988), é possível identificar indícios de que sua produção e transmissão se assemelham ao processo proposto por Gröber para a lírica occitânica. Tal como aquela, a produção poética galego-portuguesa circulava em folhas soltas, os *Liederblätter* na terminologia de Gröber, documentadas nos fólios conhecidos como *Pergaminho Vindel* e *Pergaminho Sharrer*, nos testemunhos codificados pelas letras M e P, que transmitem o texto da tenção entre D. Afonso Sanchez e Vasco Martinz de Resende, além de sete rubricas do Cancioneiro da Biblioteca Nacional que assinalam a mudança de "rolo". A existência prévia de recolhas pertencentes a um trovador ou a um grupo de trovadores não foi atestada materialmente na lírica galego-portuguesa. Entretanto, a análise dos núcleos poéticos isoláveis nos apógrafos quinhentistas permite-nos conjecturar sua existência. A crítica tem apontado a evidência dessas recolhas prévias de que são exemplo o livro de D. Denis e o de Bernal de Bonaval, ou o "Cancioneiro dos jograis galegos" e o "Cancioneiro de cavaleiros", propostos por António Resende de Oliveira (1994).

Interessa aqui o nível da recolha correspondente aos *Liederbücher*. Isto é, as recolhas individuais de um trovador, compostas a partir da reunião de dois ou mais *Liederblätter*. Selecionamos alguns exemplos desses trabalhos, a edição de Nobiling (*As Cantigas de*

D. Joan Garcia de Guilhade, 1907),[1] o trabalho de filólogos italianos, como Giuseppe Tavani (*Il Canzonieri del Giullare Lourenço. I. Cantigas de amor e cantigas de amigo*, 1959 e *Il Canzonieri del Giullare Lourenço. II. Poesie polemice – satiriche*, 1962), Valeria Bertolucci Pizzorusso (*Le poesie di Martin Soares*, 1962) e de Carlos Alvar (*Las poesias de Pero d'Ambroa*, 1986).

1 A tradição manuscrita e as primeiras edições

É ideia consensual que os manuscritos que transmitiram os textos da lírica profana galego-portuguesa pertencem a uma mesma linhagem, para usar um termo caro ao medievo. A origem comum aventada é, como se sabe, o Livro de Cantigas do Conde de Barcelos, mas as motivações que o levaram a compilar essas cantigas e os critérios de escolha não são de todo claros. Também pouco se sabe sobre os antecedentes da recolha.

Dos quatro códices miscelâneos que reúnem a produção poética, apenas três são mais conhecidos e de fato importantes, já que o *Cancioneiro de Bancroft Library*, conhecido, no século XIX, como o *Cancioneiro de um Grande d'Hespanha*, é uma cópia lacunosa do *Cancioneiro da Vaticana* e seu cotejo pode ajudar poucas vezes a elucidar alguma passagem menos clara do seu modelo. Contribui, ainda, para sua pouca utilidade, a falta de uma edição que o torne acessível.

Portanto, o editor da lírica pode contar apenas com o *Cancioneiro da Ajuda*, editado por Carolina Michaëlis de Vasconcellos, em 1904,[2] e por Henry Carter, em 1941; a primeira é uma edição crítica em dois volumes (textos e estudo) e a segunda é diplomática; há, ainda, uma belíssima edição fac-similar de 1994. O outro códice relativamente acessível é o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, antes designado *Colocci-Brancuti*, que conta com três edições: uma edição diplomática parcial foi feita por Enrico Molteni, em 1880, que traz apenas os textos não editados por Monaci, na edição diplomática do *Cancioneiro da Biblioteca Vaticana*, uma edição crítica, pouco confiável, de Elza Paxeco Machado e José Pedro Machado, além da edição fac-similar da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, de 1982. E, por último, o *Cancioneiro da Vaticana*, que, além da edição diplomática de Ernesto Monaci, de 1875, possui também uma edição fac-similar com introdução de Lindley Cintra, de 1973.

Os testemunhos materiais dos rolos ou folhas volantes de que falara Gröber aparecem em dois fólios resgatados um tanto ao acaso, remanescentes de período próximo ao florescimento do movimento cultural em questão; trata-se de dois pergaminhos designados pelo nome de seus descobridores, o *Pergaminho Vindel* e o *Pergaminho Sharrer*. Em comum, além do tipo de suporte e do fato de transmitirem as cantigas de um trovador específico, na mesma ordem em que elas aparecem nos cancioneiros, ambos trazem, também, notação musical.

1 Consultamos a edição organizada por Yara Frateschi Vieira, em 2007.

2 Consultamos a reedição de 1990.

A análise dos diferentes testemunhos das mais diversas extensões, ou seja, quer os cancioneiros miscelâneos, quer as folhas volantes ou da *tavola colocciana*, demonstra que os textos são transmitidos na mesma ordem, nas partes comuns, o que permite inferir que se trata da mesma tradição, e sugere um esforço pontual de conservação e transmissão dessa produção cultural. Os dados históricos denotam uma produção cultural bastante centralizada nas cortes régias ibéricas e praticada, sobretudo, por uma nobreza de corte, que rivalizava com a nobreza rural, de velha cepa.

O modelo inicial era tripartido por gêneros, as cantigas recolhidas, *grosso modo*, estavam ordenadas sob esse critério – amor, amigo, *escarnho* e maldizer. Também as primeiras edições parciais seguem esta linha. Por razões de gosto, são editadas, primeiro, as de temática amorosa, as cantigas de amigo (NUNES, 1926-1928) e as cantigas de amor (NUNES, 1932) e, posteriormente, as cantigas satíricas ou de escárnio e maldizer (LAPA, 1965). Para estas últimas, contamos com uma edição mais recente, de Graça Videira Lopes (2002), que acrescenta novas cantigas pertencentes a este gênero, atualiza os estudos, avança nas interpretações e, consequentemente, amplia o repertório de variantes textuais.

Antes, porém, nos finais do século XIX e início do XX, surgem as já mencionadas edições exclusivas de um trovador. Os pioneiros foram o suíço-americano Henry Lang com *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*, em 1894, e Oskar Nobiling, que publicou *As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade*, em 1907. O labor crítico de inspiração romântica cessa e precisamos esperar até os anos sessenta para que o afã dos filólogos seja reacendido, com os trabalhos dos italianos Valeria Bertolucci Pizzorusso (*Le poesie di Martin Soares*, 1962), Enilde Reali (*Il canzoniere di Pedro Eanes Solaz*, 1962), Silvio Pellegrini (*Il canzoniere di D. Lopo Liáns*, 1969), só para citar os pioneiros. A partir da década de oitenta, do século passado, as edições italianas tornaram-se escassas. Esporadicamente, foram feitas edições em outros centros de estudo. Dentre os melhores trabalhos, podemos citar o de Pierre Blasco (*Les chansons de Pero Garcia Burgalês*, 1984), Carlos Alvar (*Las poesias de Pero d'Ambroa*, 1986) e José Luis Rodriguez (*El cancionero de Joan Airas de Santiago*, 1980); cuidadosos e honestos, estes editores esforçaram-se para não trair os critérios estabelecidos.

2 Os problemas das edições

O primeiro obstáculo ao editor da lírica profana galego-portuguesa é a escassez de testemunhos, alguns textos são transmitidos por um único códice. E, mesmo quando o texto é transmitido por mais de um manuscrito, por serem oriundos da mesma tradição, não raro são portadores dos mesmos erros, e, consequentemente, a tentativa de se chegar a um texto de sentido plausível fracassa. Some-se a isso o fato de os cancioneiros terem sofrido toda sorte de danos, causados pela ação do tempo, como perda ou mutilação de fólios, perfurações e borrões. Além disso, apresentam problemas de cópia, erros, lacunas e repetições, que dificultam e delimitação dos textos, a identificação de seus autores, a determinação correta de sua estrutura formal. As soluções dos editores, nestes casos, vão

desde o honesto registro da lacuna ou do problema no manuscrito, à tentativa de reconstituição do texto perdido, desde uma simples palavra ou verso a estrofes inteiras e até cantigas ou sequência de textos. Foi o que fez Carolina Michaëlis ao "completar" as lacunas do *Cancioneiro da Ajuda* com base no *Cancioneiro Colocci-Brancuti*. Os critérios de edição nem sempre são expressos claramente e, não raras vezes, são traídos ao longo do trabalho. Embora os editores concordem em que a lição de **B** seja preferível, às vezes, diante do fato de uma lição mais plausível ou mais legível de **V**, optam por este cancioneiro, sem que se registre tal fato no aparato.

O comportamento editorial varia desde a reprodução fiel de todas as variantes dos textos à uniformização cambiante ou mesmo à modernização que trai a língua medieval. Sem contar os casos de perceptíveis confusões. Um caso emblemático de profusão de critérios de transcrição em uma só edição é o da coordenada por Mercedes Brea (1996). Não se pode negar o mérito deste trabalho, pois reúne em dois volumes todo o *corpus* das cantigas, e para isso precisa fazer escolhas, devidamente registradas em notas. O texto da edição eleita, para cada cantiga, é indicado, como também as alterações que porventura a equipe achou por bem efetuar.

A falta de uniformidade nos critérios de transcrição dos textos tem a desvantagem de dificultar os estudos linguísticos. A falta de um programa de edição dos trovadores em uma ordem consequente permite apreender parcelas da lírica galego-portuguesa. A consequência mais imediata é a sensação de que os trovadores são repetitivos em seus temas e formas, desprovidos de individualidade poética, e que o espólio trovadoresco galego-português é, com poucas exceções, uma monótona sequência de variações sobre o mesmo tema.

3 As edições dos cancioneiros individuais

Mas nem todos viram a produção trovadoresca sob esse prisma. Houve da parte de alguns estudiosos esforços de apreender a singularidade dos primeiros poetas peninsulares em românico. Esse é o caso da segunda edição crítica do cancioneiro de um trovador, empreendida por Oskar Nobiling, *As cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade*, que se constituiu em sua tese de Doutorado defendida em Bonn, em 1907. No prefácio, o editor argumenta que, após a publicação do *corpus* completo da poesia trovadoresca galego-portuguesa por Monaci, Molteni e Carolina Michaëlis de Vasconcelos,

> [...] já será tempo de reunirmos em edições completas as obras dos mais importantes dentre os trovadores, a fim de se poderem estudar as feições comuns desse primeiro período da lírica portuguesa bem como as individuais que caracterizavam os seus vultos mais eminentes. (NOBILING, 2007, p. 39)

O critério de eleição dos trovadores merecedores de uma edição individual é, conforme se pode depreender da exposição do editor na apresentação da obra, uma combinação da quantidade de cantigas legadas e o gosto pessoal do crítico. Nobiling justifica

sua escolha por Guilhade, afirmando que, além de D. Denis, já editado Henry Lang, e de Afonso X, nas cantigas sacras,

> [...] não há quem, pelo número de suas composições até hoje conservadas, e que abrangem todos os gêneros mais notáveis, pela originalidade, por nenhum outro excedida, de sua índole poética, pelo interesse e variedade dos seus assuntos, mereça mais ser estudado que D. Joan Garcia de Guilhade [...] (NOBILING, 2007, p. 39-40)

Um dos problemas da edição de Nobiling, referido por ele na introdução, é o da delimitação de *corpus*, muito comum na lírica trovadoresca peninsular. Além das 53 cantigas conservadas nos três códices remanescentes, há uma cantiga que o *Cancioneiro da Vaticana* (V 39) atribui a Estevan Fayan, enquanto o *Cancioneiro Colocci-Brancuti* (B 427) põe entre as de Guilhade. Diante da divergência de atribuição, o editor opta por colocá-la em apêndice.

A questão da delimitação do *corpus* é pertinente a vários outros trovadores; a *Lírica Profana Galego-Portuguesa* traz 39 exemplos, sem contar os textos anônimos, e decorre dos problemas codicológicos que dizem respeito à tradição manuscrita. O conhecimento insuficiente dos códices italianos e mesmo do *Cancioneiro da Ajuda*, cujo estudo mais detalhado por muitos anos se limitou quase exclusivamente às investigações e conclusões de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, não permitiu aos editores avançarem muito na resolução das questões atinentes à identificação dos textos sem atribuição segura, ou por estarem em posição ambígua nos testemunhos, ou por terem atribuição divergente. Os esforços de Tavani e de Jean-Marie D'Heur para estabelecer um *stemma codicum* plausível dos manuscritos e, graças também à polêmica travada por eles, avançamos um pouco na compreensão da estrutura dos testemunhos, mas não o suficiente para elucidar a maior parte dos pontos obscuros. As luzes tornam-se menos opacas a partir dos estudos de Anna Ferrari (1979) sobre a estrutura do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, as investigações de Maria Ana Ramos (1986) sobre o *Cancioneiro da Ajuda* e, mais recentemente, a contribuição de António Resende de Oliveira (1994) sobre a estrutura das recolhas da lírica galego-portuguesa.

Esse último trabalho é exemplar, pois mostra que entender como foram estruturados os cancioneiros, identificar os agentes culturais responsáveis pela criação e divulgação das cantigas, estabelecer cronologias mais seguras para estas criações são tarefas imprescindíveis para que se possam empreender estudos interpretativos destas cantigas, conforme revela o autor na introdução de sua pesquisa:

> Na verdade, aquilo que, inicialmente, se pretendia oferecer como análise e interpretação das composições trovadorescas no contexto das transformações que afectaram os meios aristocráticos do ocidente peninsular, acabou por se transformar, paulatinamente, num estudo sobre os cancioneiros, isto é, sobre as fontes que permitem ao investigador contemporâneo o acesso a essas composições. (OLIVEIRA, 1994, p. 7)

Não é estranho, pois, que as edições dos cancioneiros individuais apresentem muitos problemas no que se refere à identificação dos textos e, consequentemente, na fixação do *corpus* atribuído a esses trovadores. De resto, nem mesmo os avanços no estado da questão permitem elucidar todos os problemas, haja vista as divergências que prevalecem mesmo entre os estudiosos modernos. O exaustivo e monumental trabalho coordenado pela professora Mercedes Brea, *Lírica profana galego-portuguesa: corpus completo das cantigas medievais, con estudio biográfico, análise retórica e bibliografía específica*, publicado em 1996, traz muitos problemas de atribuição e inconsistências nas identificações. Muitos textos permanecem classificados como anônimos e dificilmente poderão mudar de *status*.

Conforme se viu, uma vertente dos filólogos que se dedicaram à edição das cantigas trovadorescas galego-portuguesas é a italiana. Ao contrário dos críticos portugueses, que adotam uma postura nacionalista de exaltação da singeleza da primeira lírica vernácula, os italianos assumem uma postura de certo distanciamento crítico. O mais prolífero na área, Giuseppe Tavani, escolhe, por sua vez, um jogral, cujo cancioneiro é, ao contrário dos trovadores editados até então, bem mais reduzido: duas cantigas de amor, sete de amigos, além de oito tenções e uma cantiga de escárnio. Ao contrário de Nobiling, Tavani não vê grande mérito na lírica galego-portuguesa, que qualifica de monótona e repetitiva, em vários de seus trabalhos. O parâmetro de comparação é a lírica occitânica, como de resto o foi para Carolina Michaëlis de Vasconcelos, ao afirmar "As cantigas de amor, todas – não somente as do nosso CA, como é costume asseverar – são de enorme monotonia, pobreza e convencionalismo quantos às ideias, às expressões e às formas métricas" (MICHAËLIS, 1990, p. 598). Foi esta suposta monotonia que possibilitou a conclusão errônea de Vernhagem, em 1849, de que as cantigas do *Cancioneiro da Ajuda* pertenciam a um único autor. Tavani opta pela edição de poetas individuais orientado pela tradição dos provençalistas. Curiosa ironia, pois, tal como os poetas peninsulares, seguidores dos modelos provençais trazidos pelos viajantes das diversas classes sociais, que atravessaram os Pirineus em ambas as direções norte e sul, os críticos dessa literatura "copiam" os modelos dos estudos críticos dos provençalistas. O objetivo central é retirar o poeta da miscelânea que o nivela a seus pares, na busca de identificação de individualidades poéticas.

Esta busca de individualidade, originalidade, criatividade é potencialmente perigosa e quase sempre desvirtua para o anacronismo. Não há nada mais estranho à Idade Média do que o conceito de indivíduo. Todo o esforço do homem medieval é no sentido de merecer fazer parte de um grupo, uma classe, um clã, seguir um modelo social, estético, ser um *companhon*, ser homem de outro homem, pertencer a um senhor. Portanto, o modelo é o objetivo mais caro. É evidente que este esforço não é de todo inócuo. Algumas personagens destacam-se, mas o que é um valor para nós, hoje, não o era, necessariamente, para o homem daquela época. Destaque-se que esse é um dos problemas que consideramos pertinentes pôr em relevo; não entendemos bem os critérios de escolha dos textos que mereceram fazer parte da recolha. Parece claro que houve critérios, não só pela extensão dos cancioneiros, mas também pelas ausências atestadas e inferidas.

Ao lado dos problemas da delimitação do *corpus* e identificação dos autores e atribuições dos textos, há os de edição. A dispersão dos empreendimentos, os lapsos de tempo entre os trabalhos e os objetivos a que se propõem suscitam inúmeras discussões.

4 Os critérios da edição

O cotejo entre as diferentes edições mostra a multiplicidade de critérios adotados ao longo dos séculos. A *lírica profana galego-portuguesa* (1996) anteriormente citada é um bom exemplo dessas dificuldades. Na apresentação da obra, resultante da junção de dois projetos individuais, o de Vicente Beltrán, que se propunha a digitalizar as fontes manuscritas, acompanhadas de uma transcrição, e o de Mercedes Brea, com a colaboração de Fernando Magán Abelleira e Xabier Ron Fernández, que se propunham a agrupar em suporte eletrônico os textos conservados, ordenados segundo o *Repertorio Métrico* de Tavani. O resultado foi uma obra impressa em dois volumes, que segue a ordenação semelhante à da obra de Tavani, mas incorpora os textos, transcritos segundo a edição de melhor qualidade, a juízo dos editores. Em muitos casos, há mais de um editor para as cantigas do mesmo autor. E, como os critérios divergem, do ponto de vista filológico, a edição resulta bastante problemática.

Já nas primeiras edições de trovadores, percebemos essas incongruências. Na obra de Nobiling que é objeto de análise deste trabalho, o editor afirma procurar pôr certa ordem na "anarquia gráfica" dos testemunhos, regularizando a grafia para "tornar fácil a leitura e evitar ambigüidade" (NOBILING, 2007, p. 49). Para tanto, adotou os seguintes critérios:

a) suprimiu a geminação, exceto *rr* e *ss*;
b) eliminou as raras letras mudas, como o *h* de *ha* e *he*, além de um *e* de *seerá*, quando a métrica exige um *será*;
c) adotou o *lh* e *nh* dos códices italianos;
d) optou pelas grafias *mh*, *bh*, *vh* em vez de *mi*, *bi*, *ui*, sempre que o *i* não forma sílaba;
e) resolveu as abreviaturas e siglas;
f) separou as palavras geminadas, guiando-se pelo uso moderno e empregando o apóstrofo e o traço de união: *pe-lo* (*per lo*), *po-lo* (*por lo*), *de-lo* (*des lo*);
g) usou com parcimônia o acento, exceto para distinguir vocábulos com pronúncia diferente, como *de* e *dé*, ou assinalar os vocábulos agudos seguidos ou não de *s*, inclusive os terminados em *i*, e *n*, nesse último caso, para indicar pronúncia diversa de palavras parecidas (*perguntarán* e o mais-que-perfeito *perguntáran*);
h) não empregou acento para marcar pronúncia aberta ou fechada;
i) introduziu um ponto colocado debaixo das vogais finais ou iniciais que, por estarem juntas a vogais semelhantes, não contam para efeito de métrica, distinguindo, assim, os casos de elisão ou sinalefa dos frequentes hiatos;

j) distinguiu o *v* do *u* e o *j* do *i*;
k) regularizou o emprego do *g* com som de *j*, que pode aparecer grafado *i* (*trager* e *traier*);
l) regularizou o uso de *c*, *ç* e *z*, buscando seguir a tendência dos códices em que *z* aparece sempre no final, já no interior de palavra, é sonoro e o *c* e o *ç* representam a surda (em casos duvidosos, guiou-se pela pronúncia moderna);
m) escreveu *y*, que designava *i*, depois de vogal, sempre que não forma sílaba;
n) generalizou a grafia *-os* em lugar de *–us* e *9*;
o) uniformizou as vogais nasais, escolhendo, dentre as variantes que aprecem nos textos, aquelas que melhor representam a pronúncia antiga, sem destoar muito da forma moderna, desse modo, no meio de palavra, antes de vogal, usou sempre o til, quando a etimologia referenda a existência passada de uma nasal;
p) o *m* e o *n*, em interior de palavra, foram empregados conforme as regras modernas, mas, no final, optou pelo *n*, e, antes de traço de união, preferiu o til.

Tavani, por sua vez, também adota os critérios de modernização e regularização da grafia, sempre que a representação gráfica não correspondesse a uma particularidade fonética. Como Nobiling, optou por acentuar os vocábulos de acordo com a última reforma ortográfica portuguesa. A vogal nasal final é representada com *m*, diferentemente de Nobiling, que prefere o *n*. O *h* etimológico é suprimido, exceto nos casos em que a grafia moderna autoriza, também substitui o *i* no possessivo *mha* monossilábico, pois o dissilábico era grafado *mia*. Separa a preposição *de* com apóstrofo, quando essa vem unida a outra palavra, exceto nos casos em que coincidem com as formas modernas. Simplifica as vogais duplas quando estão na mesma sílaba; também foram simplificadas as consoantes duplas nos casos em que não se encontra paralelo na grafia moderna. Tais critérios privilegiam a legibilidade do texto, em detrimento da representação mais fidedigna das suas especificidades paleográficas.

Em 1962, Valeria Bertolucci Pizzorusso publica a edição das cantigas de Martin Soares. Sua edição toma, declaradamente, o texto do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* de Lisboa, antigo *Colocci-Brancuti*, por esse ser em geral o mais correto, exceto, obviamente, nos textos transmitidos apenas pelo *Cancioneiro da Ajuda*.

Os critérios de edição são os considerados "correnti", mas, ao contrário de Tavani e Nobiling, que se declaram modernizadores, Valeria Pizzorusso opta pela conservação da grafia do códice de base (PIZZORUSSO, 1962, p. 41). No detalhamento dos critérios, temos:

1. distinção entre *u* e *v* e *i* e *j*, quando o *i* representa a palatal sonora;
2. restabelece-se a nasalização quando esta é justificada pela etimologia;
3. eliminam-se as vogais duplas, quando possível;
4. desenvolvem-se as abreviaturas, representadas por letra cursiva;
5. as integrações textuais são destacadas por parênteses;

6. as sílabas faltantes são marcadas com asteriscos;
7. usam-se acentos com parcimônia;
8. a elisão necessária para a métrica é indicada por apóstrofo;
9. a separação das palavras respeita o uso normal;
10. emprega-se o apóstrofo e o traço de união, exceto nos caso de assimilações;
11. conservam-se assimilações do tipo *queno/quenno*, *nonas/nonnas*, como nas Cantigas de Santa Maria;
12. conserva-se a nasal diante da labial surda e sonora (*desenparar*, *anbus* etc.);
13. a conservação da rima vogal oral, vogal nasal (*min / vi / assi* etc.).

Carlos Alvar, em *Las poesias de Pero Garcia d'Ambroa* (1986), como os demais, diz haver seguido critérios geralmente aceitos, a saber:

1. indicação no texto do desenvolvimento das abreviaturas (*-9* = *os*, ~ = *n* ou *m*, antes de bilabial);
2. assinala-se entre [ ] tudo que foi introduzido no texto;
3. introduz maiúsculas, pontuação e alguns acentos para distinguir palavras homógrafas;
4. *j*, *y* e *v* com valor vocálico foram transcritos como *i* e *u*, mas com valor consonântico foram transcritas *j* e *v*;
5. geralmente mantêm-se as consoantes duplas (*rr*, *ss*, *ff*) do manuscrito, indicando-se no aparato crítico quando se faz o contrário;
6. no geral, segue-se o texto de B, registrando-se no aparato crítico as variantes significativas;
7. não se levam em conta as leituras divergentes dos autores anteriores, referentes às formas nasais, que dependem de critérios muito variados (*nõ*, bẽ, *ben*, *bem* etc).

Conclusão

Ora mais modernizadoras, ora mais conservadoras, as edições críticas mencionadas pretendem tornar mais acessíveis e mais legíveis as cantigas medievais, já que o padrão estético destes textos e a língua dos mesmos não são facilmente apreensíveis pelo leitor moderno. Estes textos são monumentos literários e linguísticos e, portanto, as edições devem exercer dupla função de atender às demandas de estudiosos da literatura e da linguística. Para um estudioso da literatura, o texto por demais conservador é um entrave, apesar da excessiva mediação do editor também representar certo perigo. As emendas dos editores podem falsear o sentido de um verso, de um texto ou de toda uma obra. Do ponto de vista do linguista, interessado em apreender as características da língua do período, a modernização é indesejável, pois trai a verdadeira essência da realidade linguística

medieval. A anarquia gráfica de que fala Nobiling pode ser reveladora de aspectos relevantes da história da língua.

O ideal é que tenhamos os vários tipos de edição, desde a fac-similar, que permite o acesso aos aspectos codicológicos e paleográficos do monumento textual, à diplomática, que facilita o acesso ao texto, sem ocultar suas características essenciais, e à crítica, uniformizadora, sem modernizações excessivas. De resto, é preciso considerar o fato de que qualquer leitura é, ao fim e ao cabo, uma intervenção no texto de outrem, portanto, não se trata de ser fidedigno, mas de minimizar o grau de interferência. O curioso é que em nossas ações presentes executamos gestos similares ao dos autores medievais, paralelamente à suposta anarquia de grafias, oferecemos uma gama de critérios de leitura não muito distantes da anarquia; questionamos os valores estéticos adotados pelos agentes culturais do medievo, mas praticamos reflexão crítica fundamentada na comparação com a lírica provençal. Um programa coordenado de edição da lírica galego-portuguesa, portanto, deverá ser antecedido de um exercício corajoso de autocrítica e contemplar as diferentes possibilidades de edições. Para os linguistas, uma edição diplomática, que dê conta de todas as especificidades da escrita medieval e, para o público interessado pelo texto em si, uma edição crítica uniformizadora, que permita o acesso ao texto de não especialistas da língua medieval, sem, contudo, trair os recursos estéticos formais característicos da poética das cantigas.

Referências

ALVAR, Carlos (1986). Las poesias de Pero d'Ambroa, *Studi Mediolatini e Volgari*, Pisa, v. 32. p. 5-112.

BLASCO, Pierre (1984). *Les chansons de Pero Garcia Burgalês: troubadour galicien-portugais du XIII[e] siècle*. Paris: Calouste Gulbenkian. Ed. Crítica.

BREA, Mercedes (Coord.) (1996). *Lírica profana galego-portuguesa: corpus completo das cantigas medievais, con estudio biográfico, análise retórica e bibliografia específica*. Santiago de Compostela: Ramón Piñeiro. 2 v.

CANCIONEIRO da Ajuda (1994). Edição fac-similada do códice existente na Biblioteca da Ajuda. Lisboa: Távola Redonda/Instituto Português do Patrimônio Arquitetónico e Arqueológico/Biblioteca da Ajuda.

CANCIONEIRO da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti) Cód. 10991 (1982). Reprodução fac-similada com apresentação de Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Biblioteca Nacional/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CANCIONEIRO Português da Biblioteca Vaticana (Cód. 4803) (1973). Rep. fac-similada com introdução de Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos/Instituto de Alta Cultura.

CARTER, Henry H. (Ed.) (1941). *Cancioneiro da Ajuda; a diplomatic edition*. New York: Modern Language Association of American.

FERRARI, Anna (1979). Formazione e struttura del Canzoniere Portoghese della Biblioteca Nazionale di Lisbona (Cod. 10991: Colocci Brancuti). Promesse codicologiche alla critica del

texto (materiali e note problematiche). In: *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, v. 15, p. 27-166.

LAPA, Manuel Rodrigues (1965). *Cantigas d'escarnho e mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Coimbra: Galaxia. Ed. crítica.

LOPES, Graça Videira (Ed.) (2002). *Cantigas de escárnio e maldizer dos trovadores e jograis galego-portugueses*. Lisboa: Estampa.

NOBILING, Oskar (2007). *As cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade e estudos dispersos*. Edição organizada por Yara Frateschi Vieira. Niterói: EdUFF.

NUNES, J. J. (Ed.) (1926-1928). *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 3 v.

NUNES, J. J. (Ed.) (1932). *Cantigas d'amor dos trovadores galego-portugueses*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

OLIVEIRA, António Resende de (1994). *Depois do espectáculo trovadoresco*; a estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV. Lisboa: Colibri.

PELLEGRINI, Silvio (1969). Il canzoniere di D. Lopo Liáns, *Annali: Sezione Romanza*, n. 11, v. 2, Roma. p. 154-192.

PIZZORUSSO, Valeria Bertolucci (1962). Le poesie di Martin Soares, *Studi Mediolatini e Volgari*, Bologna, v. 10. p. 7-160.

RAMOS, Maria Ana (1986). O retorno da Guarvaya ao Pay. In: *Cultura Neola*tina. Miscellanea di studi in onore di Aurelio Roncaglia. Modena, a. 46, f. 1-4. p. 161-175.

REALI, Enilde (1962). Il canzoniere di Pedro Eanes Solaz, *Annali: Sezione Romanza*, n. 4, v. 2, Roma. p. 166-195.

RODRIGUEZ, José Luis (1980). El cancionero de Joan Airas de Santiago: edicion y estudio. *Verba: Anuario Galego de Filoloxia*, Santiago de Compostela, anexo 12.

TAVANI, Giuseppe (1959). Il Canzonieri del giullare Lourenço. I. Cantigas de amor e cantigas de amigo. *Cultura Neolatina*, Modena, a. 19, f.1-2, p. 5-33.

TAVANI, Giuseppe (1962). Il Canzonieri del giullare Lourenço. II. Poesie polemice – satiriche, *Cultura Neolatina*, Modena, a. 22, f.1-2, p. 62-113.

TAVANI, Giuseppe (1988). *Ensaios portugueses*; filologia e lingüística. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Cancioneiro da Ajuda*. Reimpressão da ed. de Halle, 1904. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990. 2 v.

Tradição discursiva e gênero

Johannes KABATEK
Universidade de Tübingen

Introdução

É impressionante o eco tão positivo que encontrou o termo *Tradição Discursiva* na comunidade científica – especialmente na linguística histórica. Existe uma série de explicações para este fenômeno, que deveríamos discutir no contexto de umas reflexões sobre a história da linguística, e aqui só queremos fazer alusão a duas delas: em primeiro lugar, nas concepções linguísticas mais generalizadas do século XX, a questão da tradição ficou geralmente excluída e existe, por isso, uma necessidade de recuperar o excluído para o lugar onde tem relevância; e, em segundo lugar, as partes do termo composto, quer dizer, "discurso" e "tradição", convidam a uma série de interpretações que parecem permitir com facilidade a aproximação ao paradigma das tradições discursivas. Como terceira razão, devemos mencionar a procura, geral na história das ciências, de paradigmas novos e de inovação terminológica.[1] Mas, se é verdade que a primeira razão leva realmente à *necessidade* de inovação, as outras duas razões também encerram um certo perigo; em primeiro lugar, o da adoção de uma etiqueta aparentemente nova para a denominação de algo já conhecido e um uso não unitário do termo – coisa não só problemática, mas fatal no caso de um termo científico, já que o deixa inutilizável. Olhando mais de perto a história desse conceito, podemos observar que uma certa desintegração terminológica não é produto da recepção do termo fora da romanística alemã (onde esse termo nasceu), mas já encontramos também aqui algumas diferenças internas no uso desse conceito, diferenças que se acrescentam posteriormente na sua adoção em outros âmbitos.

Procuramos em uma série de trabalhos esclarecer o termo mediante uma definição que o situe adequadamente no contexto da sua criação inicial e de desenvolvê-lo partindo de lá.[2] Agora bem, sobretudo com respeito a um aspecto particular, existe um problema

1 Em alguns casos de sucesso do termo na Espanha, América Latina ou no Japão, outro fator é a procura de alternativas a paradigmas dominantes procedentes do âmbito anglo-americano.

2 Veja-se, entre outros, Kabatek (2005a-d).

de delimitação que repetidas vezes se tem apresentado, concretamente a questão da relação entre tradição discursiva (TD) e gênero. Em diferentes trabalhos, ambos os termos são equiparados a tal ponto, que, às vezes, parece que a tradição dos estudos de gênero é renovada com um termo novo em aparente inovação que, na realidade, não é mais do que vinho velho em odres novos. As seguintes reflexões pretendem discutir novamente a delimitação entre TD e gênero e argumentar por que haveria que evitar, na nossa opinião, a confusão entre os dois termos. Começaremos com algumas ideias sobre o conceito das TD, falaremos brevemente sobre a noção de gênero e ofereceremos no final um esboço de como os dois termos podem ser combinados de maneira produtiva.

1 As tradições discursivas

É um fato que a linguagem humana sempre aparece em forma de uma língua histórica particular, quer dizer, em forma de uma estrutura historicamente determinada. As línguas são transmitidas de geração em geração, e essa transmissão é um universal linguístico.

A linguística assinalou isto repetidas vezes, quando, por exemplo, Ch. F. Hockett acentua a tradição no sentido de algo que diferencia o falante humano de uma máquina que fala,[3] ou quando Eugenio Coseriu fala da historicidade da linguagem como uma das suas particularidades universais. Essas observações trazem consigo, porém, uma certa falta de clareza terminológica e conceitual, se pensamos que os termos historicidade e tradição se referem na realidade a fenômenos diferentes; por um lado, o fato de que falar se baseia sempre em uma técnica historicamente dada, e que, por outro lado, é caracterizado pelos textos já produzidos. No caso de Michel Foucault, essa diferença leva à afirmação de que a linguagem em realidade é a-histórica e que o que é histórico são unicamente os textos.[4] Tem havido, então, uma contradição quando a linguagem é descrita como profundamente histórica e ao mesmo tempo como a-histórica. A solução dessa confusão terminológica está na diferenciação, por um lado, entre língua e texto, como foi feita pelo mesmo Foucault, e, por outro lado, entre diferentes historicidades, tal como propomos, seguindo E. Coseriu:[5] podemos distinguir uma primeira historicidade, que na realidade é só geneticamente histórica e que consiste na adoção de uma técnica adotada pelo falante como técnica, permitindo-lhe depois a produção livre de enunciados. Essa técnica não é apreendida como algo dado, senão que é criada novamente dentro do falante sobre a base de enunciados ouvidos e assumidos. A partir do momento em que o falante adquiriu essa técnica, ele é capaz de falar de maneira autônoma e não precisa mais da relação com a

3 "The conventions of a language are passed down by teaching and learning, not through the germ plasm. Genes supply potentiality and a generalized drive since nonhuman animals cannot learn a (human) language and humans can hardly be prevented from acquiring one. Bee-dancing is probably genetic. [...] Every human language has tradition [...]. If we design and build a collection of machines that communicate among themselves with a language, this property will be lacking." (HOCKETT, 1966, p. 11-12)

4 Foucault (1969, p. 260).

5 Kabatek (2005a, p. 31-36).

história: assumiu essa história sob forma de uma gramática e de um léxico, assim como um pássaro que aprendeu a voar, com a diferença fundamental de que o pássaro aprende a voar por predisposição genética e o falante só dispõe da capacidade geneticamente dada de apreender uma língua qualquer, mas certamente não as estruturas de uma língua particular. A partir do momento em que o indivíduo domina uma língua particular, ele mesmo começa a ser colaborador dinâmico na criação da história dessa língua: é parte dessa história e, como tal, como indivíduo situado dentro dela, é liberado dela, já que a leva dentro de si mesmo. Esta historicidade, que é provavelmente a mais fundamental para a linguagem, produz a impressão de que a linguagem seja um ente sem história, já que a essência da linguagem não reside na historicidade de cada acontecimento (cada enunciado) concreto, mas na técnica abstrata para a produção dos acontecimentos.

No entanto, o fato de os enunciados não serem unicamente momentos históricos únicos, a possibilidade de eles repetirem outros enunciados anteriores leva à necessidade do conceito das TDs. Falar não é só gerar enunciados segundo as regras de uma gramática particular e segundo um léxico disposto por uma língua determinada, é também tradição, no sentido de repetição do já dito, e, ao lado da ciência dos sistemas linguísticos, a ciência geral da linguagem precisa dar conta do papel dessa tradição – também pelas relações mútuas entre ela e a ciência dos sistemas linguísticos. A este propósito, cabe dizer que precisamente essa relação mútua é fundamental para a mudança linguística, que pertence à essência da primeira historicidade (cf. KOCH, 2008): como é historicamente gerada, a estrutura linguística tem, pela sua parte, uma história.

Podemos, então, resumir até aqui os seguintes aspectos: os sistemas linguísticos são objetos históricos adquiridos pelos falantes como técnicas e mediante os quais os indivíduos produzem enunciados individuais. Os sistemas mesmos não são estáticos, eles são transformados continuamente pelos processos dinâmicos de transmissão e de diálogo: as línguas mudam. Os enunciados individuais são historicamente únicos e, na história da sua unicidade, estão situados no tempo e no espaço; mas eles podem referir-se a outros enunciados individuais, repetindo-os ou alternando-os.

Essa *segunda historicidade*, para a qual talvez o termo *tradição* seja mais adequado, é comparável com outras tradições culturais (como as tradições da arquitetura, da cozinha, dos gestos paralinguísticos); mas a particularidade, no caso das tradições linguísticas, é que a primeira e a segunda historicidade coincidam no mesmo objeto. Assim, uma expressão como "bom apetite" está construída segundo a gramática do português, mas, ao mesmo tempo, se refere a uma tradição do falar particular e repetível, com um "valor adicional", que é dado precisamente pelo caráter de signo próprio dessa expressão e pela sua repetitividade. Essa repetitividade pode afetar expressões breves e simples ou longas e complexas, e ela pode ser completa ou parcial e referir-se a elementos da forma ou do conteúdo. A *segunda historicidade* não se limita a uma forma particular dessa tradição ou a uma preferência cultural determinada; sua manifestação atesta apenas que existe uma relação temporal-espacial entre enunciados, podendo ser esta relação implícita ou explícita e dada

tanto pela intenção do falante, como aquela do ouvinte. Com toda a sua força semiótica, o termo TDs situa-se, pois, como termo fundamental da teoria da linguagem, *ante* todos os fenômenos concretos, como axioma teórico, com respeito ao qual são posteriores todas as tradições concretas como fenômenos empíricos, além das suas generalizações e tipificações. Isto significa que ele inclui por definição todas as formas concretas de tradição, seja a tradição de uma citação concreta, de uma saudação, a tradição de uma forma como o soneto ou a tradição do artigo científico, inclusive a tradição da introdução a um artigo, a tradição do citar ou do estruturar; finalmente, também tradições particulares de grupos ou de instituições, como a tradição dos parlamentares conservadores franceses frente a seus adversários progressistas. E, nessa amplitude, o termo também inclui fenômenos que se referem às formas além das formas tradicionais da gramática de uma língua identificadas como tais pela linguística repetidamente: formas textuais, tipos textuais, gêneros textuais.

2 TD e gênero

De todos esses termos, *gênero* é certamente o mais complexo, já que, por um lado, é o que dispõe da tradição mais longa e, por outro, foi terminologizado em grande número de teorias até a atualidade. Dada a sua origem na retórica da Antiguidade, esse termo é considerado propriedade comum. Já no seu emprego clássico, porém, não é usado como axioma teórico, mas para designar realizações culturais concretas; assim, o discurso em um pleito, o *génos dikanikón*, não é nem universal nem faz parte de uma classificação universalista; antes, ele corresponde a uma TD ocidental, primeiro grega e depois romana. Esse tipo de delimitação que parte da generalização dos produtos domina a classificação da tradição textual até o presente, e isso tanto em trabalhos dedicados explicitamente à classificação textual, como naqueles para os quais essas classificações são secundárias. Frequentemente, a base dessas classificações está nas delimitações e classes disponíveis na comunidade linguística e se identifica, por exemplo, como "ensaio" o que leva esse nome. Com certeza, não é um erro tomar como base de uma classificação científica a intuição que se encontra sob uma categorização dada na comunidade dos falantes, mas com isso ainda não se terá atingido a delimitação explícita, só se terá iniciado o caminho que leva a ela. Dependendo do interesse particular de pesquisa, se aceitarão objetos já agrupados como tais segundo uma classificação já encontrada, ou se juntarão diferentes objetos particulares em grupos maiores, quando, por exemplo, na linguística de *corpus* empírica, encontramos diferenciações como "textos literários", "textos jurídicos" ou "textos jornalísticos". Tais classificações não põem em dúvida a identificação dessas áreas e não chegam a ela segundo a tradicionalidade mesma ou segundo a constituição dessas áreas: elas são aceitas como já dadas. Isto não é criticável de maneira geral, mas segundo os produtos não se aclarará o princípio da historicidade, e, ao mesmo tempo, os produtos trazem o perigo de generalizações às vezes problemáticas. Como mostramos nos nossos trabalhos sobre a Idade Média românica, o que às vezes se chama de maneira muito geral

o "gênero jurídico" é, olhado desde perto, uma rede complexa de tradições de expressões e conteúdos que de nenhuma maneira estão isoladas, mas que estão em relação estreita com tradições de outras áreas (do cotidiano, da literatura, da ciência, entre outras).

Bem mais perto das ideias que queremos apresentar aqui se encontra o conceito dos *gêneros discursivos* de Mikhail Bakhtin.[6] Já há bastante tempo, Bakhtin reconheceu a limitação que compreendia o termo saussuriano *langue* com respeito à tradição. A finalidade do termo *gênero* em Bakhtin provavelmente foi a de levar em conta a complexidade das tradições literárias, mas, com o ponto inicial dos gêneros *primários*, também se trata da tradição em um sentido teórico amplo. Só que a recepção moderna de Bakhtin não procurou desenvolver toda a amplitude do termo gênero, senão a limitá-lo sobretudo aos aspectos literários e à noção fundamental da intertextualidade na literatura. Mesmo assim, no seu núcleo, a crítica feita por Bakhtin ao estruturalismo pode bem ser considerada precursora da ideia das TDs, mas sem ter desenvolvido uma aplicação ampla com todas as consequências implicadas.

3 Tentativas de classificação

A delimitação exata do termo de TD e a sua diferenciação com respeito ao termo *gênero* não parecem unânimes nos diferentes trabalhos teóricos, inclusive no âmbito dos trabalhos da romanística alemã. Geralmente, identifica-se que algum fenômeno concreto ou alguns fenômenos correspondem a uma TD e se sublinha a importância geral das TDs. Mas não se chega a delimitar com integridade o que é subentendido sob esse termo. Em alguns trabalhos, parece que TD é sinônimo de tipo de texto ou de gênero; em outros, estabelece-se uma relação taxonômica entre TD e gênero (cf. SCHROTT, 2007).

Uma tentativa relativamente ampla de uma visão de conjunto foi apresentada por Raymund Wilhelm em diferentes trabalhos.[7] Ele distingue três áreas de TD: fórmulas, formas textuais e universos de discurso. Essas três áreas representam diferentes graus de abstração de TD e elas podem estar combinadas uma dentro da outra: uma fórmula determinada pode ser parte de uma forma particular, que, por sua vez, será localizável dentro do âmbito de um universo de discurso (uma fórmula de saudação como *caro amigo* pode ser parte da forma *carta*, que pode ser parte do universo do cotidiano). Parecem convencer de imediato os primeiros dois graus de abstração; menos clara é a questão do terceiro, e podemos perguntar-nos se aqui realmente se trata de áreas de tradição ou se deveríamos preferir a consideração dos "universos" como verdadeiros "universais", além da tradição. O termo universo de discurso foi utilizado por diferentes autores e foi delimitado de maneiras diferentes; Wilhelm adota a concepção de Eugenio Coseriu, que distingue quatro universos de discurso:[8]

6 Bakhtin (1989); cf. também Todorov (1982).

7 Cf. u.a. Wilhelm (2001, 2003).

8 Cf. Coseriu (2006).

- o universo do cotidiano
- o universo da ficção
- o universo de religião
- o universo da ciência

Ao contrário de outras classificações mais detalhadas que consideram, por exemplo, o mundo jurídico, o mundo das matemáticas ou o mundo da filosofia como universos de discurso próprios, esta classificação se refere às relações semióticas fundamentais que caracterizam todo falar, baseando-se no critério da relação entre sujeito e objeto: no universo do cotidiano, o sujeito fala desde a sua perspectiva subjetiva sobre os objetos; no universo da ficção, o sujeito fala de objetos sem existência real, objetos de um mundo criado pela fantasia (o qual não exclui que esses objetos tenham semelhança e até identidade com objetos reais); no universo da religião (ou da fé), se fala de "outro mundo", não comprovável, mas suposto como existente, e, por último, no universo da ciência, os objetos se descrevem como objetos desde uma perspectiva "objetiva".[9]

Na história cultural, a ordem segundo a qual apresentamos os universos de discurso corresponde a etapas de evolução, ficando as três primeiras fora do nosso horizonte histórico e unicamente a quarta dentro dele. Supomos que o mundo do cotidiano tenha sido o primeiro, já que o mundo da ficção é derivado dele. Quanto ao mundo da religião, ele parece logicamente posterior ao mundo da ficção, sendo também um mundo de ficção com um elemento adicional, que é a fé. Se na realidade essa ordem é correta, não o sabemos. Pode até ser que a religião seja anterior à ficção ou, o que é mais provável, que os dois mundos se criaram de maneira simultânea e que só posteriormente houve separação, ou que houve diferentes ordens em diferentes sociedades.[10] A única certeza que temos é que a ciência é a invenção mais nova, tendo ela as suas raízes na percepção clássica da objetividade, a qual, com precursores na Antiguidade, só se faz real na Idade Média com a criação da universidade e uma *scientia* autônoma.

Os universos de discurso são, pois, "mundos" culturalmente adquiridos e construídos um sobre o outro, que se podem definir segundo a relação entre falante, signo e mundo. Manifestam-se em *discursos*; discursos cotidianos, ficcionais, religiosos ou científicos; e estes discursos correspondem, respectivamente, a tradições.

Os universos de discurso são os contornos mais gerais nos quais se situam os discursos ou textos, são como uma moldura na qual as outras tradições estão localizadas,

---

9 O deconstrutivismo tentou mostrar a impossibilidade dessa diferenciação e assinalar que todos os mundos – inclusive a religião, a ciência e o mundo cotidiano – se baseiam em construções, posto que o acesso direto aos objetos é impossível. Pode ser que essa crítica seja justificada, porém ela não é capaz de destruir a grande obra cultural da humanidade que consiste na diferenciação dos universos, esse fundamento da nossa organização social – quando muito, isto é possível em uma espécie de jogo intelectual, mas não com todas as consequências reais (com perdão dessa palavra).

10 Precisamente nos últimos anos, a questão da universalidade da religião foi novamente formulada no contexto das – em parte polêmicas – discussões sobre os trabalhos de Daniel Everett, que descrevem o povo amazônico dos Pirahã, o qual, segundo a discutida descrição de Everett, parece não conhecer nem mundos ficcionais nem mundos além do mundo cotidiano.

sem que os universos de discurso mesmos manifestem a sua tradicionalidade além desse sentido geral-cultural-histórico praticamente encoberto pelas tradições concretas.[11] As outras tradições, por sua vez, parecem tão complexas e tão múltiplas, que não se deixam classificar segundo um único critério, precisam de várias dimensões de categorização.

4 A repetitividade dos textos

Deixemos de lado por um momento duas questões que, mesmo não sendo pouco problemáticas, precisaremos esclarecer em outro lugar: de um lado, a delimitação da segunda historicidade com respeito à primeira (da gramática particular, do sistema linguístico) e, do outro lado, a questão da diferença entre a segunda historicidade e os princípios universais da atuação linguística, quer dizer os princípios da pragmática. Diga-se tão somente: entre as TDs e a gramática, parece haver uma relação de influência mútua, manifestada sobretudo nas áreas "periféricas" da gramática; e entre TD e pragmática, a relação é genética: as TDs são criadas em determinadas constelações discursivas e podem adquirir um valor autônomo pela sua repetição.

Mas aqui simplesmente vamos aceitar como axioma que os produtos linguísticos – os *textos* ou *discursos* – não são criados em cada ato de enunciação só em função de uma gramática e um léxico particulares, mas, ao mesmo tempo, com relação a textos já ditos ou escritos (repetindo ou variando ou evitando repetição). Poderemos, a partir daqui, perguntar-nos pelos fatores que entram em jogo na classificação desses produtos – fatores relevantes na comunicação verbal, fatores que guiam a relação entre o texto atual.

Sendo os elementos "tradicionáveis", repetíveis, sem limite, parece adequado partir de uma série de fenômenos particulares, tipificá-los e estabelecer ordem entre eles. Como princípio de classificação, vamos supor a existência de vários *continua* ao longo dos quais os diferentes fenômenos particulares se situam. Comecemos com a forma de TD mais simples, a imediata repetição de um enunciado, por exemplo, de uma saudação como "oi". É um enunciado que pertence à comunicação cotidiana, normalmente oral; é geralmente inserido em uma situação muito concreta, a sua repetição é repetição da forma e do conteúdo e o enunciado é relativamente breve; neste caso, uma só palavra. No outro lado do *continuum*, poderia situar-se, por exemplo, a tradição do romance, não cotidiana, escrita, sem correspondência à situação concreta e longa; ao mesmo tempo, nesta tradição, não se repete a expressão nem o conteúdo, não há repetição de fórmulas e só há unicamente coincidência formal, sem necessidade de que seja repetido nenhum elemento concreto. Alguns fatores estão em correlação com esses *continua*: quanto mais cotidiana a tradição, menos evidente será a sua autoria, desaparecida na névoa do coletivo. Quanto mais distante do cotidiano, mais variará a tradição e mais terá caráter de artefato. Mesmo

11 Sobre o conceito de *universo de discurso,* ainda queremos precisar que sobre a base dos quatro universos também se podem estabelecer diferentes possibilidades de combinação, quando distinguimos entre uma finalidade imediata e outra, indireta dos textos. Assim, algumas das *Ficciones* de Borges são aparentemente textos científicos, sendo em realidade textos ficcionais; o argumento principal do Pentateuco é cotidiano e, em outro plano, religioso. As correntes literárias como o realismo ou o realismo mágico jogam precisamente com esta combinatória.

se, em princípio, a liberdade de modificação caracteriza – como caracteriza em geral todo falar – todas as TDs, ela é mais limitada nos signos cotidianos, já que o signo cotidiano também recebe o seu valor adicional como TD da sua contínua repetição (que também possibilita a abreviação): "tudo bem" substitui um texto mais extenso (algo como "você se encontra bem de saúde, de ânimo") e funciona assim como índice de um signo mais complexo de cortesia. Mesmo assim, seria precipitado pensar que a repetição imediata seria unicamente característica do cotidiano. As TDs que se caracterizam fundamentalmente pela repetição também são encontradas no mundo jurídico ou religioso: as fórmulas de juramento, de casamento, de batismo são exemplos claros. E também encontramos fórmulas de repetição concreta precisamente sem inserção situacional mecânica, como no caso dos fraseologismos e das citações. Aqui também se vê a coexistência de diferentes níveis de tradicionalidade: num texto no qual aparece uma citação literária, a citação mesma já é uma tradição, assim como o é a tradição da ação de citar.[12]

No caso de formas mais complexas de TD, a identificação dos elementos tradicionais pode resultar mais difícil e às vezes não é unívoca. Um editorial de um jornal continua a tradição jornalística do editorial, mas, ao mesmo tempo, pode evocar outras diferentes tradições situáveis ao longo de dois eixos que chamamos "sintagmático" e "paradigmático". No eixo sintagmático, um editorial pode-se diferenciar segundo vários segmentos textuais; a tradição do título é uma TD própria, assim como o são as diferentes partes do texto. No eixo paradigmático, o editorial reflete uma determinada tradição de tratar um tema usual em editoriais, mas o tema mesmo em questão pode evocar outras tradições de tratá-lo. Além disso, o conteúdo pode variar em diferentes tradições de descrição e de opinião, e finalmente pode haver tradições diferentes de diversas orientações ideológicas. A lista dos elementos que fazem parte desta rede de tradições é ampliável e teoricamente interminável. O que é fundamental para a teoria das TDs é o que chamamos o "princípio da composicionalidade tradicional": um texto pode corresponder a toda uma série de tradições co-presentes ao mesmo tempo; e a investigação empírica das TDs tem a tarefa da identificação dessa rede de tradições. Qualquer ponto de partida é justificável nesta tarefa, mas será metodologicamente recomendável partir de localizações objetivamente comprovadas e de buscar a partir daí novos nexos de tradição. As localizações "objetivas" são aquelas contextualmente evidentes, assim como as que vêm dadas pela denominação explícita dos textos, como no caso do editorial, localizado em um lugar concreto do jornal e denominado explicitamente assim.[13]

O potencial enorme do termo TD vai assim muito mais longe do que a descrição concreta de uma forma determinada de tradição textual. Trata-se de descobrir toda a amplitude dos elementos tradicionais nos textos e de ter em conta essa tradicionalidade em todas as questões de descrição linguística, também em questões de gramática e de

12 No caso dos fraseologismos, também se vê que existem "técnicas" de tradições: um fraseologismo inexistente como "peixe que voa não tem pluma" se pensará, mesmo sem tradição, que se trata de uma expressão tradicional.

13 Precisamente a denominação explícita de um texto também contém um grande potencial de desvios da tradição: um romance que se chama romance pode, sem problema, conter receitas de cozinha ou até ensaios científicos.

pragmática. Por isso, as consequências são muito mais amplas do que as consequências da questão do gênero, salvo se o termo gênero é usado de maneira tão ampla como o proposto aqui para as TDs, o que estaria em contradição com a tradição desse termo. Para todas as concepções mais limitadas de gênero, podemos afirmar: todos os gêneros são tradições discursivas, mas nem todas as tradições discursivas são gêneros.

Referências

ASCHENBERG, H.; WILHELM, R. (Ed.) (2003). *Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen*. Tübingen: Narr.

BAKHTIN, M. M. (1989). *El problema de los géneros discursivos*. México: Siglo XXI.

COSERIU, E. (2006). *Textlinguistik. Eine Einführung*. 4 ed. Tübingen: Narr.

FOUCAULT, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.

KABATEK, J. (2005a). *Die Bolognesische Renaissance und der Ausbau romanischer Sprachen. Juristische Diskurstraditionen und Sprachentwicklung in Südfrankreich und Spanien im 12. und 13. Jahrhundert*, Tübingen, Niemeyer.

KABATEK, J. (2005b). Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis* 29/2, p. 151-177; versão portuguesa: Tradições discursivas e mudança lingüística. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Org.) (2006). *Para a história do português brasileiro. VI: novos dados, novas análises*. Tomo II. Salvador: EDUFBA. p. 505-527.

KABATEK, J. (2005c). Las tradiciones discursivas del español medieval: historia de textos e historia de la lengua. *Iberoromania*, n. 62, p. 28-43.

KABATEK, J. (2005d). Sobre a historicidade de textos, trad. de José da Silva Simões. *Linha d'água*, n. 17, p. 159-170.

KABATEK, J. (Ed.) (2008). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas.* Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana.

KOCH, P. (1987). *Distanz im Dictamen. Zur Schriftlichkeit und Pragmatik mittelalterlicher Brief- und Redemodelle in Italien*, Freiburg im Breisgau, ms. não publicado.

KOCH, P. (1988). Norm und Sprache. In: ALBRECHT, J.; LÜDTKE, J.; THUN, H. (Ed.). *Energeia und Ergon. Studia in Honorem Eugenio Coseriu*, Vol. II. Tübingen: Narr. p. 327-354.

KOCH, P. (1997). Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (Ed.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr. p. 43–79.

KOCH, P. (2008). Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento *vuestra merced* en español. KABATEK, J. (Ed.) (2008). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas.* Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana. p. 53-88.

OESTERREICHER, W. (1997). Zur Fundierung von Diskurstraditionen. In: HAYE, T.; TOPHINKE, D. (Ed.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr. p. 19–41.

SCHROTT, A. (2007). *Fragen und Antworten in historischen Kontexten. Ein Beitrag zur historischen Dialoganalyse und zur historischen Pragmatik am Beispiel altspanischer literarischer Texte*. Tese de habilitação, Bochum.

TODOROV, Tzvetan (1981). *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique suivi de écrits du cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil.

WILHELM, R. (2001). Diskurstraditionen. In: HASPELMATH, Martin; KÖNIG, Ekkehard; OESTERREICHER, Wulf; RAIBLE, Wolfgang (Ed.). *Language typology and language universals: an international handbook*, I. Berlin/New York: de Gruyter. p. 467–477.

WILHELM, R. (2003). Von der Geschichte der Sprachen zur Geschichte der Diskurstraditionen. Für eine linguistisch fundierte Kommunikationsgeschichte. In: ASCHENBERG, H.; WILHELM, R. (Ed.). *Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen*. Tübingen: Narr. p. 221-236.

Tradições discursivas e tratamento de *corpora* históricos: desafios metodológicos para o estudo da formação do português brasileiro

Afranio BARBOSA
Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq/FAPERJ

"Eu vim para confundir, e não para explicar"
Abelardo Barbosa – Chacrinha[1]

Palavras iniciais

Quero aproveitar este antigo bordão do apresentador de televisão mais conhecido por seu personagem de palco chamado *Chacrinha* para dizer que a motivação deste texto foi a certa confusão que tenho verificado na aplicação do conceito de Tradições Discursivas (doravante, TDs) em algumas aulas e trabalhos que temos visto aqui e ali. Na verdade, não tenho a pretensão de resolver confusões e explicar o que é e o que não é TD. Minha posição aqui é a de quem tenta operacionalizar o conceito de TD no trabalho de tratamento das propriedades dos *corpora* para o estudo do português brasileiro. Nesse sentido, sem querer ferir o que singulariza parcialmente as TDs em relação às teorias dos gêneros, a forma como compreendemos o conceito e como o operacionalizamos aqui são, na verdade, muito mais as explicações que gostaria de ver como verdadeiras e pertinentes. Minhas considerações são, portanto, expressões de um desejo de tornar operacional o conceito de TD para aquele momento de solidão com nossos textos e dados a serem categorizados. Comecemos nossas considerações a partir de exemplos, de casos quase reais.

1 Apresentador de programa televisivo de entretenimento, de grande audiência no Brasil na década de oitenta do século XX. Esse bordão por ele difundido é, muito provavelmente, uma citação de frase do pintor catalão Salvador Dalí.

1 Tradições discursivas: definições e aplicações em *corpora* históricos

O Sr. Antônio Carlos Ladeira é advogado com larga experiência em tribunais e leitor assíduo do *Jornal do Brasil* e do *Jornal do Commercio*, jornal secular carioca. O Sr. João Vicente de Moraes é pedreiro e pregador em sua comunidade cristã pentecostal de Realengo, onde participa de grupos de estudos da Bíblia apenas escutando as discussões de seus irmãos de fé, pois o Sr. João Vicente é analfabeto. Apesar de não saber ler, João Vicente sabe o que se passa no Brasil e no mundo pelas notícias e programas de rádio e TV. Eles não se conhecem nem conhecem o Sargento Gonzaga, policial em Belo Horizonte, responsável pela redação de processos internos no 5º Batalhão. Gonzaga gosta de ler, aos domingos, as seções esportiva e policial do *Estado de Minas*. São três homens do século XX partilhando tradições discursivas jornalísticas, mas vivenciando uma em específico cada um deles: a tradição jurídica, a tradição bíblica e a tradição discursiva da burocracia militar.

O que torna certos domínios discursivos[2] (como o *jornalístico*, o *jurídico-legal*, o *bíblico* e o *processual executivo*), ou gêneros textuais (práticas sociocomunicativas relativamente estáveis) neles circulando, ou ainda, pensando em marcas linguísticas, o que torna certos usos recorrentes em dados textos TDs? A definição de TD é clara:

> Entendemos por tradição discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto, significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos lingüísticos empregados. (KABATEK, 2006, p. 512)

A própria estratégia de sequenciar três vezes o conectivo *ou* expressa o caráter de *reunião* do conceito de TD: dentro do conjunto de *elementos* desse *conjunto-união*, está (estão) o(s) conceito(s) de gênero textual. Exatamente por isso é que a noção de gênero não equivale à de TD, ou seja, é uma das possibilidades de um conceito mais amplo, que lhe inclui e inclui regularidades de vários níveis para além das regularidades que configuram os gêneros.[3]

Essa relação de inclusão, contudo, se estabelece no plano conceptual, não impedindo o natural dinamismo de criação histórica que reconheça várias TDs a partir de um gênero textual. Seriam TDs reconhecidas, vinculadas a um gênero-fonte ao mesmo tempo em que este gênero-fonte, por definição, uma tradição de falar, seja um elemento dentro do conjunto conceptual das TDs. O mesmo dinamismo que, no sentido contrário, a partir

2 "Usamos a expressão *domínio discursivo* para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana" (MARCUSCHI, 2002, p. 23).

3 Por exemplo, Barbosa (2006) e Barbosa (2009) operam em nível epilinguístico, avaliando pontuação e padrões grafológicos.

de situações históricas novas, pode modificar gêneros textuais em função de adaptações de modelos fixados em TDs estáveis.[4]

Em termos práticos, tratando dos estudos histórico-linguísticos com textos escritos pretéritos, a distinção entre TDs e gêneros é clara, quando analisamos o dinamismo entre a história social e as práticas sociais de escritais. Mas devemos dizer que, no referido âmbito de tratamento de fontes em *corpora* históricos, quando analisamos fenômenos linguísticos em TDs materializadas em gêneros textuais escritos, é inevitável que usemos uma coisa pela outra, pois estamos operando com a materialização de um dos elementos do conjunto de TDs e obedecendo à máxima: se nem toda TD é gênero textual, todo gênero textual, pelas regularidades que se transformam em habitualizações, é TD.

Nesse sentido, quando queremos investigar determinados fenômenos linguísticos extraindo dados de *corpora* já disponibilizados, qual a diferença de chamarmos *Editoriais* e *Cartas de Leitores* de *TDs* ou de *Gêneros Textuais* em nossos grupos de controle quantitativos? Quando haveria a *vantagem*, ou diferença epistemológica, em lançarmos mão daquele conceito de TD, e quando se nos bastaria o embasamento numa boa teoria de Gênero? Quando observamos alguns exemplos da leva mais recente de excelentes trabalhos de Mestrado, percebemos que as distribuições quantitativas/qualitativas de seus objetos de estudo por categorias textuais de controle não apresentam uma diferença epistemológica, ao optarem por atribuir a seus documentos os rótulos de *gêneros* ou *tradições discursivas.*[5] Ou seja, as diferenças conceptuais não implicam diferentes leituras dos resultados, porque suas diferenças se anulem na inclusão dos gêneros dentro das TDs.

Essa é uma questão central do ponto de vista de quem tenta operacionalizar categorias de controle textual sob forma de *células contrastivas* em *corpora* históricos. Se os usuários dos *corpora* buscam neles dados morfológicos, sintáticos, discursivos, enfim, toda sorte de ocorrências linguísticas e epilinguísticas para seus diversos estudos, poderão distribuir seus dados por *células contrastivas*, ou seja, fatores externos, como espaço (região, cidade, nação/reino, etc.) e tempo (século, década, faixa etária, etc.), poderão distribuí-los, também, por categorias de textos que os organizadores desses *corpora* suponham definir potencial influência na distribuição, variação ou mesmo maior chance de aparecerem certos tipos de dados.[6] É nesse sentido que seja para categorias gerais do tipo *Textos Notariais*, *Textos Oficiais*, *Textos Literários*, *Textos Particulares* etc., seja para categorias mais específicas como *Anúncios*, *Editoriais*, *Cartas de Leitores*, há de haver por detrás de cada uma delas algum critério de base para sua configuração. Se a opção para estabelecer esses critérios

---

4 Nesse sentido, conforme conclui Stoll (1998), é o que ocorre com modelos de tratados humanistas adaptados por cronistas das Américas coloniais para situações *inesperadas*, distinguindo os gêneros *relação* e *crônica*.

5 Ver Lobato (2009), por um lado, avaliando metodologicamente a interferência de *gêneros* em estudos de gramaticalização e, por outro, ver Gandra (2010), aplicando a noção de TDs no estudo de cartas pessoais da primeira metade do século XX.

6 Nesse sentido, mesmo em *corpora* orais, sabemos que a forma de configurar a categoria textual pode, ou não, favorecer o transparecer no *corpus* de certos usos cotidianos. Assim, por exemplo, no imenso material do Nurc, a modalidade Diálogo entre Informante e Documentador (DID) não permite, por sua forma de conduzir a interação, encontrarmos dados dos usos de pronomes de tratamento tal como verificamos nas ruas.

toma como referência o conceito de TDs e não o de alguma teoria de gênero, já há muito *na praça*, é preciso refletir um pouco mais num sentido mais amplo sobre TD.

Sabemos que as TDs vêm referidas como *modos de dizer* recorrentes, *habitualizações* praticadas no plano do discurso, que seriam muito mais do que unicamente *estáveis* historicamente: seriam abstrações, no plano histórico, que identificam modelos culturais motivados na experiência social com determinados discursos, **orais** ou **escritos**, que permanecem claros na consciência dos membros de uma comunidade e que lhes podem moldar certas atitudes discursivas.

Mas, se um domínio discursivo, um gênero ou um tipo textual podem ser, ou não, uma TD, como discernir, na prática, durante a etapa propedêutica de construção de *corpora* de sincronias passadas, se uma dada constância aponta numa direção ou noutra? Para chegarmos a TDs, bastaria a identificação de *recorrências* discursivas materializadas em fórmulas frasais, em vocabulário, em expressões cristalizadas, em usos de certos tempos e modos verbais. Bastaria percebermos recorrências em inflexões na fala, em geografias de disposição da mancha impressa (*lay-outs*), em certo modo de organização do discurso, como a narração, por exemplo. Bastaria verificarmos uma constante matemática ou percebermos um estilo. Mas, em última instância, a questão que nos interessa problematizar é quando uma recorrência seria, de pronto, a *habitualização* dentro do conceito de TD que implicasse diferença epistemológica em usá-la como categoria de controle em *corpora* históricos no lugar de categorias de gêneros textuais tradicionalmente usadas.

Se escolhemos operar com a definição de TD já referida, igualamos TD a qualquer tradição textual que disponibilize formas linguísticas como marcas recorrentes identitárias de um modelo textual *com história própria em relação aos outros textos escritos na sociedade*, quer dizer, com variações e mudanças dissociadas das variações e mudanças da língua em uso oral/escrito mais cotidianos. Nesse caminho, realmente, as TDs se igualam a tipos textuais, gêneros discursivos, estilos, e assim por diante. Mas, seguindo essa via, sem olhar para o lado, deixaremos de fora outros casos de TDs. Para além desses, existem TDs quando a modelagem textual se opera numa relação de materialização de abstrações textuais mais amplas, que vão desde valores da cultura escrita em articulação com modalidades culturais diversas (a ideia de língua culta e cinema, por exemplo), até o caso de materializarem nos textos opções gráficas mais ou menos próximas da abstração *escrita erudita/correta*, um dos legados clássicos latinos no Ocidente.

Em busca de um desdobramento de sentido das TDs, na verdade, seguindo um dos aspectos dentro da amplitude do conceito para sua aplicação ao tratamento de categorias externas de controle em *corpora* históricos, falamos em TDs **se as recorrências textuais estiverem aliadas a uma tradição cultural para além do dado em si, em um segundo movimento de afastamento, um segundo movimento de abstração dos dados que a materializam**. Em outras palavras, uma TD implica ter sido estabelecida de forma prolongada na linha do tempo, uma continuidade de modelos textuais originados no âmbito da cultura escrita que vão criando a consciência social de haver *uma dada instância abstrata*

mais ampla que as instâncias abstratas das normas textuais que formam a consciência de haver o estilo tal ou qual, o gênero tal ou qual, o domínio discursivo tal ou qual. Se voltamos para o modelo coseriano que separa em dois movimentos de abstração, Norma Linguística e Língua Histórica, encontramos neste nível histórico do falar humano a contraparte chamada *Tradição Discursiva*, desmembrada em Koch (1997). Nesse sentido, TDs fazem paralelo à Língua Histórica, e as normas textuais, paralelo às Normas Linguísticas.

Cabe lembrar que *linguístico* oposto a *textual* aqui diz respeito ao âmbito *fonte de uso* da língua. É a Norma Linguística que advém da linguagem em uso real na sociedade, focada na modalidade natural da fala, que passa, ou não, ao registro escrito. O foco de partida é o universo *linguístico* da língua em uso representativo dos estratos sociais e das construções sociocomunicativas faladas e escritas. Por outro lado, é a Língua Histórica que, em um segundo movimento de abstração, faz com que um indivíduo da sociedade brasileira forme uma consciência histórica de haver uma Língua Portuguesa diferente da Castelhana. Isso de tal forma, que, ao ler Camões ou Gil Vicente, diga: *apesar das diferenças, esses dois escrevem em português, mas não acho que este outro escreva*. *Parece espanhol*. É a Língua Histórica *Português* em oposição à Língua Histórica *Espanhol* que o tal indivíduo tem em mente quando compara Camões a Cervantes, por exemplo.

Nesse paralelo às línguas históricas, TD é a norma abstrata textual que advém da linguagem escrita em uso real, mas encerrada em determinados lugares da cultura escrita de cada sociedade,[7] focada inicialmente na modalidade secundária da escrita, que passa, ou não, ao registro falado e que, em um segundo movimento de abstração, faz com que um indivíduo da sociedade brasileira forme uma consciência histórica de haver um ente discursivo nomeado desta ou daquela forma e com o qual, como elemento de sua cultura, ele operacionaliza suas articulações criativas, avaliações ou indiferença. Exatamente por haver, no paralelo com a Língua Histórica coseriana, esse segundo movimento de abstração, uma consciência social formada a partir, sim, do contato com formas escritas ou oralizadas de um ou mais de um gênero textual escrito, exatamente por isso é que, **do nosso ponto de vista**, alguns gêneros textuais são e outros não são Tradições Discursivas. Assim, por exemplo, uma *écogla* é uma produção escrita presente em nossa história e que, em um primeiro movimento de abstração a partir de certas recorrências, se torna um gênero textual. Mas uma *écogla* não formou uma consciência histórica na cabeça de nenhum grupo na sociedade brasileira como o fez a composição poética *soneto*. Mesmo sem serem leitores assíduos de sonetos, mesmo que não saibam quais são as características estruturais de um soneto, muitos grupos de nossa sociedade têm em mente que *soneto* é algo da cultura escrita com o que se operacionaliza, se articula criativamente a mistura com um *funk*, que se enxerta inteiro em uma canção do grupo Legião Urbana; algo da cultura escrita que se avalia como algo chato ou, simplesmente, algo a que se lhe é indiferente.

7 Vale ressaltar que o tratamento dado aqui às TDs vincula sobremaneira a transmissão de uma a outra no plano da escrita em razão de sua abordagem em *corpora* histórico-diacrônicos, e não por questões de conceituação de TDs. Sabemos que diversas TDs nascem na oralidade, podendo, ou não, passar a TDs escritas.

Por ambientarem-se nesse paralelo com as Línguas Históricas, as TDs são instâncias com autonomia em relação às normas objetivas dos usos na sociedade – a famosa história dos textos separada da história das línguas – e com autonomia, também, em relação às marcas dos tipos, às práticas sociocomunicativas dos gêneros e à própria abstração histórica que circunda as entidades chamadas de domínios discursivos. O foco das TDs é relativo ao foco do grupo que as reconhece. Os tipos, gêneros e domínios discursivos podem existir sob o olhar dos observadores que com eles lidam e são em si dados culturais, mas só serão TDs se existirem para grupos, que lidem ou não com eles, que os compreendam como realização de uma abstração cultural para além de si: a abstração de uma valoração cultural, ou seja, para efeito de categoria de controle em *corpora* históricos:

Uma **Tradição Discursiva** é uma **abstração da cultura escrita** em uma dada sociedade **que identifica uma projeção histórico-discursiva** instituída a partir de normas textuais materializadas em um modo recorrente e continuado de uso de elementos linguísticos ou epilinguísticos.

Observemos que alocar as TDs no âmbito da escrita, ainda que se ressalte o tempo todo que elas podem ser também da oralidade, não é contraditório. Se pensarmos em continuidades históricas que se transformaram em textos fixados na tradição oral de sociedades ágrafas, ou em parcelas historicamente ágrafas dentro de sociedades com escrita, podemos ver na relação destes textos orais fixados na história com os gêneros textuais orais dos estratos sociais e funções sociocomunicativas do dia a dia nessa sociedade ágrafa **a mesma relação discreta** estabelecida entre norma linguística e tradição discursiva.

Se sairmos do exemplo extremo de sociedades ágrafas e pensarmos em sociedades com tradição em cultura escrita, podemos também compreender as TDs orais. Podemos, por exemplo, encontrar TDs que se mantenham historicamente desde fases ágrafas em língua vernácula dessa sociedade, como por longa fase medieval na Europa. Podemos, também, pensar em TDs orais vivas há muito em sociedades com tradição escrita. Mas, mesmo nessas, quando se investigam as origens, medievais, se europeias, coloniais, se americanas, quase sempre terá havido um texto escrito de base. Quase sempre, para não dizer sempre, terá havido o contato com o texto escrito em algum espaço de oralização de textos escritos. Eram os espaços para leituras em alta voz de sermões, novelas de cavalaria, leis e testemunhos de compra e venda na Idade Média; eram os espaços familiares ou públicos para leituras em voz alta dos folhetins publicados em jornais do século XIX, prática geral no Brasil; é o espaço televisivo como o espaço contemporâneo de oralização da escrita, onde praticamente todos os brasileiros, alfabetizados ou não, podem, com volume alto, médio ou baixo, ouvir textos calcados na escrita ou ouvir, tal qual na Idade Média, textos escritos oralizados. Todos os dias, milhões de pessoas ouvem o que está escrito no *teleprompt* dos jornalistas nos jornais televisivos nacionais. Em seu vernáculo, um certo ouvinte produz *tauba*, *meus óclos* e *nóis é dez*, mas, no contato com a TV, ele ouve, compreende e deixa disponível em seu repertório a *tábua*, os *óculos* e *somos*. E deixa disponível sem preconceito linguístico, sem traumas. Vai formando TDs no âmbito oral desde

sua partida, mas de uma partida com o texto escrito e suas formas por detrás das palavras faladas.

Pensemos em nosso personagem evangélico de nossa introdução. Lembremos do Sr. João Vicente de Moraes. Ele é pedreiro e pregador em sua comunidade cristã pentecostal. É visto pela sociedade como membro do segmento religioso chamado de *evangélico*. Se, na década de sessenta, no Brasil, os evangélicos eram minoria cristã quando confrontados com a maioria cristã católica, apostólica, romana, a partir da década de setenta, iniciou-se um tamanho processo de crescimento avassalador no número de pessoas convertidas a alguma denominação evangélica, que hoje, em alguns estados, como o do Rio de Janeiro, constata-se haver locais onde são maioria absoluta. Os evangélicos impõem-se como grupo na vida político-social: formam bancadas nas câmaras de vereadores e deputados; têm sua própria indústria e mercado fonográfico, livresco, valendo-se, inclusive, de redes de televisão evangélicas, com parte da programação voltada para evangélicos ou potenciais convertidos. Estamos aqui falando de um dado religioso como evento social no Brasil das últimas décadas. Assim sendo, o Sr. João, quando trabalha como pedreiro, é visto como um evangélico para as avaliações positivas ou negativas dos segmentos sociais, religiosos ou não, com que trava contato. Seus colegas de obra, seu capataz, os engenheiros responsáveis, e assim por diante. Nesse contato, ele pode falar de religião, de sua crença em Jesus, em sua aversão à adoração de imagens de santos e todos e quaisquer aspectos de sua forma de ver a relação metafísica entre vida e morte.

No entanto, quando o Sr. João se vê imbuído da tarefa de pregar a fé em seu trabalho, no almoço com colegas, numa conversa descontraída com os engenheiros ou, principalmente, de terno na praça pública, nos trens da Central do Brasil ou no púlpito de sua igreja aos domingos, *ele assume em seu texto falado uma série de modos de dizer que não fazem parte de seu vernáculo nem da abstração que ele detenha do que seria uma norma culta*. São itens vocabulares, expressões fixas, formas conjugadas de verbos às vezes apontadas como o padrão culto escolar nas escolas que ele nunca frequentou, às vezes inventadas de sua própria cabeça, mas que têm um papel claro: falar de sua fé dentro da função mais nobre que é levar pessoas para o caminho para ele verdadeiro de salvação. Ele usa a segunda pessoa do plural em verbo no imperativo e diz *cantai*; ele diz *eles estão à sinistra de Deus*, sem confundir o sentido de *sinistra* com o sentido livresco de *macabra* ou com a gíria juvenil que usa *sinistro* como expressão de algo positivo, incrível, algo *demais*.

O Sr. João, portanto, para falar de Jesus, ativa a abstração histórica que ele detém da tradição discursiva bíblica dentro de uma ambientação social *evangélica* em processo há décadas, que o pôs em contato, sempre oralmente, não só com uma série de textos escritos didáticos e paradidáticos desde sua infância nas EBFs (Escolas Bíblicas de Formação) de Realengo, mas principalmente com o domínio discursivo bíblico e seus diversos gêneros textuais absolutamente variados entre si, desde a historicidade do Êxodo, até a tessitura considerativa do livro da Sabedoria. Ele parte do contato oral com fontes escritas sob gêneros muito tradicionais e, acertando ou errando os imperativos em segunda pessoa do

plural, materializa a TD que não se limita ao seu próprio falar estilizado, mas reúne a concepção do Sr. João do que é pregar a palavra de Deus com a concepção dos engenheiros, capataz e demais membros da sociedade do que é, no falar do Sr. João ou na ideia que eles fazem dos evangélicos, uma *pregação de evangélico* como entidade sócio-histórica que, ligada ou não à realidade do Sr. João, é a TD evangélica. Se pensada em sua relação para fora da atividade discursiva do grupo religioso, essa TD pode ser operacionalizada como categoria sociológica em si, ou seja, os *evangélicos* como categoria sociológica e servir-se dela no contraponto a *católicos*, *luteranos*, *anglicanos*, *ortodoxos*. Como categoria sociológica, o fato de ser evangélico pode ser objeto de admiração no discurso elogioso de patroas de suas empregadas domésticas quando são *evangélicas*, em função de sua diligência e gosto pelo trabalho; pode ser objeto de humor quando se fala que alguém está chato, pois só fala de Jesus o tempo todo. Enfim, é uma abstração cultural gerada com foco inicial em textos escritos que, dentro e fora dos grupos que a vivenciam, escrita ou oralmente, gera uma imagem a partir da recorrência de modos de dizer que não são, necessariamente, representativos da norma geral, norma culta, vernácula e nem do padrão culto escolar da época do Sr. João. Sua fala sobre Jesus, se gravada, não seria exemplo da época e do segmento social do Sr. João para *corpora* de nenhum projeto de pesquisa sobre a língua. Sua fala para pregar suas verdades de fé seria expressão de uma TD com história própria e, ainda que relacionada, autônoma em relação à língua do Sr. João. O próprio rótulo social atribuído a ela muda com o tempo. O discurso de *evangélicos* atual já foi, sob o olhar depreciativo de quando eram minoria nos anos 70, *papo de crente*.

Exemplos como esse de TDs mais amplamente conhecidas dentro da sociedade podem dar a impressão que só seria TD algo que estivesse calcado em fontes escritas tão amplamente difundidas, como é o caso dos gêneros textuais e da própria ambientação bíblicos. Mas não é esse o caso. Quando retomamos nosso segundo personagem, o sargento Gonzaga, de Minas Gerais, vemos que se realiza um TD que ele e seus colegas de burocracia vivenciam no domínio restrito discursivo da burocracia militar, muito provavelmente reproduzindo uma história modelar que vem desde a burocracia colonial. As sentenças gerundivas sequenciadas de forma independente, sem estarem ligadas por uma oração principal, devem fazer eco à mesma prática da sociedade manuscrita colonial brasileira, cuja burocracia guarda vários exemplos dessas estruturações peculiares. É um modo de dizer da burocracia, ao menos daquele batalhão, que não tem a ver com a história da língua em Minas, mas com a história da burocracia oficial que, para aquele grupo, materializa uma tradição maior que um simples jargão profissional e pode ser materializada de outras formas recorrentes no âmbito daquela prática burocrática pelos outros sargentos, colegas de Gonzaga.

Se voltarmos nossa atenção para as recorrentes menções às linhas tênues que separam TDs de certos gêneros textuais e de certos domínios discursivos, só poderemos não transformar essas linhas tênues em linhas tênues pontilhadas já meio apagadas por uma borracha e cobertas aqui e ali com esmalte corretivo se, no plano teórico, vinculamos

as TDs àquela abstração da abstração. Mais que isso, só não vamos misturar coisas tão próximas na prática se, no trato direto com sua contraparte material nos textos, não perdermos a noção de que as recorrências se tornam habitualizações porque se elevaram a entes discursivos tornados dados históricos da cultura escrita dentro e fora dos círculos culturais que produzem, desfrutam, analisam, enfim, vivenciam esses textos. Digamos que, em termos práticos, a recorrência de usos identifica um estilo/gênero textuais; a relativa estabilidade desses usos ao longo do tempo identifica a norma abstrata vinculada à ideia de gêneros textuais mais gerais, formadores de subgêneros ou de domínios de circulação de gêneros textuais, criando entes identificadores de domínios discursivos. Agora, a formação de uma ideia que projeta uma categoria textual formada ao longo da história identifica um componente textual da cultura escrita operacionalizado pelos membros da sociedade como um dado cultural *in abstrato*, que pode estabelecer uma função modelar, materializada na presença de suas marcas recorrentes tanto nos textos fonte da construção das TDs, quanto nos textos orais ou escritos por elas influenciados. Em outras palavras, essa contraparte materializada das TDs, como dito, ou se encerra em recorrências de usos dentro dos gêneros-fonte, aqueles motivadores históricos da projeção, ou *se espraia* por outros textos.

De qualquer forma, trata-se de uma contraparte material sempre recorrente (como qualquer elemento que marcará um gênero, um estilo profissional etc.), mas é, também, continuada no tempo, quer dizer, tem certa duração, uma longevidade, a ponto de se estabelecer como projeção na sociedade. Tudo é possível, mas é estranho pensar em uma tradição baseada em algo feito nos últimos cinco anos. A continuidade que chega a começar uma tradição pressupõe, cremos, uma prática que se mantenha ao menos pela geração seguinte, aquela que não viveu o florescer e o auge de um evento social. Esse modo recorrente e continuado, como já apontamos, não cobre todos os casos de TDs. Ele em si é o estilo, o gênero textual, o jargão profissional, etc. Ele, *em si*, pode gerar uma abstração, um ente, o domínio discursivo onde circulam gêneros. Esse modo recorrente e continuado pode chegar a materializar categorias sociais oriundas da cultura escrita.

Dentro daquele sentido inicial em nosso texto, aquela noção mais simples de TD, os usos linguísticos que traduzem as materializações das TDs podem ser desde uma estilização com sufixos diminutivos, passando por vocabulário. O epilinguístico pode ser desde os usos gráficos em palavras, até o *lay-out* dos caracteres e das molduras no suporte (como os impressos jornalísticos e suas seções). O ideal é saber-se se essas materializações recorrentes estabelecem os textos sob estudo como o domínio gerador da TD ou se essas fórmulas, léxico, enfim, modos de dizer são reflexos de uma tradição textual da cultura escrita. Por isso, de novo em termos práticos, as TDs, fora os casos clássicos, sabidos de antemão por nossa sociedade, acabam se revelando com estudos em painel de vários materiais dentro e fora dos domínios de circulação textual que investigamos. Nossa certeza se a regularidade é uma TD e nosso reconhecimento de seu alcance se dão em nossa percepção de uma clara relação modelar estabelecida entre o conjunto de textos modelares

e os conjuntos de textos modelados pelos primeiros. Em outras palavras, reconhecemos TDs pelas realizações concretas orais ou escritas que fazem certos usos recorrentes e continuados em certos textos se aproximarem ou se afastarem dos usos recorrentes em conjuntos de modelos que encerrem, supõe-se, uma abstração cultural mais ampla. Se pensarmos em tradições culturais mais amplas em outras áreas, podemos traçar paralelos elucidativos. Pensemos na moda.

O que é a moda *hippie*? Ou sua forma transformada *hippie*-chique? Houve um movimento cultural nas décadas de 60 e 70 do século XX que preconizava um *modus vivendi* calcado na liberdade absoluta: das relações amorosas às formas de sustento coletivas. A liberdade manifesta em suas roupas criou uma profusão de cores, tecidos e acessórios. Depois da era *hippie*, criou-se uma ideia, uma abstração do que seria uma roupa em estilo *hippie*. Ainda que não haja uma enumeração fechada de elementos que precisem o que identifica a moda *hippie*, sabe-se que uma dada roupa é inspirada nos *Hippies*. Isso ainda que se misturem à roupa elementos que não fizeram parte do evento histórico-social *era hippie*. A moda *hippie* é uma abstração cultural gerada na habitualização de alguns elementos de vestuário, mas que ultrapassa esses mesmos elementos efetivamente usados por *hippies*. É uma habitualização continuada para além do evento histórico *hippies*. É uma tradição da moda. As TDs são abstrações culturais geradas na habitualização de elementos discursivos (*lato sensu*), mas que ultrapassam esses mesmos elementos efetivamente usados em tipos, gêneros ou domínios discursivos. As habitualizações continuadas na linha do tempo concretamente realizadas em eventos sociocomunicativos, marcas linguísticas ou domínios discursivos são a contraparte concreta da TD abstrata, mas não são a TD em si. Como a TD é uma abstração cultural, pode ser mapeada nos próprios gêneros textuais de onde partiu, mas também em textos que, por uma decisão dos indivíduos, foram por eles modelados.

Uma vez estabelecida uma dada continuidade ao ponto de criar uma dada TD, ela própria, por ser autônoma, pode sofrer mudanças independentes das mudanças linguísticas na língua em uso a cada fase histórica. Cabe aqui, agora, aplicar tudo isso aos nossos personagens iniciais para, depois, retomarmos essa operacionalização metodológica no tratamento de *corpora* oitocentistas: jornais oitocentistas.

2 Lidar com jornais brasileiros do século XIX: rótulos funcionais, gêneros textuais e tradições discursivas

Se retomarmos nosso primeiro personagem, o Sr Ladeira, poderemos considerar essa relação entre a abstração social seja geral, seja em sua prática profissional e a modelagem sobre outros textos do próprio senhor Ladeira. Todos temos uma consciência de haver um discurso jurídico e uma tradição discursiva jurídica. O Sr. Ladeira, em contato profissional com vários gêneros jurídicos, pode modelar certos textos seus por essa tradição. Pode, por exemplo, no exame que prestou para o cargo público de Juiz, escrever

sentenças sem vínculo sintático a uma oração principal como reflexo dos modos de dizer dos textos jurídicos fonte da tradição jurídica. Sua prova é um texto modelado diretamente pela relação de interesse com a tradição jurídica. Mas é possível que o Sr. Ladeira deixe transparecer em textos seus, em contextos profissionais menos marcados que o de sua prova de concurso, várias materializações da TD com que opera diretamente em seu dia a dia. Talvez não em uma carta (ou e-mail) pessoal, mas em uma carta que mande para ser publicada no *Jornal do Commercio*, em que assina como um simples cidadão, mas menciona ser advogado. Pode ser que nessa carta de leitor apareça uma sentença sem articulação com uma principal que enxerte em seu texto formal uma marca da tradição discursiva jurídica.

Esse é o ponto que mais me interessa: como mapear, em cartas de leitores, o que é dado não da língua de quem escreve segundo o registro em que escreve, mas sim dado de uma tradição discursiva com história de mudança paralela? Mais que isso, se somos contemporâneos ao Senhor Antônio, podemos operar com consciência partilhada com ele de abstrações culturais em comum, que todos sabemos quais são, seus alcances (se gerais ou restritas a certos grupos) e a valoração positiva ou negativa sobre elas. Conheço a variação linguística de minha época, a mesma da do senhor João e de uma data de fenômenos linguísticos em variação ou em mudança. Contudo, se pego exemplares do *Jornal do Commercio* não de 2009, mas de 1875, não sei nada das TDs na sociedade. Só me resta, claro, observar recorrências sem saber, *a priori*, se são gêneros ou se traduziam habitualizações, materializações de abstrações discursivas, para além das abstrações que seriam, para os homens da época, gêneros.

Isso impede que pesquisemos e suponhamos serem as recorrências TDs em jornais do século XIX? Claro que não. Mas impede que assumamos de pronto que recorrências percebidas em cinco anos em um dado jornal definam uma TD. Mesmo que assumamos uma definição de TDs que inclua em seu escopo toda e qualquer regularidade discursiva que projete uma imagem abstrata e identitária de um ente textual sem a necessidade de continuidade considerável na linha do tempo, sem a necessidade de ter se tornado um dado da cultura escrita para além do círculo leitores/produtores/analistas dos textos, sem a necessidade, ainda de servir de modelo textual para textos cotidianos de variados gêneros, mesmo assim, do ponto de vista de quem investiga propriedades dos *corpora* para a pesquisa linguístico-histórica, *é preciso cobrir por décadas e por vários lugares de circulação de textos para sabermos se a TD foi de menor ou maior alcance*. Para nós, que já nos habituamos a rubricar certos lugares textuais como de linguagem especial, marcadora de estilos, normas, o que mais interessa é saber se uma TD se transformou em modelo textual amplo na sociedade da época em questão e por isso conseguimos perceber as mesmas recorrências textuais de um dado conjunto de textos geradores de uma TD em outros textos variados. Podemos dizer que o que mais nos interessa em relação às TDs é identificá-las para reconhecer suas marcas textuais de habitualizações quando presentes em textos fora das TDs, mas modelados por elas.

Se conseguirmos, de forma indireta aos textos que temos à nossa frente, saber que a sociedade já construíra para aquela TD uma imagem para além do círculo de leitores/ ouvintes dos textos onde as recorrências são levantadas, isso será o ideal. É a garantia de uma TD de grande alcance. Quando aplicamos isso ao universo dos jornais oitocentistas, percebemos que, na prática, é preciso um pouco mais de investida nos jornais separados pelos grandes eventos históricos que fazem mudar não somente a sociedade como um todo (da Colônia para o Império; do Império para a República), mas os eventos que fazem mudar suas linhas editoriais, suas redes de leitores, seus papéis de referência de qualidade. Em outras palavras, o ideal é aliar à recolha de exemplares ao longo do século um olhar já pré-ocupado com as informações indiretas sobre a história social da escrita da época dos exemplares de jornais investigados. Por exemplo, enquanto se levantam recorrências folhetinescas no *Jornal do Commercio*, recolhem-se em outros jornais comentários sobre o papel de referência por ele exercido para diversos periódicos.

Mais do que nunca, a ressalva acadêmica *até onde se sabe* tem seu lugar para além da retórica modalizadora. É uma exigência do momento de descoberta e de investimento sobre novos *corpora* históricos que a Linguística de *Corpus* está vivendo hoje no Brasil. Contamos com uma quantidade de *corpora* "de dar inveja" a quem pesquisava nos anos oitenta. Mas, agora, o mapeamento de TDs em curso no século XIX (e em quaisquer outros, claro) e de seus reflexos em textos mais cotidianos, como numa carta de leitores de algum outro Antônio que vivera no século XIX, é uma tarefa propedêutica de quem constrói *corpora* históricos. É seguir construindo e descrevendo o que se encontra, para tentar, aos poucos, perceber uma relação modelar que um conjunto de textos estabeleça com outro.

Veja-se que, uma vez que não temos a consciência do lugar social de rótulos textuais usados nos jornais brasileiros dos oitocentos, se cada rótulo indicava uma TD na qualidade de categoria reconhecida e operacionalizada fora do círculo dos que a vivenciam, só podemos, e devemos, tentar percebê-la nos comentários indiretos registrados ao longo da história, ou no que é mais frequente, na observação de recorrências de certas marcas linguísticas que identifiquem gêneros ou práticas da cultura escrita e que se repitam em outros textos numa clara relação de textos modelares e textos modelados. Vejamos dois exemplos de textos modelares que circulavam nos jornais oitocentistas brasileiros e que nos alcançaram fora e dentro de seus domínios discursivos originais: os *folhetins* e os *editoriais*.

2.1 Dos folhetins

Os *folhetins* são um excelente exemplo de tradição na cultura escrita para além das marcas linguísticas recorrentes e do gênero literário em si. Observemos que, hoje, quando se fala das novelas como *folhetins eletrônicos*, fala-se de uma produção ficcional televisiva com traços de composição herdados de produções ficcionais do rádio que, por sua vez, herdara esses mesmos traços de produções ficcionais escritas em periódicos oitocentistas. Nesse caso, o rótulo *folhetim* remete a produções *em aberto*, ou seja, não terminadas. Seus

capítulos são redigidos à medida que vão sendo conhecidos pelo público (leitores, ouvintes, telespectadores). As próprias reações do público-alvo podem determinar mudanças nos rumos da história. Esse procedimento de composição praticado hoje na TV, no Brasil, vem desde a difusão, no século XIX, dos chamados *romances-folhetim*, um desdobramento dos chamados *romances* ***em*** *folhetim*, quer dizer, romances fechados, obras prontas, que foram partidas e publicadas aos poucos em periódicos. Tanto os *romances-folhetim*, quanto os *romances em folhetim* já apresentam alguns traços estruturais em comum: vários personagens que entram e saem da trama em seus vários mini-núcleos, uma divisão clara entre os personagens do bem e os do mal; e o encaminhamento ao final de cada parte, de modo a criar um gancho de suspense que crie tensão e prenda a curiosidade do leitor para o próximo capítulo. Tanto os *romances-folhetim*, quanto os *romances em folhetim* contavam com heróis do Romantismo idealizados e não idealizados. Mas foi a figura idealizada do herói a que mais se fixou na memória popular: aquele cheio de valores nobres, cujas ações sempre concorrem para a consumação da justiça, pureza e verdade de sentimentos. Em nível dos modos de organização textual, nesses romances, abundavam as longas descrições de domínios e de perfis humanos.

Os *folhetins*, seja no sentido de *romance-folhetim* ou no de *romance em folhetim*, criaram uma imagem de obra ficcional para além dos muros de seu domínio discursivo jornalístico. Esses procedimentos estruturais, todos juntos ou parte deles, aparecem recorrentemente em obras ficcionais de diferentes domínios de circulação em todo o mundo. Se olharmos, por exemplo, mais de perto a estruturação da produção televisiva norte-americana *24 horas,*[8] perceberemos que reina absoluto o gancho suspensivo ao final de cada episódio, perceberemos que a quantidade absurda de personagens que entram e saem da trama ajuda no dinamismo da história e que o herói central (Jack Bauer), apesar de matar, torturar, e mentir para inocentes, sempre tem suas atitudes justificadas na salvação de milhares de vidas ou na manutenção de sua palavra dada em confiança. Como essa peça televisiva feita também para o comércio avulso de mídias eletrônicas, várias produções cinematográficas das décadas de 40 e 50 do século XX mantiveram a mesma escola. Os ganchos de suspense em *Flash Gordon* (contra o Imperador Ming) provocaram muita ansiedade em garotos que esperavam uma semana para assistirem à continuação da história nas salas de cinema em todo o Brasil. Estratégia inventada pelos folhetins brasileiros? Evidente que não, mas com certeza estratégia difundida aqui e fora daqui no século XIX em jornais da Europa e das Américas. Difusão tão intensa, que chegou a internacionalizar autores e enredos já à época e que depois seriam novamente difundidos pelo cinema, como as obras de Alexandre Dumas. No âmbito de nossa pesquisa, encontramos o folhetim internacional *A Filha do Povo*, traduzido e publicado no *Jornal do Commercio* em 1874, também impresso na Inglaterra e Espanha. Esse folhetim publicado por 4 meses no rodapé em dimensão de um livro *em oito*, pois a página do jornal tinha mais de sessenta centímetros,

8 Especialmente a 1ª e 2ª temporadas dessa série dramática criada por Joel Surnow e Robert Cochran, produzida pela *Fox Broadcasting Company* em 2002 e 2003, respectivamente.

é um dentre milhares de romances em folhetim que circulavam em concomitância com outros, por vezes tão longos, por vezes, curtos, com não mais em quatro partes.

Essa difusão tão ampla nos oitocentos, continuada no século XX, dentro de um processo histórico de formação de relativo publico *de massa*, cria uma instituição modelar igualmente ampla, bem além do universo textual de partida, quer dizer, bem além dos textos literários publicados em periódicos. Difusão que não poderia ter sido constituída se não fosse o papel modelar dos periódicos oitocentistas na cultura escrita do mundo ocidental e particularmente no Brasil.

Se hoje a figura de herói presente no público geral é a do herói romântico – e não do herói sob a moira grega, por exemplo –, é porque houve continuidade histórica de difusão de meio para meio de comunicação de massa desde o século XIX: TV, cinema, rádio e periódicos pondo diferentes públicos de diferentes países em contato com recorrentes características folhetinescas. Veja-se, por exemplo, que, ao longo de boa parte do século XIX, os jornais brasileiros publicaram gigantesca quantidade de traduções de folhetins estrangeiros. Eram publicações paralelas da mesma obra que circulava em jornais ingleses, espanhóis e franceses. Eram sucessos internacionais que se tornavam sucessos realmente nacionais.

Não se deve supor pequeno o público atingido pelos folhetins em jornais. A prática de leitura em círculos familiares e públicos era uma instituição no Brasil oitocentista. Outra medida para esse sucesso é a publicação concomitante de mais de um folhetim no mesmo jornal, às vezes repetida em jornais por todo o Brasil. Havia folhetins em toda sorte de periódicos de circulação nacional ou regional. Isso significa dizer que os *romances-folhetins* e os *romances em folhetim* e suas marcas recorrentes criaram uma abstração, uma imagem de texto ficcional especialmente difundida na sociedade não apenas pelo número estelar de publicações, mas pelo lugar dessas publicações na sociedade oitocentistas: em época de poucos leitores, de poucas escolas e de poucos livros, a forma mais ampla de difusão da cultura escrita entre alfabetizados e mesmo para analfabetos eram os periódicos e os gêneros textuais neles veiculados. O papel de modelo de escrita para os redatores em seus textos cotidianos, diferentemente do século anterior, foi exercido pelos jornais no Brasil. A difusão das marcas folhetinescas é só mais uma comprovação disso no âmbito cultural mais amplo. Essa TD oitocentista reconhecida como categoria cultural mais ampla, contudo, não deixa de exigir cuidado metodológico para identificarmos suas habitualizações no plano linguístico, que depois serão por nós reconhecidas em textos modelados por ela.

Do ponto de vista de quem constrói os *corpora* para a pesquisa linguístico-histórica do Português Brasileiro, os *folhetins* deverão ser apenas um rótulo a ser descrito não só com os recortes teóricos contemporâneos, mas também com os testemunhos de época. *Romances-folhetim* e *romances em folhetim* são categorias atuais, fruto de nosso olhar. Para os homens oitocentistas, nos jornais, tudo ficava sob o rótulo *folhetim*, que abarcava seus sentidos anteriores e outros tipos de obras literárias. Em nossas investigações linguístico-históricas, especialmente em sociolinguística histórica, teremos sempre que articular em

nossos levantamentos de *recorrências* tanto nosso olhar contemporâneo, quanto os rótulos usados à época de suas publicações. E por que fazer isso? Porque, se, para os homens da imprensa oitocentista, *folhetim* abarcava coisas distintas, é porque, em nível pragmático, haveria um traço comum em seus papéis sociocomunicativos e em seus diferentes rótulos usados nas referências aos *folhetins* encontradas nos jornais, cartas pessoais, livros, enfim, em fontes diretas paralelas à mesma época.

Esse controle que não dispensa nosso olhar nem o dos que liam os periódicos nos dias em que foram impressos evita que percamos fatores que realmente possam pesar na escolha de uma variante *X* sob estudo em nossos *N* trabalhos em curso.

Em relação aos olhares do século XIX, veja-se que o rótulo *folhetim*, inicialmente, era um lugar geográfico na folha do periódico com função clara: o rodapé que guardava peças de entretenimento. Dentre elas, romances partidos, piadas, críticas de peças encenadas nas cidades, comentários sobre o dia a dia da cidade, etc. Com o tempo, o lugar passa a privilegiar romances, que também poderiam vir no corpo da mancha gráfica. Com o passar do século, o rótulo *folhetim* no corpo do jornal podia guardar tanto romances quanto crônicas, colunas de opinião e o rodapé guardava especialmente os romances. Não se chegou a lugares e rótulos exclusivos, mas chegou-se a recorrências que determinaram, com ou sem rótulo expresso, o rodapé a ser o lugar geográfico não mais de entretenimento, mas de romances. Deveremos, portanto, aproveitar essas categorias de época para nossos recortes de controle em trabalhos quantitativos. Nunca sabemos de antemão o que poderá ter guiado a variação linguística naquela época.

Esse procedimento metodológico de controlar em paralelo 1) gêneros textuais, 2) rótulos funcionais do veículo de circulação e 3) rótulos informais em referências espontâneas guarda em sua base a ideia de não sobrepor à realidade multifacetada do objeto fonte de dados, os textos, as categorias de nosso ponto de vista teórico. Se, para nós, um texto retirado de um jornal da seção *folhetim*, *cartas de leitores*, *notícias* ou *editoriais* se encaixa em nosso conceito de *crônica*, isso deve se tornar um controle. Mas os traços que aquela *crônica* talvez tenha apresentado à época incidentalmente com cartas de leitores, notícias ou editoriais não pode escapar como hipótese de interface com propriedades nos fenômenos por nós estudados. Na verdade, apesar de sugerir certa sobreposição de controle, vale, inclusive, investir no controle de seções internas, trechos recortados por cada pesquisador em função dos *modos* de organização textual (trechos descritivos, narrativos, diálogos, considerativos, etc.). Esse é um cuidado a mais para o trabalho com materiais de contextos sociocomunicativos que não os do nosso tempo.

2.2 Dos editoriais

O procedimento de tratar os *folhetins* em periódicos como Rótulos Funcionais, Gêneros, ou TDs é o mesmo para outros casos de textos em circulação nos periódicos do século XIX. Os *editoriais* são um bom exemplo de TD de textos não literários que alcançaram os jornais atuais.

Compreendamos *editoriais* como uma seção (fixa ou esporádica) para os textos que expressam a posição oficial tomada pelo jornal em relação a determinadas matérias, em geral, sobre os assuntos na ordem do dia nas notícias. Essa seção assume vários rótulos nos jornais do século XIX: *editorial*, *cartas de editores*, *collaboração*, dentre outros. Por vezes, mesmo sem rótulo algum, é o lugar geográfico na folha que determina o texto ser reconhecido como o editorial do periódico lido. A observação dessa recorrência, então, revela uma categoria funcional para textos de diversos gêneros às vezes ali enxertados: cartas pessoais, notícias, discursos oficiais, artigos, ensaios etc. Mais uma vez, seja sob nosso olhar, seja com as menções de época, é importante, para o tratamento desses textos em *corpora* linguísticos, não considerar nenhum recorte de controle como uma realidade natural, como se ser uma *notícia* ou um *artigo* fosse uma realidade em si.

Isso fica patente quando consideramos o caso de uma série de cartas anônimas de Christiano Otonni sobre a interferência da religião na política brasileira em 1875. Em sua segunda carta publicada, lemos que o autor se espantara ao ter visto seu primeiro *artigo* incluído na seção dos editoriais, rotulada no jornal como COLLABORAÇÃO, posta sempre no mesmo lugar da primeira página. Ele próprio denomina seu texto de *artigo* e inicia uma série de editoriais que se estenderam por um ano no *Correio Paulistano*. No ano seguinte às publicações, o próprio autor as reúne em livro. Seus textos iniciais seriam os mesmos, fossem vistos como *editoriais* ou *cartas de leitores*. Conforme avançam pelos meses, começam a assumir responder às críticas publicadas em outros jornais, inclusive de outros estados. Os rótulos e os gêneros são os mesmos, mas a predominância dos modos textuais internos se coaduna com as réplicas do debate iniciado. O que isso sinaliza para nossos trabalhos? Que nenhuma dessas possibilidades macro e micro textuais deve ser desprezada e se transforma em categorias de controle quantitativo em nossas pesquisas. As recorrências que serão observadas poderão identificar desde estilos pessoais até TD não tão amplas quanto os *editoriais* de nossa sociedade. Na solidão do trabalho de recolha de dados, o pesquisador não saberá *a priori* o que tem em mãos.

Suas afirmações seguirão o grau de sua experiência com o universo dos materiais usados e do conhecimento da história social e da história social da escrita na época de vida de quem escrevera os textos que o pesquisador usa. Poderão ser um estilo, um gênero textual, um tipo de texto, uma TD que alcança grupos específicos, quer dizer, nada tão amplo e seguro como *folhetins* e *editoriais*. Isso impede que o pesquisador não se refira ao quadro teórico que concebe as TDs? Não, não impede, até porque os pesquisadores, ao mesmo tempo em que avaliam a mudança linguística de determinados fenômenos, geralmente seguem descrevendo qualidades dos materiais que usam. Qualidades essas que seguem revelando, aos poucos, elementos dos papéis sociocomunicativos das épocas pretéritas. Assim, no avanço das pesquisas continuadas, os pesquisadores seguem não apenas revelando menções a categorias da cultura escrita das sociedades pretéritas, mas também seguem formando uma erudição sobre as épocas pretéritas que estudam. Tudo isso converge na identificação de TDs nos *corpora* estudados.

Palavras finais

Fora da solidão do pesquisador usuário de *corpora* históricos e dentro da solidão dos construtores de *corpora*, o ponto central é aproveitar as TDs identificadas e tentar reconhecer o jogo de aproximação ou afastamento dessas TDs que os textos cotidianos – como cartas pessoais – possam revelar na incidência das recorrências de uma dada TD em si. Essa tem sido a investida em tentar perceber esse reflexo na grafia, pontuação e estruturas gerundivas dos jornais em cartas pessoais do século XIX. Materializações de imagens de entidades textuais de prestígio na cultura escrita que nos servem para distinguir graus de erudição de redatores e, quem sabe, recuperar uma imagem translúcida da variação desde os eruditos até onde seja possível alcançar usos vernáculos que abriram frestas na capa e espada da escrita. Servem aos nossos construtos engenhosos, nada de novo debaixo do sol.

Referências

BARBOSA, Afranio Gonçalves (2006). Tratamento de *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e lingüísticos. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Org.). *Para a história do português brasileiro. VI: novos dados, novas análises*. Tomo II. Salvador: EDUFBA. p. 761-780.

BARBOSA, Afranio Gonçalves (2007). Normas cultas e normas vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba T. de; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; CYRINO, Sônia Maria Lazzarini; LOPES, Ruth E. Vasconcellos (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo/Campinas: Fapesp/Pontes. p. 483-498.

BARBOSA, Afranio Gonçalves (2009). *Novos* corpora *para estudos diafásicos: cartas pessoais e cartas publicadas em jornais do séc. XIX.* Neue Romania, Veröffentlichungsreihe des Studienbereiches Neue Romania des Instituts für Romanische Philologie der FU Berlin, p. 197-218. Berlin. ISSN:0177-7750

GANDRA, Ana Sartori (2010). *Cartas de amor na Bahia do século XX: normas lingüísticas, práticas de letramento e tradições discursivas*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes (2001). Introducción: lengua, texto y cambio lingüístico en la Edad Media iberorrománica. In: JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes (Ed.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*. Frankfurt: Main-Vervuert; Madrid: Iberoamericana. p. VII-XVIII.

KABATEK, Johannes (2001). ¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. In: JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes (Ed.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*. Frankfurt: Main-Vervuert; Madrid: Iberoamericana. p. 97-132.

KABATEK, Johannes (2006). Tradições discursivas e mudança lingüística. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Org.). *Para a história do português brasileiro. VI: novos dados, novas análises*. Tomo II. Salvador: EDUFBA. p. 505-527.

KOCH, Peter (1997). Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, Barbara; HAYE, Thomas; TOPHINKE, Doris (Ed.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr. p. 43-79. Tradução de Alessandra Castilho.

LOBATO, Laura Camisassa Rodrigues (2009). *Gênero textual na metodologia de pesquisa em gramaticalização*. Dissertação de Mestrado. FALE, Universidade Federal de Minas Gerais.

OESTERREICHER, Wulf (2001). La 'recontextualización' de los géneros medievales como tarea hermenéutica. In: JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes (Ed.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*. Frankfurt: Main-Vervuert; Madrid: Iberoamericana. p. 199-231.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (2005). Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna.

PACÍFICO BARBOSA, Socorro de Fátima (2007). *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova.

STOLL, Eva (1998). Géneros en la historiografía indiana: modelos y transformaciones. In: OESTERREICHER, Wulf; STOLL, Eva; WESCH, Andreas (Ed.). *Competencia escrita, tradiciones discursivas y variedades linguística*: aspectos del espanol europeo y americano em los siglos XVI y XVII. Tübingen: Narr (ScriptOralia; 112), p. 143-168.

TINHORÃO, José Ramos (1994). *Os romances em folhetins no Brasil: 1830 a atualidade*. São Paulo: Duas Cidades.

Cinco siglos de cartas: notas sobre la comunicación epistolar en España (siglos XVI a XX)[1]

Antonio CASTILLO GÓMEZ
Universidad de Alcalá
SIECE-Grupo LEA

Introducción

Pocas modalidades de escritura despiertan tanto interés como la correspondencia. En este mismo volumen son varios los trabajos que se asoman al estudio de manojos de cartas desde posiciones bien distintas. Prima el enfoque lingüístico, como corresponde a la trayectoria de la profesora Rosa Virgínia Matos e Silva, pero tampoco faltan otras aportaciones argumentadas desde perspectivas diferentes. Entre ellas, alguna como ésta encuadrada en los parámetros conceptuales y metodológicos de la *Historia social de la cultura escrita*, disciplina que centra su ámbito científico en el estudio de la escritura como tecnología de comunicación social y de las prácticas en que se materializa, consideradas en sus respectivos contextos históricos. Por supuesto, teniendo siempre en cuenta que el uso y la distribución social de la competencia escrita es deudor del carácter adoptado por las diversas políticas de alfabetización, esto es, del valor y función asignados a la escritura en cada sociedad, compuesta siempre, sobra recordarlo, por hombres y mujeres de clases sociales distintas, alfabetizados, semialfabetizados y analfabetos (CHARTIER, 1989; PETRUCCI, 2002; CASTILLO GÓMEZ, 2003c). Sobre estos pilares se asienta precisamente el proyecto de investigación que estamos desarrollando en la Universidad de Alcalá con objeto de estudiar los avatares de la escritura epistolar en España durante

1 Este trabajo se inserta en el Proyecto de Investigación *Cinco siglos de cartas. Escritura privada y comunicación epistolar en España en la Edad Moderna y Contemporánea*, concedido por el Ministerio de Ciencia e Innovación (HAR2008-00874/HIST). Junto a un servidor, el equipo de investigación está compuesto por los siguientes profesores, contratados, becarios y colaboradores de la Universidad de Alcalá: María del Val González de la Peña, Verónica Sierra Blas, Francisco Arriero Ranz, Carmen Serrano Sánchez, Guadalupe Adamez Castro, Laura Martínez Martín y Jaime Pereda Martín; así como por el profesor James S. Amelang, de la Universidad Autónoma de Madrid.

las épocas moderna y contemporánea, del que estas páginas constituyen poco más que una presentación.

Antes de entrar en la específica materia que nos ocupa, es pertinente echar un vistazo de índole historiográfica, sobre todo para entender mejor el horizonte donde nos situamos (CRUZ MEDINA, 2005; MARTÍN BAÑOS, 2005b; SIERRA BLAS, 2005b; MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 2007, p. 15-20; MARTÍNEZ MARTÍN, 2008). Una primera observación nos lleva a constatar que buena parte de los epistolarios y estudios sobre cartas conciernen a la producción de aquellas personas que han destacado por algún tipo de relevancia política, literaria, diplomática, militar o económica, predominantemente varones; mientras que salvo honrosas excepciones aún siguen siendo más raros y menos difundidos los trabajos a propósito de los intercambios epistolares de la gente corriente, despreciados a menudo bajo el prejuicio de pensar que de ellos sólo pueden extraerse banalidades indignas de figurar en el libro de la Historia. Es evidente que muchos de los centros y grupos de investigación que trabajan con fondos epistolares siguen centrándose en las correspondencias generadas por las distintas facciones de la elite social, política o intelectual, en tanto que son menos y a menudo más silenciados los que bregan con las cartas y paquetes epistolares de las clases subalternas.

Desde otro punto de vista, debe también notarse que la porción más sustanciosa de los estudios que han tomado en consideración la actividad epistolar lo han hecho por lo que pueden aportar al conocimiento de una determinada figura, un período histórico, los debates intelectuales, el intercambio científico o la circulación de las ideas; siendo menos los que adoptan una visión comprensiva y se detienen expresamente en el hecho de la carta, en el devenir de la escritura epistolar o en los aspectos materiales y gráficos de la correspondencia (MALATIAN, 2009).

1 Un acercamiento diacrónico

Al aproximarnos al estudio de la carta, lo primero que llama la atención es la larga historia que tiene tras de sí, casi tanto como la propia escritura. Conforme ha señalado Armando Petrucci (2008), durante los últimos 5.000 años en las sociedades organizadas del mundo mediterráneo y de la Europa occidental, siempre ha existido una mayor o menor necesidad de correspondencia escrita. La carta representa por ello una de las prácticas de escritura de mayor tradición y estabilidad, además de la principal expresión de la comunicación escrita entre personas. Desde las clases acomodadas hasta la gente común, son infinitos los hombres y mujeres que en algún momento de sus vidas han sentido el reclamo de comunicarse a través de la escritura epistolar. Muchas veces la motivación ha venido dada por necesidades derivadas del ejercicio del poder, expresadas a través de las distintas tipologías de las cartas oficiales (ANTENHOFER; MÜLLER, 2009); pero otras tantas ha servido como vehículo privilegiado del intercambio personal.

En esa trayectoria, por lo que atañe a la carta privada, un momento de particular importancia corresponde, en el mundo occidental, a la baja Edad Media, cuando comienzan a ser más frecuentes las correspondencias aristocráticas así como los intercambios epistolares entre comerciantes o entre los miembros de la oligarquía urbana. En ámbito hispano, de ese período, son, por ejemplo, las cartas de mujeres del patriciado barcelonés escritas en los siglos XIV y XV (VINYOLES y VIDAL, 1996 y 2003-2004); o, a comienzos de esta última centuria, el epistolario de Fernando I de Aragón con los infantes y la reina Leonor (LÓPEZ RODRÍGUEZ, 2004). Fondos notables pero ninguno tan abrumador como el amplio *carteggio* del comerciante toscano Francesco Datini con sus factores en diferentes ciudades europeas y, en particular, con su mujer Margherita, razones sobradas para afirmar a comienzos del siglo XV que había pasado toda su vida escribiendo cartas (CECCHI, 1990).

En España, un caso similar lo encontramos en el siglo XVI con Simón Ruiz, en cuyo archivo se conserva la friolera de unas 56.721 cartas (54.378 recibidas y 2.343 enviadas) (RUIZ MARTÍN, 1965; ALONSO GARCÍA, 2004). Si ponemos éstas junto a las nada despreciables 6.000 misivas escritas por el conde de Tendilla en el lapso de doce años, entre 1504 y 1515, bastantes de tipo personal y muchas otras en su condición de capitán general del reino de Granada (MORENO TRUJILLO, 2002); o a las 30.000 de Diego Sarmiento de Acuña, conde de Gondomar, embajador en Inglaterra entre 1613 y 1622 (LÓPEZ-VIDRIERO, 1999-2003); es obvio que nos hallamos ante un período decisivo para la consolidación de la comunicación epistolar, siendo esta una de las razones que nos ha llevado a establecer el siglo XVI como término *a quo* del mencionado proyecto de investigación, mientras que la fecha *ad quem* remite a los años centrales del siglo XX.

El desarrollo de la correspondencia oficial y privada a partir del Quinientos se apoyó en el ascenso pausado pero sostenido del alfabetismo, favorecido a su vez por la ampliación y diversificación de las escuelas, así como por el mayor aprecio de la instrucción como forma de ascenso social. Debido a esto y, aún más, a las dimensiones alcanzadas por la mentalidad alfabética en la sociedad de la temprana Edad Moderna, un número cada vez mayor de personas sintieron la llamada de la carta como instrumento de comunicación cuando concurrieron situaciones de ausencia física, tales como la guerra, la emigración, la cárcel o la vida monástica (NAVARRO BONILLA, 2004; BOUZA, 2001, p. 179-213 y 2005; CASTILLO GÓMEZ, 2006). Así pues, un dato relevante es la extensión social de los autores y autoras de cartas, incluso aunque este nuevo público no estuviera realmente contemplado en el imaginario social de los tratados epistolares áureos, dirigidos sobre todo a los profesionales de la pluma y a la sociedad de Corte. La extensa producción impresa y manuscrita de manuales y formularios concebidos para enseñar y encauzar el modo de escribir cartas, especialmente allí donde la retórica epistolar debía reconocer y explicitar el orden social establecido (CASTILLO GÓMEZ, 2002a, p. 28-38), es también, más allá de su uso práctico, una evidencia indiscutible de esa civilización de la carta,

ligada a la expansión de la escritura en vulgar, que vemos triunfar en la Edad Moderna (PONTÓN, 2002; MARTÍN BAÑOS, 2005a; SERRANO SÁNCHEZ, 2008).

Aparte de los burócratas, reyes, diplomáticos, nobles, eruditos, monjas o escritores, numerosas personas de condición popular se sirvieron de la comunicación epistolar. La diferencia respecto de las cartas de los grupos privilegiados es que éstas, por lo general, son más visibles y se hallan más o menos inventariadas en archivos y bibliotecas; mientras que los fondos epistolares de las clases subalternas son más difíciles de encontrar y los que conocemos han sido localizados en expedientes inquisitoriales, fondos notariales, pleitos civiles y eclesiásticos, sobre todo por cuestiones matrimoniales, o en los autos de bienes de difuntos y cartas de reclamo de los emigrantes a Indias.

Si el alfabetismo y el ascenso de la razón gráfica fueron condiciones necesarias para el florecimiento de la escritura en el ámbito privado, para el caso concreto de la producción epistolar, debemos también considerar los avances que acontecieron durante la Edad Moderna en la organización del correo y en la red de caminos. Un primer hito lo constituyó la concesión del monopolio del correo por la reina Isabel a Francisco de Tassis en 1500, seguido del nombramiento de éste como Correo Mayor de Castilla en 1506. Después vinieron la reglamentación del envío de la correspondencia a los dominios americanos en 1509, así como la creación de los cargos de Correo Mayor de Indias en 1514 y de Correo Mayor de Nueva España en 1580, de suerte que al término del siglo XVI el sistema postal de la Monarquía hispana abarcaba una parte considerable del Imperio (MONTÁÑEZ MATILLA, 1963, p. 188-190; ASCANDONI RIVERO, 1999). Dichos correos atendieron fundamentalmente los requerimientos oficiales, pero también fueron usados por los particulares, como se anota, por ejemplo, en la correspondencia del comerciante Simón Ruiz (ALONSO GARCÍA, 2004, p. 41-42). Respecto de las comunicaciones, qué mejor indicio que la publicación de los *Repertorios de caminos* del valenciano Pedro Juan de Villuga (1546) y de Alonso Meneses (1576).

Mayores aún fueron los cambios que acontecieron en el siglo XVIII al socaire del proyecto borbónico de reforma y centralización administrativas. Así, en 1706 se puso término al monopolio de la familia Tassis y el Correo se convirtió en renta real (ARANAZ DEL RÍO, 1995). En las siguientes décadas se consumó la regulación de dicho servicio a través del Reglamento de 1720, las Ordenanzas de 1743 y, acabando el siglo, la *Ordenanza general de correos, postas y demás ramos agregados a la Superintendencia General*, promulgada por Carlos IV en 1794. Se trata de un texto que dispuso el funcionamiento del Correo como servicio público, desde los carteros encargados de distribuirlo y las estafetas donde se depositaban las cartas, en los "agujeros" destinados a ello; hasta la cúspide del organigrama representada por el Superintendente General y la Real Junta de Correos, que se había creado en 1776. Venía, en suma, a rematar una serie de mejoras que se fueron introduciendo en la segunda mitad del siglo, figurando entre ellas la creación de la Real Casa de Correos de Madrid en 1760; más lo que supuso la publicación de "guías postales", como el volumen *Dirección general de cartas, en forma de diccionario, para escribir a todas*

las ciudades, villas... de toda España, Islas adyacentes, y sus Indias orientales y occidentales, incluso el Reyno de Portugal (Madrid: Pantaleón Aznar, 1775), obra de Bernardo Espinalt y Garcia, Oficial del Correo Central (BAHAMONDE MAGRO, MARTÍNEZ LORENTE; OTERO CARVAJAL, 2002, p. 17-18).

Este cúmulo de novedades hizo que al término del siglo XVIII el Correo abandonara definitivamente su naturaleza áulica para convertirse en un instrumento clave en la implantación y consolidación del Estado. Se sentaron las bases de un tiempo repleto de cambios en el terreno de las comunicaciones postales y en determinados aspectos de la correspondencia epistolar. A falta de estudios más pormenorizados sobre su desarrollo en España, la segunda mitad del siglo XIX se apunta como una etapa importante en la socialización del correo. En el período 1856-1865, culminó el plan para el establecimiento del correo diario en todos los ayuntamientos de España (BAHAMONDE MAGRO, MARTÍNEZ LORENTE; OTERO CARVAJAL, 2002, p. 77-78 y 93-94). No extraña por tanto que el Servicio Nacional de Correos distribuyera en 1846 la cifra nada despreciable de 19 millones de envíos y que en 1879 ascendieran a 77, pasando de una media de 3,17 cartas por habitante en 1860 a 6,92 en 1900 y a 11 en 1931 (BAHAMONDE MAGRO, MARTÍNEZ LORENTE; OTERO CARVAJAL, 1993, p. 18, 86 y 90; CARRERAS; TAFUNELL, 2005, p. 563).

Puede que dichos valores reflejen las dificultades de modernización económica que tenía España, lastrada, según Nicolás Sánchez Albornoz (1970), por un analfabetismo que a la altura de 1900 afectaba todavía al 59% de la población de diez y más años (VILANOVA RIBAS; MORENO JULIÁ, 1992, p. 166); pero aún así la situación de la segunda mitad del siglo XIX y, sobre todo, la que se alcanzó en el primer tercio del XX distaba mucho de la que se había heredado. El país vivía inmerso en una espiral de transformaciones que también se dejaron sentir en el ámbito educativo y cultural. Tras la aprobación de la Ley Moyano de Educación (1857), la escuela pública y privada se expandió de forma significativa al tiempo que se abrieron bastantes bibliotecas públicas y populares. Los cambios pedagógicos introdujeron el aprendizaje a partir de las escrituras y documentos de la vida diaria, conforme se aprecia en las conocidas *Lecturas de manuscritos* (ESCOLANO BENITO, 1997) o en los cuadernos escolares, con frecuentes modelos epistolares en ambos casos (SIERRA BLAS; COLOTTA, 2005, p. 486-492; SIERRA BLAS, 2009). Contemporáneamente, el mundo del libro vivió una auténtica revolución, marcada por el ascenso de los formatos populares, las colecciones editoriales y los libros prácticos, donde ocuparon un puesto de honor los tratados de urbanidad y los manuales epistolares (SIERRA BLAS, 2003b; GUEREÑA, 2005). Éstos, además, se especializaron, de suerte que el mercado ofrecía, por ejemplo, tratados orientados a las mujeres, a los soldados o a los niños, así como otros centrados en determinadas modalidades de cartas (comerciales, de amor, etc.) (SIERRA BLAS, 2003c, 2003d, 2003-2004).

El rango que la carta estaba asumiendo en la extensión de la comunicación escrita durante el tercio final del siglo XIX supo captarlo muy bien el pintor soriano Maximino

Peña Muñoz en su obra *La carta del hijo ausente* (1881), depositada en el Museo de Zaragoza, donde representa la llegada de una misiva a una familia campesina. El padre y la madre se muestran incapaces de leerla pero no así uno de los hijos, en cuya figura el artista habría sintetizado a los principales beneficiarios del impulso educativo del período. El autor, además, vivió parte de su infancia en Argentina, de modo que también tuvo la oportunidad de conocer en persona la alianza sellada entre la comunicación postal y la emigración (SOUTELO VÁZQUEZ, 2001; BLASCO MARTÍNEZ; RUBALCABA PÉREZ, 2003; MARTÍNEZ MARTÍN, 2010).

Las grandes migraciones – especialmente transatlânticas –, el servicio militar obligatorio y los conflictos bélicos – en particular las guerras mundiales y la Guerra Civil en el caso de España, más sus distintas secuelas de represión – fueron los acontecimientos desencadenantes de la bulimia epistolar que caracteriza el tercio final del siglo XIX y la primera mitad del Novecientos (CHARTIER, 1991; ANTONELLI; PALERMO; POGGIOGALLI; RAFFAELLI, 2009). En esa explosión, tuvo un protagonismo indiscutible la gente común (VINCENT, 2000; LYONS, 2010, p. 171-184), bien fuera personalmente o bien a través de intermediarios, que tanto podían ser personas allegadas o del entorno laboral como, sobre todo, profesionales. A éstos podía acudirse porque la persona careciera de la imprescindible competencia alfabética o también cuando no se conocían las convenciones del protocolo epistolar. La prueba más fehaciente de esta conquista popular de la escritura está en los amplios fondos epistolares que se van dando a conocer, depositados en archivos oficiales o en centros como los que integran la Red de Archivos e Investigadores de la Escritura Popular (www.redaiep.es). A esto se suma el impulso que en las últimas décadas está teniendo la edición y estudio de dichos documentos (CASTILLO GÓMEZ, 2010, p. 42-45).

2 Universidad y diversidad de la escritura epistolar

En la larga duración, si algo caracteriza a la carta como práctica de escritura, esto es, sin duda, la sustancial estabilidad de su estructura. Debido a esto, la carta es una modalidad escrita perfectamente reconocible, lo que tal vez tenga mucho que ver con un aprendizaje por imitación a partir de las misiva recibidas, esto es, mediante la lectura de la correspondencia de familiares, conocidos o amigos. Dicha estructura se fijó ya en los primeros tratados del mundo clásico y de manera más clara en las epístolas ciceronianas, para luego ser retomada en los *ars dictandi* medievales y en los distintos manuales epistolares de la Edad Moderna hasta su definitiva vulgarización en los siglos XIX y XX (POSTER; MITCHELL, 2007).

Como también ha observado Petrucci (2002, p. 86-87), el conservadurismo del género debe ser entendido en relación a la funcionalidad de la carta, es decir, para qué cambiar aquello que resulta práctico y facilita el objetivo perseguido, la comunicación entre ausentes. Dicha estructura se articula en torno a tres partes fundamentales: proemio,

discurso y fin; lo que Emanuele Tesauro (1696, p. 12-15 y 20), uno de los tratadistas más notables del Antiguo Régimen, llamó *cabeza*, *cuerpo* y *cola*. Si nos detenemos a considerar cartas de los distintos siglos sujetos a examen y de personas de diferente condición social, observaremos que esos elementos suelen estar presenten en todas ellas. Lo que las distingue no es, por tanto, el respeto a una forma de escritura consolidada y interiorizada con el uso, sino la mayor o menor elaboración discursiva, el manejo de los ingredientes retóricos, el vocabulario empleado, la corrección lingüística y sintáctica o el grado de proximidad a la norma gráfica propia de cada momento, es decir, una serie de competencias que se derivan tanto del nivel de alfabetismo e instrucción de las personas como del rango de la persona y la diversa intensidad de la práctica.

De igual modo que no es lo mismo el oficio de una persona de letras, cuyas estampas las representan apegadas a sus escritorios con papel y pluma en mano; tampoco lo es que se dispusiera de un personal competente en esas tareas, como lo fueron los secretarios para nobles y administradores de rentas; o, volviendo sobre lo apuntado más arriba, que se acudiera a un escribiente, verbigracia los que desempeñaban su actividad en las escribanías instaladas en plazas y lugares públicos tanto en la Edad Moderna como en la Contemporánea. Por ejemplo, los *memorialistas* de la madrileña calle de la Luna o de la Rambla barcelonesa a los que el escritor Pío Baroja (1970, p. 354) recordó en sus memorias:

> En mi tiempo de chico en Madrid daba sus últimas bocanadas el oficio de memorialista. El memorialista era el escribiente del pueblo ínfimo, el secretario particular de criadas, nodrizas, pinches, cigarreras. Yo recuerdo uno de la calle de la Luna, en un tugurio oscuro, con un cartel blanco escrito con letras negras, y dos o tres en portales estrechos de las proximidades del Rastro, que hace sesenta años, por su confusión, por su abigarramiento y su chulería desgarrada, era cosa seria y pintoresca. En Barcelona, había también memorialistas en el centro de la ciudad, en la Rambla, al lado de una antigua casa barroca llamada de la Virreina.

Estas observaciones, equiparables desde otra perspectiva a las que han combatido la distinción gruesa entre lecturas populares y cultas, llevan a entender que la habilidad en la relación con la escritura no siempre es pareja al lugar ocupado en la pirámide social. Pero esto no significa que las desigualdades sociales y de género carezcan de sentido y que de pronto todas las personas se hallen, antes y ahora, en las mismas condiciones de acceso y uso de la escritura, epistolar o de cualquier otro ramo (CASTILLO GÓMEZ, 2003b, p. 156-169).

Estas diferencias se atestiguan en la distinta ejecución que manifiestan las cartas según sean de gentes de letras, comerciantes acomodados, secretarios, monjas, nobles, burgueses o personas de las clases subalternas. Las primeras suelen caracterizarse por el empleo de una escritura cursiva de modulo pequeño dispuesta de forma ordenada y regular sobre el folio; mientras que las cartas de la gente común adolecen de una inhabilidad al escribir que se aprecia en el módulo grande de letra, en la escritura de trazo redondeado, más dibujada que escrita en el caso de las personas escasamente alfabetizadas, en los

desequilibrios del pautado, la incorrecta unión o separación de palabras y el discurso continuo sin signos de puntuación que lo vertebren (CASTILLO GÓMEZ, 2005, p. 857-875). Se podrá aducir que son apreciaciones muy genéricas, improcedentes, fuera del análisis de casos y del correspondiente momento histórico. No obstante, una mirada diacrónica a los testimonios epistolares de los grupos populares entre el siglo XVI y el XX deja ver la persistencia de los elementos apuntados (CASTILLO GÓMEZ, 2002b, p. 23-29 y 2003a, p. 260-265; SIERRA BLAS, 2002, 136-139 y 2003a, p. 83-89), de modo similar a lo que Attilio Bartoli Langeli (2000) expuso respecto a la escritura del italiano desde el otoño de la Edad Media a los aledaños de la Primera Guerra Mundial.

En el plano de la escritura, las catas efectuadas en el amplio patrimonio epistolar español de los siglos XVI a XX sirven para constatar el desarrollo producido en las formas gráficas y como éstas, sobre todo en las etapas iniciales, no siempre pueden vincularse a las taxonomías empleadas en el análisis paleográfico. La desigual competencia alfabética tuvo su reflejo en las irregularidades y desviaciones sintácticas y lingüísticas aludidas anteriormente, pero asimismo en una amplia gama de interpretaciones escriturarias que en muchos casos hacen inviable su adscripción a una categoría gráfica cerrada. Dentro, por supuesto, de que dicha evolución transita por las diversas ejecuciones góticas y humanísticas empleadas en las cartas de la primera mitad del siglo XVI, las cursivas bastardas que se asientan en la segunda parte del siglo y se extienden durante toda la Edad Moderna (RUIZ, 1999, p. 174-176), hasta desembocar en la "bastarda española". El uso escolar de ésta se institucionalizó a partir del Reglamento General de Primeras Letras de 16 de febrero de 1825 (ESTEBAN, 1997, p. 320); aunque poco después, en 1838, el Reglamento de Escuelas Públicas de Instrucción Primaria Elemental dejó en manos de los maestros y maestras la elección de la letra (ESTEBAN; LÓPEZ MARTÍN, 1994, p. 477). Pero esto tampoco fue impedimento para que, cerrando el siglo, Rufino Blanco y Sánchez sostuviera en su *Arte de escritura y de la caligrafía española* (1896, p. 173-174) la preferencia por la letra "española", tanto porque "ni su belleza, ni su utilidad son superadas por ningún otro tipo", como porque "es la escritura nacional, y como españoles, estamos en el deber de conservar las costumbres y tradiciones patrias" (SIERRA BLAS, 2008, p. 551-584).

3 La materialidad epistolar

Faltan todavía estudios suficientes para aquilatar las continuidades y cambios que se dieron en las actividades epistolares de los siglos XVI a XX, al igual que su cronología. Advertía al principio que hasta la fecha ha predominado el interés por las cartas en calidad de fuentes de información histórica, literaria o de cualquier otra índole, mientras que se ha prestado menor atención a la evolución experimentada por la materialidad epistolar. Desde esta limitación me permito apuntar algunos datos a partir del examen que vengo efectuando sobre cartas originales de los siglos que abarca el citado proyecto de investigación. Me refiero ahora al orden textual, a la norma gráfica, al soporte donde se escribe,

a la relación entablada con él, a la disposición de la escritura y a esta misma, esto es, una serie de cuestiones que son esenciales en toda investigación que se aborde desde los presupuestos de la *Historia social de la cultura escrita*.

Un primer campo de observación corresponde al lenguaje y protocolo adoptados en las cartas, objeto de atención preferente en los manuales epistolares, dado que su mayor o menor respeto estaba relacionado con la eficacia de la carta, sobre todo en los ámbitos instruidos, cortesanos y burgueses o cuando se trata de peticiones dirigidas a las personas que detentan algún tipo de poder (CASTILLO GÓMEZ, 2006, p. 132-139; SIERRA BLAS, 2005a, p. 165-200). En tanto que la retórica barroca fue particularmente celosa en el asunto de los tratamientos, en los usos epistolares de finales del siglo XVIII se esboza una ruptura con dichos corsés, que se confirma a lo largo del Ochocientos.

Si comparamos las cartas de la emigración a Indias en los siglos XVI y XVII con las del siglo XVIII, no es difícil apreciar: por un lado, la sustitución progresiva del *usted* por el *tu*; y, por otro, la adopción de expresiones más cercanas en saludos y despedidas. Respecto de éstas, mientras que en los tiempos áureos era usual que entre familiares se dieran tratamiento de "muy magnífico"; en el XVIII, dicha expresión se había convertido en una antigualla, siendo más común el uso de otras fórmulas más amigables, por ejemplo, "muy estimado amigo y señor" (véase para ello las cartas editadas en OTTE, 1988; SÁNCHEZ RUBIO; TESTÓN NÚÑEZ, 1989; MACÍAS; MORALES PADRÓN, 1991; MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 2007). Sin que desaparecieran las dificultades a la hora de emplear los tratamientos más adecuados, conforme se advierte en la correspondencia de la familia Rosés, una de las más ricas e influyentes de la ciudad de Gerona (MATAS; PRAT; VILA, 2002, p. 38), a partir del Setecientos se perfilan modos propios de ese estilo familiar, sinónimo de sencillo, que contemporáneamente se recoge en la tratados epistolares: "Si las cartas se escriben entre amigos, parientes, o personas que se tratan con confianza y con llaneza, pueden escribirse en estilo familiar, que algunos entienden por sencillo" (SAS, 1819, p. 48).

Los mismos fondos epistolares nos avisan de otro de los cambios que visibilizan las cartas del último cuarto del siglo XVIII: la posición de la data. Hasta entonces lo más frecuente había sido incluirla al término del texto, tras la despedida y antes de la firma; pero a lo largo de dicho centuria y, especialmente, en su recta final se hizo común la inserción en la parte superior de la carta, algo que antes parece bastante excepcional. Así se desprende también de la indagación efectuada en la correspondencia del Marqués de San Miguel de Grox (Archivo Histórico Provincial de Zamora), en los fondos epistolares de la familia Monasterio y del Marqués de Ferrara (Museo del Pueblo de Asturias, Gijón) e igualmente en un surtido de misivas de emigrantes de los años 1768 a 1795 (MÁRQUEZ MACÍAS, 1994). Obviamente esto no es impedimento para que todavía en otras cartas de los años setenta prevalezca la data al final, como sucede en la correspondencia dirigida a la condesa de Lemos (Archivo Regional de la Comunidad de Madrid, Leg. 5234/2).

De acuerdo con las prescripciones de los manuales epistolares, las secciones superior e izquierda del papel se reservaban a los blancos de respeto, usados por lo general en proporción directa a la mayor o menor solemnidad del escrito, al carácter de éste y a la condición de la persona a la que se destina la misiva. Una excelente demostración del valor asignado a la disposición espacial de la escritura son los esquemas ofrecidos por Agustín Chaseur Millares (Harmency) en su tratado *Cómo deben escribir sus cartas los hombres* (BAUZÁ, 1943, p. 10-11). Corresponden respectivamente a la distinta distribución de la "carta corriente" y de la "carta a una persona de consideración", pues en ésta el espacio blanco entre el nombre del destinatario y el cuerpo del texto debía ser más amplio que en la primera modalidad, prácticamente el doble (SIERRA BLAS, 2003b, p. 127).

Terminada de escribir, la carta se plegaba en sucesivos dobleces y se cerraba con lacre o, a partir de finales del siglo XVIII, con engrudo. En el exterior se anotaba el sobrescrito, esto es, el nombre y razón del destinatario, así como las tasas y, eventualmente, la persona encargada del transporte y otros datos, como expresiones de buenos augurios e incluso la fecha de la respuesta en el caso de las correspondencias más regulares y organizadas (AHUMADA BATTLE, 2003), que otras veces se anotaba en el encabezamiento de la carta junto a la fecha (ANTÓN PELAYO, 2005). En las primeras décadas del siglo XIX se emplean ya sobre artesanales, como los que se documentan en el epistolario de la familia Rosés (MATAS; CONGOST, 2000, p. 102 y 109) o en la correspondencia de Napoleón, incluidas las cartas escritas desde España (GARCÍA SÁNCHEZ, 2008, p. 36-37). En ellos se fue articulando una distribución más racional y visible de los datos que conformaban el sobrescrito, previo a su efectiva formalización con la creación del sobre y del sello postal (Inglaterra, 1839). Considerados en paralelo a los avances que experimentó el correo en el siglo XIX, dichos elementos agilizaron el reparto postal, repercutieron el pago del envío en el emisor e indiscutiblemente reforzaron el secreto de la comunicación epistolar.

En cuanto al formato de papel, durante la temprana Edad Moderna, fueron habituales los pliegos doblados verticalmente con la escritura extendida a lo largo del lado menor, siendo más rara y de origen medieval la disposición horizontal que vemos, por ejemplo, en una carta de Germana de Aragón al Marqués de Santilla, fechada en Borja a 26 de agosto de 1517 (Biblioteca Francisco de Zabálburu, Madrid. Colección Miró. 12, D. 220). A partir del siglo XVIII, sobre todo del último cuarto, se hizo cada vez más frecuente el uso de papeles in folio doblados por el lado menor hasta conformar un cuadernillo en tamaño cuarto, que antes de ese período parece bastante inusual aunque se documenta, por ejemplo, en un fondo de cartas de súplica al superintendente general de las Minas de Almadén correspondientes a los años 1685-1699 (Archivo Histórico Nacional, Madrid. Fondos Contemporáneos. Minas de Almadén, Leg. 849[2]; CASTILLO GÓMEZ, 2006, p. 134-136). El llamado papel de carta se convirtió en el formato por excelencia de la comunicación epistolar en las primeras décadas del Ochocientos, cuando también se introdujeron los sobres artesanales.

El llamado papel de carta, el sobre y el sello postal, más la tarjeta postal, presentada en el congreso de Karlsrube en 1865 y adoptada en 1869 por el correo imperial austriaco, articulan los aspectos fundamentales de una nueva materialidad del escrito epistolar (PETRUCCI, 2008, p. 129-146). No fueron modificaciones menores en el devenir de la correspondencia, sino que deben valorarse tanto por sus efectos prácticos en la organización y distribución del servicio de correos, como por su implicación en los modos de pensar y en la lógica de cada acto de escritura. Entre las innovaciones que se irían asentado con el paso de los años, podemos destacar las que siguen:

a) Los papeles enlutados para las cartas de pésame o las escritas durante los largos períodos de duelo, cuyo uso empieza a observarse con cierta regularidad partir del cuarto final del siglo XIX. Evidencia de ello tenemos en algunas cartas de la reina Isabel II y de su madre María Cristina de Borbón-Dos Sicilias a Juan Martín Carramolino, fechadas en 1872 y 1873 (DURÁN, 2009, p. 40-41); o en la correspondencia de María de las Nieves de Braganza Borbón, en la que se hallan muchas cartas con ribete de luto y condolencias por la muerte en 1906 de la archiduquesa Beatriz de Austria-Este, madre de Alfonso Carlos de Borbón (Archivo Histórico Nacional, Madrid. Diversos. Archivo Carlista, leg. 52, carp. 1).

b) Los papeles timbrados: usados, por un lado, por quienes ocupan cargos en la administración, desempeñan profesiones liberales (médicos, abogados, ingenieros, profesores, etc.) o realizan tares empresariales y comerciantes, siendo destacable su utilización por los emigrantes a fin de representar el éxito alcanzado (QUIRÓS LINARES, 1993, p. 41-44), documentados en el fondo epistolar de la familia Moldes-Barreda a partir de 1901 (MARTÍNEZ MARTÍN, 2006, p. 117-123); y, por otro, con propósitos de propaganda política, como los papeles y tarjetas de campaña usados por ambos bandos en la Guerra Civil española y, acabada ésta, el uso constante de los mismos productos con las invocaciones "¡Viva Franco!", "¡Saludo a Franco!" o "¡Arriba España!" durante la dictadura franquista.

c) Los papeles de color y decorados, más empleados por las mujeres en consonancia con la educación sentimental que recibían.

d) Los papeles rayados y cuadriculados para facilitar la operación de escribir, sobre todo a las personas con menos hábitos de hacerlo. De ellos encontramos testimonio en distintas cartas de súplica dirigidas en 1875 al secretario particular de la Reina Gobernadora, doña María Cristina de Borbón, don Antonio María Rubio (Archivo Histórico Nacional, Madrid. Diversos. Títulos-Familias, 3467, leg. 333, exp. 1, doc. 213, 229, 237, 238 y 242).

Papeles, sobre y tarjetas postales se beneficiaron de la mecanización experimentada por la industria papelera a lo largo del siglo XIX, cuyos anuncios se prodigaron en periódicos, revistas y otros impresos de la época. Así, en la *Guía de Sevilla y su provincia* (1878, p. 549), preparada por el periodista Manuel Gómez Zarzuela, se publicó, entre otros, un anuncio del "Gran almacén de papel y objeto de escritorio, fábrica de cartones y

cartulinas Luis Añino y Zerezuela", sito en la calle Cardenal, 2. En dicho establecimiento, estaba a la venta un "extenso y variado surtido" de papeles ("blancos para farmacéuticos y confiteros; pautado para escuelas; para escribir lisos, rayados y cuadriculados en todos tamaños; catalanes o de barba y secantes; de paja, estraza, estracilla y los demás que se emplean para empaquetar"), tintas, tarjetas de todas clases, piadores de cartas, tinteros, escribanías, plumas y demás materiales de escritorio.

Con ritmo distinto según fuera el desarrollo del país o las distintas situaciones geográficas y sociales, estas novedades condimentan los cambios operados en los formatos y maneras de la correspondencia durante la Época Contemporánea. Su consolidación se produjo, fundamentalmente, en el primer tercio del Novecientos al hilo de una verdadera explosión de la comunicación postal de la que dan fe los millones de cartas, postales y demás objetos del ramo puestos en circulación.

Escritas a mano o a máquina, cuando ésta hizo su irrupción a partir de la Primera Guerra Mundial, la carta devino un fenómeno de masas hasta su indudable transformación con la llegada del correo electrónico en los años setenta del siglo pasado. Reconstruir esos avatares en abierto diálogo con las políticas de alfabetización en cada época, los caminos adoptados para la distribución postal, las condiciones propiciatorias de la escritura epistolar y, en suma, la materialización de ésta en tipologías y formatos distintos, destinados a transmitir noticias, intercambiar pareceres, calmar inquietudes, superar distancias, unir corazones o aplacar tensiones, son ingredientes cotidianos de un quehacer investigador que recorre cinco siglos de la historia de los españoles y de las españolas.

Bibliografía

AHUMADA BATTLE, Eulalia d' (2003). *Epistolaris d'Hipòlita Roís de Liori i d'Estefania de Requesens (segle XVI)*. Valencia: Universitat de València.

ALONSO GARCÍA, Fernando (2004). *El correo en el Renacimiento europeo: estudio postal del Archivo Simón Ruiz, 1553-1630*. Madrid: Fundación Albertino de Figueiredo para la Filatelia.

ANTENHOFER, Christina; MÜLLER, Mario (Ed.) (2009). *Briefe in politischer Kommunikation vom Alten Orient bis 20. Jahrhundert*. *Le lettere nella comunicazione politica. Dall'Antico Oriente fino al XX secolo*. Auflage: Vandenhoeck & Ruprecht.

ANTÓN PELAYO, Javier (2005). *La sociabilitat epistolar de la família Burgués de Girona (1799-1803)*. Girona: Cercle d'Estudis Històrics i Socials.

ANTONELLI, Giuseppe; PALERMO, Massimo; POGGIOGALLI, Danilo; RAFFAELLI, Lucia (2009). *La scrittura epistolare nell'Ottocento: nuovi sondaggi sulle lettere del CEOD*. Ravenna: Giorgio Pozzi Editore.

ARANAZ DEL RÍO, Fernando (1995). Estructura del correo en España durante el primer tercio del siglo XVIII. In: *Las comunicaciones entre Europa y América (1500-1993). Actas del I Congreso Internacional de Comunicaciones*. Madrid: Ministerio de Obras Pública, Transportes y Medio Ambiente, p. 59-98.

ASCANDONI RIVERO, Jaime (1999). El correo durante el reinado de Felipe II. In: MARTÍNEZ RUIZ, Enrique (Dir.). *Felipe II, la ciencia y la técnica*. Madrid: Parteluz. p. 253-274.

BAHAMONDE MAGRO, Ángel; MARTÍNEZ LORENTE, Gaspar; OTERO CARVAJAL, Luís Enrique (1993). *Las comunicaciones en la construcción del Estado contemporáneo en España: 1700-1936*. Madrid: MOPTMA-Secretaría General de Comunicaciones.

BAHAMONDE MAGRO, Ángel; MARTÍNEZ LORENTE, Gaspar; OTERO CARVAJAL, Luís Enrique (2002). *Atlas de las comunicaciones en España, 1700-2002*. Madrid: Correos y Telégrafos.

BAROJA, Pío (1970). *Desde la última vuelta del camino: memorias*. Barcelona: Planeta, v. 2.

BARTOLI LANGELI, Attilio (2000). *La scrittura dell'italiano*. Bologna: Il Mulino.

BLANCO Y SÁNCHEZ, Rufino (1914). *Arte de la escritura y de la caligrafía española* [1896]. Madrid: Tipografía de la Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos.

BLASCO MARTÍNEZ, Rosa María; RUBALCABA PÉREZ, Carmen (2003). *"Para hablarte a tan larga distancia…": correspondencia de una familia montañesa a ambos lados del Atlántico*. Santander: Ediciones Estudio.

BOUZA, Fernando (2001). *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons.

BOUZA, Fernando (Coord.) (2005). *Cultura epistolar en la alta Edad Moderna: usos de la carta y de la correspondencia entre el manuscrito y el impreso*. Madrid: Universidad Complutense ("Cuadernos de Historia Moderna-Anejos, IV").

CARRERAS, Albert; TAFUNELL, Xavier (Coord.) (2005). *Estadísticas históricas de España: siglos XIX–XX*. 2 ed. Madrid: Fundación BBVA.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2002a). Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (Org.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF. p. 13-55.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio (Coord.) (2002b). *La conquista del alfabeto: escritura y clases populares*. Gijón: Trea.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2003a). De las manos al archivo: a propóstio de las escrituras de la gente común. *Percursos. Revista do Centro de Ciências da Educação da UDESC*, Florianópolis, v. 4, p. 257-289.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2003b). De las tablillas a Internet: la cultura escrita en la larga duración. *Educação Unisinos*, v. 7, n. 12, p. 129-169.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2003c). Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista brasileira de história da educação*, v. 5, p. 93-124.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2005). "El mejor retrato de cada uno": la materialidad de la escritura epistolar en la sociedad hispana de los siglos XVI y XVII. *Hispania. Revista española de historia*, LXV/3, 221, p. 847-875.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2006). *Entre la pluma y la pared: un historia social de la escritura en el Siglo de Oro*. Madrid: Akal.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2010). Les écrits du for privé en Espagne de la fin du Moyen Âge à l'époque contemporaine : bilan et perspectives. In: BARDET, Jean-Pierre ; ARNOUL, Elisabeth ; RUGGIU, François-Joseph (Dir.). *Les écrits du for privé en Europe (du Moyen âge à l'époque contemporaine): enquêtes, analyses, publications*. Bordeaux : Presses Universitaires de Bordeaux. p. 31-47.

CECCHI, Egli (1990). *Le lettere di Francesco Datini alla moglie Margherita: 1385-1410*. Prato: Istituto di Storia Economica "Francesco Datini".

CHARTIER, Roger (1989). Le monde comme représentation. *Annales*, v. 44, n. 6, p. 1505-1520.

CHARTIER, Roger (Dir.) (1991). *La correspondance : les usages de la lettre au XIX[e] siècle*. Paris: Fayard.

CRUZ MEDINA, Vanesa de (2005). "Missivas mensageras": la carta de la Edad Moderna en la historiografía española. *Revista de historiografía*, n. 3, II/2, p. 48-54.

DURÁN, Fernando (2009). *Libros y manuscritos. Subasta 337.* Madrid: Casa de subastas Fernando Durán.

ESCOLANO BENITO, Agustín (1997). Los manuscritos escolares. In: ESCOLANO BENITO, Agustín (Dir.). *Historia ilustrada del libro escolar en España: del Antiguo Régimen a la Segunda República*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez. p. 345-371.

ESTEBAN, León (1997). La academización de la escritura: modelos e instrumentos para aprender a escribir en la España del siglo XIX y comienzos del XX. In: ESCOLANO BENITO, Agustín (Dir.). *Historia ilustrada del libro escolar en España: del Antiguo Régimen a la Segunda República*, op. cit., p. 315-344.

ESTEBAN, León; LÓPEZ MARTÍN, Ramón (1994). *Historia de la enseñanza y de la escuela.* Valencia: Tirant lo Blanch.

GARCÍA SÁNCHEZ, Jesús (2008). *L'Espagne est grande: cartas de Napoleón Bonaparte desde Castilla y León (1808-1809).* Valladolid: Ámbito.

GUEREÑA, Jean-Louis (2005). El alfabeto de las buenas maneras los manuales de urbanidad en la España contemporánea. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez.

GUÍA DE SEVILLA, SU PROVINCIA (1878). Accesible en la Hemeroteca Digital de la Biblioteca Nacional de España. Dispon[ivel em: http://hemerotecadigital.bne.es/cgi-bin/Pandora. Acessado em 27 de maio de 2010.

LÓPEZ RODRÍGUEZ, Carlos (2004). *Epistolari de Ferran I d'Antequera amb les infants d'Aragó i la reina Elionor (1413-1416).* Valencia: Universitat de València.

LÓPEZ-VIDRIERO, María Luisa (Dir.) (1999-2003). *Catálogo de la Real Biblioteca,* XIII. *Correspondencia del Conde de Gondomar*, I-IV, Madrid: Patrimonio Nacional.

LYONS, Martyn (2010). *A history of reading and writing in the Western World*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

MACÍAS, Isabelo; MORALES PADRÓN, Francisco (1991). *Cartas desde América, 1700-1800*. Sevilla: Junta de Andalucía.

MALATIAN, Teresa (2009). Cartas: narrador, registro e arquivo. In: BASSANEZI PINSKY, Carla; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto. p. 195-221.

MÁRQUEZ MACÍAS, Rosario (1994). *Historias de América: la emigración española en tinta y papel*. Huelva: Ertoil Lubricantes.

MARTÍN BAÑOS, Pedro (2005a). *El arte epistolar en el Renacimiento europeo, 1400-1600*. Bilbao: Universidad de Deusto.

MARTÍN BAÑOS, Pedro (2005b). La carta en el Renacimiento y el Barroco. Guía bibliográfica. In: BOUZA, Fernando (Coord.). *Cultura epistolar en la alta Edad Moderna*, op. cit., p. 187-201.

MARTÍNEZ MARTÍN, Laura (2006). *"Cartas migrantes": la corrrespondencia de una familia de asturianos en Chile (1874-1932)*, Diploma de Estudios Avanzados (Doctorado: Hombre y pensamiento en la historia). Departamento de Historia I y Filosofía, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Alcalá, 26 de noviembre de 2006. p. 117-123.

MARTÍNEZ MARTÍN, Laura (2008). Las correspondencias de la emigración en la época contemporánea: una mirada historiográfica. *Migraciones y exilios*, n. 9, p. 135-150.

MARTÍNEZ MARTÍN, Laura (2010). *"Asturias que perdimos, no nos pierdas": cartas de emigrantes asturianos en América*. Gijón: Museo del Pueblo de Asturias.

MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Carmen (2007). *Desde la otra orilla: cartas de Indias en el Archivo de la Real Chancillería de Valladolid (siglos XVI-XVIII)*. León: Universidad de León.

MATAS, Josep; CONGOST, Rosa (2000). La família Rosés i les seves cartes. In: *M'escriuràs una carta?* Girona: Museo d'Art de Girona. p. 102-111.

MATAS, Josep ; PRAT, Enric; VILA, Pep (2002). *Les cartes de les famílies Roger i Roses: notícies de Palafrugell dels segles XVIII i XIX*. Palafrugell: Arxiu Municipal de Palafrugell.

MONTÁÑEZ MATILLA, María (1963). *El correo en la España de los Austrias*. Madrid: C.S.I.C.

MORENO TRUJILLO, Amparo (2002). Registro oficial, registro personal: la dualidad de la correspondencia del Conde de Tendilla. In: SÁEZ, Carlos; CASTILLO GÓMEZ, Antonio (Ed.). *La correspondencia en la historia: modelos y prácticas de la escritura epistolar*. Madrid: Calambur. p. 205-230.

NAVARRO BONILLA, Diego (2004). *Del corazón a la pluma: archivos y papeles privados femeninos en la Edad Moderna*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

OTTE, Enrique (1988). *Cartas privadas de emigrantes a Indias, 1540-1616*. Sevilla: Junta de Andalucía-Consejería de Cultura.

PETRUCCI, Armando (2002). *Prima lezione di paleografia*. Roma/Bari: Laterza.

PETRUCCI, Armando (2008). *Scrivere lettere: una storia plurimillenaria*. Roma/Bari: Laterza.

PONTÓN, Gonzalo (2002). *Correspondencias: los orígenes del arte epistolar en España*. Madrid: Biblioteca Nueva.

POSTER, Carol; MITCHELL, Linda C. (Ed.) (2007). *Letter writing manuals and instruction from Antiquity to the present: historical and bibliographical studies*. Columbia: University of South Carolina Press.

QUIRÓS LINARES, Francisco (1993). Cuarenta años de cartas entre Cuba y Pravia (1909-1947). *Astura*, n. 9, p. 39-52.

RUBALCABA PÉREZ, Carmen (2006). *Entre las calles vivas de las palabras: prácticas de cultura escrita en el siglo XIX*. Gijón: Trea.

RUIZ, Elisa (1999). La escritura humanística y los tipos gráficos derivados. In: RIESCO TERRERO, Ángel (Ed.). *Introducción a la Paleografía y a la Diplomática general*. Madrid: Síntesis. p. 149-176.

RUIZ MARTÍN, Felipe (1965). *Lettres marchandes échangées entre Florence et Medina del Campo*. Paris : S.E.V.P.E.N.

SÁNCHEZ ALBORNOZ, Nicolás (1970). El movimiento postal en España entre 1846 y 1867: correo y desarrollo económico. *Moneda y crédito*, n. 114, p. 75-88.

SÁNCHEZ RUBIO, Rocío; TESTÓN NÚÑEZ, Isabel (1989). *El hilo que une: las relaciones epistolares en el Viejo y el Nuevo Mundo (siglos XVI-XVIII)*. Cáceres-Mérida:Universidad de Extremadura-Junta de Extremadura-Editora Regional.

SAS, Melchor de (1819). *Arte epistolar o reglas teórico-prácticas para escribir cartas, oficios, memoriales, pedimientos, etc*. Barcelona: Tomás Gorchs.

SERRANO SÁNCHEZ, Carmen (2008). *Los manuales epistolares en la España Moderna (siglos XVI-XVII)*. Tese de Doutorado. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Alcalá.

SIERRA BLAS, Verónica (2002). Escribir y servir: las cartas de una criada durante el franquismo. *Signo. Revista de historia de la cultura escrita*, n. 10, p. 121-140.

SIERRA BLAS, Verónica (2003a). "Al otro lado de las rejas": correspondencia a los presos del Centro Penitenciario de El Dueso (Santander, 1936). In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio; MONTERO GARCÍA, Feliciano (Coords.). *Franquismo y memoria popular: escrituras, voces y representaciones*. Madrid: Siete Mares.

SIERRA BLAS, Verónica (2003b). *Aprender a escribir cartas: los manuales epistolares en la España contemporánea (1927-1945). Gijón: Trea.*

SIERRA BLAS, Verónica (2003c). La carta en la escuela: los manuales epistolares para niños en la España contemporánea. In: *Etnohistoria de la escuela. XII Coloquio Nacional de Historia de la Educación*. Burgos: Universidad de Burgos. p. 723-739.

SIERRA BLAS, Verónica (2003d). La guerra en el tintero: los manuales epistolares para soldados. *Pliegos de bibliofilia*, n. 21, p. 15-38.

SIERRA BLAS, Verónica (2003-2004). !Cuidado con la pluma!: los manuales epistolares en el siglo XX. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1090114

SIERRA BLAS, Verónica (2005a). "En espera de su bondad, comprensión y piedad": cartas de súplica en los centros de reclusión de la guerra y posguerra españolas (1936-1945). In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SIERRA BLAS, Verónica (Coords.). *Letras bajo sospecha: escritura y lectura en centros de internamiento*. Gijón: Trea. p. 165-200.

SIERRA BLAS, Verónica (2005b). "Olvidos epistolares": luces y sombras en la epistolografía contemporánea. *Revista de historiografía*, n. 3, II/2, p. 55-68.

SIERRA BLAS, Verónica (2008). *Letras huérfanas: cultura escrita y exilio infantil en la Guerra Civil española*. Tese de Doutorado. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Alcalá.

SIERRA BLAS, Verónica (2009). *Palabras huérfanas: los niños y la Guerra Civil*. Madrid: Taurus.

SIERRA BLAS, Verónica; COLOTTA, Pablo A. (2005). De la escuela a la familia: escrituras efímeras a principios del siglo XX. In: NAYA GARMENDIA, Luís María; DÁVILA BALSERA, Paulí (Coords.). *La infancia en la historia: espacios y representaciones*. San Sebastián: Erein, vol. 1, p. 482-494.

SOUTELO VÁZQUEZ, Raúl (2001). *De América para casa: correspondencia familiar de emigrantes galegos en Brasil, Venezuela e Uruguai: 1916-1969*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

TESAURO, Emanuele (1696). *Arte de cartas misivas, o méthodo general para reducir al papel quantas materias pide el político comercio*. Valencia: Jaime de Bordazar.

VILANOVA RIBAS, Mercedes; MORENO JULIÀ, Xavier (1992). *Atlas de la evolución del analfabetismo en España de 1887 a 1981*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia-C. I. D. E.

VINCENT, David (2000). *The rise of mass literacy*. Cambridge-Malden: Mass. Polity.

VINYOLES I VIDAL, Teresa (1996). L'amor i la mort al segle XIV: cartes de dones. *Miscel.lània de textes medievals*, n. 8, p. 111-198.

VINYOLES I VIDAL, Teresa (2003-2004). Unes cartes de dones del segle XV: notes sobre la crisi feudal. *Acta historica et archaeologica mediaevalia*, n. 25, p. 445-460.

O nome dela era Rosa: epistolografia de uma ex-escrava no Brasil do século XVIII

Klebson OLIVEIRA
Universidade Federal da Bahia
PROHPOR

Tânia LOBO
Universidade Federal da Bahia
PROHPOR

Introdução

A década compreendida entre os anos de 1997 e 2007 deu início a uma nova fase nos estudos histórico-diacrônicos do português brasileiro, marcada pela exploração de arquivos. Ao menos duas consequências relevantes advêm daí: a possibilidade de uma *reconstrução significativamente mais próxima do chamado português popular brasileiro* e a abertura de uma nova área de investigação nos estudos sobre a história da penetração da língua escrita no Brasil, a saber, a *análise das práticas de leitura e escrita de indivíduos integrantes de grupos sociais subalternos*. Estima-se que, no final do século XVIII, os letrados e semiletrados do Brasil não ultrapassassem 0.5% do total da população. Aproximadamente um século depois, segundo o censo de 1872, ainda eram raros os que sabiam ler e escrever: 99.9% dos escravos, 80% dos homens livres e 86% das mulheres livres eram analfabetos. Contudo, no passado, certos espaços destacaram-se por terem, mesmo que de forma rudimentar, facultado a alguns poucos, entre a maioria dos "excluídos" da sociedade colonial e pós-colonial, a possibilidade de aprender a ler, escrever e contar. Para os africanos e afrodescendentes (fossem escravos, livres ou libertos), as irmandades negras constituíram-se em um desses espaços, como o demonstram, para o século XVII, a Irmandade de Santo Antônio de Categeró e, para o século XIX, a Sociedade Protetora dos Desvalidos, ambas situadas na cidade do Salvador. Mesmo poucos, e principalmente destinados às elites, os conventos, recolhimentos e educandários também despontaram como o outro

espaço em que mais um segmentos social carente das letras – as mulheres – pôde inserir-se mais ativamente no mundo da cultura escrita. É dentro de um recolhimento fundado no Rio de Janeiro no século XVIII, denominado Nossa Senhora do Parto, que se localiza a emergência de toda uma produção escrita relacionada à africana *Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz*, considerada pelo antropólogo Luiz Mott (1993) a primeira escritora da história afrobrasileira. Reconhecendo que já existe no Brasil uma relativamente sólida tradição de estudos de epistolários das chamadas gentes visíveis, este texto, que finaliza com uma apresentação dos dados biográficos de *Rosa* e com uma brevíssima análise das suas cartas – escritas de próprio punho ou não –, dá notícia dos primeiros passos na investigação da relação de uma ilustre protagonista "anônima" da história com a leitura e a escrita.

1 Alfabetização e letramento de mulheres

Em um exemplar do livro *A instrução feminina em São Paulo: subsídios para a sua história até a proclamação da República*, adquirido em um dos sebos da cidade do Salvador no ano de 2008, leem-se, na falsa folha de rosto e na folha de rosto propriamente dita, quatro dedicatórias, feitas a *Marilu*, sua primeira proprietária:

> *Marilu,*
> *Sei que você precisa ter mais instrução, é por isso que eu faço uma dedicatória em cada livro que você compra. Mas não o deixe na biblioteca, é preciso ler para se instruir.*
> *Ana*
> *S.P. 30-03-66*
>
> *Marilú,*
> *Você não pediu para eu escrever no seu livro, e eu fiquei frustrada. Por isso ~~não~~ desejo que você seja feliz, ~~nem~~ que tenha tudo de bom na vida.*
> *Vera.*
>
> *Marilú,*
> *Você enche! Já gastei a cabeça de tanto fazer dedicatórias em seus livros. Mas, mesmo sendo enchetiva, eu "te gosto". Por isso desejo que sejas muito feliz.*
> *Mara.*

Finalmente, a última das dedicatórias diz, sem meias palavras:

> *Parceira*
> *A instrução feminina não deve ser levada "muito em conta" pois muita instrução termina por desilusão*
> *Ana Carolina*
> *30/3/66*

Publicado no ano de 1962, o referido livro, de autoria de Leda Maria Pereira Rodrigues, nome civil da religiosa Madre Maria Ângela, da Congregação das Cônegas Regulares de Santo Agostinho, é uma tese de concurso, elaborada para provimento da cátedra de História do Brasil da primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do país, com sede na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São ambos, o livro e sua autora,

pioneiros. Se, na década de 1960, eram tão escassos, que quase passíveis de enumeração, os trabalhos sobre a história geral da educação no Brasil,[1] ainda mais raros eram os que se detinham em abordar o tema da educação ou instrução feminina, como se pode constatar pela simples leitura da bibliografia referida ao final da obra de Madre Maria Ângela. É a mesma bibliografia que também confirma o que se poderia esperar, relativamente à década de 1960, quanto à presença feminina: pouquíssimas são as mulheres ali referidas como autoras de livros ou artigos sobre o tema em questão ou mesmo sobre temas afins.

Ser uma mulher religiosa e candidata a uma cátedra, na década de 1960, em instituição católica de ensino superior a autora de uma das primeiras obras da historiografia brasileira dedicadas ao tema da instrução feminina não é, contudo, algo que necessariamente deva surpreender: os espaços religiosos foram, desde o período colonial, agências privilegiadas na história do letramento feminino – Madre Maria Ângela debruçava-se, pois, sobre uma história que não lhe era estranha; além disso, está-se tratando da década de 1960, momento a partir do qual o ingresso de mulheres de uma classe média urbana nas instituições universitárias brasileiras deixará de ser ocasional, assim como já o deixara de ser, na década anterior, no ensino secundário.

No exemplar do livro que pertenceu à supostamente jovem *Marilu*, nas dedicatórias que lhe foram feitas, no ano de 1966, pelas suas também supostamente jovens amigas *Ana*, *Vera*, *Mara* e *Ana Carolina*, revelam-se os sentimentos e aspirações conflitantes daquela primeira geração de mulheres urbanas brasileiras a ingressar, de modo mais pleno, em espaços laicos do mundo da cultura letrada que, até então, lhes eram quase inacessíveis: era preciso ter instrução, compravam livros, liam-nos ou eram instigadas a lê-los para instruir-se, mas, talvez, ainda temerosas das desilusões que lhes pudessem advir do seu progressivo afastamento quer da esfera doméstica, quer da esfera religiosa.

Durante todo o período colonial brasileiro, a ação dos poderes públicos, no que concerne à educação feminina, foi quase inexistente, o que, de resto, não é uma característica particular do Brasil. Somente a partir do ano de 1827 é que as meninas – as livres – passaram a ter acesso à instrução elementar pública, ingressando, parcimoniosamente, nas chamadas escolas de primeiras letras. Este quadro poucas alterações sofrerá nos anos subsequentes do governo imperial.

1 No *Prefácio* ao livro da Madre Maria Ângela, escrito pelo historiador Hélio Vianna, o orientador da tese, lê-se (p. 6): "Pouco numerosos são, na historiografia brasileira, os trabalhos relativos à evolução da educação no país. Uma tentativa fêz em 1900 José Veríssimo, por ocasião das comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil, escrevendo útil memória sôbre *A Instrução Pública*, nos quatro primeiros séculos de nossa História. Outra sobre o mesmo tema, por ocasião do centenário de nossa Independência política, em 1922, escreveu M. P. de Oliveira Santos, como capítulo do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, então editado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nós mesmos em 1934 publicamos na revista carioca *A Ordem* uma "Síntese de uma História da Educação no Brasil", no ano seguinte incluída em nosso primeiro livro – *Formação Brasileira*. Tendo objetivos mais extensos, como indica o próprio título, a ela não pode se dedicar mais profundamente o Professor Fernando de Azevedo, em sua notável obra *A Cultura Brasileira*, de 1943."

Segundo Haidar (2008):

> Além das poucas escolas normais,[2] que, de resto, em sua maioria, não ultrapassavam o nível primário superior, e dos seminários de educandas, mais preocupados com a educação doméstica do que com a instrução das órfãs desvalidas, só se criaram, por iniciativa do Governo Central ou das administrações provinciais, escolas destinadas a oferecer a crianças do sexo feminino o ensino da religião, das primeiras letras, dos rudimentos do cálculo e das prendas domésticas. [...] a educação das jovens de boa família, ainda nos primeiros tempos do Império, se [realizou] fundamentalmente no aconchego das vivendas citadinas ou nas casas grandes das fazendas sob a orientação dos pais e dos preceptores. (p. 211-212) [...] dificilmente se poderia encontrar no Brasil de meados do século XIX alguém que defendesse a idéia de fazê-la[s] letrada[s]. As vozes mais ousadas limitavam-se a reivindicar-lhe[s] a formação intelectual necessária para o cabal cumprimento da dupla missão de esposa e mãe.

E afirma ainda a mesma historiadora:

> Aos colégios particulares foi [...] inteiramente confiada, no Império, a tarefa de promover a instrução secundária para o sexo feminino.

Sem dúvida, o acesso às instituições particulares que promoviam o ensino secundário no Brasil imperial esteve restrito a uma pequeníssima parcela da população feminina. O quadro traçado pelo deputado Cunha Leitão, em seu pronunciamento na Câmara dos Deputados, na sessão do dia 25 de maio de 1875, revela que, mesmo na Corte, o alto grau de analfabetismo era a tônica, não apenas entre as mulheres, mas também entre os homens:

> Na população geral, de entre os homens, são analfabetos 68.716, sabem ler e escrever 65.164. Por conseguinte, vê-se que pouco mais da metade não sabe ler nem escrever. De entre as mulheres: sabem ler 33.992; são analfabetas 58.161. Muito mais da metade. Este é o resultado da estatística sobre a população maior da idade escolar. Agora vamos ver a população escolar e a freqüência que as escolas apresentam. Dos meninos de seis a quinze anos só freqüentam as escolas 5.788; e não freqüentam 16.449. Vê V. Exa. que, ao que a população geral apresenta uma proporção de quase metade dos que sabem ler e escrever sobre os analfabetos, a população escolar apresenta uma diferença muito maior, uma terça parte, apenas, que freqüenta as escolas sobre dois terços que se conservam em plena ignorância. No sexo feminino a desproporção é ainda maior; freqüentam as escolas 4.258 meninas, não vão a elas 15.009. Por conseguinte, mais do triplo; muito mais de duas terças partes das meninas de seis a quinze deixam de freqüentar as escolas.[3]

Destaque-se, relativamente ao pronunciamento do deputado, o fato de apenas ter considerado a população livre da Corte. O primeiro censo oficial brasileiro, realizado três anos antes, em 1872, revelava que o analfabetismo atingia 99.9% da população escrava do país, 80% dos homens livres e 86%das mulheres livres.

---

2 Nas províncias brasileiras, as Escolas Normais foram criadas a partir do adendo constitucional de 1834, que descentralizou o ensino secundário. Tal adendo é considerado um marco na história do ensino brasileiro, por ter dado início à alteração do ensino secundário, até então fragmentado em aulas avulsas, à moda das aulas régias, instituídas, no século XVIII, com as reformas pombalinas. Na Corte, a instalação da Escola Normal data de 1880.

3 *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1875, t. 1, Apêndice, sessão em 25 de maio de 1875, p. 223 *apud* HAIDAR, 2008, p. 216.

Para a conclusão deste quadro sinótico da história da educação feminina no Brasil até o fim do período imperial, resta mencionar ainda que, no ano de 1879, se promove a Reforma Leôncio de Carvalho, e Dom Pedro II assina o Decreto 7.247 de 19 de abril, que conferia à mulher a liberdade e o direito de frequentar os cursos das faculdades e obter títulos acadêmicos.

2 O papel dos recolhimentos e conventos no letramento de mulheres

Dentre as diversas formas de sociabilidade religiosa que se institucionalizaram na América portuguesa, as irmandades, para o caso dos negros (escravos, livres ou libertos), e os recolhimentos e conventos, para o caso das mulheres, despontam como espaços privilegiados, em que lhes foi possível transpor as barreiras que os impediam de aprender a ler e escrever.

O quadro abaixo, extraído, com adaptações de Algranti (2004, p. 34-35), apresenta o conjunto de instituições religiosas femininas – recolhimentos ou conventos – fundado no Brasil no período que dista entre o final do século XVI e o início do século XIX:

Quadro 1

FUNDAÇÃO	INSTITUIÇÃO	LOCAL	MUDANÇA	ORDEM	ESTATUTOS
final XVI	Recolhimento N. S. da Conceição	Olinda		Inst. Leiga	
1677-1678	**Convento S. Clara do Desterro**	Salvador		Franciscana	1726
1686-1687	Recolhimento S. Teresa	São Paulo	**Convento** XIX	Carmelita	1748
1714-1716	Recolhimento N. S. da Conceição das Macaúbas	Minas Gerais	**Colégio 1846; Convento XX**	Concepcionista	1761
1716	Recolhimento S. Casa de Misericórdia	Salvador		Inst. Leiga	
1710-1720	Recolhimento Bom Jesus dos Perdões	Bahia			1723
1733	**Convento N. S. da Lapa**	Salvador		Concepcionista	
1735	**Convento N. S. das Mercês**	Salvador		Ursulina	
1739	Recolhimento S. Casa de Misericórdia	Rio de Janeiro		Inst. Leiga	1740
1739	Recolhimento Sagrado Coração de Jesus da Soledade	Salvador	**Convento** 1742-1743	Ursulina	
1ª met. XVIII	Recolhimento Sagrado Coração de Jesus	Iguaraçu (PE)			
1742	Recolhimento S. Teresa	Rio de Janeiro	**Convento** 1781	Carmelita	
1749	**Convento** N. S. da Conceição da Ajuda	Rio de Janeiro		Concepcionista	
1752	Recolhimento Sagrado Coração	São Luís			
1754	Recolhimento do Parto	Rio de Janeiro		Inst. Leiga	
1753-1754	Recolhimento Vale das Lágrimas	Minas Gerais		Inst. Leiga	
1759-1761	Recolhimento S. Raimundo Nonato e S. Madalena	Salvador			1761
1764	Recolhimento Itaipu	Niterói		Inst. Leiga	
1773-1774	Recolhimento Divina Providência	São Paulo	**Convento** 1929	Concepcionista	1788
2ª met. XVIII	Recolhimento de órfãs	Tejuco (MG)		Inst. Leiga	
final XVIII	Recolhimento N. S. da Glória	Olinda		Inst. Educativa	1798
1810-1811	Recolhimento S. Clara	Sorocaba			
1819	Recolhimento de Itu	Itu			

Como se vê, ao longo de todo o período colonial, houve apenas seis conventos no Brasil: dois no Rio de Janeiro e quatro na Bahia.

Todos – exceto o Convento de Santa Clara do Desterro, em Salvador, cuja fundação data do ano de 1667 – surgiram apenas no século XVIII. A fundação do Convento de Santa Clara do Desterro veio atender aos apelos da elite da então capital da Colônia, que, através do Senado da Câmara, já desde o ano de 1646, fazia gestões junto ao rei de Portugal e a seus conselheiros, para que se construísse um convento feminino em terras brasileiras, evitando-se, deste modo, ter de mandar suas filhas para os conventos de Portugal ou das ilhas (cf. NASCIMENTO, 1994). Estranhamente, pois o mesmo não se observou

para todos os espaços do império lusitano, a política da Coroa portuguesa foi, sempre que possível, a de dificultar a fundação de conventos femininos no Brasil.[4]

Assim, não havendo ou sendo raros os conventos para a profissão dos votos solenes, fundaram-se, na América portuguesa, recolhimentos de caráter religioso, muitas vezes com o intuito de que, posteriormente, viessem a transformar-se em conventos, o que, de fato, apenas uma vez se concretizou. Para além da sua função de espaço propriamente devocional, ou seja, de acolher mulheres devotas, que, de forma voluntária ou involuntária, seguiriam uma vida religiosa, a fundação dos recolhimentos visou ainda a atender outras demandas: abrigar mulheres órfãs, abrigar mulheres desonradas, decaídas e arrependidas e também funcionar como educandários. Algranti (2004, p. 41) destaca, porém, o caráter misto dessas instituições:

> [...] tanto na Metrópole, quanto na Colônia, esse perfil específico que se procurava imprimir às instituições no momento da fundação logo se atenuava e as casas assumiam muitas vezes um caráter misto, com funções assistenciais, religiosas e educativas, nas quais conviviam mulheres de condições distintas enclausuradas por motivos diferentes. Essa multiplicidade de funções é mais acentuada na América portuguesa, onde existiam poucos recolhimentos femininos e falta de vagas.

Voltando ao ponto inicialmente referido de terem sido os recolhimentos e conventos um dos poucos espaços em que as mulheres, no Brasil colonial, transpuseram as barreiras que as impediam de aprender a ler e escrever, deve-se observar que dois tipos de escrita se desenvolveram nos claustros femininos: uma escritura *doméstica ou institucional* e de caráter pragmático, tendo em vista a administração da casa, e uma escritura de *foro íntimo e privada*, como as correspondências particulares ou os escritos de consciência aos confessores e ainda as autobiografias ou biografias, que tanto podiam ser escritas pelas próprias enclausuradas, como também por seus clérigos condutores.

A ex-escrava africana *Rosa Maria Egpcíaca da Vera Cruz*, personagem cuja produção escrita se abordará mais adiante, reunia em si todos os elementos que favoreciam a entrada das mulheres nos recolhimentos ou conventos: era órfã, era uma desonrada, porque ex-prostituta, arrependeu-se das suas faltas e tornou-se uma devota das mais fervorosas. Antes, porém, de se tratar de *Rosa*, vale a pena voltar os olhos para os possíveis caminhos através dos quais os escravos poderiam ganhar o passaporte para o seletíssimo grupo dos que ingressaram no mundo das letras.

4 Sobre este aspecto, observa Algranti (2004): "[Isto] causa estranheza, especialmente se levarmos em conta que Portugal era um país extremamente católico e com vasta experiência de vida religiosa contemplativa feminina. Mais intrigante se torna o fato ao constatarmos que havia um convento em Goa desde o século XVII, vários nos Açores e dois conventos de clarissas na Ilha da Madeira."

3 Os favorecidos entre os desfavorecidos

3.1 Alfabetização e letramento de escravos

Oliveira (2006) reuniu, através de indícios, três vias que explicariam, talvez, o porquê de o analfabetismo não se ter feito presente em 100% da população escrava. São elas:

- as relações afetuosas dos escravos com a família senhorial;
- a especialização de certas profissões, que exigiam algum conhecimento de leitura, escrita e contagem;
- a representação positiva da alfabetização entre negros e o papel das irmandades negras.

Neste trabalho, apenas se enfocarão as relações afetuosas dos escravos com os senhores e, mais brevemente, o papel das irmandades negras.

Reconstruir a história das relações afetuosas entre escravos e seus donos é algo penoso, uma vez que essas relações, estabelecidas dentro dos casarios, quase nunca deixaram registros. Os estudos de história social, entretanto, parecem deixar claro que as relações mais 'afetuosas' entre os escravos e as famílias dos senhores tinham mais chances de se estreitar com os chamados *escravos domésticos*, ou seja, aqueles que ocupavam lugares de trabalho dentro dos domicílios. Tais relações seriam mais raras com os *escravos urbanos*, uma vez que viviam a trabalhar nas ruas, apenas repassando a seu dono o ganho obtido, e também com os *escravos rurais*, porque as atividades agrícolas não possibilitavam contatos mais diretos entre eles e os senhores. Desse modo, dos grupos de escravos mencionados – *os domésticos*, *os urbanos* e *os rurais* –, foram os primeiros, talvez, os mais prováveis a estabelecer relações para além de trabalhistas com a família do senhor; porém, mesmo os que se denominam como escravos domésticos não podem ser considerados como um todo homogêneo. Guarde-se que, apesar de estarem todos na esfera do labor doméstico, havia cargos, por assim dizer, mais nobres que outros. Explicando melhor: dentro do mesmo espaço de convívio, um carregador de dejetos não tinha o mesmo 'prestígio' que uma mucama ou um escravo tido como 'braço direito' de um senhor. Portanto, não será desarrazoado considerar que alguns postos possibilitariam um contato mais afetivo com a família senhorial e, consequentemente, que a seus ocupantes fosse, por causa disso, facultada a oportunidade de alfabetização, mesmo que rudimentar.

Anna Ribeiro de Goes Bittencourt (1992, v. 1, p. 33) conta que, em sua casa, aliado ao trabalho desempenhado pelas escravas, sua mãe contava-lhes histórias para motivá-las no labor: "Minha mãe falava-lhes benevolamente, muitas vezes contando-lhes histórias, quase sempre tiradas da Bíblia, em que era muito versada."

De sua parte, esse ato despertava nas escravas a vontade de ouvi-las frequentemente:

...chamando eu, em certa ocasião, uma ex-escrava, há muito alforriada, para auxiliar as criadas de casa em um trabalho a que eu assistia, disse-me ela:
- Porque vossemincê não conta uma história, como fazia Iaiá quando cosiam ao pé dela? Assim a gente não tinha sono nem preguiça de costurar.
- E você lembra-se dessas histórias? Perguntei-lhe.
- Ora se me lembro! Era a história de José de Egito, de Jó e outras, todas muito bonitas.
E, fazendo-lhe algumas perguntas, vi não só que as guardava de memória, porém que as havia bem compreendido. (BITTENCOURT, 1992, v. 2, p. 33-34)

Despertado o desejo pela leitura, teria este se estendido para o escrever e ler por conta própria? E, se assim o fosse, a 'bondosa' mãe da escritora, tão afeiçoada a seus escravos e, em consequência, muito repreendida por isso, respaldaria esses anseios? Nas suas memórias, Anna Ribeiro de Goes Bittencourt (1992) não deixa pistas sobre o assunto. De qualquer modo, narra um episódio em que fica claro o peso da afeição por escravos que se alfabetizaram na Bahia do século XIX:

Como eu apresentasse sensível melhora na vista, escreveu minha mãe um alfabeto com letras grandes e bem vivas para ensinar. Uma mulatinha de minha idade, destinada a ser minha ama de quarto, foi minha companheira de estudo por julgarem que assim eu não me aborreceria. Lembro-me dela com saudades; chamava-se Felicidade e morreu aos dez anos. Muito afeiçoada a mim, era, apesar da raça africana, que tinha já muito longe, mais branca do que eu e até loura. Um dos luxos das moças ricas daquele tempo era ter uma criada de quarto de cor branca. (v. 2, p. 69-70)

Se se considerar que a população brasileira, em sua maioria, estava, naquela altura dos acontecimentos narrados pela escritora – 1853 –, mergulhada no analfabetismo, ser alfabetizada, sem dúvida, é que foi um luxo para *Felicidade*. E para tal, não concorreu apenas a afeição que a sua ama lhe tinha, mas também o distanciamento dos traços que pudessem lembrar a sua origem africana.

Outro exemplo que parece demonstrar que o fator afeição poderia render ao escravo o ingresso no mundo das letras é inferido de um trecho do relatório do subdelegado de polícia, que acompanha a carta do escravo *Timóteo*, que se suicida na Salvador do ano de 1861:[5]

Passando a correr se lhe a roupa com que viera da rua, achou-se o bilhete, que remetto, e que prova que o suicídio estava premeditado a muito tempo por que tendo elle sido criado em casa dos Senhores com alguma liberdade, tendo até aprendido a ler, e devendo em praça publica tendo hoje a ultima, entendeo não dever passar á outro senhores.

A palavra liberdade, no contexto em que está sendo usada, poderia significar, talvez, algum afrouxamento da condição escrava, o que teria facultado a *Timóteo* a habilidade da leitura e da escrita. O subdelegado parece querer enfatizar que não se trata de um cativo como outros quaisquer, uma vez que ressalta ter sido ele criado na intimidade dos seus senhores.

5 Arquivo Público de Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, correspondências recebidas de subdelegados, maço 6234, 1861.

Há ainda pistas de que o letramento encontrasse valor positivo dentro de irmandades negras, tão comuns ao Brasil colonial e pós-colonial. As *confrarias*, nome alternativo a *irmandades*, remontam às corporações de artes e ofícios medievais. Eram subdividas em irmandades e ordens terceiras, que tinham como característica maior o controle social e religioso dos seus membros. Nas irmandades, indivíduos se congregavam para promover a devoção a um santo, manifestada por cultos e realizações de festas. No Brasil colonial, às confrarias, introduzidas por iniciativa do governo português, foi atribuída a tarefa de catequizar as populações, por conseguinte, "a aprovação dos compromissos, com o elenco dos direitos e deveres de seus membros, era, no período colonial, da competência do Rei de Portugal, como Grão-Mestre da Ordem de Cristo" (OLIVEIRA, 1988, p. 80).

Reis (1997, p. 12) adverte que "os estatutos das confrarias, chamados compromissos, e outros documentos constituem uma das poucas fontes históricas da era escravocrata escritas por negros ou pelo menos como expressão da sua vontade. As irmandades, aliás, produziram muita escrita".

Em época em que o analfabetismo era quase que geral entre a população negra, não deixa de ser surpreendente a afirmação do historiador. Entretanto, ainda consoante o autor, nem sempre foi assim. Houve época em que a escrita dentro das irmandades negras era produzida por brancos que procuravam delas participar como estratégia de controle, embora, algumas vezes, até o fizessem por devoção sincera. Os negros aceitavam a participação dos brancos por diversos motivos: para que cuidassem dos livros era um deles, uma vez que não tinham instrução para escrever e contar e certos cargos, como o de escrivão e tesoureiro, por exemplo, exigiam as referidas habilidades. Aceitavam ainda os integrantes das irmandades negras a participação de brancos para receberem doações generosas, haja vista não poderem sustentá-las, ou ainda por imposição. Assim, a presença de brancos em irmandades negras foi constante em todo Brasil. Em fins do século XVIII, porém, a situação começava a ser outra.

Um caso delicioso, ilustrado por Reis (1997), aconteceu na Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco, irmandade negra das mais populares e antigas da cidade de Salvador que abrigava libertos e escravos. Em 1789, os seus irmãos – assim se chamavam os membros dessas instituições – enviam à Coroa portuguesa um pedido de permissão para reformar o compromisso de 1730, propondo excluir os brancos dos cargos de escrivão e tesoureiro. Na argumentação, diziam os irmãos que, em 1730, não havia negros letrados, mas àquela altura, em 1789, "a iluminação do século [nos] tem feito inteligentes da escrituração e contadoria" (REIS, 1997, p. 22).

Observe-se que, para a procura de indícios sobre alfabetização de escravos, esse dado é de extrema relevância. Não pode passar despercebido o fato de que negros escrevem de próprio punho e que a *iluminação do século* os tem feito inteligentes da escrituração e da contadoria. Instigante é saber o que estaria por trás da expressão *iluminação do século*. De qualquer sorte, o dado de que, em 1730, não havia negros letrados e de que, em espaço

de 59 anos, já havia notícia deles leva à indagação do que teria se passado nesse período para que isso tenha ocorrido.

A história continua: os brancos que ocupavam os cargos de escrivão e tesoureiro na dita irmandade refutaram e também escreveram à Coroa, dizendo que não ocupavam esses cargos apenas em função da inabilidade dos negros com a escrita, por serem ignorantes nessa arte, mas porque, em sua maioria, eram homens que ainda viviam sob o cativeiro e, por essa razão, incapazes de terem fé pública. Veja-se que o argumento principal se centra no fato de haver, naquela irmandade, negros que ainda viviam como escravos e, assim, não tinham fé pública e não no fato de não saberem ler, nem escrever, nem contar; pelo contrário, admitiram os brancos que alguns dominavam essas habilidades, mesmo que barbaramente. Mentiram os brancos, entretanto, quando escreveram que em todas as irmandades negras da Bahia as contas e os escritos estavam nas mãos de seus pares. Os irmãos da Irmandade de São Benedito não se intimidaram e, novamente, em outro pedido, listam 12 irmandades negras em Salvador em que os cargos de escrivão e tesoureiro eram ocupados por irmãos pretos, que exerciam seus empregos com manifesto zelo e louvor. Final da história: a rainha Dona Maria pede ao governador Dom Fernando José de Portugal parecer sobre o assunto. Este verificou ser verdadeiro o que diziam os irmãos da Irmandade de São Benedito e o pedido foi aceito. A partir de então, os negros dessa irmandade passaram a ocupar todos os cargos, inclusive os de escrivão e tesoureiro.

O que teria acontecido para que, em 1789, final do século XVIII, 12 irmandades tivessem em cargos importantes, como o de escrivão e tesoureiro, negros à frente? Não pode ser descartada a hipótese de que a *iluminação do século* fosse, talvez, propagada dentro das próprias irmandades. Dito de outro modo, já se cogitou que a escrita e a leitura tinham representação positiva entre os negros, o que os levaria a incentivar seu aprendizado, como ocorreu no lugarejo de Santana, segundo testemunhou o cônsul Wiliam Pennel. Talvez, nas irmandades negras, as condições para esse incentivo fossem favorecidas, possibilitando a consciência de que se alfabetizar era um índice para se ter alguma voz dentro da sociedade branca. Observe-se que, não podendo frequentar escolas e levando-se em consideração o fato de que as irmandades eram micro-comunidades em que a ajuda mútua era a mola propulsora das relações ali estabelecidas, a hipótese de que essa comunhão se estendesse ao alfabetizar-se é bem-vinda. Assim como irmãos negros se ajudavam na doença, nos enterramentos, na compra de alforria ou para si ou para membros e parentes próximos ainda mantidos no cativeiro, poderiam também "iluminar-se" conjuntamente na escrita e na leitura. E, como as irmandades negras eram constituídas também por escravos, seria esse, talvez, mais um possível caminho para que adquirissem essas habilidades.

O caso particular de que se tratará a seguir é o da africana *Rosa*, cuja singularidade é marcada pelo fato de ser mulher, africana, ex-escrava, ex-prostituta prisioneira dos cárceres da Inquisição portuguesa e, segundo o seu biógrafo Luiz Mott (1993), a primeira escritora da história afro-brasileira.

4 O nome dela era *Rosa*

4.1 Dados biográficos

Ao longo do período escravista no Brasil, indiscutivelmente os indivíduos mantidos sob o cativeiro fizeram com que, a seu redor, circulasse uma intensa rede de registro documental, embora se saiba que, com o fim da escravidão, muito papel foi às fogueiras, numa tentativa de apagar essa nódoa da história brasileira. Lá estavam os negros, geralmente como coisa, nos atestados de desembarque nos portos, nos registros de batizado, casamento e óbito; nas escrituras de compra, venda e hipoteca de escravos; nas cartas de alforria, nos processos criminais, nos registros de filiação em irmandades de cor, nos anúncios de negros fugidos nos jornais etc. Porém, principalmente se comparado ao que aconteceu nos Estados Unidos da América, o escravo brasileiro foi afastado dos segredos da leitura e da escrita, daí ter-se tornado célebre a seguinte afirmação da historiadora Kátia Mattoso (2001 [1982], p. 113):

> A educação escolar do escravo é totalmente proibida no Brasil e os próprios forros não têm o direito de freqüentar aulas. Esta proibição será mantida durante toda a época da escravidão, mesmo durante a segunda metade do século XIX, em plena desagregação do sistema servil. Senhores e curas que resolvem ensinar a leitura e a escrita a escravos agridem as regras estabelecidas e são poucos. Eis porque o escravo brasileiro é um desconhecido, sem arquivos escritos.

No ano de 1725, chega ao porto do Rio de Janeiro, vindo da África, mais um, entre muitos, navio carregado de homens e mulheres destinados à vida em algemas. Seria, decerto, mais um desembarque. Mas esse passou para a História, porque nele estava presente uma negrinha de 6 anos, que seria batizada com o nome *Rosa*, mais tarde *Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz*. A personagem mereceu do antropólogo Luiz Mott magistral biografia, intitulada *Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil*, vinda a público no ano de 1993. O que fez a menina africana para merecer volumoso livro de 749 páginas? Com a palavra, seu biógrafo:

> Foi não apenas a primeira africana no Brasil, de que temos notícia, a conhecer os segredos da leitura, como também provavelmente a primeira escritora negra de toda a história, pois chegou a reunir centenas de páginas manuscritas de um edificante livro: *Sagrada Teologia do Amor de Deus*, *Luz Brilhante das Almas Peregrinas*, lastimavelmente queimado às vésperas de sua detenção, mas do qual restaram algumas folhas originais. Rosa Egipcíaca é também excepcional por ter sido a única mulher de cor, ex-escrava e ex-prostituta, em todo o mundo cristão, a fundar um "convento de recolhidas", o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, cuja capela, reconstruída, existe ainda hoje no centro comercial do Rio de Janeiro." (MOTT, 1993, p. 8).

O resumo dos feitos de *Rosa*, tal como foi anunciado, esconde nuances excepcionais de sua trajetória, sobretudo no que diz respeito à posse das letras.

Do navio, foi direto para a Rua Direita, no Rio de Janeiro, para ser vendida. Comprou-a o Senhor José de Sousa Azevedo, sob cujo poder esteve entre o arco temporal que vai de 1725, ano da sua chegada ao Brasil, a 1733. Depois de oito anos, *Rosa* terá novo dono, ou melhor, nova dona, Ana Garcês de Morais (mãe de Frei de Santa Rita Durão), que residia em Minas Gerais, mais especificamente no Inficcionado. Será essa a sua nova morada. Em 1748, a negrinha, agora mulher, começa a cair em devaneios místicos, divinatórios, todavia, desde sua chegada às Minas até o ano mencionado, viverá *Rosa* como prostituta, mulher pública, durante 15 anos seguidos. Segundo Mott (1993, p. 42):

> Essa experiência de meretriz "tratando com qualquer homem secular que a procurava" marcou profundamente a vida futura e a mística desta africana, que, mais uma vez por indicação celestial, vai incorporar a seu nome de batismo, o de Santa Maria Egipcíaca, outra prostituta santa que, como Madalena, trocou o amor dos homens pelo amor de Cristo.

É, também, no Inficcionado que *Rosa* encontra figura singular que irá contribuir para a sua passagem de meretriz a santa: trata-se do Padre Francisco Gonçalves Lopes, conhecido, por causa de sua atividade de exorcizador, pelo nome de Xota-Diabos. Será ele seu anjo da guarda; com 54 anos, quando fortuitamente se deparou com *Rosa*, lhe fez os primeiros exorcismos, foi quem a introduziu no caminho da santidade, sendo, portanto, seu primeiro devoto e confessor. Como seu proprietário, deu-lhe a carta de alforria. Tempos depois, já no Rio de Janeiro, foi o capelão do Recolhimento da já também *Madre Rosa* e o grande divulgador de seus poderes e predestinação celestial.

Laços fortíssimos de amizade, que só foram desfeitos pelo Tribunal do Santo Ofício, se estabeleceram também entre *Rosa* e a família Arvelos, capitaneada pelo patriarca Pedro Rodrigues Arvelos, que, com sua mulher e filhos, residia no distrito de Santa Rita, termo da vila de São José do Rio das Mortes, hoje cidade de Tiradentes. Nem rico, nem pobre, possuía fazenda de engenho, capoeiras, matas virgens, gado e alguma escravaria. Como alerta Mott (1993, p. 87), "devia ser um médio proprietário, dos muitos portugueses que no primeiro quartel dos setecentos fixou residência nas montanhas auríferas". Mas uma filha de Pedro Rodrigues Arvelos, Maria Teresa do Sacramento, merece destaque, primeiro porque será a primeira regente do Recolhimento fundado pela negra e, depois, por guiar *Rosa* na decifração da leitura e da escrita. Além disso, enquanto a africana não apreendia essas habilidades, era ela quem anotava suas revelações e fazia-lhe as cartas, razão por que algumas testemunhas, perante o Santo Ofício, diziam ser Maria Teresa do Sacramento "secretária de *Rosa*".

Acreditando possuir poderes sobrenaturais e que através dela se manifestavam vozes divinas, *Rosa* e seu confessor e condutor espiritual, o Padre Xota-Diabos, retornam, em 19 de março de 1751, ao Rio de Janeiro. Entre as diversas manifestações pela negra exteriorizadas, esta é digna de nota:

> Oito dias depois [da revelação anterior], andando ela com uma crioula [Leandra] varrendo a Igreja de São João Batista, viu no centro da cruz um pombo branco, muito fermoso, com

> os pés vermelhos, unhas e bico tão luzidios que pareciam de ferro, e o dito pombo lhe disse as palavras seguintes: 'Haveis de aprender a ler e escrever, que quero fazer um ninho no teu peito.' E, chamando ela pela crioula para que visse o dito pássaro, este desapareceu. (MOTT, 1993, p. 79)

A africana, após receber do pombo a orientação de que deveria se dedicar ao aprendizado das letras, fê-lo com afinco incomum, porque, segundo Mott (1993, p. 80):

> Ela se dá conta de que se aprender a ler terá a chave dos mistérios divinos, poderá mergulhar na própria fonte da revelação católica e por conta própria aprender orações, ladainhas e dogmas [a] que até então só tinha acesso *ex audito*, através do ouvido, quer nos sermões dominicais, quer nos conselhos particulares que lhe davam os sacerdotes. Rosa cumprirá a determinação da "Divina Pombinha": aprenderá a ler e a escrever.

E tal dedicação deu o que falar. *Rosa* se tornará grande escritora, sempre incentivada pelo seu novo diretor espiritual nos primeiros cinco anos no Rio de Janeiro, o Frei Agostinho de São José, já que o anterior, o Padre Xota-Diabos, retornara às Minas no ano seguinte, o de 1752. Em carta de 13 de janeiro de 1757 dirigida aos Arvelos, o Padre Xota-Diabos dirá: "Rosa vive escrevendo e nem tem tempo de rezar – tudo permitido por seu pai espiritual" (MOTT, 1993, p. 252); ou seja, Frei Agostinho de São José, além de alimentar a imaginação mística da africana, como era comum aos condutores espirituais, colocava, ao mesmo tempo, a necessidade de seu registro em papel. Assim, supõe Mott (1993, p. 475) que, "além da cama, mesa e algumas cadeiras, existia ainda na cela da fundadora [do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto] um oratório com o Menino Jesus e uma lâmina de Santo Antônio na parede. Papel, penas de escrever e tinta não deviam faltar na sua mesa, na qual, quase diariamente, escrevia ou ditava às escribas seus colóquios espirituais". E assim seguia a suposta santa, repartindo o seu tempo entre o aprendizado da leitura e da escrita e marcando a sua presença em exercícios pios, missas solenes, vias-sacras, procissões, tríduos e novenas, tudo isso consumindo da beata infindáveis horas diárias.

Rosa narra ao Santo Ofício mais um dos seus devaneios, desta vez ocorrido em fins de 1751:

> Estando nesta cidade em casa de Maria Pina, moradora defronte da Igreja de Santa Rita, ouviu uma voz que lhe dizia que aprendesse a ler e escrever, a qual voz tinha já ouvido por duas vezes nas Minas, porque só sabia ler letra redonda." (MOTT, 1993, p. 248)

Ou seja: a africana sabia, já àquela altura, ler letra de imprensa, embora não soubesse ainda escrever e entender letra estampada à mão. Quem a teria iniciado na posse das letras? Longas, porém cabíveis para responder ao que se pede, as palavras do notário do Santo Ofício:

> Estando a escrever a Ave-Maria, ao chegar nas palavras 'rogai por nós pecadores', sentiu um impulso grande no braço da mão que tinha a pena, e lhe suspenderam com violência e com a mesma violência lhe viraram o rosto para um quadro de Nossa Senhora da Pie-

dade que estava na mesma casa, e desta Senhora lhe saíram vozes que diziam escrevesse ao Padre João Ferreira de Carvalho, morador nas Minas do Rio das Mortes, para que lhe mandasse uma esmola para comprar umas casas em que ela ré morasse com as pecadoras que nos confessionários diziam tinham ofendido a Deus por não terem casas para morar, com o que veio da mesma Senhora outra voz, que repetisse o Credo, e, acabado, lhe veio da mesma Senhora outra voz, que repetisse e assim lhe mandou tanto que acabava, de sorte que rezou esta oração seis vezes, e sempre com o braço suspenso, sem o poder levantar, e lhe tornou a mesma Senhora a dizer que escrevesse ao Padre e lhe dissesse o que ela tinha mandado, e que desse também parte disso a seu confessor, com cujas palavras ficou ela ré certificada de que era a mesma Senhora a que falava, e sem ter disto dúvida. Aí lhe pediu que deixasse ficar o seu braço no seu ser natural, e assim logo sucedeu, e foi dar parte ao dito seu confessor, o qual lhe disse que escrevesse ao Padre João Ferreira da mesma sorte que a Senhora lhe mandava. E como ela, ré depoente, não sabia ainda bem escrever, rogou a José Gomes, que era seu mestre que a ensinava a ler, que escrevesse a carta, que com efeito escreveu, e mandou para as Minas ao mesmo Padre. (MOTT, 1993, p. 256)

No depoimento, observam-se o embrião da construção do futuro Recolhimento do Parto – uma possível doação do Padre João Ferreira de Carvalho –, bem como a preciosa informação de que José Gomes era, naquele momento, o professor de *Rosa*, o seu primeiro mestre durante o período de um ano e meio, que apresenta, consoante Mott (1993, p. 262), além de boa redação, estilo razoavelmente erudito. Passado José Gomes, assume a função de continuar o letramento da africana a já referida Maria Teresa do Sacramento, futura regente do Recolhimento. Teve *Rosa*, portanto, dois mestres e, de fato, se apropriou das letras. A negra africana, inclusive, quando escreveu de próprio punho a sua primeira missiva, quis fazer com que o acontecimento não passasse em branco[6]:

fl. 56r
Meu Snr Po Roiz Arvelos
Estas faço pa saber da saude de vmce a ql estimarei seja
[...] perfeita em compa de minha snra Ma Thereza de-
Jezus, e de minhas snras mossas todas, e de toda a mais obri-
gação de Caza dezejando, q lhe asista aquella felis saude e-
em compa do snr Menino Ds da Prociunculla. A minha q
me asiste, como he agrado de Ds, he bóa e offereço ao dispor-
do servisso de vmce; e de minha Snra **Esta faço só por dar a vmce**
gosto de ver as minhas Letras pa vmce se rir hü bucadinho
e mais toda a caza. vmce me mandou dizer, q lá não-
faltavão novidades; mas q não fiava do papel não pois eu
desejo saber, que pa comëdar a Ds os niegocios tãm inimportamtes
não se desconfia do papel, e asim podeme vmce mandar dizer
se hé q não desconfia de mim, q novidades são; pois me
offereço pa pedir aos servos de Ds q peção a Ds por isso

6 Os autores agradecem à Professora Doutora Rita Marquilhas, da Universidade de Lisboa, a extrema solicitude de ter transcrito as cartas de *Rosa*, quando ainda estavam em restauro e não disponíveis para consulta, tornando possível, assim, a realização deste trabalho. Toda a produção epistolar de que trata este texto se encontra preservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.

huns no sacraficio da Missa, outros na oração mental,
pa q Ds ponha os olhos de piedade nesses negocios, a meu-
Snr Pe Franco glz Lopes, se o vir q bote a benção a esta
sua escrava q não lhe escrevo porq já vejo q as minhas letras
não tem efficacia no amor de Ds pa com elle, por isso antão já
deixo as couzas correr por conta de Ds, se o vir deille
fl. 56v
minhas lembrças, e não posso emcarecer as saudes q delle
tenho mais Ds se lember de nóz todos, e vmce me dara tambë
mtas saudades a minha snra, e as snras mossas, e minha companheira
e ao snr Anto Tavares; diga a todos q emcommendem o negocio
a Ds, e não se esqueção de mim q eu não me esqueço delles
com isto não serve demais;
Ds gde avmce ms anns
Rio de Janro

Desta sua escrava, q mto lhe ama, e quer.
Roza Maria Egyciaça da vera crus
Novidades, q encomende O Reino de França a Ds
pa q a herezia não dure nelle mto tempo: porq segundo as novas, o
Rei está do seu Pallacio e os hereges estãm governando e asim
sera grande pena de nos christãos verem ultrajaremse as ima-
gens de Maria Santisima; ainda o mesmo Santisimo Sacramto
no sacrario, e asim peção a Ds por isto Rio de Janro de 1752 ad
em 15 de Novbro

De certa feita, porém, disse o Padre Xota-Diabos que *Rosa*, apesar de ter mestre, nunca conseguiu aprender a ler e mal sabia escrever; sem problemas, no entanto, pois com Nossa Senhora aconteceu a mesma coisa. Mott (1993, p. 250) arrisca uma descrição sobre o produto gráfico saído das mãos da africana:

> Conforme podemos deduzir a partir de sua escritura, Rosa nunca chegou a dominar satisfatoriamente os segredos do alfabeto: possuía caligrafia irregular e infantil, tendo de fazer pautas a lápis, no papel, para não escrever torto. Até assinando seu nome, perdia o prumo, escrevendo Rosa no alto, e Maria mais abaixo. Foi a lisboeta Maria Teresa do Sacramento, a regente do Recolhimento do Parto, quem ensinou a vidente a escrever, e, de fato, há muita semelhança entre a caligrafia, também primitiva, da portuguesa e a de sua pupila, carecendo igualmente a mestra pautar a lápis as folhas em que escrevia a fim de manter a linha reta.

Acreditando-se ser sincera a descrição oferecida pelo antropólogo, *Rosa* e sua mestra possuíam mãos inábeis, termo fixado por Marquilhas (2000) na literatura sobre a história da escrita. De qualquer sorte, a africana parece ter escrito muito, mas, infelizmente, de seu próprio punho sobreviveram apenas uma carta de 15 de novembro de 1752, destinada a

Pedro Rodrigues Arvelos, e duas páginas com o relato de uma visão ocorrida em abril de 1756. Inclusive, quando rompeu com seu diretor espiritual, Frei Agostinho de São José, convencendo-se este de que era embusteira, tratou logo de queimar mais de duas resmas de papel com os escritos espirituais de *Rosa*.

Caíram *Rosa Egipcíaca* e seu primeiro confessor, o Padre Francisco Lopes, nas malhas da inquisição de Lisboa no ano de 1762, acusados ambos de heresia e falso misticismo. Sabe-se que entre *Rosa* e inúmeros dos seus devotos houve uma intensa e constante troca de correspondência. Tornada pública a sua prisão, quem tinha em mãos epístolas da africana tratou logo de a elas dar fim. Teve outra postura, no entanto, a família Arvelos: entregou, de vontade própria, ao comissário do Santo Ofício um pacote contendo 55 cartas enviadas do Rio de Janeiro à sua residência. 25 foram ditadas por *Rosa*, 1 foi escrita de punho próprio pela africana, 22 eram de autoria do Padre Francisco Lopes, 4 de sua filha Maria Jacinta Faustina e 3 assinadas por sua outra filha, Jacinta. Este ato de doação fez com que as missivas fossem incorporadas ao processo de *Rosa* e, sendo assim, sobreviveram e chegaram aos tempos atuais.

Dada a impossibilidade de, neste momento, se explorarem, com a exaustividade merecida, os múltiplos aspectos da escrita de *Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz*, se fará apenas menção a alguns aspectos estruturais das missivas, pondo em relevo a captação da benevolência.

4.2. Breve análise das cartas de *Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz*

A tradição escrita da *ars dictaminis* começou no norte da Itália, no final do século XI. Os tratados de epistolografia, as *artes dictandi*, "serão modelados a partir do discurso clássico, adaptando a tradicional divisão do discurso às peculiaridades da carta" (TIN, 2005, p. 32) Definiram-se, então, como partes constitutivas da carta a *saudação*, a *captação da benevolência*, a *narração*, a *petição* e a *conclusão*. Do conjunto analisado, destaca-se, a seguir, uma missiva da africana com a estrutura canônica:

fl. 68r
SAUDAÇÃO
os Santisimos e amabalisimos Corasoins de JMJAJ sejão
Connosco e nos aseitão
Meu querido Snro Pedro Roiz arvelos

CAPTAÇÃO DA BENEVOLÊNCIA
es
timarei mto e mto q vmce e ma Snra e todas as Snras
mossas estejão asestidas de hua saude tão felis
Como eu dezejo e a Ds pesso q a ma de prezente he
he boa e tanto do agrado de Ds e pesso a vmce e a minha
Snra em Caridade do proximo me ajude a dar grasas ao

Snro pela bondade da minha vida pois se dignou por su
a emfenita piedade e mizericordia fazela a sua imatasão
Louvado mil milhares de vezes no seo e na terra seja ele
e bendito por estes beneficios e merces pois sendo eu qual
sou tão grande e tão feia e tão Carregada de Culpas e a
bominasois foi Ds tão benigno Clamarme pa Companhei
ra da sua Crus sem olhar pa qm eu sou vestirme e ador
narme Com a gala da sua sagrada humanidade e darme a
beber do Calis da sua saCratisima morte Payxão pa em
tudo me ligar Comsigo e Com estas publicas testemunhas
dar a emtender q o mundo e a seus Amigos e inimigos Co
mo o seu Corasão Santicimo esta de pose do meu e vem
buscar os de todos q de boa vontade lhos derem digo isto
porq Como eu lhe dou o meu Corasão de toda a ma vontade
sem Rezervar nada pa mim digo antão q esta de pose
do meu Corasão peso a vmce q lhe pessa q se ele esta da pose do meu
q o não Largue por nenhü titulo nem preso ainda q
haja o q houver fique esta minha dadiva emmovel e
emRemediavel Como vg se ele quizer hüa Couza e eu ou
tra Como se ele quizer q eu va pa o inferno Louvalo
quero hir porq só Louvalo e amalo quero pa sempre e mto
dos os Lugares sobre todas as Couzas

NARRAÇÃO
hora meu Snro a

fl. 68v
the agora deilhe parte de Como paso da bondade da mi
nha saude agora quero falar a vmce da queixa q vmce de mim
tem tem Rezão e peso a vmce perdão e a ma Snra pelo amor
de Ds e a queixa he por eu não Responder a vmce as suas
Cartas vmce bem sabe q a oCupasão q eu tinha me não
dava lugar agora ja me acho dezemprendida ja posso esCre
ver a vmce e a ma Snra mas filhas estão boas segundo a no
ticia q tenho delas athe eu me emContrar Com elas no cam
po da vitoria a irmã faustina he soldado e he valeroza o
meu santisimo Corasão de JMJ ficoulhe mto agradesido
pelo animimo varonil Com q se ofereseu a sahir junto Com
migo pa a Campanha sem atender ao seu estado e a sua pe
soa asim mesmo queria Custoume mto aComodala a ela e
as mais ficarão todas debaicho de portesão e esparansa de
q eu torne pa nos emContrarmos no Campo da vitoria Como
ja disse ja sei q nas suas aÇoins he filha dos meus

santisimos corasoins porq Comsagrandose ele filha ma só e
la mas de todas q Com verdade diserem sem desprezo
nem esCarneo eu sou filha de Roza porq asim ficão
sendo de meus senhores e portetores Como eles me perme
tem estimo mto q o ajudase Ds a venser a sua demanda
asim havia de ser porq vmce taobem lhe trose o q ele e
lhe pedio ele premita Comservalas e a todas na sua devina
grasa o meu Pe me disse q o tinhão Roubado hiso sinto
eu mto mas hiso foi discuido de vmce deichar a Cata soó,
taobem me dise q o seu Contrario pasara desta vida nosso
Snro permita q fose na sua grasa agora pessolhe q qdo tiver
fl. 69r
tiver oCazião me esCreva e ma Snra porq

PETIÇÃO
agora neçeçito
mto das suas Consolasois peso a vmce q me deite a sua ben
sao e ma Snra e todas pa q o Snro me ajude a perigrinar
Com a ma Crus pa os fins q ele sabe

CONCLUSÃO
aseite vmce e ma Snra
mtas e mtas Lcas e saudades minhas e vmce diga a ma Snra q
senão emfade por lhe não esCrever sempre separada pa
sua mce porq eu na minha estimasão e fee digo q vmces
são duas almas metidas em hü corpo soó por hiso di
go q hüa Carta basta pa anbos de dois e ma filha fran
cisca jozefa do sacramto he mto devota do Santisimo
sacramento porq handa pregando seus Rezestinhos
e Cruzinhas pelas paredes pa Rezar asestasoins e quan
do acha seu insenso todo o seu emlejo he insensar e a
sim peso a Ds q as fasa santas a hüa mais a outra e a
todas as mais não falo no meu padre franco porq ele
esCreve a vmce la esCrevi ao Snro Pe João ferreira
vmce me deé mtas Lcas ao Snro Joze Alves q eu q lhe não
esCrevo agora porq não poso q logo lhe heide escrever
e qdo ele achar portador q mande bastante daquelas
hervas Com q se fas Xari pa a Raynha aq Rapariga q
tem estado mto doente e dis q so esa herva lhe fas
bem e Com isto não emfado mais a vmces
a Qm Ds Gde
ms annos em seu Santo serviso
hoje 23 de janeiro

de 1738
De Vmces Escrava mto obrigadisima
Roza Maria Egyciciaca davera Crus

Obviamente nem todas apresentam a estrutura descrita como canônica. É possível, por exemplo, dentro de uma *narração*, vir difusamente a *captação da benevolência*, e nada impediu que, em algumas epístolas, se passasse direto da *saudação* para a *narração*.

Nas cartas de *Rosa*, não é a *saudação* o que mais impacta o leitor. Nota-se um grande investimento da ex-escrava, agora santa, na *captação da benevolência*, que pode ser definida como "uma certa ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do destinatário" (TIN, 2005, p. 39). De que maneira faz isto *Rosa*?

a. De forma previsível – com a remetente desejando boa saúde aos seus destinatários, evocando a corte celestial – Jesus, Maria e José (os pais de Jesus) e Joaquim e Ana (os seus avós maternos) – ou mesmo fazendo as duas coisas simultaneamente, conforme os exemplos abaixo o demonstram:

1.Votos de boa saúde
Estimarei q vmce e mais a Snra Ma Thereza de Jezus passem com
perfeita saude pa amparo das snras mossas como eu lhe sei dezejar
A minha ao prezte he boa, seja Ds louvado, ainda q com a minha
costumada molestia, q me não larga; mas de toda a sorte pa lhe obe
descer
(Carta de 1752)

2.Evocação da corte celestial
Bendito e louvado seja o altisimo misterio da santisima trinda
de Pe e Fo e esperito sto tres pesoas distintas hü na ensensia e trino na
pesoa q por noso amor se quis outra ves vir Renaser em corasao pa nos m
mostrar a lus da sua devina vonte esta se cunpra continuamte sem
sesar pa hirmos a seu seguimto athe achar no canpo da vitoria q he don
de ele esta sentado no trono sublimado da mão direita de Ds pe todo pode
roso Rodeado de sarafins e querubins e toda a ierarquia seleste esidado
[...] Ma santisima nosa serenisima sra adevogada sra sta anna no
so socorro pois nas suas stas maos esta depozitado todo o noso bem a todos
Rogo instantemte esteja nesa nobre compa ajudando e defendendo toda a
cauza q lhe pode perturbar
(Carta de 16 de setembro de 1755)

3.Votos de boa saúde/Evocação da corte celestial
vmces am
bos Recebão esta por sua Como Cabesas de Cazal estima

rei q estas aChem a vmces asestidos daquela tão felis sa
ude Como Comvem pa serviso dos meus santisimos e a man
ticimos Coracoins de JMJAJ pa meu Remedio e emparo
e de todas as minhas senhoras mosas e mais familia desa S
Caza estimei mto q vmce Chegase Com saude e bom suceso
ainda q Com trabalho e aChase tudo bom
(Carta de 03 de julho de 1737)

b. Mas é possível também que *Rosa*, quase à maneira de um pregador barroco, produza um discurso prenhe de antíteses, com o firme propósito de persuasão:

Vejam-se alguns exemplos:

Na Carta datada de 23 de fevereiro de 1738, a africana faz uma contundente referência ao fato de ser escrava, o que, no seu caso em particular, toma uma dimensão maior, porque de fato o foi. Nunca se liberta do jugo da escravidão. Alforria-se, mas torna-se escrava da humanidade e de Deus. Contudo, deprecia-se para reforçar o fato de que efetivamente teria sido a eleita: "Sendo eu qual sou tão grande e tão feia e tão carregada de culpas e abominações

es
timarei mto e mto q vmce e ma Snra e todas as Snras
mossas estejão asestidas de hua saude tão felis
Como eu dezejo e a Ds pesso q a ma de prezente he
he boa e tanto do agrado de Ds e pesso a vmce e a minha
Snra em Caridade do proximo me ajude a dar grasas ao
Snro pela bondade da minha vida pois se dignou por su
a emfenita piedade e mizericordia fazela a sua imatasão
Louvado mil milhares de vezes no seo e na terra seja ele
e bendito por estes beneficios e merces pois sendo eu qual
sou tão grande e tão feia e tão Carregada de Culpas e a
bominasois foi Ds tão benigno Clamarme pa Companhei
ra da sua Crus sem olhar pa qm eu sou vestirme e ador
narme Com a gala da sua sagrada humanidade e darme a
beber do Calis da sua saCratisima morte Payxão pa em
tudo me ligar Comsigo e Com estas publicas testemunhas
dar a emtender q o mundo e a seus Amigos e inimigos Co
mo o seu Corasão Santicimo esta de pose do meu e vem
buscar os de todos q de boa vontade lhos derem digo isto
porq Como eu lhe dou o meu Corasão de toda a ma vontade
sem Rezervar nada pa mim digo antão q esta de pose
do meu Corasão peso a vmce q lhe pessa q se ele esta da pose do meu
q o não Largue por nenhü titulo nem preso ainda q
haja o q houver fique esta minha dadiva emmovel e
emRemediavel Como vg se ele quizer hüa Couza e eu ou

tra Como se ele quizer q eu va pa o inferno Louvalo
quero hir porq só Louvalo e amalo quero pa sempre e mto
dos os Lugares sobre todas as Couzas
(Carta de 23 de janeiro de 1738)

Em outro exemplo, o da Carta datada de 29 de setembro de 1738, começa a tratar Pedro Rodrigues Arvelos por filho, mas não dispensa o antigo tratamento de senhor, sempre neste discurso antitético:

Repare bem nisto q digo aRojandome a chamar lhe filho, não
ja por gloria do meu Coração senão por gloria do Coração de meu
Snro jezus Christo senão fora o conhecer ja esa lus por sua mize
cordia divina e o Comténtamento q se Recebe; em qualquer pecador
q com veras me chamar may ele me permete q pelos merecimentos de
suas santiçimas chagas q o hade ele tomar por filho seu e perguntando
lhe eu se antes diso todos não herão seus filhos Respondeume q sim
mas q pecados q exzercitavão nos Corasoins ficavão longe desta=
grasa e desmerecedores de sua amizade e q aqueles q comtritos e aRe
pendidos sem fingimento me procurasem a mim por maes q permetia fa
zelos bem aventurados na gloria do seu Coracão; e desde esta hora que
me fes esta pormesa pa ca he tal o fervor e empulso q sente o m
meu coracão e dezejo ardente de hir por hese mundo todo q me tomasem por
may e comtritos e aRependidos viesem commigo, q eu lhe permetia da
pte do mesmo deos fazer com eles huã ETerna liansa do amor de je
zus maria joze joaquim e Anna

Considerações finais

Este texto teve um triplo propósito:

a) primeiramente, apontar a excepcionalidade e a singularidade da trajetória da africana *Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz* na sua relação com a escrita, dando uma brevíssima notícia da sua produção epistolar;
b) em segundo lugar, anunciar que a produção escrita da africana *Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz* e outros raros escritos produzidos por mulheres do seu convívio do âmbito do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII, são o foco de um sub-projeto de pesquisa englobado por um projeto maior, intitulado *Leitura e escrita aos olhos da Inquisição*, que se vem desenvolvendo no âmbito do *Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR)* e da linha de pesquisa *História da Cultura Escrita no Brasil (HISCULT)*, do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia;

c) finalmente, por ter sido *Rosa Virgínia Mattos e Silva* quem, da maneira mais elegante e sofisticada, desenvolveu a proposição de que africanos e afrodescendentes foram os principais formatadores e difusores da variante socialmente majoritária do português brasileiro – o chamado português popular brasileiro –, julgam os autores deste texto que ter sido uma *Rosa* a primeira escritora da história afro-brasileira vai além de uma mera coincidência...

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan (1999). *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. 2 ed. Rio de Janeiro/ Brasília: José Olympio/ EDUnB.

ALGRANTI, Leila Mezan (2004). *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP.

ARAÚJO, Jorge de Souza (1999). *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus: UESC.

BASTOS, Maria Helena Câmara (2002). De pai para filha: cartas sobre a educação de Cora (1849). In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (Org.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2002). "Como o polvo e o camaleão se transformam": modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (Org.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF.

CHARTIER, Roger (2004). As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao século das luzes*. 1 ed., 10 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras.

GINZBURG, Carlo (1989). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto (2008). *Ensino secundário no Brasil Império*. 2 ed. São Paulo: EDUSP.

ELIAS, Norbert (1993). *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2 v.

LOBO, Tânia Conceição Freire (2001). *Para uma sociolingüística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise lingüística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson (2007). Escrita liberta: letramento de negros na Bahia do século XIX. In: CASTILHO, Ataliba T. de; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; CYRINO, Sônia Maria Lazzarini; LOPES, Ruth E. Vasconcellos (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo/Campinas: FAPESP/Pontes.

MARQUILHAS, Rita (2000). *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal, séc. XVII*. Lisboa: IN-CM.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos (Org.) (2000). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis (2000). A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia BATTELLA (Org.). *Prezado senhor, Prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras.

MOTT, Luiz (1993). *Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira (1994). *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarisssas do Convento do Desterro da Bahia – 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura.

OLIVEIRA, Klebson (2004). E agora, com a escrita, os escravos! In: COSTA, Sônia Borba Bastos; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Org.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA.

OLIVEIRA, Klebson (2006). *Negros e escrita na Bahia do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese de Doutorado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

PETRUCCI, Armando (1999). *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa.

PETRUCCI, Armando (2003). *La ciência de la escritura: primera lección de paleografia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina.

RODRIGUES, Leda Maria Pereira (1962). *A instrução feminina em São Paulo: subsídios para a sua história até a proclamação da República*. São Paulo: Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientae".

TIN, Emerson (2005) (Org.). Introdução. In: *A arte de escrever cartas: anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lípsio*. Campinas: Editora da UNICAMP.

A língua e a escola na Bahia no século XIX: um olhar sobre materiais didáticos

Emília Helena de SOUZA
Universidade Federal da Bahia
PROHPOR

Introdução

Este texto é resultado de uma pesquisa, inserida numa discussão maior sobre a escolarização na Bahia, no século XIX, partindo-se do que propõe Mattos e Silva (2004), ao considerar a escolarização como uma das vertentes para a reconstrução da história linguística do Brasil. Nas sociedades letradas, sempre coube à escola um papel na representação das normas cultas, daí se verificar até que ponto aqui, na Bahia, na segunda metade do século XIX, a escola foi um instrumento de transmissão do padrão linguístico vigente nesse período histórico. Como padrão linguístico vigente, vai-se considerar a questão da norma discutida e ideologicamente idealizada pela elite intelectual/letrada brasileira do século XIX, especificamente, de sua segunda metade. Alguns estudos relativos a esse período serão aqui enfocados, de forma resumida, para que se estabeleça a compreensão sobre a escola e materiais didáticos utilizados, nessa segunda metade do século, aqui na Bahia.

A parte da pesquisa a ser aqui apresentada, conforme já anunciado, diz respeito a materiais didáticos. Longe de ser um trabalho exaustivo, o enfoque será dado aos *Livros de Leitura* de Dr. Abílio César Borges, o Barão de Macahubas, utilizados em escolas da Bahia e de outras regiões do Brasil, na segunda metade do século, além da referência a outros materiais desse mesmo autor.

1 A escola e materiais didáticos na segunda metade do séc. XIX

Sob o Império, no reinado de Pedro II, que foi de 1840 a 1889, quando se iniciou a República, alguns Atos oficiais foram expedidos e mudanças aconteceram tanto do ponto de vista social – como a lei Eusébio de Queiroz, que decreta o fim do tráfico de escravos em 1850; como a Lei do Ventre Livre em 1871; como a abolição da escravatura em 1888, essa de grande repercussão social –, quanto do ponto de vista da educação.

Na Bahia, em 1860, e depois em Atos de 1861 e 1862, foi instituído o Regulamento Orgânico do ensino provincial, de iniciativa do Diretor Geral de Estudos, João José Barbosa de Oliveira. Segundo Nunes (2008, p. 144), "por ele se extinguiram as antigas Aulas Maiores, criadas no tempo de Pombal, e se estruturou o sistema de ensino da Província, nos níveis primário e secundário."

Em 1866, de acordo com Amaral (1923, p. 253/4, *apud* NUNES, 2008, p. 147), o presidente da Província, Manuel Pinto de Souza Dantas, considerou que a instrução primária deixava a desejar por não estar bem disseminada, apesar de com ela se despender cerca de quarta parte da renda da província; faltavam, inclusive, casas adequadas para o funcionamento de escolas, o que o levou a destacar a necessidade de se estabelecerem impostos especiais para a instrução pública. O mesmo não poderia dizer do ensino secundário da província, pois contava com o Liceu provincial,[1] e com os estabelecimentos particulares do Ginásio Baiano (de Abílio César Borges) e os Colégios Sete de Setembro e Dois de Dezembro.

As escolas particulares eram não só aceitas pelo poder público, mas havia um estímulo à sua abertura. Dentre as Reformas da Instrução Pública, a de 1870 instituiu a liberdade de ensino, permitindo que qualquer cidadão idôneo pudesse abrir aula. Assim se expressa Francisco José da Rocha, Diretor da Instrução Pública da Província da Bahia, no Relatório de 1871 (p. 8):

> A Instrução Primária foi reformada pelos Atos de 4 de março e de 23 de maio. Algumas decisões do Governo já tem interpretado ou modificado artigos daquella lei.
> Pelo Ato de 4 de março foi declarada livre a instrucção particular, ficando somente os directores dos estabelecimentos e os professores obrigados a fornecer mappas para a estatística, e sujeitos à responsabilidade legal em casos de abuso.

Nesse período, contando com o direito de liberdade de ensino, ainda com uma instrução pública provincial ineficiente, a iniciativa particular se expandiu tanto em quantidade como em qualidade. Segundo Valdez (2006, p. 2), o poder público estimulava essa contribuição, através de variados acordos, como subvenções às escolas por serviços prestados ou em troca de educação gratuita de alguns alunos (bolsistas), incorporação de aulas públicas gratuitas para crianças pobres, contratos etc."Eram verdadeiros refúgios para a elite ansiosa e desejosa de uma boa instrução".

1 Criado em 1836, instalado em 1837, com o objetivo de reunir as aulas Maiores em um só estabelecimento. Disciplinas distribuídas em três anos. Posteriormente, denominado de Instituto Oficial de Ensino Secundário (1890), depois Ginásio da Bahia (1895) e, por fim, Colégio da Bahia (1942) (LIMA, 2008, p. 200).

Outras reformas do ensino se realizaram, nessa segunda metade do século, como a de 1870 e a de 1873, e houve expansão das escolas públicas primárias. Dado curioso é que, em 1878, podiam ser admitidos como alunos, nas escolas públicas da província, os ingênuos, que eram os filhos de escravos, como uma anuência do Presidente da Província Barão Homem de Melo. Mas a reforma de 1881, conhecida como Regulamento Bulcão, não admitia os escravos como alunos das escolas públicas (cf. NUNES, 2008, p. 150).

Quanto ao método de ensino adotado, nas aulas públicas primárias, era o mútuo/lancasteriano indicado para classes de até cem, ou superior a cem alunos; para classes menores, não excedendo os cinquenta alunos, era o simultâneo.[2] O ensino mútuo predominou na primeira metade do século, como método oficial – determinado pela lei de 15 de outubro de 1827, e permaneceu na segunda metade, haja vista que até 1873 o método oficial era o mútuo/lancasteriano, mas os professores o mesclavam, tornando-o um método misto. Assim é que Casimiro de Sena Madureira, Diretor Geral dos Estudos, em Relatório ao Presidente da Província, em 1851 diz:

> Quando houverem compendios, e exemplares para todos os alumnos será muito conveniente obrigar os Professores ao ensino simultâneo, no qual o prestigio da voz do mestre tem grande força para chamar attenção dos meninos, pelo que tem-se assentado ser este o melhor methodo a seguir-se, no que está de acordo a Lei nº 37 de 14 de Abril de 1836 art. 18, que estabelece o methodo simultâneo para escholas, que forem freqüentadas por menos de 100 discipulos. Nenhuma escola tem a Provincia à qual concorrão no mesmo dia mais de 90 alumnos, embora em alguns mappas se ache que a matricula excede deste numero, pelo que o ensino simultâneo he o que está no caso de ser legalmente praticado na Provincia, e o que me parece mais próprio para a educação dos meninos. Seria conveniente obrigar-se o Pae do alumno a dar-lhe os compêndios, e exemplares indispensáveis ao ensino simultâneo [...] (p.4)

No Relatório de 1852, Madureira também registra a aplicação do método simultâneo:

> A divisão do ensino e dos alumnos por classe he urgente que se adopte por um regulamento semelhante ao projeto de que fallo, para praticar-se o methodo simultaneo, visto como nas escolas da província nenhum methodo se pratica regularmente. Tenho visto uma mistura de processos de ensino, que não pode ter nome de methodo. (p.6)

A referência a esses dois métodos diz respeito a uma forma de organização da classe, com número determinado de alunos, distribuição das carteiras e cada um com sua forma de lidar com o material didático; mas eles podem, também, ser entendidos como métodos de ensino, com materiais didáticos específicos para a aprendizagem da leitura e da escrita.

Quanto aos livros didáticos usados no século XIX, esses pouco se assemelham ao que se conhece hoje como livro didático voltado para crianças. Valdez (2004, p. 220) faz uma síntese desses materiais que eram usados nas escolas brasileiras, principalmente na

2 Segundo Silva (2008, p.55), desde o século XVIII, os métodos de ensino começaram a adquirir um maior *status* de importância para a eficácia do processo educativo, especialmente para aplicação entre as camadas sociais mais pobres.

primeira metade do século: as crianças aprendiam nos abecedários, em toscas cartilhas, papéis de cartórios e cartas manuscritas, que professores e pais de alunos forneciam; eram ainda usados os clássicos da literatura internacional.

Na segunda metade do século, ainda muito desses materiais têm uso nas escolas, mas já se verifica a existência de obras voltadas para o ensino, e que são adotadas.

Em 1850, o Presidente do Conselho de Instrução Pública, Dr. José Vieira de Faria Aragão Ataliba, em Ofício dirigido ao Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, Presidente da Província da Bahia, pede a impressão dos Compêndios que adotou para as aulas de instrução primária. Inicia o texto dizendo:

> O grave inconveniente de se deixar a escolha dos Compendios para as Escolas primarias ao puro arbitrio dos respectivos Professores, ou antes dos Paes de famílias, havia sido cabalmente reconhecido por todos os homens illustrados deste e de outros Paizes [...]

Isso pelo fato de o ensino

> [...] ver-se contaminado por producções de improvisados autores, que, levando sempre em mira os lucros e nunca a sua capacidade litterária para a confecção de obras didacticas, as imprimião recheiadas de vergonhosos e grosseiros erros [...].

Solicita, portanto, que sejam adotados para uso das escolas primárias abertas pelo governo ou por particulares as seguintes obras:

> Grammatica e Arithmetica de Monteverde, o Pequeno Cathecismo Historico do Abbade Fleury, augmentado com a Doutrina Christã propriamente dita, e com a Definição da Moral de Monteverde, e a Calligraphia de Wanzeller.

O Presidente do Conselho usa como argumento para a sua solicitação o art. 2º da Lei nº 172, a qual autoriza o Conselho de Instrução Pública não só a regular o ensino público nacional, mas também designar as matérias e métodos e promover a composição de compêndios. Acrescenta que, ainda que essa lei não tenha sido logo levada a efeito, o que foi um mal para o ensino, o Conselho julgou que era o momento de "reparar este mal".

Casemiro de Sena Madureira, Diretor Geral da Instrução Pública, no Relatório de 1854, faz referência à impressão de um compêndio do método simultâneo, a reimpressão do catecismo histórico do Abbade Fleury, para distribuição gratuita pelas aulas públicas primárias, e do folheto da *Sciencia do Bom Homem Ricardo*, "que é optimo compendio de leitura para os principiantes" (p. 10). Alude ao fato de que, embora o Conselho da Instrução Pública só admita a grammatica de Monteverde, a Arithmetica de Bezout e os compêndios acima referidos, há muita variedade de compêndios nos colégios particulares, o que, segundo ele, constitui uma infração.

Na fala do Presidente da Província, Dr. João Maurício Wanderley, na abertura da Assembleia Legislativa, no dia 1º de março de 1855, há a seguinte referência aos materiais:

> O material das aulas de instrucção primaria tem melhorado, inda que pouco; de 1850 para cá, forneceram-se 2600 cathecismos históricos do abbade Fleury, igual numero de compendios de grammatica e de arithmetica approvados pelo conselho de instrucção publica. Os cathecismos tem supprido a falta de livros iguaes para a pratica do methodo simultâneo, por que a maioria dos paes dos alumnos, ainda não sendo pobres, com difficuldade presta-se a fornecer livros iguaes para as classes que os professores exigem. (p. 33).

Pelo exposto nesses documentos oficiais, observa-se que os compêndios usados nas escolas públicas primárias se mantiveram os mesmos, durante certo período de tempo, e a indicação e a responsabilidade pela impressão e distribuição eram do poder público.

De acordo com Lajolo e Zilberman (1998, p. 183), os compêndios portugueses continuam a circular pela escola brasileira, no século XIX. "O abrasileiramento dos livros didáticos só se torna realidade no fim do século XIX, concomitantemente à nacionalização do livro para crianças."

Portanto, não é de se estranhar que Antônio Feliciano de Castilho, escritor e autor do *Método português Castilho*, em 1855, vem ao Brasil divulgar o seu método, devido ao interesse que ele desperta. Nos relatórios dos diretores da Instrução Pública da Província da Bahia, no ano de 1855 e 1856, há referência a esse autor e a seu método. Na fala do presidente Dr. João Mauricio Wanderley, em 1855, são citados dois professores baianos que iriam a Portugal aprender o método Castilho, mas, segundo o presidente, "Felizmente o Sr. Castilho resolveu-se a vir ao Brasil, e pretende abrir na Corte um curso do seu systema que durará de março a maio." (p. 26) É enviado apenas um professor para participar do curso, na Corte. No relatório de 1856, há referência ao retorno desse professor, dos gastos com sua viagem, e o Presidente da Província Álvaro Tibério Moncorvo e Lima, em sua fala, conclui sobre o método:

> [...] segundo avaliei em um de seus exercícios, á que assisti, depende de grande aptidão do Professor, e não é portanto para ser generalisado.
> À essa consideração accresce não ser dos mais econômicos, pois alem da despesa de 327$210 rs. para utencilios, exige um Ajudante, e alguns Musicos, com cujas gratificações despendem se mensalmente 220$ RS, [...]. (p.31).

Daí se conclui que esse método não tenha sido adotado, pelo menos nas escolas públicas.

Surgiram, nessa segunda metade do século, também obras seriadas cujos autores eram professores, diretores, inspetores de ensino, que faziam parte da elite intelectual brasileira. Esses livros de leitura, conforme Coelho (1981, p. 341 *apud* VALDEZ, 2004, p. 220), foram também

> a primeira tentativa de realização de uma literatura para crianças. E como os conceitos 'literatura' e 'educação' andaram sempre essencialmente ligados, tais livros só poderiam, realmente, surgir no âmbito escolar.

Uma vez que os livros infantis surgem no período de transição entre a Monarquia e a República, os primeiros textos destinados ao leitor criança apresentavam intencionalidades

pedagógicas e sociais – amor à família e à pátria, noções de obediência, prática das virtudes civis. O exemplo e a adaptação do modelo europeu que chegava ao Brasil, por meio desses textos infantis, traziam para dentro das escolas um projeto educativo e ideológico para a formação de cidadãos. (ZILBERMAN; LAJOLO, 1998). Entre a arte literária e a pedagogia, estão os livros infantis desse período histórico, pois, além de terem por objetivo provocar emoções, sentimentos, esses servem de instrumento educativo.

Muitos desses materiais se perderam com o tempo, por isso as dificuldades de acesso, como material de pesquisa, não só porque não eram produzidos em série, mas também porque foram poucos os autores que os escreveram, além do fato de o livro didático ser sempre negligenciado, pois era considerado sem valor, pela sua vida efêmera. (VALDEZ, 2004, p.224).

O século XIX foi produtivo em livros de leitura, considerando-se os períodos precedentes. Com a ascensão da burguesia, o movimento romântico, e a produção maior de textos impressos, a leitura passou a ocupar um espaço nos lares, assumido principalmente pela mulher.

No Brasil, até meados desse século, os livros de leitura praticamente inexistiam nas escolas. A partir desse momento é que foram surgindo, muitos deles adotados na escola elementar de várias partes do Brasil. Vidal (2005, p. 89) apresenta o livro de leitura das irmãs Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes Almeida, cujo título é *Contos infantis*, publicado em 1886, e que possui diversas edições, adentrando boa parte do século XX, como obra recomendada para uso nas escolas primárias brasileiras. Esse livro, conforme pesquisas de Vidal, teve inspiração na obra de Rastibonne, *La comédie enfantine*, publicada inicialmente em 1860, na França. Não só foi inspirado, mas possui alguns textos (poemas) adaptados da obra de Rastibonne. Esse livro de leitura das irmãs Lopes tinha um caráter mais didático, pois, a partir da segunda edição, já contava com pequeno questionário no final de cada conto. Sobre esse aspecto do livro, Vidal (2005) acrescenta:

> Ao fim de cada texto, em poesia ou prosa, havia questões sobre o entendimento da narrativa, sobre o vocabulário utilizado, e também sobre o desdobramento de temas abordados e regras gramaticais [...]. Inexistente na primeira edição, o questionário pode ter sido incluído na segunda como forma de obter o selo de aprovação oficial. (p.89).

As diferenças entre a primeira edição e as posteriores eram evidentes, segundo Vidal (2005, p. 90), pois remetiam ao novo estatuto de escolar que o livro alcançara com sua adoção pela Inspetoria Geral, em abril de 1891. Vê-se, portanto, a trajetória desse livro das irmãs Lopes, que nasceu de modelo francês, o que era muito comum nos oitocentos. E de livro de leitura, contando apenas com textos, evoluiu para um tipo de material didático, com questionário de exploração da leitura e regras gramaticais. Nem todos os livros de leitura editados na segunda metade do século XIX percorreram esse mesmo caminho, embora muitos tivessem continuado a ser adotados no século XX, nas escolas.

Como livros de leitura pioneiros da produção nacional, Valdez (2004) cita os de Dr. Abílio César Borges, o Barão de Macahubas, o pioneiro, ao lançar, em 1866, o *Primeiro livro de leitura*, divulgando o método Abílio; seguiram-se o *Segundo,* o *Terceiro,* o *Quarto* e o *Quinto livro de leitura*; os de Hilário Ribeiro (contemporâneo do Barão de Macahubas), publicados, em 1880, em série de cinco livros de leitura, que permaneceram no século XX, sendo distribuídos por todo o país; e os de Felisberto de Carvalho, editados em 1892, que foram o *Primeiro,* o *Segundo e* o *Terceiro livro de leitura*. Além destes, o de Romão Puigare e Arnaldo Barreto (1895). Galvão e Batista (1998 *apud* VALDEZ, 2004, p. 232) dizem que

> Nesses livros com algumas ilustrações em cores, as lições, que – como a coleção de Abílio Cesar Borges – traziam conteúdos das diversas áreas do conhecimento, vinham geralmente seguidas de exercícios. Alguns dos textos buscavam oferecer à criança, além da instrução, ensinamentos morais.

Vê-se que esses livros, já do final do século, apresentam uma feição mais didática, própria para uso escolar, e dentro de um padrão que tende a evoluir no século XX.

2 Os livros de leitura de Dr. Abílio César Borges, o Barão de Macahubas

Dos livros seriados de leitura, voltados para a escola, vai-se dar enfoque aos do Dr. Abílio César Borges, o Barão de Macahubas. Como procedimento metodológico, primeiramente, serão dadas algumas informações bibliográficas pertinentes para que se entenda a trajetória desse autor, como educador, num momento sócio-histórico que propiciou a produção de sua obra; em seguida, o olhar vai-se voltar para a sua obra, propriamente dita, especialmente para o seu *Novo primeiro livro de leitura.*

O Dr. Abílio era baiano, nasceu na Vila de Minas do Rio de Contas, em 1824, e faleceu, no Rio de Janeiro, em 1891. Era médico, mas trocou a carreira de médico pela de professor. Exerceu cargos públicos, como Diretor Geral da Instrução Pública na Bahia, de 1856 a 1857. Escreveu para a infância brasileira, recebeu premiações pela inovação nos métodos de leitura, escrita, desenho. Além de livros de leitura, fez gramáticas de língua portuguesa e de língua francesa, criou métodos para o ensino do francês, fez dicionários, traduções de clássicos e adaptações de obras para a escola, como *Os Lusíadas*. Foi proprietário e diretor de escolas. Criou, na Bahia, em 1858, o Ginásio Baiano, que funcionou até 1870, quando se mudou para o Rio de Janeiro, criando o Colégio Abílio da Corte; também viveu em Barbacena, criando o Colégio Abílio. Entre 1866 e 1867, esteve na Europa, em viagem de estudo, dali trazendo mestres para o seu Ginásio Baiano (ALVES, 2000, p. 20).

Aqui, na Bahia, o Ginásio Baiano poderia ser considerado uma escola de excelência, nos padrões do século. Não só pela localização e estrutura do prédio, mas também pela organização e pelo ensino. A exemplo do Colégio Pedro II, recebeu o apelido de "ninho de águias" por causa dos alunos ilustres, como Castro Alves e Rui Barbosa, dentre

outros. Era um local de educação, em todos os sentidos, possuía internato e externato, atendia, principalmente, à classe privilegiada da sociedade.

As atividades desenvolvidas no Ginásio Baiano iam das atividades de ensino, e atividades corporais, a produções artístico-literárias que eram apresentadas em público por ocasião das festividades. A Antologia, organizada por Lizir A. Alves (2000), contém discursos e poemas que foram declamados nas reuniões festivas do Ginásio Baiano, incluindo poemas de Castro Alves e discurso de Rui Barbosa. Alves informa que todos os alunos do Ginásio eram obrigados a produzir um texto literário, em verso ou em prosa, que deveria ser apresentado nessas reuniões.

Chama atenção, no capítulo 1 do livro de Alves, intitulado *Organização do Ginásio Baiano*, o programa. Fazem parte das matérias, totalizando dezesseis, as seguintes: 1. Primeiras letras pelo método antigo; 2. Idem pelo Método Castilho; 3. Catecismo da Religião Cristã; 4. Latim; 5. Francês; 6. Inglês; 7. Gramática Filosófica; 8. Filosofia; 9. Geometria; 10. Retórica; 11. História, principalmente a Nacional; 12. Geografia; 13. Música Vocal e Instrumental; 14. Desenho; 15. Dança; 16. Ginástica. Há, ainda, as seguintes observações sobre as matérias:

> Também haverá ensino das línguas grega, alemã e italiana, conforme o número de alunos que as quiserem aprender precedendo ajuste especial[...]. Só haverá aula primária pelo método Castilho no caso de se apresentarem à matrícula, pelo menos, 30 alunos analfabetos. Igual número de alunos se requer para que haja aula de gramática filosófica. (ALVES, 2000, p. 27).

A restrição, quanto ao número exigido de alunos, para que matérias como aula primária pelo método Castilho e Gramática filosófica sejam dadas, evidencia a excepcionalidade dessas em comparação às outras.

Na Apresentação da Antologia organizada por Lizir Alves, o historiador Cid Teixeira faz uma referência ao Liceu Provincial e o compara ao Ginásio Baiano:

> Tínhamos, é certo, desde 1837, o funcionamento do "Lyceu Provincial". Este foi uma ambiciosa realização de eruditos bacharéis e de cônegos inquietos que pretendiam implantar aqui uma versão tropical dos estudos superiores de humanidades que tanto sucesso faziam na França. O Liceu, porém por força de sua opção pedagógica e por ser estabelecimento mantido pelo poder público, tinha perfil e limitações que não atraiam grandes afluências. Poucos alunos, disciplina discutível e, pela ausência de internato, com ação circunscrita à capital.
>
> Abílio Cesar Borges, com o seu Ginásio, tinha tudo para sensibilizar pais e para atrair alunos: da competência à vaidade; das instalações materiais ao quadro docente; da metodologia à respeitabilidade. (p.16).

A educação para poucos, nessa segunda metade do século, contrasta com a educação recebida por grande parte da população da província, alunos das escolas públicas, em especial de primeiras letras; para o ensino secundário, de colégio, só havia o Liceu Provincial, e escolas particulares que funcionavam como preparatórios para o ensino superior.

Quanto aos livros voltados para a educação, os de leitura, Abílio César Borges produziu cinco, que foram adotados por muitas escolas da Província e de outras regiões do país. A esse respeito, Valdez (2004) afirma:

> A princípio, com a intenção de divulgá-los, o autor distribuiu gratuitamente seus livros, ou seja, num tempo no qual o custo de um livro era consideravelmente alto, essa distribuição fez com que suas obras chegassem às mãos de crianças de várias regiões. (p. 229).

Nesta segunda metade do século, atente-se para os livros didáticos que eram solicitados por um professor ao Diretor da Instrução Pública da Província da Bahia, em 1880. Esse tipo de solicitação era uma prática comum nas correspondências de professores ao Diretor da Instrução Pública. Veja-se o texto que segue ao Requerimento feito pelo professor (APEB – maço 6565):

> Relação de livros que esta precisando a escola publica da povoação de Barra do Gil na freguesia de Senhor da Vera Cruz.
>
> 2 Grammaticas pelo Dr. Abílio
> Desenhos linear
> 30 Orthographias pelo Araponga
> 20 Pequeno tratado A leitura em voz alta
> 12 Lusíadas de Camões
> Terceiros livro de leitura pelo Dr. Abílio
> Colleções de traslados
> Grammaticas pelo Dr. Carneiro
>
> Bahia, 3 de julho de 1880
> O professor vitalício
> Lucio Casimiro dos Santos

Os livros de Leitura de Abílio César Borges, assim como sua gramática da língua portuguesa, eram amplamente utilizados nas escolas elementares da província.

Para um olhar mais detido, vão ser tomados os livros de Abílio, enfocando-se, apenas, alguns aspectos, aqueles mais relevantes para a compreensão dos princípios que nortearam a sua composição.

Sabe-se que a segunda metade do século XIX foi palco de embates, em relação às questões da língua portuguesa. Distinguia-se, de um lado, uma elite letrada, arraigada aos princípios da nova norma culta escrita lusitana, de caráter purista; de outro, numa posição menos conservadora, escritores brasileiros que viam com olhos nacionalistas o uso legítimo, em textos, de brasileirismos, como vocabulário e expressões principalmente, que defendiam "mudanças sim, mas com limites". (FARACO, 2008).

Há, ainda, a emergência do português geral do Brasil, evidenciando uma gramática brasileira que mostrava claras diferenças estruturais, no final do século XIX, em relação à gramática do português europeu. (cf.TARALLO, 1996).

Até que ponto, então, essas questões linguísticas que estavam no debate dos intelectuais da segunda metade do século XIX, estão, de certa forma, refletidas nesses materiais didáticos, considerando-se que a escola sempre esteve comprometida em difundir o padrão normativo? Que postura assume o Barão de Macahubas em suas obras?

Passa-se agora a tratar do *Novo primeiro livro de leitura* de Abílio César Borges, amplamente divulgado e adotado em várias escolas públicas e particulares do Brasil, na segunda metade do século XIX. A primeira edição é de 1866. Esta, objeto da pesquisa, é de 1888, que tem como título “Leitura Universal/ Novo Primeiro Livro de Leitura/ Segundo o Methodo do Barão de Macahubas/ (Dr. Abílo César Borges)/ Dedicado ao Povo Brasileiro”.

Figura 1: Capa do *Novo primeiro livro de leitura segundo o methodo do Barão de Macahubas*

Este *Novo primeiro livro de leitura* tem como referência de local e data, “Barbacena, 1 de janeiro de 1888”. Contém algumas mudanças em relação ao de 66, haja vista a nota de rodapé que está no texto “Encadeamento das lições deste methodo”, o qual antecede as lições:

> A addição de phrases no fim de cada lição é um melhoramento do methodo, devido à iniciativa de meu filho Dr. Joaquim Abílio Borges, cujas opiniões aceitei sobre vários assumptos concernentes a este methodo, em que collaborou commigo activamente. (p.26)

No texto dirigido aos professores primários, o autor explica o primeiro título do livro, "Leitura universal" e, posteriormente, o método. Ele faz elogios ao seu método, dizendo das vantagens em aplicá-lo. Baseia-se em iniciar, em cada lição, pelas sílabas, depois são apresentadas as palavras, e, finalmente, pequenas frases, tendo como foco uma letra do alfabeto. Normalmente a lição ocupa uma única página. As lições devem ser primeiramente ouvidas pela leitura do professor, e depois repetidas por todos os alunos. Só depois do exercício oral é que eles entram em contato com o texto escrito. Há um exercício muito intenso de pronúncia, para que o aluno não tenha dificuldades com a leitura. As lições são divididas em duas partes: a primeira contém 24 lições, iniciando-se pelas vogais, seguindo-se as consoantes, individualmente, depois os padrões silábicos, como ccv (bla, cla etc.); em seguida, são apresentadas as letras minúsculas e maiúsculas do alfabeto, concluindo, essa parte, com nomes próprios – consiste em introduzir o aluno no processo de aquisição da leitura. Depois são os textos que visam à leitura corrente.

As letras são apresentadas ao professor, explicando-lhe como devem ser pronunciadas, como, por exemplo: **f**, deve ser pronunciado não *éfe*, mas *fê*. O Autor demonstra a ineficiência em se trabalhar com o nome da letra, principalmente na soletração, o que muitos professores fazem, dificultando a aprendizagem das crianças.

Há, em algumas lições, notas de rodapé, que contêm explicações, como as seguintes:

> Ensine logo o mestre o que são e o que significam todas as palavras e phrases desta e de todas as lições e tambem as funções do accento agudo e dos pontos de interrogação e exclamação, que na mesma se encontram.
> É de máxima conveniência que, desde a primeira lição, se habituem os discipulos a entender o que lêem. (p.27)[3]

Veja-se outra nota, na VIII Lição (p. 34): "Ensine logo o mestre que o **n**, do mesmo modo que o **m**, nasala as vogais que o precedem". Figura 2.

3 Relevante é a preocupação do Autor com a explicação, por parte do professor, do significado de palavras e frases, e com as funções dos sinais de pontuação, segundo recomenda expressamente. Atente-se para o fato de que, nesse método, o professor assume a explicação. Posteriormente, no *Segundo Livro de Leitura*, ele cita Pestalozzi e suas lições, com orientações pedagógicas mais diferenciadas

Figura 2: Lição do *Novo primeiro livro de leitura segundo o methodo do Barão de Macahubas*

— 34 —

VIII Lição

n

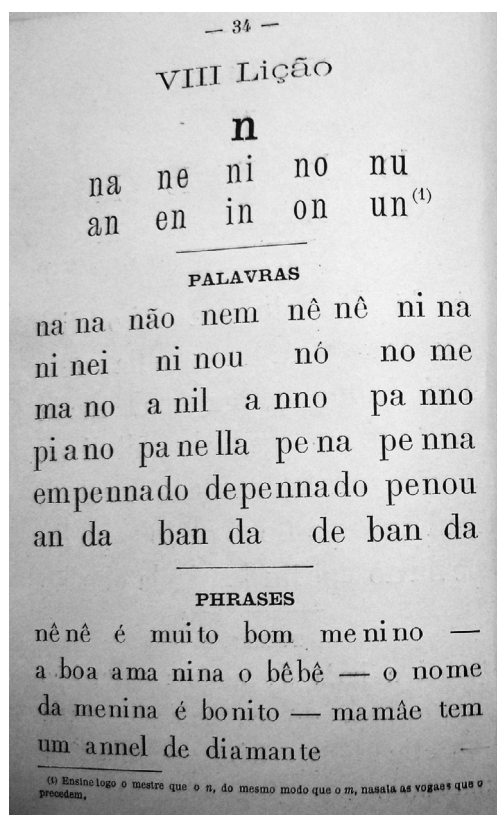
na ne ni no nu
an en in on un (1)

PALAVRAS

na na não nem nê nê ni na
ni nei ni nou nó no me
ma no a nil a nno pa nno
pi ano pa ne lla pe na pe nna
empennado depennado penou
an da ban da de ban da

PHRASES

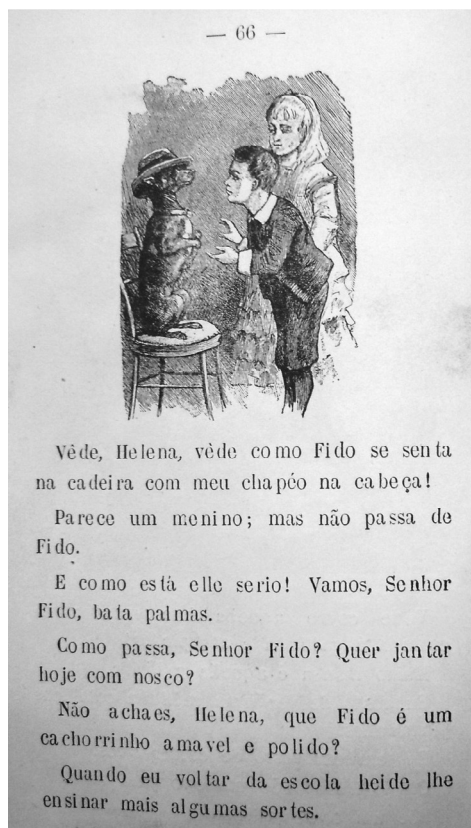
nê nê é mui to bom me ni no — a boa ama ni na o bê bê — o no me da me ni na é bo ni to — ma mâe tem um annel de dia man te

(1) Ensine logo o mestre que o *n*, do mesmo modo que o *m*, nasala as vogaes que o precedem.

As observações, em sua maioria, são voltadas para a pronúncia das consoantes, das sílabas, em que são dadas noções de fonologia e fonética, em observância aos exercícios orais, para favorecer a leitura e a própria fala. Falar bem, com pronúncia clara, articulação perfeita dos sons levaria, consequentemente, a se ler bem. Esse é o pensamento que subjaz ao método.

Quanto à segunda parte do livro, essa é constituída de textos verbais e de imagens, que sempre expressam o conteúdo do texto verbal. Inicia-se com orações, *Sinal da Cruz*, *Ave Maria* e *Pai e Nosso*. Seguem-se os demais textos. São textos curtos, normalmente de natureza descritiva, embora alguns contenham narração. Os assuntos fazem parte do universo da criança e alguns buscam passar valores morais. No que se refere à linguagem, nota-se o uso de um vocabulário do cotidiano do aluno, o que vai se tornar uma preocupação dos autores, nessa segunda metade do século. Embora apresentem uma linguagem simples, de acordo com o assunto que abordam, atendem, porém, ao padrão culto da época. Observe-se, por exemplo, na lição da Figura 3, o uso do verbo na segunda pessoa do plural, uma referência à segunda pessoa do singular, a pessoa com quem se fala.[4] Há um nível de formalidade, mesmo quando o diálogo se passa entre crianças.

4 Ernesto Carneiro Ribeiro, em sua *Grammatica Philosophica*, de 1881, se pronuncia sobre esses usos: "Assim como os pronomes nós, vós, sendo essencialmente do plural, fal-os o uso designar muitas vezes a primeira e segunda pessoa do singular, assim também os possessivos nosso, vosso se tomam às vezes singularmente." (p.242).

Figura 3: Texto para leitura do *Novo primeiro livro de leitura segundo o methodo do Barão de Macahubas*

— 66 —

Vêde, Helena, vêde como Fido se senta na cadeira com meu chapéo na cabeça!

Parece um menino; mas não passa de Fido.

E como está elle serio! Vamos, Senhor Fido, bata palmas.

Como passa, Senhor Fido? Quer jantar hoje comnosco?

Não achaes, Helena, que Fido é um cachorrinho amavel e polido?

Quando eu voltar da escola heide lhe ensinar mais algumas sortes.

Tomando-se o *Segundo*, *Terceiro*, *Quarto* e *Quinto Livro de Leitura* de Dr. Abílio César Borges, observa-se um crescendo na complexidade dos textos. São usados gêneros textuais diversificados, para dar conta dos diversos assuntos considerados pertinentes para "a educação da mocidade", além de textos literários, de autores consagrados, textos didáticos de ciências físicas e biológicas, história, geografia, também textos religiosos, fábulas, máximas e hinos, para serem cantados. Há biografias, como a de José Bonifácio, regras de moral e civilidade, respeito e obediência às autoridades.

Quanto aos textos literários, esses são predominantemente de autores brasileiros românticos, como Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Joaquim Manoel de Macedo, José Bonifácio, Cláudio Manoel da Costa, Gonçalves Dias, entre outros. Há textos literários do gramático Latino Coelho; Fábulas de Boccage, Máximas e Pensamentos do Marquês de Maricá. No *Quinto Livro de Leitura*, há também textos sobre artistas brasileiros dos tempos coloniais. Há poucos autores portugueses, como Alexandre Herculano e Antônio Feliciano de Castilho.

Os livros de leitura pesquisados são de datas e edições posteriores à primeira publicação. O *Segundo Livro de Leitura* é da 2ª edição, publicado em março de 1869. O *Terceiro Livro* é de 1891 (65ª edição); O *Quarto* e o *Quinto Livro* são de 1894. As edições são sempre revistas e aumentadas.

Na parte da Introdução dos livros sempre há comentários, também orientações didático-pedagógicas, como a do *Segundo Livro*, que é a mesma da 1ª edição, e tem como local e data, Paris, 16 de novembro de 1866. Nessa Introdução, o Autor trata dos assuntos dos textos e faz alguns comentários, dos quais se pode destacar a referência que é feita à escrita dos livros infantis: "[...] um tal livro deve ser escrito com palavras conhecidas dos meninos e em frases e períodos tão curtos como aqueles em que eles costumam exprimir-se e os assuntos devem ser resumidamente tratados". Também conclama, nesse mesmo texto, os professores a deixarem os discípulos falarem, mesmo que errem.

Nos Prólogos, há orientações de natureza didático-pedagógica, explicações sobre as mudanças feitas nas edições, como no *Terceiro Livro*, em que o Autor faz referência à edição anterior, quando foi proclamada a República, e diz que tratou logo de reformá-lo para a presente edição, substituindo termos como, *província* para *estado*; *município neutro* para a de *distrito federal*; e substituindo textos – substituiu as cartas do Pe. Antonio Vieira e os excertos de autores clássicos "[...] por outros artigos concisos de ciência prática elementar, ou versando sobre assuntos amenos e de fácil compreensão."

Nesse mesmo *Terceiro livro*, apresenta o Prólogo à 1ª edição de 1866, em que trata das reformas que julga convenientes, relativas à leitura e ao estudo da gramática. Propõe que o estudo da gramática seja mais prático que teórico; para os iniciantes, apenas em exercícios constantes de análise lexológica e de significação dos termos; que a análise lógica fique para o último ano da escola; e conclui dizendo que o professor não deve entrar no domínio da gramática filosófica. Refere-se também ao estudo da ortografia, que deve ser ensinada por meio, apenas, de exercícios constantes de cópia ou ditado – aprender pela prática e não por meio de lições decoradas. Ele diz que se deve iniciar o ensino pelas noções concretas e analíticas.

Nesse *Terceiro Livro*, há ainda *Regras para ler bem*: do tom de voz, das pausas e dos sinais de pontuação. Há também as *Regras para escrever bem*, uma referência à parte formal, à ortografia, à pontuação, ao acento das palavras e às letras bem traçadas. Conclui dizendo: "Mas só a pratica e o estudo da grammatica podem ensinar bem..."

Há nesses livros Pareceres, como o do Conselho Superior de Instrução da Província da Bahia, com recomendação para a adoção do livro nas aulas primárias da província. Também há opiniões favoráveis de jornais da época ao livro.

Destacam-se o *Quarto e o Quinto Livro de Leitura* que têm em comum o fato de terem sido elaborados com a colaboração do filho de Abílio, Dr. Joaquim Abílio Borges. São livros voltados para alunos não iniciantes.

Dos cinco livros de leitura de Abílio César Borges, o *Primeiro* é o que possui características mais específicas, distinguindo-se dos demais por ser dirigido ao ensino de primeiras letras, mais propriamente à aquisição da leitura. Apresenta o método a ser seguido, sendo bem didático. Nos demais livros, existem apenas textos, sendo o quarto e o quinto os que possuem textos com conteúdo e linguagem mais complexos.

Nesses livros de leitura, destacam-se as orientações didático-pedagógicas presentes nos prólogos e introduções. Elas revelam um educador atento e atualizado no que diz respeito, principalmente, ao ensino elementar, haja vista a forma como ele trata a infância, observando as suas limitações do ponto de vista cognitivo e da linguagem, num momento em que, ainda não fazia tempo, a ideia de criança não estava bem definida, sendo pensada, conforme Lajolo e Zilberman (2006), como um adulto em miniatura. O Autor apresenta, também em seus livros, orientações aos professores de como agirem em relação aos assuntos do currículo da escola primária. Mais propriamente pode-se observar o veio educativo do Barão de Macahubas no seu livro "A lei nova do ensino infantil", de 1883, em que ele faz críticas ao ensino que se pratica nas escolas e apresenta as suas ideias, incluindo os assuntos que as crianças devem aprender no curso primário.

Do ponto de vista linguístico, pode-se dizer que, a partir do que foi observado em seus escritos em geral, Abílio César Borges pode estar situado no grupo dos letrados conservadores da segunda metade do século XIX, aquele que defende a pureza da língua, da manutenção do padrão lusitano escrito, tão em voga nessa segunda metade do século (cf. PAGOTTO, 1998; FARACO, 2008).

Apesar de em sua obra se perceber algumas tendências modernizantes, como, por exemplo, nos textos de leitura dirigidos aos alunos iniciantes, há a utilização de um vocabulário mais da vivência e do cotidiano dos alunos; há a escolha de textos de escritores brasileiros do romantismo, para compor os seus livros mais avançados de leitura. Também, Abílio, ao tratar do ensino da gramática, reúne o bom senso do educador ao do conhecedor da língua, quando, por exemplo, propõe em "A Lei Nova do Ensino Infantil", de 1883, para os iniciantes, o seguinte: "O ensino litterario elementar, que começa pela grammatica, dou de par com o das sciencias em proporção muito limitada e sem livro: faço os meus pequenos grammaticos sem grammatica. (Meu descobrimento)". (p. 18) A proposta seria, então, fazer com que os iniciantes estudassem a língua sem utilizar diretamente o manual de gramática.

Entretanto, o espírito conservador de Abílio César Borges fala mais alto, ficando bem evidenciado em seus posicionamentos a respeito do uso da língua portuguesa em sua obra *Resumo da Grammatica Portugueza para uso das Escolas pelo Dr. Abílio Cesar Borges*; atente-se também para as orientações dadas no seu *Novo primeiro livro de leitura.* Esse espírito conservador está, também, nas posições assumidas, por exemplo, no seu texto *Vinte e dous annos de propaganda em prol da elevação dos estudos no Brasil, pelo Dr. Abílio Cesar Borges* - Fragmentos publicados no Jornal do Commercio, em 1880, no Rio de Janeiro.

Nesse texto, Abílio assume diversos posicionamentos em relação à língua portuguesa, como o que expressa em uma carta dirigida ao Conselheiro Paulino José Soares, Ministro do Império, que fez um regulamento sobre os exames preparatórios. Esse regulamento teve pouca duração, em razão das reações de estudantes e dos seus pais, em 1868. Abílio o qualifica como o único bom que houve. Nessa carta, refere-se à língua portuguesa e ao que ela tem representado nos exames preparatórios. Trata-se de uma defesa de seu

uso, como homem atento às questões linguísticas. Ele é partidário de que se exija a língua portuguesa nesses exames, e não as outras línguas (uma referência ao francês e ao inglês). São suas falas: "[...] quero fallar do total esquecimento da língua portugueza, a qual não só nunca figurou no numero dos preparatorios, sinão que da mesma nenhum cabedal se faz na apreciação das provas nella escritas".

Em outra parte, critica o ensino da língua portuguesa da seguinte forma: "[...] que mal immenso há causado ao estudo da língua portugueza vernácula, tão tristemente ensinada no geral de nossas escolas!".

Também faz crítica ao uso escrito:

> E não terá escapado, sem duvida, á V. Ex. o lastimoso estado da língua portugueza no jornalismo brazileiro, com poucas excepções assim como em theses de doutorandos, discursos de parlamentares, correspondência particular e outros escriptos, onde são frequentemente postergadas as regras mais simples da grammatica, e em toda a maneira injuriada e corrompida a bella língua de Vieira e de Camões.

Pode-se afirmar que este é um discurso mais puramente conservador e ainda bastante atual!

Palavras finais

Dessas observações, conclui-se que, embora os livros de leitura e outros livros de cunho didático de Abílio César Borges tenham sido adotados, além do limite de seus colégios, nas escolas particulares e também públicas, o fato é que quem melhor usufruiu deles foi a própria elite – os filhos da elite que frequentavam os seus colégios, que eram muito caros, ou outros colégios particulares. Os alunos da escola pública, na segunda metade dos oitocentos, frequentavam uma escola com muitos problemas: casas com instalações inadequadas, inclusive, muitas vezes, as aulas eram na residência do próprio professor; falta de materiais, incluindo livros; falta de professores; e frequência irregular de alunos às aulas. É o que dizem os Relatórios dos Diretores da Instrução Pública da Província da Bahia.

Do ponto de vista linguístico, o que fica evidente é que as pressões da escola, nesse momento histórico, em prol de uma padronização, como defendiam os conservadores, não foram suficientes para assegurar a manutenção de um ideário de língua, fora dos usos que se esboçavam no Brasil, na segunda metade do século XIX.

Quanto à norma culta brasileira e suas variações, essas não foram uma preocupação da escola, nesse momento histórico. Sobre essa norma, vale ressaltar o que afirma Mattos e Silva (2001, p. 278): "[...] o momento tardio do início da elaboração do português culto brasileiro". Segundo a Autora, esse só passou a se definir a partir da segunda metade do século XVIII, "[...] uma vez que essa variante culta passa necessariamente por questões relativas à escolarização, ao uso escrito e sua normativização". E acrescente-se o que diz Faraco (2008), sobre essa norma:

> A codificação que se fez aqui, na segunda metade do século XIX, não tomou a norma culta/comum/*standard* [...] brasileira de então como referência. Bem ao contrário: a elite letrada conservadora se empenhou em fixar como nosso padrão certo modelo lusitano de escrita [...]. (p. 80).

Observa-se que esse modelo de norma culta era artificial, considerando-se a existência de um português culto brasileiro, que não era prestigiado pela elite letrada, pelo menos na sua modalidade escrita.

A segunda metade do século XIX foi um momento de grande relevância para o debate em torno da língua: de um lado, um padrão culto escrito, que se firmava, seguindo o modelo lusitano; de outro, um português culto oral, que refletia o português *standard*, comum, brasileiro, em suas mudanças, e a escola perseguindo um ideário linguístico. Uma pretensão que não parou no século XIX.

Referências

ALVES, Lizir Arcanjo (Org.) (2000). *O Ginásio Baiano de Abílio César Borges*. Antologia. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

APEB (Arquivo Público do Estado da Bahia) *Seção Colonial e Provincial Maço* 6565 – Correspondências de professores ao Diretor da Instrução Pública da Província da Bahia – 1880.

ATALIBA, José Vieira de Faria Aragão (1850). *Ofício*. Bahia: Typographia Const. de Vicente Ribeiro Moreira.

BORGES, Abílio Cesar (1869). *Segundo livro de leitura: para uso da infância brazileira.* Nova edição. Bruxelas: Typographia E. Guyot.

BORGES, Abílio Cesar (1880). *Vinte dous annos de propaganda em prol da elevação dos estudos no Brasil.* Fragmentos publicados no Jornal do Commercio em 1880. Rio de Janeiro: Typographia a vapor de Pereira Braga e Cia.

BORGES, Abílio César (1883). *A Lei Nova do Ensino Infantil* pelo Dr. Abílio Cesar Borges. Rio de Janeiro: Typ. Univ. de H. Laemmert & Co.

BORGES, Abílio Cesar (1888). *Primeiro livro de leitura segundo o Método do Barão de Macaúbas.* Bruxelas: Typographia E. Guyot.

BORGES, Abílio Cesar (1891). *Terceiro livro de leitura: para uso das escolas brazileiras.* 65 ed. Refor. e melhor. Bruxelas: Typographia e Lithographia E. Guyot.

BORGES, Abílio Cesar (1894). *Quarto livro de leitura: para uso das escolas brazileiras.* Bruxelas: Typographia e Lithographia E. Guyot.

BORGES, Abílio Cesar (1894). *Quinto livro de leitura: para uso das escolas brazileiras.* Bruxelas: Typographia e Lithographia E. Guyot.

BORGES, Abílio Cesar (1907). *Resumo da Grammatica Portugueza para Uso das Escolas* pelo Dr. Abílio Cesar Borges. 12. ed. aum., melh. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Francisco Alves.

FARACO, Carlos Alberto (2008). *Norma culta brasileira*: *desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. (1998). *A formação da leitura no Brasil.* São Paulo: Ática.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina (2006). *Literatura infantil brasileira: história e histórias.* 6 ed. São Paulo: Ática.

LIMA, Débora Kelman de (2008). Educação pública e secundarista em Salvador: o Ginásio da Bahia, 1895-1942. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). *História da educação na Bahia*. Salvador: Arcádia. p. 197-231.

MADUREIRA, Casemiro de Sena (1852). *Relatório*. Bahia: Typographia Const. De Vicente Ribeiro Moreira.

MADUREIRA, Casemiro de Sena (1851). *Relatório*. Bahia: Typographia Const. De Vicente Ribeiro Moreira.

MADUREIRA, Casemiro de Sena (1854). *Fala*. Bahia: Typographia Const. De Vicente Ribeiro Moreira.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2001). De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro*. *V. II: primeiros estudos*. tomo II. São Paulo: Humanitas/FAPESP. p. 275-301.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

MONCORVO E LIMA, Álvaro Tibério de (1856). *Fala.* TYP. De Antonio Olavo da França Guerra e Companhia. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/bahia

NUNES, Antonietta A. (2004). Educação liberal centralizadora na Bahia sob Pedro I (1822-1830). In: *Gestão em ação.* v.7, n.1, p.51-63, jan-abr.

NUNES, Antonietta A. (2008). A educação na Bahia imperial (1823-1889). In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). *História da educação na Bahia*. Salvador: Arcádia. p. 121-159.

PAGOTTO, Emílio G. (1998). Norma e condescendência: ciência e pureza. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*. São Paulo: Pontes Editores, n. 2, jul.-dez.

RIBEIRO, E. C. (1881). *Grammatica portugueza philosophica*. Brazil; Bahia; Salvador: Imprensa Econômica.

ROCHA, Francisco José da (1871). *Relatório*. Bahia: Typ do Jornal.

SILVA, José Carlos de Araújo (2008). O ensino mútuo e o ensino simultâneo na Província da Bahia: cotidiano e trabalho docente. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). *História da educação na Bahia*. Salvador: Arcádia. p. 51-78.

TARALLO, Fernando (1996). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português brasileiro*: *uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 69-105.

VALDEZ, Diane (2004). Livros de leitura seriados para a infância: fontes para a história da educação nacional (1866-1930). *LINHAS: Revista do Programa de Mestrado em Educação e Cultura*/ Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, v. 5, n. 2, jul./dez. (219-241).

VALDEZ, Diane (2006). *Mens sana in corpore sano*: os colégios do Dr. Abílio Cesar Borges, o Barão de Macahubas (1858-1891). In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; NASCIMENTO, M. Isabel M. (Org.). Campinas, São Paulo: Graf. FE: HISTEDBR.

VIDAL, Diana Gonçalves (2005). *Culturas escolares*: *estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX).* Campinas: Autores Associados.

WANDERLEY, João Maurício (1855). *Fala*. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra e Companhia.

O conceito de língua em perspectiva histórica: reflexos no ensino e na formação de professores de português

Edleise MENDES
Universidade Federal da Bahia

Introdução

Ao longo da história das ideias linguísticas, um dos conceitos que mais tem sido permeável às mudanças e aos modos de se pensar a pesquisa e o ensino de um modo geral tem sido o de língua. No processo natural da evolução do pensamento, sobretudo na grande área dos estudos da linguagem, visões diferenciadas do que seja a língua, por conseguinte, têm ensejado igualmente posturas diferenciadas nos modos como produzimos conhecimento ao fazermos pesquisas, ao planejarmos cursos, materiais instrucionais e metodologias de ensino, bem como ao conduzirmos a formação de futuros professores de língua, nesse caso específico de língua portuguesa. Este trabalho, desse modo, parte da discussão de diferentes conceitos de língua, a partir de um olhar retrospectivo sobre as variadas tendências e correntes teóricas dos estudos linguísticos e da retomada de alguns autores que, com objetivos diversos, se debruçaram sobre esse tema. Em seguida, analisa as concepções de língua apresentadas por professores em formação no curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal da Bahia, colhidas ao longo de três semestres letivos, com alunos de terceiro e quarto semestres. A partir dessas análises e das discussões empreendidas, pretendo problematizar a relação entre concepções de língua e formação de professores de língua portuguesa, defendendo a ideia de que não há concepções melhores ou piores, corretas ou incorretas, mas sim adequadas aos objetivos de pesquisa e/ou de ensino tomados como referência, bem como aos contextos em que se desenvolvem essas ações.

1 Pontos de partida

A discussão sobre diferentes visões de língua e de linguagem não representa, em si, tema de destaque no estado atual da reflexão linguística, visto que muitos são os textos e autores que já o fizeram, com diferentes objetivos de estudo e de pesquisa. No caso deste trabalho, a relevância se constrói devido ao caráter problematizador que envolve a relação entre representações sobre língua/linguagem e a formação inicial de professores de língua portuguesa. O meu interesse, portanto, não é a análise e a avaliação das concepções em si, mas como estas estão na base de modos de pensar e de agir de sujeitos que, entre outros aspectos, estão imbuídos da tarefa de ensinar língua portuguesa.

Com o objetivo de refletir sobre a questão pontual das representações de língua e sua relação com a formação de professores de língua portuguesa, forço o meu olhar a assumir uma perpectiva histórica, não somente porque busca retomar aspectos relativos à evolução dessas ideias, mas também porque parte da premissa de que as instâncias institucionais de formação, como a universidade, têm formado sujeitos, incentivando o que aqui chamarei de "esquecimentos": a desvalorização das ideias do passado, o descompromisso com as ideias do presente e o apagamento dos variados modos de conhecer.

Como material privilegiado de apoio, estão alguns textos produzidos por pesquisadores e professores, sobretudo brasileiros, que vêm desencadeando discussões sobre diferentes ideias de língua e sua relação com o ensino. Além disso, e principalmente, trago para análise concepções de alunos sobre língua, colhidas ao longo de três semestres letivos, as quais muito nos podem dizer sobre os modos como esses sujeitos constroem representações sobre a língua que usam e que vão ensinar. Por outro lado, essas análises também nos dão pistas sobre a natureza da formação que recebem, bem como sobre as orientações teóricas e procedimentais que estão em sua base.

2 Concepções de língua/linguagem em perspectica histórica

Desde o impacto das ideias de Sausurre, que se difundiram a partir do início do século XX, o campo dos estudos da linguagem nunca mais foi o mesmo. Não apenas essas ideias criaram um novo *status* para a ciência linguística, a partir de então reconhecida em seus contornos disciplinares, mas também forçaram uma debruçada sobre o próprio objeto de estudo da Línguística, a língua. Pensar de modo sistemático nesse objeto exigiu de Sausurre e de seus seguidores o estabelecimento de princípios e métodos de análise que pudessem dar conta de toda a complexidade que são as línguas, ao mesmo tempo em que fornecessem explicações adequadas sobre a sua organização e, sobretudo, sobre os modos como se estruturam.

O estruturalismo sausurriano e os seus posteriores desenvolvimentos mudaram a cara dos cursos, faculdades e institutos de Letras no Brasil, sobretudo nos idos das décadas de 50/60, quando essa corrente alcançou adeptos em todos os campos dos estudos da linguagem. Além da introdução da Linguística como disciplina, os cursos de Letras e,

sobretudo, as licenciaturas começaram a operar com novas visões de língua e de linguagem, antes ancoradas em vertentes que, em maior ou menor grau, conduziam os estudos em desenvolvimento. Em uma perspectiva, ainda vigia a tradição greco-romana, que concebia a linguagem como objeto da razão, reflexo do pensamento e, portanto, fenômeno a ser estudado independentemente de qualquer refêrencia a línguas específicas, visto que os princípios de análise poderiam ser aplicados a qualquer língua em particular. Nessa concepção de língua, como nos aponta Travaglia (2003, p. 21),

> a expressão se constrói no interior da mente, sendo sua exteriorização apenas uma tradução. [...] As leis da criação linguística são essencialmente as leis da psicologia individual, e da capacidade de o homem organizar de maneira lógica seu pensamento dependerá a exteriorização desse pensamento por meio de uma linguagem organizada e articulada.

Em outra perspectiva, estavam os estudos historicistas, que construíram as bases para as ideias que aflorariam na primeira metade do século XX, visto que se debruçavam sobre as línguas vivas e suas relações entre si, reconhecendo-as como fenômenos em constante processo de mudança e reestruturação (PETTER, 2004). As ideias, desse modo, que se difundiram a partir da primeira metade do século XX, traziam a visão de língua como sistema estruturado, composto de um conjunto de elementos, cada um deles assumindo uma função específica dentro da engrenagem maior. Esse deveria ser, então, o objeto de estudo da Linguística, a língua como sistema abstrato, que deve ser estudado em seus próprios termos, observando-se as relações intraestruturais, em uma determinado estágio de sua evolução, sem que fosse necessário, para isso, qualquer ancoragem nas possíveis situações de uso dessa língua. Embora Saussure e, depois, os que assumiram a orientação estruturalista como projeto de estudo reconhecessem que a língua é um fenômeno social, isso não fazia parte de suas agendas.

Essa tendência a conceber a língua como entidade abstrata, apartada de sua feição social, foi ainda reforçada por Noam Chomsky, linguista de grande prestígio em nossa área, o qual defende a ideia de que as línguas e, consequentemente, as suas gramáticas se estruturam a partir de processos mentais, adquiridos de modo inato e que se organizam por princípios que são universais. Guardadas as diferenças, ambas as concepções de língua enquadram-se em uma das grandes tendências teóricas e metodológicas que exerceu e ainda exerce larga influência nos estudos da linguagem, a perspectiva hoje conhecida como *formalista*. Como ressalta Weedwood (2002, p. 125), tanto Saussure quanto Chomsky definem o objeto da linguística "pelo viés do elemento 'abstrato', 'universalista', 'sistêmico', 'formal' (a *langue* para Saussure, a *competência* para Chomsky) [...]".

Embora esse modo de conceber a língua e os estudos da linguagem tenha sido duramente criticado tanto pelos posteriores desdobramentos no interior do próprio estruturalismo, como pelas tendências funcionalistas de estudo da linguagem, representa uma das orientações mais poderosas e determinantes no campo das ciências sociais de modo geral. Na esfera do ensino de língua, por exemplo, esse tipo de visão vem determinando abordagens que consideram a língua um produto acabado, pronto para ser esmiuçado,

como o fazem os estudos tradicionais da gramática. Como afirmam Oliveira e Wilson (2008, p. 236):

> A perspectiva formalista trata, assim, de uma concepção antiga e forte de prestígio, que concorreu e muito concorre ainda na formação dos docentes de letras. As noções de *certo* e de *errado*, as tarefas de análise linguística que ficam apenas no âmbito da palavra, do sintagma ou da oração, a atividade de interpretação de textos como o exercício da procura do *verdadeiro* sentido ou do que o autor quer dizer são poucos dos muitos exemplos que poderíamos citar de práticas envolvidas nas salas de aula sob a luz da concepção formalista de linguagem.

Outra grande virada que de modo semelhante sacudiu as ideias linguísticas a partir, sobretudo, das décadas de 60/70 veio com a avalanche da teoria da comunicação e do desenvolvimento das tendências funcionalistas de estudo da linguagem, encabeçadas, sobretudo, pelos últimos desenvolvimentos da Escola de Praga. Desse modo, ao lado de quadros bem informados que demonstravam os elementos que compunham o processo comunicacional, estavam as funções da linguagem de Roman Jakobson, a semiótica de Charles Sanders Pierce, além da grande influência das teorias da comunicação e da mídia que, em conjunto, contribuíram para a visão de língua como instrumento social de comunicação ou como conjunto de signos que tem como função estabelecer a comunicação. Estavam, desse modo, assegurados à língua o seu caráter social, o seu valor como código/instrumento/conjunto de signos e a sua função de, fundamentalmente, transmitir informações, comunicar intenções de falantes, nesse contexto, apenas codificadores. Como nos diz Magda Soares (2004, p. 169):

> A concepção de língua como *sistema*, prevalente até então no ensino da gramática, e a concepção de língua como *expressão estética*, prevalente inicialmente no ensino da retórica e da poética e, posteriormente, no estudo de textos, são substituídas pela concepção da língua como *comunicação*. Os objetivos passam a ser pragmáticos e utilitários: trata-se de desenvolver e aperfeiçoar os comportamentos do aluno como emissor e recebedor de mensagens, através da utilização e compreensão de códigos diversos – verbais e não-verbais.

Se as concepções formalistas de língua, como afirmei anteriormente, ainda exercem bastante influência nos estudos sobre a linguagem, a concepção de língua como instrumento de comunicação (ou como conjunto de signos que se presta à comunicação) parece ser a mais operacional, pelo menos no âmbito das instituições que formam professores e também na esfera educacional de um modo geral. Digo isso porque é a concepção que, explicitamente, tem sido veiculada nos discursos de professores e alunos, bem como nos materais instrucionais utilizados pelos professores da escola básica, embora, nos últimos anos, os novos materiais didáticos venham incorporando concepções de língua que consideram o caráter sociointeracional da linguagem. Isso tem acontecido, sobretudo, pela influência de alguns programas governamentais, como o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), que forçaram uma certa onda de renovação dessas obras. No entanto, na experiência de analisar esses materiais mais detidamente, percebo que a visão de língua

como sistema estruturado que se presta à comunicação continua sendo a força motriz das atividades e procedimentos de abordagem e de representação da língua a ser ensinada.

Embora essa visão de língua tenha dominado o cenário dos cursos de Letras e, consequentemente, fincado suas raízes nas salas de aula de língua materna, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, também a partir dessa época começou a ser germinado um outro modo de se conceber a língua, agora ancorado nas tendências sociointeracionistas e enunciativas de estudo da linguagem. Os desenvolvimentos de áreas como a sociolinguística, a pragmática, a linguística da enunciação, a análise do discurso, a linguística textual, a linguística aplicada, para citar as mais influentes, provocaram um deslocamento das visões sistêmicas de língua, já naturalizadas, para trazer para o foco a língua como lugar de interação, como dimensão através da qual os indivíduos atuam no mundo e se constituem como sujeitos – a língua é, mais do que tudo, ação entre sujeitos situados social, histórica e culturalmente. Nos últimos dez anos, sobretudo, e a partir das contribuições e avanços desses campos de referência, as visões sociointeracionistas e discursivas da língua adquiriram grande força, influenciando uma gama de estudos sobre os diferentes usos da linguagem, em contextos diversificados. Olhando a partir dessa perspectiva, Geraldi (2002, p. 53) se pergunta:

> Em que sentido uma tal concepção de linguagem interfere nos processos de ensino/aprendizagem? Antes de mais nada, o deslocamento da noção de representação para a noção de trabalho linguístico exige incorporar o processo de produção de discursos como essencial, de modo que não se trata mais de apreender uma língua para dela se apropriar, mas trata-se de usá-la e, usando-a, apreendê-la.

E eu pergunto, a partir do que diz Geraldi (2002): os nossos professores estão sendo preparados nos cursos de Letras para ensinar a língua como atividade interativa e contextualizada socioculturalmente?

3 Concepções de língua/linguagem de professores em formação

Ao refletir sobre essas questões com alunos de Letras da Universidade Federal da Bahia, nesse caso específico, em turmas integradas por estudantes do quarto ao oitavo semestres, tenho tentado problematizar essas diferentes visões de língua a partir da revisitação às principais tendências teóricas desenvolvidas e em desenvolvimento na grande área dos estudos da linguagem, buscando, também, contextualizá-las aos propósitos profissionais e de pesquisa que estejam em jogo na formação dos estudantes. Com o objetivo, portanto, de melhor compreender o que pensavam esses alunos em relação à ideia de língua que estavam construindo, colhi, no total, ao longo de três semestres de curso, com diferentes alunos dos cursos de Letras Vernáculas e de Língua Estrangeira, que cursaram a disciplina optativa "Gêneros textuais em língua portuguesa", quase cem representações de língua, registradas logo no início de cada curso. Após a análise apurada destas assertivas, filtrei as que se mostravam problemáticas, quer seja porque eram repetitivas em seu

conteúdo (e muitas delas eram idênticas), quer porque não denotavam um sentido articulado e coerente de língua. Com essa pré-análise, cheguei à seleção final de quarenta e nove representações. Com esse conjunto, busquei identificar a aproximação dessas afirmações com as concepções de língua anteriormente discutidas, o que também posteriormente foi feito em sala de aula, com os alunos. O resultado dessa análise pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 1: Representações de língua/linguagem de estudantes de Letras

(Grupo 1) Língua como reflexo do pensamento / língua como dispositivo mental, de caráter inato	(Grupos 2a e 2b) Língua como instrumento de comunicação ou conjunto de signos que tem como objetivo a comunicação	(Grupo 3) Língua como lugar de interação e como atividade situada socioculturalmente	(Grupo 4) Outras representações/ visões desfocadas
05/49	35/49	03/49	06/49
10%	71%	6%	13%

Alguns exemplos dessas representações são explicitados a seguir, de modo a melhor poder embasar as reflexões que faço a seguir. Como indicado no Quadro 1, as representações do Grupo 1 correspondem à primeira acepção de língua, e assim por diante. O Grupo 2 foi subdividido em *a* e *b*, visto que julguei necessário marcar o fato de que algumas representações traziam a palavra *interação* em sua formulação, embora o significado geral do excerto não seja coerente com o sentido de interação aqui assumido e que tem sido difundido pelas perspectivas sociointeracionistas de estudo da linguagem.

Cabe, ainda, ressaltar que o Grupo 4, embora não traga representações relevantes para a reflexão que desenvolvo, visto que produz visões confusas e, muitas vezes, incoerentes de língua/linguagem (as quais chamei de visões desfocadas), pode nos fornecer pistas de como é difícil para os estudantes articularem conhecimentos advindos de variadas tendências teóricas, adquiridos ao longo de sua formação, e construir um pensamento autônomo, coerente, sobre a linguagem, de modo geral, e sobre a(s) língua(s) que vão ensinar, de modo específico.

Grupo 1

[1] É um sistema internalizado, um dispositivo que todas as pessoas possuem, com o objetivo de realização da comunicação.

[2] É o símbolo de uma nação [...]. É também definida como uma estrutura, um sistema que obedece a determinados princípios da gramática universal (GU).

[3] É a expressão do pensamento através de signos verbais (orais ou escritos). É o conjunto de princípios e parâmetros que regem e possibilitam a interação verbal.

[4] É a expressão do pensamento. É a representação oficial de um povo, meio ou fato social concreto que permite registrar fatos históricos e culturais.

Grupo 2a
[5] É um instrumento social de comunicação utilizado pela comunidade e partilhado por este conjunto de falantes.
[6] Conjunto de códigos para comunicação.
[7] Língua é um sistema estruturado e autônomo.
[8] Língua como sistema, código usado para comunicação entre os seres.
[9] Sistema, estrutura, fato social utilizado para a comunicação.
[10] É o conjunto de regras do ponto de vista morfológico, sintático, semântico, fonológico que funcionam em diferentes contextos.
[11] Conjunto de signos linguísticos pré-determinados, utilizados no processo de comunicação entre os indivíduos.
[12] Instrumento de comunicação, instaurado em um sistema próprio, que determina a sua particularidade dentre outras línguas.

Grupo 2b (difere do Grupo 2a apenas pela introdução da palavra *interação*)
[13] É um instrumento social de comunicação; um meio de interação do qual faz uso uma determinada comunidade.
[14] Sistema que tem por objetivo a efetivação da comunicação e da interação social.
[15] Instrumento de comunicação vivo, capaz de promover a interação entre as pessoas.
[16] É o sistema de códigos verbais regidos por leis, que permite a interação entre falantes, desde que compartilhem o mesmo sistema.
[17] É um instrumento de comunicação e interação social.

Grupo 3
[18] É uma construção cultural que contém diferentes concepções; [...] é objeto de interação entre os membros de uma comunidade linguística.
[19] Instrumento de sociointeração que deve ser estudada sempre em um contexto.
[20] É um meio de interação social, sendo esta realizada e produzida de diversas maneiras culturalmente.

Grupo 4
[30] É toda a teia, rede de nomes e sons que são responsáveis pela comunicação do homem desde muito tempo atrás.
[31] É um organismo vivo em constante modificação.
[32] É o nível mais abstrato que abrange as demais variantes (norma e fala).
[33] Sistematização de componentes verbais articulados na cognição de um indivíduo, expressa através do pensamento, da fala ou da escrita.

Os dados que compartilho agora com vocês somente reforçaram o que eu já havia colhido na experiência de lidar todos os dias com professores em formação: a constatação de que eles têm pouco contato, ou quase nenhum, com ideias e práticas metodológicas que problematizem, mais de perto, as relações entre a língua que estudam e o seu ensino.

Além disso, invariavelmente, e essa experiência eu já venho colecionando, mais sistematicamente, há três semestres, quando consigo traçar, em sala de aula, um panorama abrangente dessas visões e suas implicações para a formação dos estudantes, surge sempre no final a pergunta: "Mas, afinal, qual é a visão correta, professora?".

A preocupação dos estudantes reflete o caráter pouco problematizador com que essas questões têm sido tratadas em sua formação, ou seja, estes alunos são expostos a teorias, procedimentos didático-pedagógicos e métodos de análise sem que seja exigido deles um comportamento reflexivo e crítico em relação a esses conteúdos e modos de ação. Nesse sentido, esperar de mim a resposta certa reflete o deconforto de, ao longo de mais de quatro semestres de formação, não serem capazes de estabelecer relações entre o saber teórico que constróem ao longo do curso e a sua vida prática, quer seja como investigadores iniciantes, quer seja como professores de línguas.

O fato de que 71% dos alunos operam com uma visão de língua/linguagem como sistema, conjunto de signos e instrumento que tem como função a comunicação revela mais do que uma tendência predominante e assumidamente estruturalista da formação que recebem, mas também o fato de que eles têm pouca ou nenhuma familiaridade com outros modos de conceber o seu objeto de ensino. E ressalto, falo aqui de professores e para professores, e por isso saliento a importância de uma formação mais aberta e sensível às questões contemporâneas que assumiram destaque no campo das ciências sociais.

Se reconhecemos, como vêm postulando diferentes pesquisadores da linguagem, que as concepções sobre o objeto do nosso ensino determinam as ações que desenvolvemos em sala de aula *com* a língua e *sobre* a língua, que legado esses estudantes levarão para a sala de aula? Aqui, o que está em jogo não é, como querem os meus estudantes, saber qual a concepção é a mais corrente, ou mais aceita no âmbito da academia e por seus professores formadores, mas que visões de língua e de linguagem os tornarão capazes de desenvolver a competência linguístico-comunicativa de seus alunos, bem como farão com que eles desenvolvam práticas de oralidade, de leitura e de escrita situadas socioculturalmente e voltadas para a construção de vivências *na* e *com* a língua que aprimoram. Além disso, que concepção de língua pode ser capaz de diminuir os abismos entre as normas vernáculas e as normas socialmente prestigiadas que os alunos precisam aprender? Que concepção de língua permitirá a construção de ambientes de interação em sala de aula onde grupos minoritários não sejam discriminados?

Cavalcanti e César (2007, p. 61), por exemplo, defendem a posição de que é preciso repensar uma visão de língua que possa ir de encontro a visões naturalizadas que têm dominado os cenários da pesquisa e do ensino, e sugerem a visão provisória de língua como *caleidoscópio*, e apontam:

> [...] se deslocarmos essa concepção teórica de língua reificadora, que repercute, de maneira tão contraditória, nas concepções dos grupos com que trabalhamos; se professores e teóricos procurarem, sob o manto da 'língua' a multiplicidade e complexidade linguística e cultural natural em qualquer comunidade ou sujeito falante, ao invés de procurar a 'unidade'

> na diversidade; se encararmos realmente o múltiplo, as 'misturas', as diferenças, ao invés de buscar as semelhanças estruturais para justificar uma pretensa 'unidade sistemática na língua' ou mesmo um sistema que incorpore a variabilidade; se entendermos como multilinguismo o que chamamos de variação dialetal, seria mais fácil compreender e trabalhar com a pluralidade cultural dos usuários das escolas brasileiras.

E os nossos alunos, via de regra, não são preparados para enfrentar a pluralidade linguística e cultural das nossas salas de aula. Estudar a língua na perspectiva de sua estrutura, como tem sido a prática natural nos cursos de Letras, a qual está assentada em uma tradição linguístico-discursiva bastante forte e historicamente construída, não é o maior problema, mas sim o fato de se acreditar que apenas esse tipo de conhecimento fará do sujeito em formação um bom professor de português.

As concepções sociointeracionistas de língua/linguagem, por exemplo, trouxeram para a problemática do processo de ensino/aprendizagem de português o questionamento sobre que tipos de práticas são necessárias para tornar os estudantes da escola básica competentes em sua língua materna, nas modalidades oral e escrita, e melhor capacitados para atuarem de modo mais crítico e autônomo no mundo que os cerca, em diferentes contextos. Entre outras coisas, defende-se o trabalho com a língua em uso, o desenvolvimento de experiências situadas, nas quais o que está em jogo são as ações que desenvolvemos *na* e *com* a língua que está sendo aprimorada. Busca-se, desse modo, o desenvolvimento da competência linguístico-comunicativa do aprendiz, da qual a competência gramatical é apenas uma parte.

Não se trata, esclareço, em defender uma visão de língua em detrimento da outra, ou incentivar o sentimento de "ingratidão" em relação às ideias dos nossos antecessores, como diria Alain Finkielkraut (2000, p. 9), "para celebrar a superioridade da consciência atual sobre um passado todo tecido de preconceitos, de exclusões ou de crimes", mas de incluir na formação dos estudantes de Letras a reflexão sobre o seu papel como professores de língua portuguesa e sobre os propósitos que devem orientar a sua prática em sala de aula.

No contexto em que atuo, por exemplo, há ainda a postura de alguns colegas que defendem o fato de que discutir questões relativas à "prática" ou questões "pedagógicas" não é atribuição dos cursos de Letras e sim das disciplinas de Educação. Ora, então estamos preparando esses alunos para aprender a dissecar o seu objeto de ensino e depois não saber como juntar essas partes em sua sala de aula? Quando ensinamos língua portuguesa, ensinamos o quê? Transferir o problema para Educação é escamotear o nosso papel como formadores de professores de línguas, visto que em nossos discursos reconhecemos a necessidade de promover mudanças na formação de professores que reflitam nos resultados do ensino na escola básica.

Antes de operarmos uma separação entre uma formação em Letras e sua complementação, que seria o papel da Educação, devemos reconhecer que estamos todos, e sempre estivemos, muito juntos, e que a diálogo entre Letras e Educação nunca foi tão

necessário. Isso parece óbvio? Não para muitos colegas com os quais convivo, dentro e fora do Instituto de Letras.

Desse modo, dar condições ao professor em formação de conhecer, portanto, a evolução das ideias linguísticas, ter contato com teorias e práticas diversificadas e refletir sobre os objetivos que estão em jogo quando ele vai desenvolver pesquisa ou ensinar é prepará-lo para decidir, com autonomia e consciência crítica, que representações de língua e de linguagem estarão na base de suas ações. Para isso, seriam necessários, a meu ver, dois movimentos iniciais de abertura na formação dos alunos:

a) incentivar a criação de diálogos efetivos com os diferentes campos do saber que, juntamente com a área de Letras, poderiam contribuir para a construção de uma formação mais crítica e contextualizada aos problemas de nosso tempo, a exemplo da Educação, da Filosofia, da História, da Antropologia, dos Estudos Culturais;

b) assumir o nosso papel, como professores de Letras, de que a responsabilidade por formar bons professores de português é nossa, e isso se faz, inicialmente, com uma postura de abertura e respeito não só em relação ao nosso passado histórico, mas também em relação a ideias emergentes que são resultados de pesquisas e achados de áreas como a Linguística Aplicada, a Sociolinguística Interacional, a Análise do Discurso e a Linguística do Texto, entre outras.

A partir dessas duas possibilidades de abertura, talvez os "esquecimentos" de que falei no início deste texto possam ser superados, ao reconhecermos que os nossos antecessores continuam tendo muito a nos dizer, que os achados de nossa época refletem o quanto caminhamos, e por isso não devem ser negligenciados, e que o conhecimento não se constrói com apenas duas mãos.

E como me disse Marta Scherre, em conversa informal e entre um gole de cerveja e outro, "que os alunos de Letras sejam expostos a todo tipo de teoria, de ideia e de provocação, e que a partir disso sejam capazes de construir o seu próprio caminho, a sua própria formação".

Referências

CAVALCANTI, Marilda; BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2007). *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas: Mercado de Letras.

FINKIELKRAULT, Alain (2000). *A ingratidão: a relação do homem de hoje com a história*. Rio de Janeiro: Objetiva.

GERALDI, João Wanderley (2002). *Linguagem e ensino*: *exercícios de militância e divulgação*. Campinas: Mercado de Letras.

MATENCIO, Maria de Lourdes M. (2001). *Estudo da língua falada e aula de língua materna*. Campinas: Mercado de Letras.

OLIVEIRA, Mariangela R. de; WILSON, Victoria (2008). Linguística e ensino. In: MARTELOTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de lingüística*. São Paulo: Contexto. p. 235-242.

PETTER, Margarida (2004). Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à Linguística*. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto. p. 11-24.

SOARES, Magda (2004). Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (Org.) *Linguística da norma*. São Paulo: Ed. Loyola. p. 155-177.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos (2003). *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez.

WEEDWOOD, Bárbara (2002). *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.

Prescrição *versus* criatividade no ensino da gramática do português[1]

Maria Clara PAIXÃO DE SOUSA
Universidade de São Paulo

O que quer, o que pode esta língua?

A epígrafe deste curso parece remeter ao verso de uma conhecida canção, mas é, na verdade, uma *meta-epígrafe*: ela resgata as palavras da professora Rosa Virgínia Mattos e Silva na sua conferência ao *I Simpósio do Instituto Camões*, em 2001. O verso de Caetano Veloso foi lembrado ali para discutir a relação entre a Língua e a História (MATTOS E SILVA, 2004, p. 139):

> Lembrei-me, ao iniciar este texto, do final do poema/canção *Língua*, de Caetano Veloso, que utilizo como epígrafe, e brevemente, vou dialogar o texto do poeta. [...]
> Talvez possamos então responder ao poeta **o que quer, o que pode esta língua**, no entrecruzar-se da criatividade individual, da alteridade social e das limitações estruturais possíveis próprias a qualquer língua.

O que quer, o que pode esta língua...: as palavras da canção levaram Rosa Virgínia a discutir, naquela conferência, o embate entre o impulso da mudança e a interdição da mudança, condição original da língua histórica. Nessa contradição constitutiva da língua – nesse "*entrecruzar-se*" em que a "*alteridade social"* e as "*limitações estruturais"* funcionam como limitadores da "*criatividade individual*", delimitando (de um lado) **o que quer**, e

1 Este capítulo relata o curso ministrado durante o *Rosae* – I Congresso Internacional de Linguística Histórica, em homenagem à professora Rosa Virgínia de Mattos e Silva, em julho de 2009. Gostaria de agradecer sinceramente aos organizadores o convite para montar e conduzir o curso. Entretanto, preciso alertar o leitor sobre a perspectiva sobre o ensino de gramática seguida no curso e aqui relatada: não se trata da perspectiva de um especialista em ensino, mas sim a de um especialista em gramática. A reflexão proposta parte inevitavelmente deste ponto de vista limitado, pelo que peço desculpas aos especialistas em ensino que venham a topar com essas páginas. Essa limitação só foi contrabalançada graças à colaboração dos participantes do curso, muitos deles professores com larga experiência no ensino médio. Naqueles dias lindos de sol em Salvador, eles transformaram nossas horas de aula em um debate excelente, propondo questões instigantes e fundamentais. A eles deixo aqui meus sinceros agradecimentos, e votos de felicidade em sua missão de professores, hoje e amanhã.

(de outro) **o que pode** a língua –, buscaremos aqui, inspirados naquele texto, a chave para explorar os problemas que se abrem para o ensino da Gramática. Em particular, resgatamos as palavras da nossa mestra para perguntar: *Que caminhos a prática escolar em torno da Gramática precisaria trilhar para se afastar da Prescrição e se aproximar da Criatividade*?

Aqui, perseguiremos essa pergunta, a partir de três motivos básicos.

O primeiro motivo – *Gramática e Cidadania* – remete à "*alteridade social"* como fator limitador da criatividade individual. Sabemos que um dos principais meios que as sociedades tiveram a seu dispor para exercer imposições sobre a língua – para garantir que sejam postos freios ao *querer* da língua – foi, tem sido, é **a escola**, espaço e instância de garantia da Norma, da não mudança. Mas, se a escola é um dos limites sociais impostos à ação criativa na língua, sob que ponto de vista caberia defender uma prática escolar não prescritiva em torno da gramática? É nessa esfera que emerge a relação entre o trabalho com gramática e o exercício da cidadania. Pois, antes de tudo, precisamos lembrar que (ao menos no contexto brasileiro) a prática escolar que tolhe a criatividade e prescreve a norma não tem consequências homogêneas em todos os estratos sociais – ao contrário: ela se afirma na negação de alguns *quereres* mais que a outros. Nesse sentido, pensar a mudança no ensino de gramática é pensar na mudança daquilo que a sociedade enxerga, hoje, como formação escolar cidadã. Para discutir essa chave do nosso problema, tomamos como mote a obra de Marcos Bagno, *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa* (BAGNO, 2001), que nos mostra como o trabalho com a língua materna pode ter um papel de inclusão e exercício de cidadania. É o que se discute na *Seção 1: Gramática e Cidadania*.

O segundo e o terceiro motivos do curso remetem mais particularmente à segunda instância limitadora da criatividade individual mencionada na proposição de Rosa Virgínia: "*as limitações estruturais possíveis próprias a qualquer língua*". O impulso do *Criar-Mudar* engendrado pelo sujeito sobre a língua não se frustra apenas na sociedade – a própria língua, o "*estruturante da língua*", impõe limites à criatividade e à mudança. Diferentes teorias de linguagem colocarão essa dimensão estruturante em diferentes esferas; mas todas hão de guardar um lugar para essas limitações, ou não conceberão uma língua. Podemos até sugerir, de fato, essa ideia dos "*limites colocados pelo estruturante da língua para a criatividade do indivíduo*" como uma definição bastante razoável de **Gramática**: a Gramática como relação entre o Criado e o Estruturante, habitante-chave daquela encruzilhada entre a criatividade individual e as limitações estruturais. A gramática, assim concebida, guarda muito da beleza e do interesse científico sobre a linguagem – beleza e interesse que independem do ensino escolar. De fato: onde fica, nisso tudo, o **ensino** de gramática? Nesse plano, o "*ensino de gramática*" só pode ser concebido como um trabalho de **reflexão sobre linguagem.** Aqui emerge a particularidade que diferencia a "*gramática*" dos demais "*conteúdos*" trabalhados tradicionalmente pela escola: a gramática é um conhecimento que o aluno possui, traz consigo, domina, independente da escola, antes de chegar a ela. Abre-se aí um imenso leque de possibilidades de trabalho a serem exploradas, das quais escolhemos duas.

Tratamos primeiro da possibilidade de trabalho trazida pelo uso da **intuição sobre a língua** como ferramenta de ensino e de aprendizagem (isto é: intuição do professor e intuição do aluno). Remetemos aqui primordialmente a um trabalho gramatical que pode ser definido como epilinguístico, ou seja, a uma reflexão sobre a linguagem que prescinda de nomenclaturas e teorizações. Discutimos esse aspecto inspirados no legado de Carlos Franchi, representado na reunião de artigos publicada por Sírio Possenti, Esmeralda Negrão e Ana Paula Müller sob o título *Afinal o que é mesmo 'Gramática'?* em 2006 (FRANCHI, 2006). É o que discutimos na *Seção 2: Gramática e Intuição*.

Uma segunda aba do leque de possibilidades de trabalho aberta pela contingência da gramática como conhecimento trazido para a escola pelo aluno (em contraste com os conhecimentos sobre o mundo que ele precisa adquirir na escola) remete ao **desenvolvimento da capacidade de reflexão científica**. Nessa esfera, o trabalho com gramática na escola pode se revelar como precioso instrumento de formação intelectual, como defende Mário Perini na Introdução à sua *Gramática descritiva do português*, originalmente publicada em 1995 (PERINI, 2007). É o que discutimos na *Seção 3: Gramática e Reflexão Científica*.

Com base nesses três motivos (G*ramática e Cidadania*, *Gramática e Intuição*, *Gramática e Reflexão Científica*), desenhamos nossa proposta de uma reflexão sobre as potencialidades de um trabalho com gramática na escola que, ao se distanciar do horizonte da Prescrição, se aproxime do horizonte da Criatividade, e debatemos de que forma o trabalho com gramática pode se constituir como relevante, desafiador e enriquecedor da vida escolar**.**

Nesse ponto, precisamos parar para tomar fôlego e reconhecer: tendo em vista o trabalho com gramática na escola no passado – em especial, pensando no contexto brasileiro –, esta ideia pode parecer simplesmente absurda. Pior: ao voltarmos nossos olhares para o trabalho que se faz hoje na escola brasileira em torno da gramática, o absurdo da ideia não se esvai. Esse estranhamento é um elemento importante para as nossas discussões. Devemos nos perguntar: se a prática escolar em torno da gramática de fato esteve sempre muito distante do fomento à cidadania, da valorização da intuição, do incentivo ao desenvolvimento intelectual e à reflexão crítica, que fatores, afinal, determinaram este estado de coisas? Para explorar esta pergunta, sugerimos um breve exame sobre como foi e como é o ensino de gramática na escola brasileira hoje. Uma de nossas tarefas aqui, portanto, foi de "historicizar" o ensino de gramática: compreender seu vir a ser, colocá-lo no eixo do tempo histórico, despi-lo daquele aspecto natural com que se apresenta no momento que antecede a reflexão. Questionar a construção da prática escolar sobre o ensino de gramática nos torna capazes de vislumbrar o quanto ela poderia ser diferente. Por isso discutimos brevemente algumas das condições históricas, sociais e teóricas colocadas para o ensino da gramática do português no Brasil de hoje. Tentamos assim construir justificativas para nossa ideia central, num espírito, fundamentalmente, de proposta de reflexão – mas nosso objetivo foi, mais que nada, provocar a discussão em torno de uma ideia inicial. O curso pretendeu-se, de fato, mais provocativo que modelar.

1 Gramática e cidadania

> Podemos nos transformar em 'passistas à vontade, que não dancem o minueto', isto é, em falantes que possam usar os recursos da língua de todas as maneiras possíveis, inclusive para 'dançar o minueto', para seguir as regras padronizadas tradicionais, se for do nosso agrado e interesse. Um uso amplo da língua 'que balance e que bagunce o desfile e o julgamento', que obedeça as regras do momento, da interação, do ato verbal, que crie suas próprias regras de acordo com suas necessidades de expressão e comunicação, e que não se submeta de antemão às expectativas prévias dos juízes, que nem estão sambando na avenida, mas vigiando do alto os passistas para ver se estão dançando 'certo'. Uma noção de língua 'que aumente o movimento', que faça circular as idéias, que permita ao maior número possível de falantes se expressar, se comunicar, interagir e criar a sociedade. Uma noção de língua, enfim, 'que sacuda e arrebente o cordão de isolamento', o fosso que sempre separou a pequena elite dos que 'sabem a língua' da imensa maioria condenada à mudez e ao silêncio, sob o pretexto de 'falar tudo errado'. (BAGNO, 2001, p. 12).

As palavras acima resumem um dos aspectos mais interessantes do livro *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*, de Marcos Bagno: a proposta de se introduzir, no trabalho escolar em torno da língua materna, atividades de descrição e reflexão sobre a língua efetivamente falada no Brasil de hoje, pelos alunos de hoje (e pelos professores de hoje). O autor se vale, nessa proposta, de trabalhos recentes produzidos no âmbito acadêmico sobre a estrutura e o funcionamento do Português Brasileiro, fundando sua discussão no legado de mais de duas décadas do trabalho sobre a realidade linguística do Brasil, por parte de diversos estudiosos da língua no país. Aqui, tomamos a obra de Bagno como emblemática do resultado de um longo processo que levou à destituição da abordagem normativa e prescritiva e à elevação da abordagem descritiva e científica como centro das preocupações acadêmicas sobre a língua no Brasil dos anos 1970 a 1990. Em seguida, discutimos os reflexos desta mudança na prática escolar.

Na passagem citada, ao defender "uma noção de língua 'que aumente o movimento', que faça circular as idéias, que permita ao maior número possível de falantes se expressar, se comunicar, interagir e criar a sociedade", Bagno instiga os professores de português a conduzirem suas aulas como um programa de pesquisa, no qual os alunos aprendam a investigar, interrogar, descrever os fatos **da língua falada hoje no Brasil**. Esse aprendizado ali defendido distancia-se enormemente daquilo que, até há algum tempo atrás, constituía o cerne dos programas de língua portuguesa nas escolas brasileiras: qual seja, o ensino e a aprendizagem da "*norma culta da língua*". Nesse sentido é que podemos considerar essa proposta como emblemática de um avanço inegável da reflexão brasileira sobre a pedagogia da língua e, consequentemente, sobre o papel do trabalho com língua materna na formação do cidadão.

Para compreender a relevância deste processo, vamos nos deter um pouco sobre algumas especificidades do "*ensino da língua materna*" no contexto brasileiro. É preciso lembrar que, no Brasil, este ensino, por décadas a fio, não se constituiu exatamente como ensino de língua "*materna*". Ao contrário: o que se trabalhou na escola do século XX brasileira foi, em larga medida, a língua de um outro país: a língua padrão de Portugal.

A complexidade da formação sociolinguística do Brasil determinou uma diversidade dialetal que a escola do século passado preferiu ignorar, uma vez que a separação social entre os dialetos remeteu sempre a uma separação de classes que a escola e as instituições sociais brasileiras em geral nunca viram como "*diversidade*", e sim como "*falhas*". A pujante literatura especializada produzida nas últimas décadas sobre este assunto no país (cf., por exemplo, RIBEIRO, 2002; MATTOS E SILVA, 2003, 2006) explorou exaustivamente este assunto, que aqui não podemos tratar na profundidade devida. Salientamos apenas um fato crucial apontado por Bagno (2001): seria já chegada a hora de a escola brasileira virar a página da dominação da norma portuguesa, e se voltar à fala efetivamente brasileira, na diversidade dialetal trazida às salas de aula pelos próprios alunos (e pelos próprios professores...). Apenas com este movimento seria possível transformar o trabalho escolar com língua materna (então, sim, efetivamente, "*materna*") em um trabalho de afirmação da cidadania, na medida em que os alunos falantes dos mais diversos dialetos sociais se vejam como falantes de alguma variedade do português brasileiro – e não, simplesmente, como falantes de um português "*errado*". Se, diante disso, o falante decide "*dançar o samba*" ou "*dançar o minueto*" – tomando as metáforas de Bagno para os diferentes planos de formalidade da língua –, esta deve ser uma decisão contingencial para a qual a escola deve preparar seus alunos.

Entretanto: será esta hoje a realidade das nossas escolas, já uma década adentro do século XXI? Se não é, isso deveria nos surpreender bastante, uma vez que o debate em torno da questão já completa um quarto de século – pelo menos, se considerarmos como marco o documento do Ministério da Educação composto, em 1986, sob o título de *Diretrizes para o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da língua portuguesa*. Por sua importância simbólica, cito aqui integralmente o texto, conforme reproduzido em Leite (2006):

> Os estudos e pesquisas acerca das variedades lingüísticas e das diferenças entre variedades social e culturalmente privilegiadas e variedades social e culturalmente estigmatizadas não são recentes. No entanto, esses estudos e pesquisas ainda não beneficiaram o ensino da língua, que tem desconhecido a existência e legitimidade das variedades lingüísticas, e não tem sabido reconhecer que seu objetivo último é proporcionar às novas camadas sociais, hoje presentes na escola, a aquisição da língua de cultura, cujo domínio se soma ao domínio das variedades naturalmente adquiridas. Sem esse domínio da língua de cultura pelas camadas social e economicamente desfavorecidas torna-se impossível a democratização do acesso aos bens culturais e da participação política. A Comissão entende que a formação do professor de língua portuguesa, em qualquer nível, deve ser radicalmente modificada, passando a alicerçar-se no conhecimento, compreensão e interpretação das diferenças hoje presentes na escola, a fim de que haja não só uma mudança de atitude do professor diante das condições socioculturais e lingüísticas dos alunos, mas também, e conseqüentemente, uma reformulação dos conteúdos e procedimentos de ensino de língua, que tem, como objetivo último, o domínio da língua de cultura, sem estigmatização das variedades lingüísticas adquiridas no processo natural de socialização.

O documento de 1986 pode ser considerado um divisor de águas por ser o primeiro texto das instâncias oficiais brasileiras na esfera da educação a reconhecer "*variantes*

sociais" no português falado no país. Marli Quadros Leite, em *A configuração do purismo brasileiro*, apresenta uma análise aprofundada sobre o contexto da formação da Comissão que dá origem a essas diretrizes, em meio a uma extensa discussão sobre a assim chamada "*crise da língua*" dos anos 1970 e 1980. A autora salienta um aspecto fundamental desta "*crise*", que nos ajuda a compreender o lapso de tempo aparentemente incompreensível que separa essa primeira manifestação institucional sobre o respeito às "*variedades linguísticas*" e a realidade atual da atitude da escola perante a língua dos seus alunos. De fato, podemos compreender, a partir do trabalho de Leite, que a principal transformação sofrida pelo ensino da língua portuguesa nas escolas na última metade do século XX não remete a uma "*crise da língua*" – mas sim a uma crise de identidade da própria escola, que se vê na contingência inédita de **absorver um enorme contingente de alunos oriundos das mais diversas classes sociais** – em particular, a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1971:

> ... [um] maior número de pessoas com acesso à escola e aos meios de comunicação, entretanto com uma configuração cultural diferente daquela considerada erudita, em épocas anteriores. Instala-se, deste modo, em relação à língua, a sensação de que havia crise. [...] Em verdade, houve um esgotamento da força da norma prescritiva, porque o processo de massificação trouxe, naturalmente, para a escola, a concorrência de outras normas lingüísticas, e não contou com condições para equacionar o problema. A maior tolerância com o problema da variação lingüística, a democratização do ensino e as transformações sociais causaram a impressão da "crise". (LEITE, 2006, p. 203)

A abordagem de Leite nos esclarece de modo muito interessante o problema da atitude da escola perante a diversidade linguística brasileira. Podemos compreender uma das razões pelas quais esta diversidade não chegou a ser um problema sensível antes da década de 1970: é que, até então, a escola brasileira, simplesmente, não incluía um número representativo de crianças vindas das classes sociais falantes dos dialetos estigmatizados. Essa multidão de alunos vai adentrar os muros das escolas dos anos setenta trazendo consigo modos de falar até então ouvidos quase sempre nas ruas, nas praias, nos sítios... e quase nunca nas salas de aula das escolas, públicas ou privadas. Instaura-se, assim, a impressão da crise da língua portuguesa, crise do ensino, crise da norma... Em parte como reação a este processo, dezesseis anos depois da LDB de 1971, surge o documento que estabelece como objetivo último do ensino de língua "o domínio da língua de cultura, sem estigmatização das variedades lingüísticas adquiridas no processo natural de socialização". Já não cabe ao ensino escolar, nas palavras oficiais, "*estigmatizar*" – cabe-lhe, entretanto, "proporcionar às novas camadas sociais, hoje presentes na escola, a aquisição da língua de cultura, cujo domínio se soma ao domínio das variedades naturalmente adquiridas". Nas palavras de Leite,

> Aos poucos, então, foi-se solidificando a idéia, pelo menos nas principais escolas públicas e particulares dos grandes centros, da existência de outras normas lingüísticas, além da culta literária, cuja descrição está nas gramáticas normativas. A par disso, foi-se tomando consciência de que o papel da escola é, valorizando a variedade que o aluno domina naturalmente, apresentar-lhe a norma culta.

Entretanto, a nova tarefa – apresentar ao aluno a "*norma culta da língua portuguesa*" – não se mostrou nada simples para a escola:

> Mas esse trabalho sempre constituiu dificuldade para o professor, que se encontrava (e ainda hoje, em muitos casos) sem condições técnicas e teóricas para enfrentar o problema. Em relação à contraparte teórica da questão, pode-se dizer que a incerteza causada pela falta de conhecimento acerca do conceito de norma lingüística, seu relacionamento comas comunidades lingüísticas e as situações de comunicação foi causadora da insegurança dos professores de língua, quanto ao tratamento da variação lingüística do aluno. Desse modo, perdeu-se a noção sobre que pontos ensinar e corrigir na fala e escrita dos alunos de todos os níveis. Essa foi a característica marcante da fase de transição por que passou o ensino de língua, antes embasado apenas em regras prescritivas, mas prestes a ingressar na fase dos conhecimentos propriamente lingüísticos. (LEITE, 2006, p. 202)

Pois bem: já estamos há quase quarenta anos da Lei de Diretrizes e Bases. Somemos a isso os 25 anos de idade das Diretrizes específicas para o ensino da língua materna, e será surpreendente ainda estarmos na "*fase de transição*" apontada por Leite, entre o ensino de regras meramente prescritivas e a "*fase dos conhecimentos propriamente linguísticos*". Mas de fato: nas últimas quatro décadas, exatamente o que colocamos no lugar do ensino prescritivo da gramática da "*norma culta*"?

Para manter nossa análise no exame das diretrizes oficiais, podemos buscar uma resposta nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* do Ministério da Educação, para os níveis fundamental e médio. Nos *Parâmetros* para o nível fundamental (MEC, 1997), o capítulo denominado "A prática de reflexão sobre a língua" afirma:

> O ensino de Língua Portuguesa, pelo que se pode observar em suas práticas habituais, tende a tratar essa fala da e sobre a linguagem como se fosse um conteúdo em si, não como um meio para melhorar a qualidade da produção lingüística. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano — uma prática pedagógica que vai da metalíngua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de nomenclatura. Em função disso, tem-se discutido se há ou não necessidade de ensinar gramática. Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é para que e como ensiná-la. Se o objetivo principal do trabalho de análise e reflexão sobre a língua é imprimir maior qualidade ao uso da linguagem, as situações didáticas devem, principalmente nos primeiros ciclos, centrar-se na atividade epilingüística, na reflexão sobre a língua em situações de produção e interpretação, como caminho para tomar consciência e aprimorar o controle sobre a própria produção lingüística. E, a partir daí, introduzir progressivamente os elementos para uma análise de natureza metalingüística. O lugar natural, na sala de aula, para esse tipo de prática parece ser a reflexão compartilhada sobre textos reais.

Nos *Parâmetros* para o ensino médio (MEC, 2000), a seção "Conhecimentos de Língua Portuguesa" afirma:

> A perspectiva dos estudos gramaticais na escola, até hoje centra-se, em grande parte, no entendimento da nomenclatura gramatical como eixo principal; descrição e norma se confundem na análise da frase, essa deslocada do uso, da função e do texto. […]

> O estudo gramatical aparece nos planos curriculares de Português, desde as séries iniciais, sem que os alunos, até as séries finais do Ensino Médio, dominem a nomenclatura. Estaria a falha nos alunos? Será que a gramática que se ensina faz sentido para aqueles que sabem gramática porque são falantes nativos? A confusão entre norma e gramaticalidade é o grande problema da gramática ensinada pela escola. O que deveria ser um exercício para o falar/escrever/ler melhor se transforma em uma camisa de força incompreensível.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* fornecem amplo terreno para a discussão sobre o ensino de língua materna. O contexto de sua construção, e a sua recepção social, merecem análises detidas e adequadas, que não podemos realizar aqui (para isso remetemos o leitor, particularmente, à discussão em WERNECK, 2004). Iremos nos deter em um aspecto bem limitado do texto: avaliamos que, nos *Parâmetros*, o estudo gramatical ocupa um lugar **marginal** na prática do ensino de língua materna. Esse lugar à margem se caracteriza pelo uso da reflexão sobre a língua como instrumento para melhorar o desempenho linguístico dos alunos ("imprimir maior qualidade ao uso da linguagem", MEC 1997; "um exercício para o falar/escrever/ler melhor", MEC, 2000). Condena-se aí explicitamente a prática "habitual" da "fala da e sobre a linguagem como se fosse um conteúdo em si"; condena-se a "gramática fora de contexto".

De fato: não se condena, pura e simplesmente, **o ensino de gramática?**

Já discutimos brevemente como, entre os anos 1980 e 1990, o ensino de língua materna no Brasil passou por mudanças profundas que levaram ao abandono (desejável!) da prática de ensino gramatical normativo-prescritiva. Vemos, agora, que esse abandono parece ter engendrado, de fato, **o abandono de qualquer trabalho gramatical nas escolas**. Isso nos sugere duas perguntas: *Poderia ser diferente*? E, *Seria desejável que fosse diferente*?

Para explorar a primeira pergunta, voltamos a uma questão pincelada na Introdução: se a função tradicional da escola, em relação à língua, foi primordialmente a de *Prescrever* para impedir o *Criar,* as perspectivas de renovação da atitude da escola perante a língua remetem a mudanças estruturais nas práticas sociais de inclusão das diversidades. Mas, "na prática": como isso seria possível?

Parece-nos que uma proposta interessante de trabalho de reflexão gramatical distante da perspectiva prescritivista, e que toca centralmente na formação cidadã dos alunos, é justamente a proposta de Marcos Bagno com a qual iniciamos esta primeira seção. Para terminar a seção, voltamos àquela proposta, mas agora para salientar: o programa de ensino e pesquisa escolar proposto pelo autor, além de tudo o que já comentamos, é um programa de investigação que depende, fundamentalmente, de **algum conhecimento gramatical** por parte dos alunos. Os tópicos de investigação sugeridos por Bagno para pesquisa são: as estratégias de relativização; as estratégias de pronominalização; os pronomes sujeito e os pronomes objeto; as orações pseudopassivas sintéticas; regência dos verbos "ir" e "chegar" no sentido de "direção".

Ora: para que um professor conduza pesquisas com seus alunos sobre esses aspectos da fala brasileira, ele precisa, é claro, apresentar-lhes de alguma forma as noções de

"*Pronome*"; "*Sujeito*"; "*Objeto*"; "*Regência*"; "*Passivas sintéticas*".... e outros tantos conceitos que, nos últimos anos, parecem ter se tornado "*palavras-tabu*" da "*sala de aula moderna*". Assim, o círculo, perversamente, parece se fechar: se queremos sensibilizar os alunos para as particularidades da sua linguagem, e se essas particularidades remetem a aspectos do funcionamento gramatical, como então podemos trabalhar essas particularidades sem nunca nos referirmos aos temíveis conceitos relativos ao funcionamento gramatical?

Aqui chegamos ao momento ideal de comentar as propostas de Carlos Franchi e Mário Perini em relação ao trabalho com gramática na escola. Vamos começar por Franchi, em um comentário em que o autor inclui, especificamente, uma crítica à crítica ao trabalho gramatical na escola.

2 Gramática e intuição

> A crítica às atividades gramaticais nas escolas somente é válida para quem continua concebendo a gramática de um modo estreito e restrito ou para quem a pratica em exercícios escolares em que estão em jogo somente questões de segmentação, descoberta de traços categoriais, classificações e nomenclatura. Baseando-se quase exclusivamente em sua própria intuição e sensibilidade, pode o professor explorar em cada texto ou discurso, até na mais simples oração, as inúmeras possibilidades de um exercício gramatical diretamente relacionado com as condições linguísticas de produção dos enunciados, com o desenvolvimento dos recursos expressivos de seus alunos, com a arte de selecionar entre eles os que mais lhe pareçam adequados a suas intenções e ao estilo com que se quer caracterizar. (FRANCHI, 2006, p. 100-101)

Essas palavras de Carlos Franchi são do texto "Criatividade e Gramática", republicado em 2006, no volume *Afinal o que é mesmo gramática*, no qual Sirio Possenti, Esmeralda Negrão e Ana Paula Müller reúnem quatro textos do linguista dirigido para professores. Nesses escritos de Franchi, encontramos um eco fundamental para a dicotomia apontada desde o título do curso: Prescrição *versus* Criatividade. A visão desse autor sobre o trabalho com gramática na escola está muito longe da prática tradicional, que tinha como fundo a preservação de uma determinada Norma: é um trabalho de desenvolvimento de potencialidades, de apuração de capacidades, e, até, de autodescoberta. Mas não deixa de ser um trabalho de Reflexão Gramatical, e com letra maiúscula – o que só deve surpreender àqueles que, nas palavras do próprio autor, ainda concebem a gramática "de um modo estreito e restrito", uma prática em que "estão em jogo somente questões de segmentação, descoberta de traços categoriais, classificações e nomenclatura".

De fato, para Franchi, a nomenclatura tradicional não só é profundamente inadequada do ponto de vista conceitual, como também termina funcionando como um ponto de bloqueio para o trabalho criativo com a língua na escola. Tratando, por exemplo, da categoria sintática "Sujeito", ele chama a atenção para duas definições tradicionais da gramática "escolar" para essa categoria:

(a) sujeito é o elemento que pratica a ação expressa por um verbo na forma ativa;
(b) sujeito é o elemento de que se fala na oração.

Em seguida, mostra o exemplo de um texto extraído de uma prova de escola em que se pedia aos alunos para "*identificar os sujeitos*":

– Como está a cabana lá no topo da serra?
– Ih! A cabana só tem sujeira. As portas não abrem e as janelas quebraram todas.
– Mas quem quebrou as janelas?
– Não sei, mas parece que um tiro de caçador.

Franchi demonstra que as definições acima – *elemento que pratica a ação expressa pelo verbo*, *elemento de que se fala* – simplesmente não dão conta de conceituar nenhum dos sujeitos do trecho acima. Entretanto, o fato é que alguns alunos conseguem acertar as respostas de provas como essa... O autor conclui:

> Equívocos do mesmo tipo podem ser verificados com facilidade em praticamete todas as definições de que se serve a gramática escolar. Não é por elas que o aluno aprende (quando aprende) a análise sintática, mas por tentativas e erros, descobrindo a duras penas os critérios variáveis que entram em jogo a cada resposta "certa".

Interrompo um pouco o texto de Franchi para pontuar as implicações do que ele está observando: o que ele nos mostra é que o raciocínio que o aluno faz para realizar a *análise sintática* termina sendo **sempre, necessariamente, intuitivo**. É importante ressaltar esse ponto, pois a proposta de um trabalho gramatical *intuitivo* pode soar demasiadamente anárquica ou anti-escolar para alguns. Notemos, entretanto, a agudeza das observações de Franchi: as categorias e conceitos da gramática tradicional são tão falhas, que **não é possível que o aluno acerte uma resposta usando essas categorias** – portanto, ele só pode estar usando a sua **intuição** linguística, aproximando-se essa categoria nocional *sujeito* por meio de associações possibilitadas pelas ocasiões em que, milagrosamente, acertou uma resposta. Ou seja: podemos explicitar ou não o papel da intuição no trabalho com gramática na escola, mas ela está sempre presente.

Entretanto, como observa Franchi, a tradição escolar insistiu sempre no trabalho de classificação por nomenclaturas clássicas, a todo custo. E com isso, como aponta o autor, perde-se muito mais do que se imagina:

> O pior é que se perde a oportunidade de mostrar o que está em jogo nessa variabilidade dos sujeitos: a atividade do falante que não é neutra diante dos eventos que vai descrever, mas que se serve dos diferentes recursos expressivos postos a sua disposição na língua para instaurar seus próprios pontos de vista sobre eles.

O autor nos convida a imaginar uma forma de trabalho com aquele mesmo trecho da *prova sobre sujeitos*, mas agora trazendo à tona esses "recursos expressivos", movimentando-os, oferecendo-os para a reflexão do aluno, a partir da exploração de construções variadas com um único verbo:

Quem quebrou a vidraça?
Os garotos quebraram a vidraça.
Quem jogou a pedra quebrou a vidraça.

A vidraça, quem quebrou?
A vidraça, os garotos quebraram (ela).
A vidraça, quem jogou a pedra acabou quebrando (ela).

A vidraça foi quebrada para fazer passar o armário.
Quebraram a vidraça para fazer passar o armário.
Quebrou-se a vidraça para poder fazer passar o armário. (?)

Esses exemplos, na exploração de Franchi, revelam uma análise intuitiva do esquema relacional do verbo "quebrar", que pode se desdobrar em diferentes construções, a depender dos diferentes pontos de vista escolhidos pelos falantes – fazendo assim variar, conforme a perspectiva sobre o evento, aquilo *que chamamos de sujeito*. Esse esquema, esse leque de construções, essas relações que fazem parte do conhecimento de qualquer falante do português – isso é o que, na proposta de Franchi, interessaria ao trabalho com gramática na escola explorar:

> Interessa pouco descobrir a melhor definição de substantivo ou de sujeito ou do que quer que seja. No plano em que se dá a análise escolar, certamente não existem as boas definições. Seria mais fácil fazê-lo em uma teoria formal que em uma análise que tateie somente pela superfície das expressões. Mas interessa, e muito, levar os alunos a operar sobre a linguagem, rever e transformar seus textos, perceber nesse trabalho a riqueza das formas linguísticas disponíveis para suas mais diversas opções. Sobretudo quando, no texto escrito, ele necessita tornar muitas vezes conscientes os procedimentos expressivos de que se serve. Com isso, parece-me, reintroduz-se na gramática seu aspecto criativo: o que permite ao falante compreender, em um primeiro passo, os processos diferenciados de construção das expressões para, depois, um dia, e se for o caso, construir um sistema nocional que lhe permita descrever esses processos, falar deles, em uma teoria gramatical.

Vemos nessa passagem um dos cernes da obra de Franchi: a tarefa fundamental do trabalho gramatical na escola é propiciar-se aos alunos oportunidades para **operarem sobre a linguagem**. Para compreender plenamente essa proposta, naturalmente temos que nos remeter ao conceito de gramática em que o autor se fundamenta. Escolhemos fechar a discussão comentando esse conceito, em lugar de abri-la assim, porque ele nos remeterá de volta a um dos pontos cardeais que orientaram a sequência do curso. Eis como Franchi define a gramática, em poucas palavras:

> Gramática é o estudo das condições linguísticas da significação.

Ao iniciarmos esta discussão, lembrando a evocação do verso *O que quer, o que pode essa língua* pela professora Rosa Virgínia, vimos sua sugestão de que a resposta à pergunta deve remeter-nos ao "entrecruzar-se da criatividade individual, da alteridade social e das limitações estruturais possíveis próprias a qualquer língua". Ao comentar essa afirmação, eu lembrei que a reflexão sobre a relação entre a *criatividade* e *limitações estruturais* pode ser chamada

de *Gramática*. Volto agora a esta afirmação, remetendo-a à definição de gramática de Franchi: **a significação é condicionada linguisticamente** – entendo: deve seguir limites estruturais. Num outro ponto, ele definirá que essas *condições* podem ser entendidas como "regras de construção sutis e nem sempre consideradas pela tradição escolar" – quando seria justamente a explicitação e exploração dessas *condições linguísticas* ou *regras de construção* que o trabalho gramatical na escola, para Franchi, deveria privilegiar.

Pois bem: isso nos leva a uma afirmação fundamental, com ares (enganosos) de paradoxo: **é precisamente na natureza condicionante e reguladora da gramática que Franchi enxerga a abertura para o trabalho da criatividade**. Em suas próprias palavras (com meu grifo):

> ... A gramática não somente não é "restritiva" ou "limitante", mas é mesmo **condição de criatividade** nos processos comunicativos mais gerais. E isso em dois sentidos: enquanto conjunto de processos e operações pelos quais o homem reflete e reproduz suas experiências no mundo e com os outros, podendo inclusive viajar, por meio delas, a universos inimagináveis compossíveis; enquanto sistema aberto a uma multiplicidade de escolhas, que permite ão somente ajustar as expressões ao propósitos e intenções significativas do locutor, mas ainda marcar, cada texto, com a marca de um estilo, não menos expressivo por ser estilo. (100)

Vemos, então, que a importância da intuição e a possibildade da criatividade encontram uma âncora na abordagem teórica em que se fundam as propostas de Franchi para o trabalho com gramática. Podemos encerrar aqui esta breve exposição, lembrando um último aspecto fundamental da obra de Franchi, conforme destacado por Sírio Possenti na introdução à edição de 2006:

> Franchi era o linguista mais aparelhado para formular os textos necessários para pensar o lugar da língua na escola, porque acumulava as experiências de um professor competente e inovador e uma sofisticadíssima formação teórica, somadas a uma posição política lúcida e nada aventureira. "Criatividade e Gramática" critica duramente a recepção da gramática na escola, ao mesmo tempo em que explicita intuições de várias épocas a respeito das construções linguísticas, o que é também indicação de uma saída para o professor.

A observação de Possenti sobre a intuição como "saída para o professor" nos remete a um ponto interessante, ligado à nossa discussão anterior sobre a situação atual do ensino de gramática. Tendo sido a reflexão gramatical relegada àquele lugar que chamamos de incidental ou marginal entre os conteúdos e capacidades a serem desenvolvidos na área de língua portuguesa na escola, a literatura de apoio didático ao aluno e ao professor nos últimos vinte anos não tem sido pródiga em conteúdos gramaticais (para dizer o mínimo). Resta ao professor que deseja trabalhar com gramática o apoio dos compêndios gramaticais tradicionais – que, embora em edições mais recentes demonstrem buscar adequar-se minimamente ao estado da arte das discussões no campo da linguística, ainda não o fazem plenamente. Há de outro lado excelentes produções oriundas do meio acadêmico que se prestam bem ao trabalho escolar, ao menos como apoio ao professor – estranhamente, entretanto, essa produção não parece ser amplamente absorvida como

instrumento didático. Essa relativa escassez de material de apoio confere especial relevância à observação de Possenti sobre a intuição como uma "saída para o professor".

Com isso, terminamos o exame das propostas de Franchi em "*Criatividade e Gramática*". Um dos pontos que levantamos a partir delas foi a discussão em torno da inadequação das categorias e conceitos da gramática tradicional; agora veremos como, nesse mesmo problema, o professor Mário Perini enxerga uma oportunidade para o trabalho de desenvolvimento e compreensão de novos conceitos.

3 Gramática e reflexão científica

> O estudo de gramática pode ser um instrumento para exercitar o raciocínio e a observação; pode dar a oportunidade de formular e testar hipóteses; e pode levar à descoberta de fatias dessa admirável e complexa estrutura que é uma língua natural. O aluno pode sentir que está participando desse ato de descoberta, através de sua contribuição à discussão, ao argumento, à procura de novos exemplos e contraexemplos cruciais para a testagem de uma hipótese dada. Nesse sentido a gramática tem imensas potencialidades como instrumento de formação intelectual. Concluo que a grande contribuição que o ensino gramatical encerra reside na possibilidade de ajudar o desenvolvimento das habilidades mencionadas: isto é, o ensino gramatical pode ser um dos meios pelos quais nossos alunos crescerão e se libertarão intelectualmente. (PERINI, 2007, p. 31-32)

Essas palavras de Mário Perini foram extraídas do primeiro capítulo da sua *Gramática descritiva*, na seção "Os objetivos do ensino da gramática". Tanto nesse primeiro capítulo, como no prefácio, o autor procura situar o livro e seu contexto de atuação – e o texto assim construído remete a muitas das questões que discutimos ao longo do curso. É evidente, pelas suas palavras que tomamos como mote, que Perini não faz parte do grupo de linguistas que não vê um lugar para o estudo gramatical no ensino escolar. Ao contrário: como vemos, ele considera que este estudo tem "imensas potencialidades como instrumento de formação intelectual".

Sua *Gramática descritiva* de 1997 foi pensada, justamente nesse contexto, em resposta à tarefa de munir o professor de português com ferramentas para aperfeiçoar e sofisticar o seu trabalho sobre gramática em sala de aula.[2] Na introdução a esta obra, há um trecho que vamos tomar aqui como profundamente revelador do estado de coisas a que chegamos quanto à relação entre o trabalho acadêmico sobre gramática e o trabalho escolar sobre gramática no Brasil. Nesse trecho, Perini menciona o "tom científico" do texto da gramática, e o defende afirmando:

> Não há razão alguma para que uma gramática seja menos "científica" em sua concepção e em sua redação do que um compêndio de biologia ou de psicologia. E não há razão para

2 Nesse sentido, podemos até pensar um pequeno sistema a ser adaptado às inclinações e experiências pessoais de cada professor (na falta de diretrizes oficiais claras e materiais didáticos prontos satisfatórios), no qual uma gramática descritiva como a de Perini funcione como obra de referência do professor para elaborar exercícios seja na linha epilinguística proposta por Franchi, seja na linha mais descritiva proposta por Bagno, ou mesmo buscando avançar na linha mais conceitual do próprio Perini.

que o professor de gramática seja dispensado da formação científica que se exige de um professor de biologia ou de psicologia.

Aqui tocamos uma questão fundante e essencial que complementa o que discutimos na seção anterior sobre o desenvolvimento histórico do ensino gramatical e (na verdade) da reflexão gramatical no Brasil. Parecerá que discordo do professor, quando, na realidade, concordo plenamente com sua observação; mas será necessário aqui buscarmos, sim, as razões para essa situação – não razões no sentido de justificativas ou abonos, mas no sentido de raízes históricas. As palavras de Perini nos mostram como o discurso em torno da gramática é inacreditavelmente impermeável às profundas mudanças de paradigma em torno da reflexão sobre as línguas e a linguagem.

De fato, como ele aponta em outro momento do livro, os compêndios gramaticais tradicionais estão mais de 70 anos atrasados – pensemos na publicação do *Curso* de Saussure em 1916, marcando o início da linguística moderna (são, portanto, agora, 90 anos de atraso). Podemos ir além, inclusive, e afirmar que eles estão duzentos anos atrasados – se lembrarmos a publicação da obra seminal de Franz Bopp em 1818, inaugurando o método histórico-comparado, e dando início à linguística científica. É na verdade desde então – desde a invenção da linguística histórica do século XIX – que podemos observar a profunda cisão entre a Gramática como instrumento pedagógico e a Gramática como área de estudos linguísticos. Esse descompasso envolve muitos fatores complexos, de ordem ideológica e epistemológica, para cuja discussão remetemos à literatura especializada (em particular, MOURA NEVES, 2002). Aqui destacaremos, pelo interesse específico, a questão do contraste entre a motivação original da invenção da Gramática Clássica (uma motivação **pedagógica** ligada à lógica e à retórica) e a motivação original da invenção da Linguística, que remete a um impulso de descrição e compreensão do mundo (ou seja: um impulso **científico**, e não pedagógico).

Isso tem um resultado interessante: entre as disciplinas escolares da atualidade, a Gramática é a mais antiga. Para seguir o paralelo de Perini, não havia, na antiguidade clássica, a disciplina "Biologia" – este é um recorte de mundo propiciado estritamente depois da conformação das disciplinas científicas, acadêmicas, universitárias, do século XIX. Isso não significa que antes disso não se estudasse a vida no mundo (objetivo da biologia) – mas apenas que isso era feito sob outros rótulos (pelos "naturalistas", por exemplo, que eram também filósofos, economistas, historiadores, na nossa classificação de hoje). Não havia esse rótulo com esse recorte, e, portanto, não havia biólogos, nem faculdades de biologia, nem professores de biologia – e, muito menos, aulas de "Biologia" nas escolas. Com a gramática se dá o contrário. Desde a antiguidade clássica, a gramática é parte da prática pedagógica – e o peso dessa tradição engendra a dificuldade de sua renovação.

A tradição pedagógica da gramática parece ser, assim, um fator fundante da sua impermeabilidade à transformação. Note-se que essa capa impermeável já se desgastou bastante, de modo que, no ambiente acadêmico, o nome "*gramática*" foi tomado por

estudiosos da estrutura linguística em chaves vastamente distantes da chave retórico-pedagógica tradicional (haja vista a "*gramática gerativa*", a "*gramática funcional*", etc.). Mas o desgaste ainda não chegou à prática escolar. Na verdade, não parece mesmo ter chegado à formulação das políticas de ensino: como vimos na sessão anterior, ao comentar os PCN, a "gramática" combatida nessas diretrizes parece corresponder, em larga medida, a uma difusa "Gramática Clássica", revestida talvez no estilo da gramática prescritivo-normativa do século XX.

Como essas reflexões cabem no nosso comentário sobre o texto e as propostas de Mário Perini na sua *Gramática descritiva*? Bem, vimos ali como o autor sente a necessidade de justificar o "tom científico" da sua obra, fazendo o paralelo com os tons que esperamos de compêndios dirigidos a professores de outras disciplinas (e poderíamos adicionar a isso que um autor de um compêndio sobre biologia dirigido a professores do ensino médio talvez também não sentisse necessidade alguma de justificar um "tom científico", que seria, no caso, mais que esperado...). Ora: essa cientificidade que Perini aponta existir no seu próprio texto não remete, como alguém poderia pensar, a um uso exagerado de termos técnicos ou a uma exploração de teorias abstratas demasiadamente complexas ao longo do texto. Ao contrário: esta obra de Perini, como as demais obras recentes do autor, singulariza-se no contexto mais geral justamente pela acessibilidade e até coloquialidade da sua linguagem, de um lado; e, de outro lado, pela limpeza terminológica do autor, que está longe de ser um linguista obcecado pela parafernália tecnológica que envolve algumas abordagens formais de gramática.

O "tom científico" reside, de fato, na forma como Perini constrói sua gramática, principalmente na maneira como ele propõe as suas categorias: elas são sempre inconclusivas. Para cada tópico da Gramática (*Sintagma Nominal*, *Funções Sintáticas*, etc), o autor discute duas ou três hipóteses diferentes e as testa; em algumas vezes, chegando a uma delimitação conceitual, em outras, não. Aí a cientificidade da reflexão: trata-se de uma reflexão investigativa, elaboradora de hipóteses, e destemida da falha. Em suma: uma reflexão científica.

Remetemos cada um a suas experiências pessoais na leitura de compêndios gramaticais para estabelecer o contraste entre esse discurso e o discurso que costumam encontrar em obras do gênero.

Com essa reflexão sobre o "tom científico", chegamos ao último ponto importante dos nossos comentários. Pois é justamente essa disposição à investigação e à elaboração de hipóteses – essa disposição ao falhar – o que falta ao discurso da gramática tradicional **e ao trabalho gramatical tradicional realizado na escola**. Este trabalho foi inventado para funcionar em cima de certezas: rótulos de sólida reputação desde a antiguidade clássica com os quais devemos poder organizar e categorizar a língua e seus elementos. Como já comentamos, as avaliações contemporâneas sobre o lugar da gramática na escola parecem ter em mente esse tipo de funcionamento, quando repelem a gramática como parte das atividades pedagógicas: é esse trabalho de rotulagem cega que, acreditamos,

essas avaliações pretendem condenar. Entretanto, a gramática que fazemos como pesquisa científica (seja a gramática como estudo das "*condições linguísticas de significação*" de um Franchi; seja uma gramática definida como "*algoritmo de geração de enunciados*" de um Chomsky) está longe de funcionar como um exercício de rotulagens cegas, e muitíssimo longe de se constituir como um discurso da certeza. Ao contrário. O que fazemos nas nossas pesquisas, nas nossas teses, nos nossos congressos, é quase que só investigar, levantar hipóteses, duvidar delas, e levantar outras melhores; investigar...

Parece-nos que a delimitação marginal do lugar da gramática na escola hoje remete de uma ideia equivocada do que seja fazer gramática hoje. À ideia equivocada de que Gramática é apenas Gramática prescritivo-normativa (que há muito já deveria ter sido abandonada), soma-se perigosamente um engano mais recente: o de que a (digamos assim) "Gramática Científica" contemporânea é algo de altamente sofisticado, algo de misteriosamente inquestionável, algo que não está à altura das capacidades cognitivas de um adolescente.

E assim é que ficamos no vácuo. Não desejamos a gramática prescritiva de antes, e não podemos ensinar a "Gramática Científica Sofisticada" de hoje. Para prosseguir na nossa já cansada metáfora das ciências naturais, diremos que concluir isso é o mesmo que concluir que, com o advento da genética molecular, se tornou impossível ensinar biologia; ou que a teoria das cordas impede o ensino da física nas escolas... Ao contrário, nós acreditamos que levar a "Gramática Científica" para a escola é possível – mas isso não significa repetir cegamente as teorias formais ou funcionais mais recentes saídas dos fornos das teses acadêmicas. Significa, simplesmente, levar para a sala de aula o espírito fundamental que orienta todo o trabalho científico em torno da gramática hoje, em qualquer quadro teórico: o espírito da investigação, da dúvida, da disposição à aventura da hipótese.

Comentários finais

Para terminar este debate, restaria discutirmos as perspectivas que se abrem para o ensino de gramática no Brasil de hoje. Pudemos ver, avaliando os parâmetros oficiais que atualmente orientam o ensino de língua portuguesa no Brasil, que o lugar reservado ao trabalho gramatical ali parece ser muito pequeno. Mas valeria a pena saber: fora das diretrizes oficiais, qual é o lugar reservado, por cada professor, em cada sala de aula, ao ensino da gramática? Como ele é feito? Como se sentem os professores e alunos nesta prática?

Para responder a esta pergunta, seria ideal replicar-se a pesquisa pioneira empreendida por Maria Helena de Moura Neves em 1990, consultando professores de português do Ensino Médio com o objetivo de descobrir o estado do ensino de gramática naquele momento. Entre os 170 professores entrevistados, a autora encontrou os seguintes padrões (MOURA NEVES, 1991):

- os professores (100%) afirmam ensinar gramática
- os professores acreditam que a função do ensino de gramática é levar a escrever melhor
- os professores foram despertados para uma crítica dos valores da gramática tradicional
- os professores têm procurado dar aulas de gramática não-normativa
- os professores avaliam que essa gramática "não está servindo para nada"
- apesar disso, os professores mantêm as aulas sistemáticas de gramática como um ritual imprescindível à legitimação de seu papel.

No nosso curso, experimentamos uma replicação informal da pesquisa de Moura Neves entre os participantes com experiência no ensino da Língua Portuguesa no nível médio, e constatamos que a situação parece ter mudado significativamente em alguns pontos. Em especial, no nosso grupo, a grande maioria dos professores afirmou não mais ensinar gramática em suas aulas no Ensino Médio. De fato, notamos que aquela visão das "aulas sistemáticas de gramática como um ritual imprescindível" à legitimação do papel do professor de português, detectada na pesquisa de 1990, já não parece estar mais ativa. Ao contrário: os professores que não incluem o trabalho gramatical sistemático em suas aulas afirmam que o fazem justamente para atender as expectativas hoje formadas sobre o ensino de língua materna: a gramática não está prevista "nos PCNs", "no plano de ensino da escola", nem "no material didático de apoio". No outro lado da moeda, os professores que afirmaram ainda ensinar gramática em suas aulas relataram que o fazem com sentimento de culpa – um deles chegou a afirmar, textualmente, que ensina gramática "escondido" dos coordenadores pedagógicos da escola em que trabalha.

*– Ensinar gramática **escondido...** quem diria isso, vinte anos atrás...*

A breve pesquisa informal realizada no nosso pequeno grupo reunido para o curso, evidentemente, não tem valor científico algum; entretanto, as impressões que colhemos e as experiências que compartilhamos nos serviram como mote de discussão, e por isso sua lembrança se torna imprescindível para completar este relato. Os depoimentos colhidos entre os colegas mostraram, sobretudo, que a relação entre o trabalho com gramática e o professor de português ainda é, no mínimo, complexa. Se a totalidade dos professores entrevistados em 1991 na pesquisa de Moura Neves afirmava ensinar gramática em suas aulas (mesmo não enxergando neste trabalho nenhuma consequência positiva), hoje, quase vinte anos depois, vislumbramos um quadro no qual grande parte dos professores do Ensino Médio parece ter simplesmente **desistido** do trabalho com gramática – enquanto a pequena parte que tenta persistir nessa tarefa se sente cercada da culpa de realizar uma tarefa marginal.

Sim, marginal – pois está à margem das práticas oficialmente recomendadas, e, portanto, precisa roubar o tempo do trabalho que deveria ser dedicado às atividades oficialmente previstas. Marginal também, porque não goza, hoje, de apoio no campo acadêmico. De fato, a reflexão sobre o ensino de língua nos cursos de Letras, hoje, realiza-se muitas vezes a partir da premissa de que ensinar gramática é um equívoco: equívoco pedagógico, e equívoco teórico. Como vimos, esse lugar incidental e marginal do ensino

de gramática foi construído por uma confluência de fatores históricos, dos quais destacaríamos a reação contra um paradigma tradicional no qual ensino de gramática equivalia a prescrição normativa. Junto com esse paradigma, parece, jogamos fora qualquer perspectiva de trabalho gramatical na escola.

Neste ponto, é fundamental fazermos uma pausa para nos perguntarmos: *esta situação constitui ou não um problema*? Se quisermos simplesmente medir opiniões, a tarefa seria fácil: se a maioria dos professores de português e a maioria dos especialistas em língua portuguesa consideram que a margem é o lugar da gramática, o problema estaria resolvido – ou melhor, não haveria problema, pois a gramática estaria no lugar onde deve estar, onde sempre deveria ter estado: lugar nenhum. Mas, mesmo deste ponto de vista impressionista, da avaliação dos desejos e das frustrações dos sujeitos envolvidos no processo, não nos parece que estamos numa situação de satisfação e conforto. Ao menos no nosso pequeno grupo, integrado por professores de diferentes perfis, gerações e histórias de vida, uma palavra apareceu em quase todas as falas sobre a situação nas salas de aula quanto ao ensino de gramática: "**angústia**". Assim, mesmo nos limitando a esse ponto de vista das opiniões, não estamos diante de um "ponto pacífico" ("ensinar gramática já era..."), mas, sim, ainda, diante de um ponto de controvérsia.

Entretanto, aquela pergunta – *o fim do ensino de gramática constitui ou não um problema*? – não deve, naturalmente, ser tratada pelo viés da opinião nem do gosto pessoal. Trata-se de decidirmos qual é a formação que queremos dar a nossos alunos (de um lado), e qual é a formação que queremos dar aos professores de português (de outro lado). De modo mais amplo, trata-se de refletirmos sobre a relação que queremos estabelecer entre a pesquisa acadêmica em linguística e o ensino escolar no Brasil – talvez, até, trata-se de refletirmos sobre o que é (*o que quer*, e *o que pode*...) a própria linguística, hoje. Questões que, é claro, fogem às propostas e ao tamanho do nosso curso. Um outro âmbito de reflexão que supera os limites da nossa discussão seria o das soluções efetivas para aquela situação de angústia que detectamos; na esfera maior da formulação das diretrizes oficiais, e no plano das relações entre a academia e a escola, parece que muito precisaria ir a debate – mas discutir essas instâncias maiores não foi a intenção do curso.

A proposta do curso foi, isso sim, provocar uma reflexão sobre como o estudo de gramática na escola poderia ser transformado, tendo como ponto inspirador aquela ideia de início esboçada: a do trabalho com gramática como uma prática relevante, desafiadora e enriquecedora da vida escolar, partindo dos três motivos que percorremos: *Gramática e Cidadania*, *Gramática e Intuição*, *Gramática e Reflexão Científica*.

Esses três motivos foram discutidos cada um em seu turno, mas não são estanques. Ao contrário: são inúmeros os pontos de conjunção entre a formação cidadã, a valorização da intuição e da criatividade individual, e o estímulo ao desenvolvimento intelectual. Assim é que, se desejarmos trazer para o ambiente da sala de aula o espírito investigativo do trabalho científico em torno da língua – fundamentalmente, o espírito da Dúvida –, teremos que aceitar o trabalho eternamente "*em aberto*" da discussão das hipóteses. Para

isso, precisaremos contar com a intuição dos alunos, e com a nossa própria intuição. Isso só será possível se privilegiarmos, antes de tudo, o verdadeiro falar dos nossos alunos (e o nosso verdadeiro falar!), suas verdadeiras intuições sobre a linguagem, sua "*língua materna*" – e não uma babel de vozes postiças que já não são ouvidas em parte alguma do Brasil. Precisaremos, ainda, trabalhar criativamente, muitas vezes sem o apoio reconfortante de materiais prontos, agindo como investigadores, e instigando nossos alunos a agirem, também, como investigadores, como sujeitos desse conhecimento que estão sistematizando. Assim se delimitaria um círculo interessante da cidadania à criatividade, da criatividade à ciência – e finalmente, da ciência de volta à cidadania, quando o trabalho sobre gramática puder de fato ajudar nossos alunos a **se libertarem** intelectualmente.

Nessa reflexão sobre o que foi e o que poderia vir a ser o ensino de gramática, buscamos sempre a baliza da contraposição entre *Prescrição* e *Criatividade,* por reconhecermos aí a dicotomia central que determinou historicamente os lugares ocupados pela prática de ensino de gramática nas escolas. Na passagem da *Prescrição* para a *Criatividade*, enxergamos também o grande passo a ser dado na direção da renovação das práticas. Avaliamos, por fim, que o passo não foi dado: mesmo os que deixamos de lado a *Prescrição* não chegamos a alcançar a *Criatividade* – de modo que nos sentimos como que congelados, uma das pernas suspensa no ar...

Referências

BAGNO, Marcos (2001). *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola.

FRANCHI, Carlos (2006). *Mas o que é mesmo "Gramática"*? São Paulo: Parábola.

LEITE, Marli Quadros (2006). M*etalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006). "*O português são dois": ainda em busca do tempo perdido*. In: GORSKY, E. M.; COELHO, Izete L. (Org.). *Sociolinguística e ensino*. Florianópolis: Edufsc.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2003). *Contradições no ensino de português*. São Paulo: Contexto.

MEC, Ministério da Educação (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais, Ensino Fundamental (PCNEF): Língua Portuguesa*.

MEC, Ministério da Educação (2000). *Parâmetros Curriculares Nacionais, Ensino Médio (PCNEM): Parte II – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*.

MOURA NEVES, Maria Helena de (2002). *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora da UNESP.

MOURA NEVES, Maria Helena de (1991). *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto.

PERINI, Mário Alberto (2007). *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática.

RIBEIRO, Ilza (2002). La crisis brasileña en la enseñanza de la norma culta. *Lingüística*, Associação de Lingüística e Filologia da América Latina, vol 14.

SANTOS, Leonor Werneck dos (2004). O ensino da língua portuguesa e os PCN. *Revista Humanidades*. Letras (FEOB), v. 5, p. 15-24.

Lexicografia e ensino: em busca de um uso reflexivo do dicionário em sala de aula

Ariadne ALMEIDA
Universidade Federal da Bahia
PROHPOR

Patrícia GOMES
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Para iniciar a questão

Os dicionários, como salientam Campos Souto e Pérez Pascual (2003, p. 58), "son productos ligados estrechamente a la existencia de una cultura escrita; son el testimonio y la herencia no ya de um individuo, sino de uma comunidade lingüística, de um grupo étnico o social";[1] assim sendo, documentam parte de nossa experiência com o mundo, filtrada pela ação escrevente e, em consequência, por todas as questões socioculturais que envolvem a escrita, na relação autor, texto e leitor.

No Brasil e em outros países de tradição escrita, o dicionário tem espaço garantido no imaginário da coletividade, sendo interpretado como uma obra que tem a capacidade de solucionar dúvidas relativas às palavras. É-lhe, especialmente, atribuído o poder de resolver questões atreladas à decifração de sentidos e à ortografia; o dicionário possui, dessa maneira, prestígio social, e, frequentemente, as pessoas o consultam em casa, na escola, na universidade, no trabalho, quer em formato impresso, ou digital, quer em versão de bolso, ou de tesouro. Por ser compreendido como um bem social, é, inclusive, herdado, e quem o possui, quase sempre, o guarda em um local especial e de fácil acesso. Entretanto, apesar da sua valoração social positiva, apenas recentemente, na sociedade brasileira e em outros espaços sociais do Ocidente, surgiu a necessidade de uma reflexão específica e sistemática a propósito do seu uso no âmbito educativo.

1 "São produtos ligados estreitamente à existência de uma cultura escrita; são o testemunho e a herança não já de um indivíduo, mas sim de uma comunidade linguística, de um grupo étnico ou social" (Tradução livre).

1 Metalexicografia escolar

Consoante as palavras de Gomes (2007, p. 77),

> o dicionário de caráter escolar e sua metalexicografia têm nascimentos inversos: em primeiro lugar, têm origem os dicionários escolares, pedagógicos, de aprendizagem para, muito posteriormente, haver algum tipo de reflexão metalexicográfica sobre essa tipologia de dicionários.

Se, por um lado, a metalexicografia escolar tem surgimento posterior aos primeiros dicionários pedagógicos, por outro lado, os pesquisadores têm delimitado o campo de atuação, o objeto de estudo, a função social desse campo do saber, de tal forma, que a sua solidificação tem sido progressiva nos últimos anos; no Brasil, por exemplo, formaram-se grupos de pesquisa, realizaram-se e realizam-se estudos metalexicográficos sobre os dicionários escolares em níveis de graduação e de pós-graduação.

1.1 Objetivos da metalexicografia escolar

À metalexicografia escolar cabe fornecer subsídios teórico-metodológicos para o desenvolvimento de materiais lexicográficos, utilizados no plano educacional. Destarte, os trabalhos realizados nessa área precisam examinar e avaliar minuciosamente os dicionários voltados para o público infanto-juvenil, promovendo a reflexão e, consequentemente, o posicionamento crítico dos professores, dos alunos, dos pais, do Estado, enfim de toda a sociedade. Afinal, todos precisam de uma escola que colabore para a compreensão do *homo complexus,* capaz de viver em humanidade, consciente da condição comum a todos os humanos e da diversidade dos indivíduos, povos, culturas, pois, como nos orienta Morin (2002, p. 51):

> A educação do futuro deverá ser um ensino primeiro e universal centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum apodera-se dos humanos onde quer que estejam. Estes devem reconhecer-se na sua humanidade comum e, ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo quanto é humano.

A tarefa de ensinar a condição humana passa, de alguma forma, pela qualidade do dicionário usado em sala de aula, uma vez que conhecimentos das culturas humanística e científica, formulados com o devir dos tempos pelo homem, podem ser acessados, conjuntados, questionados e reformulados, através da consulta crítica a variados dicionários.

Em plano mais específico, os estudos em metalexicografia didática podem esquadrinhar propostas lexicográficas existentes, ressaltando aspectos positivos e fazendo ressalvas necessárias, bem como podem apresentar propostas alternativas, considerando os resultados já alcançados. Também, podem analisar projetos gráfico-editoriais, discutindo, entre outras questões, o valor de apêndices, além de procederem ao exame da qualidade da impressão e da encadernação. Podem, da mesma forma, tratar da nomenclatura, enfocando, por exemplo, os critérios de seleção de itens lexicais. No que tange às

microestruturas, podem refletir, entre outros aspectos, sobre a inclusão e a correção de informações linguístico-gramaticais, sobre a inserção e a pertinência de definições, de exemplos e/ou de abonações; ademais, podem perscrutar se os dicionários colaboram ou não para a construção da cidadania. Podem, ainda, focalizar o conjunto de imagens, observando se são inseridas no dicionário ou não, e, em caso positivo, devem procurar verificar, por exemplo, se são funcionais, se contribuem para a explicitação do sentido. Outras problemáticas, também, podem ser abordadas, como a recepção crítica dessas obras na sociedade e a história de cada dicionário específico, considerando, *verbi gratia*, a aceitação da obra na época da publicação, o papel da editora na execução do projeto lexicográfico, dos organizadores, a análise das suas reedições etc.

Várias são, portanto, as possibilidades de realização de pesquisas em metalexicografia escolar; trata-se de uma área que precisa maturar o seu fazer científico, visando à construção de obras para o público infanto-juvenil de melhor qualidade, assegurando que esse material lexicográfico possa ser usado em qualquer espaço em que o educando esteja situado. E, como lembram Almeida, Coelho e Gomes (2008, p. 190), a consulta ao dicionário não deve ficar restrita às aulas de língua portuguesa, pois esse acesso é importante para todas as áreas do saber hominal, uma vez que pode auxiliar os atores sociais da educação em seus possíveis trajetos, não só no espaço da sala de aula, mas além das suas fronteiras.

2 Tradição lexicográfica ocidental e metalexicografia escolar

Os dicionários escolares originaram-se de dicionários gerais de língua; inclusive, em princípio, uma parte vultosa da produção destinada à criança e ao adolescente era feita a partir de um recorte de obras mais amplas do léxico, cujos objetivos eram bem diversos dos que deveriam orientar os trabalhos direcionados ao consulente em fase escolar, o que acontecia, porque,

> [...] só recentemente aparece, no cenário dos estudos lingüísticos, uma reflexão mais formalizada acerca do uso, em sala de aula, de dicionários que se voltem especialmente ao público infanto-juvenil, que não sejam, apenas, um recorte, uma síntese, uma versão reduzida e até certo ponto "empobrecida" de dicionários gerais da língua, mas sim obras pensadas e elaboradas para usuários que se encontrem inseridos no espaço escolar, no período de escolarização (ALMEIDA; COELHO; VIEIRA, 2008, p. 188).

A tradição de se reduzirem os dicionários gerais de língua com a finalidade de se atender aos estudantes, remonta, no Ocidente, pelo menos, ao século XIX. Nesse período, a urgência de se registrarem e de se ensinarem as línguas modernas beneficiou a produção de dicionários gerais e, eventualmente, a facção de algumas obras resumidas, de fácil manejo e acesso por parte dos seus usuários.

No Brasil, a feitura de dicionários infanto-juvenis é recente, parcimoniosa e a metalexicografia dessas obras é, ainda, pouco representativa. Mas, essa situação não é

exclusiva do Brasil. Verificamos, com poucas exceções, condição parelha em outros espaços do Ocidente, a exemplo da Espanha e de Portugal. A França, por sua vez, destaca-se em relação ao desenvolvimento da sua lexicografia, digamos, geral e, também, pedagógica, ao se sobressair pela quantidade e, sobretudo, primando pela qualidade das publicações. A lexicografia didática francesa é, por conseguinte, um caso exemplar, enquanto a espanhola e a portuguesa se encontram em situação análoga à brasileira.

2.1 Lexicografias francesa, espanhola e portuguesa

Na esteira do tempo, o século XIX sobressaiu-se, especialmente, na história da lexicografia francesa; nesse período, foram publicados dicionários com variados fins práticos, dentre os quais os resumidos, voltados para o uso estudantil; entre esses, destacou-se o *Petit Larousse ilustré*, originado do *Nouveau dictionnaire de la langue française*. Já no século XX, houve, em terras francesas, uma profusão de obras pedagógicas, de sorte que chegaram às mãos dos escolares, entre outros, o *Nouveau Larousse des débutants*, em 1977, o *Dictionnaire Hachette Junior*, em 1980, o *Robert méthodique*, em 1982, o *Dictionnaire actif de l'école*, em 1984, o *Le tour du mot,* em 1985, o *Minidébutants*, em 1986, e o *Maxdébutants*, em 1987 (GOMES, 2007).

Assim como na França, também, no século XIX, apareceram, na Espanha, os primeiros dicionários reduzidos. Mas obras, efetivamente, pedagógicas, apenas, surgiram na centúria seguinte, quando começaram a ser elaborados repertórios de orientação pedagógica baseados em critérios modernos (ALVAR EZQUERRA, 2002, p. 385). No final dessa centúria, a organização de material lexicográfico escolar tornou-se mais pujante entre os espanhóis e, a partir da última vintena do século XX, houve a ampliação das publicações, de modo que se editaram obras, como *Imaginario*, em 1992, e *Intermédio didáctico del español*, em 1993 (GOMES, 2007).

Como ainda destaca Gomes (2007, p. 93), "contemporaneamente à lexicografia espanhola, os dicionários práticos, funcionais e de fácil utilização instituíram-se em Portugal a partir do início do século XIX, como livros escolares e manuais auxiliares do uso cotidiano da língua". E, também, como ressalta Verdelho (2002, p. 36), "a divulgação do dicionário de língua e a sua adequação ao uso quotidiano e à exercitação escolar, constitui o facto mais relevante na história da lexicografia portuguesa dos séculos XIX e XX". Especificamente, no século passado, elaboraram-se alguns dicionários representativos da lexicografia de aprendizagem e/ou de tradução, dentre os quais, como nos informa Correia (2009, p. 120), se sobressaíram o *Dicionário do português básico*, em 1990, o *Dicionário actual da língua portuguesa – ensinos básico e secundário*, em 2002, e o *Dicionário verbo da língua portuguesa*, em 2006.

2.2 Lexicografia escolar brasileira

O Brasil inicia propriamente a sua lexicografia escolar, no século XX; o que aconteceu, inclusive, sem influência lusitana direta. A ampliação do ensino – além da

solidificação de um mercado editorial, já destacado por Nunes (2002, p. 110), naquele período – desencadeou a facção de obras lexicográficas compactas.

Os primeiros dicionários escolares apresentados ao espaço socioeducativo brasileiro eram, entretanto, simplificações de obras maiores, como já ressaltamos, e não havia uma preocupação efetiva, no tocante ao cumprimento de necessidades específicas do público infanto-juvenil. Nas palavras de Gomes (2007, p. 96), "um sintoma desse descomprometimento foi a variedade de denominação que esse tipo de dicionário recebeu: mini-dicionário, dicionário júnior, dicionário didático, dicionário escolar, pequeno dicionário, entre outros."

2.2.1 Uso do dicionário em salas de aula brasileiras: um caso de política pública

Na virada do século XXI, porém, através do *Programa Nacional do Livro Didático* - PNLD, o Ministério da Educação – MEC – começou a estabelecer parâmetros, visando à avaliação de dicionários usados nas escolas brasileiras, instituindo, assim, uma política de uso dessas obras de referência. Conforme podemos ler, no *site* do *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação* – FNDE, em 2000, "é inserida no PNLD a distribuição de dicionários da língua portuguesa para uso dos alunos de 1ª a 4ª série em 2001". A meta do programa voltava-se, de início, ao provimento de uma demanda individual, personalizada e, assim, já em 2002,

> com o intuito de atingir em 2004 a meta de que todos os alunos matriculados no ensino fundamental possuam um dicionário de língua portuguesa para uso durante toda sua vida escolar, o PNLD dá continuidade à distribuição de dicionários para os ingressantes na 1ª série e atende aos estudantes das 5ª e 6ª série [...] (FNDE, 2009).

Em continuidade ao trabalho iniciado nos anos anteriores, como é destacado no *site* do FNDE (2009), em 2003:

> O PNLD distribui dicionários de língua portuguesa aos ingressantes na 1ª série e atende aos alunos das 7ª e 8ª série, alcançando o objetivo de contemplar todos os estudantes do ensino fundamental com um material pedagógico que os acompanhará continuamente em todas as suas atividades escolares [...].

Alguns anos depois de principiar a tarefa de avaliação de dicionários escolares, em 2004, um número considerável de alunos do Ensino Fundamental brasileiro já podia ter acesso a uma obra de referência. Afinal, ainda em consonância com os informes dados pelo FNDE (2009), nesse ano de 2004,

> É feita distribuição de [...] dicionários aos alunos de 1ª série e aos repetentes da 8ª série e a última reposição e complementação do PNLD 2002 aos alunos de 5ª a 8ª série. **Também são entregues cerca de 38,9 milhões de dicionários aos estudantes, para uso pessoal. O dicionário é de propriedade do aluno, que pode compartilhar a fonte de pesquisa com toda a família.** (Grifo nosso).

No ano seguinte, o PNLD passou por modificações e alterou a forma de repasse dos dicionários, de sorte que deixou de focar o uso pessoal do aluno para visar ao do grupo escolar. Desse modo,

> A partir de 2005, a sistemática de distribuição de dicionários é reformulada, de maneira a priorizar a utilização do material em sala de aula. **Assim, em vez de entregar uma obra para cada aluno, o FNDE fornece acervos de dicionários a todas as escolas públicas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental** (FNDE, 2009). (Grifo nosso).

Inicialmente, a obra era entregue com a finalidade de servir ao aluno durante a sua vida escolar. Havia, assim, uma compreensão de que, por um lado, possibilitava ao educando e também à sua família um acesso garantido e personalizado ao dicionário, mas, por outro lado, homogeneizava o uso dessa obra, pois não considerava que as necessidades do seu consulente mudam com o passar dos tempos. Como sabemos, as expectativas de crianças em relação à utilização de um dicionário são diferentes das apresentadas por pré-adolescentes, apesar dos vários pontos de interseção. Dessa maneira, os dicionários para cada fase escolar devem ser distintos, em certos aspectos, para, assim, atenderem, adequadamente, aos objetivos dos seus diversos usuários.

Outra alteração importante no fazer do PNLD/Dicionários relacionou-se aos ajustes concernentes à fase escolar do público-alvo; as obras, distribuídas em três formatos a depender do número de artigos, foram classificadas segundo a conformação a etapas de aprendizagem do Ensino Fundamental:

> As obras também passam a ser adaptadas ao nível de ensino do aluno, da seguinte forma:
> **- Dicionários do tipo 1 - com 1 mil a 3 mil verbetes, adequados à introdução das crianças a este tipo de obra.**
> **- Dicionários do tipo 2 - com 3,5 mil a 10 mil verbetes, apropriados a alunos em fase de consolidação do domínio da escrita.**
> **- Dicionários do tipo 3 - com 19 mil a 35 mil verbetes, direcionados para alunos que já começam a dominar a escrita.**
> As turmas de 1ª e 2ª série recebem dicionários do tipo 1 e do tipo 2, enquanto as de 3ª e 4ª série recebem os do tipo 2 e 3. Nas redes públicas que adotam o ensino fundamental de nove anos, o primeiro grupo é formado pelos alunos de 1ª a 3ª série e o segundo grupo, pelos de 4ª e 5ª série (FNDE, 2009). (Grifos nossos).

De acordo com informações acessadas no *site* do FNDE, o estabelecimento do primeiro tipo de dicionário pautou-se na relação da criança com o dicionário ("**introdução das crianças a este tipo de obra**") e os dois últimos tipos foram classificados com base no contato da criança com a escrita (2º tipo: "**apropriados a alunos em fase de consolidação do domínio da escrita**"; 3º tipo: "**direcionados para alunos que já começam a dominar a escrita**").

No tocante particularmente aos dicionários do tipo 3, há diferenças entre os informes retirados do já mencionado *site* ("Dicionários do tipo 3 [...] **direcionados para alunos que já começam a dominar a escrita**") e os constantes do edital ("*Dicionários de tipo 3:* [...] **proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário**

padrão, porém adequada a alunos das últimas séries do primeiro segmento do Ensino Fundamental").[2] No *site*, é evidenciada a conexão do aluno com a escrita, diferentemente do edital, que destaca a relação adequada do educando com o tipo de obra, no caso, o dicionário padrão. Quando é tratada a formação do acervo 2, porém, no mesmo edital, os dicionários do tipo 2 e 3 são direcionados às turmas em processo de desenvolvimento da língua escrita, não se enfocando mais a questão do dicionário.

Em prosseguimento à política pública do PNLD/Dicionários, estabelecida nos anos anteriores, em 2006, "[...] foram adquiridos dicionários destinados às bibliotecas das escolas". Além disso, ocorreu a "distribuição na escola de 1ª a 4ª série, [do] dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue - Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa/Língua Inglesa aos alunos que têm surdez e utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras)". E em 2007, foram comprados "dicionários trilíngues português, inglês e libras para fornecer aos alunos com surdez das escolas de ensino fundamental e médio [...]". Ocorreu, assim, uma ampliação da tipologia de dicionário distribuído, o que procurou suprir as demandas da lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e dá outras providências.

Os processos avaliativos do Ministério da Educação geraram o nascimento de uma nova faceta do dicionário escolar, motivando as editoras a seguirem os critérios expressos nos editais de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de dicionários brasileiros de língua portuguesa para o PNLD, o que, obviamente, teve aspectos positivos, como o favorecimento ao acesso a um material lexicográfico com alguma qualidade nas escolas públicas do Brasil, mas, por outra parte, teve pontos negativos, como a criação e a massificação de um modelo pré-estabelecido de obras lexicográficas escolares.

Os sucessivos processos de avaliação do PNLD discutiram os projetos lexicográficos dos dicionários existentes, os pressupostos da metalexicografia e os objetivos do ensino brasileiro; possibilitaram, de alguma forma, uma melhoria da produção lexicográfica escolar brasileira, sobretudo, considerando que, anteriormente, muitos dicionários sequer refletiam acerca da seleção léxica adequada à faixa etária do seu público infanto-juvenil. Todavia, será preciso fazer bem mais e esperamos que uma nova avaliação no âmbito do PNLD/Dicionários mature a sua própria experiência para refazer-se em uma experiência nova.

2 No Edital, lemos: "Caracterização dos Tipos de Dicionários: *Dicionários de tipo 1*• mínimo de 1000, máximo de 3000 verbetes; • proposta lexicográfica adequada à introdução do alfabetizando ao gênero dicionário. *Dicionários de tipo 2* • mínimo de 3.500, máximo de 10.000 verbetes; • proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio da escrita. *Dicionários de tipo 3* • mínimo de 19.000 e máximo de 35.000 verbetes; • proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário padrão, porém adequada a alunos das últimas séries do primeiro segmento do Ensino Fundamental".

3 Macroestrutura e microestrutura de dicionários escolares brasileiros

3.1 Macroestrutura

Conforme Porto Dapena (2002, p. 135), a macroestrutura é constituída por todas as entradas de um dicionário, dispostas de acordo com um critério de ordenação. Segundo Campos Souto e Pérez Pascual (2003, p. 57), além desse conjunto de entradas ou lemas, a macroestrutura pode ser formada, também, pela inclusão de um prólogo ou de um prefácio, de uma introdução fonética e gramatical, de instruções para o usuário e de anexos, como glossários de nomes geográficos, nomes de batismo, listas de abreviaturas, siglas etc.

No que tange ao dicionário escolar brasileiro, Gomes (2007, p. 137), após examinar obras elaboradas para o público infanto-juvenil, verificou que as macroestruturas dessas obras possuíam em comum os seguintes itens: 1) *apresentação* ou *prefácio*, introduzindo as respectivas propostas lexicográficas; 2) *guia do usuário*, contendo orientações para o uso do consulente; 3) *apêndices variados*, contemplando informações linguísticas ou não linguísticas, nem sempre relacionados ao universo escolar; 4) *verbetes*. Esses itens, juntos, parecem formar o núcleo do dicionário, no âmbito educativo do Brasil.

Gomes (2007) constatou, ademais, que certos elementos apareciam em alguns dicionários, mas não em outros. Assim, nem todos os dicionários apresentavam, por exemplo, *lista de abreviaturas*, ou *nota da editora*, ou ainda *painéis ilustrados*.

Havia, por conseguinte, no tocante à macroestrutura, elementos obrigatórios e opcionais. Os primeiros espelhavam uma compreensão coletiva do dicionário escolar brasileiro, enquanto os outros refletiam uma percepção, digamos, individual de um dicionário específico, atrelada ao modo de conceber a obra, a escolhas, que tanto podem ser do editor, quanto do organizador.

3.2 Microestrutura

Segundo Porto Dapena (2002, p. 135), a microestrutura de um dicionário é o conjunto de informações oferecidas no artigo lexicográfico, mais detalhadamente, Garriga Escribano (2003, p. 105) nos informa que:

> Se considera que el artículo lexicográfico es la unidade mínima autónoma en que se organiza en el diccionario. Está formado por el lema (V. TEMA III-1), que es la unidad léxica tratada, y por las informaciones que se proporcionan acerca de esa unidad. Se entiende como *microestructura* la ordenación de los elementos que componen el artículo lexicográfico [...][3]

3 Considera-se que o artigo lexicográfico é uma unidade mínima autônoma, organizado no dicionário. Forma-se pelo lema (V. TEMA III-1), que é a unidade léxica tratada, e pelas informações proporcionadas acerca dessa unidade. Entende-se como *microestrutura* a ordenação dos elementos que compõem o artigo lexicográfico (Tradução livre).

Os informes dados nos verbetes, no entanto, podem variar, em função dos objetivos estabelecidos para o dicionário, que se relacionam, entre outros aspectos, às necessidades de seu público-alvo.

Relativamente à microestrutura, depois de analisar as categorias dos nomes e dos verbos em alguns dicionários escolares brasileiros, Gomes (2007, p. 152) averiguou que a estrutura básica dos verbetes, além da entrada, era formada por cinco itens recorrentes: 1) divisão silábica, 2) categoria gramatical, 3) definição, 4) exemplo e 5) plural.

Também, observou que outros 24 itens eram, digamos, optativos, de sorte que apareciam em certos verbetes, mas não eram registrados em outros. Os elementos facultativos, identificados pela referida autora, foram: 1) flexão verbal, 2) indicação de pronúncia, 3) indicação de prancha ilustrada, 4) nota gramatical, 5) gênero, 6) forma feminina, 7) forma masculina, 8) transitividade, 9) sílaba tônica, 10) palavra composta, 11) expressão idiomática, 12) locução, 13) colocação, 14) sinônimo, 15) antônimo, 16) remissão, 17) superlativo absoluto sintético, 18) paradigma de conjugação verbal, 19) marca de uso, 20) diminutivo, 21) aumentativo, 22) palavra derivada, 23) abonação e 24) informação enciclopédica.

Gomes (2007, p. 152) apurou que essas informações opcionais distribuíam-se de modo não equitativo nos dicionários, uma vez que a opção de inseri-las ou não se atrelava à proposta lexicográfica, que, por sua vez, devia ligar-se aos objetivos estabelecidos para cada ano de ensino, considerando, também, a relação do seu público-alvo, tanto com o gênero dicionário/verbete,[4] quanto com a escrita. Afinal, os informes a respeito do léxico, apesar de importantes, apenas serão funcionais se forem manipulados por um público que já tenha maturidade para usá-los.

5 Avaliação de dicionários escolares

É importante olharmos para os dicionários criticamente, levando em consideração que esses não assumem um discurso neutro; assim, seremos mais criteriosos, quando adotarmos ou recomendarmos uma obra de referência em nossas aulas. Para analisarmos a qualidade de um dicionário escolar, deveremos avaliar a proposta lexicográfica, o guia do usuário, a nomenclatura, as acepções/definições, o conjunto de ilustrações, as informações sobre o uso, os informes linguístico-gramaticais, as orientações didáticas, a realização gráfico-editorial, entre outros aspectos.

5.1 Proposta lexicográfica / guia do usuário

Como definem Rangel e Bagno (2006, p. 154),

> o projeto lexicográfico consiste no plano de composição e organização de um dicionário, incluindo informações sobre o público-alvo a que se destina, os critérios de levantamento e seleção vocabular, a estrutura dos verbetes, as ilustrações etc. Nos dicionários escolares,

4 Há toda uma discussão se o dicionário deve ser considerado um gênero ou mesmo um suporte. No entanto, essa discussão ultrapassa os limites da nossa proposta e, em consequência disso, não vamos abordá-la aqui.

essas informações costumam estar explicitadas em seções como "proposta lexicográfica" e "guia do usuário".

Certas propostas lexicográficas, no entanto, são parcimoniosas e não oferecem a mínima informação necessária para que possamos saber quais critérios nortearam os trabalhos do lexicógrafo e da sua equipe.

Para que o dicionário possa ser utilizado de forma adequada, a sua proposta deve explicitar quais fontes foram utilizadas e quais foram os critérios que nortearam a seleção vocabular. Ademais, deve indicar o número total de entradas, de ilustrações, o tamanho e o tipo da fonte empregada, além da tipologia das definições. Também, deve apresentar, sempre, referências teóricas explícitas e possuir um guia do usuário, já que, nesse, devem ser dadas as diretrizes para a consulta da obra, pois como salientam Mahecha e Pedraza (2009, p. 55),

> Es necesario que los diccionarios contengan um apartado en sus primeras páginas acerca de lo que contienen, de la manera en se debe aprovechar su contenido y cómo se puede acceder a el. Es justo en este punto en el que es posible identificar inicialmente las ventajas o desventajas de la obra lexicográfica.[5]

Sem uma proposta lexicográfica e/ou um guia do usuário, ficamos sem um norte e a nossa consulta passa a ser desorientada, sem uma bússola que nos mostre a direção do melhor caminho, já que, em princípio, não temos como acompanhar o percurso de elaboração da obra.

5.2 Nomenclatura

Segundo Correia (2009, p. 24), a nomenclatura é a lista, por ordem alfabética, das entradas do dicionário[6] e, entre as diversas questões que lhe dizem respeito, devemos verificar se, na sequência de suas entradas, há saltos, pois a ocorrência desses pode se relacionar a cortes arbitrários ou até mesmo a silenciamentos relacionados a preconceitos sociais, decorrentes, por exemplo, de racismo ou de tabu. Devemos observar, por exemplo, se itens lexicais, como *árabe*, *arabesco*, *arábico*, frequentes nos veículos de comunicação e, certas vezes, nesses veículos, atrelados, ideologicamente, ao terrorismo, possuem entradas, no dicionário, e, caso estejam ausentes, precisamos nos questionar sobre as motivações que levaram às exclusões. Detectadas ausências, devemos conferir se há outros saltos que eliminem entradas ligadas a universos passíveis de sofrer preconceitos, tabus, a exemplo de *masturbação*, *masturbar, menstruação, menstruar*, em obras do tipo 3, já direcionadas para um público que pode procurar itens como esses.

5 É necessário que os dicionários contenham um apartado, em suas primeiras páginas, acerca do que contêm, do modo como se deve aproveitar seu conteúdo e como se pode acessá-lo. É justamente lá que é possível identificar, inicialmente, as vantagens ou desvantagens da obra lexicográfica (Tradução livre).

6 A nomenclatura pode ser entendida, também, como macroestrutura (CASTILLO CARBALLO, 2003; RANGEL; BAGNO, 2006).

Também, considerando o tipo de dicionário, devemos examinar se a obra inclui campos temáticos do cotidiano do seu público-alvo; se for o infantil, crianças entre 08 e 10 anos, por exemplo, a obra precisa incluir domínios, como o dos animais, o das artes, o dos esportes, o da escola, o da saúde, o do vestuário, entre outros, cujas respectivas inserções devem ser justificadas não só pelos interesses pessoais, mas também pelas necessidades escolares de seu público-alvo. Algumas vezes, campos importantes podem ser omitidos, o que poderá, por exemplo, prejudicar os alunos em atividades de leitura e de produção de textos.

É necessário, ainda, investigar se o dicionário inclui variados domínios discursivos especializados, como o da ecologia, o da informática, o do folclore, o da religião. Sobre esse último domínio, por exemplo, a exclusão de um item léxico pode ser proposital; precisamos, assim, averiguar se itens, como *budismo, candomblé, espiritismo, hinduísmo, judaísmo*, que trarão informações enciclopédicas sobre domínios religiosos ligados a grupos sociais minoritários na sociedade brasileira, possuem entradas nos dicionários escolares.

Os dicionários, por descreverem o léxico de uma língua, precisam registrar empréstimos usuais. Dessa forma, ainda que verifiquemos polêmicas na sociedade a respeito da adoção ou não de unidades lexicais advindas de outras línguas, essas obras não podem negar ao aluno informações a propósito do uso de empréstimos, como *diet, light, sale* e *outdoor*, que são bem utilizados no cotidiano moderno.

Além de empréstimos, regionalismos devem ser inseridos nos dicionários. Muitas vezes, apenas os itens lexicais empregados nas regiões mais ricas de um país são documentados, o que é lamentável, pois o aluno de espaços regionais menos abastados ou pobres fica privado de conhecer, sistematicamente, usos de itens léxicos que fazem parte do seu vocabulário, do da sua família, enfim do léxico da sua microssociedade.

Como sabemos, a discriminação linguística é perversa, e a ocultação de alguns itens léxicos, na nomenclatura dos dicionários, pode ser fruto de preconceito social. Destarte, será necessário pesquisarmos se unidades como *aperrear*, *cutucar*, *dengo*, *leseira, retado* e outras se acham inseridas nos variados dicionários escolares. Isso não significa que a obra deva incluir todos os regionalismos, pois nenhum dicionário terá como inserir todos os itens léxicos de uma língua, mas também uma obra dessa natureza não pode ficar limitada, apenas, a documentar os elementos lexicais usados pelos grupos regionais mais prestigiados.

Um dicionário escolar deve registrar locuções e expressões idiomáticas, a exemplo de *chorar de barriga cheia*, *dar com a língua nos dentes*, *estômago de avestruz*, *quebrar o galho*. E, por outro lado, esse tipo de obra não deve ter por escopo primeiro o registro de unidades léxicas obsoletas. Há, muitas vezes, a inclusão de vocábulos pouco usados e/ou em desuso, como *assaz, garatujar, jazer, lauto, macambúzio, ósculo, outrem, outrora, outrossim, volver*, em dicionários destinados a crianças do Ensino Fundamental.

5.3 Acepções/definições

A acepção pode ser entendida, com Medina Guerra (2003, p. 131), como o "sentido consolidado por el uso y aceptado por una comunidad de hablantes",[7] enquanto a definição pode ser compreendida como "expresión por la que se describe un sentido. En lexicografia es el procedimiento tradicional por el que se cataloga cada uma de las acepciones de la entrada".[8]

Nos verbetes, é necessário que as definições contemplem variadas acepções associadas do lema. As definições apresentadas, por sua parte, devem ser semanticamente distintas entre si e graficamente separadas; é premente que seja utilizado, nas definições, um vocabulário básico e frequente que corresponda ao uso do seu público-alvo. Algumas vezes, podemos verificar a utilização de vocábulos incomuns para crianças, como *cujo, outrem, hermeticamente, outrora*, o que pode dificultar a compreensão dos textos definitórios, por consequência, das acepções. É fundamental, ademais, que os itens lexicais empregados nas definições integrem a nomenclatura da obra, por isso, precisamos examinar se, na obra que pretendemos adotar ou já adotamos, a definição é concebida como uma parte de um todo harmônico.

Os enunciados definitórios devem ser apresentados de forma conceitualmente correta, devem oferecer as relações de pertença entre as acepções, e, em consequência, os traços prototípicos do item lexical definido. Além disso, devem, preferencialmente, ser feitas de modo afirmativo, ser claras e não devem ser nem amplas, nem restritas demais.

Muitas vezes, também, as definições são circulares, de tal forma que um verbete poderá remeter o consulente para outro verbete e, nesse, ele poderá ser remetido para outro e assim sucessivamente; cria-se, com isso, uma rede de circularidade que dificulta o entendimento do conteúdo do item lexical. Precisamos observar, ademais, se há um uso exclusivo da sinonímia como uma estratégia de explicitação de sentido, pois tão somente o emprego desse recurso pode desfavorecer a percepção de diferenças de usos contextuais dos itens léxicos.

5.4 Exemplos e abonações

Segundo Correia (2009, p. 61),

> As **abonações** são excertos retirados, normalmente, de obras literárias, que visam ilustrar os usos tidos como correctos, prestigiados, concordantes com a norma culta. As abonações irão ocorrer, sobretudo, em dicionários gerais extensos ou tesouros, que têm frequentemente uma preocupação prescritiva em relação ao uso da língua, e são apresentadas como indicação da fonte respectiva [...] Distinguimos as abonações dos **exemplos de uso**, porque estes são ou frases criadas pelo lexicógrafo, recorrendo à sua competência lingüística, ou são retiradas de textos de tipos diversos, representando registos [...].

7 Sentido consolidado pelo uso e aceito por uma comunidade de falantes (Tradução livre).

8 Expressão pela qual se descreve um sentido. Em lexicografia, é o procedimento tradicional pelo qual se cataloga cada acepção da entrada (Tradução livre).

Há obras lexicográficas escolares que não oferecem, em seus verbetes, nem exemplos, nem abonações, o que prejudica a apreensão das acepções, já que os consulentes ficam privados da mínima informação sobre o entorno semântico do item definido e, desse modo, não têm como acessar redes de significação que favorecem a compreensão do sentido. E como, ainda, nos lembra Correia (2009, p. 61-62),

> os exemplos de uso, ao contrário das abonações, não têm como principal objectivo a normalização lingüística, mas apenas a ilustração do uso das palavras em contexto, são característicos de dicionários de aprendizagem e imprescindíveis em dicionários de produção, dado que veiculam, indirecta mas eficazmente, muita informação essencial para quem usa o dicionário com objectivos pedagógicos: por exemplo, a estrutura argumental da entrada (no caso de verbos, de alguns nomes e adjectivos), regências a que está sujeita, co-ocorrentes típicos e, ainda, informação de caráter cultural [...] Além disso, o uso de exemplos obriga a uma melhor delimitação das diferentes acepções de uma entrada.

Exemplos, bem como abonações, têm, por conseguinte, um papel fundamental, no que concerne ao entendimento dos usos léxicos. Destarte, precisamos constatar se a obra que pretendemos adotar e/ou recomendar para os nossos alunos se furta da obrigação de oferecer exemplos e abonações, retirados de gêneros textuais atrelados ao quotidiano particular e escolar infanto-juvenil.

5.5 Ilustrações

A presença de ilustrações é positiva, quer por motivar o aluno para a consulta da obra, quer por colaborar para a compreensão do sentido. Mas nem todas as obras as recebem, por diversos motivos, dentre os quais, aqui lembramos, a sobrecarga que essa inclusão geraria no volume da obra e, em consequência, no seu custo. Assim, a seleção do conjunto ilustrativo deve ser pertinente, contribuindo para a explicitação do sentido e deve relacionar-se a acepções pouco conhecidas e que, por isso mesmo, às vezes, não são entendidas pelos consulentes, apenas, a partir do texto definitório verbal. Nesse sentido, Mahecha e Pedraza (2009, p. 55) pontuam: "este criterio [inserção de ilustração] no debe responder a una inclusión caprichosa, sino a una necesidad real, es decir, que una foto o un dibijo debe cumplir con la función de ampliar la información suministrada por la definición".[9]

As ilustrações devem, além disso, ser bem posicionadas na página; devem ficar próximas ao verbete correspondente, pois, caso contrário, em vez de favorecer a compreensão, podem dificultá-la. Devem ser adequadamente legendadas, de tal forma que estabeleçam relação com as suas respectivas acepções; devem ter qualidade, boa proporção, nitidez nos contornos e cores atrativas. E devem contemplar, especialmente, a cultura e a realidade brasileiras, sem deixar de considerar as culturas de outros espaços sociais.

9 Este critério [inserção de ilustração] não deve responder a uma inclusão caprichosa, mas a uma necessidade real, quer dizer, que uma foto ou um desenho deve cumprir com a função de ampliar a informação fornecida pela definição (Tradução livre).

5.6 Informações sobre o uso

Devemos verificar se são indicados os diferentes registros de uso do item léxico definido – formal/informal, popular, chulo, vulgar, regional etc.; pois, não poucas vezes, as marcas de uso empregadas, nos dicionários, ficam limitadas a indicar usos coloquiais e, em alguns casos, regionais. Devemos conferir, ademais, se é feita a indicação do um domínio de conhecimento específico.

Garriga Escribano (2003, p. 115) ressalta a importância das marcas de uso, quando nos assegura:

> Las marcas se utilizan para señalar las restricciones de uso de una palabra. Su presencia en los diccionarios es fundamental, sobre todo si se pretende que sirvan para la codificación, y aunque se ha señalado repetidamente que son aistemáticas y poco objetivas, no hay diccionario que prescinda de ellas, ya que se trata de uma de las informaciones más valoradas por los usuários.[10]

As marcas de uso têm valor informativo singular, nos dicionários escolares de todos os tipos e para qualquer público-alvo, pois auxiliam os estudantes em relação aos usos sociais adequados para um determinado item lexical e, como assevera Mahecha e Pedraza (2009, p. 57),

> En un diccionario escolar es importante oferecerle al lector información sobre restricciones pragmáticas, estilísticas, temporales, dialectales, etc. Las marcas pragmáticas en especial se convirten en un referente de uso para el lector que [...] puede consultar en un diccionario información precisa para comunicarse adecuadamente. Al parecer, esta información no se incluye en muchos de los diccionarios escolares o, se se hace, es de manera asistemática.[11]

Por ser um referencial para o uso léxico, as marcas de uso são imprescindíveis em um dicionário escolar. Em face disso, precisaremos averiguar se a obra as insere e, em caso positivo, devemos observar se essa inserção é feita com regularidade e com qualidade.

5.7 Informações linguístico-gramaticais

Entre as informações linguístico-gramaticais que podem ser dadas em um dicionário, são relevantes, por exemplo, a indicação das classes das entradas principais e secundárias, as informações sobre divisão silábica, pronúncia, tonicidade, formação da palavra, sintaxe. Precisamos examinar se os informes linguístico-gramaticais oferecidos são corretos e isentos de preconceitos. Além disso, devemos averiguar se a grafia das palavras segue o *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* e se as variantes gráficas estão indicadas.

---

10 As marcas são utilizadas para assinalar as restrições de uso de uma palavra. Sua presença nos dicionários é fundamental, sobretudo si se pretende que sirvam para a codificação, e embora se tenha assinalado repetidamente que são assistemáticas y pouco objetivas, no há dicionário que prescinda delas, já que se trata de uma das informações mais valoradas pelos usuários (Tradução livre).

11 Em um dicionário escolar é importante oferecer ao leitor informação sobre restrições pragmáticas, estilísticas, temporais, dialectales etc. As marcas pragmáticas, em especial, se convertem em um referencial de uso para o leitor que [...] pode consultar, em um dicionário, informação precisa para se comunicar adequadamente. Ao que parece, esta informação no se inclui em muitos dicionários escolares, ou, se é documentada, é de maneira assistemática (Tradução livre).

Afinal, não podemos perder de vista que o dicionário é compreendido nas sociedades ocidentais como um regulador da norma.

5.8 Orientações didáticas

Mahecha e Pedraza (2009, p. 58) ressaltam que o dicionário escolar pode ser acompanhado por uma gama de atividades que possibilita ao aluno aprender a usá-lo. Essas atividades são uma ferramenta orientadora, tanto para os professores, quanto para os estudantes, no tocante à exploração didática dessa obra de referência, em sala de aula. Entretanto, apesar dos contributos que podem oferecer ao trabalho com o dicionário, ainda são poucos os que são acompanhados desse tipo de guia didático.

5.9 Realização gráfico-editorial

Sobre a parte gráfico-editorial, devemos ficar atentos para os apêndices aduzidos aos dicionários, como o dos continentes, o dos países e capitais, o da divisão política do Brasil, além de resumos gramaticais ou ortográficos, de tal modo que temos de observar se possuem qualidade, se são funcionais para o público-alvo da obra. Além disso, é necessário averiguarmos se são indicadas e desdobradas as abreviaturas, já que, por tradição, nesse tipo de obra, essas têm uma função capital, por pouparem o espaço nas páginas, por otimizarem a consulta. Devemos examinar, também, se a obra não possui erros de revisão, se a impressão é nítida, se está livre de falhas e de borrões que impeçam a leitura das palavras, em todas as suas páginas, se resiste ao uso de borracha; se o tamanho da fonte e o espaço entre as letras e linhas são satisfatórios. Relativamente à tipografia, vale recuperarmos, aqui, as palavras de Mahecha e Pedraza (2009, p. 55):

> el tipo y tamaño de la letra marca la diferencia entre lo que puede facilitar o dificultar la búsuqeda de los términos, por esto las letras de buen tamaño y con colores que permitan diferenciar la entrada del artículo lexicográfico constituyen un aspecto visual importante, en tanto le oferecen al usuário una posibilidad de búsqueda más sencilla y llamativa.[12]

É necessário, do mesmo modo, observarmos se o livro fica plano ou não, quando aberto; se a encadernação é resistente a manuseio intenso. No que tange à encadernação, ainda Mahecha e Pedraza (2009, p. 54) ressaltam que as características,

> aunque pueden ser vistas como subsidiarias al contenido de un compendio lexicográfico, cuando se refieren al diccionario escolar, constituyen rasgos que adquieren especial importancia en tanto este tipo de texto deve ser liviano y funcional, teniendo em cuenta el desplazamiento (casa – colégio) que pueda hacer su usuário. Además, el papel, por ejemplo, debe ser resistente y adecuado para ser leído.[13]

---

12 O tipo e tamanho da letra marcam a diferença entre o que pode facilitar ou dificultar a busca dos termos, por isso as letras de bom tamanho e com cores que permitam diferenciar a entrada do artigo lexicográfico constituem um aspecto visual importante, enquanto oferecem ao usuário uma possibilidade de busca mais simples e chamativa.

13 Ainda que possam ser vistas como auxiliares ao conteúdo de um compêndio lexicográfico, quando se referem ao dicionário escolar, constituem traços que adquirem especial importância; este tipo de texto deve ser leve e funcional, tendo em conta o deslocamento (casa – colégio) que possa fazer seu usuário. Ademais, o papel, por exemplo, deve ser resistente e adequado para ser lido

Devemos examinar, ademais, se há recursos adicionais para a identificação de seções, como cor ou dedeiras no corte frontal, para a localização da página de um verbete, além de recursos, como o emprego de diferentes tipos de letra ou de cores, para detectar uma determinada informação no verbete.

5.10 Construção da cidadania

A seleção lexical da obra, seus enunciados definitórios, exemplos, abonações e ilustrações devem contribuir para a construção da cidadania no sentido de não exibirem nem estimularem nenhum tipo de discriminação ou de preconceito. Em face disso, é necessário refletirmos sobre o conteúdo ideológico dos dicionários, pois valorações subjetivas entram em jogo no processo de organização da micro e da macroestrutura de uma obra. Devemos, por exemplo, examinar com atenção as acepções dadas para certos itens léxicos, como *judiar*, ou para locuções, como *sexo fraco* ou *sexo frágil*.

Nas definições, muitas vezes, aparecem explícitos preconceitos sociais. Alguns itens lexicais como *baiano, baianada*, *bicha, boiola*, *espelunca*, *fruta*, *gentalha*, *gentinha*, *homossexual*, *mulher*, *nordestino*, *negro, sapata, sapatão* podem desvelar, em seus textos definitórios, preconceitos existentes na sociedade brasileira. O item léxico *família*, por exemplo, pode ser definido de tal modo, que deixe de tratar das diferentes famílias da contemporaneidade que não são formadas de modo canônico, pelos ditos laços de sangue. Também, precisamos examinar, com cuidado, as imagens inseridas na obra; as de seres humanos, por exemplo, devem trazer pessoas de variadas etnias, tanto do sexo masculino, quanto do feminino, e de idades diversas.

Em hipótese alguma, devemos adotar uma obra que traga qualquer tipo de preconceito, sob pena de estarmos colaborando para a formação de uma sociedade injusta: etnocêntrica, racista, sexista, homofóbica, enfim, uma sociedade criminosa.

É necessário concluir a questão

Antes de selecionarmos o dicionário que indicaremos para os nossos alunos, necessitamos ter uma visão, ainda que panorâmica, das obras existentes no mercado editorial; devemos, da mesma forma, realizar uma análise prévia de algumas. Esse exame pode ser feito por amostragem e, depois de selecionado o dicionário, no devir do ano letivo, através do nosso contato com a obra, devemos reavaliá-la, para decidirmos se vamos mantê-la ou não como referência.

É, portanto, a escolha de um dicionário de boa qualidade responsabilidade da professora, do professor e, também, dos alunos. Obviamente, os professores terão de adequar os critérios de avaliação, considerando a idade do seu grupo escolar e os objetivos de ensino para o ano.

É, enfim, no trocar de experiências com os alunos, também sujeitos envolvidos no processo de avaliação do dicionário, a partir de uma experiência não estática, mas dinâmica, em constante reelaboração, que o dicionário deverá ser avaliado.

O uso adequado do dicionário poderá colaborar para a elucidação de várias questões relativas à leitura, à produção de textos, à gramática, ao uso da língua e às relações de poder que esse uso estabelece entre os falantes de variedades distintas de uma dada língua, no nosso caso, a portuguesa. Mas, a reflexão sobre as informações constantes de um dicionário não devem ser, apenas, acessadas em aulas de português.

A professora e o professor de qualquer componente curricular devem atentar para a potente ferramenta a que têm acesso, garantida tanto por uma tradição social secular, quanto por políticas públicas. Assim, devem explorá-la de variadas formas, buscando extrair-lhe informes de natureza diversa. Muito temos ainda para pensar, experimentar, avaliar, apreender, no tocante ao uso do dicionário em sala de aula. Aqui, ficam algumas palavras que podem contribuir, de alguma forma, para a reflexão a propósito da história dos dicionários escolares, dos possíveis estudos que os tenham como objeto, da importância dessas obras da lexicografia e algo mais.

Referências

ALMEIDA, Aurelina Ariadne; COELHO, Juliana Soledade Barbosa; GOMES, Patrícia Vieira Nunes (2008). Em busca da lexicografia didática: o uso do dicionário na sala de aula. In: MENDES, Edleise; CASTRO, Lúcia. (Org.). *Saberes em português: ensino e formação docente.* Campinas: Pontes. p. 187-203.

ALVAR EZQUERRA, Manuel (2002). *De antiguos y nuevos diccionarios del español.* Madrid: Arco.

ALZOLA FARIÑA, Luis F. Cuestiones de lexicografia didáctica (2000). In: CONGRESO Internacional de semântica, 1997, La Laguna. *Cien años de investigación semântica*: de Michel Bréal a la actualidad. *Anais...*Madrid: Ediciones Clásicas, p. 197-206.

CAMPOS SOUTO, Mar; PÉREZ PASCUAL, José Ignácio (2003). El diccionario y otros productos lexicográficos. In: MEDINA GUERRA, Antonia M. (Coord.). *Lexicografia española*. Madrid: Ariel.

CASTILLO CARBALLO, Mª Auxiliadora; GARCÍA PLATERO, Juan Manuel (2003). La lexicografia didáctica. In: MEDINA GUERRA, Antonia M. (Coord.). *Lexicografia española*. Madrid: Ariel.

CORREIA, Margarita (2009). *Os dicionários portugueses*. Lisboa: Caminho (O essencial sobre a língua portuguesa).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE DICIONÁRIOS BRASILEIROS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD/2006. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-consultas. Acesso em: 11 fev. 2010.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. PROGRAMAS – LIVRO DIDÁTICO. Histórico. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-historico. Acesso em: 20 fev. 2010.

GARRIGA ESCRIBANO, Cecilio (2003). La microestructura del diccionario: las informaciones lexicográficas. In: MEDINA GUERRA, Antonia M. (Coord.). *Lexicografia española*. Madrid: Ariel.

GOMES, Patrícia Vieira Nunes (2007). *O processo de aquisição lexical na infância e a metalexicografia do dicionário escolar.* Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.

MAHECHA, Viviana; PEDRAZA, Maria Betulia. El diccionario escolar y algunas de las problemáticas que surgen em su elaboración. *Folios*, Segunda época, n. 29, primer semestre de 2009, p. 51-52. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/folios/n29/n29a05.pdf. Acesso em: 15 jul. 2009.

MALDONADO, Concepción (1998). *El uso del diccionario en el aula*. Madrid: Arco.

MEDINA GUERRA, Antonia Maria (2003). La microestructura del diccionario: la definición. In: MEDINA GUERRA, Antonia M. (Coord.). *Lexicografia española*. Madrid: Ariel.

NUNES, José Horta (2002). Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, José Nunes; PETER, Margarida (Org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/Pontes.

NUNES, José Horta. Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngües no Brasil. Disponível em: http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/11122008004925.pdf. Acesso em: 20 jan. 2010.

PORTO DAPENA, José-Álvaro (2002). *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco/Libros.

RANGEL, Egon; BAGNO, Marcos (2006). *Dicionários em sala de aula*. Brasília: MEC/SEB. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/polleidicio.pdf. Acesso em: 01 feve. 2010.

VERDELHO, Telmo (2002). Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, José Nunes; PETER, Margarida (Org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/Pontes.

Problemas e tendências no trabalho com a língua portuguesa no ensino básico

Stella Maris BORTONI-RICARDO
Universidade de Brasília

A tradição do trabalho com a língua portuguesa no Ensino Básico no Brasil tem sido objeto de revisões, principalmente a partir da segunda metade do século passado e é fonte de muitas dúvidas para os professores engajados nessa atividade. As principais dúvidas que os professores costumam verbalizar parecem estar associadas a um aparente paradoxo. Como desenvolver na escola a análise linguística que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1998 recomendam e, ao mesmo tempo, evitar o trabalho com a nomenclatura gramatical, a chamada NGB, conforme recomendam os linguistas?

No Brasil, herdamos uma tendência a valorizar em demasia a gramática normativa, que tem sido objeto até de legislação federal, como a Lei nº 5765 de 18 de dezembro de 1971, que aprovou alterações na ortografia da língua; o Decreto nº 6583 de 29 de setembro de 2008, que promulgou o Acordo Ortográfico de 1990 e, especialmente, a Portaria nº 36 de 28 de janeiro de 1959, do MEC, que propôs a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que completou 50 anos em 2009 (HENRIQUES, 2009).

Essa NGB, desde então, ganhou *status* de conteúdo programático em todos os níveis de ensino. Ensinar português passou a ser sinônimo de ensinar gramática, em detrimento de um trabalho pedagógico que favoreça a competência comunicativa dos alunos, habilitando-os a desempenhar, com eficiência e segurança, qualquer tarefa comunicativa, na língua oral ou escrita, que se lhes apresente na sua vida social e profissional.

Quando os linguistas criticam a gramática normativa, estão considerando dois fatos: o primeiro é a séria distorção na nossa cultura escolar, que confunde o ensino da língua com a memorização de terminologia gramatical. O segundo é a ignorância das normas prescritivas em relação ao processo de evolução natural da língua e aos estudos descritivos, que se baseiam em metodologias mais atualizadas.

Partilhamos o entendimento já expresso por muitos colegas de que a sistematização de uma terminologia gramatical pode ser um instrumento útil no trabalho escolar de reflexão e análise da língua, sua estrutura e usos, na fala, na leitura e na escrita. É importante, todavia, que essa terminologia não se torne um fim em si mesma e que seja de fato empregada como recurso na sistematização da análise linguística.

Se a terminologia gramatical for vista, como deve ser, como um apoio para a aprendizagem dos modos de falar e modos de escrever que ainda não fazem parte do repertório do falante, a questão que se impõe é: "Que conceitos sistematizados na NGB seriam de relevância na pedagogia da língua portuguesa no Brasil?"

Para responder a essa questão, partimos de quatro pressupostos:

1. O ensino e aprendizagem da língua portuguesa na escola tem de levar em conta que os educandos já são falantes competentes nos registros ou estilos informais da língua, diferentemente das nações multilíngues, onde as crianças chegam à escola falando línguas distintas daquela que é usada como código escrito, para a transmissão do acervo de conhecimentos letrados na educação escolar (BORTONI-RICARDO, no prelo);
2. Na análise linguística desenvolvida na escola, têm de ser priorizados os fatos da língua que são distintos nas modalidades oral e escrita. Em outras palavras, o ponto de partida da pedagogia da língua portuguesa no Brasil devem ser as distinções entre os modos coloquiais de falar e os modos formais de escrever;
3. Como a comunicação oral e escrita se processa por meio de textos completos e significativos, os fatos da língua que vão adquirir relevância para uma pedagogia são os relacionados à textualidade, mais propriamente os processos de coesão e coerência textuais;
4. O trabalho com a análise linguística na escola deve pautar-se por uma abordagem que seja incidental, holística e indutiva:
    - 4.1. Ela é incidental porque, no trabalho pedagógico, toda a oportunidade de se apresentar um fato linguístico, introduzindo-o, comentando-o ou relacionando-o a conhecimentos anteriores, deve ser aproveitada;
    - 4.2. Ela é indutiva porque as sistematizações sobre a estrutura da língua e os seus usos são adquiridos pelo processo indutivo. O estudante vai familiarizando-se com os fatos linguísticos em enunciados que permeiam seus usos, seja na interação oral, seja nos processo de leitura e escrita. Alguns desses enunciados já fazem parte de seu repertório; outros são novos e serão objeto de seu processo de aquisição.

      Outros enunciados, ainda, e talvez esses devam merecer um foco especial, são aqueles enunciados que se apresentam na língua de mais de uma forma ou variante. Frequentemente essas variantes são associadas a valores sociossimbólicos distintos e o estudante terá de aprender a selecionar essas

formas concorrentes dependendo de várias condições que presidem à enunciação, em especial as expectativas de seu interlocutor – ouvinte ou leitor;

4.3. Finalmente, ela é holística, porque os fatos da língua não deveriam ser trabalhados pedagogicamente de forma isolada. Cada evento de fala que enseja uma atividade de análise linguística não deve ficar circunscrito a um único fenômeno. Outras observações podem ser oportunas, sejam elas relacionadas à dimensão sintagmática do enunciado, sejam elas relacionadas à sua dimensão paradigmática.

Observe- se ainda que muitos fenômenos morfossintáticos têm sua gênese em processos fonológicos, como veremos.

Vamos refletir um pouco mais sobre o nosso segundo pressuposto, que é também o mais importante, qual seja: o objeto da Pedagogia da Língua Portuguesa no Ensino Básico tem de ser construído levando-se em conta as distinções entre os modos de usar a língua informalmente, na oralidade ou na escrita, e os modos de usar a língua de forma monitorada, na interação oral ou na escrita formal.

Dito de outra maneira, o objeto da Pedagogia da Língua Portuguesa consiste na ampliação da competência comunicativa do usuário, de modo a incluir recursos linguísticos que lhe permitam comunicar-se em quaisquer condições de produção discursiva, atendendo às expectativas de seus interlocutores, as quais, por sua vez, são moldadas pelas crenças e valores vigentes na comunidade de fala.

Considerando esse pressuposto, me posicionei diante de uma pergunta prática:

Se eu tiver que construir um programa de Pedagogia da Língua, voltado para a ampliação da competência comunicativa do educando brasileiro, nas modalidades oral e escrita, que itens eu incluiria nesse Programa? A minha reflexão me levou à seguinte seleção:

1. Mecanismos de coesão frásica da língua oral e da língua escrita:

a) Topicalização do sujeito com ou sem pronome cópia:

- A gripe suína, ela pode se transformar numa pandemia.

b) Verbos *haver* e *fazer* impessoais:

- Tivemos de enfrentar as dificuldades que houveram.
- Fazem 40 anos que o homem chegou à lua.

c) Regras variáveis de regência verbal com verbos de movimento:

- A bola chegou no gol em 5 segundos.
- Na cidade aonde eu nasci falta oportunidade de emprego.

d) Regras variáveis de concordância nominal e verbal e as interseções com regras fonológicas:

• Como será cobrado as obras literárias no Enem?
• Segue os anexos que você pediu.
• Os melhores jogador do Brasil vai jogar em time europeu.
• O pessoal reclamaram da falta de organização do evento.

e) Regras variáveis de interrogação e do uso de relativas:
• O que que você prefere?
• Onde é que eles foram?
• A galera que eu tô saindo com eles é tudo gente boa.
• A fazenda que eu nasci lá fica no Goiás.

2. Mecanismos de coesão temporal e referencial:
a) Simplificação da flexão modo-temporal:
• Embora eu concordo com ele em quase tudo, desta vez fiquei contra ele.
• Ele pensô que o dinhero tava tudo no cofrinho.
• Se você querer isso com força, vai conseguir.

b) Variação na morfologia verbal**:**
• Tu visse?
• Eles vinheru cedo.
• Se eu ver, te falo.
• Ei, você aí, me traz esse cardápio.

c) Neutralização dos pronomes sujeitos e objetos:
• "Toca o berrante seu moço que é pra mim ficá ouvino".
• "Te carreguei no colo, menina, cantei pra ti dormir"
• "Beija eu!
• Beija eu!
• Molha eu!
• Seca eu! (Arnaldo Antunes e Marisa Monte)"
• "Quer ver a foca fazer uma briga? É espetar ela bem na barriga" (Vinícius de Moraes)"

d) Apagamento do pronome objeto:
• – Quem já encontrou a palavra? – Eu encontrei, professora.

e) Ambiguidade no uso dos pronomes de terceira pessoa em cadeias anafóricas:
• Chegou um deputado e um senador. Aí ele falou.

f) Supressão dos clíticos:

- Nós casamos já tem um tempão.

g) Formas variantes do pronome de primeira pessoa do plural:

- A gente fomos com eles.
- "A gente somos inútil" (Ultraje a rigor)

Concluindo, por ora, este inventário é ainda preliminar. Será ampliado e ajustado no âmbito de um projeto que estamos iniciando. Só quisemos deixar nesta oportunidade nossa convicção de que a Pedagogia da Língua Portuguesa no Ensino Básico tem de levar em conta, prioritariamente, as diferenças entre os modos coloquiais de falar e os modos formais de falar e escrever.

Referências

BORTONI-RICARDO, Stella-Maris. Matriz de habilidades e conhecimentos para avaliação de professores em início de escolarização: subsídios da sociolinguística educacional. In.: Livro comemorativo dos 20 anos do Ceale. Belo Horizonte: Editora Segmento, no prelo.

HENRIQUES, C.C. *Nomenclatura Gramatical Brasileira – 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.

Ensino de português língua estrangeira/EPLE: a emergência de uma especialidade no Brasil

José Carlos Paes de ALMEIDA FILHO
Universidade de Brasília

Introdução

O ensino de Português para falantes de outras línguas e participantes de outras culturas existe como prática no Brasil desde o seu início colonial. A consciência generalizada de que essa é uma área de atuação profissional acadêmico-científica pode ser datada em pouco mais de 20 anos. A percepção de que temos uma prática institucionalizada crescente em novos postos de ensino do Português para falantes de outras línguas no Brasil e exterior abre caminho para a instauração dessa especialidade no campo da Teoria do Ensino e Aprendizagem das Línguas, campo esse constituinte da Linguística Aplicada contemporânea brasileira. Uma avaliação do nosso desenvolvimento por 14 critérios explícitos (ALMEIDA FILHO, 2007) mostrou recentemente um índice médio modesto de desenvolvimento. A média obtida ficou somente um pouco além de uma nota 5 em 10 dessa área de especialidade.

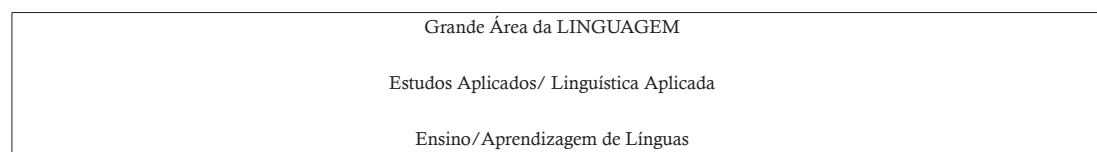
Nesta apresentação, pretendo abrir uma cronologia periodizada de fatos e personagens relevantes para uma história do *Português Língua Estrangeira* (PLE) enquanto campo de trabalho e especialidade acadêmico-científica no país desde a fundação do Brasil até esta data, realçar o nascimento da consciência da especialidade que eu mesmo testemunhei, destacar alguns avanços e, principalmente, anotar dificuldades e perspectivas para a nova geração de atuantes na estratégica área de *Ensino de Português Língua Estrangeira* (EPLE).

1 A especialidade de PLE

O que está implicado na expressão *área de especialidade* de que me sirvo para retratar a condição acadêmico-científica dessa modalidade de ensino de línguas é a natureza do trabalho de ensino e atividade de pesquisa no âmbito do PLE. Para situar essa especialidade, vou invocar uma hierarquia de termos que poderá esclarecer os sentidos que empresto à área do PLE. Essa hierarquia taxonômica está afeita à área maior da Linguagem ou Grande Área da Linguagem. Esse nódulo mais alto compreende as três ciências da Linguagem, a saber, a da Estética da Linguagem, englobando a tradicional área das literaturas e sua teorização, a da Linguística, referindo-se aos estudos da estrutura e funcionamento da linguagem humana, e a dos Estudos Aplicados ou Linguística Aplicada, como muitas vezes é rotulado esse terceiro segmento, produzido a partir de investigações de natureza aplicada sobre questões de linguagem na prática social.

A pesquisa aplicada gera conhecimentos de uma certa natureza epistêmica para subáreas como a do Ensino-Aprendizagem de Línguas (à qual se prende o PLE mais abaixo), Tradução (incluindo a Interpretação e a Legendagem), Lexicografia e Terminologia Aplicadas, Relações Sociais Mediadas pela Linguagem (vide ALMEIDA FILHO, 2008). Abaixo da subárea de Ensino de Línguas, está a especialidade de Ensino e Aprendizagem de Segundas Línguas e de Línguas Estrangeiras à qual se prende, afinal, o PLE, entre outras, como Línguas de Ensino Massivo e Línguas Menos Comumente Ensinadas. Vejamos na Figura 1 uma representação gráfica dessa hierarquia explicitada até aqui:

Figura 1: Representação da Hierarquia de Níveis contendo o PLE

Grande Área da LINGUAGEM
Estudos Aplicados/ Linguística Aplicada
Ensino/Aprendizagem de Línguas

2 Marcos de uma cronologia do ensino de PLE

É preciso distinguir, primeiro, entre uma cronologia de EPLE e a emergência e vigência de uma especialidade da área de *Ensino e Aprendizagem de Línguas* (EALin), a saber, a do *Ensino de Português para Estrangeiros*. O ensino de línguas tem uma longa história enquanto campo de trabalho e de um ofício passível de treinamento de aprendizes desejosos de ingressar no ramo. Como especialidade teórico-acadêmica com formação específica nas universidades, com disciplinas formadoras reconhecíveis, com acervo de obras públicas especialmente nesse foco, com publicações de resultados de estudos e pesquisas, com o apoio de uma associação de professores e pesquisadores, com revistas e congressos, numa vertente de consciência profissional com carreira e contratos de trabalho específicos, nossa história é bem mais recente. Conforme veremos adiante, o afloramento de uma autopercepção profissional em especialidade tem pouco mais de vinte anos.

Pela carta de Caminha, escrita nos primeiros dias da Colônia, sabemos que degredados foram "deixados" com os índios, para que se tornassem "línguas" por imersão, ou seja, para que pudessem vir a servir os colonizadores como intérpretes das línguas brasileiras. Eles tinham de adquirir a língua autóctone no convívio espontâneo com as etnias da nova terra. Mas houve ensino de Português nos Colégios que se seguiram ao Colégio de Salvador, fundado em 1550, tendo à frente o padre Vicente Rodrigues. Logo após, fundaram os jesuítas a segunda escola brasileira: o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente (inaugurado em 1553), onde se ensinava o jovem habitante da nova terra a falar, ler e escrever em Português. Os professores podiam ser improvisados, como ainda se pode flagrar aqui e acolá no Brasil de hoje: para a Bahia, por exemplo, foram trazidos da metrópole sete pivetes, garotos infratores órfãos da rua, para auxiliar no ensino do Português para os índios. Padres católicos foram trazidos também, nessa época, para aprenderem a gramática das línguas indígenas, de modo a facilitar a interpretação do ensino feito em Português. Aqui já entrevemos um cadinho de soluções de ensino e aprendizagem de línguas dessa fase colonial. Em 1554, fundou-se o Colégio de São Paulo de Piratininga no mesmo local que hoje se denomina Pátio do Colégio e cresceu a rede de escolas de primeiras letras na Colônia. Para conhecer uma linha do tempo contendo estas indicações e muitas outras sobre a história do ensino de línguas no Brasil, veja-se a página eletrônica *História do Ensino de Línguas no Brasil* (HELB), no endereço www.helb.org.br. O estudo, o ensino e a publicação de gramáticas ocupou a maior parte do clero jesuíta no século seguinte, o século XVII. No século, dezoito abala-se o sistema jesuíta, com a expulsão dos padres de seus 17 colégios, à época do Edito do Marquês de Pombal, em 1757.

No Império, já no século XIX, contratam-se professores de línguas da Europa para atuarem na Corte do Rio de Janeiro ensinando Francês e Inglês aos cortesãos e elite de comerciantes que podia educar-se. Por fim, o século XX inaugura nos anos 30 o ensino dito moderno de línguas no Brasil. Em 1935, são publicados os 2 primeiros livros teóricos sobre o EALin, os livros de Maria Junqueira Schmidt (*O ensino científico das línguas*) e de Fernando Carneiro Leão (*O ensino das línguas vivas*). Na década de 70, universaliza-se o ensino público gratuito e o ensino baseado em métodos tem dias gloriosos com o estruturalismo audiolingual. Em 78, inicia-se o movimento comunicacional de ensino de línguas no Brasil com a realização do primeiro seminário sobre a nova abordagem de ensino de línguas sob critérios não gramaticais. A formação de professores se amplia com níveis muito menores do que os necessários. Livros didáticos para o ensino de línguas ditas estrangeiras não são distribuídos aos alunos das escolas públicas como ocorre com as outras disciplinas. Falta uma política direcionadora e sobram preconceitos, ideologismos e ignorância sobre os processos de aprender línguas. No final da década de 80, aparecem claros sinais da emergência da área de *Português Língua Estrangeira* (PLE), conforme veremos adiante.

3 Sinais da emergência de uma área de especialidade em PLE

Marcas significativas do surgimento de uma nova especialidade no Ensino de Línguas no Brasil começam a aparecer na abertura de cursos para alunos estrangeiros no sul do Brasil, como o curso de PLE da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para o qual a Professora Mercedes Marchand criou um manual didático *O ensino de português para estrangeiros* em 1957, tendo sido publicado pela Editora Sulina do Rio Grande do Sul.

Nos anos 60, ocorre o ciclo efervescente de criações de cursos universitários de Português em universidades dos Estados Unidos do qual o livro *Modern Portuguese* é talvez o melhor símbolo. O manual produzido em 66 por um time de especialistas no ensino de línguas incluía o linguista aplicado pernambucano Francisco Gomes de Matos e a escritora cearense Dinah Silveira de Queiroz, encarregada da elaboração de diálogos do livro.

A década seguinte assiste à criação de cursos de PLE para estrangeiros na USP e na UNICAMP, no ano de 1976. Soluções administrativas muito distintas para a implantação mostram o acerto da UNICAMP em instituir o PLE como disciplina de catálogo e permitir a contratação de docentes pesquisadores de carreira para seu quadro. Com o passar dos anos, esse acerto frutificaria com várias iniciativas de consolidação da área a partir do Departamento de Linguística Aplicada, que abrigou a emergente área com grande visão de futuro. A USP, ao contrário, implantou o PLE como extensão desvinculada da graduação e da pós-graduação. Essa providência não prejudicou a oferta de cursos ao grande contingente de alunos estrangeiros na Instituição, mas também não alçou o trabalho de ensino do Português para Estrangeiros a níveis mais impactantes de estabelecimento da nova especialidade.

Considero que os sinais de uma autêntica visão de área viriam a ser inequívocos a partir da instalação do PLE nessas duas grandes universidades paulistas a partir de 76. No entanto, é no final da segunda metade da década de 80 que aparece a primeira de uma série de coletâneas de artigos sobre o ensino de PLE sob minha coordenação acadêmica (ALMEIDA FILHO, 1989). Até então, não havia literatura específica publicada tanto no Brasil quanto em Portugal sobre aspectos do ensino de Português para falantes de outras línguas. No início dos anos 90, organiza-se a *Sociedade Internacional para o Português Língua Estrangeira* (SIPLE), durante o *II Seminário Nacional de Linguística Aplicada* ocorrido na UNICAMP, em outubro de 1993. Nesses anos iniciais do MERCOSUL, que emprestou vigor a várias iniciativas de consolidação da área de PLE, vimos ainda a instalação, em 1993, do *Exame Nacional de Proficiência em PLE*, o *Exame Celpe-Bras*, instituído a partir do recém criado Exame ENPE por mim coordenado e pilotado já nos países do Tratado de Assunção em anos anteriores. O *Exame Celpe-Bras* se alinhava então com pressupostos comunicacionais vanguardistas expostos no meu livro *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*, lançado nesse mesmo produtivo ano de 1993.

O restante da década viu iniciativas importantes, como a preparação de congressos nacionais e internacionais, mais publicações de livros e edições especiais de revistas

universitárias sobre o tema do ensino de PLE e a apresentação de resultados de projetos de pesquisa de Mestrado e Doutorado ao redor de tópicos de uma agenda brasileira para o PLE. O grosso dessa preciosa produção, ventilado e discutido no hoje extinto GT de PLE junto à ANPOLL, está registrado no meu artigo para a biblioteca digital especializada do Museu da Língua Portuguesa "O ensino do português como língua não-materna" (ALMEIDA FILHO, 2006).

A emergência da área de PLE possibilitou ainda a visibilização de especialistas agora convocados a ofertar inúmeros cursos de formação inicial e principalmente continuada de atualização para professores de PLE no Brasil e exterior, esses últimos com o patrocínio do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, em colaborações esporádicas com Embaixadas do Brasil no exterior, Universidades Estrangeiras, com a UNESCO e União Latina, entre outros, desde 1991.

Apesar da marcha dos acontecimentos indiciada neste texto, não possuíamos até 2007 um balanço da qualidade do nosso desenvolvimento enquanto área no Brasil. Nesse ano, lancei com a colaboração de Maria Jandyra C. Cunha, da Universidade de Brasília, um volume de autoria sobre o PLE, do qual consta um artigo especial sobre nosso estágio presente de desenvolvimento e carências (cf. ALMEIDA FILHO; CUNHA, 2007). De um máximo de 10 pontos, as avaliações das iniciativas brasileiras produzidas sob 14 critérios específicos apresentaram um índice pouco abaixo de 5. Esse indicador aponta, numa distribuição desigual de pontos nos quesitos, para um nível médio de IDE= 5.2, nada mal para a nossa história recente do PLE já com consciência de área. A falta de uma política explícita e oficial para o EPLE se destaca entre os quesitos com avaliações negativas no exercício de análise que praticamos para essa publicação.

4 Quebra de barreiras e ações recomendáveis

A introdução da especialidade em cursos de Letras ou em programas de pós-graduação nem sempre é tranquila. As unidades administrativas das áreas de saber são estabelecidas politicamente numa dada época e um *establishment* de poder as mantém por quanto tempo durar o seu poder. Assim, quando houver o desejo de uma parte do corpo docente ou ainda o de uma outra parte alheia à instância, esse desejo de introdução do PLE será tratado por esse poder político no setor que puder chamá-lo a si, geralmente no bojo da grande área da Linguagem. Pode-se, portanto, encontrar o PLE atrelado a quem detiver os direitos de gestão da Língua Portuguesa, mesmo que essa unidade não possua atividades de pesquisa sobre a dimensão "ensino de língua estrangeira", isso com óbvias perdas para a área de especialidade e para os alunos em si.

As tradições serão, dessa forma, muito diferentes em cada situação e o poder de antiguidade das unidades conferirá o poder de anexação da nova especialidade. Sem esse vetor, a instalação, a integração e a troca de um para outro *locus operandi* seriam operações simples e realizadas sempre no melhor interesse do público que sustenta as instituições com impostos pagos ou taxas diretamente recolhidas de alunos.

Um problema anterior a esse da departamentalização é o da falta de consciência do valor estratégico da especialidade de PLE. Essa ignorância impede a introdução de disciplinas, bloqueia a contratação de professores em postos de carreira, adia a institucionalização de disciplinas no currículo que abririam portas de formação para atuação posterior de egressos de cursos de Letras como professor(a) de PLE no Brasil e em outros países. A valorização da Língua Portuguesa na perspectiva de uma língua estrangeira, ao contrário, carrearia vantagens em escala para os indivíduos, para as instituições e para o país em âmbitos diversos, como o das publicações especializadas, dos exames de proficiência e de materiais didáticos, por exemplo.

A recomendação que já foi objeto de uma moção aprovada no *II Encontro Nacional de Políticas para o Ensino de Línguas Estrangeiras* (II ENPLE), por ocasião da edição da *Carta de Pelotas*, é a de que os cursos de Letras incluam imediatamente o estudo do PLE em seus currículos, de modo a alargar o horizonte de interesses acadêmicos e profissionais dos egressos. A outra possibilidade seria uma instrução pelo Ministério de que os cursos novos e antigos de Letras tivessem um tempo definido para ajustar seus currículos à inclusão do PLE. A consciência dessa especialidade e o estágio de desenvolvimento da área que pensamos haver reconhecido neste trabalho nos dão segurança de que o tempo é chegado.

Referências

ALMEIDA FILHO, J. C. P. O ensino de português como língua não-nativa. In: Biblioteca Virtual do Museu da Língua Portuguesa. São Paulo, 2006. Disponível em: www.estacaodaluz.org.br.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. (2008). A Linguística Aplicada na grande área da Linguagem. In: SILVA, K. A.; ORTIZ ALVAREZ, M. L. (Org.). *Perspectivas em Linguística Aplicada*. Campinas: Pontes Editores.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. (1993). *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. Campinas: Pontes.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. (1989). *O ensino de português para estrangeiros: planejamentos de cursos e produção de materiais didáticos*. Campinas: Pontes.

ALMEIDA FILHO, J. C. P.; CUNHA, M. J. C. (2007). *Projetos iniciais no ensino de português para falantes de outras línguas*. Brasília: Editora da UnB.

MARCHAND, M. (1957). *Português para estrangeiros*. Porto Alegre: Edições Sulinas.